

17 A 21 DE OUTUBRO

XXXVIII

SEMANA DE HISTÓRIA

Por uma história decolonial: gênero, raça e classe na América Latina.

ufjf

ANAIIS ELETRÔNICOS



**Anais Eletrônicos da
XXXVIII SEMANA DE HISTÓRIA
do INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
da UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

**POR UMA HISTÓRIA DECOLONIAL:
GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA AMÉRIA LATINA.**

17 a 21 de outubro de 2022.

Organização

Eduarda Guerra Tostes
Lavínia Renata de Oliveira Turqueti
Marco Antônio Campos e Souza

**ICH – UFJF
Juiz de Fora, 2022**

Comissão Organizadora

Eduarda Guerra Tostes

Presidente

Maria Eduarda Taroco Vieira

Secretária

Marco Antônio Campos e Souza

Tesoureiro

Gyovana de Almeida Félix Machado

Diretora Burocrática

Diretoria Burocrática

Ana Paula Candido

Gabriela Santiago Amim

Isabela Moreira Silva

Jonas Augusto Silva

Julia Ferrarezi Petrato

Luís Felipe Duarte e Silva

Raquel Damasceno Martins dos Santos

Diretora Acadêmica

Diretoria Acadêmica

Anna Vitória Souza Pereira

João Gabriel Emerenciano Amaro

João Vitor Perroux Gomes Silva

Lavínia Renata de Oliveira Turqueti

Maria Luiza de Souza Loures

Gabrielle Barra Tarocco

Diretora Financeira

Diretoria Financeira

Analice de Aquino Vaz

Cesar Augusto Lopes Maciel

Clara Gomes De Filippo

Flaviana Lopes Ribeiro de Oliveira

Gustavo Soares Borges

Igor Martins Fernandes

Lavínea Oliveira Da Rosa

Bernardo Venâncio Netto

Diretor de Comunicação

Diretoria de Comunicação

Bianca Ribeiro de Sá

Isabela de Almeida Gonçalves Pereira

Julia Luciana Barra

Mariana Silva Barbosa

Raysa Rodrigues Ferreira

Vinícius Valadão Gonçalves

Iris Castro Moreira

Diretora Cultural

Diretoria Cultural

Adriel Agostinho dos Santos

Eduarda de Oliveira Venancio

Emilly Vargas Medeiros

Jemima Ribeiro Toledo

Maria Carolina de Aquino Henriques da
Silva

Mariana Moreira do Bem Brandão

Pedro Henrique Pompermayer de Mattos

Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por uma história decolonial: Gênero, raça e classe na América Latina. Eduarda Guerra Tostes; Lavínia Renata de Oliveira Turqueti; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2022. 914p.

ISSN: 2317-0468

Tiragem: Eletrônica (PDF)

Texto em Português

Modo de acesso: <http://ufjf.br/semanadehistoria/anais>

1: História 2: Decolonial 3: Gênero, Classe e Raça

Sumário

Simpósios Temáticos presenciais	10
Simpósio Temático - Direitas, Histórias e Memória	10
ANTISSEMITISMO E RAÇA: AS LEIS NA (DES)CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA JUDAICA	10
As direitas em perspectiva comparada: As eleições no Brasil e na França.....	24
Terrorismo de Estado e necropolítica brasileira: aborto e criminalidade pela perspectiva da extrema direita	28
“O Brasil votará na O.N.U. a favor de Portugal, se eu for eleito presidente”: os interesses por trás da relação de Lacerda com Portugal.	42
Simpósio Temático - O antigo Regime nos trópicos e o Império Ultramarino português: poderes, instituições e sujeitos (Séculos XVIII - XIX).....	53
“Ele declarante é o Messias mandado por Deus”: a Inquisição Portuguesa e o combate às ideias messiânico-milenaristas de réus condenados aos cárceres inquisitoriais.....	53
Processos de memorização em perspectiva: as possíveis influências da assimilação na historiografia sobre eclesiásticos do século XVIII.	69
O saber como moeda de troca: O caso de Antônio Pires da Silva Pontes, um homem de conhecidas luzes	78
Simpósio Temático - Narrativas e usos políticos do passado: ensino de história, historiografia e representação em tempos de crise	95
A crise da historiografia: silenciamentos, negacionismos e a função social do historiador e historiadora	95
O que pode o ensino de história em tempos de crise?	105
Desconstrução de uma Idade Média branca e a luta contra os abusos do passado medieval.....	118
Simpósio Temático - Agências no pós abolição: gênero, raça, classe e cidadania sob a ótica historiográfica.....	130
Políticas de ação afirmativa para mulheres negras: ascensão social e racismo estrutural no Brasil.....	149
“Tantos lamentos nos fazem refletir”: a relação com a cidade e as nuances da constituição do movimento negro em Juiz de Fora/MG.....	164
Simpósio Temático - A representação da figura feminina: possibilidades e narrativas para o corpo colonizado.....	177
A dubiedade do corpo inerte: uma gravura de Axl Leskoschek.....	177
UMA ONTOLOGIA DE SI MESMA: O Corpo Feminino no trabalho de Romaine Brooks.....	186

Mulheres triunfantes: possibilidades de olhares para representações femininas na obra de Henrique Alvim Corrêa	201
Narrativas Femininas: a História Oral como um caminho para o estudo da Festa da Menina-Moça do povo indígena Guajajara	213
Simpósios Temáticos Online	220
Simpósio Temático - Nova Direita, Extrema Direita e Direita Radical: Modos de usar	220
O Foro de São Paulo e a atualidade do “fantasma” do comunismo: da “onda rosa” latino-americana ao (neo)golpismo no Brasil	220
Simpósio Temático - Intersecções entre História e Relações Internacionais na compreensão do Mundo Contemporâneo	236
O Racha Sino-Soviético e suas Implicações para a Guerra Fria	236
À pátria grandeza e honra: uma análise da Canção Guerrera paraguaia de 1864.....	253
A POLÍTICA EXTERNA NO PROGRAMA CONVERSA AO PÉ DO RÁDIO.....	267
Simpósio Temático - Juiz de Fora: História e Pesquisa.....	276
<i>Liebe Eltern</i> : cartas de imigrantes tirolezes sobre a Colônia Alemã Dom Pedro II em Juiz de Fora	276
Simpósio Temático - Imprensa e Gênero nos séculos XIX e XX	288
"Uma refeição abundante e sadia": surgimento e difusão de produtos industrializados para alimentação infantil (1870-1920).	288
As mulheres de letras maranhenses: “sujeitas” de uma História da Imprensa (Maranhão, século XIX).....	302
As origens de Nós Mulheres (1976-78).....	311
Joanna Paula Manso de Noronha e o Jornal das Senhoras: Imprensa feminina no Brasil Oitocentista.....	316
Simpósio Temático - Cinema, História e Memória: Por uma pesquisa com novas abordagens	330
“Young, scrappy and hungry”: a construção nacional estadunidense em “Hamilton: An American Musical”	330
De <i>Garotas do ABC</i> a <i>Chão de Fábrica</i> : a representação feminina e o sentido da indústria	341
Territórios LGBT no cinema brasileiro: um levantamento inicial	353
Simpósio Temático - Brasil, independências e construção do Estado Nacional	366
"É necessário que fixemos primeiramente a ideia sobre o que deve ser um juiz de paz": os planos de organização judiciária nas primeiras décadas do século XIX.....	366
“ELE NASCEU NO MARANHÃO; É BRASILEIRO, {...} É NATURAL QUE SONHE COM A INDEPENDÊNCIA DE SUA NAÇÃO”: João Bráulio Muniz, Francisco	

Gonçalves Martins, Odorico Mendes e Telles Lobo na Câmara dos Deputados (1826-1829).....	372
Do Porto ao Paço: sociabilidade, narrativas e representações.....	383
Entre o absolutismo e a anarquia: liberalismo e conservadorismo na imprensa carioca (1838).....	391
Novos espaços de poder: organização eleitoral dos Conselhos Provinciais (Minas Gerais 1822-1828).....	399
O que comemorar no bicentenário de independência do Brasil?	406
Simpósio Temático - Representações do passado: o cinema em suas relações com a história, a arte e a cultura.....	417
O Cinema de Shinya Tsukamoto	417
Sob o sol do Primeiro de Maio: sentidos que atravessam corpo e espírito em <i>The Wicker Man</i> (1973), de Robin Hardy.....	428
Simpósio Temático - Tramas Sociais, Conflitos, Poder e Economia no Brasil.....	438
Criminalidade, Justiça e Impactos Sociais: Santa Luzia do Carangola-MG no Final do Oitocentos.....	438
Doença mental e Hospital Colônia: trajetória do poder saber	451
O Processo-Crime e os Cotidianos Femininos em Santa Luzia do Carangola MG nos anos finais do Século XIX.....	457
Sociabilidades banguenses e as contestações nos espaços de lazer (1889-1914).....	470
Um barão no oeste mineiro: vida e atuação política de Antônio Elói Cassimiro de Araújo, o barão de Ponte Alta (1848-1879)	480
Simpósio Temático - Imprensa periódica: seus usos historiográficos como fonte ou objeto de pesquisa (1850-1950)	491
A IMPRENSA PERIÓDICA EM PROL DA NAVEGAÇÃO E SINALIZAÇÃO DO LITORAL PARAENSE EM MEADOS DO SÉCULO XIX (1850-1875)	491
ARCHIVO VERMELHO: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS E POTENCIALIDADES PARA A HISTORIOGRAFIA	503
Simpósio Temático - Narrativas históricas: debates contemporâneos em teoria da história e história da historiografia	510
A semântica da corrupção: Análise do discurso jornalístico da Revista Manchete na eleição presidencial brasileira de 1960.....	510
Simpósio Temático - Fontes Judiciais, Direitos e História Social	522
A criminalidade escrava na comarca do Rio das Mortes (1823-1888).....	522
Feminicídios em processos judiciais: um estudo sobre vítimas na cidade de Pelotas (2014-2022)	538
O Fundo Chefia de Polícia: perspectivas e possibilidades.	548

Simpósios Temáticos: Ensino de História e Inclusão.....	557
O capital social de professores de história em formação e a inclusão escolar de alunos neurodivergentes.....	557
Simpósios Temáticos: História Pública, Mídias digitais e o Ensino Posicionado de História.....	571
REVISIONISMO HISTÓRICO E VISÕES SOBRE O PASSADO: O MOVIMENTO PRÓ-MONARQUISTA BRASILEIRO EM PÁGINAS DO FACEBOOK	571
Simpósios Temáticos: A crítica decolonial: diálogos emergentes para o campo das Ciências Humanas	588
Resistências, tensões e assimilações: as influências e contribuições da História Social e da Cultura às epistemologias decoloniais	588
Ancestralidade e decolonialidade no século XXI: o uso do <i>buen vivir</i> como resgate da cosmovisão indígena na Constituição Equatoriana de 2008	596
Simpósios Temáticos: História do Crime e da Justiça Criminal: entre ficções, narrativas, representações e imaginários sociais.....	611
O Pulo da Mulher-Gato: De Vilã a Anti-heroína na Interseccionalidade e no Imaginário Social do Crime pela Ficção de Entretenimento	611
Polícia, seletividade penal e criminalização: uma análise sobre o filme <i>Straight Outta Compton</i> – A história do N.W.A.....	629
Simpósios Temáticos: Histórias de Cinemas: Estudos sobre salas de cinema, exibição e audiências	638
‘IDA AO CINEMA’ DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA EM UBERLÂNDIA: 1909-1959.....	638
CINE GLOBO DE TRÊS PASSOS:	652
TECNOLOGIA COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA	652
Simpósios Temáticos: Golpes na América Latina: revisitando as ditaduras da segunda metade do século XX.....	670
O Terror de Estado e seus desdobramentos na literatura de autoficção: as abordagens de <i>Em câmara lenta</i> e <i>Tejas Verdes</i> em sala de aula.....	670
Muito além do Menino Maluquinho - As charges de Ziraldo e o Ensino de História....	685
Simpósios Temáticos: Pensando as direitas: intelectuais, poder e política.....	702
MGTOws e o movimentos das PILLS no Brasil contemporâneo: uma análise teórica-histórica	702
Simpósios Temáticos: História e audiovisual: diálogos e disputas pela memória.....	721
Vítima ou algoz? Representações cinematográficas dos múltiplos papéis do Japão na Segunda Guerra Mundial.....	721
Simpósios Temáticos: Patrimônio, História e Memória: práticas educativas, políticas, sociais e os desafios da interdisciplinaridade.....	731

Riscos e desafios à preservação de Ouro Preto	731
Patrimônio e comunidade em conflito: o caso de Ouro Preto como laboratório patrimonial brasileiro.....	751
Identidades e memórias dos descendentes de italianos da Colônia Rodrigo Silva em Barbacena/MG.....	768
Memórias, identidades e patrimônio - reflexões a partir de	791
desterritorialização de sujeitos	791
NARRA(DORES) DO PARAIBUNA: MEMÓRIA E HISTÓRIA ORAL DE UM LUGAR DO PASSADO	802
CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA UNIVERSITÁRIOS: UM LEVANTAMENTO INICIAL	819
Identidades e memórias dos descendentes de italianos da Colônia Rodrigo Silva em Barbacena/MG.....	839
Secção de Simpósios Presenciais.....	862
Comunicações Livres	862
NEGACIONISMO DA ESCRAVIDÃO: APROPRIAÇÃO E DETURPAÇÃO DAS NARRATIVAS HISTÓRICAS NOS ARTIGOS DO BRASIL PARALELO.....	862
Zonas de contato em tempos de conflitos: uma análise comparativa entre os governos Bolsonaro e Collor.....	874
Os discursos da imprensa sobre “ideologia de gênero” a partir de um estudo de caso em Juiz de Fora (MG).....	886
Os circuitos da Dança Cênica Brasileira - Uma proposição de estudo	903
O sindicalismo rural brasileiro na Ditadura Militar: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul (1966-1985).....	910

Simpósios Temáticos presenciais

Simpósio Temático - Direitas, Histórias e Memória

ANTISSEMITISMO E RAÇA: AS LEIS NA (DES)CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA JUDAICA

Julia da Silva Oliveira¹
Yasmin Vasconcelos dos Santos Pereira²

RESUMO: Nosso artigo se fundamenta na análise sistemática das leis antissemitas e demais aparatos legais promulgados entre as décadas de 1919 e 1940, buscando entender seus impactos nas vidas de sobreviventes judeus e sua relação com a sociedade. O recorte histórico é feito através das Leis de Nuremberg, promulgadas na Alemanha em 15 de outubro de 1935, e como estas se inter-relacionam com as práticas hediondas e industrializadas produzidas pelos nazistas contra os judeus. Para alcançarmos nossos objetivos, iremos construir uma análise historiográfica por meio de testemunhos de sobreviventes encontrados em arquivos virtuais.

PALAVRAS-CHAVE: antissemitismo; Leis de Nuremberg; testemunho.

ABSTRACT: Our article is based on the systematic analysis of anti-Semitic laws and other legal apparatus enacted between the 1919 and 1940's, seeking to understand their impacts on the lives of Jewish survivors and their relationship with society. The historical cut is made through the Nuremberg Laws, enacted in Germany on October 15, 1935, and how these interrelate with the hideous and industrialized practices produced by the Nazis against the Jews. To achieve our goals, we will build a historiographical analysis through testimonies of survivors found in virtual archives.

KEYWORDS: anti-Semitism; Nuremberg Laws; a testimony.

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora e vinculada ao Laboratório de História Política e Social. Pesquisadora Júnior no Observatório da Extrema-Direita. E-mail: julia.oliveira@estudante.ufjf.br

² Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora e vinculada ao Laboratório de História Política e Social. E-mail: yasmin.vasconcelos@estudante.ufjf.br

Considerações iniciais

Muitas vezes me meti em brigas na escola porque as pessoas me provocavam com ofensas por eu ser judeu, as mais comuns era ser chamado de "Anti-Cristo" ou ouvir "o teu pai mata criancinhas cristãs na Páscoa". Muitos pensavam que o nazismo fosse uma moda política passageira, mas em 1935 as leis nazistas tornaram-se ameaçadoras, e logo apareceram placas escritas "Proibido Judeus" em vários locais. Em 1938, depois que nossa sinagoga foi incendiada (durante a Noite dos Cristais), entendemos que precisávamos escapar da Alemanha. (Ernest G. Heppner, uma história pessoal da Enciclopédia do Holocausto)

A década de 30 do século XX foi muito difícil para aqueles lidos como inimigos do Estado nazista. As Leis de Nuremberg apareceram como um mecanismo para afastar os judeus de sua própria humanidade. Ernest G. Heppner, judeu, nascido em 1921 na Alemanha, nos conta que anterior às leis raciais, o antissemitismo já era praticado na sociedade alemã. Embora a institucionalização do preconceito tenha sido um reflexo de ideias racistas consolidadas, esta foi considerada, como pensado por Laurence Rees, um “divisor de águas”. A partir daquele momento, as autoridades nazistas controlavam suas relações sexuais e amorosas, suas relações de amizade, seus imóveis, seus bens de valor, seu emprego, suas atividades de lazer e sua educação. “Os judeus não só tinham deixado de ser legalmente alemães “de verdade”, como uma nova legislação também invadia a esfera privada de todo cidadão alemão” (REES, 2020, p. 243)

Nesse sentido, este artigo irá se apoiar em uma historiografia que entende a dimensão violenta do maquinário nazista anterior aos campos de concentração e extermínio, isto é, entendemos a Shoah como um processo gradual. Esse estudo será realizado concebendo o fenômeno nazista para além das estruturas de sua instituição, nos desafiamos a propor uma análise a partir das suas relações com a sociedade para encontrarmos a voz dos sobreviventes judeus nesse processo histórico. Com essa finalidade iremos trabalhar com testemunhos de sobreviventes, tratando de especificar os seus encontros e desencontros com a historiografia, para depois verificarmos o contexto histórico das leis raciais e os seus aspectos sociais e as possibilidades de produção historiográfica frente às fontes testemunhais selecionadas.

O diálogo entre a História e os testemunhos de sobreviventes

As atrocidades cometidas pelos nazistas, que passaram por meios institucionalizados de promulgar preconceitos e pelos campos de concentração e extermínio, impuseram desafios de estudo em diferentes áreas de conhecimento. Entre elas, a História. O ideal de civilização e progresso encontraram seu fracasso, os julgamentos daqueles que trabalhavam, direta ou indiretamente, para o Führer se iniciaram e passa a se pensar na centralidade que a memória ocupa no momento pós-guerra. Embora acontecidas em diferentes momentos da história, disputas de memória se tornam cada vez mais presentes devido ao que podemos chamar de um processo catalisador: a Shoah.

A historiadora Wendy Lower, em sua obra “As mulheres do nazismo”, desenvolve um argumento bastante consolidado de que nos julgamentos pós-guerra, as autoridades decidiam quais depoimentos e evidências seriam escolhidos, quais indivíduos seriam investigados, quais crimes poderiam ser realmente julgados e qual tipo de penalidade o juiz poderia determinar para cada um. Nesse contexto de disputas pela memória, onde se encontram os depoimentos dos sobreviventes? Embora substancial em determinados julgamentos, Lower afirma, baseada em um extenso levantamento de fontes referente ao seu estudo sobre mulheres perpetradoras, que quando buscados para investigações eram, na maioria das vezes, dados como “não fortes o suficiente”. Nesse sentido, atesta-se a existência de julgamentos que não entendiam os ex-prisioneiros como sujeitos históricos capazes de interferirem na resolução dos crimes cometidos contra eles próprios.

Nas políticas pela memória, com a criação de museus, de filmes, de literatura e de comemorações oficiais, a figura das testemunhas também surge em torno das disputas para a sua construção. Tratam-se de histórias subjetivas que fogem dos estudos tradicionais do nazismo e que possuem o potencial de construir um conhecimento que as fontes dos arquivos não são capazes de oferecer para o historiador. Essa historiografia que procura estudar o maquinário nazista por meio do testemunho das vítimas, com o potencial de deslocar o olhar histórico para a descoberta de novas noções na historiografia da Shoah, enfrenta problemáticas frente ao trabalho do historiador. Como argumentado por Enzo Traverso:

A recordação de que é portador e a atenção que lhe é reservada (após décadas de indiferença) abalaram o historiador, ao criarem desordem na sua oficina e

ao perturbarem o seu modo de trabalho. Por um lado, o historiador teve de se render à evidência das limitações dos seus procedimentos tradicionais e das suas fontes, bem como ao contributo indispensável das testemunhas para a reconstrução de experiências como o universo concentracionário e a máquina exterminadora do nazismo. (TRAVERSO, 2012, p. 16)

Diante do horror e do trauma causado pelo nazismo, como pensar em um diálogo entre a historiografia e a testemunha? Devemos compreender os limites de suas representações para a construção do conhecimento histórico ao mesmo tempo em que devemos pensar em formas de encontros possíveis com a historiografia.

Com as notícias sobre os campos de concentração e extermínio, Primo Levi nos chama a atenção para o esforço dos nazistas para destruir todos os indícios de suas atrocidades e para o descrédito que ele e outros sobreviventes poderiam sofrer após a libertação dos campos:

É significativo como essa rejeição tenha sido prevista com muita antecipação pelos próprios culpados; muitos sobreviventes (entre outros, Simon Wiesenthal, nas últimas páginas de *Gli assassini sono fra noi*, Milão, Garzanti, 1970) recordam que os SS se divertiam avisando cinicamente os prisioneiros: "Seja qual for o fim desta guerra, a guerra contra vocês nós ganhamos; ninguém restará para dar testemunho, mas, mesmo que alguém escape, o mundo não lhe dará crédito. Talvez haja suspeitas, discussões, investigações de historiadores, mas não haverá certezas, porque destruiremos as provas junto com vocês. E ainda que fiquem algumas provas e sobreviva alguém, as pessoas dirão que os fatos narrados são tão monstruosos que não merecem confiança: dirão que são exageros da propaganda aliada e acreditarão em nós, que negaremos tudo, e não em vocês. Nós é que ditaremos a história dos Lager". (LEVI, 2016, p. 9).

A queima de arquivos e vestígios outros que pudessem comprovar os crimes nazistas era entendida pelos culpados como uma forma de impor limites ao estudo da Shoah. Tentaram se livrar de tudo e quando as notícias vieram sobre o absurdo que acontecia dentro dos campos, queriam que os testemunhos das vítimas não fossem “fortes o suficiente”. Levi também salienta o medo que os prisioneiros tinham dentro dos campos e depois como sobreviventes de não serem acreditados. Alguns tinham pesadelos com a volta para a casa e a falta de credibilidade na sua voz. Dar privilégio para a testemunha é entender que os nazistas não conseguiram apagar tudo. Embora não sejam testemunhos integrais, nos referindo, à luz de Primo Levi, daqueles que viveram integralmente os horrores dos campos e não conseguiram sobreviver, a necessidade de se dedicar aos seus escritos é primordial para que, como historiadores, tentemos apreender as singularidades de suas histórias num contexto histórico mais amplo na contramão daquilo que os nazistas acreditavam que fosse acontecer.

A emergência da memória já discutida aqui nos traz a mais um argumento da ética da não representação do holocausto: a “velha” oposição entre ela e a História. Empregamos o termo “velha” por considerar o longo debate que existe entre as duas áreas, que em linhas gerais, passa por relações de aproximação e completa separação. Dialogando com Dominick Lacapra e Enzo Traverso, pensar tanto em uma separação total tanto quanto em uma junção acrítica da História e da memória pode fazer com que o historiador caia em um ambiente perigoso. É preciso reconhecer a importância da memória para o desenvolvimento da historiografia, principalmente a partir do testemunho, pensando em sua abordagem e na forma de tratamento do seu objeto de pesquisa.

Aceitando as problemáticas que a memória carrega, suas contradições, suas narrativas não lineares, sobretudo a dimensão traumática que a memória da Shoah herda, o historiador deverá analisar criticamente seu objeto a partir de uma mediação entre compreensão e aceitação da memória da testemunha e formas de não se submeter a essa memória, não se identificar totalmente e não se apropriar dela. Acreditamos em uma historiografia que consiga enxergar os pontos de encontros e desencontros entre a História e a memória das vítimas para que não entremos em uma espécie de formalismo da Shoah.

Atestando uma forma de lidar com a memória das vítimas reconhecendo suas limitações, podemos refletir, fundamentados em Lacapra, que a historiografia não deve pensar essencialmente na reparação dos traumas das vítimas, mas na sua aceitação. Essa aceitação, advinda do trabalho de mediação discutido, irá fazer com que possamos alcançar um conhecimento que não procura uma verdade absoluta; um conhecimento que irá compreender as fragilidades da memória traumática e trabalhar com a sua articulação e a sua desarticulação para reorganizarmos processos históricos.

As possibilidades de diálogo entre a historiografia e o testemunho atravessam as limitações e impedem que a Shoah deixe de ser formalizada e cristalizada e que o subalterno continue em um lugar relegado na história. Um lugar que os reconhece, mas não reconhece seu rosto, sua história, suas interferências nos processos históricos e suas estratégias de sobrevivência sob um regime opressivo. Por meio de uma análise crítica e de uma perspectiva historiográfica que construa um jogo entre o micro e o macro, Traverso entende como essencial essa ótica historiográfica aqui defendida:

Para um judeu polaco, Auschwitz significa qualquer coisa de terrivelmente único: o desaparecimento do universo humano, social e cultural onde nasceu. Um historiador que não consiga compreender isso jamais conseguirá escrever um bom livro sobre a Shoah. (TRAVERSO, 2012, p. 28)

Cabe destacar que os limites e as possibilidades apresentadas para lidar com a figura da testemunha estão longe de esgotar os argumentos que defendem essa visão historiográfica para trabalhar com a problemática de estudo da Shoah. Procuramos desenvolver, nos limites convenientes desse artigo, determinados posicionamentos que constatarem a necessidade de construir conhecimento histórico a partir de fontes testemunhais.

AS LEIS DE NUREMBERG E SEU CONTEXTO HISTÓRICO

Em 16 de setembro de 1919, Adolf Hitler escreveu uma carta endereçada a um amigo soldado, que servira no exército alemão, apontando sua enorme frustração com o sofrimento do seu povo no cenário pós-guerra. Nesta carta, ele informa que havia entre eles um povo não-alemão, estrangeiro, que estaria desfrutando de todos os seus direitos políticos, cobiçando poder e dinheiro. Hitler esclarece que seria o dever alemão a “remoção intransigente de todos os judeus”.

Através deste ideologia antissemita e da eugenia, que é o *National Sozialistische Deutsche ArbeiterPartei* deixa de ser um movimento socialmente organizado e passa a travar uma luta política para tomar o poder alemão, tendo Adolf Hitler como seu principal líder. Em 09 de novembro de 1923, membros do NSDAP que estavam em uma cervejaria, saíram rua a fora preparados para tomar o poder alemão por meio da força, deixando esse período conhecido como “*Putsch de Munique*”.

A tentativa fracassada fez com que o NSDAP buscassem uma nova estratégia para alcançarem o poder. Eles descartaram as vias revolucionárias e descobriram que seu objetivo era possível de ser alcançado por meio das vias “legais” e aparatos constitucionais. Através do

artigo nº48³ da Constituição de Weimar do ano de 1919, o Marechal Hindenburg, presidente da República, nomeou Hitler para o posto de chanceler em 30 de janeiro de 1933.

Neste momento, é possível observar inúmeras leis promulgadas com a intenção de reduzir a participação dos povos judeus na sociedade e de legitimar sua prática hedionda. Com a finalidade de transparecer a legalidade de seus atos, o *Reichstag* proclamou três propostas legislativas: a *Reichsflaggengesetz* – Lei da Bandeira do Reich, *Reichsbürgergesetz* – Lei de Cidadania do Reich, e *Gesetz zum Schutze des deutschen Blutes und der deutschen Ehre* – Lei da Proteção do Sangue da Honra Alemã. Essas leis ficaram conhecidas como as Leis de Nuremberg.

As Leis de Nuremberg realizaram alterações na Constituição de Weimar, sendo que a Lei da Bandeira do Reich⁴ alterou o artigo 3º da Constituição, que dizia: “As cores do Reich são preto, vermelho e ouro. O pavilhão da marinha mercante é preto, branco e vermelho com as cores do Reich no canto superior interno”. Este artigo, após a mudança, passou a informar que as cores do Reich seriam branco, preto e vermelho e a bandeira nacional e mercante seriam a suástica.

No que tange a Lei de Cidadania do Reich⁵, é possível observar que os judeus são tratados como estrangeiros, portanto, do ponto de vista legal, há uma clara intenção de considerá-los não-alemães para que assim não pudessem gozar dos direitos concedidos. Já a Lei da Proteção ao Sangue e a Honra Alemã⁶, que também foi promulgada em 15 de setembro de 1935, dispõe da diferença racial entre os alemães e judeus, proibindo qualquer tipo de relação entre estas duas raças.

³ Artigo nº48 § 2. “Se a ordem e segurança públicas forem gravemente comprometidas ou ameaçadas dentro do Reich alemão, o Presidente do Reich poderá tomar as medidas necessárias para restaurar a ordem e segurança públicas; se necessário, com o auxílio das Forças Armadas.”

⁴ A Lei da Bandeira do Reich de 15 de novembro de 1935 dispõe que as cores do Reich são preto branco e vermelho. Sendo que a bandeira nacional é a suástica, bem como esta é a bandeira mercante.

⁵ §2. (1) O cidadão do Reich é somente o sujeito que é alemão ou parente de sangue alemão, através da sua conduta, mostra que ele é ao mesmo tempo desejoso e apto para servir o povo alemão e Reich fielmente. (2) O direito à cidadania é adquirido pela concessão de documentos de cidadania do Reich. (3) Somente o cidadão do Reich goza de plenos direitos políticos em conformidade com as disposições das leis.

⁶ §1 (1) Os casamentos entre judeus e cidadãos de sangue alemão ou parentes são proibidos. Os casamentos celebrados em desafio desta lei são nulos, mesmo que, com a finalidade de sonegar essa lei, eles foram celebrados no exterior. (2) O recurso de anulação só pode ter início pelo Ministério Público.

A terceira lei proíbe casamentos entre judeus e cidadãos de sangue alemão, evidenciando a intenção dos nazistas de afirmarem a pureza racial. O artigo 2º mostra que as relações sexuais fora do casamento entre cidadãos alemães e judeus também eram proibidas. Ademais, eram reprimidas as ações de empregarem mulheres domésticas judias e judeus não poderiam usar vestimentas com as cores do Reich, apenas as cores do judaísmo.

Nessa grande e sistematizada organização antissemítica, o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores alemães ratificavam o interesse em desapoderar os direitos dos judeus. No entanto, o *Völkischer Beobachter* – jornal nazista – publicou um artigo de Adolf Hitler em que o líder nazista sugere que a Alemanha deveria honrar e proteger seu povo prendendo os judeus. Para ele, o confinamento em campos de concentração deveria ser usado se necessário, para que o *Volk* estivesse limpo de todo o veneno e contaminação do povo judeu.

AS LEIS E SEUS ASPECTOS SOCIAIS

As leis de Nuremberg retrataram, em todos os sentidos, como a aprovação aos métodos e as ideologias propagadas são capazes de sustentar um discurso totalitário, como o da Alemanha Nazista, em nome da lei, da moral, dos valores culturais e da razão do Estado. Os nazistas e, sobretudo, Adolf Hitler, sabiam que para conseguirem agir e chegarem ao poder impondo sua filosofia – a superioridade da raça branca – seria necessário garantir a continuidade de algumas instituições democráticas alemãs.

É certo que as estratégias de ideologização foram diversas e à medida que o nível de institucionalização nazista foi se enraizando na sociedade alemã, a necessidade de controle das massas foi se intensificando e fazendo com que ataques ostensivos às minorias fossem propagados com mais frequência. Antes mesmo da promulgação das Leis de Nuremberg em 1935, é possível observar tentativas de legitimar as ações antissemíticas, bem como a aceitação social de condutas altamente exclusivas.

Em março de 1928, Hitler alegou que gostaria de estabelecer uma lei que proibisse judeus de entrarem em território alemão, e aqueles que já estivessem, fossem expulsos. Os judeus então, estariam sob a Lei dos Estrangeiros, que permitia a expulsão e a anulação dos

direitos civis alemães para esses povos. Contudo, essa proposta de lei criada por Hitler não teve muita aceitação na época, o que não exclui o forte poder que o antissemitismo tinha e que iria se desenvolver potencialmente.

A sociedade alemã se organizava em grupos de diferentes instâncias, onde o pensamento antissemita se aparelhava, por exemplo, em encontros de jovens, estudantes e músicos. Judeus eram obrigados a se reorganizar, buscando alternativas para viverem uma vida normal, como o caso de Eugene Leviné, um judeu que foi confundido com um alemão durante uma viagem. Esse acontecimento implica problemáticamente na falsa ideia de raça pura dos alemães.⁷

O discurso de ódio nazista, evidentemente, não foi difundido apenas contra judeus, mas todas as minorias sociais. Era bastante comum, inclusive, a tentativa de assimilar os judeus com todas as práticas que eles não pudessem tolerar. De acordo com Alfred Rosenber em um artigo enviado ao *Völkischer Beobachter*, os nazistas pretendia punir através da expulsão ou enforcamento o “maligno impulso dos judeus de evitarem a divina ideia da Criação por meio de relações físicas com animais, irmãos e pessoas do mesmo sexo” (REES, 2020). De acordo com esse pensamento, para os nazistas os judeus potencializavam atitudes não homossexuais, mas também de incesto.

Os atos homossexuais eram, em certa medida, proibidos em Weimar, embora existissem clubes gay em Berlim. Os nazistas passaram a rejeitar qualquer forma de tolerância, e no ano de 1935 introduziu mais restrições no Parágrafo 175 do Código Penal Alemão, chamando de “atos licenciosos e lascivos” entre pessoas do mesmo sexo.

Aquelas pessoas que eram sentenciadas sob o Parágrafo 175 do Código Penal eram enviadas para prisões comuns ou campos de concentração, onde poderiam ser torturadas para

⁷ Eugene Leviné era um desses que viajou pela zona rural alemã nesse período com uma associação de jovens, todos judeus. “Lembro que uma vez nos meus dias de caminhadas eu estava num compartimento de trem, voltando para Berlim, com minha mochila e minha camisa marrom”. Dividindo o compartimento com Eugene e seus amigos havia um fazendeiro, que começou a falar mal dos judeus, então nós dissemos ‘Bem, nós todos somos judeus’. E ele soltou uma gargalhada, e disse ‘Vocês devem achar que nós do campo somos idiotas. Vocês são obviamente jovens alemães agradáveis, decentes e esportistas. Não venham querer me enganar que são judeus’. (REES, 2020)

revelarem os nomes de outros homossexuais, podendo até ser castrados. A lei declarava que os homossexuais precisariam dar seu consentimento a uma operação drástica como essa, mas ao entrarem nos campos podiam ser objeto de uma pressão implacável que os levasse a concordar (REES, 2020).

A política fascista é repleta de falsas acusações de corrupção, embutida em uma consciência coletiva de que democracia e corrupção são sinônimos. A corrupção era o princípio catalisador do Terceiro Reich, por isso muitos cidadãos não apenas ignoravam, mas consideravam que os homens do governo nazista eram extremamente dedicados à moral. Assim, como alega Jason Stanley, a corrupção para um político fascista consiste na corrupção da pureza, e não da lei, mas evocam a corrupção no sentido da usurpação da ordem tradicional.

É importante elucidar a noção de corrupção para entender as ações ativas contra os povos judeus, uma vez que para os alemães, esses povos não estavam em conformidade com as características tradicionais, morais e puras dos cidadãos alemães. De acordo com essa lógica era justificável a perseguição contra os judeus na tentativa de restabelecer a honra da Alemanha.

AS FONTES TESTEMUNHAIS: ESTUDOS DE CASOS

Confirmada a concepção de que a historiografia precisa lidar com a transformação de suas fontes para que não fiquemos presos a um formalismo da Shoah, com os escritos dos sobreviventes aparecendo como substancial para mudarmos a escala de análise historiográfica, propomos um estudo de quatro casos testemunhais de diferentes indivíduos da Alemanha nazista. É essencial a explicitação que o nosso estudo de casos procura alcançar uma historiografia que entende que o ódio e a perseguição aos judeus no maquinário nazista contempla articulações e desarticulações. Dialogando com o pensamento do historiador Laurence Rees, até chegarmos aos campos de concentração e extermínio, lidamos com idas e vindas. Trata-se de um processo gradual.

Considerando isso, nos desafiamos a desenvolver um conhecimento histórico que perceba a relação da sociedade com as Leis de Nuremberg que acabam por iniciar um preconceito institucionalizado aos judeus. Para compreendermos como aqueles perseguidos

por essas leis lidavam com a sua implementação, selecionamos testemunhos do arquivo virtual da historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro (ArqShoah) por sua extensa quantidade de informações de diferentes sobreviventes radicados no Brasil.

Henny-Jutta Nossing nasceu em 1928 perto da cidade de Labes, na província da Pomerânia e tinha apenas cinco anos em 1934. Foi para uma escola pública apesar de ter uma condição econômica favorável, dado que não a aceitavam na particular porque seu pai não lutou na Primeira Guerra Mundial, e começou a ficar isolada e sofrer ataques verbais na escola e nas ruas no contexto das Leis de Nuremberg. Seu avô foi obrigado a se desfazer do prédio que tinha e diminuir a sua loja, que em 1938 foi saqueada e destruída na “Noite dos Cristais”. Depois dessa noite, até de ir à escola foi proibida. O seu pai foi levado para o campo de concentração de Sachsenhausen e precisou entregar todos os seus pertences valiosos para o governo alemão. A implementação das leis fizeram a família dela, religiosa, alegre, com boas condições financeiras, ficar sem nada. Henry-Jutta explica que,

Antes disso -da noite de 38- ele já tinha sido preso em uma cadeia, porque uma empregada da loja levou leite para minha, onde também morava meu tio, irmão da minha mãe. Havia uma lei que não podia se misturar judeu com ariano, então meu pai foi preso. Ficou um mês em uma cadeia. Por causa desse motivo muito grave: porque a balconista da loja levou leite para minha casa, e de repente meu tio podia estar lá e atacar ela, porque ele era muito perigoso. Ele era solteiro, era jovem, de repente ia agarrar ela. Mas meu tio era um homem normal. Eram pretextos para o antissemitismo. Fizeram processo, tudo, meus pais procuraram um advogado. Acho que nessa época já tinha escrito na loja “não compre de judeus”. (NOSSING, 2010).

Hans Sigismund Bergmann nasceu em Berlim em 1925. Seu pai era comerciante, dono de uma empresa especializada em moda feminina com vários funcionários. Com a sua mãe trabalhando junto ao seu pai em um comércio ativo, tinham uma boa renda e uma vida estável. Bergmann lembra que de repente eles mudaram, indo para outro local de Berlim, com uma casa menor e com uma empresa muito menor. Mudaram em 1936. Foi para uma escola judaica depois de perceber que não poderia estar na escola que já estudava.

Não havia sensatez... Não havia, liberdade de expressão. Os jornais estrangeiros só podiam ser distribuídos após censura prévia, e foram poucos os exemplares que sobreviveram, jornais suíços, talvez. Essa censura era para todos, não só para judeus: era proibido ouvir rádios estrangeiras, com penas graves. Entre parênteses, mais para elucidar: em Berlim, por exemplo, circulavam pequenos caminhões ou carros equipados com sistema que poderia detectar se alguém estava ouvindo transmissões estrangeiras. A técnica era essa: eles conseguiam saber se alguém estava ouvindo um

aparelho de rádio, se estava recebendo ondas de transmissão proibidas. Então, havia uma verificação acurada pelo governo. (BERGMANN, 2013).

Todas as lojas de judeus tinham que ter uma placa do lado de fora sinalizando serem de judeus. Sua família tinha se mudado para aquela localidade fazia pouco e a polícia foi atrás deles para que fizessem o registro da sua loja e deles próprios para contabilizar a quantidade de judeus. Os policiais sabiam onde todos eles moravam e quando alguém se mudava, era obrigado a notificar. Depois da “Noite dos Cristais”, seu bar mitzvah foi interrompido e sua família também perdeu todos os seus itens de valor junto com a sua empresa que foram entregues aos nazistas.

Irene Margarete Helene Gebhardt Freudenheim nasceu em Frankfurt em 1932. Seu pai era um advogado e seu avô um intelectual importante. Nos anos 30, escritores e jornalistas judeus não podiam escrever sobre temas que não fossem judaicos e não poderiam ir ao cinema e ao teatro. Seu avô, Arthur Eloesser, era cofundador da Associação Cultural Judaica e tinha permissão para produzir algumas formas de lazer para os judeus, mas em condições miseráveis. Não judeus não eram permitidos, havia a imposição de censura e os judeus não podiam empregar nenhuma figura que fosse “ariana”. Apesar disso,

essa iniciativa servia, ao menos, para oferecer algum trabalho para os artistas de teatro, músicos, palestrantes e técnicos judeus, todos desempregados pelas novas leis raciais. Além disso, proporcionava um pouco de distração a um público sedento de cultura, cuja vida espiritual e cultural havia sido destruída. Essas pessoas haviam sido despojadas dos direitos mais básicos de qualquer cidadão: não podiam sentar nos bancos das praças nem nadar em piscinas públicas, mesmo naquelas que os próprios judeus haviam doado ao município. (Freudenheim).

Os livros de seu avô foram queimados na queima de livros pensada por Goebbels em 1933. Com as leis de Nuremberg e a morte de seu avô, Irene e seus pais foram para o Uruguai e tentaram fazer com que a sua avó também pudesse ir. Encontraram uma série de dificuldades graças à latente perseguição aos judeus. O governo do Uruguai pedia uma fiança muito alta e na Alemanha os judeus não conseguiam mais viajar de trem, impossibilitando seu deslocamento. Com 9 anos, sem saber exatamente o que estava acontecendo, Irene teve sua família separada após as leis raciais. Perdeu sua casa. Os laços que estava construindo quando pequena. Sua cidade. Seu país. Sua avó foi para Riga em 42 em um trem com várias outras

pessoas que após a chegada foram a maioria fuzilados. Outros membros da família também morreram.

Marguerite Stein Hirschberg também nasceu em Frankfurt, mas em 1933. Exatamente no ano em que Hitler chegou ao poder. Quando as leis raciais foram implementadas, ela passou a usar a estrela de Davi para ir à escola. Não podiam mais comprar carnes e foram obrigados a entregar seus itens de valor para os nazistas. Marguerite comenta que a Gestapo gostava de ir à casa dos judeus à noite só para aterrorizar, para checar se não tinham mais objetos de valor para entregarem. Sua mãe, enfermeira, passou a cuidar dos judeus idosos que naquele momento só podiam ficar em uma espécie de hospital para os judeus. Sendo muito pequena, sua mãe tentava aliviar os horrores que aconteciam para que ela não se desse conta da realidade.

A COMPATIBILIDADE DOS CASOS COM AS LEIS: CONCLUSÃO

Com os testemunhos mencionados, foi possível entender o impacto das Leis de Nuremberg na vida dos judeus e como a institucionalização do ódio foi responsável pela enorme adesão de alemães na repressão contra esses povos. Assim, relatos como o de Marguerite Hirschberg, que após o controle total dos nazista em 1939, foi obrigada em 12 de novembro do mesmo ano a usar a Estrela de Davi para ser identificada.⁸

Em decorrência da Lei de Restauração do Serviço Público Profissional, Henny-Jutta Nossing foi proibido de frequentar a escola, tendo em vista que o objetivo desta lei era a exclusão dos judeus de todos os campos de atuação. Então trabalho, educação, indústria, jornalismo, deixaram de ser atividades realizadas pelos povos judeus. Inclusive, estudantes judeus eram fortemente punidos com a finalidade de restringir seus acessos às universidades e escolas.

Nossing viu o avô perdendo sua loja de departamento pela perseguição nazista após a Lei Plenipotenciária que Hitler aprovou em 24 de março de 1933. Após 4 dias da promulgação da Lei, O *Führer* alimentou um grande boicote a todas as lojas de proprietários judeus. O mesmo aconteceu com o Hans Bergmann, que teve a loja de sua família atacada pelos nazistas, que hastearam bandeiras com “Não compre de Judeus” estampadas. “Os SA chegaram marchando e se postaram diante de todas as lojas de judeus. Eles emplastaram de tinta nas

⁸ Os judeus foram proibidos de andar de ônibus, possuir rádios, visitar sinagogas ou ter automóveis, e a partir de 12 de novembro tiveram que usar uma Estrela de Davi marcada na roupa.

vitrines das lojas e depois um, dois ou três homens da SA ficaram em pé do lado de fora da loja. As pessoas se juntavam ali ou passavam e então ouviam que ‘alemães não compram em lojas de judeus’, ‘os judeus são a nossa desgraça’ e assim por diante” (REES, 2020).

Desse modo, o ódio institucionalizado ganhou forças, ao ponto de outros países como a Noruega por exemplo, aderissem em certa medida a essas leis, na intenção de reprimir a presença judaica do seu território. Através dos testemunhos e das conexões construídas, é ainda mais fácil entender o caminho para a eliminação judaica do Estado Alemão e a consolidação do antissemitismo como um aparato legal utilizado em todo o Terceiro Reich.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEVI, Primo. Os afogados e os sobreviventes: Os delitos. Os castigos. As penas. As impunidades. 5. ed. [S. l.]: Paz e terra, 2016. 168 p.

LACAPRA, Dominick. Escribir la historia, escribir el trauma. 1. ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005. 224 p.

REES, Laurence. O Holocausto: Uma Nova História. 1. ed. [S. l.]: Vestígio, 2018. 600p.

TRAVERSO, Enzo. O passado, modos de usar: História, Memória e Política. 1. ed. [S. l.]: Unipop, 2012.

As direitas em perspectiva comparada: As eleições no Brasil e na França

Marco Antônio Campos e Souza⁹

Resumo: Este trabalho tem por objetivo estabelecer diálogo entre a comunidade acadêmica do Programa de Pós-graduação em História e os discentes da graduação do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Para isso, apresenta-se a pesquisa, ainda em curso, desenvolvida na dissertação de mestrado do autor, como forma de incentivar e apresentar os projetos em desenvolvimento no PPGH. A pesquisa busca compreender como as demandas regionais alteram as pautas de candidatos das Direitas Radicais, sobretudo observando as mudanças dentro das mitologias políticas movimentadas. Para esse objetivo, serão analisadas, de forma comparativa, as eleições presidenciais da França, em 2017 e do Brasil, em 2018.

Palavras-Chave: Bolsonarismo; Le Pen; Eleições; Mitos e mitologias políticas.

Résumé: Ce travail vise à établir un dialogue entre la communauté académique du programme de troisième cycle en histoire et les étudiants de premier cycle du département d'histoire de l'université fédérale de Juiz de Fora. À cette fin, il présente la recherche, toujours en cours, développée dans le mémoire de maîtrise de l'auteur, comme un moyen d'encourager et de présenter les projets en cours de développement dans le PPGH. La recherche cherche à comprendre comment les demandes régionales modifient les agendas des candidats de la droite radicale, en observant particulièrement les changements au sein des mythologies politiques. À cette fin, les élections présidentielles de la France en 2017 et du Brésil en 2018 seront analysées de manière comparative.

Mots-clés : Bolsonarisme ; Le Pen, Élections ; Mythes et mythologies politiques.

⁹ É mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Pesquisador Júnior associado ao Observatório da Extrema Direita (OED) - Brasil e ligado ao grupo de pesquisa Direitas, História e Memória (DHM), ambos credenciados no CNPq. Os interesses de pesquisa estão ligados à ascensão das direitas radicais e extremadas em contextos democráticos, atuando em temas como: História política, eleições, bolsonarismo, novas direitas, Le Pen. marco.souza@estudante.ufjf.br

As direitas radicais passaram, nas últimas décadas, por uma série de mudanças e transformações. Hoje, elas já não estão mais à margem do cenário político formal, como analisa Cas Mudde em “The far right today”, mas sim “a extrema direita está intimamente ligada à corrente política dominante; e em mais e mais países está se tornando a corrente política dominante.” (MUDDE, 2019, p. 14, tradução nossa¹⁰). Com isso, a pesquisa proposta tem por objetivo compreender a ascensão das direitas radicais, como um fenômeno global, e seus impactos locais, analisando comparativamente os processos eleitorais de Jair Messias Bolsonaro, em 2018, no Brasil, e Marine Le Pen, de 2017, na França.

Embora o fortalecimento das novas direitas seja um fenômeno global, enfrentado por países nos mais diversos continentes, suas expressões possuem contornos regionais, pautando ações importantes para suas comunidades nacionais. Dessa forma, mesmo que seja necessário nos atentar à característica internacional do fenômeno da nova onda das direitas, é imprescindível sua análise a partir de realidades locais e em um prisma comparado, para que se possa conhecer as características particulares de cada sistema.

O relativo alcance, e inclusive sucesso eleitoral, que Bolsonaro e Le Pen obtiveram em seus pleitos também reforça as perspectivas de avanço das direitas ao centro da arena política de seus países, e até mesmo ao controle político por suas agendas (MUDDE, 2019; TRAVESSO, 2019). Em 2017, Marine Le Pen alcançou o segundo turno das eleições, e terminou o processo com mais de 10 milhões de votos, ocupando o segundo lugar, com expressivos 33,9% dos votos válidos. Já em 2018, no Brasil, Jair Messias Bolsonaro venceu o pleito, com 55,13% dos votos válidos, e tornou-se o 38º Presidente do Brasil, consolidando a ascensão das direitas radicais ao poder no país.

A ascensão das direitas, ao centro do controle político, também explicita a necessidade de compreender os motivos que levam à degradação do ethos democrático, que, aparentemente, havia sido consolidado nas sociedades ocidentais no início do século XXI. Foi essa pauta que rendeu a ampliação do interesse no campo de estudos sobre as direitas radicais.

Dessa forma, a escolha da metodologia comparada, na execução deste projeto, tem por objetivo estabelecer relações entre contextos que ainda não foram contrapostos, por mais que já tenham sido objetos de estudos de forma individual. O que se coloca, portanto, é a necessidade de ampliar o olhar, e demonstrar as continuidades e disparidades nos dois

¹⁰ No original: “the far right is closely connected to the political mainstream; and in more and more countries it is becoming the political mainstream.” (MUDDE, 2019, p. 14)

contextos eleitorais. Essa percepção possibilita compreender que, além da influência global, esses processos eleitorais partilham de elementos de um fenômeno internacional das direitas radicais, mas também têm uma trajetória ligada à história das agendas das direitas radicais em seus próprios países.

Em “Pour une histoire comparée des sociétés européennes”, March Bloch apresenta as possibilidades do uso da metodologia comparada na história entre sociedades que compartilhavam o mesmo tempo. O estudo se centra em “Ao mesmo tempo, estudam sociedades vizinhas e contemporâneas, incessantemente influenciadas umas pelas outras, sujeitas em seu desenvolvimento, justamente por sua proximidade e seu sincronismo, à ação das mesmas grandes causas.” (BLOCH, 1928, p.19, tradução nossa ¹¹).

Da mesma forma, Sean Purdy indica que “O método comparado ainda é útil para compreender os paralelos e contrastes de processos históricos que podem ser limitados por entidades concretas como os estados nacionais, mesmo que tenham sido simultaneamente influenciados por conexões transnacionais.” (PURDY, 2012. p. 66). Assim, a comparação desses fenômenos poderá destacar tanto a linha comum presente na ascensão das direitas radicais no espaço público, quanto às particularidades de cada um dos casos.

A análise conjunta das mitologias políticas empreendidas pelos candidatos pode enriquecer, em muito, o debate sobre a ascensão das novas direitas ao cenário global. Como ressalta Raoul Girardet em “Mitos e mitologias políticas”, “O mito político é a fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. Mas, narrativa legendária, é verdade que ele exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para compreensão do presente.” (GIRARDET, 1987, p. 13). O conceito proposto por Girardet é central na leitura dos objetos circunscritos à pesquisa, por permitir profundas análises acerca da proposição de discursos com objetivos de ampliação do eleitorado.

Referências bibliográficas

MUDDE, Cas. *The far right today*. Cambridge: Polity Press. 2019.

TRAVERSO, Enzo. Do Fascismo ao Pós-Fascismo. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 13, n. 2, p. 12–44, 2019.

¹¹ No original: “Étudier parallèlement des sociétés à la fois voisines et contemporaines, sans cesse influencées les unes par les autres, soumises dans leur développement, en raison précisément de leur proximité et de leur synchronisme, à l’action des mêmes grandes causes” (BLOCH, 1928, p.19)

BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. Revue de synthèse historique. V. 46, p. 15-50, 1928.

PURDY, Sean. A história comparada e o desafio da transnacionalidade. Revista de História Comparada, v. 6, n. 1, p. 64–84, 2012.

GIRARDET, Raoul. Mitos e mitologias políticas. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Terrorismo de Estado e necropolítica brasileira: aborto e criminalidade pela perspectiva da extrema direita

Lavínea Oliveira da Rosa¹²

Resumo

Neste artigo, pretende-se fazer uma análise sobre o terrorismo de Estado e a necropolítica brasileira com ênfase na questão do aborto e da criminalidade através do estudo de discursos do presidente Jair Messias Bolsonaro e de dois grupos da extrema direita brasileira, a Frente Integralista Brasileira (FIB) e Associação Cívica e Cultural Arcy Lopes Estrella (ACCALE), usando como base publicações realizadas pelos mesmos em redes sociais e sites oficiais, além de publicações em jornais. Ao final do artigo, espera-se cumprir com o objetivo proposto pela pesquisa e propor uma reflexão sobre como a extrema direita brasileira faz uso de diversos aparatos políticos para favorecer os homens brancos da elite e controlar a política a favor destes, mantendo à margem qualquer indivíduo que possa ameaçar esse poder centralizado.

Palavras-chave: Terrorismo de Estado. Necropolítica brasileira. Extrema Direita. Aborto. Criminalidade.

Abstract

This article aims to analyze state terrorism and Brazilian politics, with emphasis on the issue of abortion and crime through the study of speeches of President Jair Messias Bolsonaro and two Brazilian extreme right-wing groups, the Frente Integralista Brasileira (FIB) and Associação Cívica e Cultural Arcy Lopes Estrella (ACCALE), using as a basis publications made by them on social networks and official websites, as well as publications in newspapers. At the end of the article, we hope to fulfill the objective proposed by the research and propose a reflection on how the Brazilian extreme right makes use of various political apparatuses to favor the white men of the elite and control politics in their favor, keeping aside any individual who may threaten this centralized power.

Keywords: State terrorism. Brazilian Necropolitics. Extreme Right. Abortion. Criminality.

1. Introdução

¹² Graduanda em Bacharelado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail:lavinea2001@gmail.com.

O presente artigo tem por objetivo apresentar os resultados obtidos através da pesquisa realizada durante a disciplina de Tópicos Especiais em História sob a orientação do Professor Doutor Leandro Pereira Gonçalves¹³ e pelo Professor Doutor Fábio Chang de Almeida¹⁴ pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

A pesquisa teve, como objetivo principal, o acompanhamento e a análise de dois grupos neointegralistas pertencentes à extrema direita brasileira, sendo estes a Associação Cívica e Cultural Arcy Lopes Estrella (ACCALE) e a Frente Integralista Brasileira (FIB), bem como os discursos e falas públicas do presidente Jair Messias Bolsonaro buscando relacionar as publicações e falas dos três objetos de estudo com a questão do terrorismo de Estado e da necropolítica brasileira, com uma ênfase maior na questão do aborto e da criminalidade.

Dessa forma, as fontes utilizadas para a pesquisa foram as publicações realizadas pela ACCALE e FIB em seus sites oficiais e em redes sociais, como Facebook, Instagram e Twitter,

¹³Professor adjunto de História da América Contemporânea do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com atuação no Programa de Pós-Graduação em História. Editor da *Locus: Revista de História*. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) com estágio (junior visiting fellowship), no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e com pós-doutoramento pela Universidad Nacional de Córdoba (Centro de Estudios Avanzados/Argentina). Membro do Conselho Administrativo da International Association for Comparative Fascist Studies (ComFas). Membro do Conselho Deliberativo da Associação Nacional de História, Minas Gerais (2020-2022). Investigador colaborador do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (CEHR/UCP) e Colaborador externo do HISPONA/Universidade de Santiago de Compostela. Líder do Grupo de Pesquisa (CNPq), Direitas, História e Memória (UFJF/UFF). Coordenador da Rede de Investigação, Direitas, História e Memória, sendo também responsável pelo Grupo de Trabalho da ANPUH (2019/2021). Investigador da Rede Internacional Conexões Lusófonas: ditadura e democracia em português e do Grupo de Trabajo Derechas contemporáneas: dictaduras y democracias (CLACSO). As pesquisas recentes concentram-se em questões relacionadas à História da América Latina, especialmente Uruguai, Peru e Argentina, nos campos da História Política e Cultural, assim como elementos transnacionais e abordagens comparadas com a Península Ibérica, sobretudo no âmbito dos estudos das direitas, dos fascismos, integralismo, salazarismo e franquismo. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7743686108979287>.

¹⁴Professor da Universidade La Salle (UNILASALLE). Pós-doutorando em História (UFJF). Doutor em História (UFRGS). Junior Visiting Fellow no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Mestre em História (UFRGS). Especialista em História da Alimentação e Patrimônio Cultural (UNISC). Especialista em Psicopedagogia e Tecnologias da Informação e Comunicação (UFRGS). Bacharel em Nutrição (UFRGS). Licenciado em Geografia (UFRGS) e História (ULBRA). Foi professor/orientador no Curso de Especialização em Educação para a Diversidade (FACED/UFRGS); membro do Grupo de Pesquisa 'Direitas, História e Memória' (UEM/CNPq) e secretário do GT de História Política da ANPUH-RS. Atualmente é pesquisador do Laboratório de História Política e Social (LAHPS/UFJF); membro do Grupo de Pesquisa 'História das Direitas e do Autoritarismo' (UFF/CNPq); investigador associado da Rede Internacional de Investigação 'Direitas, História e Memória'; membro do Diretório de Investigadores 'L@s Derecha-log@s' (Universidad Nacional de General Sarmiento) e professor de História na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (SMED-POA). Interesses de pesquisa: História da Alimentação; História da Saúde; História Contemporânea; Nacionalismos; Direita Radical; Teoria e Metodologia da História; Educação. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6785477466762241>.

no qual o critério principal foi a menção de algum grupo pró-vida ou a exposição de suas opiniões acerca das temáticas escolhidas. Além disso, as entrevistas concedidas de Jair Bolsonaro também foram analisadas levando em consideração os mesmos critérios.

Este artigo está dividido em cinco capítulos, sendo eles: Introdução; Terrorismo de Estado e Necropolítica; O aborto de acordo com a extrema direita brasileira; A criminalidade de acordo com a extrema direita brasileira; e, Considerações finais.

Portanto, a estrutura do artigo foi pensada com o objetivo de torná-lo mais didático para o leitor, para que o mesmo possa entender o que está sendo proposto através de uma contextualização até chegar no objetivo principal deste artigo que é a discussão sobre o uso de aparatos políticos pela extrema direita brasileira para o favorecimento de homens brancos da elite e o controle da política a favor dos mesmos, colocando qualquer indivíduo que ofereça uma ameaça à esse poder centralizado à margem.

2. Terrorismo de Estado e Necropolítica

O Brasil ao longo de toda a sua história possuiu alguns regimes ditatoriais, sendo o mais marcante a ditadura militar brasileira, mais conhecida como Golpe de 64, que durou 25 anos (1964-1985). A ditadura é um regime autoritário antidemocrático, podendo ser exercido por uma ou mais pessoas no poder e para que esse poder continue centralizado nas mãos dessa(s) pessoa(s) faz-se uso do chamado terrorismo de Estado, ou seja, uso extremo da violência do Estado para com a população.

De acordo com Mbembe:

“Este ensaio pressupõe que a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder.” (2016, p. 123).

Ou seja, a necropolítica é uso do poder político e social com o intuito de decidir que pessoas vivem e que pessoas morrem.

Ao associar o conceito de terrorismo de Estado e o de necropolítica, percebe-se que estes dois são explicitamente presentes na realidade política, social e econômica do Brasil. Para comprovar basta analisar alguns discursos do atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro.

Em uma reportagem realizada pela Carta Capital em 29 de outubro de 2018¹⁵, encontra-se algumas frases marcantes ditas pelo presidente, como:

“O erro da ditadura foi torturar e não matar”. – dita nos anos de 2008 e 2016.

“Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff [...] o meu voto é sim”. – dita no ano de 2016.

“A atual Constituição garante a intervenção das Forças Armadas para a manutenção da lei e da ordem. Sou a favor, sim, de uma ditadura, de um regime de exceção, desde que este Congresso dê mais um passo rumo ao abismo, que no meu entender está muito próximo” – dita no ano de 1999.

“[O policial] entra, resolve o problema e, se matar 10, 15 ou 20, com 10 ou 30 tiros cada um, ele tem que ser condecorado, e não processado”. – dita em 2018.

“Morreram poucos. A PM tinha que ter matado mil”. – dita em 1992.

“Fui num quilombola [sic] em Eldorado Paulista. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Acho que nem para procriadores servem mais”. – dita em 2017.

Ao analisar essas falas, percebe-se que elas fazem referência em algum grau ao terrorismo de Estado e à necropolítica, fazendo-nos chegar a conclusão de que “bandido bom é bandido morto” apenas quando são pessoas fora do que se entende como elite brasileira, pois quando se trata de um torturador da ditadura ou de policiais que são treinados exclusivamente para matar a situação inverte.

Associado a isso, têm-se o negacionismo da ciência e, principalmente, da vacina, tentativa de imunização de rebanho, tentativa de mudança da bula da cloroquina, superfaturação em vacinas, bloqueio de investigações, ameaça às eleições e tentativa de voto impresso. Além disso, a ligação entre milícias e a família de Bolsonaro vêm sendo cada vez mais discutida por reportagens de jornais, como por exemplo, a reportagem de Metrôpoles que afirma que “Milícia digital bolsonarista ativa robôs por ataque de Bolsonaro à CPI”¹⁶; a reportagem de Istoé que afirma que “É

¹⁵Bolsonaro em 25 frases polêmicas. **Carta Capital**, Brasil, 29 out. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 16 ago. 2021.

¹⁶MATSUI, Naomi. Milícia digital bolsonarista ativa robôs por ataque de Bolsonaro à CPI. **Metrôpoles**, 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/milicia-digital-bolsonarista-ativa-robos-por-ataque-de-bolsonaro-a-cpi>. Acesso em: 16 ago. 2021.

pública a ligação do clã Bolsonaro com as milícias”¹⁷; e, a reportagem do Brasil de Fato “Se viúva de Nóbrega delata Bolsonaro, sua vida acaba, diz suposto sócio do Escritório do Crime”¹⁸. Portanto, percebe-se que o direito de quem vive e de quem morre não é justo, principalmente quando se analisa a questão do aborto e da criminalidade. A ideologia por trás desse discurso de pró-vida é mais um controle político, econômico e social do que uma real preocupação por parte dos políticos com a vida humana.

3. O aborto de acordo com a extrema direita brasileira

O movimento feminista, que tem como objetivo principal a emancipação das mulheres, é um movimento extremamente criticado, condenado e até mesmo atacado tanto por grupos religiosos quanto por grupos conservadores em todo o mundo. Especialmente no Brasil, percebe-se isso mais claramente pelo fato de se ter em cargos políticos importantes muitos indivíduos que se dizem antifeministas e principalmente pró-vida, como a própria ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Regina Alves.

Em uma publicação em seu perfil no Twitter, a ministra faz propaganda contra o aborto e afirma:

“No Governo @jairbolsonaro a proteção a infância é um compromisso e isso vale também para os bobês no útero materno. Se for para falar em DIREITOS HUMANOS, que seja PARA TODOS!

Brasil acima de TUDO e DEUS acima de TODOS!”¹⁹

Além disso, o presidente Jair Messias Bolsonaro em 27 de outubro de 2020 assinou um decreto que visa garantir o direito à vida a fetos. De acordo com uma reportagem da Istoé:

¹⁷FERRARI, Mariana. É pública a ligação do clã Bolsonaro com as milícias. **ISTOÉ**, 2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/e-publica-a-ligacao-do-cla-bolsonaro-com-as-milicia/>. Acesso em: 16 ago. 2021.

¹⁸SEGALLA, Vinícius. CARVALHO, Igor. Se viúva de Nóbrega delata Bolsonaro, sua vida acaba, diz suposto sócio do Escritório do Crime. **Brasil de Fato**, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/24/se-viuva-de-nobrega-delata-bolsonaro-sua-vida-acaba-diz-suposto-socio-do-escritorio-do-crime>. Acesso em: 24 ago. 2021.

¹⁹ALVES, Damares. **No Governo @jairbolsonaro a proteção a infância é um compromisso e isso vale também para os bobês no útero materno. Se for para falar em DIREITOS HUMANOS, que seja PARA TODOS! Brasil acima de TUDO e DEUS acima de TODOS!**. Brasil, 24 de agosto de 2021. Twitter: @DamaresAlves. Disponível em: https://twitter.com/DamaresAlves/status/1430266497201541125?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Etweet. Acesso em: 24 ago. 2021.

“O Artigo 5 da Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031 traz a seguinte orientação: “promover o direito à vida, desde a concepção até a morte natural, observando os direitos do nascituro, por meio de políticas de paternidade responsável, planejamento familiar e atenção às gestantes”.”²⁰

Em outra reportagem, *Jornal do Comércio*, percebe-se claramente a opinião do atual presidente sobre a mesma temática:

“Embora diga que a mulher tem o poder da decisão, diz que, como parlamentar, votaria contra legalizar o aborto -e, se eleito chefe do Executivo, exerceria seu poder presidencial e vetaria uma lei pró-aborto eventualmente aprovada pelo Congresso. “Mas se o Congresso derrubar o veto, aí eu não posso fazer nada”, completa.”²¹

Ao analisar as decisões políticas tomadas pelo presidente e todo o seu governo de forma geral, chega-se à conclusão de que não se trata apenas de uma decisão centrada na racionalidade e qualidade de vida voltada às mulheres, trata-se de um controle político dos direitos e corpos femininos com o intuito de manter o poder centrado “nas mãos” da elite brasileira: homens brancos ricos. Seguindo a mesma linha de raciocínio, os grupos da extrema direita brasileira possuem o mesmo ideal: a luta contra a legalização do aborto.

A Frente Integralista Brasileira (FIB), segundo Gonçalves e Caldeira Neto:

é o maior, mais organizado e ativo entre os três grupos neointegralistas surgidos após o congresso de 2004. Atualmente, o presidente do grupo é Moisés Lima, que se apresenta como filósofo. A FIB foi fundada no dia 22 de janeiro de 2005, com sede em São Paulo, e se apresenta como um grupo voltado a resgatar a herança cultural, cívica, política e ideológica da Ação Integralista Brasileira. (GONÇALVES e CALDEIRA NETO, 2020, p.171-172).

²⁰ Governo assina decreto que define “direito à vida desde a concepção”. *IstoÉ*. Brasil, 27 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/bolsonaro-assina-decreto-contrario-ao-aborto-por-risco-de-vida-e-estupro/>. Acesso em: 24 ago. 2021.

²¹ Bolsonaro diz que homem não deve intervir na decisão da mulher sobre o aborto. *Jornal do Comércio*. Brasil, 07 de agosto. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/conteudo/politica/2018/08/642423-bolsonaro-diz-que-homem-nao-deve-intervir-na-decisao-da-mulher-sobre-aborto.html>. Acesso em: 24 ago. 2021.

A FIB pode ser descrita como um grupo que tem como sua base principal a doutrina integralista e leva isso à risca, sendo o grupo mais parecido em todos os aspectos com o movimento integralista. O grupo faz fortes críticas à mídia, é pró-vida, sendo fortemente e explicitamente contra o aborto e percebe-se uma grande preocupação para manter os valores morais, patrióticos e religiosos. A ligação com a Igreja Católica se faz muito presente e o grupo preocupa-se principalmente com as questões políticas, econômicas e sociais brasileiras. Ademais, os mesmos se consideram os herdeiros oficiais do movimento integralista.

Em seu site oficial, a FIB faz diversas publicações contra a legalização do aborto e contra o feminismo, como na seguinte publicação:

“Nesse sentido, investiram também na criação de inúmeras ONGs feministas (muitas delas, mantidas com recursos externos), com o intuito de disseminar essa agenda, a partir de um novo paradigma de saúde, de direitos humanos, de empoderamento das mulheres, de novos modelos de família, etc., paradigma este que a Fundação Ford quis tornar público para que outras fundações e grupos (Fundação Rockefeller, Fundação McArthur, Open Society, etc.) se somassem nesse processo, com essa estratégia de mutação cultural, tendo em vista a promoção do aborto, em todas as fases. “A imposição de teses, em matéria de sexualidade e de vida humana que esvaziam de sentido o bem da família é uma estratégia política dos grupos de ideologia liberal-radical”²². Um paradigma utilitarista, que exclui categorias sociais do “direito a vida” (primeiro e principal de todos os direitos humanos), como os bebês no ventre materno, flagelados pelo aborto, e os idosos, com a eutanásia.”²²

Em outra publicação também se percebe a mesma ideia:

“Os organismos que estão trabalhando internacionalmente pela aprovação do aborto são as Fundações (que planejam e financiam as ações) e as organizações não governamentais (que as executam) e que promovem tudo isso com enormes somas de dinheiro, como as Fundações Ford, Rockefeller, MacArthur, a Buffet (entre as fundações), e a International Planned Parenthood Federation (IPPF, que tem filiais em quase 150 países), a Rede Feminista de Direitos Sexuais e Reprodutivos, as Católicas pelo Direito de Decidir (que não são católicas, mas usam o nome para confundir principalmente os católicos), a Sociedade de Bem-Estar Familiar no Brasil (Benfam) e a International Pregnancy Advisory Services (IPAS), entre as ONGs.”²³

²² <https://www.integralismo.org.br/opiniao/agenda-do-aborto-atenta-contr-a-soberania-nacional-e-tem-como-alvo-os-mais-fragilizados-da-sociedade/>

²³ <https://www.integralismo.org.br/politica/aborto-agora-e-financiado-pelo-estado/>

Já a Associação Cívica e Cultural Arcy Lopes Estrella (ACCALE), de acordo com Gonçalves e Caldeira Neto:

(...) se apresenta como “nem destros nem sinistros” (nem direita nem esquerda), se define como uma associação que tem por finalidade a divulgação do pensamento nacionalista, por meio de palestras, seminários, mesas-redondas e cursos de formação. O grupo, que não tem estrutura rígida, com líderes definidos, tem como patrono Arcy Lopes Estrella, o dr. Arcy. As bandeiras da Accale são o nacionalismo, o anticomunismo, o antiliberalismo, a contrariedade ao progressismo e à usura, assim como a defesa de uma revolução interior, muito similar à proposta integralista. (GONÇALVES e CALDEIRA NETO, 2020, p.187).

A ACCALE pode ser descrita como um grupo que faz uso da doutrina integralista, possui uma abordagem mais agressiva e voltada aos adolescentes, são contra o progressismo, marxismo, aborto e liberalismo. O grupo se diz contra a inércia, preguiça, indivíduos que não se rebelam com o contexto social e político da atualidade e contra o comodismo. Entretanto, apesar de ser contra o aborto, o grupo não é tão ligado a questão religiosa e aborda sobre questões políticas tanto brasileiras quanto estrangeiras.

A ACCALE também compartilha do mesmo ideal que o presidente e a FIB em relação ao aborto e ao feminismo. Esse ideal fica bem nítido nas publicações realizadas pelo grupo, como:

“Estamos, de fato, numa distopia orwelliana, onde, em nome da defesa da vida da mulher, bebês serão mortos.
Os enganadores conseguem fazer da defesa da morte uma defesa da vida.
Nem mesmo George Orwell poderia prever tamanha malevolência.”²⁴

Além de uma publicação com o título “Diga não às drogas!”²⁵ se referindo a ser contra o feminismo.

Tanto o presidente Jair Messias Bolsonaro e seu governo quanto os grupos da extrema direita brasileira, no seguinte caso a FIB e a ACCALE, possuem uma ideia de pró-vida não por realmente acreditarem que a vida de um feto é uma vida que vale ser salva e que essa decisão tem que ser tomada pelo governo federal, mas sim por um controle do corpo das mulheres.

²⁴ACCALE.Estamos, de fato, numa distopia orwelliana, onde, em nome da defesa da vida da mulher, bebês serão mortos. 15 dez. 2020. Instagram: @accalenacionalismo. Disponível em:<https://www.instagram.com/p/CIOVXItg8sW/>. Acesso em: 17 de agosto de 2021.

²⁵ACCALE.Diga não às drogas!. 10 set. 2020. Instagram: @accalenacionalismo. Disponível em:<https://www.instagram.com/p/CE-Q-9YgGtW/>. Acesso em: 17 de agosto de 2021.

Todo governo autoritário e totalitário utiliza os direitos e corpos das mulheres como uma forma de demonstrar o seu poder, como Simone de Beauvoir bem afirmou: “Basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados”.

4. A criminalidade de acordo com a extrema direita brasileira

O Brasil é um dos países mais violentos do mundo, como bem mostra uma reportagem da Veja de 16 de junho de 2021:

“O Brasil é o país onde a população tem o mais alto grau de medo da violência, segundo o Global Peace Index (GPI) de 2021. A pesquisa, elaborada anualmente pelo Instituto para Economia e Paz, sediado na Austrália, mostrou que quase 83% dos brasileiros temem ser vítima de um crime violento.”²⁶

Ainda de acordo com a reportagem:

“Em sua 15ª edição, o estudo ainda trás um ranking de 163 países, classificados de acordo com o nível de violência. Neste ano, o Brasil ficou na posição de número 128, atrás de outras nações sul-americanas como Chile (49), Equador (88) e até mesmo a Bolívia (105).”²⁷

Entretanto, esse alto índice de criminalidade nos mostra não apenas um problema de segurança pública, mas também de estrutura econômica e social. De acordo com uma reportagem da Carta Capital de 19 de outubro de 2020:

²⁶BRAUN, Julia. Brasil é país onde população mais teme violência no mundo, aponta índice. **VEJA**, 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/brasil-e-pais-onde-populacao-mais-teme-violencia-no-mundo-aponta-indice/#:~:text=O%20Brasil%20%C3%A9%20o%20pa%C3%ADs,v%C3%ADtima%20de%20um%20crime%20violento>. Acesso em: 24 ago. 2021.

²⁷BRAUN, Julia. Brasil é país onde população mais teme violência no mundo, aponta índice. **VEJA**, 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/brasil-e-pais-onde-populacao-mais-teme-violencia-no-mundo-aponta-indice/#:~:text=O%20Brasil%20%C3%A9%20o%20pa%C3%ADs,v%C3%ADtima%20de%20um%20crime%20violento>. Acesso em: 24 ago. 2021.

“A proporção de negros no sistema carcerário cresceu 14%, enquanto a de brancos diminuiu 19% nos últimos 15 anos no Brasil. É o que aponta o 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública divulgado no domingo 18 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.”²⁸

Além disso, de acordo com a reportagem, cerca de 438,7 mil presos são negros, o que seria equivalente a 66,7%, enquanto que apenas 219,1 mil presos são brancos, o que seria equivalente a 33,3%. Assim, duas a cada três pessoas presas são negras. O mesmo se mantém na quantidade de pessoas mortas por agentes do Estado: a cada dez pessoas mortas, oito são negras.

Esses números nos mostram que o Brasil possui uma herança ainda escravista e colonial, na qual a política faz uso do racismo como uma das ferramentas para controlar a sociedade. Como bem mostra Mbembe:

“Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “este velho direito soberano de matar”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e torna possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para aceitabilidade do fazer morrer”.” (2016, p. 128).

Para comprovar essa ideia, tem-se a reportagem do Congresso Em Foco de 13 de outubro de 2018, a qual afirma que Bolsonaro fez um discurso apoiando um grupo de extermínio que matava jovens da periferia e cobrava R\$ 50,00 para tal ato.

Sendo este o discurso realizado pelo atual presidente brasileiro:

“Quero dizer aos companheiros da Bahia — há pouco ouvi um parlamentar criticar os grupos de extermínio — que enquanto o Estado não tiver coragem de adotar a pena de morte, o crime de extermínio, no meu entender, será muito bem-vindo. Se não houver espaço para ele na Bahia, pode ir para o Rio de Janeiro. Se depender de mim, terão todo o meu apoio, porque no meu estado só as pessoas inocentes são dizimadas. Na Bahia, pelas informações que tenho — lógico que são grupos ilegais —, a marginalidade tem decrescido. Meus parabéns!”²⁹

²⁸Dois a cada três presos no Brasil são negros, aponta relatório. **Carta Capital**. Brasil, 19 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/dois-a-cada-tres-presos-sao-negros-no-brasil-aponta-relatorio/>. Acesso em: 24 ago. 2021.

²⁹Em discurso, Bolsonaro apoiou grupo de extermínio que cobrava R\$ 50 para matar jovens da periferia. Congresso em foco, Brasil, 13 out. 2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/bolsonaro-apoiou-grupo-de-extermínio-que-cobrava-r-50-para-matar-jovens-da-periferia/>. Acesso em: 16 ago. 2021.

Além disso, o presidente também comemorou recentemente em seu Twitter a morte do dito serial killer chamado Lázaro Barbosa de Sousa no dia 28 de junho de 2021, dizendo “LÁZARO: CPF CANCELADO!”.³⁰ A ACCALE e a FIB também compartilham do mesmo pensamento de Jair Bolsonaro. Em uma postagem no Instagram em 10 de dezembro de 2020, a ACCALE comemora a morte de um homem negro no Carrefour e lamenta a morte de um policial branco, afirmando “DOIS PESOS E DUAS MEDIDAS! A imprensa e os cães de guarda do sistema - a esquerda progressista - fazem questão de inverter valores e propagar o caos e a confusão.”³¹ Em outra publicação, realizada em 8 de maio de 2021 no site oficial, o grupo afirma que “Morte de traficantes comove mais a mídia do que o assassinato brutal de bebês”.³² Já a FIB, em uma publicação em site oficial, trata sobre a questão do Rio de Janeiro como uma questão de barbaridade, focando na questão do tráfico e esquecendo-se da questão social, econômica e política escondida por trás disso.

Apesar dos grupos da extrema direita brasileira tratarem sobre a questão da criminalidade de maneira parecida com a de Bolsonaro, percebe-se a mesma ideia: necropolítica, ou seja, é apenas para alguns, visto que, quando Eduardo Fauzi foi preso, tanto a FIB quanto a ACCALE e até mesmo a MIL-B prestaram solidariedade ao mesmo e julgaram ser um absurdo a prisão, mas, quando é para debater sobre a prisão de indivíduos que se encontram à margem da sociedade o argumento utilizado muda, mostrando novamente que a vida de cada um é decidida através da política.

5. Considerações Finais

Ao analisar os discursos e publicações do presidente Jair Messias Bolsonaro e dos grupos ACCALE e FIB, chega-se a conclusão de que a ideologia defendida pelos mesmos não se trata de realmente ser pró-vida e promover uma justiça igual para todos os cidadãos. A ideologia defendida é a do controle da vida das mulheres e de homens que não fazem parte da

³⁰M. BOLSONARO, Jair. **LÁZARO: CPF CANCELADO!**. Brasil, 28 jun. 2021. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1409523075708751877>. Acesso em: 16 ago. 2021.

³¹ACCALE.**DOIS PESOS E DUAS MEDIDAS!**. 10 dez. 2020. Instagram: @accalenacionalismo. Disponível em:<https://www.instagram.com/p/CloIkCcA46c/>. Acesso em: 17 de agosto de 2021.

³²<https://accale.org/blog/2021/05/08/morte-de-trafficantes-comove-mais-a-midia-do-que-o-assassinato-brutal-de-bebes/>

elite, pautada na ideia de que quem escolhe quem vai morrer ou viver são os homens brancos com uma alta lucratividade.

Portanto, ao analisar as publicações chega-se a conclusão de que a ideologia imposta pela extrema direita nada mais é que uma escapatória para que a elite política possa decidir quem vive e quem morre, utilizando aparatos políticos como terrorismo de Estado para conseguir tudo o que se deseja, colocando à margem da sociedade quem atrever mudar seus planos e, por isso, faz-se tão importante analisar a ideologia exposta pela extrema direita através de suas publicações em redes sociais influenciando milhares de indivíduos brasileiros não só na forma que enxergam tais temáticas, aborto e criminalidade, como também na própria criação de memórias e estereótipos nacionais.

Referências:

Gonçalves, Leandro P., & Caldeira Neto, Odilon. (2020). O Fascismo em Camisas Verdes: do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV Editora.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Arte & ensaios. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 2, dezembro de 2016, p. 123-151.

Fontes:

ACCALE. **Diga não às drogas!**. 10 set. 2020. Instagram: @accalenacionalismo. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CE-Q-9YgGtW/>. Acesso em: 17 de agosto de 2021.

ACCALE. **DOIS PESOS E DUAS MEDIDAS!**. 10 dez. 2020. Instagram: @accalenacionalismo. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CIoIkCcA46c/>. Acesso em: 17 de agosto de 2021.

ACCALE. **Estamos, de fato, numa distopia orwelliana, onde, em nome da defesa da vida da mulher, bebês serão mortos.** 15 dez. 2020. Instagram: @accalenacionalismo. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CI0VXIItg8sW/>. Acesso em: 17 de agosto de 2021.

ALVES, Damares. **No Governo @jairbolsonaro a proteção a infância é um compromisso e isso vale também para os bobês no útero materno. Se for para falar em DIREITOS HUMANOS, que seja PARA TODOS! Brasil acima de TUDO e DEUS acima de TODOS!**. Brasil, 24 de agosto de 2021. Twitter: @DamaresAlves. Disponível em:

Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por uma história decolonial: Gênero, raça e classe na América Latina. Eduarda Guerra Tostes; Lavínia Renata de Oliveira Turqueti; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2022. 926 p.

https://twitter.com/DamaraAlves/status/1430266497201541125?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Etweet. Acesso em: 24 ago. 2021.

Bolsonaro diz que homem não deve intervir na decisão da mulher sobre o aborto. **Jornal do Comércio**. Brasil, 07 de agosto. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/politica/2018/08/642423-bolsonaro-diz-que-homem-nao-deve-intervir-na-decisao-da-mulher-sobre-aborto.html. Acesso em: 24 ago. 2021.

Bolsonaro em 25 frases polêmicas. **Carta Capital**, Brasil, 29 out. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 16 ago. 2021.

BRAUN, Julia. Brasil é país onde população mais teme violência no mundo, aponta índice. **VEJA**, 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/brasil-e-pais-onde-populacao-mais-teme-violencia-no-mundo-aponta-indice/#:~:text=O%20Brasil%20%C3%A9%20o%20pa%C3%ADs,v%C3%ADtima%20de%20um%20crime%20violento>. Acesso em: 24 ago. 2021.

Dois a cada três presos no Brasil são negros, aponta relatório. **Carta Capital**. Brasil, 19 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/dois-a-cada-tres-presos-sao-negros-no-brasil-aponta-relatorio/>. Acesso em: 24 ago. 2021.

Em discurso, Bolsonaro apoiou grupo de extermínio que cobrava R\$ 50 para matar jovens da periferia. Congresso em foco, Brasil, 13 out. 2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/bolsonaro-apoiou-grupo-de-extermínio-que-cobrava-r-50-para-matar-jovens-da-periferia/>. Acesso em: 16 ago. 2021.

FERRARI, Mariana. É pública a ligação do clã Bolsonaro com as milícias. **ISTOÉ**, 2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/e-publica-a-ligacao-do-cla-bolsonaro-com-as-milicia/>. Acesso em: 16 ago. 2021.

Governo assina decreto que define “direito à vida desde a concepção”. **Istoé**. Brasil, 27 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/bolsonaro-assina-decreto-contrario-ao-aborto-por-risco-de-vida-e-estupro/>. Acesso em: 24 ago. 2021.

<https://accale.org/blog/2021/05/08/morte-de-trafficantes-comove-mais-a-midia-do-que-o-assassinato-brutal-de-bebes/>

<https://www.integralismo.org.br/opiniao/agenda-do-aborto-atenta-contr-a-soberania-nacional-e-tem-como-alvo-os-mais-fragilizados-da-sociedade/>

<https://www.integralismo.org.br/politica/aborto-agora-e-financiado-pelo-estado/>

M. BOLSONARO, Jair. **LÁZARO: CPF CANCELADO!**. Brasil, 28 jun. 2021. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1409523075708751877>. Acesso em: 16 ago. 2021.

SEGALLA, Vinícius. CARVALHO, Igor. Se viúva de Nóbrega delata Bolsonaro, sua vida acaba, diz suposto sócio do Escritório do Crime. **Brasil de Fato**, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/24/se-viuva-de-nobrega-delata-bolsonaro-sua-vida-acaba-diz-suposto-socio-do-escritorio-do-crime>. Acesso em: 24 ago. 2021.

“O Brasil votará na O.N.U. a favor de Portugal, se eu for eleito presidente”: os interesses por trás da relação de Lacerda com Portugal.

Fernanda Gallinari Sathler Mussi³³

Resumo:

(...) a missão civilizadora que Portugal levou aos cinco cantos do mundo era algo relevante. Ignorá-la seria ignorar o Brasil. Negá-la, seria negar a história, seria negar a própria evidência. Esquecê-la, seríamos esquecermos de nós próprios que somos filhos diletos dessa civilização. Esse trecho retirado do jornal a *Última Hora* é apenas mais uma das reportagens concedida pelo político e jornalista Carlos Lacerda a favor de Portugal nas Guerras Coloniais. Interessamos nessa comunicação debater parte dessa pesquisa de doutorado, cujo objetivo, é analisar as relações de Carlos Lacerda com Portugal a partir de 1954, quando ele participou ativamente de uma das maiores crises institucionais e políticas do país: o fim do Governo Vargas; até 1977, quando ele faleceu de um ataque cardíaco.

Palavras-chaves: Carlos Lacerda, História Transnacional, Brasil-Portugal, missão civilizadora.

Summary:

(...) the civilizing mission that Portugal took to the five corners of the world was something relevant. To ignore it would be to ignore Brazil. To deny it would be to deny history, it would be to deny the evidence itself. To forget it, we would be forgetting ourselves, who are beloved children of this civilization. This excerpt taken from the newspaper a *Última Hora* is just one of the reports given by politician and journalist Carlos Lacerda in favor of Portugal in the Colonial Wars. We are interested in this communication to discuss part of this doctoral research, whose objective is to analyze Carlos Lacerda's relations with Portugal from 1954, when he actively participated in one of the biggest institutional and political crises in the country: the end of the Vargas Government; until 1977, when he died of a heart attack.

Keywords: Carlos Lacerda, Transnational History, Brazil-Portugal, civilizing mission.

³³ Doutoranda na pós-graduação História, da UFJF. E-mail: fernanda.gallinari@hotmail.com/
fegallinarimusse@gmail.com

1. Nasceu um defensor de Portugal

*O Brasil sempre prezou em manter boas relações com Portugal, e Carlos Lacerda também, que dizia ser português de alma.*³⁴

Carlos Frederico Werneck de Lacerda era filho de Maurício de Lacerda e Olga Caminhoá Werneck. Nasceu no dia trinta de abril de mil novecentos e quatorze, na Primeira República (1889-1930) no Rio de Janeiro, mas seu pai, preferiu registrá-lo em Vassouras, município próximo. Ele faleceu devido a um ataque cardíaco no dia 21 de maio de 1977, na cidade do Rio de Janeiro³⁵.

Ele nasceu em um meio político, seu pai Maurício de Lacerda escrevia críticas ao governo de Getúlio Vargas no *Diário de Notícias*, logo após, seus tios, Fernando e Paulo serem perseguidos por fazerem parte do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Aprendeu que naturalmente o jornalismo estava ligado a política, e tinha uma espécie de compromisso importante: “a força de dizer todos os dias, como é que devem ser feitas as coisas e a fazer oposição, acaba-se, de certo modo, comprometido a fazê-las.”³⁶

Influenciado pelos seus familiares, se interessou pelo PCB, iniciando-se, portanto, sua trajetória política. Sua relação com o partido comunista brasileiro não terminou de forma amigável. Ele acabou sendo expulso, depois de uma notícia sobre a história do Partido que não agradou seus principais membros. Após isso, Lacerda participou da formação da União Democrática Nacional, a UDN, momento em que marca sua guinada para a Direita. Foi eleito vereador no Distrito Federal, em 1947.

Sua primeira atuação como político udenista, foi na campanha de Brigadeiro Eduardo Gomes. Escrevendo contra os concorrentes de Brigadeiro na coluna “na Tribuna da Imprensa”, Lacerda foi ganhando fama como um exímio jornalista. Esses artigos vão ser o marco na sua profissão como jornalista, e vai ajudá-lo a conquistar o seu próprio jornal, o *Tribuna da Imprensa*. O *Tribuna da Imprensa*, era uma espécie de “arma ameaçadora dos governos”, seu maior alvo de críticas inicialmente foram o PTB e Vargas. O jornal cresceu rapidamente,

³⁴ Em uma de suas entrevistas para RTP (rádio e televisão de Portugal), Lacerda declarou sua paixão por Portugal, afirmando que era um português de alma.

³⁵ MUSSI, Fernanda Gallinari Sathler. **Conservadorismo e política: Carlos Lacerda em suas obras literárias (1964-1977)**. Dissertação de mestrado. História, Juiz de Fora: UFJF, 2020. p.17

³⁶ LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro, 1977. p. 28.

garantindo espaço no mercado nacional, principalmente, no Rio de Janeiro onde encontrava sua sede.

De fato, Carlos Lacerda esteve presente em todas as crises políticas que abalaram a frustrada experiência democrática iniciada em 1946. Sua fama de demolidor de presidentes, iniciou-se após o atentado que ele sofreu em 1954³⁷, que vai ter como consequência o fim de uma das maiores eras políticas da história brasileira, a era Vargas, acompanhada de uma das grandes crises institucionais que o país já sofreu: o suicídio do Presidente Vargas. Lacerda se ausenta do país por um tempo, e a escolha por Portugal não foi por acaso. Ele se sentia à vontade e em casa nas terras portuguesas.

Sua relação com os portugueses se intensificou em um período bastante conturbado de sua vida. O *Diário de Notícias*, um dos periódicos mais vendidos em Portugal, noticiou a chegada de Lacerda no país: *chegou hoje a Lisboa o jornalista brasileiro Carlos Lacerda cuja ação esteve na base da queda do regime de Getúlio Vargas*³⁸. Na notícia havia uma minibiografia da trajetória política do Lacerda, e parte de uma entrevista concedida por ele onde ele defendia o "fortalecimento da política luso-brasileira". Fez muitos elogios, e afirmou que em toda oportunidade traria seus filhos a Portugal para eles entenderem mais de suas origens. Lacerda aproveitou para esclarecer que não candidataria a presidência do país, pelo menos nas próximas eleições.

A Polícia internacional e de defesa do estado, a PIDE, foi informada que um "Indivíduo perigoso e nefasto"³⁹ havia chegado ao país e poderia trazer graves consequências. Trata-se de uma carta extensa, e a assinatura do documento é desconhecida, anexada em um dossiê organizado pela PIDE. O envelope confirmava que o destinatário era o chefe da polícia internacional portuguesa, que também foi anexado:

Este indivíduo, conseguiu, mercê de uma democracia liberal-suicida, conspirar abertamente contra o presidente Getúlio Vargas, culminando por sublevar às forças armadas que jogou contra à pessoa do chefe da nação.

³⁷ Na hora do atentado, ele havia voltado de uma conferência que aconteceu no Colégio São José, na companhia de seu filho Sérgio Lacerda, que na época tinha apenas 15 anos e do Major Vaz, que decidiu o acompanhar de última hora no lugar do Major Gustavo Borges que não pode comparecer. Havia um revezamento, pois, ele já andava "escoltado" a um bom tempo, por ser considerado naquele momento, o maior opositor do governo Vargas. A história oficial é que o filho de Getúlio, Lutero Vargas, foi o mandante do crime com o Gregório Fortunato, guarda pessoal de Vargas. Os integrantes do crime foram: Climério Euribes de Almeida, o taxista, e um pistoleiro, Alcino João do Nascimento.

³⁸ *Diário de notícias*, Lisboa, 27 de outubro de 1954. (recorte/ PIDE/ Torre do tombo)

³⁹ Telegrama direcionado a PIDE, anexados em um dossiê localizado na Torre do Tombo. Data: 22 de outubro de 1954.

Quando o governo do saudoso presidente desaparecido, tentou reagir, era tarde demais. Com palácio cercado na noite do dia 23, para 24 de agosto do corrente ano, e com a intimação de se render pela renúncia, mandou dizer aos revoltosos que só encontrariam seu cadáver. E cumpriu a promessa. Carlos Lacerda usando técnicas de usa exclusiva autoria, conseguiria penetrar no seio da mocidade militar, do exército, da aeronáutica e marinha sublevando a revolta não oferecendo nenhuma resistência (...) Assim, Exa. Senhor, muito cuidado com a nefasta personalidade que vai pisar no solo português. Ele declarou que vai descansar no interior... muito cuidado!!!⁴⁰

Sabemos que a PIDE controlou os passos de Lacerda em Portugal, encontramos registros e documentações a partir do ano de 1954. Foram arquivadas fichas, nomeada “Serviços Reservados”, nas quais haviam informações de todos os tipos, como: os nomes dos lugares que ele escolhia para hospedar, o Ritz Hotel, um dos mais conceituados hotéis de Lisboa, era o preferido dele e da família. Monitorava também os seus encontros, principalmente com os políticos e outros intelectuais, horário de entrada e saída do hotel, além de pronunciamentos, textos publicados, aparições em gerais, etc.

Lacerda era um político bem articulado no país, portanto, essa vigilância em Portugal era algo esperado. Quando ele retornou para o Brasil, ele continuou suas diligências política, pois, não reconhecia a vitória dos políticos Juscelino Kubistchek e João Goulart, para presidência e vice-presidência do Brasil, respectivamente. Defendia o plano golpista, que se resumia na anulação das eleições de 1955, Café Filho, estava disposto a presidir as eleições na data correta, sem nenhuma objeção.

Ele vai ser um dos líderes do Golpe da Legalidade, em resumo, foi uma tentativa de golpe para impedir a posse dos eleitos democraticamente. Após o ocorrido, ele recebeu um recado do governo avisando-o que não havia mais a possibilidade da responsabilização pela sua vida. Temeroso, Lacerda prefere sair novamente do país, pois, sabia dos riscos que corria. De acordo com o historiador Jorge Ferreira,

(...) Os militares não tomaram o poder em meados da década de 50 não por volta de vontade e confiança, mas, porque tanto o campo político civil como o militar estavam profundamente divididos (...) a indignação dos militares antinacionalistas voltou-se contra o general Lott, principalmente depois da formação da chamada Frente de Novembro - composta por representados do movimento popular nacionalista.⁴¹

⁴⁰ Telegrama direcionado a PIDE, anexados em um dossiê localizado na Torre do Tombo. Data: 22 de outubro de 1954.

⁴¹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge. **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** 3º volume, Civilização Brasileira, 2019. Pág.:120.

Após uma breve passagem pelos EUA, Lacerda prefere terminar seu asilo político em Portugal. A situação nesse momento era muito favorável para os portugueses. Café Filho não tinha intenção de interferir nas relações Brasil-Portugal, portanto, Raul Fernandes, o ministro das Relações exteriores, procurou intensificar as relações entre as duas nações. A prova desse impulsionamento, foi o convite assentido pelo presidente Café Filho para ir a Portugal, demonstrar seu apoio ao Estado Novo português⁴². Ele reafirmou todos os compromissos brasileiros para com a Comunidade Luso-Brasileira, que era tão idealizada também por Carlos Lacerda, enfatizando todo seu apoio a Salazar, principalmente, na questão Góia. Para Portugal, a viagem e todas as declarações do presidente, representava mais uma vitória diplomática⁴³.

Podemos afirmar que uma das únicas medidas que Lacerda não contestava de JK, fora o apoio incondicional a Portugal. Antes mesmo de tomar posse, no mês de janeiro de 1956, JK embarcou em uma viagem ao exterior, onde propôs fazer uma breve expedição: visitou os Estados Unidos, Holanda, Inglaterra, Luxemburgo, Bélgica, França, Alemanha Ocidental, Itália, Espanha e Portugal. O principal objetivo da viagem era ganhar apoio para pôr em prática seu programa de governo, e confirmar algumas alianças, no caso, com os portugueses: “o meu governo vai aumentar a solidariedade com Portugal no caso de Goa e em todos os terrenos”. Ele acreditava que seu plano estava começando, e, com sucesso,

O que tinha em mente, ao realizar aquela excursão, não era apenas afastar-me por algum tempo da cena nacional, de forma a permitir que as paixões serenasse, mas, sobretudo, estabelecer contatos diretos com os chefes de governo e com os capitães de indústria e do comércio daqueles países, para apresentar-lhes, em termos concretos, a política de desenvolvimento econômico que instauraria no Brasil, de forma a tentar interessá-los naquela arrancada⁴⁴.

Ao chegar em Portugal, o presidente Kubitschek foi bem recebido pelos portugueses. Transmitiu segurança às autoridades governamentais portuguesas, afirmando que o Brasil

⁴² De acordo com historiador Williams da Silva, o presidente Café Filho estava sendo pressionado pelos defensores da viagem sendo seduzido também pela pompa das homenagens programadas. Sua viagem terminou em maio, de 1955 acompanhado pelo chanceler Raul Fernandes e pelo Ministro da Marinha, Amorim do Vale. Ele cumpriu todos os rituais, correspondendo plenamente às expectativas do governo português. Williams da Silva. **O realismo da fraternidade Brasil - Portugal: Do tratado de Amizade ao caso Delgado**. Lisboa, Portugal: 2003. Pág:110

⁴³ Williams da Silva. **O realismo da fraternidade Brasil - Portugal: Do tratado de Amizade ao caso Delgado**. Lisboa, Portugal: 2003. Pág:110

⁴⁴ KUBITSCHEK, Juscelino. **A escalada política: meu caminho para Brasília**. Vol II, Rio de Janeiro, Bloch editores, 1976, p.460

marcharia com Portugal, colocando assim, fim aos temores portugueses e que ele seguiria a linha colonialista. Ele era identificado pela diplomacia portuguesa, como “presidente capaz de garantir a continuidade das relações luso-brasileiras.”⁴⁵ Após a Conferência Afro-Asiática de Bandung, e todas as movimentações anticolonialistas que existiam pelo mundo, Portugal precisava mais do que nunca manter boas relações com o Brasil. António Salazar acreditava que ele era o presidente certo para manter as relações diplomáticas e a retificação novamente do Tratado de Amizade e comércio.⁴⁶

Os discursos de Kubitschek foram essenciais para compreensão de sua política externa e de seus objetivos como presidente do Brasil. Ele demonstrava através de suas ações, que estava disposto a fazer tudo para alcançar seus objetivos, agindo de forma estratégica. Prova disso, é que esse lusismo de Kubitschek está atrelado a seus propósitos. Ele registrou que seu apoio ao colonialismo português vinha acompanhado da ajuda do Estado Novo português para o desenvolvimento industrial do Brasil⁴⁷. Desde sua posse, ele não cedeu à reivindicação indiana de incorporar Goa, Damão e Diu, até a véspera do fim de seu mandato, quando já havia muitas reivindicações anticolonialistas no país e no exterior. Ou seja, ele nunca descumpriu seus compromissos diplomáticos com Portugal, mesmo quando percebeu que a produção de café colonial africano e a Constituição do Mercado Comum Europeu estavam provocando queda das exportações de café do Brasil, ameaçando seu programa econômico.

O presidente prezou em manter boas relações com os países desenvolvidos do ocidente, para tentar capitais que seriam indispensáveis para ele poder cumprir suas principais promessas de campanha, o desenvolvimento industrial interno e a construção da nova capital, criando, portanto, uma política modernizadora. Porém, de acordo com Williams Gonçalves, o que o presidente tinha para oferecer, além das facilidades fiscais consideradas necessárias para remunerar os capitais investidos, era uma inequívoca posição anticomunista que transmitia segurança para os investidores estrangeiros⁴⁸. Lacerda tinha um posicionamento contrário e uma política oposicionista em relação ao governo, que ele afirmava ser comunista. Portanto, Kubitschek precisava lidar com essas críticas fortemente, e não deixar seus investidores

⁴⁵ Gonçalves, Williams da Silva. **O realismo da fraternidade Brasil - Portugal: Do tratado de Amizade ao caso Delgado**. Lisboa, Portugal: 2003. Pág.68

⁴⁶ Idem, p.11

⁴⁷ Idem, p.70

⁴⁸ Idem, p.111

acreditarem no discurso de um dos seus principais opositores. Que era um político de referência, com muitos aliados e uma voz muito ativa dentro e fora do país.

Kubitschek manteve também o Tratado de Amizade e Consulta durante todo o seu mandato. O tratado, assinado durante o governo Vargas em 1953, se tornou o mais forte argumento a favor contra todas as iniciativas de corrente nacionalista que pudessem, de algum modo, criar embaraços para os interesses lusitanos. O historiador José Honório Rodrigues, partidário da política externa independente brasileira de inícios dos anos 60, escreveu: O tratado é uma vitória portuguesa, arrastando o Brasil para sua órbita (...) visando a dispor de nosso apoio nas suas dificuldades internacionais⁴⁹. Para ele, a política brasileira precisava ter uma maior aproximação com a África. Seus planos de governo estavam sendo divulgados por um dos mais importantes jornais portugueses do período, o *Diário de Notícias*⁵⁰. Era recorrente notícias da situação de Lacerda na mesma sessão.

Lacerda participou ativamente do chamado Caso Humberto, em 1958, que obteve grande repercussão não apenas em Portugal, mas também no Brasil. Humberto Delgado era um importante político português, servidor e apoiador do Estado Novo⁵¹, regressou na época de Washington, onde foi representante de Portugal na NATO. Delgado manifestava intenções de se apresentar, naquele ano, como candidato independente à Presidência da República, causando a insatisfação aos apoiadores do governo.

A ligação do político Humberto Delgado se inicia, quando ele é enviado para o Brasil para cumprir um asilo político. Lacerda o recebe em casa, e passa defende-lo publicamente. Principalmente, após o governo português proibir a ida dele para a França e também qualquer manifestação midiática. Lacerda não achou justo, acreditava no livre arbítrio, e criou um cenário defensivo, até mesmo se propôs ir para Portugal para ajudar a amenizar a situação do ex defensor e membro do Estado Novo.

Lacerda faz um apelo ao governo português, que é bem claro:

Sr. Presidente, desta Tribuna ousou fazer um apelo ao governo português, governo de uma terra em que eu próprio encontrei asilo não oficial, pois o não solicitei, nunca oficial, pois não solicitaria naquela

⁴⁹ RODRIGUES, José Honório. Brasil e África: outro horizonte. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1961. Pág.314.

⁵⁰ *Diário de Notícias*, Lisboa, 18 de novembro de 1955, primeira página.

⁵¹ Tornou-se um entusiástico apoiante do Estado Novo, tendo publicado em 1933 um livro, *Da Pulhice do Homo sapiens*, onde fazia rasgados elogios ao “grande homem Salazar”. <<https://observador.pt/explicadores/humberto-delgado-quem-foi-e-como-morreu-o-general-sem-medo/>>, acessado às 14:28, 26/10/2021.

emergência quando nessa terra também a minha vida foi ameaçada e, ainda mais do que ela, a minha honra de home público (...) Com autoridade de amor fraterno e com a autoridade da compreensão, mas com a veemência de quem espera preiteia justiça elementar a nação brasileira, que eu apelo ao governo de Portugal, para que, uma penada, com simples visto no passaporte, pois isso basta (...) permite o trânsito ao aeroporto para o avião brasileiro do Sr. General Humberto Delgado, nosso hóspede e nosso irmão⁵².

Sobre a Lacerda era um grande mais eleitores caso imigração mais acessível acreditava muito no apoio na sua candidatura em Guanabara, Lacerda criou uma estátua do rei Dom IV Centenário da de Janeiro. Esse gesto constituiu um dos momentos mais reveladores da vontade de preservação da história luso-brasileira. O Jornal correio da manhã divulgou o projeto, que foi reconhecido em Portugal,



comunidade luso-brasileira, defensor. Afirmava que teria houvesse uma política de no Brasil. Portanto, ele dos imigrantes portugueses 1965. Durante o governo de um projeto onde construiria João VI, para comemorar o fundação da cidade do Rio

Estátua Dom João VI – Rio de Janeiro

Fonte:inventariosdosmonumentostj.com.br

“Ao inaugurar, ontem, a estátua de Dom João VI, na Praça 15 de Novembro, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Aberto Franco Nogueira, declarou que o Príncipe e Rei, que «tanto amou esta cidade», teria de ser 5 considerado o «construtor da comunidade luso-brasileira». Agradecendo a homenagem, o governador Carlos Lacerda disse que «a anedota vulgarizou-

⁵² Carta (recorte de jornal/ torre do tombo).

o, a sua obra o consagrou». «Nestas pedras brancas de granito; neste bronze antigo em que se encontram fundidos velhos canhões do Exército Português; nesta obra de arte, em suma, presta-se homenagem e perpetua-se a memória de um Príncipe e Rei que muito amou o Rio de Janeiro, que lhe devotou muito do seu labor, que lhe dedicou muito do seu esforço», disse em seu discurso o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, dando início à solenidade de inauguração da estátua de D. João VI no Cais Pharoux (Praça 15), que foi presenteada ao povo carioca pelo governo de Portugal pela passagem do IV Centenário da cidade

Houve outras manifestações de Lacerda em apoio a Comunidade Luso-brasileira, como podemos notar, era algo indispensável em sua percepção e nos leva a compreensão de suas artimanhas em relação a essa parceria. Um outro caso que teve repercussão nacional, foi de uma professora imigrante, nascida em Portugal, que veio para o Brasil em meados da década de 60 em busca de novas oportunidades de trabalho e uma melhoria de vida. Lacerda a apoiou. Ele a enxergava como uma possível eleitora. Portanto, era favorável a flexibilização da política migracional e de permanência no país. Além de mudanças na Constituição, para que imigrantes pudessem votar após um determinado tempo residindo e trabalhando no país.

Há ainda muitas fontes para serem analisadas e ponderadas em relação a esses conceitos de Lacerda, que foram levados para frente, e defendidos até a sua morte em 1977.

Referências

Arquivo Brasil

Arquivo de Obras Raras Carlos Lacerda, Brasília. Universidade de Brasília (UDN)

Arquivos Portugal

Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

Arquivo Oliveira Salazar

Arquivo Marcello Caetano

Arquivo da PIDE/DGS

Arquivo da Legião Portuguesa.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Arquivo da Rádio Renascença

Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por uma história decolonial: Gênero, raça e classe na América Latina. Eduarda Guerra Tostes; Lavínia Renata de Oliveira Turqueti; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2022. 926 p.

ISSN:2317-0468

Hemeroteca Municipal de Lisboa
Biblioteca Nacional -Pt

Periódicos

Tribuna da Imprensa - Rio de Janeiro.

Última Hora- Rio de Janeiro.

Diário de Notícias - Pt

Bibliográficas

BENEVIDES, Maria Victória Mesquita. **A UDN e o Udenismo. A ambigüidade do liberalismo brasileiro 1945-1965.** São Paulo: Paz e Terra, 1981.

BERSTEIN, Serge. **A Cultura Política.** Editora Estampa, 1968.

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. **A economia política dos bacharéis udenistas.** Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro – RJ, Brasil, 2017.

CHALHOUB, Sidney. **A história contada.** Editora Nova Fronteira, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1990.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge. **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** 3º volume, Civilização Brasileira, 2019.

DELGADO, Márcio de Paiva. **O “Golpismo Democrático”- Carlos Lacerda e o Jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964),** dissertação de mestrado defendida na UFJF.

_____. **A Frente Ampla de Oposição ao Regime Militar (1966-1968.),** tese de doutorado defendida na UFMG.

- DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda. A vida de um lutador.** Vols. 1 e 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- DUTRA, Eliana. **Histórias e Culturas Políticas- definições, usos e genealogias.** Artigo para a UFMG.
- FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela de Castro. **1964 - O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1º edição, 2014.
- GOMES, Ângela de Castro. **História, Historiografia e Cultura Política no Brasil.** 2017.
- KUBITSCHKE, Juscelino. **A escalada política: meu caminho para Brasília.** Vol II, Rio de Janeiro, Bloch editores, 1976, p.460
- LACERDA, Carlos. **Depoimento.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- MENDONÇA, Marina Gusmão de. **O demolidor de presidentes. A trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968.** São Paulo: Códex, 2002.
- MUSSI, Fernanda Gallinari Sathler. **Conservadorismo e política: Carlos Lacerda em suas obras literárias (1964-1977).** Dissertação de mestrado. História, Juiz de Fora: UFJF, 2020.
- NETO, João Pinheiro. **Carlos Lacerda – um raio sobre o Brasil.** Rio de Janeiro: Gryphus, 1998.
- RÉMOND, René. **Por uma História Política.** 2º Edição, FGV editora.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo.** Editora Paz e Terra, (1982).
- Williams da Silva. **O realismo da fraternidade Brasil - Portugal: Do tratado de Amizade ao caso Delgado.** Lisboa, Portugal: 2003.

**Simpósio Temático - O antigo Regime nos trópicos e o Império
Ultramarino português: poderes, instituições e sujeitos (Séculos XVIII -
XIX)**

**“Ele declarante é o Messias mandado por Deus”: a Inquisição Portuguesa e
o combate às ideias messiânico-milenaristas de réus condenados aos
cárceres inquisitoriais**

Israel Andrade dos Reis Valentim⁵³

Resumo: Durante os anos de atuação da Inquisição Portuguesa nos trópicos, algumas ideias um tanto quanto heréticas saíam da alçada do Tribunal do Santo Ofício Português, sendo estas, de exemplo, a do Sebastianismo e as ideias messiânico-milenaristas. Estas eram baseadas principalmente em interpretações próprias das Sagradas Escrituras, livros proibidos pela Igreja Católica e alguns personagens importantes do período, ficando a mercê de degredados do reino português de difundir suas teses na sociedade colonial. O objetivo é analisar alguns processos-crimes de réus condenados por este Tribunal em torno deste imaginário, buscando se observar a importância que estas ideias tiveram para o florescer do contexto social e político do período moderno, além de suas influências no período colonial.

Palavras-chave: Inquisição Portuguesa; Tribunal do Santo Ofício Português; Ideias Messiânico-milenaristas.

Abstract: During the years of activity of the Portuguese Inquisition in the tropics, some rather heretical ideas left the purview of the Portuguese Holy Office, such as Sebastianism and messianic-millennarian ideas. These were mainly based on their own interpretations of the Holy Scriptures, books prohibited by the Catholic Church and some important characters of the period, leaving them at the mercy of exiles from the Portuguese kingdom to spread their theses in colonial society. The objective is to analyze some criminal cases of defendants convicted by this Court around this imaginary, seeking to observe the importance that these ideas had for the flourishing of the social and political context of the modern period, in addition to their influences in the colonial period.

Keywords: Portuguese Inquisition; Court of the Portuguese Holy Office; Messianic-millennial ideas.

⁵³ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Licenciado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora; E-mail: israel.andrade.reis@hotmail.com.

Introdução

A atuação do Tribunal do Santo Ofício Português não deu suas caras instalando-se no Brasil Colonial durante suas atuações no Reino Português e onde seus santificados “tentáculos” alcançavam, para vigiar, perseguir e punir todos heréticos e suas heresias. Devido a não se ter se estabelecido um Tribunal no Brasil, algumas ideias vindas do Reino Português conseguiam chegar fortemente na colônia, atravessando o Além-Mar e encontraram palco no imaginário da sociedade colonial, conseguindo maior liberdade de circulação do que no Reino Português, onde a atuação da Mesa Inquisitorial se tornava com o passar das décadas, implacável aos hereges.

Podemos dar de melhor exemplo destas ideias que circulavam entre os colonos, o Sebastianismo. Segundo a grande estudiosa do movimento, Jacqueline Hermann, era a crença que surgiu nos portugueses entre fins do século XVI e meados do século XVII em torno da volta de um rei que iria salvar Portugal das mãos dos castelhanos, devolvendo-lhes a sua Independência e glória dos primeiros tempos de ouro dos descobrimentos, isto em torno do contexto político desde a formação da chamada União Ibérica. Toda esta crença se voltava para a infelizmente derrotada do exército lusitano frente aos mouros do Norte da África, em 1578, resultando no desaparecimento do corpo do rei D. Sebastião. Nos conta Hermann:

Ancorado no infortúnio da trágica derrota do exército lusitano frente aos mouros no Norte da África, em 1578, o fenômeno messiânico do sebastianismo foi lenta e definitivamente tecido a partir do desaparecimento do corpo do jovem rei D. Sebastião e de grande parte de sua tropa de quase vinte mil homens, na fatídica batalha de Alcácer Quibir. Dirigindo pessoalmente o ataque a um exército mouro que as narrativas chegam a estimar em cem mil combatentes, D. Sebastião assumiu o papel de um verdadeiro rei cruzado em luta pela expansão da fé em terra de infiéis. Resgatando o antigo sonho luso de instaurar uma base do império português no Norte da África, D. Sebastião teria se deixado levar, segundo seus inúmeros críticos e detratores, por um projeto infantil e irrealizável, sendo por isso responsabilizado por todas as desventuras que caíram sobre Portugal depois de Alcácer Quibir. (HERMANN, 1997)

Portugal enfrentava uma situação humilhante para os lusitanos e muito querida pelos espanhóis, em que toda essa situação “trouxe para Portugal a urgente e gravíssima questão sucessória que acabou levando a união das coroas portuguesa e castelhana” (HERMANN, 1997).

O Sebastianismo foi o pano de fundo para que surgisse cada vez mais forte no Reino Português a ideia do Desejado e Encoberto. Este fenômeno encontrou personagens importantes que serviram de base: o Padre Antônio Vieira; as famosas Trovas proféticas do sapateiro da Vila de Troncoso, Gonçalo Annes, o Bandarra; e alguns degredados e denunciados ao Tribunal do Santo Ofício Portugal que viveram alguns anos de suas penitências de degredo por estas terras tropicais da colônia, onde encontraram território para disseminar suas ideias combatidas no Reino, em que indicavam D. Sebastião e previam onde estaria e qual seria a data de seu retorno.

Degredados e denunciados milenaristas em frente ao Tribunal

Entre alguns desses degredados e denunciados para o Brasil que trouxeram e disseminaram suas ideias sobre o Sebastianismo, são por exemplo o Gregório Nunes, ou Gregório Nidrophí, este recebeu uma denúncia em 1591; Luzia de Jesus, está tendo um processo em 1647; e Joana da Cruz, que também teve um processo no ano de 1660. Esses casos de denúncia foram tratados pela historiadora Laura de Mello e Souza (SOUZA, 1993), em seu livro *Inferno Atlântico: demonologia e colonização, séculos XVI-XVIII*; já a denúncia de Gregório Nunes se encontra em *Confissões da Bahia*, de Capistrano de Abreu.

Gregório Nunes recebeu uma denúncia por parte de um tal de João Batista em 13 de agosto de 1591, feita pouco mais de um mês da chegada do Visitador Heitor Furtado de Mendonça, assim estando no *Tempo da Graça*. O denunciante João Batista já era conhecido dos Tribunais da Inquisição de Lisboa, sendo que ambos, o denunciante e o denunciado, se conheceram partilhando o mesmo cotidiano de dificuldades durante a viagem do degredo que os trouxeram para o Brasil, vindos no navio que partiu da Ilha da Madeira, aportando na Bahia por volta de 1587.

João Batista passa a colaborar com a Inquisição denunciando não só o Gregório Nunes, como um tal de Lionel Mendes e duas mulheres conhecidas como Boca Torta e Mineira. Segundo Hermann, não se sabe se foi por vingança pessoal ou apenas ele queria mostra-se

completamente regenerado de seus erros acerca da fé, se mostrando totalmente arrependido e disposto a colaborar para não se propagasse mais heresias, combatendo assim os hereges (HERMANN, 1997).

Segundo a denúncia (DE ABREU, 1925), João Batista afirma que durante o tempo de viagem, ouviu de Nunes que este era flamengo, filho de flamengo e de cristã nova, morador e casado em Lisboa. O acusou de o mesmo fazer pouco caso das orações e algumas vezes o pegou se referindo às conhecidas Trovas de Gonçalo Annes Bandarra, recitando uma de suas estrofes durante a denúncia e registrada pelo notário, esta que simbolizava sobre uma luta, narrada em castelhano:

aguillas e leones
 ganharão la fortaleza
 subiram em tanta alteza,
 que amnsen los dragones
 y todos rebueltos en lid,
 vernam em sus confusiones
 subiram francos leones
 con uno de sangre de David
 Gonçalo Annes Bandarra (MENDES, 2018)

João Batista ainda afirma que Nunes esperava a volta do Messias, tentando atraí-lo para as práticas do judaísmo, está a mais perseguida e proibida pelo Santo Ofício. Podemos, assim, afirmar que as trovas do sapateiro chegaram de navio por estas territórios coloniais e muito provavelmente se transfiguraram em profecias nestas terras. “Como Profecias ou como prova de adesão ao judaísmo, as trovas do humilde sapateiro de Trancoso ganharam notoriedade e atravessaram oceanos e fronteiras certamente inimagináveis para seu provável autor, ou autores.” (HERMANN, 1997).

Fato interessante é que de acordo com a hipótese de Marcio Honório de Godoy, outros conhecedores das trovas podem muito bem ter passado despercebidos das amarras da Santa Inquisição e conseguido de fato ter sido divulgadas no Brasil:

A dificuldade de se conseguir localizar focos de heresias nas vastas terras recentemente descobertas não eram pequenas. Além do mais, o Brasil despertava concepções escatológicas e milenaristas, como promessa de um paraíso terreal redescoberto e sinais de utopias muito divulgadas na Idade Média, com ressonâncias no Renascimento da Europa, principalmente da península Ibérica. (GODOY, 2015, p. 42)

Após o avanço da povoação na Colônia, algumas outras degredadas para o território brasileiro, condenadas pela Inquisição Portuguesa, tiveram maior liberdade de divulgar suas visões nesta vasta terra sob fraca vigilância inquisitorial. Os processos dessas visionárias se encontram nos Arquivos da Torre do Tombo, sendo elas: Luzia de Jesus (ANTT, TSO, IL, proc. 4.564) e Joana da Cruz (ANTT, TSO, IL, proc. 557).

A primeira visionária, Luzia de Jesus, diz receber visitas em seus sonhos de D. Sebastião disfarçado de animal ou em sua forma humana. Afirmava ter as completas características de quem se diz preparado para receber predições, “se diziam queridas de Deus” (SOUZA, 1993, p. 121). No seu sonho visionário, afirma que Deus apareceu em uma igreja rodeado de anjos na porta, lhe dando a mensagem que era chegado o momento de um novo rei português surgir, tempos estes de glórias para os lusitanos. Suas visões reafirmavam a sacralidade dos reis portugueses revelados diretamente por Deus e Portugal responsável pela volta da sacralização das outras tantas nações (GODOY, 2015, p. 43). A data da prisão de Joana da Cruz foi no dia 12 de abril de 1645. Já sua sentença se deu apenas em 1647, no Auto de Fé de 15 de dezembro, recebendo degredo para o Brasil por dez anos; proibida para sempre de entrar em Leiria, penitências espirituais e pagamento de custas do processo. O degredo para o Brasil era a própria travessia marítima que assumia as características de exílio ritual, “nela o degredado iniciava o longo trajeto de sua purificação” (SOUZA, 1993, p. 89).

Já a segunda visionária, Joana da Cruz, também afirmava também receber visitas de Deus, estas parecidas com as de Luzia. Tinha a total convicção de que ela era amiga de um futuro Papa que proclamaria a canonização de Dom Sebastião como um santo purificado, tanto corporal como espiritualmente, após uma intensa e lonjura peregrinação. A peregrinação de D. Sebastião aparecia ora na figura de um porco, ora como pessoa simples:

Dizia que Deus Nosso Senhor lhe mostrava e manifestava na oração ‘que a alma de Sua Magestade que Deus tem andava neste mundo em figura de porco’, sendo salva por intercessão da Virgem. O rei em questão parece ser d. João IV, morto quatro anos antes, e a figura do porco remete, de forma confusa e distorcida, às *Trovas*: nelas, a alegoria do Leão e do Porco representam, respectivamente, Portugal e Marrocos, D. João penando na figura de porco talvez indique a impureza em que se encontrava sua alma antes da salvação, ou talvez ateste a incorporação equivocada, distorcida pela transmissão oral, do conteúdo dos versos do Bandarra. (SOUZA, 1993, p. 121)

Mello e Souza que afirma que “muitas das visões de Joana da Cruz reúnem sonhos de supremacia religiosa e política, mostrando que, na época das guerras da Restauração, o clima de milenarismo reinante podia embasar o anseio de libertação nacional” (SOUZA, 1993, p. 122). Para Joana da Cruz, D. Sebastião na figura do porco (simbolizando as impurezas) e como pessoa simples (desprovido completamente de sua realeza) era nada mais do que a condição purgativa que se encontrava o Encoberto para o seu retorno, assumindo finalmente o seu papel de rei messiânico que o Reino Português tanto ansiava e esperava.

A data da prisão de Joana da Cruz foi feita no dia 20 de agosto de 1659. Recebeu sua sentença em 1660, no Auto de Fé de 17 de outubro, com as seguintes punições: abjuração de leve; açoites em público; degredo por cinco anos para o Brasil e para sempre de Lisboa; cárcere a arbítrio; instrução na fé; penas e penitências espirituais; pagamento das custas do processo.

Outro caso de denunciado – este ocorrendo um processo um tanto quanto peculiar da Inquisição Lisboeta – bastante conhecido vindo das Minas, após viver por cerca de 20 anos no Brasil, foi o caso de Pedro de Rates Henequim. O peculiar do seu processo se dá antes mesmo do réu ser encarcerado pelo Santo Ofício, no qual Henequim estava respondendo ao crime de lesa-majestade devido a suas ideias milenaristas em torno do desejo de tornar o irmão de D. João V, o infante D. Manuel, o aclamado e aguardado Imperador do Quinto Império, este sendo na América mais precisamente no Brasil. Segundo uma das historiadoras que traçou de fato toda a trajetória deste visionário aos cárceres da Inquisição, o delito de lesa-majestade era tão grave e abominável que as leis do Reino português chegavam a comparar muitas vezes à lepra (ROMEIRO, 1996, p. 27). O historiador Villalta, em sua tese, sugere que Henequim voltou do Brasil com propósitos políticos e religiosos claramente milenaristas, querendo a todo custo concretizar este desejo de D. Manuel ser o fundador do Quinto e último Império (VILLALTA, 1999, p. 322).

O próprio El-Rei se encarregou de colocar pessoas qualificadas ao paradeiro de Pedro de Rates: o Desembargador e Familiar do Santo Ofício, Joaquim Rodrigues Santa Marta Soares, já que um crime de lesa-majestade devia ficar em completo segredo para não abalar as estruturas do Reino, exigindo alguém experiente para tratar deste tormento. E para piorar essa situação, circulavam rumores em toda Lisboa de que D. Manuel tinha um frágil temperamento indócil e rebelde, sendo conhecido como “Sereníssimo” com um gosto exagerado ao luxo e ostentação, buscando em diversos outros Reinos, o seu título (porém sempre sendo frustrado pelo seu irmão D. João V) o título de Imperador.

Joaquim de Santa Marta Soares assume a missão de achar e prender aquele que vinha incomodando o reinado de El-Rei. Criou uma prisão particular para o acusado em sua casa. O complô que Henequim era acusado de criar para auxiliar a fuga do príncipe pode ser levantado no momento de sua detenção já que o mesmo estava montado à um cavalo de D. Manuel e acompanhado de um escravo. A experiência do Desembargador se mostrou novamente bem-sucedida para cumprir os desejos e serviços prestado à Coroa portuguesa e algumas tarefas particulares e sigilosas confiadas por D. João V.

Porém antes mesmo de ter sido mandado para os cárceres do Tribunal do Santo Ofício, Henequim foi denunciado por três vezes acerca de suas heresias. A primeira denúncia foi feita em 1732 por Simião de Oliveira de Sousa (ANTT, TSO, IL, proc. 15.520). Este dizia ter vivido um curto período de tempo com o denunciado, escutando algumas heresias, sendo concepções místicas desaprovadas pela Igreja. Disse ouvir de Henequim a defesa dos judeus, visto que para o denunciado, não tinham culpas de nada que a Igreja Católica impunha sobre estes. Também alegou que o culpado afirmava que Deus era muito misericordioso, por isso não podia existir o inferno, as penas eternas. Para a sorte de Rates, Simião já havia sido preso por três vezes por ter se passado por algumas vezes por padres e usar nome diferente do que era o seu de verdade, assim os inquisidores pouco deram atenção a sua denúncia. Na análise do livro de Daniela Calainho acerca dos Agente da fé, Georgina Silva dos Santos aponta que a autora afirma que os abusos com a adulteração dos nomes eram comuns e de longa data, o que levou em 1693 a Inquisição a limitar os privilégios concedidos aos Familiares, porém estas medidas não inibiram ou tão pouco afastaram os diversos impostores (SANTOS, 2007, p. 610).

Na segunda denúncia que Rates recebeu foi no dia 26 de novembro do ano de 1733, através de um pequeno texto apresentado à Mesa Inquisitorial, constando as assinaturas de Bernardo Paulo Martins de Sampaio e Bento José Marques da Cruz (ANTT, TSO, IL, Livro 292, fl. 305). O texto acusava Henequim de cometer heresia durante uma discussão teológica acerca da consagração da hóstia. O documento também consta informações sobre os demais presentes que testemunharam as heresias postas de Pedro; eram eles o Dr. Pedro Fernandes Galinha e João Baptista Pilé. Durante a discussão teológica, Pedro discorreu sobre a consagração imperfeita da hóstia, afirmando que a questão levantada do sentido que a palavra “hoc” tinha na consagração, enquanto ainda não estava totalmente consagrada, expondo que a transfiguração da hóstia era gradual à medida que as palavras fossem ditas pelo eclesiástico. Deste modo, foi contrário à ortodoxia católica acerca da consagração perfeita, cometendo mais

uma de suas heresias. Foi chamado à Mesa Inquisitorial na manhã do dia seguinte à denúncia e, se mostrando uma pessoa de bastante sorte, não houve processo e lhe foi dito pelos inquisidores “que desta cidade se não se ausente sem expressa licença desta Mesa”. Ficou ainda estabelecida a obrigação de se apresentar todos os dias, exceto nos feriados, às oito da manhã, na sala até findar a sua causa (ANTT, TSO, IL, Livro 292, fl. 315-316). A denúncia ficou apenas no Caderno do Promotor e de nada aconteceu por entanto.

Sua ida aos cárceres da Inquisição foi através do próprio Desembargador Joaquim de Santa Marta e o seu irmão padre, Teodósio da Santa Marta Soares que passaram 1 ano da prisão de Henequim na prisão particular feita pelo Desembargador, o interrogando acerca dos assuntos da fé, já que junto a Rates foi encontrado um pequeno baú que carregava consigo, constando teus manuscritos no que diz respeito aos assuntos da fé. Em 1741, quando se inicia de fato seu julgamento frente aos inquisidores, Henequim é transferido do crime civil para o crime religioso, claramente mostrando assim o uso da Coroa Portuguesa do aparato Inquisitorial para julgar mais um dos muitos que atormentavam o Reino Português. Pedro de Rates Henequim foi mandado aos cárceres da Inquisição no dia 21 de outubro de 1741. Seu processo levou cerca de 3 anos, vindo a receber sua sentença no Auto de Fé de 21 de junho de 1744, recebendo os seguintes castigos: excomunhão maior; confisco de bens e relaxado à justiça secular, onde a instrução dos juizes era que seu corpo e sua memória fossem reduzidos “a pó e cinza, de sorte que nem ele nem sua sepultura passa haver memória alguma” (ANTT, TSO, IL, proc. 4.864, fl. 525).

Já em seus manuscritos, suas teses acerca do mundo contabilizavam 104 que foram consideradas pelos inquisidores como proposições heréticas. Dentro deste vasto mundo criado por Henequim, se encontra algumas proposições acerca de diversos termos da ortodoxia católica e dos dogmas, indo desde a dúvida na crença da Divindade de Maria, a negação do dilúvio universal e a localização exata do Paraíso Terreal. Dizia Henequim “que o Paraíso Terreal, em que Adão foi creado, está na América debaixo da Linha Equinocial, e perpendicular ao lugar em q’ Deos tem o seu trono no Ceo.” (Proposição II: 7)

Falando do Paraíso Terreal, afirmava, que estava no Brasil no meio das Serras daquele Estado. Que o Querubim, que se diz guardava o Paraíso, era apócrifo, porque ele se entendia o Filósofo Aristóteles, e os seus sequazes, que negaram aquela parte do novo mundo. Que no Brasil havia uma árvore que produzia frutos como maçãs, como figos, e que esta era a árvore do Paraíso. Que Adão se criara no Brasil, e de lá se passara a pé enxuto para Jerusalém, e hoje se conservam os

vestígios das passadas em uma terra junto à Bahia. E que da mesma sorte que se abrisse o mar Vermelho e o Rio Jordão para passar os Israelitas; assim também se abrisse o mar Oceano para passar Adão e não era novo na Sagrada Escritura o entenderem-se uns casos pelos outros. Que os quatro Rios que diz saíam do Paraíso, a saber Afion, Gion, Tigre e Eufrates, eram nomes apócrifos, porquanto os verdadeiros eram os Rios de São Francisco, e das Amazonas, e outro. (ANTT, TSO, IL, proc. 4.864, fl. 56)

Na sua proposição II: 15, refutou as ideias da danação eterna e da existência do inferno, já que para ele “que as penas do Inferno hão de ter termo, e não hão de ser para sempre” (ANTT, TSO, IL, proc. 4.864, fl. 115). E com relação as suas ideias milenaristas acerca do Quinto Império, afirmava:

“Que o mesmo Livro dos Cantares se não entendia da Senhora nem de Cristo, e só do Reino de Portugal. Que havia de haver no mundo um quinto Império, o qual seria só dos Portugueses, e que estes todos são e haviam de ficar os Judeus. Que as Doze Tribos desterradas da Babilônia, se espalharam todas por este Reino e pelo Estado do Brasil, onde atualmente se acham delas, se há de vir a formar o quinto Império.” (ANTT, TSO, IL, proc. 4.864, fl. 15-18)

E completa na sua proposição II: 3 que a língua perfeita e falada nos céus é a Língua Portuguesa, a mesma que nela está escrito o Livro da Vida: “Que a Lingoa portuguesa he a mais perfeita de todas, e aquella que Deos falou com as Pessoas Divinas, e com os seus Cortesões no Ceo, e a em q’ lhe cantarão Himnos, e Louvores.”. Todas as proposições de Henequim podem ser encontradas transcritas no livro de Plínio Freire Gomes acerca deste interessantíssimo processo-crime da Inquisição de Lisboa (GOMES, 1997, p. 154-171). Gomes também afirma que a grande falha de Rates foi crer que por ser iluminado pelo próprio Espírito Santo para revelar todos os segredos e mistérios do mundo (ANTT, TSO, IL, proc. 4.864, fl. 56), acreditava por ser um homem versado nas Sagrados Escritos, convenceria a todos, inclusive os inquisidores de seu julgamento acerca das ideias do papel do Novo Mundo e suas interpretações das Escritos e sua vasta, original e própria cosmologia (GOMES, 1997, p. 131-132).

Dois padres milenaristas em busca do Reino de Felicidade

Os últimos dois casos tratados sobre alguns denunciados ao Tribunal do Santo Ofício de Lisboa acerca de ideias messiânico-milenaristas passam por dois padres que causaram um

certo tumulto em Lisboa, chegando a incomodar a Coroa Portuguesa, principalmente ao El-Rei que gostava de interferir diretamente em alguns casos.

O Padre Bartolomeu de Gusmão ficou conhecido como o primeiro cientista brasileiro (VISONI; CANALLE, 2009), após longas três tentativas de levantar aos céus sua espécie de esfera movida a ar quente, conseguiu na última tentativa, prometendo a D. João V o fazer dominar todos os reinos do mundo e estabelecer o tão desejado Quinto Império Universal, este já tratado no Antigo Testamento, no Livro de Daniel, com a interpretação do profeta Daniel ao sonho do Rei Nabucodonosor em torno do simbolismo da destruição e aflorar de novos Impérios até o Último indestrutível definido como o Império de Cristo na Terra (BÍBLIA, 2: 24- 45).

O Padre Gusmão acaba por receber diversas ameaças de ser denunciado à Inquisição como judaizante, por manter relações com alguns cristãos-novos, estes residentes no Brasil e estando sob vigilância do Santo Ofício. Gusmão estava na mira do Santo Ofício de Lisboa, decidindo assim por fugir junto ao seu irmão, João Álvares de Santa Maria, para a Inglaterra em 26 de setembro de 1724, afim de evitar sua eminente prisão.

Por não terem conseguido uma embarcação a tempo para seu destino, decidem ir direto para a Espanha. Bartolomeu de Gusmão acaba por adoecer durante o trajeto vindo a falecer no dia 18 de novembro de 1724, aos seus 38 anos de idade (VISONI; CANALLE, 2009, p. 10). O terceiro irmão, Alexandre de Gusmão era detentor de grandes privilégios junto ao El-Rei. Tinha altos cargos na Corte, por exemplo o conselheiro do Conselho Ultramarino. Chegou a aconselhar o Rei para que mandasse prender Henequim devido a suas suspeitas da criação de um complô contra o monarca, falados acima sobre o seu crime de lesa-majestade (ROMEIRO, 1996, p. 52 e 67).

Já o segundo padre, o Padre Manoel Lopes de Carvalho, este apresentando um processo bastante semelhante ao de Henequim, visto que ambos viveram no Brasil praticamente no mesmo ano, decidindo também por regressar para Lisboa em 1720, porém Carvalho com sua auto missão de alertar D. João V sobre o fim dos tempos e suas descobertas acerca do calendário e de suas navegações de Leste para Oeste. Seus planos eram primeiro apresentar diante de El-Rei, logo após partiria para Roma, na presença do Sumo Pontífice onde realizaria suas predições.

Manoel Lopes de Carvalho dizia ser o profeta dos fins dos tempos, o próprio Messias, chegando a afirmar que Cristo na verdade não passava de um Anticristo. Era apenas ele o

responsável e escolhido por Deus para denunciar os erros constantes da Igreja Católica. Era ele que reformularia à ortodoxia. Reservava a D. João V o título das profecias já anunciadas pelo Padre Antônio Vieira e renovadas por ele. Padre Carvalho também queria o Quinto Império de Cristo na terra, logo após a destruição de Roma, acabando por unir assim o judaísmo (a religião proibida) com o cristianismo em uma só fé, e este seria comandado pelo cetro de D. João V.

Carvalho acreditou até os últimos segundos de sua vida que o próprio Rei o iria salvar das garras dos inquisidores. Acreditava que não estava cometendo crime algum e a Inquisição cometia mais um dos seus grandes erros. Recebeu sua prisão no dia 11 de dezembro de 1723, vindo a seu processo-crime ter demorado visto que outro padre milenarista, o conhecido Padre Bartolomeu de Gusmão – o padre voador – estava causando com suas peripécias no Reino com sua criação da passarola, fato este que levaram os inquisidores a prolongar o julgamento de Manoel Lopes de Carvalho mais arrastado que podiam, querendo evitar assim mais um escândalo no meio dos lusitanos. Portanto, apenas em 1726, Manoel Lopes recebe a sua sentença no Auto de Fé de 13 de outubro de 1726 com as seguintes penitências: confisco de bens e relaxado à justiça secular, morrendo queimado vivo nas fogueiras da Inquisição (ANTT, TSO, IL, proc. 9.255).

Sobre o Brasil, os casos messiânico-milenaristas foram grande palco da geração destes movimentos, logo estes desde o primeiro século colonial dos indígenas guaranis buscando a “terra sem males” (HOLANDA, 2010), a busca pela terra sem doenças e quais tipos de males, enfermidades. Segundo a grande socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz, a maioria desses movimentos no Brasil que se tem documentação, transcorreu entre as populações de caráter sertanejas, do nordeste ao sul do país, principalmente nos período a partir de cerca de 1820, chamados por ela de “movimentos rústicos” (DE QUEIROZ, 1995, p. , movimentos pela crença do catolicismo popular, sendo eles os: 1- Reino Encantado (1836-1838), em Pernambuco; 2- Povo do Velho Pedro (década de 1940), no interior da Bahia; 3- Contestado (1912-1916), na zona serrana de Santa Catarina; 4- Canudos (1893-1897), ocorrido na Bahia; 5- Beato do Caldeirão (começo do século XIX sucedendo o movimento do Padre Cícero – Juazeiro); 6- Movimento dos Muckers (1872-1874), de imigrantes alemães.

Só com o processo de urbanização a partir de 1930, os movimentos messiânico-milenaristas no Brasil perdem seu palco, força e a capacidade de mobilizar adeptos, tanto no Brasil como no Mundo, surgindo pouquíssimos casos no século XX, apenas dois sendo de origem rural (NEGRÃO, 2015, p. 61-63), em que a busca de soluções mágico-religiosas para

os sofrimentos e causas não solucionadas passam a escassear, mas não a desaparecer por completo.

Conclusões

Vimos que os movimentos messiânicos-milenaristas chegam por estas terras tropicais através de alguns personagens, principalmente aqueles degredados e denunciados pelo Santo Ofício Português, sendo, diríamos, os “responsáveis” por divulgar suas ideias e interpretações acerca de seus sonhos, leituras e interpretações sobre as Sagradas Escrituras.

Em uma questão teórica, podemos partir das concepções de Roger Chartier sobre os conceitos de apropriação e representação, onde segundo o autor, a questão da leitura é algo seletivo. A apropriação das leituras e as concepções de realidades desses personagens fazem os mesmos as representarem de suas maneiras, em torno claro da sua realidade e aquilo que os interessam. Henequim, por exemplo, apropria de leituras (principalmente das Sagradas Escrituras) onde segundo ele era necessário reformular a ortodoxia, mas no caso não via como se estivesse indo contra a Igreja Católica e sim que estava ajudando a melhorá-la. Acreditava permanecer na ortodoxia católica, apenas fazendo uma nova interpretação da Bíblia, já que nos interrogatórios disse que “em nenhum dos seus sentimentos se afasta do que a Igreja ensina nem se opõem à Fé Católica, por serem além dela” (ANTT, TSO, IL, proc. 4.864, fl. 147). Mostra-se assim a apropriação e a representação em torno do personagem Henequim e de suas leituras e concepções de mundo, servindo de base para a criação de sua original cosmologia.

Outro ponto de base é a trilogia de Jean Delumeau sobre esta temática, partindo desde os textos Bíblicos, principalmente o Apocalipse de São João (DELUMEAU, 1997), até a contemporaneidade (DELUMEAU, 1994), tratando sobre a importância do contexto da época e dos chamados “profetas”, ou “messias”, que foram surgindo com suas predições acerca dos fins dos tempos (DELUMEAU, 2003).

Concluo assim que os movimentos messiânicos-milenaristas ganham muitos adeptos principalmente no período colonial com o movimento do Sebastianismo e o chamado Bandarrismo, encontrando palco em personagens importantes. Citaria um dos mais importantes que inspirou muitos outros: o Padre Antônio Vieira – principalmente o seu processo-crime frente ao Tribunal do Santo Ofício (ANTT, TSO, IL, proc. 1.664). Já no período da modernidade, podemos comparar que estes movimentos ganharam muitos adeptos em

sociedades mais ruralizadas, cujos seus indivíduos buscavam soluções mágico-religiosas para os seus sofrimentos e causas não solucionadas, tanto pelo Estado como pela Igreja, ambas instituições que foram uma só, trabalhavam “de mãos dadas” durante o processo Inquisitorial. Nestas questões de insatisfações destas comunidades, envolve questões tanto sociais e sobretudo econômicas, tendem a assumir um caráter mais político e massivo. Qualquer evento para estes indivíduos regados ao misticismo, era considerado eventos escatológicos. Era chegado o fim dos tempos. Era a hora da salvação, do aguardado Juízo Final e a ida destes flagelados para a terra prometido, para o reino dos céus, para o tempo sem males, sem pecados, o desejado jardim das delícias; um lugar de paz; uma busca constante pela felicidade; um lugar de felicidade. (DELUMEAU, 1994, p. 32).

Temos esse “apetite” pela predição, esse apressado. Temos essa curiosidade e desejo de saber o futuro, aliás quem não gostaria de saber se os caminhos tomados no presente vão dar os resultados esperados ou iremos nos arrepender amargamente de tais decisões? Georges Minois afirma que esse apressado pela predição vem desde a Antiguidade, onde “o homem prediz e profetiza, e a história de suas predições é a história de seus erros e decepções” (MINOIS, 2016, p. 673);

Referências Bibliográficas:

1. Fontes Primárias

1.1 MANUSCRITAS

1.1.1. Lisboa

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (A.N.T.T)

PT/TT/TSO-IL/028/00557 – Joana da Cruz

PT/TT/TSO-IL/028/01664 – Padre Antônio Vieira

PT/TT/TSO-IL/028/04564 – Luzia de Jesus

PT/TT/TSO-IL/028/04864 – Pedro de Rates Henequim

PT/TT/TSO-IL/028/09255 – Padre Manoel Lopes de Carvalho

PT/TT/TSO-IL/028/CX1611/15520 – Denúncia contra Pedro de Rates Henequim

PT/TT/TSO-IL/030/0292 – 99º Caderno do Promotor

Bibliografia

Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por uma história decolonial: Gênero, raça e classe na América Latina. Eduarda Guerra Tostes; Lavínia Renata de Oliveira Turqueti; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2022. 926 p.

ISSN:2317-0468

2.1. Obra de Referência

BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*: tradução e edição autorizada da Bíblia Reina-Valera 1997 (RVR97) / [traduzido pela comissão de tradução da Unipro/ Talagarça]. 1ª. Edição. 1ª impressão. Rio de Janeiro: Unipro Editoria, 2009.

2.2. Livros, teses, dissertações e artigos

ABREU, Capistrano (Org.). *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça*. Denúncias da Bahia, 1591-1593. São Paulo: Paulo Prado, 1925.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa, Difel, 1990.

DELUMEAU, Jean. *Uma história do paraíso – o jardim das delícias -*, trad. Teresa Perez, Lisboa, Terramar, 1994;

_____. *Mil anos de felicidade: uma história do paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *O que sobrou do paraíso?* São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GODOY, Marcio Honorio de. *O Desejado e Encoberto: potências de movimento de um mito andarilho*. In: PEREIRA, João Baptista Borges; Queiroz, Renato da Silva (Org.). *Messianismo e milenarismo no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

GOMES, Plínio Freire. *Um Herege vai ao Paraíso – Cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição (1680-1744)*. São Paulo. Companhia das Letras, 1997.

HERMANN, Jacqueline. *O sebastianismo atravessa o Atlântico: Análise de um documento da primeira visitaçao do Santo Ofício no Brasil*. 49º Congresso Internacional del Americanistas (ICA) Quito Ecuador, 7-11, julho 1997. Disponível em:

<http://www.antropologia.com.ar/congresos/contenido/49CAI/Hermann.htm> Acesso em: Acesso em: 15/10/2021.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. – (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

MENDES, Iba. *Trovas Bandarra*. Livro digital nº 554, 2. ed. São Paulo: Iba Mendes Editor Digital, 2018. Disponível em: <http://ibamendes.org/Trovas%20do%20Bandarra%20-%20IBA%20MENDES.pdf>. Acesso em: 15/10/2021.

MINOIS, Georges. *História do Futuro: dos profetas à prospectiva*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. *Sobre os messianismos e milenarismos brasileiros*. In: PEREIRA, João Baptista Borges; Queiroz, Renato da Silva (Org.). *Messianismo e milenarismo no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Messianismo no Brasil e no Mundo*. São Paulo: Dominus/Edusp, 1965.

ROMEIRO, Adriana. *Um visionário na corte de D. João V: revolta e milenarismo nas Minas Gerais*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1996.

SANTOS, Georgina Silva dos. *A milícia da Inquisição: familiares do Santo Ofício no Brasil Colonial*. IN: *Revista Livros e Redes*, 2017, v. 14, n. 2, p.607-611, abr.-jun., 2007.

SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno Atlântico: Demonologia e colonização - Séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VIEIRA, Antônio. *História do Futuro*. Texto-Fonte: Obras Escolhidas, Livraria Sá da Costa, Lisboa: Richard Zenker, Editor Digital, 1953. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documents/0042-00705.html>. Acesso: 15/10/2021.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: os usos do livro na América Portuguesa*. 1999. Tese (Doutorado) – Curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

VISONI, R.M. e CANALLE, J.A.B.G. *Bartolomeu Lourenço de Gusmão: o primeiro cientista brasileiro*. Revista Brasileira de Ensino de Física, v. 31, 3604.1 – 3604.12, setembro, 2009.

Processos de memorização em perspectiva: as possíveis influências da assimilação na historiografia sobre eclesiásticos do século XVIII.

Gyovana de Almeida Félix Machado⁵⁴

Resumo: Busca-se refletir sobre os possíveis impactos dos processos de memorização e assimilação na escrita da história concernente aos eclesiásticos do século XVIII em Minas Gerais. Especialmente, a forma como a interpretação sobre sujeitos religiosos foi influenciada pela semiótica referendada pela própria Igreja acerca dos indivíduos que ocupavam um posto dentro de sua hierarquia, a rigor, a promoção da imagem de homens humildes, imaculados, entre outros.

Palavras-chave: Memória. História da historiografia. Eclesiásticos no século XVIII.

Abstract: We seek to reflect on the possible impacts of the processes of memorization and assimilation in the writing of the history concerning the ecclesiastics of the eighteenth century in Minas Gerais. Especially, the way the interpretation of religious subjects was influenced by the semiotics endorsed by the Church itself about the individuals who occupied a position within its hierarchy, strictly speaking, the promotion of the image of humble, immaculate men, among others.

Key words: Memory. History of historiography. Ecclesiastics in the 18th century.

A partir da presente proposta, busca-se refletir sobre os possíveis impactos dos processos de memorização e assimilação na escrita da história concernente aos eclesiásticos do século XVIII. Especialmente, a forma como a interpretação sobre sujeitos religiosos foi influenciada pela semiótica referendada pela própria Igreja acerca dos indivíduos que ocupavam um posto dentro de sua hierarquia, a rigor, a promoção da imagem de homens humildes, imaculados, entre outros. Por memorização, entendemos — sob influência de Frances Yates (2007) — que esta se refere aos complexos memoriais assimilados e/ou desenvolvidos por indivíduos a partir da leitura de eventos que o circundam. Dito isso, compreendemos que a escrita da história é constituída por nuances, que dizem respeito às perguntas levadas até a fonte e, também, ao contexto no qual os historiadores que se debruçam

⁵⁴ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora; Licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: gyovanafelix@gmail.com.

sobre determinado eixo temático estão inseridos. Ainda, entendemos que a cultura (aqui, compreendida como um sistema de símbolos, como preconizado por Clifford Geertz) estruturada de sua contemporaneidade — em outras palavras, os valores, crenças, juízos, entre outros —, influencia diretamente a escrita e conclusões de uma investigação. Nesse sentido, propomos uma reflexão sobre a historiografia produzida por historiadores, sobretudo no século XX, sobre eclesiásticos, em comparação com os novos estudos pós-revisão historiográfica dos anos 1970 a 1990. Ademais, buscaremos refletir acerca das possíveis influências dos complexos memoriais na interpretação e escrita no que tange a esses sujeitos na história. Afinal, trata-se de um percurso que reflete a construção dos estatutos da História ao longo do tempo. Em outras palavras, o sentido e função que foi sendo aplicado e/ou retirado à disciplina compreendendo seus usos para produção científica. Portanto, refletiremos sobre as possíveis influências da memória em historiadores na sua escrita da história. Tal reflexão nos auxiliará na inserção dos mesmos no próprio tempo histórico, passível às influências de sua contemporaneidade. Para tal reflexão, lançaremos mão e associaremos uma discussão do campo da Teoria da História junto à memória, bem como à historiografia concernente a eclesiásticos no século XVIII anterior e posterior as revisões dos anos 1970 a 1990, que auxiliaram numa maior e melhor delimitação da interdisciplinaridade, promovendo o uso de abordagens da Antropologia como ferramenta para melhor compreender sujeitos históricos — ou como propomos, para melhor compreender e complexificar eclesiásticos no século XVIII.

Inicialmente, destacamos que a presente nota trata-se de uma reflexão que nasceu no grupo de estudos do Laboratório de História Econômica e Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (LAHES/UFJF) no ano de 2021. Por isso, temos por objetivo lançar mão de uma reflexão incipiente, que busca observar passagens da historiografia no tempo no que tange a escrita sobre eclesiásticos, especificamente, em Minas Gerais no século XVIII. Tendo como dispositivo inicial de reflexão, o livro de Frances Yates intitulado “A arte da memória e o desenvolvimento do método científico” (2007), partimos de sua crítica quanto a marginalidade na qual a memória é submetida. Explicamos. Segundo a autora, a memória seria um tema marginal mas, ao mesmo tempo, um fator atribuído em todas as categorias de análise

não reconhecido como parte de nenhuma disciplina corrente, omitido por não ser atribuição de ninguém. Mas ela acabou por se tornar, em certo sentido, atribuição de todos. A história da organização da memória toca em questões vitais da história da religião, da ética e moral, da filosofia e psicologia, da arte e literatura, do método científico. (YATES, 2007: 481)

Por isso, buscamos observar e, sobretudo, refletir sobre as possíveis influências do processo de memorização na escrita da história.

Apesar de lançarmos mão de uma análise e lente teórica acerca dos atributos de possível influência da memória na escrita da História, concebemos, também, a necessidade de um recorte temático para que se contemplasse a proposta do Simpósio 2 (sob título: O Antigo Regime nos trópicos e o Império Ultramarino Português: poderes, instituições e sujeitos (séculos XVIII-XIX) e das próprias investigações que vêm sendo desenvolvidas por mim ao longo da minha trajetória no mestrado. Assim, fazemos um recorte, tanto das imagens produzidas quanto de uma historiografia sob mesmo eixo temático, a saber, eclesiásticos na escrita da história.

PROCESSOS DE MEMORIZAÇÃO E ASSIMILAÇÃO

O objetivo de Yates (2007) seria buscar a forma como as memorizações foram construídas e o fará, sobretudo, a partir do Giordano Bruno (XVI), astrônomo que tinha o sistema de pensamentos calcado no zodíaco, naquilo que era transcendental. Num esforço de mobilizar a trajetória dos complexos memoriais ao longo da história, Yates optou por iniciar sua reflexão nos Gregos. Para os gregos a memória estava, segundo Yates, muito mais vinculada a oratória, retórica, entre outros. Já no medievo, há uma mudança pois o peso estaria nos elementos morais, assim, a memorização estaria ligada ao repertório imagético, um exemplo que lançamos mão, seriam os vitrais das igrejas que detinham em si toda uma pedagogia quanto aos valores morais e ensinamentos da religião católica. No Renascimento, Yates dirá que a arte de memória sofreu um declínio, pois não estaria mais pautada na oralidade, a rigor, no século XV com a invenção da prensa por Gutenberg, não seria mais pertinente essa importância da fala justamente pela forma escrita/textual mais difundida na Europa. No século XVI teremos o Giordano Bruno que é figura fundamental para Yates, pois a arte de memória apareceria de uma forma mais hermética na interpretação do mundo. Já no século XVII, irá destacar que uma das preocupações seria a busca da linguagem universal, portanto, falamos de uma tentativa de diversos sujeitos de encontrarem um sistema comum de memorização para se tornar uma linguagem universal. Nesse sentido, haveria a necessidade de caracteres reais (ou emblemas, para Francis Bacon) e, isso, Yates compreenderá que está sob influência do lado oculto da tradição da memória, ou seja, no século XVII os entusiastas da língua universal traduzem em termos racionais, os esforços como o de Giordano Bruno no XVI para encontrar

essa linguagem universal, fundamentados, portanto, em imagens mágicas que eram construídas em contato com a realidade.

A autora desenvolve sua argumentação mediante um contexto, a rigor, o lugar da arte da memória nos grandes e agitados centros da tradição europeia. Fosse por um repertório imagético na arte e arquitetura, ou nos grandes monumentos literários, como a Divina Comédia, de Dante, a arte da memória estaria inserida, ainda segundo Yates, em uma transformação mais ampla: de método para memorizar a enciclopédia do conhecimento e refletir o mundo na memória, que seria ferramenta de auxílio que permite investigar a enciclopédia e o mundo, com o objetivo de descobrir um novo conhecimento. A memória seria, portanto, um fator que possibilitaria o desenvolvimento do próprio método científico.

Destarte, seria necessário analisar atributos internos à memória que a constituem dentro do campo de pensá-la dentro das suas possibilidades de influência. Tais atributos são melhor elucidados por Francis Bacon, autor que Yates irá amplificar dentro de seu argumento. A saber, a arte da memória — ou, como chamamos, processos de memorização/assimilação — estaria baseada em "pré-noções" e "emblemas", para Francis Bacon; a pré-noção nos desobriga da busca interminável daquilo que deveríamos lembrar e direciona a busca a um círculo restrito, isto é, a algo que corresponda a nosso lugar de memória. Já o emblema, reduz os conceitos intelectuais a imagens sensíveis, que impressionam mais a memória. Um exemplo seria o do caçador e da lebre. Para que sua caça se efetive, é necessário visualizar, antes, em sua mente, a presa que busca. Com esse esforço espontâneo, a formação da imagem que reflete o que se busca.

HOMENS PIEDOSOS: UMA IMAGEM PRODUZIDA PELA IGREJA SOBRE ECLESIÁSTICOS

Antes de refletirmos sobre as possíveis influências da memória na escrita da História, é necessário compreendermos como essa memória é construída. Dessa maneira, nos debruçamos sobre as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707), pois as compreendemos enquanto um dos primeiros — se não, o primeiro — esforço de uma política religiosa para todo o território no Brasil.

CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Magestade: propostas e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. Livro III, Título I, Número 438. S. Paulo: Typog. 2 de dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853.



No número 438, sob o título “Da obrigações que tem os clérigos de viver virtuosa e exemplarmente” observamos que, a condição de um clérigo, o inseria num cenário sempre atribuído ao divino, ao espiritual e, por isso, suas ações, costumes, passos e, até mesmo o que vestia, deveria refletir e/ou contemplar esse *estado santo*. O presente trecho da Constituição apresenta, ainda, contrariedades e impasses para reforçar suas diretrizes, ou seja, não seria possível exercer o *ministério dos Anjos* enquanto se faz *obras de demônios*, nem mesmo ter *dignidade sublime* e uma *vida disforme*, entre outros. Com isso, percebemos o esforço para a construção de uma narrativa em que o religioso se encontra como sujeito imaculado, puro, constantemente submetido e próximo ao divino.

Mas, não sendo um fenômeno regional, compreendemos que essa construção está pautada pela força de séculos passados, para além mar, por exemplo. Com isso, reunimos um outro exemplo no exercício de pensá-lo semioticamente, mediante os signos de representação dispostos na pintura e como isso cria e/ou reforça determinada narrativa.



Mártires em Marrocos (+1220). Canonizados por Sixto IV em 7 de agosto de 1481.

Observamos, a partir dessa pintura, algumas atribuições que associam eclesiásticos ao divino. Por exemplo, o ramo de palmeiras nas mãos, simbolizando a mensagem que propagam, as faces erguidas ao céu, que apontam para a idéia de que esses indivíduos olham para uma realidade à frente, no alto, como se mirassem naquilo que é celestial, ainda, a auréola em suas cabeças que os insere num contexto, a rigor, aquele em que, o religioso dedicado ao serviço da Igreja, de Cristo, é alimentado dentro de uma narrativa que o aproxima da pureza, do divino, etc. Portanto, percebemos que sua aproximação com uma perspectiva divina foi uma construção sob força de séculos e, que, em nossas hipóteses, pode ter influenciado a escrita da História sobre esses sujeitos.

Dito isso, compreendemos que a escrita da história é constituída por nuances, que dizem respeito às perguntas levadas até a fonte e, também, ao contexto no qual os historiadores que se debruçam sobre determinado eixo temático estão inseridos. Ainda, entendemos que a cultura — aqui, compreendida como um sistema de símbolos, como preconizado por Clifford Geertz (1973), em outras palavras, os valores, crenças, juízos, entre outros —, estruturada de sua contemporaneidade, influencia diretamente a escrita e conclusões de uma investigação.

A HISTORIOGRAFIA EM CONTRASTE COM NARRATIVAS CONSTRUÍDAS E REFORÇADAS HISTORICAMENTE SOBRE ECLESIÁSTICOS DO SÉCULO XVIII EM MINAS GERAIS.

Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por uma história decolonial: Gênero, raça e classe na América Latina. Eduarda Guerra Tostes; Lavínia Renata de Oliveira Turqueti; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2022. 926 p.

ISSN:2317-0468

Refletimos, agora, acerca das possíveis influências dos complexos memoriais na interpretação e escrita no que tange a esses sujeitos na história. Afinal, trata-se de um percurso que reflete a construção dos estatutos da História ao longo do tempo. Em outras palavras, o sentido e função que foi sendo aplicado e/ou retirado à disciplina compreendendo seus usos para produção científica. Portanto, buscaremos analisar as possíveis influências da memória em historiadores na sua escrita da história. Para isso, utilizaremos dois trabalhos de temporalidades distintas produzidos sob contextos de discussão teórica acerca da história, também distintos.

Em “As Minas Gerais e os primórdios do Caraça” (1963), José Ferreira Carrato irá fazer a seguinte afirmação:

o padre das Minas, como se vê, não leva seu trem de vida muito diferente do de qualquer homem do século. É, tantas vezes, apenas um homem de batina. (...) O sacerdócio não é um apostolado, é uma profissão, como outra qualquer. Em consequência, o ministério é frouxo, manso, tíbio, que torna o padre indiferente às terríveis palavras de maldição anunciadas ao anjo de Laodicéia. (CARRATO, 1963: 90, 91)

Em referência ao texto bíblico localizado no livro de Apocalipse, capítulo 3, Carrato irá adentrar esse cenário em que o eclesiástico, necessariamente, se constitui pelas expectativas e narrativas atribuídas a ele pela Igreja e sua política religiosa. Veja, no mesmo texto, o autor também irá afirmar que “os párocos negligenciam o seu dever de combater os vícios, de reverberar os abusos, de explicar a doutrina, de inculcar o bem e a virtude, segundo a forma prescrita pelos cânones da Igreja” (CARRATO, 1973: 91). Nessa última citação, o autor versava sobre eclesiásticos que, segundo ele, não cumpriam suas funções por se envolverem com outros negócios. Com uma imagem sobre esses sujeitos que se balizava numa narrativa em que os mesmos aparecem enquanto imaculados, puros, entre outros, percebemos que a referência de Carrato busca, numa narrativa construída historicamente, observar esses sujeitos os associando, até mesmo, nos termos da própria religião, em outras palavras, na expectativa que cumpram seu papel de catequese do bem e da virtude.

Para vias de comparação, destacamos o trabalho de Marcela Soares Milagre sob título “Entre a bolsa e o púlpito: Eclesiásticos e homens do século nas Minas de Pitangui (1745-1793)” (2011). Imersa num outro contexto de discussões acerca da presença e participação de eclesiásticos nas Minas setecentistas, ainda, tendo escrito após as revisões ocorridas a partir

dos anos 70 e 80, a autora irá abordar seu objeto de pesquisa com uma lente que não parte do que foi atribuído sobre ele mas, sim, que busca analisá-lo dentro das relações de sua contemporaneidade. Com isso em mente, fez algumas afirmações, entre elas, o caso do Padre Antônio José que, segundo a autora, possuía, em Vila do Pitangui, um

vigoroso comércio na vila de pitangui administrado pelo padre [Antonio José], A variedade de sua clientela, que contava com homens brancos (roceiros, mineiros, boticários), homens de patente (Alferes, tenentes, capitães, reverendo os padres) além de escravos, forros e mulheres, e um enriquecimento desse padre por causa de suas atividades comerciais. É o que nos confirma o próprio padre Antônio em seu testamento: declaro que vim pra essa terra de idade de dois anos e minha maior despesa fiz a meus pais nem deles nada herdei e tudo quanto tenho é adquirido pelas minhas ordens. (MILAGRE, 2011: 88)

Somado a isso, uma perspectiva dos próprios habitantes acerca dos negócios do padre. Com isso, Milagre irá indicar que a inserção de padres em negócios desarmonicos com as diretrizes de uma política religiosa, não implicava numa semelhante desarmonia com aquela sociedade, ao contrário, “os limites da tolerância pareciam estar mais relacionados com o cumprimento das obrigações sacerdotais em matéria religiosa, que com qualquer outra coisa” (MILAGRE, 2011: 89). A escolha feita pela autora em buscar esse sujeito em sua contemporaneidade, fez com que o mesmo fosse desnudado pela série de expectativas cristalizadas e institucionalizadas sobre ele, a medida em que foi complexificado quando, mesmo possuindo negócios, os administrava junto com sua função sacerdotal sem ser denunciado.

CONCLUSÃO

Concluimos, em primeiro lugar, que na própria historicidade do método histórico existem novas perspectivas e abordagens que se subsidiam de ferramentas, até mesmo, de outras áreas, tal qual a Antropologia (que ganhou força no campo da História a partir dos anos 70).

Em segundo lugar, é necessário pensar a pertinência ou, nas palavras utilizadas na presente nota, o peso do FATOR memória/memorialização na escrita da história como forma de desnaturalizar alguns olhares que são, em nossa ou outras contemporaneidades, tidos como naturais, espontâneos mas que, culturalmente, são símbolos construídos e alimentados sob bases morais, religiosas, entre outras.

Em terceiro e último lugar, a pertinência de se observar como imagens construídas há séculos ganham força e se consolidam como lugares comuns que abrigam, em alguns momentos, determinismos sobre a escrita da história. Com isso, não temos por objetivo condenar alguma regra de fé ou como a mesma foi administrada ao longo do tempo, ao contrário, acreditamos na vantagem se observá-la, também, enquanto um fenômeno que contrastou com determinada temporalidade. Assim, é necessária a busca do homem no seu próprio tempo segundo as suas subjetividades, traduzidas, aqui, nos eclesiásticos do século XVIII, em negócios para sua sobrevivência, sobretudo se levarmos em conta que, a Côngrua, ou se direcionava aos altos cargos dentro da hierarquia da Igreja ou não chegava a tempo do mesmo garantir sua sobrevivência, bem como outros rendimentos insuficientes, tal como as conhecenças e pés de altar.

REFERÊNCIAS

Fontes

CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Magestade: propostas e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. S. Paulo: Typog. 2 de dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853.

Referências Bibliográficas

CARRATO, José Ferreira. **As Minas Gerais e os Primórdios do Caraça**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. [S. l.]: Zahar Editores, 1978.

MILAGRE, Marcela Soares. Entre a bolsa e o púlpito: Eclesiásticos e homens do século nas Minas de Pitangui (1745-1793). Orientador: Profa. Dra. Maria Leônia Chaves de Resende. 2011. Dissertação de Mestrado (Mestre em História) - Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2011.

YATES, Frances. A arte da Memória e o desenvolvimento do método científico. In: **A arte da Memória**. trad. por. Flavia Bancher. Campinas: Editora da Unicamp. 2007.

O saber como moeda de troca: O caso de Antônio Pires da Silva Pontes, um homem de conhecidas luzes

Victor José do Nascimento Custódio⁵⁵

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo o estudo sobre a Ilustração Português e a figura do colono-cientista. Em nossa análise, buscaremos dar foco ao estudo do caso de Antônio Pires da Silva Pontes Leme, um mineiro advindo de uma rica e influente família da cidade de Mariana que estudou Matemática na Universidade de Coimbra reformada e por longos anos serviu à Coroa em expedições na função de cientista. Pretendemos, a partir da análise da trajetória e ascensão social desse sujeito, apreender aspectos das dinâmicas típicas do Antigo Regime que envolviam aqueles que se dedicavam à carreira científica.

Palavras chave: Ilustração Portuguesa; Colonos-Cientistas; Antigo Regime Português

ABSTRACT: This research aims to study the Portuguese Enlightenment and the figure of the colonist-scientist. In our analysis, we will seek to focus on the case study of Antônio Pires da Silva Pontes Leme, a Minas Gerais-born son of a rich and influential family from the city of Mariana who studied Mathematics at the reformed University of Coimbra and for many years served the Crown in the role of scientist. We intend, from the analysis of the trajectory and social ascension of this individual, to apprehend aspects of the typical dynamics of the Ancien Régime that involved those who were dedicated to the scientific career.

Keywords: Portuguese Enlightenment; Colonists-Scientists; Portuguese Ancien Régime

As reformas pedagógicas na Ilustração Portuguesa

Apesar de geograficamente distante e “espiritualmente excêntrico” (NOVAIS, 1989: 219-224) às movimentações intelectuais, Portugal não ficou alheio às novidades filosóficas e científicas da ilustração e presenciou ainda na primeira metade do século XVIII uma relevante produção de textos alinhados ao pensamento das luzes. Isso porque ganharam espaço em congregações e grupos de eruditos os trabalhos e discursos de alguns intelectuais que tiveram contato com as ideias estrangeiras e as aplicaram em suas análises sobre a sociedade lusa⁵⁶.

⁵⁵ Graduado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: victor.custodio@estudante.ufjf.br

⁵⁶ Embora a historiografia tenha descrito esses intelectuais como os “estrangeirados” transmitindo uma ideia de certa homogeneidade, trabalhos atuais têm reconhecido cada vez mais a diversidade ideológica desse grupo. Para uma análise mais aprofundada Cf. (MIRANDA, 1991)

Essas análises, por vezes, foram críticas às instituições e costumes portugueses e a um suposto atraso cultural do império em relação aos países irradiadores das Luzes.

Mesmo que essa movimentação intelectual não tenha encontrado materialidade logo no primeiro momento, ela já era um forte indicativo da crise dos antigos dogmas e da ebulição de projetos reformadores pautados nos ideais ilustrados. Em outras palavras, os textos e discursos já apresentavam como necessidades tornar a administração política e econômica mais eficiente e próspera, bem como afastar a cultura lusa de certos - mas não de todos - preceitos, das ordens religiosas. Estes seriam pontos centrais das Reformas Pombalinas instauradas a partir da década de 1750.

Inicialmente, o Rei D. José I encarregou o ilustrado e já influente diplomata Sebastião José de Carvalho e Mello da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, mas não tardou muito para que ocupasse a posição de Primeiro Ministro e principal responsável pela administração de todo o Império Português. Seu governo que durou de 1755 a 1777 foi um período no qual as ideias ilustradas se materializaram num acentuado processo de renovação sobretudo cultural a qual tinha os objetivos finais de uma profunda transformação pedagógica e a promoção da racionalização administrativa (SEBASTIÁN, 1998).

Nesse sentido, as reformas foram ligadas sobretudo às instituições de ensino que deveriam ser imediatamente submetidas à tutela do Estado em nome do progresso e da transformação intelectual e moral da sociedade. Uma dessas instituições que passaram por mudanças estruturais foi a Universidade de Coimbra, que foi fundada ainda em 1290 e, assim como a maioria dos centros intelectuais da Europa naquele século, era profundamente marcada pelo ensino escolástico. Como se não bastasse, Coimbra ainda contava com os imperativos da Companhia de Jesus sobre os seus cursos oferecidos. Contudo, com as novas políticas educacionais de Pombal e a expulsão dos inicianos em 1759, a reformulação do ensino superior nesta instituição se tornou um processo inevitável.

A atividade reformadora começou em 1770 com a criação da Junta de Providência Literária que ficaria encarregada de elaborar novos estatutos para gerenciar os cursos oferecidos. Após diversas reuniões e definições de estratégias de ação, as atividades acadêmicas foram suspensas até 28 de agosto de 1772 quando foram publicados em três volumes os “Estatutos da Universidade de Coimbra” (GOMES, 1983). Esses documentos tratavam de questões diversas

do cotidiano universitário como as exigências para ingresso, idade mínima, duração de cada curso (FONSECA, 2000), mas também das novidades metodológicas a serem incluídas nos currículos. De forma geral, as quatro faculdades já existentes - Teologia, Cânones, Leis e Medicina - foram atualizadas aos conhecimentos modernos e aos interesses utilitários do Estado Português. Os cursos jurídicos passaram a dar mais valor ao conhecimento prático e às fontes portuguesas, a Teologia foi adaptada às necessidades do dogma regalista e a Medicina contou com a introdução de uma série de novidades como a dissecação de cadáveres (antes proibido por motivos religiosos), os estudos acerca do sistema cardiovascular, teorias patológicas e farmacológicas, estudo sobre higiene, dentre outras (MAXWELL, 1996).

No entanto, a maior inovação implementada pela reforma da Universidade de Coimbra foi seguramente a fundação de duas novas faculdades. Estas trouxeram consigo as ferramentas necessárias para a renovação filosófica e científica tão ambicionada pelos ilustrados portugueses. Isto é, o novo programa estatutário trazia o estabelecimento das faculdades de Filosofia, que abrangeria a Filosofia Racional e Moral e a Filosofia Natural, e de Matemática designada aos estudos físicos e aritméticos. Os estudos filosóficos e matemáticos eram também caracterizados pela aplicabilidade prática do conhecimento, sendo que as matérias de História Natural e Química possibilitavam o reconhecimento de recursos da natureza e a Astronomia a elaboração de mapas e demais descrições cartográficas, por exemplo. Assim, com essas inovações curriculares, o espaço universitário coimbrão se tornou capaz sobretudo de habilitar seus alunos a partir dos novos preceitos empírico-experimentais praticados nas academias do centro da Europa. Importante ainda lembrar que as cadeiras dessas faculdades não se destinavam somente aos fidalgos do reino, mas sim a todos os interessados em estudar a natureza e suas propriedades. Isso era uma forma de Pombal ampliar o número de formados que viriam a utilizar os conhecimentos ilustrados a serviço do desenvolvimento imperial português (COSTA, A. M., 2000).

Aqueles letrados formados em Coimbra geralmente serviam à Coroa na posição de cientistas integrando as chamadas “Expedições Filosóficas”. Esses empreendimentos eram administrados pela Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar que a partir dos conhecimentos desses cientistas viajantes formados em Portugal buscava produzir cartas geográficas, delimitar limites de fronteiras, coletar e enviar ao reino espécimes naturais, e coletar outras informações preciosas para a administração das posses ultramarinas. Tendo em vista que essas atividades

tinham um forte caráter utilitário e visavam sempre o que poderia ser aplicado à riqueza nacional, os matemáticos e filósofos naturais atuavam como verdadeiros agentes estatais e eram parte fundamental para a implantação das reformas e planejamentos econômicos do império.

Mobilidade social dos ilustrados portugueses

Esses cientistas, contudo, não se aventuravam nas colônias e aplicavam técnicas e saberes das luzes sem receber reconhecimento pelos seus serviços tão úteis ao Império luso. Tal como os outros funcionários da Coroa, os cientistas poderiam ganhar títulos, tenças, cargos e demais mercês régias extremamente importantes para a ascensão social na época. Portanto, apesar desses cientistas, seres paradigmáticos das luzes, representarem uma novidade no cenário intelectual e cultural da Europa moderna, eles ainda estavam inseridos em lógicas sociais típicas do Antigo Regime baseadas na prestação de serviços em troca de prestígio e poder político.

A relação entre monarca e cientistas viajantes fica ainda mais compreensível quando a colocamos sob a luz de alguns conceitos utilizados pela historiografia mais recente para entender o funcionamento do Império português. O primeiro é o de “economia das mercês” que segundo a historiadora Maria Fernanda Bicalho “constituía-se como um dos pilares do Estado Moderno, sustentada em larga medida pelo Império ultramarino, que também oferecia múltiplas oportunidades de serviços” (BICALHO, 2005: 22). Nessa dinâmica, os súditos, ao corresponderem às demandas monárquicas e nobres, almejavam não somente ganhos materiais, mas principalmente os ganhos simbólicos que poderiam trazer prestígio dentro daquela estrutura social. Segundo os historiadores Antônio Manuel Hespanha e Ângela Barreto Xavier, a relação entre o oferecimento de serviços e a gratificação em mercês era marcada ainda por “redes clientelares” em que cada sujeito e extrato social possuía uma função preestabelecida (XAVIER, 1998). Essas funções além de claras e bem definidas eram interdependentes, o que orientava o funcionamento da sociedade do Antigo Regime português.

Uma noção complementar ao sistema de mercês é o de “Liberalidade Régia”, muito presente nas análises da historiadora Fernanda Olival. Segundo ela, a liberalidade era um aspecto central da cultura política do Antigo Regime e dizia respeito ao costume dos reis em retribuir seus vassallos pelos serviços prestados em nome da Coroa (OLIVAL 2001). Funcionando como uma verdadeira virtude, esse costume era o que garantia e justificava a lealdade e boa vontade

dos súditos. O gesto de dar se constituía, portanto, como uma obrigação imperativa à realeza e estava inserido numa cadeia de reciprocidades a qual englobava todo o corpo social.

Dessa forma, ao se aventurarem nos empreendimentos científicos, os intelectuais atendiam às demandas da coroa com a intenção de receber as devidas gratificações. O saber, portanto, se constituiu como parte de estratégias de mobilidade social, como uma moeda de troca usada para alcançar distinções e privilégios.

Os ganhos de um naturalista poderiam ser vários, além de remunerações em soldos, muitos conquistavam títulos e cargos que lhes garantiam distinção social tanto no Reino quanto Ultramar. Entre as benesses mais procuradas, estavam hábitos de alguma das Ordens Militares, posições de destaque nas instituições de ensino, cargos administrativos nos diversos espaços do Império, além da autorização para frequentar restritas sociedades compostas por membros da alta nobreza tais como a Academia Real de Ciências.

Desse modo, a partir da concessão de mercês, o patronato régio conseguiu criar uma legião de letrados dispostos a, em nome da coroa, viajar pelas posses ultramarinas e produzir registros científicos para auxiliar no fomento da indústria, do comércio, da modernização da agricultura e da mineração. Os viajantes filósofos, finalmente, atuavam como leais vassalos que buscavam o ganho de bens simbólicos e por isso respeitavam as estruturas centenárias do Antigo Regime. Um fato interessante, porém, é que a maioria destes cientistas que serviram à monarquia no último quartel dos setecentos eram oriundos dos espaços coloniais e viram no ingresso à Universidade de Coimbra e na carreira científica uma forma de ascender socialmente. A seguir falaremos mais profundamente desse grupo e sua inserção na complexa trama social setecentista portuguesa.

De Nobres da Terra a Cientistas a serviço da Coroa

Em razão da carência de centros de ensino superior na América Portuguesa, a Universidade de Coimbra se apresentou, desde inícios do século XVII, como alternativa àqueles colonos que desejassem obter o diploma de bacharel (FONSECA, 1999). Essa busca pela formação profissional se tornou ainda mais significativa após as reformas curriculares e regimentais do ano de 1772, quando a entrada de brasileiros foi estimulada pelo programa pombalino de centralização e cooptação das elites do Reino e Ultramar para o processo de transformação cultural. Além disso, com a fundação das novas faculdades de Filosofia e

Matemática e o conseqüente surgimento do ofício de cientista, muitos vassallos habitantes dos trópicos depreenderam novos caminhos para se aproximar dos espaços de poder metropolitanos e assim ascender socialmente. Contudo, os custos da viagem, da estadia na cidade do Mondego e das outras demandas dos estudos universitários eram altos o que explica a origem abastada da maioria dos brasileiros que atuaram nas viagens filosóficas dos setecentos. Esses colonos-cientistas eram filhos de ricas e influentes famílias das capitânias, grupo este que estudos da historiografia mais recente têm chamado de *Nobreza da Terra*⁵⁷.

Esses nobres da terra, após terem prestado serviços honrosos à Coroa e terem consolidada sua posição pelo acúmulo de bens materiais e bens simbólicos conquistados na dinâmica da economia das mercês, buscavam estabelecer o modo de vida segunda a “lei da nobreza”, ou seja, seguiam os típicos costumes aristocráticos. Além disso, foram constituídas estratégias de reprodução social que garantissem a manutenção do patrimônio conquistado e estendessem o estatuto de nobreza para os descendentes. Uma dessas estratégias era justamente o envio de filhos e netos para a Universidade de Coimbra, tendo em vista que além da formação de mais um vínculo estabelecido com espaço reinol, o prestígio social resultado da obtenção de um título de doutor ou bacharel se estendia à família do graduado.

Em estudos quantitativos sobre o tema, observamos como essa prática ficou comum desde início dos seiscentos e se intensificou em meados do século XVIII e após a reforma da universidade. De acordo com Fernando Taveira da Fonseca, a matrícula de habitantes da América Portuguesa nas cadeiras dos cursos coimbrões era regular desde 1601 e na década de 1720 passou por um aumento significativo que se manteve por décadas (FONSECA, 1999). O autor ainda demonstra que das matrículas realizadas entre 1772 e 1788 a proporção de estudantes brasileiros subiu para 16,5% chegando pontualmente a 30,2% em 1775. Essa apuração nos demonstra a consonância entre os interesses das elites coloniais em se aproximar da metrópole e as políticas pombalinas que objetivavam uma maior centralização cultural do Império Português a partir do aliciamento da juventude ultramarina.

⁵⁷ De acordo com a historiadora Maria Fernanda Bicalho, em artigo que discute o termo, o surgimento dessa elite colonial esteve diretamente relacionado com as novas possibilidades de prestação de serviços à monarquia viabilizadas a partir do processo de conquista, à ocupação de cargos administrativos e ao acúmulo de mercês régias (BICALHO, 2005)

Interessante ainda notar que muitos desses estudantes nascidos na América demonstraram profundo interesse no que era ensinado nos cursos de Filosofia e Matemática, tendo muitos destes se habilitado como cientistas ao final de suas formações. Segundo o trabalho de Francisco de Moraes, dos 608 brasileiros matriculados entre 1772 e 1808, cinquenta e cinco participavam dos novos cursos científicos na condição de ordinários - ou seja, tinham o objetivo de formar somente como filósofos ou matemáticos (MORAIS, 1940). Contudo, tal como argumenta os historiadores Ana Lúcia Rocha da Cruz e Magnus Roberto Pereira, esse quantitativo não representa a totalidade de brasileiros que tiveram contato com os cursos científicos, pois é preciso considerar que muitos alunos dos curso de Cânones, Medicina e até mesmo Teologia também frequentavam tais disciplinas (CRUZ e PEREIRA, 2009). Isso se explica porque os respectivos currículos tinham como obrigatórias as matérias em Ciências Naturais e também porque muitos alunos se interessaram pelas possibilidades de obter também o diploma nas novas faculdades e atuarem como cientistas.

Resultado deste processo foi a formação de um número considerável de brasileiros habilitados nas ciências naturais, o que nos permite pensar em uma geração de nascidos no Brasil que serviram o Estado português através das viagens filosóficas. Esses colonos-cientistas fizeram o interessante movimento de partir das conquistas como *Nobres da Terra* em direção à metrópole obtendo lá a formação acadêmica e após isso retornar aos espaços coloniais na condição de agentes letrados do Império. Devido aos seus serviços, muitos deles foram recompensados e ascenderam socialmente no contexto do Antigo Regime português. Tendo isso em vista, a parte seguinte deste trabalho é um estudo de caso que pretende compreender melhor essa sociedade lusa do século XVIII. Analisaremos a trajetória de Antônio Pires da Silva Pontes Leme, um matemático mineiro que constitui um clássico caso de colono-cientista.

Um homem de conhecidas luzes

Antônio Pires da Silva Pontes Leme nasceu em 1750, na freguesia do Inficionado do termo de Mariana na Capitania de Minas Gerais. Era membro de uma das mais influentes e ricas famílias da região e, portanto, um nobre da terra. A consolidação da nobreza da família de Silva Pontes remonta ainda às ações desbravadoras de seu tataravô, o bandeirante paulista Fernão Dias Paes Leme. Ao longo da segunda metade do século XVII, ele, seus genros e seu filho Garcia Rodrigues Paes Leme, se constituíram como alguns dos nomes mais importantes para a expansão do território brasileiro (FRANCO, 1989). Dentre os serviços prestados à Coroa no

processo de conquista estiveram, sobretudo, o apresamento de indígenas, auxílio no descobrimento das minas de ouro, prata e esmeraldas⁵⁸ e abertura de caminhos⁵⁹. A atuação como conquistadores vinha seguida da solicitação de benesses régias que era geralmente correspondida. Com o acúmulo de títulos e cargos, estes homens fortaleciam a influência da família repassando os bens simbólicos para seus filhos, sobrinhos e genros.

Maximiliano de Oliveira Leite, por exemplo, ganhou de seu tio Garcia Rodrigues o encargo de guarda-mor das Minas do Ribeirão do Carmo. Assim como seus antepassados Maximiliano atuou no desbravamento e conquista das terras coloniais na medida que entre os anos de 1733 e 1734 combateu nativos americanos na região do oeste mineiro e participou da abertura de uma estrada para Goiás. Não demorou muito para que esse paulista estabelecido nas Minas se tornasse um dos maiores potentados da região da Vila do Carmo e um dos mais ricos de toda a capitania do ouro. A figura de Oliveira Leite - avô do matemático sobre o qual nos aprofundaremos em breve - é interessante, pois como destaca a historiadora Carla Maria Carvalho de Almeida, em estudo que analisa de forma bastante arguta esse tronco familiar, foi a partir dele que se iniciou nas Minas Gerais a estruturação de uma nobreza da terra que atuava a partir de diversas estratégias para a manutenção de patrimônios e construção de redes de alianças. Esse grupo constituiu muitas riquezas e grande influência que ultrapassou as fronteiras coloniais e teve projeção imperial (ALMEIDA, 2007).

Em 1722, o guarda-mor casou-se com sua prima⁶⁰ D. Inácia Pires de Arruda com quem teve dois filhos e cinco filhas. Ambos os filhos homens se dirigiram ao Reino para estudar na Universidade de Coimbra. Francisco Paes de Oliveira Leite entrou em 1759 para o curso de Cânones e, após a morte de seu pai, retornou às Minas para assumir os negócios da família. Já José Pires Monteiro de Oliveira, se matriculou em 1751 para o mesmo curso, mas não acompanhou seu irmão na viagem de volta. Tendo permanecido na metrópole, José Pires ocupou

⁵⁸ Em 1674, Fernão Dias e seus aparentados saíram em busca de Sabarabuçu, a lendária serra das esmeraldas. Apesar de não obterem sucesso e encontrarem não mais que turmalinas, o empreendimento não deixou de ganhar atenção do Rei que concedeu altas mercês aos bandeirantes (FRANCO, 1989).

⁵⁹ Garcia Rodrigues, por exemplo, foi responsável pela abertura do Caminho Novo, percurso que encurtou a distância entre a região mineradora e o porto do Rio de Janeiro. *Ibidem*

⁶⁰ Os casamentos endogâmicos, ou casamentos entre parentes, eram prática comum nesse tronco familiar e no restante da capitania mineira. Esse tipo de matrimônio assegurava que os bens materiais e simbólicos permanecessem dentro do grupo familiar e seus membros continuassem a ser identificados com a qualidade de nobreza. (ALMEIDA, 2007).

diversos cargos incluindo o de conservador da Universidade de Coimbra. A estadia de um dos filhos no Reino se explica pelo fato de que ter um representante letrado no centro do Império possibilitava o maior controle dos negócios familiares que por lá passavam, da remuneração pelos serviços prestados na América e também tornava mais fácil a chegada de sobrinhos e afilhados que também almejassem estudar em Coimbra. Portanto, a matrícula dos filhos de Maximiliano na Universidade do Mondego e a permanência de um deles em Portugal era uma forma não só de atingir o espaço reinol como uma garantia de que existiriam meios para reproduzir essa prática.

Todavia, não era só o futuro dos filhos homens que importava no jogo por riquezas e poder no Antigo Regime, na verdade, o casamento das filhas também era um aspecto extremamente relevante para o aumento das posses e a construção das redes clientelares da família. Nesse sentido, a escolha dos genros não era feita com descuido sendo que era dada preferência para homens detentores de bens e prestígios e que tivessem algum tipo de relação com os negócios da família. Foi o caso de José da Silva Pontes, advindo de uma família de muitos bens e prestígio e de quem Maximiliano era sócio e vizinho. Pontes se casou com Mariana Dias Paes e, já sendo detentor de muitas propriedades, cativos e títulos - tais como o de cavaleiro da Ordem de Cristo e senador da Câmara de Mariana - aumentou ainda mais suas riquezas ao lado de sua esposa. Fruto desse matrimônio também estavam quatro filhos, duas meninas e dois meninos, dentre eles Antônio Pires da Silva Pontes Leme, o protagonista de nossa pesquisa.

Assim como outros grupos das “nobrezas da terra”, o tronco familiar de Antônio Pires da Silva Pontes Leme teve seu status forjado na conquista e no desbravamento de novas terras. A partir dessas ações, muitos bens materiais e simbólicos foram conquistados, o que possibilitou a ampliação da influência da família não só nos limites da vila como em toda a capitania e em outras partes da colônia. A partir de Maximiliano e seus genros essa elite mineira estabeleceu uma série de vínculos com a metrópole e finalmente pôde viver de forma mais próxima da *lei da nobreza*. Foi graças a essas condições que Antônio Pires foi para a Universidade do Mondego em 1768.

Em Coimbra, após passar pelo estágio preparatório dos anos iniciais, o mineiro se matriculou em 1769 no curso de Cânones. A escolha inicial provavelmente se deve à influência de seus dois tios que se formaram na área. Contudo Silva Pontes mudou seus planos e em 1771,

não realizou a matrícula anual, que era feita normalmente no mês de outubro. Somente no ano seguinte foi realizada uma nova matrícula, mas desta vez na faculdade de Matemática recém criada durante as reformas universitárias de 1772. No novo curso, ele estudou por quatro anos e se habilitou com o grau de bacharel⁶¹. Em 1777, após ter passado por um rigoroso processo, também conquistou o título de doutor. Se o grau de bacharel já lhe funcionava como passaporte para um estatuto de superioridade social, o doutoramento acentuou ainda mais essa condição, pois exprimia sua competência técnica e o permitiu transitar de forma mais efetiva no ambiente ilustrado português o que de fato se confirmou.

Logo após obter seu doutoramento, Antônio Pires da Silva Pontes Leme se deparou com um cenário bastante favorável para a aplicação dos seus conhecimentos matemáticos em nome da Coroa. Isso porque, o Tratado de Madri firmado em 1750 entre Portugal e Espanha para a definição das fronteiras imperiais no Novo Mundo, já não mais atendia os interesses das monarquias ibéricas. A discordância entre as partes resultou em conflitos bélicos, sobretudo na região do Rio da Prata, deixando claro que novas delimitações territoriais eram imprescindíveis. Nesse sentido, após longas negociações entre ministros das duas Coroas, foi firmado em 1777 o Tratado de Santo Ildefonso, que redistribuiu o território⁶². Parte desse acordo também determinou a formação de comissões demarcadoras de limites que viajariam aos territórios coloniais para o registro de dados e posterior elaboração das cartas geográficas. As comissões foram montadas pelas duas Coroas e contavam com engenheiros, técnicos e cientistas.

O matemático mineiro foi escolhido junto com outros letrados luso-brasileiros de sua geração para compor esse projeto de demarcação por seu destaque ainda como estudante em Coimbra⁶³. Silva Pontes, juntamente com Francisco José de Lacerda e Almeida⁶⁴, ficou responsável pelas demarcações da região do Mato Grosso. A partir da cidade de Vila Bela, os

⁶¹ AUC, Índice de alunos da Universidade de Coimbra 1537-1919. Letra P. Doc. 007665.

⁶² O novo acordo estabeleceu tanto a posse espanhola sobre a Colônia de Sacramento e a Ilha de São Gabriel quanto a soberania de Portugal na região sul do Brasil, dispondo da Ilha de Santa Catarina (GUERREIRO, 1997)

⁶³ ACMA (APEP) - Caixa 17 [Carta de Martinho de Melo e Castro para João Pereira Caldas em 07/01/1780], *apud* MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Rios Guaporé e Paraguai; primeiras fronteiras definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro: Xerox, 1985.

⁶⁴ Lacerda e Almeida nasceu na capitania de São Paulo e se formou em na Faculdade de Matemática junto com Antônio Pires da Silva Pontes Leme. Ele traçou uma trajetória muito semelhante à do matemático mineiro, pois saiu do espaço colonial e devido sua atividade científica obteve cargos e mercês. (PEREIRA, 2012).

viajantes deveriam viajar pelos principais rios daquele território até a cidade de Cuiabá. A missão científica, portanto, teve como trajeto muitos rios da região norte como o Guaporé, Madeira, Javari e até Amazonas. Na sua expedição, Antônio Pires da Silva Pontes Leme atuou de 1780 até finais de 1790, período que realizou muitos estudos não só cartográficos, tal como exigia a direção do projeto de demarcações, mas também pesquisas e relatos sobre a natureza do espaço colonial.

No início dos trabalhos, Antônio Pires e Ricardo Franco de Almeida Serra, capitão engenheiro que também estava nas missões demarcadoras, foram encarregados de navegar os rios e afluentes principais da Bacia do Rio Branco. Em decorrência dessa viagem, o cientista mineiro produziu um diário que, apesar de curto, contém diversas informações sobre a trajetória percorrida, a localização dos rios e suas magnitudes, dentre outras informações extremamente úteis para a administração colonial portuguesa daquele território ainda muito desconhecido tais como recursos naturais encontrados e as áreas estratégicas para o plantio e ocupação⁶⁵.

Em 1782, ao viajar para Vila Bela, capital do Mato Grosso, Silva Pontes produziu mais diários que nos revelam sobre o cotidiano da viagem, as atividades científicas bem como os ambientes observados. Além disso, o matemático descreve a forma como eram feitas as medições das posições geográficas para a definição das fronteiras. Em grande medida os dados eram coletados com base nas observações astronômicas do Sol, da Lua e dos eclipses dos satélites de Júpiter⁶⁶.

A comissão demarcadora finalmente partiu para Cuiabá em abril de 1786 usando como percurso os rios Jauru e Paraguai. No mês de setembro do mesmo ano os matemáticos chegaram ao destino fato que se comprova por ofícios enviados por Silva Pontes ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro informando a localização de um lago chamado Xaraés e a descoberta de duas minas de prata⁶⁷. Os demarcadores ficaram na cidade

⁶⁵ LEME, Antonio Pires da Silva Pontes; SERRA, Ricardo Franco de Almeida. *Breve diário, ou memória do Rio Branco, e de outras que nele deságuam, consequentemente à diligência, e mapa que deste Rio se fez no ano de 1781*. 1781. BNRJ, 21,2,11.

⁶⁶ LEME, Antônio Pires da Silva Pontes. Diário histórico e físico da viagem dos oficiais da demarcação, que partiram do quartel general de Barcelos para a capital de Vila Bela da capitania de Matto Grosso, em 1º de Setembro de 1781. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 262. 1964

⁶⁷ AHU, Mato Grosso, Caixa 25, Doc. 1490. [Ofício do matemático Antônio Pires da Silva Pontes Leme enviado para o secretário de Estado Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, em 28/09/1786].

por mais alguns anos realizando os últimos trabalhos. Com a conclusão da missão, Antônio Pires embarcou de volta para o Reino em 1791.

Contudo, sua atividade científica não encerrou quando pisou no porto reinol. Na verdade, foi chegando lá que o cientista se envolveu na produção de uma das mais importantes cartas geográficas de sua época e, com isso, consolidou sua imagem no rol dos ilustrados mais influentes do Império português setecentista. Isso porque, sob ordens do novo secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho, se iniciou um ambicioso projeto de síntese dos diversos mapas de escala regional. O mapa cobriria todos os domínios portugueses na América e conteria dados sobre a hidrografia, topografia, organização urbana, dentre outras informações úteis à administração imperial (KANTOR, 2010). Para isso, Souza Coutinho nomeou Antônio Pires da Silva Pontes Leme para comandar a elaboração da carta geográfica, tendo em vista sua participação nas demarcações, mas também pelo seu destaque como explorador e matemático.

O resultado desse trabalho foi a “*Carta Geográfica de Projeção Esférica da Nova Lusitânia ou América Portuguesa e Estado do Brasil*” ou simplesmente “*Nova Lusitânia*” finalizada no ano de 1798. Nesta composição foram utilizados 86 mapas, o que possibilitou um grau de precisão muito grande. Além de marcar as divisões das capitanias, os rios, as cachoeiras e os principais caminhos, o mapa colocou em evidência as cidades, vilas, freguesias, sítios e até mesmo minas de ferro e ouro. Tais informações, eram extremamente estratégicas para a Coroa portuguesa que teve naquele documento uma ferramenta extremamente útil na administração de suas populações, controle de recursos e administração econômica.

Portanto, Antônio Pires da Silva Pontes Leme, em sua atividade como matemático e explorador, se constituiu como um claro exemplo de colono-cientista. Sua formação na Universidade de Coimbra reformada possibilitou a produção de uma vasta coleção de memórias, diários, catálogos e obras cartográficas que versavam sobre assuntos diversos e contribuía para o projeto de tornar mais eficiente e racional a administração lusa sobre seus domínios ultramarinos. Esses serviços, contudo, não foram realizados sem a perspectiva de receber algo em troca. Como fiel vassalo, Silva Pontes também objetivava o acúmulo de mercês, cargos e prestígio, o que ele de fato conseguiu.

Seus serviços como leal vassalo e cientista foram inicialmente reconhecidos nas principais sociedades letradas da época, o que lhe permitiu dar continuidade à sua atuação como matemático e naturalista, além de acumular mais prestígio entre outros acadêmicos. A primeira gratificação angariada nesse sentido foi o de lente de matemática na Real Academia dos Guardas-Marinhas em 28 de setembro de 1791⁶⁸. Em seguida, o matemático mineiro foi eleito sócio correspondente da Real Academia de Ciências de Lisboa em 21 de dezembro de 1791 e, posteriormente, sócio livre em 17 de março de 1794. Após integrar esta sociedade letrada, Antônio Pires publicou memórias que tinham como ponto de discussão justamente as posses coloniais e o progresso sócio-econômico do império lusitano.

Todavia, não foi só entre pares ilustrados que Antônio Pires da Silva Pontes Leme viu resultados dos seus empreendimentos científicos. Isso porque, em 1794, ele se tornou cavaleiro da Ordem de São Bento de Avis⁶⁹, uma das mercês mais buscadas entre aqueles que almejavam se destacar na sociedade do Antigo Regime.

A escalada social não parou por aí, sendo que em 6 de fevereiro de 1795 se tornou censor da Mesa de Consciência e Ordens⁷⁰ e em 4 de outubro de 1796, o matemático recebeu mais um título militar, dessa vez como Capitão de Fragata. Importante destacar que na carta de concessão deste último foi descrito com detalhes a atividade científica do mineiro desde seu doutoramento em Matemática até sua atuação como demarcador de fronteiras na América⁷¹. O documento confirma tanto a eficiência de Silva Pontes como letrado, mas também a lealdade e honra envolvida nos seus serviços desbravadores.

Outro reconhecimento obtido está materializado nos autos de justificação de nobreza que confirmavam a qualidade do matemático. Nesse documento, datado de 1798, é dada mais importância à origem familiar e os atos honrosos de seus antecedentes. Encontramos, portanto,

⁶⁸ AGM, Caixa 115, Companhia dos Guardas Marinhas, f. 351.

⁶⁹ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de São Bento de Avis, Letra A, mc. 1, n.º 72. [20/10/1794].

⁷⁰ ANTT, Ministério do Reino, Maços 34-341, Caixa 455. apud (VALADARES, 2004)

⁷¹ AHU, Reino, Caixa 156, Pasta 1 (2º Doc.). [Carta da Rainha Maria I para a nomeação de Antônio Pires da Silva Pontes Leme como Capitão da Fragata em 04/10/1796].

menção ao pai José da Silva Pontes, ao avô Maximiliano de Oliveira Leite e ao tataravô Fernão Dias Paes. Além disso, são destacadas as propriedades da família nas Minas Gerais.

Por fim, em 1798, Silva Pontes foi nomeado governador do Espírito Santo, mercê que o fez retornar ao espaço colonial onde ficaria até sua morte em 1805. Quando foi nomeado ao cargo de governador da Capitania do Espírito Santo, o príncipe D. João emitiu uma carta direcionada a Francisco da Cunha Menezes, governador da Bahia, a qual deixa claro que as aptidões técnicas e a trajetória científica foram levadas em conta para a indicação. Nas palavras do regente: “Fui servido nomear para a mesma um governador particular, que vos fica sempre subalterno e escolher um **homem de conhecidas luzes** e préstimo na pessoa do capitão de fragata Antônio Pires da Silva Pontes.”⁷²

Considerações finais

A trajetória de Antônio Pires da Silva Pontes nos revela muito sobre a sociedade portuguesa dos finais dos setecentos que era atravessada pelas novidades culturais e intelectuais das Luzes. Devido às reformas que valorizavam a formação técnica e científica além da aplicação utilitária do conhecimento, o cientista pôde receber reconhecimento entre seus pares, angariar títulos e cargos, como foi destacado quando recebeu os títulos de Capitão de Fragata e Governador. Mas também, essa ascensão só foi possível porque ele adveio de uma família detentora de muitos bens materiais e simbólicos e que já havia estabelecido fortes vínculos com o espaço Reinol o que facilitou enormemente a mobilidade do colono nas diversas instâncias do Ultramar.

Vimos também que ele não foi o único de sua família a se formar na Universidade de Coimbra. Na verdade, a prática de enviar filhos e netos para o Reino com a finalidade de formação intelectual era comum entre as elites coloniais desde o início do século XVII e no caso de Antônio Pires, na geração de seus tios já encontramos sujeitos que passaram pelo Campus do Mondego sendo que José Pires Monteiro de Oliveira não só se formou como permaneceu em Portugal facilitando a entrada de seu sobrinho e outros aparentados. Percebemos assim que o ingresso na Universidade era um importante meio para o

⁷² BN, Seção de Manuscritos, Inventário, IV, 235-41. [Carta régia em que se dirigem diversas instruções ao capitão-general da Capitania da Bahia, Francisco da Cunha Menezes]. apud OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3ª. ed. Vitória/ES: APEES, 2008, p. 231. Grifos nossos.

estabelecimento e consolidação de laços com o Reino que, por sua vez, possibilitaram a continuidade de estratégias de ascensão social de todo o tronco familiar.

Portanto, esse colono-cientista era um leal vassalo da Coroa que serviu ao projeto modernizador iluminista com enorme êxito, mas que também estava submetido à lógica do Antigo Regime onde a honra e a ascendência eram elementos chaves da dinâmica social.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados*. In: FRAGOSO, João, SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de e ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (orgs.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

BICALHO, Maria Fernanda. *Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime*. Almanack Braziliense, n. 2, 22, novembro de 2005.

COSTA, A. M. Amorim da. *As ciências naturais na reforma pombalina da universidade: “estudo de rapazes, não ostentação de príncipes”*. In: ARAÚJO, Ana Cristina (Org.). *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000

CRUZ, Ana Lúcia R. B e PEREIRA, Magnus, Roberto de Mello. *Brasileiros a serviço do Império: a África vista por naturais do Brasil, no século XVIII*. Revista Portuguesa de História, 1999.

FONSECA, Fernando Taveira da. *A dimensão pedagógica da reforma de 1772. Alguns aspectos*. In: ARAÚJO, Ana Cristina (Org.). *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000.

FONSECA, Fernando Taveira da. *Scientiae thesaurus mirabilis; estudantes de origem brasileira na Universidade de Coimbra. 1601-1850*. Revista Portuguesa de História. 33 (1999).

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.

GOMES, Joaquim Ferreira. *Pombal e a reforma da Universidade*. In: *Como interpretar Pombal? No bicentenário da sua morte*. Lisboa/Porto: Edições Brotéria/ Livraria A.I., 1983.

GUERREIRO, Inácio. *As demarcações segundo o Tratado de Santo Ildefonso*. In: HESPANHA, António Manuel. *Cartografia e Diplomacia no Brasil do século XVIII*. Lisboa, CNPCDP, 1997.

KANTOR, Iris. *Mapas em Trânsito: projeções cartográficas e processo de emancipação política do Brasil (1779-1822)*. *Revista Araucaria*. Madrid, v. 12. 2010.

MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. *"Estrangeirados". A questão do isolacionismo português nos séculos XVII e XVIII*. R.História, São Paulo, n. 123-124, p. 35-70, ago./jul., 1990/1991.

MAXWELL, Kenneth. Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MORAIS, Francisco de. Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra. Anais da Biblioteca Nacional. v 62. 1940.

NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). São Paulo: Ed. Hucitec, 1989.

OLIVAL, Fernanda. As Ordens Militares e o Estado Moderno. Lisboa: Estar, 2001.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; RIBAS, André Akamine (Org.). *Francisco José de Lacerda e Almeida; um astrônomo paulista no sertão africano*. 1. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2012.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; RIBAS, André Akamine (Org.). *Francisco José de Lacerda e Almeida; um astrônomo paulista no sertão africano*. 1. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2012.

SEBASTIÁN, Javier Fernandez. Península Ibérica. In: FERRONE, Vincenzo; ROCHE, Daniel (eds.). *Diccionario histórico de la Ilustración*. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

VALADARES, Virgínia Trindade. Elites Mineiras Setecentistas: conjugação de dois mundos. Lisboa: Edições Colibri, ICIA, 2004.

XAVIER, Ângela Barreto Xavier; HESPANHA, Antônio Manuel. As Redes Clientelares. In: MATTOSO, José (Org.) *História de Portugal. O Antigo Regime (1629-1807)*, v. 4. Lisboa: Estampa, 1998.

Fontes

ACMA (APEP) - Caixa 17 [Carta de Martinho de Melo e Castro para João Pereira Caldas em 07/01/1780], *apud* MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Rios Guaporé e Paraguai; primeiras fronteiras definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro: Xerox, 1985.

AGM, Caixa 115, Companhia dos Guardas Marinhas, f. 351.

AHU, Mato Grosso, Caixa 25, Doc. 1490. [Ofício do matemático Antônio Pires da Silva Pontes Leme enviado para o secretário de Estado Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, em 28/09/1786].

AHU, Reino, Caixa 156, Pasta 1 (2º Doc.). [Carta da Rainha Maria I para a nomeação de Antônio Pires da Silva Pontes Leme como Capitão da Fragata em 04/10/1796].

ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de São Bento de Avis, Letra A, mç. 1, n.º 72. [20/10/1794].

AUC, Índice de alunos da Universidade de Coimbra 1537-1919. Letra P. Doc. 007665.

BN, Seção de Manuscritos, Inventário, IV, 235-41. [Carta régia em que se dirigem diversas instruções ao capitão-general da Capitania da Bahia, Francisco da Cunha Menezes]. *apud* OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3ª. ed. Vitória/ES: APEES, 2008, p. 231. Grifos nossos.

LEME, Antônio Pires da Silva Pontes. Diário histórico e físico da viagem dos oficiais da demarcação, que partiram do quartel general de Barcelos para a capital de Vila Bela da capitania de Matto Grosso, em 1º de Setembro de 1781. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 262. 1964

LEME, Antonio Pires da Silva Pontes; SERRA, Ricardo Franco de Almeida. *Breve diário, ou memória do Rio Branco, e de outras que nele deságuam, consequentemente à diligência, e mapa que deste Rio se fez no ano de 1781*. 1781. BNRJ, 21,2,11.

Simpósio Temático - Narrativas e usos políticos do passado: ensino de história, historiografia e representação em tempos de crise

A crise da historiografia: silenciamentos, negacionismos e a função social do historiador e historiadora

Eduarda Guerra Tostes⁷³

RESUMO:

A historiografia e a disciplina histórica perpassam por um momento em que se tornou necessário repensar suas funções para a sociedade. O papel do historiador e historiadora, como agente ativo na defesa da não existência de uma história única ou absoluta é muito mais que acadêmica, mas política. A negação radical, e não somente isso, a distorção e a falsificação da disciplina histórica impacta a historiografia crítica por meio de um “revisionismo negacionista” feito por grupos antidemocráticos, violentos, racistas e reacionários. O passado tem sido revisitado por esses grupos para relativizar ou mascarar feridas históricas que constantemente estão subterfugiadas por memórias e traumas coletivos. Essa constante de que o passado não passa e a ideia de que não é só possível retornar a esse passado “glorioso” como também necessário, influi nas divergentes correntes negacionistas, objetivando controlar um projeto de sociedade.

Esse uso abusivo do passado se tornou um perigo constante e mostrou a necessidade de a comunidade historiográfica entender qual a função social da história e dos historiadores e historiadoras no combate aos silenciamentos. Nesse sentido, pensar a historiografia, que dialoga não só academicamente, mas sobretudo com o espaço público tornou-se urgente.

Palavras-chave: Teoria da História; Historiografia; História Pública.

RÉSUMÉ:

⁷³ Graduanda de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Membro voluntária do Laboratório de Patrimônios Culturais (LAPA - UFJF) coordenado pelo prof. Dr. Marcos Olender e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação, Currículo e Ensino de História (GEPACEH) coordenado pelo prof. Dr. Marcus Leonardo Bomfim Martins.

Email: duda.tostes@estudante.ufjf.br

L'historiographie et la discipline historique traversent un moment où il est devenu nécessaire de repenser leurs fonctions pour la société. Le rôle de l'historien et de l'historienne en tant qu'agent actif dans la défense de l'absence d'une histoire unique ou absolue est beaucoup plus qu'académique, mais politique. La négation radicale, et pas seulement cela, la distorsion et la falsification de la discipline historique impacte l'historiographie critique à travers un "révisionnisme négationniste" fait par des groupes antidémocratiques, violents, racistes et réactionnaires. Le passé a été revisité par ces groupes pour relativiser ou masquer les blessures historiques qui sont constamment enfouies dans les souvenirs et les traumatismes collectifs. Cette constante que le passé ne passe pas et l'idée qu'il est non seulement possible de revenir à ce passé "glorieux" mais aussi nécessaire, influence les courants négationnistes divergents, visant à contrôler un projet de société.

Cet usage abusif du passé est devenu un danger constant et a montré la nécessité pour la communauté historiographique de comprendre quelle est la fonction sociale de l'histoire et des historiens et historiens dans la lutte contre le silence. En ce sens, penser l'historiographie, qui dialogue non seulement académiquement, mais surtout avec l'espace public est devenu urgent.

Mots-clés: Théorie de l'histoire; Historiographie; Histoire Publique.

INTRODUÇÃO

O regime moderno de historicidade e suas articulações entre passado, presente e futuro se tornou um tema muito discutido no meio acadêmico, afinal é imprescindível problematizar e reconfigurar qual o trabalho do historiador e historiadora, principalmente na escrita da história, não só nos “passados presentes” como também em uma nova forma de se pensar a historiografia e as demandas globais.

A disciplina histórica está ligada à formação do Estado-Nação moderno. Essa ligação com uma identidade nacional possibilitou uma legitimação do profissional como mediador do passado.

O desafio da nova forma de se pensar a historiografia objetiva não só em reformular novos conceitos de universalidade, como também valorizar histórias mediante a um grande colapso, pois o modo de se fazer história não consegue mais abarcar as demandas, tanto sociais quanto naturais, de mundo da atualidade. Assim como Chakrabarty descreve:

“De fato, o que os cientistas têm dito sobre a mudança climática põe em questão não só as ideias sobre o humano que usualmente dão sustentação à disciplina da história, mas também as estratégias analíticas que os historiadores pós-coloniais e pós-imperiais têm utilizado nos últimos vinte anos, em resposta ao quadro de descolonização e globalização do pós-guerra.” (CHAKRABARTY, 2013, p. 3).

O modo de se fazer história foi se alterando ao longo do tempo. Pensar em temporalidades distintas e novos conceitos de historicidade se tornou necessário. O historiador Hartog definiu como regime de historicidade as relações e articulações entre o presente, o passado e o futuro. Nessa perspectiva, se antes tínhamos uma historiografia que entendia o futuro como uma continuidade do passado e presente, pois se considerava o tempo de forma cíclica, no regime moderno, é possível se pensar em uma historização da história. O passado se torna assim obsoleto e incapaz de “prever” o futuro já que a história é considerada como aquela que se transforma com o tempo. A partir do século XX, para o historiador, marcado principalmente pela queda do muro de Berlim (1989), esse regime moderno de historicidade entra em crise. De fato, a historiografia passa por mudanças significativas para se pensar em um novo formato de se fazer história que tenha algum sentido no presente e afete a sociedade como um todo. Mediante a essa crise as discussões sobre o passado prático e o passado disciplinar, em tempos de obscurantismo e defesa da história, do historiador e historiadora, estão em pauta e levantam questões a serem debatidas. Michael Oakeshott descreve a diferença entre o passado prático e o passado histórico como sendo uma categoria para separar a historiografia produzida por historiadores da escrita de história por parte daqueles que somente a usam para fins ideológicos. É certo que a disciplina histórica passa atualmente por pressões internas e externas, como retrata Turin, e essa temática ganhou força devido a desvalorização histórica. As relações entre passado e presente se tornaram tão estreitas que a história disciplinar, de alguma forma, tem um papel de sobrevivência e valorização da reprodução do conhecimento histórico enquanto ciência. O passado prático, por sua vez, tem em suas mãos os meios de representação do passado de maneira difusa provocando certo esgotamento histórico. Nesse sentido, é função da história disciplinada legitimar uma linguagem de defesa e luta por aqueles que clamam pelo passado prático para justificar seus fins.

A relação entre o historiador e a historiadora, com o presente e o espaço público necessitam de uma nova significação onde percebemos uma valorização do passado histórico que dialoga com o presente. Repensar o passado e reconhecer as mudanças da disciplina histórica é conseqüentemente evitar que o passado prático seja utilizado como ferramenta para deslegitimar o trabalho acadêmico e científico. É evitar também, que os usos políticos do passado tenham suas narrativas como únicas e universais.

SILENCIAMENTOS E NEGACIONISMOS

Os silenciamentos e negacionismos assumiram novos formatos, principalmente com o avanço das mídias digitais. Essa crise que tanto abraça a profissão dos historiadores e historiadoras, a disciplina histórica, a historiografia e a escrita da história possibilitaram a urgência de se pensar em um reordenamento disciplinar a fim de minimizar esses silenciamentos e combater os negacionismos.

É certo que, os silenciamentos por si estão presentes como algo intrínseco na escrita do conhecimento histórico pois o processo de escrita pressupõe escolhas. Entretanto, é preciso pensar nos impactos que esses silenciamentos produzem, como minimizá-los por meio do ensino e pesquisa e como esses silenciamentos abriram espaço para negacionismos reproduzidos atualmente. Nesse sentido, Valdeci Araújo descreve como essas fronteiras entre os silenciamentos promovem limites:

“Toda interpretação histórica mostra e oculta a verdade do que aconteceu, porque dessa verdade terá sempre e apenas uma parte. O problema dos grandes sistemas do século XIX foi imaginar que essas partes poderiam ser totalizadas de modo harmônico. Sabemos hoje que podemos retomar esses momentos de verdade, mas que nossa inevitável situação histórica nos ocultará muitos outros. Além disso, esses momentos de revelação não podem ser considerados momentos estáticos, eles mesmos dependem de um esforço de escuta e um trabalho de continuidade por sob a descontinuidade histórica.” (ARAÚJO, 2006, p. 88)

Esses limites acompanham a escrita historiográfica e acarretam de maneira significativa nos usos políticos do passado e na história do tempo presente.

O historiador Arthur Ávila promove uma discussão acerca do regime moderno de historicidade, que por muito tempo teve como premissa um distanciamento entre o passado e o presente, após o colonialismo que concedeu a historiografia uma forma de se pensar totalmente europeia e excludente. A ideia de universalidade concatenou e fixou termos de um mundo “moderno” totalmente intrínseco e ligado aos moldes europeus. A noção de progresso associada a conceitos como civilização, modernidade, desenvolvimento e atraso trouxeram características que moldam, até os dias atuais, nossa forma de pensar outras possibilidades de conhecimento e autenticidade do outro. Como o autor descreve, “a condição pós-colonial nos confronta com um presente eivado de heranças do colonialismo ao mesmo tempo em que reconhece a ruptura produzida pelos processos de descolonização.” (ÁVILA, 2017, p. 191).

Nesse sentido, ainda que conscientes dos processos de descolonização e seus legados sociais, foi possível notar os perigos da história única, como retrata Chimamanda, escritora nigeriana. Uma história que observa e prioriza determinados grupos e exclui outros como se não possuíssem uma história legitimando assim estruturas extremamente violentas de poder dos processos colonialistas. Nesse caso, os silenciamentos foram intensificados e de maneira persistente foram corroborados por agentes privilegiados. Esses silenciamentos afetaram a disciplina pois contribuíram para uma enorme lacuna que se mostra no tempo presente, principalmente no Brasil.

“ [...] outro aspecto que vem afetando o lugar da disciplina histórica pode ser percebido pela intensificação dos debates em torno das implicações éticas das narrativas históricas frente às demandas por identidades e memórias plurais, assim como frente aos eventos traumáticos do século XX.” (TURIN, 2018, p. 192).

Os usos nostálgicos do passado sempre foram acordados por grupos com interesse em comum de utilizá-los abusivamente. O que percebemos atualmente no Brasil, é um chamamento para resgatar valores considerados “corretos”, legitimar processos de permanências e praticar um revisionismo negacionista. A projeção do passado se torna um recurso a fim de avaliar o presente e inserir na sociedade um futuro idealizado politicamente. Esses grupos recorrem a um passado prático objetivando justificar, de certa maneira, o que fazem no presente. A exemplos disso, no Brasil, temos a monarquia fantasiosa com momentos modernizantes e de ordem, uma evocação romantizada pela idade média com base só em um passado “bom” ou “ruim”, uma justificação de atos inconstitucionais dados pelo golpe civil militar de 1964

ênfatizando uma época gloriosa e muitos outros usos abusivos e desqualificados de um passado totalmente excludente, homogêneo e centralizado em discursos políticos específicos. De fato, esses interesses são utilizados tanto pela direita quanto pela esquerda no país, porém o que se percebe é uma distinção de significação entre a primeira que visa resgatar um moralismo idealizado e a segunda uma suposta transformação social. Nessa visão, a problemática não é exclusivamente os usos do passado propriamente dito, mas é a utilização deles abusivamente sendo excludentes, atemporais e anti contextualizadores, alterando assim, um fato às narrativas cuidadosamente selecionadas.

FUNÇÃO SOCIAL: O PAPEL DA HISTÓRIA PÚBLICA

A história da historiografia por muito tempo foi ignorada como um campo de estudos legítimo da disciplina histórica. Atualmente, muitos cursos de graduação em história incorporam os estudos da historiografia como um campo específico em que o historiador e historiadora possam pensar os desafios da escrita, a metodologia e a própria disciplina. Marc Bloch, definiu a história como a “ciência do homem no tempo”. Entretanto, pensar nessa definição, nos dias atuais, nos possibilita criticar não somente ela bem com a história que ela carrega, pois legitima um espaço de silenciamentos. Essa história excludente e homogênea promoveu a necessidade urgente de pensarmos em novas formas de escrita da história e na função social do historiador ou historiadora. Também, ênfatizou a importância de uma nova metodologia que abarque a historiografia e o olhar para o passado. Concluir que a própria disciplina possui sua história, uma história “fruto de embates e tensões, disputas por memória, uma memória disciplinar que uma vez instituída tende a canonizar autores e obras”, como descreve Manoel Salgado, é entender que o olhar para os autores do século passado não é mais suficiente para as demandas do tempo presente. A historiadora Ana Carolina Barbosa, descreve que pensar em cânones da disciplina é discutir e criticar como se construiu e como se perpetua esses cânones e assim como Salgado entender a urgência da inclusão de novos agentes no processo de construção do conhecimento histórico.

A importância da história da historiografia está em saber como a história foi retratada durante séculos e compreender que estamos diante de limites históricos que se apresentam de maneiras estruturais como a ideia de uma história teleológica, ou até mesmo de que o historiador e

historiadora não se mostram mais como mediadores desse passado. Esses embates que sustentaram todo um modo de escrita da história sofreram mudanças, por isso o historiador Artur Ávila retrata sobre a história (in)disciplinada. Essa história não seria uma forma de “anarquia” dos métodos e conceitos que sustentam a historiografia, mas uma crítica ao vislumbre dos limites das ideias normativas da disciplina que demandam um outro olhar politizado para as funções da historiografia.

A história da historiografia impacta diretamente a atividade do historiador e historiadora, tanto na docência quanto na pesquisa. Pensar em novas formas do trabalho do historiador remete a uma historiografia e uma documentação de certa forma disponível pela digitalização na internet e para além, do próprio uso das mídias sociais como o YouTube. Nesse sentido, a importância da politização do saber se faz fundamental para se pensar em como essa função social irá se apresentar na medida em que entender que não existe uma ciência da história neutra e a partir disso analisar que essa história produz sujeitos que de alguma forma intervêm no mundo é não só problematizar o papel profissional bem como pensar na linguagem e nas políticas do tempo produzidas por esse saber. Como afirma Rodrigo, “o historiador cada vez mais vê sua autoridade sendo intensamente disputada na arena pública”. Ele escreve que estão colocadas duas formas de ação e temporalidade: a autonomia disciplinar e a heteronomia do Estado-mercado. (TURIN, 2018). A dicotomia em que os profissionais se veem está entre lutar por uma autonomia da disciplina e ao mesmo tempo ocupar esses lugares na esfera comum e trabalhar por uma história pública e digital plural. Para além, entender e reconhecer produções “bem sucedidas” de uma “história pública negacionista” demanda compreender quem financia esses discursos e como o professor e a professora de história trabalham essa questão problematizando e criticando.

Nesse viés, o papel da história pública, como definem as historiadoras Rabêlo e Rovai, pressupõe pluralidade de disciplinas e integração de recursos diversos, pois objetiva tentar tornar o passado útil para o presente. Uma história pública que para além disso consiga construir com a população significados, uma ligação entre a história acadêmica e escolar em contato com a comunidade. Essa história pública passa também pelo âmbito digital e precisa ser estudada, problematizada tal como utilizada como recurso para produção de conhecimento em um espaço tecnológico empregado no cotidiano como descreve Noiret “a história digital requer reescrever e reinterpretar os métodos profissionais e dominar as novas práticas

digitalizadas". Uma história pública digital que trabalhe e enfatize o pluralismo historiográfico de certa forma minimiza os silenciamentos e a falta de diálogo com a população.

O pluralismo historiográfico, atualmente, faz parte dos desafios que a historiografia brasileira necessita enfrentar. Entender, reconhecer e trabalhar com histórias é fundamental para a docência e a pesquisa. A historiografia, tanto internacional quanto brasileira, produziu por muito tempo silenciamentos caracterizando o fazer história por meio de exclusões. Nesse sentido, pensar em pluralismo é tentar diminuir a historiografia do esquecimento e as políticas do esquecimento, definir e criticar o passado monumentalizado por meio de uma multiplicidade e multicausalidades da história. Como Ávila descreve:

“[...] o pluralismo historiográfico admite que existe “um número de relatos igualmente plausíveis sobre o passado ou um número de diferentes, mas igualmente significativas construções do passado” (White, 2010, p. 226 *apud* ÁVILA, 2021).

A partir disso, a inserção do historiador e historiadora no tempo presente não remonta aceitar um pluralismo acrítico de qualquer tipo de interpretação ou estudo sobre esse passado. “O negacionismo, com suas tentativas de não-inscrição de certos passados em nossa vida pública, limita e cerceia o que podemos considerar como nossos possíveis passados, retirando-os de cena e empobrecendo nossa imaginação histórica.” (ÁVILA, 2021).

A função social do historiador e historiadora perpassa por uma responsabilidade empírica, conceitual e representacional, bem como uma interseccionalidade entre a relação docência e pesquisa. A relação entre o historiador e a historiadora, com o presente e o espaço público necessitam de uma nova significação onde percebemos uma valorização do passado histórico que dialoga com o presente.

CONCLUSÃO

A crise da historiografia se mostra, de certa maneira, como um reordenamento de novas escritas historiográficas, ainda que se produza silenciamentos. Entretanto, pensar e criticar esses modelos definidos e canonizados por tanto tempo é trabalhar também para minimizar os negacionismos e seus impactos na esfera pública. A historiadora e o historiador possuem um

papel fundamental ao politizar o saber e dialogar ativamente não só com discentes, mas também com a comunidade ao entorno do espaço escolar. As respostas não estão dadas e ainda necessitam de muitos debates e negociações, tanto academicamente quanto nas instituições de ensino. Pensar em novos meios de atuação para os profissionais que estudaram e se graduaram no curso em diálogo com uma história pública que promova sentido sobre o passado no presente e futuro remonta a uma responsabilidade funcional e social da disciplina enquanto parte de uma construção de conhecimentos e sentidos. Por isso, a importância de estabelecer essas funções críticas, empíricas e sociais se mostra como fundamental no tempo presente. O fazer história está muito além de somente dialogar com seus pares na produção científica, ela acarreta um compromisso coletivo entre profissionais e sociedade e sobre isso questionar esse processo é tão importante quanto executá-lo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juniele Rabêlo. ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. História pública: entre as “políticas públicas” e os “públicos da história”. XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal - RN, 2013, p. 1-10.

ARAUJO, Valdei Lopes de. O direito à história: o(a) historiador(a) como curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída. In: GUIMARÃES, Gessica; BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo (Orgs). Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica. Salvador: Provisória, 2017, p. 191-216.

ARAUJO, Valdei Lopes de. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. *Locus: revista de história, Juiz de Fora*, v. 12, n. 1, p. 79-94, 2006.

ÁVILA, Arthur Lima de. “Povoando o presente de fantasmas”: feridas históricas, passados presentes e as políticas do tempo de uma disciplina. *Revista Expedições*, v. 7, n.2, p. 189-209, 2017.

ÁVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.41, nº 87, 2021.

CHAKRABARTY, Dipesh. O clima da história: quatro teses, *Sopro*, n. 91, p. 4-22, 2013.

Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por uma história decolonial: Gênero, raça e classe na América Latina. Eduarda Guerra Tostes; Lavínia Renata de Oliveira Turqueti; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2022. 926 p.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v.11, n.1. p. 32, jan./jun.2005.

MENEZES, Sônia. Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. *Revista História Hoje*, v. 8, nº 15, p. 66-88 - 2019.

NOIRET, Serge. História pública digital. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 28-51, maio 2015.

O PERIGO de uma única história. Chimamanda Adichie. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.10, n.24, p.88-114,abr/jun.2018.

TURIN, Rodrigo. Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades, *Revista Tempo*, v. 24, p. 168-205, 2018.

O que pode o ensino de história em tempos de crise?

Ricardo Vicente da Cunha Júnior⁷⁴

Resumo:

O objetivo deste texto é refletir sobre os fatores que afetam o ensino de história no contexto de crise das humanidades (TURIN, 2018). Para tanto, discutimos aqui os impactos que reformas educacionais recentes trazem para o ensino de história (ÁVILA, 2018; PEREIRA e RODRIGUES, 2018; MENDES, 2020). Em tom ensaístico, este texto também apresenta reflexões sobre as possibilidades de pensar um ensino de história comprometido com o agir responsável dos sujeitos, enquanto uma resposta contra hegemônica às formas de conceber o ensino e aprendizagem em história (BAKHTIN, 2014; 2017).

Palavras-chave: Crise das humanidades. Ensino de história. Agir responsável.

Abstract:

The purpose of this text is to reflect on the factors that affect the teaching of history in the context of the humanities crisis (TURIN, 2018). To this end, we discuss here the impacts that recent educational reforms bring to the teaching of history (ÁVILA, 2018; PEREIRA and RODRIGUES, 2018; MENDES, 2020). In an essayistic tone, this text also presents reflections about possibilities of thinking the teaching history committed to the responsible action of subjects, as a counter-hegemonic response to the ways of conceiving teaching and learning history (BAKHTIN, 2014; 2017).

Keywords: Humanities crisis. History teaching. Act responsibly.

INTRODUÇÃO

“Professor, sua aula nem parece de história, sei lá!”. Certa vez, ao final de uma das aulas em uma turma de 7º ano do Ensino Fundamental, escutei essa frase de uma estudante. Ela proferiu essa sentença ao final de um encontro em que a turma se propôs a discutir o papel das redes sociais no estabelecimento de padrões de beleza e comportamento que essas redes impõem sobre os corpos, especialmente dos jovens, imersos cada vez mais nos algoritmos que organizam esses espaços de sociabilidade. Chegamos nessa discussão após uma conversa acerca do corpo no contexto do Renascimento, em que os estudantes foram convidados a

⁷⁴ Licenciado em História (UFJF). Mestrando em Educação (PPGE/UFJF). Email: junior.ricardojf@gmail.com

perceberem certos elementos em comum em quadros e esculturas renascentistas, especialmente aquelas em que o corpo humano é retrato, com vistas e discutir os conceitos centrais a este momento. Nessa aula, muitos estudantes destacaram o corpo renascentista e o seu “padrão estético”, comparando tal elemento com o que eles consomem cotidianamente em suas páginas digitais.

A frase particularmente chamou atenção, especialmente porque, de algum modo, ela evoca uma compreensão do que é história e do que significa aprender história. Possivelmente, por trás dessa simples interposição, está presente uma concepção da disciplina histórica voltada a entender eventos do pretérito, desconexo dos temas que orbitam a vivência de cada sujeito na contemporaneidade. Talvez, esperava-se que o corpo e os modos como nos relacionamos com ele atualmente nada tenha a ver com um passado, mais do que isso, que a partir do estudo de temas curriculares propostos na história não fosse possível refletir acerca de nossas vivências. Essa provocação, traz consigo, uma estrutura que organiza os modos de pensar a história escolar, que está presente no dia a dia dos estudantes desde a sua tenra idade, mas que em dado momento parece se desconectar completamente de sua experiência.

Ao longo das últimas décadas, nos colocamos a pensar sobre a questão dos círculos concêntricos, em que nos anos iniciais do Ensino Fundamental a história vai partindo de uma realidade imediata e conhecida até ganhar camadas de sentido e temporalidade mais complexas, cujo descompasso com o tempo vivido ganha contornos mais nítidos e distancia os sujeitos de uma visão sobre a disciplina que permita uma aproximação entre temporalidades distintas.

Diante disso, o que representa essa indagação? Ou melhor, a que ideia de ensino de história ela está direcionada? Podemos, portanto, retomar as velhas respostas quando questionados sobre por que aprender história: para entender os erros do passado, ou para que possamos ser pessoas melhores, cidadãos mais conscientes. Isso basta? Turin (2018) assinala para uma discussão controversa em torno dos significados da história ensinada por parte dos historiadores, em uma análise dos debates no site da Associação Nacional de História. Essas controvérsias giram em torno do que pensa a comunidade dos historiadores acadêmicos acerca dos objetivos do ensino de história na Educação Básica, fato que ganhou a arena pública no contexto elaboração da Base Nacional Comum Curricular, em que as primeiras versões do documento foram amplamente discutidas pelos pesquisadores, o que em muitos casos gerou críticas incisivas ao documento, especialmente daquilo que “faltava”.

Tudo isso que até aqui contornamos pode ser resumido na seguinte questão: o que é ensinar história? O que pode essa disciplina? Procuraremos apresentar algumas reflexões, em carácter ensaístico, considerando esse contexto ora delineado, no qual, em um primeiro momento nos deteremos na discussão sobre como a resposta a essas questões vêm sendo oferecidas na atualidade, considerando o quadro de crise das humanidades (TURIN, 2018). Na sequência, a nossa proposta é provocar alguns apontamentos em torno daquilo que para nós pode ser essencial quando falamos em ensinar história, tentando chegar a uma concepção do que poderia “parecer” uma aula de história, sem a pretensão de uma oferecer um caminho único ou uma sistematização objetiva daquilo que possui ou não espaço no ato de ensinar e aprender essa disciplina.

CRISE DAS HUMANIDADES E ENSINO DE HISTÓRIA

Muito se convencionou falarmos atualmente sobre um contexto de crise. Não sem motivo, pois na atualidade somos desafiados por diferentes setores da sociedade a responder a demandas do tempo presente, ao qual as nossas respostas parecem ser insuficientes ou não atender a uma demanda da sociedade neoliberal. Essa semântica de uma sociedade neoliberal e toda a sua lógica meritocrática e de agenciamento dos sujeitos conseguiu circundar todas as esferas de nossa vida, de modo a nos fazer acreditar que não há caminhos possíveis fora do capitalismo.

Turin (2018) compreende que a crise das humanidades possui como fator central a forma como o discurso neoliberal modula a nossa relação com o tempo, de modo criar uma sensação de celeridade em que todas as esferas das sociedades precisam dar conta de uma hiperaceleração voltada ao mercado.

No campo educacional, vemos esse discurso enquanto uma resposta às indagações que apresentamos na introdução deste texto. É recorrente vermos como a educação é sempre tratada enquanto uma ação voltada a um futuro, em que as disciplinas escolares precisam estar atentar às demandas da sociedade contemporânea, geralmente tendo como foco a formação de sujeitos para o mercado de trabalho. Deste modo, vemos, por exemplo, a atual reforma do Ensino Médio das escolas do país. Segundo estudos de Silva e Boutin (2018), essa reforma é baseada na lógica da competência, termo estritamente relacionado com o mundo mercadológico, em que a

educação está voltada para uma sociedade cada vez mais necessitada do sujeito flexível, capaz de se auto adaptar às demandas da hiper celeridade que requer dos sujeitos “resiliência” para ocupar diferentes setores, mesmo que sem nenhuma capacidade reflexiva. No mundo neoliberal, o movimento de uma educação que pensa as complexidades da sociedade ocupa um segundo plano, pois é necessário estar preparado para o mercado, o que afeta diretamente o lugar das ciências humanas no currículo escolar, que sofre uma diminuição da sua carga horária.

No caso específico da história, um outro ponto merece destaque: a ideia do presentismo, tal qual aponta o historiador francês François Hartog (2017). Para esse autor, o presentismo impõe à historiografia o desafio de refletir acerca de como esse ente quase que inerente à disciplina – o tempo – está “golpeando” a história e a relação dos sujeitos com o tempo. Isso ocorre, pois a clareza da divisão temporal e de enredamentos de eventos em uma lógica temporal ocidental parece não dar conta mais de organizar os eventos passados diante da multiplicidade temporal que concorre no presente, com o avanço das tecnologias de comunicação, o desejo de afastamento dos eventos traumáticos e da ideia do passado enquanto um “cemitério” que visitamos para sanar nossas curiosidades. Diante do universo capitalista que ganha força no século XIX e dos eventos traumáticos que ocorreram durante a centúria passada, os historiadores se viram diante uma sociedade que encara o tempo como um eterno contínuo (AVILA, 2018).

Deste modo, mais do que simplesmente uma desconfiança da objetividade da disciplina, o modo como o neoliberalismo encara a temporalidade, enquanto um tempo do hoje, cujo futuro é encurtado em nome de uma possibilidade de realizá-lo e de sempre termos novas demandas (um sentimento, portanto, de o tempo “corre”, mas não passa), afeta diretamente o modo como culturalmente o currículo de história é pensado: uma seleção de fatos/eventos passados não é algo que parece necessário para a sociedade contemporânea que vive a aceleração neoliberal, pois, enquanto o futuro parece sempre muito próximo, o passado parece algo longo, desconexo, distinto por completo de nossa realidade.

Nesse sentido, assistimos à reorganização dos currículos escolares com a mudança na carga horária das disciplinas. Isso decorre em função da dimensão emancipatória que permeia o discurso dessas disciplinas, em especial a história, cuja semântica neoliberal renega a esse campo um lugar “menor”, especialmente porque ela pouco responde às demandas da

atualidade, considerando o que expomos sobre a forma como a crise da temporalidade está atrelada a esse contexto do capital. Turin (2018) demonstra que a história perdeu o seu lugar de oferecer à nação uma “pedagogia” que visava formar o sujeito para a vida no estado-nação que emergia no século XIX, de modo que parece que a disciplina se torna ineficaz em termos funcionalidade para uma “pedagogia das competências” que organiza a visão de uma educação voltada ao capital. Deste modo, as disciplinas escolares passam por reformulações que visa torná-las objetivas, necessárias diante de uma educação que parece atrasada nesse contexto de exigência do sujeito flexível, de modo a criar uma cultura escolar hegemônica.

Apple (2015) ao discutir o conceito de hegemonia, indica que quanto mais naturalizado e sistematizado é um conhecimento hegemônico, mais a cultura dominante se estabelece, em nome de um saber “melhor”. Segundo ele (2015) “nenhuma análise da educação pode ser totalmente séria se não coloca em seu amago uma sensibilidade às contínuas lutas que constantemente configuram o terreno em que a educação funciona” (APPLE, 2015: 610). O autor aponta ainda que passamos por uma onda conservadora que advoga em nome de um passado valoroso, que foi destruído em nome das pautas progressistas, atribuindo à educação a culpa de todas as mazelas do mundo moderno, apontando a necessidade de uma “educação mais disciplinada e competitiva” (ibid.: 613). Para ele há uma pretensa densidade moral nas normas curriculares, como em países como o Brasil, onde “o que conta como o “comum”, e como e por quem é de fato determinado, é pouco mais frágil do que denso, uma vez que o processo pelo qual o comum foi decidido não surgiu a partir da plena participação das pessoas, cujas culturas foram historicamente marginalizadas.” (ibid.: 629).

Na esteira dessa argumentação, Avila (2016) aponta que o extenso debate travado no Brasil em ocasião das contribuições de entidades públicas ao texto inicial da Base Nacional Comum Curricular, que visa estabelecer o que todas as escolas nacionais precisam “dar conta”, mesmo, tendo claro, que a BNCC não se trata de um currículo, mas de uma referência do que se espera dos estudantes do Ensino Básico e Ensino Médio brasileiro. A primeira versão do documento é aquela que mais suscitou os debates - se não ataques - por parte de grandes entidades, dentre elas, como sinalizado por Avila (2016), a própria Anpuh. Nesses debates o ponto era: o documento abarca uma valorização do ensino de História da África e da América, rompendo com qualquer organização temporal tradicional que orienta os currículos históricos escolares. Corroborando com o autor, Pereira e Rodrigues (2018), afirmam que a primeira

versão suscitou profundas manifestações, de forma que a segunda versão do documento regride no sentido de propor uma concepção de história não linear e eurocêntrica. Essa proposição advoga a seleção em nome de uma possível despolitização do documento, advogando em nome de uma possível neutralidade na seleção dos conhecimentos, focalizando, portanto, o carácter metodológico do ensino de história.

É necessário, inicialmente, apontar para outros documentos legais que já vinham caminhando no sentido de repensar o espaço da história na educação básica. Tais discussões podem ser mapeadas mais fortemente nas décadas de 1980 e 1990, especialmente nessa última, em ocasião dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que visavam orientar a elaboração de currículos. Segundo Mendes (2020), os PCN's tinham como foco não a seleção dos conteúdos, mas um interesse em torno do processo de ensino e aprendizagem. Para o autor, o foco do documento era o de buscar refletir sobre os sentidos em torno do ensino de história, de forma que sua perspectiva estava mais distante das concepções “tradicionais” de currículo e estabelecendo pontos de aproximação com as chamadas teorias críticas e pós críticas do currículo. Portanto, no documento, o ensino de História “não se limita a transmitir conteúdos factuais, mas procura abordá-los com o intuito de desenvolver as competências e habilidades importantes para a formação dos cidadãos-participativos em uma nação democrática.” (MENDES, 2020: 113). Para isso, o texto tratava, dentre as proposições, sobre a importância do trabalho com temas transversais, assemelhando com a perspectiva freiriana de temas geradores.

Os PCN's apontavam, então, um distanciamento da tradicional divisão da história em era ou períodos, que remonta à um processo de organização tipicamente europeu, em que a História da América ou África ficam restritas ao contato com os povos europeus, especialmente a partir da expansão marítima que inaugura a “modernidade” europeia. O rompimento com a ideia de cronológica linear, apontava para um ensino de História que visasse uma preocupação com a realidade dos estudantes, o que se aproxima, também, da concepção freiriana de educação dialógica. Tal concepção postula a necessidade de se compreender a leitura de mundo dos estudantes, afinal, nenhum sujeito está no mundo de forma neutra.

Suscitar esse exemplo tem como objetivo dizer que as problemáticas sobre o ensino de história e as orientações para a elaboração dos currículos de história remontam a décadas atrás, de maneira que a BNCC não é precursora de um movimento de mudança radical (considerando

a primeira versão do documento). Mesmo tendo um histórico de problematizações, a versão homologada mantém a velha cronologia, que, pelo que parece, é algo natural e constitutivo do saber histórico pensar na quadripartição dos eventos históricos, mantendo a preferência pelo modelo de organização cronológica e linear.

Em uma perspectiva decolonial, por exemplo, apontam que a crise da temporalidade vem abrindo a possibilidade para a reinvenção das histórias das regiões globais que sempre estiveram às margens da História, construindo sua própria identidade. Portanto, a BNCC era um campo de possibilidades para politizar o tempo histórico, colocando-o a serviço de uma re/des/construção do processo colonial, propondo soluções outras que visassem caminhar para a construção das identidades, entendendo que as formulações e escrita europeia da História sempre relegou às margens povos africanos e americanos, especialmente. Todavia, na contrapartida da possibilidade de oferecer caminhos de possibilidades, inclusive diante da crise da temporalidade que os historiadores vêm apontando, o documento mantém a visão “tradicional”, concebendo o ensino de história como um laboratório de formação de “jovens historiadores”, atribuindo ao caráter metodológico do ensino toda a centralidade do pensar historiográfico na educação básica. A introdução do documento, diz que

A busca de autonomia também exige reconhecimento das bases da **epistemologia da História**, a saber: a natureza compartilhada do sujeito e do objeto de conhecimento, o conceito de tempo histórico em seus diferentes ritmos e durações, a concepção de documento como suporte das relações sociais, as várias linguagens por meio das quais o ser humano se apropria do mundo. Enfim, percepções capazes de responder aos **desafios da prática historiadora presente dentro e fora da sala de aula**. Todas essas considerações de ordem teórica devem considerar a experiência dos alunos e professores, tendo em vista a realidade social e o universo da comunidade escolar, bem como seus referenciais históricos, sociais e culturais. **Ao promover a diversidade de análises e proposições, espera-se que os alunos construam as próprias interpretações, de forma fundamentada e rigorosa**. Convém destacar as temáticas voltadas para a diversidade cultural e para as múltiplas configurações identitárias, destacando-se as abordagens relacionadas à história dos povos indígenas originários e africanos. Ressalta-se, também, na formação da sociedade brasileira, a presença de diferentes povos e culturas, suas contradições sociais e culturais e suas articulações com outros povos e sociedades. [...]

Por todas as razões apresentadas, espera-se que o conhecimento histórico seja tratado como uma forma de pensar, entre várias; **uma forma de indagar sobre as coisas do**

passado e do presente, de construir explicações, desvendar significados, compor e decompor interpretações, em movimento contínuo ao longo do tempo e do espaço. Enfim, trata-se de transformar a história em ferramenta a serviço de um discernimento maior sobre as experiências humanas e as sociedades em que se vive. Retornando ao ambiente escolar, a BNCC pretende estimular ações nas quais professores e alunos sejam **sujeitos do processo de ensino e aprendizagem**. Nesse sentido, eles próprios devem assumir uma **atitude historiadora** diante dos conteúdos propostos no âmbito do Ensino Fundamental. (BRASIL, 2018: s/p. Grifos meus)

Nesse trecho, as passagens em destaque elucidam essa ideia do estudante enquanto um sujeito com “atitude historiadora”. Não defendemos que não seja importante tal atitude, mas que é necessário pensar o ensino de história como algo a mais do que uma mera atitude epistemológica do “fazer história”, e para isso outras configurações curriculares são necessárias. A escola não forma “historiadores”, mas sujeitos, que precisam refletir, entender a temporalidade não enquanto algo estático, mas em constância, recheada de contradições e, enquanto tal, faz-se necessário educar para a ação, para o agir responsável no mundo (BAKHTIN, 2017). Portanto, observa-se que mudam as metodologias, mas o conteúdo se mantém, aparentemente, ainda em nome de um saber científico, outorgado enquanto o saber que é válido. Diante dessa recusa de uma ressignificação do currículo de história, Mendes (2020), aponta que

Diante desse quadro pouco motivador, surge a pergunta: o que fazer, então? Antes de mais nada, os professores podem manifestar sua resistência no chão da escola. Isto é, o currículo é um discurso cujo significado precisa ser interpretado e atualizado pelos docentes. Sendo assim, existe uma certa margem de atuação no cotidiano da sala de aula na qual será possível expressar uma prática de ensino de história voltada para a cidadania e não para o tecnicismo dos valores empresariais de mercado. (MENDES, 2020: 124)

Esse embate recente nos auxilia na compreensão de que o passado é um território de disputa, e enquanto uma disciplina escolar, o currículo de história é o terreno de combate das diversas narrativas, apontando não somente uma concepção de história, mas também de currículo. Ora, grosso modo, o que esse debate nos aponta é que a visão “tradicional” de currículo, cuja escolha dos conhecimentos está ancorada em uma lógica “científica”, em que “o que” ensinar não está em debate, mas simplesmente o “como ensinar” é o que importa.

Inclusive, a perspectiva das “habilidades” e “competências”, corroboram com Silva (2019), quando afirma que no Brasil a concepção de currículo proposto por Bobbit ganhou forças graças à consolidação dessa matriz curricular na obra de Ralph Tyler, no qual “os estudos sobre currículo se tornam decididamente estabelecidos em torno da ideia de organização e desenvolvimento” (SILVA, 2019: 24). Essa perspectiva, da qual podemos apontar ainda sua preponderância na Educação brasileira, vincula o currículo à avaliação, de maneira que a eficiência curricular pudesse efetivamente ser aferida via “avaliação do rendimento do aluno” (LOPES e MACEDO, 2011: 25).

O conhecimento escolar pelo que parece nessas discussões está refém da perspectiva acadêmica, um saber autorizado, capaz de ser dimensionado quanto vemos as habilidades e competências alcançadas pelos estudantes, em outros termos, um saber hegemônico organizado em torno de um currículo que pensa o tempo de forma igualmente hegemônica, cuja centralidade é a história europeia. Para Lopes e Macedo (2011), essa perspectiva alinhada com as chamadas teóricas tradicionais, pensam como conhecimento relevante, aquele que é possível de “ser traduzido em competências, habilidades, conceitos e desempenhos passíveis de serem transferidos e aplicados em contexto sociais e econômicos fora da escola” (LOPES e MACEDO, 2011: 74). Indo na contramão da proposição de Young que, segundo as autoras, entende que o “conhecimento é construído nas interações sociais entre sujeitos, formando um conjunto de significados disponíveis para o ensino” (ibid: 78), sendo, portanto, o conhecimento significativo quando este contribui com a libertação humana, fato que nos parece não está em evidência na perspectiva do documento e da grande maioria dos documentos curriculares que orientam o ensino de história. É preciso clareza, e não somente a BNCC, mas todos os atores envolvidos na produção do conhecimento histórico e no ensino, que o currículo, o saber, não é científico ou natural, mas sim resultado de uma batalha em um território movente, privilegiando determinados grupos, neste caso, aqueles que detém a hegemonia.

O QUE PODE O ENSINO DE HISTÓRIA EM CONTEXTO DE CRISE?

Diante do exposto, objetivamos neste momento fazer alguns apontamentos sobre o que pode o ensino de história nesse contexto de crise. Primeiramente, vale destacar um elemento importante: em momentos de crise é possível buscar reinvenções, não no sentido de adaptação,

mas a busca de outros possíveis. Para tanto, partimos da ideia de que diante de tal conjuntura reflexões que visem reorganizar a matriz disciplinar que orienta o ensino de história é importante. Tal reorganização, todavia, precisa vir de dentro, ou seja, do interior da própria disciplina, de modo a buscar unidade de sentido dos sujeitos implicados com o processo de ensino e aprendizagem de história. O que estamos apontando é que o caráter vertical em que as reformulações ocorrem precisam ser pensadas por um coletivo de sujeitos na busca por resistências, mas tendo como pressuposto uma atitude responsiva com a didática da história.

Primeiramente acreditamos que todo e qualquer documento é parte de uma cadeia enunciativa que responde a uma determinada concepção de sociedade. O que evidenciamos é que as normativas educacionais estão implicadas com a semântica neoliberal, mas, enquanto enunciados proferidos em dado contexto, também mobilizam uma resposta, pois todo enunciado mobiliza uma reação, seja ela de concordância ou discordância (BAKHTIN, 2011). Nesse sentido, mais que um imobilismo, acreditamos no espaço da ação, da resposta responsiva.

Na filosofia da linguagem de Mikhail Bakhtin, a responsividade é compreendida enquanto uma posição enunciativa diante de outro enunciado a partir de uma compreensão plena do outro. O oferecimento dessa contrapalavra revela que, enquanto sujeitos, sempre podemos oferecer uma posição de nosso lugar único na existência, de maneira que colocar no centro da unidade de resistência à semântica neoliberal, significa oferecer uma resposta contra hegemônica, que considere a complexidade do ato de ensinar-aprender, chamando evocando o papel da docência enquanto um fazer diário de trabalho com e sobre o ser humano (TADIF, LESSARD, 2014). Deste modo, segundo Corsino (2015), a docência como ato responsivo significa buscar formas de afetação, em que só é possível afetar quando se compreende a alteridade do outro.

Essa alteridade só é possível quando a ação docente e os currículos escolares - entendidos também enquanto enunciados que respondem a determinado contexto sócio-histórico – buscaremos novas formas de ler o tempo na aula de história. Essa nova leitura do tempo, implica, portanto, uma politização da temporalidade que vise contrapor-se ao discurso do tempo neoliberal, sincronizando o tempo da escola com o tempo da possibilidade e da afetação.

Na linha da responsividade, é preciso situar a história enquanto uma disciplina preocupada com a totalidade da cultura humana, em que a sua objetividade reside na possibilidade de que os sujeitos possam orientar-se para um agir consciente, responsivo, inacabado e ativo, em que o tempo seja o caminho para oferecer a orientação necessária a esse agir na cultural (RUSEN, 2001). Bakhtin, em um texto curto, mas repleto de complexidade, nos convida a pensar sobre a tríade da cultura humana que ganha unidade no sujeito: a ciência, a arte e a vida. A ciência é a assunção da história enquanto um saber construído dialogicamente, voltado para o agir em um mundo que não permite alibi (BAKHTIN, 2017). Isto é, precisamos nos implicar diretamente com a vida. A vida é o existir/estar no mundo, em que nossos conhecimentos (ciência) são mobilizados para o olhar atento à realidade, de modo que ofereçamos os acabamentos necessários à uma realidade que nos rodeia e nos afeta. O não alibi é a concepção de que a nossa ação é sempre orientada para uma forma de afetação, seja para afetar ou ser afetado. Por fim, a arte é a aquilo que nos permite a sensibilidade. A história enquanto arte é a sua capacidade de deixar imaginar, criar, é a parte da cultura que nos distancia de uma concepção de “ciência” aos moldes do que se concretizou no campo das ciências naturais e exatas no século XIX.

Essa perspectiva não é uma resposta definitiva, ou se quer uma resposta, mas é uma possibilidade de adentrar e defender uma perspectiva de ensino de história que não ignore a potencialidade da centralidade do sujeito enquanto o definidor das práticas de ensino em história, que não inviabilize a experiência e a vivência enquanto conceitos basilares para uma didática implicada com uma nova forma de pensar o tempo. Significa, ainda, colocar o tempo à disposição dos sujeitos, e não o inverso, pois é uma forma de barrar a celeridade neoliberal do cotidiano da história escolar e despertar um olhar para outras leituras possíveis da temporalidade.

CONCLUSÃO

O objetivo deste ensaio foi o de problematizar os impactos do discurso neoliberal para o ensino de história, focalizando mudanças recentes na forma como o currículo escolar vem sendo moldado. Acreditamos que muitos trabalhos futuramente focarão na temática dos impactos e mudanças provocadas pelas políticas públicas na educação, assim como já

possuímos pesquisas que apontam para as influências de mecanismos internacionais e mercadológicos na educação, que evidenciam os modos pelos quais a educação está sendo capitaneada por órgãos externos que atendem a uma agenda de mercadorização de diferentes setores da sociedade.

Fazer essa análise nos permitiu buscar formas outras de pensar o currículo e a didática da história, com vistas a apontar uma possibilidade de refletir sobre o papel do ensino de história, retomando a necessidade de trazer para o cotidiano e centro do ensino de história os sujeitos, (re)politizando o tempo do currículo de história, com vistas a abandonar uma falsa ideia de “naturalização” do tempo europeu.

“Professor, sua aula nem parece de história, sei lá!”. Quais as ideias de aulas de história continuaremos a perpetrar na educação básica? Como respondemos a esse contexto de crise de modo a nos reinventarmos internamente sobre aquilo que já vem sendo discutido por professores e pesquisadores? Novamente, não uma reinvenção que responda à atual forma de olhar a educação, mas enquanto criação de outras formas de ver a história na escola, dotando-a de um sentido próprio, atualizado e diretamente implicado com o agir responsável dos sujeitos, abandonando uma falsa pretensão de estudar uma história culturalmente instituída como oficial e dominante, mas apostando em um ensino de história comprometido com a orientação prática dos sujeitos na temporalidade que os constitui.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. Produzindo diferença: neoliberalismo, neoconservadorismo e a política de reforma educacional. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, n.46, p. 606-644, set./dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4684>>. Acesso em: 30 set. 2022.

AVILA, Arthur Lima de. Povoando o Presente de Fantasmas: feridas históricas, passados presentes e as políticas do tempo de uma disciplina. *Expedições: teoria da história e historiografia*, v. 7, p. 189-209, 2016.

AVILA, Arthur Lima. O fim da história e o fardo da temporalidade. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 243 - 266, jul./set. 2018.

BAKHTIN, M. Para uma filosofia do ato responsável. 3ª ed. São Carlos: Pedro e João Editores, 2017.

Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por uma história decolonial: Gênero, raça e classe na América Latina. Eduarda Guerra Tostes; Lavínia Renata de Oliveira Turqueti; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2022. 926 p.

BAKHTIN, Mikhail. Estética da Criação Verbal. Trad. Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

HARTOG, François. Ainda cremos em História? In: Crer em história. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

LOPES, Alice Casimiro. e MACEDO, Elizabeth. Teorias de Currículo. São Paulo: Cortez, 2011.

MENDES, Breno. Ensino de história, historiografia e currículo de história. Revista TransVersos, [S.l.], n. 18, p. 107-128. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/49959>>. Acesso em: 02 maio 2022.

PEREIRA, Mullet Pereira, & RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. BNCC e o passado prático: Temporalidades e produção de identidades no ensino de história. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 26(107). 2018. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.3494>> . Acesso em: 29 set. 2022.

RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2001.

[SILVA, Karen Cristina Jensen Ruppel da.](#) [BOUTIN, Aldimara Catarina.](#) Novo ensino médio e educação integral: contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma. Educação. Santa Maria [online]. 2018, vol.43, n.3, pp.521-534.

SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de identidade: Uma introdução às teorias do currículo. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

TARDIF, Maurice.; LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014

TURIN, Rodrigo. Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades. Tempo, Niterói, vol. 24, n. 2, Maio/Ago. 2018.

Desconstrução de uma Idade Média branca e a luta contra os abusos do passado medieval

Mikayla Grace Wernck⁷⁵

RESUMO

Por meio de questionamentos ao imaginário do medievo na aprendizagem histórica no Ensino Básico, destaca-se a importância do ensino de outridades medievais para sair de uma visão eurocêntrica de ensino que parte da crise do feudalismo para compreender o capitalismo. Sendo assim, é destacada nesse trabalho a aposta da compreensão de relações étnico-raciais medievais no Ensino de História Medieval para lutar contra ideias contemporâneas de glorificação e idealização de uma Idade Média branca e europeia por grupos extremistas da atualidade.

Palavras-chave: Ensino de História, História Medieval, Idade Média, Relações étnico-raciais medievais, Usos do passado medieval

ABSTRACT

Through questioning the imagery of the Middle Ages in historical learning in Basic Education, the importance of teaching medieval otherness is highlighted in order to move away from a Eurocentric vision of teaching, which starts from the crisis of feudalism to understand capitalism. Therefore, this work highlights the wager on the understanding of medieval racial and ethnic relations in the Teaching of Medieval History to fight against contemporary ideas of glorification and idealization of a white and European Middle Ages by extremist groups of today.

Keywords: Teaching History, Medieval History, Middle Ages, Medieval racial and ethnic relations, Uses of the medieval past

⁷⁵ Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, voluntária de Iniciação Científica sob a orientação do professor Dr. Marcus Leonardo Bomfim Martins e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação, Currículo e Ensino de História (GEPACEH) coordenado pelo prof. Dr. Marcus Leonardo Bomfim Martins.

INTRODUÇÃO

Este trabalho parte de alguns questionamentos e críticas pessoais que tenham surgido ao longo do curso de Licenciatura em História, nas quais indagava-se sobre as imagens geralmente relacionadas à Idade Média. A imagem tradicional da Idade Média tem se reforçado constantemente não somente no imaginário popular, mas na própria sala de aula também. Por meio deste trabalho, procurei partir de algumas hipóteses iniciais para discutir sobre construções epistemológicas e geográficas acerca da Idade Média, como isso tem se colocado no campo de Ensino de História e como podemos investir na desconstrução do imaginário tradicional sobre o medieval.

Sendo assim, essa pesquisa foi iniciada tendo em vista três hipóteses principais: 1) o principal objetivo de ensinar História Medieval no Ensino Básico é para aprender sobre a ascensão da burguesia e as origens do capitalismo por meio da crise do feudalismo; 2) a Idade Média é vista como um período negativo, ligado à ideia de uma “Idade das Trevas”; 3) a História Medieval é centrada em questões europeias, não sendo discutido aspectos de outros continentes nesse período. Para explorar essas hipóteses, procurei realizar uma pesquisa com alunos de graduação na disciplina de História Medieval da UFJF, que na sua maioria são do segundo período, ou seja, são alunos que concluíram o Ensino Básico há pouco tempo atrás.

O IMAGINÁRIO DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO: RESULTADOS DA PESQUISA

Como foi apresentado anteriormente, devido a minha inserção no projeto de monitoria da disciplina, foi realizada uma pesquisa no primeiro dia de aula de História Medieval com os alunos de História da UFJF, que pelo grade curricular, é uma disciplina destinada ao segundo período. Essa pesquisa foi realizada por meio de um questionário com sete perguntas abertas formuladas para compreender como esses alunos se lembraram de ter estudado sobre a História Medieval na escola e como eles percebem esse período histórico. As sete perguntas foram: 1) Durante sua escolarização básica, o que você se lembra de ter estudado sobre História Medieval?; 2) Seus conhecimentos atuais sobre este período vem das aulas de História na escola básica ou de fontes como filmes, livros, podcasts, etc?; 3) Quais aspectos você considera mais importantes para compreender a História Medieval?; 4) No seu entendimento, quem são os atores históricos principais deste período?; 5) Por que nós estudamos História Medieval no

Brasil?; 6) Quais são os impactos da História Medieval nos dias de hoje?; 7) Disserte sobre o termo “Idade das Trevas”.

Ainda que os resultados dessa pesquisa não se esgotam em um trabalho só, para os fins deste trabalho, foi realizado um recorte de três das perguntas, sendo elas a quinta, a sexta e a sétima. Essa escolha foi tomada pelo propósito de refutar as hipóteses iniciais, na tentativa de compreender se os alunos possuem um entendimento da importância do período medieval fora da Europa, ligada a aspectos divergentes de uma olhar voltado ao capitalismo e se eles compreendem a construção da Idade Média enquanto “Idade das Trevas”.

Sendo assim, os dados foram construídos por meio de 33 respostas dos questionários elaborados. As respostas, escritas em formato aberto, foram consideradas em uma variedade de categorias elaboradas por meio da leitura das respostas. Havia respostas que não se limitavam em uma categoria só, tendo assim algumas que exploraram múltiplos motivos de estudo e impactos da Idade Média. Essa colocação se fez necessário para explicar o porquê do número total não resultar em 33.

Tabela 1 - Motivos para estudar História Medieval no Brasil

Motivo	Respostas	%
Para compreender os antecedentes da colonização e formação do Brasil	8	19,5
Para compreender a formação da Europa	5	12,2
Denotação da importância geral do período para História	5	12,2
Para compreender aspectos gerais do Ocidente	4	9,8
Denotação do impacto geral do período no Brasil	4	9,8
Para obter conhecimento sobre o período	4	9,8
Por causa de um currículo eurocêntrico	2	4,9
Para compreender os erros da humanidade	2	4,9

Pelo fascínio	1	2,4
Para compreender processos históricos do período	1	2,4
Para compreender o surgimento das famílias reais	1	2,4
Para compreender o surgimento do capitalismo	1	2,4
Para compreender a construção da sociedade	1	2,4
Para compreender a intolerância religiosa	1	2,4
Sem resposta	1	2,4

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Tabela 2 - Impactos da História Medieval nos dias de hoje

Impacto	Respostas	%
Religiosidade ocidental	6	13,3
Impactos e influências gerais	5	11,1
Disseminação do cristianismo	4	8,9
Iluminismo	3	6,7
Reflexões críticos sobre o período	3	6,7
Opressão da mulher	2	4,4
Conflitos religiosos	2	4,4
Impactos na colonização	2	4,4
Configurações geopolíticas	2	4,4
Sem resposta	2	4,4

Forma de ensino	1	2,2
Pessoas com "cabeça fechada"	1	2,2
Famílias reais	1	2,2
Desigualdades	1	2,2
Formação das cidades	1	2,2
Formação das classes sociais	1	2,2
Capitalismo	1	2,2
Arquitetura	1	2,2
Patrimonialismo	1	2,2
Tradições	1	2,2
Conhecimento científico	1	2,2
Imaginário sobre o período	1	2,2
Presença nas mídias	1	2,2
Formação cultural dos países	1	2,2

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Tabela 3 - Noções sobre o termo "Idade das Trevas"

Noção	Respostas	%
Associado a uma visão negativa criada posteriormente	18	45
Associado à peste	5	12,5
Associado ao domínio da Igreja Católica	5	12,5

Associado ao pouco desenvolvimento científico	2	5
Associado à ruína da Europa	2	5
Associado à Inquisição	1	2,5
Associado a uma sociedade conservadora e machista	1	2,5
Associado à queda do Império Romano	1	2,5
Associado a um período de dificuldades para as pessoas	1	2,5
Associado à arquitetura gótica	1	2,5
Associado à prática de censura pela Igreja	1	2,5
Associado à intolerância da Igreja	1	2,5
Associado à tortura	1	2,5

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Pela tabela 1, podemos perceber que há um número elevado de respostas que não se aprofundaram no porquê de estudar a Idade Média, denotando alguma importância do período para o Ocidente, a Europa e a História, porém sem reconhecer um motivo concreto dos estudos. Pela tabela 2, denotamos mais uma vez a presença de respostas que não conseguem identificar um impacto específico, dessa vez são as segundas respostas mais frequentes. Nessa mesma tabela, também percebemos um grande número de respostas que denotam um conservadorismo do período, abordando aspectos de intolerância e opressão. Por fim, pela tabela 3, percebe-se 45% das respostas destacaram o termo “Idade das Trevas” enquanto construção da Modernidade, porém, a grande parte das respostas correlacionaram à visão dos humanistas sobre a Idade Média, com grande predominância de aspectos negativos associados ao período.

Assim, se conclui por meio desses resultados que quando se fala de Idade Média, se fala de uma Idade Média cristã, branca, machista, conservadora, eurocentrada (e portanto, geograficamente distante) e temporalmente distante. Este período, nessa visão tradicional, é uma época de ignorância e de subdesenvolvimento, pertencendo somente ao homem cristão

europeu. O investimento contínuo nesta visão nas mídias e no ensino se mostra perigoso, especialmente nos dias de hoje.

MEDIEVALISMO BANAL E COMBATES POR UMA IDADE MÉDIA RACIALIZADA

Seja por meio de mídias como filmes, músicas e *videogames* ou por meio do ensino de História em sala de aula, ainda se aborda equivocadamente o passado medieval como algo pertencente exclusivamente à Europa. Lanzieri Júnior (2019; 2021) denota como esse passado branco e cristão é apropriado na política brasileira contemporânea: na concepção da Direita, há uma idealização do conservadorismo e do domínio do homem branco, enquanto na concepção da Esquerda, há um olhar preconceituoso e negativo sobre o período, desvalorizando e se afastando dele.

De qualquer forma, a visão presente nas duas concepções segue o mesmo padrão. Por um lado, percebemos uma instrumentalização do passado medieval para a divulgação de mensagens conservadoras, geralmente com caráter racista e/ou xenofóbica. Lanzieri Júnior (2019) mobiliza um conceito de Andrew B. R. Elliott, *medievalismo banal*, para explicar esse fenômeno de resignificação da Era Medieval na contemporaneidade. O *medievalismo banal* anuncia a apropriação de uma Idade Média estereotipada para o consumo rápido, sendo assim uma recriação da cultura medieval em uma cultura pós-medieval, presente nos dias de hoje em literatura, arte, filmes, séries e jogos. Porém, no cenário político atual, esse passado medieval tem sido utilizado para legitimar atos intolerantes e o patriarcado no presente, por exemplo. Lanzieri Júnior (2021) também aborda uma disputa política entre quem seria o “mais medieval”, denotando uma atribuição de negatividade do termo “medieval” pela Esquerda. Se mostra mais uma vez aqui a , destacado principalmente no exemplo da capa da edição 2652 da Revista Veja publicada no dia 13/09/2019, na qual, após a censura de uma HQ, *Vingadores: a cruzada das crianças*, na Bienal do Livro do Rio de Janeiro de 2019. Na capa desta edição, denunciou-se a censura, determinando “uma nova Idade das Trevas”.

Nesse sentido, se vê a importância da desconstrução da visão tradicional sobre a Idade Média. Ela é constantemente utilizada em disputas políticas atuais, reforçando a negatividade da ideia da Era Medieval. Quando se trata de uma Idade Média centrada no feudalismo (francês) e na Igreja Católica, a noção de uma História eurocêntrica é reforçada. Podemos nos

apropriar do “perigo de uma história única” da Chimamanda Ngozi Adichie (2019) e aplicar isso à Era Medieval, pois essa Idade Média que tem sido discutida até agora é apenas *uma* Idade Média. Há outras formas de conceber o passado medieval de outros povos e de outras localidades. Quando se ensina ou se discute a Idade Média, se faz necessário compreender *qual* Idade Média está sendo ensinado e discutido. Nesse sentido,

a Idade Média não existe. Esse período de quase mil anos, que se estende da conquista da Gália por Clóvis até o fim da Guerra dos Cem Anos, é uma fabricação, uma construção, um mito, quer dizer, um conjunto de representações e de imagens em perpetuo movimento, amplamente difundidas na sociedade, de geração em geração [...]” (AMALVI, 2006: 537)

Sendo assim, se, nas palavras de Christian Amalvi, a Idade Média não existe, o que, então, existe no lugar dela? O que podemos pressupor como aposta no campo epistemológico é que não há nada fora da narrativa. Os fatos sobre o período medieval são construídos por meio da narrativa, portanto, os fatos que temos vistos até agora sobre o período foram construídos por *uma* narrativa possível. A narrativa de uma Idade Média branca, cristã e europeia repleta por fome, miséria, desgraça e intolerância, ainda que seja o discurso hegemônico sobre o período, é uma narrativa, mas não a única. Sendo assim, pensar historicamente sobre a Era Medieval é pensar narrativamente ou pensar em uma “guerra das narrativas” (LAVILLE, 1999), pois é por meio do jogo da linguagem e da subjetivação que os fatos históricos do período são construídos.

Ao deixar a narrativa aberta para o pluralismo histórico e assumir que não há um passado medieval pré-definido para ser narrado por nós historiadores, podemos destituir a Idade Média tradicional e estereotipada enquanto essência universal do passado medieval. Assim, para apostar em uma narrativa menos eurocentrada, destaco como minha tese a importância da presença das conexões do mundo medieval no ensino de História, pois por meio da concepção de uma Idade Média Global e de História Conectada, podemos explorar em sala de aula os vários cruzamentos históricos ao longo do período medieval não somente na Europa, mas também na África, Ásia e América. Invisto também, nesse sentido, em pensar o passado medieval por meio de raça enquanto construção histórica, pois se não pensamos na negritude no medieval, ele ficará ausente do período como um todo, levando à ideia de que o negro somente aparece na História Moderna (WHITAKER, 2015).

Racializar a Idade Média se mostra potente por alguns motivos diferentes: podemos integrar novos sujeitos e objetos historiográficos à narrativa, compreender como a raça enquanto construção histórica opera em contextos diferentes e combater os abusos do passado medieval ocorrendo no debate político contemporâneo. Dessa maneira, investo trabalhar com o conceito de “raça” como *essencialismo estratégico* (conceito proposto por Gayatri Spivak), optando por seguir a discussão utilizando o termo “raça” enquanto uma aposta estratégica, epistemológica e política, ainda que não existia o conceito de “raça” propriamente dita no período medieval. Assim, opto por trabalhar desse modo pois “[...] race is a structural relationship for the articulation and management of human differences, rather than a substantive content” (HENG, 2018: 19).

Sendo assim, partindo da crítica de como a sociedade como um todo se relaciona com o passado medieval e o desconhecimento geral de africanos, árabes, asiáticos e até povos indígenas americanos⁷⁶ neste período, podemos se relacionar com o pensamento decolonial e repensar as narrativas que oferecemos em sala de aula para combater contra a desconsideração da contribuição de outros grupos no saber medieval. Assim, ponderamos sobre a pergunta levantada por Pereira e Giacomoni (2019): “Qual Idade Média é mais produtiva como experiência de aprendizagem para uma sociedade possível no presente, justa, solidária, igualitária e democrática?”.

Ao trazer outras noções de sujeito e apresentar uma diversidade epistemológica, podemos reconfigurar a História Medieval e seu ensino por meio de sentidos. O saber histórico é uma arma potente para combater exatamente a hierarquia de saberes, servindo para colocar em questão a colonialidade do saber e do poder. Ainda assim, é necessário tomar o cuidado de não inverter o pirâmide hierárquico de saberes, desconsiderando o saber hegemônico construído pelos homens europeus.

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que estas últimas fundamentam as primeiras. As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o "deste lado da linha" e o "do outro lado da linha". A divisão é tal

⁷⁶ Alguns autores como Paul B. Sturtevant (2014) argumentam que não havia uma “Idade Média” no continente americano, pois esse termo se refere a um recorte geográfico e cultural. Entretanto, minha proposta nesse artigo envolve o reconhecimento do passado medieval em outras localidades no mundo. É pertinente, nesse sentido, explorar os povos indígenas nas Américas entre os séculos V e XV.

que "o outro lado da linha" desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção de inclusão considera como o "outro". A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. O universo "deste lado da linha" só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante: para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética. (SANTOS, 2007: 71)

Nesse sentido, no pensamento pós-abissal explorado por Santos, não se opera com a dicotomia entre “eu” e o “outro”. Para o autor, a primeira condição para um pensamento pós-abissal é a co-presença radical, ou seja, reconhecer que “que práticas e agentes de ambos os lados da linha são contemporâneos em termos igualitários” (SANTOS, 2007: 85). Tendo em vista o pluralismo histórico e a *ecologia de saberes* (SANTOS, 2007), as histórias e memórias contra-hegemônicas devem ser trabalhadas *juntas com* e não enquanto sobreposição da narrativa hegemônica. Assim, podemos nos apropriar da fala de Pereira quando ele afirma que “essa relação dual construída pelos europeus – o Eu e o Outro – tem funcionado tanto para construir nossas noções sobre a sociedade medieval européia, quanto para construir nossas noções acerca de culturas diversas como a dos judeus, dos negros e dos índios” (PEREIRA, 2013: 235-236), pois utilizar o discurso racial para ensinar sobre História Medieval em sala de aula não permite somente desaprender de o que foi imposto pela colonização e pela colonialidade de saber, mas também compreender as relações de saber e de poder e a construção de narrativas que iniciam desde o período medieval.

CONCLUSÃO

Como foi destacado ao longo deste texto, uma leitura eurocentrada sobre o período medieval não deixa de ser uma leitura potente, ainda que tenha seus problemas de apropriação de abusos por grupos contemporâneos, especialmente para legitimar políticas presentes, como por exemplo atos xenofóbicos, racistas e de intolerância religiosa. Ainda assim, essa leitura eurocentrada é apenas *uma* leitura e não *a* leitura. Contudo, percebemos como “a sala de aula parece ainda não ter se desvencilhado inteiramente desse modelo/referência da Europa Esclarecida para contar a história de outras épocas e de outros povos” (PEREIRA, 2013: 225), visto nos resultados da pesquisa realizada com alunos de graduação. À vista disso, resalto minha aposta em diferentes narrativas em sala de aula, não para dialogar por esses sujeitos

excluídos da História, mas para dialogar com eles. Por meio do campo de estudos decoloniais, pós-coloniais e subalternos e da racialização do período medieval, podemos investir em uma Idade Média geograficamente, culturalmente e temporalmente pluralizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AMALVI, Christian. Idade Média. *In*: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (org.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: Edusc, 2006. p. 537-552.

HENG, Geraldine. **The invention of race in the European Middle Ages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

LANZIERI JÚNIOR, Carlos. Ontem e hoje, o porta estandarte: reflexões sobre os usos do passado medieval, a estética bolsonarista e os discursos recentes da direita brasileira. **Roda da Fortuna — Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo**, v. 8, n. 2, p. 189-209, 2019.

LANZIERI JÚNIOR, Carlile. **Cavaleiros de cola, papel e plástico**: reflexões sobre os usos do passado medieval na contemporaneidade. Campinas: D Sete, 2021.

LAVILLE, Chistian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. **Revista Brasileira de História**, v. 19, n. 38, p. 125-138, 1999.

PEREIRA, Nilton Mullet. Ensino de História, medievalismo e etnocentrismo. **Historiæ**, v. 3, n. 3, p. 223–238, 2013.

PEREIRA, Nilton Mullet; GIACOMONI, Marcello Paniz. A Idade Média imaginada: usos do passado medieval no tempo presente. *In*: **Café História**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/usos-do-passado-medieval-idade-media/>. Publicado em: 09 set. 2019. Acesso em: 06 dez. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP**, n. 79, p. 71-94, 2007.

STURTEVANT, Paul B. American Medieval. *In: The Public Medievalist*. Disponível em: <https://www.publicmedievalist.com/american-medieval/>. Publicado em: 14 ago. 2014. Acesso em: 06 dez. 2022.

WHITAKER, Cord J. Race-ing the dragon: the Middle Ages, race and trippin' into the future. *Postmedieval*, v. 6, p. 3–11, 2015.

Simpósio Temático - Agências no pós abolição: gênero, raça, classe e cidadania sob a ótica historiográfica

Desengomando a liberdade: criadas de servir e suas agências em Juiz de Fora (1885-1892)

Denise do Nascimento Santos¹⁷⁷

RESUMO

O artigo pretende analisar as formas de agenciamento de criadas de servir em Juiz de Fora no período de 1885 a 1892, a partir de arquivos como cartas de alforria, jornais e o livro de matrículas dos criados de servir instituído pela Câmara Municipal da cidade. A intersecção entre condição jurídica, classe, gênero, cor e raça fez emergir os processos de agenciamento desse grupo de trabalhadoras, mesmo diante de mecanismos de controle utilizados pelas elites e pelo Estado. As experiências vivenciadas por estas trabalhadoras, permitem analisar como se constituiu os Mundos do Trabalho nos anos finais da escravidão e no imediato Pós-Abolição para mulheres negras e como estas criaram sentidos de liberdade para si e para os seus. **Palavras-chave:** Criadas de servir. Serviço doméstico. Mulheres negras. Escravidão.

Pós-abolição.

ABSTRACT

The article intends to analyze the forms of agency of servants to serve in Juiz de Fora in the period from 1885 to 1892, from the files like alforria letters, newspapers and the book of license of the servants to serve established by the City Council. The intersection between legal condition, gender, color and race led to the emergence processes of agency of this group of workers, even in the face of control mechanisms used by the elites and the State. The experiences experienced by these workers allow us to analyze how the Worlds of Labor were constituted in the final years of slavery and in the immediate Post-Abolition for black women and how to create these senses of freedom for themselves and their own.

Keywords: Servants to serve. Housework. Black women. Slavery. Post-Abolition.

⁷⁷ Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Especialista em Cultura e Literatura Afro-brasileira e História da África pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: denisensantos@yahoo.com.br.

1. INTRODUÇÃO

Desengomar é retirar a goma, amolecer a roupa ou deixar de passá-la a ferro.

O trabalho de uma engomadeira estava em passar roupas, de modo que não houvessem vincos ou amassados e plissados caprichosos revelassem a habilidade no manejo de ferros à carvão ou água quente. Um ofício que poderia gerar acidentes graves, além de submeter mulheres escravizadas domésticas ou livres, a horas extenuantes sobre a fumaça e o calor. Como mulheres negras escravizadas e livres construíram, sob estas condições, formas de significar e agenciar sua liberdade?

Desengomar a liberdade, neste artigo, é também procurar fazer outras leituras sobre fontes históricas que objetivem entender como mulheres negras, trabalhando como criadas de servir ou escravizadas no serviço doméstico, agenciaram suas liberdades e autonomias na cidade de Juiz de Fora do ano de 1885 a 1892.

Estas mesmas mulheres desengomaram, desestruturaram e desestabilizaram, as formas pelas quais sua liberdade poderia ser definida e limitada, criando maneiras de agenciar suas vidas em uma sociedade alicerçada na ordem escravista.

2. Cecília e Outras tantas: amarrotando o medo branco das agências negras

Em 12 de fevereiro de 1885, o jornal “O Pharol”⁷⁸ publica o texto “A dona de casa”, no qual o autor França Júnior, observa as mudanças nas vidas de donas de casa, e consequentemente de escravizadas domésticas. Segundo fragmentos do texto,

O lar doméstico dos tempos que correm, é porventura o mesmo dos das priscas eras, em que a missão da mulher era estar dentro de casa? Qual!

Antigamente a mulher, trancada a sete chaves, conquistava o marido. O bonde e o armarinho matarão a dona de casa. Outr’ora a mulher conhecia a fundo o lar doméstico, desde a sala de visitas até a cozinha.

⁷⁸ O jornal “O Pharol” começou a ser produzido em 1866 na cidade de Paraíba do Sul no estado do Rio de Janeiro. O periódico passou a ser produzido na cidade de Juiz de Fora em 1870, sendo sua última edição no ano de 1939. Os periódicos pesquisados para este artigo encontram-se na página: Pharol (MG) - 1876 a 1933 - DocReader Web (bn.br).

Acordava cedo. Empunhava o molho de chaves, que era símbolo da sua autoridade, e principiava a dar ordens. Vão varrer a sala. Ainda não puseram a mesa.

- Negrinha, limpa a gaiola do sabiá.

- Quero o tacho bem areado.

- Andem, andem que os meninos têm que almoçar. O jantar era feito por sua direção.

- Traga, dizia ela à cozinheira, dois vinténs de abóbora, dois de aipim, dois de couve, veja carne do peito boa para o cozido; compre um frango para ensopar com quigombó, e procure-me ali na quitandeira da esquina bananas da terra que não sejam duras.

Do meio dia para uma hora provar as panelas. Dirigia os serviços da lavadeira e da engomadeira. As mais zelosas e impertinentes no governo doméstico tinham sempre ao lado uma vara, com que despertavam as negrinhas, que cochilavam na costura.

A vida de hoje já não é a mesma. A dona de casa acorda tarde. E levanta-se já convenientemente vestida e pronta para embargar no primeiro bonde e ir fazer suas comissões. A cozinheira já não é mais a mesma preta velha, que criou a sinhá moça, e que recebe dinheiro contado e ordens para o *mend* do almoço e jantar. Ou é uma francesa ou alemã de cabelinho na venta, ou um cidadão de barrete branco e avental, que não aceita imposições (O PHAROL, 1885).

A erosão do paternalismo senhorial e a reconfiguração da autoridade nas relações do mundo do trabalho doméstico colocou a organização familiar dos últimos proprietários de escravizados sob atenção (TELLES, 2013). Trabalhadoras livres que haviam conquistado autonomia e poder de escolher onde empregar-se, desafiavam e desgastavam a ordem hierárquica escravista. Além disso, as criadas de servir brancas faziam parte do desdobramento dos processos de reformulação das hierarquias sociais, no momento de derrocada do escravismo e aprofundamento dos processos imigratórios. Criadas livres e libertas impediam a materialidade da hierarquização pela violência física, impetrada a escravizadas como apontou o autor França Júnior.

O papel imperativo da dona de casa cede lugar a uma vida menos regrada e mais pública. Antes, as ordens dadas às negrinhas, às pretas velhas e demais criadas e criados pela dona de casa, eram responsáveis pelo bom andamento das tarefas cotidianas. A correção pela vara, garantia o aprumo das mais preguiçosas e das atrevidas,

transformando a dona de casa em um papel singular e relevante da família escravista patriarcal.

Por outro lado, a independência de mulheres donas de casa não foi um dado isolado, e sim resultado de uma sociedade em transformação. Mulheres, antes escravizadas, ao não serem encontradas a varrer, a limpar ou a arear – como descreve França Júnior – delimitavam sua autonomia, enquanto livres, na escolha de seus lugares de trabalho. Para Grahan (1992), mulheres livres abdicavam de determinados salários e trabalhos, por bem estar pessoal, tornando a renúncia a certos padrões e patroas uma constante no serviço doméstico.

A preta velha que criou a sinhá moça, talvez tenha conquistado a liberdade, se negado a permanecer no lugar em que era escravizada, e como mulher livre, tornado inadmissível formas de tratamento violentas e desumanas. Seu comportamento então, não seria realmente o mesmo, ou melhor, o esperado pela ordem escravista.

Mulheres escravizadas ou livres que executavam o serviço doméstico, agenciavam pela recusa ao trabalho, pela má educação e insubordinação diante de donas de casa, dentre outras atitudes, formas variadas de construir seus espaços de liberdade e autonomia diante das violências.

Assim, foi recusando ser tratada com violência que num sábado de Aleluia, em 04 de abril de 1885, Cecília aplicou uma quantidade de tártaro no remédio para feridas de D. Thereza Rita Gonçalves de Brito e no leite que estava fervendo, a fim de matá-la⁷⁹.

O fato ocorreu em Varginha na província das Minas Gerais. Cinco pessoas da família foram envenenadas e em seu depoimento, a jovem escravizada de 17 anos,

⁷⁹ A nota “Envenenamento” de 04 de abril de 1885 do periódico “O Pharol”, assim está escrita: sobre envenenamento de que foram vítimas na Varginha, nesta província, a Exma. esposa e mais cinco pessoas da casa do Sr. Thomaz José da Silva, e de que já demos notícia, escrevem ao *Monitor Sul-Mineiro*, o seguinte: “O envenenamento deu-se à 4 do corrente mês, sábado do aleluia, e foi dele autora Cecilia, de 17 anos de idade, escrava de D. Thereza Rita Gonçalves de Brito.” No interrogatório a que foi submetida pela autoridade policial, declarou Cecilia que, tendo ficado enraivecida pela promessa que sua senhora fizera de castigá-la depois da semana santa, resolvera por tártaro em um remédio que a mesma aplicava em uma ferida, mas que depois o pôs no leite que estava fervendo, com o fim de matar sua senhora, de quem tem muita raiva.

afirmou que o ato aconteceu após D. Thereza prometer que a castigaria depois da semana santa.

Cecília não esperou os preceitos católicos de D. Thereza, os quais deveriam incluir não castigar escravizados no período quaresmal, para saber se o castigo seria cumprido. A jovem talvez tenha se utilizado do período de reclusão e penitências de D. Thereza para planejar o envenenamento. Cecília sabia que D. Thereza cumpriria com a promessa. Teria ela sido alvo de outros castigos de D. Thereza? Seria a semana santa, o período em que as práticas religiosas poriam um fim temporário à violência contra escravizadas?

Cecília era uma escravizada doméstica com acesso à casa. Pela nota do periódico suponho que esta realizava os serviços de: cozinheira, limpeza e cuidados. Pois, tinha acesso as medicações de D. Thereza e cozinhas.

Os motivos do castigo não são descritos no jornal “O Pharol” de 30 de abril de 1885, no entanto a raiva de Cecilia se configurou na reação a um sistema extremamente violento e demonstra que a condição de escravizada não tornava natural a aceitação de castigos físicos. A raiva contra senhoras e senhores tornava o medo branco, um ingrediente presente no cotidiano de famílias escravistas no tocante às criadas e aos criados de servir.

O medo branco das almas negras (CHALHOUB, 1988) vinha das insurreições nacionais e estrangeiras de pessoas negras ao longo do século XIX. Além do

medo cotidiano e corrosivo daqueles negros que podiam ministrar veneno em remédios ou dar facadas, sendo perfeitamente conscientes e capazes de explicar o que estavam fazendo (CHALHOUB, 1988: 104).

Por conseguinte, a violência e os conflitos de diversos grupos da população de Juiz de Fora nas décadas de 1870 e 1880 eram fatores propulsores do medo branco.

Os movimentos pela liberdade, a manutenção de uma violência gerada pela escravidão e seus agentes, assim como as mudanças sociais, constituídas em uma presença cada vez maior de pessoas livres pela cidade, fazia de Juiz de Fora uma cidade sob tensão.

Para Guimarães (2005), Juiz de Fora concentrou na segunda metade do século XIX, um mosaico humano, constituindo-se em palco de violências, resultante da luta pelo poder, das diversidades nacionais/étnicas/raciais/religiosas, da luta pela sobrevivência e dos conflitos existentes entre e dentre cativos e senhores.

Guimarães (2005) afirma que na década de 1870, Juiz de Fora por exemplo,

registrou um quantitativo muito elevado de suicídios de cativos, assim como de fugas e, da mesma forma, é o período que contém maior quantidade de crimes contra a segurança individual praticados por escravos, incluídos os enquadrados na Lei especial de 1835 — que punia rigorosamente os cativos que assassinavam seus senhores, familiares destes e feitores (GUIMARÃES, 2005: 70).

Era neste contexto, que a elite juizforana tentava criar formas de ordenar e disciplinar a população negra livre e escravizada. Neste grupo encontravam-se as criadas de servir livres e as escravizadas domésticas que, como Cecília, amarrotavam as noções de servilismo e passividade.

3. Generoza, Camélia, Leocádia e Maria: passar com as próprias mãos os fios das liberdades

A paróquia de Santo Antônio do Juiz de Fora era formada pelos moradores da área rural, os arredores e subúrbios da cidade de Juiz de Fora, além dos arraiais de Chácara, Caeté e Sarandi e os povoados de Matias Barbosa e Grama.

De acordo com o censo de 1872, a Paróquia possuía 11.002 trabalhadores livres e 7.171 escravizados. Batista (2020) considera no cálculo de trabalhadores livres as atividades especializadas em metais e os canteiros, mineiros, covoqueiros e calceiteiros.

O total de pessoas no serviço doméstico corresponde a 3.240, sendo 890 escravizadas e 2.350 livres. Do total de pessoas escravizadas no serviço doméstico, 630 eram homens ou 70,79% e 260 ou 29,21% eram mulheres. A composição de pessoas livres mostra 600 ou 25,53% de homens e 1.750 ou 74,47% de mulheres (BATISTA, 2020).

O maior número de homens escravizados no serviço doméstico, torna peculiar o olhar sobre os ofícios exercidos à época. Uma das hipóteses é que o contingente de homens utilizados na agricultura cafeeira da cidade tenha contribuído para que uma parcela desses escravizados fosse utilizada nos serviços domésticos, tanto na zona rural quanto na zona urbana.

Logo, o universo de pesquisa do Censo de 1872 englobava um total de 18.173 pessoas (livres e escravizadas) classificadas no Censo, em relação ao trabalho desempenhado por: criados e jornaleiros (profissões assalariadas), lavradores, ocupações manuais ou mecânicas, metais, canteiros/mineiros/cavoqueiros/calceiteiros e sem profissão. O serviço doméstico correspondia um total de 17,82% destes trabalhadores (BATISTA, 2020).

O ofício de costureira é definido no censo como uma atividade manual e mecânica, juntamente com os operários de edificações, madeira, calçados, vestuários e peles e couros. Esta atividade foi exercida em sua totalidade por mulheres: 15,48% (150) escravizadas e 84,52% (819) livres em um total de 969 pessoas.

Embora nos dados do Censo, o serviço doméstico ocupasse uma posição considerável como profissão, se analisarmos como alguns dos ofícios ligados a esta, poderiam ser exercidos concomitantemente a outros trabalhos e sem vínculos formais ou permanentes – como por exemplo o de lavadeira –, talvez esses dados revelariam mais pessoas empregadas nas atividades relacionadas a criados e criadas de servir.

A existência de escravizadas/os domésticas/os e de criadas/os de servir livres, exercendo os ofícios do serviço doméstico era um dado considerável nas cidades do século XIX para famílias abastadas e alguns núcleos familiares pobres. A quantidade destes criados em uma casa demonstrava o poder econômico e status social das famílias, ao mesmo tempo em que sua existência em famílias das classes pobres, revelava a importância do serviço doméstico para a manutenção da vida cotidiana e coletiva. Ter em casa uma pessoa realizando as atividades domésticas configurava-se em exercício de manutenção do lar e de suporte para a vida fora de casa de famílias pobres, contudo garantia uma certa distinção entre pessoas despossuídas (SOUZA, 2017).

As formas pelas quais mulheres escravizadas tomaram para si sua liberdade, constitui um dado relevante para a pesquisa sobre a agência de criadas de servir na cidade de Juiz de Fora. Nesse sentido, as cartas de liberdade constituem um material que pode revelar informações sobre as estratégias e negociações utilizadas por estas mulheres nas dinâmicas do serviço doméstico.

Ao pesquisar as cartas de liberdade arquivadas no Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora dos anos de 1887 e 1888, me deparei com o quantitativo de 21 cartas de liberdade, dentre as quais 07 eram de mulheres.

Destas 07 cartas, 02 mencionam o serviço doméstico: as cartas de Leocádia e Maria. E outras 02 fazem referência aos bons serviços prestados por estas mulheres.

Para Chalhoub (2010) a escravidão brasileira apresentou como diferencial em relação às sociedades escravistas modernas, taxas superiores de acesso as alforrias entre a população escravizada. Isto permitiu com que no século XIX o número de pessoas libertas e livres fosse numericamente superior às escravizadas (PINTO, 2014).

Chalhoub salienta que os modos de obtenção de liberdade eram diversificados:

cartas de alforria, liberdades concedidas em testamentos e inventários, alforrias em pia batismal, alforrias alcançadas na justiça por meio de ações cíveis de liberdade. Havia muitas manumissões onerosas, por indenização pelo escravo do seu preço ao senhor (auto-compra), ou com o estabelecimento de condições a serem cumpridas pelos libertandos, em geral exigência de prestação de serviços por um tempo determinado ou não (tal como servir ao senhor até a morte dele, ou servir por período adicional de 7 anos) (CHALHOUB, 2010: 43).

Hora (2022) assinala que as cartas de alforria marcam negociações micropolíticas reveladoras de estratégias cotidianas para o alcance da liberdade. Dentre elas, a prestação de bons de serviços que poderia diminuir as dificuldades impostas por senhores na obtenção da liberdade destas mulheres e de familiares como filhas/os, maridos e outros familiares.

Pelos bons serviços prestados, D. Maria Thereza de Jesus libertou “sem condição alguma sua única escrava Generoza, em atenção aos bons serviços prestados” (O PHAROL, 1885), de acordo com o periódico “O Pharol” de 24 de fevereiro de 1885.

No entanto para Camelia, na carta de liberdade registrada em 13 de setembro de 1887 pelo 1º Ofício de Notas da cidade de Juiz de Fora e assinada por Francisco de Paula Campos em 12 de setembro de 1887, constam os bons serviços prestados e a condição de ser “obrigada” a prestar serviços à família.

No universo pesquisado de 07 cartas de liberdade de mulheres, 03 apresentavam termos condicionais para a efetivação da liberdade destas.

Chalhoub (2010) salienta a precariedade presente nas cartas de alforria condicionais, afinal elas ligavam a liberdade futura a prestação de serviços por tempo determinado ou indeterminado (como nos casos de falecimento do senhor). Mesmo após a Lei 2.040 de 1871, que impediu a revogação de cartas de liberdade, as condições impostas às escravizadas colocavam-nas sob a autoridade senhorial e promovia a manutenção da exploração sobre o trabalho, além de poder implicar na reescravização destas mulheres.

A carta de liberdade de Leocádia também foi uma carta condicional. De acordo com trechos da carta assinada em 12 de agosto de 1887:

Pedro Alexandrino Silva, declara que sendo possuidor da escrava Leocádia, preta, solteira, de 30 anos de idade, de serviço doméstico, filha de Rita Maria, (...), concede a mesma, minha escrava Leocádia, liberdade. Com a condição de prestar-me dois anos a forma de serviços, até o dia 04 de julho de 1889, que entrará então na posse de sua liberdade⁸⁰.

⁸⁰ Arquivo Histórico da cidade de Juiz de Fora. Fundo do Tabelionato do 1º Ofício de notas - Maninho Faria, livro 36, cx. 12.

Mesmo que as discussões sobre a Abolição estivessem presentes nos jornais juizforanos, alguns proprietários de escravizadas acreditavam num prolongamento da ordem escravista.

Contudo, as cartas condicionais também se configuraram em estratégias tomadas por escravizadas para garantir sua liberdade, em meio as incertezas da derrocada da escravidão. Estas alforrias condicionais configurariam na construção de um horizonte de liberdade possível para muitas mulheres.

De outra maneira, a compra das cartas de liberdade asseverava legalmente, o direito de ser livre em cenários de escravização ilegal e precariedade estrutural da liberdade (CHALHOUB, 2010). Além disso, a condição jurídica de mulher livre ampliava as possibilidades de uma vida que tentava distanciar-se dos estigmas da ordem escravista. Pois, além de uma economia brutal, segundo Alberto, a escravidão era um estilo de vida, um alicerce de uma sociedade demasiadamente hierarquizada e impregnada por diferenças de cor, raça e classe.

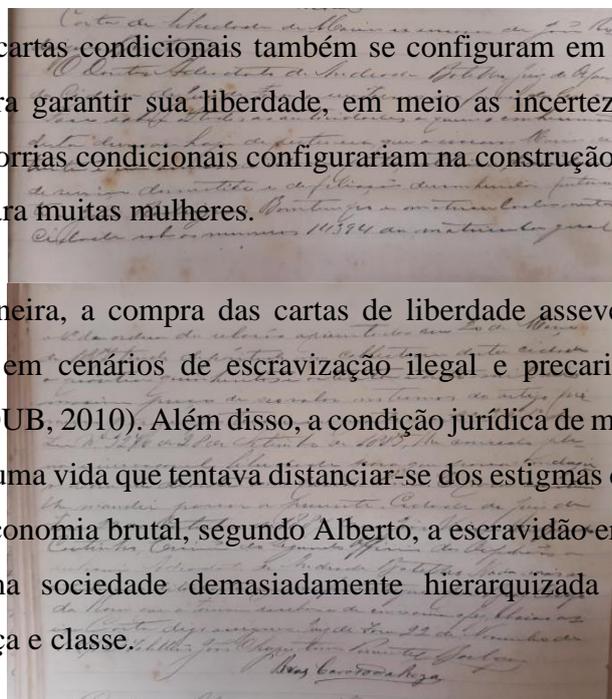


Imagem 01: Carta de Liberdade de Maria⁸¹.

Em 20 de março de 1887, Maria depositou a quantia de 580.000 réis, comprando assim sua carta de liberdade.

A carta de liberdade intitulada “Carta de Liberdade de Maria ex escrava de João Rodrigues Bomtempo”, marca a nova identidade social de Maria como ex escrava e seu teor revela outra forma de articulação pela liberdade de mulheres escravizadas: o respaldo legal para aquisição de pecúlio – garantido pela Lei nº 2.040 de 1871, a Lei do Ventre Livre – e a estipulação dos valores cobrados para alforrias, resultante da Lei nº 3.270 de 1855.

De acordo, com a transcrição de alguns trechos da carta:

O doutor Adalberto de Andrade Botelho, Juiz de Órfãos da cidade de Juiz de Fora e seu termo na forma da lei (...), que a escrava Maria de 31 anos de idade, preta, solteira, brasileira, de serviço doméstico e de filiação desconhecida, pertencente a João Rodrigues Bomtempo e matriculada nesta cidade, sob os números 14394 da matrícula geral e 4ª da ordem de relação apresentada ao 20 de março de 1887, tendo depositado na Coletoria desta cidade a quantia de 580.000 réis máximo preço de seu valor nos termos do artigo 1º, do parágrafo 3º e 4º do artigo 3º e 4º da Lei 3270 de 28 de setembro de 1885, lhe concede plena e irrevogável liberdade para que possa conduzir-se de agora em diante com plena liberdade (AHJF, 1887).

A aquisição da alforria deve ter demandado de Maria, como exigia de outras escravizadas e outros escravizados, anos de trabalho para conseguir os recursos necessários. O resultado poderia ser uma vida em liberdade com privações e até miséria, tendo em vista a integral responsabilidade pela alimentação, moradia e cuidados com a saúde, nos casos onde toda ou a maior parte do pecúlio era destinada à alforria (HORA, 2019).

⁸¹ Arquivo Histórico da cidade de Juiz de Fora. Fundo do Tabelionato do 1º Ofício de notas - Maninho Faria, livro 34, cx. 12.

No entanto, articular a própria compra da alforria dava a algumas mulheres a possibilidade de reunir filhas/os, maridos e familiares. A maternidade exigiria de outras mulheres a obtenção da própria liberdade de forma legal e minimamente segura para daí empreenderem ações para o resgate de seus filhos e suas filhas.

4. Insubordinadas, atrevidas, infiéis: o controle das criadas de servir.

Em 02 de abril de 1891, o jornal “Diário de Minas” publica uma nota, na qual seu autor relata alguns dos desesperos das famílias em relação ao serviço doméstico e o fracasso da intendência municipal na instituição das matrículas para criados e criadas de servir.

Assim diz a nota:

e com trato de coisas ruins, não posso passar em silêncio a praga que é o desespero das famílias e que se chama o serviço doméstico. Ter um criado em casa é morrer hidrófobo no fim de um mês. Que gente! Encontrar um que seja fiel, aseado, honesto ou trabalhador é tão difícil quanto achar uma carteira bem recheada no meio da rua. Há tempos, a intendência municipal arranhou um regulamento para esta gente, obrigando-a a ter uma caderneta de fiança e outras coisas mais, mas como era uma coisa séria e útil, mais útil que muita patacoada que se organiza por aí, puseram uma lousa em cima e o aborto goza a eterna paz. Bendita a intendência que nos põe à disposição dos caprichos dos fidalgos de aventais (DIÁRIO DA MANHÃ⁸², 1891).

O projeto de regulamentação da locação de serviços domésticos em Juiz de Fora foi adicionado ao Código de Posturas da Câmara Municipal de Juiz de Fora em 1887 e publicado no Livro da Lei Mineira daquele ano. É sobre esta estratégia de controle e disciplinamento do município e da elite juizforana que o autor se refere como uma coisa séria e útil, cuja ideia não teria vingado.

A identificação e controle dos criados de servir, por meio do Código de Posturas dos municípios, acenaram para a tentativa de formalização e impessoalidade das relações

⁸² “O Diário da Manhã” foi um jornal juizforano nascido em 1891. Disponível em: [Diario da Manhã \(MG\) - 1891 - DocReader Web \(bn.br\)](http://Diario da Manhã (MG) - 1891 - DocReader Web (bn.br))

de trabalho, impactando na configuração das dinâmicas estabelecidas dentro das casas e criando novos mundos do trabalho para a população negra liberta e escravizada. Cassoli (2021), afirma que a matrícula de trabalhadores do serviço doméstico,

indicavam a estruturação de um mercado de trabalho fundamentado em relações contratuais e impessoais, e, concomitantemente, recrudesciam o controle estatal e privado sobre a mobilidade e a autonomia dos trabalhadores (CASSOLI, 2021: 07).

Se por um lado, a criação da regulamentação garantia a segurança das famílias que locavam criados e criadas de servir, por outro estimulava a criação de uma identidade social para estes, na medida em que a matrícula e as cadernetas de controle desses trabalhadores, ampliavam as chances de mais locações e incluía essas pessoas na lógica conservadora do que seria ser um trabalhador e uma trabalhadora (CASSOLLI, 2021).

Por outro lado, a matrícula poderia colocar sob alerta aquelas pessoas que tentavam afastar-se das práticas da ordem escravista que permeavam os aparatos policiais. Ter um número de matrícula significaria ter sua identificação, características físicas e pessoais à disposição da polícia, o que poderia impactar na liberdade de escolha de trabalhos e circulação desse grupo.

No Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora, encontrei o livro de matrículas de criados e criadas de servir dos anos de 1889 e 1890⁸³. Foram encontradas 257 matrículas com dados completos e outras 27 fichas incompletas. O baixo número de matriculados, em relação aos dados do Censo de 1872, configuram na baixa adesão ao processo de identificação de criados e criadas de servir em Juiz de Fora.

Dados sobre cor	
Cor	Qtde

⁸³ Arquivo Histórico da cidade de Juiz de Fora. Inventário: sumário da República Velha. Livro de criados de servir da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

Sem definição	5
Branca	54
Criola	1
Morena	1
Parda	60
Preta	136
Total	257

O quantitativo de pessoas negras (pretas, pardas e crioula) representa 76,65% das/os criadas/os de servir. Neste grupo estava Valentina Balbino Moretzsohn, pelo sobrenome, ao que tudo indica deveria ter sido escravizada pela família Moretzsohn (FREIRE, 2007). De acordo, com a matrícula Valentina possuía 70 anos, era de origem africana, sua filiação era desconhecida e exercia a ocupação de cozinheira. Valentina era solteira e foi descrita como preta de altura regular.

Sua matrícula demonstra a diversidade de pessoas que compunham o grupo de criadas de servir, além de ser um material importante sobre a escravidão e o Pós-Abolição em Juiz de Fora. Como Valentina, outros 04 africanos foram matriculados como criados de servir: Themoteo de Tal de 50 anos com a função de serviço doméstico; Balduína de 50 anos, cozinheira; Lino de Andrade de 55 anos, hortelão e Angelica de Tal de 60 anos, cozinheira.

Valentina seria uma mulher livre beneficiada pela Abolição da escravidão no 13 de maio de 1888 que continuou a prestar serviços para a família Moretzsohn? Ou seria uma mulher escravizada que conseguiu sua liberdade, por meio de uma carta de liberdade condicional prevendo a prestação de serviços por algum período? Essas perguntas não são esgotadas pelo livro de matrículas, entretanto possibilitam incrementar o cruzamento de dados sobre a população negra brasileira e africana da cidade.

Dentre as pessoas brancas que matricularam-se como criados de servir estavam alemães, portugueses e italianos, dentre outros. Isto corrobora para as pesquisas que afirmam ser o serviço doméstico no século XIX, um campo no qual imigrantes pobres

encontraram formas de adquirir recursos para sua sobrevivência. O total de pessoas identificadas como brancas é de 21,01%.

As mulheres predominam e nota-se uma diferenciação de ocupações determinada pela condição feminina ou masculina. Das 257 matrículas, 70% foram feitas por mulheres, dentre as quais destacaram-se as ocupações de cozinheira e serviço doméstico.

Mulheres	
Ofícios	Quantidade
Ama seca	3
Costureira	1
Costureira e contínua	1
Cozinheira	68
Cozinheira e engomadeira	9
Cozinheira e lavadeira	6
Cozinheira e copeira	1
Cozinheira, lavadeira e Engomadeira	1
Engomadeira	11
Engomadeira e costureira	1
Lavadeira	10
Lavadeira e costureira	1
Lavadeira e engomadeira	17
Serviço doméstico	50
Total	180

Homens	
Ofícios	Quantidade
Cocheiro	1
Copeiro	13
Copeiro e jardineiro	1
Cozinheiro e copeiro	3
Cozinheiro	24
Hortelão	9
Hortelão e serviço Doméstico	1
Jardineiro	4
Roupeiro	1
Serviço doméstico	20
Total	77

5. CONCLUSÃO

Mulheres negras livres e escravizadas foram atravessadas por imagens de controle no mundo do trabalho das criadas de servir, capazes de imprimir às suas experiências, violências resultantes da desumanização de seus corpos, desqualificação de seus conhecimentos e deslegitimação de suas redes familiares e de apoio.

Se por um lado, para controlar foi necessário imaginar criadas de servir de forma depreciativa, por outro as desobediências e significados de liberdade e de existências foram uma necessidade imposta pela escravidão e uma construção ativa que moldou a agência destas mulheres.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTO, Paulina L. **Termos de inclusão**: intelectuais negros brasileiros no século XX. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017.

BATISTA, Caio da Silva. **A dinâmica da escravidão urbana em Minas Gerais do século XIX**: cotidiano, senhores e alforrias, Juiz de Fora 1831 – 1888. 2020. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11>. Acesso em: 05 nov. 2022.

CASSOLI, Marileide L. **As criadas também têm outra vida nas suas mãos**: a vida moral dos que as cercam: mulheres afrodescendentes e o serviço doméstico, 1897-1930. 10º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. 11 a 13 de mai. 2021. p. 01-17. Disponível em: Cadernos de Resumos, Décimo Encontro (escravidaoeliberdade.com.br). Acesso em: 28 nov. 2022.

CHALHOUB, Sidney. “Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 08, n. 16, mar-ago,

1988. p. 83–105. Disponível em: https://www.academia.edu/29696144/Medo_Branco_das_Almas_Negras_Sidney_Chalhoub. Acesso em: 05 nov. 2022.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História Social**, n. 19, segundo semestre de 2010. p. 33-62. Disponível em: Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX) | História Social (unicamp.br). Acesso em: 28 nov. 2022.

FREIRE, Jonis. **A vila de Santo Antônio do Paraibuna**: apontamentos sobre algumas variáveis e características da população cativa, século XIX. VII Congresso Brasileiro de História Econômica e 8ª Conferência Internacional de História de Empresas, Aracajú, 2007. p. 01-20. Disponível em: ABPHE | Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. Acesso em: 28 nov. 2022.

GRAHAM, Sandra L. **Proteção e Obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GUIMARÃES, Elione Silva. Escravos e libertos da Zona da Mata mineira: da luta pela liberdade aos primeiros anos do pós-emancipação (1870-1900). **Revista científica da Faminas**. Minas Gerais, v. 01, n. 02, mai-ago, 2005. p. 64-85. Disponível em: Escravos v. 1 n. 2.p65 (faminasbh.edu.br). Acesso em: 28 nov. 2022.

HORA, Raíza Cristina Canuta da. **Maternidade africana na cidade da Bahia no século XVII**. 30º Simpósio Nacional de História, 15 a 19 de julho de 2019, Recife, p. 01-11. Disponível em: [1564768491_ARQUIVO_ANPUH2019-MATERNIDADEAFRICANANACIDADEDEBAHIANOSECULOXVIII.pdf](https://www.arquivoanpuh2019.com.br/ARQUIVO_ANPUH2019-MATERNIDADEAFRICANANACIDADEDEBAHIANOSECULOXVIII.pdf). Acesso em: 28 nov. 2022.

HORA, Raíza Cristina Canuta da. **Protagonismos de mães negras**: alforrias e relações de gênero no Brasil escravista. Geledes, São Paulo, 16 mai. 2022. p. s/n. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/protagonismos-de-maes-negras-alforrias-e-relacoes-de-genero-no-brasil-escravista/>. Acesso em: 28 nov. 2022.

SOUZA, Flávia Fernandes de. **Criados, escravos e empregados**: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro,

1850 – 1920). 2017. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio Janeiro, 2850-1920) (uff.br). Acesso em: 28 nov. 2022.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Fortes laços em linhas Rotas**: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX. 2014. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: <https://www.bing.com/search?q=fortes+laços+em+linhas+rotas&cvid=719a270b191149f9b6ca15f1b2c221a8&aqs=edge..69i57.5748j0j4&FORM=ANAB01&PC=EDGEDSE>. Acesso em: 05 nov. 2022.

TELLES, Lorena Ferez da S. **Libertas entre sobrados**: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920). São Paulo: Alameda, 2013.

Políticas de ação afirmativa para mulheres negras: ascensão social e racismo estrutural no Brasil

Luciléia de Souza Baptista⁸⁴

“Que um homem não te define

Sua casa não te define

Sua carne não te define

Você é seu próprio lar”

(Triste, Louca ou Má. Francisco, el Hombre)

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo fazer uma breve análise sobre as vivências de profissionais negras de nível superior que, para chegar a esse patamar, tiveram uma longa e difícil jornada que pode ser compreendida enquanto movimento histórico e dialético de estar no mundo. A reflexão coloca em evidência os obstáculos que foram superados na busca pela conquista do acesso à universidade que, durante muito tempo, lhes era negado devido às suas condições de subalternidade tanto de classe, quanto de raça. Trata-se de uma conquista que se deu, principalmente, com a implantação das políticas de Ações afirmativas, porém, ainda assim, há um contingente de mulheres negras que não conseguiram permanecer e concluir a graduação por falta de condições socioeconômicas para tal. Com isso, permanece a desigualdade econômica mesmo com a efetivação de políticas sociais ou com acesso de algumas delas ao diploma de certificação.

Palavras-chave: Classe; raça; ações afirmativas; ascensão social; subalternidade.

84 Mestranda em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Especialista em Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: lucileiadm17@gmail.com.

ABSTRACT

This article aims to make a brief analysis of the experiences of black professionals with higher education who, to reach this level, had a long and difficult journey that can be understood as a historical and dialectical movement of being in the world. The reflection highlights the obstacles that were overcome in the search for gaining access to the university that, for a long time, was denied to them due to their conditions of subalternity both of class and race. This is an achievement that took place, mainly, with the implementation of Affirmative Action policies, however, even so, there is a contingent of black women who were unable to stay and complete their graduation due to lack of socioeconomic conditions to do so. As a result, economic inequality remains even with the implementation of social policies or with access of some of them to the college degree.

Keywords: Class; race; affirmative actions; social ascension; subalternity.

INTRODUÇÃO

O fazer profissional provoca a percepção de elementos que extrapolam o campo teórico, despertando o desejo de aprofundar reflexões baseadas na vivência de campo. Essas experiências despertaram o interesse de pesquisar e analisar, com base na literatura científica, a inserção de mulheres negras na academia, suas múltiplas funções subalternizadas no decorrer da sua vida e os desafios pela superação que marcaram esse processo, sobretudo, pela existência de limites que são impostos pela cultura, por ser esta patriarcal, classista e racista. A relação mulher *versus* trabalho é cercada por fatores políticos, econômicos, culturais e sociais que influenciam diretamente na posição social e profissional dessas mulheres. O mercado de trabalho é espaço privilegiado das dificuldades por elas enfrentadas, pois, nele, conseguimos perceber as desigualdades que são reproduzidas na sociedade.

Deslocando-se entre espaços privados e públicos, sua figura se confunde com a imagem da chamada “mulata”, da empregada doméstica e das babás, recriações diferenciadas das

escravizadas, das mucamas e criadas, das amas-de-leite e das mães pretas conforme problematiza Lélia Gonzalez (1984), todas são ícones que representam limites, barreiras móveis e mutantes, porém não inexistentes:

Ao reduzir o escravo à condição de “coisa” e negar-lhe toda e qualquer subjetividade, a escravidão constrói-se sobre a base da indiferenciação dos indivíduos a ela submetidos. A disposição fisiológica que capacita a mulher a desempenhar o papel central na procriação, por sua vez, vistas as características de um regime que não reproduzia sua população escrava, não parece ter-se transformado, como em outras sociedades, em base material de funções sociais particulares. Em outras palavras, tudo indicaria a inexistência de uma “condição da mulher escrava”, particularizada seja frente à “condição do escravo em geral”, em um nível, seja frente à condição da mulher em geral, em outro nível (GIACOMINI, 1988 apud RATTI, 2015: 4).

Essa problematização destacada por Gonzalez (1984) permite refletir sobre a maneira como os modos de produção escravagista no Brasil, iniciados no século XVII transformaram os corpos indígenas e, posteriormente, africanos apenas em objetos de exploração de compra e venda. As mulheres africanas eram estupradas desde os navios negreiros e seus filhos, frutos de tal violência, eram apenas mais uma mercadoria sendo perpetuada por séculos. Essa desumanização, justificada por cientistas e pela religião para manter a economia na época, atravessa o processo histórico-econômico-social do lugar que as mulheres afro-brasileiras ocupam nesta sociedade. São muitas as barreiras às quais elas se encontram submetidas e enfrentam para a manutenção da sua sobrevivência.

Em relação às barreiras econômicas, as principais pesquisas no país, apontam que as mulheres recebem menos que os homens. Um homem negro ganha 40% a mais que uma mulher negra. Se comparada a uma mulher branca, essa diferença aumenta: uma mulher branca ganha 70% a mais que uma mulher negra. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2014), com base no Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), os homens continuam ganhando mais do que as mulheres (em média, R\$ 1.831, contra R\$ 1.288, em 2014), e os homens brancos ganham ainda mais do que todas as outras categorias (R\$ 2.393, em 2014). As mulheres negras seguem na base, com renda de R\$ 946,00 no mesmo ano, além de o trabalho doméstico continuar sendo um dos líderes entre os postos ocupados por mulheres, concentrando 14% da população feminina, ou 5,9 milhões.

Com base em dados do Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD do ano de 1999, o economista Ricardo Henriques, então no IPEA, chegava à conclusão de que, no Brasil, pobreza e indigência têm cor, considerando a seguinte constatação:

Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por uma história decolonial: Gênero, raça e classe na América Latina. Eduarda Guerra Tostes; Lavínia Renata de Oliveira Turqueti; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2022. 926 p.

Os negros, em 1999, representam 45% da população brasileira, mas correspondem a 64% da população pobre e 69% da população indigente. Assim, além do inaceitável padrão da pobreza no país, constatamos a enorme sobrerrepresentação da pobreza entre os negros brasileiros. E esse excesso de pobreza concentrado entre a comunidade negra mantém-se estável ao longo do tempo, em particular na última década (HENRIQUES, 2001: 10).

Os resultados deste estudo também apontavam uma perversa e persistente desigualdade racial no campo da Educação:

De fato, a escolaridade média de um jovem negro com 25 anos de idade gira em torno de 6,1 anos de estudo; um jovem branco da mesma idade tem cerca de 8,4 anos de estudo. O diferencial é de 2,3 anos [...]. A intensidade dessa discriminação racial [...] é extremamente alta, sobretudo se lembramos que se trata de 2,3 anos de diferença em uma sociedade cuja escolaridade média dos adultos gira em torno de 6 anos. Embora intensa, não é esse o componente mais incômodo na discriminação observada. Em termos do projeto de sociedade que o país está construindo, o mais inquietante é a evolução histórica e a tendência de longo prazo dessa discriminação. Sabemos que a escolaridade média dos brancos e dos negros tem aumentado de forma contínua ao longo do século XX. Contudo, um jovem branco de 25 anos tem, em média, mais 2,3 anos de estudo que um jovem negro da mesma idade, e essa intensidade da discriminação racial é a mesma vivida pelos pais desses jovens – a mesma observada entre seus avós, [...]. Ou seja, a inércia do padrão de discriminação racial observado em nossa sociedade. (HENRIQUES, 2001: 26-27).

Ainda na área da Educação, estudos recentes realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), com base no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), revelam que o desempenho dos alunos negros é inferior ao dos seus colegas brancos. Para o diretor de Avaliação Básica desse Instituto, Henrique Araújo, esse cruzamento de dados “mostra que o preconceito influencia no desempenho do aluno”. No entender desse pesquisador, em decorrência de um “racismo difuso”, em que pessoas negras “são sistematicamente expulsos do sistema de ensino”, o que se reflete na queda do percentual de alunos afro-brasileiros à medida que se sobe na pirâmide escolar.

Essa contradição se agrava quando observamos os indicadores por gênero, uma vez que as mulheres negras são maioria. Mesmo na sociedade atual, com o avanço da tecnologia e o

maior respeito à efetivação de direitos e vivência da cidadania, a situação das mulheres negras ainda precisa alcançar mudanças significativas, pois, na sociedade de classes, como trabalhadoras assalariadas ou não, elas se deparam, ainda, com inúmeras barreiras sociais impostas pela manutenção das históricas desigualdades socio raciais.

A questão do racismo estrutural que permeia a sociedade brasileira pode ser observada através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desagregado pela cor, que aponta que a população negra está em uma posição de desvantagem em termos de rendimento médio familiar *per capita*, expectativa de vida, taxas de escolaridade e de alfabetização de adultos. Os dados mais recentes do Relatório de Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil e os estudos e pesquisas de informação demográfica e socioeconômica do IBGE (2018) apontam que, no tocante à pobreza monetária, a proporção de pessoas pretas ou pardas com rendimento inferior às linhas de pobreza propostas pelo Banco Mundial foi maior que o dobro da proporção verificada entre as brancas.

No entanto, entre 2016 e 2018, na população preta ou parda, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade baixou de 9,8% para 9,1%, e a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade com pelo menos o ensino médio completo se ampliou de 37,3% para 40,3%. Também na área da Educação, os estudos realizados pelo IPEA em 2020 apresentam um crescimento de 25% da população negra nas universidades entre 2009 e 2015, em comparação com a presença total da população que é de 5%. Esses dados demonstram os avanços em relação ao Índice de Inclusão Racial (IRR), resultado das políticas de ações afirmativas, frutos de uma longa luta dos movimentos sociais – em especial, o Movimento Negro –, mediante alianças políticas e institucionais que criaram laços e canais de diálogo entre o Movimento Negro e o Estado brasileiro, sem esquecer a teia de personalidades e responsáveis por instituições privadas nacionais e estrangeiras que apoiaram esse movimento social.

É com a emergência do Movimento Negro no fim dos anos 1970 – e, sobretudo, com o advento das políticas públicas de ação afirmativa no início do século XXI – que o tema das relações raciais começou a ganhar mais espaço no campo universitário, assim como proliferar como assunto na mídia eletrônica, na imprensa (mídia escrita) e nos debates das redes sociais da internet. A partir de 1997, as denúncias do Movimento Negro, concernentes às disparidades raciais, despertam maior atenção do Governo Federal que, pela primeira vez, toma a iniciativa de realizar estudos com o objetivo de detectar e dimensionar quantitativamente o problema. As pesquisas realizadas pelo IPEA comprovaram a existência e persistência de desigualdades

socioeconômicas em detrimento dos afrodescendentes, oferecendo um esboço estatístico científico do real painel racial brasileiro. Paradoxalmente, nesta segunda década do século XXI, pode-se notar que a noção de racismo, no Brasil, tem se transformado quase em uma banalização ao observar que o termo tem sido usado sem muito rigor conceitual pela sociedade em geral, inclusive no próprio campo militante da luta contra o racismo. Esta consideração, a meu ver, faz-se necessária ainda que breve, tendo em vista que no meio acadêmico, chega-se, às vezes, a confundir noções básicas, tais como racismo institucional e racismo estrutural, nas tentativas de se caracterizar ou justificar a permanência do racismo no Brasil.

Em uma perspectiva epistemológica, parece fundamental, segundo Jacques d'Adesky, distinguir claramente o que é racismo estrutural e o que é racismo institucional. No que diz respeito ao racismo estrutural, há evidências sociais de que a dinâmica relativa ao racismo vigente na sociedade brasileira alimenta e realimenta o racismo em uma perspectiva que pode ser combatida mediante políticas públicas tais como medidas de ação afirmativa na Educação Superior, no mercado de trabalho, na função pública etc. Ao contrário, quando se remete ao racismo institucional, há de se sublinhar que faz referências explícitas ou implícitas às leis e normas jurídicas. Além disso, essa noção de “racismo institucional” tem base conceitual relacionada às práticas do Jim Crow, nos Estados Unidos, do *Apartheid* da África do Sul, assim como às leis nazistas de Nuremberg, na Alemanha (d'ADESKY, 2022: p. 176).

Nos anos 1990, a enunciação da expressão “racismo institucional” emerge no discurso antirracista militante na Grã-Bretanha, como também começou a ser usada como ferramenta por especialistas de Ciências Sociais. Nos dias de hoje, segundo d'Adesky, (2022) a noção é usada, geralmente, no sentido de uma evidência. Entretanto, diante da crítica epistemológica, ela parece vaga e pouco fecunda diante da realidade observável. Em outras palavras, se o modelo do racismo institucional se articula em uma perspectiva científica tanto descritiva quanto explicativa, este, como escrito acima, tem sido construído em referência a determinadas especificidades da sociedade norte-americana e da Grã-Bretanha, não sendo necessariamente transponível diretamente para outras sociedades com o fim de descrever ou explicar procedimentos legais de exclusão ou discriminação baseados na “raça”. (d'ADESKY, 2020: p. 185).

Sem dúvida, destaca d'Adesky (2022), o modelo abrangente de racismo institucional pode alimentar e inspirar uma reflexão rigorosa sobre problemas específicos encontrados no Brasil. Há de sublinhar, contudo, que essa noção abrangente é, às vezes, empregada como um

modelo global explicativo do racismo que vem atribuindo às instituições da sociedade a responsabilidade dos fenômenos de discriminação racial, assim como chega a considerá-las (as instituições) como o motor causal do racismo, o que acaba por gerar uma perspectiva analítica que tende a colocar entre parênteses a natureza do ser humano, assim como suas disposições ao egocentrismo, ao ódio, ao desdém, ao medo do outro etc.

Destarte, sugere d’Adesky (2022), podemos nos perguntar: em que medida a noção de racismo institucional é verdadeiramente operacional no Brasil? Será que é mesmo possível, diante da realidade do fenômeno do racismo brasileiro, realizar uma simples operação de abdução a partir da descrição da realidade local norte-americana denunciada por Stokely Carmichael, bem como usar a afirmação da Comissão de Igualdade Racial da Grã-Bretanha de que tal racismo “pode ser detectado em processos, atitudes e comportamentos que contribuem para a discriminação por meio de preconceito não intencional, ignorância, desatenção e estereótipos racistas que prejudicam determinados grupos raciais/étnicos”? (d’ADESKY, 2022).

Provavelmente, essa descrição do racismo institucional apontada na América do Norte, assim como a afirmação acima da Comissão de Igualdade Racial da Grã-Bretanha, é ainda insuficiente para sugerir que existiriam fortes semelhanças com o racismo e discriminação racial que ocorrem no Brasil. Para que haja plena eficácia de uma operação de abdução – que designa um procedimento mental de formulação de hipóteses nas quais uma explicação que é válida em um determinado contexto (EUA e Grã-Bretanha), e que seja usada como possível explicação em um outro contexto (Brasil) – considera-se necessário que a transferência analógica seja balizada por estudos aprofundados e comparativos da realidade vigente nos três países.

Assim, do ponto de vista teórico, d’Adesky (2022) sublinha que este tipo de estudos comparativos, talvez, pudesse se enquadrar, por exemplo, na formulação de um modelo weberiano de tipo ideal. Com base nessa análise, temos a forte intuição, no caso brasileiro, da existência evidente de um racismo estrutural e não institucional. Efetivamente, para esta reflexão, consideramos que o racismo estrutural permeia a sociedade brasileira mediante a observação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desagregado pela cor, que aponta que a população negra está em uma posição de desvantagem em termos de rendimento médio familiar *per capita*, expectativa de vida, taxas de escolaridade e de alfabetização de adultos. Além disso, há de se acrescentar que o atual uso e a descrição abrangente do racismo institucional não correspondem no âmbito epistemológico, às noções de verdade correspondência ou de verdade coerência diante

de fenômenos sociais observáveis (LÉONHARDT, 2009). No máximo, pode se sustentar na noção de “verdade consenso” através de uma perspectiva ideológica e política, o que pode levar, no campo da epistemologia, a um alto grau de refutação.

Ao considerar o “racismo estrutural” como elementos de sustentação deste trabalho, parece importante complementá-lo com base na abordagem intersubjetiva do racismo cotidiano formulado pela psicóloga e psicanalista Grada Kilomba (2019). Nessa ótica, Kilomba sublinha, o racismo cotidiano desvela uma situação de atemporalidade, quando a pessoa negra é ofendida no presente, como se estivesse no passado colonial. A atemporalidade descreve, segundo ela, o passado coexistindo com o presente e, por outro lado, descreve como o presente coexiste com o passado (KILOMBA, 2019: 224). A sua interpretação intersubjetiva parece muito mais adequada para explicar a permanência do racismo e preconceito racial nas sociedades ocidentais a despeito da abolição da escravatura e da descolonização. Ainda nos termos de Grada Kilomba, o preconceito e a discriminação racial dizem respeito à sociedade na sua totalidade. Portanto, acrescento, no contexto desta reflexão, que esses funcionamentos atingem, também, pelo universo educacional, nosso principal campo de análise no contexto aqui problematizado não ser uma ilha.

MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS E POLÍTICAS AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO

O processo de institucionalização da Educação no Brasil ocorreu lentamente e de forma excludente. Desde o período colonial até nossos dias, em pleno século XXI, ainda presenciamos o preconceito racial nas instituições de ensino. Ouvimos queixas dos nossos filhos, compartilhamos dos seus sofrimentos e das suas inquietações. Essa realidade é muito cruel, porque observamos e vivenciamos o racismo estrutural que continua permeando as instituições que deveriam acolher, proteger e educar a população. Contudo, não podemos jamais ignorar o processo de resistência e luta dos que contribuíram ativamente com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Para alcançar concretamente essa sociedade, entendemos que as crianças, principalmente as crianças negras, devem ser educadas para que compreendam que pertencemos todos à mesma humanidade; devem ser fortalecidas, de modo que não se fragilizem diante das discriminações e preconceitos existentes na sociedade; devem entender que a cor da sua pele e seu cabelo são características genéticas que não significam um

determinismo de fragilidade intelectual ou moral. Independentemente dos fenótipos, todos são agentes transformadores de sua própria história. Daí emerge o lugar e o papel fundamentais do espaço escolar como argumenta Nilma Lino Gomes (2002):

Por isso, a escola brasileira tem que se haver com o processo histórico do racismo, com as práticas de discriminação racial, com o preconceito, com a constituição e propagação do mito da democracia racial e com a inculcação da ideologia do branqueamento. E ter que se haver com tudo isso implica posicionar-se politicamente – e não só ideologicamente – contra processos excludentes. Implica construir novas práticas pedagógicas, novos materiais didáticos, abrir debates, estabelecer diálogo com a comunidade negra, com o movimento negro, com os grupos culturais de tradição africana. Talvez assim possamos conhecer o que os negros pensam sobre a escola e, para isso, não há outra saída senão tomar o negro como sujeito e tentar compreender como ele pensa a educação e a cultura nos seus próprios termos e não a partir de impressões ou especulações alheias (GOMES, 2002: 24).

Em diálogo com o pensamento de Gomes, é possível perceber que, em 2001, as primeiras políticas de ações afirmativas foram tomadas pelo Governo brasileiro, no sentido de promover um melhor acesso de negras e negros às universidades e faculdades do país. Em 2002, além da multiplicação de organismos regionais e federais de promoção da igualdade racial, foram sedimentadas as bases para a promulgação da Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece o ensino obrigatório da história africana e dos afro-brasileiros no currículo das escolas primárias e secundárias. Essas medidas de políticas públicas são avanços resultantes da persistente ação pragmática do Movimento Negro. Superando o ostracismo imposto pela mídia, o Movimento conseguiu ser ouvido e reconhecido nas reivindicações.

No universo da Educação Superior, surgiram, a partir do ano 2000, legislações para a promoção da diversidade. Em 2002, foi implementada a primeira lei de incentivo às ações afirmativas nas Universidades Públicas – Lei 10.558/2002, criando o “Programa Diversidade na Universidade” (PDU) –, que tinha como objetivo a promoção do acesso das populações negra e indígena (PLANALTO, 2002). No ano de 2003, foi regulamentada a Lei 10.639/2003, que passa a incluir, no currículo escolar, os conhecimentos sobre a história e cultura afro-brasileira. Assim, os conteúdos da História da África e seus povos, a cultura negra brasileira, a luta dos negros no Brasil e o negro na formação da sociedade brasileira passam a ser temas obrigatórios (PLANALTO, 2003). No mesmo ano, em 2003, é constituída a “Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial” (PNPIR), com o propósito de reduzir as desigualdades raciais, fazendo valer os direitos e as ações afirmativas nas questões de raça e gênero

(JUSBRASIL, 2003).

Em 2009, foi aprovado o decreto que diz respeito ao “Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial” (PLANAPIR), atuante nos eixos da educação, cultura, diversidade, trabalho e segurança pública (BRASIL, 2009). A Lei federal 12.711, aprovada em 2012, estabeleceu que as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação (MEC) devem destinar em cada processo seletivo 50% das vagas aos estudantes que tenham cursado o ensino médio integralmente em escolas públicas (BRASIL, 2012).

Convém salientar que tais medidas acabaram se concretizando mediante alianças políticas e institucionais nem sempre claras, que criaram laços e canais de diálogo entre o Movimento Negro e o Estado brasileiro, sem esquecer a teia de personalidades e responsáveis por instituições privadas nacionais e estrangeiras que apoiaram esse movimento social.

Embora as ações afirmativas tenham garantido a inclusão de centenas de mulheres negras à universidade, gerando um impacto social no país, ainda assim há um contingente de mulheres negras que não conseguiram permanecer e concluir a graduação e permanece a desigualdade econômica mesmo com o diploma de certificação. As barreiras invisíveis como o racismo afetam o psiquismo em muitas dessas mulheres pela violência simbólica a qual são submetidas e que ainda persistem em seu cotidiano. Com vinte anos da implementação da Lei das Cotas (Lei no 12.711/2012), que prevê o ingresso de pelo menos 50% de negros, pardos e indígenas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), ainda há um balanço e pesquisas que apresentam dados de inclusão de mulheres negras nas universidades e sobre quais os impactos do ensino superior em suas vidas. Será que as políticas de Ações afirmativas foram suficientes para as mulheres negras? Quais as dificuldades e desafios impostos? E quais estratégias para enfrentá-las?

MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS, EDUCAÇÃO E TRABALHO

No decorrer da prática profissional desenvolvida ao longo dos anos, através dos atendimentos realizados nos programas sociais, pesquisas e projetos, foi possível identificar um perfil bastante relevante de mulheres negras, os quais se organizam em duas categorias com base na prevalência: a) provedoras de suas famílias, mães solteiras que deixaram seus sonhos em prol dos seus filhos; b) mulheres negras profissionais com Ensino Superior. Entendo que

todas elas tiveram uma longa e difícil jornada que pode ser aqui analisada e compreendida enquanto movimento histórico e dialético de estar no mundo. Isso porque, historicamente, as mulheres negras são a parcela mais pobre da sociedade brasileira e, conseqüentemente, são desprovidas de direitos fundamentais como habitação, saúde, alimentação, educação e emprego. São essas mulheres as mais vulneráveis a toda forma de violência.

Angela Davis (2018) e Sueli Carneiro (2011) reconhecem que as desigualdades estruturais de gênero se interseccionam com as desigualdades de classe e raça. A “interseccionalidade” compreendida aqui como um conjunto de ideias e práticas que sustentam que gênero, raça, classe, sexualidade, idade, etnia, status de cidadania e outros marcadores não podem ser compreendidos de forma isolada, sendo que estes articulam dinâmicas de poder que produzem realidades materiais desiguais e experiências sociais distintas coletiva e individualmente. Nesse sentido, essas múltiplas articulações não somente apontam a existência de desigualdades históricas e sociais na vida das mulheres, em particular das mulheres negras, mas de relações de poderes em detrimento dessas últimas (GELEDES, 2019). É essencial que se utilize essa perspectiva, tendo em vista que nas palavras de Crenshaw (1989: 140): “como a experiência interseccional é mais complexa que a soma de racismo e sexismo, qualquer análise que não leve a interseccionalidade em consideração não pode abordar suficientemente bem a maneira particular pela qual as mulheres Negras são subordinadas”.

O pensamento de Angela Davis (2016) nos coloca, enquanto mulheres, principalmente negras, como agentes transformadoras da nossa própria história. As mulheres embora tenham participação ativa em todo processo histórico das sociedades, elas sempre foram invisibilizadas, apagadas como se nunca existissem. A luta organizada para conquistarem seus direitos e romperem com a opressão de gênero como, por exemplo, a conquista pelo sufrágio universal, pela participação na política, na economia e pela própria autonomia de fazer suas próprias escolhas como direitos reprodutivos e sexuais. Um processo histórico árduo de combate sem tréguas contra o machismo, o sexismo e a opressão de classe.

Angela (2016) discorre em sua obra *Mulheres, raça e classe* que essas opressões as quais as mulheres negras enfrentam e são atravessadas de um modo que inviabiliza uma análise específica. Quando introduzimos a variável “raça/cor”, observamos que a violência é ainda maior, pois as mulheres negras são as mais vitimizadas. A esse respeito, Vilma Piedade desenvolveu um novo conceito e explicou que “Dororidade carrega no seu significado a dor provocada em todas as Mulheres pelo Machismo. Contudo, quando se trata de Nós, Mulheres

Pretas, tem um agravo nessa dor. A Pele Preta nos marca na escala inferior da sociedade. E a Carne Preta ainda continua sendo a mais barata do mercado” (PIEDADE, 2017: 133). De acordo com Davis, “a sororidade entre as mulheres negras e brancas é de fato possível (...), desde que erguida sobre uma base firme” (DAVIS, 2016: 112).

Para Sueli Carneiro (2013), o que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituída no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras.

A opressão que a mulher negra é submetida por séculos não é apenas econômica, expressa claramente na base da pirâmide social. Além da falta de oportunidade, com o mercado de trabalho escasso, baixa escolaridade, os baixos salários, a mulher negra enfrenta barreiras invisíveis e que de fato atravessam sua subjetividade, como: a baixa autoestima, a falta de perspectiva e o estar sempre lutando para alcançar o que parece inalcançável, e, quando alcança, há outras barreiras para superar. Esse empenho permanente de ter que ser forte, firme e resistente suportando o insuportável afeta assim o psiquismo enquanto sujeitos. A vida de mulheres negras desvela o quanto de esforço é empreendido em defesa dos direitos fundamentais e eu sou parte deste processo de luta, resistência e identidade.

Para Carneiro, instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras. O racismo velado que ainda persiste na seleção de um emprego demonstra as oportunidades desiguais. Um estudo realizado pela consultoria Talenses em 532 empresas demonstra que naquelas chefiadas por homens, 95% dos presidentes são brancos, 0,3% são negros, 2,2% são pardos, 2,2% amarelos e 0,3% são indígenas. Nas empresas com presidência feminina, a diversidade ainda é menor. 98% das que ocupam o mais alto posto são brancas, e 1,9% são negras (TONDO, 2021).

As reflexões teóricas de Davis e Carneiro consolidam a minha constatação de afirmar que, de fato, são as mulheres negras que vivem as condições de trabalho mais precárias, recebem os mais baixos salários, assim como ocupam os cargos subalternos e desvalorizados.

Com o acúmulo de tarefas domésticas e cuidados com os filhos, as chances para completar a escolarização tornam-se cada vez mais difíceis e distantes. E quando rompem com todos os obstáculos e conseguem alcançar o nível superior e uma qualificação profissional, se deparam com a impossibilidade de chegar a cargos de direção ou chefia pelo fato de serem negras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise das vivências de profissionais negras de nível superior, concluiu-se que para chegar a esse patamar, essas mulheres tiveram uma longa e difícil jornada que pode ser compreendida enquanto movimento histórico e dialético de estar no mundo. Neste artigo, foi possível traçar um perfil de mulheres negras, as quais se organizam em duas categorias com base na prevalência nesta pesquisa: as provedoras de suas famílias e as mulheres negras profissionais com Ensino Superior. Este grupo está inserido na base da pirâmide social, pois além da falta de oportunidade, com o mercado de trabalho escasso, baixa escolaridade, os baixos salários, a mulher negra enfrenta barreiras invisíveis e que de fato atravessam sua subjetividade, a baixa autoestima, a falta de perspectiva e o estar sempre lutando para alcançar o que parece inalcançável, e, quando alcança há outras barreiras para superar.

Em relação à posição das mulheres negras brasileiras na área da educação e trabalho, identificamos evidências dos obstáculos que foram superados ao longo da História, como a busca pela conquista do acesso à universidade, este negado devido às suas condições de subalternidade tanto de classe, quanto de raça. Trata-se de uma conquista que se deu, principalmente, com a implantação das políticas de Ações afirmativas, porém, ainda assim, há um contingente de mulheres negras que não conseguiram permanecer e concluir a graduação por falta de condições socioeconômicas para tal. A premissa básica das ações afirmativas é promover igualdade de acesso a oportunidades. As ações afirmativas propõem o tratamento desigual aos desiguais para a construção de uma distribuição equitativa de bens e oportunidades. São importantes mecanismos para a ampliação da mobilidade social ascendente. Todavia, as mulheres negras ainda permanecem em uma situação de desigualdade econômica, mesmo com a efetivação de políticas sociais ou com acesso de algumas delas ao diploma de certificação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 10.639 de 2003. Altera a Lei n. 9. 394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 9 jan. 2003.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)**. Universidade Católica de Pernambuco. Disponível em: <<https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2022.

CRENSHAW, Kimberle. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**. University of Chicago Legal Forum: Vol. 1989: Iss. 1, Article 8. p. 139-167. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=A8Z6EAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA354&dq=Demarginalizing+the+Intersection+of+Race+and+Sex:+A+Black+Feminist+Critique+of+Antidiscrimination+Doctrine&ots=y1o5ssd3e&sig=I3hdgkD3gV6h1e1bQanQw2OUc_k#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 15 set. 2021.

D'ADESKY, Jacques. “VII Aula: Não separação do sujeito-objeto, leis consequências e funcionais, explicação intencional”, Epistemologia e Pesquisa dos Fenômenos Sócio-Jurídicos I. Niterói: PPGSD/UFF, Apostila, 2019.

D'ADESKY, Jacques. **Uma breve história do racismo: Neoracismo, Crimes contra a humanidade, Intolerância**. Rio de Janeiro: Cassará, 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GELEDÉS. **Questões de gênero**. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. *In: Aletria – Revista de Estudos de Literatura*. Alteridades em questão. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, v. 6, v.9, dez/2002. Disponível em:

Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por uma história decolonial: Gênero, raça e classe na América Latina. Eduarda Guerra Tostes; Lavínia Renata de Oliveira Turqueti; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2022. 926 p.

ISSN:2317-0468

<<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/viewFile/1296/1392>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

GONZALEZ, Lélia (1984) Racismo e sexismo na cultura brasileira. São Paulo, ANPOCS, pp. 223-244. In: GONZALEZ, Lélia (1988) Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis International**. Santiago, v. IX, p. 133-141. Acesso em: 10 mar. 2022.

HENRIQUES, Ricardo. **Texto para discussão**. Brasília: IPEA, n. 807, 2001.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

PIEDADE, V. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

LÉONHARDT, Jean-Louis. **Verdade-correspondência e verdade-coerência**. Centro de Educação Transdisciplinar – CETRANS. Disponível em: <<http://cetrans.com.br/assets/textos/verdade-correspondencia-e-verdade-coerencia-leonhardt.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2021.

RATTS, Alecsandro JP. **Gênero, raça e espaço**: trajetória de mulheres negras. XXVII Encontro Anual da APONCS. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wpcontent/uploads/2015/08/ARatts_Genero.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2022.

TONDO, Stephanie **O GLOBO**. Especial ESG: Ampliar presença de profissionais negros é decisivo para empresas. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/especial-esg-ampliar-presenca-de-profissionais-negros-decisivo-para-empresas-25024775>>. Acesso em: 11 mar. 2022.

“Tantos lamentos nos fazem refletir”: a relação com a cidade e as nuances da constituição do movimento negro em Juiz de Fora/MG

Vanessa Ferreira Lopes⁸⁵

Resumo

O artigo pretende refletir sobre a constituição do movimento social negro juiz-forano diante da relação de seus integrantes com a própria cidade, entre 1980 até a primeira década dos anos 2000. O caso juiz-forano é destacado pela sua especificidade de aglutinação a partir de sujeitos da periferia urbana e seus cotidianos de carências a insumos básicos de sobrevivência. Alicerçados de tais vulnerabilidades, os sujeitos começam a refletir e racializar as desigualdades vivenciadas ao perceberem que estas carências atingem predominantemente a população negra e, com isso, urgindo a necessidade de organizações coletivas por direitos. O referido trabalho se constrói utilizando da metodologia de história oral.

Palavras-chave: movimento negro; periferia, movimentos comunitários, desigualdade social; movimento social.

Abstract

The present work intends to reflect on the constitution of the Juiz-Forano black social movement in view of the relationship of its members with the city itself, between 1980 and the first decade of the 2000s. The Juiz-Forano case is highlighted by its specificity of agglutination from of subjects from the urban periphery and their daily lives of lack of basic survival supplies. Based on such vulnerabilities, subjects begin to reflect and racialize the inequalities experienced when they realize that these needs predominantly affect the black population, and with that, urging the need for collective organizations for rights. This work is built using the methodology of oral history.

Keywords: black movement; periphery, community movements, social inequality; social movement.

Considerações iniciais

⁸⁵ Mestranda em História no Programa de Pós Graduação em História na Universidade Federal de Juiz de Fora - PPGH/UFJF. Orientada pela prof^a. Dr^a. Hebe Mattos (UFJF) e Mes. Giovana Castro (UFJF). Membro do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI UFJF) e Grupo de Pesquisa Emancipações e Pós Abolição - MG. Contato: vanessaloopes13@gmail.com.

Como bem apontado por Amilcar Pereira e Verena Alberti (2004), a metodologia da história oral permite o conhecimento de realidades sociais através da narrativa de histórias que cristalizam determinados significados sobre o passado. O presente trabalho é construído com narrativas de sujeitos que participaram e ajudaram a construir o movimento negro na cidade de Juiz de Fora, interligando suas trajetórias de vida com a história social do movimento. Utilizando desta metodologia ao longo da pesquisa tem possibilitado compreender de que forma a própria vivência e relações específicas com a cidade de Juiz de Fora impactou a visão e urgência da luta racial de forma coletiva. A coleta e preservação das memórias desses sujeitos é de suma importância para possibilitar repensar as narrativas em torno da História tida como oficial da cidade e a exclusão de determinados sujeitos em torno dela. Alicerçado também com a discussão feita por Jacques Le Goff (1994) sobre toda fonte história ser um “documento-monumento” repleto de intencionalidades em torno de relações de forças que existem na sociedade, os relatos e perspectivas aqui expostas são analisadas e contextualizadas seus significados a partir do sujeito que relata e também outras informações que possam somar na interpretação.

Sobre sujeitos e as relações com a cidade

A memória oficial da cidade de Juiz de Fora perpassa a conhecida Manchester Mineira ou Princesinha de Minas, evocando um passado seja no Brasil Império ou República em que a cidade ocupou papel central nas relações comerciais na região⁸⁶. Nos diversos contextos dessa narrativa predominante local é destacado como essa cidade acolheu diversos grupos de cidades da região e até mesmo imigrantes, - destacadamente alemães e italianos, em que aqui residiam e colaboraram para o desenvolvimento. Contudo, é notável a forma que a presença da população negra na cidade é tangenciada ou até mesmo ocultada nas narrativas. A partir da investigação do processo de constituição do movimento social negro na cidade de Juiz de Fora,

⁸⁶ACÁCIO, Davi; MIRANDA, Ricardo. Atenas, Barcelona, Manchester... Como os negros foram omitidos da história de Juiz de Fora?, Juiz de Fora, 21 de novembro de 2022. Disponível em: <https://jornalopharol.com.br/2021/11/atenas-barcelona-manchester-como-os-negros-foram-omitidos-da-historia-de-juiz-de-fora/>. Acesso em: 04, de novembro de 2022.

os indivíduos apresentam uma Juiz de Fora a parte daquela comunalmente reforçada, o qual destacam as diversas nuances das relações sociais marcadas pela questão de raça, racismo e os processos de acesso a cidade a espaços segregados.

Eu nasci no Bairro Floresta, que era chamado de Fazenda da Floresta. Era realmente uma grande floresta. E até hoje tem essa característica da época escravagista, de produção de café. Hoje essa fazenda tem uma produção muito grande de gado de corte. (...) Normalmente essa juventude estudava até o ginásio. Nós, por conta dos esforços dos meus pais, tive um irmão que foi pra universidade e eu fiz um curso de metalurgia. E aí começou a partir daí ter uma expansão fora da Floresta (AZARIAS, 2020).

O relato do Paulo Azarias⁸⁷ é significativo uma vez que interliga diretamente o passado escravista e a continuidade de relações (ou disposições) sociais ainda no tempo presente. A continuidade das hierarquias sociorraciais e a própria economia no bairro Floresta segue atrelado ao campo, seja a produção de café e atualmente ao gado de corte. Por se tratar de um bairro da zona rural de Juiz de Fora, Azarias relata como toda a sua juventude, e de seus irmãos, se restringiu ao próprio bairro como se fosse algo a parte da própria cidade. Mesmo após a abolição da escravatura, Azarias recupera a memória de como o bairro continuou majoritariamente composto por famílias negras e como grande parte da população continuou trabalhando na fazenda. Esse fato, não por escolha pessoal e sim pela dificuldade de inserção no trabalho urbano das nascentes indústrias do centro da cidade. Sobre esse assunto o entrevistado afirma que: “a industrialização foi reservada para os europeus que vieram para Juiz de Fora”, com apenas algumas exceções que confirmavam a existência de uma “regra”. Como seu pai, que determinado momento conseguiu emprego em uma fábrica que foi construída dentro do próprio bairro, a Fábrica de Tecidos São João Evangelista. Contudo, já o caso de sua mãe, trabalhadora doméstica e babá dos filhos do dono da fazenda.

A Fazenda da Floresta pertenceu às famílias Penido e Assis, considerada uma das mais produtivas do município. O referido cenário das permanências de relações do período escravista em Juiz de Fora foram estudadas de forma contudente por Rita de Cassia Felix

⁸⁷Nascido no ano de 1958 no bairro Floresta, em Juiz de Fora. Fez parte de diversas organizações sociais como sindicato dos têxteis, Central Única de Trabalhadores (CUT), Movimento Negro Unificado, Movimento Comunitário Unibairros, Partido dos Trabalhadores e Feijão de Ogum.

Batista, publicado no livro “O negro: trabalho, sobrevivências e conquistas. Juiz de Fora 1888-1930” (2006). O objetivo do trabalho foi analisar a realidade social e profissional dos negros libertos em Juiz de Fora, nos anos imediatamente posteriores à abolição. Isso porque a autora trabalha a linha de investigação em que identifica as deformações e sequelas nos momentos imediatos no pós abolição. Dentro desse cenário, a passagem de uma sociedade senhorial/escravocrata para uma burguesa/pré capitalista ver o novo empresariado industrial em Juiz de Fora absorvendo e agindo com práticas de rejeição ao trabalhador negro ao mesmo tempo que tinha um discurso voltado para os ideais de igualdade, progresso e cidadania.

O contato direto e a “expansão” do olhar a cidade de Paulo Azarias advindo a partir do momento em que tem a oportunidade de cursar o técnico em metalurgia no Colégio Técnico Universitário (CTU), localizado no que hoje é atualmente a Faculdade de Engenharia no bairro São Pedro. Ele afirma orgulhoso como foi o primeiro negro da Floresta a conseguir ingressar os estudos naquele local, aos 18 anos. Mas também, lamenta como entre cerca de 1500 estudantes, o colegio deveria ter apenas 10 alunos negros no local.

O bairro Mundo Novo aos meus olhos era o melhor bairro do mundo! (...) era um bairro pequeno porque tem divisas e majoritariamente negro, porque o povo do Alto dos Passos quando a cidade vai crescendo eles vão sendo expulsos e vão pra esse bairro. Eu fui morar lá do lado de uma escola de samba e tinha uma comunidade de uma família chamada Cortiço. (...) Uma família enorme, majoritariamente negra. E eu fui morar nos fundos de uma senhora negra que tinha muitos filhos e quem alugou essa casa pra minha mãe foi o senhor Moacir (...) e pra nós era um mundo novo mesmo! Um Mundo Novo que nos acolheu (SIMEÃO, 2022).

Marilda Simeão⁸⁸ faz parte do grupo das várias famílias negras de cidades menores do interior do estado de Minas Gerais que se mudam para Juiz de Fora entre as décadas de 1950-1970 em busca de melhores condições de vida devido à imagem de desenvolvimento que tinha a cidade. O bairro Mundo Novo, que na própria narrativa de Marilda realmente se mostrou

⁸⁸Nascida em 1966 em Juiz de Fora. A família da mãe é de Bias Fortes, cidade pequena do interior de Minas Gerais. Foi criada no bairro Mundo Novo e Bela Aurora. Sua organização coletiva perpassa pelo Movimento Negro Unificado de Juiz de Fora, pastorais da Igreja Católica, União da Juventude Socialista (UJS) e Feijão de Ogum.

como um mundo novo de oportunidades e acesso a questões que ela não tinha, como por exemplo a consciência social e a necessidade de luta coletiva. Mundo Novo faz parte dos bairros da área central da cidade, próximo também a zona sul. Atualmente percorrendo essa área, a presença negra é tímida, sendo uma parte que ao longo da década de 1960 passou por um intenso processo de especulação imobiliária. Ao retratar o próprio Alto dos Passos a existência de algo como um quilombo, escolas de samba e a presença de cortiços certamente causa um espanto nos ouvintes. A construção da imagem e uma memória inventada da elite oculta as raízes negra do local e seu processo de embranquecimento com o avanço do capital.

O Bom Pastor era o bairro das patroas e madames. Essa divisória entre esses bairros, Dom Bosco, Serrinha e Santa Cecília (...) quando você vai crescendo que você vai entendendo quem mora aonde e porque mora. Que aí você vai conversar com um conversando com o outro... eu tive o prazer de conhecer o Valtin que morou no Alto dos Passos, ele trazia um Alto dos Passos preto. A mãe dele tinha uma lavadeira lá. Valtin falava de um Alto dos Passos altamente negro (SIMEÃO, 2022).

Como afirma Marilda, a especulação imobiliária quando entra invade espaços determina que é dela e vai construindo uma estrutura que já não cabe aquele povo que era dali. No trabalho de Renato Emerson dos Santos (2012) sobre questões urbanas e o racismo concentra-se em analisar as manifestações concretas e subjetivas do racismo e como se utiliza da cidade. Para além da pretensa democracia racial que nega-se ver e crer a complexidade das relações raciais no território o qual implica a presença negra ser ou não aceita, tolerada, reprimida ou repelida explicitamente. As chamadas “fronteiras invisíveis” organizam as experiências de espaço e a reprodução da ordem social a partir de expressões da colonialidade. Nesse sentido, em Juiz de Fora é de se citar também outra questão mencionada pelos entrevistados do referido artigo e que também aparece em outros relatos já publicados, sobre a proibição explícita do acesso a pessoas negras a determinadas ruas do centro da cidade, como a rua Halfeld e a Marechal Deodoro: “Se insistisse, apanhava da polícia e isso aconteceu comigo e não tem muito tempo não” (BATISTA, 2015: p.95).

Quando você trabalha fora assim você aprende muita coisa. Ainda mais quando você é observadora. (...) Eu fui a primeira negra a trabalhar em uma

loja de Juiz de Fora. (...) Muitas clientes na loja voltavam quando viam que era uma negra que ia atender. Aí chamavam o gerente falando que não queriam ser atendidas por uma negra. Teve uma cliente que disse que tinha vontade de fazer vomito quando via uma preta. Um dia tinha uns homossexuais famosos aqui em Juiz de Fora, um rapaz rico que tinha uma relojoaria, ele passou cuspiu e deu um tapa no meu braço e disse que odiava preto. Eu não sofria tanto, parecia que eu já estava anestesiada com aquilo (OLIVEIRA, 2022).

É significativo a citação anterior por escancarar o caráter nada velado ou supostamente cordial do racismo da sociedade juiz forana perante a população negra. Helena Oliveira⁸⁹ chega em Juiz de Fora em 1954 em busca também de melhores condições de vida e trabalho. A cidade que ocupava o posto de pólo aglutinador de prestação de serviços e indústria, não foi tão receptiva a população vinda da roça, destacamento famílias negras, como a “história oficial” da cidade tende a valorar nos principais veículos de comunicação ou espaços memorialísticos. Se no já citado trabalho de Batista (2006) e no relato de Paulo Azarias sobre o acesso a empregos na indústria era preferencialmente abrangendo a comunidade branca descendente de italianos e alemães, Helena aponta como ela foi uma das primeiras mulheres negras a serem contratadas para trabalhar no comércio local. Contudo, ela destaca como que mesmo com o apoio do gerente de demais funcionários da loja, era muito hostilizada de forma explicitamente racista. Além disso, menciona como o ir e vir dela circulando pela cidade também era alvo de cruéis ataques por conta de sua cor. Em meio a tantas violências, se sentia anestesiada diante de tudo isso.

Através dessas três entrevistas realizadas a partir da metodologia da história oral é possível reconhecer o avesso do mesmo lugar⁹⁰. O lugar que, a partir do século XX se destaca como polo de oportunidades, desenvolvimento industrial e cultural mas que ao mesmo tempo e de forma inerente se faz a partir das hierarquias sociorraciais. Todavia, é importante ressaltar que isso não é algo paradoxal e sim intrínseco a esse processo modelo de desenvolvimento que se apoia no passado escravista e seus passados que se fazem presente.

Os lamentos que se tornam bandeira de luta

As três pessoas selecionadas para o presente artigo tem em comum o fato de, a partir dos racismos cotidianos e a consciência das hierarquias sociorraciais da cidade de Juiz de Fora, começarem a trilhar o caminho da luta coletiva por direitos e/ou criar estratégias de acesso a esses direitos para o coletivo. Os lamentos diante de toda a escassez, violências e vulnerabilidades potencializando a organização coletiva para acesso aos direitos. Paulo Azarias, que inicia sua luta a partir do sindicato dos metalúrgicos, presença no movimento

⁸⁹ Natural de Dom Silvério -MG, 78 anos. Fundadora da pastoral Axé Criança.

⁹⁰ Expressão em referência ao enredo “História para ninar gente grande” da escola de samba Estação Primeira de Mangueira, em 2019.

comunitário Unibairros e posteriormente o Movimento Negro Unificado em Juiz de Fora. Este último, conjunto com a Marilda Simeão, que inicia sua trajetória no movimento secundarista e fortalece no Movimento Negro Unificado. Por fim, na trajetória de Helena Oliveira destaca-se a constituição da pastoral Axé Criança, na Igreja São Pio X, no bairro Ipiranga.

Quando terminei o Senai minha mãe pediu para que a patroa dela se pudesse me dar uma oportunidade na fábrica de tecido, na parte de oficina mecânica.

Quando cheguei lá, já acreditando que iria trabalhar na minha profissão que aprendi que é ajustador mecânico... e nesse período eu fazia o antigo ginásio. Eu fui surpreendido quando o que me foi oferecido era pra trabalhar na fiação. Uma semana eu trabalhava de dez da manhã até dez da noite e outra semana de seis da manhã até seis da tarde. Isso inviabiliza a minha continuidade dos estudos. E o argumento também foi esse, negro não trabalhava nas oficinas. Ou seja, não é de agora que os lugares de trabalho reservados aos negros no mercado de trabalho são os piores lugares (AZARIAS, 2020).

“Lugar de negro”. Esse foi também o título do consagrado trabalho de Lélia Gonzalez (1982). Afinal, quais seriam os "lugares de negro" dentro da falácia da democracia racial brasileira? A autora constrói sua tese a partir da reinterpretação da teoria do lugar natural do filósofo Aristóteles. Seria ainda hoje, desde o período colonial, a separação de lugares de dominadores e dominados. O lugar natural do branco os melhores espaços físicos, as melhores oportunidades. E o lugar natural do negro o oposto. O movimento negro vem questionando esses lugares, e é isso que podemos perceber pela própria trajetória de Paulo Azarias. Ele não fica nesse emprego que lhe foi oferecido. Parte para a busca de outras oportunidades de forma que ele não abandonasse os estudos, algo que era tão caro e valorizado por sua família. Quando já está no CTU é o momento de construção do Partido dos Trabalhadores, e ele se engaja nesse movimento na cidade. Nesse momento também fez parte da chapa de oposição do sindicato dos têxteis que derrubou o interventor que estava lá a mais de 30 anos, ele afirma. É durante esse contexto que ele se muda do bairro Floresta, afastado do CTU e do centro da cidade e vai morar no bairro São Pedro. A necessidade da luta coletiva por direitos e a racialização das vulnerabilidades sociais já havia o despertado.

Outro ponto importante no processo de consciência coletiva de Paulo Azarias de luta foi a formação do movimento comunitário Unibairros. Este, foi formado no ano de 1980 a partir de um evento organizado na chácara dos padres dominicanos, localizada também no bairro São Pedro. O objetivo do grupo era reunir jovens dos diversos bairros da periferia da cidade para reivindicar direitos básicos tão ausentes nas periferias: saneamento básico, transporte público, educação, cultura, lazer e trabalho. O movimento chegou a reunir representantes dos bairros Olavo Costa, Floresta, Santa Cândida, Linhares, São Benedito, Vila Ideal, São Pedro e Vitorino Braga. Com atuações diversas, o principal meio de comunicação, ampliação de vozes e reivindicação foi o jornal comunitário Unibairros, produzido pelo próprio movimento. A organização desse jornal é significativa, uma vez que, publicada mensalmente como *Nós Mulheres*, *Trovas & Poesias*, *Dia-a-Dia*, espaço para cartas, coluna “*Curtas e Grossas*”, coluna

do grupo de Teatro, espaço para anúncios de eventos, reuniões e, espaço com brincadeiras e exercícios. Das 36 edições do jornal analisadas em trabalho anterior⁹¹, a coluna do negro aparece em 28 edições, e Paulo Azarias estava nesse processo de escrita. Logo na primeira coluna a matéria carregava no primeiro parágrafo como o negro é oprimido duas vezes: “sendo trabalhador, e como a situação da classe trabalhadora é de exploração e opressão o negro sofre estes problemas; 2º) pela cor de nossa pele e perda de nossa identidade cultural.”⁹² A questão raça e classe já era feita pelos membros do grupo. Na época, Azarias tinha apenas 19 anos.

O percurso de Paulo Azarias é significativo para compreender algumas das principais nuances da constituição do movimento negro em Juiz de Fora: o processo de relação com a cidade com suas marcas e continuidades ligadas a escravidão; a expansão do olhar e reconhecimento da cidade a partir dos estudos e atuação com o movimento sindicalista; a importância do movimento de bairro que tem o seu início ligado às comunidades eclesiais de base da Igreja Católica e, concomitantemente o ingresso específico no movimento negro a partir da construção do movimento negro unificado de juiz de fora, em 1985.

Quando vem a discussão da Marcha do Tricentenário de Zumbi dos Palmares que aconteceu lá em Brasília, 20 de novembro de 95. Aí já não tinha ditadura, era Fernando Henrique... foi uma relação com o Marcus Cardoso e Amilton Borges que eram militantes do MNU de Belo Horizonte. Aí a gente organizou vários debates, porque assim, a marcha do Tricentenário foi o momento mais rico pro movimento negro e o MNU teve um papel fundamental. Aí eu já estava no movimento sindical, tava na CUT e o MNU tinha uma relação muito grande com a CUT que foi quem protagonizou a criação dentro da CUT das secretarias antirracismo da cut. E eu chegando lá em Belo Horizonte, aí começamos a ver essas organizações e começamos a trazer o Marcos Cardoso e Amilton Borges, que já eram filiados ao MNU a mais tempo, até criarmos o núcleo do MNU aqui (AZARIAS, 2020).

A construção do MNU JF remonta justamente às conexões que Paulo Azarias estabeleceu ao longo de sua trajetória sindical. Nesse momento ele ressalta “fizemos o jornal o MNU Alerta... aí a gente já fez uma luta específica sobre a questão racial.” A sede do MNU inicialmente foi na casa de Vera Paulino, no bairro Jóquei Clube, na zona norte da cidade, periferia. Vera, em entrevista concedida para a Prefeitura de Juiz de Fora diz sobre o processo de construção a partir de: “uma visão maior do que é ter essa cor de pele. Não é só uma cor de pele”⁹³. Se tratando do marco da Marcha do Tricentenário da de Zumbi dos Palmares em 1995,

⁹¹ LOPES, Vanessa Ferreira. O movimento Unibairros e a luta antirracista juiz forana: a coluna do negro no jornal comunitário. 2020. 50 pp. Trabalho de conclusão de curso apresentada para o departamento de História na UFJF. Juiz de Fora, pp. 50.

⁹² MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, Jornal Unibairros, n° 5, 1981, p.3.

⁹³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RMjy9DBkBA>. Acesso: 4 de novembro de 2022.

ele aparece também nas memórias de Marilda Simeão sobre o impacto que ele causou para aglutinar ainda mais pessoas engajadas no movimento negro na cidade de Juiz de Fora.

Juiz de Fora levou um ônibus para Brasília. E chegando em Brasília eu nunca vi tanto preto junto num mesmo lugar! Quem organizou o ônibus foi um coletivo negro do PT: Flaviane, Ana Paula, Chico Preto, Maury Paulino, Azarias, Zaca, Lula, o pessoal da rede ferroviária, sindicatos. Uma coisa que Juiz de Fora sempre teve foi sindicato, e essas ações que tinham do coletivo os sindicatos sempre esteve presente. Metalúrgicos, bancários, da prefeitura, Cirene Candana, Martz, Régis da Vila... (SIMEÃO, 2022).

O Partido dos Trabalhadores e sindicatos de Juiz de Fora teve uma contribuição significativa para a constituição inicial do movimento negro local principalmente por disporem de uma estrutura e rede de contatos para financiar a logística necessária para a organização do movimento social. Um fator importante a ser destacado a partir da fala de Marilda é como que as pessoas que estavam dentro dessas outras organizações fazendo a comunicação com o movimento negro eram pessoas negras em movimento, mesmo que não necessariamente naquele momento organizada pela bandeira racial. O Partido dos Trabalhadores em Juiz de Fora surge a partir dos movimentos comunitários e da igreja católica, majoritariamente composta por pessoas negras. É de se citar Jorge Lima, Natanael Elói do Amaral, Ivan Barbosa, Gabriela Crochet, o próprio Paulo Azarias e seu irmão José Geraldo Azarias como membros fundadores do partido na cidade. Com esse contato em Brasília com demais movimentos que Marilda pontua que passou a conhecer escritos como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e a fala potente de Benedita da Silva. Contato com Miltão do MNU SP, Zé Adão de SP, Jorge Nascimento de Porto Alegre, Almira do Paraná...

Ali que eu percebi que eu era maior do que julgava ser e que teria condições de mudar aqui com o Movimento Negro Unificado. (...) Aí que a gente pode olhar pra trás e perceber que aqueles movimentos que fazíamos parte lá atrás já era legítimo para nossa luta racial (SIMEÃO, 2022).

Nesse ponto é possível perceber a virada de consciência da entrevista na compreensão de movimentos sociais e movimento negro. Juiz de Fora desde a década de 1970 com o movimento operário católico, movimentos comunitários já tinha movimento negro. Isso a partir da compreensão de pessoas negras em movimentos diversos em busca de direitos básicos de sobrevivência que são relegados em grande medida atingindo a população negra. Por isso predominância de ativistas negros dentro dos diversos sindicatos, formação do Partido dos Trabalhadores e nas pastorais de igreja.

Juiz de Fora é movimentado por esses movimentos de igreja primeiro. É nesse lugar que a gente começa a se construir como crítico de uma sociedade. Os mais velhos vão trazer essa igreja católica como revolucionária. E um tempo depois que vamos para outros espaços. (...) A gente começa a conversar e a

discutir sobre isso. E começamos a observar os lugares que tinha preto ou não tinha preto (...) E a gente ficava naquilo: aqui é o nosso reduto, aqui é de preto... e acho que meu despertar veio daí. Mas isso não significa que lá atrás eu não percebesse, talvez eu não fizesse o link. Porque perceber que tinha uma forma diferente de olhar e de me tratar desde sempre. Os olhares do outro sobre a sua pessoa (SIMEÃO, 2022).

O papel da Igreja na organização dos movimentos sociais a partir do regime ditatorial do Brasil de 1964 tem como uma das referências principais o estudo de Paul Singer e Vinícius Caldeira Brandt (1980). Os autores destacam como tal instituição pode valer-se do consentimento de atuação no período e voltando-se principalmente para as causas dos trabalhadores e demais grupos marginalizados. A ação progressista católica através de uma nova interpretação litúrgica pela teologia da libertação, apoiou diversos movimentos religiosos e não religiosos de cunho social. O Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Juiz de Fora (CDDH-JF) surge nesse contexto no ano de 1980 com a assinatura de Padre Jaime Snoeck e também, posteriormente, podemos compreender o cenário em que surge a Pastoral Axé Criança, em 1997, na Paróquia Pio X no bairro Ipiranga.

eu: como você começa despertar pela luta de direitos? organizada, coletiva...

helena: então, eu não te falei que era catequista? Aí eu tinha um grupo de catequese que era a coisa mais linda do mundo, mas não tinha nenhuma menina preta.

eu: aqui no Ipiranga? mas a comunidade não é negra?

helena: pois é. aí quando chegava dia de coroação, só aparecia as meninas brancas. E isso começou a incomodar. Aí comecei a achar as meninas pretas. Fui procurar. Havia uma rejeição. O rapaz que era coordenador da catequese, um dia ele virou pra mim e disse: 'Helena eu sempre gostei de você, seu trabalho sempre foi muito bom, mas agora você virou pro outro lado...'. O outro lado era do mal. Virei pro lado do mal porque estava fazendo trabalho com meninas pretas e isso era coisa de macumbeiro (OLIVEIRA, 2022)

O bairro Ipiranga tem um forte histórico de atuações de grupos sociais por direitos e lideranças importantes para a cidade de Juiz de Fora. Ele faz parte da zona sul da cidade e dali insurge a Pastoral Axé Criança. O relato de Helena é significativo nesse sentido a medida que ela rememora o momento em que começou a ter consciencia da necessidade de organização da sua paróquia, uma vez que mesmo em um bairro predominantemente negro, as hierarquias de exclusão e marginalização por critérios raciais eram muito fortes. Também é destacado como que falar da identidade negra e sua valorização, para parcela de integrantes conservadores aquilo era aula de “macumba”, de forma pejorativa.

A Pastoral Axé Criança surge com o objetivo de conscientizar as crianças do valor da cultura negra e diante do processo de repetência escolar em massa das meninas negras da comunidade, identificado por Helena como caso de falta de autoestima e conexão com a realidade. Junto com o apoio da comunidade e do Padre Guanair, organizaram oficinas de artesanato, artes, reforço escolar, orientação pedagógica, arte, teatro e canto. O Axé já se apresentou em eventos de representatividade social, como o Fórum Social Regional e o Fórum Municipal. Já esteve na Assembléia Legislativa de Minas Gerais e também em Brasília.

Muita gente bateu de frente, bateu na gente, mas muita gente nos apoiou. E a gente não se arrepende de nada que fizemos, porque valeu muito a pena. A gente salvou muitas famílias, famílias pretas que viviam jogado as tranças. Mulher que não tinha dentes, que não sabia o que era conviver direito dentro de casa ou educar crianças. A gente foi mostrando que elas tinham direitos, que tinham deveres mas tinham direitos. E a gente conquistou esses direitos juntos. Nós tínhamos uma família de Vale Verde, uma mulher com marido doente que não podia trabalhar, e ela com 3 filhas. E todas as três estudavam no Maria das Dores. Hoje uma tá formada em assistência social. As meninas não sabiam falar. Chegavam mal vestida, cheirando mal... não tinham noção de nada. A gente trabalhou tão bem (...), a gente costuma dizer que: se o axé criança não tivesse salvado nenhuma vida, essa família da Eva, que a gente chama de Eva Preta, essa família já teria feito valer a pena. Porque hoje as meninas são todas formadas (OLIVEIRA, 2022).

Mostrar que a comunidade tem direitos, para além de só deveres. Esse é o cerne para pensar o caráter das organizações negras que parte da periferia. O discurso de valorização da identidade afro-brasileira se apresenta junto com as reivindicações da própria cidadania negadas por fatores sócio raciais e espaciais. A questão do acesso à educação como primeiro passo em busca de direitos e melhores condições de vida é um dos pilares do Axé Criança. A Escola Estadual Maria das Dores que Helena menciona em determinado momento era específica para na época era conhecida por trabalhar com alunos “problemáticos” e/ou pessoas com deficiências. Contudo, o que se dava era a matrícula e isolamento de crianças negras simplesmente pelo descaso dos próprios profissionais da educação com o seu processo de ensino-aprendizagem e suas particularidades. Melhorar a autoestima daquelas crianças por meio das várias atividades promovidas pelo Axé Criança potencializou a melhora nos rendimentos escolares e um efetivo engajamento com os conteúdos escolares, de forma crítica, ativa e não mais passiva deslocada. Outro ponto importante mencionado sobre esse assunto é quando Helena diz como os “trombadinhas” do bairro param de cometer pequenos furtos, acontecendo realmente uma mudança de mentalidade. O combate às formas diversas de racismo é compreender todas as relações sociais.

Considerações finais

Diante do exposto, é possível concluir em que medida a relação e particularidades da cidade de Juiz de Fora foram contundentes para a formação do movimento negro local a partir da década de 1980. Utilizando-se da metodologia da História Oral é possível analisar a experiência de lideranças negras locais com a cidade e como que apresenta uma História local diferente daquela destacada na dita História oficial da cidade. As hierarquias sociorraciais do legado escravista da cidade perpassa também o processo de industrialização e urbanização, que certifica de manter “fronteiras invisíveis” para a inserção e o direito à cidade da população negra. A partir do processo de consciência social e racial, Paulo Azarias, Marilda Simeão e Helena Oliveira começam a se articular coletivamente em espaços diversos na luta por direitos.

Refletir sobre a história da constituição do movimento negro da cidade de Juiz de Fora é necessariamente analisar o papel dos movimentos comunitários, Igreja Católica, sindicatos e a própria formação do Partido dos Trabalhadores na cidade. Se o movimento negro estritamente aparece no início da década de 1980 na cidade, contudo, é possível perceber como que tais lideranças negras já estavam em movimentos coletivos na luta por direitos diversos. A questão que se coloca para análise em trabalhos futuros é complexificar as diversas nuances do processo de racialização das lutas coletivas por direitos na cidade a partir das experiências de sujeitos e como se deu o processo de luta coletiva com a centralidade na causa racial.

Fontes:

Entrevista Paulo Azarias, 2020.

Entrevista Marilda Simeão, 2022.

Entrevista Helena Oliveira, 2022.

Referências bibliográficas:

ACÁCIO, Davi; MIRANDA, Ricardo. Atenas, Barcelona, Manchester... Como os negros foram omitidos da história de Juiz de Fora?, Juiz de Fora, 21 de novembro de 2022.

Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por uma história decolonial: Gênero, raça e classe na América Latina. Eduarda Guerra Tostes; Lavínia Renata de Oliveira Turqueti; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2022. 926 p.

ISSN:2317-0468

Disponível em: <https://jornalopharol.com.br/2021/11/atenas-barcelona-manchester-como-os-negros-foram-omitidos-da-historia-de-juiz-de-fora/>. Acesso em: 04, de novembro de 2022.

ALBERTI, Verena ; PEREIRA, Amilcar Araujo. História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas de história oral. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004. 15f.

BATISTA, Rita de Cássia Souza Félix. O negro: trabalho, sobrevivências e conquistas em Juiz de Fora de 1888 a 1930. Juiz de Fora-MG: Funalfa, 2006.

BATISTA, Rita de Cassia Souza Félix. Clubes negros na espacialidade urbana de JUIZ DE FORA. 2015. 213f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2015.

GONZALEZ, Lélia e HASENBALG Carlos. Lugar de negro. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1982

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: História e Memória. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1994.

SANTOS, Renato Emerson dos. Sobre Espacialidades das Relações Raciais: Raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). Questões Urbanas e Racismo. Brasília, DF: ABPN, 2012.

Simpósio Temático - A representação da figura feminina: possibilidades e narrativas para o corpo colonizado

A dubiedade do corpo inerte: uma gravura de Axl Leskoschek

Luisa Pereira Vianna⁹⁴

Resumo: O texto visa tecer algumas considerações sobre uma ilustração feita na década de 1940 pelo artista austríaco Axl Leskoschek. É uma cena noturna, dentro de um quarto. Através da penumbra, uma jovem mulher está estirada sobre a cama. O seu corpo seminu é coberto até a cintura enquanto num fragmento do seu busto exposto, um punhal jaz cravado. A xilogravura é baseada no romance de Fiódor Dostoiévski, *Os irmãos Karamázov*. Partindo da análise da imagem, presente no livro traduzido e publicado pela Livraria José Olympio Editora nos anos de 1940, a proposta do texto é discutir as possíveis representações que existem do corpo inerte da jovem senhora e o embate de narrativas que são acarretadas a partir dele, onde as versões do algoz e da vítima se encontram e divergem, tudo dentro de um mesmo corpo.

Palavras-chave: Nu feminino; Gravura; Literatura.

Abstract: The text aims to analyze an illustration produced in the 1940s by the Austrian artist Axl Leskoschek. It is a night scene inside a room. Through the shadows, a young woman is stretched over the bed. Her half-naked body is covered until the waist, but a fragment of her exposed breast can be seen where a dagger lies embedded. The woodcut is based on Fyodor Dostoevsky's novel *The Karamazov Brothers*. Starting from the analysis of the image depicted in the book, which was translated and published by Livraria José Olympio Editora in the 1940s, the purpose of the paper is to discuss the possible representations that exist of the inert body of the young lady and the dispute of narratives that are brought from it, where the version of the executioner and the victim meet and diverge, all within the same body.

⁹⁴ Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Membro do Laboratório de História da Arte da UFJF. E-mail: lluisavianna@gmail.com

Keywords: Female nude; Engraving; Literature.

A gravura de Axl Leskoschek, um nu feminino, traz inúmeras possibilidades de leitura. Estirada sob a cama, uma jovem é apresentada ao observador em uma posição feminina tradicional e recorrente ao longo da história da arte: o corpo reclinado, com um dos braços a escorrer para fora da cama. A xilogravura⁹⁵ indica o relato de um narrador misterioso que conta a sua história ao mestre Zózimo, personagem do romance *Os irmãos Karamázov*, de Fiódor Dostoiévski. A narrativa é sobre um crime passionai que resultou num corpo deitado sobre os lençóis.

Conta-lhe o visitante misterioso que, no meio da noite, ele invadiu a casa de uma jovem senhora sorrateiramente, e entrando pela pequena janela do sótão, encontrou-a no quarto, adormecida. Embebido, inicialmente, por um sentimento de paixão, logo a emoção foi substituída pelo que dizia ser um “furor vingativo e ciumento”. Naquele instante, “fora de si, ele enterrou um punhal em seu coração, sem que ela desse um grito.” (DOSTOIÉVSKI, 2013: 338). O motivo do crime foi a recusa. Ele, totalmente apaixonado, declarou-lhe seu imenso amor. Ela, enamorada por outro, disse-lhe não.

⁹⁵ Técnica de gravura empregada que se utiliza de uma matriz de madeira e de uma goiva, instrumento cortante que é utilizado para entalhar a madeira.



Figura 01: Axl Leskoschek. **Ilustração em xilogravura.** In: DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Os irmãos Karamázov*. 2º tomo. Trad. Rachel de Queiroz. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960, p. 713.

É assim, pelo olhar do ilustrador Axl Leskoschek [Fig. 01], que a jovem senhora é mostrada, estendida sobre a cama. Parte dos longos cabelos escorrem para fora do colchão, assim como um dos braços, que se estica até que seus dedos quase toquem o solo do quarto. O corpo nu está coberto até a cintura, mas visualizamos um fragmento do seu busto exposto. A luz da vela, apenas uma nesga que surge no plano de fundo da cena, ilumina os seus seios e uma fração do rosto, enquanto o lado oposto cai em total escuridão. A sombra da faca enterrada em seu peito projeta e se alonga pela lateral obscura, até finalmente se misturar com o breu.

O autor da imagem, Axl von Leskoschek, foi um artista austriaco que fixou residência no Brasil na década de 1940, fugindo das perseguições nazistas promovidas pela Segunda

Guerra Mundial. Uma vez estabelecido no território brasileiro, foi professor de xilogravura⁹⁶, além de trabalhar como ilustrador para a Livraria José Olympio Editora.

Para este artigo, esta informação do artista é a que mais nos interessa, uma vez que a xilogravura aqui analisada [Fig. 01] faz parte de uma ilustração para o romance *Os irmãos Karamázov*, mais especificamente, para o *Livro VI - Um monge russo*. Como a gravura está vinculada a uma fonte literária, obviamente a construção da imagem é feita a partir dessa base textual pré-estabelecida. Entretanto, vale ressaltar que a ilustração não está subjugada à escrita, visto que ela ultrapassa o papel decorativo que lhes é comumente atribuído (GILI, 2014). Na verdade, a ilustração expande o texto literário na medida em que o artista que a produz colabora com seus valores culturais, estéticos e ideológicos.

Na xilogravura do corpo inerte, a imagem pode se apresentar dúbia, como consequência das possibilidades de narrativas que ela gera. Como exemplo disso, o método escolhido pelo visitante misterioso para atacar a sua vítima possui uma carga simbólica de grandes proporções. O instrumento utilizado para cravar o coração é um punhal, mas também poderia ser facilmente confundido com uma estaca. Destarte, a jovem senhora é envolvida pela imagem de uma vampira. Criatura sedutora e faminta, ela é a *culpada* por despertar paixão e desejo alucinante no visitante misterioso, e pela sua destruição moral. Enredado pelos seus encantos, ele não passa de uma vítima. Tudo converge para a figura predadora se sustentar. A mão de quatro dedos, pendida para fora da cama, com um aspecto de garra [Fig. 02]; o vestido que resvala sobre o corpo [Fig. 03], ao mesmo tempo em que contraditoriamente desnuda, ele ganha feições de um animal - talvez uma cobra ou um lobo - prestes a abocanhar o seio.

⁹⁶ Entre os seus alunos estavam artistas como a polonesa Fayga Ostrower, Renina Katz, Edith Behring e Ivan Serpa.



Figura 02: Axl Leskoschek. **Detalhe da mão.**

Figura 03: Axl Leskoschek. **Detalhe do vestido.**

Contudo, a posição do corpo da jovem senhora revela, na mesma medida, o contraste. O braço inerte que tomba para fora do colchão retoma a tradição clássica, como já foi dito anteriormente. Mais do que isso, conversa com a tradição de se representar um corpo de um mártir. Tal como *A Morte de Marat* (1793) de Jacques-Louis David [Fig. 04], a narrativa de Jean Paul Marat apresenta natureza semelhante a da jovem senhora do romance de Dostoiévski. Malgrado a motivação do crime seja totalmente distinta, Marat foi da mesma maneira surpreendido pela sua assassina com uma faca no peito. Ambas as personagens transformaram-se em vítimas da situação. Outrossim, Marat e a jovem fazem nítida referência ao corpo morto de Cristo em *Pietà* (1497) de Michelangelo [Fig. 05].

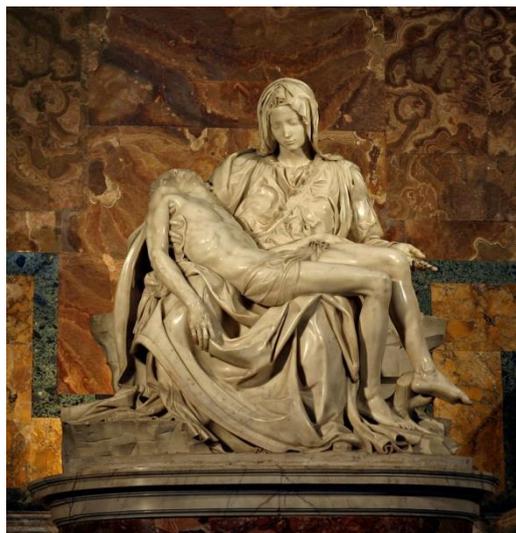


Figura 04: Jacques-Louis David. **A morte de Marat.** 1793. Óleo sobre tela, 162 x 128 cm.

Figura 05: Michelangelo. **Pieta.** 1497. Escultura em mármore, 174 × 195 × 69 cm.

A gravura não somente apresenta aquilo que está sendo contado pelo visitante misterioso, mas também, outra visão dos fatos ocorridos na noite do crime, de modo que ela contribui para a expansão desta narrativa. Logo, o corpo da jovem senhora é muitas coisas em um. Se antes ela tinha um papel de *femme fatale*, agora ela se mobiliza para o lugar da vítima, uma *inocente*, assassinada sem piedade. Admiravelmente, a jovem acumula as inúmeras referências do passado, mas sem deixar de ser da sua própria época.

Axl Leskoschek é claramente filho de seu tempo, o entresséculos XIX e XX, ainda que ele pudesse ser acusado de “ultrapassado” e “não moderno” por artistas mais radicais. Jean Clair indica que a arte moderna é radicalmente diferente de toda arte que já a antecedeu (CLAIR, 2015: 41), porque acima de tudo, é um fenômeno excludente, tanto de artistas quanto de suas obras que não se “misturam” com a tradição. Entretanto, embora os artistas modernos manifestassem o desejo de romper com a tradição na busca pelo novo, isso não ocorreu na prática, dado que o pleno rompimento com o passado é algo impossível de suceder. Afinal, o indivíduo estabelece seu lugar no mundo a partir de uma série de esquemas culturais que vieram antes dele. A identidade se forma através da identificação e interação com vínculos familiares e grupos sociais, nos quais são resultantes de um passado, uma tradição.

Assim, o cerne da questão não é a ruptura com o passado, mas como encontrar novas formas de trabalhar os signos da tradição, das quais o tempo presente pode se manifestar como um motivador através de uma série de combinações demandadas por cada época. No caso de Leskoschek, podemos inferir que, apesar dos signos tradicionais, há uma mistura entre temas cotidianos, suporte e traços modernos. Para exemplificar, vemos que há, por parte do artista, uma transposição da forma acadêmica para uma linguagem diferente do que anteriormente era convencionado enquanto arte: a ilustração.

Mesmo que a xilogravura seja uma técnica muito antiga, originada na China por volta do século II, ela retoma com novas formas na modernidade da década de 1920. No caso do Brasil, o suporte se vincula com uma linguagem expressionista que comumente pauta-se nos dramas e sentimentos humanos. Artistas como Lasar Segall e Oswaldo Goeldi podem ser citados como artistas que trabalharam essa linguagem. E Axl Leskoschek igualmente compartilhou desse contexto ao vir para o Brasil na década de 1940. Como o artista austriaco chegou ao território brasileiro bem mais maduro, tinha aproximadamente 50 anos na época, é de se esperar que o seu repertório cultural e suas referências artísticas fossem assentados em

bases sólidas. Deste modo, não é impossível notar semelhanças entre alguns traços de suas xilogravuras com os filmes do expressionismo alemão da década de 1920.

Entretanto, retomemos, neste momento, a ilustração presente em *Os irmãos Karamázov*. Tomada em particular, a base literária em que a gravura se inspira também contribui para a aproximação com o expressionismo, uma vez que a principal questão das obras de Dostoiévski é trabalhar a psicologia e os sentimentos das personagens que estão inseridos no cotidiano. Mikhail Bakhtin sugere que os romances de Dostoiévski são polifônicos por haver uma multiplicidade de vozes e consciências independentes, sujeitos do próprio discurso (BAKHTIN, 2013: 5). Curiosamente, esta observação poderia explicar a dualidade da personagem assassinada, que manifesta várias condições em um só corpo.

A xilogravura de Leskoschek apresenta, inicialmente, duas versões do mesmo drama: De um lado, o visitante misterioso que enxerga a mulher como fatal, culpada por fazê-lo sentir o que sentia e recusá-lo. De outro, a jovem senhora, culpada por um sentimento que não tinha responsabilidade e morta injustamente por isso. Desta forma, podemos deduzir que replicar os símbolos herdados pela cultura, potentes de significados, foi um estratagema que Leskoschek se utilizou para trazer a visão dúbia que requer a narrativa dostoiévskiana. Essa junção só enriquece e concede ao espectador mais formas de buscar compreender o sentido do corpo inerte da jovem senhora.

Referências bibliográficas:

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas na poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

CLAIR, Jean. Existence et Persistance. In. **Considérations sur l'État des Beaux-Arts: Critique de la modernité**. Paris: Éditions Gallimard, 2015.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Os irmãos Karamázov**. 2º tomo. Trad. Rachel de Queiroz. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960.

Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por uma história decolonial: Gênero, raça e classe na América Latina. Eduarda Guerra Tostes; Lavínia Renata de Oliveira Turqueti; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2022. 926 p.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Os irmãos Karamázov**. Trad. Herculano Villas-Boas. São Paulo: Martin Claret, 2013.

GILI, Silvana. **Livros ilustrados: textos e imagens**. 2014. 102 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

PEREIRA, Nilce Maria. **Traduzindo com imagens: a imagem como reescritura, a ilustração como tradução**. 2008. 154 f. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Letras Modernas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

UMA ONTOLOGIA DE SI MESMA: O Corpo Feminino no trabalho de Romaine Brooks

Eponina Castor de Mello Monteiro⁹⁷

RESUMO: Nesse artigo, iremos analisar as obras de Romaine Brooks, especialmente as obras em que a artista retrata mulheres de seu círculo íntimo. Queremos nesse trabalho compreender como ocorre a retratação desses corpos femininos pela perspectiva de uma artista mulher, não conformativa com os limites de gênero de sua época. Ao pensarmos a representação desses corpos sob uma ótica de gênero, podemos também entender a necessidade de se representar o corpo feminino também pelo desejo e pelos encantos de outras mulheres. Pensar sobre mulheres lésbicas que retratam mulheres lésbicas, com vestimentas tipificadas como masculinas, no entresséculos nos pareceu imperativo para uma retratação de cânone “homem-branco-heterossexual”, em que corpos femininos se colocam sob o olhar do outro, ao e pelo prazer do outro.

PALAVRAS-CHAVE: Romaine Brooks, representação feminina, gênero, arte estadunidense, female gaze

ABSTRACT: In this paper, we will analyze the Romaine Brooks's work, especially the pieces in which the artist portrays women from her inner circle. In this work, we want to understand how the portrayal of these female bodies occurs from the perspective of a female artist, who does not conform to the gender limits of her time. When we think about the representation of these bodies from a gender perspective, we can also understand the need to represent the female body through the desire and charms of another women. To think about lesbian women who portray lesbian women, with a clothing typified as masculine, in the in between centuries seemed imperative to us to revoke the “heterosexual-white-man” canon, in which female bodies place themselves under the gaze of the other, at and for the pleasure of the other.

KEY-WORDS: Romaine Brooks, female representation, gender, U.S. art, female gaze.

JUIZ DE FORA

⁹⁷ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Socióloga pela mesma universidade. Contato: nina.cmmonteiro@gmail.com

2022

Eu celebro o eu, num canto de mim mesmo,
E aquilo que eu presumir também presumirás,
Pois cada átomo que há em mim igualmente habita em ti. [...]

O anseio, o anseio, o anseio,
Sempre o anseio procriador do mundo.
Na obscuridade a oposição equivale ao avanço, sempre substância e acréscimo, sempre o sexo,
Sempre um nó de identidade, sempre distinção, sempre uma geração de vida.
Não vale elaborar, eruditos e ignorantes sentem que é assim. (WHITMAN, 2005: P. 49)

Walt Whitman começa sua “Canção de mim mesmo” celebrando a semelhança de si n’outro. Walt Whitman, conterrâneo de Brooks, morre quando a pintora tinha dezoito anos. Talvez Brookz tenha se encontrado nas linhas de Whitman – talvez não. O que nos parece, no entanto, claro e cristalino, é que Brooks, assim como Whitman, parece buscar no outro o que encontra em si mesma. Ou seria construir em si o que vê no outro? Aqui analisaremos os retratos feitos por Romaine Brooks, artista estadunidense radicada na Europa, no entresséculos e tentaremos entender como essa construção da imagem de si e do outro se dá no trabalho da artista, ressaltando a questão de serem corpos femininos retratados por mãos e olhos também femininos, tirando o lugar do olhar masculino como o deleitador e interpretador – de alguma forma, descolonizando esses corpos femininos que por tanto e ainda servem a olhares de outrem.

Olharemos especificamente para onze retratos em que a artista representa mulheres de seu círculo íntimo e, sob a luz do conceito de “outro” butleriano e de “*male gaze*”, da Laura Mulvey, analisaremos tais obras. Importante ressaltar que trazemos o conceito “decolonial”, tradicionalmente ligado a questões territoriais, para um olhar histórico-social da dinâmica representador-representado nas artes visuais, em que o homem normalmente se coloca como o definidor de conceitos e ângulos. O “decolonial” aqui sugere uma emancipação do corpo feminino enquanto aquele que representa e se deixa representar como bem quer, para o seu próprio desejo e deleite, mas não só: sugere um eterno *looping* que olha para si para entender o outro-semelhante e olha para o outro para construir a si mesmo, sem se prender as amarras do gosto e da tirania do olhar masculino enquanto o único validador e apreciador.

Pensar sobre mulheres lésbicas que retratam mulheres lésbicas, com vestimentas tipificadas como masculinas, no entresséculos nos pareceu imperativo para uma retratação de

cânone “homem-branco-heterossexual”, em que corpos femininos se colocam sob o olhar do outro, ao e pelo prazer do outro. Vemos então esse trabalho como um espaço para debate sobre essas artistas que existiram e produziram e enfrentaram a invalidação de seu trabalho, ou até uma supervalorização de suas vidas pessoais em detrimento de suas obras, como tantas outras mulheres.

Laura Mulvey, ao dizer que em em “mundo ordenado pelo desequilíbrio sexual, o prazer do olhar tem sido dividido entre ativo/masculino e passivo/feminino. O olhar masculino determinante projeta sua fantasia na figura feminina que é delineada de acordo” (MULVEY, 1975: P.808), revela muito da estrutura falo-fetichista, com o poder obviamente estruturado pelo homem – aqui representado por quem define os limites do desejo e do merecedor do olhar. E talvez muitos levantem a ideia de que o movimento de muitas mulheres se representarem e representarem outras de forma tida como masculina se dê como forma de se legitimar enquanto artista. Mas acreditamos que a representação de si e do outro de forma não-binária vai além: vemos nessa representação uma forma de delinear quem se é através do olhar do outro, que aqui é mais similar do que diferente.

Assim sendo, ainda que Brooks tenha enfrentado sua cota de desamparo e de injustiças sociais, achamos importante ressaltar o caráter europeu de Brooks, que como mulher branca e abastada, teve sua própria cota de preferências coloniais, representando em sua maioria mulheres brancas e igualmente abastadas, que de fato eram as que orbitavam seu mundo. Brooks, filha de uma família rica dos Estados Unidos, logo jovem recebe uma herança que a permite continuar seus estudos e além, não depender de comissões, preservando uma liberdade pouco compartilhada entre artistas mulheres. Isso inclui a possibilidade de ser reconhecida como pintora de mulheres e se colocar no ambiente artístico enquanto mulher lésbica que representa outras mulheres lésbicas, muitas delas breves parceiras de Brooks.

Em *Azalée Blanches*, de 1910, Brooks retrata sua eterna musa, a famosa dançarina russa, Ida Rubinstein. Ida, conhecida também por ser a força motriz da peça musical mais famosa de Maurice Ravel, “*Boléro*”, manteve um breve relacionamento amoroso com Brooks e uma longa amizade com a artista, sendo a modelo para vários de outros retratos de Brooks.

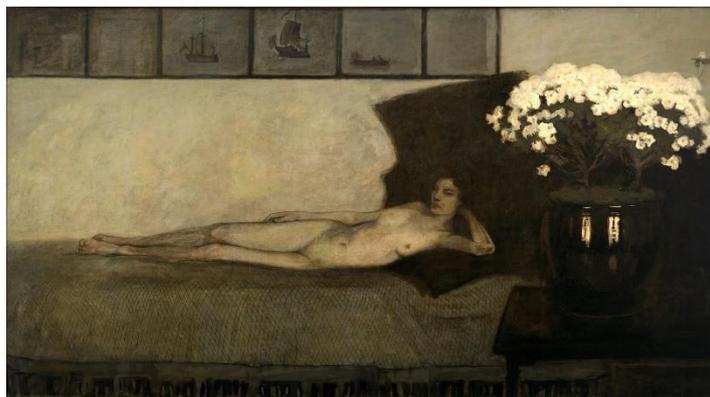


Figure 1 Romaine Brooks. *Azalées Blanches*. 1910. Óleo sobre tela. 151.1cm X 271.7cm. Smithsonian American Art Museum. Fonte: Site Smithsonian.

Na obra acima, Romaine Brooks retrata Rubinstein nua, deitada em uma cama, apoiada em seu braço esquerdo. Na parede logo acima, vemos uma sequência de obras com o tema de navegação e ao lado de seu cotovelo esquerdo, vemos um grande vaso preto com verniz brilhante contendo as flores que dão nome a obra, azaleias brancas. Essas flores são possivelmente o ponto mais claro da obra, chamando o olhar do espectador, e distribuindo esse mesmo olhar para o vaso refletindo a fonte de luz do ambiente e para o corpo da modelo. Ida mostra seus joelhos e cotovelo de forma contundente, deixando a mostra os ossos sobressalentes, dando a pintura a morbidade tão frequente na obra de Brooks. Vemos Ida deitada em um lençol que flutua fantasmagoricamente, seus cabelos pretos escorrem pelo lençol, se juntando ao fundo preto-azulado nos lembrando de fitas de sangue escorrendo pelo seu pescoço magro. O corpo lânguido contraria o desejo masculino e não se coloca de forma explicitamente feminino. Seus seios são pequenos e achatados, seu sexo sem pelo não nos dá maiores indicativos de uma vagina, nos mostra apenas não ser um pênis; o corpo que chama nosso olhar se coloca, não só como uma lembrança da finitude da carne, mas também como um convite a desvendar que sexo encerra entre suas pernas.

E conhecendo a obra de Brooks, difícil é não pensar em *Le Trajet*, obra de 1911, com a mesma modelo, em que o seu corpo lânguido estrela a obra, revelando os mesmos ossos pontudos e sobressalentes, contrapondo a ideia de corpo feminino muito difundida como o modelo macio, curvo e arredondado, que vemos em *O Nascimento de Vênus*, de Botticelli.



Figure 2 Romaine Brooks. *Le Trajet*. 1911. Óleo sobre tela. 115,2cm X 191,4cm. Smithsonian American Art Museum. Fonte: Site Smithsonian.



Figure 3 Sandro Botticelli. *O Nascimento de Vênus (detalhe)*. 1483. Têmpera sobre tela. 172,5cm X 278,5cm. Galleria degli Uffizi. Fonte: Wikipedia.

Os corpos de Romaine Brooks não são a epítome do corpo nu feminino, que como Kenneth Clark aponta em *The Nude*, ao falar do corpo feminino renascentista versus o gótico, dizendo que

[...]ainda são ovais, compostos por duas esferas; mas o formato oval se alongou por demais, deixando as esferas incrivelmente pequenas. Se aplicarmos as nossas medidas a distância entre os seios, descobriremos que o umbigo está duas vezes mais baixo que o corpo feminino clássico. Esse alongamento do corpo feminino se torna mais

visível porque não há uma quebra de continuidade visual com sugestão de qualquer costela ou músculo.⁹⁸ (CLARK. 1956. P. 21.)

Aqui vemos o contrário: corpos intensamente lânguidos, pontudos, com costelas sobressalentes, contrariando a ideia de um corpo oval e amaciado. Os corpos das mulheres de Brooks parecem duros, frios e sem a distinção do sexo que muitas vezes vem coberta nas obras mais antigas. Algo similar vemos em *Esquisse D'Ida Rubinstein*, obra de 1912, que traz a mesma modelo, com os mesmos ossos protuberantes, principalmente em sua canela e em seus joelhos, reforçando a ideia de um corpo cadavérico, mas que ainda assim merece nosso olhar e desejo. A paleta dessa relembra os tons mais ocres de *Azalées Blanches*, dando um caráter mais místico e menos mortífero que os tons azulados de *Le Trajet*, mas mantendo a sombriedade cadavérica.



Figure 4 Romaine Brooks. *Esquisse D'Ida Rubinstein*. 1912. s/d. Smithsonian American Art Museum. Fonte: Site Smithsonian.

E o mesmo parece permear os dois autorretratos da artista, ainda que de forma menos contundente, até por estar coberta e apresentar pouca pele à mostra. Mas Romaine decide por se representar sem os famosos artefatos que a caracterizariam como pintora, como uma paleta,

⁹⁸ Tradução nossa. Original: “[...]still an oval, surmounted by two spheres; but the oval has grown incredibly long, the spheres have grown distressingly small. If we apply our unit of measurement, the distance between the breasts, we find that the navel is exactly twice as far down the body as it is in the classic scheme. This increased length of body is made more noticeable because it is unbroken by any suggestion of ribs or muscles.”

pinceis ou ainda um cavalete; ela escolhe por se representar em uma paleta tão mórbida quanto a de sua modelo. Quase dez anos separam os dois autorretratos, e na obra de 1914, em *At the Edge of the Sea*, vemos uma Romaine menos sisuda, que transparece alguma candura em seu porte e olhar. Suas vestes são mais fluídas e volumosas, seus cabelos mais abastados estão ao vento, mas o tom branco-macilento permanece em sua pele, e seu rosto traz as já costumeiras linhas finas, com suas olheiras demarcadas, seu nariz pontiagudo e sua boca afilada.



Figure 5 Romaine Brooks. *At the Edge of The Sea*. 1914. *s/i*.

Já na obra de 1923, Romaine se retrata de forma mais austera, com vestes mais alinhadas, tidas então como masculinas. Ela também nos encara, mas sua cartola preta cintilante sombreia seus olhos, dando a ela total visibilidade de quem a encara, mas preservando algum anonimato de seu espectador. Aqui, as similaridades com a musa Ida Rubinstein vão além da paleta de cores. Brooks ainda que não revele muito do seu corpo, deixa as linhas finas e os ângulos obtusos para as vestes e seu rosto – a lapela de sua camisa, os ângulos de sua cartola, seu queixo afilado.



Figure 6 Romaine Brooks. *Self-portrait*. 1923. Óleo sobre tela. 117.5cm X 68.3cm. Smithsonian American Art Museum.

Em um segundo plano, vemos a silhueta de uma cidade ao longe. Os tons de cinza permanecem, dando a cena uma extra conotação da modernidade que Brooks parece buscar. A sua vestimenta, tida como masculina, em blocos de preto e branco, realça seu corpo esguio, e suas luvas e cartola dão à composição um ar refinado, que juntamente com a cena urbana ao fundo, conferem a cena um teor moderno nos seus múltiplos sentidos: do refinamento e dos avanços da época ao ser da multidão, do observador e do receptor das contradições inerentes ao humano. Ao se retratar, Romaine parece retomar todas as mulheres de sua vida, construindo sua imagem de forma deliberadamente moderna e melancólica.

Shearer West, em seu livro dedicado a retratos, comenta sobre a ação de se autorrepresentar mais como uma investigação do Eu interior, retomando os conceitos freudianos de *id*, *ego* e *superego*, do que uma exploração social de si mesmo. West fala que

Os autorretratos podem transmitir ao espectador do século XXI a ideia de que um artista está investigando sua vida interior, ao invés de representar papéis sociais ou artísticos, ou se referir a eventos ou momentos específicos. Autorretratos parecem sugerir uma forma de auto-exploração. Embora a ideia de que um artista escolheria deliberadamente explorar seus estados mentais por meio de autorretratos seja moderna, essa interpretação é frequentemente vista em

autorretratos do passado. (WEST, 2004: 180)⁹⁹

Mas não parece haver em Brooks essa distinção tão definida quanto West propõe. Em *Self-portrait*, Brooks traz à tona um papel social bem definido, ainda que incomum para as mulheres, que desafia os limites de gênero da época; e ela vai além de si, transcendendo os limites também em suas representadas, como nas obras *Renata Borgatti, Au Piano* (1920), *Peter (a Young English Girl)* de 1923/24 e *Una, Lady Troubridge*, de 1924. Nessas obras, podemos ver uma Romaine Brooks que incorpora esse papel social a uma meticulosa construção do Eu, que Brooks incansavelmente parece buscar no outro. O papel do *homem* da multidão, do explorador que vê no estrangeiro um pouco de si, do que vê e não é visto, do homem-gênio, do que cria em martírio, parece estar em várias das mulheres-obras de Brooks e na própria construção do Eu, em um retorno eterno a dualidade Eu-Outro, como sugere Judith Butler, principalmente no que tange a sexualidade.

A prevalência dessa matriz heterossexual na construção do gênero surge não só no texto de Freud, mas também nas formas culturais de vida que absorveram essa matriz e são habitadas por formas diárias de angústia de gênero. Por conseguinte, o medo do desejo homossexual na mulher pode induzir o pânico de que ela está perdendo sua feminilidade, de que não é mulher, de que não é mais uma mulher propriamente dita, de que se ela não é exatamente um homem, é como se fosse um, e por isso, monstruosa de alguma maneira. (BUTLER, 2009:144)

O medo de não ser, o do estar-entre, o de não poder se declarar como se é traz, para Butler, a melancolia do que não pode ser pranteado, de certo modo acarretando em uma necessidade de voltar a si, de fazer o retorno ao Eu e como esse Eu se coloca em relação a outro-normativo. E Brooks parece fazer isso a cada instante: vemos Brooks em suas retratadas, vemos suas retratadas em Brooks. Brooks faz a volta e ainda assim parece reafirmar enquanto Eu- Invertido cada vez mais. Seria Brooks o corpo da sujeição que vira ao ser interpelado? O corpo que carrega a culpa inerente ao ser desviante? Revelando a culpa de ser quem é e

⁹⁹ Tradução nossa. Original: "Self-portraits can convey to the twenty-first-century viewer the idea that an artist is investigating their inner life rather than playing out social or artistic roles, or referring to specific events or moments. Self-portraits seem to suggest a form of self-exploration. Although the idea that an artist would choose deliberately to explore their states of mind through self-portraiture is a modern one, such an interpretation is often read back on to self-portraits in the past."

ensaiando a melancolia do corpo que precisa ser redimido para só então ser? Ou seria Brooks um quarto ponto da sujeição não tão explorado por Althusser ou Foucault do corpo que se permite ser o que é, forçando as limitações conceituais ao ponto de se colocarem como um corpo que assume o pranto que não se pode prantear e o corpo que apesar de julgado culpado insiste e existe? Fato é que Brooks existiu.

E Brooks não existiu sozinha. Com ela foram várias outras artistas, outros corpos, que se colocaram, representaram e se deixaram representar por si e para si. A independência do olhar masculino, a independência do existir a partir do outro e o começo de uma existência para si, parece ser força motriz para diversas artistas do entresséculos. Em Peter (a Young English Girl), Gluck, artista inglesa nascida Hannah Gluckstein, é retratada com trajés tipicamente masculinos, um trenchcoat preto com cinto, uma camisa branca que parece compor com uma gravata preta. Sua mão segura um chapéu de aba larga, que ao contrário do de Brooks, se mostra mais bruto e menos refinado do que a cartola de topo alto. Seus cabelos curtos e rentes emolduram um rosto sem ornamentos, de feições finas, com ângulos definidos e afiados.

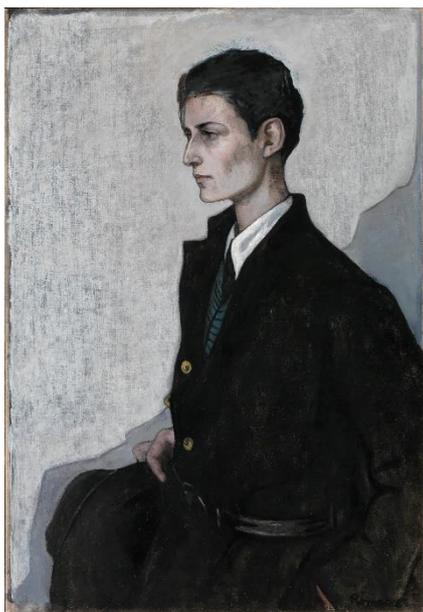


Figure 7 Romaine Brooks. Peter (A Young English Girl). 1923-1924. Óleo sobre tela. 91.9cm X 62.3cm. Smithsonian American Art Museum.



Figure 8 Gluck. *Medallion*. Óleo sobre tela. 30,5cm X 35,6cm. Coleção privada. Fonte: Site Artnet.

Ao contrário dos autorretratos de Brooks, Gluck se coloca de perfil, nos privando de seu olhar compenetrado, mas com a abundância de um perfil angular. E a mesma pose se repete no autorretrato de Gluck, *Medallion*, ao se representar de perfil, ao lado de Nesta, sua então parceira, com o mesmo corte de cabelo daquele pintado por Brooks, e com a mesma consituição de um grande espaço negativo acinzentado e indecifrável. Gluck, porém, escolhe por mostrar as marcas do tempo, com uma pele mais macilenta e vincos de ambas as retratadas. Porém, no em outro autorretrato, Gluck, assim como Brooks, escolhe se representar encarando o espectador. Não há nada nessa obra que nos indique o gênero de Gluck. Seus cabelos curtos ondulados estão partidos ao meio, sua pele se apresenta ainda mais pesada do que em *Medallion*. Seu nariz adunco segue a linha de suas olheiras demarcadas, salientando a severidade de seu olhar. Mas é a posição de seu rosto, inclinado para trás, nos olhando de cima para baixo. Assim como Brooks, em *Self-Portrait*, a pose reforça a ideia de controle e separação de seu espectador.



Figure 9 Gluck. *Gluck*. 1942. Óleo sobre tela. 30,6cm X 25,4cm. National Portrait Gallery. Fonte: Site NPG.

Mas não é só o círculo de Romaine Brooks que parece querer se representar de forma disruptiva de gênero. A polonesa Lotte Laserstein, contemporânea de Brooks (e Gluck), decide por se autorretratar de forma mais detalhada, com cenários dinâmicos e minuciosos, em que vemos não só o fundo mas também a pincelada da artista, que se faz presente em cada parte da tela. Em *Self-Portrait with a Cat*, Laserstein se autorretrata com roupas largas que não evidenciam seu corpo e cabelos extremamente curtos, adotando uma postura tida como masculina, deixando no ar seu gênero.

Ao contrário dos autorretratos de Brooks, na obra de Laserstein vemos uma necessidade de se mostrar com seus utensílios de trabalho, demarcando seu ofício. Laserstein escolhe também por se representar com seu gatinho, fazendo a ponte emocional entre seu olhar duvidoso e o olhar julgador de quem a olha, diferentemente do que vemos em *Chasseresse* (1920), em *La Baronne Emile D'Erlanger* (1924), e *Una, Lady Troubridge* (1924), em que os animais da cena não possuem nada de domésticos, mesmo sendo um deles um par de *Dachshund* na obra de *Lady Troubridge*.

Figure 10 Lotte Laserstein. *Self-Portrait With a Cat*. 1928. Óleo sobre painel. 61cm × 51cm. Coleção privada. Fonte:



Leicester Museums Website.

Figure 11 Lotte Laserstein. *In my Studio*. 1928. Óleo sobre painel. 46cm × 73cm. Coleção privada. Fonte: Site Studio



International.

Lotte decide se representar, como Brooks, com uma cidade ao fundo. Porém ao contrário da artista estadunidense, o cenário de Lotte é mais bucólico, com uma forte presença de natureza e de tons verdes fora e dentro de seu ateliê. Já em *In My Studio*, de 1928, a natureza já não se mostra tão viva, com árvores secas e tons ocres abundantes; ainda assim, Lotte parece

se representar com uma vivacidade maior do que a que vemos em Brooks. E ao analisarmos algumas das retratadas por Lotte, vemos que também há uma tendência em retratar seu semelhantes, seus pares de não conformidade de gênero, paletas que permeiam tanto artista quanto modelo, como vemos em *Traute in a Green Pullover*, de 1931, e nos outros tantos retratos de Traute realizados por Lotte.



Figure 12 Lotte Laserstein. Traute in a Green Pullover. c1931. Óleo sobre papel. 76cm × 54cm. Coleção privada.

Parece haver, nos meios não-hétero-normativos, uma necessidade de se reconhecer no outro e de florescer em si o visto fora. E quando Laura Mulvey cunha o seu tão disseminado termo “male gaze”, ela nos abre uma brecha para entendermos esses corpos femininos que, se não colonizados pela episteme masculina, muitas vezes são subjulgados e transformados para o olhar masculino, e não apenas como uma mere mimicidade das formas e linhas masculinas de poder. E assim podemos pensar esses corpos não necessariamente pelo viés do enfrentamento e da binariedade de um ou outro (ainda que pertinente), mas pela perspectiva da coerência do ser que, a cada momento, se constrói para ser exatamente aquilo que se é, em um eterno looping da ontologia de si mesma.

BIBLIOGRAFIA

BROOKS, Romaine. *No pleasant memories: Romaine Brooks papers. 1910-1973*. Washington: Archives of American Art, Smithsonian Institution. Disponível em: <<https://www.aaa.si.edu/collections/romaine-brooks-papers-6290/series-4/box-3-folder-11>>.

_____. *The Toll of Friendship - Selections from the Memoirs of Romaine Brooks*. Introduction by Timothy Young. *The Yale Review*. Volume 103, Issue 4, October 2015.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

_____. **Imitation and Gender Insubordination**. In: FUSS, Diana. *Inside/Out: Lesbian Theories, Gay Theories*. London: Routledge, 1991

_____. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CHADWICK, Whitney. **Women, Art, and Society**. 5. ed. New York: Thames&hudson World Of Art, 2

_____. *Amazons in the Drawing Room - The Art of Romaine Brooks*. Catálogo de exposição. Berkeley: University of California Press; National Museum of Women in the Arts, Washington, DC, 2000.

CLARK, Kenneth. *The nude – A study in ideal form*. Princeton: Princeton University Press. 1956.

FOUCAULT, Michel. *Isto não é um cachimbo*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. **A história da sexualidade**: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FREUD, Sigmund. **Amor, Sexualidade, Feminilidade**: obras incompletas. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018

LANGER, Cassandra. *Romaine Brooks. A Life*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press. 2015.

MULVEY, Laura. "Visual Pleasure and Narrative Cinema." *Screen*, v. 16, n. 3, p. 6-27, Autumn 1975.

NOCHLIN, Linda. **The Body in Pieces**: The Fragment as a Metaphor of Modernity. New York: Thames And Hudson. 1994.

SMITHSONIAN AMERICAN ART MUSEUM. Romaine Brooks. Disponível em: <https://americanart.si.edu/artist/romaine-brooks-599>. Acesso em: 01 mar. 2022.

WEST, Shearer. *Portraiture*. 1ª edição. Oxford: Oxford University Press. 2004.

WHITMAN, Walt. **Folhas da Relva**: canção de mim mesmo. São Paulo: Martin Claret, 2005.

ZIMMERMAN, Bonnie. Lesbian histories and cultures: an encyclopedia. New York: Garland Pub, 2000

Mulheres triunfantes: possibilidades de olhares para representações femininas na obra de Henrique Alvim Corrêa

Brenda Martins de Oliveira¹⁰⁰

Resumo: Neste trabalho iremos analisar as representações femininas realizadas pelo artista Henrique Alvim Corrêa que se conectam ao arquétipo da *femme fatale*, forma de se representar o feminino que ganhou bastante força entre os artistas do entre séculos XIX e XX e aparece relacionada a um traço erótico ressaltado. As figuras femininas exibem sua sensualidade de forma livre e autônoma, exploram o seu corpo e por meio do olhar, que nestas obras se trata especificamente do masculino, elas aparecem como uma espécie de fetiche. No entanto, neste trabalho nosso objetivo não é apenas pensar no olhar do artista, e sim ampliar as possibilidades de se olhar para estas obras de arte pensando também nos espíritos dos tempos que essa materialidade atravessa e como esses outros olhares influenciados pelos movimentos culturais advindos possam ter afetado a própria existência destas imagens.

Palavras-chave: Figura feminina; Alvim Corrêa; Gozo; Morte.

Abstract: In this work we will analyze the feminine representations made by the artist Henrique Alvim Corrêa that connect to the archetype of the *femme fatale*, a way of representing the feminine that gained quite strength among the artists of the 19th and 20th centuries and appears related to an erotic trait highlighted. The female figures exhibit their sensuality in a free and autonomous way, explore their body and through the gaze, which in these pieces is specifically about the male gaze, they appear as a kind of fetish. However, in this work, our objective is not just to think about the artist's gaze, but to expand the possibilities of looking at these pieces of art, also thinking about the spirits of times in which this materiality pass through it and how these other looks influenced by the arising cultural movements can have affected the very existence of these images.

Keywords: Female figure; Alvim Corrêa; Orgasm ;Death.

O artista Henrique Alvim Corrêa produziu uma quantidade significativa de figuras femininas envolvidas em uma atmosfera erótica, no entanto ele foi reconhecido majoritariamente pelas suas ilustrações para o livro Guerra dos Mundos de H. G. Wells. Ao direcionar o nosso olhar a estas imagens encontramos muitos desafios para pensar essa materialidade na história, sobretudo, no período em que ela foi produzida, uma vez que encontramos poucas referências históricas que possam nos sugerir sua circulação ou a percepção dessas obras. Este artigo se trata de um recorte de uma pesquisa de doutorado que

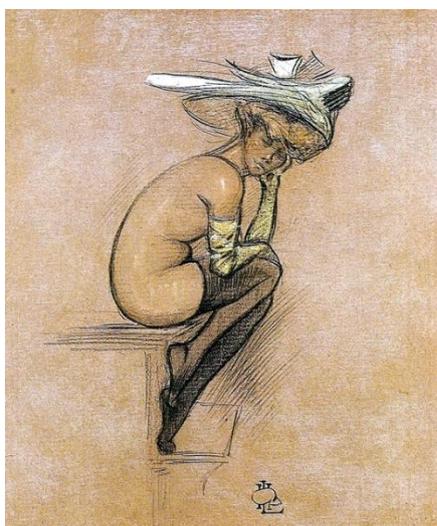
¹⁰⁰ Doutoranda História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, e-mail: brendamartinshis@gmail.com

tem como objetivo uma abrangência maior que visa investigar o traço erótico nas obras de Henrique Alvim Corrêa dando ênfase as representações do feminino. No entanto, neste momento nosso objetivo é pensar em algumas possibilidades de olhares para essa produção ao longo do tempo.

Durante a pesquisa nos deparamos com inúmeros silêncios historiográficos, algumas lacunas que talvez não sejam possíveis de serem respondidas, por diversos motivos, sendo um deles o fato de parte da produção deste artista ter se perdido com o naufrágio de um navio (EULÁLIO, 1981). Até o momento, a partir das pesquisas em jornais sobretudo, no Brasil e na Bélgica é possível perceber que as obras de Alvim Corrêa que circularam com maior força foram as ilustrações de ficção científica ou até mesmo algumas figuras de cenas de batalha. Sua produção de temática erótica começa a aparecer no Brasil com maior força, a partir da década de 1960, o que é possível de se observar nos periódicos da época.

Em um período posterior, encontramos outra aparição dessa materialidade. A poetiza Yêda Schumaltz escolhe algumas das ilustrações do artista para compor o seu livro de poesias eróticas denominado *Baco e Anas Brasileiras*, livro que foi publicado em 1985. A conexão que a poetiza faz das obras de Alvim Corrêa com os seus poemas impõe uma outra possibilidade de olhar para essa produção. A curadoria da autora acaba sendo um recorte interessante para pensarmos na figura feminina nas obras de Alvim Corrêa sendo possível notar um preponderante traço erótico.

Figura 1: Nu com chapéu



Fonte: Alvim Corrêa, sem data. Gravura água-forte e tinta. Disponível em: SCHMALTZ, Yêda. *Baco e Anas brasileiras*. Editora Achiamé, Rio de Janeiro 1985, capa.

Nu com chapéu foi escolhida pela poetiza para protagonizar a capa do livro. Nesta obra, é possível perceber uma figura feminina em um posicionamento um tanto casto, curvada para frente com as pernas cruzadas, braços apoiados sobre o joelho, ela veste longas meias pretas e luvas brancas. Uma de suas mãos está apoiada em seu rosto perfilado que se vira para frente e nos olha com um semblante sério. A sua face é adornada por um exuberante chapéu com laços e tons esbranquiçados sobre o cabelo castanho claro que está preso. A figura não possui roupas que cubram seu sexo ou seus seios, mas nada disso está aparente por conta do posicionamento. Existe uma ideia de nudez pudica que se coloca ao nosso olhar, no entanto, os elementos que enfeitam o corpo feminino se conectam ao ambiente dos cabarés, das noites, ao universo da sensualidade feminina o que corrobora com a ideia de certo mistério a figura. Essa ideia de algo que se pretende misterioso aparece como um elemento de sensualidade.

Não faz parte dos nossos objetivos analisar neste trabalho a relação das imagens com o texto, o que nos interessa aqui é o olhar da escritora ao escolher especificamente essas imagens diante de toda a produção do artista e como essa escolha pode se conectar com algumas possibilidades de olhar para essa produção naquele período. Em *Mulher nua de meia preta*, *Sereia vitoriosa*, *Mulher no pelourinho* notamos em comum a ideia de triunfo relacionada ao universo feminino. Na primeira delas, é possível observar uma figura feminina nua posicionada de pé, vestindo meias, luvas pretas e longas e um exuberante chapéu preto. Um de seus braços apoia sofisticadamente a mão sobre uma espécie de bengala estreita e o outro arqueado apoia nas costas ressaltando a curva produzida por este posicionamento. Sua postura é sobretudo altiva, de quem olha para o observador de cima para baixo corroborando com a ideia de dignidade e força desse corpo que não parece ter medo ou qualquer receio em ser observado, exibindo toda a sua nudez.

Figura 2: Mulher nua de meia preta



Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por uma história decolonial: Gênero, raça e classe na América Latina. Eduarda Guerra Tostes; Lavínia Renata de Oliveira Turqueti; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2022. 926 p.

Fonte: Alvim Corrêa, sem data. Gravura água-forte e tinta. Disponível em: SCHMALTZ, Yêda. Baco e Anas brasileiras. Editora Achiamé, Rio de Janeiro 1985, p. 29.

Figura 3: Sereia Vitoriosa



Fonte: Alvim Corrêa, sem data. Gravura água-forte e tinta. Disponível em: SCHMALTZ, Yêda. Baco e Anas brasileiras. Editora Achiamé, Rio de Janeiro 1985, p. 45.

Figura 4: Nu – tema alegórico



Fonte: Alvim Corrêa, sem data. Carvão e aquarela sobre papel, 032 x 0,255. Disponível em: SCHMALTZ, Yêda. Baco e Anas brasileiras. Editora Achiamé, Rio de Janeiro 1985, p. 45.

A partir de uma perspectiva semelhante, também de cima para baixo em *Sereia vitoriosa* a figura feminina remete a ideia de triunfo já em seu título. Ela está com o corpo nu, porém de meias e luvas carregando em uma das mãos uma espada apontada para baixo enquanto a outra segura as rédeas de um cavalo no qual ela está exuberantemente montada. Seus cabelos negros e soltos exibem uma certa ideia de selvageria indomável, de força feminina que parece conter em si a mesma força daquele robusto animal, ou talvez maior, uma vez que ela monta sobre ele e o domina pelas rédeas. No canto inferior da obra, dois corpos masculinos aparecem mortos em cena. Se trata de fato de uma mulher triunfante, uma vez que a ideia de alguém que guerreia não foi nem colocada em cena, se trata de um momento posterior, uma mulher que já venceu, que é, portanto, vitoriosa.

A terceira mulher triunfante que Yêda Schumaltz escolhe para compor seu livro é a *Mulher no pelourinho* obra na qual podemos observar uma figura feminina em pé com o corpo

a mostra e meias pretas longas nos pés. Seus braços estão amarrados atrás de seu corpo a frente de uma robusta madeira colocada em segundo plano, no entanto, este elemento que remete a violência não é capaz de conter a energia vitoriosa. ^{Figura 6:} Ela desce de cima para baixo, passando pelas curvas evidentes de seu corpo que porta uma energia sensual e se exhibe para o olhar do observador até os seus cabelos negros imensos que explodem em cena, voam e se dissolvem no plano de fundo podendo tocar até o chão. É possível perceber a força e liberdade contidas dentro dessa mulher que mesmo amarrada é capaz de nos impactar com a sua energia triunfante.

Figura 5: Liberdade guiando o povo



Fonte: Eugène Delacroix. Liberdade guiando o povo, 1830. Museu Louvre, Paris



Fonte: Gustav Adolf Mossa. Elle, 1906.

A representação da ideia de triunfo feminino aparece bastante na historiografia da arte e faz parte do arquétipo que ganha força no final do século XIX como as representações da *femme fatale*. Em *O corpo da Liberdade* Jorge Coli analisa a obra *Liberdade guiando o povo* e ressalta, para além de muitas outras características, o caráter vitorioso e triunfante da Liberdade de Delacroix (COLI, 2010). A figura feminina que representa a Liberdade ao lado do povo, pega em armas assim como *Sereia Vitoriosa*, e do mesmo modo, é possível perceber os corpos masculinos mortos ao chão. Em ambas as obras as figuras femininas não são representadas durante a batalha ou lutando, ou seja, elas já venceram. A representação não dá margem para a possibilidade de perda, elas simplesmente imperam. Assim como *Mulher no pelourinho* e *Mulher nua de meia preta* ambas as figuras femininas emanam uma energia de triunfo e poder.

Coli compara a ideia de Liberdade representada por Delacroix com o tipo de Liberdade vista por Mario Praz na obra *Elle* realizada por Gustav-Adolf Mossa “o da mulher fatal, o da beleza medúsica de Baudelaire. (COLI, 2010, p. 89) Em *Elle* uma gigantesca figura feminina impera sobre uma pilha de corpos masculinos ensanguentados. Essa figura apresenta um rosto infantil de grandes olhos e traços delicados o que contrasta com seu corpo voluptuoso de seios fartos que se destacam. Um pequenino gato preto aparece à frente de seu sexo e o esconde. Coli observa que na obra de Mossa, *Elle* “é a única triunfadora nas chacinas, políticas ou carnavais.” (COLI, 2010, p.92)

A ideia de beleza medúsica se consolidou como uma forma comum de olhar para o feminino representado com força e altivez e esteve comumente conectado a um olhar de um público específico. A partir de um levantamento bibliográfico na historiografia da arte é possível perceber que o lugar de público alvo neste universo é majoritariamente ocupado pelo olhar masculino. Dessa maneira, as produções artísticas de um modo geral acabam estabelecendo em si uma espécie de relação naturalizada com o olhar masculino. Pressupõem-se a ideia de que quem vê é o homem. Laura Mulvey escreve a respeito desta ideia e elabora o termo *male gaze* que seria o olhar masculino para o corpo feminino.

Num mundo governado por um desequilíbrio sexual, o prazer no olhar foi dividido entre ativo/masculino e passivo/feminino. O olhar masculino determinante projeta sua fantasia na figura feminina, estilizada de acordo com essa fantasia. Em seu papel tradicional exibicionista, as mulheres são simultaneamente olhadas e exibidas, tendo sua aparência codificada no sentido de emitir um impacto erótico e visual de forma a que se possa dizer que conota a sua condição de “para-ser-olhada”. A mulher mostrada como objeto sexual é o *leitmotiv* do espetáculo erótico: de garotas de calendário até o *strip-tease*, de Ziegfeld, até Busby Berkeley, ela sustenta o olhar, representa e significa o desejo masculino. (MULVEY, 1983, p. 444)

Mulvey ainda acrescenta que “de acordo com os princípios da ideologia dominante e das estruturas psíquicas que sustentam, a figura masculina não pode suportar o peso da objetificação sexual.” (MULVEY, 1983, p. 445) Para além desse olhar que se pressupõe masculino existem outras possibilidades de olhares para a obra de arte.

Retomando a *Liberdade guiando o povo* notamos que essa figura feminina que pega em arma com uma das mãos, segura a bandeira com as cores da França na outra, se apresenta vestida, no entanto com os seios deixados de modo desleixado à mostra, o pé descalço sobre a

madeira, ela lutou junto de uma multidão com uma cidade aparecendo no plano de fundo. A obra foi realizada em 1830, poderia ser uma obra passadista representando a Revolução Francesa que aconteceu em 1789, no entanto, não é desse tipo de Liberdade a que Delacroix intencionou representar. Jorge Coli nos mostra em *Liberdade guiando o povo* que a obra representa um movimento que aconteceu em 1830 e tinha como objetivo o retorno de uma monarquia. (COLI, 2010)

Por mais que o olhar do artista não tivesse a intenção de representar uma Liberdade que se conectasse com a ideia de Liberdade da República, bradada pelo povo na Revolução Francesa, foi a essa “Liberdade das ruas” que o olhar do público da época acabou incorporando a essa materialidade de modo que seu sentido foi absorvido na cultura de maneira diferente das intenções do artista.

Ora o quadro de Delacroix em princípio canta a Liberdade, mas não a República. Porém, a força sedimentada e imanente à imagem ignorava soberbamente a cisão que a obra, supostamente, deveria fazer. As aspirações republicanas não podiam deixar de nela encontrar a primitiva síntese. Esse dado explica bastante os temores provocados pelo quadro tanto sob a Monarquia de Julho, quanto sob o Segunda Império – se se trata de uma verdadeira Liberdade, ela é forçosamente lida como República. Seu caráter subversivo se acentua ainda se pensarmos que ela sublinha, veemente, a traição política dos dois regimes, vívida nos espíritos republicanos. (COLI, 2010, p. 84)

Ao olhar para *Liberdade guiando o povo* e trajetória histórica notamos o quanto a obra de arte se torna independente do artista e desse modo é possível perceber a possibilidade de separação entre a ideia de autoria da obra e personalidade do artista, sendo que nessa relação o artista falando de sua própria obra é mais das possibilidades de olhar para ela e não a forma determinante. Coli ainda observa que:

Um quadro, uma escultura desencadeiam, graças à materialidade de que são feitos, ‘pensamentos’ sobre o mundo, sobre as coisas, sobre os homens. Esses ‘pensamentos’, incapazes de serem formulados com conceitos e frases pela própria obra, provocam comentários, análises, discussões, que se alteram, ao infinito, conforme seja o analista, o universo cultural ao qual pertence, a geração da qual faz parte. O artista, ele próprio, pode propor uma análise de sua criação. Ele será, porém, rigorosamente, apenas mais um analista, como os outros foram. (COLI, 2008, p.188)

Dessa maneira, a obra de arte deixa de ser um objeto de análise e se transforma num sujeito pensante, com vida própria, significados próprios e porque não dizer desejos próprios.

Na antropologia da imagem vamos encontrar formas de olhar para a obra de arte que pressupõe essa ideia de imagens como sujeitos desejantes.

O crítico e historiador da arte Michael Fried resume a ‘convenção primordial’ da pintura nos seguintes termos: ‘uma pintura deve, primeiramente, atrair o espectador, depois prender seu olhar e finalmente encantá-lo. Uma pintura deve chamar o espectador, paralisá-lo e sustentar sua atenção, como se o espectador estivesse impossibilitado de mover-se, como se estivesse enfeitiçado’ (FRIED, 1990). Em suma, o desejo da pintura é trocar de lugar com o espectador, fixa-lo em seu lugar, paralisá-lo, tornando-o assim uma imagem para o olhar da pintura, o que poderíamos chamar de ‘efeito Medusa’. (MITCHELL, 2015, p. 173-174)

As imagens que foram vistas em sua contemporaneidade por meio da ideia de uma beleza medúsica, por conta de seu efeito hipnoticamente erótico que provocou no observador, agora alguns antropólogos da imagem recorrem a mesma figura mitológica para pensar a ideia de imagens que desejam, de imagens que, contrário da teoria de Mulvey sobre o *male gaze*, relação na qual a imagem está no lugar passivo para serem olhadas enquanto o observador ocupa o lugar ativo, o ser que vê. Agora nesta outra possibilidade do olhar: o ser representado é o ser ativo, que captura o nosso olhar e nos impõe uma forma de ser visto, essas imagens são, portanto, livres para significarem aquilo que querem ser e para conduzir a nossa forma de olhar.

Pensemos nas diferentes contemporaneidades e na sobrevivência dessas formas elaboradas pelos artistas ao longo do tempo. A partir das mãos de Alvim Corrêa que representou diversas figuras femininas em posições de preponderante erotismo é possível partir, por exemplo, de um olhar feminino que as vê e projeta nessas obras toda uma conexão com sua própria sensualidade. As mulheres que triunfam com o corpo exuberante transbordando em si força e desejo como uma espécie de característica própria das imagens e não somente uma decisão do artista permitem, por exemplo, a poetiza Yêda Schumaltz projetar nelas a sensualidade de suas próprias palavras, para assim acompanhar seus poemas eróticos em seu livro. Ao final do livro a poetiza elabora algumas palavras para descrever melhor o seu olhar e aponta a motivação de escolha pelas imagens de Alvim Corrêa para dialogar com seus poemas.

Quando escrevi este livro, Baco e Anas Brasileiras, imediatamente pensei em ilustrá-lo com a obra de Alvim Corrêa porque percebi que havia uma identidade enorme entre os meus textos e toda a parte da obra do artista que trata da **mulher**. Trata-se de uma afirmação incrível e que pode abrir novos horizontes para conhecimento das obras do artista: uma escritora brasileira no final do século XX, ao escrever um livro de denúncia, identificar-se com aquela obra, significa que ele foi um visionário, um **feminista** mesmo, na

acepção da palavra com suas conotações do nosso final de século. Caem por terra todas as indagações que se possa fazer de valores estrangeiros ou da arte do séc. XIX, a partir do momento em que se percebe nele o gênio visionário que, através de uma linguagem simbólica principalmente, mediu e mostrou toda a violência que sempre se desabou sobre a mulher e, de maneira erótica, às vezes caricatural, desvelou dentro de uma perspectiva altamente intelectual, a sexualidade feminina, tantas vezes castrada. Então, Henrique Alvim Corrêa foi tenho certeza de que conscientemente, o defensor apaixonado da mulher – não a do séc XIX ou qualquer outro, não a europeia ou a brasileira, mas a Mulher de todos os tempos, um ser que conheceu e profundamente amou e, portanto, foi capaz de dignificar. (SCHUMALTZ, 1985).

A observação de Schumaltz é bastante interessante, sobretudo, como uma fonte historiográfica. Pensar sobre como a obra produzida por Corrêa foi vista e como a poetiza projeta nessa materialidade uma ideia de feminino absolutamente diferente dos ideais que circularam durante o período de produção do artista nos faz pensar sobre todas essas outras possibilidades de se olhar para um mesmo objeto artístico e como essas formas variam e acompanham o espírito dos tempos, as determinadas contemporaneidades.

Para tanto, retomemos a mais duas obras escolhidas pela poetiza e olhemos para elas com o olhar do nosso tempo.

Figura 7: O sapato



Fonte: Alvim Corrêa, sem data. Gravura água-forte e tinta. Disponível em: SCHMALTZ, Yêda. Baco e Anas brasileiras. Editora Achiamé, Rio de Janeiro 1985, p. 69.

Figura 8: A vida, o prazer e a morte.



Fonte: Alvim Corrêa, sem data. Crayon e nanquim sobre papel, 27,6 x 33,2 cm. Disponível em: SCHUMALTZ, Yêda. Baco e Anas brasileiras. Editora Achiamé. Rio de Janeiro 1985, p. 95

Em *O Sapato* é possível perceber uma figura feminina com uma de suas pernas dobradas sobre a beirada de uma cama, enquanto a outra está esticada com um sapato de salto na extremidade. O seu corpo é apresentado a partir de uma espécie de arco que se desenvolve pela

coluna o que faz com que a figura erga sua cabeça para trás, ao passo que seus cabelos negros contornam a sua face que parece estar imersa em uma atmosfera de torpor. Quando seu corpo se arqueia seus seios saltam para frente e ganham evidência, no movimento deste gesto a figura aproxima suas mãos segurando um sapato entre a fenda no meio de suas pernas, objeto que atribui nome a obra ao mesmo tempo em que provoca uma espécie de energia libidinosa que é exibida. Se trata de uma cena de intimidade e liberdade, a mulher sozinha, em um ambiente que se aparenta a um quarto proporciona a si própria o prazer que ela parece desejar nos mostrando autonomia feminina ao lidar com o seu prazer.

A partir do corpo arqueado, Alvim Corrêa representa outras figuras femininas em êxtase. Em *O beijo de amor* a mulher apresenta o corpo arqueado nu sobre uma caveira que flutua livremente no ar, não existe outros elementos compositivos no plano de fundo da obra. Os pés da figura também estão arqueados como um reflexo de uma energia libidinosa que se materializa como o prazer feminino dessa figura e faz os seus cabelos voarem livremente enquanto sua cabeça tomba para trás e expressa um figurante sorriso também extasiado. Suas mãos seguram um cupido que acaricia seus lábios inferiores de cabeça para baixo de costas para o observador, essa carícia parece ser o ponto central de onde a energia erótica se dissipa e inunda todo o universo da obra.

O artista mistura elementos compositivos de muitos significados nessa obra, a caveira evoca a morte, o cupido nos lembra do amor e entre esses dois mundos, a mulher se instaura na cena representando uma espécie de materialização do prazer feminino. A materialidade do prazer masculino é algo mais evidente e muito comum de se encontrar na historiografia da arte como o falo enrijecido, no entanto, existe uma certa dificuldade de colocar em cena de modo material o prazer das figuras femininas, assim como observa Jorge Coli em seu artigo *Exposição, ocultação, contemplação: o olhar e o sexo feminino*. (COLI, 2011)

Esses corpos que contém em si energia e vitalidade, que exibem o desejo feminino foram na historiografia da arte classificados dentro do arquétipo da *femme fatale*, da mulher que é ao mesmo tempo temida e desejada, da mulher que amedronta e fascina os homens ao longo dos tempos. O termo *femme fatale* de alguma maneira relaciona a sexualidade feminina a algo que transita pelo universo do que deve ser temido, como algo negativo, que tende a certa fatalidade sendo este um modo de percepção que partiu de um olhar historicamente masculino.

Portanto, o que propusemos aqui por meio da análise das obras de Alvim Corrêa, a partir de variadas possibilidades de visualidade não é necessariamente subverter o modo de

olhar para a sexualidade feminina que pode ter como foco o aspecto negativo da sexualidade e sim ressaltar outras formas. Jorge Coli em *O corpo da liberdade* observa esse modo de representação e aponta para a ideia de triunfo que reside no corpo feminino representado por Delacroix. Essa liberdade feminina, erotismo e sexualidade que foi vista, sobretudo, a partir de um viés fatalista foi projetada historicamente por meio da figura mitológica que mata e petrifica a partir do olhar alheio, uma figura que foi absorvida pela cultura visual enquanto algo belo, mas ao mesmo tempo amedrontadora, assim como a ideia de feminino é percebida em geral.

Para construir uma nova perspectiva não é necessária uma oposição com o intuito de condenar os modos de olhar. O poder que emana da beleza medúsica é um fato e se trata de uma forma bastante interessante de pensar a figura feminina, faz parte da nossa cultura visual. Assim como apontar para outras possibilidades de ver, para que a partir dessas mulheres poderosas possamos pensar no poder que existe na imagem e na força que a sensualidade feminina apresenta em si e para si, mesmo que representada por um artista através de seu *male gaze*, a obra de arte tem vida própria e pode ser percebida em outros tempos por meio de outros olhares. Desse modo, é possível perceber que as mulheres que foram chamadas de fatais não se tratam necessariamente de imagens que estejam essencialmente fadadas ao fatalismo e a morte. Portanto, ficaremos aqui com a ideia de mulheres triunfantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COLI, Jorge. Exposição, ocultação, contemplação: o olhar e o sexo feminino. In *Revista de História da Arte e Arqueologia*. RHAA: Campinas. 2011

COLI, Jorge. Notas para uma distinção entre a noção de artista e de autor. IV Encontro de História da Arte – IFCH/UNICAMP, 2008, p. 188

COLI, Jorge. *Reflexões sobre a ideia de semelhança, de artista e de autor nas artes - Exemplos do século XIX*. [19&20](#), Rio de Janeiro, v. V, n. 3, jul. 2010

COLI, Jorge. *O corpo da liberdade: reflexões sobre pintura do século XIX*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

EULÁLIO, Alexandre. *Henrique Alvim Corrêa: guerra e paz. Cotidiano e imaginário na obra de um pintor brasileiro no 1900 europeu*. Agosto-setembro de 1981

COSTA JUNIOR, Martinho Alves. *Fin-de-siècle: luxúria, morte e prazer*. VI EHA – Encontro de História da Arte – Unicamp. 2010.

MITCHELL, W.J.T. O que as imagens realmente querem?. In: *Pensar a imagem/Emmanuel Alloa*, (org.). – 1. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por uma história decolonial: Gênero, raça e classe na América Latina. Eduarda Guerra Tostes; Lavínia Renata de Oliveira Turqueti; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2022. 926 p.

MULVEY, Laura. Prazer Visual e cinema narrativo. In: XAVIER, Ismail (org). A Experiência do Cinema: antologia. Rio de Janeiro: Edições Graal; Embrafilme, 1983.

SCHUMALTZ, Yêda. Bacos e Anas brasileiras. 1ª edição – Rio de Janeiro: Achiamé, 1985.

Narrativas Femininas: a História Oral como um caminho para o estudo da Festa da Menina-Moça do povo indígena Guajajara

Maria Eduarda Pedrete Vieira¹⁰¹

Clara Gomes De Filippo¹⁰²

Resumo: Considerando uma reflexão sobre a Festa do Moqueado (ou Festa da Menina-Moça) do povo indígena Guajajara tencionamos apresentar um estudo que dialogue diretamente com o campo da História Oral. Para tanto, procuramos conduzir uma análise sob perspectiva decolonial acerca das práticas e rituais indígenas vigentes, levando em consideração a importância da cerimônia enquanto uma estratégia de afirmação cultural e de identidade para as mulheres do povo Guajajara. Conduzimos o presente trabalho fazendo uso de materiais bibliográficos e também do relato oral de uma indígena Guajajara da Aldeia Piçarra Preta.

Palavras-chave: Festa da Menina-Moça, História Oral, Guajajara, Indígenas.

Abstract: Considering a reflection on the Feast of the Moqueado (or Festa da Menina-Moça) of the Guajajara indigenous people, we intend to present a study that dialogues directly with the field of Oral History. To this end, we seek to conduct an analysis from a not colonial view about the current indigenous practices and rituals, taking into account the importance of the ceremony as a strategy of cultural affirmation and identity for the women of the Guajajara people. We conducted the present work using bibliographic materials and also the oral report of an indigenous Guajajara from Piçarra Preta Village.

Keywords: Festa da Menina-Moça, Oral History, Guajajara, Indigenous.

¹⁰¹Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

¹⁰²Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

1. Introdução

Na historiografia brasileira, diversos silenciamentos persistem no tocante a construção de uma história com centralidade nos povos indígenas. Inúmeras composições narrativas ainda corroboram para a consolidação de visões estereotipadas que não rompem com as marcas enraizadas da colonialidade e da noção eurocêntrica. Desde a fundação da relação *modernidade e colonialidade*, o pensamento decolonial emerge (BALLESTRIN, 2013, 89-117) como uma alternativa de abalo a tais concepções consolidadas pelo pensamento hegemônico eurocentrado.

A colonialidade abrange as relações de *dominação e opressão* encharcando a forma como compreendemos e consumimos conhecimento, ao passo que o pensamento decolonial convoca a formular conhecimentos que rompam com a homogeneização de saberes em um esforço para resgatar memórias e saberes que foram colocados em uma posição de subalternização. Sob esse ponto de vista, a desvalorização desses saberes ocorre fundamentada na crença em uma superioridade “natural”, algo que não se encerra no colonialismo, uma vez que esse descrédito é continuamente legitimado pelas relações de poder (DIMENSTEIN, 2020).

Destaca-se que as mulheres indígenas latino-americanas contribuíram imensamente para o pensamento decolonial, pois a partir de suas produções científicas a teoria aprofundou as discussões sobre gênero e sobre o corpo feminino. Tomando os postulados apontados buscamos estabelecer um diálogo com perspectivas decoloniais capazes de desestabilizar as certezas impostas pela colonialidade acerca do corpo feminino (HAESBAERT, 2020).

2. História Oral

Se formos buscar o conceito de história no dicionário encontraremos algo parecido com isso: “Ciência que estuda eventos passados com referência a um povo, país, período ou indivíduo

específico” ou “Conjunto de conhecimentos relativos ao passado da humanidade e sua evolução, segundo o lugar, a época, o ponto de vista escolhido.”.

Significados e respostas amplas que geralmente seguem atrelados a uma dúvida: Quem faz história? Quem escreve a história? Para quem é a história? Seguindo uma linha tradicional teríamos a resposta logo de cara: A história é escrita por historiadores que investigam os fatos. Mas, pensar dessa forma é ser excludente com outras formas de se ter a história viva e de fazer história. Começaremos daqui a justificar a História Oral e Pública, que vai além dos muros da academia.

Uma história feita pelo o povo e para o povo, trazendo junto de si marcas pessoais, envolvidas em uma vivência única que um historiador de formação jamais irá conseguir retratar da mesma forma de quem esteve presente enquanto acontecia, cabe a ele unir-se ao locutor, construindo uma história conjunta, expandindo o conhecimento para todo o tipo de público, dar voz a uma história por vezes silenciada. Dessa forma, em nosso artigo, buscaremos deixar que a indígena Guajajara entrevistada tenha o lugar de sujeito ativo, usando de seu relato oral como fonte principal da pesquisa. Uma espécie de união na historiografia, entre academia e o povo. Partiremos do ponto da história feita com o povo e também a história feita pelo povo. Ou seja, sendo o instrumento de escrita e pesquisa da história de uma comunidade indígena específica.

Não podemos dizer que a História Oral e História Pública são uma coisa só, embora tenham momentos que se perpassam, ambas possuem seus significados e locais diferentes. Mas quando utilizadas juntas conseguem proporcionar resultados significativos e uma nova forma de leitura sobre uma determinada parte da sociedade que foi feita de objeto de estudo. Deixamos o olhar macro histórico um pouco de lado e passamos a usar a micro história como principal foco. Buscamos entender a vida daqueles que por anos foram conhecidos apenas como inferiores e sem importância, que antes da nova historiografia jamais estamparam os capítulos das grandes obras históricas mundiais como sujeitos ativos e pertencentes a um local de fala.

Podemos definir bem o papel da História Oral nos dias atuais como um pensamento da socióloga brasileira Aspásia Camargo:

Foi possível também, de certa forma, romper o enclausuramento acadêmico que transformava a entrevista em simples suporte documental - e duvidoso -

da pesquisa social e histórica, para mostrar a riqueza inesgotável do depoimento oral em si mesmo, como fonte não apenas informativa, mas, sobretudo, como instrumento de compreensão mais ampla e globalizante do significado da ação humana; de suas relações com a sociedade organizada, com as redes de sociabilidade, com o poder e o contrapoder existentes, e com os processos macroculturais que constituem o ambiente dentro do qual se movem os atores e os personagens deste grande drama ininterrupto - sempre mal decifrado - que é a História Humana (CAMARGO, 1986).

“Na História Oral, o recorte se dá na coleta e registro de relatos sobre fatos, acontecimentos ou mesmo períodos históricos testemunhados pelo entrevistado, cujo conhecimento se deseja ampliar ou completar” (RIGOTTO, 1998).

A História Oral dentro das aldeias é a base principal de passar conhecimento, os anciãos recebem a função de transmitir todos os ensinamentos, e como no caso de nosso artigo, as etapas dos rituais de passagem. Diminuir o valor da História Oral por não ser algo documentado, é diminuir toda a trajetória de um povo, que por anos foram considerados apenas coadjuvantes e não os atores principais. Quando um povo indígena todo se extingue, junto a ele morre uma parte da história. Por isso a necessidade de se conhecer e escutar os relatos dessas aldeias. Fazer com que a história seja feita por todos, para que não se esgote um dia todas as possibilidades de fonte.

3. O relato

Em busca de conhecermos e entendermos sobre os rituais de passagem e etapas envolta do rito popularmente conhecido como “Festa da Menina-Moça”, realizamos uma entrevista de maneira online com uma indígena brasileira, Brenda Guajajara, da Aldeia Piçarra Preta, localizada no Maranhão. Traremos para o presente artigo os relatos usando da oralidade como nossa fonte principal. Devemos salientar que como dito por nossa entrevistada, existem diferenças de aldeia para aldeia, nos procedimentos realizados durante o Menina-Moça.

Embora a Festa da Menina-Moça seja o objeto central deste trabalho, é primordial evidenciar o primeiro ritual de iniciação dos indígenas Guajajara da Aldeia Piçarra Preta, uma das etapas do WYRA’UHAW. De acordo com Brena Guajajara, por volta dos três anos de idade, quando a criança começa a dar seus primeiros passos é indispensável a realização de

uma purificação para que ela chegue com saúde ao período da adolescência. Com esse propósito, as crianças precisam ingerir determinados *remédios*¹⁰³ feitos a partir de plantas e árvores para não adoecerem.¹⁰⁴

Em disparidade com a Festa da Menina-Moça, o ritual em questão detém um caráter mais intimista, sendo reservado somente ao núcleo familiar. Os avós pintam o corpo das crianças com jenipapo – um fruto originário da Mata Atlântica – o que faz com suas peles fiquem tingidas de preto, ao mesmo tempo é feita a preparação do angu – uma mistura da farinha de mandioca e da caça moqueada¹⁰⁵, em especial do pássaro Nanbu – para que ao final do ritual a família e os mais velhos possam consumir.¹⁰⁶

A Festa da Menina-Moça define a passagem da adolescência para a fase adulta, e nas mulheres se inicia com a chegada da menarca – a primeira menstruação. Quando a menina tem seu primeiro sangramento, a família prepara fogos de artifício para comemorar e também avisar as aldeias vizinhas sobre o acontecimento. Após comunicar aos seus familiares, a jovem entra em isolamento dentro de sua casa e apenas mantém contato com sua mãe e avó, que são responsáveis por pintar seu corpo com a tintura de jenipapo. Ela apenas pode sair dessa reclusão quando toda a tintura sair completamente de seu corpo.

Ao sair do isolamento ocorre a Festa da Mandioca, uma festa em que é servido um mingau da mandioca a todos aqueles que estão participando e também as moças, que além de consumir esse alimento precisam ingerir alguns remédios. Caso não haja outras jovens para participar da Festa, a menina que menstruou pela primeira vez precisa procurar famílias de outras aldeias que queiram realizar a Festa, pois o ritual precisa ser um coletivo.

Trazendo a pauta sobre a menstruação, Brenda nos contou que dentro da aldeia não existe uma problematização, a menina menstruar para eles significa algo como estar preparada para a vida adulta e suas responsabilidades. A entrevistada ainda disse que com o passar dos

¹⁰³ A entrevistada destaca a importância da preservação das florestas para a manutenção dos rituais, uma vez que as plantas medicinais para os remédios são retiradas desses ambientes.

¹⁰⁴ Aquele encarregado da preparação dos remédios precisa estar a disposição dos rituais, pois essa é uma função que não pode haver trocas repentinas.

¹⁰⁵ Técnica utilizada para a conservação das caças e dos peixes que evita que a carne estrague.

¹⁰⁶ Os mais novos não podem consumir o angu, pois os mais velhos acreditam que o consumo envelheça as crianças.

anos essa etapa da vida deixou de estar atrelada ao casamento ou filhos, agora o ponto principal é a vida da mulher e sua autonomia. Podemos trazer esse assunto e refletir em como as mulheres fora das aldeias se sentem desconfortáveis ao falar sobre menstruação, tratando sempre como um grande problema.

Voltando ao nosso foco principal -a Festa da Menina-Moça-, Brenda diz sobre existirem acessórios e adornos específicos para a realização, como as saias brancas que cobrem até pé (que são um símbolo de pureza e virtude), pinturas corporais que representam significados diversos tais como resistência, proteção e saúde. A pintura corporal é feita usando jenipapo e deve ser feita de uma forma que pinte todo o tronco. As meninas devem durante todo o ritual manter seu olhar para o chão. Apenas pessoas específicas da aldeia sabem todos os significados dos momentos durante o rito, são segredos de geração para geração, sendo alguém escolhido para carregar consigo a informação.

Nossa entrevistada disse sobre a sensação ao vivenciar a cerimônia do Menina-Moça, é uma emoção que toma conta de todos os presentes, as meninas que estão passando por aquilo sentem algo diferente que até mesmo não tem explicação. Nas palavras diretas da Guajajara, ela falou que sentiu arrepios por todo o corpo e a presença de outros seres, disse que pensou muito em sua ancestralidade, nos familiares que já se foram, na representatividade do seu povo e na luta para continuarem resistindo.

Ao finalizar o ritual todos se unem em um bonito canto sendo recitado pelos homens e as mulheres acompanhando na sonorização e dança, de mãos dadas, marcando o término daquela festa e agradecendo por tudo aquilo que a natureza os proporciona. É marcado por muita felicidade e uma sensação de paz.

4. Conclusão

Após a entrevista conseguimos entender a importância do ritual para o povo Guajajara. Cada etapa que ocorre durante os anos significa a resistência de uma cultura, que perpassa dia após dia entre os moradores das aldeias. Brenda nos mostrou a riqueza de conhecimentos e ensinamentos atrelados à festa da Menina-Moça. É o corpo feminino como um espaço sagrado e a mulher como agente ativo de uma história, tendo voz e lutando todos os dias. Para aquela

aldeia Guajajara, contar sua história para pessoas de fora é uma forma de se fazerem presentes na sociedade e escutados, ocupando lugares e sendo “páginas da história” como um local de vencedores e não mais como agentes passivos.

5. Referências Bibliográficas

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política* [online]. 2013, n. 11, pp. 89-117.

Dimenstein, Magda et al. Gênero na perspectiva decolonial: revisão integrativa no cenário latino-americano. *Revista Estudos Feministas* [online]. 2020, v. 28, n. 3.

CAMARGO, A. (1989) - Apresentação. In: Alberti, V. - *História Oral: A Experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

RIGOTTO, Raquel Maria. As Técnicas de Relatos Oraís e o Estudo das Representações Sociais em Saúde. *Ciênc. saúde coletiva* [online] vol.3 no.1 Rio de Janeiro jan./jun. 1998

Simpósios Temáticos Online

Simpósio Temático - Nova Direita, Extrema Direita e Direita Radical: Modos de usar

O Foro de São Paulo e a atualidade do “fantasma” do comunismo: da “onda rosa” latino-americana ao (neo)golpismo no Brasil

Danton Oliveira Normandia¹⁰⁷

Resumo:

Nos últimos anos, a extrema-direita na América Latina – e no mundo – galgou expressiva relevância nos espaços e debates políticos. O ápice desse fenômeno proporcionou a chegada desse espectro ideológico, materializada em grupos, organizações e partidos políticos, aos governos nacionais. Um movimento, principalmente no Brasil, de resposta ou contra-ataque à guinada progressista e de esquerda – também batizada de “onda rosa” – ocorrida nos países latino-americanos na primeira década do século XXI. Mas, para o sucesso dessa empreitada, a estratégia do uso massivo das mídias sociais para o compartilhamento de conspirações políticas às informações falsas se mostrou assertiva. Em vista disso, a popularização do Foro de São Paulo por essa extrema-direita foi – e continua sendo – um desses exemplos.

Palavras-chave: Foro de São Paulo; Extrema-direita; Mídia;

Abstract:

In recente years, the extreme right in Latin America – and in the world – has gained significant relevance in political spaces and debates. The peak of this phenomenon provided the arrival of this ideological spectrum, materialized in groups, organizations and political parties, to national governments. The movimento, mainly in Brazil, of response or counter-attack to the progressive and left-wing turn – also called “onda rosa” – that took place in Latin American countries in the first decade of the 21st century. But for the success of this endeavor, the strategy of massive use of social media to share political conspiracies with false information proved to be assertive. In view of this, the popularization of Foro de São Paulo by this extreme right was – and continues to be – one of these examples.

Keywords: Foro de São Paulo; Extreme right; Media;

Introdução

¹⁰⁷ Graduando no curso de História da Universidade Federal de Uberlândia-MG (UFU). E-mail: dantononormandia@gmail.com.

As recentes mudanças na conjuntura política latino-americana, sobretudo, brasileira apresentam circunstâncias complexas para o entendimento e debate público. Dos governos intitulados de progressistas e/ou de esquerda aos nomeados de reacionários e/ou de direita, um conjunto de demandas, sujeitos, símbolos e relações ressaltam-se nas disputas eleitorais marcadas, principalmente, no Brasil em suas últimas décadas do século XXI. Nisso, destaca-se dois particulares e polarizados processos neste artigo: primeiro, a ascensão de uma “nova” direita nacional em meio ao momento de crise ou de instabilidade dos consecutivos governos petistas no país, sobretudo, nos mandatos da ex-presidente Dilma Rousseff; segundo, da ruptura institucional de governo, em 2016, aos extremismos ou radicalizações consolidados no cenário político, a partir de 2018, diante da eleição e do governo do presidente Jair Messias Bolsonaro.

No entanto, para além da demarcação e problematização desses processos, um aspecto até mais importante chama a atenção deste escrito: as estratégias utilizadas e manipuladas para estabelecer uma transição, nada pacífica ou democrática, desses momentos destoantes na política brasileira recente. Destas, a escolha, dentre plurais possibilidades, é a influência contemporânea dos meios de comunicação e/ou das mídias sociais no compartilhamento e na massificação de informações, temas e narrativas que privilegiaram os anseios de poder de uma “nova” e, por conseguinte, extrema direita no Brasil. Em vista disso, um emblemático exemplo a ser explorado neste trabalho são as conspirações em torno da organização Foro de São Paulo e sua relação para com uma histórica propaganda anticomunista no país.

A encruzilhada da “onda rosa” na América Latina

A virada do século XX para o século XXI na América Latina, em termos políticos e, sobretudo, eleitorais, trouxe experiências inéditas aos principais países da região. Desde 1998 ao longo da primeira década dos anos 2000, uma série de candidatos e partidos considerados de esquerda ou centro-esquerda chegaram às presidências de países latino-americanos – do Uruguai à Nicarágua (SILVA, 2011, 2018). Sob esse processo, cunhou-se o nome de “onda – ou maré – rosa”. Em meio a essa pluralidade, há distinções entre as composições, estratégias e ideologias específicas para cada um desses governos eleitos. Assim, uma aproximação para esse conjunto se deu na denominação de governos progressistas. Estes que, por si só, não representaram uma ruptura para com os sistemas políticos e econômicos vigentes, mas se esforçaram por realizar transformações dentro deles (SILVA, 2011, 2018).

No entanto, a proposta desse breve artigo, mesmo que sob profundo interesse, não convencionou em analisar o fenômeno da “onda rosa”. Aliás, um processo que proporcionou sucessivas (re)eleições de governos progressistas na América Latina, constituindo, por esse período, em um domínio por parte das esquerdas ou centro-esquerdas latino-americanas. Em vista disso, o recorte aqui proposto centraliza-se no controverso momento de ruptura ou de encerramento desses governos, destacando o Brasil enquanto um importante exemplo. Nesse período, sob o protagonismo do Partido dos Trabalhadores (PT), o país foi governado por Luís Inácio Lula da Silva, entre os anos de 2002 a 2010 e por Dilma Rousseff, entre os anos de 2010 a 2016.

Sob essa contextualização, é necessário mensurar que esses governos não presenciaram um período de completa aceitação e plena governabilidade. Pelo contrário, na medida que a sucessão de mandatos se desenvolveu na primeiras décadas de 2000, as tensões, contradições e oposições se fizeram presentes e em crescimento diante de setores, partidos e lideranças de direita na América Latina. Com isso, os processos eleitorais se mostraram mais polarizados, disputados e sob questionamentos. O Brasil, como exemplo a ser exaltado neste artigo, conviveu com essa realidade, principalmente, nas eleições de 2014 e com o processo de impeachment executado em 2016 no, então, segundo governo da presidente Dilma Rousseff, democraticamente eleita até 2018. Assim, as eleições desse período – principalmente as brasileiras – já não contavam somente com as eleições enquanto processos legítimos para se alçar ao poder (SILVA, 2018).

Nesse sentido, na transição das duas primeiras décadas do século XXI, a América Latina se encontrou em uma complexa encruzilhada (PITILLO; SANTOS; VILAMAR, 2020). Apesar do funcionamento de processos eleitorais ainda sob um caráter democrático na região, houve espaço para o surgimento e a consolidação de golpes de Estados. Estes, diferentes em sua organização e execução em relação aos processos ditatoriais ocasionados por parte de setores militares no século XX. Aliás, trataram-se, principalmente, de processos institucionalizados por meio de distorções e conluios político-jurídicos, como os *lawfares*, sob o aval das autoridades competentes e responsáveis dos países (SILVA, 2018). O caso do impeachment da presidente brasileira Dilma Rousseff, novamente, é um exemplo disso. Não só um exemplo, mas a constatação do “neogolpismo” instaurado, na região e, sobretudo, no Brasil

(TOKATLIAN, 2009, 2012; SOLER, 2015; PERISSINOTTO, 2016; MIGUEL, 2018; SILVA, 2018).

Diante dessa problemática realidade, um presságio do cientista político Fabrício Pereira da Silva se fez pertinente: "(...) tenhamos no futuro próximo uma saída democrática, uma autoritária ou uma longa crise orgânica, ao final não será mais possível voltar ao ponto de onde se desviou." (SILVA, 2018, p. 175). Nisso, os países latino-americanos que defrontaram por crises políticas sucedidas de (neo)golpes de Estado, nesse período, realmente não retornaram a esse ponto. Em caso específico deste artigo, o Brasil permaneceu, sob novas configurações e proporções, em uma conjuntura de instabilidades, crises e violações novas e extremas que se puseram além de uma disputa entre esquerdas e direitas em processos eleitorais.

As direitas no Brasil contemporâneo: do novo ao extremo

O entendimento diante de um “boom” das direitas brasileiras no século XXI se consolida como um espaço ainda sob pleno estudo no campo da história e de outras áreas das ciências humanas e políticas. Por isso, para o artigo aqui proposto, se idealiza sob um exercício metodológico arriscado em estabelecer a trajetória e as nuances desses grupos, organizações, partidos e lideranças políticas que surgem em meados da década de 2000 à sua continuidade, sob transformações, na década de 2010 em diante. Nisso, a divisão temporal proposta também se articula com os ordenamentos conceituais em torno de uma nova e, posterior, extrema-direita – que, não necessariamente, se trata de um processo evolutivo; e, por último, acompanha a contemporânea conjuntura brasileira anterior e posterior – em contextos e desdobramentos – ao problemático processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff no ano de 2016.

Nesse ponto, é expresso que a construção de uma “nova” direita no Brasil, mas na América Latina como um todo, não significa uma oposição a uma direita mais tradicional e existente no âmbito político-eleitoral dos países até o século XXI. Pelo contrário, trata-se de um movimento que conserva importantes pautas vinculadas à direita, desde a defesa do capitalismo como o modelo econômico, sobretudo em seus trajes (neo)liberais, às pautas morais e conservadoras que também se conectaram para com esses setores e grupos. No entanto, também traz renovações ou modernizações em se reconhecer a importância dos programas sociais voltados para as camadas populares (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015). No Brasil, nesse processo, por exemplo, se posicionar não deixa de ser, também, uma

forma de atacar os governos e adversários de esquerda, destacando que, sob o comando da direita, tais programas estariam ou seriam melhores.

Em vista disso, um elemento notável dessa construção pode ser materializado no conjunto de protestos ligados à essa direita em renovação no Brasil a partir de 2007 e, sob o ápice, entre os anos de 2013 a 2015. Aliás, mobilizações que, apesar de serem potencializados e apropriadas por essa direita, em realidade, está mais unificada a partir de um antipetismo associado à corrupção e as crises e instabilidades econômicas em decorrência dos governos petistas desse período. Contudo, essa responsabilidade dos protestos destinada a direita possibilitou que grupos, como o Vem pra Rua, Movimento Brasil Livre (MBL) e Revoltados On-line (ROL) ganhassem popularidade e espaço midiático na imprensa e nas redes sociais (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015).

Sob essa realidade, as consequências desse processo propiciaram importantes constatações: o crescimento político-eleitoral de novas lideranças políticas vinculadas a essa, também, “nova” direita (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015); o papel de uma mídia brasileira parcial e oligopolizada (LIMA, 2015); e, por último, o impactante uso das redes sociais por parte desse novo expoente político (SILVEIRA, 2015). Nisso, partindo do primeiro ponto, consolidou-se, a partir das eleições de 2014, a presença de novos atores políticos, como formadores de opinião, celebridades ligadas à TV e religiosos, nas casas legislativas federais e estaduais do país (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015). Um exemplo desses casos se deu pelas eleições sucessivas e vitoriosas à deputado federal do Kim Kataguiri – principal liderança do MBL até os dias atuais.

Os outros dois pontos estão, de certa forma, interligados. A alçada político-eleitoral de novas candidaturas de uma “nova direita” estão, também, subsidiadas por uma rede de financiamentos, sobretudo privados, às plataformas digitais que já estabeleciam uma política de monetização de conteúdos e de engajamentos aos perfis inseridos em suas redes sociais. Não à toa, entre os anos de 2013 a 2015, o auge dos discursos direitistas contrários à corrupção, críticos à Copa do Mundo realizada no país e os consequentes investimentos públicos priorizados pelos governos do PT no Brasil geraram milhares de seguidores para esses influenciadores e, consequentemente, a propagação de suas mensagens para milhões de pessoas conectadas no país (SILVEIRA, 2015).

Aliado a isso, é importante destacar que a massificação dos protestos realizados por esses grupos e que despontaram tais lideranças obtiveram apoio, repercussão e cobertura dos principais canais de imprensa brasileiros, resultando em um aumento gradativo no número de manifestantes a partir dessa estratégia realizada e que demonstra o lado escolhido por essa mídia. Inicialmente, os protestos, sob um começo espontâneo e pouco aproveitado diante de pautas que não gerariam extensas reivindicações, passou a ser organizado e massificado a partir de pautas mais amplas e diretamente ligados ao antipetismo no país (LIMA, 2015). Assim, a imprensa possui sua significativa parcela de participação ou colaboração que, juntamente com os pontos supracitados, proporcionou um cenário de descrédito que impactou na governabilidade dos governos Dilma, sobretudo, no segundo mandato. Inclusive, a cobertura, em tom de campanha, do processo de impeachment, posteriormente concretizado, da presidente já se faz bastante ilustrativo.

No período posterior ao impeachment, sob um (neo)golpismo consagrado, a “nova” direita se sedimenta para outras camadas. Estas que, sob um processo de intensificação das estratégias idealizadas desde a primeira e meados da segunda década dos anos 2000, tende a um processo de radicalização ou de extremismo. Dessa maneira, a conjuntura após 2016, já visando o pleito eleitoral de 2018, não apresenta um cenário de calmaria ou moderação após o objetivo – a retirada de uma presidente democraticamente eleita do poder – ser cumprido. Pelo contrário, as polarizações e o antipetismo continuam em crescimento diante de uma derrota política dessa envergadura. Não somente o antipetismo se fez acentuado, como também, o advento e o protagonismo da figura do, então, deputado federal Jair Bolsonaro, postulante à presidência da república, ganha reverberação e holofotes – incluindo, também, sua família e seus aliados políticos.

Diante disso e, também, sob uma certa influência das eleições de Donald Trump nos Estados Unidos em 2016, estimula-se uma corrente política e popular em torno de um “bolsonarismo” que, em 2018, chega às instâncias máximas de poder. A eleição do Bolsonaro em 2018 foi sacramentada em conjunto com uma bancada de apoiadores para variados cargos políticos do Congresso Nacional e Senado Federal do país. Muitas figuras já consolidadas nas eleições de 2014 – e mencionadas anteriormente – acompanham e se estabelecem no campo bolsonarista. Junto destas, há o aparecimento, nesse período, de novas lideranças e formadores de opinião. No campo da política, por exemplo, há as deputadas eleitas, e altamente seguidas

nas redes sociais, Carla Zambelli, Bia Kicis e Joise Hasselman com expressivas votações. Sem se esquecer, também, dos seus filhos, Carlos, Flávio e Eduardo Bolsonaro, já ou recém eleitos, nesse período eleitoral.

Em associação a estes, há de se mencionar, também, os participantes indiretos, mas presentes nesse todo, como os casos do “guru intelectual” Olavo de Carvalho, do pastor Silas Malafaia e do empresário Luciano Hang – dono da rede de lojas Havan. Trata-se de exemplos, dentre outros tantos possíveis de serem mencionados, que contribuíram para alavancar essa nova onda de candidaturas sob outras perspectivas, interesses e frentes de ação. Dessa maneira, reforça o empenho e a organização por trás para se mobilizar e repercutir as massas em torno de uma nova e polêmica conjuntura política, envolvendo ideologia, religião – ou de forma mais específica, a igreja neopentecostal – e dinheiro. Estes, em alta e acessíveis, considerando a audiência e o potencial agregado em torno das figuras exemplificadas acima. Afinal, o “neopentecostalismo”, o “olavismo”, como também o empresariado nacional, à época e agora, só cresce e se fideliza no Brasil.

Para além de candidaturas políticas ou de apoios e influências ideológicas e econômicas, o trunfo desse processo eleitoral brasileiro se deu no aperfeiçoamento das estratégias assertivas nas eleições de 2014 e que foram elevadas para um outro nível nas eleições vencidas em 2018. No campo das comunicações, por exemplo, as narrativas antipetistas conservadoras e neoliberais (MESSEMBERG, 2017), são deslocadas para o campo das “fake news” e articuladas para se atingir a população brasileira, em meio a um continuado cenário de polarizações entre direita e esquerda ou entre bolsonaristas e petistas, a partir do medo e da violência. Ainda mais sob novos episódios, como a controversa prisão do ex-presidente Lula em 2018, retirando-o das eleições de mesmo ano. Com esse *modus operandi*,

Elas acabam por inviabilizar o diálogo democrático, ao aprofundar a distância entre “nós” e “eles” e impedir a construção de canais de mediação, que possibilitem a convivência respeitosa entre contrários. Eis aí o caldo cultural ideal para o agravamento de experiências autoritárias e a procura por saídas despóticas. (MESSEMBERG, 2017, p. 644)

Nesse sentido, há a implementação, sob os devidos cuidados e proporções para não se arrebatar em anacronismos, de uma fascistização na conjuntura política nacional – que não deixa de ter influências e interesses estrangeiros e até imperialistas. Um processo que não prosseguiu o caminho percorrido por uma “nova” direita sob importantes apoios, como a

imprensa, e, sim, se direcionou para um caminho mais independente, mas também, mais perigoso ao funcionamento e continuidade da democracia brasileira. Todavia, se há rupturas, há também permanências no âmbito discursivo ou narrativo e em uma facilidade para se promover consensos ou conciliações a partir de pautas em comum. Afinal, entre “nova” e extrema-direita, a direita permanece e persiste em estar e ser presente.

O Foro de São Paulo e a atualidade do “fantasma” do comunismo

As narrativas e conspirações políticas estão presentes nas discussões e no conhecimento público em muitos momentos da história latino-americana do século XX à contemporaneidade. Ainda mais, ao se tratar de pautas ligadas ao também histórico anticomunismo. No Brasil, especificamente, estabeleceu-se um conjunto de episódios sob essa estratégia. Diante de uma ampla temporalidade, destaca-se, como exemplos, desde o falso Plano Cohen no período de governos varguistas às articulações e movimentos cívico-militares promovidos para a instauração da Ditadura Militar no país. Assim, resguardados as diferenças de proporções, contextos e escolhas exemplificadas, não se trata de uma novidade a retomada dessa linha de discurso no cenário nacional e em plena contemporaneidade.

Com isso, nesta última década no Brasil, a “bola da vez” se materializou na organização Foro de São Paulo. Aliás, a notoriedade deste se populariza com mais ênfase, justamente, no Brasil em relação aos outros países latino-americanos (FRANCO, 2020). Conforme a exposição acima, a veiculação de informações nas redes sociais por uma “nova” e extremada direita brasileira, associando e até revelando o Foro de São Paulo, se deu pelo advento e crescente antipetismo reverberado em escala nacional. Ainda mais, por se tratar de uma organização encabeçada pelo PT a partir dos anos 1990 sob o nome de “Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e do Caribe” – ao longo da década, após sucessivos encontros, consolidando o nome Foro de São Paulo (REGALADO & POMAR, 2013; MELO, 2016; FRANCO, 2020).

Indo além, a partir da cobertura da relação estreita dos governos petistas para com os regimes bolivarianos na América Latina, principalmente com a Venezuela, e com o governo revolucionário cubano, reforça-se essa conexão ao grupo ou à organização em questão. Trata-se de modelos de governo que passaram a ser condenados por essa ampla e diversificada direita contemporânea. Além disso, esses países passam a ser questionados e deturpados pelos sistemas econômicos e políticos adotados nesse período. Isto é, tentativas ligadas à construção

de um dito “socialismo” em detrimento de um capitalismo neoliberal, fracassado na década de 1990 na região (ANDERSON, 1995), que permanece ativo no âmbito ideológico da “nova” e extremada direita brasileira.

Sob esses pontos, dentre outras possibilidades convergentes, há uma massificação dos discursos que buscam combater a caminhada do Brasil para se tornar “mais uma” Cuba ou Venezuela na América Latina do século XXI. Um dos argumentos – que restringem, sobretudo, ao campo da moral – desse suposto caminho se deu e se comprova pela reverberação midiática, em termos negativos, seja pela imprensa ou seja pelas lideranças e influenciadores dessa “nova direita” nacional, das reuniões ou da própria existência e vigência do Foro de São Paulo. Assim, a organização passa a ser consolidada como uma das principais ameaças, tal qual um “fantasma”, de implementação do comunismo na América Latina e, especialmente, no Brasil.

Uma primeira observação desse movimento se dá, principalmente, por meio dos discursos exaltados nas redes sociais por parte de lideranças e influências populares da direita brasileira contemporânea. Os exemplos de trechos de vídeos e/ou postagens, a seguir, salientam esse cenário:

"A função do Brasil é ser o celeiro do movimento comunista. O Foro de São Paulo é a maior organização política que já existiu no continente, tem 200 partidos, organizações de narcotraficantes, as Farc, sequestradores, o MIR chileno, Fernandinho Beira-Mar (Olavo de Carvalho, <<https://youtu.be/wnzhr1RIT4>>) (MESSEMBERG, 2017, p.635)."

"Os cidadãos argentinos deram o seu recado quanto aos males produzidos ao longo de anos de bolivarianismo...Esperamos que em 2018, o Brasil também nas urnas dê um fim ao mal que assola nossa nação, em detrimento do Foro de São Paulo... criado por Lula (PT) e Fidel Castro para garantir a manutenção do ideal fracassado que é o socialismo, utilizando o suor de seus cidadãos pagadores de impostos para se garantirem no poder #ForaForoDeSãoPaulo (Bolsonaro, postagem Facebook 07 Dez. 2015) (MESSEMBERG, 2017, p. 636)."

Diante desses discursos, sem adentrar profundamente em todos os detalhes de seu conteúdo, ambos se alimentam em uma relação de complementaridade. O alvo materializado no Foro de São Paulo é associado com o crime organizado, no trecho do vídeo do Olavo de Carvalho – figura que se estabelece enquanto um guia intelectual e ideológico por essa direita brasileira; como também, relacionado com a corrupção – o principal problema social de âmbito político alçado por esses setores da sociedade – na postagem do, à época, deputado federal Jair

Bolsonaro – presidente do Brasil eleito no pleito de 2018. Tratam-se de argumentos que, como dito anteriormente, fazem parte de um combo de divergências e críticas aos quais se estabeleceu, nesse caso, a partir do Foro de São Paulo, um antipetismo para se perpetuar o histórico e artificial anticomunismo na política brasileira.

Ainda sobre esses discursos, é notável o caráter eleitoral, direta ou indiretamente, por parte de ambos exemplos. Aliás, ao serem veiculadas em 2015, são mensagens aliadas e fomentadas em relação ao instável contexto político nacional. Isto é, a eleição de 2014, mesmo finalizada sob a reeleição da presidente Dilma Rousseff – candidata do PT –, não estava encerrada. Em vista disso, a construção de um (neo)golpismo, pautado na provocação de um medo ou um pânico moral, clamava por inflamações retóricas desse gênero, com o intuito de se descredibilizar não só uma governante democraticamente eleita, mas, principalmente, a moral do seu postulante segundo governo e seu respectivo partido político. Assim, como destacado no início deste texto, os resultados das eleições e a confirmada derrota não aquietou uma específica e crescente parcela da direita brasileira sedenta por poder.

Sob um segundo ponto, em relação à postura e participação da imprensa nesse processo, destaca-se, na tabela em sequência, uma significativa amostragem de exemplares relacionados ao Foro de São Paulo:

IMPrensa			
NOTÍCIA	AUTORIA	VEÍCULO	ANO
O que é Foro de São Paulo e por que ele gera tanta polêmica e teorias conspiratórias?	Mariane Barbosa	Diálogos do Sul	2020
Precisamos falar sobre Conspirações, Illuminati e Foro de São Paulo.	Bruno Amabile Bracco	Justificando	2016
Conheça o Foro de São Paulo, o maior inimigo do Brasil.	Felipe Moura Brasil	Veja	2020
Discurso antiamericano domina reunião de grupos de esquerda na Argentina.	Maria Carmo	Estadão	2010
Esquerda latino-americana se reúne em Buenos Aires e vê nó na Colômbia.	Maria Carmo	Estadão	2010
O caso do Foro de São Paulo.	Diego Henrique de Carvalho	Estadão	2019
O povo como problema.	Estadão	Estadão	2018
Foro de São Paulo faz encontro em Caracas sob ataques de integrantes do governo Bolsonaro.	Marina Gonçalves	O Globo	2019
Foro de São Paulo defende a comunicação contra-hegemônica.	Jornalistas Livres	Jornalistas Livres	2017
Foro de São Paulo completa 30 anos; entenda sua importância.	Michele de Mello	Brasil de Fato	2020
Perguntas e respostas sobre o Foro de São Paulo.	Vinicius Passarelli	Estadão	2019
Por que o Foro de São Paulo é mais importante para a direita do que para a esquerda.	Marina Sanches	BBC News Brasil	2019
Foro de São Paulo: a extensão do mito da conspiração comunista.	Dimas Antônio de Souza	Brasil de Fato	2019
O apagão do Foro.	Duda Teixeira	Crusoé	2019
Barril de Pólvora.	Duda Teixeira	Crusoé	2019
Foro de São Paulo é coisa do passado? Conheça o "Grupo Puebla".	Raphael Veleza	Metrópoles	2019
O fantasma do Foro de São Paulo.	Vicente Vilardaga	Isto é	2019

Fonte: Elaboração Própria

Nesse ponto, ressalta-se um interesse por parte dos diferentes e diversificados – inclusive em perspectiva ideológica – dos veículos de imprensa nacional por parte do Foro de São Paulo. Ainda mais, se considerado os últimos 6 ou 5 anos atrás, sendo um período em que se notifica uma certa popularização da organização por parte de uma nova e extremada direita

brasileira. Aliás, uma popularização que se faz mais veiculada e reverberada, especialmente, no Brasil nesses anos – em detrimento de outros países latino-americanos (FRANCO, 2020). Nisso, um ponto curioso e em reflexão é a alta reverberação da organização no ano de 2019 que, em relação a conjuntura brasileira, já não se existia um governo federal ou nacional de esquerda.

Aliado a isso, confere-se desde as manchetes dos variados e plurais editoriais, notícias, reportagens e dentre outros formatos ou gêneros jornalísticos, a busca por se compreender ou conhecer o que é o Foro de São Paulo – seja para explica-lo, seja para elogiá-lo ou seja, também, para criticá-lo. Nisso, destaca-se iniciativas que vão desde uma supervalorização da organização às afirmações que decretam uma completa insignificância desse foro político. Sob tais (in)certezas e, sobretudo, reticências, é de se constatar o espaço ocupado por grupos ou setores da contemporânea direita brasileira para retratar o Foro de São Paulo da forma ou maneira que quiserem. Desse modo, sem poupar e se preocupar com as consequências ligadas à organização a partir de mentiras, omissões ou demais deturpações proferidas e associadas ao alvo em questão.

No entanto, a permanência ou continuidade de um discurso inflamatório, preconceituoso e desestabilizador ao Foro de São Paulo revela as posições e os interesses de evidenciar a existência e vigência da organização na contemporaneidade. Inclusive, uma fixação que se associa mais à direita do que, propriamente, à esquerda brasileira – derrotada e sob muitos problemas internos e externos. Assim, essa continuidade de se falar sobre o Foro de São Paulo, demonstrada a partir das imprensas, é também inferir que essa construção retórica constituía e ainda se constitui como parte significativa dos projetos políticos e de poder desses grupos. Isto é, trazer o Foro de São Paulo sob questionamentos e até “demonizações” ao associá-lo com o histórico anticomunismo é manter ou estabelecer um controle social e, de certa forma, até epistemológico da população, nesse caso, brasileira. Afinal, sob um novo governo, a partir de 2018, o Brasil foi “resgatado” dessa suposta ameaça comunista.

Dito isso, o que é o Foro de São Paulo? O que é esse conjunto de partidos e movimentos políticos latino-americanos que, de acordo com seu site oficial, conta ou ao menos já contou com 123 partidos membros de 27 países que buscam se reunir anualmente para tratar sobre assuntos de interesses comuns aos envolvidos? As respostas destas e outras perguntas são ainda limitadas ou não encontram respostas. Ainda mais, considerando o recorte e as proporções

desse texto. Nisso, há convergência às explorações de parte da imprensa em buscar conhecer e explicar sobre a organização, mas sob dificuldades e desafios não resolvidos. Trata-se de uma organização que, se em seu início na década de 1990 não esperava prosperar, na atualidade, já completou três décadas.

Contudo, são três décadas que, assim como a realidade política e socioeconômica latino-americana, perpassou por contradições, avanços, retrocessos, permanências e rupturas no anseio de se construir, sob o lema da unidade na diversidade, uma outra e conjunta possibilidade de desenvolvimento presente e futuro da América Latina. Inclusive, no IV Encontro do Foro de São Paulo, realizado no ano de 1993, há uma destacada definição sobre a organização a ser, aqui, repercutida:

"O Foro de São Paulo é um âmbito de convergência de partidos, organizações e movimentos políticos da esquerda da América Latina e do Caribe, destinado a refletir, analisar, discutir e procurar linhas de ação conjunta, projetos e propostas alternativas acerca dos grandes e principais temas de interesse comum, nesta hora, dos nossos países e em nossa região." (REGALADO & POMAR, 2013)

Sob essa construção conceitual, manifesta-se uma constância em torno do Foro de São Paulo. Uma organização em conjunção à uma frente ampla de partidos, movimentos e lideranças da esquerda, centro-esquerda e esquerda radical – dos marxistas e socialistas aos sociais-democratas, por exemplo. Para além dessa estruturação de membros e convidados, há também bandeiras ou pautas a serem enfrentadas, como o neoliberalismo e o imperialismo estrangeiro – estadunidense – e seus respectivos projetos e influências no funcionamento das democracias e das possibilidades de integrações regionais na América Latina. Não somente combater, mas também de exercer alternativas construtivas e concretamente voltadas para a superação de desigualdades, dependências e injustiças (REGALADO & POMAR, 2013; MELO, 2016; FRANCO, 2020).

Nesse sentido, em reflexão às declarações públicas de influenciadores e líderes de uma contemporânea direita brasileira, como também, das repercussões pela imprensa nacional, há ponderações a serem realizadas a partir da própria história e trajetória do Foro de São Paulo. Não se trata de um momento de respostas para todas as questões, mas apenas selecionadas proposições que possam dialogar com esse interesse público e midiático em relação à organização. Desde já, a associação ao comunismo – sendo o mote das controvérsias alimentadas em narrativas conspiratórias – é, minimamente, incoerente, visto que nem mesmo

os partidos declaradamente socialistas do Foro de São Paulo chegavam em um consenso em relação ao que, para eles, significava socialismo (FRANCO, 2020).

Acrescido a isso, a relação fantasiosa para com o comunismo também se desfalece a partir, por exemplo, das decisões dos principais representantes do Foro de São Paulo em seguir sob uma estratégia de luta eleitoral aos moldes das democracias burguesas na América Latina (MELO, 2016). Não somente a essa escolha, mas na exaltação das vitórias em processos eleitorais recentes na região e em diversos países – chegando na década de 2000 em um número de mais de 13 países (REGALADO & POMAR, 2013). Para além das vitórias, também se constata um debate em torno da preservação ou de pequenas e parciais mudanças em relação às estruturas político-econômicas ligadas ao neoliberalismo e ao imperialismo estadunidense na América Latina, sobretudo, na década de 1990 (SILVA, 2011, 2018).

Desse modo, o anticomunismo focalizado no Foro de São Paulo e todas as suas adjacências que, em oportunidades futuras podem ser melhor debatidas e esclarecidas, possui embasamentos simplórios e insuficientes. Isto é, aquém sobre a conjuntura política latino-americana disposta nas últimas três décadas. No Brasil, isso não é diferente. O antipetismo possui profundas semelhanças e aproximações, como já reforçado nesse texto. Nisso, o uso das redes sociais e das mídias, por parte de uma extrema-direita nacional e sob a inércia de uma imprensa independente, cumpriram um papel de obstruir e/ou caminhar ao contrário dessa lógica, resumidamente, problematizada. No entanto, não se percebe o mesmo movimento e as mesmas estratégias desses setores para apontarem incongruências em relação ao sistema capitalista e seu amplo e persistente domínio político e econômico na história mundial.

Considerações Finais

Diante de todos os pontos apresentados, trata-se de um trabalho que visa compreender, refletir e suscitar questionamentos em torno da história política recente da América Latina. Não só da América Latina, mas, especialmente, do Brasil em seus percalços, controvérsias e contradições nas últimas décadas. Em vista disso, os elementos envolvidos, do cenário político-eleitoral às influências midiáticas no fazer e na propagação política, se manifestam como uma das perspectivas a serem provocadas a partir da ascensão de plurais e diversificadas direitas nacionais em meio às crises, dificuldades e desafios em torno das esquerdas latino-americanas oriundas desde o fenômeno da “onda rosa”. Trata-se, pois, de um processo, entre rupturas e

permanências, que discorre a complexa e conflituosa realidade assolada em um país continental de presente e de futuro pautado em arraigadas e persistentes incertezas e polarizações.

Adentro desse panorama, evidencia-se, em conclusão, a reflexão da periculosidade e do desequilíbrio em torno das construções e proliferações dos discursos e suas respectivas imbricações nas ações e movimentações veiculados no cenário político brasileiro entre as primeiras décadas do século XXI. Nos dias atuais, é perceptível o entendimento dos desdobramentos no conjunto de protestos, apoios e acenos políticos e midiáticos e demais fatores que propiciaram o crescimento vertiginoso de contemporâneas direitas na esfera política e comunicacional no Brasil. Hoje, é reconhecido o prolongamento de um processo que desestabilizou e desrespeitou, de forma planejada, a continuidade e o exercício da democracia brasileira após um disputado processo eleitoral finalizado. Na atualidade, é passível de se problematizar a noção de um (neo)golpismo frente a outros movimentos que anseiam um desgoverno em meio aos governos ligados à esquerda no país e na região que o circunda. Mas, mesmo sob esses resultados postos ao debate público, há ainda o espaço para as ressalvas e para os esquecimentos que privilegiam uma realidade sob ainda mais radicalidades.

Em um aprofundamento disso, chega-se ao Foro de São Paulo. Uma organização que passa a ser um exemplo qualitativo de todo esse processo que continua e se reverbera com facilidade e popularidade. Inclusive, um exemplo que ainda impacta a sobrevivência de um conglomerado ideológico associado a um projeto de poder que entre derrotas e vitórias se sustenta por ser contrário ao outro. Isto é, uma oposição que, ao longo desse período histórico analisado, não se contentou com seus próprios fracassos, se apropriou de iniciativas adversárias e se rebelou em estratégias de manipulação e aniquilação, como o anticomunismo e o antipetismo ligado ao Foro de São Paulo, para se alavancar como a única solução possível para todos os problemas da realidade presente. Assim, chegou-se ao poder ainda sob a proposta de negar e rivalizar com o outro derrotado. Afinal, as conspirações em torno do Foro de São Paulo – como outras críticas construídas e massificadas por esses conspiradores – precisam existir e se manter vivas e renovadas para que essas direitas permaneçam ativas e relevantes.

Sobre todas essas questões e ponderações, realizou-se um exercício sob riscos bibliográficos, metodológicos e até de conteúdos para se abordar este tema. Não é fácil estabelecer condensações e limites sobre acontecimentos que ainda estão presentes sob consequências, estudos e reflexões. Contudo, ao estabelecer uma aglutinação da “onda rosa”

ao Foro de São Paulo, esclarece-se o interesse em discutir as transformações políticas, eleitorais e ideológicas que movimentaram, sobretudo, o Brasil nesse processo. Não se trata de apontar vilões ou “mocinhos” nessa história. Nem mesmo atacar as direitas ou defender as esquerdas. Sob complexidades e contradições, todos os envolvidos partilham erros e acertos. Mas, à exemplo lúdico de um fantasma, é questionador e angustiante o caminho atraído por sombras imprevisíveis e ilusórias que se projetam enquanto luzes de uma verdade inexistente.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. 3. ed. São Paulo : Paz e Terra, 1995.

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; Kaysel, Andre; CODAS, Gustavo (Orgs.). *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

FRANCO, Yuri Soares. *A influência do Foro de São Paulo nas estratégias políticas das esquerdas latino-americanas (1990-2015)*. 2020. 216f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

LIMA, Venício A. de. A direita e os meios de comunicação. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; Kaysel, Andre; CODAS, Gustavo (Orgs.). *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

MELO, Ricardo Abreu de. *O Foro de São Paulo: uma experiência internacionalista de partidos de esquerda latino-americanos (1990-2015)*. 2016. 189f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 85.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Revista Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, 2017, pp. 635-636.

PITILLO, João Cláudio; SANTOS, Roberto Santana; VILLARREAL, Maria (Orgs.). *América Latina na encruzilhada: lawfare, golpes e luta de classes*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. *Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

SILVA, Fabrício Pereira da. O fim da Onda Rosa e o Neogolpismo na América Latina. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v.4, n. 2, 2018, p. 165-178.

_____. *Vitórias na crise: trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011.

SILVEIRA, Sergio Amadeu. Direita nas redes sociais online. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; Kaysel, Andre; CODAS, Gustavo (Orgs.). *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Protestos à direita no Brasil (2007-2015) In: CRUZ, Sebastião Velasco e; Kaysel, Andre; CODAS, Gustavo (Orgs). *Direita, volver!/: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

Simpósio Temático - Intersecções entre História e Relações Internacionais na compreensão do Mundo Contemporâneo

O Racha Sino-Soviético e suas Implicações para a Guerra Fria

Igor de Oliveira Fogolin¹⁰⁸

Danilo Augusto da Silva Horta¹⁰⁹

Resumo: A Guerra Fria e a ascensão da China no sistema internacional se constituem enquanto dois dos principais fenômenos históricos e políticos do século XX. Por este motivo, ambos são estudados e pesquisados de diversas maneiras nos campos das ciências humanas e das ciências sociais, tendo relevância central para o campo das Relações Internacionais. Apesar da importância basilar destes dois eventos, poucos são os estudos que buscam analisar a influência do racha sino-soviético para a Guerra Fria, especialmente nas Relações Internacionais. Neste sentido, o presente artigo tem por objetivo analisar e discorrer acerca das implicações do racha sino-soviético para a Guerra Fria, buscando realizar esta tarefa a partir de um debate com estudos realizados no campo da história. Adotou-se o método de abordagem hipotético-dedutivo e a análise exploratória como método procedimental.

Palavras-Chave: Guerra Fria; China. União Soviética; Racha; Relações Internacionais;

Abstract: The Cold War and the rise of China in the international system are two of the main historical and political phenomena of the 20th century. Therefore, both are studied and researched in different ways in the fields of human sciences and social sciences, having central relevance for the field of International Relations. Despite the fundamental importance of these two events, there are few studies that seek to analyze the influence of the Sino-Soviet split in

¹⁰⁸ Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Email: fogolin.fgl@gmail.com

¹⁰⁹ Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: danilosilvahorta@gmail.com

the Cold War, especially in International Relations. In this sense, this article aims to analyze and discuss the implications of the Sino-Soviet split for the Cold War, seeking to accomplish this task from a debate with studies carried out in the field of history. The hypothetical-deductive approach method was adopted and the exploratory analysis as a procedural method.

Keywords: Cold War; China. Soviet Union; Crack; International relations;

1- Introdução

O Século XX foi marcado por diversos fenômenos históricos da maior importância, fator este que levou Hobsbawm a caracterizá-lo como o “Breve Século XX” (HOBSBAWM 1995: 178). Os inúmeros acontecimentos históricos que se processaram durante o século XX foram fonte de inúmeros debates e diversas investigações realizadas no campo da História e no campo das Relações Internacionais. Esta última disciplina, empoderada enquanto campo teórico nas primeiras décadas do século XX, se desenvolve frente a turbulentas mudanças econômicas, políticas, e sociais nos países e no mundo.

Apesar de abordarem o período de maneira distinta, tanto por questões de objetivos quanto por questões metodológicas, as pesquisas que analisam a Guerra Fria no campo da História e no campo das Relações Internacionais possuem muitas semelhanças e um diálogo entre elas pode contribuir para uma melhor compreensão do período. Diversos autores de ambos os campos desenvolveram estudos sobre a Guerra Fria e dos fenômenos que nela se processaram; apesar disso, entendemos que muitos dos fenômenos que ocorrem durante a Guerra Fria foram explorados pelo campo da História, mas não o foram pelos autores do campo das Relações Internacionais. Um destes fenômenos é o racha-sino soviético e sua importância para o desenvolvimento da Guerra Fria.

A compreensão do racha-sino soviético e de sua importância para a Guerra Fria é relevante para o campo das Relações Internacionais, não somente porque pode assegurar novas visões sobre o período e auxiliar no desenvolvimento teórico da disciplina, mas porque a ascensão chinesa no sistema internacional também se constitui enquanto um dos fenômenos mais importantes do século XX para as Relações Internacionais, sendo que o racha-soviético marca o início de uma postura autonomia no sistema internacional.

É neste sentido que o presente artigo tem por objetivo analisar e debater, a partir de uma lente teórica histórica e internacionalista, sobre a importância do racha-sino soviético para o desenvolvimento da Guerra Fria. Para se realizar esta tarefa, o presente artigo está subdividido em 4 seções além desta introdução. A primeira seção se dedica a caracterizar a Guerra Fria a partir de lentes teóricas da História e das Relações Internacionais. A segunda seção busca compreender a revolução chinesa, processo no qual o Partido Comunista Chinês se apodera do Estado da China e se torna, nos anos iniciais da Guerra Fria, um dos mais importantes aliados da União Soviética. Na terceira seção, por sua vez, buscaremos discorrer sobre como foi a cooperação entre URSS e China, como também acerca dos processos históricos que levaram ao racha sino-soviético em 1960, após os anos de cooperação entre os dois maiores países do bloco socialista. A quarta e última seção busca analisar as consequências do racha-sino soviético para a Guerra Fria, em que buscamos argumentar que o racha sino-soviético não apenas enfraqueceu o poder do Bloco Socialista no sistema mundial, mas também criou diversos problemas para a União Soviética, visto as tensões com seu vizinho, que em pouco tempo iria se aliar aos Estados Unidos.

2- Panorama Histórico-Teórico: A Guerra Fria na História e nas Relações Internacionais

A Guerra Fria pode ser descrita como um período de tensão em torno da disputa econômica/política/militar entre duas grandes potências: Estados Unidos e União Soviética (HOBBSAWM, 1995). Iniciada em 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria é um período histórico fundamental para a área da História Contemporânea e para o campo das Relações Internacionais. Apesar de ser um fenômeno basilar para a história e para o campo de estudos do internacional, existem diversas formas de compreendê-lo ou de analisá-lo.

No campo da História, uma das formas aceitas de compreender este período é descrita por Hobsbawm (1995), que entende a Guerra Fria como um período de tensões e disputas dominado pela concepção de iminência de conflito entre as duas maiores superpotências do mundo - superpotência nucleares ideologicamente distintas. A especificidade da Guerra Fria, para Hobsbawm (1995) estaria no fato de que, a despeito das tensões e disputas político-econômicas e ideológicas, ambas as potências aceitavam, em grande medida, a distribuição de poder no cenário internacional.

A ideia de equilíbrio de poder também está presente nas concepções de diversos autores do campo das Relações Internacionais, especialmente aqueles que derivam suas análises da vertente teórica realista (KISSINGER, 2012). Para estes autores, a Guerra Fria se constitui em um período histórico onde duas potências concorrentes disputavam o poder no sistema internacional, mas sem que um conseguisse se sobrepor ou acabar com a outra; desta maneira o sistema internacional, na Guerra Fria, seria marcado pela bipolaridade. Este equilíbrio estaria ligado, em grande medida, ao fato dos Estados Unidos e da União Soviética possuíam semelhantes capacidades militares-nucleares, fator este que tornava a tensão política-militar, em um sistema anárquico (onde impera o dilema da segurança, por exemplo), muito elevada. Apesar desta ser a vertente teórica dominante no campo das Relações Internacionais na contemporaneidade - sendo sua visão sobre a Guerra Fria também dominante -, é válido ressaltar que existem outras visões sobre este período, tal como a expressa por Halliday (2007).

Fred Halliday (2007), em seu livro “Repensando as Relações Internacionais” defende a ideia de que o sistema internacional apresenta uma tendência homogeneizadora, isto é, nele os atores se contrapõe a heterogeneidade política e social a fim de assegurar maior estabilidade no sistema internacional. Devido a existência de uma tendência homogeneizadora, Halliday (2007) compreende que os conflitos existentes no sistema internacional possam ser entendido como conflitos decorrentes das diferenças existentes em normas políticas e sociais de diferentes ambientes domésticos e que as formas convencionais de rivalidade - política, econômica e militar - são compostas e legitimadas pelas diferenças existentes nos ambientes domésticos; é isto que o autor denomina como conflito intersistêmico (HALLIDAY, 2007, p. 187). Em resumo, Halliday (2007) compreende que as diferenças em termos de “visões de mundo” possuem tanta ou até mesmo maior relevância para a compreensão de um conflito e de seus resultados. Levando-se em consideração as concepções teóricas do autor, a Guerra Fria se constituiria enquanto um conflito intersistêmico; devido às grandes diferenças na organização política e social existente entre União Soviética e Estados Unidos, e devido à tendência homogeneizadora existente no sistema internacional, a Guerra Fria não apenas seria caracterizada pelas formas de competição convencionais, mas também por uma competição de valores.

Ao valorar os aspectos convencionais e os aspectos ideológicos que levaram a Guerra Fria, Halliday (2007) nos possibilita pensar também os motivos que levaram ao racha sino-

soviético, visto a existência de diferentes visões de mundo entre os dirigentes de cada um destes Estados socialistas. Destacamos que cada concepção acerca da Guerra Fria traz lições importantes, e aqui buscaremos argumentar levando-se em consideração tais contribuições.

3- A Revolução Chinesa e a relação com a Guerra Fria

A história contemporânea da China é marcada por diversos conflitos e desafios para a consolidação de uma organização política unificada. As dificuldades em relação a este fato advieram, em grande medida, dos problemas econômicos, sociais e políticos gerados durante o denominado Século da Humilhação, período iniciado com a guerra de ópio em 1839 e terminado com a vitória dos comunistas contra as forças nacionalistas na guerra civil chinesa em 1949.

De modo geral, durante o século da humilhação existiram diversos eventos importantes que foram basilares para o fortalecimento dos ideais e das ideias comunistas entre as massas chinesas e também foram importantes para a organização, expansão e consolidação das forças comunistas na China.

Em 1911 diversas forças sociais chinesas, incluindo militares, camponeses e elites políticas locais - membros da Aliança Revolucionária Chinesa (Tongmenghui), tinham por objetivo instaurar a democracia na China. Tais forças sociais foram responsáveis por iniciar revoltas contra o Imperador manchu, da dinastia Qing, que imperava sobre a China até então; iniciadas no final de 1911, tais revoltas levam à renúncia do imperador meses depois em 1912 (NABUCO, 2009).

Com a tomada do poder pelas forças sociais ligadas ao Tongmenghui, instaura-se na China um dos períodos mais conturbados de sua história: a República da China (muitos autores destacam que esta teve início em 1911, ano do início dos levantes contra o imperador). Pouco tempo após a instalação da república na China, esta passa a ser comandada, em partes, pelo Kuomintang, partido criado por Sun Yat-Sen. O Kuomintang não possuía condições econômicas e militares de unificar e impor o controle por todo o território chinês; em pouco tempo o controle político e militar se fragmenta, dando início a um período conhecido como a “Era dos Senhores da Guerra da China” (CARVALHO, 2013; NABUCO, 2009)

Devido a incapacidade de governar do Kuomintang, e devido aos acontecimentos externos do período - Fim da 1ª Guerra Mundial; Revolução Russa; expansão da Internacional Comunista -, a China se torna um cenário propício para a expansão de ideais e ideias comunistas. É nesse cenário que se cria, em 1921, o Partido Comunista Chinês, que conta com o auxílio da recém-formada União Soviética (NABUCO, 2009; CARVALHO, 2013).

Com a crescente força e influência do Partido Comunista, conquistada com base em um forte discurso nacionalista contra os senhores da guerra e contra as interferências estrangeiras (sendo que isto se encontrava em acordo com as diretrizes do *Comintern* no momento), este logo se torna um ator importante na política chinesa. Devido a compreensão de que a luta contra os senhores da Guerra da China se constituía enquanto uma tarefa basilar, estes se aliam, em meados de 1920, aos nacionalistas (representados pelo Kuomintang) para acabar com tais senhores. Apesar da frente ampla ter alcançado sucessos em suas empreitadas militares contra os senhores da Guerra, as desavenças entre os dois grupos políticos afloram rapidamente, e em 1927 os nacionalistas atacam os comunistas e dizimam suas forças; em 1928 os nacionalistas reunificam o Estado Chinês e impõe sua hegemonia sobre ele, acabando com o período dos senhores da Guerra (NABUCO 2009; CARVALHO, 2013).

O período da Guerra Civil Chinesa de 1927-1937 é marcado por diversos eventos e conflitos entre grupos políticos/militares domésticos (comunistas x nacionalistas) e também por conflitos dos grupos domésticos com o Japão. Em 1931 o Japão Imperial invade a Manchúria, região da China considerada estratégica pelas grandes reservas de insumos energéticos nela existentes; o Kuomintang, sem condições de resistir ao domínio japonês na Manchúria, foca suas forças em combater os comunistas chineses. É somente em 1937 que comunistas e nacionalistas juntam forças para acabar com a invasão japonesa à China - realizou-se uma trégua (NABUCO, 2009; CARVALHO, 2013). A Guerra Sino-Japonesa, iniciada em 1937 só iria terminar em 1945, devido à derrota do Japão (e do eixo) na Segunda Guerra Mundial - vale destacar que, até a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, as forças militares chinesas sofreram diversas derrotas para as forças japonesas, devido a superioridades militares do Japão na Guerra Sino-Japonesa (CARVALHO, 2013; NABUCO, 2009).

Devido aos resultados desastrosos do Kuomintang em conduzir a economia chinesa e enfrentar os japoneses, os comunistas saem fortalecidos da Guerra Sino-Japonesa. Em 1946 a

trégua entre comunistas e nacionalistas acaba, e a Guerra Civil Chinesa é retomada. De toda maneira, os comunistas, que passaram a ter crescente apoio dos camponeses chineses e que contaram com grandes arsenais militares restantes da Guerra Civil Sino-Japonesa, se sobressaem, gradualmente, às forças nacionalista e vencem a guerra civil em 1949, momento em que os nacionalistas restantes fogem para Taiwan (NABUCO, 2009; CARVALHO, 2013).

A vitória do Partido Comunista Chinês sobre as forças nacionalistas do Kuomintang ocorreu exatamente em um dos anos iniciais da Guerra Fria. O sucesso do PCCh significou, sem sombra de dúvidas, uma grande conquista para a União Soviética e também para as forças comunistas em geral: o país mais populoso do mundo e um dos mais relevantes da Ásia se tornava comandada por parceiros e ideológicos da União Soviética em um momento em que as tensões geopolíticas-ideológicas se encontravam extremamente afloradas.

4- As Relações Sino-Soviética: da revolução chinesa ao racha

4.1 - A cooperação econômica

O início da relação entre Moscou e Beijing começa de forma assimétrica, dado que na realidade, eram os chineses que acabavam de sair vitoriosos da sua guerra revolucionária, em relação à União Soviética, o líder do bloco socialista no mundo. Mao visitou Moscou apenas uma vez em sua vida, e foi para definir o Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua Sino-Soviético, assinado no início de 1950, que formou as bases da aliança entre URSS e China. Para a União Soviética, este tratado se constituía em uma ferramenta estratégica importante no cenário do leste asiático, porém, era ainda mais importante para os chineses, que precisavam de ajuda econômica para reconstrução e segurança militar contra uma possível retaliação do Ocidente (LÜTHI, 2008).

A União Soviética pouco necessitava de assistências econômicas e militares da China, enquanto Mao buscou valores relevantes desse tratado, entre esses valores, ele cuidadosamente comentou sobre seu desejo de uma aliança militar, mas foi mais aberto ao falar da necessidade de empréstimos, aumento do comércio entre os dois países e uma assistência militar específica para a liberação de Taiwan (LÜTHI, 2008).

Entre as primeiras questões econômicas firmadas após a visita de Mao a Moscou, Stalin prometeu a entrega de 50 projetos de industrialização primária, além disso, foi definido um empréstimo de \$300 milhões de prazo fixado em 10 anos e com juros de 1% ao ano. Porém o pagamento desse empréstimo deveria ser feito com materiais estratégicos, borracha, produtos agrícolas, bens do dia a dia, como também em moeda forte. Para além disso, os chineses definiram várias concessões para os soviéticos, que aprofundaram as necessidades econômicas e estratégicas, sendo essas os arrendamentos do porto de Dalian e a base naval de Lushūn na província de Liaoning, além de concessões de mineração e ferrovias na Manchúria e Xinjiang. As questões de comércio também foram tratadas, com as trocas mútuas entre os dois países aumentando em 6,5 vezes de 1950 até 1956 (LÜTHI, 2008).

Com a personalidade difícil de Stalin e a natureza do princípio de “inclinando para um lado”, no qual os chineses estariam em alinhamento com o bloco comunista e opostos ao imperialismo ocidental, Mao buscou quebrar o isolamento da China, se relacionando com países do movimento não alinhado. Em 1952 a China começou a se aproximar da Índia, o que resultou em 1954 um acordo de cinco princípios da coexistência, em especial, um acordo sobre o Tibete. A China em 1955 recebeu o convite para participar da Conferência de Bandung, demonstrando o sucesso chinês em buscar parcerias para além dos soviéticos dentro do movimento dos não alinhados (LÜTHI, 2008).

A morte de Stalin e a ascensão de Nikita Khrushchov marcou o início de uma era próspera para a aliança Sino-Soviética. Khrushchev buscou melhorar relações externas para garantir seu suporte dentro do partido e contra rivais internos. Sobre a China em específico, Khrushchov visitou Beijing em 1954 numa busca de reafirmar o compromisso da URSS com a China, e citou como Stalin tinha uma tendência de explorar seus aliados economicamente. Em relação a isso, a China passou a considerar que certos acordos estavam muito desiguais, especificamente produtos soviéticos que tinham preços maiores para os chineses do que aqueles cobrados para países do leste europeu, em conjunto com os baixos preços dos produtos chineses exportados para a URSS. Tudo isso como uma alusão aos tratados coloniais que foram impostos à China no século anterior. Para além disso, alguns outros gestos de boa fé foram feitos, como a entrega de uma lista de agentes da KGB que estivessem na China, como também acordos industriais e outro empréstimo (LÜTHI, 2008).

A assistência econômica para a China se tornou o maior empreendimento de desenvolvimento do campo socialista. Fontes chinesas contam 304 projetos civis e militares no total entre 1950 e 1959, todavia, apenas cerca de metade desses projetos foram concluídos. Os empréstimos soviéticos colaboraram para o desenvolvimento chinês, e arquivos soviéticos relatam que esses empréstimos foram de 1.41 bilhões de rublos durante 1950 até 1960. Transferências de *Know-how* também foram importantes para o desenvolvimento, com estudos relatando que foram enviados 1445 conselheiros políticos e 9313 especialistas técnicos para a China, até a retirada repentina desses profissionais em 1960. Esses especialistas trabalhavam sob contratos anuais em ministérios, empreendimentos e projetos industriais. Isso fez com que os Soviéticos sentissem a falta de profissionais qualificados dentro da própria URSS e em 1957 começam pedidos para a volta desses profissionais gradualmente (LÜTHI, 2008).

4.2 - A cooperação militar

Segundo os arquivos das quais temos registro atualmente, podemos traçar o início da cooperação militar Sino-Soviética em 1945, quando os soviéticos libertaram a Manchúria dos japoneses e desde aquele momento, ajudaram o PPCh a fixar suas bases na região e que logo após foi essencial para sua vitória na guerra civil - vale ressaltar que Moscou apoia o PCCh, para fazer um contraponto ao Kuomintang, que era apoiado pelos EUA. Durante o período que se segue, a União Soviética continuou com a ajuda militar, visando o sucesso da revolução na China, com armas (metralhadoras, morteiros, peças de artilharia, tanques, navios e aeronaves), soldados e uma ajuda logística, firmando bases de uma infraestrutura militar e econômica (GONCHARENKO, 1998).

Mao observava que Stalin tinha um posicionamento cauteloso em relação a um apoio incondicional ao PCCh, e antes da vitória revolucionária em 1949, este tentava negociar acordos com o Kuomintang. Apesar da desconfiança de Stalin, Mao admite que a ajuda militar soviética foi essencial na vitória do PCCh, e que esse alinhamento fundou bases para a futura aliança entre os países (GONCHARENKO, 1998).

Vários acordos surgiram com a vitória revolucionária do PCCh na China. O Tratado Sino-Soviético de Amizade e Aliança, ambos os países concordaram em tomar todas as medidas conjuntas para evitar a repetição da agressão e violação da paz pelo Japão ou qualquer

outro estado que direta ou indiretamente se uniria ao Japão em uma ofensiva. No caso de uma das partes ser atacada pelo Japão ou seus aliados, a outra parte iria prestar imediatamente assistência militar ou qualquer outra assistência com todos os meios disponíveis. Isso é dado que um dos principais aspectos do tratado é prover o PCCh com uma capacidade de dissuasão contra o imperialismo estadunidense em três frentes: Taiwan do Kuomintang, a Coreia dividida e o Vietnã (LÜTHI, 2008).

Mao decidiu fazer uma política de engajamento ativa nas possíveis frentes de conflito, em 1950 ajudou o camarada Ho Chi Minh no conflito contra os contrarrevolucionários apoiados pelos franceses, como também reconheceu diplomaticamente a República Democrática do Vietnã. Além disso, a China se comprometeu com a Coreia do Norte, com Kim Il Sung convencendo Stalin e Mao de ajudarem na liberação da Coreia do Sul. Mao foi crucial, já que via a Coreia do Norte como uma defesa ao imperialismo dos EUA e também, o comprometimento ideológico de ajudar um camarada na luta em seu país (LÜTHI, 2008).

Em 25 de junho de 1950, começou a Guerra da Coreia, que colocou a aliança militar em teste. Em um primeiro momento, Kim conseguiu dominar grande parte da península até o início de agosto e manteve até setembro, quando a força de intervenção das Nações Unidas, liderada pelos EUA, entrou no conflito e colocou Kim e os norte coreanos perto da fronteira com a China em pouco mais de um mês após a entrada no conflito. A postura de Stalin confundiu os chineses, pois ao mesmo tempo que pressionava os chineses para enviar suas tropas, Stalin decidiu sair da guerra e era lento no envio de, por exemplo, apoio aéreo. A guerra se estabilizou na fronteira do paralelo 38 por volta do início de 1951 e nos anos seguintes se mantém da mesma forma, muito devido a interferência de Stalin para impedir o fim do conflito. Apenas após a sua morte em 1953 que é aberta uma brecha para que se negocie o fim do conflito (LÜTHI, 2008).

A aliança e cooperação militar entre chineses e soviéticos se aprofundou com a Guerra da Coreia, porém, como alerta, demonstrou que os EUA eram capazes de fazer guerra no continente asiático. Para além disso, houve um estreitamento de relações entre Taiwan e EUA, com a efetivação de um tratado de defesa mútua e também a criação da Organização do Tratado do Sudeste Asiático em 1954, este que seria uma versão da OTAN para o leste asiático. Os soviéticos viam cada vez mais o aprofundamento de relações com a China como a única alternativa estratégica na região (GONCHARENKO, 1998).

A ajuda soviética militar para a China foi crucial para o fortalecimento militar, um total de 6,695 militares soviéticos, de todas as patentes, foram para a China até sua retirada em 1960. Enquanto 1500 militares chineses foram para a União Soviética para um treinamento avançado. A China também recebeu um aporte massivo de transferência de tecnologia militar, variando entre mísseis, aeronaves modernas, artilharia pesada e armas (LÜTHI, 2008).

A política externa da URSS fica dividida entre duas visões, após a morte de Stalin, uma delas é apoiada pelo conhecido Ministro dos Assuntos Exteriores Viatcheslav Molotov, e leva em conta que a política externa da URSS deveria se basear no contínuo confronto inevitável dos blocos socialista e capitalista, e que a URSS deveria assumir seu papel de liderança nesse embate. A outra visão, tinha apoiadores como Nikita Khrushchov, que era o Primeiro-Secretário nesse momento e Anastas Mikoyan, Presidente do Soviete Supremo, no qual, se partia de uma visão otimista do campo socialista, e que a balança de poder tanto na Europa quanto na Ásia estava em favor do bloco socialista, buscando então, uma política de apaziguamento da Guerra Fria. Isso faz com que durante o período de 1953 até 1957 aproximadamente, a política externa da URSS seja divergente, graças a natureza de cada política advindas das visões diversas (GONCHARENKO, 1998)

Na nova fase da aliança, com Khrushchov no comando da URSS, se inicia um maior aprofundamento da relação, e na área militar, podemos falar de indústrias militares que os soviéticos fizeram o design, entregaram o equipamento e ajudaram a construir 15 delas. Além disso, Moscou enviou algumas propostas de modernização de alguns tipos de armamentos, como mísseis antiaéreos. Ainda nesse primeiro momento da nova fase, Khrushchov assina um protocolo em 1954 que aumenta o número de equipamentos industriais enviados à China a um custo de mais de 400 milhões de rublos e também estabelece um crédito de longo prazo de 520 milhões de rublos. (GONCHARENKO, 1998)

A se seguir os anos, mais indústrias foram sendo construídas, e o Ministério das Relações Exteriores Chinês, tendo como figura Zhou Enlai, se torna um ponto focal para a coordenação e planejamento dos pedidos de assistência para os soviéticos, mesmo que houvesse outros canais de comunicação entre Moscou e Beijing, como outros ministros e embaixadores. Com a ajuda contínua da URSS, a China pode aumentar em muita sua capacidade de defesa, como diz Chen Yi, o sucessor de Enlai a partir de 1958:

Nós, na China, estudamos a experiência soviética. O socialismo na URSS já foi construído, enquanto estamos apenas no processo. Nosso Exército deve também estudar e adotar a rica experiência de combate do Exército Soviético. (GONCHARENKO, 1998) pág. 148

A União Soviética não tinha problemas em seguir essa dinâmica em uma grande escala, porém, em 1958 a URSS começa a se questionar até que ponto poderia oferecer assistências à China sem danificar o desenvolvimento de sua própria economia. Com isso, os soviéticos passaram a auxiliar de uma maneira mais incomum para os moldes tradicionais de auxílio, os soviéticos ajudaram os chineses a estabelecerem empresas que ajudariam a China a montar suas próprias armas de maior sofisticação. (GONCHARENKO, 1998)

Também em 1958 os soviéticos apresentaram novas propostas para cooperação militar entre os dois países, das quais muitas tecnologias seriam instaladas na China e pagas propriamente pela União Soviética, além da proposta de uma força conjunta de submarinos nucleares que operariam ao longo da costa chinesa e no oeste do Pacífico. Essas propostas foram recusadas por Mao, que no momento acreditava que os chineses não poderiam mais ser dependentes das forças soviéticas. (WESTAD, 1998)

A partir do final dos anos 50, as diferenças entre soviéticos e chineses estavam se expondo e a questão militar esteve no centro dessas diferenças. A maior das questões era a *détente* Leste-Oeste, no qual a China pressionava a União Soviética a usar seu poder de liderança do bloco socialista para uma oposição ativa aos EUA, e se sentiu frustrada ao ver que Moscou estava em busca de uma coexistência pacífica com o ocidente. Podemos ver a reação negativa da União Soviética para a crise de 1958 do Estreito de Taiwan e para o conflito fronteiriço Sino-Indiano em 1959 como fruto das diferenças existentes entre os dois países. O governo soviético declarou em setembro de 1963 com relação a esses dois casos; sobre a crise dos estreitos de 1958, a URSS enfatizou que a China tinha bombardeado as ilhas sem consultar os soviéticos, e com isso violaram o tratado de 1950. E no que se refere ao conflito Sino-Indiano de 1959, Moscou sinalizou que essa teria sido uma tentativa da China de aumentar a tensão global, provocando um conflito de fronteira com a Índia. Khrushchev acreditava que a China estava tomando essas ações esperando que os soviéticos a apoiassem, que no fim acabaria arruinando a política de *détente* com o ocidente (GONCHARENKO, 1998).

4.3 - O racha Sino-Soviético

Os conflitos iniciais que surgiram no início da década de 50 não causaram as disputas políticas que levaram ao racha sino-soviético em 1960. Nem a relutância soviética em honrar o tratado de aliança na Guerra da Coréia, como a primeira crise dos estreitos de Taiwan podem explicar a radicalização ideológica de Mao. Em realidade, o 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética estabeleceu as bases ideológicas das quais resultariam na quebra da aliança entre chineses e soviéticos. Isso porque neste congresso Khrushchov fez o seu conhecido discurso secreto, do qual denunciava Stalin e suas atitudes de repressão, como expurgos, deportações e cerceamento de liberdades, como também do culto à personalidade, iniciando assim, um processo de desestalinização da União Soviética. O problema que emerge com isso era que, Mao se incomodou tanto pelo fato de não ter sido consultado sobre esse discurso, como também, quanto porque este fornecia munição para ataques ideológicos oriundos do Ocidente (WESTAD, 1998). Além disso, Mao estava promovendo as políticas baseadas no Stalinismo Revolucionário, nítidas no Primeiro Plano Quinquenal Chines (esse que apresentava características muito semelhantes a NEP, implementada na URSS nos anos 20), sendo que as críticas a Stalin poderiam se tornar críticas a Mao (LÜTHI, 2008).

Outra questão de quebra ideológica, é a postura de Khrushchov em relação aos EUA; este buscou uma coexistência pacífica com a superpotência rival e entre o ocidente e o oriente no geral. A China a princípio tenta adotar esta postura, porém, ao verificar que não iria ajudar nas questões relacionadas a Taiwan, o PCCh rejeita essa política do PCUS. Mao acreditava que o bloco socialista se constituía em uma força maior que o capitalista, e que os estadunidenses deveriam ser confrontados de maneira firme e sem medo de eventual conflito (WESTAD, 1998). A postura chinesa de busca do confronto, nítida pelos discursos proferidos pelo Mao, atrapalharam a busca dos soviéticos pela política coexistência pacífica com o Ocidente, isso teve grande influência nas propostas de integração militar para Beijing, com o objetivo de um maior controle dos chineses (LÜTHI, 2008).

A crise nos estreitos de Taiwan levou a mais uma crise na aliança sino-soviética, isso porque os chineses queriam aplicar suas próprias políticas contra os americanos e não seguiram as noções de dissuasão nuclear dos soviéticos, isso afetou principalmente o status de

superpotência da União Soviética, e irritou as lideranças de Moscou. Com o PCCh buscando colocar pressão em Taiwan e desafiando os EUA, os soviéticos buscaram diminuir a velocidade de transferência de tecnologia, principalmente a nuclear, para os chineses, com o medo de possivelmente surgir um conflito. Todavia, os soviéticos não estavam irritados com a posição de confronto dos chineses perante os EUA, mas sim, com as políticas inconsequentes de Mao, que não consultava os soviéticos nas questões táticas e recusando suporte militar adicional (WESTAD, 1998).

A postura dos soviéticos diante das crises na Polônia e na Hungria foi completamente rechaçada pelo PCCh. Em relação a Polônia, Moscou informa Beijing que têm a intenção de intervir militarmente no território, todavia a China se portou completamente contrária à intervenção, afirmando que tal ato era contrário à soberania da Polônia. A questão da Hungria era oposta, na realidade, a URSS planejava retirar suas tropas do país, dado a situação de revolta popular contra as políticas do governo e de Moscou. Os chineses também foram contrários a essa decisão, e afirmaram que isso seria uma traição à população húngara e colocaria os soviéticos como criminosos históricos (JIAN; KUISONG, 1998).

A importância que Mao dava a independência chinesa perante os soviéticos advinha do seu medo das críticas às suas políticas de aceleração do desenvolvimento chinês: o programa do Grande Salto à Frente, vinha sendo um grande desastre (WESTAD, 1998). O Grande Salto à Frente teve consequências dentro das fronteiras, como também no campo internacional, com o discurso sendo de que apenas os chineses estavam engajados com a verdadeira construção do comunismo e que os resultados negativos do plano estavam atrelado aos colegas do PCCh que não souberam liderar as campanhas e estariam presos na mentalidade do modelo soviético de desenvolvimento (JIAN; KUISONG, 1998).

Devido a estes problemas ideológicos e políticos existentes entre as lideranças da União Soviética e da China, observamos o racha sino-soviético em 1960 (NABUCO, 2009). Este seria responsável por causar diversas mudanças no campo político e por gerar diversos fenômenos envolvendo China e União Soviética. Por este motivo, discorrer acerca dos efeitos do racha sino-soviético para a Guerra Fria faz-se necessário.

5- As consequências do racha sino-soviético para a Guerra Fria

O racha sino-soviético ocorreu em 1960 e é, sem sombra de dúvidas, um dos principais fenômenos do século XX. Como discorremos nas seções anteriores, as disputas político-militares e as disputas ideológicas marcam o período da Guerra Fria (HOBSBAWM, 1995; HALLIDAY, 2007; KISSINGER, 2012), e a perda de um aliado importante para a União Soviética não deve ser subestimada.

Demonstramos também que as relações existentes entre União Soviética e o Partido Comunista Chinês foram fundamentais para a revolução chinesa em 1949 e também foram fundamentais para o sucesso da revolução chinesa e para as dinâmicas econômicas e securitárias da China na década de 1950, que contou com grande auxílio da União Soviética. (NABUCO, 2009; CARVALHO, 2013; LÜTHI, 2008; GONCHARENKO, 1998). É a partir deste ponto que buscaremos discorrer acerca dos efeitos que o racha sino-soviético produziu sobre a Guerra Fria e os efeitos deste para a União Soviética.

Em primeiro lugar, entendemos que, com o racha sino-soviético o bloco socialista sofreu um grande abalo: este perdia força em relação ao bloco socialista no período da Guerra Fria, visto que o racha se traduziu em disputas entre os dois principais países socialistas do mundo ao mesmo tempo em que o bloco capitalista se mantinha coeso. As disputas existentes entre China e URSS foram responsáveis por desviar a atenção e capacidades militares para possíveis confrontos entre os dois países (criando-se uma situação de competição militar), fato este que aumentou não apenas custos econômicos, mas fragilizou ambos os países frente às potências ocidentais no Leste Asiático. O fato de o racha ter elevado os custos e enfraquecido geopoliticamente ambos os países deve ser levado em consideração, especialmente porque em 1969 observamos um conflito transfronteiriço entre China e URSS, conflito custoso que poderia ter sido evitado no caso houvesse a manutenção de boas relações entre ambos os países.

Em segundo lugar, devemos considerar que o racha sino-soviético pode ter causado diversos problemas econômicos para a URSS. Como demonstrado na seção anterior, a União Soviética não apenas realizava empréstimos e enviava bens materiais para a China (recebendo produtos fundamentais, a um preço razoável, para sua economia nas trocas com este país), mas também era estimulada a desenvolver tecnologia a ser alocada na China. Em essência, considerar que o racha-sino soviético cria dificuldades econômicas para a União Soviética é importante, pois esta não apenas perdia uma grande parceira comercial, mas também incentivos para modernizar/ desenvolver tecnologias militares e industriais.

Em terceiro lugar, com o racha sino-soviético, China e União Soviética passam a competir no âmbito político-diplomático. No âmbito externo, passa-se a existir uma competição entre modelos de economia e sociedade socialistas: a chinesa e a soviética, de maneira a impactar os países do terceiro mundo e a minar o poder soviético na Guerra Fria - visto que a China, que se isola com o racha, passa a ganhar crescente importância e influência frente aos países do terceiro mundo (tal como vinha ocorrendo desde a década de 1950, conforme explicitado anteriormente).

Além destes aspectos, é importante compreender que o racha, ao isolar a China no sistema internacional, gesta as condições para que os Estados Unidos se aproxime da China na década de 1970. Esta aproximação estratégica dos Estados Unidos da China ocorre com o objetivo de enfraquecer, mais ainda, a União Soviética no contexto da Guerra Fria; iniciada a partir da política do pingue-pongue em 1971, o relacionamento com os Estados Unidos abre portas para que a China reate sua relação com outros países do Ocidente e se distancie, crescentemente, da União Soviética. Essa aproximação seria fundamental para que Deng Xiaoping e Zhou Enlai ganhassem forças no seio do PCCh. Em 1978, aplicam-se reformas liberalizantes na China comandada por Deng Xiaoping. com isto, os modelos de socialismo existente entre China e União Soviética se tornam crescentemente distintos. A partir de então, a União Soviética se torna crescentemente isolada no sistema internacional e as relações da China com o Ocidente passam a ganhar crescente importância política e econômica (NABUCO, 2009; CARVALHO, 2013). Com isso, a União Soviética perdia poder e influência na Guerra Fria, e em pouco tempo depois se desestruturaria, isolada no sistema internacional.

Por estes motivos, compreendemos que a análise do racha sino-soviético se constitui enquanto uma tarefa fundamental para uma melhor compreensão da Guerra Fria, especialmente para o campo das Relações Internacionais. Apresentamos aqui uma visão ampla sobre este período e consideramos que existem diversas possibilidades de pesquisa sobre as relações e influências do Racha sino-soviético para o desfecho da Guerra Fria.

Referências

CARVALHO, Miguel Henrique de. **A economia política do sistema financeiro chinês (1978-2008)**. Orientador: Ernani Teixeira Torres Filho. 2013. p.196. Dissertação (Mestrado) -

Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

GONCHARENKO, Sergei. Sino-Soviet Military Cooperation. In: WESTAD, Odd Arne (Ed.). **Brothers in Arms: The Rise and Fall of the Sino-Soviet Alliance, 1945-1963**. Washington: The Woodrow Wilson Center Press, 1998. p. 141-165.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

HOBBSBAWN, Eric. **A Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JIAN, Chen; KUISONG, Yang. Chinese Politics and the Collapse of the Sino-Soviet Alliance. In: WESTAD, Odd Arne. **Brothers in Arms: The Rise and Fall of the Sino-Soviet Alliance, 1945-1963**. Washington, D.c.: Woodrow Wilson Center Press, 1998. p. 246-295.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012

LÜTHI, Lorenz M.. **The Sino-Soviet Split: Cold War in the Communist World**. New Jersey: Princeton University Press, 2008.

NABUCO, Paula Cristina. **O sonho do quarto vermelho: revolução e reformas na China contemporânea**. Orientador: Marcelo Dias Carcanholo. 2009. p.150. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009

WESTAD, Odd Arne. Introduction. In: WESTAD, Odd Arne (Ed.). **Brothers in Arms: The Rise and Fall of the Sino-Soviet Alliance, 1945-1963**. Washington: The Woodrow Wilson Center Press, 1998. p. 1-47.

À pátria grandeza e honra: uma análise da Canção Guerrera paraguaia de 1864

Marlon Migliorini Marques e Gabriela Martins Moura¹¹⁰

RESUMO

Este artigo tem como objetivo traduzir a *Canción guerrera dedicada al Ejército expedicionario contra el Brasil* datada de 1864 disponível no Arquivo Nacional de Assunção, assim como analisá-la, destrinchando os significados das palavras e dos termos utilizados frente ao contexto de sua produção, para com isso, buscar os interesses nos quais serviam a canção.

Palavras-Chave: Canção de Guerra. Paraguai. Brasil. Tríplice Aliança. Século XIX.

ABSTRACT

This article aims to translate the *Canción guerrera dedicada al Ejército expedicionario contra el Brasil* dated 1864 available at the National Archives of Asunción, as well as to analyze it, unraveling the meanings of the words and terms used in the context of its production, in order to this, to seek the interests in which the song served.

Key-Words: War Song. Paraguai. Brasil. Triple Alliance. XIX Century.

¡Muero con mi Pátria!

- Francisco **Solano López**

¹¹⁰ Graduandos em licenciatura em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Marlon Migliorini Marques, Contato: marlon.marques@ich.ufjf.br; Gabriela Martins Moura, Contato: gabriela.moura@estudante.ufjf.br.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo traduzir e analisar a Canção de Guerra paraguaia datada de 1864, encontrada digitalmente na *Sección Historia* (Seção Histórica) do *Archivo Nacional de Asunción*, do Governo do Paraguai, intitulada como *Canción guerrera dedicada al Ejército expedicionario contra el Brasil*.

Em suma, é uma canção de guerra em língua espanhola que segundo o arquivo é datada da segunda metade do século XIX, escrita no contexto específico no qual os paraguaios encontravam-se no início do conflito militar contra a Tríplice Aliança, união formada pelas nações brasileira, argentina e uruguaia. Por sua vez, este conflito é nomeado pela historiografia como Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870).

Além da tradução e análise, os questionamentos a serem levantados em cima do estudo da fonte são: (i) quais seriam seus produtores, (ii) seu público-alvo e (iii) quais seriam os interesses por trás da divulgação dessa música, entre outros questionamentos encontrados a partir do aprofundamento do tema.

Cabe ressaltar que ambos autores do presente artigo são alunos de graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), sendo assim não existe formação específica na área de tradução de idiomas, entretanto o desafio inicial de traduzir o documento do século XIX é auxiliado por plataformas digitais de tradução, além também do pelo ofício do historiador.

O PRENÚNCIO DA GUERRA: EXIGIREMOS JUSTIÇA E RESPEITO

A guerra entre Paraguai e a Tríplice Aliança, perdurou entre os anos de 1864 a 1870, foi um conflito armado extremamente violento e passou por diversos revisionismos históricos durante o tempo. Tanto a historiografia mais tradicional quanto estes revisionismos acabaram por reduzir participações e simplificar as causas do conflito, assim como o desenrolar do

mesmo (DORATIOTO, Francisco, 2002; p. 20). Logo, a fim de trazermos uma breve contextualização do conflito, foi utilizada como referência o livro *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*, no qual o autor, Francisco Doratioto, traz uma perspectiva do conflito baseada em diversas documentações da época e busca explicar tanto as origens da guerra quanto seu desenvolvimento; e o capítulo 3 do livro *História das relações internacionais do Paraguai*, intitulado *A Guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança*, escrito pelos colaboradores Liliana Brezzo e Ricardo Yegros.

Em 1862, o governante Francisco Solano López, ao assumir a presidência em setembro, não estava mais de acordo com a antiga política preestabelecida referente às questões da Prata, de não intervenção. Logo mais, com um maior desenvolvimento do país, houve uma necessidade em expandir as fronteiras, “a fim de assegurar a continuidade e o ritmo de seus investimentos”, como colocado pelos autores. Todavia, em março de 1863, o Uruguai foi invadido pelo general Venancio Flores e outros membros do Partido Colorado e, em junho, o governo uruguaio enviou Octávio Lápido a Assunção, a fim de obter uma aliança com o Paraguai contra a Argentina e o Brasil, que eram acusados de apoiar a rebelião colorada (DORATIOTO, Francisco, 2002; p. 560). A partir disso, Solano López insinuou apoio político ao Uruguai e também recordou as questões de neutralidade do Paraguai quanto à Bacia do Prata; contudo, não deixou de ressaltar que a mesma não era absoluta. Assim sendo,

segundo Francisco Doratioto, os propósitos de López de uma maior presença paraguaia no Prata, seu interesse pelos assuntos uruguaio e sua aproximação à oposição federalista argentina colocaram Assunção em rota de colisão com a Argentina e o Brasil. O elemento catalisador das divergências platinas seria a situação política no Uruguai. (BREZZO, Liliana; YEGROS, Ricardo, 2013; p. 75)

Mesmo sendo aconselhado em relação ao perigo “que poderia representar a concertação argentino-brasileira contra as independências do Uruguai e do Paraguai” (BREZZO, Liliana; YEGROS, Ricardo, 2013; p. 77) e até ter tentado mediar, Solano López não conseguiu evitar conflito inicialmente. Segundo a historiadora Lilia Moritz Schwarcz, “o cenário da guerra estava montado e só faltava o estopim” (SCHWARCZ, Lilia, 1998; p. 621), que surge em setembro de 1864 com o envio de uma esquadra brasileira ao Uruguai, como citado anteriormente, López

decretou a apreensão do Marquês de Olinda, navio de bandeira brasileira que navegava em direção a Mato Grosso. A ação se produziu em 12 de novembro de 1864 e, no dia seguinte, o governo paraguaio divulgou uma nota de ruptura de relações com o Império. Além disso, proibiu a navegação de navios com bandeira do Brasil pelo rio Paraguai. A gravidade da situação levou o governo brasileiro a enviar em missão ao Prata José Maria da Silva Paranhos, com instruções para negociar em Buenos Aires uma intervenção conjunta no Uruguai, em apoio a Flores. (BREZZO, Liliana; YEGROS, Ricardo, 2013; p.79).

A GUERRA DO PARAGUAI: VENCENDO OU MORRENDO NA LUTA

Como o combate tornara algo iminente, em março de 1865, em razão da não-autorização de Mitre ao acesso das tropas paraguaias ao Rio Grande do Sul, foi convocado um Congresso por López para averiguar a situação internacional, onde, no dia 18 de março, foi aprovada a conduta do governo perante ao Império brasileiro e declarada guerra ao governo argentino.

Ao atacar o território argentino, Solano López favoreceu a formalização da aliança argentino-brasileira que, conforme o pensamento do presidente Mitre, proporcionaria a paz regional necessária para reforçar seus laços comerciais com a Europa. Como se ressaltou: “Isto significava, na prática, uma alteração no quadro de relações internacionais do subsistema platino, pelo qual Argentina e Brasil, em vez de serem rivais, passaram a exercer uma hegemonia conjunta”. A notícia dos acontecimentos em Corrientes foi divulgada em Buenos Aires, e Mitre denunciou a agressão paraguaia cometida “sem declaração de guerra”, ficando rompidas as hostilidades entre o Paraguai e a Argentina. (BREZZO, Liliana; YEGROS, Ricardo, 2013; p.82)

Assim sendo, em primeiro de maio de 1865, foi firmado o Tratado da Tríplice Aliança contra o Paraguai, esta formada por Brasil, Argentina e Uruguai e continha, além de aliança militar, os pré-requisitos para o estabelecimento da paz.

O tratado determinava que a guerra era contra o governo do Paraguai e não contra seu povo e que os aliados se comprometiam a não depor as armas, mas de comum acordo e depois da derrocada de Solano López, ficando proibida qualquer iniciativa de paz em separado. Ao terminar a guerra, seriam garantidas a independência, a soberania e a integridade territorial paraguaias. No entanto, tal integridade só seria do que ficasse depois que se aplicasse o artigo 16 do tratado, pelo qual os aliados se adjudicariam territórios que até então estavam sob a soberania paraguaia ou em litígio. (BREZZO, Liliana; YEGROS, Ricardo, 2013; p. 82-83)

Após diversos conflitos dos quais ambos os lados sofreram grandes perdas ao longo dos anos, a guerra chegara ao “seu termo”, como declarou Caxias, em 14 de janeiro de 1869, devido à fuga de Solano López à vista do Exército aliado em dezembro de 1868, onde tropas brasileiras ocuparam Assunção, que estava vazia. Todavia, isso não significou o fim dos conflitos, pois aconteceram diversas ocupações por parte dos aliados e, em agosto de 1869 se deu a “última grande batalha da guerra, em Campo Grande/Acosta-Ñu, em que 20 mil aliados enfrentam 6 mil paraguaios, em boa parte velhos e crianças” (DORATIOTO, Francisco, 2002; p. 571).

Logo, Solano López começou a crer que estava sendo vítima de conspiração no batalhão que o escoltava. Após ordenar o fuzilamento de diversos acusados, López também ordena a execução do comandante do regimento, mesmo ele tendo sido inocentado a respeito das acusações. Não obstante desses acontecimentos, sua própria família foi alvo de tortura e seu irmão, Venancio, acabou morto por causa dos maus tratos. Em primeiro de maio de 1870, Solano López foi alcançado pelas tropas brasileiras e morto. Assim, em 20 de junho do mesmo ano, o governo provisório do Paraguai assinou um protocolo com os representantes da aliança e aceitou os termos do Tratado (DORATIOTO, Francisco, 2002; p. 571).

TRADUÇÃO DA CANÇÃO: COM GLÓRIA PARA MORRER

REFRÃO

À pátria grandeza e honra

Guerra e morte aos que querem ofendê-la

Paraguaios, para defendê-la

Ao Governo respeito e amor

I

Paraguaios, a Pátria nos chama

Para salvar seu interesse sacrossanto

De tendências insidiosas que giram

Em torno da busca de sua ruína

Vamos elevar o padrão sagrado

De honra e poder nacional

E jurar mil vezes merecer

Por não ver uma mancha tocar

REFRÃO

II

Empunhamos a espada esplêndida

E corramos ao campo de honra,

Ao encontro da hoste inimiga,

Que pretende incutir em nós o medo:

E opondo à força ao injusto

Com firmeza e coragem constantes

Exigiremos justiça e respeito

Com a guerra e seu justo rigor.

REFRÃO

III

Nossos seios são um muro invencível

Eles formarão a voz: combate!

Nossos braços darão a ousadia

Uma lição fatal na luta.

Somos filhos dessas varcas

E entre incêndios e balas e mortes

Louros imortais eles levaram

REFRÃO

IV

Vamos mostrar ao mundo

Que herdamos o sangue

Da coragem dos bravos guerreiros

Quem quebrou a espada estrangeira:

E adquirindo o país amado

O tesouro da liberdade,

Ao morrer, eles ordenaram a seus filhos:

Mantenha esta herança sagrada

V

Paraguaios, nós saberemos,

Batalhando mais (ilegível) adquirir,

Quebrando até mesmo um cetro gigante,

Ou lidar, com a glória para morrer.

Um poder ambicioso ameaça

*Com mandíbulas tortas nos engole,
Com suas garras de ganância insana
Em pedaços, gaste e nos termine.*

REFRÃO

VI

*Quando o clarim da guerra soar,
Do combate ao momento anunciado,
Avancemos com voo rápido,
Viva viva a Pátria gritando;
E espalhando a liderança mortal,
E enfrentando a morte, se ela vier,
Defendemos a causa sagrada
E a santa justiça que tem.*

REFRÃO

VII

*Rios de sangue faremos você derramar
Ao injusto e audaz ofensor
Que pretende violar os direitos
Da Pátria, seus privilégios e honras;
Porque todos nós lutamos seremos
Como leões sanguinários*

E vencendo ou morrendo na luta,

Da Pátria seremos campeões.

REFRÃO

VIII

Ao arremesso estrondoso do canhão,

Ao impulso feroz da lança,

Ao brilho da espada vibrante,

Que figura de Deus a vingança;

O inimigo culpável verá

O terrível momento de punição;

E o punhal paraguaio será

O justíssimo e nobre instrumentos

ANÁLISE DA NARRATIVA: A PÁTRIA NOS CHAMA

Para melhor compreensão desta análise, coube dividi-la em partes, divisão composta pelo refrão e oito estrofes devidamente numeradas acima. Cabe avaliar que no Arquivo Nacional de Assunção, o documento em questão é datado de 1864, ano que marca o início dos conflitos, questão na qual auxilia-nos a analisar e compreender melhor seu significado.

O refrão já delimita e resume o conteúdo da música em tom patriótico e nacionalista, declara "guerra e morte" à quem ofender o Paraguai e ao mesmo tempo que evoca sentimento de devoção dos cidadãos pelo seu Governo, convocando-os a defender sua nação. Partindo para a primeira estrofe, a canção já inicia com um chamamento dos paraguaios a fim de salvar o "interesse sacrossanto" frente aqueles que buscam a ruína de seu país. O interessante é a utilização da palavra sacrossanto, uma vez que elucida algo que "é considerado duplamente santo, por ser santo e sagrado". A música segue colocando o Brasil (evidenciado pelo título da canção) como inimigo que pretende induzir o medo no povo na segunda estrofe, exclamando que exigirão "justiça e respeito" portando em suas mãos a "espada esplêndida".

Prosseguindo, a terceira estrofe da canção nos traz a ideia de pertencimento àquela terra, colocando todo o povo paraguaio patrioticamente na frente do confronto, ou seja, em "combate", oferecendo o próprio peito à morte pelo país. Na quarta estrofe fala-se em liberdade e na herança carregada no sangue guerreiro, podendo fazer um paralelo com aqueles que fizeram uma revolução pacífica pela independência do país em 1811, assim os paraguaios em guerra só estariam mantendo "esta herança sagrada" que concedeu-lhes a liberdade.

Na quinta estrofe, há uma representação tanto da violência inimiga, como pode ser visto na analogia "com mandíbulas torta nos engole", quanto do tamanho e poder que o Exército aliado tinha, e os paraguaios se colocam ao dispor de enfrentar este grande perigo e morrer tentando, com glória. Logo mais, na sexta estrofe, há uma chamada para

que, assim que a guerra começar, a nação avance e defenda a causa sagrada e a justiça que a mesma carrega.

Nas últimas duas estrofes da canção, os paraguaios não apenas reconhecem o inimigo como poderoso e aceitam o destino que pode vir, mas se referem e auto proclamam-se como os campeões, mesmo no início do conflito. Ao se colocarem como “leões sanguinários” que vão vencer ou morrer na luta, eles estão se colocando também numa posição de ataque. Estão dizendo que, por mais poderoso que o inimigo seja, o Paraguai também o é, e que estão dispostos a trazer justiça e punição ao inimigo.

A MEMÓRIA DA GUERRA E A IMPORTÂNCIA DE FONTES PRIMÁRIAS PARA COMPREENDÊ-LA: O TESOURO DA LIBERDADE

Dentro da historiografia, a questão da memória é sempre um assunto bastante discutido, principalmente em relação a temas sensíveis e que envolvem violência. Quando trata-se de um evento tão marcante quanto uma guerra e, neste caso, a Guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança, é possível encontrar diversas perspectivas sobre grandes nomes do acontecimento e também refletir sobre aqueles sem tanto reconhecimento, como é o caso dos voluntários de guerra. Logo, é possível compreender o porquê de Doratioto ser uma referência quando a Guerra do Paraguai surge como objeto de estudo. Sua escolha por fontes primárias faz com que ele se aproxime muito mais daqueles que viviam durante aquele período e nos dá uma perspectiva muito mais próxima do ocorrido, o que ajuda na compreensão desse evento que foi tão marcante e que serviu como divisor de águas no Império.

Assim como dito anteriormente neste presente trabalho, a Guerra do Paraguai foi alvo de muitos revisionismos históricos ao longo dos anos e, neste processo, acabaram sendo criadas diversas narrativas que se afastaram ou diminuíram da importância que certos acontecimentos tiveram. Segundo Francisco Doratioto,

Ficou claro que, desde o final da guerra, em 1870, a historiografia tradicional brasileira reduziu a importância do aliado argentino para a vitória sobre Solano

López e minimizou, quando não esqueceu, importantes críticas à atuação de chefes militares brasileiros no conflito. Em compensação, ficou evidente que Francisco Solano López era um ditador quase caricato de um país agrícola atrasado, autor de erros militares que custaram a vida de milhares de seus valentes soldados, mas que foram motivo de suspeito silêncio de seus admiradores futuros, os revisionistas históricos. Nas últimas décadas do século XX, a história da guerra foi “retrabalhada” pelo revisionismo populista, ao se criar o mito de Solano López grande chefe militar e, absurdamente, líder antiimperialista. Ao mesmo tempo, desqualificavam-se a atuação dos Exércitos aliados, a resistência e o sacrifício demonstrados por seus homens, lutando durante anos longe de seus países. Na verdade, atos de desprezimento pessoal, de bravura, de covardia ou de crueldade ocorreram em ambos os lados da guerra. (DORATIOTO, Francisco, 2002; p. 18)

Ou seja, não apenas a historiografia contribuiu para a criação de uma imagem errônea sobre o presidente do Paraguai da época, Solano López, como também deixou de lado o papel dos exércitos neste processo. No texto de Ana Beatriz Ramos de Souza, *“Mártires da Véspera”: a memória em torno dos voluntários da pátria (1870-1922)*, a autora dá destaque, justamente, àqueles que se voluntariaram na guerra e que só foram lembrados na época da República. Segundo ela, os interesses políticos em jogo fazem a diferença quando se trata de memória, ainda mais nessa época em que vigoravam os ideais abolicionistas, e demonstra que, a partir de documentos que envolviam processos de pedido de pensão indeferidos ou que não tiveram resposta do governo, foi possível perceber o quão escassas eram as atitudes em relação aos voluntários.

Assim, a canção trazida neste texto pode ser vista como uma evidência da narrativa dos próprios paraguaios em relação a guerra que estava iminente. Com trechos sobre glória e bravura, demonstram a memória de um povo disposto a lutar e morrer por seu país, e também traz, consigo, um reconhecimento à força inimiga. Logo, novamente, é necessário ressaltar a importância do papel das fontes primárias ao estudar sobre os temas, pois, como Robert Darnton afirma,

reconstruir mundos é uma das tarefas essenciais do historiador, e ele não a empreende pelo estranho impulso de escarafunchar arquivos e farejar papel embolorado - mas para conversar com os mortos. Fazendo perguntas aos documentos e prestando atenção às respostas, pode-se ter o privilégio de auscultar almas mortas e avaliar as sociedades por elas habitadas. Se rompermos todo o contato com mundos perdidos, estaremos condenados a um presente bidimensional e limitado pelo tempo; achataremos nosso próprio mundo. (DARNTON, Robert, 1987; p. 7)

CONCLUSÃO: DA PÁTRIA SEREMOS CAMPEÕES

Podemos entender que a canção traz consigo o reconhecimento da força inimiga, evoca o sentimento de patriotismo dos paraguaios em defender a liberdade, justiça e honra de sua nação. Desta forma, pode-se concluir que por detrás da canção existiu os interesses do governo paraguaio, como agente promotor do conflito, em difundir ideais para seu povo e seu exército expedicionário, colocando o Brasil e os brasileiros na posição de inimigo "que pretende incutir em nós [paraguaios] o medo".

O público-alvo em questão constituem nos próprios membros do exército expedicionário paraguaio que enfrentariam as tropas brasileiras (assim como as argentinas e uruguaias) em batalhas, o que nos leva a acreditar que a canção viria a ser produzida pelo próprio governo do Paraguai, uma vez que o Arquivo Nacional de Assunção data o documento de 1864, ano que marca o início da guerra.

Contudo, ressalta-se a importância de se utilizar fontes primárias para aproximação maior com a temática, beneficiando-se do ofício do historiador, a fim de buscar perspectivas não somente daqueles que foram destacados pela historiografia, mas também daqueles que foram deixados de lado pela história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 1987.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Guerra do Paraguai: o contexto político-diplomático na região do Prata. Empresa Municipal de Multimeios Ltda (MultiRio). Disponível em: <<http://multirio.rio.rj.gov.br/>>. Acesso em 13 de fev. de 2022.

SACROSSANTO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em: 18/10/2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOUZA, Ana Beatriz Ramos de. “Mártires da véspera”: a memória em torno dos voluntários da pátria (1870-1922). In: I Simpósio Nacional de História Militar, 2016, Rio de Janeiro, v. 1. p. 6-36.

Unidad documental simple 339n30-199 - Canción guerrera dedicada al Ejército expedicionario contra el Brasil. Archivo Nacional de Asunción. Disponível em <www.archivonacional.gov.py>. Acesso em 18 de out. de 2022.

VAS, Braz Batista. *O Brasil e o fim da Guerra do Paraguai: apontamentos sobre operações militares e diplomacia*. In. Revista Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 121-134 – 2020.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. Revista Brasileira de Política Internacional, 2002.

YEGROS, Ricardo Scavone; BREZZO, Liliana M. *História das relações internacionais do Paraguai*. 1 ed. Brasília: FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

A POLÍTICA EXTERNA NO PROGRAMA CONVERSA AO PÉ DO RÁDIO

Brendo Filipe Costa Diniz¹¹¹

RESUMO: O objetivo deste trabalho é compreender o discurso sobre política externa produzido pelo então presidente Sarney, que assumiu o cargo em um momento marcado pela transição democrática e por uma ampla crise econômica e social. Carente de apoio popular, o presidente lançou no sétimo mês de sua gestão o programa Conversa ao Pé do Rádio, comandado pelo próprio. Um dos temas de destaque nas transmissões é o das relações internacionais, onde Sarney busca colocar o Brasil como referência mundial em um momento de insurgência de diferentes temas de realce, como redemocratizações, integração econômica e a pauta ambiental. Assim sendo, esta pesquisa se pauta pela metodologia da análise de discurso para compreender a utilização do Conversa ao Pé do Rádio na edificação de um discurso a respeito da política externa brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Conversa ao Pé do Rádio; Política Externa; Redemocratização; Sarney.

ABSTRACT: The objective of this work is to understand the discourse on foreign policy produced by then President Sarney, who took office at a time marked by the democratic transition and a broad economic and social crisis. Lacking popular support, in the seventh month of his administration, the president launched the program “Conversa ao Pé do Rádio”, commanded by himself. One of the highlights of the broadcasts were international relations, where Sarney sought to place Brazil as a world reference at a time of insurgency of different topics of emphasis, such as redemocratization, economic integration and the environmental agenda. Therefore, this research is guided by the methodology of discourse analysis to understand the use of “Conversa ao Pé do Rádio” in the construction of a discourse about Brazilian foreign policy.

KEYWORDS: Conversa ao Pé do Rádio; Foreign Policy; Redemocratization; Sarney.

Introdução

O cerne deste trabalho é analisar a utilização do programa Conversa ao Pé do Rádio na edificação de um discurso acerca da política externa, buscando entender como ela se encaixava no discurso geral do governo sobre o pacto social, quais eram os temas

¹¹¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: brendofcdiniz@gmail.com.

mais recorrentes, como o presidente se posicionava nas transmissões e com quem ele buscava dialogar. Dessa forma, este artigo busca contribuições da análise de discurso (BRANDÃO, 2004) e das teorias do rádio (MEDITSCH, 2005) para embasar a investigação sobre a narrativa criada pelos discursos de Sarney.

O programa foi criado em 25 de outubro de 1985 pelo então presidente da República Federativa do Brasil e contava com transmissões nacionais obrigatórias todas as sextas-feiras às 6h e às 19h30 do horário de Brasília. A inspiração veio do ex-presidente dos Estados Unidos da América Franklin Delano Roosevelt, que criou em 1933 o programa de rádio “Conversa ao Pé da Lareira”, onde buscava divulgar as ações da administração federal estadunidense, especialmente as de combate à recessão decorrente da crise econômica de 1929 (RYFE, 1999).

Nas transmissões de seu programa, Sarney realizava discursos curtos e de forma coloquial sobre alguns acontecimentos da semana e também divulgava diferentes atos de sua administração, como as realizações de projetos sociais, suas negociações com o Congresso e diferentes medidas no campo econômico. Esta pesquisa se debruçará da primeira exibição, em 25 de outubro de 1985, até a 226ª e última edição, em 15 de março de 1990.

Para melhor compreender a utilização do programa por Sarney, faz-se necessário uma breve recapitulação de sua vida política, que evidencia a trajetória de um político versátil e pouco apegado a questões ideológicas. Sarney fora filiado ao partido de sustentação da ditadura, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA)¹¹², onde foi presidente de 1979 até 1984.

Ele decidiu deixar a agremiação nesse mesmo ano por divergências quanto à indicação para as eleições presidenciais de 1985, uma vez que desejava ser o candidato de sua agremiação, que o pretere em favor de Paulo Maluf (ECHEVERRIA, 2011). Vale salientar que a dicotomia entre uma linha branda e outra mais dura e radical na Ditadura já foi superada pela historiografia, o que evidencia a colaboração de Sarney com as mais distintas políticas ditatoriais. Isso fica ainda mais evidenciado por sua saída da ARENA ter se dado por razões puramente eleitoreiras (MARTINS FILHO, 2020).

Em uma articulação para as eleições presidenciais de 1985, forma-se a chamada Aliança Liberal, fruto da aliança entre os dissidentes descontentes do PDS, até aquele instante aglutinados na Frente Liberal, e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. A aliança culmina na filiação de Sarney ao PMDB para disputar as eleições como vice-presidente em uma chapa comandada pelo então deputado federal Tancredo Neves e que acaba ganhando de forma esmagadora, com 480 votos contra 180 da chapa comandada por Maluf e apoiada pelo regime militar. Tancredo, porém, acaba ficando doente dias antes de tomar posse, que ocorreria em 15 de março de 1985. Após enorme expectativa e intensa negociação, o então presidente do Congresso Nacional Ulysses Guimarães determina a posse de Sarney de forma interina, à espera da recuperação do líder da chapa.

¹¹² Com o fim do bipartidarismo no país, em 31 de janeiro de 1980 o partido se transforma no PDS (Partido Democrático social).

Sabe-se também que foi o Ministro General do Exército Leônidas que disse que era Sarney quem deveria assumir, não Ulisses. Porém, Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, até então Ministro do Exército, era contra a nomeação de Sarney (TANCREDO - A TRAVESSIA, 2011). O começo de seu mandato é, portanto, marcado pela falta de legitimidade perante a população, das Forças Armadas e da mesma forma em relação à classe política, que não via em um antigo aliado da ditadura o representante ideal para conduzir a transição para uma democracia plena. A situação começa a se transformar em 21 de abril de 1985, quando ocorre a morte de Tancredo e a consequente posse oficial de Sarney como Presidente da República, iniciando assim um lento processo onde o chefe do executivo federal procura produzir sua imagem de forma independente em relação aos desejos e acordos realizados por Tancredo, além da tentativa de edificar uma base de apoio junto à sociedade e ao meio político.

A partir disso, como argumenta Jorge Ferreira (2018), o então presidente começa a cuidar mais de sua imagem pessoal e passa a imprimir um estilo mais próprio de gestão, até aquela ocasião muito afetada pelas alianças e escolhas de Tancredo. Fazendo amplo uso da comunicação, como de seu programa de rádio, Sarney passa a fazer maior divulgação das ações do governo e, ademais, a tentar montar sua representação enquanto um governante eficaz. Isso ocorre porque, na avaliação de Kinzo:

Sarney tomou posse sem plano de governo e com a crise econômica e social se avolumando. Faltava-lhe legitimidade. Segundo a autora, ele era o político conhecido por seus vínculos com a ditadura que “assumia o poder sem o respaldo das urnas e que não era das fileiras do partido que esperava desta vez para governar – o PMDB. O governo ficou exposto a todo tipo de pressão (KINZO, 2001: 7).

Um dos principais marcos dessa tentativa é exatamente a criação do programa *Conversa ao Pé do Rádio*, o qual era utilizado para defender o governo e para criar uma relação mais próxima entre o presidente e o povo. Assim sendo, é essencial buscar compreender como a comunicação do programa foi construída, procurando observar alguns aspectos tais como qual era a imagem que se procurava idealizar da gestão de Sarney e quais eram as temáticas abordadas.

Pensando essas questões, o artigo se fundamenta em uma bibliografia densa e contundente que analisa diferentes aspectos daquela época, principalmente os novos eixos das relações internacionais e a política externa brasileira, de modo a embasar uma contextualização e uma análise crítica e sistemática do conteúdo do programa. Assim, busca-se melhor compreender como o programa e a temática foram utilizadas para angariar apoio e legitimidade ao governo perante a população em um período de ampla instabilidade econômica, política e social. Todas as edições do programa estão transcritas em dois livros da coleção “Documentos da Presidência da República”, (SARNEY, 1990a, 1990b).

O trabalho também compreende que é necessária uma investigação que articule estruturas e atores. Isso não envolve se ater a falsa e pretensa oposição entre o indivíduo e a sociedade, mas uma rede complexa de relações, feita de acasos, hesitações e de escolhas. Assim, busca-se trabalhar com o conceito de identidade de Ricoeur (OLIVEIRA, 2017) e com a metodologia da análise de discurso (BRANDÃO, 2004). Elas produzem uma noção de um sujeito descentrado, influenciado por suas ideologias, pelo seu inconsciente, pela história e por sua relação com outros discursos. Dessa maneira, não há mais um sujeito fixo e centrado, mas um indivíduo com identidade inacabada, fragmentada, aberta e contraditória, o que se reflete nas fontes e deve ser levado em consideração pelo historiador.

Como esse artigo procurará demonstrar, Sarney exprimia nas exibições diversos dos interesses e concepções de sua presidência que, como aponta Clóvis Rossi, era um conciliador, não um conservador (JOSÉ SARNEY, POR ELE NINGUÉM ESPERAVA). Assim sendo, buscou utilizar a política externa como um tema de destaque para buscar apoio, o que é demonstrado pelo fato de o tema aparecer em 111 programas, quase metade dos 226 existentes. Nas suas próprias palavras, “Tomei algumas providências sobre política externa. Antigamente esses assuntos não costumavam ser comunicados ao povo. Mas eu quero, também, prestar contas do que ocorre na área diplomática.” (SARNEY, 1990a: 128).

A Política Externa

O principal destaque das transmissões na primeira metade do programa foram as questões econômicas. No entanto, conforme os problemas se avolumavam, principalmente a inflação, alguns temas ligados à política internacional começaram a surgir. A gestão da dívida externa se tornava ainda mais difícil e culminou com a moratória da dívida externa, que o Presidente comentou na 67ª edição, em 27 de fevereiro de 1987, dizendo que ela estava insuportável para a economia e que, “Foi uma decisão difícil, mas uma decisão de coragem, de fé, patriotismo – e foi uma decisão de prudência, tomada com seriedade e sem demagogia.” (SARNEY, 1990a: 253). O governo se encontrava em uma situação cada vez mais delicada. O duplo eixo do pacto nacional que havia proposto, que eram a economia e o aspecto social, estavam desabando, assim como a popularidade de Sarney.

Outra temática que ganhou força foi o da constituinte, principalmente em 1988, quando Brasil viveu um clima de ampla euforia (A.H.F. UTOPIA E BARBÁRIE, 2012). Uma questão, no entanto, limitava a atuação e discurso do governo:

Chega a ser chocante constatar que a atribuição de papel político às Forças Armadas é prevista em cinco de nossas sete Constituições feitas depois da independência. Ela só não aparece nas constituições imperial de 1824 e do Estado Novo de 1937,

ambas outorgadas, isto é, não feitas por assembleias constituintes (CARVALHO, 2019: 17–18).

A preponderância das Forças Armadas no governo se solidificou após a Constituição de 1988, onde o papel delas se aproximava da ideia de um poder moderador, como na Constituição de 1824. Isso se deveu à pressão exercida pelo ministro da Guerra, general Leônidas Pires Gonçalves.

Dessa forma, o governo buscou outras temáticas positivas que pudessem respaldar o governo, sendo uma delas a política externa. Em 16 de outubro de 1987, Sarney enuncia sua grande prioridade para a área em visita à Venezuela:

Como todos sabem, a nossa política externa tem uma prioridade. É com a América Latina. E nos desdobramentos dessa prioridade tenho visitado países, nossos vizinhos, procurando estreitar relações para que cada vez mais possamos resolver nossos problemas comuns e também comungar com as nossas esperanças, que são comuns (SARNEY, 1990a: 399).

A partir de então, a temática da integração regional ganhará imenso destaque como a grande proposição do governo para área, sendo a União Europeia o modelo a ser seguido. Dessa maneira, o governo defendia que haveria ganhos econômicos, políticos, sociais e culturais para o país e para toda a região. O próprio Sarney garantiu em 1988 e 1989 os primeiros acordos com a Argentina, primordialmente a Declaração de Iguazu, que serviriam como alicerce para o futuro Mercado Comum do Sul.

Outra temática que ganharia imenso destaque internacional e acabaria por entrar na pauta do governo é a questão ambiental. Em 29 de setembro de 1989 Sarney fala que “E recebi do Presidente da Iugoslávia a solidariedade dos grupos dos não alinhados, para que a segunda conferência internacional sobre meio ambiente e desenvolvimento fosse realizada no Brasil, em 1992 (SARNEY, 1990b: 484).

Ficava claro que o governo buscava ganhar destaque interno e internacional a partir de uma postura que emulava um possível protagonismo mundial exercido pelo Brasil na área, já que contava com suas condições geográficas e geopolíticas, que possibilitavam o apoio de vários países, muitos deles não centrais.

O posicionamento do governo em relação à política externa, portanto, deixava evidente que, após o fracasso da gestão econômica, era necessário reforçar outras agendas positivas. Tendo se esgotado a pauta da constituinte, a transição democrática e a política externa dita independente eram as principais pautas positivas que o governo se utilizava para angariar apoio ao governo, que procurava garantir um legado positivo da administração:

A memória é utilizada tanto como força motriz, quanto como elemento aglutinador e de assimilação. No campo político estas ações tomam maiores proporções, devida à própria característica deste nível, que tende a englobar os mais diversos setores da sociedade, sobretudo se for um uso político-estatal da memória (NETO, 2009: 1098).

Assim sendo, a transição democrática e a política externa foram as principais ferramentas utilizadas por Sarney para resguardar o discurso de pacto social, tão essencial ao governo. Para isso, reforçava os temas como grandes mudanças positivas realizadas pela primeira administração democrática após da Ditadura Militar.

Considerações Finais

Dado o exposto, foi argumentado que a atração era amplamente empregada para erigir um consenso nacional em torno das suas propostas para a política externa brasileira. Essa tentativa de construir um pacto nacional entre o governo e a população encontrou seu ápice durante a vigência do Plano Cruzado, quando surgiram os chamados “fiscais de Sarney”. Nesse período, o governo abundantemente recorreu ao seu programa para buscar e manter o apoio do povo às suas ações, de modo que o sucesso inicial do Plano fosse mantido.

Assim, podemos analisar como o contexto, marcado por uma ampla participação popular (SANTANA; 2003), pelo presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 1988) e por um forte poder de veto dos militares (CARVALHO, 2005), acabaram levando o Sarney a se posicionar enquanto um conciliador. Dessa forma, é possível adensar a investigação recorrendo tanto ao momento histórico brasileiro quanto a biografia e trajetória política de Sarney, que evidenciam um político negociador e pouco afeito a ideologias (ECHEVERRIA, 2011).

Em um primeiro momento houve a tentativa de reforçar conquistas na economia em busca de uma base social para o governo. Porém:

A desaceleração do crescimento da década de 1980, no entanto, não abriu espaço para a retomada da taxa histórica uma vez que os desequilíbrios tanto externos quanto internos da economia não foram equacionados de forma definitiva. Por este motivo, a década de 1980 pode ser caracterizada como uma “década perdida”. (MODIANO, 2014: 558).

A crise econômica afetou o mundo o todo, em especial os países “em desenvolvimento”, como da América do Sul. Dessa forma, surgiu a oportunidade para a

defesa de uma maior integração regional como solução para a dívida externa, para a recessão e para a questão inflacionária.

Além disso, a administração federal buscou reforçar o discurso em prol da defesa do meio ambiente e do papel que cada país deveria realizar, “Na realidade, compete aos países industrializados, mais que aos países em desenvolvimento, a responsabilidade pelos danos causados ao nosso meio ambiente.” (SARNEY, 1990b: 494). Por consequente, intencionava-se colocar o país em uma posição de liderança em um assunto que ganhava repercussão cada vez mais abrangente.

O presente trabalho argumenta, portanto, que o presidente passou a utilizar a questão da política externa e da transição democrática para enfatizar um legado positivo de sua administração, enquanto busca se distanciar de pautas problemáticas, como a crise econômica. “Políticas de memória são erigidas ao longo do tempo: elas são objetos de disputa cotidiana entre diferentes forças sociais. (PERLATTO, 2020: 1).

O legado da política externa enfatizava três principais pontos: a negociação da dívida externa, a integração regional e a proteção do meio ambiente. A partir dessas temáticas o governo buscou construir uma argumentação que enfatizasse as mudanças realizadas pelo governo e principalmente a necessidade de apoio pela população para que essas transformações fossem adiante, reafirmando o discurso do pacto social.

Fonte:

SARNEY, J. **Conversa ao Pé do Rádio 1985/1986/1987**. 1. ed. Brasília: Presidência da República, 1990. v. 1. (Documentos da Presidência da República).

SARNEY, J. **Conversa ao Pé do Rádio 1988/1989/1990**. 1. ed. Brasília: Presidência da República, 1990. v. 1. (Documentos da Presidência da República).

Referências Bibliográficas:

A.H.F. UTOPIA E BARBÁRIE: Caliban, 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cn9li_NePro&ab_channel=Andr%C3%A9HenriqueFigueiredo. Acesso em: 22 maio 2021.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2ª. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004. v. 1. 122p.

CARVALHO, J. M. de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CHANG, H. J.; EVANS, P. B. **El papel de las instituciones en el cambio económico**. In: EVANS, P. B.; MORALES DE SETIÉN RAVINA, C. F. (org.). **Instituciones y desarrollo en la era de la globalización neoliberal**. Bogotá: Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos, 2007. p. 217–273.

- ECHEVERRIA, R. **Sarney. A biografia**. 1. Ed. São Paulo: Leya, 2011.
- FERREIRA, J. **O presidenteidental. José Sarney e a transição democrática**. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O tempo da Nova República. Da transição democrática à crise política e 2016**. (Coleção O Brasil Republicano, vol. 5). 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, v. 1, p. 25-69.
- GOMES, A. M. C. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. v. 1.
- GRYNSZPAN, M. **A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST**. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. (Coleção O Brasil Republicano, vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 315-348.
- JOSÉ SARNEY, POR ELE NINGUÉM ESPERAVA. Presidente da Semana. [s. d.].
- KINZO, M. D. G. **A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição**. São Paulo em Perspectiva: v.15, n. 4, 2001.
- MACARINI, J. P. **A política econômica do Governo Sarney: os Planos Cruzado (1986) e Bresser (1987)**. Texto para discussão. IE/UNICAMP, n. 157, mar, 2009.
- MARTINS FILHO, J. R. **O palácio & a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura, 1964-1969**. 2020. Disponível em: <http://public.ebib.com/choice/PublicFullRecord.aspx?p=6436740>. Acesso em: 28 ago. 2021.
- MEDITSCH, E. B. V. **Teorias do Rádio: textos e contextos - Volume 1**. 1. ed. São Paulo/Florianópolis: Intercom/Insular/Posjor-UFSC, 2005. v. 1. 366p.
- MODIANO, E. M. **A Ópera dos Três Cruzados, 1985-1990**. In: ABREU, M. P. (Org.). **A ordem do progresso**. Rio de Janeiro: Campus, 2014.
- OLIVEIRA, M. da G. de. **Quem tem medo da ilusão biográfica?** Indivíduo, tempo e histórias de vida. Topoi (Rio de Janeiro), v. 18, n. 35, p. 429–446, jul. 2017.
- NETO, O. C. Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história. **Antíteses**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 27, 2009.
- PERLATTO, F. **A destruição de estátuas e as disputas pelos espaços públicos de memória**. 11 jun. 2020. **ESCUA**. Disponível em: <https://revistaescuta.wordpress.com/2020/06/11/a-destruicao-de-estatuas-e-as-disputas-pelos-espacos-publicos-de-memoria/>. Acesso em: 25 mar. 2021.
- PRADO, L. C. D; LEOPOLDI, M. A. P. **O fim do desenvolvimentismo: o governo Sarney e a transição do modelo econômico brasileiro**. In: FERREIRA, J.; L. A. N. (Org.). **O tempo da Nova República. Da transição democrática à crise política e 2016**. (Coleção O Brasil Republicano, vol. 5). 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, v. 1, p. 73-118.

RYFE, D. M. **Franklin Roosevelt and the Fireside Chats**. 4ed. *Journal of Communication*, v. 49, 1999, p. 80–103.

SANTANA, M. A. **Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980/1990**.

TANCREDO - A TRAVESSIA. Direção: Silvio Tendler: Caliban, 2011. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pDqaUUoicLk&ab_channel=CALIBANcinemaeconte%C3%BAdo. Acesso em: 16 abr. 2021.

TEIXEIRA, F. C. **Crise da ditadura militar e o processo de abertura política do Brasil, 1974-1985**. FERREIRA, J; DELGADO, L. A. N. (Org.). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. (Coleção O Brasil Republicano, vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 243-282.

THE ASCENT OF MONEY | PART 4: PLANET FINANCE. Direção: Adrian Pennick: Public Broadcasting Service, 2008. Disponível em: <https://www.pbs.org/video/the-ascent-of-money-part-4-planet-finance/>. Acesso em: 29 mar. 2021.

Simpósio Temático - Juiz de Fora: História e Pesquisa

Liebe Eltern: cartas de imigrantes tirolezes sobre a Colônia Alemã Dom Pedro II em Juiz de Fora

Rita de Cássia Lara Couto¹¹³

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo examinar, por meio de microanálises, trechos de cinco correspondências a respeito da Colônia Alemã Dom Pedro II, fundada em Juiz de Fora em 1858 pela Companhia União e Indústria. Essas cartas foram escritas por quatro colonos tirolezes e ajudam a compreender a experiência da imigração germânica para a cidade, com especial atenção às questões familiares e à formação das redes sociais.

PALAVRAS-CHAVE: imigração alemã, correspondência pessoal, sociabilidade

ABSTRACT: This article aims to examine, through microanalysis, excerpts from five correspondences about the German Colony Dom Pedro II, founded in Juiz de Fora in 1858 by Companhia União e Indústria. These letters were written by four Tyrolean settlers and help to understand the experience of Germanic immigration to the city, focusing on family issues and the formation of social networks.

KEYWORDS: German immigration, personal correspondence, sociability

INTRODUÇÃO

No Brasil, a temática da imigração é amplamente abordada pela historiografia e as produções a respeito apresentam diversificadas análises. Da mesma maneira, a presença dos imigrantes em Juiz de Fora, especialmente os alemães, desperta o interesse de memorialistas e de pesquisadores de variadas áreas, que abordaram em suas pesquisas determinadas facetas do tema sob diferentes perspectivas. As reflexões apresentadas por esses trabalhos trouxeram contribuições teóricas nos aspectos que propuseram, mas se

¹¹³ Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mestranda em História no PPG História - UFJF. E-mail: rita.couto@estudante.ufjf.br

amparam na historiografia tradicional da imigração alemã juiz-forana, privilegiaram a escassa literatura sobre o tema, revelaram poucas fontes primárias inéditas e mantiveram obscuros alguns pontos. O processo de deslocamento dos germânicos e a formação da colônia são duas dessas questões enevoadas, abordadas de forma genérica dentro dos grandes fluxos migratórios, sem que sejam levadas em conta as especificidades da Colônia Alemã Dom Pedro II, fundada em Juiz de Fora em 1858 pela Companhia União e Indústria, responsável pela contratação dos 1193 imigrantes germânicos e pela abertura da primeira estrada pavimentada da América do Sul, ligando Juiz de Fora à Petrópolis.

Ao realizar pesquisas presenciais em arquivos históricos na Alemanha e no Tirol (Áustria), localizamos correspondências escritas por imigrantes que vieram para Juiz de Fora e destinadas a seus familiares e amigos que permaneceram na terra natal. Essas cartas foram redigidas entre 1858 - logo após a chegada ao Brasil - e 1860. São fontes inéditas, por nós traduzidas para o português, que apresentam notícias sobre a recém-criada colônia e seus integrantes, acompanhadas de convites informais para parentes e amigos.

Assim, a proposta do presente trabalho é examinar, por meio de microanálises, trechos de cinco correspondências, com especial atenção às questões familiares e às redes sociais, buscando identificar as expectativas e as escolhas dos redatores.

A IMIGRAÇÃO GERMÂNICA PARA JUIZ DE FORA

A Colônia Dom Pedro II foi formada em 1858 por imigrantes de origem germânica, contratados pela Companhia União e Indústria. A empresa foi fundada em Juiz de Fora por iniciativa do empresário Mariano Procópio Ferreira Lage, após a assinatura do Decreto Imperial nº 1031, de 07 de agosto de 1852, que concedeu à Companhia o privilégio exclusivo para construir e explorar, durante 50 anos, uma estrada pavimentada ligando Juiz de Fora (MG) a Petrópolis (RJ) e também para estabelecer a colônia germânica.

De acordo com o relatório apresentado aos acionistas, a previsão era que a empresa contratasse duas mil pessoas - uma média de 400 famílias com cinco pessoas cada (LAGE, 1857). No final do ano de 1857, Mariano Procópio enviou um encarregado à Alemanha, que contratou o agenciador Dr. F. Schmidt para divulgar a nova colônia e engajar os interessados em emigrar para o Brasil.

Entre os meses de abril e início de agosto de 1858 foram enviados com destino a Juiz de Fora 1173 alemães e tirolezes, que deixaram o porto de Hamburgo a bordo de cinco veleiros: Tell, Rhein, Gundela, Gessner e Osnabrück. Pouco mais tarde, outros 20 germânicos chegaram nas barcas Caesar, Erbprinz Friedrich August, Antilope e Elise, totalizando 1193 colonos. A previsão de contratar duas mil pessoas, no entanto, não se concretizou (COUTO, 2018).

Ainda em Hamburgo, antes de embarcarem com destino ao porto do Rio de Janeiro, os chefes das famílias assinaram um contrato de trabalho com a Companhia União e Indústria, no qual estavam estabelecidos seus deveres e direitos e os valores a serem pagos pelas despesas de viagem.

Além disso, o documento assegurava que a empresa providenciaria trabalho ao colono e à sua família, mediante um salário diário para adultos nunca inferior a 1\$500, e ofereceria gratuitamente habitação conveniente durante um ano. Estavam indicadas também as dimensões dos terrenos que seriam vendidos sem juros aos imigrantes, assim como a forma de pagamento.

Este contrato era escrito em alemão e português e trazia as assinaturas da pessoa contratada, do preposto da Companhia União e Indústria e do representante do Cônsul Geral do Império Brasileiro em Hamburgo. (COUTO, 2018: 27-29).

Ao chegarem no Rio de Janeiro, os colonos se dirigiram à Raiz da Serra da Estrela e, dali, seguiram a pé e em carroças até Juiz de Fora, passando por Petrópolis, no percurso da Estrada União e Indústria, cujas obras tiveram início dois anos antes, em 1856.

Os colonos contratados pela Companhia eram, em sua maioria, naturais dos ducados que, após a unificação conduzida por Otto von Bismarck, passaram a compor a Alemanha. No entanto, entre os imigrantes germânicos que vieram para Juiz de Fora estavam 277 tirolezes, ou seja, homens, mulheres e crianças nascidos no Tirol, território do então Império Austríaco.

Desse grupo de tirolezes, 237 pessoas vieram para o Brasil a bordo do Gundela, terceiro dos cinco veleiros a deixar o porto de Hamburgo com imigrantes destinados à Colônia Dom Pedro II em Juiz de Fora. A embarcação partiu em 09 de maio de 1858 e atracou no Rio de Janeiro 78 dias depois, em 25 de julho. Devido à falta de ventos e

tempestades, essa foi a travessia mais demorada empreendida pelos colonos contratados por Ferreira Lage.

A fim de compartilhar as experiências da imigração para o Brasil, alguns dos tirolezes escreveram para familiares e amigos que permaneceram em sua pátria e, no presente trabalho, serão analisados trechos de cinco correspondências redigidas por quatro desses imigrantes. Por meio da micro-história, que é a “ciência do vivido” (GINZBURG, 1989), a proposta do artigo é recompor e observar, pela lente da escala reduzida, parte das experiências dos colonos. Para tanto, os excertos das cartas apresentados foram subdivididos em três assuntos: relato da viagem, vida na colônia e convites para que outros também viessem para Juiz de Fora.

A abordagem micro-histórica pretende dar significado e valor às experiências dos atores sociais e, como estratégia de pesquisa, o método onomástico proposto por Carlo Ginzburg (1989) surge como alternativa para articular o maior número possível de fontes e dados a respeito de um sujeito para observar, por meio deste fio de destino particular, “a meada das relações”, os contextos e os espaços em que se insere. (REVEL, 1998: 21)

Neste aspecto, podemos considerar o nome como uma bússola a guiar o investigador através do “tecido social” em que o indivíduo está inserido (GINZBURG, 1989: 175). Por meio dele, é possível a reconstituição da estrutura familiar de um indivíduo ou grupo, de seus bens e suas propriedades, além das alianças formadas com outras famílias. Assim, antes de analisar os fragmentos das correspondências, é importante que sejam apresentadas breves informações sobre quem as escreveu.

OS AUTORES DAS CARTAS

Anton Plattner

Filho do fazendeiro Joseph Plattner e Maria Anna Strickner, Anton Plattner nasceu em Zirl, Tirol, em 19 de agosto de 1827. Era o segundo de dez filhos e seu irmão mais velho, Franz Xavier, após frequentar a Academia de Viena, se tornou um renomado pintor de igrejas, com trabalhos admirados na Itália e na Áustria¹¹⁴.

¹¹⁴ Tiroler Landesarchiv (TLA), Pfarre Zirl – Kirchenbücher.

Plattner era solteiro, foi contratado pela Companhia União e Indústria como agricultor e emigrou para o Brasil aos 31 anos a bordo do veleiro Gundela¹¹⁵.

Alois Eiterer

Nasceu em 17 de setembro de 1831 em Kauns, Tirol, filho do camponês Johann Eiterer e Maria Anna Tenig¹¹⁶. Trabalhava como agricultor e, aos 27 anos, casou-se com a tirolesa Maria Crescenz Erd. Logo depois emigram juntos para Juiz de Fora na barca Gundela¹¹⁷.

Georg Gruinauer

Natural de Zirl, cidade de origem de Anton Plattner, Georg Gruinauer era alfaiate, nasceu em 24 de março de 1824 e seus pais se chamavam Joseph Gruinauer e Anna Maria Keilin¹¹⁸. Georg era solteiro e veio para Juiz de Fora acompanhando a família Witting, de Pfaffenhonfen, também no Tirol¹¹⁹.

Joseph Kelmer

Joseph Kelmer era o mais velho entre os autores das cartas analisadas, nasceu em Thaur, Tirol, em 27 de setembro de 1802 e era filho de Romed Kelmer e Maria Striknerinn¹²⁰. Trabalhava como carpinteiro e ferreiro e era casado com Anna Barbara Hoppichler. Aos 56 anos de idade, na companhia dos cinco filhos, o casal emigrou para a Colônia Dom Pedro II na barca Gundela¹²¹.

CORRESPONDÊNCIAS SOBRE A COLÔNIA EM JUIZ DE FORA

A localização da documentação epistolar produzida pelos imigrantes contratados pela Companhia União e Indústria veio preencher uma lacuna na historiografia juiz-forana. Por serem relatos de cunho pessoal, direcionados aos familiares e amigos ansiosos por notícias sobre a imigração para o Brasil, as cartas trazem indícios preciosos do modo de vida nos anos iniciais da Colônia Alemã Dom Pedro II e permitem apreender, numa segunda análise, em quais pontos essa comunidade se assemelhava e se diferenciava dos demais núcleos de imigrantes no Brasil. Além disso, as correspondências trazem vestígios de

¹¹⁵ Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly (ITBWD), Livro de registro dos Imigrantes da Cia. União e Indústria, p. 24.

¹¹⁶ TLA, Pfarre Kauns – Kirchenbücher.

¹¹⁷ ITBWD, Livro de registro dos Imigrantes da Cia. União e Indústria, p. 19.

¹¹⁸ TLA, Pfarre Kirl – Kirchenbücher.

¹¹⁹ ITBWD, Livro de registro dos Imigrantes da Cia. União e Indústria, p. 23.

¹²⁰ TLA, Pfarre Thaur – Kirchenbücher.

¹²¹ ITBWD, Livro de registro dos Imigrantes da Cia. União e Indústria, p. 23.

quem as escreveu e, até mesmo, daquele a quem eram destinadas – são traços de pessoas comuns que, dificilmente, constariam em documentos oficiais, produzidos por instituições.

Como já indicado, serão apresentados a seguir cinco trechos de cartas escritas por quatro imigrantes tirolezes, divididos em três categorias de assuntos a fim de facilitar a análise.

Relato de viagem

Os germânicos contratados pela Companhia União e Indústria vieram para o Brasil a bordo de veleiros, apesar de já existirem barcos a vapor em 1858. O Gundela, no qual foram transportados os autores das cartas analisadas, era a mais antiga entre as cinco barcas que transportaram os colonos com destino a Juiz de Fora. Conduzida pelo Capitão L. Eckmann, a embarcação possuía três mastros, foi construída em 1840 para o transporte de cargas e teve seus porões adaptados para acolher os imigrantes (COUTO, 2018).

Aos irmãos que permaneceram no Tirol, Anton Plattner contou sobre a travessia do Atlântico, as condições de alimentação e como foi a convivência entre os 289 passageiros imigrantes. Algumas mulheres embarcaram grávidas e seis delas deram à luz durante a viagem. Por outro lado, por causa do tifo, ali também morreram crianças e adultos, que tiveram seus corpos embrulhados e lançados no mar¹²².

Durante 78 dias, os 289 imigrantes enfrentaram uma viagem morosa, pois os ventos fracos não impulsionavam bem o veleiro Gundela. Apesar desses percalços, ao menos a comida a bordo era boa e em quantidade farta, como afirmou Plattner.

A viagem pelo Mar do Norte foi muito lenta, porque o vento sempre era ruim [...]. Em 11 de junho nós tivemos um dia trágico, morreu Anton Knoflach do vale Stubai; o mais consolador nisso foi que ele era solteiro e não tinha nenhum irmão consigo; ele tinha sintomas e andou doente ainda em casa e na viagem. A propósito, morreram seis crianças, em compensação seis nasceram no barco.

Além do canal a viagem foi muito vagarosa e não se via mais nada além de céu e água – até 16 de junho, quando nós avistamos um morro de uma ilha. Finalmente no Jakobi-Tage [dia de São Tiago Maior, celebrado em 25 de julho] nós entramos no belo porto do Rio.

¹²² ITBWD, Livro de registro dos Imigrantes da Cia. União e Indústria.

Os acontecimentos restantes da viagem são os seguintes: com algumas pequenas brigas e desavenças, duas vezes nós tivemos um incêndio na cozinha. A comida a bordo era muito boa, todos os produtos eram de primeira qualidade e, além disso, ainda era suficiente; durante esta longa viagem ainda restou a metade disponível. (PLATTNER, 1858a)

A vida na Colônia Dom Pedro II

Como previsto no contrato assinado em Hamburgo, depois de chegarem a Juiz de Fora os germânicos começaram a trabalhar. Alguns deles exerciam suas profissões - como sapateiro, oleiro e fabricante de carruagens, por exemplo. Anton Plattner (1858a) escreveu que o pedreiro “Thomas Oefner e sua esposa estão bem e satisfeitos. O alfaiate Georg Grienauer está muito bem, nunca sua vida foi tão boa, ele trabalhou com afinco durante toda a viagem e merece”. Outros colonos trabalhavam na pavimentação da Estrada União e Indústria e nas estações de troca de animais, estabelecidas em distâncias regulares ao longo da via para que a viagem entre Juiz de Fora e Petrópolis pudesse ser realizada em cerca de 12 horas. Por fim, outra parcela dos imigrantes se dedicava a lavar a terra e a vender a madeira obtida com a derrubada da mata que precedeu o preparo do solo, como indicou o tirolês Alois Eiterer (1858): “a maior parte cultiva o solo, onde nós juntos, em turnos diários, derrubamos uma mata e eu tenho agora 11.272 braças [de madeira], que nós colocamos no mercado da semana e plantamos outras frutas”.

Ao ler as correspondências, é interessante observar a preocupação dos imigrantes em informar aos conterrâneos sobre as condições do clima e da produção agrícola no Brasil. Diante da realidade alpina que os tirolezes bem conheciam, causou surpresa a temperatura amena do inverno e a ausência de neve quando chegaram a Juiz de Fora em agosto de 1858: “Sem dúvida é inverno, no entanto, tudo é verde e belo. Somente duas vezes nós tivemos uma geada, mas durante o dia estava de novo graciosamente quente” (PLATTNER, 1858b). A fertilidade do solo no Brasil também estava presente nas cartas escritas pelos imigrantes, como indicou Eiterer:

O solo é fértil, em 4 ou 5 dias tudo brota e nos 4 meses – outubro, novembro, dezembro e janeiro – as melhores frutas vão crescer. Deve chover a maior parte do tempo, mas o mês que resta será bom, aqui e aí um tempo chuvoso.

As hortas crescem o ano todo, o café cresce como o zimbro aí, laranjas, limões e pinhões estão nas matas. Uva também seria bom se pudéssemos plantar, o vinho aqui é muito caro, meio litro custa 1 florim

e 20 coroas, a cerveja do mesmo modo e o vinagre também. A cachaça é barata, meio litro custa 24 a 30 coroas e é destilada da cana de açúcar. (EITERER, 1858)

Antes de contratar os imigrantes alemães e tiroleses, a Companhia União e Indústria adquiriu uma grande extensão de terras para ali instalar a colônia. A área, que distava cerca de quatro quilômetros do centro do município, foi subdividida em terrenos. Segundo o contrato assinado entre a União e Indústria e os colonos, cada lote tinha medida mínima de 20 mil braças quadradas (96.800 m²), que equivalem a dois alqueires mineiros. Os colonos podiam adquirir um terreno ou mais e tinham quatro anos para realizar o pagamento sem juros (COUTO, 2018).

Como proprietários das terras, os imigrantes iniciaram a ocupação da colônia, desmataram uma parcela da área para cultivar o solo e construir a moradia provisória¹²³, feita com a madeira das árvores derrubadas, e outras benfeitorias, conforme as necessidades de cada família e a profissão exercida pelo patriarca e os filhos mais velhos. Joseph Kelmer, por exemplo, era carpinteiro e ferreiro e seu primogênito, além de ser seu homônimo, também trabalhava forjando ferro. No terreno da família foi construída uma casa com criadouro para animais e uma ferraria, como Kelmer descreveu na carta dirigida aos amigos de Volders, no Tirol:

[...] o levantamento topográfico da nossa colônia foi concluído em janeiro de 1860 e em 06 de fevereiro eu recebi minha parte, então lá fomos nós, cortamos muita lenha (aqui a mata virgem é impenetrável) e queimamos. Depois construímos uma casa com 8 pés de altura, 24 pés de comprimento e 18 pés de largura, tudo feito com madeira. O espaço interno é composto por uma sala e dois quartos, anexo está um criadouro para patos e galinhas.

Indo mais adiante, há uma área de aproximadamente 5 mil braças quadradas, onde nós iremos plantar milho em setembro. [...] mais além, construí uma ferraria e a cobri com ripas. (KELMER, 1860)

Outra preocupação dos imigrantes era informar se o contrato firmado com a empresa de Mariano Procópio estava sendo cumprido, se havia alimentos suficientes e boas condições de trabalho. No caso da Colônia Dom Pedro II, como Anton Plattner

¹²³ Posteriormente essas construções foram substituídas por *Backsteinhäuser* (casas feitas com tijolos maciços aparentes e assentados de maneira artística, cobertas com telhas de barro e com portas e janelas de madeira), que ainda hoje são preservadas na área da antiga colônia alemã.

narrou no trecho transcrito a seguir, os colonos não temiam a fome e a Companhia União e Indústria rigorosamente obedecia às previsões constantes no documento assinado com os germânicos em Hamburgo, antes do embarque para o Brasil.

Quanto às coisas mais importantes, posso eu dizer o seguinte: quanto à Companhia, manteve esta tudo exato, assim como no contrato que foi fechado em Hamburgo. As pessoas têm, juntamente com os mantimentos, dinheiro e diferentes equipamentos. A fome ninguém tem que temer; pelo contrário, nossa gente tem, na maioria das vezes, se alimentado demais.

O único porém é que deve-se viver com alimentos bem diferentes, que consistem em feijão preto, arroz, toucinho e farinha de milho grossa – por agora estes são os principais alimentos no Brasil, tanto que são o que se pode plantar. [...]

A propósito, encontra-se de tudo para comprar: farinha branca, ovos, em resumo, tudo, apenas muito caro. (PLATTNER, 1858b)

Georg Gruinauer afirmou que não se arrependia de ter imigrado para Juiz de Fora. Ele era alfaiate - mencionado em uma das cartas escritas por Plattner, ambos nascidos em Zirl - e, naquele momento, trabalhava quebrando pedra para a pavimentação da Estrada União e Indústria e auferia um bom recurso com essa atividade.

Eu posso dizer a vocês que, de modo algum, eu me arrependo de ter vindo, aqui me agrada muito. Atualmente estou trabalhando na obra da estrada e quebro pedra, pelo qual eu ganho uma boa parcela de dinheiro. Com a minha profissão atualmente não há muito para fazer, contudo mais tarde será também muito bom seguir por este meio. (GRUINAUER, 1858)

Convites para emigrar

As cartas escritas para os amigos e familiares que permaneceram na terra natal tinham dois objetivos bastante evidentes: esclarecer como era o modo de vida no Brasil e chamar os amigos e familiares a viverem a mesma experiência. Tendo em vista a situação da colônia no princípio de sua formação, Alois Eiterer explicou que

aqui agora ainda é selvagem, mas em 3 ou 4 anos será ainda melhor, a estrada está rodável do Rio até aqui, mas carruagens vê-se poucas, a maioria é de animais de carga. Pessoas saudáveis e trabalhadoras podem no Brasil, em um curto tempo, fazer bons avanços. (EITERER, 1858)

O colono Anton Plattner comungava ideias semelhantes às de Eiterer e também sugeriu que inicialmente viessem pessoas solteiras ou com filhos maiores, até que a Colônia D. Pedro II estivesse bem estabelecida. Outro ponto que o autor da carta salientou foi a necessidade de se ter boa disposição para trabalhar e de se assinar o contrato de acordo com a profissão desempenhada.

[...] os pais de família com filhos pequenos devem ficar em casa, até que a colônia esteja seguramente colocada. Para uma família que tem duas ou três pessoas fortes para o trabalho está bom. Principalmente as pessoas trabalhadoras ganham dinheiro e vivem bem, somente os preguiçosos estão insatisfeitos e difamam tudo, mas a estes não se pode ouvir. Eu digo: quem quiser vir para ser “chefe”, não vem ao lugar certo. No primeiro tempo deve-se suportar alguma coisa, aqueles que não quiserem devem ficar em casa. [...]

Eu ainda devo fazer uma observação: profissionais como carpinteiro de carruagens, ferreiro e assim por diante ficam bem, mas no contrato deve ser determinado como profissional. (PLATTNER, 1858b)

O imigrante George Gruinauer, por sua vez, fez convites nominais a dois amigos e garantiu que “para pessoas jovens e solteiras aqui é bom, por isso o Alois Reuner e Johann Mader devem vir já; com suas profissões de pedreiro e cortador de pedra eles poderão ficar ricos” (GRUINAUER, 1858).

Anton Plattner (1858b) também fez um convite direto ao irmão: “da nossa família eu desejo que o irmão Johann venha”. O pedido foi atendido não apenas por Johann Plattner e sua esposa, mas também por Georg Plattner, outro irmão de Anton. Os três vieram para o Brasil a bordo do veleiro Erbprinz Friedrich August, que saiu de Hamburgo no final do mês de abril de 1859 e atracou no porto do Rio de Janeiro em 17 de julho (COUTO, 2018). Infelizmente, ao chegarem na Colônia Dom Pedro II, foram comunicados que Anton, o irmão mais velho que lhes fizera o convite, havia falecido no dia 16 de abril do mesmo ano, pouco antes deles embarcarem rumo às terras brasileiras. As dificuldades de comunicação inerentes à época impediram que recebessem a notícia antes de deixarem a Europa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos, a imigração germânica para Juiz de Fora foi abordada em trabalhos de pesquisadores e historiadores de maneira recorrente, mas determinados aspectos, como o processo de deslocamento e a formação da colônia juiz-forana, foram tratados de forma genérica dentro dos grandes fluxos migratórios, sem levar em conta as especificidades da iniciativa da Companhia União e Indústria.

No presente artigo, foram apresentados trechos de cinco correspondências a respeito da Colônia Dom Pedro II, escritas por imigrantes tirolezes para seus conterrâneos entre 1858 e 1860. São documentos inéditos, por nós localizados na Áustria e traduzidos da língua alemã para o português.

Por meio dessa documentação epistolar, a proposta neste trabalho foi observar, de maneira micro-histórica, a formação da Colônia Alemã Dom Pedro II e as redes sociais tecidas entre os imigrantes. A fim de facilitar a análise, os assuntos abordados nas cartas foram subdivididos em três eixos: relato da viagem, vida na colônia e convites para que amigos e familiares viessem para Juiz de Fora.

As cartas analisadas têm como pontos de contato a preocupação dos remetentes em informar sobre as condições da recém-fundada colônia, quais as possibilidades de trabalho, se os salários eram suficientes, se as terras eram férteis, se havia alimentos e água abundantes. São informações apresentadas de maneira clara e objetiva, que transparecem sinceridade e diretamente interessavam aos familiares dos colonos e àqueles que também tinham intenção de imigrar.

Por esse motivo, pode-se afirmar que as cartas são fontes que revelam muito sobre a formação da Colônia Dom Pedro II e que permitem melhor compreender a experiência da imigração alemã e tirolesa para Juiz de Fora.

FONTES DE PESQUISA

FONTES PRIMÁRIAS:

Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly (ITBWD):
Livro de registro dos Imigrantes da Companhia União e Indústria.

Tiroler Landesarchiv (TLA):
Pfarre Zirl – Kirchenbücher

EITERER, Alois. Brief. **Bothe für Tirol und Vorarlberg**. 23 dez. 1858.

GRUINAUER, Georg. Brief. **Allgemeinen Auswanderungs-Zeitung**. 03 dez. 1858.

KELMER, Joseph. Brief. **Bothe für Tirol und Vorarlberg**. 25 Set. 1860.

PLATTNER, Anton. Brief. **Bothe für Tirol und Vorarlberg**. 20 set. 1858a.

_____. Brief. **Allgemeinen Auswanderungs-Zeitung**. 03 dez. 1858b.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

COUTO, Rita. **São Pedro: o coração da colônia alemã de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Editar Editora, 2018, 300p.

GINZBURG, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. In: **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p.169-178

LAGE, M. P. Ferreira. **Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e C., 1857.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 15-38.

Simpósio Temático - Imprensa e Gênero nos séculos XIX e XX

"Uma refeição abundante e sadia": surgimento e difusão de produtos industrializados para alimentação infantil (1870-1920).

Isabelli Meirelles Zacaron Grossi¹²⁴

RESUMO: O presente trabalho pretende analisar a alimentação infantil, abordando desde a utilização das amas de leite até o surgimento e difusão dos industrializados. Busca-se, desse modo, observar o quantitativo de anúncios, compreender a inserção de produtos alimentícios infantis industrializados entre 1870 e 1920, além de averiguar como as amas de leite eram apresentadas na imprensa e nas teses médicas. Com isso, objetiva-se não só comparar o difundido pelo discurso médico e científico, mas também pensar as mudanças no padrão de alimentação infantil. Para tal, será utilizado como fonte os jornais *A Notícia* (1894-1916), *Diário do Rio de Janeiro* (1870-1878), a *Gazeta de Notícias* (1875-1919) e a revista *Fon Fon* (1900-1919), assim como as teses defendidas na Faculdade de Medicina nesse período.

Palavras-chaves: Aleitamento; Amas de leite; Industrializados; Teses Médicas; Imprensa.

ABSTRACT: This study aims to analyze children's feeding, addressing from enslaved wet nurses until the creation and diffusion of processed foods. Therefore, the quantity of advertisements was observed, the inclusion of children's processed foods between 1870 and 1920 was analyzed, and how enslaved wet nurses were presented by the press and medical theses. That way, it was aimed, not only to compare what has been diffused by the scientific and medical speech, but also to think about changes made in children's feeding standards. To this end, newspapers, such as *A Notícia* (1894-1916), *Diário do Rio de Janeiro* (1870-1878), and *Gazeta de Notícias* (1875-1919), and the *Fon Fon* magazine (1900-1919) were used as a source, as well as the theses presented at Medicine Schools over this period of time.

Keywords: Nursing; Wet nurses; Processed food; Medical Theses; Press.

Introdução

Assim como na Europa e na América do Norte, o recurso às amas de leite era muito habitual no Império, constituindo uma atividade muito lucrativa nas cidades cujos senhores de escravos alugavam a terceiros suas cativas em período pós-parto (ALENCASTRO, 1997). Esse movimento demonstra como apesar da proibição do tráfico de escravos, exercida com a Lei Eusébio de Queirós de 1850, a escravidão ainda possuía um papel primordial nessa sociedade brasileira do Oitocentos.

Ademais, destacava-se também a variedade de funções exercidas pelos escravizados, como: atividades domésticas, quitadeiras, parteiras, sapateiros, carregadores, artesãos, marinheiros (no caso dos locais que possuíam portos), alfaiates,

¹²⁴ Mestranda no Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Pesquisa com apoio da CAPES. isabellizacaron@id.uff.br

sangradores, etc. (KARASCH, 2000). Nesse conjunto que engloba as cridas domésticas, cabe sublinhar as amas de leite, uma vez que estão profundamente relacionadas com o tema da alimentação infantil. Assunto este que guiará o presente trabalho.

O costume de empregar uma ama de leite era uma prática frequente, podendo ser contratada por meio de anúncios de jornais ou através de uma agência de aluguel. Ao analisar periódicos da época, como a *Gazeta de Noticias* por exemplo, que possuía uma boa circulação com uma tiragem de 20.000 exemplares na década de 1880, era possível constatar um alto número de anúncios de amas, comprovando como era de fato um hábito recorrente¹²⁵. Além das cativas, mulheres livres, libertas e estrangeiras também exerciam tal atividade.

A aquisição de domésticas, contudo, demandava considerações mais sutis que o custo e a disponibilidade (GRAHAM, 1992). Através da contratação poderia ser observada determinadas demandas dessa sociedade, tal como a preocupação com a saúde da ama que aparecia sob a exigência do exame médico e também em termos como ‘sadia’, ‘robusta’. Dessa forma, a construção da imagem ideal da ama de leite requeria o enaltecimento de seus corpos em termos de atributos físicos e biológicos usualmente desejáveis (CARNEIRO, 2006).

Todavia, apesar de amplamente disseminada, a alimentação infantil por meio de ama de leite foi duramente desqualificada durante o século XIX por parcelas das camadas dominantes que passaram a defender o aleitamento materno. Os higienistas salientavam acima de tudo que o leite materno era o mais saudável e aceitável para a nutrição da criança, pois proveria do seio da “boa mãe” (CARULA, 2012).

Nessa perspectiva, as teses de medicina mostram-se de suma importância à medida que podemos observar as tentativas de desqualificação da ama e a valorização do aleitamento materno. Além disto, a partir dos anúncios de amas foi constatado como produtos industrializados como o leite condensado e a farinha láctea passaram a ganhar destaque a partir da década de 1870. Assim, o trabalho tem como objetivo analisar a alimentação infantil, abordando do hábito de contratar amas de leite ao uso de produtos industrializados.

Posto isto, utilizarei como fonte as teses médicas defendidas na Faculdade de Medicina nas décadas de 1870 e 1880 e os seguintes periódicos: *A Notícia* (1894-1916), *Diário do Rio de Janeiro* (1870-1878), *Gazeta de Noticias* (1875-1919) e a *Revista Fon Fon* (1900-1919), observando o que era falado sobre os tipos de aleitamento.

Ao tratar propagandas como fonte isso implica em aderir as imagens à pesquisa histórica. No entanto, nem sempre a imagem foi considerada uma fonte confiável. Isso pois, inicialmente a afirmação da história científica conduziu ao desprezo da imagem como fonte histórica (KNAUSS, 2006). Todavia, é preciso reconhecer que a imagem demonstra-se essencial para o estudo das sociedades, considerando que apesar do grande alcance, a escrita não é capaz de abarcar todas as perspectivas de manifestação humana (KNAUSS, 2006). Nessa lógica, utilizarei essa dimensão visual pensando na associação da imagem e texto e discursos que buscam transmitir.

¹²⁵ Durante os anos de 2019 a 2021 analisei o periódico *Gazeta de Noticias* na década de 1880, na Iniciação Científica sob a orientação de Karoline Carula e financiamento CNPq. Foram encontrados 2009 anúncios, englobando amas de leite e amas secas.

A principal hipótese do trabalho é que a condenação da ama de leite esteja relacionada com o mercado de industrializados para alimentação infantil, tal posto que produtos como o leite condensado e a farinha láctea adquiriram uma maior evidência na imprensa a partir de 1870, direcionando-se à mulher e às crianças, buscando criar a necessidade dessas mercadorias. A outra hipótese é que embora os médicos defendessem a superioridade do leite materno, houve o crescimento de sua utilização ou um empenho de sua disseminação. Isso pois, a relevância na propaganda dos jornais que as farinhas e as misturas sugere um esforço de sua difusão na sociedade (GIL, 2018).

Desenvolvimento

Ao falar em alimentação infantil faz-se necessário distinguir os tipos de aleitamento. O médico Targino Ottoni de Carvalho e Silva, em sua dissertação de 1884, dividia o aleitamento em três tipos: natural, artificial e misto. O artificial poderia ser direto ou indireto, no primeiro caso mamando diretamente no animal, enquanto a outro seria por intermédio de certos aparelhos, como por exemplo a mamadeira (SILVA, 1884).

O natural seria “aquelle em que a criança suga directamente o leite dos seios de sua própria mãe ou de uma outra mulher; por isso o aleitamento natural se subdivide em aleitamento materno e aleitamento mercenário, isto é, exercido por uma ama mercenaria” (SILVA, 1884, p.10). Já o misto poderia ser misto natural ou misto artificial. Ou seja, a associação do aleitamento materno ao uso da ama, ou um destes associado ao artificial (SILVA, 1884).

Utilizado pelo discurso da medicina para diferenciá-lo do aleitamento materno e do artificial, a expressão “mercenário” aponta que aquelas mulheres trabalhavam ou serviam por um preço ou “soldo” previamente ajustado (CARNEIRO, 2006). Isto é, era uma das diversas tentativas de desqualificação da amamentação realizada pelas amas de leite. Dessa forma, o termo era utilizado para designar soldados “mercenários” que trabalhavam por dinheiro e “sem amor à pátria”, insinuando que se tratava de um serviço interesseiro ou realizado pelo dinheiro (CARNEIRO, 2006).

Ainda sobre esses esforços de desqualificação, alguns doutores invocavam até mesmo leis da natureza para legitimar seus argumentos, defendendo que “o aleitamento materno além de ser uma lei da natureza, pois não há um só animal que deixe de amamentar o seu filho, é de grande vantagem para a própria mãe, para o filho, e finalmente para a sociedade” (MOURA, 1874, p.2). Em outros termos, ao evocar a natureza buscava-se criar um sentimento de culpa na mulher por não seguir sua predestinação ligada à maternidade. A essa mulher caberia então o papel de esposa e mãe ao invés de delegar seu filho a outrem.

Para reforçar esse sentimento de culpa alguns autores culpabilizavam as esposas acusando-as de deixar de cumprir seu dever sagrado por um simples capricho.

Ellas que deveriam abandonar todos os prazeres, todos os regosijos, que deveriam supportar todos os soffrimentos sómente com um fim de dar á seus filhos o liquido precioso, que, muitas vezes, jorra de seus seios, são as primeiras que por um motivo frivolo, muitas vezes indecente, negam-se a cumprir o dever mais sagrado que lhes impoz a natureza (MOURA, 1874, p. 25).

Ademais, acreditava-se que as emoções poderiam causar mudanças no leite, provocando sérias consequências nas crianças como convulsões, vômitos, cólicas, entre outras coisas. Nesse sentido, os higienistas reivindicavam que a amamentação fosse realizada pelas mães sob o argumento que as amas poderiam potencializar uma educação imoral e de descrédito (CARULA, 2012).

Outra questão era o imaginário da doença. Isso pois, as teses acadêmicas de medicina traziam essas mulheres como portadoras de doenças que provocavam a alta mortalidade entre as crianças brancas e enquanto empecilho para o projeto civilizatório (MARTINS, 2006b). O espectro da doença aparecia também através da associação dos cortiços ao contágio, atrelando dessa forma o contágio aos criados, visto que como não eram parte apenas do mundo da rua poderiam trazer infecções para o âmbito privado, tornando-se então um perigo iminente uma figura que outrora era a personificação do alimento e do carinho (FREIRE, 2006). Assim, a alimentação infantil por meio da ama de leite foi amplamente desqualificada durante o século XIX, sofrendo críticas das camadas dominantes que por sua vez, passaram a defender a superioridade do aleitamento materno.

Todavia, “se os médicos conseguiram disseminar entre os bem-nascidos maior preocupação com a saúde das amas, pouco significaram seus conselhos em termos de mudanças nas práticas sociais informais” (MACHADO, 2012, p.202). Desse modo, apesar dos esforços, o objetivo dessas classes dominantes se manteve mais como um discurso do que uma prática concreta à medida que “as mulheres brancas das elites e classe médias permaneceram aferradas à prática do aluguel (...) atravessando a década de 1870 e chegando às portas da abolição.” (TELLES, 2021, p.45).

Persistia então, um número alto de anúncios de amas nos periódicos. Anúncios estes que constituem uma importante fonte histórica, visto que trazem uma rica gama de informações, como: endereço, estatuto jurídico da ama, cor da pele, presença ou não do filho, outras habilidades que poderiam desempenhar, etc. Fazendo uma breve análise de elementos que merecem destaque, a seguir podemos notar a diferença de preço da ama de leite com o filho e sem ele: "Aluga-se uma crioula com leite de um mez, com o filho 40\$ e sem elle 60\$, tambem lava, engomma e cozinha; na rua do Principe n.188, em Nictheroy; na mesma casa vende-se um piano por 100\$, para ensino"¹²⁶. Isso pois, para muitos senhores era uma vantagem não levar prole, dado que evitaria a divisão de atenção e de leite da ama entre criança branca e a preta (KOUTSOUKOS, 2006).

Além disso, o anúncio também mencionava as tarefas domésticas: “lava, engomma e cozinha”. Uma menção perceptível em diversos outros casos, evidenciando como a maioria das mulheres ocupadas como amas de leite desempenhavam outras funções domésticas além de cuidar do bebê (MARTINS, 2006a; MARTINS, 2006b). Considerado que a construção da imagem ideal da ama envolvia o enaltecimento de seus corpos em termos de atributos físicos e biológicos desejáveis (CARNEIRO, 2006), eram ressaltadas qualidades como: sadia, robusta, abundante leite, carinhosa, entre outras. Da mesma forma, a realização de tarefas domésticas aparecia como uma função desejada.

Ao analisar o *Diário do Rio de Janeiro* não foi constatado nenhum anúncio semelhante, no qual o preço da ama diferia com e sem o filho. Em compensação, no

¹²⁶ *Gazeta de Noticias*, 02/05/1880, p.5

anúncio a seguir nota-se que seu aluguel era mais barato por levar a filha: “ALUGA-SE uma preta para ama de leite, tendo muito bom leite; seu aluguel é barato, por levar a filha, sendo o leite de 10 mezes, tendo a filha de mamar só dous mezes; á rua da Ajuda n. 103”¹²⁷. Nesse caso não existe a opção de alugar a ama sem a filha, no entanto, por levá-la tal fato influenciaria no preço do aluguel. Desse modo, se existe a possibilidade de alugá-la a um preço menor porque leva a prole, tal fato sinaliza novamente a preocupação da família que vai alugar a nutriz em relação às divisões de atenção e de leite entre as duas crianças.

Outro elemento que passa aparecer com frequência nos anúncios é a conduta afiançada, no qual por vezes aparecia até mesmo como um requisito: "Precisa-se uma ama de leite boa, e que de fiador de sua conducta não se faz questão de ordenado; na rua do Theatro n. 29, sobrado"¹²⁸. A conduta afiançada era uma demanda exigida, uma vez que “dentre os criados da casa, as mulheres representavam o maior risco, pois normalmente desempenhavam os papéis mais pessoais do serviço doméstico” (GRAHAM, 1992, p.16). Esse grau de proximidade era ainda maior quando se tratava das amas de leite, tendo em vista que essas mulheres eram encarregadas de cuidar dos filhos pequenos das senhoras.

As mudanças demográficas poderia ser um outro fator para explicar essa preocupação com a conduta afiançada. À medida que cativos eram transferidos para a zona rural e portugueses, em destaque as mulheres procedentes dos Açores, adentravam no município, a constituição étnica e social da Corte se transformou profundamente (ALENCASTRO, 1997). Desse modo, os anúncios começaram a requisitar fiadores de conduta devido a desconfiança dos patrões sobre as mulheres livres e libertas considerando uma ausência quanto às referências confiáveis acerca dessas criadas (MARTINS, 2016).

Além da questão da conduta, era preciso também verificar se a saúde dessa ama e se ela estava apta ao aleitamento. Assim, aconselhava-se que a escolha da ama nunca deveria ser feita sem a intervenção de um médico (NEVES, 1873). No anúncio a seguir por exemplo, a ama já foi examinada: "Aluga-se uma boa ama com leite de um mez; examinada por médico; rua da Quitanda n. 59, das 9 horas em diante"¹²⁹. Tal preocupação pode ser explicada pela institucionalização da medicina e seu ensino regular nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador nas primeiras décadas do século XIX.

Prosseguindo a discussão sobre os tipos de aleitamento e já tendo sido abordado o aleitamento natural e as tentativas de desqualificação do uso da ama de leite, falarei agora do artificial. Como já supracitado, o artificial podia ser direto ou indireto. Dentre as opções de animais referentes ao artificial direto, salientava-se que deveria ser escolhida a cabra devido a docilidade, medida e proporções de suas tetas, adequando-se assim, ao determinado propósito (SILVA, 2884). Em “CABRA DE LEITE - Compra-se uma, com filho de pouco tempo, para a criação de uma criança, que seja mansa e de boa qualidade; travessa do Mosqueira n. 4, perto da rua de Santa Thereza”¹³⁰ podemos comprovar que de fato o aleitamento artificial direto era uma alternativa utilizada.

¹²⁷ *Diario do Rio de Janeiro*, 19/10/1870, p.4

¹²⁸ *Gazeta de Noticias*, 30/05/1880, p.5

¹²⁹ *Gazeta de Noticias*, 27/01/1880, p. 3

¹³⁰ *Gazeta de Noticias*, 27/03/1881, p.6

Uma outra recomendação era o leite da jumenta. Apesar de ser o leite mais similar ao da mulher, em razão da complexidade de consegui-lo, em geral era utilizado o leite de vaca ou de cabra (NEVES, 1873). A seguir podemos ver um anúncio de leite de jumenta: "Leite de jumenta - Vende-se na rua do Areal n. 21"¹³¹. Esse endereço torna a aparecer diversas vezes, posteriormente mencionando não somente o leite, como também a venda do animal e o tempo que deu a luz¹³². No entanto, de fato foram encontradas poucas transcrições relativas ao leite da jumenta na análise da *Gazeta* realizada na década de 1880, confirmando assim a dificuldade de obtê-lo. Era mais comum então, encontrar anúncios de leite de cabra e vaca.

Além dos anúncios já mencionados, ganhavam destaque os produtos industrializados como farinha láctea e leite condensado. A farinha láctea foi um produto desenvolvido pelo farmacêutico Henri Nestlé, surgindo em 1867 para combater os elevados índices de mortalidade infantil do período¹³³. Todavia, ainda existia uma desconfiança dos médicos quanto ao aleitamento artificial em razão de certas preocupações como: alterações fraudulentas do leite, insalubridade das grandes cidades e distrações na preparação do leite (NEVES, 1873). As possibilidades de fraude não só representavam um mero receio, mas de fato ocorriam como podemos constatar com o anúncio abaixo alertando sobre o aparecimento de uma Farinha Láctea falsificada.

"FARINHA LACTEA DE NESTLÉ TENDO aparecido farinha falsificada, os compradores do interior devem dirigir suas ordens a pessoa de toda a confiança, exigindo que o genero seja comprado no DEPOSITO ESPECIAL DA FABRICA 31 C RUA DE S. PEDRO 31 C. Garantia da qualidade. UNICO DEPOSITO." (*Gazeta de Noticias*, 20/04/1883, p.4)

No ano anterior ao alerta da farinha falsificada apareceu um anúncio na *Gazeta de Noticias* com o título 'Criancinhas de peito' em destaque e logo abaixo 'Farinha Lactea de Nestlé'. Enfatizava-se como "todos os meninos alimentados exclusivamente com a farinha lactea de Nestlé distinguem-se pela sua força physical, seu vigor e a viveza de seus olhos, andam contentes e quase nunca choram"¹³⁴. Além disso, destacava a boa digestão e alimentação, podendo verificar com balanças. Isto é, buscava-se afirmar a qualidade da mercadoria, mostrando que as crianças alimentadas com a farinha láctea se diferenciam dos que não utilizam tal produto.

Logo, ao citar a balança e a alimentação proveitosa compreende-se que a utilização de tal produto implica em um ganho de peso. Essa referência a balança foi constantemente reforçada pela literatura médica e as propagandas difundidas em jornais médicos que associavam robustez à saúde, como se fosse um parâmetro a ser seguido (PEREIRA, 2006). Representação esta que persistiu por um longo tempo imaginário, constituindo-se como um poderoso senso comum que ainda hoje é possível notar. Ademais, havia a questão dos desejos para o futuro e o que se queria construir como memória:

¹³¹ *Gazeta de Noticias*, 04/02/1880, p. 7

¹³² *Gazeta de Noticias*, 24/04/1881, p.6

¹³³ Após nove anos do lançamento de Farinha Láctea na Suíça, o produto passa a ser importado para o Brasil em 1876. Na década de 1880 ganha destaque nos anúncios dos jornais. Para ver mais: <https://www.nestle.com.br/anestle/historia>

¹³⁴ *Gazeta de Noticias*, 26/06/1882, p.4

Ao elaborar a imagem do futuro cidadão como saudável, forte e robusto, tentava-se romper com um presente vivido principalmente pelas crianças pobres, em especial o da fragilidade e da ausência de higiene e sucesso, destruindo uma imagem que não se queria cristalizar como memória. (BRITES, 2000, p.254-255)

Além da Farinha Láctea, o leite condensado também era voltado para a alimentação infantil. Na propaganda abaixo temos a imagem de um bebê robusto, o que novamente evoca o que já foi supracitado acerca da robustez como parâmetro de saúde. Logo no título centralizado aparece ‘Alimento para crianças’, demonstrando o público de seu consumo. Todavia, direcionava-se às mães ao sinalizar como uma opção a ser escolhida caso a amamentação não seja possível. Ou seja, era aconselhado e atribuído a alimentação infantil, mas não seria a primeira alternativa. Assim sendo, primeiro seria a amamentação natural, reforçando sua superioridade.

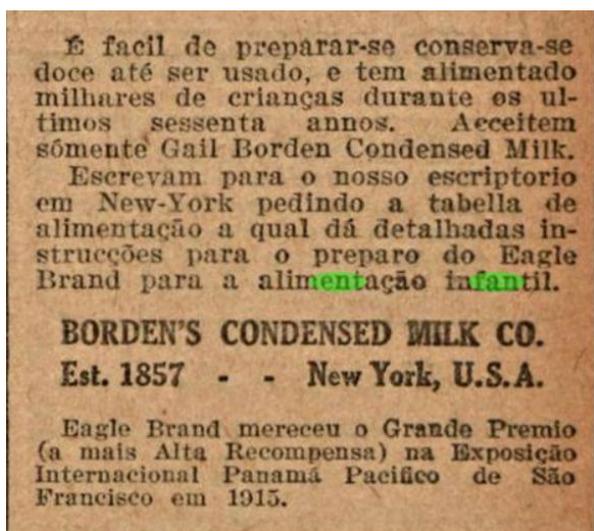
Figura 1- Anúncio do Leite Condensado Marca “Águia”



135

¹³⁵ *Fon Fon*, 07/04/1917, p.15. Hemeroteca Digital.

Figura 2- Continuação do anúncio anterior



136

Nessa outra propaganda sublinha-se no título o fato de ser “uma refeição abundante e sadia”, enquanto no subtítulo destacava-se o preço, “menos de um vintem”. Assim, demonstra-se como os anúncios de Farinha Láctea Nestlé ressaltavam além da praticidade no preparo e economia de tempo, a questão financeira (BRITES, 2000).

¹³⁶ Fon Fon, 07/04/1917, p.15. Hemeroteca Digital. Continuação do anúncio

Figura 3- Propaganda da Farinha Lactea Nestlé

Uma refeição abundante e sadia

MENOS DE UM VINTEM...



Tem-na empregado tres gerações e empregam ainda para os seus filhos a Farinha Lactea Nestlé, que resolveu do modo mais simples, mais pratico e sobretudo mais eficaz o grave problema da alimentação das creanças na epocha do desmamar e durante os seus primeiros annos.

O modo de empregar a Farinha Lactea Nestlé, é o mais simples possível e, ao contrario do que se dá com os demais alimentos, não precisa senão de agua para o seu preparo.

Não se tem pois de acrescentar Leite, nem assucar, nem ovos. Nada mais que agua! Resulta esta simplificação em beneficio do custo da Farinha Lactea Nestlé, sendo mais economica do que qualquer outro alimento, e em seguida damos a prova disto.

Custa uma lata ao preço medio que vigora para a maior parte dos paizes da America \$0,50 e contem 370 grammas liquidas de farinha. Para uma creança de tres ou quatro mezes, a quantidade que se tem de empregar para cada refeição é de duas colherinhas, isto é, umas 12 grammas, de maneira que a lata contem farinha para umas 32 refeições donde resulta que o custo é de $\frac{\$0,50}{32} = \$0,015!$

Centimo e meio! Pode realmente dizer-se que se torna caro dar a uma creança a saúde, a força, a vida, gastando-se unicamente centimo e meio?

1 $\frac{1}{2}$ centimo = 11 reis!!!

137

Ao observar a figura nota-se a ilustração de uma mulher com uma colher e uma lata de farinha láctea sob a bancada, sinalizando o preparo de uma refeição. A praticidade ressaltada anteriormente é verificada no anúncio, reafirmando que não precisa de nada além de água para seu preparo. Além da simples preparação, a propaganda assinala ainda seu caráter econômico quando comparada a outros alimentos, afirmando que “a lata contem farinha para umas 32 refeições”. Ademais, fala-se que a Farinha Láctea Nestlé solucionou o problema da alimentação das crianças no desmame e durante os anos iniciais.

Na propaganda seguinte novamente destaca-se a questão do preço. Temos a imagem de dois bebês, o primeiro com um pote na boca indicando o consumo do item e o segundo com o pote no chão provavelmente já alimentado. Entre as crianças aparece uma moeda de 10 reis. O destaque da imagem é, portanto, a moeda, indicando o preço médio de cada refeição.

¹³⁷ Fon Fon, 11/12/1915, p. 63. Hemeroteca Digital.

Figura 4- Outra propaganda da Farinha Lactea Nestlé

FARINHA LACTEA NESTLÉ.

10 réis é o preço medio de cada refeição.

Tal é a resposta que pode dar-se ás pessoas que ainda não se tenham convencido da economia que se faz servindo-se da

FARINHA LACTEA NESTLÉ

sem duvida por não ter-se provado isso. As dictas pessoas sabem unicamente, por ouvir assim dizer á todo o mundo, que este é o alimento para creanças reconhecido como o melhor no globo inteiro e sabem tambem que a Farinha Lactea Nestlé se consome em várias Casas Reaes e que a recommenda toda a Faculdade Medica e d'isto deduzem que sendo a melhor deve ser a mais cara.

Não é assim, a Farinha Lactea Nestlé não é cara, e mediante o seu emprego está ao alcance de todos

crear meninos sadios e bem desenvolvidos.

138

Aponta-se o reconhecimento internacional do produto, recomendado também pela Faculdade Médica. Todavia, a propaganda busca demonstrar que apesar da reputação que goza tal mercadoria, não se trata de um item caro e inacessível. Assim, frisa como está ao alcance de todos, sem distinção, posto que cada refeição sai em média 10 réis. Por fim, encerra-se o anúncio relacionando o consumo da Farinha à criação de meninos sadios e desenvolvidos, o que seria reforçado na ilustração trazendo a imagem de bebês robustos. Assim sendo,

Diante dessas várias perspectivas publicitárias, cabe afirmar que tal campo não se reduziu à apresentação dos produtos, sendo também uma representação dos sujeitos que consumiam. Nesse sentido, a propaganda contribuiu de forma significativa para elaborar imagens de infância e família. No produto, por meio da publicidade, depositaram-se valores que expressaram desejos. (BRITES, 2000, p.274)

Nesse sentido, a propaganda contribuiu não só para elaborar imagens da infância e família, como também para demonstrar as expectativas quanto ao futuro da nação.

Nesse outro caso nota-se como a marca mobiliza novamente argumentos que dão respaldo ao produto, garantindo credibilidade e confiança. Afirma-se que **“MILHÕES** de crianças tem sido criadas com farinha lactea Nestlé. Um produto que durante 60 anos tem a preferencia dos médicos do mundo inteiro, pode ser comprado com a maior

¹³⁸ Fon Fon, 22/01/1916, p. 64. Hemeroteca Digital.

confiança. NÃO TEM SUBSTITUTO”¹³⁹. Assim, mostra que se trata de um item consolidado e recomendado no mercado, pois há 60 anos é utilizado por médicos. Médicos estes que não se restringem ao Brasil, mas ao mundo todo.

Já na seção abaixo sublinhava-se o fato desses preparados possuírem enorme aceitação por parte do público, além de ser analisado e aprovado pela diretoria geral de saúde pública. Dentre esses produtos está a farinha láctea, entretanto não é falada a marca. Podemos supor que era da Nestlé ou seria de outra marca?

Do Sr. José de Vasconcelos, estabelecido á rua do Ouvidor, recebemos diversos preparados, produtos da nossa flora, como sejam: magnifico pó de arroz extrahido do Hedichium Coronarium, farinha lactea, pó para limpar metaes e pó seccativo para feridas. Todos esses preparados, que têm tido enorme aceitação por parte do publico estão completamente analysados e approvedos pela directoria geral de saúde publica. (*A Noticia*, 2 e 3/04/1900, p.2)

Considerações finais

Apesar da desqualificação da utilização de amas de leite por parcelas das camadas dominantes que passaram a defender a superioridade da amamentação materna, ainda era possível notar um número alto de anúncios de amas em jornais como a *Gazeta de Noticias* na década de 1880. Portanto, mesmo com esse esforço de desqualificar essa forma de aleitamento no último quartel do século XIX, esse costume permanecia enraizado nessa sociedade do Oitocentos. Dessa maneira, a superioridade da amamentação materna mantinha-se mais como um discurso do que uma prática efetiva e as amas continuavam sendo contratadas.

Do mesmo modo o aleitamento artificial demonstrava a distância entre o que os doutores pretendiam e a realidade alcançada. Embora os médicos defendessem o leite materno como a melhor opção, eles aparentavam ceder ao fato que a alimentação artificial já era uma alternativa utilizada pelas mães (FREIRE, 2006).

No entanto, mesmo que as amas ainda continuassem a ser utilizadas, era possível observar como a industrialização ia mudando o padrão da alimentação infantil à medida que as propagandas traziam a questão da praticidade da Farinha Láctea, o respaldo da medicina e a construção da imagem da criança robusta e saudável associada ao uso do produto. Ao mencionar o reconhecimento internacional e a recomendação de médicos buscavam conceder legitimidade a esses itens. Legitimidade esta que a ciência bem soube aproveitar através de anúncios testemunhais, trazendo também a composição química das fórmulas e o nome dos médicos ou pesquisadores nas propagandas para conferir autoridade (FREIRE, 2006).

Ademais, a praticidade ressaltada nos anúncios de farinha láctea representava esses novos valores trazidos pela modernidade, dado a progressiva relevância que o tempo e a velocidade passam a ter (BRITES, 2000). Essa sociedade passa por intensas mudanças no final do século XIX para o início do XX em decorrência da Revolução Científico-Tecnológica, afetando a experiência social e mudando assim, noções de tempo e espaço das pessoas, hábitos, convicções.

¹³⁹ *Fon-Fon*, 13/10/1917, p.51

Por fim, concluo que esses novos produtos direcionados ao público infantil tiveram uma relevância na propaganda dos jornais. Um esforço que não implica necessariamente que eles passaram a ser utilizados em grande escala, mas indica que havia uma forte tentativa por parte da publicidade que a sociedade aderisse essas mercadorias, criando a necessidade desses itens seja através do respaldo da ciência, da praticidade, do preço acessível ou da robustez. Dessa forma, o padrão de alimentação infantil ia se transformando progressivamente.

Referências Bibliográficas

Fontes

A Notícia–1894-1916

Diário do Rio de Janeiro- 1870-1878

Fon-Fon– 1910-1919

Gazeta de Notícias – 1875 -1919

Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, F. e ALENCASTRO, L. F. (orgs.). *História da vida privada no Brasil. Império: a Corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v.2, p.11-93.

BRITES, Olga. Infância, higiene e saúde na propaganda (usos e abusos nos anos 30 a 50). **Revista Brasileira de História**, v. 20, p. 249-278, 2000.

CARNEIRO, Maria Elizabeth R. *Procura-se uma “preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”*: uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1888). Tese (Doutorado em História). Brasília: Instituto de Ciências Humanas, UnB, 2006.

CARULA, Karoline. *Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em A Mãe de Família*. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 19, pp. 197-214, 2012.

FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista em revistas femininas* (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920). 2006. 333 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2006.

GIL, Caroline Amorim. *Precisa-se ou aluga-se: o mapeamento de amas de leite na cidade do Rio de Janeiro na Primeira República*. 2018. 173 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.

GRAHAM, Sandra L. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual, *ArtCultura*, Uberlândia, vol.8, n.12, jan-jun 2006, p.97-115.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. *No estúdio do fotógrafo: representação e autorepresentação de negros livres, forros e escravos no Brasil da segunda metade do século XIX*. Tese (Doutorado em Multimeios). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MACHADO, Maria Helena P. T. “Entre dois Beneditos: histórias de amas de leite no ocaso da escravidão”. In: XAVIER, G.; FARIAS, J. B.; GOMES, F. (orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012, 199-213.

MARTINS, Bárbara C. R. *Amas-de-leite e mercado de trabalho feminino: descortinando práticas e sujeitos* (Rio de Janeiro, 1830-1890). Dissertação (Mestrado em História Comparada). Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, 2006a.

_____. “O aleitamento mercenário: os saberes médicos e o mercado de trabalho das amas de leite (Rio de Janeiro, 1850-1884)”. In: PIMENTA, Tânia Salgado; GOMES, Flávio (orgs.). *Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil*. Rio de Janeiro : Outras Letras, 2016, 164-177.

MARTINS, Luiz C. N. *No seio do debate: amas-de-leite, civilização e saber médico no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em história das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, 2006b.

MOURA, Francisco José Coelho de. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente do mercenário em relação as condições em que elle se acha no Rio de Janeiro*. 1874. 25 F. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1874.

NEVES, Juvenal Martiniano das. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente do mercinário em relação às condições em que elle se acha no Rio de Janeiro*. 1873. 34 F. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1873.

PEREIRA, Júnia Sales. *História da pediatria no Brasil de final do século XIX a meados do século XX*. Tese (Doutorado em História)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2006.

SILVA, Targino Ottoni de Carvalho e. *Da alimentação nas primeiras idades, estudo crítico sobre os diferentes métodos*. 1884. 30 F. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1884.

TELLES, Lorena F. da Silva. *Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX)*. 2019. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

_____. “Mães e amas de leite nas malhas dos interesses escravistas: mercado urbano de aluguel, abandono e morte de bebês ingênuos no Rio de Janeiro (1871-1888)”. In: MACHADO, Maria Helena P. T.; BRITO, Luciana da Cruz; VIANA, Iamara da Silva;

GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Ventres livres? Gênero, maternidade e legislação*. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

As mulheres de letras maranhenses: “sujeitas” de uma História da Imprensa (Maranhão, século XIX)

Natália Lopes de Souza¹⁴⁰

Resumo: Por meio deste trabalho, procuramos dimensionar quem eram as mulheres de letras maranhenses nos anos 1880 a 1910. Deste modo, nos propomos também demonstrar, através de alguns exemplos, como estas mulheres apareciam na imprensa periódica. Para isso, utilizaremos dois jornais diários distintos, o *Pacotilha* e o *Diário do Maranhão*, compreendendo os jornais como lugar público, pelo qual as mulheres escritoras transitavam. Tal recorte se baseia no fato de que, nestes anos, a imprensa maranhense produziu um grande número de jornais, e neles, verificamos uma grande produção de mulheres de letras como colaboradoras desta imprensa.

Palavras-chave: Mulheres de Letras; Imprensa; Gênero; Maranhão; Século XIX

Abstract: Through this work, we tried to size who were the women of Maranhão letters in the years 1880 to 1910. In this way, we also propose to demonstrate, through some examples, how these women appeared in the periodic press. For this, we will use two different daily newspapers, *Pacotilha* and *Diário do Maranhão*, comprising newspapers as a public place, through which women writers transited. This cut-out is based on the fact that, in these years, the Maranhão press has produced a large number of newspapers, and in them, we see a large production of women of letters as collaborators of this press.

Keywords: Women of Letters; Press; Gender; Maranhão; 19th century

Introdução:

Por um longo tempo as mulheres haviam sido esquecidas pela historiografia. Essa frase, pertence ao livro *“As mulheres ou os silêncios da história”* de Michelle Perrot (2005). Nele, a autora dialoga como as mulheres estavam presentes na História, a partir do silêncio da historiografia. Bom, o que a autora já demonstrava era a necessidade de ressignificar as mulheres enquanto “sujeitas” da História.

Segundo Raquel Sohiet (1997), foi graças aos movimentos feministas e as historiadoras preocupadas com essa mesma questão posta por Perrot, que tal debate foi trazido a luz, o que ajudou a fomentar e a concretizar a pluralização dos objetos de investigação histórica, no qual “as mulheres foram alçadas à condição de objeto e sujeito da história” (SOHIET, 1997: 275).

Sobre isso, Margareth Rago (1995) nos diz que esta inclusão tem revelado não apenas momentos inesperados da presença feminina nos acontecimentos históricos, mas também um alargamento do próprio discurso historiográfico, até então, estritamente estruturado para pensar o sujeito universal, ou ainda, as ações individuais e as práticas coletivas marcadamente masculinas.

¹⁴⁰ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: natalia.lopes@estudante.ufjf.br

A partir deste alargamento historiográfico, já vemos ocorrer o processo de ressignificação e inclusão das várias mulheres na História. E é inserido dentro deste alargamento que este trabalho se enquadra, uma vez que, visa dimensionar quem eram as mulheres de letras maranhenses nos anos 1880 a 1910 presentes nos jornais *Pacotilha* e *Diário do Maranhão*.

Entendemos o conceito “mulheres de letras” a partir das concepções formuladas por Jeferson Cano e Maria Bernardes. O primeiro, discorria sobre os homens de letras, que eram os que percorriam os campos do drama, da poesia, do romance e da história, atuando como estudantes, caixeiros, redatores (CANO, 2001: 20). Já Bernardes, traz as mulheres para dentro do debate ao considerar as “poetisas, jornalistas, dramaturgas, autoras de romances, de contos, de livros didáticos, de manifestos, de pareceres e também tradutoras de vários idiomas” (BERNARDES, 1988: 98). Ancorada neste conceito, acreditamos que as mulheres escritoras maranhenses podem ser consideradas por nós mulheres de letras.

O recorte escolhido (1880 – 1910) abrange o período em que as mulheres mais se destacaram nos meios impressos¹⁴¹, seja publicando romances, contos, artigos de jornais, textos religiosos, receitas, assuntos relacionados à moda, entre outros temas e gêneros textuais (TELLES, 2009). Além disso, no mesmo período, a imprensa maranhense produziu um grande número de jornais, e neles, verificamos uma grande produção de mulheres de letras como colaboradoras desta imprensa.

Nesse sentido, o presente texto buscará dimensionar as mulheres de letras maranhenses que apareciam nas duas folhas já mencionadas e as formas que elas se apresentavam ou eram apresentadas nestes jornais maranhenses, a partir do viés social, investigando suas experiências e interpretando-as criticamente. Dessa forma, levaremos em consideração a reflexão de Tilly de que “as mulheres vivem e atuam no tempo” (TILLY, 1994: 31).

Os rastros na imprensa maranhense: As mulheres de letras

As mulheres de letras maranhense não estavam sozinhas, segundo Norma Telles (2009), de uma forma geral, as mulheres publicaram muito no XIX. Assim, essa presença na literatura, que se deu entre os séculos XVIII e XIX, principalmente nos jornais, partia da publicação de crônicas, poesias, contos e tantos outros escritos relacionados à posição e à atuação das mulheres da época (PEDRO, 2012: 93).

Por isso, a imprensa se torna um dos principais meios de análise dessas mulheres de letras, sobretudo porque ela, ao lado de entidades culturais, assumira importância tanto na circulação e venda das obras quanto na publicação de produções femininas em fins do XIX e no início do século XX (VIEIRA, 1997, p. 52).

¹⁴¹ De acordo com Elaine Showalter, nas décadas de 1870 e 1880, em grandes editoras inglesas, quase a metade dos autores era do sexo feminino, enquanto nos Estados Unidos três quartos dos romances publicados nesse período foram escritos por mulheres. E no Brasil, Mônica Jinzenji afirma que o fim do XIX marcou a produção de um grande volume de jornais e revistas com características feministas. Ver mais em: SHOWALTER, E. Anarquia sexual: sexo e cultura no fim de siècle. Trad. Waldéa Barcelos. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 110, e JINZENJI, M. Y. Leitura e escrita feminina no século XIX. Cadernos Pagu, no 38, 2012, p. 367-394.

Este contexto de valorização das letras promoveu transformações nos Oitocentos, que “podem ser visualizadas a partir do aumento de livros, jornais e folhetos em circulação” (GALVES, 2010, p. 58). E no Maranhão não foi diferente, o impacto do aumento destas produções de mulheres pode ser sentido tanto na fundação na década de 1880 do periódico *Chrysálida*¹⁴², que possuía redação de mulheres e era dedicado à instrução feminina, quanto pela circulação de mulheres em jornais¹⁴³ como o *Jardim das Maranhenses* (1861 – 1862), *Porto Livre* (1861-1865), *Semanário Maranhense* (1867 – 1868), *Diário do Maranhão* (1855 – 1911), *Pacotilha* (1880 – 1909), entre outros.

Nesse sentido, podemos observar que a imprensa maranhense estava inserida em uma conjuntura em que as mulheres estavam reclamando para si este ambiente, tanto publicando quanto estando a frente das redações, visto que as folhas impressas desempenhavam “um papel importante no desenvolvimento político e cultural da província” (MARTINS, 2009: 362), e estavam embebidas na exaltação da literatura local, o que contribuiu para aumentar a participação das mulheres de letras nestes espaços.

E é inserido nesta conjuntura que os jornais *Diário do Maranhão* e *Pacotilha* circularam na sociedade maranhense. O primeiro era um periódico diário que funcionou de 1855 a 1911, ou seja, um jornal de tradição na província. Seu fundador foi José Maria Correia de Frias¹⁴⁴, um importante tipógrafo na primeira metade do XIX e, dono da Tipografia a vapor, no qual o *Diário do Maranhão* era impresso.

Tendo como subtítulo – Jornal do comércio, lavoura e indústria – se propunha a ser um jornal voltado para os acontecimentos políticos e econômicos de todo o Brasil, entretanto, ela também se colocava como um espaço de “redação, sala de leitura, administração e tipografia” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1855, Ed 1: 1)¹⁴⁵.

Já o periódico *Pacotilha*, veiculado de 1880 a 1910, era semanário, contudo, depois de quatro edições, se tornou diário. Pertencia a Victor Lobato e Barbosa de Godois, posteriormente, foi passado a José Barreto Costa Rodrigues. O jornal em questão possuía tipografia própria, chamada Tipografia Pacotilha, que imprimia papel, cartões e cetins em prelos mecânicos (CASTRO; CABRAL; 2019).

O *Pacotilha* se aventava a ser um jornal de variedades, nele, se encontrava assuntos políticos, econômicos, industriais, e também de literatura. Além disso, “a folha

¹⁴² O periódico *O Chrysálida*: Publicação mensal – Redação de Meninas de 1884, foi um jornal editado por mulheres no Maranhão. Na ferramenta Hemeroteca Digital, só existe disponibilizado a edição de número 12 do mesmo.

¹⁴³ De acordo com os impressos disponíveis na Hemeroteca Digital, o Maranhão contou, nos anos de 1860, com 30 jornais, na década de 1870 com 25 jornais, em 1880 com 29 jornais, em 1890 com 31 jornais e na década de 1900 com 14 jornais. Em 1880 foram registrados seis periódicos literários, em 1890 e na década de 1900 foram registrados dezesseis jornais. Ver mais em: GADINI, S. L., REIS, T. A. Breve panorama da cultura nos jornais maranhenses do século XIX. FRAGMENTOS DE CULTURA, Goiânia, v. 27, n. 1, p. 148-155, 2017. Disponível em: < file:///C:/Users/Gleice/Downloads/4983-17006-1-PB%20(1).pdf >. Acesso em: 24 setembro de 2020.

¹⁴⁴ José Maria Correia de Frias (1828 – 1903) foi editor, escritor e jornalista, fundador do *Diário do Maranhão*, benemérito e fundador do Hospital Português do Maranhão e ainda diretor da Sociedade Humanitária Primeiro de Dezembro. Dedicou-se ao aperfeiçoamento e desenvolvimento da sua tipografia (CARVALHO, 2011).

¹⁴⁵ Grafia atualizada.

aceitava a participação do público em geral em matérias de opinião” (MENDONÇA: 2020: 348), como podemos ver no trecho abaixo, onde se lê:

Quem quiser ser útil a humanidade entregando a luz da publicidade [...] terá, não só o eterno agradecimento dos proprietários da Pacotilha, como o aplauso do Maranhão civilizado (PACOTILHA, 1880, Ed 1: 1).

Como a imprensa do período foi um dos meios mais utilizados na publicação de obras literárias, gênero este, em que as mulheres de letras mais se dedicavam, estas mulheres maranhenses usaram os espaços destes dois periódicos para promoverem suas obras literárias, já que a imprensa como um todo, “marcava e era marcada por vozes, gestos e palavras” (MOREL, 2008: 26). Isso quer dizer que, as sujeitas desta história que estamos contando, também tinham suas vozes presentes nas páginas do *Pacotilha* e do *Diário do Maranhão*.

Nos dois jornais já referenciados, podemos encontrar inúmeras notas veiculadas que evidenciam uma produção literária feminina disseminada na imprensa maranhense. Nas páginas dos periódicos podemos dar nomes a algumas destas mulheres, como no exemplo abaixo:

Fomos hoje brindados com um exemplar da referida edição especial – Centro Caixeiral – na qual contém diversos artigos de colaboração desse órgão da sociedade, fazendo também parte as poesias das conhecidas Papillon Bleu e d. Maria Azevedo Mattos (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1900, Ed 7953: 2).

Através desta nota, podemos perceber que as obras destas mulheres estavam sendo anunciadas e, estavam recebendo elogios. Além disso, conseguimos apreender, a partir do trecho, o nome de duas mulheres de letras. Estas, apareceram tanto na obra *Panorama da Literatura Maranhense* (1949) de Mário Meireles e na obra de 2001 intitulada *Dicionário Crítico de Escritoras Brasileiras (1711 – 2001)* de Nelly Coelho. O mais interessante ainda, é que nas duas obras, tanto de Coelho quanto de Meireles, podemos encontrar o nome das obras literárias publicadas por estas duas mulheres.

Em Coelho lemos que Ana Oliveira dos Santos foi uma “poeta maranhense do século XIX, que usava o pseudônimo Papillon Bleu” (COELHO, 2002: 60), corroborando com Meireles, que afirmava que era “nascida no Maranhão. Poetisa, usava o pseudônimo de Papillon Bleu”. Biblio: Acordes, São Luís, 1899” (MEIRELES, 1949: 160).

Ainda em Meireles, lemos: “Maria Cristina Alves de oliveira Azevedo M (sic), nascida em São Luís no ano de 1855 e falecida em 1899”. Bibli: Amor e desventuras, 1899” (MEIRELES, 1949: 134). E em Coelho, “Maria Cristina de Azevedo Marques –

poeta, considerada a última romântica das letras provinciais [...] nasceu em São Luís (MA), em 1845, e faleceu em 1899” (COELHO, 2002: 422).

Ainda sobre estas duas mulheres, encontramos outros fragmentos e rastros de suas participações na imprensa, como:

Poetisa maranhense Dona Maria Cristina Alves de Oliveira Azevedo Mattos com exemplar de Amor e desventuras se dirige aos leitores: publica seu trabalho fruto de um espírito pobre e inculto [...] são dignas de apreço as produções da talentosa maranhense [...] revelam o nobre sentimento, muita naturalidade e fácil expressão (PACOTILHA, 1900, Ed 57: 2).

Para a belíssima variedade, que hoje oferecemos as nossas gentis leitoras [...] produção da distinta maranhense nossa colaboradora papillon bleu pedimos especial atenção (PACOTILHA, 1900, Ed 57: 2).

Estes trechos, evidenciam o esforço destas mulheres em trazerem a público suas obras, além disso, vale mencionar os elogios em que os jornais faziam a suas produções literárias. Desta forma, vemos que estes fragmentos são de extrema importância para estas mulheres, uma vez que são a partir deles, que elas conseguem dar publicidade a suas obras.

Ademais, estes fragmentos funcionavam como anúncios dessas referidas obras, e estando presente em dois jornais diários, proporcionavam que uma maior parcela da sociedade conhecesse ou adquirisse estas produções, para além dos espaços literários. Isto quer dizer que, havia uma ampliação do público-alvo destas obras, pois passava a circular por outras esferas, já que os referidos periódicos tratavam de uma infinidade de temas e chegava a variados segmentos da sociedade maranhense.

Notamos então, que nos dois jornais destacados houveram um aumento de notas sobre mulheres de letras e suas obras, às vezes, em um mesmo trecho destacava-se a produção de mais de uma mulher, como podemos ver abaixo:

Noticiamos a um mês talvez o oferecimento que tivemos dos acordes, coleção de poesias de uma nossa conterrânea que se oculta sob o pseudônimo papillon bleu. [...] Hoje temos de nos referir a um livro do mesmo gênero de uma outra poetisa maranhense Sra Maria de Azevedo Mattos, que nos brindou com um exemplar de seu Amor e desventuras (PACOTILHA, 1900, Ed 56: 2).

Percebemos que além de nos apresentar as obras destas mulheres de letras, os redatores do jornal descrevem elogios promovendo uma valorização destes trabalhos.

Tudo isto nos leva a perguntar o porquê dos jornais maranhenses, mais especificamente do *Pacotilha* e do *Diário do Maranhão*, publicarem tantos fragmentos expressando o contentamento em relação a produção literária destas mulheres.

Podemos considerar que estes jornais maranhenses estavam inseridos dentro de uma conjuntura em que as mulheres estavam reclamando para si este ambiente impresso – inclusive estando a frente de redações - habitado sobretudo por homens. Este contexto, especificamente a partir da década de 1850 foi importante na remodelação da imprensa como um todo, ajudando a propiciar um clima favorável para inserção de mulheres neste espaço.

Em 1852, surgiu o primeiro periódico redigido por uma mulher no Brasil, intitulado *Jornal das Senhoras*, no Rio de Janeiro. Para Martins e Luca (2008: 67 e 68), o periódico “figura como um dos primeiros jornais de propósitos femininos e abrigo da mulher escritora, contando inclusive com mulheres na redação”. Deste modo, o surgimento de uma imprensa dita feminina, feita por e para mulheres, contribuiu para que os escritos de mulheres fossem lidos e comentados no espaço público além de propiciar que outras mulheres adentrassem nesse espaço também.

E é a partir desta ambiência, que atingiu todas as províncias do Império, que os jornais maranhenses se encontram, se apropriando desta mudança cultural ao trazer para suas folhas as mulheres e suas produções. No trecho abaixo, podemos visualizar como as mulheres, enquanto público-alvo eram atraídas pelos jornais.

Que melhor aspiração para uma mulher do que poder por si só – por meio de seu trabalho honrado – acudir as necessidades da vida, sem dependência de homem? “Quantas vezes a mulher sufoca sentimentos e abdica direitos para acolher-se à sombra de um homem que a projeta, porque não confia de suas forças a subsistência honesta e independente (PACOTILHA, 1880, Ed 8: 4).

Conseguimos perceber no fragmento acima, como a imprensa utilizava este trânsito feminino fora do ambiente doméstico, como um discurso que refletia as próprias mudanças sociais ocorridas na sociedade brasileira. Por isso, que estas folhas publicavam tantas produções femininas, pois era um mercado aberto e efervescente de produções femininas impressas.

Por fim, destacamos que foram através dos jornais, mais especificamente o *Pacotilha* e o *Diário do Maranhão*, que podemos encontrar fragmentos da presença e trânsito de mulheres na imprensa, para além disso, através deles, conseguimos vislumbrar como se dá uma das mais variadas formas que estas mulheres utilizavam para habitar o espaço público impresso.

Considerações finais

Ao longo deste breve artigo, objetivamos demonstrar uma parte do grupo de mulheres, que denominamos mulheres de letras, que atuaram no Maranhão em fins do século XIX e início do XX. Nas páginas acima, buscamos demonstrar quem foram algumas “sujeitas” que participaram ativamente da imprensa maranhense.

Através da análise de dois periódicos maranhenses, o *Pacotilha* e o *Diário do Maranhão*, trouxemos a luz as formas com que estas mulheres apareciam nos periódicos e o possível alcance delas. Além disso, são através dos fragmentos presentes nestes periódicos que conseguimos ter acesso as obras produzidas por estas mulheres em seus contextos.

Por fim, destacamos que ao ressignificar a trajetória destas mulheres e demonstrar a atuação delas em seu tempo, podemos vislumbrar um pouco quem eram algumas das “sujeitas” que participaram da literatura e imprensa maranhense em fins do XIX e início do XX. Para além disso, podemos contribuir com o alargamento historiográfico a respeito desta temática.

Referências Bibliográficas

BERNARDES, Maria. T. C. C. **Mulheres de ontem?:** Rio de Janeiro, século XIX; São Paulo, T. A Queiroz, 1988.

CANO, Jefferson. **O fardo dos homens de letras o "orbe literário" e a construção do império brasileiro.** 2001. 407 p. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2001.

CARVALHO, Roberto Sousa. **A atividade editorial em São Luís do Maranhão – memórias do passado, realidade presente.** 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos Editoriais) – Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2011.

- CASTRO, C. A.; CABRAL, M. C dos S; CASTELLANOS, S. L. V. A imprensa estudantil liceísta no Maranhão (1889 – 1900). **Revista Brasileira de História da Educação**, vol. 19, 2019.
- COELHO Nelly. N. **Dicionário Crítico de Escritoras Brasileiras: (1711 – 2001)**. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.
- DIÁRIO DO MARANHÃO. São Luís: Tipografia do Frias, 1855 – 1911.
- GADINI, S. L., REIS, T. A. Breve panorama da cultura nos jornais maranhenses do século XIX. **FRAGMENTOS DE CULTURA**, Goiânia, v. 27, n. 1, p. 148-155, 2017. Disponível em: < file:///C:/Users/Gleice/Downloads/4983-17006-1-PB%20(1).pdf >. Acesso em: 24 setembro de 2020.
- GALVES, M. C. “**AO PÚBLICO SINCERO E IMPARCIAL**”: Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro. 2010.
- JINZENJI, M. Y. Leitura e escrita feminina no século XIX. **Cadernos Pagu**, no 38, 2012, p. 367-394.
- LUCA, T. R. de; MARTINS, A. L. (orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, R. A. F. **Atenienses e Fluminenses: a invenção do cânone nacional**. 2009. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2009.
- MEIRELES, Mário. M. **Panorama da Literatura Maranhense**. Academia maranhense de Letras. São Luís. 1949. Disponível em: < http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20171023123118.pdf>. Acesso em: 25 de agosto de 2020.
- MENDONÇA, Edinamária. Da posição-sujeito às tomadas de posição: o jornal Pacotilha no contexto das comemorações do tricentenário da fundação de São Luis, capital do Maranhão. **Linguagem: Teoria, Análise e Aplicações**. Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br/linguistica/textos/livro07/LTAA7_a26.pdf>. Acesso em: outubro de 2020.
- MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.
- PACOTILHA. São Luís: Tipografia da Pacotilha, 1880 – 1909.
- PEDRO, J. M.; SOUZA, B. A. Trajetória das mulheres brasileiras na carreira das letras: ensaio bibliográfico a partir de autores contemporâneos. **Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia, v.25, n.1, 2012, p. 79-95, p. 93
- PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. São Paulo: Edusc, Florianópolis: Edusc, 2005.

RAGO, M. As mulheres na historiografia brasileira. *In*: Silva, Z. L. (orgs.). **Cultura Histórica em debate**. São Paulo: UNESP, 1995.

SHOWALTER, E. **Anarquia sexual: sexo e cultura no fin de siècle**. Trad. Waldéa Barcelos. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SOIHET, R. História das Mulheres. *In*: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997, p. 275.

TELLES, N. Escritoras, escritas, escrituras. *In*: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009. 678p. p. 401-442.

TILLY, L. Gênero, história das mulheres e história social. Campinas: **Cadernos Pagu**, 1994.

VIEIRA, M. S. **ATUAÇÃO LITERÁRIA DE ESCRITORAS NO RIO GRANDE DO SUL: UM ESTUDO DO PERIÓDICO CORJMBO, 1885-1925**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

As origens de Nós Mulheres (1976-78)

Geovane B. da Costa¹⁴⁶

Resumo

O jornal *Nós Mulheres* surgiu em São Paulo em 1976 e teve sua última edição lançada em 78. Publicado por uma associação feminista denominada Associação das Mulheres, foi um jornal pertencente à categoria dos jornais noticiosos da segunda onda do feminismo e à primeira geração da imprensa feminista. Há pelo menos duas versões na literatura especializada sobre a origem do nome e da ideia de feitura do jornal. Meu objetivo aqui é o de apresentar estas duas versões, e, para tal feito utilizo de pesquisas que tiveram o jornal como objeto de estudo ou como fonte e que apontaram uma das versões.

Palavras-chave: Nós Mulheres; feminismo; feminista; imprensa alternativa.

Abstract

The newspaper *Nós Mulheres* appeared in São Paulo in 1976 and had its last edition launched in 78. Published by a feminist association called Associação das Mulheres, it was a newspaper belonging to the category of news newspapers of the second wave of feminism and the first generation of the feminist press. There are at least two versions in the specialized literature about the origin of the name and the idea of making the newspaper. My objective here is to present these two versions, and, for this purpose, I use research that had the newspaper as an object of study or as a source and that pointed to one of the versions.

Keywords: Nós Mulheres; feminism; feminist; alternative press.

NÓS MULHERES queremos, junto com os homens, lutar por uma sociedade mais justa, onde todos possam comer, estudar, trabalhar em trabalhos dignos, se divertir, ter onde morar, ter o que vestir e o que calçar. E por isto não separamos a luta da mulher da luta de todos, homens e mulheres, pela sua emancipação.

NÓS MULHERES decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas. E, também, para pensarmos juntas nas soluções. (...) (NÓS MULHERES, nº 1, 1976, p. 2)

Como podemos observar pela citação acima que faz parte do editorial¹⁴⁷ da edição nº 1 de junho de 1976, o jornal *Nós Mulheres* era declaradamente feminista, cujo objetivo era lutar para que as mulheres, principalmente as que trabalhavam fora de suas casas, tivessem dignidade e uma vida mais justa. O jornal *Nós Mulheres* era organizado e publicado pela Associação das Mulheres, em São Paulo, que era formada por mulheres

¹⁴⁶ Doutorando em História pela UFRGS. Bolsista CAPES. E-mail: geovannecosta2009@hotmail.com

¹⁴⁷ Editorial é o espaço de expressão da opinião de quem produz o jornal e o espaço de defesa das políticas editoriais do periódico. Para saber mais ver: MELO, José Marques de. **A Opinião no Jornalismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985.

universitárias e antigas militantes do movimento estudantil (KUCINSKI, 2003), e tinha um enfoque voltado mais para as mulheres trabalhadoras e das camadas populares.

A primeira edição do jornal *Nós Mulheres* foi financiada pela então atriz, produtora teatral e depois deputada estadual de São Paulo pelo PMDB Maria Ruth dos Santos Escobar (também chamada somente de Ruth Escobar). Posteriormente, suas outras sete edições foram financiadas pelas vendas em bancas de jornais - em São Paulo pela França Pinto e a partir do nº 3 também no RJ pela Fioravante Carelli - e assinaturas, que davam direito a 6 edições e custaram Cr\$ 30 até o nº 3 e depois Cr\$ 50, 00.

Nós mulheres teve 8 edições sendo sua última a edição junho-julho de 1978. Era editado em formato de tabloide, produzido de forma artesanal, com periodicidade irregular, pois as publicações eram editadas de acordo com as condições financeiras e editoriais, e, por isso era lançado às vezes bimestral, trimestral e até quinquenalmente. Sem tiragem divulgada, custou Cr\$ 5,00 até o nº 6 e depois passou para Cr\$ 7,00 na edição 7, e Cr\$ 8,00 na edição 8.

Como editora do jornal o jornal teve até a edição 3 o nome da antropóloga e jornalista Mariza Côrrea. A partir da edição 4 até a de número 8, a editora responsável pelo jornal *Nós Mulheres* passou a ser a jornalista Anamarcia Vainsencher. Seu conselho editorial era formado só por mulheres e dele participaram por exemplo Cyntia Sarti, Maria Ines Castilho, Rita de Lucca entre outras. Também havia colaboradores e colaboradoras, que chegou quase há 30 nomes.

Com uma presença acadêmica forte, pois tinha “influência francesa das Ediciones des Femmes”, o jornal *Nós mulheres* se preocupava em dar um panorama nacional dos temas relacionados à mulher abordando, principalmente, sobre assuntos de “política e condições de vida”, já que as “reflexões sobre as relações afetivas e sexualidade não eram habituais” (MORAES, 1997, p. 144). Assim, dentre suas principais matérias do jornal estavam o trabalho feminino, a dupla jornada de trabalho, a sexualidade (métodos contraceptivos) e a necessidade de creches.

Segundo a classificação de Elisabeth Cardoso (2004), *Nós Mulheres* é pertencente à categoria dos jornais noticiosos da segunda onda do feminismo e à primeira geração da imprensa feminista. E, como podemos observar pela citação que iniciei esse artigo, escrito segundo Maria Moraes (2012, p. 117), por duas ex-militantes do grupo *Debate*¹⁴⁸, *Nós Mulheres* realmente se declarava feminista. Todavia, tal identidade era reafirmada na defensiva, argumentando-se que apesar de serem feministas, elas não separavam a luta de emancipação das mulheres da luta pela emancipação humana, e, que a luta das mulheres não era contra os homens, ao contrário, pois a luta por um mundo mais igualitário ocorreria junto a eles. Isso fica evidente no editorial de nº 6, agosto/setembro 77, quando afirmam que a tendência das mulheres feministas responder sobre o feminismo é feita de uma maneira defensiva

¹⁴⁸ Segundo Rosalina Leite (2003), o Debate foi uma dissidência política que surgiu no exílio e agrupou ex-militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e mulheres autônomas. Surgiu no final dos anos 60, em Paris, e permaneceu ativo até 1979, organizado em torno da liderança intelectual de João Quartim, professor de filosofia da USP (MORAES, 2012).

porque, ao dizermos isto, apenas estamos querendo mostrar que não somos contra os homens, que não somos contra isto e aquilo. Ou seja, dizemos o que não somos e o que não pensamos, mas não definimos claramente o que entendemos por emancipação feminina, por emancipação do ser humano e a ligação que existe entre essas duas coisas. (NÓS MULHERES, nº 6, 1977, p. 2)

Tendo situado um pouco da história do jornal *Nós Mulheres* e de sua trajetória, continuarei agora a dissertar sobre o principal objetivo deste artigo: apresentar as origens de *Nós Mulheres*, naquilo que desrespeita a sua criação e ao seu nome. Sobre a ideia de sua feitura, é possível vislumbrar isso no seu editorial de nº 5, de junho a julho de 77:

Depois de um longo período de silêncio, por volta de 1973 novos grupos se formaram em torno de ideias democráticas, voltando a exercer o direito à crítica social. Em 1975, com o Ano Internacional da Mulher, o debate em torno da opressão da mulher começou a crescer. E foi nesse clima de nascente entusiasmo que em maio de 1976, faz um ano, preparávamos o primeiro número de NÓS MULHERES. (...) O grupo de NÓS MULHERES formou-se em torno da ideia de criar um jornal feminista. (NÓS MULHERES, nº 5, 1977, p. 2)

No entanto, a ideia da feitura de *Nós Mulheres* é controversa. Apesar da literatura quase sempre atribuir a criação do jornal a uma ideia vinda da Europa por um grupo de exiladas capitaneado pela Maria Lygia Quartim de Moraes, há quem defenda que a ideia tenha sido genuinamente brasileira e esteja ligada à figura de Rachel Moreno. Na versão de Rosalina Leite (2003) e de Maria Moraes (2012) as militantes que iriam compor o jornal *Nós Mulheres*, que estavam voltando do exílio ao Brasil em meados de 1976, vieram decididas a editar um jornal feminista. Portanto, nesta versão a ideia teria nascido na Europa.

Por outro lado, Nayara Vasconcelos (2010), reuniu Cida Aidar, Inês Castilho, Leda Kfourri, Lia Zatz, Marianna Monteiro, Marli Gonçalves, Rachel Moreno e Renata Villas Boas, algumas das integrantes do jornal, que discutiram ambas as versões. Elas concluíram que a proposta de criar o jornal nasceu no Brasil, em 1975, após uma reunião na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, articulada por Rachel Moreno, que contou com a participação de Rita de Lucca e de Lia Zatz, que levantaram a necessidade de criar um veículo de comunicação para discutir a respeito da condição feminina (VASCONCELOS, 2010, p. 5). Assim, ao voltarem a cidade de São Paulo, reuniram um grupo de mulheres interessadas no projeto, principalmente composto por jornalistas, que durante a preparação do que seria o primeiro número do jornal *Nós Mulheres*, abandonaram o projeto, devido ao surgimento do jornal *Brasil Mulher*¹⁴⁹ e por se identificarem mais com a sua linha editorial. (VASCONCELOS, 2010, p. 5).

¹⁴⁹ O jornal *Brasil mulher* foi idealizado por Terezinha Zerbini e Joana Lopes, que foram suas editoras. Publicado bimestralmente pela Sociedade Brasil Mulher entre outubro de 1975 e março de 1980, O Brasil Mulher até o número quatro foi elaborado e feito em Londrina. A partir do número cinco a sede e a redação

Outra autora que corrobora com este pensamento é Vitória Lozado (2020), que destaca o nome de Rachel Moreno e sua amizade com Marcos Faerman, editor-chefe do jornal *Versus*¹⁵⁰, que devido a essa proximidade, teria permitido que a redação de *Nós Mulheres* funcionasse no mesmo lugar do seu jornal.

A origem do nome *Nós Mulheres* também não é consensual. De acordo com Nayara Vasconcelos (2010) há pelo menos duas versões para a origem do título do jornal *Nós Mulheres*. A primeira seria de Maria Inês Castilho, um dos nomes que fez parte do conselho editorial do jornal, que as enviou essa informação por e-mail, em setembro de 2009, e afirma que o nome do jornal foi inspirado pela revista italiana *Noi Donne*¹⁵¹ (VASCONCELOS, 2010, p. 5). A segunda versão também vem de outro nome que compôs o conselho editorial de *Nós Mulheres*, Maria Lygia Quartim de Moares, que afirma que seu nome é uma adaptação do boletim *Nosotras*¹⁵² (MORAES, 2012).

Independente da versão de origem, essa disputa existente em torno da maternidade do jornal *Nós Mulheres* só vem a ressaltar a importância desse jornal, não só para a história da imprensa e do feminismo, como também na história do nosso país. Infelizmente, *Nós Mulheres* teve um tempo de vida muito curto e somente oito edições lançadas. Sua contribuição para a história das mulheres, do feminismo e da imprensa continuam vivas e atuais, basta ver os textos que eram publicados em suas páginas.

FONTES

Nós Mulheres, São Paulo, nº 1, junho, 1976.

Nós Mulheres, São Paulo, nº 5, junho a julho, 1977.

Nós Mulheres, São Paulo, nº 6, agosto/setembro, 1977.

REFERÊNCIAS

passaram a ser na cidade de São Paulo e Londrina tornou-se uma surcusal. Ver: Rosalina Leite (2003) e Maria Moraes (2012; 2017).

¹⁵⁰ O jornal *Versus* foi um jornal alternativo bimestral, e às vezes mensal, criado e idealizado por Marcos Faerman. Foi lançado em São Paulo, em outubro de 1975, e extinto em outubro de 1979. Para saber mais ver: KUCINSKI, 2003.

¹⁵¹ *Noi Donne* é uma revista mensal italiana cujas primeiras edições eram clandestinas e datam de 1937 em Paris, sob a direção de Marina Sereni. A partir de julho de 1944 sai da clandestinidade sob a direção de Laura Bracco e começou a ser publicada na cidade de Nápoles. Na terceira edição, a redação e a administração foram transferidas para Roma e Vittoria Giunti se junta a Laura Bracco na direção da revista. Ver: <<https://www.noidonne.org/chi-siamo.php>>. Acesso em 8 set. de 2022.

¹⁵² *Nosotras* era escrito em português e em espanhol, e “divulgava ações do feminismo em diferentes pontos da América Latina e fazia citações de textos e ações do movimento feminista francês” (Joana PEDRO; Cristina WOLFF, 2007, p. 62). O boletim era publicado pela primeira organização de brasileiras em Paris, o Grupo Latino-americano de Mujeres em Paris, que surgiu em 1972, com Danda Prado (Yolanda Cerquinha da Silva Prado) como uma das principais articuladoras, contando com mulheres latino-americanas de várias origens, e funcionava como grupo de discussão e de reflexão feminista. O boletim *Nosotras* circulou entre 1974 e 1976 e contou com um total de 26 edições. (Joana PEDRO; Cristina WOLFF, 2007).

Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por uma história decolonial: Gênero, raça e classe na América Latina. Eduarda Guerra Tostes; Lavínia Renata de Oliveira Turqueti; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2022. 926 p.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: EdUSP, 2003.

LEITE, Rosalina De Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, jan-jun/2003, p. 234-241.

LOZADO, Vitória Ferraz. **Mulheres (e) intelectuais em Versus (1975-77)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, 2020.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. O feminismo e a vitória do neoliberalismo. In: SCHPUN, Mônica Raísa (Org.). **Gênero sem fronteiras**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.

_____. Feminismo e política: dos anos 60 aos nossos dias. **Estud. sociol.**, Araraquara, v.17, n.32, 2012, p.107-121.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, jan.-jun. 2007, p. 55-69.

VASCONCELOS, Nayara Maria. Nós Mulheres: reflexões sobre o jornalismo feminista malcomportado. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, **XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste** – Vitória, ES – 13 a 15 de maio de 2010.

Joanna Paula Manso de Noronha e o Jornal das Senhoras: Imprensa feminina no Brasil Oitocentista

Luana da Silva Reis¹⁵³

Resumo: O intuito deste trabalho é expor as reflexões obtidas através da análise do periódico carioca *Jornal das Senhoras*, fundado no ano de 1852, e que foi durante muito tempo considerado o primeiro periódico feminino brasileiro. A pesquisa voltou-se aos seus seis primeiros meses de publicação, quando ele esteve sob o comando da argentina Joanna Paula Manso de Noronha. Dedicando atenção especial à vida da redatora chefe, como os eventos pessoais da autora impactaram na sua produção, e a abordagem das temáticas de emancipação e educação feminina no jornal.

Palavras-chave: Imprensa feminina, *Jornal das Senhoras*, Joanna Manso.

Abstract: The purpose of this paper is to present the reflections obtained through the analysis of Rio de Janeiro periodical, *Jornal das Senhoras*, founded in 1852, which was for a long time considered the first Brazilian women's periodical. The research focused on its first six months of publication, when it was under the command of the Argentine Joanna Paula Manso de Noronha. Special attention was given to the life of the editor-in-chief, how the author's personal events impacted her production, and the approach to the themes of emancipation and female education in the newspaper.

Key Words: Women 's Press, *Jornal das Senhoras*, Joanna Manso.

INTRODUÇÃO:

O século XIX representou um período de grande expansão da imprensa brasileira e da imprensa feminina no país, contando com a emergência “*tanto de discursos legitimadores do status quo patriarcal, quanto posicionamentos incisivos em prol da ampliação de direitos*” (RAMOS, 2016, p.1). O estudo dessa imprensa é, assim, muito importante para entender esse período histórico e a inserção das mulheres nesse veículo.

Compreendemos aqui, por imprensa feminina a definição trazida pela historiadora Constância Lima Duarte, que diz de uma imprensa “*que se define pelo sexo de suas consumidoras*” (DUARTE, 2017, p.14), ou seja, aquela que é dirigida e pensada por mulheres e que também as tem como público alvo. Tais veículos tiveram grande influência na formação intelectual e cultural das suas leitoras, tratando de diversos temas, desde vestuário e arte até maternidade, casamento, moral, entre outros.

O presente trabalho, teve como intuito analisar o *Jornal das Senhoras*, semanário carioca fundado em 1852 e que durante muito tempo fora considerado o precursor da

¹⁵³ Licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail de contato: luanasilva181115@gmail.com.

imprensa feminina no Brasil¹⁵⁴, e também acompanhar a figura de sua criadora, a argentina Joanna Paula Manso de Noronha.

O periódico que contava com publicações aos domingos, circulou durante quatro anos, tendo sua última publicação em 30 de dezembro de 1855, sob a promessa de retornar no próximo ano, mas no entanto, a mesma não se concretizou. Além do comando de Joanna Manso como redatora-chefe, que ficou no cargo por seis meses, o jornal passou por outras duas direções: Violante Atabalipa Ximendes Bivar e Velasco e Gervásia Nunésia Pires dos Santos Neves (DUARTE, 2017). Todos os exemplares os 209 exemplares do *jornal* encontram-se disponíveis para consulta na Hemeroteca Digital Brasileira¹⁵⁵.

A pesquisa teve como principal fonte os seis primeiros meses de publicação do *Jornal das Senhoras*, quando ele era assinado por Joanna Manso de Noronha, contando com a leitura na íntegra dos 27 exemplares que compreendem o período, que vai desde a primeira edição datada de 01 de Janeiro de 1852, no qual Joanna se apresenta como redatora, até a nº 27, publicada no dia 04 de Julho do mesmo ano, quando ela é substituída por Violante Velasco.

Pretendia-se compreender como um jornal comandado por mulheres e tendo como marca o apelo ao público feminino, estabeleceu-se num cenário dominado por homens. É importante pensar que, naquele momento, grande parte da sociedade defendia a escolarização e o letramento apenas para meninos. Mesmo posteriormente, quando a defesa da educação feminina ganha espaço entre os setores conservadores da sociedade, ela se faz no intuito de que as mulheres se tornem boas mães e esposas, como analisa a autora Emery Marques Gusmão (2012, p.270).

(...) embora negassem a igualdade de direitos de homens e mulheres,
defendiam a extensão a estas últimas ao letramento, do domínio de línguas estrangeiras, de habilidades de conversação e desenvoltura social, a fim de que pudessem cumprir bem as funções de mãe e esposa nas sociedades urbanas.

Para além dos desafios impostos pelo conservadorismo da sociedade, o trabalho visa identificar quais outros desafios foram enfrentados por essas mulheres e seus periódicos ao longo de suas publicações. Nesse sentido, pretende-se abordar ainda a existência de discursos emancipacionistas no *Jornal das Senhoras*, bem como na vida de

¹⁵⁴ Segundo Constância Lima Duarte (2017), uma das primeiras iniciativas femininas que se tem notícia surgiu em Porto Alegre no ano de 1833 tendo como responsável Maria Josefa Barreto, Belona Irada contra os secretários de Momo e Idade d'Ouro, ambos discutindo questões políticas.

¹⁵⁵ Disponível em: << <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/jornal-senhoras/700096> >>. Acesso em 10 Nov. 2022.

suas autoras e a sua recepção frente à sociedade da época, e promover um debate entre a condição social das mulheres do período, abarcando as relações de gênero e trabalho.

Ademais, a fim de compreender o alcance e a recepção do periódico, foi dada atenção especial também às correspondências de suas leitoras que eram publicadas pelo próprio jornal.

Feitas essas considerações, é necessário enfatizar alguns questionamentos que orientaram a pesquisa: Como as autoras abordaram ao longo do periódico as funções sociais das mulheres; Se existiu de fato um discurso emancipatório no jornal; Como o tema do trabalho feminino aparecia no *Jornal das Senhoras* e por fim Como o *Jornal das Senhoras* era mantido financeiramente, para compreender se era possível enxergá-lo como uma fonte de renda para suas colaboradoras.

Para responder a tais questionamentos o texto se dividirá nas seguintes partes, uma primeira dedicando atenção especial à vida de Joanna Manso e outra abordando o *Jornal das Senhoras* e seus discursos sobre emancipação feminina e educação.

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Antes de partirmos para a vida e a obra de Joanna, é necessário salientar que *O Jornal das Senhoras* já foi objeto de estudo de alguns trabalhos acadêmicos sob as mais variadas perspectivas, como na dissertação da historiadora Monique Ribeiro Montilha, que trouxe o tema das "*imagens do feminino nos romances de folhetim veiculados no periódico carioca*", onde ela se propunha pensar justamente como eram representadas as funções sociais das mulheres da época.

Ele também é mencionado por Constância Lima Duarte, em seu livro "*A história da Imprensa Feminina e Feminista no Brasil do século XIX*", onde a autora faz um apanhado dos principais jornais e revistas do período que tinham a mulher como público alvo. Ela comenta sobre como Joanna se destacava:

(...) enquanto os outros se preocupavam em distrair a mulher que permanecia em casa, *O Jornal das Senhoras* assumiu um discurso emancipacionista, incentivando as mulheres a buscarem instrução e se conscientizando do seu valor (DUARTE, 2017, p.118).

Além disso, podem ser encontrados trabalhos em outras áreas, que analisam, por exemplo as escolhas escolhas linguísticas das autoras ao referirem-se a suas leitoras, como é o caso do texto "*O ethos discursivo em O Jornal das Senhoras*", do autor Sandro Luis Silva. Ao examinar o periódico número 08, o autor afirma que "*a análise do discurso do corpus constatou que a voz da enunciativa revela não só a consciência da realidade em que estava inserida, como também a necessidade de se lutar pelos direitos das mulheres*" (2019, p. 182).

Nesse sentido, o presente trabalho dialoga com a historiografia que vem se dedicando aos estudos de gênero e de história das mulheres no século XIX. Paralelamente, também se baseou na bibliografia a respeito da Imprensa do século XIX, como a historiadora Constância Lima Duarte, que conta com um grande trabalho a respeito da Imprensa feminina e feminista no período estudado.

Mais do que um estudo descritivo, o presente trabalho buscou compreender, a partir das linhas da imprensa, se o discurso trazido pelas autoras do *Jornal das Senhoras*

de alguma forma representava uma “ruptura” nas ideias comuns da sociedade quanto às mulheres, se ele ultrapassava a defesa de uma educação moral, ou mesmo se esse discurso potencializava novas formas de liberdade para as leitoras e novos horizontes.

QUEM FOI JOANNA PAULA MANSO DE NORONHA?

Segundo consta no site dedicado à vida e as obras de Joanna Paula Manso¹⁵⁶, ela nasceu em Buenos Aires, no dia 26 de junho de 1819. Era filha de José Maria Manso e Teodora Cuenca, que emigraram para o Uruguai em 1839 por conta das pressões políticas sofridas pelo pai, que era militante contrário ao governo de Juan Manuel de Rosas. Lá escreveu poesia, atuou na imprensa e fundou uma escola para meninas.

Ainda motivada por razões políticas, desta vez por conta do decreto de Estado de Sítio em Montevideu, Joanna e sua família foram obrigados a emigrar para o Brasil em 1842. Depois de dois anos, ela casou-se com o violinista português Francisco de Sá Noronha, com quem teve duas filhas, Eulália e Hermínia. Naturalizou-se brasileira para tentar ingressar na Escola de Medicina para seguir carreira na obstetrícia, mas foi rejeitada por ser uma mulher.

Joanna passou os próximos anos escrevendo romances e teatros, até que, no ano de 1852, fundou o Jornal das Senhoras, no Rio de Janeiro, onde permaneceu por seis meses na direção. No ano seguinte à fundação do jornal, o marido a abandona e volta para Portugal com a amante. Após a morte do pai e a separação, Joanna Manso retornou com suas filhas para a Argentina, de acordo com o site, ela estaria “*humillada y sola a cargo del sostén de sus hijas, decide retornar a Buenos Aires, con la esperanza de servir a su patria, luego de la caída de Rosas*” (DE GIORGIO, s/p, 2010?).

Em 1854, fundou o periódico Album de Señoritas e ministrou aulas de francês, inglês e italiano para angariar renda. Nesse retorno vivenciou muitas dificuldades para manter-se, pois, além de defender ideias que não eram bem aceitas pela sociedade da época, carregava o estigma de ser uma mulher separada do seu marido.

Joanna Manso faleceu em 24 de abril de 1875, em Buenos Aires, deixando uma produção extensa, que inclui romances, poemas, artigos jornalísticos, entre outros. Jornalista, escritora e dramaturga, Joanna é apontada pela historiadora Bárbara Figueiredo Souto (2020), como “uma intelectual feminista transnacional” por conta de suas obras que atravessaram as fronteiras da América do Sul.

Segundo a pesquisadora, a bagagem cultural propiciada por essas experiências e o acesso a diferentes elementos ao longo da vida permitiram um amadurecimento intelectual da autora, que pode ser verificado analisando sua produção, muito impactada pelos seus eventos pessoais.

¹⁵⁶ O presente levantamento foi possível a partir dos dados oferecidos pelo site Juana Manso, (DE GIORGIO, 2010?). Disponível em: <https://www.juanamanso.org/>. “El sitio juanamanso.org nace en 2010 para impulsar la figura de Juana Manso y poner de relieve la dimensión real de su obra a través de la digitalización de sus escritos y una amplia recopilación de contenidos que se actualizan en forma permanente”.

No decorrer de seu trabalho no *Jornal das Senhoras*, Joanna vai alargando os horizontes possíveis para suas assinantes, que passam inclusive a escrever para o jornal, e isso é algo que merece destaque, pois numa sociedade onde era desejado que a mulher ocupasse apenas o espaço privado, a ideia de criar um jornal onde se divulgam textos escritos por mulheres e direcionados ao público feminino já é um ato subversivo. Ao publicar seus contos, poemas e críticas, Joanna dá voz a essas mulheres, e mostra a elas a escrita como uma forma de emancipação.

Porém, de que mulheres estamos falando de fato? Ao enunciar que era esperada uma certa postura por parte delas no século XIX, trabalhamos aqui com um recorte específico, falamos de mulheres brancas e que integram uma elite. O Brasil de meados do século XIX é

um país escravista e as mulheres negras, cativas ou livres, não ocupam o mesmo universo que

as primeiras citadas. Ainda assim, mesmo estando em posição privilegiada em detrimento das outras, seja pelas questões de raça ou/e classe, elas ainda são mulheres. As questões de gênero têm grande peso nesse período, os poderes político e econômico ainda estão centrados nas figuras masculinas, que dominam os ambientes públicos e privados, e a igualdade de direitos está longe de ser alcançada.

No caso de Joanna especificamente, embora ela se encontre numa situação de distinção por conta do acesso à educação, ela não faz parte de uma elite econômica. Suas obras literárias e seu trabalho com a imprensa, mais do que espaços para difundir suas ideias, são sua maneira de sobreviver. É necessário compreendê-la como uma mulher que está se esforçando para criar suas filhas e perceber o jornal como uma fonte de renda, num período onde os grandes veículos de imprensa, em sua maioria, são comandados por homens.

O JORNAL DAS SENHORAS

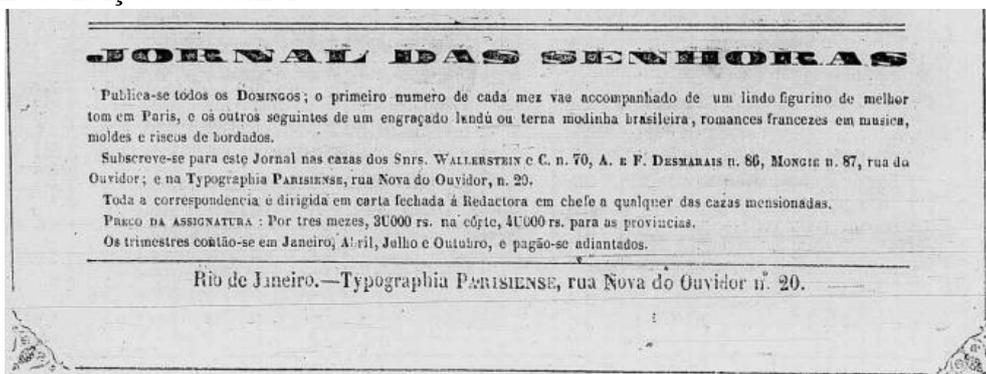
O *Jornal das Senhoras* chegou ao Rio de Janeiro numa quinta-feira, no dia 01 de Janeiro do ano de 1852, e trazia como proposta as suas futuras assinantes tratar de “Modas, Litteratura, Bellas-Artes, Theatros e Crítica”, como estampado em sua capa na figura 1. O periódico, que circulou durante quatro anos na capital, comumente era distribuído aos domingos, e aos poucos foi alcançando destaque entre as assinantes, sob o preço trimestral de 3U000 rs naCorte e 4U000 rs nas províncias, que deviam ser pagos adiantados segundo as condições do jornal que encontravam-se sempre na última página do impresso (Figura 2).

Figura 1. Capa do Jornal



Fonte: JORNAL DAS SENHORAS, 15 de Fevereiro de 1852, p. s/p

Figura 2. Condições do Jornal



Fonte: JORNAL DAS SENHORAS, 15 de Fevereiro de 1852, p. 12.

Nele, a redatora e suas colaboradoras, em sua maioria anônimas, escreviam textos sobre os mais diversos temas, desde o cotidiano da sociedade fluminense, trajes de baile, eventos e poemas, até artigos contestando as normas da época em que viviam.

A seção dedicada a moda, que estampava a primeira página, normalmente falava não somente das vestes das damas cariocas, mas uma vez ao mês contava com a estampa de um figurino que seguia tendências parisienses, como afirmava a edição de número 04.

Nossos figurinos são expressamente feitos em Paris para o nosso jornal; cada um deles há de apresentar-vos um dos toilettes de melhor tom isto é, um toilette que o bom-tom de Paris escolheu com preferência entre outros muitos, e mais ainda:, eles terão de apresentar-vos muitas vezes modas, enfeites e fazendas, que Paris ainda as tem de usar na primavera deste ano.¹⁵⁷(JORNAL DAS SENHORAS, 1852, s/p, adaptado).

Além do tema, o Jornal sempre contava recorrentemente com seções contendo partituras de músicas, poemas, além de fragmentos do romance intitulado *Misterios del Plata*, escrito e traduzido para o espanhol por Joanna.

Aos poucos o Jornal das Senhoras passou a contar também com a participação das assinantes que enviavam correspondências à redação, e elas por vezes eram publicadas trazendo inclusive reivindicações de suas leitoras. Como foi o caso da edição número 13 do ano de 1852, onde uma assinante escreveu ao jornal para problematizar a falta de oferta de ensino a pessoas com deficiência no Império. O artigo, que tinha o título “Interessante comunicado”, emitia a seguinte mensagem:

Sra. Redactora em chefe. — Sendo este periódico dedicado às senhoras, parece-me ser próprio para dar notícia, de uma jovem pernambucana, surda e muda de nascimento, que toca piano forte, (...)Principiou a aprender música há dois anos com o bem conhecido professor italiano, o Sr. Joseph Facchinetti,' (...)Sei que em várias nações da Europa, e nos Estados-Unidos, existem aulas para o ensino dos surdos, mudos, e do-cegos, e que alguns deles têm feito admiráveis progressos, mas não tenho notícia de que, no Brasil, antes do Sr.Fachinetti, alguém se dedicasse a este gênero de ensino.¹⁵⁸(JORNAL DAS SENHORAS, 1852, p. 103. adaptado).

A assinante que escreve anonimamente comenta sobre o caso de uma jovem de Pernambuco, que mesmo sendo surda aprendeu a tocar piano com o auxílio do professor italiano Joseph Facchinetti e tece uma crítica a falta de ensino adequado para pessoas com deficiência no período imperial, uma vez que, segundo ela, fora do Brasil, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, haveria muito progresso nessa área .

Embora tenha contado com o apoio de suas assinantes, como em qualquer outro veículo sua aceitação não era unânime. Joanna enfrentava opiniões negativas a respeito de seu trabalho, que por vezes iam de encontro aos pensamentos conservadores da época. No dia

¹⁵⁷ JORNAL DAS SENHORAS,p. 26. 25 de Jan, 1852.(adaptado). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/pdf/700096/per700096_1852_00004.pdf>>, acesso em 12 de nov, 2022.

¹⁵⁸ JORNAL DAS SENHORAS, 27 mar, 1852. (adaptado). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/pdf/700096/per700096_1852_00013.pdf>>, acesso em 12 de nov, 2022.

08 de fevereiro de 1852, a autora publicou uma resposta a uma carta anônima de um homem que tecia críticas ao jornal após a publicação de seus escritos sobre a mulher e sua concepção acerca da necessidade da emancipação feminina. Apesar de não se ter acesso ao conteúdo da carta, o autor, segundo Joanna, chamava suas ideias de subversivas, ao que a redatora respondeu da seguinte maneira.

Antes da publicação do segundo número do Jornal das Senhoras, recebi com efeito uma carta assinada—O homem.—Atacavam-se nessa carta idéias que ainda não tinham sido expostas por mim, chamava-se subversivas as doutrinas, que ainda não tinham visto a luz do dia (...) Sois modesto por demais senhor, em suportes que a minha declaração de emancipação da mulher, me fosse arrancada pela vossa carta ; embora algum período dessa mesma declaração assim vós fizeste supor; vossa carta em comparação à obra colossal a que me tenho proposto, é apenas mais um espinho na carreira perigosa que venho empreendendo há 10 anos”. Confessa que se tivésseis à vossa disposição as torturas e as fogueiras da inquisição já eu tinha provado: o fogo, a água,—a cadeira, o potro, os animais, e por ti eu estava a esta hora carbonizada.(...) Porque considerando o matrimônio, não como uma venda iulamante do corpo e da alma da mulher, dessa a quem Deus tanto distinguiu fazendo dela a Mãe, porque considerando o matrimônio simplesmente como um contrato social, quiz que a mulher entrasse no gozo de seus direitos, que a bondade de Deus lhe doou, e que o estúpido egoísmo do homem lhe nega.¹⁵⁹(JORNAL DAS SENHORAS, 1852, p. s/p. adaptado)

Podemos perceber a força de um discurso religioso muito presente em suas obras, em especial em sua defesa por uma "Emancipação Moral". De religião católica e convertida ao protestantismo perto do fim de sua vida, Joanna sempre alia a maternidade ao divino e reforça a importância do papel de esposa e mãe da mulher, inclusive para o progresso do país.

Contudo, ao apoiar-se em sua carreira dizendo "*vossa carta em comparação à obra colossal a que me tenho proposto, é apenas mais um espinho na carreira perigosa que venho empreendendo há 10 anos*", a redatora evoca a legitimidade de sua profissão, e cruza uma linha entre o ambiente doméstico e o privado. Joanna não é apenas mãe e esposa, também é a jornalista que busca através da escrita instruir outras mulheres.

Joanna Paula Manso de Noronha deixa a direção do jornal seis meses após sua estreia, não se tendo registros do motivo de sua partida. Uma das hipóteses é de que após a separação

¹⁵⁹ JORNAL DAS SENHORAS, 08 fev, 1852. (adaptado). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/pdf/700096/per700096_1852_00006.pdf>> , acesso em 12 de nov, 2022.

do marido e o falecimento de seu pai, ela não tenha conseguido se manter no Rio de Janeiro, e portanto tenha optado por retornar para a Argentina, onde com a ajuda das suas aulas de idioma, tentaria criar suas filhas.

Uma de nossas questões no início do trabalho foi justamente essa, o *Jornal das Senhoras* conseguiu ser uma fonte de renda para Joanna? e a resposta é não. O momento da fundação do jornal ainda é um momento inicial no processo de desenvolvimento da imprensa brasileira. Segundo a autora Joelma Varão Lima (2010), o custo do maquinário importado para gráfica, sua manutenção e a mão de obra qualificada para operá-lo eram muito caros, dificultando a fabricação em grande escala e fazendo com que a produção jornalística fosse quase artesanal. De modo que em muitos era mais provável que Joanna tivesse que fazer uso de suas economias para mantê-lo, ao invés de manter-se dele.

Sem um pronunciamento oficial da redatora, o periódico do dia 04 de Julho, se inicia com um texto denominado “Às nossas assinantes”, onde Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Vellasco comunica a saída de Joana, tece elogios a sua trajetória no comando do jornal e se apresenta como a nova redatora chefe:

Completará no 1º dia do corrente mês, seis meses da existência do *Jornal das Senhoras*, que, sob a chefia da redação com a ilustríssima Sra. D. Joanna Paula Manso de Noronha radiante e esbelta, vos representou com tão longo espaço. Motivos, porém, imperiosos obrigam à dita nossa ilustríssima amiga a atender a outros deveres, por conseguinte a não dirigir redação deste periódico. Sobre mim recaiu a escolha para tão pesado encargo, e mesmo com os conhecimentos e ilustrações que adornam a ilustríssima Sra. D. Joanna, eu encaminharei todos os meus esforços para imitar e seguir a senda que se ela traçou na redação deste jornal, que no espaço de seis meses vos ofereceu 215 páginas de impressão-- mais do que houvera prometido, contendo elas artigos originais sobre a educação da mulher, seus deveres e posição social, e muitos outros, morais e religiosos; muitas poesias, e artigos sobre modas, teatros, belas artes, e um lindo romance ¹⁶⁰(JORNAL DAS SENHORAS, 1852, p. s/p, adaptado)

Violante anuncia às assinantes do *Jornal das Senhoras* que foi escolhida para ocupar a função de redatora chefe, e que fará o possível para seguir o exemplo de Joanna Manso que, segundo ela, era adornada de conhecimentos e ilustrações. Entendendo o momento de transição das redadoras do jornal como uma alteração relevante na trajetória do periódico, e considerando o intuito de um trabalho de monografia, foi escolhido essa para ser a última edição analisada neste trabalho.

EMANCIPAÇÃO MORAL FEMININA E EDUCAÇÃO

Para falarmos do tema da “emancipação feminina”, é essencial termos em mente que no século XIX a ideia em torno de emancipação não é a mesma que temos na

¹⁶⁰ JORNAL DAS SENHORAS, 04 de jul, 1852. (adaptado). Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/700096/per700096_1852_00027.pdf>. Acesso em: 12 de nov. 2022.

atualidade. Hoje em dia esse conceito foi muito impactado pelo movimento feminista, e diz de combate a desigualdades de gênero, luta pela conquista de direitos e libertação das opressões. No período, ela vai estar vinculada a noção de ilustração, e não de autonomia e liberdade econômica, como atenta Monique Ribeiro Montilha:

A ideia de emancipação feminina no século XIX é distinta dos séculos XX e XXI, estando esta ligada à instrução, figurando o direito à instrução básica e ao refinamento social como fatores de progresso social inerentes ao processo civilizador. (MONTILHA, 2020, p.121).

O tema da emancipação moral feminina foi muito frequente nos meses em que Joanna Manso esteve à frente do *Jornal das Senhoras*, e refletia uma preocupação de suas escritoras, que era a de oferecer ilustração adequada às mulheres, preocupação esta compartilhada por outros tantos periódicos direcionados ao público feminino na mesma época. Mas de onde vem essa necessidade de se instruir as mulheres da elite fluminense e do Brasil de forma geral?

É necessário compreendermos que o Rio de Janeiro, a então Capital do Império no século XIX, vinha sofrendo uma série de transformações estruturais e que elas afetaram a dinâmica da sociedade oitocentista. Em seu texto, ao discutir os impactos do processo de urbanização nas mudanças do cotidiano, como essas mudanças afetaram as mulheres do período e como o tema era abordado na imprensa, Joelma Varão Lima enuncia que

A interiorização da vida no lar ocorreu concomitantemente à abertura das casas das elites para a apreciação pública por um círculo restrito de pessoas, geralmente familiares, parentes e amigos. Assim, as salas de visitas e os salões, espaços intermediários entre a casa e a rua, foram abertos para a realização de saraus noturnos, jantares e festas, que passaram, então, a ser realizados de tempos em tempos. Nesses locais se ampliava a ideia de intimidade, e a família, sobretudo a mulher, submetia-se à opinião e avaliação dos outros. (LIMA, 2011, p.231)

A autora defende que no mesmo período em que essas mulheres começam a ganhar mais espaço público, também aumentam sobre elas a vigilância, seja pelos pais, maridos e pela sociedade de forma geral. De modo que segundo Lima (2011), *“fazia-se necessário que essas mulheres aprendessem a se comportar em público de maneira educada”* (p.232).

Nesse sentido, conseguimos compreender as escolhas de conteúdo apresentadas no *Jornal das Senhoras*, (e de tantos outros periódicos que o seguem), os romances, as partituras, os moldes para figurinos *“apropriados para damas”*, e todos os artigos tratando sobre a educação feminina, o papel da mulher, entre outros. Na edição de número

02, datada de 11 de janeiro¹⁶¹ Joanna apresenta uma discussão do tema às suas assinantes, fala de como era imprescindível oferecer instrução às mulheres para que se atingisse o progresso e de como isso afetava os homens.

(...) O que vem a ser essa tal emancipação moral da mulher? 'Eu vo-lo digo: É o conhecimento verdadeiro da missão da mulher na sociedade ; é o justo gozo dos seus direitos, que o brutal egoísmo do homem lhe rouba e dos quais a deserdar, porque tem em si a força material, e porque ainda se não convenceu que um anjo lhe será mais útil que uma boneca.
 (...) Sim, a mulher conhece a injustiça com que é tratada, e reconhece perfeitamente a tirania do homem; não é a elas a quem temos de convencer da necessidade de sua emancipação moral.
 Mas enquanto a educação do homem não se reformar, enquanto ele considerar a mulher como a sua propriedade nada teremos feito (...).
 (JORNAL DAS SENHORAS, 1852, s/p).

A existência de periódicos escritos e(ou) direcionados ao público feminino vai representar uma via de denúncia e de resistência das mulheres que integravam a sociedade nos oitocentos. O acesso à leitura e à escrita configuraram uma grande mudança na vida dessas mulheres do século XIX , pois “*lhes deu consciência do estatuto de exceção que ocupavam no universo de mulheres analfabetas, da condição subalterna a que o sexo estava submetido*”(DUARTE, 2017, p.14).

Como visto anteriormente, começava-se a encarar a instrução como uma necessidade das mulheres do período, até mesmo para que a educação masculina não fosse prejudicada, como explica Monique Ribeiro Montilha (2015, p.86)

Ora, se era trabalho das mãos femininas educar as crianças (meninos e meninas) era necessário que as mulheres fossem antes também educadas. Ou seja, educar a mulher era necessário, mesmo porque eram elas as responsáveis pelas primeiras instruções dos homens.

Ainda assim, aos poucos os debates em torno do acesso à educação feminina vão ganhando espaço, juntamente com o aumento no número de meninas e mulheres alfabetizadas. No entanto, apesar do crescimento do letramento feminino, haviam poucas políticas que incentivassem e garantissem o acesso das meninas às escolas da época (MONTILHA, 2015).

¹⁶¹ JORNAL DAS SENHORAS, 11 de jan. 1852. (adaptado). Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/pdf/700096/per700096_1852_00002.pdf>>. Acesso em: 12 de nov. 2022.

Joanna Manso sempre mostrou um grande interesse pela temática da educação, além de participar de diversas discussões públicas sobre o tema. A autora chegou até a fundar uma escola para meninas no Uruguai, como mencionado anteriormente. Ao longo das suas publicações, o *Jornal das Senhoras* abordou por várias vezes a questão da educação feminina, pois as autoras sempre vincularam-a à ideia de emancipação.

A edição de nº 9, datada do dia 29 de Fevereiro de 1852, traz um artigo intitulado “*Estudos sobre a educação das meninas*”, onde a autora faz uma denúncia sobre o atraso dos métodos educacionais no país e sobre como o modelo de ensino do período ainda era excludente para com as meninas mais pobres, que não podiam contar com os pensionatos e defendia um nivelamento do ensino, quando fosse possível.

Felizmente a maior parte das meninas hoje são pensionistas/porque seus pais podem despender para isso; mas as meninas pobres, essas que não tem colégios gratuitos, tem as aulas públicas das freguesias para onde vão de manhã e de tarde, ou pequenas escolas onde ainda se ensina pelo ramerrão do Padre ignacio; tudo isto devia reformar-se,tudo isso, dizemos, deve praticar um só e único método de educação¹⁶². (JORNAL DAS SENHORAS, 1852, s/p, adaptado)

Joanna Paula Manso de Noronha manteve sua preocupação com a educação até o fim de sua vida. Segundo a biografia apresentada no site dedicado às suas obras, com seu retorno à Argentina, ela continuou publicando textos de cunho pedagógico difundindo suas ideias e inspirando novas formas de se pensar o ensino. Enfrentou por vezes a repressão popular e a censura, tendo trabalhos recolhidos por serem considerados subversivos. Contudo, graças aos estudos recentes, sua figura ganhou reconhecimento em sua pátria, seus restos mortais foram levados ao “*Panteão de Mestres de la Chacarita*”. Joanna é tema de vários trabalhos acadêmicos, um grande número de escolas e institutos levam seu nome e outras tantas lhe prestam homenagem. Em 2020, o ministério da Educação argentino criou a plataforma educativa federal Juana Manso, que reúne várias de suas obras (DE GIORGIO, 2010?).

Podemos constatar, a partir das posições de sua criadora, que o *Jornal das Senhoras* tinha um posicionamento em favor da emancipação feminina, assim como uma defesa contundente da educação das mulheres, algo que se estende para além do jornal na vida de Joanna Manso. No entanto, não era uma emancipação que rompesse com certos valores da época, com a autora ainda defendendo a posição da mulher enquanto mãe e esposa.

CONCLUSÃO

O Brasil oitocentista vivenciou uma série de transformações estruturais e de mentalidade e a imprensa teve papel importante na divulgação de novos modelos de conduta.

¹⁶² JORNAL DAS SENHORAS, p. 64 e 65, 29 de fev, 1852.(Adaptado). Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/700096/per700096_1852_00009.pdf>, acesso em 12 nov. 2022.

O *Jornal das Senhoras*, um dos grandes nomes do periodismo feminino no Brasil, inspirou muitos dos futuros periódicos e constitui uma fonte importante para a historiografia e para os estudos de gênero a respeito da imprensa nesse período.

A figura de Joanna Paula Manso de Noronha também é fascinante e compreendê-la é ouvir a voz por trás do jornal. Trata-se de uma mulher que em meio aos oitocentos se propõe a criar um jornal, trabalhando por vezes temas polêmicos e abrindo espaço para que outras mulheres participassem das discussões.

Em sua trajetória temos uma mulher que passou a vida se reinventando. Sofreu migrações por questões políticas, enfrentou o abandono e a separação do marido, se dedicou a diversas atividades para tentar criar suas filhas, sem nunca deixar de defender aquilo que acreditava.

Numa das publicações do *Album de Señoritas*, disponível no site em sua homenagem, é possível encontrar um trecho onde, ao lamentar a baixa adesão de seu novo periódico, Joanna relembra o acolhimento que tivera na imprensa brasileira

“Não me poupei a sacrifícios para lhe dar vida e consistência. ... Toda a minha ambição era fundar um jornal inteiramente dedicado às senhoras, e cuja única missão era ilustrar; tinha conseguido isso no Rio de Janeiro, onde "O Jornal das Senhoras" está no terceiro ano da sua publicação. A simpatia que recebi naquele tribunal, os testemunhos de deferência e apoio com que fui favorecida, induziram-me a esperar o mesmo no meu país Infelizmente as minhas esperanças eram flores fugazes, que o vento de decepção soprou quando eu as quis abrir. (DE GIORGIO, 2010, traduzido do espanhol)

Como vimos, Joanna enfrentou muitos obstáculos ao voltar para a Argentina, o fracasso de seu novo periódico, a dificuldade em arranjar emprego, as censuras das suas obras, mas nunca abandonou a escrita e suas ideias. O presente trabalho e os tantos outros que analisam sua vida e sua produção são a prova da sua importância para a historiografia a respeito da imprensa e para a imprensa feminina no século XIX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes:

DE GIORGIO, María Julia. Blog: Juana Manso. 2010? . Disponível em: <https://www.juanamanso.org/>. Acesso em: 08 de nov. 2022.

JORNAL DAS SENHORAS. **As nossas assinantes**, Rio de Janeiro, nº27 (1), p. s/p, 12 de nov. 1852. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/700096/per700096_1852_00027.pdf. Acesso em: 12 de nov. 2022.

JORNAL DAS SENHORAS. **Emancipação da mulher**, Rio de Janeiro, nº02 (1), p.12-14. 11 de jan. 1852. Disponível

em:http://memoria.bn.br/pdf/700096/per700096_1852_00002.pdf. Acesso em: 12 de nov. 2022.

JORNAL DAS SENHORAS. **Estudos sobre a educação das meninas**. Rio de Janeiro, nº9(1), p. 64-65, 29 fev. 1852. Disponível em:http://memoria.bn.br/pdf/700096/per700096_1852_00009.pdf. Acesso em: 12 de nov. 2022.

JORNAL DAS SENHORAS. **Interessante comunicado**, Rio de Janeiro, nº13(1), p.103, 27 mar. 1852. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/700096/per700096_1852_00013.pdf. Acesso em: 12 de nov, 2022.

Bibliografia:

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa Feminina e Feminista no Brasil: Século XIX - Dicionário Ilustrado**. 1 Ed. 1 reimp. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

GUSMÃO, Emery Marques. **Debates sobre educação feminina no século XIX: Nísia Floresta e Maria Amália Vaz de Carvalho**. Est. Históricas, Rio de Janeiro: vol. 25, no 50, p. 269-289, jul/dez, 2012.

LIMA, Joelma Varão. **“Jornal das Senhoras”**: as mulheres e a urbanização na Corte. Cadernos CERU, 21(2), 227-240, 2010.

LIMA, Joelma Varão. **O Jornal das Senhoras, um projeto pedagógico: mulher, educação, maternidade e corpo - Rio de Janeiro na segunda metade do Século XIX**. São Paulo: PUC-SP, 2012. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

MONTILHA, Monique Ribeiro. **Imagens do feminino nos romances de folhetim do Jornal das Senhoras (1852-1855)**. 2015. 282 f. Dissertação (Mestrado em História Social do Território) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.

RAMOS, Paula da Silva. DUARTE, Constância Lima. **Imprensa Feminina e Feminista no**

Brasil: Século XIX - Dicionário Ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

SILVA, Sandro Luis. O Ethos discursivo em O Jornal das Senhoras: A voz feminina no século XIX. Pouso Alegre, MG, ano 5, no 9, jan-jun/2019.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. **Juana Manso: uma intelectual feminista transnacional** (Rio de Janeiro e Buenos Aires, 1852-1855). Dimensões, v. 45, jul.-dez. 2020, p. 53-83.

Simpósio Temático - Cinema, História e Memória: Por uma pesquisa com novas abordagens

“Young, scrappy and hungry”: a construção nacional estadunidense em “Hamilton: An American Musical”.

Maria Eduarda Taroco Vieira¹⁶³

Raquel Damasceno Martins dos Santos¹⁶⁴

RESUMO

O objetivo do presente artigo é analisar a narrativa apresentada pelo musical “*Hamilton: An American Musical*” à respeito da formação da nação estadunidense, focando principalmente nos eventos e nas canções que cercam o período da Guerra de Independência e os momentos que a seguiram. Num cenário de possibilidades de exploração de temáticas constroem-se relações, comparações e olhares voltados para os paralelos que compõem a historiografia relacionada a Independência das 13 colônias norte-americanas, em consonância com a conhecida e aclamada obra cultural. A partir da figura de Hamilton propagada pelo musical, uma análise é feita para entender o que está por trás das idealizações deste homem e de seus contemporâneos. Tendo como base a obra musical, assim como outras fontes documentais, tecem-se relações entre sujeitos, memórias, temporalidades e marcas de uma construção fragilizada que intenta parecer forte e consolidada a todo momento.

Palavras-chave: Alexander Hamilton, Construção dos Estados Unidos, Identidade, Narrativas, Memória, Cinema.

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the narrative presented by the musical “*Hamilton: An American Musical*” about the formation of the American nation, focusing mainly on the events and songs that surround the period of the War of Independence and the moments that followed. In a scenario of possibilities for exploring themes, relationships, comparisons and views are built on the parallels that make up the historiography related to the Independence of the 13 North American colonies, in line with the well-known and acclaimed cultural work. From the figure of Hamilton propagated by the musical, an analysis is made to understand what is behind the idealizations of this man and his contemporaries. Based on the musical work, as well as other documentary sources, relationships are woven between subjects, memories,

¹⁶³ Graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista do Laboratório de História Política e Social da UFJF. Pesquisadora do Grupo A Cidade e as Letras-Faculdade de Letras da UFRJ. E-mail: mariaeduarda.taroco@estudante.ufjf.br.

¹⁶⁴ Graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação, Currículo e Ensino de História (GEPACEH) coordenado pelo prof. Dr. Marcus Leonardo Bomfim Martins.

temporalities and marks of a fragile construction that tries to appear strong and consolidated at all times.

Keywords: Alexander Hamilton, Construction of the United States, Identity, Narratives, Memory, Cinema.

1. Introdução

O musical da Broadway “*Hamilton: An American Musical*” foi um fenômeno da cultura popular desde sua estreia em 2015, atraindo públicos de todos os tipos e revitalizando um interesse na história estadunidense e nos próprios musicais de palco. Um sucesso de bilheteria até hoje, o musical ganhou aclamação crítica e venceu 11 *Tony Awards*, incluindo o de Melhor Musical. Criada por Lin Manuel Miranda a partir da biografia de Alexander Hamilton escrita por Ron Chernow, a obra foi recentemente levada para o serviço de *streaming* “Disney+”, aumentando ainda mais seu sucesso. Toda essa aclamação e interesse público transformou “*Hamilton: An American Musical*” em um elemento central das discussões sobre a história da formação da nação estadunidense, colaborando para a perpetuação de visões específicas sobre o período.

Assim, a análise construída neste artigo, tem a intenção de explorar este ponto de vista instituído pelo musical a respeito da história de um dos Pais Fundadores e dos paralelos que pode-se traçar entre a ascensão de Hamilton e a formação da nação norte-americana. A partir de uma visão crítica, questionaremos as escolhas da narrativa, dos elementos musicais e do elenco original que, reunidos, ajudam a disseminar a visão de um país diverso formado por imigrantes.

O foco narrativo se dará sob entendimento de como “*Hamilton: An American Musical*” se aproxima ao mesmo tempo que se afasta da narrativa nacionalista idealizada que costuma permear o imaginário popular sobre o período de formação e construção do que chamamos de Estados Unidos da América. Não buscamos uma verificação total através de completa verossimilhança com a História, mas sim uma análise historiográfica que entenda e analise o musical como fonte sobre o período e sobre a atualidade e que, por isso, precisa ser comparada com outras e questionada sobre suas intencionalidades e contextos. É a partir desse movimento que relacionamos personagens, temporalidades e acontecimentos em paralelo a fontes históricas e tendo como base de análise a obra musical de Miranda e as perspectivas trazidas por ela e seu grande alcance de telespectadores.

2. Patriótica ou inovadora: a percepção da nação em “*Hamilton*”

A construção de sentimentos e noções nacionalistas no processo de formação e construção da Independência dos Estados Unidos é temática repleta de fluidez e que perpassa uma série de desconstruções e interpretações. Sob as óticas dos personagens que fizeram parte desses movimentos é possível analisar como perspectivas pessoais e análises individuais contracenam e contribuem na construção de uma história mais ampla. A partir da escolha do foco de análise na visão do político Alexander Hamilton, o musical se desenvolve numa perspectiva que intenta exaltar sua participação nos movimentos de independência e formação da nação, assim como sua vida pessoal e esforços que o levaram a ser quem se tornou.

Enquanto homem, enquanto cidadão e enquanto figura política, a todo momento a imagem de Hamilton imagem é vangloriada e os criadores parecem tentar colocá-lo num pedestal como uma figura que enfrentou muitas dificuldades, como a pobreza quando jovem e a morte do filho, mas que venceu por mérito de seu esforço, o epítome do *self-made man* estadunidense. Um exemplo disso pode ser encontrado logo no início da obra a partir do seguinte trecho da música “Alexander Hamilton”, “*Como é que um bastardo, órfão, filho de uma prostituta// E um escocês, nascido no meio de um esquecido// Local no Caribe pela providência, empobrecido, na miséria// Crescer para ser um herói e um estudioso?*”, ficando claro este sentimento e a tentativa de enaltecer o passado atribulado de Alexander que teria tornado sua “volta por cima” ainda mais impressionante

A última canção do musical “*Who Lives, Who Dies, Who Tells Your Story*”, que se propõe a fazer um apanhado geral da narrativa, representa Hamilton como um homem esquecido pela história estadunidense em comparação aos demais pais fundadores, porém parece ignorar a importância que ele recebe com sua figura estampada na nota de 10 dólares estadunidense Além disso, não leva em consideração a diferença da construção da memória de um herói da independência, como Simón Bolívar, para um grupo de “Pais Fundadores” onde “uma figura reforça a outra, afirmando a relevância de cada um no interior do grupo” (FREDRIGO; 2020: 17).

Porém, não é somente na figura do próprio Hamilton que a necessidade de glória é vista durante as cenas e músicas, a busca por mostrar uma representação idealizada da construção da nação é um dos pontos altos da peça. Esta é uma das questões que mais chamam a atenção devido às diferenças existentes entre a tentativa de colocar os Estados Unidos como uma nação forte e protagonista desde seu processo de independência, com a real estrutura fragilizada pela qual esse processo foi marcado. Em alguns momentos do musical pode-se encontrar um reconhecimento da fragilidade desse país em construção, como na canção “*Guns and Ships*” que começa com o seguinte trecho: “*Como um exército de voluntários esfarrapados// Que precisa de um banho// Dá um jeito de derrotar uma superpotência global?*”. O verso reconhece a fraqueza do exército revolucionário perante o do Império Britânico, mas o faz num tom de exaltação similar ao usado para descrever Hamilton na música “Alexander Hamilton”. Aqui também nota-se a necessidade de sublinhar a glória e o ineditismo, enaltecendo esse ato sem precedentes e que superou uma série de dificuldades através da engenhosidade de homens como Hamilton.

Em um artigo de opinião para o *The New York Times* intitulado de “O que “Hamilton” esquece sobre Hamilton”, Jason Frank e Isaac Kramnick fazem uma crítica à visão idealizada do personagem construída por Lin Manuel Miranda em seu musical. Para eles, a representação dele em músicas como “*My shot*”, “*eu sou igual ao meu país// Sou jovem, deslocado e faminto*”, apaga o lado elitista e antidemocrático defendido pelo pai fundador. Remetendo a canção “*Cabinet Battle #1*” onde Hamilton acusa Thomas Jefferson de sua incoerência por ser um dono de escravizados e ter escrito a Declaração da Independência que defendia a liberdade, os autores chamam a atenção para o fato de que Miranda peca ao não abordar as contradições de seu protagonista da mesma maneira. Segundo eles:

“Just as Jefferson’s republican championing of the people’s liberties depended upon his acceptance of a permanent underclass of slave laborers, so does Hamilton’s commitment to the success of the entrepreneurial self-made man depend upon his assumption that there would be a deferential political underclass to do the heavy work.”(FRANK, KRAMNICK; 2016:2)

A idealização não para na figura de Alexander Hamilton e a perpetuação da noção do excepcionalismo e do *American Dream* são visíveis. De acordo com Cristina Pecequilo, os primeiros estadunidenses “tinham uma consciência bastante específica de “estarem nascendo diferente” do resto do mundo conhecido” (PECEQUILO; 49), o que é perpetuado em uma série de momentos da obra de Miranda. Na música *“Yorktown (The World Turned Upside Down)”*, o espectador entra em contato com uma narração bastante detalhada da Batalha de Yorktown que, entre setembro e outubro de 1781, tradicionalmente marca o fim da Guerra de Independência. A própria construção musical da canção indica, em sua primeira metade, o caos da batalha e, em um segundo momento, a excepcionalidade do momento vivido pelas personagens. As escolhas nos arranjos dão ao momento da vitória um ar épico e que emociona o espectador e a noção de excepcionalismo descrita por Pecequilo fica claramente visível na frase “o mundo virou de cabeça para baixo” que representa a sensação de pioneirismo que permeia a mentalidade estadunidense.

Em sua dissertação, Sapouna Efthymia discute o tema da identidade americana e sua representação em musicais da Broadway. Em sua análise de *“Hamilton”*, ela descreve a obra como sendo parte da narrativa convencional da história americana, apesar de tentar parecer progressista e inclusiva. No centro de sua crítica está a perpetuação do *American Dream* através da figura de Alexander Hamilton que, com sua

“story of a self-made immigrant that builds himself from the bottom up and advances socially through his innate capabilities, such as brilliance and inventiveness, as well as hard work and self-reliance, incarnates the ultimate immigrant success story which aligns perfectly with the tenets of the American dream, namely the idea that any individual is given equal opportunities for prosperity and social mobility.” (EFTHYMIA; 2018: 22)

Isso fica bastante perceptível na música de abertura que diz *“O Pai Fundador na nota de dez dólares sem um pai // Chegou mais longe por se empenhar muito mais // Por ser mais inteligente // Por ser proficiente”*. Essa exaltação do *“self-made man”* é um traço marcante da identidade americana e é construída sobre o mito de que nesse “país de imigrantes” todos têm as mesmas oportunidades. O musical dá apenas mais voz a esse discurso patriótico ao apresentar o exemplo perfeito dessa narrativa: Alexander Hamilton. Para Efthymia essa narrativa sendo perpetuada por um musical tão popular tem um caráter perigoso pois poderá levar sua audiência imigrante e pobre a acreditar que, se não alcançaram a mesma posição de relevância que o bem sucedido Pai Fundador, falharam pessoalmente, retirando a responsabilidade do sistema e das circunstâncias externas.

O uso de melodias épicas, emocionantes e populares transforma momentos da história americana na narrativa grandiosa que a memória e historiografia patriótica sempre alimentaram e o espetáculo como um todo emociona seus espectadores que não conseguem evitar simpatizar com o desajeitado Pai Fundador da nota de dez dólares. O único tipo de nuance que o protagonista recebe são em seus erros na vida pessoal, como a traição da esposa, reservando suas incoerências para o espaço privado. Sua faceta política, por outro lado, é sempre a de honra e devoção ao projeto de nação que havia idealizado mesmo à custa de perdas pessoais, como na canção “*The Reynolds Pamphlet*” onde narra detalhadamente sua infidelidade para salvar sua reputação de acusações de corrupção. Apesar de ser um evento real da vida de Alexander Hamilton, a construção feita pelo conjunto do musical faz o espectador rapidamente perdoá-lo por ter traído Eliza, voltando a torcer pela reconciliação do casal.

Percebemos então que a narrativa promovida pelo musical é bastante tradicional e patriótica, pintando a figura do protagonista e da nação estadunidense na melhor das luzes. Apesar de ser um ponto de vista muito perpetuado dentro da historiografia mais clássica e da memória popular, nosso objetivo a seguir é o de entender como Alexander Hamilton entendia a nação em construção. Entendendo que o musical representa em detalhes muitos eventos cruciais, como a Batalha de Yorktown, faremos a seguir uma comparação com fontes históricas produzidas nesse período, principalmente as de autoria de Hamilton, para entender o que foi colocado em segundo plano pelo musical para a construção de uma narrativa específica. Ele descrevia a nação sempre de maneira positiva? Havia a necessidade de reiterar sua independência do resto do mundo devido a sua excepcionalidade?

3. “*Hamilton*” e as fontes históricas: o ressaltado e o apagado

A obra musical “*Hamilton*” precisa ser entendida como um produto cultural e que não garante a extensão crítica e científica de uma obra baseada em conteúdos que se comprometem totalmente aos registros históricos. Diante da sua posição, enquanto cultura *pop* e divulgadora de uma história pública, é possível entender e analisar as diferentes formas através das quais o uso de fontes históricas na construção do musical foram utilizadas e difundidas. Assim, através de passagens, recortes e perspectivas trabalhadas durante as apresentações musicais, podemos entender a sua importância enquanto fonte diante de um período composto por indagações, como o caso aqui analisado.

“Hamilton se encaixa em um nicho muito específico, não sendo totalmente uma coisa ou outra, mas cumprindo papel suficiente para, talvez, ser ambas. A intenção de Miranda em construir Hamilton de modo que fosse levado a sério por historiadores talvez seja o ponto mais importante, teoricamente, do musical.”(BIZI; 2019; 28)

O foco discursivo tomado pela imagem central de Alexander é a principal maneira encontrada pelos autores ao descrever a história, porém hábitos como este encontram críticas historiográficas diante de uma visão única voltada apenas por uma personalidade

e perspectiva. Como analisado por Ken Owen, para ele esse foco “significou que histórias populares exageraram a importância de indivíduos, às custas de entender a contribuição de Americanos menos celebrados ou o papel de processos sociais e históricos mais amplos” (OWEN;2016). Efthymia faz uma contribuição interessante ao criticar o elenco multiracial escolhido porque o, “*the parallelism between the multiethnic actors and the Founding Fathers downplays the crucial role black people played in the American Revolution, since it obliterates their existence in the actual historical narrative*” (EFTHYMIA; 19). Além disso, a repercussão do musical em relação a outros aspectos de uma narrativa superestimada também é alvo de críticas por parte de estudiosos e pesquisadores da área.

Para seguir uma lógica de análise entre o que é apresentado pelo musical, buscamos outras fontes que dizem respeito ao estudo historiográfico investigativo que permeia o período. A exemplo disso, a carta enviada por Hamilton ao Marquês de Barbé-Marbois, político francês que esteve presente no início do movimento de independência das 13 colônias, se tornando em 1808, presidente do Tribunal de Contas francês, demonstra questões referentes à relação desse processo com outras potências como é o caso da França. No próprio decorrer da carta, Alexander refere-se ao Marquês muitas das vezes encarando a fragilidade na qual passavam e solicitando apoio e fé por parte dos franceses aos ideais da revolução e da sonhada “liberdade” estadunidense.

O resultado dessas observações é que é da maior importância que a França dê a mais vigorosa assistência a este país e neste momento, particularmente para remover a guerra dos estados do sul - e que, se a guerra continuar, ela deve fazer tudo possível obter para nós um empréstimo considerável, ou devemos afundar nele. É impossível que um país continue uma guerra sem finanças, e não temos fundos suficientes dentro de nós mesmos.

Figura 1: Recorte de carta de Alexander Hamilton para Marquis de Barbé-Marbois, [13 de Setembro de 1780]

Numa relação entre a imagem passada dos pais fundadores como salvadores da pátria e dos Estados Unidos como uma forte nação construída sobre um pilar de vitórias, a carta demonstra a posição de uma pai fundador solicitando auxílio de um país europeu, no caso a França, para que os seus ideais fossem alcançados. Esse movimento deixa claro mazelas na relação norte americana e europeia, a nação estadunidense não se ergue sozinha sobre um campo de batalhas glorioso, mas sim pediu ajuda e conversou com outras nações e figuras políticas, mostrando que não só a partir de estratégia se ganhou a guerra.

A França foi uma das nações europeias de valor mais decisivo no processo, oferecendo grande parte das armas e navios para ajudar na guerra, além do grande número de tropas estrangeiras, superior ao de tropas devidamente americanas. Essa problemática evidencia ainda mais a fragilidade da construção da nação estadunidense, que só demonstra o quanto seu modelo de independência não foi solitário. Grande exemplo disso é a música “*Guns and Ships*” que levanta justamente essas questões, “*Eu vou à França por mais fundos//Lafayette! //E retorno com mais //Lafayette! //Armas // E navios// E então o equilíbrio muda*”. Ao mesmo tempo, é curioso perceber que Lafayette é o único francês citado como importante para o processo revolucionário estadunidense e a carta

apresentada acima mostra que muitas figuras importantes nos dois lados do Atlântico precisaram se articular para o sucesso da aliança.

Pecequilo descreve a política externa estadunidense em seus primeiros anos do pós-revolução como buscando um isolamento em relação ao Velho Mundo porque, para eles, “diferentemente da Europa, marcada pelas contradições e problemas sociais, a América “nascia livre” e deviam-se garantir formas para que assim permanecesse” (PECEQUILO; 39). Nesse sentido, o musical não peca em apontar a contradição de Hamilton, um dos principais articuladores da aliança com a França, em abandonar os revolucionários que apoiaram a causa estadunidense da liberdade quanto estes requeiram sua ajuda na Revolução Francesa.

A música “*Cabinet Battle #2*” narra justamente o debate entre Jefferson e Hamilton sobre a decisão que o presidente Washington deveria tomar de ir ou não auxiliar o antigo aliado. Jefferson acusa Hamilton de ser desleal, comentário também feito por Pecequilo em seu comentário da questão, dizendo que “*Precisávamos de dinheiro e de armas e de meia chance// Quem nos deu esses fundos?// França // Em troca, eles não pediram terras // Apenas uma promessa de que daríamos uma mãozinha//E ficaríamos do lado deles se lutassem contra a opressão*”. Apesar de não se aprofundar na questão além desta canção, este é um exemplo de que o musical não se apartou completamente das críticas e contradições que marcaram o processo de estruturação da nação estadunidense.

Já em uma carta que Hamilton troca com o Marquês de Lafayette em outubro de 1781 contendo uma narração da Batalha de Yorktown apresenta uma perspectiva mais idealizada dele em relação ao processo revolucionário. No trecho abaixo ele, e no resto do documento, é possível notar o orgulho patriótico que cercou a vitória final sobre a potência imperial. Hamilton faz questão de pontuar a performance corajosa e excelente de cada general envolvido e dos soldados que lutaram, uma representação épica que, como já apresentado, foi bem representada na música “*Yorktown (The World Turned Upside Down)*”.

Faço apenas justiça aos vários corpos quando tenho o prazer de assegurar-vos, não havia um oficial nem um soldado cujo comportamento, se pudesse ser particularizado, não merecesse a mais calorosa aprovação. Como teria sido atendido com atraso e perda de esperar pela remoção dos abatidos e paliçadas, o ardor das tropas foi indulgente em passar por cima deles.

Figura 2: Recorte da carta de Alexander Hamilton para Marquis de Lafayette [15 de Outubro de 1781].

Estes exemplos nos permitem um vislumbre mais aprofundado da construção narrativa do musical pois permite-nos olhar com mais atenção quais detalhes das fontes históricas deixadas por Hamilton foram usados e quais foram descartados. Assim como em uma obra historiográfica, obras de entretenimento como este musical fazem seleções para contar uma narrativa desejada que é escolhida a partir da visão que seu criador deseja passar. Através da comparação destas duas cartas é possível perceber que a narrativa idealizada de nação inédita e que batalhou por sua liberdade também foi disseminada pelo pai fundador em questão. Por outro lado, ele também entendeu muito bem as fragilidades desse processo e se articulou com uma série de personagens para sanar os problemas em questão, não contando apenas com a bravura do povo estadunidense.

Durante a construção da obra musical, além das diversas questões reflexivas sobre a figura de Hamilton, outros personagens são construídos também de maneira a colocá-los em situações gloriosas. Como é o caso de George Washington, primeiro presidente e líder das forças patrióticas. Sua imagem é construída de forma exaltada, como grande herói e vencedor de batalhas, como a famosa batalha de Yorktown. Sua saída da presidência, tendo sido o primeiro a exercer o cargo, foi um momento de crucial importância e é representado no musical na canção “*One Last Time*”. A escolha feita por Miranda é a de colocar Washington como um homem sábio e que sempre colocou sua nação em primeiro lugar, colocando nos versos detalhes sobre sua vida dedicada ao serviço do povo e a sua vontade final de aproveitar a “nação que tinham criado”.

Fonte: *Library of Congress*: <https://www.loc.gov/item/2018697475/>.



Figura 3: "General George Washington" at the Battle of Yorktown. , 1897. [London: Publisher Not Transcribed]

Nos versos da canção, Yorktown (*The World Turned Upside Down*), é possível entender a imagem que se passava sobre os feitos deste homem: “*Vocês têm suas ordens; agora, vão, homens, vão!//E então o experimento americano começa(...)//Nós negociamos os termos de rendição// Eu vejo George Washington sorrir //Nós escoltamos os homens deles para fora de Yorktown //Eles cambaleiam para casa em fila //Dezenas de milhares de pessoas preenchem as ruas //Há gritos e sinos de igreja tocando//E enquanto nossos inimigos caídos recuam //Eu ouço a canção de bebedeira que estão cantando//O mundo virou de cabeça para baixo*”. Na imagem do período destacada acima, assim como no trecho musical, a figura de Washington como um guerreiro e líder durante a Batalha mostrando um líder glorioso e que, ainda mais que Hamilton, foi responsável por muito do que a nação se tornou, numa glorificação já familiar das ações individuais dos pais fundadores.

Todas estas figuras são passíveis de questionamento quando fazemos comparações entre os relatos, as fontes historiográficas e o musical enquanto obra estudada e entendida também como fonte. Suas representações em *Hamilton*, encontram divergências e semelhanças com as pesquisas e informações biográficas, porém o intuito aqui não é o de verificar a verossimilhança existente entre cada característica formadora da ordem e da consequência daquilo que é apresentado pela obra. Buscamos neste artigo

entender o musical enquanto mobilizador de sentido e fazer com que seus levantamentos sejam entendidos também no processo de estudo das narrativas e figuras responsáveis pelo processo de Independência.

4. Conclusão

Diante do exposto, nosso objetivo ao longo deste artigo foi o de procurar entender qual a narrativa reproduzida por *“Hamilton: An American Musical”* no que diz respeito a Guerra de Independência e os eventos que a sucederam imediatamente. Partimos do pressuposto de que este foi um momento crucial para a estruturação desta nação e para o surgimento embrionário de seu nacionalismo e é neste período que suas maiores referências e heróis são retirados. O personagem no centro da trama, Alexander Hamilton, pode não ter se tornado o mais memorável Pai Fundador, mas sua atuação foi essencial para os primeiros anos daquele país.

A análise deu-se, então, sob a ótica do entendimento de como a história deste homem foi refletida em um objeto cultural de largo alcance e quais podem ser as noções que ele perpassa e perpetua para sua audiência. O que pode-se perceber foi que, apesar de apresentar uma faixa progressista com ritmos musicais modernos e um elenco multiracial, *“Hamilton”* não consegue se apartar na visão nacionalista e idealizada que a historiografia tradicional e a memória popular reservaram àqueles eventos. A comparação com fontes da época, como a carta de Hamilton para o Marquis Barbé-Marbois, permitiu-nos ver como este personagem expressava a situação em que estava inserido e conseqüentemente sua interação com as demais figuras políticas do período. O resultado foi o de que a nação estadunidense, em seus dias de formação, era nada mais do que um sonho que conseguiu amadurecer através de um esforço coletivo, que envolvia potências européias e escravizados (apagados do musical) e não apenas fruto da idealização de alguns homens das elites coloniais.

Miranda fecha o musical se perguntando “Quem vive, quem morre e quem conta sua história?” e a análise de sua obra oferece uma das múltiplas respostas para essa pergunta quando o tema é a vida de Alexander Hamilton e o processo de formação da nação dos Estados Unidos. Sua escolha narrativa foi a de glorificar o Pai Fundador “jovem, deslocado e faminto” e de comparar essas características com a situação nacional. Porém, ao invés de usar esses adjetivos como algo negativo, ele os coloca como símbolo da volta por cima que ambos deram para alcançar elevados níveis de sucesso.

Por fim, diante do que foi trabalhado e discutido, é importante reiterar as noções trabalhadas sobre o musical e as fontes tendo em vista as suas semelhanças e diferenças, suas comparações e fragilidades. Dessa forma fazendo com que haja uma reflexão sobre como as figuras/personagens históricos são representados no musical e na história estadunidense com exaltação e vanglória de forma a corroborar na repercussão de uma nação forte e unificada em seus ideais patriotas. Além disso, destacamos as diferenças entre uma obra de cultura *pop* como o musical, em que não há busca por verossimilhança completa com as fontes históricas utilizadas e portanto devemos voltar nossos olhares e analisá-la como um objeto da história pública que concerne aos também aos estudos históricos do período que retrata. Analisar *“Hamilton: An American Musical”* como uma obra cultural que perpetua uma narrativa histórica específica e que a faz por escolhas narrativas conscientes permitiu-nos ter uma visão ampla sobre o processo analisado,

entendendo não só como ele se deu, mas também como ele continua a ser percebido no presente.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Larissa Medeiros de Relações públicas e o mercado cultural : um estudo de caso

sobre o musical Hamilton / Larissa Medeiros de Almeida. 2019. 90 f.: il. color; 31 cm.

BIZI Isabella Peruzzolo “Quem vive, quem morre, quem conta sua história” Entre a história pública e a cultura pop: o caso Hamilton” Universidade de Caxias do Sul. 2019.

BRAGANÇA, Daniel Avellar. A Teoria Pós-moderna Das Relações Internacionais: Uma Discussão. UFSC: São Paulo, [S.I]

FERRO, Marc. História das Colonizações: das conquistas às independências; séculos XIII a XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª edição, 1996. p. 246-255.

FREDRIGO, Fabiana. As múltiplas vidas de Simón Bolívar e Thomas Jefferson: narrativas (auto)biográficas e projetos de memória nas Américas (séc. XIX – XX). In: Revista História. São Paulo, n.179,2020.

From Alexander Hamilton to Marquis de Barbé-Marbois, [13 September 1780],” *Founders Online*, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Hamilton/01-26-02-0002-0043>. [Original source: *The Papers of Alexander Hamilton*, vol. 26, 1 May 1802–23 October 1804, *Additional Documents 1774–1799, Addenda and Errata*, ed. Harold C. Syrett. New York: Columbia University Press, 1979, pp. 392–395.

“From Alexander Hamilton to Marquis de Lafayette, [15 October 1781],” *Founders Online*, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Hamilton/01-02-02-1200-0001>. [Original source: *The Papers of Alexander Hamilton*, vol. 2, 1779–1781, ed. Harold C. Syrett. New York: Columbia University Press, 1961, pp. 679–681.]

MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. Os Artigos Federalistas. Apresentação: Isaac Kramnick; tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

MIRANDA, Lin-Manuel; MCCARTER, Jeremy. Hamilton: The Revolution. Nova York: Grand Central Publishing, 2016.

ORIGINAL BROADWAY CAST RECORDING. Hamilton. Nova York: 2015. Disponível em <https://open.spotify.com/album/1kCHru7uhxBUdzkm4gzRQc?si=AaubBPBES7m1ukHfzwCnKQ&nd=1> Acesso em: 7 de fevereiro de 2022.

OWEN, Ken. “Historians and Hamilton: Founders Chic and the Cult of Personality”. The Junto, 21 de abril de 2016. Disponível em: <https://earlyamericanists.com/2016/04/21/historians-and-hamilton-founders-chic-and-the-cult-of-personality/>”

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Os Estados Unidos longe do mundo: o começo da política externa (1776 – 1898). In: A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança? Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 29-76.

VISENTINI, Paulo Fagundes. PEREIRA, Analúcia Danilevicz. A Industrialização inglesa e as Revoluções Americana e Francesa (1776-1815). Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília, 2012.

De *Garotas do ABC* a *Chão de Fábrica*: a representação feminina e o sentido da indústria

Monique Alves Oliveira¹⁶⁵

Resumo: O trabalho objetiva construir uma análise comparativa de dois filmes brasileiros: *Garotas do ABC* (2003), de Carlos Reichenbach e *Chão de fábrica* (2021), dirigido por Nina Kopko. Em ambas as produções, há o registro de mulheres que trabalham em um contexto industrial. No primeiro caso, o longa-metragem se volta para o cotidiano das operárias na fábrica e acontecimentos ligados às suas vidas privadas. No segundo, o curta-metragem evidencia as experiências e relações das trabalhadoras no ambiente laboral. A análise se baseará em dois tópicos principais: a inserção da mulher nas narrativas feita pela via profissional e as singularidades da esfera pessoal construídas no mesmo contexto.

Palavras-chave: cinema brasileiro; trabalho; mulheres; indústria.

Abstract: The object of this work is construct a comparative analysis of two brazilian films: *Garotas do ABC* (2003), by Carlos Reichenbach, and *Chão de fábrica* (2021), by Nina Kopko. In both productions, there is a insert of women working in an industrial context. In the first case, the film focuses on the daily life of the workers in the factory and events related to their private lives. In the second, the film highlights the experiences and relationships of workers in the work environment. The analysis will be based on two main topics: the insertion of women in the narratives made through professional ways and the singularities of the personal sphere built in the same context.

Keywords: brazilian cinema; work; women; industry.

Introdução

Garotas do ABC (2003) conta a história de um grupo de operárias da tecelagem do complexo industrial paulista. Segundo Marcelo Lyra (2007), o roteiro do filme é uma adaptação de uma história maior, escrita anteriormente em 1993, para o projeto Bolsa Vitae¹⁶⁶. Nessa proposta o argumento seria dividido em seis longas metragens e cada filme contaria a história de uma operária.

¹⁶⁵ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Artes, Cultura e Linguagens. Mestra em Artes, Cultura e Linguagens, linha de pesquisa: Cinema e Audiovisual. É integrante do grupo de pesquisa CPCINE e do Cineclubes Movimento.

¹⁶⁶ O projeto Bolsa Vitae, realizado de 1987 a 2004, foi uma iniciativa da Fundação Vitae que concedia bolsas para projetos de criação e pesquisa em diversas áreas culturais. A entidade anunciou o fim do projeto devido a restrições financeiras. Em 2006, após 21 anos de funcionamento, a Fundação Vitae também decretou o fim pelo esgotamento de fundos.

No filme de 2003, a narrativa buscou criar uma história sem protagonistas e dividir a representação entre todas as operárias. O diretor Carlos Reichenbach (2007) comenta que essa decisão acabou se tornando um problema no processo de pós-produção do filme. Cristina Amaral, a montadora do longa, já havia enfrentado uma montagem complexa em *Alma Corsária* (1993), mas o próprio cineasta diz que o “quebra-cabeças” de *Garotas do ABC* “foi quase um desafio” (2007, p. 249). O filme, que somaria mais de 3 horas, foi reduzido para os 128 minutos da versão oficial. De acordo com ele, a montagem precisou “sacrificar muita coisa boa, optando por reforçar os personagens femininos” (2007, p. 250).

Em oposição à longa duração de *Garotas do ABC*, *Chão de Fábrica* (2021), filme de Nina Kopko, possui 24 minutos e pode ser classificado como um curta-metragem. Apesar de ter sido lançado em 2021, sua narrativa se passa num tempo anterior, em 1979, no complexo industrial do ABC paulista, semelhante ao filme de Reichenbach.

A narrativa de *Chão de Fábrica* ocorre durante o horário de almoço das operárias da metalurgia. É nesse período de descanso que elas dividem suas intimidades, sonhos e diferenças. Na medida em que o filme avança, a narração em voz over declara o destino de cada personagem – quase todos os casos com previsões fatalistas. A história é uma adaptação de uma das cenas da peça *O Pão e a Pedra*, da Companhia do Latão. Em uma entrevista recente para o site CineVitor, Nina Kokpo (2021) comenta que a peça a fez lembrar de filmes que havia assistido na faculdade e suscitou dúvidas a respeito da participação das mulheres nas greves. A partir disso, a cineasta iniciou um processo de pesquisa onde pôde coletar outras inspirações para a produção. No trecho abaixo ela comenta:

[...] vi o filme *Trabalhadoras Metalúrgicas*, da Olga Futemma, e entendi que as mulheres estiveram na greve em menor número por conta da dificuldade da jornada dupla de trabalho (fábrica e casa/família) – a jornada tripla, incluindo aí as atividades sindicais, eram poucas que podiam fazer. Mas elas estiverem lá na grande greve, ainda que a gente veja pouco. E eu quis falar sobre isso. O filme da Futemma se tornou uma grande referência, não só de pesquisa, mas de inspiração cinematográfica. Depois disso foi um longo percurso de pesquisas e escritas de roteiro ao lado da Tainá Muhringer. (KOPKO, 2021)

Na entrevista Nina Kokpo (2021) também cita outros filmes, como: “*A Dupla Jornada*, de Helena Solberg; *Eles Não Usam Black-Tie*, de Leon Hirszman; *Wanda*, de Barbara Loden; o cinema todo do Carlos Reichenbach [...]”. Chama a atenção no relato como ela menciona toda a cinematografia do diretor Reichenbach, sem citar especificamente a obra *Garotas do ABC*.

O trabalho a seguir constrói uma análise fílmica comparativa entre as obras destacando, sobretudo, questões relacionadas à representação das operárias nas cenas. As aproximações e distinções se baseiam num exame da fotografia do filme e da construção narrativa, utilizando como chave principal a inserção das mulheres em cena.

Um filme em blocos

“*Garotas do ABC*’ ou ‘*Os anjos de Carlão*’” é o título do texto escrito pelo jornalista Eduardo Simões, da entrevista que realizou com Reichenbach sobre o filme *Garotas do ABC*, em 2004. O texto destaca alguns desafios enfrentados pela equipe na filmagem e pós-produção do longa e revela os planos futuros do cineasta a respeito de outras obras que dariam continuidade ao filme das operárias - o último longa do diretor: *Falsa Loura* (2007). Na entrevista, Reichenbach (2004) explica os desafios da montagem final da obra e sua decisão de “minimizar a importância dos personagens masculinos” e “tirar o peso da história sobre Aurélia” - protagonista do filme interpretada por Michele Valle - buscando retornar para os “aspectos originais do filme”.



Figura 5 - Dossiê *Garotas do ABC*. Cinemateca do MAMM, 2004.

Relacionando a entrevista ao texto anterior de Marcelo Lyra (2007), é plausível imaginar que esses “aspectos originais” comentados por Reichenbach envolvem tópicos como representação feminina e trabalho. No entanto, o que se visualiza na versão final de *Garotas do ABC*, é um compilado de outras histórias ou, paradoxalmente, como o próprio

diretor reforça no livro de Lyra: “*Garotas do ABC* é um filme feito em blocos. Há o da família de Aurélia, dos racistas, das operárias na fábrica, o clube Democrático e as situações se intercalam” (LYRA, 2007, p. 248)

Segundo Lyra (2007), o personagem Fábio, namorado de Aurélia, pode ser definido como “um musculoso neonazista, membro de uma gangue que vive praticando atentados contra negros e nordestinos” (LYRA, 2007, p. 244). A ideia de inserir personagens com essas características partiu de uma pesquisa de campo feita previamente pelo cineasta, na região do ABC paulista, onde identificou a presença de grupos neonazistas. O autor comenta o fato introduzindo uma ocorrência que teria acontecido logo depois do lançamento do filme:

Por coincidência, no final de 2003, um desses grupos fez um atentado contra dois rapazes no interior de um trem na região, causando a morte de um deles e a amputação do braço de outro. O incidente acabou por dar grande atualidade ao filme, gerando grande discussão sobre o assunto. (LYRA, 2007, p. 247)

A respeito disso, Andriolli (2020) comenta que o diretor “conseguiu perceber a existência dessa extrema-direita boçal enraizada nos marginais sociais no auge da euforia lulista” (ANDRIOLLI, 2020). O pesquisador, portanto, dá um destaque especial ao contexto de lançamento do filme, que ocorreu um ano depois da eleição que garantiu a Luiz Inácio Lula da Silva o posto de presidente do Brasil pela primeira vez.

Todavia, a tentativa de voltar a atenção para as operárias e o trabalho parece se perder no caminho. As cenas das operárias na fábrica se intercalam às discussões políticas e sociais construídas em outros blocos, não havendo um desenvolvimento aprofundado a respeito das discussões trazidas pelas trabalhadoras, as condições de trabalho e suas vidas privadas. A proposta de representar as operárias em primeiro plano, nesse sentido, fica limitada ao título do filme.

A sequência inicial do filme e as cenas no interior da fábrica

Logo na cena que abre o filme, há uma espécie de strip-tease invertido, ou seja, a atriz começa nua e vai se vestindo para sair. Essa cena é absolutamente necessária, por mostrar o ritual cotidiano da transformação da mulher em peça do tear, engrenagem da fábrica. A sexualidade natural de Aurélia é despersonalizada pelo uniforme de trabalho. Era fundamental recriar a sensualidade instintiva da personagem. Para isso, foi fundamental a colaboração da coreógrafa Luciana Brittes (que fez a bailarina nua de *Equilíbrio e Graça*). Ela aproveitou todas as nuances da música composta por Ayres e Levy. Michele Valle tinha uma sensualidade própria, mas na hora de colocar isso na tela, a timidez atrapalhava, endurecia os seus movimentos. (REICHENBACH apud LYRA, 2007, p. 250)

No trecho acima, Reichenbach comenta a construção da sequência inicial do filme *Garotas do ABC*. Na cena, por meio de um plano sequência com enquadramentos em close, observam-se: cds, posters, um urso de pelúcia, quadros de santos, animais de estimação e fotos de família - objetos do quarto de Aurélia. A câmera então se aproxima da personagem que dança nua enquanto se veste aos poucos ao som de Sam Ray. As cartelas de apresentação com o nome das equipes e de atores surgem na mesma imagem fazendo uma espécie de tarja pelo corpo da operária, ora revelando-o, ora escondendo-o.

Na cena seguinte, Aurélia toma café com a família: o pai, a mãe, o irmão, a tia e sua prima sentam-se à mesa e rezam juntos antes de comer. Antes de seguir ao trabalho, a operária coloca um casaco para proteger os decotes da blusa criticados pelo pai. Apesar de integrar uma família conservadora, Aurélia é uma mulher livre, independente e dona dos seus desejos. Ela explicita isso em diversos momentos do filme. E, como comentado anteriormente, namora um homem racista mesmo sendo negra.

A sequência inicial de *Garotas do ABC* procura introduzir a personagem de Aurélia com certo protagonismo no filme. Já nos primeiros minutos do longa, é possível ter acesso a sua intimidade, seu corpo, seu quarto, sua casa e sua família. Mesmo que de forma breve, há um contraponto visível entre a personalidade de Aurélia e o conservadorismo que se materializa na família, sobretudo na figura do pai. No entanto, esse destaque da personagem na introdução da obra não se cumpre no restante da história. Na medida em que o filme avança, a personagem de Aurélia se dissolve em outros núcleos abertos pelo filme, fazendo com que sua participação perca a força sugerida e o protagonismo insinuado anteriormente.



Figura 6 - Frame da sequência inicial do filme *Garotas do ABC*, 2003.

Uma justificativa dessa perda de protagonismo de Aurélia se encontra nas próprias declarações do diretor e da montadora do filme a propósito da ideia de dispersar a participação das operárias, como já citado. Entretanto, mais uma vez a promessa não se cumpre, pois há no filme outros personagens que adquirem maior atenção e tempo de tela, como é o caso do grupo de neonazistas. A impressão que fica é de que as operárias são mais um núcleo de personagens construídos na narrativa com pouco desenvolvimento e que a tentativa de mantê-las como um grupo de protagonismo não é bem sucedida.

No encerramento da sequência inicial Aurélia segue para o trabalho. Como acrescenta Reichenbach no trecho mencionado acima, a sensualidade forjada nas cenas preliminares seria desconstruída em razão do uso do uniforme da fábrica de tecidos: “a

transformação da mulher em peça de tear” (REICHENBACH, 2007, p. 250). Levando em conta tais postulados, cabe analisar as cenas das operárias no interior da fábrica de tecidos.

De saída, é importante comentar que as cenas de trocas de roupa no vestiário ocorrem mais de uma vez durante o longa. Além delas, imagens no refeitório, no escritório da Carmo (a chefe do setor), no consultório médico, no espaço para fumantes, no oratório e no portão da fábrica promovem uma alta circulação das personagens no ambiente laboral. Esse movimento acaba por retirar as trabalhadoras de frente do tear com frequência durante a história, o que se contrapõe à ideia do diretor de mantê-las como parte do maquinário.



Figura 7 - Frames das cenas de circulação nos ambientes laborais. Filme *Garotas do ABC*, 2003.

Inclusive, há uma operária que deixa o ambiente operacional durante seu expediente. Paula é convidada para almoçar com o professor e líder sindical que estaria planejando uma greve. No almoço, ela é convocada para integrar a equipe do sindicato que representa suas colegas de trabalho. A operária nega o convite reforçando que quer ser livre para fazer suas escolhas além de um partido político. Cabe ressaltar que essa personagem é visivelmente superior em relação ao restante das mulheres. Enquadramentos de plongée e contra plongée enfatizam essa diferenciação, além da própria narrativa, que a insere tomando decisões pelas outras funcionárias.



Figura 8 - Frames da personagem Paula. Filme *Garotas do ABC*, 2003.

Como dito, a maior parte dos enquadramentos realizados na área operacional são cenas de circulação das funcionárias pela fábrica. Há poucas imagens que se dedicam a filmar as operárias na mesa de tear, como é o caso das selecionadas abaixo. A primeira cena corresponde a uma captação em plano longo de um diálogo entre as trabalhadoras

sobre a ocupação de área da novata da equipe. Elas surgem no centro da tela, emolduradas pelas linhas de tear e maquinários. O segundo caso é um plano sequência das mulheres operando a máquina de algodão. O movimento da câmera captura os corpos e máquinas em posição lateral enquanto estas se movem na cadência da operação do trabalho.

É curioso notar que, quando as mulheres estão em repouso, a filmagem também as acompanha em um plano longo. A câmera registra o diálogo em um posicionamento voyeur. E o oposto ocorre no segundo caso, com a câmera em movimento. O plano sequência produz um trajeto pela fábrica como quem vigia o trabalho enquanto as operárias também se movimentam acompanhando o tear. Apesar de serem planos bastante distintos, há uma aproximação entre o olhar de vigília endereçado para as mulheres em ambas as situações.



Figura 9 - Frames das personagens na área operacional. Filme *Garotas do ABC*, 2003.

Por fim, vale mencionar a inserção do patrão no ambiente de trabalho. Entre as operárias já existe uma trabalhadora superior, responsável pelo setor. Acima dela há o patrão da fábrica que aparece apenas uma vez em tela, embora seja mencionado pelas mulheres algumas vezes durante o filme. Além dele, alguns outros homens aparecem no filme como trabalhadores em outras ocupações. Não vemos o rosto do patrão, apenas sua voz, o corpo de costas e as mãos. A câmera se limita a filmar somente um pedaço do corpo transformando a figura ainda maior do que aparenta ser no contexto criado. Um destaque para a aliança em plano detalhe.



Figura 10 - Frames da presença do patrão na área operacional. Filme *Garotas do ABC*, 2003.

Ainda que existam muitas questões que mereceriam ser melhor desenvolvidas nas histórias das personagens, *Garotas do ABC* é um filme que se destaca pela temática e abordagem original acerca das vivências das operárias na indústria. É uma ficção que se propõe a expor as problemáticas do mundo do trabalho das mulheres sem deixar de lado as questões pessoais que perpassam a vida profissional. Temas importantes como aborto, sexualidade, maternidade, solidão, matrimônio, drogas e envelhecimento são lembrados pelas personagens dentro e fora da fábrica. São discutidos também, não obstante, tópicos como a amizade e a rivalidade entre as mulheres no longa.

Horário de almoço

Chão de Fábrica constrói sua narrativa no contexto da luta sindical do final dos anos 80. Como *Garotas do ABC*, há uma tentativa de não projetar apenas uma protagonista na história e, em contrapartida, dividir a representação entre as quatro colegas de trabalho. Todo o filme ocorre no horário de almoço e isso é demarcado pela fotografia do filme, por meio de inserções de um relógio, e pelo som, por meio do alerta da sirene que marca início e fim do período.

No intervalo abordado, as funcionárias dividem confissões, medos e desejos. Há uma construção geracional interessante feita a partir das operárias, sobretudo nas personagens de Miriam (Helena Albergaria) e Renata (Carol Duarte). A discordância entre as duas personagens revela discrepâncias curiosas no que diz respeito à compreensão política e ideológica das lutas trabalhistas, o que decorre dos distintos contextos em que ambas se formam.

Assim como em *Garotas do ABC*, *Chão de Fábrica* também apresenta a figura de uma operária novata. Irene, interpretada por Alice Marcone, tinha o sonho de infância de ser locutora. Ela está grávida de um homem casado que não assumirá a paternidade. Ela é acolhida pelas amigas de trabalho, sobretudo Miriam, que divide sua própria experiência de maternidade com a colega. Já em *Garotas do ABC*, é Antuérpia (Vanessa Alves) que insere o tema da maternidade no filme. Em uma conversa com Aurélia, a operária conta que foi afastada do filho pela sua sogra, sob a alegação de que ela não poderia criá-lo. A situação de Antuérpia se aproxima da de Miriam que também tem um filho e não consegue sustentá-lo mantendo-o em um orfanato. Nas três situações a maternidade é enfatizada pelo abandono da paternidade, problemas financeiros e a tônica das mães solo.



Figura 11 - Frame das operárias no intervalo do almoço. Filme *Chão de Fábrica*, 2021.

Outra aproximação interessante ocorre entre as personagens politizadas dos filmes. Renata é uma trabalhadora que acredita no movimento sindical. Ela convoca as amigas para a luta trabalhista, explicando o objetivo da greve que seria realizada em breve pelos trabalhadores. De outra forma, no filme de Reichenbach, Paula não quer se aliar ao movimento grevista dos trabalhadores. Apesar de interpelar as amigas e ser uma porta voz dos diretos das operárias no embate com os patrões, a funcionária acredita que se envolver com o sindicato pode significar a perda de sua liberdade de escolha, na medida em que ficaria subordinada a um partido político.

Renata de *Chão de Fábrica* e Paula de *Garotas do ABC* têm igualmente sua sexualidade questionada nas produções. Renata chega a mencionar que sente atração por mulheres e Paula é questionada mais uma vez por que estaria solteira e virgem. Trata-se de um fato notável, já que nas duas retratações a inteligência e postura corajosa das personagens é reforçada. No caso de Renata, há ainda certa ingenuidade atribuída à sua personalidade, principalmente quando Miriam interpela a colega argumentando que sua falta de experiência e poder aquisitivo proporcionaria liberdade para lutar na greve sem medo de ser demitida.



Figura 12 - Frame da personagem Renata. Filme *Chão de Fábrica*, 2021.

A figura do patrão nas duas obras também vale ser mencionada. Enquanto em *Garotas do ABC* não há a imagem do rosto do superior, em *Chão de Fábrica* há apenas uma voz que reclama sobre a limpeza do ambiente de trabalho. As duas figuras de autoridade masculinas surgem completamente distanciadas das trabalhadoras e impõem respeito, no longa de Reichenbach, e receio, no curta de Kokpo.



Figura 13 - Frame da presença do superior entre as funcionárias. Filme *Chão de fábrica*, 2021.

Como comentado anteriormente, existem muitas cenas de circulação pelo interior da fábrica em *Garotas do ABC*, ao passo que o filme de Kopko se desenvolve inteiramente no vestiário. Em *Chão de Fábrica*, as operárias têm contato com o exterior através de um buraco no vidro do basculante do banheiro por onde conseguem ouvir e ver os operários no portão da fábrica anunciando a greve. Nas duas representações, porém, há uma figura que se repete nesse contexto: o armário das operárias. Em ambos os casos, o enquadramento em primeiro plano reforça como o local é ocupado e decorado com objetos íntimos das mulheres. No espaço enclausurado, guardam-se roupas, bijuterias, relógios, fotografias, santos, posters e terços – artefatos que parecem se comunicar afetivamente com as mulheres e produzem um enclave de intimidade em um espaço coletivo e exclusivamente voltado para o trabalho.



Figura 14 - Frame do interior dos armários das operárias. Filme *Chão de Fábrica*, 2021.

Chão de Fábrica constrói um encerramento para cada uma de suas personagens. Em voz over a narração conta aos poucos o destino de cada operária. Em quase todos os casos os finais são trágicos. Esse gesto parece se relacionar mais com o contexto de produção do filme que com o tempo de construção narrativa. O filme de Nina Kopko é feito em um momento de pandemia e crise política, bastante diverso, portanto, do filme de Reichenbach, lançado logo após as eleições de Lula, num momento de otimismo para os trabalhadores da indústria.

O curta-metragem se sobressai, de resto, pela abordagem de protagonismo das mulheres trabalhadoras da indústria – recorte pouco explorado pelo cinema brasileiro. Além disso, cabe ressaltar que o filme de Nina Kopko é lançado num período de retomada dos debates sobre o trabalho feminino, não somente pelo cinema, mas também pela literatura feminista e política. No caso da indústria, isso parece ser ainda mais significativo uma vez que se trata de um cenário quase sempre associado às figuras masculinas ao longo da história do cinema.

Referências

ANDRIOLLI, Wallace. “Garotas do ABC (2003). Classe operária de carne e osso”. *Plano aberto*, 2020. Disponível em: <https://www.planoaberto.com.br/critica/garotas-do-abc-2003/>. Acesso em: 06 dez. 2022.

BÚRIGO, Vitor. “Entrevista: Nina Kopko fala sobre Chão de Fábrica, curta-metragem exibido no 10º Olhar de Cinema”. CineVitor, 2022. Disponível em: <http://www.cinevitor.com.br/entrevista-nina-kopko-fala-sobre-chao-de-fabrica-curta-metragem-exibido-no-10o-olhar-de-cinema/>. Acesso em: 06 dez. 2022.

CHÃO de fábrica. Direção: Nina Kopko. São Paulo: Boulevard Filmes. 1 vídeo (24min).

GAROTAS do abc. Direção: Carlos Reichenbach. São Bernado do Campo: Europa Filmes; Dezenove Som e Imagens. 1 vídeo (125 min).

LYRA, Marcelo. *Carlos Reinchenbach: O cinema como razão de viver*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.

SIMÕES, Eduardo. “‘Garotas do ABC’ ou ‘Os anjos de Carlão’”. Cinemateca do MAMM, 2004. Disponível em: <https://mam.rio/cinemateca/garotas-do-abc-ou-os-anjos-de-carlao-por-eduardo-simoes/>. Acesso: 06 dez. 2022.

Territórios LGBT no cinema brasileiro: um levantamento inicial

Ana Cecília Pereira¹⁶⁷

Júlia de Castro Martins Ferreira Nogueira¹⁶⁸

Resumo: Ao longo das últimas duas décadas, a historiografia testemunhou um aumento de pesquisas relacionadas ao passado da população LGBT brasileira e a criação de iniciativas de memória dedicadas ao tema. O cinema parece ter sido um dos espaços privilegiados de elaboração e difusão dessa memória histórica. Essa pesquisa tem como objetivo apresentar um levantamento inicial de documentários (de curta e longa metragem) que tiveram territórios LGBT no centro de suas narrativas. A partir disso, buscaremos analisar o documentário Flores de 70 a fim de pensar sobre como a produção aborda os temas da sociabilidade LGBT e da repressão praticada pela ditadura militar brasileira.

Palavras-chave: LGBT; Cinema; Flores de 70; Sociabilidades; Ditadura.

Abstract: In these last few decades, Brazilian historiography has seen an increase in the number of researches related to the past of the LGBT population. This has been accompanied by the rise of the number of memory's initiatives dedicated to this theme. The cinema seems to have been one of the preferential spaces for the elaboration and dissemination of this historical memory. The objective of this research is to present an initial survey of documentaries that had LGBT's sociability spaces as the center of their narratives. From this, we will seek to analyze the documentary Flores de 70 about the way it approaches the themes of LGBT sociability and the Military Dictatorship's repression.

Keywords: LGBT; Cinema; Flores de 70; Sociabilities; Dictatorship.

Introdução

Em 28 de abril de 2022, o teatro Alcione Araújo, da Biblioteca Parque Estadual, no Centro do Rio de Janeiro, recebeu o evento de pré-lançamento do filme “Quando ousamos existir: uma história do movimento LGBTI+ brasileiro”. No palco, antes e depois da exibição do filme, alguns convidados – dentre os quais figuras ligadas a instituições públicas e militantes históricos do movimento – se juntaram aos diretores, Márcio Caetano e Cláudio Nascimento, para proferir algumas palavras de agradecimento e celebrar a ocasião de forma festiva diante de um auditório lotado.

Nessa noite, por cerca de 90 minutos, o público presente teve a oportunidade de assistir ao filme e, por meio dele, ter acesso a trechos de entrevistas inéditas realizadas com militantes que testemunharam e contribuíram com a construção histórica do movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) brasileiro ao longo de seus pouco mais de 40 anos de existência. Além disso, acessaram imagens e

¹⁶⁷ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, <ceciliapbt@gmail.com>;

¹⁶⁸ Licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, <juliacmfogueira@hotmail.com>.

vídeos referentes a esse percurso, alguns dos quais pertencentes a acervos pessoais dos entrevistados.

O documentário foi uma das iniciativas realizadas pelo Centro de Memória LGBTI João Antônio Mascarenhas, que pode ser definido como um “projeto interinstitucional que articula grupos de pesquisa com a organização da sociedade civil”¹⁶⁹. Parece se tratar de uma iniciativa que surge em um contexto universitário, tendo em vista que os créditos nos informam que o filme foi parte do pós-doutoramento de Márcio Caetano e contou com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Além disso, é interessante observar que outra fonte de financiamento – direcionada especialmente para a distribuição e divulgação do documentário – foi uma arrecadação online realizada por meio da plataforma Catarse, que levantou mais de 15 mil reais através de apoiadores de diversos estados brasileiros¹⁷⁰.

Ainda que esse filme não seja objeto da discussão que estamos propondo nesse artigo, a movimentação em torno de sua produção e circulação desse documentário disparou em nós uma reflexão sobre como o cinema, entendido como um espaço de elaboração e difusão de representações sobre o passado, tem tido um papel importante no processo de elaboração de narrativas sobre a história e a memória do movimento LGBT brasileiro. Alguns fatores como a recepção positiva do público, o engajamento na campanha de financiamento e a colaboração de inúmeros ativistas – que também se repetem em outros episódios que observamos¹⁷¹ – reforçam a nossa percepção de que, na última década, as demandas por iniciativas memoriais têm se tornado mais constantes entre o movimento LGBT no Brasil e no mundo.

A partir desse movimento reflexivo, faremos nesse trabalho uma breve discussão sobre as relações entre memória, cinema e as representações sobre o passado LGBT. Em seguida, buscaremos refletir sobre o lugar que os territórios de memória ocupam nessa discussão e apresentar um levantamento inicial de documentários que tiveram espaços de sociabilidade LGBT no centro de suas narrativas. Visando aprofundar o debate, faremos a análise do filme “Flores de 70” (2007), buscando nos atentar ao modo como ele utilizou o recurso das entrevistas, imagens de arquivo e como abordou os temas da ditadura e das sociabilidades LGBT.

Em busca de um passado LGBT: representações, memórias e cinema

A percepção de que a última década testemunhou um aumento exponencial de iniciativas memoriais voltadas ao público LGBT não se baseia somente no crescimento

¹⁶⁹ Os grupos citados são o POC’S (Grupo de Pesquisa Políticas do Corpo e Diferenças) – FAE/UFPEL, o GEPSs (Grupo de Estudo e Pesquisa em Sexualidades) – Centro de Educação/UFES e o Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT. Mais informações sobre o Centro de Memória em: <<
<https://wp.ufpel.edu.br/memoriaslgbti/sobre-nos/>>>. Acesso em 14 de nov. 2022.

¹⁷⁰ O financiamento coletivo pode ser consultado em: <<https://www.catarse.me/quandoousamosexistir>>. Acesso em 14 de nov. 2022.

¹⁷¹ A título de exemplo, podemos mencionar o caso da Comissão Nacional da Verdade, em que a mobilização de ativistas e pesquisadores foi fundamental para garantir que o tema da repressão aos homossexuais, travestis e transexuais fosse pautado e incluído no relatório. Sobre isso ver: PEREIRA (2021).

da produção audiovisual relacionada ao passado desse segmento. Pensando especificamente no caso brasileiro, o Museu da Diversidade Sexual e o Museu Bajubá – ambos criados em 2012 – podem ser citados como exemplos de projetos preocupados com a preservação e salvaguarda da memória LGBT brasileira. Além deles, a inserção do capítulo “Ditadura e Homossexualidades” na Comissão Nacional da Verdade também pode ser entendida como um marco importante por se tratar de uma iniciativa de memória de dimensão nacional.

Em sua pesquisa sobre a cartografia das memórias LGBTQI+, o museólogo Tony Boita apresenta um levantamento de iniciativas memoriais – museus, patrimônios e monumentos – que se relacionam ao tema das sexualidades e identidades de gênero não normativas. O pesquisador mapeia um total de 119 iniciativas ao redor do mundo e identifica um conjunto de cinco temáticas que são comumente musealizadas: Homossexuais perseguidos pelo nazismo; Stonewall; Pandemia de HIV/AIDS; Ditadura na América Latina; e LGBTfobia (BOITA, 2020: 82).

É possível observar que se tratam de temas relacionados a eventos traumáticos ou violações de direitos que, em muitos casos, resultaram em violência e marginalização de pessoas LGBT. Assim, a incidência de questões relacionadas ao tema do holocausto, das ditaduras e da epidemia de HIV/AIDS pode ser interpretada em um contexto em que o direito à memória se torna um dever e, portanto, lembrar se torna um ato de justiça e resistência. Ao discutir o tema, Tzvetan Todorov (2000) afirma que: “Quando os acontecimentos vividos pelo indivíduo ou pelo grupo são de natureza excepcional ou trágica, o direito se converte em um dever: o de se recordar, o de testemunhar” (TODOROV, 2000: 18).

No cinema, essas temáticas também foram abordadas com certa frequência e, em alguns casos, os filmes se tornaram objetos de estudos de pesquisadores interessados em analisar, entre outras questões, a relação entre os eventos históricos e suas formas de representação. Esse é o caso da pesquisa realizada por Isabel Meusen, que utiliza o cinema como uma de suas fontes para compreender o modo como o amor entre mulheres está presente nas narrativas construídas sobre o holocausto (MEUSEN, 2015).

Nos Estados Unidos, o documentário *United in Anger: A History of ACT UP* foi produzido por Jim Hubbard e Sarah Schulman a partir de entrevistas e arquivos coletados pelo projeto *ACT UP Oral History Project*¹⁷². As iniciativas decorreram do entendimento de que era necessário produzir uma narrativa sobre os eventos envolvendo a epidemia de HIV/AIDS nos Estados Unidos capaz de sensibilizar as pessoas sobre os danos que a negligência do Estado infligiu aos homossexuais, travestis e transexuais naquele contexto e sobre as ações de resistência que as vítimas e sobreviventes empregaram a fim de denunciar e reverter essa situação. Nesse caso, a produção de um documentário foi uma das iniciativas escolhidas para disputar essa memória (SCHULMAN, 2013, n.p.).

No Brasil, o filme *Tatuagem* (2013), de Hilton Lacerda, tematiza a censura que a ditadura militar brasileira dirigiu aos artistas que não produziam leituras preconceituosas sobre questões relacionadas a gênero e sexualidade em suas obras. Esse tema foi abordado pela Comissão Nacional da Verdade e o filme em si já foi objeto de pesquisas interessadas

¹⁷² Disponível em: <<<https://actuporalhistory.org/>>> Acesso em 20 de nov. 2022.

em analisar o modo como o tema da repressão foi representado na obra (FERREIRA, 2020).

Territórios LGBT, lugares de memória e cinema: caminhos da pesquisa

Para essa pesquisa optamos por nos dedicar a investigar documentários que tivessem um local popularmente frequentado por pessoas LGBT como eixo condutor de suas narrativas. Por razões metodológicas, optamos por trabalhar com a ideia de território¹⁷³ pelo entendimento de que se tratam de espaços definidos e delimitados a partir de relações de poder. Nesse sentido, concordamos com Carlos Ritter (2011) quando ele afirma que:

[...] “poder” e “identidade” não se opõem, pelo contrário tendem a se complementar e a se integrar, uma vez que toda identidade é socioculturalmente construída e permanentemente reconstruída pelos contextos, nas mais diversas escalas, a partir de valores herdados e da ação das forças hegemônicas [...]. O poder, para ser estabelecido, necessita da decodificação das semiologias identitárias presentes para inferir, só assim, na reprodução e nas transformações das mesmas, numa relação dialética. Dessa forma, entende-se que todo território, ao ser estabelecido, passa a apresentar características identitárias e relações de poder espacializadas (RITTER, 2011: 99).

Dessa forma, ao utilizarmos o conceito de Território LGBT, buscamos ressaltar a existência desses locais como resultado de disputas de poder. A possibilidade de haver baladas, bares, sedes de grupos, entre outros locais que se estabelecem como territórios LGBT nunca foi algo incontestável: pelo contrário, se repete nas narrativas diversas construídas acerca deles a constante necessidade de marcar posição e resistir a forças e atores que operam historicamente tentando marginalizar e impedir suas existências. Quando se fala de ditadura militar, por exemplo, pode-se pensar nas investidas policiais a bares e casas noturnas frequentadas por esse público, buscando desencorajar e impedir o funcionamento de tais estabelecimentos, ações estas que encontraram resistências diversas.

Ao mesmo tempo, a opção por selecionar os filmes a partir desse marcador se justifica a partir da compreensão de que os territórios de sociabilidade LGBT – ainda que alguns não existam mais no presente – são um componente importante para a reconstituição da história das homossexualidades e travestilidades no Brasil. Além disso, eles também podem ser entendidos como lugares de memória. Por definição, o lugar de memória é onde se tem “sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos” (NORA, 1984: 7).

¹⁷³ Essa opção foi inspirada por uma experiência que tivemos em um dos guaiamentos realizados pela pesquisadora Rita Colaço em nome do Museu Bajubá. Colaço realiza essas atividades em locais que já foram territórios de sociabilidade LGBT no Rio de Janeiro (RJ).

Sendo simultaneamente materiais, simbólicos e funcionais, se constituem dentro de um jogo de memória e história (NORA, 1984).

Assim sendo, em alguns casos, estamos nos referindo a territórios que podem ser reivindicados como patrimônio LGBT. Exemplo disso é o caso do Ferro's Bar, que foi palco do episódio ao qual o Dia Nacional do Orgulho Lésbico faz referência¹⁷⁴. Recentemente, o projeto “Cine Sapatao” realizou um financiamento coletivo nomeado “Ferro's Bar: encontros e lutas lésbicas” visando a produção de um documentário sobre esse episódio¹⁷⁵. O local também foi citado no capítulo “Ditadura e homossexualidades”, incluso no relatório da Comissão Nacional da Verdade, no tópico que recomendava a “construção de lugares de memória dos segmentos LGBT ligados à repressão e à resistência durante a ditadura” (BRASIL, 2014: 310).

A opção por selecionar documentários se justifica porque o gênero utiliza de forma muito corrente o recurso da oralidade por meio de entrevistas e depoimentos e, ao fazê-lo, estabelece um diálogo com o campo da memória. Como afirma o pesquisador Hudson Moura (2005): “Diferentemente do filme ficcional, no filme documental o depoimento/testemunho é construído no ato da fala. O depoimento ‘ao vivo’ ganha uma outra dimensão na sua veracidade e ao mesmo tempo em seu falseamento.” (MOURA, 2005: 1).

Portanto, não se trata de tomar o documentário como verdade, mas de compreendê-lo como a construção de uma entre tantas narrativas possíveis sobre o passado. No caso das produções que envolvem a temática LGBT no Brasil, é possível supor que, em muitos casos, a coleta de entrevistas e depoimentos ocorre de forma antecipada em relação ao trabalho de historiadores e iniciativas de museus e arquivos. Nesse sentido, é interessante notar que, como observa Moura (2005):

A memória oral é o maior trunfo dos documentários, eles dão maior credibilidade ao registro quanto mais eloqüente for o testemunho. “A voz tem qualidades como tom, timbre, amplitude, altura, registro, as quais possuem valores simbólicos” (Zumthor, 1985:7). Mas, a sua hesitação e efêmera permanência no tempo vêm de encontro a uma desordenação à memória histórica. (MOURA, 2005: 2).

A partir desses referenciais, realizamos um levantamento utilizando as plataformas IMDb¹⁷⁶, LGBTFlix¹⁷⁷ e a rede social Filmow. Também fizemos buscas em sites de iniciativas voltadas ao público LGBT: Casa 1¹⁷⁸, Cinema LGBT¹⁷⁹ e Cinematografia Queer¹⁸⁰. Tendo em vista filmes e documentários realizados e

¹⁷⁴ Para saber mais sobre o caso ver: FERNANDES, 2015.

¹⁷⁵ Disponível em: <<https://www.catarse.me/FerrosBar_CineSapatao>>. Acesso em 19 de nov. 2022.

¹⁷⁶ Disponível em: <<<https://www.imdb.com/>>>. Acesso em 19 de nov. 2022.

¹⁷⁷ Disponível em: <<<https://votelgbt.org/flix>>>. Acesso em 20 de nov. 2022.

¹⁷⁸ Disponível em: <<<https://www.casaum.org/>>>. Acesso em 20 de nov. 2022.

¹⁷⁹ Disponível em: <<<https://cinemalgbtbr.wordpress.com/>>>. Acesso em 20 de nov. 2022.

¹⁸⁰ Disponível em: <<<https://cinematografiaqueer.blogspot.com/>>>. Acesso em 20 de nov. 2022.

distribuídos de forma independente, também fizemos a busca no YouTube e na plataforma Vimeo.¹⁸¹

A partir desse movimento inicial de pesquisa encontramos, por meio da leitura da sinopse, um total de 6 documentários que se adequam aos nossos critérios: Flores de 70 (2007), Bailão (2009), A Turma OK (2011), São Paulo em Hi-fi (2013), Rua Carlos Gomes: Apogeu e resistência da comunidade LGBTQIA+ (2022), Divinas Divas (2016). Todos estão disponíveis ou no Youtube, ou no Vimeo ou na plataforma Netflix. Com base nesses resultados, decidimos destacar a princípio as produções de curta-metragem, produzindo a seguinte tabela:

Tabela 1 - Levantamento de curta-metragens

Filme	Diretor(a)	Ano	Territórios mencionados	Cidade / Estado
Flores de 70	Vinicius Cruxen	2007	<i>Flower's</i> (1971-1979)	Porto Alegre – RS
Bailão	Marcelo Caetano	2009	ABC Bailão (1997 - presente)	São Paulo – SP
A Turma Ok	Filipe Matzembacher, Márcio Reolon	2011	Turma Ok (1961 - presente)	Rio de Janeiro – RJ

Fonte: produzido pelas autoras.

Para esse trabalho, por se tratar de uma pesquisa em estágio inicial, optamos por realizar uma análise mais específica do filme Flores de 70 (2007). Ao longo do trabalho, buscamos nos atentar ao uso de recursos como entrevistas e imagens de arquivo. Em geral, pudemos observar as narrativas organizadas a partir de dois grandes temas: a repressão promovida pela ditadura militar e as formas de sociabilidades desenvolvidas apesar do contexto repressivo.

“Para os artistas gays, para o público gay”: Flores de 70 (2007) e sociabilidades LGBT

O documentário Flores de 70, dirigido por Vinicius Cruxen, foi lançado em 2007 como parte de uma iniciativa do grupo SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade. O filme tem como tema a *Flower's*, fundada em 1971, e considerada a primeira boate dedicada ao público homossexual e travesti de Porto Alegre (RS). O estabelecimento funcionou até o ano de 1979 e, ao longo desse tempo, se popularizou pelos espetáculos protagonizados por artistas homossexuais.

Ao longo de pouco mais de 20 minutos, frequentadores e pessoas que, em alguma medida, foram responsáveis pela criação da boate compartilham suas experiências

¹⁸¹ As palavras-chave utilizadas variaram de acordo com a plataforma da pesquisa. Alguns termos como “LGBT”, “cinema queer” e “memória” foram frequentemente utilizados.

envolvendo o local. Em alguns momentos, o documentário também nos apresenta algumas fotografias – possivelmente pertencentes aos entrevistados ou relacionadas aos eventos narrados – que não são datadas e não são acompanhadas de informações sobre o arquivo a que pertencem.

Durante parte do filme, o tema dos shows e espetáculos é central na fala dos entrevistados. Existem menções aos artistas que se apresentavam, aos bastidores envolvendo a preparação para os eventos e às possibilidades de diversão e sociabilidade que o ambiente proporcionava aos frequentadores, inclusive pessoas heterossexuais.

Na narrativa construída pelo documentário, o *Flower's* surge a partir da amizade de um grupo de amigos de longa data: Dirnei Messias, Laine Ledur e Nelson Oliveira. A princípio, o objetivo da *Flower's* era mais restrito ao âmbito das amizades e contatos pessoais. Nas palavras de Laine: “[...] nós começamos a imaginar que seria bom se tivéssemos o nosso ambiente para levar as pessoas conhecidas, para um ambiente talvez com música dançante [...]” (FLORES DE 70, 2007).

Dessa forma, o local é marcado já de início pelo aspecto da sociabilidade, pela busca por um espaço onde fosse possível estabelecer contato com amigos e confraternizar. Ao mesmo tempo, também é possível perceber que o contexto geral de repressão às manifestações de sexualidades e identidades de gênero dissidentes não passou despercebido ao movimento de criação da *Flower's*, assim como a repressão da ditadura militar.

Nesse sentido, Nelson Oliveira afirma que “[...] a ideia era de abrir uma porta praticamente para a liberdade, porque não havia em Porto Alegre isso” (FLORES DE 70, 2007), fala que é complementada em sequência pela afirmação de Ledur de que “naquela época nós vivíamos na época da repressão política.” (FLORES DE 70, 2007). Pensando na fala de Nelson Oliveira, é possível traçar uma conexão entre o entendimento da boate enquanto esse espaço de liberdade e o seu ambiente que, durante uma ditadura que reprimia a existência homossexual, garantia ao público gay esse lugar de segurança e conexão.

O público da *Flower's* foi muito diverso, segundo os entrevistados. Especialmente por conta dos vários shows produzidos e exibidos, os homens heterossexuais também participavam das noites na boate. Ao comentar o tema, Dirnei Messias conta que era realizado um concurso chamado “Machão da Noite”, onde os frequentadores – especialmente homossexuais e mulheres – escolhiam por aclamação um homem heterossexual presente como vencedor (FLORES DE 70, 2007).

Ao mesmo tempo, Messias não deixa de ressaltar a importância do público gay para a *Flower's*. Segundo ele: “Por que que nós [gays] éramos os mais importantes? Não éramos diferentes de ninguém, nós éramos os mais importantes porque aquela casa foi feita para nós. Para os artistas gays, para o público gay.” (FLORES DE 70, 2007). Essa declaração chama a atenção quando pensamos na boate enquanto um território LGBT, uma vez que, apesar de ter abrigado um amplo público, é sua existência como local de livre sociabilidade gay, como um ambiente para uma arte que parte desse público gay que ganha destaque nas narrativas.

Os artistas que passaram pela *Flower's* são lembrados e citados com carinho e sorrisos ao longo do documentário, sinalizando relações de afeto e amizades. Os shows em grupo, descritos por vezes como “superproduções”, eram ensaiados por meses, com

shows individuais entremeando os períodos de espera. Dessa forma, para além das relações que se formavam entre aqueles que frequentavam o ambiente como consumidores, o documentário indica que aqueles que ali trabalhavam e performavam foram capazes de estabelecer vínculos diversos, como é possível notar na fala de Dirnei Messias citada acima.

Dani Dubois, que fazia espetáculos no *Flower's*, chega a afirmar: "Na época que eu frequentei era tudo para mim, era meu porto seguro. [...] Até mesmo dias que não fizesse show, sempre a *Flower's*. Porque tinha gente muito bonita e eu também era, arrumei namorados belíssimos." (FLORES DE 70, 2007). O sentimento que ela expressa acerca da casa noturna é similar entre outros artistas que participam do documentário e que performaram na boate. Isso se manifesta em suas falas, no modo carinhoso como lembram do lugar e se deve não apenas à importância que a *Flower's* assumia em suas vidas, mas pelas pessoas que encontravam por ali e conexões que a boate possibilitou.

A narrativa sobre a *Flower's* que vai se construindo ao longo do documentário fala dela como um evento, mais do que apenas uma boate. Mais de uma vez, a boate é apresentada como uma festa em razão do sentimento de liberdade mencionado previamente, das possibilidades de amizades e conexões que o ambiente oferecia e pelo papel importante que ocupava na vida de seus frequentadores. Tatata Pimentel, um dos entrevistados, afirma:

Festa com liberdade, mas liberdade de tudo, de cantar, dançar, beber e ouvir música. E essa foi a grande novidade *Flower's* em Porto Alegre. Ninguém conhecia ninguém, quando eram amigos, eram 3 ou 4 e se fazia a festa, a mais colorida e a mais divertida. Era uma festa, não era ir a uma casa noturna. *Flower's* era sinônimo de festa, qualquer dia de semana que chegasse. (FLORES DE 70, 2007).

Dessa forma, é possível perceber no documentário Flores de 70 uma narrativa acerca desse território essencialmente LGBT que é construída a partir de diversas memórias que falam dele como local de liberdade, de festa, de namoros, amizades, de uma arte coletiva e também individual. Um ambiente que teria sido construído a partir de vínculos de amizade e existido através de conexões entre as diversas pessoas que por ele passaram. Uma das falas finais de Nelson Oliveira reflete o sentimento que parece permear esses diversos depoimentos que compõem o documentário:

Aquele espaço ali era o próprio Éden, sem dúvida nenhuma. Até a bebida tinha um sabor diferente. [...] Ali era um lugar iluminado. Iluminado por uma coisa que ilumina a vida de qualquer um e de qualquer sociedade que é a própria liberdade. (FLORES DE 70, 2007)

No entanto, as sociabilidades e afetos não são o único tema que identificamos no documentário. Outro que também está presente – e se apresenta a partir de perspectivas controversas – é a repressão praticada pela ditadura militar.

As visões sobre a ditadura militar no documentário Flores de 70 (2007)

No início do filme, Laine Ledur menciona a repressão política e a necessidade exigida de uma “licença especial” para garantir o funcionamento da boate. A partir do depoimento de Laine e de Dirnei Messias é possível perceber que a tentativa de obter essa autorização envolveu uma entrevista com autoridades (incluindo um delegado de polícia) e provocou medo e certa descrença em relação ao resultado.

Em outro momento, Dirnei faz um relato detalhado envolvendo um episódio em que foi preso:

Foi quando eu estava apresentando um espetáculo do *Flower's*. Em pleno show acenderam todas as luzes do *Flower's* e um dos garçons veio e me avisou: ‘Dirnei, está aí a Polícia Federal, a Polícia estadual, a Censura Federal, o Departamento de Diversões Públicas e o Juizado de Menores. Eles estão dando uma batida geral’. Eu prontamente peguei o microfone da casa e disse: ‘Senhoras e senhores, nós vamos parar o show e eu pediria a todos que se acomodassem porque agora nós vamos receber a visita da Polícia Federal e da Polícia Estadual’. Naquele exato momento eu fui preso e algemado (FLORES DE 70, 2007).

Na cena seguinte, o entrevistado Nelson Oliveira, também faz um relato envolvendo a repressão: “Era o auge da ditadura militar, mas tudo que não fosse político, tudo que não fosse manifestação de opinião era liberado.” (FLORES DE 70, 2007). Em sequência, Tatata Pimentel, outro frequentador, complementa:

A ditadura militar, para a noite de Porto Alegre e para o Brasil inteiro, ficava em segundo plano. O pessoal que frequentava a noite, que se divertia, não tinha consciência política. Pouco tava se lixando qual é tipo de governo, quem mandava e quem fazia. Pessoal via a Bethânia cantando Carcará no Leopoldina, via Brasileiro Profissão Esperança, mas viam, não ligavam com a realidade de jeito nenhum, aplaudiam e iam pras boates (FLORES DE 70, 2007).

Chama atenção que ambos os relatos são contraditórios em relação ao episódio narrado por Dirnei. O relato de Nelson Oliveira, em especial, dialoga com uma determinada leitura sobre a censura na ditadura militar que entende que havia uma diferenciação entre a dimensão moral e a dimensão político-ideológica, especialmente em relação à censura. Essa perspectiva, adotada por parte da historiografia sobre o tema, foi contestada pelo pesquisador Renan Quinalha (2017), que argumenta:

Toda censura, sem dúvida, tem uma dimensão política inegável. Afinal, é da própria definição do processo censório impedir a produção de determinadas informações, restringir a liberdade de pensamento e de expressão, colocar obstáculos para que opiniões circulem no espaço público e acabar, com essa vocação

autoritária, impondo uma visão única sobre assuntos complexos e que deveriam comportar uma pluralidade de perspectivas. Trata-se, portanto, de um ato essencialmente político. Além do mais, qualquer censura moral e dos costumes de uma sociedade também possui um aspecto intrinsecamente político de policiamento de condutas, de limitação das liberdades, de sujeição de corpos, de controle de sexualidades dissidentes, de domesticação dos desejos e mesmo de restrição às subjetividades de modo mais amplo. Sob tal ótica, a diferenciação entre moral e política não faria sentido ou, ao menos, não se mostraria muito funcional para a compreensão da censura durante a ditadura (QUINALHA, 2017: 38-39).

Ao mesmo tempo, pensando não somente a censura, mas a repressão de modo mais geral, o relatório da Comissão Nacional da Verdade afirma que:

[...] pode-se dizer que existia também certa tolerância, ainda que bastante relativa, de alguns setores às práticas homossexuais, desde que estas se mantivessem dentro de espaços sociais bem demarcados e circunscritos: Carnaval, lugares fechados e isolados de sociabilidade LGBT, certas profissões consideradas ‘delicadas’ ou ‘criativas’ para homens, ligadas às noções de gênero sobre a feminilidade tradicional, bem como certos lugares reservados para mulheres masculinizadas.” (BRASIL, 2014: 300).

Trata-se, portanto, de uma questão que está em disputa e que tende a ser complexificada na medida em que novos estudos sobre a repressão forem realizados. Pensando especificamente sobre a relação entre a *Flower's* e a ditadura militar, Laine anuncia que “Eles perseguiram muito o *Flower's* porque eles imaginavam que tinham muitos menores dentro do *Flower's*, mas não tinha, na verdade.” (FLORES DE 70, 2007). E em seguida, Dirnei complementa: “Quanto mais a polícia batia, quanto mais ele era cerceado de liberdade, maior era o público no outro dia.” (FLORES DE 70, 2007).

Essas duas falas, além de também serem contraditórias em relação aos depoimentos de Nelson e Tatata, também são significativas do modo como a ditadura operou. A fala de Dirnei, em particular, chama atenção para o fato de que o recrudescimento da repressão não significou um declínio dos espaços de sociabilidade LGBT, que vinham se expandindo desde 1945 (GREEN, 2019: 263). O crescimento também ocorreu no período entre 1969 e 1978, não como resultado da ditadura, mas sim em razão de inúmeras mudanças políticas, sociais e culturais que ocorriam em todo o mundo naquele contexto (GREEN, 2019: 406).

Apesar dos relatos divergentes sobre o modo como a repressão da ditadura militar atravessou a boate e seus frequentadores, a historiadora Camila Barbosa informa que:

Na tentativa de desviar desta perseguição, a boate *Flower's*, localizada na praça Jaime Telles, mudou de lugar e de nome em

1975. Passa a ocupar um prédio da avenida Independência, espaço da boemia tradicional da cidade, sob o nome de *New Flower's City*, perdurando por mais quatro anos (BARBOSA, 2018: 66).

Resultados e conclusões

Tendo em vista que se trata de uma pesquisa em estágio inicial, é possível que os resultados aqui apresentados sejam alterados conforme outros documentários sejam mapeados e novas variáveis sejam acrescentadas ao escopo na análise. No entanto, a partir do que foi observado até o momento, foi possível perceber que o cinema-documentário – tal como outros lugares de memória – também vem sendo utilizado como um meio de produção e difusão de narrativas sobre o passado LGBT.

No caso do documentário Flores de 70, é possível notar que a fonte oral é um recurso importante. Embora ela seja comum no cinema-documentário, torna-se muito potente no caso de produções que abordam as memórias LGBT tendo em vista que ainda há uma certa dificuldade em coletar e acessar arquivos referentes ao passado de pessoas e organizações de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil. Identificamos também que o uso de imagens e vídeos são explorados, mas a fonte não é indicada e, em alguns momentos, os vídeos não são contextualizados.

A opção pelo uso de entrevistas de pessoas que apresentam diferentes perspectivas sobre a ditadura permite refletir sobre o modo como esses sujeitos foram afetados de formas distintas pela repressão e apresentam visões contraditórias em relação a esse passado que, nesse caso, tem a boate *Flower's* como eixo organizador de suas narrativas. Ainda que os fundadores tragam depoimentos marcantes sobre a censura e a repressão policial, os eventos narrados não refletem na fala de alguns dos entrevistados. Nesse sentido, o contraste da *Flower's* como um lugar assediado pela ditadura e, ao mesmo tempo, um espaço de liberdade para seus frequentadores é algo muito simbólico da contradição que foi o crescimento de espaços de sociabilidade LGBT em um contexto em que a repressão se intensificava.

Além disso, a existência da *Flower's* em meio às disputas de poder que ocorriam naquele momento foi fundamental para demarcar um território frequentado por homossexuais, travestis e transexuais, mas notoriamente construído por gays e para gays. Dessa forma, a *Flower's* se mantém presente nas narrativas e memórias de seus frequentadores, fundadores e artistas, e pode ser pensada como parte de uma história LGBT brasileira como um ambiente em que diferentes indivíduos e identidades puderam existir, se expressar e se conectar.

REFERÊNCIAS

- Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por uma história decolonial: Gênero, raça e classe na América Latina. Eduarda Guerra Tostes; Lavínia Renata de Oliveira Turqueti; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2022. 926 p.
ISSN:2317-0468

FONTES

FLORES de 70. Direção de Vinicius Cruxen. Produção de Ana Laura Albornoz. Porto Alegre: Somos– Comunicação, Saúde e Sexualidade, 2007. (25 min) Disponível em: <<https://youtu.be/exXr13fVsV4>>. Acesso em: 21 de nov. 2022.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Camila. **"São bichas mas são nossas!": análise do surgimento e consolidação da coligay como uma torcida organizada autoafirmada homossexual (1977-1980)**. 2018. 116 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

BOITA, Tony. **Museologia LGBT: Cartografia das memórias LGBTQI+ em acervos, arquivos, patrimônios, monumentos e museus transgressores**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2020.

BRASIL. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acesso em: 20 de nov. 2021.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a ditadura militar. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org). **Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. Edufscar: São Carlos, 2014.

FERREIRA, Stella. O corpo também é um agente político: a resistência à Ditadura Civil Militar através do filme Tatuagem. **Revista Em Perspectiva**, Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 67-86, 2020.

GREEN, James. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

MEUSEN, Isabel. **Unacknowledged Victims: Love between Women in the Narrative of the Holocaust. An Analysis of Memoirs, Novels, Film and Public Memorials**, 2015. 178f. Tese (Doutorado). University of South Carolina.

MOURA, Hudson. **Oralidade e fabulação no cinema documentário**. BOCC – Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, Covilhã, Portugal, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História** (PUC-SP), São Paulo, v.10, p. 7-28, 1993.

PEREIRA, Ana Cecília. **As comissões da verdade no Brasil e a construção de narrativas sobre a repressão a pessoas LGBT durante a ditadura militar**. 2021. 95 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. 2017. 329 f. Tese de Doutorado - Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RITTER, Carlos. Reflexões epistemológicas sobre os “territórios de identidade”. **Revista Geografar**, Curitiba, v.6, n.1, p.95-109, 2011.

Schulman, Sarah. **Gentrification of the Mind: Witness to a Lost Imagination**. Berkeley: University of California Press, 2013.

TZVETAN, Todorov. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Editorial Paidós, 2000.

Simpósio Temático - Brasil, independências e construção do Estado Nacional

"É necessário que fixemos primeiramente a ideia sobre o que deve ser um juiz de paz": os planos de organização judiciária nas primeiras décadas do século XIX

Eduardo da Silva Júnior¹⁸²

Resumo: Em meio ao processo de construção do Estado nacional brasileiro, o problema da organização da justiça foi reconhecido pelos coevos como um tema fundante, tomando grande atenção dos legisladores em diversos momentos nos anos que se seguiram à Independência. A implementação da justiça de paz no ordenamento jurídico brasileiro se insere nesse conflituoso processo de construção de um Estado nacional, nela depositou-se a expectativa para que fossem superadas a “corrupção”, a “arbitrariedade” e a “morosidade” herdadas do judiciário português. O presente trabalho tem como objetivos discutir as diferentes formas pelas quais a justiça de paz foi pensada na sociedade oitocentista, bem como analisar as constantes tensões que surgem no enquadramento dos juízes de paz no ordenamento jurídico.

Palavras-chave: Administração da justiça, Justiça de paz, Brasil Império.

Abstract: In the midst of the process of construction of the Brazilian national state, the problem of the organization of justice was recognized by the contemporaries as a founding theme, drawing great attention from legislators at different times in the years that followed Independence. The implementation of justice of the peace in the Brazilian legal system is part of this conflicting process of building a national state, in which the expectation was placed to overcome the "corruption", "arbitrary" and "slowness" inherited from the Portuguese judiciary. The present work aims to discuss the different ways in which justice of the peace was thought of in nineteenth century society, as well as to analyze the constant tensions that arise in the framework of justices of the peace in the legal system.

Keywords: Administration of justice, Justice of the peace, Empire Brazil.

Em meio aos debates políticos das primeiras décadas do século XIX brasileiro, o problema da organização da justiça foi reconhecido pelos coevos como um tema fundante (LOPES, 2017), tomando grande atenção dos legisladores em diversos momentos nos anos que se seguiram à Independência. A necessidade de reformas na justiça, para que fossem superadas a “corrupção”, a “arbitrariedade” e a “morosidade” herdadas do

¹⁸²Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: eduhisufjf@gmail.com

judiciário português, foi argumento constantemente invocado pelos políticos durante a Assembleia Constituinte de 1823 e das primeiras legislaturas.

Como denunciou Joaquim Manuel Carneiro da Cunha, na Assembleia Constituinte, “bem triste prova nós temos na opressão dos povos do Brasil, que por três séculos sofreram toda espécie de violência e despotismos da parte dos magistrados sempre prontos a sacrificar a justiça a seus sórdidos interesses e paixões [...]”¹⁸³. Crítica reiterada meses depois por José Martiniano de Alencar, na qual sustentou ser por meio dos magistrados que os povos sentiam mais imediatamente os efeitos do despotismo. Nas suas palavras, seria “o magistrado quem ia até o interior das terras levar a miséria e a opressão ao desgraçado cidadão; era o magistrado quem imediatamente atentava contra vida, honra e fazenda do cidadão; e, portanto, é contra o magistrado que existe maior ódio”¹⁸⁴.

Isso é, seja pela falta de preparo técnico, pela corrupção, pela parcialidade escancarada nos julgamentos, pela maléfica submissão à vontade imperial ou aos detentores de poder; a magistratura togada (com formação em Direito) acumulou uma série de críticas da sociedade, sendo frequentemente associado à opressão dos povos, ao despotismo e à violação de direitos (CONTINENTINO, 2021). Essas críticas sinalizam para o fato de que se, no mundo constitucional, o judiciário foi consagrado como um dos poderes constituinte da nova ordem que se construía, o mesmo também era tido como um perigo em potencial aos cidadãos e seus direitos (CLAVERO, 1997). Daí as constantes recordações nos discursos políticos dos coevos quanto aos excessos cometidos pelos magistrados durante o Antigo Regime.

A justiça de paz (também chamada de justiça cidadã, leiga, popular ou eletiva); surgia como um contraponto a justiça de formação, trajando com vestes constitucionais o amplamente celebrado, porém igualmente temido, Poder Judiciário. A instituição dessa autoridade no ordenamento jurídico marcou a possibilidade de intervenção popular no judiciário. Durante as primeiras décadas do século XIX brasileiro, esse juiz de proximidade foi personagem controverso em meio aos debates do período, polemizando as discussões sobre o judiciário posta em curso naquele momento. Justamente em torno dessa questão que as páginas que se seguem concentram sua atenção, analisando os debates parlamentares de regulamentação da justiça de paz no Brasil oitocentista, buscando demonstrar as distintas, e por vezes, conflitantes perspectivas quanto ao desenho do ordenamento jurídico e dos lugares dos poderes que compunham o judiciário.

A Carta Constitucional de 1824 estabelecia que, sem tentar um meio de reconciliação, não seria possível iniciar processo algum no Brasil Império; marcava também que, para esse fim, existiriam os juízes de paz¹⁸⁵. Se na constituição já se previa a existência de tal autoridade no ordenamento jurídico, o mesmo não ocorreu com suas atribuições, que ficaram há serem definidas posteriormente, mediante lei regulamentar. Contudo, já se deixava sinalizado o horizonte de expectativa quanto o espaço de atuação

¹⁸³BRASIL. *Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil*, 2003, t. 1, p. 341. Sessão de 03 de julho de 1823.

¹⁸⁴BRASIL. *Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil*, 2003, t. 3, p. 300. Sessão de 24 de outubro de 1823.

¹⁸⁵Constituição Política do Império do Brasil (1824).

dessas autoridades, isto é, dirimir conflitos e contendas antes que se convertessem em pleitos judiciais. Uma função, portanto, essencialmente conciliatória, situada no universo pré-processual.

Convocado pelo monarca, o parlamento brasileiro deu início aos trabalhos legislativos em 1826, tendo pela frente o desafio de construir um arranjo legal articulado aos novos princípios trazidos com o constitucionalismo moderno, nas discussões postas em curso pelos legisladores, além do mero conciliador previsto na constituição, seriam impressas nesses juízes muitas outras atribuições.

Na sessão de 11 de julho de 1826, aparece na Câmara dos Deputados o primeiro projeto de regulamentação dos juízes de paz. Formulado por Diogo Antônio Feijó, deputado por São Paulo¹⁸⁶. O juiz proposto por Feijó deveria ser um conciliador, como previsto na constituição; contudo, também deveria exercer funções policiais que garantissem a tranquilidade e a ordem nas localidades. Nesses termos, a proposta acrescia novas competências a essa jurisdição; agora, também caberia a ela prender em flagrante delito, prender bêbados, acautelar dissensões e brigas, vigiar indivíduos que se mudassem para seu distrito, dentre outras funções, que tinham em comum a preocupação com a manutenção da tranquilidade pública nas localidades.

Como é possível observar, do previsto na constituição ao proposto no projeto de Feijó, ocorre certa variação no entendimento do que seria a justiça de paz; no último, tornavam-se admissíveis eventuais ações de policiamento, mas isso não significou uma ruptura com a concepção de juiz essencialmente conciliador, uma vez que o juiz de paz continuava sem competências relativas à dimensão processual. Logo, ele ocuparia o mesmo lugar que antes no ordenamento jurídico, isto é, externo aos processos judiciais, distante do campo de atuação dos magistrados de formação. Desse modo, tais mudanças trataram mais de uma ramificação da questão, colocando em cena novas funções; porém, permanecia o entendimento de que o local por excelência da justiça de paz era a conciliação.

Na sessão de 30 de agosto de 1826, foi apresentado um segundo projeto de regimento dos juízes de paz, agora de autoria do também deputado por São Paulo, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro¹⁸⁷. A justiça de paz, no projeto de Vergueiro, assumia novas áreas de atuação: agora, caberia ao juiz de paz dividir bairros em quarteirões, vigiar pessoas suspeitas, julgar contendas cíveis, injúrias, furto, danos, ofensas à moral pública, dentre outras atribuições. Tais juízes assumem funções administrativas, policiais e, o que mais chama atenção, passavam a dispor de competências no âmbito dos processos judiciais. Em vista disto, o projeto de Vergueiro trazia à cena a imagem dos juízes de paz também como julgadores, distanciando-se significativamente do juiz meramente conciliador e lançando os juízes leigos no interior do campo do judiciário ordinário, espaço antes reservado aos letrados.

Após a apresentação dos projetos, o escolhido para pautar a discussão foi o do deputado Vergueiro. A discussão do projeto de regimento teve início em 18 de maio de 1827 e, durante a sua tramitação pela Câmara dos Deputados, as distintas concepções de

¹⁸⁶ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO. *Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1874. v. 3, p. 127-131. Sessão de 11 de julho de 1826.

¹⁸⁷ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO. *Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1875. v. 4, p. 312-317. Sessão de 30 de agosto de 1826.

justiças impressas nos projetos mencionados anteriormente se confrontaram em meio ao debate parlamentar, disputando a formatação da justiça de paz oitocentistas.

Sem dúvida, os pontos que mais tensionaram os debates dos deputados foram aqueles que definiam as áreas de atuação da justiça de paz. Alguns, diante da ampla jurisdição possibilitada à justiça local pelo projeto de Vergueiro, manifestaram-se apontando os abusos e a arbitrariedade que o acúmulo de uma série de funções em uma autoridade eletiva poderia produzir. Outros, por sua vez, defendiam a manutenção dessa característica do projeto, invocando os benefícios que tal jurisdição traria para a vida local.

É no interior desse contexto que ganha sentido falas como a do deputado eleito por Pernambuco, Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, contrário à ideia de um juiz eletivo exercer função judicial (relativo ao pleito judicial). Para ele: “[a] nossa Constituição manda que o juiz de paz seja eletivo e dá-lhe a atribuição de conciliar as partes, e quando tratar do poder judicial, e do poder de compelir as partes em matérias contenciosas, ou criminais, não fala nos juízes de paz, fala sim em juízes de direito e jurados.”¹⁸⁸. É importante percebermos a marcante distinção estabelecida por Cavalcanti de Albuquerque entre os juízes letrados (com formação em Direito) e os eletivos (leigos), uma vez que novamente aparece a concepção do juiz de paz essencialmente conciliador, a qual admitia sua atuação somente em espaços externos ao judiciário ordinário.

Longe de ser uma fala isolada, essa perspectiva da justiça local aglutinou deputados como Augusto Xavier de Carvalho, João Chrisóstomo de Oliveira Salgado, Diogo Antônio Feijó e Manoel Caetano de Almeida e Albuquerque. Acreditavam que aos juízes de paz cabia persuadir e conciliar, fazendo assim desaparecer a contenda; poderia até se admitir a prevenção de crimes, visto que se vinculava à harmonia e tranquilidade pública, mas sua inserção no julgamento de causas era rejeitada, pois se temia que ela os transformasse em “[...] pequeno[s] déspota[s]”¹⁸⁹.

Por outro lado, aqueles que defendiam uma justiça local que fosse muito além da mera conciliação e, sobretudo, com atribuições nos pleitos judiciais, argumentaram a favor de instaurar uma autoridade nas localidades que atendesse a população local na resolução de diversas questões com prontidão e celeridade. Assim, a população não sofreria com os longos deslocamentos exigidos para resolver pequenos negócios. Como argumentou José Lino Coutinho, deputado pela Bahia: eram muitas as pequenas contendas existentes nas localidades e essa atribuição aos juízes de paz era necessária a fim de ser a “justiça para os pobres”, que os responderia com muito mais prontidão, pois não podiam sustentar as contendas judiciais dispendiosas e longas¹⁹⁰. Essa concepção da ampla jurisdição para a justiça local articulou nomes como Miguel Calmon du Pin e Almeida, José Lino Coutinho, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Manoel José de Souza França e Bernardo Pereira de Vasconcelos.

¹⁸⁸ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO. *Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hyppolito José Pinto & C^a, 1875. v.1, p. 152, 22 de maio de 1827.

¹⁸⁹ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO. *Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hyppolito José Pinto & C^a, 1875. v. 1, p. 144. Sessão de 21 de maio de 1827.

¹⁹⁰ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO. *Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hyppolito José Pinto & C^a, 1875. v. 1, p. 139. Sessão de 19 de maio de 1827.

Para essa perspectiva, caso o debate da Câmara caminhasse discordante à aprovação de uma jurisdição mais extensa aos juízes de paz, como destacou Bernardo Pereira de Vasconcelos, tais juízes acabariam sendo reduzidos a juízes de vintena, ou a algo ainda menor¹⁹¹. Entendia-se que, sem autoridade nas pequenas causas, a justiça de paz teria pouca importância nas localidades e não atrairia os melhores nomes para sua ocupação. Em outras palavras, devia-se “ter por certo que os juízes de paz não terão consideração nem farão bem algum uma vez que não tenham ampla jurisdição”¹⁹². Tal percepção da justiça inseria a atuação dos juízes leigos num campo de atuação antes reservado apenas aos juízes letrados, possibilitando-os realizar julgamentos, e os compreendendo como parte do conjunto da justiça ordinária e não como algo desconexo dela.

Importante perceber que mais do que atribuições, o que estava em jogo no debate é a definição do que seria essa autoridade e, por conseguinte, o lugar que ela ocuparia no ordenamento jurídico oitocentista. Logo, se a conciliação detinha unanimidade na Câmara dos Deputados, avançar para além dessa questão constituiu-se uma problemática que é central na discussão da regulamentação da justiça de paz no Brasil. Mais que isso, nessa discussão ficou externado como, em meio ao processo de construção do Estado nacional brasileiro, não se tinham claros os lugares dos poderes que compunham o judiciário.

Apesar dos apelos da oposição: “se autorizamos a uma pessoa para prender, julgar, etc...; íamos constituí-lo um déspota, e ao mesmo tempo faze-lo odioso”; “é excessivo dar-lhe todas estas atribuições, porque então virá cada um deles a ser um pequeno déspota em seu distrito”¹⁹³. Formou-se maioria em meio aos deputados em torno da ampla jurisdição, nesse entendimento, os juízes de paz situavam-se no judiciário ordinário e sua atuação ultrapassava a dimensão pré-processual, pois se a constituição marcava que a eles caberiam a conciliação, paralelamente, não impedia que fossem adscritas novas atribuições (DANTAS, 2021). Assim, a lei de 15 de outubro de 1827 concentrou nessas autoridades poderes que tocavam no policiamento, na tranquilidade pública e na punição de crimes locais (funções policiais, administrativas, judiciais e conciliatórias).

Contudo, a discussão produzida em torno do embate entre essas duas perspectivas de organização judiciária, não se encerrou com a sanção da mencionada lei, pelo contrário permaneceriam operantes nessa sociedade, nutrindo imaginários e produzindo um cotidiano de divergências e tensões em torno da figura do juiz de paz. Por isso, não raras vezes, os coetâneos se viram as voltas se deveriam entender os juízes de paz como autoridades meramente de conciliação ou um juiz em sentido próprio, com todo formalismo que o cargo exigia (SILVA JÚNIOR, 2022; SLEMIAN, 2017).

Considerações finais

Em vista do exposto, deve-se perceber que a criação da justiça de paz no Brasil oitocentista foi permeada por diversas dissensões quanto às características que esse juiz

¹⁹¹ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO. *Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hyppolito José Pinto & C^a, 1875. v. 1, p. 143. Sessão de 21 de maio de 1827.

¹⁹²ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO. *Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hyppolito José Pinto & C^a, 1875. v. 1, p. 143. Sessão de 21 de maio de 1827.

¹⁹³ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO. *Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hyppolito José Pinto & C^a, 1875. v. 1, p.144. Sessão de 21 de maio de 1827.

deveria assumir e o seu enquadramento no ordenamento jurídico do período. Tal questão se manteria como um desafio colocado para essa sociedade, pelo menos durante as primeiras décadas do Brasil Império. Pois ao longo desse período, existiram diferentes entendimentos do que era o juiz de paz, isso demonstra que num momento de experimentação da novidade jurídica que representou a justiça de paz oitocentista, não se tinha um consenso entre os contemporâneos quanto ao lugar que essa ocupava no ordenamento jurídico.

Referência Bibliográfica

Fonte

ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO. *Câmara dos Deputados*. [Período:1826 - 1827].

BRASIL. *Lei de 25 de março de 1824*. Constituição Política do Império do Brasil.

Bibliografia

CLAVERO, Bartolomé. *Happy Constitution: cultura y lengua constitucionales*. Madrid: Editorial Trotta, 1997.

CONTINENTINO, Marcelo Casseb. O poder judiciário no Brasil oitocentista: dois momentos de sua formação e evolução. *In: CUNHA, Mônica Maria de Pádua Souto da; AMARAL, Carlos Alberto Vilarinho (org.). Tribunal de justiça de Pernambuco: 200 anos de história, tribunal da Relação (1821-1892)*. Recife: TJPE, 2021. p. 177-209.

DANTAS, Monica Duarte. Administração da justiça, ordem do processo e embates políticos no Brasil Império (1826-1832). *In: DANTAS, Monica Duarte; BARBOSA, Samuel. Constituição de poderes, constituição de sujeitos: caminhos da História do Direito no Brasil (1750-1930)*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 2021.

LOPES, José Reinaldo de Lima. *História da justiça e do processo no Brasil do século XIX*. Curitiba: Jaruá, 2017.

SILVA JÚNIOR, Eduardo. “Sobre as dúvidas quanto à inteligência da palavra – magistrado –”: os enquadramentos dos juízes de paz na cultura jurídica do Brasil Império (1827-1841). *Outros Tempos*, São Luís, v. 19, n. 33, p. 175-192, 2022.

SLEMIAN, Andréa. Dois projetos de justiça, uma mesma autoridade: os juízes de paz segundo Diogo Antônio Feijó e Bernardo Pereira de Vasconcellos (1829). *In: CAMPOS, Adriana Pereira; SLEMIAN, Andréa; MOTTA, Kátia Sausen da (org.). Juízes de paz: um projeto de justiça cidadã nos primórdios do Brasil Império*. Curitiba: Juruá, 2017. p. 47-63.

“ELE NASCEU NO MARANHÃO; É BRASILEIRO, {...} É NATURAL QUE SONHE COM A INDEPENDÊNCIA DE SUA NAÇÃO”: João Bráulio Muniz, Francisco Gonçalves Martins, Odorico Mendes e Telles Lobo na Câmara dos Deputados (1826-1829).

Mário Augusto Carvalho Bezerra¹⁹⁴

Os ecos e efeitos dos processos de Independências do Brasil chegaram nas províncias em grau e escala própria, atingindo os sujeitos com experiências, vivências e expectativas nos rumos do Brasil “autônomo”. Não foi um movimento ou processo, a independência ganhou forma, tornou-se revolucionária nos dois lados do Atlântico. A manutenção das relações políticas com a metrópole portuguesa e os conflitos entre as elites econômicas e políticas em busca do poder local causaram o reconhecimento tardio do Rio de Janeiro como centro de autoridade política do período. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar dois pontos: a atuação de Bráulio Muniz e Francisco Martins no período revolucionário da independência em São Luís e suas redes de sociabilidades políticas com outros políticos; a relação centro-província nos princípios do constitucionalismo e organização da nova ordem administrativa na Câmara dos Deputados.

Palavras-chave: Brasil. Maranhão. Independências.

The echoes and effects of the Independence processes in Brazil reached the provinces in their own degree and scale, reaching the subjects with experiences, experiences and expectations in the direction of “autonomous” Brazil. It wasn't a movement or process, independence took shape, it became revolutionary on both sides of the Atlantic. The maintenance of political relations with the Portuguese metropolis and the conflicts between the economic and political elites in search of local power caused the late recognition of Rio de Janeiro as the center of political authority in the period. In this sense, the objective of this work is to analyze two points: the performance of Bráulio Muniz and Francisco Martins in the revolutionary period of independence in São Luís and their networks of political sociability with other politicians; the center-province relationship in the principles of constitutionalism and organization of the new administrative order in the Chamber of Deputies.

Keywords: Brazil. Maranhao. independences.

Após a presença da bancada maranhense nas Cortes portuguesas de 1821 a 1822, a representatividade de Francisco Martins, Bráulio Muniz, Telles Lobo e Odorico Mendes na Assembleia Geral compreendeu a segunda participação política do Maranhão em Parlamento legislativo, agora no Brasil. Marcada por acirramentos entre os distritos eleitorais e a capital, as eleições em São Luís (1825) foi ponto central da reorganização

¹⁹⁴ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão – PPGHIS/UFMA. Mestre em História pela Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS/UFMA). Especialista em Ensino de História do Brasil e Maranhão pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). Graduado em História - Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Integrante do Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista (NEMO), da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). (Contato: marioaugusto769@gmail.com).

política no espaço provincial, demarcado por figuras políticas – portugueses e “brasileiros” – que “renovaram” o quadro administrativo e representativo da província nos debates parlamentares na via de construção da unidade nacional.

A prosopografia será o método para analisar as biografias coletivas no conjunto social dos cidadãos eleitos para o cargo de deputado geral da província. Permitindo observar relações internas entre grupos, redes de relacionamentos, representações e configurações sociais. É a construção de biografia sem perder o ponto de partida: a dimensão coletiva. As análises da dimensão coletiva desses cidadãos configuram o desenvolvimento da política imperial em terras maranhenses, principalmente na imprensa. Pensar o Império brasileiro a partir do Maranhão requer trilhar por particularidades de personagens na cena política nos variados impressos da província, que estreitaram relações dentro e fora da província e do quadro de transformações sociais do liberalismo vigente.

A entrada do Maranhão na unidade política do Império do Brasil possui característica de pressão ao invés de vontade coletiva das elites administrativas e políticas do período. A problemática da “adesão” do Maranhão oficializada em 28 de julho de 1823, configurou em um processo político “de fora para dentro”, como afirma o historiador Mário Meireles em sua *História do Maranhão*, pautado na formação da unidade política nacional “sem mesmo existir tal clima em terras maranhenses” (MEIRELES, 2015, p. 264).

Confrontando a afirmação de Meireles, o objetivo é discutir a “adesão” do Maranhão a Independência do Brasil, pautada na participação política de dois personagens centrais desse trabalho, são eles: Francisco Gonçalves Martins e João Bráulio Muniz; e formação de ideias independentistas a partir de São Luís. Além disso, destacar a chegada do Oficial Militar Manuel Telles da Silva Lobo, nomeado pelo almirante Lord Cochrane ao cargo de Presidente Interino da Província do Maranhão.

O historiador Matthias Röhrig Assunção destaca três aspectos principais do processo de adesão à Independência no Maranhão: “a luta ferrenha entre as facções da elite pelo poder local e regional, a relativa violência dos conflitos durante esse período e o alto grau de envolvimento das classes populares” (ASSUNÇÃO, 2005, p. 345). Pontos centrais para identificar a movimentação política do período, enfatizando a dinamização das elites políticas em busca do poder administrativo, assim:

A adesão tardia da província do Maranhão ao Império do Brasil, assim como de outras províncias como a Bahia, Piauí, Pará e a Cisplatina (atual Uruguai) mostra como a separação política com a metrópole portuguesa não era um consenso entre as elites “brasileiras” (ABRANTES; MATEUS, 2018)¹⁹⁵.

Com a inserção do Maranhão no Império do Brasil, os anos seguintes do pós-adesão à Independência brasileira reservaram agitações políticas no cenário do provincial, foi o momento da apresentação mais intensa de personagens políticos oriundos da educação coimbrã. São Luís e importantes vilas comerciais, compostas por membros

¹⁹⁵ Artigo disponível no site do Portal Guará (<https://portalguara.com/adesao-do-maranhao-a-independencia-o-dia-28-de-julho-entre-lembrancas-e-esquecimentos/>), acessado em 26/11/2022.

apoiadores ou contrários a incorporação da província no Império, vivenciaram os dissensos políticos quanto as pressões a causa brasileira.

No período de 1822 a 1825, a movimentação política na província foi marcada pelas pressões quanto a Independência do Brasil, reorganização política do Maranhão e da construção da unidade política do novo Império, gerado com a concentração política dos representantes do Brasil no Parlamento português. Na configuração da nova cultura política brasileira, coube às câmaras de cada província a ligação entre a Constituição e o Imperador, permeando o processo de construção da soberania política, pois “esse sistema de adesão ocorreu de modo desigual em todo o Brasil” (SOUZA, 1999, p. 143).

Entendida como conjunto de práticas simbólicas, hábitos, costumes e discursos, a cultura política do Maranhão na década de 1820 pode ser dividida em duas: a primeira: defendida por portugueses ligados aos comandos e manutenção da fidelidade política de Lisboa como centro de autoridade política; a segunda: brasílica e separatista, ou seja, fruto das transformações políticas e sociais do liberalismo constitucional vintista, pautada na inserção de ideais independentistas, visando autonomia política do Império. Ambas ficam evidentes ao observar os dissensos entre defesas da “causa portuguesa” e “causa brasileira”, pois “até o momento definitivo da ruptura, em fins de 1822, a noção de “brasileiro” e “português” não incorporavam ainda o sentido das rivalidades que foram se desenrolando” (ARAÚJO, 2018, p. 133).

A participação política do Maranhão no Império do Brasil foi marcada por dois aspectos: o primeiro, referente a organização do Estado Imperial, composto por elites políticas e econômicas com formação ilustrada pela Universidade de Coimbra, daí decorrentes ao processo de independência brasileiro “capitaneado por uma geração de homens que acalentara o ideal ilustrado de um vasto império luso-brasileiro, a quem caberia a tarefa de construir as bases político-institucionais do jovem Estado” (CABRAL, 2015, p. 31); a segunda, relacionada com a inserção e transição da política constitucional no Maranhão após a “adesão” ao novo Estado.

Com a Independência do eixo Centro-Sul, cabia a Corte do Rio de Janeiro a unificação das províncias do Norte do Brasil, com objetivo de construir a nação através da unidade política nacional, em razão de que “o novo Império não dispunha de um território unificado prévio, mas de um conjunto heterogêneo de territórios coloniais herdados da colonização” (MAGNOLI, 2003, p. 294).

No Maranhão, a primeira Junta Provisória e Administrativa de Governo do Maranhão foi eleita em 15 de fevereiro de 1822, possuindo como marca os laços políticos e econômicos com a Corte portuguesa, resultando em lento processo de inserção no Império brasileiro. De acordo com a historiadora Edylene Lima:

O fim do governo de Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca não significou uma trégua nas disputas políticas entre os principais grupos familiares da província do Maranhão. Entre os conflitos, rivalidades e interesses, práticas estas que compunham a agenda do processo de constituição das Juntas de Governo, a organização política do Maranhão foi sendo desenhada de acordo com a demanda de poder em mãos de grupos específicos das elites locais (LIMA, 2009, p. 83).

Naquele período, o Marechal Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, que administrou a província de 1819 a 1822, partia para a Europa. Vieira da Silva descreve o momento da partida de Fonseca com entusiasmo, motivado, talvez, pela imagem positiva durante os anos de sua administração e das “novidades do tempo” implantadas na província.

No dia 28 do mesmo mês [fevereiro], saiu deste porto com destino ao de Lisboa a Galera inglesa George, transportando a seu bordo o Marechal Silveira que, com as formalidades devidas ao cargo que ocupava, acompanhando dos membros da Junta do Governo, autoridades e numerosos cidadãos, embarcou das 9 para as 10 horas da manhã, deixando um nome benquisto e levando as bênçãos dos maranhenses (SILVA, 1972, p. 57-58).

Composta por alguns cidadãos formados na Universidade de Coimbra, o cargo de presidente foi exercido pelo bispo D. Frei Joaquim de Nossa Senhora de Nazaré, residente em São Luís desde 1820, “que, desse modo, cada vez mais se envolvia na crise política superveniente, mas no curso da qual sempre se manteria incondicional e intransigentemente ao lado do legitimismo português” (MEIRELES, 1977, p. 199).

Como secretário, o brigadeiro Sebastião Gomes da Silva Belfort. Vale lembrar que Sebastião Belfort participou das eleições de 1821, referente a primeira bancada do Maranhão nas Cortes portuguesas, concorrendo com Raimundo de Brito Magalhães e Cunha em segundo escrutínio, ficando empatado em número de votos, saindo Cunha eleito. Naquele momento, “a eleição para deputados foi resultado de uma composição entre os partidários do Antigo Regime e o movimento constitucional” (ASSUNÇÃO, 2005, p. 350).

No pleito de 1825, Belfort reaparece concorrendo a uma cadeira de deputado geral para a Câmara dos Deputados instalada em 1826 no Rio de Janeiro. Portanto, figura política ativa em São Luís durante e após a adesão a Revolução do Porto. Os nomes do chefe-de-esquadra Filipe de Barros e Vasconcelos, o desembargador João Francisco Leal, coronel Antônio Rodrigues dos Santos, tenente Caetano José de Sousa e o tesoureiro Tomás Tavares da Silva, compuseram o restante dos membros da Junta.

Para o Comando das Armas, fora nomeado o Marechal de Campo Agostinho Antônio de Faria, em razão de ser oficial de maior patente e mais antigo residente na Província. Vieira da Silva, tece alguns apontamentos da trajetória do marechal. Dentre as informações destaca que “tendo participado da Junta Consultiva da Província, instalada em 9 de abril de 1821, foi depois Governador das Armas desde 1822 até o último dia de feroz resistência à Independência no Maranhão” (SILVA, 1972, p. 57).

No âmbito das províncias e para benefício das elites políticas regionais e locais, a formação de Juntas de Governos aliadas com a administração dos comandantes de armas – garantindo o controle das Cortes sobre as Juntas – proporcionou aos grupos de elites, maior atuação nas decisões políticas, ou melhor, “evitando secessões nas províncias” (ASSUNÇÃO, 2015, p. 313).

No Maranhão, a formação das Juntas, composta por membros das elites políticas locais tanto de São Luís quanto da vila de Itapecuru, foram marcadas pelos dissensos políticos entre a causa portuguesa e brasileira. Desse modo, a favor da união com as Cortes lisboetas, os membros da Junta, que tomaram posse em 16 de fevereiro de 1822, ocuparam-se em repudiar as ordens vindas do Rio de Janeiro, enviando às Cortes informações e papéis oficiais do governo, zelando pela manutenção da legalidade.

As sucessivas adesões das províncias vizinhas ao longo de 1822 foram responsáveis pelo sucessivo avanço das tropas independentistas pelo interior até a capital São Luís. Depois de passar pelo Ceará e Piauí, as tropas avançaram pelo rio Parnaíba até as vilas de Brejo, São José dos Matões e Pastos Bons. Em 18 de junho de 1823, diante das ameaças e ações de queimadas de fazendas e saques aos armazéns dos portugueses contrários a causa brasileira, a adesão do comandante geral da Vila de Itapecuru-Mirim, José Félix Pereira de Burgos, contribuiu no aumento da causa brasileira.

As adesões das vilas e cidades do interior foram sentidas na capital, a cidade de São Luís ficou isolada com a manutenção das relações políticas com Lisboa, perdendo apoio dos ricos proprietários e comerciantes portugueses residentes nas vilas com os avanços das tropas militares desde abril de 1822.

“Saiu Vossa Excelência eleito Deputado”: Constituição, imprensa e eleição em 1825

Em março de 1824, o decreto imperial que regulava as eleições para a Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil (Art. 7), afirmava que “o eleitor deve ser homem probo, e honrado, de bom entendimento, sem nenhuma sombra de suspeita, e inimizado à causa do Brasil”¹⁹⁶. À vista disso, compreendia um dos primeiros passos para a manutenção da unidade nacional brasileira, estabelecido pela Carta Magna de 1824.

A Constituição de 1824 é o ponto de partida para analisar os procedimentos eleitorais dos cidadãos que foram eleitos para a representação nacional, ou seja, para compor os órgãos públicos e de debates políticos com a função de organizar e manter a unidade nacional, conquistada sob “adesões” marcadas pela resistência e ligações políticas com as ordens do “velho” centro administrativo de poder – Lisboa.

Centrada no Rio de Janeiro, a Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil, dividida em duas casas de governo – Câmara dos Deputados e Senado – formada por membros das elites econômicas e políticas das províncias brasileiras (elites regionais), formavam as regras, ordens e leis para administrar o recente Império. Dessa forma,

A Constituição não apenas modelaria a formação do Estado, como teria importante papel no projeto de instituição e manutenção do Império brasileiro. A elaboração da Constituição passaria a representar uma demanda política vinculada à organização e ao estabelecimento de limites dos poderes políticos do Estado, e também à garantia de direitos individuais e

¹⁹⁶ O eleitor era um personagem político com as características de compromissário do povo, que devia amar a pátria e o bem público. Estes seriam cidadãos proprietários, escolhidos a partir das suas rendas, por isso faziam parte de um grupo seletivo em cada província (BEZERRA, 2017, p. 45).

liberdades civis dos súditos convertidos em cidadãos (CABRAL, 2015, p. 38).

Elemento criador da ordem, o texto constitucional de 1824 é a composição de ideias com foco na construção e manutenção da unidade política. Definindo como forma de governo a monarquia constitucional hereditária e representativa, possuía suas bases na figura e ação do Imperador e na Assembleia Geral Legislativa sob o comando dos representantes da nação.

A Constituição definiu a condição de ser cidadãos, político e representante, dotando os indivíduos dos grupos de elites regionais de direitos políticos, em razão de “o Império do Brasil é a associação política de todos os cidadãos brasileiros” (BRASIL, 1824, Art. 1º). Incitando os preceitos constitucionais do Império e a clara posição política a causa brasileira em construção da “campanha” almejando a cadeira de deputado geral, Odorico Mendes publicou em sua folha política que:

Constituição do Estado é a regra fundamental que determina o modo porque se deve exercer a autoridade pública. Vê-se nela a forma debaixo da qual obra a nação como um corpo político; qual é o teor porque deve o povo ser governado, e quais são os direitos e os deveres dos governantes. Esta Constituição é, em último resultado, o estabelecimento da ordem porque deve trabalhar uma nação para obter as vantagens que a incitaram a formar a sociedade política (*Argos da Lei*, nº 5, 21/1/1825).

O estabelecimento da ordem expressa pelo reconhecimento dos poderes Legislativos, Moderador, Executivo e Judicial sob “a sansão do Imperador”, denotam o quanto a centralização política residia na imagem do soberano. Do poder Legislativo, delegado à Assembleia Geral, cabia a função de “fazer as leis; velar na guarda da Constituição e promover o bem geral da nação” (BRASIL, 1824, Art. 15). Andréa Slemian destaca que a viabilização da estrutura do novo Estado do Brasil é resultado da representação política no espaço legislativo e dos desdobramentos da administração na criação de leis, visto pela historiadora como pilar de sustentação do Império (SLEMIAN, 2006). Deste modo, “o Parlamento funcionou como espaço decisivo de negociação e confronto entre setores distintos da elite brasileira” (DOLHNIKOFF, 2005, p. 80).

De acordo com a ata eleitoral, a apuração dos votos para Deputados Gerais ocorreu em 6 de junho de 1825 em São Luís, na sala do Teatro União, “local designado pela Câmara da capital para a última apuração dos votos dos Senadores e Deputados da Assembleia Geral e Legislativa do Império do Brasil”. As eleições do Maranhão em 1825 contaram com a participação de antigas figuras políticas, envolvidas nos tumultos da adesão a Revolução do Porto pelo governador Pinto da Fonseca em 6 de abril de 1821.

Os “velhos” cidadãos políticos presentes na eleição eram Joaquim Antônio Vieira Belfort e José João Beckman e Caldas, de acordo com a ata eleitoral de 1825, obtendo baixo número de votos. Outros cidadãos, envolvidos na administração pública e ligados a elite política maranhense e de outras províncias, garantiram as maiores quantidades de

votos no pleito, entre o quais: João Bráulio Muniz, Manoel Telles da Silva Lobo, Francisco Gonçalves Martins e o recém-chegado de Coimbra, Manuel Odorico Mendes.

“Não nos embaracemos com os dias santos, trabalhemos”

Em São Luís, finalizadas as eleições provinciais em junho de 1825, seguiram os deputados eleitos para o Rio de Janeiro com o propósito de compor a bancada maranhense nos debates da Assembleia Geral de 1826. Centro político misto – Câmara e Senado – na consolidação da organização política-administrativa da nação, regido pelo Artigo 15, incisos 8º e 9º, de “fazer leis, interpretá-las, suspendê-las e revoga-las” e, “promover o bem geral da Nação”, instituídos pela Constituição de 1824. Exercício que caberia aos “novos” oficiais representantes políticos: o Imperador, os Deputados e Senadores do Império.

Nessa perspectiva, Marcelo Galves e Yuri Costa destacam que após a Independência “a produção legislativa foi tida como elemento que viabilizava o surgimento da própria nação” (GALVES; COSTA, 2011, p. 64), transformando hábitos e costumes absolutistas na formação da cultura política brasileira constitucional. Desde 1826, enquanto órgão de reunião dos representantes das elites políticas das províncias brasileiras, a Câmara dos Deputados foi composta por Francisco Martins, Telles Lobo, Bráulio Muniz e Odorico Mendes em diferentes níveis de frequência, articulação e desempenho político.

Após a Independência, a província do Rio de Janeiro concentrou o centro de autoridade política do Brasil, com a instalação de importantes órgãos administrativos do Império, reunindo em seus recintos as elites políticas das provinciais sob o pacto imperial com o Imperador na construção e consolidação da unidade nacional em bases jurídicas legais. A pedagogia constitucional do período atrelada a ideia de ordem, disciplina, unidade e organização jurídica compreendiam a premissa central da construção do Estado a partir do Parlamento.

Instalada na efervescência da emancipação, a Assembleia Constituinte de 1823 não obteve saldo positivo quanto a criação de uma Constituição brasileira e organização institucional do Estado pelos deputados gerais, “que representavam o que de mais expressivo havia na elite local e que, no período de agravamento da crise política com Portugal, tinha se organizado em torno da figura de D. Pedro” (CABRAL, 2015, p. 36). Mais tarde, a quebra do equilíbrio político entre súditos e o monarca favoreceram as divergências quanto a organização institucional do Brasil.

Na Câmara, o exercício parlamentar no quadriênio de 1826 a 1829, configurou a consolidação da promulgação da Constituição; a operacionalização das medidas expressas no texto constitucional; a reunião de alguns cidadãos com experiências parlamentares desde as Cortes portuguesas e Constituinte brasileira; e, atuação de cidadãos eleitos por grupos políticos províncias para a primeira experiência de representação política. Tal como havia sido estabelecido em 1821 nas Cortes Extraordinárias portuguesas e no Brasil pós-independência desde 1823,

O papel do Parlamento como lugar dos “representantes da nação”, era, à época, um dos pilares de uma verdadeira crença liberal de

que a racionalização das formas de funcionamento dos governos poderia atender aos interesses dos indivíduos na composição de uma sociedade que igualasse os homens perante a lei (SLEMIAN, 2006, p. 14-15).

O momento de instalação da Assembleia como espaço representativo e de participação política constituía a fixação institucional da nação, pautada na liturgia política liberal propagada no Brasil com ecos da Revolução do Porto. Para isso, quatro poderes políticos foram estabelecidos pela Constituição brasileira de 1824 – o Poder Legislativo, formado pela composição e instalação da Assembleia Geral em duas casas: Câmara eletiva e Senado vitalício; o Executivo (com amplos poderes, exercido pelos ministros de Estado chefiado pelo Imperador); Moderador (concentrado na figura do Imperador) e o Judiciário – poder independente, composto de juízes e jurados. Por ela foram também definidos os princípios básicos que nortearam o exercício de cada um. Ao Poder Legislativo foi atribuído à composição e instalação da Assembleia Geral, havendo a sanção do Imperador para seu devido funcionamento durante as legislaturas com duração de quatro anos.

Durante as sessões preparatórias, a bancada do Maranhão manteve-se em poucas atividades parlamentares. Francisco Martins, que tivera maior presença durante as sessões preparatórias do ano anterior, não compareceu, sem causa apresentada à mesa, nas cinco primeiras sessões de 1827. O deputado Bráulio Muniz em 27 de abril foi nomeado para compor a deputação que “cumprira saber em que dia, hora e lugar se designaria a solene abertura da Assembleia”.

Foi Odorico Mendes o primeiro parlamentar da bancada a manifestar-se sobre algo relacionado ao Maranhão na sessão datada de 5 de maio – dessa vez para “inocentar” a província sobre os ecos da Confederação do Equador proclamada em 2 de julho de 1824 na província de Pernambuco. Vale destacar que a atuação dos deputados também estava compreendida na defesa de ideias forjadas sobre o Maranhão ou região em qual estava compreendida a província, assim como, as ligações que nutria com o Pará.

Quanto a Telles Lobo, rumou para o Rio de Janeiro em 5 de julho de 1825, com pouco menos um mês após a finalização das eleições em São Luís. Lobo foi o último da bancada a tomar assento em 22 de maio de 1826. Em 19 de maio seu diploma de deputado foi examinado e aprovado de acordo com a lei e ata eleitoral pela Comissão de Poderes, formada por eleições internas e composta pelos deputados Nicolau de Campos Vergueiro, Lúcio Soares Teixeira de Gouvêa, Manoel Caetano de Almeida e Albuquerque, Januário da Cunha Barbosa e Bernardo Pereira de Vasconcellos. O primeiro registro de atuação parlamentar de Lobo na Câmara ocorreu em 27 de maio de 1826, sessão em que estavam presentes todos os deputados da bancada maranhense em apoio aos benefícios que seriam implantados na província do Pará e Maranhão.

De volta à Câmara, o deputado Francisco Martins manifestou-se na sessão de 7 de maio de 1827, como membro da Comissão da Saúde em que foi realizada a leitura do parecer sobre o requerimento do cidadão João Gonçalves dos Santos, natural da Bahia, sobre a criação da cadeira de higiene pública no colégio médico-cirúrgico da Bahia. Além de Martins, compunha a Comissão de Saúde Pública os deputados Francisco Xavier Ferreira, Antônio Ferreira França, José Lino Coutinho e José Avelino Barbosa. Eleita em

10 de maio de 1826, foi a única comissão em que participou o deputado Francisco Martins – “eleito com total de 9 votos” – durante a primeira legislatura (ANAI, 10/5/1826, p. 38).

O ano legislativo de 1828 apresentou uma diminuição na atuação dos deputados do Maranhão, principalmente de Lobo e Odorico. Sobre este último, nenhum registro de pronunciamento ou discurso foi registrado no *Índice Onomástico da Câmara dos Deputados (1826-1889)*. O fato foi em razão da partida de Odorico para o Maranhão. Por sua vez, Lobo na sessão datada de 13 de maio, foi nomeado para compor a deputação formada pelo presidente da mesa “que deve dirigir ao trono a resposta da Câmara à fala da abertura da Assembleia”. Francisco Martins seguiu designado como componente da deputação enviada ao Imperador.

Quanto ao deputado Bráulio Muniz, iniciou o terceiro ano de exercício parlamentar como membro da Comissão de Comércio. Com votação realizada na sessão de 6 de maio, foram eleitos os deputados Clemente Pereira com 53 votos; Galvão: 45; Pires Ferreira: 32; Paula e Souza: 25 e Bráulio Muniz com 27 votos. Foi a segunda eleição para compor uma comissão. A primeira ocorreu em 10 de maio de 1827, em que saiu eleito com 29 votos, juntamente com o Arcebispo da Bahia: Romualdo Antônio de Seixas (49 votos); Cunha Barbosa (36); Odorico (28) e Nabuco (28) como membros da Comissão de Colonização.

Com 118 sessões, dividas entre extraordinárias e ordinárias, o quarto e último ano de funcionamento da Câmara dos Deputados concentrou os debates sobre a crise do tesouro nacional, destacado pelo Imperador em seu discurso de abertura da sessão extraordinária em 2 de abril de 1829, uma vez que “até agora não tem obtido desta Assembleia medidas eficazes e salutares”, e acrescentou a necessidade de soluções no transcorrer da “sessão extraordinária, e no decorrer da ordinária, a despeito das minhas tão reiteradas recomendações, não arranja um negócio de tanta monta, desastroso deve ser o futuro que nos agrada” (ANAI, 2/4/1829, p. 1).

Tal contexto obteve reflexo nos debates que se seguiram na Câmara em que as discussões sobre o projeto de imposto sobre as companhias de comércio; deliberação da proposta do governo sobre o banco do Brasil e da proposta do ministro da Fazenda ganharam intensidade. Em geral, o período é marco importante da crise estrutural e política entre o Parlamento e os interesses do Imperador, processo que culminou em crescente oposição seguida da Abdicação de D. Pedro I.

REFERÊNCIAS

Fontes:

Documentos Oficiais

a) Manuscritos:

- Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados (Brasil):

- *Anais da Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil (1826-1829)*.
- *Constituição Política do Império de 1824*.

b) Periódico (impresso):

Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por uma história decolonial: Gênero, raça e classe na América Latina. Eduarda Guerra Tostes; Lavínia Renata de Oliveira Turqueti; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2022. 926 p.

- (O) *Argos da Lei* (MA) – 1825.

Bibliografia:

ABRANTES, Elizabeth Sousa; MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio. *Adesão do Maranhão à Independência: entre lembranças e esquecimentos*. 2018 (<https://portalguara.com>), acessado em 3/9/2019.

ARAÚJO, Roni César Andrade de. *Entre a Província e a Corte: “Brasileiros” e “Portugueses” no Maranhão do Primeiro Reinado (1823-1829)*. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 342f. 2018.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Miguel Bruce e os “horrores da Anarquia” no Maranhão, 1822-1827. In: JANCSÓ, István. *Independência: história e historiografia* (Org.). São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.

BEZERRA, Mário Augusto Carvalho. *“Soôu mais perto o clarim da liberdade”*: as Cortes portuguesas e a política constitucional no Maranhão (1821-1823). 87f. Monografia (Curso de História Licenciatura). Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

CABRAL, Dilma. Estado e administração na formação de um país independente. In: _____. (Org.). *Estado e Administração: a construção do Brasil independente (1822-1840)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

_____; ALVES, Salomão Pontes. Os entornos institucionais do Estado brasileiro. In: CABRAL, Dilma. (Org.). *Estado e Administração: a construção do Brasil independente (1822-1840)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

COSTA, Yuri; GALVES, Marcelo Cheche. *O Epaminondas Americano: trajetórias de um advogado português na Província do Maranhão*. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2011.

DOLHNIKOFF, Miriam. Projetos liberais. In: *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

_____. Entre o centro e a província: as elites e o poder legislativo no Brasil oitocentista. *Almanack braziliense*, nº 01, maio, 2005, p. 80-92.

LIMA, Edyene Moraes dos Santos. *Honradas Famílias: poder e política no Maranhão do século XIX (1821-1823)*. PPGH / UFPB. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca de seu território. In: JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec; Unijuí; Fapesp, 2003.

MEIRELES, Mário Martins. *História do Maranhão*. 5 ed. Promovida e revista por Jomar Moraes. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2015.

_____. *História da Arquidiocese de São Luís do Maranhão*. São Luís: Universidade Federal do Maranhão / SIOGE, 1977.

SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. 339f. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. 2006.

SILVA, Luís Antônio Vieira da Silva. *História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972. Coleção São Luís, v. 4.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: UNESP, 1999.

Do Porto ao Paço: sociabilidade, narrativas e representações

Bernardo Netto¹⁹⁷

Resumo

O início do século XIX foi ambiente de efervescentes mudanças para o Império Luso-Brasileiro. Este artigo busca perpassar os principais eventos que definem o futuro do Reinado independente do Brasil, buscando entender quais filosofias e mudanças no espaço social e de sociabilidade acontecem para influenciar diretamente nessa cadeia de eventos. Da Revolução do Porto à Revolta do Paço, serão traçados os fios condutores de um movimento no outro e suas respectivas importâncias para as mudanças no modo de operar o Império por D. João VI.

Palavras-Chave:

Revolta do Paço, Revolução do Porto, Império Luso-Brasileiro

Abstract

The beginning of the 19th century was an environment of effervescent changes for the Luso-Brazilian Empire. This article seeks to go through the main events that define the future of the Independent Kingdom of Brazil, seeking to understand which philosophies and changes in the social and sociability space happen to directly influence this chain of events. From the Porto Revolution to the Paço Revolt, the guiding threads from one movement to the other will be traced and their respective importance for the changes in the way of operating the Empire by D. João VI.

1. Liberalismo, barreiras e conquistas

As primeiras décadas do século XIX, para o Império Luso-Brasileiro, foi terreno de diversos eventos que mudaram definitivamente as relações desses dois povos com a Coroa. Em Portugal, os ares Liberais sopravam a todo vapor pelos corredores das academias e entre os principais intelectuais influentes da época desde a Revolução ocorrida na França, já no Brasil sua ocorrência será sentida, de maneira mais contundente, no início do século XIX. Num primeiro momento, não teve fôlego para alterar o funcionamento político estabelecido (FAORO, 2001), já que a proximidade com o monarca e seu aparelho burocrático dificultava o processo de mudança social reivindicado pelo movimento, na medida em que facilitava o poder de repressão agir para coibir as práticas liberais. Além disso, até 1808, a legislação colonial não permitia o uso de tipografias no Brasil, tornando inviável a circulação de jornais e livros que não fossem trazidos de Portugal – seja legalmente, seja clandestinamente – dificultando a difusão dos pensamentos liberais entre a população. Portugal, diferentemente da Espanha, não

¹⁹⁷ É Bacharel em Direito e aluno do curso de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Este artigo é parte de um projeto de Iniciação científica intitulada “Pertencimento maçônico e identidades políticas nos tempos da Independência (1790 – 1831). Email para contato bernardo.netto@estudante.ufjf.br

permitia a criação de universidades e centros de formação intelectual superior em suas colônias, assim o conhecimento da população ficava restrito às bibliotecas dos conventos e às poucas escolas primárias e secundárias mantidas por instituições religiosas (LYNCH, 2007: 212 - 234). O acesso ao ensino superior se restringia aos filhos da elite que podiam ir a Portugal estudar nas universidades, mas que rapidamente eram integrados a administração e ao governo – seja em Portugal ou no Brasil.

Essas barreiras – institucionalmente impostas - no entanto, não impediu que mecanismos fossem criados para a difusão de ideias liberais dentro do Antigo Regime. Mesmo grande parte dos Brasileiros formados nas universidades portuguesas se integrando ao governo, retornavam com grande bagagem teórica e repertório para espalhar, dentro dos seus grupos de influência, tais pensamentos. O século XVIII preconiza um uso público¹⁹⁸ da razão por pessoas privadas, em cafés, clubes ou nos espaços que vão surgir no decorrer do século, acarretando um encontro entre os diferentes setores da sociedade civil, discutindo, analisando e debatendo diferentes filosofias e abrindo espaço para críticas a modelos políticos e sociais vividos. O racionalismo é corrente filosófica em expansão na época, com o idealismo alemão de Kant se tornando igualmente influente nesses espaços de publicização do sujeito privado. Em linhas gerais, a ideia era que todos os Homens vêm ao mundo com valores e princípios anteriores a própria experiência de vida, sendo a razão o instrumento para acessar tais valores. Daí surge a possibilidade de um sistema que critica sua própria razão, emanando debates importantes sobre o papel do Estado e da natureza que ele deve exercer na vida cotidiana da população e, mais do que isso, corrobora com a ideia da dialética como edificadora do acesso a essa razão. Kant está escrevendo numa realidade de uma Alemanha não unificada, com uma intensa descentralização nos poderes, presentes cerca de trezentos territórios independentes no final do século XVIII e início do XIX (DAROSSO, 2014: 193), o que influencia diretamente nas suas ideias de organização do Estado ideal-contratualista. Essas ideias, longe dos absolutismos vividos em parte da Europa, chegará as discussões realizadas nesses locais públicos, influenciando a maneira de se pensar o futuro Luso-Brasileiro, mas, de forma mais incisiva, irá modificar valores, atitudes e modo de viver do Homem público. Lara Lis Carvalho Souza, em seu livro “pátria coroadada”, em determinado momento, mostra quais eram as obras que os livreiros carregavam e vendiam em território brasileiro e, dentre eles, se destaca *Moralle Naturalle*, de Necker, *Le Contrat social*, de Rousseau e *Princípios do Direito Natural* de José da Silva Lisboa. Destaca-se, portanto, que o direito natural estava sendo leitura dos cidadãos brasileiros em meados do século XIX, sem sofrer qualquer restrição por parte da coroa, o que faz parte, portanto, da construção ideológica desse homem público e dialético.

No Brasil do início do século XIX, apesar de ter tido a grande propriedade rural como local para o exercício da dominação econômica e política (AVRITZER, 2012: 383 – 398), surge uma importante e inédita organização civil que discute interesses e políticas Luso-Brasileiras: a Maçonaria. No interior dessa instituição, fechada e de caráter iniciático, foi traçada uma sociabilidade – na noção de Maurice Agulhon (1984) e Jean-

¹⁹⁸ . Públicos, aqui, não se refere a um local de propriedade do Estado em que seus membros são livres para utilizar, mas àqueles criados para campos de debates como Clubes, bares, casas e lojas maçônicas, por exemplo.

François Sirineli (1996) – de redes de influências e espaços de debates teóricos importantes que vão, se não determinar, influenciar de maneira significativa os eventos de 1820, 1821 e 1822 em Portugal e Brasil. Esse é um momento que os debates sobre o autoritarismo do regime vivenciado crescem nas lojas¹⁹⁹ e projetos políticos diversos surgem como alternativa, contribuindo para a mobilização de diversas forças sociais urbanas, não só difundindo o Liberalismo e o direito natural, mas como espaço de construção política da sociedade brasileira e portuguesa (BARATA, 2006). O autoritarismo ainda está presente e, por mais público que os Homens começam a ser, ainda era preciso discrição e cuidado, assim o caráter velado da organização maçônica, de certa forma, era uma maneira de assegurar as discussões contrárias ao Estado Absolutista, o que não impede a presença de disputas ideológicas, nem a presença de integrantes do Estado nas fileiras das lojas.

A segunda década do século XIX é marcada, portanto, pela consolidação dos pensamentos e discussões vindas desses locais de debates e da ampliação das leituras filosóficas e sociológicas, com ampla aceitação social dos novos direitos naturais do Homem, passando a instrumentalizar as elites e sua participação política, que adquire uma poderosa força reivindicativa de seus direitos que, cada vez mais, tende ao constitucionalismo como via.

2. Lisboa, 1820

já passava mais de uma década da chegada da Coroa portuguesa no território brasileiro e não se tinha qualquer sinal de retorno de D. João VI a Portugal. Nesse período, o vácuo político deixado por ele vai ser ocupado por Lorde Beresford, que foi enviado pela Inglaterra para fazer parte de uma junta que comandava o Exército e a nação portuguesa no momento da invasão Napoleônica. Economicamente, Portugal também sofreu severamente com a partida da família real, uma vez que a abertura dos portos brasileiros e a diminuição da taxa de produtos de outras nações nesse território, terminava com o monopólio de comerciantes lusos e dava um duro golpe num setor crucial para a saúde econômica da população portuguesa.

Com um domínio francês, um líder inglês e seu rei fugido para uma de suas colônias, a imagem da coroa e do reino português se deteriora rapidamente, o descontentamento da sua população pode ser sentido e a miséria assola as ruas das grandes cidades do reino no velho continente. Esse enfraquecimento, além de ter sido sentido, também aumenta no imaginário coletivo a possibilidade de mudanças dessa realidade política. A queda de Napoleão Bonaparte em 1814 trazia expectativas de retorno da Coroa, afinal de contas, sua principal ameaça e obstáculo tinha saído de suas terras. No entanto, ao invés disso, a coroa participa atentamente do Congresso de Viena, em que as grandes potências²⁰⁰ se reuniram para reestruturar o mapa político europeu, freando os anseios republicanos do pós-revolução Francesa e recuperando o que fosse possível do absolutismo. Esse novo sistema político impediria que guerras de grandes proporções

¹⁹⁹As chamadas Lojas Maçônicas eram espaços utilizados por maçons para realizarem seus encontros

²⁰⁰ As potências vencedoras são: Áustria, Prússia, Rússia e Grã-Bretanha, porém pode-se somar à essas a França – com o recém restaurado rei Luiz XVIII – Portugal, Espanha, Suécia e Dinamarca com menor poder de decisão.

voltassem a acontecer, tendo a Europa vivido um longo período sem conflito direto entre as grandes potências (ALAMINO, 2017: 16 – 22), nesse sentido o Congresso de Viena prosperou. No entanto, um outro fator central decorrente desse congresso foi o retorno do rei Luiz XVIII ao trono da França, legitimando um resgate de valores anteriores à Revolução Francesa, uma tentativa clara de barrar os esforços liberais na Europa. Fica evidente o objetivo desse encontro quando é intitulado dois grandes princípios gerais: o da legitimidade e o do equilíbrio do poder. O primeiro determinava que dinastias detentoras do poder antes do processo revolucionário deveriam reassumir o poder por serem os legitimados para ocuparem tal lugar. O segundo assegurava às potências que derrotaram a França os domínios dos territórios fora do continente europeu.

Nascia, do Congresso de Viena, outros dois movimentos importantes no combate aos ideais Liberais: A quádrupla aliança (Grã-Bretanha, Prússia, Áustria e Rússia) e a Santa Aliança (Áustria Prússia e Rússia). Ambas tiveram o objetivo de redesenhar o mapa geopolítico da Europa, mas principalmente, criaram aparatos para barrar avanços republicanos e restaurar o absolutismo. Aquele primeiro voltado aos considerados legítimos reis e esse último restaurando um regime absolutista pautado na religião cristã e no conservadorismo.

No Brasil, D. João VI logo após o Congresso de Viena, usa de seu absoluto poder para elevar a condição da antiga colônia a Reino unido a Portugal e Algarves, passando a ser uma extensão do reino português, aumentando a insatisfação popular com as decisões da coroa e demonstrando que sua permanência poderia se estender por mais um longo período longe de Portugal. Mas a sociedade já tinha assimilado as ideias jusnaturalistas liberais, pautando seus discursos cada vez mais em soluções de soberania moderna, com divisão dos poderes e descentralização de boa parte do aparato da Coroa. A experiência espanhola de obrigar o Rei Fernando VIII a jurar a Constituição de Cádiz reforçava, na prática, os anseios teóricos dos cidadãos portugueses e se mostrava uma alternativa à ausência prolongada da corte, além de devolver a tutela militar e econômica aos conterrâneos, uma vez que esse poder se encontrava nas mãos do inglês William Beresford desde a invasão de Napoleão. Em agosto de 1820, portanto, inicia-se o que seria conhecido como Revolução do Porto. De início foi constituída uma Junta Provisória do Governo Supremo do Reino, que tinha como objetivo assumir o governo provisoriamente e convocar as Cortes Gerais Portuguesas, uma instituição absolutista que não se reunia desde 1697. Em Lisboa, o governo interino destituía a regência que exercia as funções de governo na ausência de D. João VI. Em outubro daquele mesmo ano, já eram expedidas as primeiras instruções para a eleição dos Deputados que comporiam as Cortes Gerais. Tradicionalmente, essas Cortes eram divididas entre representantes do Clero, Nobreza e a População e eram convocadas para solicitações gerais ao Rei de qualquer um dos três estamentos ou pelo seu requerimento pessoal. A convocação de 1820 representava, portanto, uma ruptura com as antigas tradições, rompendo as relações com o clero, tendo sido emitida por uma junta provisional civil.

As Cortes Lisboetas então são convocadas em 1820 para discutir, dentre outras propostas, a permanência do centro de poder do império no Brasil. Com seu caráter liberal, possibilitou a participação dos portugueses – estivessem na Europa ou no ultramar – mas também foi pensada a participação de representantes brasileiros, já que se entendia que as leis deveriam ter, além do seu caráter legal, uma aprovação por aqueles que terão

de cumpri-la. Pereira do Carmo temia uma revolta no Brasil que rompesse a unidade do império (BARATA, 2007: 239), portanto, essa convocação brasileira tinha o caráter ideológico Liberal, mas também serviria de aproximação dos dois territórios no sentido de impedir eventuais cisões do Império de Portugal. Apesar disso, a deputação portuguesa, na prática, continuava a ter protagonismo e decidindo muitos assuntos de maneira unilateral levando em conta apenas seus próprios interesses. Assim, em outubro do mesmo ano, são expedidas as primeiras instruções para a eleição dos Deputados que comporiam as Cortes Gerais, concluída a sua seleção – inicialmente só abrangendo Deputados portugueses - em janeiro de 1821 inicia-se o trabalho para desenvolvimento de uma constituição. Um dos primeiros projetos a serem discutidos era a condição que o Brasil teria nessa nova etapa do império, chegando a um modelo administrativo diferente em que se transformava em província com autonomia para escolher seus representantes, desde que declarassem sua adesão as Cortes Gerais. Em janeiro de 1821 as províncias de Pará, Bahia, Piauí e Pernambuco, por diferentes motivos e relações com Portugal, aderem à Revolução do Porto, sendo instaladas juntas de governo em algumas dessas províncias.

3. Rio de Janeiro, 1821

A proximidade com a Coroa portuguesa, fez com que a província do Rio de Janeiro fosse uma das últimas a definir o apoio ou recusa na participação da Revolução do Porto. Para o Rei, a situação continuava a se deteriorar em Portugal e no Brasil, e para mediar essas tensões, em fevereiro de 1821 decide enviar D. Pedro I para Portugal para negociações, no entanto, tropas com soldados portugueses se reuniram na Praça do Rocio para obrigar o Rei a jurar a constituição que estava sendo elaborada em Portugal e exigir a permanência do príncipe na capital. A esses soldados se unem militares brasileiros para exigir, além da assinatura da constituição, um soldo igual ao dos portugueses, além de gratificações às tropas cariocas pela defesa da família real. Cada vez mais, elementos se somam à realidade social do Rio de Janeiro, mas com a decisão de D. João VI voltar à Portugal, a insatisfação popular se torna incontrolável. Ao longo de março e abril de 1821, ocorreu a terceira etapa da eleição para a deputação brasileira. As primeiras duas etapas eram na localidade onde se encontravam os eleitores e tinham sido concluídas até meados de abril, mas no dia 21 do mesmo mês e ano, seria o primeiro realizado na capital, então, amotinados, houve um ajuntamento tumultuoso na Praça do Comércio no Rio de Janeiro, quando se reuniam os eleitores das freguesias da Capital para elegerem os Deputados que representariam a província na Corte Geral portuguesa. Nesse momento, narra o Coronel Joaquim José Pereira de Faro²⁰¹

Sabia por ver que na noite declarada [21 de abril de 1821], ainda de dia das cinco horas da tarde por diante existiu e ouviu o motim, a desordem e a sedição, e o tumulto que levantou o povo miúdo na Praça do Comércio desta corte para conseguir a instalação da Constituição Espanhola, nomeação de secretário de Estado e Governo Provisório revoltando-se contra o senhor legítimo e

²⁰¹ Nome e depoimento retirado do Processo da Revolta da Praça do Comércio do Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

ousando mudar nosso governo atual por meios injustos e ilegais (...)

Dessa forma, liderados por Luiz Duprat e Padre Macamboa, um grande número de pessoas se instalou nas dependências da praça onde se elegiam a deputação carioca para Portugal, a fim de pressionar D. João VI a, se não assinar a Constituição Portuguesa que estava sendo pensada, assinar, de imediato, a Constituição Espanhola, documento que já apresentava diversas conquistas Liberais e serviria de apêndice enquanto um documento português não estivesse pronto. Joaquim José Pereira de Faro mostra o desdobramento do motim

(...) e a força de ameaças e amotinação, foram atropelando tudo, de maneira que o Ouvidor da comarca cedendo à força e à impetuosidade do povo, mandou lavrar o termo de aprovação da Constituição Espanhola sendo secretário José Clemente Pereira, Juiz de Fora (...) e assinado por ele, por medo e força da morte (...)

Abaixo, uma imagem da Praça do Comércio, retratada pelo autor austríaco Thomas Ender, na viagem que fez ao Rio de Janeiro entre 1817 e 1822



Fonte: ENDER, Thomas. Markplatz am Seestrande Hiter Dem Mauthaus (aufandega). Akademie de Bildenden Kunste de Viena

Tiveram notícia os eleitores que a solicitação de jurar a constituição espanhola tinha sido aceita, mas a permanência do Rei e do cofre real havia sido negada. Os ânimos então começam a se exaltar entre apoiadores do Rei e o povo, Thobias Monteiro, acreditava que a multidão se organizava para um rapto ao Rei (FELONIUK, 202017), aquecendo os discursos de violência, quando, na madrugada do dia 21 para o dia 22 de abril de 1821, forças militares – não se sabe se do 11º batalhão ou tropas do General José Manoel de Moraes – cercam a Praça dos Mineiros e a Rua do Sabão e iniciam os atos de violência que acabaria com dezenas de pessoas mortas, no que seria conhecido como Açougue dos Bragança, devido à chacina ocorrida no local. Abaixo um mapa das ruas do Sabão, Rua da Quitanda e outras referentes ao ato.



Fonte: Site Imagem Rio. Mapa criado a partir da Plan de la Ville de S. Sebastião do Rio de Janeiro – 1820

Outras dezenas de pessoas eram presas e responderiam a um processo de revolta, sedição, motim e outros crimes contra o império. Terminava de maneira sangrenta a partida de D. João VI para Portugal. Já na manhã do dia 22 de abril, circulavam um rascunho do decreto que revogava a Constituição de Cádiz. Mas esse motim, seria um primeiro grande passo para o que viria a ser a independência do Brasil, ainda que com diversas permanências portuguesas no processo.

Conclusão

Apesar de sangrento, o desfecho na Praça do Comércio aconteceu por um movimento intelectual importante para a realidade brasileira, que abriu discussões, mudou o *status quo* e acenou para possíveis novas realidades. O Liberalismo inaugurava uma etapa importante na sociabilidade do povo que, com a saída de D. João VI do Brasil, teria acesso a mais jornais, livros e literaturas, contribuindo para a intelectualização e informação da população. A Revolução pode ter vindo do Porto, mas as particularidades na realidade brasileira mostrariam que as elites nacionais estavam longe de aceitar perdas em seus privilégios e que brigariam por essa permanência até as últimas consequências.

Bibliografia

ALAMINO, Felipe Nicolau Pimentel. **O Congresso de Viena, o tráfico de escravos e as consequências para Portugal e Brasil.** Tese de Mestrado: USP, 2017

ARMITAGE, John. **História do Brasil Desde a Chegada da Real Família de Bragança, em 1808, até a abdicação do imperador D. Pedro I, em 1831.** Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. De J. Villeneuve, 1837.

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política**. Opinião Pública [online]. 2012, v. 18, n. 2 [Acessado 25 Maio 2022] , pp. 383-398. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-62762012000200006>>. Epub 14 Dez 2012.

BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada e Independência do Brasil, 1790-1822**. Annablume, 2006

BERBEL, Marcia Regina. **La Constitución española en el mundo luso – americano (1820- 1823)**. Revista de Índias, vol. 68, num. 242, 2008.

BERBEL, Márcia Regina. **Os apelos nacionais nas cortes constituintes de Lisboa (1821/22)**. In: A independência brasileira: novas dimensões. Rio de Janeiro: Editora FGV.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro. 3ª ed. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FELONIUK, Wagner Silveira. **Violência na Praça do Comércio em 21 de Abril de 1821**. Instituto Fereral do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012.

LUSTOSA, Isabel. **D. Pedro I**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **O conceito de liberalismo no Brasil (1750-1850)**. Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, v. 9, n. 17, p. 212-234, 2007.

SOUZA, Lara Lis F. S. Carvalho. **Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831**. São Paulo: fundação editora Unesp, 1999.

Entre o absolutismo e a anarquia: liberalismo e conservadorismo na imprensa carioca (1838)

Driely Neves Coutinho²⁰²

Resumo: Buscando compreender a linguagem que possibilitou a formação dos partidos Liberal e Conservador no Brasil Império, os conceitos de liberalismo e conservadorismo tornam-se primordiais. Neste trabalho, consideramos a imprensa como o espaço mais profícuo para o desvendamento destas identidades que estavam em formação no parlamento, já que, a composição de seus redatores era de maioria pertencente às assembleias legislativas, ou participavam da política de alguma forma. Assim, regressistas e progressistas, bandeiras políticas em evidência na transição da Regência para o Segundo Reinado, formavam grupos de parlamentares que estavam estabelecidos em uma disputa cujo direcionamento era voltado a firmar a nação nas bases da moderação, num equilíbrio linguístico entre o absolutismo e a anarquia.

Palavras-chave: Partidos políticos; Imprensa; liberalismo; conservadorismo; Brasil Império

Abstract: Search to understand the language that enabled the formation of the Liberal and Conservative parties in Brazil Empire, the concepts of liberalism and conservatism become paramount. In this work, we consider the press as the most fruitful space for the unveiling of these identities that were in formation in parliament, since the composition of its writers belonged to the legislative assemblies or participated in the politics in some way. Thus, regressive and progressive, political flags in evidence in the transition from the Regency to the Second Reign, formed groups of parliamentarians who were established in a dispute whose direction was once again to establish the nation in the bases of moderation, in a linguistic balance between absolutism and anarchy.

Keywords: Political parties; Press; liberalism; conservatism; Brazil Empire.

Introdução

Falar acerca da cultura política nas primeiras décadas do Brasil Império é constantemente lembrar a influência do liberalismo neste território. Acerca da temática, José Guilherme Merquior apresentou o século XIX como a idade de ouro do movimento liberal. Nesta perspectiva, a movimentação acontecia em dois níveis: o nível de pensamento e o nível da sociedade. Consistia, deste modo, “[...]num corpo de doutrinas e num grupo de princípios que sustentam o funcionamento de várias instituições, algumas antigas (como parlamentos) e outras novas (como liberdade de imprensa) [...]”²⁰³ (MERQUIOR, 1991, p. 10)

²⁰² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS-Ufes). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: drielynevescoutinho@gmail.com.

²⁰³ O autor aponta, apresentando como consenso histórico, que o liberalismo surgira na Inglaterra a partir dos movimentos que levaram a Revolução Gloriosa de 1688, contra Jaime II. Conforme Merquior, os objetivos eram a tolerância religiosa e o governo constitucional, pilares do sistema liberal no Ocidente nos séculos seguintes.

No Brasil, *liberdade* era um conceito que marcava o vocabulário dos indivíduos desde a Independência²⁰⁴, e com toda clareza, guiava o horizonte de personagens que mobilizavam a política. Principalmente, quando o cenário é de recente emancipação, existindo uma nação a ser construída e práticas do passado a serem deixadas de lado. Entretanto, as ambiguidades percorreram este caminho, assim como, formaram identidades políticas.

Neste aspecto, concordamos com Sérgio Adorno, que ressalta que para compreender o tipo de liberalismo construído e que vingou no Brasil durante o século XIX, necessita-se distanciar semanticamente os sentidos de liberdade e de igualdade. Sendo assim, houve diversos modos de conceber a prática do ideário liberal. Para o autor, a agenda liberal significou, para as elites proprietárias rurais, o progresso, a liberdade, modernização e civilização. Do mesmo modo, o estabelecimento de um projeto político que mantivesse a propriedade escrava, sem intenções democratizantes, bem como, não buscasse uma igualdade jurídica, política e social. Contrariamente, para os grupos urbanos pobres, a liberdade e igualdade significava o fim do privilégio, da miséria e das diferenças sociais (ADORNO, 1998).

Ainda acerca da adesão aos princípios liberais no Brasil Império, Lucia Maria Bastos Neves revelou que, neste território, o liberalismo surgira com a percepção da liberdade atrelada a ideia de independência. Assim, o rompimento com o Antigo Regime²⁰⁵ foi a ruptura com seu passado colonial (NEVES, 2001). Percepção que não foi oposta aos princípios conservadores daquele momento. Marcello Basile aponta que as ideias conservadoras também acoplavam postulados típicos liberais, como: a oposição ao absolutismo, a defesa de um governo monárquico constitucional, representativo e com divisão dos poderes, a perspectiva de um pacto social e a garantia de direitos políticos e sociais aos cidadãos. Logo, ao ser conservador no Brasil não se deixava de ser liberal (BASILE, 2000).

Esse entendimento corrobora com as características da elite política do Império analisadas por José Murilo de Carvalho. Sendo a homogeneidade ideológica uma das principais características destes personagens, não significava que possuíssem ideias sempre semelhantes: “[...] Houve tendências mais ou menos descentralizantes, mais ou menos democráticas, mais ou menos monárquicas, mas as divergências não iam além dos limites estabelecidos pela manutenção da unidade nacional[...]” (CARVALHO, 2008, p. 42). Deste modo, para além das divergências estabelecidas entre liberais e conservadores, ambos direcionavam seu compromisso com a monarquia, ao Imperador e a ordem estabelecida.

²⁰⁴ Em relação a variedade de sentidos atribuídos à liberdade no Brasil da época da Independência: RIBEIRO, Gladys S.; PEREIRA, Vantuil. O Primeiro Reinado em revisão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). *O Brasil Imperial*. Volume I, 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 138-196.

²⁰⁵ A ideia de rompimento com o Antigo Regime advém dos acontecimentos ocorridos na França no fim do século XVIII, e que modificou todo o percurso do ocidente. Conforme Koselleck, a sociedade burguesa desenvolvida naquele século entendia-se como um mundo novo, negando assim o que concebiam como mundo antigo. Neste ambiente, conforme o autor, haveria o desenvolvimento da filosofia do progresso, onde o principal sujeito era a humanidade, pacificada e unificada pelo centro da Europa, que a conduziria para um mundo melhor. Assim, com a Revolução Francesa, o século XVIII é apresentado a antecâmara do mundo nos séculos seguintes, afetando o mundo inteiro e todos os homens (KOSELLECK, 1999 p. 10).

Sendo assim, a acusação de retrógrados e absolutistas, ou qualquer alusão às práticas do Antigo Regime eram enriquecedoras para a crítica, já que o princípio liberal era o padrão da cultura política da época. Esta compreensão, justifica as polêmicas em torno de distribuição de títulos honoríficos, rituais de beija-mão e a aversão aos portugueses estabelecidos no Brasil nos primeiros anos após a independência, essas práticas iam de encontro com o novo tipo de sociedade que buscavam.

Do mesmo modo, característica também compartilhada entre os grupos em conflito era a aversão a princípios que fossem liberais ao extremo, que colocassem o país em perigo, que levassem a anarquia. Era dessa forma julgada por regressistas as legislações liberais e alguns projetos políticos que buscavam os progressistas.

Neste trabalho, consideramos esta elite de jornalistas e parlamentares estabelecidos em uma disputa cujo direcionamento era voltado à moderação. Entretanto, a sua concretização era o equilíbrio entre o absolutismo e a anarquia. Para progressistas, seus adversários tencionavam para o absolutismo. Já os regressistas, julgavam seus oponentes como tendentes a anarquia. Assim, na visão dos críticos, os primeiros buscavam uma liberdade além do que necessitava a sociedade da época, enquanto os outros, pretendiam revogar as liberdades conquistadas, e retroceder ao Antigo Regime.

Essa interpretação que faziam era muito relevante para os debates no período, já que grande parte desta elite compartilhava determinadas opiniões, como a valorização da Constituição, do Código Criminal e do Ato Adicional. Assim como comungavam da opinião de que o país estava há alguns anos, se não desde a Independência, perigando a dissolução.

Liberalismo e conservadorismo nos periódicos

Para exemplificar a ideia de homogeneidade em torno do liberalismo por todos envolvidos em nosso recorte, através de uma recopilação do *Carapuço*, publicava-se no *Sete d'Abril* que era uma honra ser *liberal*. Entendiam esta como condição de amor à justa liberdade. Nesta publicação, ressaltava-se a crença em uma Monarquia Mista, onde combinava-se a aristocracia e a democracia. Recusando, portanto, a ideia de República ou Monarquia absoluta (*O Sete d'Abril*, nº 620, 12/10/1838).

Esse tipo de liberalismo que angariavam não era exceção brasileira, pois seu direcionamento advinha de pensadores europeus. Conforme José Guilherme Merquior, depois da Revolução Francesa e da ditadura jacobina, o pensamento liberal passava por novas ameaças à liberdade. Desta forma, mesmo seguindo lutando contra o privilégio aristocrático, os burgueses perceberam que ainda não era tempo de enfrentar as consequências democráticas. Portanto, a ordem liberal civil acolhera a ideia de *le juste milieu* de Benjamin Constant, a crença num centro político entre o absolutismo e a democracia (MERQUIOR, 1991, p. 18).

Assim, a redação fundamentava-se em François Guizot para pautar o liberalismo que buscavam. Pertencente a geração dos *doutrinários*²⁰⁶ franceses, esse pensador

²⁰⁶ "Foi em junho de 1817 que se formou o grupo dos doutrinários, reunião de um pequeno número - eles caberiam num sofá, dizia-se então - de homens superiores, muito conscientes da sua superioridade, que

buscava um tipo de sociedade que fosse distinta do radicalismo revolucionário, mas também do autoritarismo. Buscava-se, desta forma, um culto à tradição, mas sem a defesa do Antigo Regime. Para Ricardo Velez, o Império brasileiro em sua etapa inicial, entre 1824 e 1840, era semelhante à França na época da restauração, entre 1814-1830. Assim, a política era vivenciada entre os extremos do absolutismo e do democratismo rousseauiano (VÉLEZ, 2002, p. 107).

Acerca do contexto mundial que se inseria o Brasil, Christian Lynch também demonstrou que houvera certa virada conservadora no mundo ibero-americano na década de 1830, justificada pelo entendimento de que o processo revolucionário que propiciou a derrota do Antigo Regime não teria contribuído para a criação de uma ordem constitucional estável. Logo, a busca pela eliminação do despotismo teria criado governos fracos, dando margem para a anarquia na sociedade. (LYNCH, 2015).

Essa alusão a moderação e o equilíbrio entre as forças que compunham o Estado fazia-se constante no vocabulário do periódico, no ano anterior, publicou-se também uma fala de Bernardo Pereira de Vasconcellos em defesa da importância do Senado no Brasil, onde ressaltava que “[...]um governo bem constituído deve compor-se de elementos democrático, aristocrático e monárquico, de tal maneira combinados, que nenhum deles jamais aos outros prevaleça” (*O Sete d’Abril*, nº 438, 07/04/1837). Esse direcionamento, para quem o expressava, indicava a moderação exigida na cultura política da época. Assim, a crença era incisiva nas instituições liberais, desde que não ultrapassasse certos limites.

A *democracia pura* era um desses limites que tanto regressistas como progressistas não buscavam ultrapassar. Resgatando novamente uma passagem de 1837, publicou-se no *Sete d’Abril* que a riqueza não poderia predominar na democracia, pois naquela forma de governo dominava a *força física*, e por isso, a *pobreza*, a *desordem* e a *anarquia* perpetuava. Logo, consideravam como o governo mais *imperfeito* e *monstruoso* (*O Sete d’Abril*, nº 495, 25/10/1838). Assim, nesta orientação, as práticas da realeza precisavam ser mantidas, sem perigo de infligir as instituições modernas:

[...]Ninguém quer, estamos disso firmemente convencidos, ninguém quer voltar ao século de um Luiz XIV da França ou João V de Portugal; mas também ninguém quer ver um trono despido de ornamentos, práticas ou etiqueta, alianças que o fortifiquem e

marcaram com o seu selo possante o debate político, a política mesma e a evolução da sociedade ao longo desses anos. O pequeno grupo existia já um ano antes. [...]Todos tinham carteirinha de realistas, em virtude da Constituinte, Fructidor ou da permanência em Gand. Nenhum defendia o Antigo Regime e o seu objetivo era precisamente afirmar que se podia ao mesmo tempo ser liberal e realista. Eles se afastavam da volta aos princípios do Antigo Regime e da adesão, mesmo que especulativa, às teorias revolucionárias. O seu propósito era deitar as bases de uma nova sociedade, sem renegar nem a herança da monarquia, nem as reformas civis da Revolução.” (VÉLEZ apud BROGLIE, 1990, p; 65). Para mais acerca do debate teórico sobre o Estado e sociedade civil na era pós-revolucionária, verificar: CASSIMIRO, Paulo Henrique; FRELLE, Felipe. *Estado e sociedade civil na teoria política francesa do século XIX: o debate sobre a formação da sociedade pós-revolucionária*. Lua Nova, São Paulo, nº 111, p. 109-141, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/5rt9yPTjBBYhDFhmMPPpQk/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 04 jul. 2022.

Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por uma história decolonial: Gênero, raça e classe na América Latina. Eduarda Guerra Tostes; Lavínia Renata de Oliveira Turqueti; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2022. 926 p.

princípios que façam frutificar no Brasil a anarquia (*O Sete d'Abri*, nº 556, 09/05/1838).

Essa opinião levava seus opositores a indicarem que a política do regresso possuía interesses em resgatar o Antigo Regime. Um grande contestador desta política foi o periódico *Aurora Fluminense*, que reaparece em 1838, sem a presença do seu ilustre redator Evaristo da Veiga, que falecera no ano anterior.²⁰⁷

Quando ressurgiu em maio de 1838, prontificou-se a publicar às segundas, quartas e sextas. As subscrições ocorriam na Tipografia de Crémère, localizada na Rua do Ouvidor, nº 104. O preço da assinatura era de 2\$000 r. por trimestre, 4\$000 r. por semestre, 8\$000 r. por ano, e os números avulsos custavam 80 r. Em sua epígrafe, a mesma de 1827 quando Evaristo era responsável pelo periódico, destacava uma fala do Imperador Pedro I em 1824:

Pelo Brasil dar a vida,
Manter a Constituição,
Sustentar a Independência,
É a nossa obrigação (*A Aurora Fluminense*, nº 01, 02/05/1838).

O trecho acima apresenta o compromisso da folha com as instituições, e comumente, buscava-se o afastamento das ideias republicanas. Para o publicista responsável, já era claro que o país não pedia por repúblicas, e sim, uma Monarquia segundo os princípios da Constituição, do Ato Adicional, da civilização moderna, hábitos e costumes do Brasil:

[...]O regresso de cujas cores se tinge a política da presente Administração, é mais do que uma falsa teoria, é um perigo incalculável, que devemos assinalar em nome e no próprio interesse do trono do Sr. D. Pedro II[...] O ultrarrealismo arruína as monarquias, como a demagogia causa a perda das repúblicas[...] A **monarquia americana**, para servir-nos de uma palavra, que se acha no vocabulário dos partidos, é o mal, contra que dirige-se a política do regresso[...] (*Aurora Fluminense*, nº 01, 02/05/1838). {grifos nossos}

No vocabulário deste periódico percebemos que, embora também defendesse a moderação na forma monárquica do poder, compreendia que o grande perigo poderia ser o excesso de monarquia, enquanto seus adversários temiam a república. O liberalismo nesta linguagem buscava de todo modo o afastamento das ideias que julgavam

²⁰⁷ Presente na Galeria dos Brasileiros Ilustres, Evaristo da Veiga levou o jornal *Aurora Fluminense* ser conhecido em todo o país. No documento, a folha é apresentada como órgão de interesses e necessidades do povo, defensor dos direitos e campeão das liberdades públicas. Como deputado, defendera a liberdade moderada para o povo, mais prestígio para a Monarquia e respeito às instituições. Opositor de Pedro I, preocupou-se com os perigos que o 7 de abril poderia trazer a ordem nacional. Assim, fora um dos grandes nomes entre os liberais moderados. SISSON, Sébastien Auguste. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. V. 1. Rio de Janeiro: Litographia de S. A. Sisson, 1861. Para uma biografia mais aprofundada do personagem, verificar: SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil*. V. 4. Evaristo da Veiga. Brasília: Senado Federal, 2015. Acerca das bases teóricas da personalidade, conferir o recente trabalho: VIEIRA, Lidiane Rezende. *Evaristo da Veiga e a recepção do liberalismo francês nas páginas do jornal Aurora Fluminense (1827-18350)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

ultrapassadas e inclinadas ao Antigo Regime. Assim, o sentido era contrário aos padrões de comportamento europeu, o responsável pela sujeição do Brasil por séculos. Por isso, julgava certas práticas da realeza como retorno aos hábitos que vingavam no passado colonial. No entanto, acreditava que entre o impulso das inovações e a volta para o passado, havia um justo meio (*Aurora Fluminense*, nº 07, 16/05/1838).

No periódico *O Parlamentar*, adversário do *Sete d’Abril* um pouco mais antigo que a *Aurora*, também é apresentado uma gama de conceitos que demonstram a aversão aos costumes julgados atrasados para a sociedade pós-independência. Na folha, jamais deixou-se de resgatar a figura de Pedro II e ao trono constitucional como imprescindíveis ao futuro esperançoso do Brasil. No entanto, acreditava-se que numa monarquia “[...]sem as fórmulas góticas, e cerimônias caprichosas do perdido feudalismo[...]” (*O Parlamentar*, nº 52, 07/04/1838). Para o responsável pela redação, a *facção governista* era devota da *monarquia das etiquetas* (*O Parlamentar*, nº 59, 02/05 /1838):

[...]Já se tem notado que o caráter deste governo é a reação, não só contra as pessoas, mas também contra as coisas, princípios e instituições[...] lhe desagradam o progresso, e as novas instituições, ele se compraz com as antigas, e já caducas, que contrastam inteiramente a estas. Defende a **nobreza hereditária, e transmissível**; quer uma **corte pomposa**; mostra-se sobretudo preocupado da monarquia, não a constitucional e americana, mas a **monarquia europeia, a monarquia gótica**[...] (*O Parlamentar*, nº 84, 04/08/1838).

Assim, a linguagem demonstra um tipo de liberalismo que se aliava ao trono, mas que buscava a modernização das práticas monárquicas e o desprendimento de todo costume que vigorava nos reinados absolutistas. E para os progressistas, o governo buscava a *restauração do sistema absoluto*, pois amavam o absolutismo. A ideia era justificada pela classe de homens que rodeavam a administração – aqueles que no passado haviam estimulado a restauração de Pedro I (*O Parlamentar*, nº 67, 30/05/1838).

O liberalismo era tão incisivo em seus discursos, que a modificação da data da eleição do Regente de 7 de abril para 22 de abril possuía imenso valor simbólico. Escolhida pelos regressistas, a data simbolizava o momento em que o território que formava o Brasil fora encontrado pelos portugueses. Para o *Parlamentar*, a medida era um ataque do *anárquico partido do regresso* aos anais da liberdade brasileira, que conferia ao 7 de abril como época da verdadeira independência nacional (*O Parlamentar*, nº 41, 28/02/1838).

Deste modo, compreendemos que neste jogo político, o que estava em foco era a manutenção da Monarquia e as bases que deveriam sustentá-la durante o Segundo Reinado. As fontes apresentam indícios que a redação dos periódicos *Sete d’Abril*, *Aurora Fluminense* e *O Parlamentar*, eram compostas por personagens integrantes ao parlamento brasileiro, ou pelo menos, eram aliados dos assentados nas câmaras.²⁰⁸ Por isso, os

²⁰⁸ Conforme José Murilo de Carvalho, durante boa parte do século XIX no Brasil, quase totalidade dos jornalistas eram ao mesmo tempo políticos. Deste modo, o jornalismo consistia, num primeiro momento,

debates que produzem nos jornais são importantes para o entendimento das rivalidades que ocorriam na política nacional daquele tempo.

Conclusão

Acima apresentamos o arcabouço ideológico que diferia progressistas e regressistas em relação as forças que deveriam ter domínio no Estado. Assim, identificamos que regressistas, imbuindo-se de uma vertente mais conservadora, que levaram a fundação do Partido Conservador, buscavam uma Monarquia forte, ornamentada com as tradições, mas mantida pelas instituições liberais vigentes. De modo distinto, os progressistas pleiteavam por uma Monarquia Americana, desprendida das tradições dinásticas europeias, e pelo respeito as instituições criadas no Brasil pós-Independência. Entre elas, o Ato Adicional e o Código Criminal.

Referências Bibliográficas

Fontes

A Aurora Fluminense

O Parlamentar

O Sete d'Abril

Bibliografia

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

BASILE, Marcello. *Conservadorismo no Brasil Império*. In: VIANNA, Alexander Martins. *Dicionário crítico do pensamento da Direita*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

CARVALHO, José M. *A construção da ordem/ Teatro das sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GUIMARÃES, Lucia Maria P.; PRADO, Maria Emilia (Orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Modulando o tempo histórico: Bernardo Pereira de Vasconcelos e conceito de “regresso” no debate parlamentar brasileiro (1838-1840). *Almanack*, Guarulhos, n. 10, p. 314-334, 2015.

MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991

VÉLEZ, Ricardo. *O liberalismo francês: A tradição doutrinária e a sua influência no Brasil*. Juiz de Fora, 2002

apenas como um meio de se fazer política. Assim, o debate implementado nas folhas, era direcionado a própria ação política e da ação política de seus rivais. CARVALHO, 1998.

Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por uma história decolonial: Gênero, raça e classe na América Latina. Eduarda Guerra Tostes; Lavínia Renata de Oliveira Turqueti; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2022. 926 p.

Novos espaços de poder: organização eleitoral dos Conselhos Provinciais (Minas Gerais 1822-1828)

Érica da Cruz Rosa²⁰⁹

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo central discutir a organização eleitoral para ocupar cargo ou assento nas novas instituições provinciais criadas, a partir de 1822, no pós-independência. Conforme pontuado pela historiografia, essas instituições provinciais foram criadas com o objetivo de alocar as chamadas elites regionais no novo arranjo institucional do Império. As eleições sempre existiram na história da administração portuguesa. No entanto, elas eram realizadas para cargos no âmbito das tradicionais câmaras municipais. Assim, a presente comunicação tem como objetivo central discutir a realização dessas eleições na cultura política liberal do período e pontuar também as características presentes na legislação vigente para a realização dessas novas eleições, tendo como recorte a província de Minas Gerais para o período de 1822 a 1828.

Palavras-chave: Eleições; Século XIX; Brasil Império; Minas Gerais; Província; Instituições Provinciais.

Abstract

The main objective of the present work is to discuss the electoral organization to occupy a position or seat in the new provincial institutions created, from 1822, in the post-independence period. As punctuated by historiography, these provincial institutions were created with the aim of allocating the so-called regional elites in the new institutional arrangement of the Empire. Elections have always existed in the history of Portuguese administration. However, they were held for positions within the traditional municipal councils. Thus, the present communication has as main objective to discuss the realization of these elections in the liberal political culture of the period and also to point out the characteristics present in the current legislation for the realization of these new elections, having as a cut the province of Minas Gerais for the period from 1822 to 1828.

Keywords: Elections; Century; Empire of Brazil; Minas Gerais; Province; Provincial Institutions.

O presente texto tem como objetivo central abordar de forma geral o tema das eleições nos primeiros anos do recém criado Império do Brasil, mais especificamente na província de Minas Gerais, após a instalação da ordem constitucional, em 1824, dando destaque para a eleição dos conselheiros provinciais.

O período abordado cobre as duas primeiras eleições gerais do Império, quando os cidadãos compareceram às urnas para votarem nos “representantes da nação” e nos conselheiros gerais da província. Tal acontecimento, cabe destacar, configurou-se como uma novidade, a partir da convocação das Cortes, no contexto do vintismo, quando as eleições ganharam uma outra dinâmica baseada, a partir de então, na escolha de “representantes para a nação” para a elaboração de uma constituição, algo distinto da

²⁰⁹ Doutoranda em História Programa de Pós-Graduação em História/UFJF. E-mail: erica.rosa@estudante.ufjf.br

experiência tradicional da administração portuguesa pautada na realização de eleições locais para a escolha de vereadores para as câmaras municipais (BERBEL, 1999).

Com o processo de independência, em 1822, centralizado pela figura de d. Pedro com o apoio da elite política do Centro-Sul (BITTENCOURT, 2006), optou-se pela instalação de uma monarquia constitucional representativa como forma de manter a ordem e impedir a “anarquia” que poderia levar à desintegração em diversas partes desse antigo território colonial, a exemplo do que vinha ocorrendo com os antigos domínios da América espanhola, desintegrada em várias repúblicas (PIMENTA, 2015).

É importante destacar que no caso da província de Minas Gerais não havia uma posição homogênea dentro da chamada Junta Provisória de Governo, conhecida como Junta de Ouro Preto, quanto ao reconhecimento e adesão ao projeto Pedrino (SILVA, 2005). Já as adesões das províncias do Norte ao projeto Pedrino não ocorreram de forma imediata e encontrou resistências e guerras pelo território, o que demonstra a desconfiança em torno do reconhecimento e lealdade a uma autoridade no Rio de Janeiro.

Conforme destacado pela historiografia, a instalação de uma monarquia constitucional não era o único projeto presente no horizonte das elites da época, mas foi o projeto vencedor naquele momento. A implementação dessa forma de governo conciliou a presença de um rei com a existência de uma Assembleia Legislativa eleita através de eleições regulares num cenário de manutenção da escravidão.

A constituição outorgada por d. Pedro, em 1824, além de ter definido a criação de uma Assembleia Geral, constituída por senadores vitalícios e deputados eletivos escolhidos a cada quatro anos, definiu também a criação de instituições eletivas nas províncias, como o Conselho Geral, como forma de ampliar a participação das elites regionais e locais nos negócios da província (FERNANDES, 2018).

A criação do Conselho Geral foi definida pela Constituição de 1824, assim como a instalação do senado vitalício e da câmara temporária de deputados. Antes das definições da Constituição, o decreto de 20 de outubro de 1823 havia definido a criação de um outro Conselho, o Conselho de Governo cuja função era estabelecida conjuntamente com a figura do presidente da província. Cabe pontuar que esses conselhos provinciais não exerciam função legislativa como o senado e a câmara dos deputados, por exemplo.

No novo arranjo institucional, pautado pela cultura política liberal do período, as eleições ganharam uma dimensão de novidade e o voto foi visto como instrumento capaz de garantir “a ventura ou a desgraça do Brasil” a “tranquilidade e cumprimento das leis, ou anarquia, e arbítrio na execução delas”²¹⁰. Nos jornais de tendência liberal moderada do período, as eleições e o voto foram amplamente mobilizadas pelos atores da época numa constituição da pedagogia política e na desconstrução de opositores que no trecho acima referia-se ao “sistema antigo” e aos inimigos das ideias constitucionais.

Dentro do recorte temporal proposto nesta comunicação (1822-1828) foram realizadas eleições para deputados da Assembleia Constituinte de 1823 e as duas primeiras eleições gerais do Império em 1824 e em 1828, que envolveram a escolha de senadores vitalícios, deputados e conselheiros provinciais. Cabe lembrar que as eleições

²¹⁰ **O UNIVERSAL**, nº 139, de 2 de junho de 1828. O trecho acima foi extraído do periódico *O Universal* e publicado originalmente na *Aurora Fluminense*.

para senadores ocorreram, pela primeira vez, em 1824 e eram feitas pautadas na escolha de nomes para a ocupação de um cargo vitalício.

De forma paralela a esses pleitos eleitorais eram realizadas também eleições no âmbito das circunscrições municipais para cargos nas câmaras municipais e na magistratura leiga, representada na figura dos juizes de paz, cujo ordenamento eleitoral foi regulamentado pela Lei das Câmaras de 1º de outubro de 1828.

Antes do novo ordenamento jurídico de 1828 para as câmaras municipais, as eleições para os cargos camarários eram regidas pelas Ordenações Filipinas de 1663 e sua forma de escrutínio era baseada em pelouro e em barrete e envolvia a “sorte”. Os nomes dos chamados “homens bons” eram indicados nos róis da lista e a depender do escrutínio eram “sorteados” através das bolas de pelouro para cada três anos. Já o escrutínio de barrete era realizado em situações de recusas, impedimentos e falecimentos para a escolha de nomes para o cargo. O nome era depositado num chapéu chamado barrete, originando a expressão “juiz de barrete” e “vereador de barrete”²¹¹. Além das eleições no âmbito das tradicionais câmaras municipais, havia também experiências eleitorais na escolha de membros para as irmandades religiosas leigas de escravizados como, por exemplo, a Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia do Homens Pretos (SOARES, 2011). A realização dessas eleições, no período colonial ou no Antigo Regime, é sempre lembrada pela historiografia para pontuar a existência de eleições realizadas anteriormente ao liberalismo.

A realização das eleições na cultura política liberal do período provavelmente impôs desafios aos atores envolvidos na execução e na realização desses novos pleitos eleitorais, já que se trata de um período de “desintegração” da velha ordem e a “construção” das bases do novo arranjo institucional do Estado Imperial brasileiro.

É importante lembrar que as duas primeiras eleições gerais do Império de 1824 e de 1828 aconteceram em dois momentos distintos do cenário político brasileiro que podem ser delimitadas pela instalação da Assembleia Geral Legislativa em 1826. Nesse sentido, é possível levantar questões em torno da realização das eleições em 1824 realizadas num momento anterior aos trabalhos legislativos da câmara temporária e da câmara vitalícia, ou seja, num momento marcado ainda pela ausência de um ordenamento jurídico regulamentar votado por senadores e deputados eleitos.

A Constituição de 1824 definiu questões mais gerais em torno dos pleitos eleitorais como, por exemplo, a delimitação de eleições indiretas e as definições de inclusão e exclusão da cidadania²¹². Como o legislativo ainda não estava instalado, as eleições foram regidas por instruções eleitorais de 26 de março de 1824, responsável por delimitar o modo que deveria ser organizadas, a forma de instalação das mesas eleitorais e a própria apuração dos resultados desses pleitos eleitorais.

A realização das eleições para conselheiros provinciais seguia as mesmas orientações para a realização das eleições de deputados com a diferença, entretanto quanto ao número de assentos nos respectivos cargos. No que toca o número de deputados por província havia uma disparidade e números diferentes quanto à distribuição da “fatia” na

²¹¹ PORTUGAL. **Ordenações Filipinas**. Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 1870. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/22786>. Acesso em: 14 nov. 2022

²¹² Brasil. **Constituição Política do Império do Brasil de 1824**. Disponível: www.camara.gov.br.

“representação nacional” por província. No caso de Minas Gerais, por exemplo, o número de vagas correspondentes à câmara temporária chegou ao número de 20 deputados. Enquanto outras províncias, por exemplo, como Maranhão e Espírito Santo possuíam 4 e 1 deputado, respectivamente. Já com relação ao número de assentos dos membros para a ocupação de vagas no Conselho Geral, a definição foi distribuída em dois números: as províncias populosas como Minas Gerais, Maranhão e Pernambuco, por exemplo, possuíam o número de 21 membros, já as outras províncias (não tão populosas) possuíam 13 membros no Conselho Geral²¹³.

Já com relação ao número de membros para a ocupação de assento no Conselho de Governo não havia diferença entre as províncias. As eleições para a ocupação dessas vagas também eram realizadas no mesmo período das eleições gerais e eram eleitos seis conselheiros em cada província. Esses conselheiros atuavam conjuntamente à figura do Presidente da Província (FERNANDES, 2018).

As instruções eleitorais de 1824 não demarcavam data única para a realização das eleições gerais, o que gerou provavelmente o prolongamento desses pleitos por longos meses, desde a realização das eleições primárias até a reunião dos colégios eleitorais para a realização das eleições secundárias. Já com as instruções eleitorais de 29 de julho de 1828, as eleições deveriam ocorrer numa mesma data²¹⁴.

Outro ponto a ser destacado diz respeito ao local de votação e realização dessas eleições no período imperial. Conforme apontado por muitos trabalhos historiográficos, as eleições ocorriam dentro das igrejas e anterior ao ato da votação era sempre realizada uma missa votiva ao Espírito Santo. As práticas religiosas que ordenavam o ato eleitoral refletem a presença da tradição religiosa que não “desintegrou” com a instalação de uma cultura política liberal. Além disso, elas revelam também a expressão de uma sociedade ordenada sobre os princípios do regime de padroado da monarquia constitucional. Além disso, elas guardavam herança também da Constituição de Cádiz de 1812 que definiu a organização eleitoral da Espanha e de seus antigos territórios coloniais. A prática religiosa permeou os ritos eleitorais no mundo hispânico e expressam a percepção de uma organização de mundo das monarquias católicas.

Conforme descrito nas primeiras instruções eleitorais de 26 de março de 1824, após as devidas escolhas de presidente, secretário e escrutinadores para comporem a mesa eleitoral, todos deveriam se reunir na Igreja, onde, então, se celebraria uma missa do Espírito Santo. Após a missa, todos deveriam se dirigir para “o lugar de ajuntamento” para a realização da votação²¹⁵. A instrução não deixava muito claro sobre qual seria este

²¹³ BRASIL. Decreto de 26 de março de 1824. Manda proceder a eleição dos deputados e senadores da Assembleia Geral Legislativa e do Membros dos Conselhos Gerais da Província. **Collecção das Lei do Império do Brasil de 1824**: Decretos, Cartas Imperiais e Alvarás. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

²¹⁴ BRASIL. Decreto de 29 de julho de 1828. Manda fazer as eleições para a próxima legislatura pelas instruções de 1824, com certas declarações. **Collecção das Leis do Império do Brasil de 1828**: Atos do Poder Legislativo. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1878.

²¹⁵ BRASIL. Decreto de 26 de março de 1824. Manda proceder a eleição dos deputados e senadores da Assembleia Geral Legislativa e do Membros dos Conselhos Gerais da Província. **Collecção das Lei do Império do Brasil de 1824**: Decretos, Cartas Imperiais e Alvarás. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

lugar, o que pode sugerir que quem deveria indicar o lugar da reunião da votação eram as autoridades envolvidas no processo eleitoral. Nas atas das eleições para o Conselho Geral, em 1828, identificamos colégios eleitorais que teriam se reunido na casa da câmara de suas vilas para a realização das eleições, como foi o caso dos colégios eleitorais de São João del Rei, Barbacena, São José e Queluz. Já os colégios eleitorais de Tamanduá, Jacuí, Campanha e Baependi realizaram o ato da votação nas igrejas matrizes de suas vilas²¹⁶.

Conforme pontuado pela historiografia, os critérios de definição para votar e ser eleito deputado e senador eram pautados em critérios de censo (renda anual). Os votantes deveriam ter renda anual de 100 mil réis, enquanto os eleitores deveriam ter o dobro dessa renda, ou seja, 200 mil réis. Para CARVALHO (2011), esses critérios de renda eram valores muito baixos o que levava a uma ampla participação eleitoral da população.

No que toca os requisitos para ser eleito como conselheiro geral, a Constituição de 1824 delimitava “a idade de 25 anos, probidade e decente subsistência”, indicando, assim, forma antigas de reconhecimento perante uma comunidade e não pautadas em critérios de renda.

Outro ponto a ser destacado do processo eleitoral realizado no âmbito dos colégios eleitorais diz respeito à etapa da apuração dos nomes e votos. Após a entrega de todas as listas, o presidente mandava um dos secretários contar e apurar o número de votos na ata, e os nomes dos votados eram transcritos numa lista geral do número máximo para o número mínimo de votos recebidos. Em seguida, a ata deveria ser assinada pela mesa eleitoral e pelos eleitores presentes, que deveriam presenciar a queima das listas. A ata da eleição deveria ficar no arquivo da câmara, cabeça do distrito, e duas cópias deveriam ser extraídas pelo escrivão da câmara e remetidas para a Secretaria de Estado dos Negócios do Império e a câmara da capital²¹⁷.

Após as cópias das atas serem remetidas para a capital provincial, dava-se prosseguimento à última etapa da apuração dos nomes e votos. Uma lista geral era elaborada a partir do número máximo para o mínimo. Ao final da apuração dos nomes e votos, as cédulas eram queimadas. Em seguida, os presentes deveriam caminhar até a igreja principal, onde tocava um *Te Deum*, e o processo eleitoral dava-se por encerrado²¹⁸. A presença do *Te Deum*, hino católico em prosa rítmica, no ato eleitoral poderia ser comparado a outros momentos nos quais poderia ser “cantado em ação a graça de Deus por bênçãos especiais, tais como a eleição do papa, a consagração de um bispo, a canonização de um santo, a publicação de um tratado de paz e a coroação de um monarca” (PIMENTA, 2012: 187). Nesse sentido, o canto desse hino sacramentava a eleição e selava, também, a escolha dos representantes por meio do processo eleitoral.

²¹⁶ APM PP 1-11 CX 97.

²¹⁷ BRASIL. Decreto de 26 de março de 1824. Manda proceder a eleição dos deputados e senadores da Assembleia Geral Legislativa e do Membros dos Conselhos Gerais da Província. **Collecção das Lei do Império do Brasil de 1824**: Decretos, Cartas Imperiais e Alvarás. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

²¹⁸ BRASIL. Decreto de 26 de março de 1824. Manda proceder a eleição dos deputados e senadores da Assembleia Geral Legislativa e do Membros dos Conselhos Gerais da Província. **Collecção das Lei do Império do Brasil de 1824**: Decretos, Cartas Imperiais e Alvarás. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

Assim a realização de eleições na cultura política liberal do período representou de fato uma novidade no que diz respeito a escolha de cargos eletivos através do processo eleitoral e não pelo “sorteio”. A realização dessas eleições, por um lado, estava imersa de novidades e de desafios quanto à ausência de ordenamentos jurídicos regulamentares para a execução desses processos eleitorais, que precisaram se orientar por instruções eleitorais, publicadas na forma de decreto. Por outro, estavam imersas em práticas tradicionais religiosas que “sacramentavam” as eleições e os eleitos com a realização de missas e *Te Deum*.

FONTES PRIMÁRIAS

APM PP 1-11 CX 97 (Arquivo Público Mineiro – Fundo Presidência da Província – Série eleições – correspondência eleitoral)

O UNIVERSAL, nº 139, de 2 de junho de 1828.

Brasil. **Constituição Política do Império do Brasil de 1824**. Disponível: www.camara.gov.br.

BRASIL. Decreto de 26 de março de 1824. Manda proceder a eleição dos deputados e senadores da Assembleia Geral Legislativa e do Membros dos Conselhos Gerais da Província. **Colleção das Lei do Império do Brasil de 1824**: Decretos, Cartas Imperiais e Alvarás. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

BRASIL. Decreto de 29 de julho de 1828. Manda fazer as eleições para a próxima legislatura pelas instruções de 1824, com certas declarações. **Colleção das Leis do Império do Brasil de 1828**: Atos do Poder Legislativo. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1878.

PORTUGAL. **Ordenações Filipinas**. Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 1870. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/22786>. Acesso em: 14 nov. 2022

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. A involução da participação eleitoral, 1821-1930. In: CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana (Orgs.). **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BERBEL, Márcia Regina. **A nação como artefato**: deputados do Brasil nas cortes portuguesas, 1821 e 1822. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999.

BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. **De Alteza Real a Imperador**: O Governo do Príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2006.

FERNANDES, Renata Silva. **As províncias do império e o “Governo por Conselhos”**: O Conselho de Governo e o Conselho Geral de Minas Gerais (1825-1834). Tese (Doutorado), Programa de pós-graduação em História, UFJF, Juiz de Fora, 2018.

PIMENTA, Evaristo Caixeta. **As urnas sagradas do Império do Brasil**: governo representativo e práticas eleitorais em Minas Gerais (1846-1881). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

PIMENTA, João Paulo. **A independência do Brasil e a experiência hispanoamericana (1808-1822)**. São Paulo: Hucitec:Fapesp, 2015.

SILVA, Wlamir. Autonomismo, contratualismo e projeto pedrino: Minas Gerais na Independência. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 10, 2005.

SOARES, Mariza de Carvalho Soares. Política sem cidadania: eleições nas irmandades de homens pretos, século XVIII. In: CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana (Orgs.). **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

O que comemorar no bicentenário de independência do Brasil?

Luiza Rocha de Oliveira²¹⁹

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre as comemorações que o Estado tem proposto no que se refere ao bicentenário da independência do Brasil, com o pedido do coração de D. Pedro I. Dessa forma, indagamos quais motivos temos a festejar com um coração mergulhado em formol, em uma sociedade em que ainda se encontra em meio a colonialidade do poder que permeia as suas formas de violências? Assim, a partir do termo “nostalgia imperial”, cunhado pelo historiador Ricardo Salles, pretendemos também tentar entender como que com 200 anos de república, ainda exista uma camada social que julga que no tempo do Império o Brasil era melhor.

PALAVRAS-CHAVE: Estado Nacional Brasileiro; Nostalgia Imperial; Colonialidade do Poder.

ABSTRACT: The present work aims to reflect on the commemorations that the State has proposed regarding the bicentenary of the independence of Brazil, with the request of the heart of D. Pedro I. In this way, we ask what reasons we have to celebrate with a plunged heart in formaldehyde, in a society that still finds itself in the midst of the coloniality of power that permeates its forms of violence? Thus, from the term “imperial nostalgia”, coined by the historian Ricardo Salles, we also intend to try to understand how, with 200 years of republic, there is still a social layer that believes that in the time of the Empire, Brazil was better.

KEYWORDS: Brazilian National State; Imperial Nostalgia; Coloniality of Power.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ano de 2022 é um importante marco para a criação do Estado Nacional Brasileiro, há 200 anos nos separamos da metrópole. No entanto, se fizermos uma análise desde do plebiscito de 1993, passando pela conjuntura das eleições de 2018, e chegando no Brasil atual, podemos notar um aspecto de saudosismo ao Império. Dessa forma, o trabalho do historiador Ricardo Salles é essencial para refletirmos sobre esse saudosismo. Salles ao analisar o Plebiscito de 1993, nota que a monarquia teve um número expressivo de adeptos, totalizando 10,25% dos votos²²⁰.

²¹⁹ Estudante de graduação em História na Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail para contato: luizarocha.rocha@gmail.com.

²²⁰ Para conferir os resultados do plebiscito de 1993, clique: https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/plebiscito-de-1993/@@download/file/plebiscito-de-1993.pdf.

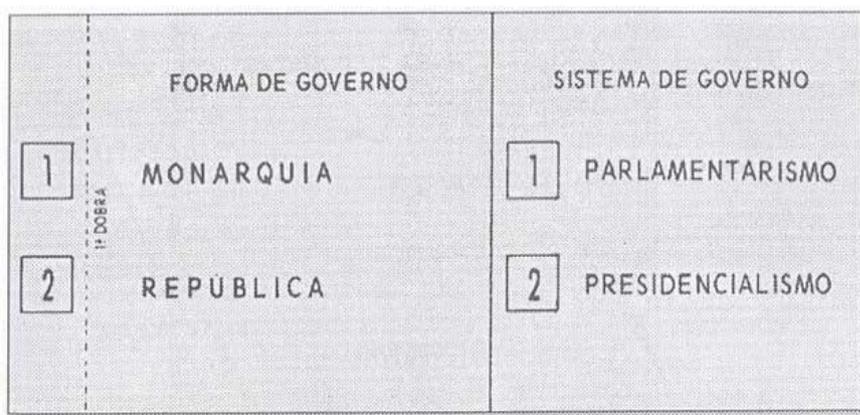


Imagem: Governo Federal. Cédula do plebiscito de 1993.

O pesquisador então, no ano de 1996 publica o livro chamado *Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*, onde nota em suas análises uma certa “nostalgia imperial” na consciência coletiva dos brasileiros. Diante disso, ele passa a se questionar como que com 100 anos de existência, a república não tinha sido capaz de reverter o imaginário social de que no Império o Brasil era melhor. Passados 200 anos, nossa pergunta é a mesma, como que com duzentos de república, ainda exista uma camada social que julga que no tempo do Império o Brasil era melhor, ou como Salles fala em seu livro, “houve um tempo [o Império] em que o Brasil era mais respeitável, mais honesto, mais poderoso” ? (SALLES, 1993, p. 18).

Após 29 anos do plebiscito de 1993, notamos na sociedade atual alguns aspectos importantes que marcam essa “nostalgia imperial”, como por exemplo a saída do anonimato da “Família Real”, que vem tendo uma importante contribuição nas manifestações pró-monarquia no país, e que se encontra intimamente ligada ao bolsonarismo. Dito isto, pretendo aqui refletir sobre as comemorações em torno do bicentenário de independência que o Estado tem proposto, com o pedido do coração de D. Pedro I. Além de pensar a história da independência do Brasil em uma perspectiva fora do eixo Rio de Janeiro - São Paulo.

Ademais, e não menos importante, farei uma investigação sobre o termo “colonialidade do poder” hoje no Brasil. Expressão cunhada pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, que demonstrou com os seus trabalhos como ainda vivemos em um mundo colonial. Mesmo com a separação da colônia da metrópole, o legado colonialista permanece na forma da manutenção das relações de poder, e nas formas das violências. Exemplos disso, são as várias formas de ataques às populações indígenas e negras do Brasil, desde o processo de colonização até os dias atuais.

O 07 DE SETEMBRO DE 2022

Em notícia do G1 do dia 09 de maio de 2022, com manchete “Brasil pede coração de D. Pedro I emprestado para a comemoração dos 200 anos da independência”²²¹, vemos

²²¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/05/09/brasil-pede-coracao-de-d-pedro-1-emprestado-para-comemoracao-dos-200-anos-da-independencia.ghtml>.

que as “celebrações” em torno da independência do Brasil estão começando a manifestar-se. Contudo, o que realmente temos a comemorar nesses dois séculos de separação da metrópole com um coração mergulhado em formol?

A professora de Relações Internacionais Miriam Saraiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) diz que "Infelizmente, a festa de independência foi sequestrada por uma ideologia que prega o discurso de que o hino nacional, a bandeira do país e as cores verde e amarela só pertencem aos seus adeptos" (Correio Braziliense, 2022).

Ao pensarmos o Brasil atual, a partir da conjuntura das eleições de 2018 nota-se como imaginários sobre o Império voltam à tona, como forma de enunciar que no passado tudo era melhor. Os historiadores Thiago Krause e Paulo Pachá em artigo para a Folha de S. Paulo intitulado Nostalgia Imperial, afirmam:

que a idealização do Império brasileiro promovida pelo bolsonarismo reflete um projeto essencialmente reacionário, que perpassa a sociedade há um século, cujos valores se articulam na ideia de ordem e hierarquia rígida, no catolicismo e na rejeição da mobilização democrática. (KRAUSE; PACHÁ, 2020)

Dessa maneira, nota-se que no Brasil atual encontra-se uma idealização de um passado monárquico que tem por essência uma herança de uma certa civilização ocidental, branca e católica. Uma sociedade que exclui, explora e mata os povos indígenas e negros. Abaixo tem-se uma imagem que exemplifica um pouco esse momento atual que o Brasil vem passando, com o pedido por parte de uma parcela da população pela retomada da monarquia.



Foto: Manifestação em fevereiro de 2017. Facebook Pró Monarquia.

COLONIALIDADE DO PODER

Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por uma história decolonial: Gênero, raça e classe na América Latina. Eduarda Guerra Tostes; Lavínia Renata de Oliveira Turqueti; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2022. 926 p.

ISSN:2317-0468

a colonialidade do poder estabelecida sobre a ideia de raça deve ser admitida como um fator básico na questão nacional e do Estado-nação. O problema é, contudo, que na América Latina a perspectiva eurocêntrica foi adotada pelos grupos dominantes como própria e levou-os a impor o modelo europeu de formação do Estado-nação para estruturas de poder organizadas em torno de relações coloniais. Assim, ainda nos encontramos hoje num labirinto em que o Minotauro é sempre visível, mas sem nenhuma Ariadne para mostrar-nos a ansiada saída. (QUIJANO, p.136, 2005)

É a partir da citação acima, contribuição de Aníbal Quijano, sociólogo peruano, que discute como a colonialidade do poder é fundamentada na ideia de raça como instrumento de dominação, que pretende-se analisar as violências contra os povos indígenas e a população negra do Brasil.

Povos indígenas

Ao pensarmos a questão indígena hoje no Brasil, percebemos como o governo Bolsonaro intensificou tais violências. Seja a partir de suas próprias falas preconceituosas sobre os povos originários; o desmantelamento da Funai, que no seu governo passa a ser um “puxadinho” dos ruralistas e um dos principais inimigos dos povos indígenas; entre vários outros tipos de violações dos direitos dessas populações que nesse governo passam ser descaradamente violados.

Dados do Relatório: Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil de 2021²²², produzido pelo CIMI (Conselho Indigenista Missionário), aponta que dos 5.332 indígenas que morreram em 2021 por todos os casos de violência, 847 foram em decorrência da covid. Todavia, acredito que tais números podem ser ainda maiores se considerarmos os casos que não foram notificados. Os números parecem não chocar a população, tornando-se algo banal. Na introdução do relatório temos um texto que diz exatamente como que com a omissão do poder público os casos de violências não só aumentaram como foram naturalizados por esse governo genocida que estamos vivendo.

Abaixo exponho uma fala do líder indígena Ailton Krenak, que descreve como que desde a invasão da “América” pelos europeus, os genocídios contra os povos originários estão em curso:

Nós estamos em guerra [...] O seu mundo e o meu mundo estão em guerra. Os nossos mundos estão todos em guerra. A falsificação ideológica que sugere que nós temos paz é para a gente continuar

²²² Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-violencia-povos-indigenas-2021-cimi.pdf>.

mantendo a coisa funcionando. Não tem paz em lugar nenhum. É guerra em todos os lugares, o tempo todo. (Ailton Krenak. Documentário: Guerras do Brasil.doc. 2019)

População negra

Em relação às violências contra as populações pretas do Brasil os dados também são assustadores. Para isso, não tem como não lembrar da obra de Abdias Nascimento, um grande intelectual negro do Brasil, que no seu trabalho *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado* abarcara um conjunto de violências que se voltavam contra a vida da população negra do Brasil. Dessa forma, as análises de Abdias são essenciais para a compreensão dos dados a seguir.

O Atlas da Violência de 2021²²³, mostra que em 2019 os negros (pardos + pretos na classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídio a cada 100 mil habitantes. Entre os não negros a taxa foi de 11,2% para cada 100 mil habitantes. Ou seja, a chance de um negro ser assassinado é de 2,6% superior em relação a uma pessoa não negra no Brasil. Se pensarmos no caso de violências contra as mulheres negras, os números são ainda mais alarmantes, pois 66% das mulheres assassinadas no país são mulheres pretas.

Refletindo sobre o termo ‘racismo mascarado’ proposto por Abdias, e o conjunto de políticas de violência contra a população negra, não há como não frisar a violência policial, que tanto mata preto no Brasil. A charge abaixo do cartunista Carlos Latuff, que foi exposta na Câmara dos Deputados em novembro de 2019 e que foi arrancada da exposição pelo deputado federal Coronel Tadeu do PSL de SP, partido que a época também era do então presidente do país, Jair Bolsonaro, é uma charge que propõe discutir sobre as vítimas policiais do Brasil serem majoritariamente pessoas negras. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública confirma que 75,4 % das vítimas policiais, são pessoas negras.



²²³ Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>.

Imagem: charge de Carlos Latuff, 2019.

Dessa forma, podemos notar que assim como há uma naturalização em detrimento às violências contra os povos indígenas, também se nota uma naturalização em torno das violências contra a população negra. Bolsonaro constantemente também ataca essa população, com falas racistas e preconceituosas. Ademais, o exemplo acima da remoção de uma charge por um deputado bolsonarista mas que enfatiza toda a nossa conjuntura de constante violência e guerra contra o povo preto do Brasil.

A CRIAÇÃO DO 07 DE SETEMBRO

No texto “A invenção do Sete de Setembro, 1822-1831” o historiador canadense Hendrik Kraay, irá demonstrar como que no ano de 1822 o significado histórico das ações de D. Pedro I ainda não estavam tão claros, e os contemporâneos à época não atribuíram grande significado ao Grito do Ipiranga. Além de trazer para a sua análise uma série de novos estudos historiográficos, que analisam que o processo de criação do “07 de setembro” durou entre as décadas de 20 e 30 dos oitocentos. Dessa forma, nota-se como demorou um tempo para que se tivesse um consenso em torno da data da independência.

Refletindo sobre como a história da Independência do Brasil habitualmente é narrada, D. Pedro I é colocado como um personagem central da narrativa, além de ser Rio e São Paulo palcos dessa história. Como se o processo de fundação do Estado Nacional brasileiro tivesse acontecido somente nesses dois lugares do país e não em outros, além de ser uma narrativa que não fala em guerras e nem na participação das camadas populares. Boa parte dessa concepção da história da independência está baseada em como o IHGB descreveu esse acontecimento e retratou a figura de D. Pedro I.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro conhecido como IHGB foi fundado em 1838 no segundo reinado como forma de construir uma história nacional, pautada na herança do projeto civilizatório dos portugueses que visava a criação de uma nação que se via enquanto branca e católica. Esse Instituto também foi um dos responsáveis por inventar o sete de setembro como o dia da independência e descrever o imperador como herói dessa história. Ademais, as pinturas encontradas hoje nos livros didáticos, que retratam a independência e colocam D. Pedro I no centro dos eventos, são todos feitos muito posteriormente à data de 07 de setembro de 1822.



Imagem: "A proclamação da Independência", de François-René Moreaux, 1844.

A primeira imagem foi construída por Moreaux em 1844 a pedido do Senado Imperial, onde o pintor retrata D Pedro aclamado pelo povo, um povo branco e europeizado. Hoje a obra se encontra no Museu Imperial de Petrópolis.



"Independência ou Morte", de Pedro Américo, 1888.

A tela dois é de 1888 de Pedro Américo, e atualmente é a obra mais famosa sobre a independência do Brasil, encomendada para ficar exposta no Museu do Ipiranga, que estava à época sendo construído para celebrar a Independência. A obra retrata D. Pedro I em seu cavalo, agora não tão em meio ao povo, e sim em meio a sua comitiva.

Essas duas imagens são essenciais para examinarmos a origem do 07 de setembro, não como um fato dado, mas como uma construção que durou anos e anos para ser consolidado. Dessa forma também, discutir os silenciamentos e apagamentos que uma história única, pautada no heroísmo de Pedro I ocasionou, ao se falar de um 07 de setembro sem guerras e participação popular. Quando, como defendido por Lúcia Bastos Pereira das Neves, a independência não se resume a fatos isolados, mas em um processo que começa em 1820 e vai até 1825. Ou seja, as revoltas começaram bem antes do “grito do Ipiranga” indo até 1825, e estando assim não apenas no eixo Rio-São Paulo.

Atualmente, novos estudos e pesquisas historiográficas vem desmistificando o sete de setembro e D. Pedro I como personagem principal da independência do Brasil. Como diz o historiador Luís Henrique Dias Tavares da Universidade da Bahia, o 07 de setembro de 1822 é uma data simbólica, pois uma enorme parte do que viria a se tornar o Brasil, como a região nordeste, ainda não era independente. A Bahia se tornará independente apenas em 02 de julho de 1823, com uma grande participação da camada popular no projeto de expulsão dos portugueses do território baiano. Personagens como Maria Quitéria, Joana Angélica, Maria Felipa de Oliveira, Corneteiro Lopes, são exemplos de pessoas que de diferentes meios lutaram contra os portugueses. Ademais, a festa de 02 de julho que marca a independência do Brasil na Bahia, também inclui atualmente a figura da cabocla e do caboclo que representam o exército formado por indígenas tupinambás, negros libertos, escravizados enviados por seus senhores, brancos pobres e soldados voluntários que lutaram na guerra.

CONSTITUIÇÕES PARA QUEM?

13 de maio- Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos...[...]... Choveu, esfriou. É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou a pedir comida. E eu não tinha.[...] E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual - a fome! (JESUS, 2014, p.31-32)

Ao lermos o trecho do diário de Carolina Maria de Jesus, Quarto de Despejo, escrito 70 anos depois da Lei Áurea, podemos perceber como a população negra ainda estava marginalizada da sociedade. Além disso, se compararmos a sua fala com o Brasil atual podemos notar que tal semelhança ainda se mantém presente.

Mas e aí, o que de fato mudou com a separação da metrópole? O que de novo a modernidade trouxe para o Brasil? **Quase nada.** As tradições coloniais se mantiveram e a escravidão também. A Constituição de 1824 outorgada por D. Pedro I não mencionará os povos indígenas e nem a população negra como cidadãos brasileiros, e durante quase todo Império houve uma lei que dizia que os africanos libertos não eram brasileiros. E o fim da escravidão?! Só 66 anos depois da independência que a Lei Áurea foi assinada, mas os então libertos não tiveram nenhuma forma de aparato pelo Estado.

Dessa forma, o que se nota no processo de independência do Brasil, é a criação de um país onde o colonizador se manteve como comandante. Além disso, como defendido pelo historiador Thiago Campos Pessoa no podcast Projeto Querino, “o Brasil ele nasce como um país de fato, como um Estado Nação, atrelado ao tráfico de africanos porque esses agentes do tráfico eles estão diretamente envolvidos e de maneira até bastante contundente na própria construção do Estado Nação” (Episódio: A grande aposta, 2022). Ou seja, o país emerge na base do escravismo negro, um país que silencia e tenta apagar da sua história as contribuições dos negros e indígenas para a construção do Estado. Dessa forma, assim como defendido neste mesmo episódio do podcast, outros possíveis Brasis poderiam ter emergido desse processo de independência, que contou com ações de

diferentes sujeitos históricos. Porém, o Brasil que vingou, foi um Brasil baseado na mão de obra escravizada, um Brasil onde o racismo é estruturante das nossas bases sociais até os dias de hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando então ao Brasil atual e refletindo sobre esse processo de criação do Estado Nacional Brasileiro, percebemos que há mais continuidades do que rupturas com as tradições coloniais, mesmo se passando 200 anos de separação da metrópole. Infelizmente o racismo ainda é estruturante de nossa sociedade, os povos indígenas ainda são vistos como bárbaros. Ah, e as mulheres ainda são marginalizadas em relação aos homens.

Voltando então, a um de nossos questionamento lá do início onde nos propusemos a tentar entender como que com 200 anos de independência uma camada da população ainda vê no passado monárquico um Brasil onde tudo era melhor. Há de se considerar que nossa política ainda é feita por homens brancos, onde indígenas, negros e mulheres não tem espaço, mesmo considerando os grandes pequenos avanços que tivemos nos últimos anos, mas que no governo Bolsonaro só tiveram retrocessos. Para entender esse dilema então, é indispensável refletir sobre quem detém o dinheiro no nosso país, e consequentemente o poder. Como diz Jessé Souza: “O poder é a questão central de toda sociedade. [...] É ele que nos irá dizer quem manda e quem obedece, quem fica com os privilégios e quem é abandonado e excluído.” (SOUZA, p.12, 2019).

Para não terminarmos nossa reflexão de maneira pessimista, há de se considerar que novos estudos historiográficos vem tendo uma grande importância para entendermos esses múltiplos sentidos de independência, o IHGB tem revisto sua postura de maneira crítica em relação a como a identidade nacional fora forjada. Ademais, os movimentos feministas, os movimentos indígenas e negros, vem tensionando e reivindicando seus direitos.

Por fim, e não menos importante, é indispensável ressaltar que não é com um coração mergulhado em formol que queremos comemorar a nossa independência, e sim com menos desigualdade social, segurança para a população negra e indígena, saúde e educação para todos. Como dizia meu professor de História do ensino médio, a luta continua!

Referências bibliográficas:

Às vésperas dos 200 anos da Independência do Brasil: O quê e como discutir? Canal: Revista Almanack. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5raH_kTALsg. Acesso em: junho de 2020.

Brasil pede coração de D. Pedro I emprestado para comemoração dos 200 anos de independência. G1. Publicado em 09 de maio de 2022. Disponível em:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/05/09/brasil-pede-coracao-de-d-pedro-1-emprestado-para-comemoracao-dos-200-anos-da-independencia.ghtml>. Acesso em: 06 de julho de 2022.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. **“Vote no Rei”**: o plebiscito de 1993. (Artigo). In: Café História – história feita com cliques. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/vote-no-rei-o-plebiscito-de-1993/>. Publicado em: 24 ago. 2010. Acesso em: 04 de julho de 2022.

CHALHOUB, Sidney. **Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)**. História Social. Campinas, n. 19, jul-dez. 2010.

DANTAS, Mônica Duarte. **Constituição, poderes e cidadania na formação do Estado nacional brasileiro**. In: aa.vv., Rumos da Cidadania. São Paulo: Instituto Prometeus, 2010.

Guerras do Brasil.doc. Direção: Luiz Bolognesi. Produção: Canal Curta! Brasil: Netflix, 2019. 1º epis.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. - 10. ed. - São Paulo: Ática, 2014.

KRAAY, Hendrik. **A invenção do Sete de Setembro, 1822-1831**. Almanack Braziliense. São Paulo, n. 11, p. 52-61, maio/2010.

KRAUSE, Thiago; PACHÁ, Paulo. **Nostalgia Imperial**. Folha de São Paulo, 19/07/2020.

MAMIGONIAN, Beatriz G. **A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão**. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Orgs). O Brasil imperial (1808-1831). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 1.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. **As partes e o todo: Uma leitura de “Nostalgia Imperial”**. Almanack, Guarulhos n.7, p.165-168, 1º semestre de 2014.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 1 ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Estado e política na Independência**. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (org). O Brasil Imperial (1808-1831). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 1.

NUNES, Vicente. **Coração de D. Pedro I chega ao Brasil em clima de acirramento político**. Correio Braziliense. Publicado em: 21 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2022/08/5030876-coracao-de-dom-pedro-i-chega-ao-brasil-em-clima-de-acirramento-politico.html>. Acesso em: 03 de outubro de 2022.

Projeto Querino: **A Grande Aposta**. Roteiro: Tiago Rogero. Produção: Rádio Novelo, 06 de agosto de 2022. Podcast. Disponível em: <https://projetoquerino.com.br/podcast-item/a-grade-aposta/>. Acesso em: 12 de novembro de 2022.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Editora Ponteio, 2013.

SLAMA, Fernanda. **O 2 de julho - Independência do Brasil na Bahia**. Disponível em: <https://www.salvadorbahia.com/o-2-de-julho-independencia-do-brasil-na-bahia/>. Acesso em: 06 de julho de 2022.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

Simpósio Temático - Representações do passado: o cinema em suas relações com a história, a arte e a cultura

O Cinema de Shinya Tsukamoto

Thais Melo Silva²²⁴

Resumo: A presente comunicação busca apresentar um recorte temático da pesquisa de iniciação científica intitulada “A Industrialização e o Crescimento das Metrôpoles em *Tetsuo* (1989), de Shinya Tsukamoto”. O presente excerto, delimitado para os fins de ser apresentado no evento de Semana de História da UFJF, propõe-se a analisar o curioso cinema do diretor japonês Shinya Tsukamoto. Será dado destaque para sua obra de maior visibilidade: *Tetsuo* (1989), bem como outros filmes-chave, sendo estes: *Tokyo Fist* (1995) e *Rokugatsu no Hebi* (2002). As principais referências utilizadas na pesquisa são Tom Mes (2005), Steven Brown (2010), Georg Simmel (1973), Richard Sennett (1994) e Lotte Eisner (2002).

Abstract: The present communication seeks to introduce one thematic clipping from the scientific initiation research called “The Industrialization and Growth of the Metropolises in *Tetsuo* (1989), from Shinya Tsukamoto”. The present excerpt, delimited for the purposes to be introduced in the “History Week” event from UFJF, proposes to analyze the curious cinema from the japanese director Shinya Tsukamoto. Will be given emphasis to your work of greater visibility: *Tetsuo* (1989) as well as others key-movies, these being: *Tokyo Fist* (1995) and *Rokugatsu no Hebi* (2002). The main references used in the research are Tom Mes (2005), Steven Brown (2010), Georg Simmel (1973), Richard Sennett (1994) and Lotte Eisner (2002).

O presente projeto de iniciação científica visa compreender o universo cinematográfico de Shinya Tsukamoto através de seu longa-metragem *Tetsuo* (1989). No filme, a temática da transformação corporal é inserida sob a ótica do *body horror*, do universo dos *kaiju*, e as inquietações da intensa urbanização da metrópole japonesa, Tóquio, manifestam-se como elementos formadores da produção fílmica do cineasta. O enfoque dado durante a apresentação foi para a análise conjunta de três de suas obras principais: *Tetsuo* (1989), *Tokyo Fist* (1995) e *Rokugatsu no Hebi* (2002). A partir destas busca-se demonstrar de que forma a arte do diretor é sintomática do período em que viveu e das mudanças históricas da época e as críticas que tece são desenvolvidas ao longo da filmografia.

Primeiramente é necessário apresentar Tsukamoto. Nasceu em 1 de janeiro de 1960 na cidade de Tóquio. Dito isso, sabe-se que cresceu no período de reconstrução do Japão durante o pós-guerra. Apesar das enormes perdas populacionais e da destruição das cidades sofrida pelo país, permanecia sendo uma das grandes potências em dimensão de

²²⁴ Aluna de graduação do curso de Ciências Sociais da UNICAMP. E-mail: t224694@dac.unicamp.br

poder industrial, o que precisamente possibilitou a grande onda de modernização e industrialização no país, datando do pós-guerra (anos 50) até 1973.

Por conseguinte, torna-se evidente que no Japão se formara um ambiente hipercapitalista com uma taxa de crescimento anual historicamente alta. Diante desse entorno e retomando para Tsukamoto, este cresce assistindo o ambiente que o cerca transformar-se completamente. Relata como quando era criança notava que não havia mais espaços para brincar, todos os terrenos foram continuamente ocupados por edifícios, diante da massiva urbanização do território. Conta igualmente que parte de seu gosto pelo cinema de *Kaiju* tem origem no fato de que os monstros trazem destruição para o ambiente urbano, esse sendo um desejo inconsciente do diretor.

Segundo fala do próprio Tsukamoto:²²⁵

Conforme a cidade cresce, parece que as pessoas re-evoluem, perdem contato com seus corpos, tornam-se quase desincorporados, vivendo apenas através de suas mentes. Estou interessado em como nós aprendemos a sobreviver na cidade. Às vezes acho bonito pensar a destruição. É estranho. Parte de mim ama uma cidade como Tóquio, mas parte de mim iria bastante alegremente destruí-la.

Portanto, o principal objetivo elencado para a presente comunicação é demonstrar como o fenômeno histórico do “boom industrial” no Japão pós-guerra lançou profundas marcas na população e nas cidades construídas, utilizando como ponto de partida o cinema de Tsukamoto e, preliminarmente, *Tetsuo*.

Sabe-se que o diretor sempre teve gosto pelas obras visuais. Desde a adolescência costumava criar filmes com a câmera que o pai um dia trouxe para casa. Sua primeira obra que recebeu mais visibilidade (e a mais aclamada ou que causa mais controvérsia até atualmente), foi *Tetsuo*, de 1989. Gravou o filme aos 28 anos, contando como colegas de faculdade que participavam do mesmo grupo de teatro como atores e sem nenhum orçamento, contando apenas com o dinheiro que possuía.

<https://www.youtube.com/watch?v=q-mAzGvcJS0>

O trailer do filme passado durante a comunicação teve o objetivo de facilitar a demonstração do filme para aqueles que nunca o viram e a exposição que faço a respeito deste. Dito de maneira mais resumida possível, a sinopse da obra seria a de que no início, os personagens chamados “assalariado” e sua namorada atropelam o “fetichista de metal”. Este, como sua vingança, amaldiçoa o assalariado a passar por uma transformação num monstro de metal, o chamado *Tetsuo*.

Como pôde ser notado, trata-se de uma obra largamente experimental. Não possui uma narrativa claramente delineada e contém pouquíssimos diálogos. Porém, consegue transmitir sua ideia, os sentimentos, através da forma. Estes se inscrevem em todo o aspecto metálico que compõe o filme: nos tons de cinza com contraste branco e preto acentuado, os sons, a trilha-sonora, o cenário, tais elementos somados ao fato de que o

²²⁵ (BROWN, 2010, p.101)

próprio protagonista passa por um processo de metamorfose em que se transforma num monstro, num *kaiju*, feito de metal.



[figura 1: pôster do filme *Tetsuo*, demonstração de seu aspecto metálico] fonte: <https://www.pennsylvasia.com/2019/09/1989-japanese-film-tetsuo-iron-man.html>



[figuras 2 e 3: frames retirados do filme *Tetsuo* como demonstração de seu aspecto metálico].

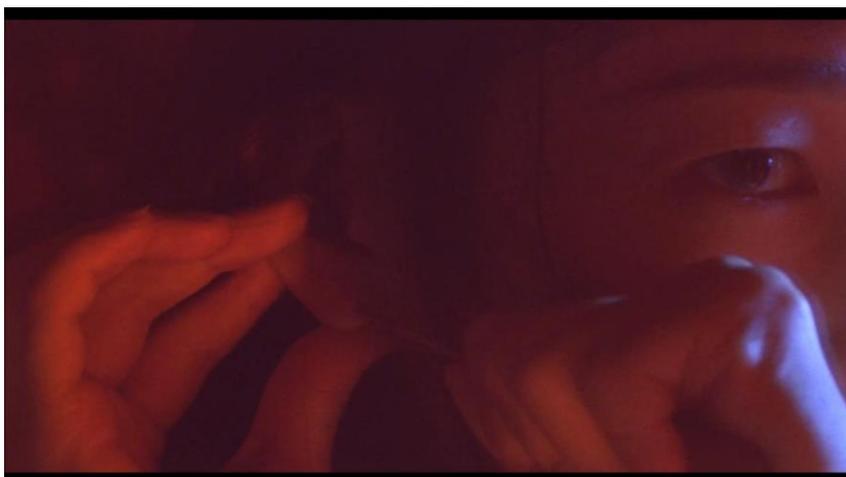
Desse modo, o ponto principal da pesquisa seria a relação das obras com o sentimento generalizado que surge na população de estranhamento com relação ao ambiente urbano que a cerca. Tal entorno é capaz de provocar uma dessensibilização nas pessoas, uma espécie de entorpecimento gerado pela vivência nos grandes centros urbanos, ambientes estéreis. *Tetsuo* foi o início, o que a pesquisa procura demonstrar esse tema e essa camada de crítica perpassa por toda a filmografia do autor e vai se desenvolvendo, chegando ao ponto de indicar possíveis saídas e soluções (se é que podem ser chamadas assim) para tal questão.

Esta crítica se faz presente em diversos momentos igualmente nas demais obras do diretor e trabalhada de diferentes maneiras. Mas, para a comunicação de do dia havia escolhido trabalhar sobre duas especificamente *Tokyo Fist* (1995) e *Snake of June* (2002), por conta da interpretação realizada a respeito da continuidade que ambas aparentam trazer à proposta inicial assinalada em *Tetsuo*.

Em *Tokyo Fist* novamente nota-se a presença do personagem do assalariado. Figura de grande importância no período comentado anteriormente, durante a ampla modernização do Japão, por tratar-se do modelo de homem japonês ideal a ser almejado e seguido por todos. Agora, no filme de 95 essa figura é esfacelada. O ambiente que vive é completamente sem vida, estéril, assim como a relação que tem com a esposa. Resumindo, a apresentação que se faz do personagem no início do filme é a de que sua vida não tem nenhum sentido.

A obra gira em torno de três personagens principais: o assalariado, sua esposa e um antigo amigo que torna-se uma espécie de rival e antagonista. Todos passarão por momentos catárticos, cada um em sua própria trajetória, resultando num processo de libertação que se faz através da retomada da fisicalidade em seus corpos amortecidos e adormecidos pela vida urbana.

Tokyo Fist trata a respeito do resgate da vida sensorial que a rotina imposta pelo ambiente capitalista das metrópoles tomou da população, sendo dito no sentido mais concreto da palavra. O personagem do assalariado começa a praticar boxe, inicialmente movido pela ideia de derrotar seu rival, o antigo conhecido, e assim efetuar sua vingança. Sua esposa, antigamente vivendo como a mulher ideal que espera em casa todos os dias pelo marido que sai para trabalhar, vivendo por ele e pela casa, resolve partir. Após esse evento, passa a realizar diversas alterações corporais, a contragosto do marido, perturbado com tal visão, e prática mal vista aos olhos da própria sociedade.





[figuras 4, 5 e 6: frames retirados do filme *Tokyo Fist* retratando momento em que a esposa do assalariado realiza sua primeira alteração corporal perfurando a própria orelha]





[figuras 7, 8 e 9: frames retirados dos filmes *Tokyo Fist* e *Tetsuo* estabelecendo um paralelo entre o momento no qual a personagem dá seguimento as alterações corporais inserindo tubos de metal como adornos no corpo e a cena em que o fetichista de metal insere um cano dentro da própria coxa].

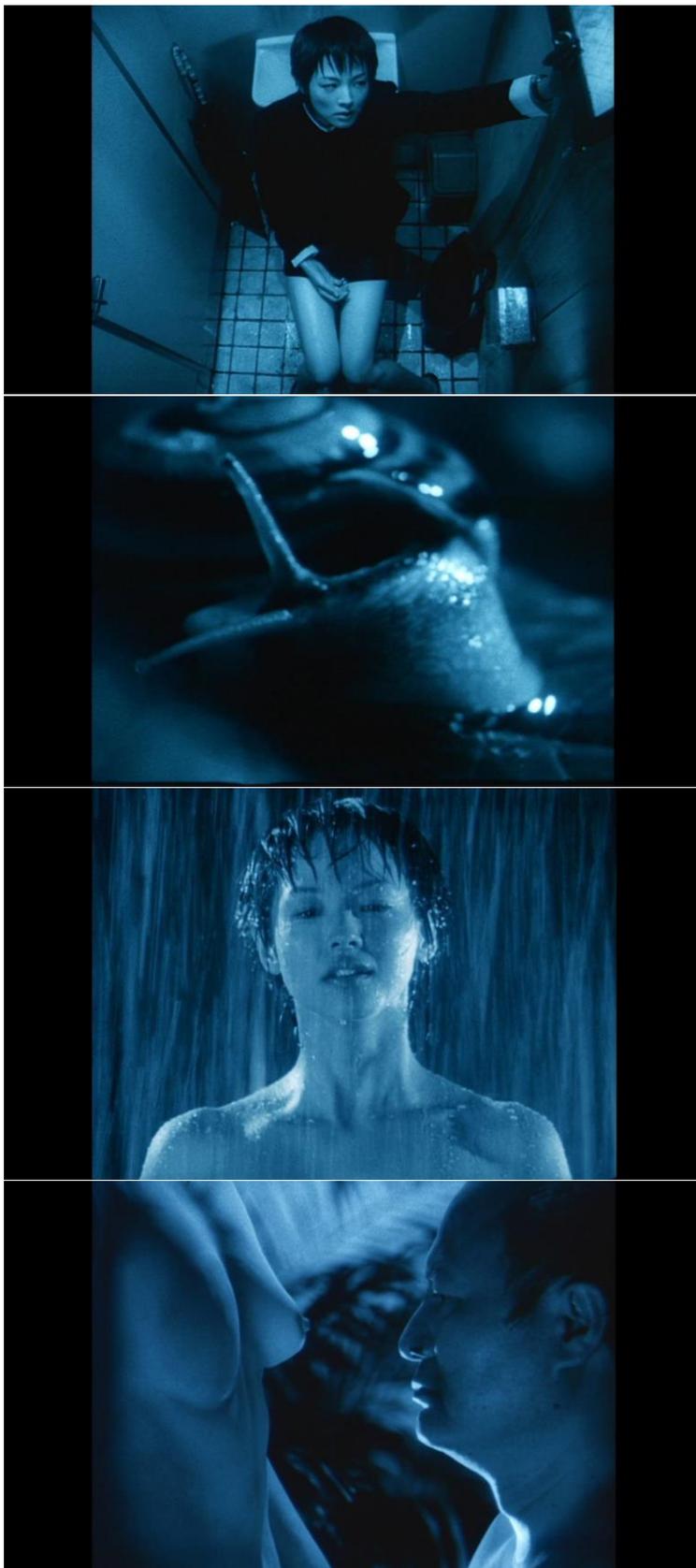


[figuras 10 a 13: frames retirados do filme *Tokyo Fist* que demonstram como o vermelho do sangue e demais cores quentes passam a inundar a obra conforme a

fiscalidade é colocada em contraste com o ambiente urbano representado pelos tons frios azulados].

Em *Snake of June*, acompanha-se novamente a história de um casal, porém a protagonista da vez (e diferentemente das obras anteriores do diretor) é a esposa. Igualmente análoga ao filme anterior, a relação entre os dois é insossa e distante. No filme, continuamente permeado por uma esfera erótica, a esposa passa por uma jornada de retomada contato com sua sexualidade e com o próprio marido, com o filme culminando num momento em que um finalmente passa a *ver* o outro, fenômeno que a vida urbana facilita para que se torne cada vez mais raro. Junho diz respeito ao mês mais chuvoso do Japão. Tsukamoto retrata a água que trazida da chuva e que invade as cidades como metáfora para a chegada da vida que se faz presente no crescimento das plantas, a vinda dos insetos com estas, na calidez e no erotismo que definem essa estação.





Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por uma história decolonial: Gênero, raça e classe na América Latina. Eduarda Guerra Tostes; Lavinia Renata de Oliveira Turqueti; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2022. 926 p.
ISSN:2317-0468



[figuras 14 a 20: frames retirados de *A Snake of June* para demonstrar a atmosfera da obra composta por chuva, umidade, calor, vida, erotismo através de sua fotografia e da paleta de cores em tons azuis.

Bem, através dessa exposição eu espero ter tornado mais clara a questão que coloquei com minha pesquisa a respeito do movimento realizado pelo autor com o intuito de desenvolver a ideia a respeito de nossa relação com os ambientes urbanos em que vivemos e as relações que estes impõem a nós e entre nós.

Bibliografia e filmografia

BROWN, Steven. *Tokyo Cyberpunk: Posthumanism in Japanese Visual Culture*. 1ª edição. Estados Unidos: PALGRAVE MACMILLAN, 2010.

MES, Tom. *Iron Man: The Cinema of Shinya Tsukamoto*. 1ª edição. Reino Unido: FAB Press, 2005.

METZLER, Mark. *Capital as Will and Imagination: Schumpeter's Guide to the Postwar Japanese Miracle*. Ithaca: Cornell University Press, 2013.

METZLER, Mark. *Japan: the arc of industrialization*. Seattle: The New Cambridge History of Japan, 2022.

ROKUGATSU NO HEBI (Serpentes de Junho). Shinya Tsukamoto. Tóquio: Kaijyu Theater, 2002.

TOKYO Fist. Shinya Tsukamoto. Tóquio: Kaijyu Theater, 1995.

TETSUO. Shinya Tsukamoto. Tóquio: Kaijyu Theater, 1989.

Sob o sol do Primeiro de Maio: sentidos que atravessam corpo e espírito em *The Wicker Man* (1973), de Robin Hardy

Laíza de Oliveira Rodrigues²²⁶

Resumo: O artigo convida à análise do filme *The Wicker Man* (1973), de Robin Hardy, sob a perspectiva do corpo representado e suas relações com o meio social que o circunda. Por esse ponto de vista, nos centraremos em algumas particularidades do repertório imagético acessado, como as fecundas correspondências que este estabelece com a cultura do final do século XIX e também com o imaginário dos anos 1970. Propomos refletir a respeito dos significados que abrangem tanto corpo material quanto espiritual, apresentados no filme por meio de duas narrativas conflitantes.

Palavras-chave: *The Wicker Man*; Cinema; Corpo.

Abstract: This paper invites the reader to analyze the film *The Wicker Man* (1973), directed by Robin Hardy, from the perspective of the represented body and its relations with the social background that surrounds it. From that point of view, we will focus on some particularities of the imagery repertoire accessed, such as the rich connections it maintains with the end of the 19th Century Culture and the 1970s imaginary. We propose to reflect on the meanings that include both the material, and the spiritual body, presented in the film by two conflicting narratives.

Keywords: *The Wicker Man*; Cinema; Body

“Você simplesmente nunca entenderá a verdadeira natureza de um sacrifício”.²²⁷

May Morrison

A sentença referenciada acima, proferida pela personagem May Morrison ao policial Howie, interpretados por Irene Suinters e Edward Woodward no filme *The Wicker Man* (1973), assinala aspectos relevantes da proposta do longa-metragem, sobre os quais pretendemos analisar no presente trabalho. Nos interessamos, particularmente, sobre as contrastantes percepções acerca da experiência do indivíduo e sua relação com o meio social que o circunda, questões articuladas à narrativa do filme, bem como sobre os significados que abrangem tanto corpo material quanto espiritual, apresentados por meio de duas narrativas conflitantes.²²⁸

²²⁶ Mestranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, bacharel e licenciada em História pela mesma instituição. Membro do Laboratório de História da Arte da UFJF (LAHA). Email: laizarodriguesp@hotmail.com

²²⁷ No original: “You simply will never understand the true nature of a sacrifice” (HARDY, 1973).

²²⁸ Cumpre notar que este trabalho se origina de um artigo elaborado para a disciplina *Tópicos Especiais*

Realizado no Reino Unido, o filme contou com a direção de Robin Hardy, roteiro de Anthony Shaffer e produção de Peter Snell, dispondo de um elenco formado por Diane Cilento, Britt Ekland, pelo também coreógrafo Lindsay Kemp, além dos já consagrados no cinema de horror, Ingrid Pitt e Christopher Lee. Intitulado no Brasil como *O Homem de Palha*, o longa é considerado um clássico cinematográfico dos anos 1970, cujo tema foi reapropriado inúmeras vezes. Apenas a título de exemplo, poderíamos citar seu resgate pela banda *Iron Maiden*, no single lançado em 2000; um *remake* dirigido por Neil LaBute em 2006, com Nicolas Cage como protagonista, além, é claro, do filme *Midsommar*, dirigido por Ari Aster em 2019, no qual o resgate da temática pulsa vividamente.

Com um enredo que se desenvolve na contemporaneidade, *O Homem de Palha*, foi compreendido como uma obra inédita, distante dos elementos que convencionalmente figuravam no cinema de horror, caracterizados na indústria britânica pela reconhecida *Hammer Film Productions*.²²⁹ Referência para o *folk horror*, o filme mobiliza elementos caros ao gênero, como o isolamento, a proximidade com a natureza e a religiosidade, mesclando medo e ao mesmo tempo nutrindo uma refinada ironia, que se constrói por meio de uma linguagem dúbia e que chega a torná-lo cômico em determinados momentos.

Sugerido de antemão, o filme concerne ao sacrifício humano e se fundamenta em pesquisas sobre rituais celtas, historicamente documentados, que descrevem a construção de uma efígie em proporções monumentais, ofertada aos deuses nas cerimônias religiosas – informações detalhadamente apresentadas no documentário *The Wicker Man Enigma* (2001), dirigido por David Gregory. O apreço por referenciais de teor histórico de fato ganha corpo ao longo da narrativa, que por certo não dissimula uma espécie de aspiração documental. Esta, pode ser notada logo nos primeiros segundos do filme, quando um breve comunicado notifica aos espectadores o desejo do produtor em registrar seu sentimento de gratidão pela oportunidade de conhecer as práticas religiosas dos moradores de Summerisle e por sua colaboração na realização do filme.

Ambientada, portanto, em uma isolada ilha escocesa, a trama do longa-metragem

em História, ministrada pelo Prof. Dr. Martinho Alves da Costa Junior, em 2019. Nos detemos sobre questões despertadas pelo debate promovido ao longo do curso, como o exame da sensibilidade artística que atravessa alguns filmes previamente selecionados, dentre os quais, *The Wicker Man* (1973), articulando a cultura visual mobilizada e suas relações com o corpo representado.

²²⁹ É possível mencionar, como exemplo, os filmes de Terence Fisher, *The Phantom of The Opera* (1962), *The Curse of Frankenstein* (1957) e *Drácula* (1958).

se desenvolve a partir da chegada do policial Howie, ocasião que, de certa forma, nos prepara visualmente para a transição que será por ele experienciada. Inicialmente, o encontramos sobrevoando uma terra inóspita, até que este, diminuto diante da proeminência da natureza, atravessa montanhas e alcança seu destino, vislumbrando uma terra cultivada e banhada pelo sol. A partir desse momento, compreendemos o papel da trilha sonora elaborada por Paul Giovanni, que nessa passagem torna-se recurso para nos dizer de um ambiente no qual espera-se o mais sincero acolhimento.

Aventurando-nos na companhia do protagonista, somos logo informados de que este se dirige àquela terra isolada para solucionar o desaparecimento de Rowan Morrison, motivado por uma suposta carta enviada pela mãe da jovem, May Morrison. Informados que de Howie se encontrava em uma propriedade privada – domínios controlados por Lorde Summerisle –, enquanto espectadores, acompanhamos a desajustada procura da menina pelo protagonista, em meio a uma atmosfera intencionalmente confusa, que ao longo de boa parte do filme não deixa claro se orquestrada pelos próprios moradores da ilha, ou se fruto das intenções de particulares.

A identidade e o paradeiro de Rowan vão sendo descortinados pelo policial a partir das inquirições que este estabelece com os novos personagens apresentados pela trama, e nesse trânsito, conhecemos os hábitos e a religiosidade local – processo que se constrói em conjunto com o protagonista e com o choque vai se escalando em suas próprias percepções de cristão moralista. Corpos nus sob a luz do luar; o sexo que floresce nos jardins durante a noite; um cemitério esvaziado dentro da simbologia cristã, no qual a morte se apresenta como uma terra a ser cultivada, além de um ânimo lascivo que não se contamina pelo pudor, são alguns dos componentes que harmonizam a estrutura religiosa regente em Summerisle, afeita à celebração da fecundidade e profundamente relacionada à natureza.

Essas sólidas premissas cultuadas na ilha revelam-se em meio aos preparativos para o Primeiro de Maio – uma antiga festividade em comemoração da chegada da primavera –, e são pacientemente esclarecidas ao protagonista por Miss Rose, professora de Rowan e, ao que parece, espécie de sacerdotisa desses fundamentos religiosos. Ela esclarece, respondendo às agressivas inquirições do policial, que, segundo a crença compartilhada, chegado ao fim da vida material, a alma retornaria ao meio natural sob a forma das árvores, ar, fogo e animais. Para espanto e indignação de Howie, o cristianismo seria

admitido apenas como uma religião comparativa.

Intrigado com os problemas no cultivo da última colheita, em uma terra famosa por sua produção agrícola, o policial inicia a pesquisa sobre antigos rituais pagãos, formalizando uma teoria sobre a localização de Morrison e apegando-se à expectativa de que a jovem estivesse viva e de que ela fosse o novo sacrifício destinado aos deuses para revigorar as safras. Informando-se sobre as etapas cerimoniais do Primeiro de Maio, o protagonista, então, se disfarça e integra o cortejo organizado pelos moradores, num movimento de caçador que, de fato, acaba se tornando a caça, pois este finalmente descobre que suas ações foram manipuladas desde o início. Howie compreende que a menina desaparecida foi apenas uma isca que o orientou ao longo de todo o processo, que culmina em sua morte em uma efígie de vime, na qual ele e alguns animais são queimados para revigorar o poder de Noada, guardião do sol, e Avilenau, deusa dos pomares.

Enfim, compreendemos em nossa análise que *O Homem de Palha* fundamenta sua narrativa a partir de duas concepções contrastantes acerca da experiência do corpo no mundo. Essas são questões que se inserem, contextualmente, nos debates dos anos 1970, articulando-se à cultuada premissa de uma liberdade plena e experienciada pela exaltação do corpo em todas as suas virtudes. Trata-se de uma forma de linguagem que ganha em expressão no filme por meio de imagens nas quais mulheres nuas encontram-se sobre a relva, interagindo diretamente com a natureza – relações que recuperam uma poderosa visualidade que se nutre no campo da História da Arte (COSTA JUNIOR, 2013).²³⁰

Destoando desse prisma, acompanhamos o choque do puritano Howie, que confrontado com experiências divergentes à sua, rememora momentos de sua formação religiosa, ancorando-se sobre as bases em que se reconhece, como se as mesmas estivessem ameaçadas a se dissolverem. Em um instante de profunda fragilidade para o protagonista, este recupera os sentidos do corpo de Cristo na liturgia cristã, significados através do pão e do vinho, onde preservar-se-ia a sua memória.

Outro momento que nos interessa ressaltar na trama, desenrola-se quando Howie é

²³⁰ Ressaltamos as ponderações do Prof. Dr. Martinho Alves da Costa Junior (2013: 142, 146), que a partir da análise do quadro *Baigneuse endormie près d'une source* (1850), de Théodore Chassériau, explicita essa “presença da mulher nua deitada na relva” como “um forte tema que se estende claramente até os dias atuais”. Conforme atenta o autor, amparando-se, na obra de Chassériau, trata-se de uma configuração da imagem que se prolonga para o universo do cinema, da fotografia, e também da literatura (COSTA JUNIOR, 2013: 146).

interrompido em suas orações pela filha do dono da pensão, a jovem Willow, interpretada pela atriz Britt Ekland, *sex symbol* britânica. Cantando um convite ao policial, Willow logo questiona: “Não sou eu jovem e bela?”²³¹ – um discurso, naturalmente, alicerçado sob os paradigmas de suas próprias concepções, não havendo espaço para o controle das pulsões e censuras de qualquer natureza. É curioso que, a perspectiva de Howie, que se vê atormentado pelo desejo que sente e que julga imoral e degradante, contrapõe-se à serenidade de Willow, que compõe seu apelo fisicamente distanciada do policial, tocando apenas as paredes do cômodo que os separa (Figura 1).

Figura 1 - Frames do filme *The Wicker Man* (1973)



Fonte: THE WICKER MAN (O Homem de Palha). Robin Hardy. Reino Unido: British Lion Films, 1973. 88 min.

Impondo, entretanto, a ideia de sua presença no quarto do visitante, quase como uma manifestação imaterial, ela desperta um estado de angústia no policial que nos parece curiosamente semelhante às aflições vivenciadas por Santo Antônio. Aproximando-se ao mártir, Howie, em sua agonia, evoca a condição de absoluta perturbação experienciada pelo corpo santo – bem caracterizada nas obras de Domenico Morelli (Figura 2) e Théodore Chassériau (Figura 3), nas quais a tentação se materializa sob as formas do desejo da carne.

Figura 2 - *A tentação de Santo Antônio* (1878), de Domenico Morelli

²³¹ Trecho da música *Willow's Song*, composta por Paul Giovanni para *The Wicker Man* (1973).



Fonte: https://artsandculture.google.com/asset/le-tentazioni-di-sant-antonio-domenico-morelli/pgF9z_pg1SikYA

Figura 3 – *A tentação de Santo Antônio* [entre 1850 e 1855], de Théodore Chassériau



Fonte: <http://warburg.chaa-unicamp.com.br/obras/view/13929>

Adentrando outros domínios propostos pelo filme, verificamos na íntima relação entre o corpo da mulher e o espaço natural que o circunda, um imaginário profundamente integrado à cultura do final do século XIX. Compreendendo que as “forças da vida”, como afirma a professora Miss Rose, não se desassociam, interagindo entre si, o filme nos apresenta cenas de afinada sensibilidade, mostrando-nos mulheres grávidas que

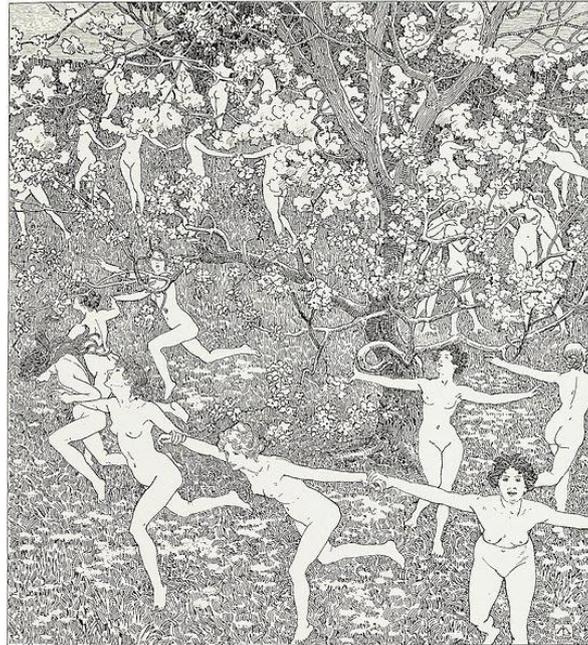
desfrutam do ambiente cercadas pelos novos ramos da primavera (Figura 4). Como forma de celebração dessa fecundidade, diversa em sua natureza, e parte de uma compreensão simbolista, destacaremos aqui suas relações com a obra de Maximilian Lenz – em especial, a ilustração *Frühlingstreiben* (1898) (Figura 5), na qual reconhecemos a união de jovens nuas louvando a chegada da nova estação.

Figura 4 - Frame do filme *The Wicker Man* (1973)



Fonte: THE WICKER MAN (O Homem de Palha). Robin Hardy. Reino Unido: British Lion Films, 1973. 88 min.

Figura 5 - *Frühlingstreiben* (1898), de Maximilian Lenz



Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Maximilian_Lenz_-_Fr%C3%BChlingstreiben_\(1898\).jpeg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Maximilian_Lenz_-_Fr%C3%BChlingstreiben_(1898).jpeg)

Outro exemplo que evidencia a íntima interação entre os corpos dessas mulheres e uma ansiada presença espiritual, no caso, materializa através do fogo, revela-se nas cenas ritualísticas em torno da fogueira, nas quais estas dançam e pulam as labaredas, na esperança de serem fecundadas por deuses (Figura 6) – elementos que sobrevivem na obra de Lenz através da euforia de suas personagens, estejam elas em um contexto mitológico ou não.

Figura 6 - Frames do filme *The Wicker Man* (1973)



Fonte: THE WICKER MAN (O Homem de Palha). Robin Hardy. Reino Unido: British Lion Films, 1973. 88 min.

Gostaríamos, por fim, de chamar a atenção para a maneira na qual a trama se desenvolve, um processo que sustenta a narrativa por entre dualidades, e que nada esconde aos espectadores, nem mesmo ao protagonista que encontra um trágico fim. Contrapondo a prepotência de um representante da polícia britânica que se mostra verdadeiramente inofensivo diante de uma nova ordem – aspectos bem caracterizados nas cenas em que Howie se posiciona ao lado da cínica personagem de Lord Summerisle, autodeclarado um “herege esclarecido” – o filme trabalha lançando-nos pistas e compondo-se de interações nas quais nada é gratuito, e onde todas as peças se agrupam, culminando na morte de um mártir... ou de um bobo, segundo a perspectiva dos habitantes da ilha.

Entendemos, ao final da trama, que o policial, em suas convicções, representava um agrupamento de virtudes que o transformaram em um corpo ideal para o sacrifício. Um homem que chegou à ilha por vontade própria e que representava a lei. Um homem virgem e que chegava no cortejo final na personificação do “bobo”. Nas palavras de Miss Rose: um corpo que morreria e renasceria sob a forma de colheita. Confrontando circunstâncias que antagonizavam com suas próprias crenças e princípios morais, ele se despe da postura cívica e demonstra sua incapacidade de compreender o que via, impondo suas convicções e reafirmando sua crença na vida eterna, na ressurreição ao lado de Jesus Cristo. No fim, como um “bom cristão”, ele clama por compaixão, mas o faz em nome de um deus que, nas palavras de Summerisle, “não sobreviveu à modernidade”.

Estamos diante de um embate acerca dos desígnios da alma, ou seja, dos propósitos do corpo espiritual, encarados de maneiras sinceramente conflitantes pelas duas narrativas. Ao morrer, nos transmutamos em elementos da natureza ou mantemos nossa individualidade, preservando nossa memória? No filme, o sacrifício do policial Howie é entendido como uma renovação, pois tratava-se de um corpo idealizado em todas as suas virtudes, resultando em uma alma que nutriria a ilha.

Sem dúvida, *O Homem de Palha* atinge as normas convencionadas em sociedade, demandando um distanciamento do próprio espectador, que confronta seus *tabus*. De certa maneira, ao acompanharmos a experiência do Sargento Howie, somos levados a refletir sobre os significados do corpo e da alma enquanto manifestação pessoal no mundo, suas acepções no olhar do outro e pelo olhar de uma época.

Bibliografia:

COSTA JUNIOR, Martinho Alves da. A mulher na natureza. *Celeuma*, v. 2, p. 130-148, 2013.

Filmografia:

THE WICKER MAN (O Homem de Palha). Robin Hardy. Reino Unido: British Lion Films, 1973. 88 min.

THE WICKER MAN ENIGMA. David Gregory. Estados Unidos: Blue Underground. 2001. 35 min.

Simpósio Temático - Tramas Sociais, Conflitos, Poder e Economia no Brasil

Criminalidade, Justiça e Impactos Sociais: Santa Luzia do Carangola-MG no Final do Oitocentos

Randolpho Radsack Corrêa²³²

Resumo

Este trabalho tem por finalidade analisar a atuação da Justiça frente às transformações ocorridas na região de Santa Luzia do Carangola, a partir da implantação de suas representações jurídicas na segunda metade do século XIX. Objetivamos caracterizar os impactos dessa expansão e desenvolvimento, no cotidiano das sociedades integradas à região, por meio da análise dos processos criminais tramitados pelo Termo de Santa Luzia do Carangola desde sua criação, até o fim do Império. Com base neste recorte, será possível compreender as relações sociais em seus diversos aspectos, principalmente em meio ao contexto de amplas mudanças em nível nacional e regional, o que evidenciará um quadro de constantes conflitos.

Palavras-chave: Criminalidade, Justiça, Região, Carangola.

Abstract

This work aims to analyze the role of Justice in the face of the transformations that occurred in the region of Santa Luzia do Carangola, from the implementation of its legal representations in the second half of the 19th century. We aim to characterize the impacts of this expansion and development, in the daily life of the societies integrated to the region, through the analysis of the criminal processes processed by the Termo de Santa Luzia do Carangola since its creation, until the end of the Empire. Based on this clipping, it will be possible to understand social relations in their various aspects, especially amidst the context of broad changes at national and regional level, which will show a picture of constant conflicts.

Keyword: Crime, Justice, Region, Carangola.

Santa Luzia do Carangola: o vale, o rio e o cotidiano

Os primeiros moradores do Arraial Novo, denominação inicial do que viria a ser a cidade de Carangola, de acordo com a tradição local, por serem adeptos do liberalismo e partidários de Teófilo Otoni no movimento de 1842, resolveram homenagear os

²³² Aluno do Programa de Pós Graduação em História – Doutorado pela Universidade Salgado de Oliveira – Niterói-RJ. Orientado pela Professora Dra. Vitória Schettini. E-mail: randolpho36@gmail.com.

vencidos, dando o nome de Santa Luzia do Carangola ao povoado. (BOECHAT, 2014: 280)

Efetivamente ocupada na segunda metade do século XIX, a região de Carangola já apresentava núcleos de população com centros de atividade e comércio. Mesmo que em fase de exploração e transformação, a região se caracterizou pela configuração de seus arraiais, freguesias e vilas. Com acesso ainda dificultoso, as condições naturais criavam significativos empecilhos ao explorador e suas respectivas penetrações nessa área interiorana.

De acordo com Francoise Massa, foi entre 1830 e 1860 que o vale do Carangola perdeu seu estado “primitivo” e “selvagem”, ao observar a derrubada de suas florestas e tornando-se povoado. Tomando emprestados os defasados conceitos da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, a autora indica que a região explorada inicialmente pelos irmãos Lannes, apresentava poucas e perigosas vias fluviais de circulação. (MASSA, 2016)

A autora, em pesquisa realizada com as correspondências do farmacêutico francês Alexandre Bréthel, indica que o acesso ao vale do Carangola possuía robustos obstáculos, e que, grande parte dos investimentos de exploração foi realizada por projetos particulares, não recebendo apoio algum do poder público.

A autora afirma que:

É evidente que o mal estado dos caminhos e a ausência de estradas entravam o desenvolvimento da região. Produtos como a cana-de-açúcar e as madeiras preciosas não podem ser comercializadas de maneira rentável. O vale do Carangola vivia sobre ele mesmo, consumindo o que produzia e exportando pouco. (MASSA, 2016: 66)

Cabe o destaque de que, as formas de ocupação e exploração das terras de Minas Gerais, sobretudo no período do Oitocentos, apontam um quadro de particularidades regionais e com especificidades que definiam a base das relações de produção na agricultura e de suas respectivas estruturas. (BOECHAT, 2014) Embora existam registros das primeiras referências de ocupação primária no século XVIII, foi na década de 1830 que se iniciou a formação de um arraial às margens do rio Carangola.

É possível notar que, estes espaços vão caracterizando a construção dos primeiros arraiais e vilas, conduzindo uma intensa transformação no âmbito das sociabilidades. As perspectivas de um espaço atrelado aos processos sociais influenciaram de forma contundente no cotidiano, personificando atores, relações, conflitos, rupturas e permanências. (ANDRADE, 2011)

Santa Luzia do Carangola: Origem e Contexto Jurídico

Tendo como base a nossa proposta de pesquisa, é importante apresentar o contexto judiciário da região, caracterizando as origens e as ações de suas instâncias. Devemos enfatizar, sobretudo, que nosso objetivo neste tópico não tem a intenção de apresentar as origens da região tendo como base as dinâmicas de ocupação e emancipação sob uma

perspectiva de municipalidade. Nossa intenção neste item é evidenciar as características jurídicas entre a origem do Termo e posterior elevação à Comarca. Evidentemente, é importante ressaltar que nossa hipótese traz a ideia de que as constantes elevações dos organismos jurídicos da região tem profunda relação com as ocupações e o progressivo desenvolvimento político e econômico da mesma.

Pela lei n.º 2.655 de 4 de novembro de 1880, foi criada a Comarca de Manhuassú, que abrangia os Termos de São Lourenço do Manhuassú e Santa Luzia do Carangola. Sobre os significados das nomenclaturas, cabe lembrar que o Código do Processo Criminal estabeleceu em 1832, três categorias em relação à administração judiciária. De acordo com o referido Código, as instâncias se configurariam entre Distritos de Paz, Termos e Comarcas,²³³ sendo as últimas as mais importantes dentro de um contexto regional.

No artigo 5º do mesmo Código, a legislação previa que “haverá em cada Termo, ou Julgado, um Conselho de Jurados, um Juiz Municipal, um Promotor Público, um Escrivão das execuções, e os Officiaes de Justiça, que os Juizes julgarem necessarios.”²³⁴ Sobre as diferenças terminológicas e seus significados, temos poucos trabalhos que priorizam esse debate, o que pode gerar certa confusão na interpretação dos significados e suas respectivas atribuições.

Sobre as referidas atribuições de cada instância, Edneila Chaves indica que:

A administração da justiça (crime, cível, administração de bens dos órfãos) e a fiscalidade foram estruturadas nas circunscrições judiciárias e administrativas: comarcas, termos de vilas e distritos de paz. O território de jurisdição da comarca era dividido em termos, que, por sua vez, era dividido em distritos – menor demarcação territorial. Havia também o julgado, que era outro tipo de circunscrição judiciária com autonomia judiciária parcial e sem autonomia administrativa, subordinada a uma câmara. (CHAVES, 2013: 51)

Desta forma, compreendemos as divisões básicas das instâncias jurídicas, suas atribuições e seus respectivos cargos. No entanto, é importante verificarmos essas mesmas divisões para o nosso recorte geográfico, para compreendermos os processos de instalação e suas posteriores elevações. Mesmo que nosso recorte enfatize preferencialmente os trabalhos operativos do Termo e sua respectiva elevação à Comarca, é importante compreender como a Justiça se fez presente na região.

Oficializando a menor fração da administração da Justiça, em 7 de outubro de 1860, a lei provincial n.º 1.097 criava um novo Distrito de Paz no município de São Paulo

²³³ BRASIL. Lei de 29 de novembro de 1832. Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instância com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-29-11-1832.htm>. Acesso em 19 jun. 2019.

²³⁴ BRASIL. Lei de 29 de novembro de 1832. Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instância com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-29-11-1832.htm>. Acesso em 19 jun. 2019.

do Muriahé, com a denominação de Distrito de Santa Luzia do Carangola.²³⁵ Segundo a publicação comemorativa do centenário da Comarca de Carangola, a lei n.º 200 de 1878 criou o Termo de Santa Luzia do Carangola.²³⁶ Após dois anos, em 4 de novembro de 1880, a lei provincial n.º 2.655²³⁷ criava a Comarca do Rio Manhuassú, incorporando os Termos de São Lourenço do Manhuassú e Santa Luzia do Carangola.

Em 9 de janeiro de 1882, o vereador João Marcelino Teixeira, solicitou ao governo provincial a instalação do Foro Civil do Termo. Após o atendimento da referida solicitação, o primeiro juiz municipal a tomar posse no Termo de Santa Luzia do Carangola foi Benjamim Firmo de Paula Aroeira, em 10 de abril de 1882. (HOSKEN, 1992) O primeiro promotor de justiça do Termo foi João Ferreira Brandt, sendo a posse em 9 de setembro de 1882. Para compreender melhor a atuação da Justiça em nosso recorte geográfico e temporal, relacionamos abaixo o quadro completo de juizes e promotores que atuaram ao longo do funcionamento do Termo de Santa Luzia do Carangola.

Quadro 1 – Relação dos Juizes do Termo de Santa Luzia do Carangola (1882-1891)

Relação dos Juizes de Direito e Municipais	
Dr. Benjamim Firmo de Paula Aroeira Juiz Municipal	Data da Posse: 01/04/1882
Comarca de Rio Manhuassú instalada no Termo de Carangola	
Dr. Américo Augusto Fernandes Leão Juiz de Direito Substituto	Data da Posse: 20/01/1883
Dr. Francisco Xavier Rodrigues Campello 1º Juiz de Direito da Comarca de Rio Manhuassú	Data da Posse: 25/04/1883
Dr. Francisco de Sales Dias Ribeiro Juiz de Direito	Data da Posse: 08/01/1886

Fonte: HOSKEN, Jairo Motta. (Org). *Centenário da Comarca de Carangola*. Belo Horizonte: Inédita Editoria de Arte, 1992.

Quadro 2 – Relação dos Promotores de Justiça do Termo de Santa Luzia do Carangola (1882-1892)

²³⁵ PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS. Lei n.º 1097, de 07 de outubro de 1860. Carta de Lei que cria um novo Distrito de Paz no município de São Paulo do Muriahé, com a denominação de Distrito de Santa Luzia do Carangola. Leis Mineiras. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras_docs/viewcat.php?cid=2115>. Acesso em: 20 jun. 2019.

²³⁶ Não localizamos a referida lei nas plataformas de consulta do Arquivo Público Mineiro da mesma forma que as demais citadas no corpo deste trabalho.

²³⁷ PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS. Lei n.º 2655, de 04 de novembro de 1880. Cria a Comarca de Manhuassú. Leis Mineiras. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras_docs/viewcat.php?cid=3674>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Relação dos Promotores de Justiça	
Randolfo Gomes Leal Promotor Interino	Data da Posse: 25/01/1883
Dr. Pedro Martins Pereira Promotor Interino	Data da Posse: 25/04/1883
Salermo Ferreira Barboza Promotor Interino	Data da Posse: 08/05/1883
Dr. Pedro Martins Pereira Promotor de Justiça da Comarca	Data da Posse: 05/08/1884
Dr. Luiz Christiano de Castro Promotor de Justiça da Comarca	Data da Posse: 08/01/1886
Manoel Gonçalves Vianna França Promotor Interino	Data da Posse: 30/09/1886
Egídio Antônio do Espírito Santo Promotor Interino	Data da Posse: 11/06/1887
Dr. José Christiano Stockler de Lima Promotor Interino	Data da Posse: 13/07/1888
Dr. Luiz Gonzaga da Silva Promotor de Justiça da Comarca	Data da Posse: 06/11/1888
João Ferreira Brandt Promotor Interino	Data da Posse: 03/06/1889
Bellarmino Aquino Pereira Lima Promotor Interino	Data da Posse: 01/07/1889
Dr. Luiz Gonzaga da Silva Promotor de Justiça da Comarca	Data da Posse: 29/11/1889
João Ferreira Brandt Promotor Interino	Data da Posse: 29/05/1890

Fonte: HOSKEN, Jairo Motta. (Org). *Centenário da Comarca de Carangola*. Belo Horizonte: Inédita Editoria de Arte, 1992.

Os indivíduos mencionados acima conduziram os trabalhos jurídicos no Termo de Santa Luzia do Carangola. Esses elementos que atuaram como agentes da Justiça, naturalmente foram figuras recorrentes nos autos processuais. Após a instalação do Termo e a efetivação dos trabalhos da respectiva instância, foram registrados 307 processos criminais de distintas naturezas. Após tentarmos compreender o direito junto às definições no campo teórico e sua consequente aplicação, as particularidades em relação à judicialização inerente ao Brasil imperial foram, sem dúvida, evidenciadas desde sua Constituição até a construção dos sistemas de regras previstos nos Códigos Criminais posteriores.

Os embates em relação aos distintos pontos de vista, as demandas pessoais que geraram conflitos, são concretizados em uma luta simbólica que faz do Estado o regulador dos antagonismos sociais. Neste embate, a presença do Estado por meio da Justiça, utiliza

o monopólio do poder aplicando a ideia de equidade para impor sua regulação e seus interesses. (BOURDIEU, 1989)

A institucionalização da Justiça como reguladora da sociedade em nome do Estado traz a ideia de oficialização do que até então era considerado consuetudinário. A partir da garantia da legitimidade de sua atuação, ao estabelecer que os conflitos só pudessem ser resolvidos juridicamente, entrar no campo jurídico é, sobretudo, aceitar seus princípios. Para tal, é necessária a atribuição de inúmeras funções deste campo, para que o ritual implementado nas barras do tribunal pudesse ser garantido. A interpretação da lei não é um ato solitário do magistrado.

Como foi possível perceber, a institucionalização da Justiça foi aos poucos se difundindo para o interior. Como verificado acima, uma complexa estrutura delimitou a região da Mata, especialmente os arredores de Santa Luzia do Carangola com suas elevações políticas e judiciais. De posse dos conceitos, das leis, da estruturação e da implementação da Justiça, nos cabe realizar a verificação da prática e dos casos oficializados no Termo e na Comarca de Santa Luzia do Carangola. Em outras palavras, nosso objetivo agora é reduzir a escala de análise para compreender alguns importantes aspectos desta pequena localidade, com o intuito de apresentar elementos históricos onde aparentemente não havia nada. (LEVI, 2000)

Como ressaltamos, a presença da Justiça e suas possíveis intervenções, contribuíram para a produção de processos criminais e seus respectivos rituais jurídicos. Contudo, as transformações referentes ao município e suas respectivas instâncias, podem sim, possibilitar o conflito entre grupos antagônicos, as disputas de interesse e os embates em meio às aspirações pessoais.

No dia 20 de dezembro de 1890, o português Manoel Gomes Grillo, de trinta anos, foi acusado de furtar uma bolsa de Jayme Gomides dentro da locomotiva da estrada de ferro Leopoldina, no trecho que ia de Santa Luiza do Carangola a Faria Lemos. Jayme, que era empregado na Capital Federal, alegou ter em sua bolsa valores em dinheiro, cheques e documentos, com valor estimado em dezoito contos de réis. De acordo com a vítima, ao se distrair no vagão em que estava, foi surpreendido no momento em que Manoel havia levado sua bolsa em uma parada na caixa d'água, próximo à estação de Faria Lemos. Manoel saltou da locomotiva e disparou a correr. Ao ser avisado do ocorrido por uma mulher próxima ao seu assento, Jayme, o chefe do trem Bento José Maria, e outros passageiros perseguiram Manoel após a fuga. Após tentar resistir à prisão, Manoel sacou uma garrucha que foi tomada posteriormente pelo chefe do trem. Ao chegarem a Faria Lemos, o réu foi entregue à autoridade policial para a abertura dos procedimentos de prisão em flagrante.

Na presença das autoridades, foi realizada a acareação do réu com algumas testemunhas. Marcolina de Rosa de Lima presenciou o fato, alegando que:

(...) ella testimunha viajava na primeira classe e o preso comprando cartão de segunda viajou na primeira, apesar das observações dos chefes. Elle continuou nas ditas primeiras, até a caixa d'água desta estação e sendo alli disse: eu vou mudar de classe e passou a mão em uma bolça de viagem e saltou com ella correndo, e, perguntando um homem na quelle ponto quem lhe

tinha tirado a bolça apontou ella testemunha a pessoa que si acha presa sahindo o dono da bolça com mais pessoas o prendeu no mesmo momento pertinho da caixa d'agua avistando sempre o mesmo individuo com a referida bolsa.²³⁸

No mesmo auto de prisão em flagrante, Manoel alegou que estava embriagado por beber vinho e aguardente. O réu alegou não saber sua idade e não tinha nada a depor, pedindo água às autoridades policiais. No ato da prisão em flagrante, Manoel alegou não ter roubado a bolsa. Nos primeiros procedimentos inerentes à subdelegacia, algumas testemunhas afirmaram que o réu havia embarcado em Santa Luzia do Carangola e se encontrava aparentemente embriagado. Como o processo trata de prisão em flagrante, o réu permaneceu preso até os tramites referentes à Justiça.

Já no âmbito da Justiça, o réu foi submetido ao auto de qualificação. Manoel tinha trinta anos, era serrador de madeiras e natural de Marinha Grande em Portugal. Essas informações apresentam alguns dados do cotidiano do réu, uma vez que, diferente dos outros casos relatados, Manoel não trabalhava especificamente na agricultura. Como podemos perceber, a presença de estrangeiros nesse período é uma realidade constante dentro do recorte proposto.

No auto de perguntas destinadas ao réu, Manoel argumentou que recebeu a bolsa de Marcolina, que serviu como testemunha inicial no auto de qualificação. Esta argumentação não se sustentou, uma vez que Marcolina foi relacionada como testemunha ocular do evento em favor da vítima. Além disso, Manoel se comprometeu criminalmente ao pular do trem e fugir com a bolsa. Ao relacionar as testemunhas para a análise do caso, o juiz incluiu o nome das testemunhas oculares Marcolina Rosa de Lima e Marcelina Maria de Jesus. De todas as testemunhas intimadas e inquiridas, as referidas não foram encontradas, tendo em vista que se mudaram para a província do Rio de Janeiro, sem informar o local específico de suas residências.

Ao longo de todo trâmite processual, o promotor interpretou que houve crime de furto no ato de Manoel de acordo com o Artigo 331, parágrafo 4º do Código Penal de 1890. Ao ser interrogado pela Justiça, Manoel argumentou que residia na fazenda de dona Josephina havia dois anos. No ato do crime, o réu se dirigia de Santa Luzia do Carangola para Faria Lemos.

Ao final do trâmite processual o juiz indicou que houve a tentativa de furto da bolsa, sendo essa restituída ao dono momentos após a fuga de Manoel. Cabe contextualizar que, no ato da sentença, o réu já havia cumprido cinco meses e dezessete dias de prisão. Ao apresentar os argumentos de sentença, o juiz alegou que os valores constantes na bolsa furtada foram apenas declarados pela vítima. Os valores referentes à bolsa de Jayme poderiam influenciar na intensidade da pena do réu. Contudo, além da não verificação dos valores reais constantes na bolsa da vítima, a referida foi devolvida a Jayme imediatamente após a tentativa de furto. O juiz alegou que, pelo fato de o furto não ter se concretizado, o enquadramento da pena destinada ao réu indicava a aplicação do grau mínimo que não ultrapassava um mês de prisão. Sendo assim, em virtude do cumprimento de cinco meses e dezessete dias que, excedia o grau mínimo para a pena

²³⁸ CDH, 1890, Caixa 07, Feito M-06-06; p. 4v.

que deveria ser imputada a Manoel, o juiz julgou o caso improcedente, expedindo o alvará de soltura ao réu.

Ao longo desse processo, tivemos a oportunidade de avaliar alguns pontos que indicam a influência em relação a algumas transformações no município. Como já ressaltamos, em 1885 temos a chegada da linha férrea em Santa Luzia do Carangola. Em 1889, essa mesma linha se estende para o distrito de Faria Lemos, facilitando o fluxo de pessoas. Essa mobilidade propiciou o contato de indivíduos com rotinas, perspectivas e posicionamentos plurais. Além disso, a presença de estrangeiros no processo de interiorização das redes, poderia também propiciar os embates e os enfrentamentos, através do choque de culturas e padrões comportamentais distintos.

No ano da extensão da linha férrea para Faria Lemos, José Lourenço do Carmo transitava pela linha férrea que estava em construção. Como o acesso aos trilhos estava proibido em função das obras e das manutenções, o português Sebastião Cardoso que trabalhava na referida construção advertiu José Lourenço para que não transitasse sobre os trilhos. Não cumprindo a advertência, Sebastião Cardoso agrediu José Lourenço com golpes de broca de ferro. Após a agressão realizada com o instrumento de trabalho do réu, o conflito foi levado aos trâmites processuais.

Logo no início do processo, um comunicado foi anexado aos autos, comunicando a partida de Sebastião para Portugal. Contudo, por conta das investigações que seriam necessárias, este subterfúgio não se concretizou. Para que a denúncia oferecida pela promotoria fosse avaliada, na sequência dos autos foi realizado o auto de perguntas ao ofendido. Neste ato, José Lourenço alegou que foi advertido por Sebastião, para que não caminhasse pelos trilhos do trem. A vítima voltava com suas ferramentas após o trabalho na lavoura. José Lourenço argumentou ao réu que, quando o trem se aproximasse ele se retiraria da estrada. Contudo, no próprio depoimento, José Lourenço relatou que foi advertido normalmente por Sebastião, dizendo que “ali não era estrada”. Após esta advertência, recebeu três “bordoadas”.

No auto de Corpo de Delito, a narrativa dos peritos relata graves ofensas físicas. Os peritos, José Marcos da Rocha e Martinho José Rodrigues foram os responsáveis para o procedimento executado na vítima. De acordo com os peritos:

(...) encontrarão no offendido hum ferimento na cabeça do lado direito com huma brecha com 7 centímetros d'estenção e hum de profundidade que se observa o osso do crânio quebrado, e huma contusão no hombro direito, que lhe proibe mover com o braço, e uma leve contusão sobre o braço esquerdo; tendo a camisa e a calça toda manchada de sangue (...).²³⁹

No mesmo documento, os peritos informaram que o ferimento foi decorrente de ofensas físicas, que era considerado mortal, efetivado por um instrumento de ferro. Pontuaram ainda que houve comprometimento de membros e possível inabilitação dos mesmos. Alegaram que a ofensa poderia resultar em deformidades, pela forte pancada, resultando na perda de força da vítima. Argumentaram que a pancada dada na cabeça

²³⁹ CDH, 1889, Caixa 20, Feito M-18-04; p. 7v-8.

poderia influenciar em perturbação de José Lourenço, criando grave incômodo de saúde e a inabilitação de seu serviço por mais de trinta dias. Os peritos avaliaram o valor do dano causado em cento e oitenta mil réis.²⁴⁰

Ainda nos procedimentos realizados na subdelegacia, algumas testemunhas foram arroladas para a verificação do crime. A primeira testemunha se chama João da Silva Callado, tinha 40 anos, era negociante, natural de São Paulo e residente no distrito de Faria Lemos. De acordo com a sua qualificação, podemos verificar a presença de indivíduos de províncias externas residindo na região. Do mesmo modo, observamos uma qualificação profissional que denota outras atividades além das relacionadas à lavoura. A qualificação das testemunhas referentes a esse caso apresenta situações semelhantes.

A testemunha relatou ter visto o réu conduzindo a vítima ensanguentada. Perguntou ao ofendido o que havia ocorrido. A vítima esclareceu que Sebastião havia lhe agredido na linha do trem. Questionando Sebastião sobre o motivo da agressão, o réu perguntou o que João Callado tinha com isso. A testemunha perguntou aos presentes o motivo da agressão. Soube também que havia sanções e multa de cinco mil réis para quem estivesse obstruindo a linha do trem. Foi informado pelos presentes que Sebastião espancou a vítima após ter solicitado que a mesma saísse da linha do trem. A testemunha informou que o ofendido foi entregue ao Mestre de Linha, sendo o réu Sebastião designado para a continuidade do trabalho na linha férrea. Ao ser questionado sobre o perfil das partes, a testemunha alegou que a vítima era um homem de bons costumes e bem conceituado. Já em relação ao réu, ouviu dizer que o referido era “muito bom no cassete”.²⁴¹ A testemunha foi questionada se aprovava o ato do réu. Contudo, respondeu que se existia uma multa prevista, nada justificava uma agressão física.

As próximas testemunhas que colaboraram com o procedimento na subdelegacia, foram Domingos da Silva Cunha e Antônio Prudência. Domingos tinha trinta e nove anos, era negociante, natural do Porto de Santo Antônio em Minas Gerais e residente em Faria Lemos. Antônio Prudência tinha vinte e cinco anos, era lavrador, natural de Rio Novo em Minas Gerais e residente em Faria Lemos. Ambas as testemunhas alegaram que a vítima era bem conceituada e que o réu era provocador.

Nos procedimentos encaminhados à Justiça, a defesa questionou a intensidade dos exames discriminados no auto do corpo de delito. Neste ato do processo, a mesma defesa solicitou novos exames em relação à vítima. Da forma como foram discriminados os ferimentos no corpo de delito inicial, as referidas ofensas categorizavam o ato como delito cometido por Sebastião. Conforme verificamos, a forma como foram relacionados os ferimentos no corpo de delito, os movimentos da vítima estariam comprometidos, inabilitando a mesma para o trabalho. No entanto, com a solicitação de um exame de sanidade física, a defesa buscou provar que a intensidade dos ferimentos não foram tão impactantes conforme atestaram os peritos iniciais. O objetivo da defesa era provar que os ferimentos eram mais brandos, com o intuito de convencer a Justiça pela não criminalização do ato. De acordo com a defesa, foram oficiados “dois peritos completamente ignorantes da sciencia medica, pois são dois rústicos”²⁴². Após o pedido de um exame de sanidade física, foi solicitada vista ao promotor público para se

²⁴⁰ CDH, 1889, Caixa 20, Feito M-18-04; p. 8.

²⁴¹ CDH, 1889, Caixa 20, Feito M-18-04; p.12.

²⁴² CDH, 1889, Caixa 20, Feito M-18-04; p. 23.

pronunciar sobre a nova perícia. Em um processo de interiorização da Justiça em uma região que passava por constantes transformações, era previsto que as limitações em relação aos serviços prestados fossem uma realidade em vários aspectos. As perícias realizadas nos exames de corpo de delito, por vezes, eram conduzidas por indivíduos que não tinham a formação médica. Isso denota que, por vezes, para o andamento do ritual processual, a improvisação fosse uma realidade para os trabalhos da Justiça.

O resultado do exame de sanidade requerido pela defesa apresentou de fato, o abrandamento das feridas realizadas em José Lourenço do Carmo. De acordo com os novos peritos:

(...) procederão o exame na pessoa de José Lourenço do Carmo de constituição forte, trinta e cinco anos presumíveis de idade, e de estatura mais que regular, encontrando na parte media do parietal direito uma solução de continuidade, já em via de cicatrização, de sete centímetros de extensão e um de largura, tendo a direção de cima para baixo e de traz para diante; este ferimento interessou apenas o couro cabeludo; encontrando mais uma escoriação de cor roza e forma quadrangular e de oito centímetros de lado, tendo a sua sede na (INDEFINIDO) direta, indicando ser produzida por um emplastro revulsivo; observando na mesma região uma echymose acompanhado de edemacia, echymose e edemacia determinadas por corpo contundente (...).²⁴³

Após o exame realizado, os peritos alegaram que os ferimentos foram produzidos por ofensa física. No entanto, diferente dos pareceres dos peritos anteriores, alegaram que os ferimentos não são mortais, não resultaram em mutilação ou destruição de algum membro ou órgão, não houve inabilitação ou deformidade, não ocorreu grave incômodo de saúde e não houve inabilitação de serviço por mais de trinta dias. O promotor público acatou o resultado do exame de sanidade, alegando que os peritos do primeiro exame de corpo de delito não eram profissionais para o ato, não possuindo capacidade para a realização do exame. Cabe a ressalva de que, com a solicitação da defesa em prol de um novo exame na vítima, se formalizou o uso de predicados legais para a desclassificação do delito praticado por Sebastião Cardoso. A tese da defesa buscou provar que os ferimentos descritos no corpo de delito eram amplamente excessivos se comparados às reais ofensas físicas.

Após este embate entre as partes, o processo foi conduzido para os procedimentos comuns ao ritual. Na qualificação do réu, Sebastião Cardoso alegou ser solteiro, ter vinte e oito anos e desempenhar a profissão de feitor de turma da conservação da Estrada de Ferro da Leopoldina. Alegou saber ler e escrever, sendo natural de Portugal.

As testemunhas arroladas para os trâmites na Justiça apresentaram versões muito semelhantes ao procedimento realizado na subdelegacia. O que se destaca na qualificação das mesmas, é o fato de serem naturais de outra região e estarem residindo em Faria

²⁴³ CDH, 1889, Caixa 20, Feito M-18-04; p. 26v.

Lemos. Algumas testemunhas do inquérito concretizado na subdelegacia foram arroladas novamente para o tribunal. João da Silva Callado, era solteiro, possuía 40 anos, era natural de São Paulo e residia no distrito de Faria Lemos atuando como negociante. Domingos da Silva Cunha, era casado, tinha 30 anos, era natural de Ubá, residia no distrito de Faria Lemos atuando como negociante. Antonio Prudêncio, era casado, tinha 25 anos, era natural de Rio Novo, residindo em Faria Lemos como lavrador. Lindolpho Rodrigues Pereira, era casado, tinha 40 anos, era natural de Vassouras, residindo em Faria Lemos como empregado público. Nicolas de Souza Pereira, era solteiro, tinha 19 anos, sendo o único natural da região, atuando como lavrador.

Como já enfatizamos, a década de 1880 para esta região se destacou em vários segmentos. A elevação de instâncias jurídicas ocorreu em 1880, a emancipação do município em 1882, a chegada da linha férrea e suas respectivas extensões a partir de 1885 e a elevação à categoria de Comarca em 1890. É provável que parte desses indivíduos que são qualificados como negociantes estivessem residindo na região pela conjuntura econômica favorável para o recorte. Em relação às partes envolvidas, podemos observar um trabalhador de lavoura em confronto com um trabalhador da linha de trem. Em outras palavras, o trabalho da terra se defrontando com o trabalho da expansão e desenvolvimento econômico.

De acordo com Maria Sylvia de Carvalho Franco:

(...) foi possível verificar como se institucionalizavam, na situação de trabalho, os componentes de ruptura e tensão, no sentido de dar-lhes livre curso e de serem conduzidos em função da natureza das relações existentes entre os colaboradores, até os conflitos irreduzíveis. (FRANCO, 1997: 45)

Em outras palavras, a atividade mercantil, oriunda do desenvolvimento, construiu uma imposição legal, restringindo determinados costumes e valores previamente estabelecidos. A possibilidade de caminhar livre pelas estradas, estava fadada a nova normatização de segurança em relação a desobstrução da linha de ferro, que era uma novidade na região. Esta mesma imposição originou o estado de tensão, culminando no conflito e em sua interferência através da justiça.

No interrogatório do réu, Sebastião alegou que residia em Faria Lemos, especificamente no quilômetro 135 da linha do trem. O réu afirmou que, em virtude do trabalho desenvolvido na manutenção da linha, residia neste local há onze meses ou mais. Em seu depoimento, Sebastião argumentou que estava rondando a linha férrea para afastar dos trilhos qualquer empecilho que pudesse obstruir a passagem do trem. Este procedimento ocorria sempre que se aproximava a hora da passagem da locomotiva. Ao perceber a presença de José Lourenço, Sebastião advertiu a vítima sobre a proibição de permanecer próximo aos trilhos tendo em vista que muitos desastres já haviam ocorrido por causa de imprudências. De acordo com o réu, José Lourenço resistiu à advertência, permanecendo na estrada do trem. Na necessidade de retirar a vítima do trajeto, Sebastião quis afastá-lo da linha. Segundo o réu, José Lourenço deu um arranco que o fez cair dentro de um buraco feito de pedra e cimento. Sebastião disse que retirou José Lourenço do local da queda ao perceber que o mesmo havia se ferido.

Após o interrogatório destinado ao réu, o juiz se posicionou na contramão da denúncia inicial. De acordo com a autoridade, a própria vítima confessou desobedecer ao regulamento da linha férrea ao ser advertido pelo réu. Cabia a Sebastião a função de desobstruir a estrada para a passagem do trem. O juiz ressaltou que a própria vítima confessou que, ao ser admoestado, argumentou que assim que chegasse o trem sairia do caminho. Ressaltou ainda que, quando as testemunhas visualizaram a vítima, esta já se encontrava ferida, não oferecendo provas que Sebastião tivesse ocasionado os respectivos ferimentos. O juiz interpretou como aceitável a retirada de José Lourenço da linha do trem, uma vez que esse resistiu às advertências preliminares. Alegou ainda que, se o réu tivesse intenções criminosas com a vítima, Sebastião deixaria José Lourenço ferido para ser morto pelo impacto com o trem. Sendo o réu um vigia da empresa, este não poderia permitir a presença de indivíduos imprudentes sobre a linha. Era lícito ao vigia utilizar a força para coagir e afastar alguém que estivesse resistindo e obstruindo a estrada do trem. Seria natural que o queixoso, ao cair por ser retirado da estrada acabasse se ferindo. Por não poder admitir o crime por ilação, o juiz considera improcedente a queixa. Sendo assim, a autoridade solicitou o arquivamento do processo, encerrando o caso sem qualquer condenação. A necessidade do cumprimento das regras em relação à chegada e ao funcionamento da linha férrea, fez com o que o juiz interpretasse a ofensa física realizada em José Lourenço como justificável, tendo em vista que a desobstrução do trajeto do trem era responsabilidade de Sebastião Cardoso.

Considerações Finais

As mudanças em meio ao cotidiano de uma vida que, até então, se conduzia em um ambiente exclusivamente rural, acabou por se constituir um obstáculo para os hábitos comuns. A lida e o trato com os empecilhos também destacam o embate entre o indivíduo do campo e o indivíduo atrelado aos movimentos de transformação. Nesse sentido, podemos identificar como as novas regras podiam causar resistência dentro de um novo contexto. Com a chegada do trem, novas normas impunham certa limitação em relação ao trânsito e ao próprio cotidiano dos habitantes que já viviam na região.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. *Os Sertões de São Paulo do Muriahe: Terra, Riqueza e Família na Zona da Mata Mineira 1846-1888*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade).

BOECHAT, Maria Cristina Coutinho Robert. *O Vale do Carangola: um estudo da rentabilidade da produção rural mercantil de subsistência oitocentista na Zona Leste da Mata mineira*. In: SOUZA, Jorge Prata de; ANDRADE, Rômulo Garcia de. (Orgs.). *Zona da Mata mineira: fronteira, escravidão e riqueza*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CHAVES, Edneila Rodrigues. Criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico a região Norte. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 29, n. 51, pp. 817-845, set./dez. 2013.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

HOSKEN, Jairo Motta. (Org). *Centenário da Comarca de Carangola*. Belo Horizonte: Inédita Editoria de Arte, 1992.

LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MASSA, Françoise. *Um francês no vale do Carangola: Alexandre Bréthel, farmacêutico e fazendeiro (pesquisa sobre sua correspondência brasileira, 1862-1901)*. Belo Horizonte: Crisálida, 2016.

Doença mental e Hospital Colônia: trajetória do poder saber

Marina Rocha Guillarduci²⁴⁴

Resumo: Este artigo tem como objetivo principal evidenciar o Hospital Colônia, localizado na cidade de Barbacena no estado de Minas Gerais, como uma instituição construída e nutrida pelas garras do poder exercido principalmente pelos médicos, enfermeiros e agentes de segurança que dominavam os pacientes e neutralizavam todos os elementos que pudessem chegar de além muros. Desta forma será ressaltado a transformação da concepção de loucura para doença mental com intuito de demonstrar como a segunda se torna um *álibi* para a construção e manutenção dos hospitais psiquiátricos.

Palavras-chave: Hospital Colônia; doença mental; poder-saber; álibi

Abstract: This article has as its main objective expose the Hospital Colônia, located in Barbacena in the state of Minas Gerais, as an institution built and nurtured by the claws of medics, nurses and agents of security that dominated the patients and neutralised every single element that could get past it's walls. Thus it will be highlighted the transformation of the concept of craziness as a mental illness with the intent of demonstrating how the second one becomes an alibi for the construction and maintenance of psychiatric institutions.

Keywords: Hospital Colônia; mental illness, power-knowing, alibi

1. Introdução

Este trabalho é uma parte fundamental de minha dissertação de mestrado intitulada provisoriamente de *Relações e tensões: o Hospital Colônia na cidade de Barbacena*, que ainda está em desenvolvimento, e tem como objetivo apresentar a trajetória do primeiro hospital psiquiátrico do estado de Minas Gerais, construído na cidade de Barbacena no ano de 1903, conhecido como Hospital Colônia, por meio das mudanças relacionadas a tríade asilamento, tratamento e exclusão que eram resultados de discussões e políticas públicas que tinham como intuito estabelecer novas diretrizes de como “lidar” com os doentes mentais.

O presente artigo tem como enfoque principal expor o Hospital Colônia como um lugar que foi construído com o intuito de legitimar e propagar o poder e saber dos médicos, pois irá ser em instituições desses moldes, de acordo com Michel Foucault (1979), que os médicos poderão ao mesmo tempo provocar e controlar a doença e ser portanto as autoridades. Ou seja, um dos aspectos principais do trabalho é evidenciar o Hospital Colônia como uma instituição construída e nutrida pelas garras do poder exercido principalmente pelos médicos, enfermeiros e agentes de segurança que

²⁴⁴Graduada em História pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e bolsista CAPES. E-mail: marina2765guila@gmail.com

dominavam os pacientes e neutralizavam todos os elementos que pudessem chegar de além muros.

2. Doença mental e Hospital Colônia

O Hospital Colônia foi inaugurado na cidade de Barbacena em 1903 tornando-se o primeiro hospital psiquiátrico do estado de Minas Gerais. A sua criação estava intimamente relacionada com a busca pela medicalização da loucura e portanto com a sua transformação em doença mental. Essa busca começou no Brasil na década de 30 do século XIX, e se intensificou com a criação do Hospício de D. Pedro II, primeira instituição psiquiátrica do país, que foi construída na então capital nacional, Rio de Janeiro, no ano de 1852.

Para além disso, a construção da Assistência a Alienados (nome de batismo da instituição barbacenense) possuía outros objetivos principais, de acordo com Maristela Nascimento Duarte (1996), como: a diminuição dos gastos públicos com os envios dos doentes para as Santas Casas de Misericórdia das cidades de São João del-Rei e Diamantina; a diminuição dos gastos públicos com os envios dos doentes para o Hospício Nacional e evitar que essa instituição sofresse com superlotações; e a diminuição das superlotações e dos gastos com as cadeias públicas. Ademais a cidade de Barbacena foi escolhida por estar localizada no interior mineiro e portanto distante da capital Belo Horizonte, tornando possível o afastamento dos doentes mentais dos pontos centrais urbanos.

Sendo assim, o Hospital Colônia foi construído com a finalidade de ser um lugar específico para o asilamento dos doentes mentais e oferecer o tratamento para os pacientes, mas também para a exclusão dos que eram desordeiros. A construção do nosocômio se relacionou com o contexto da profissionalização dos médicos, especialmente dos psiquiátricos, destacando-se aqui a criação da Cadeira de Moléstias Mentais nas faculdades de medicina do país, em 1882, a criação da Cadeira

representou um avanço na prática alienista, que adquiriu status de especialidade médica, passando a ser denominada psiquiatria. [...] aumentava a necessidade de um campo prático para o avanço da ciência médica, dependente do controle dos corpos nos espaços. (PERES *et al.*, 2011: 701).

Além disso, a consolidação do Hospital Colônia estava intimamente relacionada aos discursos higienistas do início da República brasileira, que buscavam a remodelação de hábitos sociais e dos cuidados pessoais para que o país fosse moderno, industrializado e urbano. Como bem ressaltou o historiador Nicolau Sevcenko (2003), o início da República implicou em uma construção da ordem social do Brasil voltada para a urbanização, industrialização e modernização e por isso, buscavam-se a remodelação dos hábitos sociais e dos cuidados pessoais, condenando assim os costumes e as práticas que faziam referências à sociedade “arcaica” que existia anteriormente, com isso, o tema central era a regeneração que era sincronizada com o saneamento médico e a higienização das cidades.

A concretização do ensino e da profissionalização dos médicos estavam, segundo Magali Engel (2001) relacionada intimamente com a mudança de loucura para doença mental, que impulsionou também os movimentos de intervenção na sociedade, já que havia a compreensão de que os doentes mentais representavam a desordem e a periculosidade urbana. Essa transformação de concepção ocorreu na virada do século XVIII para o XIX e tornou-se basilar para a criação e consolidação dos hospitais psiquiátricos. A loucura, de acordo com Foucault (1979), estava associada ao erro e ao delírio, fazendo com que ela fosse visível, mas a partir do século XIX ela era vista como “desordem na maneira de agir, de querer, de sentir paixões, de tomar decisões e de ser livre” (FOUCAULT, 1979: 121), e desta forma os sintomas passam a ser invisíveis aos olhares não especializados, sendo fundamental portanto que ocorresse a intervenção do conhecimento médico, então se a loucura era perceptível ao senso comum a doença mental será apenas descortinada pelos médicos.

Ainda segundo Engel (2001), essa mudança não estava apenas envolvida em questões clínicas, mas sobretudo estava relacionada com os aspectos sociais e jurídicos, enquanto o louco era visualizado por todos e assim objeto do senso comum, ele não precisava ser observado e asilado por especialistas, os delírios que os distinguiam das demais pessoas não os proibiam de andar livremente e serem “donos” de si, mas os doentes mentais não eram reconhecidos com facilidade pelas pessoas, pois já não era mais somente o delírio que os caracterizavam, os sintomas eram principalmente invisíveis, e por isso deveriam ser objetos de estudo dos especialistas, além disso, o doente mental passa a ser definido como alienado e portanto passam a ser tutelados, seus principais tutores são os familiares, médicos e a polícia, com isso o poder sobre os seus corpos se torna de outra pessoa.

Nesse sentido, cabe recordar que por mais parciais e ambíguas que tenham sido as primeiras conquistas dos alienistas brasileiros, elas estiveram pautadas, desde o início, na ampliação do significado da moléstia mental que, ultrapassando em muito os limites da loucura associada ao delírio, procurava legitimar a reclusão de indivíduos que manifestassem os mais diversos comportamentos considerados moral e/ou socialmente perigosos, ao mesmo tempo em que viabilizava as perspectivas de ampliação do poder do alienista. (ENGEL, 2001: 268)

Posto isso, a doença mental se torna o *álibi* para que os médicos invadam o lado de fora dos hospitais e passem a observar e controlar os comportamentos, e desta forma excluir aqueles que por algum motivo mostrasse alguma característica desviante. *Álibis*, de acordo com Peter Gay (1995: 13-14) são:

(...) crenças, princípios, platitudes retóricas que legitimam a militância verbal ou física em terrenos religiosos, políticos, ou melhor que tudo, científicos. E isso leva a maiores complicações. Tais justificativas se destinavam a neutralizar as críticas na medida em que retratavam a cultura da classe média engajando-se em ataques mundanos que mereciam apenas elogios.

Então, a concepção de doença mental legitimou a intervenção dos médicos dentro e fora dos hospitais psiquiátricos, pois será essencial que uma luz científica seja lançada sobre o invisível e faça com que a doença seja percebida e produzida para que torne possível o seu controle, desta forma como bem ressaltou Foucault (1979) os procedimentos e técnicas implementados nessas instituições fizeram com que os médicos se tornassem os “mestres da loucura”, uma vez que fazem emergir a sua verdade.

Assim, o hospital psiquiátrico é realmente o lugar institucional no qual e por meio do qual se dá a expulsão do louco; ao mesmo tempo e pela própria ação dessa expulsão, ele é um núcleo de constituição e reconstituição de uma racionalidade autoritariamente instaurada no âmbito das relações de poder no interior do hospital e que será absorvida no exterior do hospital na forma de discurso científico, que circulará no exterior como saber sobre a loucura, cuja condição de possibilidade de sua racionalidade é o hospital. (FOUCAULT, 2021: 20)

O Alienista, obra escrita pelo Machado de Assis e publicada pela primeira vez em 1882, nos mostra como um médico tinha autoridade e intervinha de forma vigorosa no funcionamento de certa localidade ao assumir um discurso científico. O Dr. Simão Bacamarte por meio do seu poder e saber conseguiu aprovar a construção de um hospital psiquiátrico na vila de Itaguaí, denominado de Casa Verde, o nosocômio tornou-se parte estruturante das pesquisas científicas do doutor que era baseada principalmente na observação. Assim, tanto a vila como o hospital viraram os seus laboratórios de inspeções e experiências e os seus discursos eram escutados como verdade.

Na conquista de fronteiras cada vez mais abrangentes para a sua intervenção, o psiquiatra formularia algumas estratégias básicas. Assim, por exemplo, incorpora e redefine crenças e valores do senso comum, revestindo-os de conteúdo científico, ao mesmo tempo em que procura estender sua autoridade sobre o maior número possível de indivíduos, se distinção de gênero, de cor, de classe social, etc (ENGEL, 2001: 115)

Tendo esse poder intervencionista, o Dr. Bacamarte conseguiu enviar para a Casa Verde um grande número de pessoas não só da vila de Itaguaí, mas de outras localidades próximas, mas o que ressalta aos olhos sobre esse poder é menos a quantidade de indivíduos do que a variedade e a importância política e social que esses sujeitos possuíam. Podemos listar alguns para se ter a dimensão do controle expresso pelo alienista, ele enclausurou o boticário, o padre, o Costa, que era um dos cidadãos mais estimados de Itaguaí e que tinha recebido uma herança do rei Dom João V, o barbeiro Porfírio que foi líder da Revolta do Canjica, Galvão, que era vereador da cidade, sua própria esposa e por fim ele mesmo.

Um homem não podia dar nascença ou curso à mais simples mentira do mundo, ainda daquelas que aproveitam ao inventor ou divulgador, que não fosse logo metido na Casa Verde. Tudo era loucura. Os cultores de enigmas, os fabricantes de charadas, de

anagramas, os maldizentes, os curiosos da vida alheia, os que põem todo o seu cuidado na tafularia, um ou outro almotacé enfunado, ninguém escapava aos emissários do alienista. Ele respeitava as namoradas e não poupava as namoradeiras, dizendo que as primeiras cediam a um impulso natural e as segundas a um vício. Se um homem era avaro ou pródigo, ia do mesmo modo para a Casa Verde; daí a alegação de que não havia regra para a completa sanidade mental (ASSIS, 1994: 27)

Além de mostrar o poder que o alienista possuía ao mandar basicamente todos para a Casa Verde e, portanto excluí-los, essa passagem nos aponta outra questão que está associada à tentativa de enclausuramento dos comportamentos desviantes e desordeiros, que é a superlotação dos hospitais psiquiátricos, uma vez que essas teorias eram fluídas e a cada situação novas características mereciam ser excluídas, por isso que em um primeiro momento Dr. Simão Bacamarte asilava por exemplo, os egoístas, os avarentos e narcisistas, pois entendia que a “a razão é o perfeito equilíbrio de todas as faculdades” (ASSIS, 1994: 10), já em um segundo momento a razão era o perfeito desequilíbrio, e passava-se a excluir na Casa Verde, por exemplo, a modéstia, a humildade e a honestidade.

Desta forma, podemos perceber que as estruturas dos hospitais psiquiátricos não conseguiam acompanhar o crescimento do número de doentes mentais, pois não abarcava mais somente o delírio, mas qualquer ação e pensamento que colocasse em risco a própria pessoa e os outros, além claro da organização política, social e cultural vigente “Os indivíduos que praticassem qualquer tipo de infração às normas estabelecidas, compreendendo dos mais simples delitos aos crimes mais graves, passariam a merecer atenção cada vez maior por parte dos psiquiatras.” (ENGEL, 2001: 97)

Sendo assim, podemos entender um dos objetivos da criação do Hospital Colônia, que era esvaziar outros hospitais psiquiátricos, especialmente o Hospício Nacional de Alienados (nova denominação adotada após a Proclamação da República para o Hospício de D. Pedro II) e outras instituições como prisões e hospitais comuns que também atendiam os alienados. Além disso, a retirada dos doentes mentais dessas outras instituições que não eram exclusivamente psiquiátricas, tinha como finalidade aumentar a qualidade dos tratamentos que deveriam ser realizados pelos médicos psiquiatras.

Considerações finais

Podemos perceber que com a transformação da concepção loucura para doença mental os médicos foram imbuídos de autoridade e se tornaram os regentes de uma sociedade que buscava a higienização, desta forma eles eram responsáveis pelas intervenções na sociedade buscando comportamentos considerados moral e/ou socialmente perigosos e com isso aprisioná-los tentando medicalizar para que essas pessoas pudessem voltar para o convívio fora dos muros dos hospitais. Esse poder também estava claramente dentro dos hospitais psiquiátricos, pois eram os médicos, que conseguiriam por meio da sua sabedoria revelar a verdade da doença e assim tratá-la.

O Hospital Colônia foi uma instituição criada e mantida sob a legitimidade da importância da exclusão de certos comportamentos vistos como perigosos e desviantes e da necessidade da existência de um espaço em que fosse possível um tratamento de

qualidade e assim a medicalização da doença mental. Desta forma, assim como a vila de Itaguaí, Barbacena foi o receptáculo de diversas pessoas que vistas como alienadas perdiam os seus direitos jurídicos e que eram assim tuteladas, aprisionadas, excluídas, além de ver ser retirado de si não só o controle do seu corpo e do seu espaço, mas também os seus objetos que constituíam parte importante da sua individualidade.

Referências

ASSIS, Machado de. O Alienista. IN: **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar 1994. v. II. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000231.pdf>>. Acesso em: 10. nov de 2022

DUARTE, Maristela Nascimento. **Ares e luzes para mentes obscuras**: o Hospital Colônia de Barbacena: 1922-1946. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios da razão**: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930) [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. 352 p. Loucura & Civilização collection. ISBN: 85-85676- 94-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

FOUCAULT, Michel. A casa dos loucos. IN: **Microfísica do poder**: Organização, Introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. A sociedade punitiva. IN: **A sociedade punitiva/Michel Foucault** [tradução Ivone Castilho Benedetti]. São Paulo: MEDIAfashion: Folha de São Paulo, 2021

GAY, Peter. A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. IN: **O Cultivo do Ódio** – Volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

PERES, Maria Angélica de Almeida *et al.* O ensino da psiquiatria e o poder disciplinar da enfermagem religiosa: o Hospício de Pedro II no Segundo Reinado. IN: **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2011 Out-Dez; 20(4): 700-8. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tce/a/rzVvcPqPGqS5BBnfbVqWxfM/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 13. nov de 2022

SEVCENKO, Nicolau. **A inserção compulsória do Brasil na Belle Époque**. In: Literatura como Missão. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

O Processo-Crime e os Cotidianos Femininos em Santa Luzia do Carangola MG nos anos finais do Século XIX

Patricia de Oliveira Guerra Radsack Corrêa²⁴⁵

Resumo

O presente trabalho tem por finalidade analisar uma parcela do cotidiano criminal envolvendo mulheres na região de Santa Luzia do Carangola, nos anos finais do Oitocentos. Tal escolha se justifica pela intensidade e pela peculiaridade dos casos encontrados nos registros criminais do referido período. Por se tratar de um recorte geográfico em momento de constantes mudanças, o índice de criminalidade entre os anos de 1876 e 1892 registrou 307 processos criminais que foram efetivados na Justiça. Nesses referidos casos, foram encontrados 44 eventos onde mulheres foram protagonistas na condição de réis ou vítimas. Em um recorte em que o “silenciamento” do feminino era uma realidade no país, esta região se destacou por uma relevante atuação e presença das mulheres na Justiça.

Palavras-chave: Crime, violência, processo-crime, mulher.

Abstract

The present work aims to analyze a portion of the criminal routine involving women in the region of Santa Luzia do Carangola, in the final years of the 19th century. This choice is justified by the intensity and peculiarity of the cases found in the criminal records of that period. Because it is a geographical area in a time of constant change, the crime rate between 1876 and 1892 recorded 307 criminal cases that were carried out in court. In these cases, 44 events were found where women were protagonists as defendants or victims. In a context in which the “silence” of women was a reality in the country, this region stood out for its relevant role and presence of women in the courts.

Keywords: Crime, violence, criminal process, woman.

Introdução

Uma série de pesquisas no Brasil vem desenvolvendo e revelando particular interesse em estudos sobre as mulheres nas suas variadas faces e desdobramentos, buscando ressaltar a participação feminina nos processos históricos. O presente trabalho traz alguns apontamentos do cotidiano feminino através da análise dos processos criminais de Santa Luzia do Carangola no final do Oitocentos. Mais precisamente, por meio de práticas criminosas cometidas por e contra mulheres.

Sobre Santa Luzia do Carangola, foi na segunda metade do século XIX, que a referida região passou por um efetivo processo de ocupação e desenvolvimento, se

²⁴⁵Aluna de Mestrado do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Orientada pelo Professor Dr. Rafael Laguardia. E-mail: patriciaguerrast@gmail.com.

destacando como uma espécie de referência regional no final do século XIX, na Zona da Mata mineira. (BOECHAT, 2006) De acordo com o censo demográfico de 1890, Carangola possuía 21.698 habitantes, sendo 11.413 homens e 10.285 mulheres.²⁴⁶

Em relação ao contexto jurídico, três instâncias delimitavam a institucionalização da Justiça entre os municípios do recorte proposto. Inicialmente, a categoria de “Distrito de Paz” era a primeira instância efetivada em uma região. Sob esta condição, Carangola esteve entre os anos de 1860 e 1880. A instância intermediária da presença da Justiça em uma determinada localidade é a categoria de “Termo”. O Termo de Santa Luzia do Carangola esteve em funcionamento entre os anos de 1880 e 1890. Em um período de dez anos, Carangola foi rapidamente elevada à categoria de “Comarca” em 1890, a instância mais importante para um município com as estruturas de Carangola. (HOSKEN, 1992) O que delimitava o nível da instância jurídica era a quantidade de residências e habitantes. (CHAVES, 2013)

Os processos criminais verificados entre a efetivação do Distrito de Paz, a elevação ao Termo e a concretização da Comarca enquanto instâncias jurídicas somam 307 conflitos oficializados. Conforme mencionamos anteriormente, dos 307 crimes realizados para Carangola, 44 processos envolveram mulheres na condição de vítimas e rés. (VELLASCO, 2005)

Nossa fonte principal será o processo-criminal e os autos constantes em seu ritual. No entanto, é importante ressaltar que, mesmo que a fonte seja de uma riqueza significativa, é preciso levar em conta a sua oficialidade e sua intencionalidade na produção das informações. Os processos criminais permitem acessar parcialmente o cotidiano dos grupos sociais envolvido nos autos. Podemos verificar algumas dinâmicas relacionadas aos hábitos, às trajetórias e aos costumes de uma determinada parcela da sociedade. É preciso atentar para a análise das entrelinhas do processo, uma vez que o seu conteúdo é produzido por órgãos oficiais e são recheados de intencionalidades. Tendo em vista que o conteúdo advindo da fonte judiciária é um produto social, profissional e político, o documento assim deve ser analisado. É importante conhecer os contextos em que a fonte fora produzida, não tomando o seu conteúdo como “verdade literal”. (MAUCH, 2013) Levando em consideração os atos de violência que se transformaram em crime pela oficialização da Justiça, o processo criminal é inserido em um ritual que vai da denúncia até a sentença final. Dentro dos referidos autos, encontramos, além das partes envolvidas, importantes atores e atrizes que são componentes do corpo burocrático da Justiça e do arrolamento de testemunhas. Sendo assim, nas entrelinhas do discurso, podemos resgatar parcialmente este cotidiano, especialmente com a atuação das mulheres. Afinal, quem são essas mulheres? Quem são esses homens? Eis o nosso desafio!

Possibilidades de estudos com fontes criminais: Processo-crime

²⁴⁶ Recenseamento de 1890. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227299>>. Acesso em 02 de jan. de 2022.

Nesta etapa do trabalho, é de suma importância compreender o processo criminal enquanto fonte e sua normatização dos trâmites jurídicos ocorridos ao longo do século XIX no Brasil, um país em formação.

De acordo com Marinete Rodrigues:

Na realidade, a organização do sistema governativo do Império tinha por princípio legal a Constituição do Império do Brasil, homologada em 1824 e modificada pelo Ato Adicional de 1834. Desse primeiro Ato veio para legitimar a Constituição e ampliar as competências das Assembleias Provinciais para Legislarem sobre a organização civil, a jurídica e a administrativa, o que, de certa forma, diminuiu o poder imperial e fortaleceu o poder local. Reagindo à perda do poder administrativo sobre as províncias, o governo imperial aprovou, em 1840, a Lei de Interpretação, reformulando a Constituição, a qual restringiu as competências e autonomias da províncias, ao mesmo tempo em que institucionalizou as desigualdades socioeconômicas, concentrando ainda mais o poder de decisões no Poder Moderador. (RODRIGUES, 2012: 19-20)

Segundo a autora, o Império não conseguiu resolver a problemática da criminalidade. Ansiava-se pela descentralização do poder, dando mais autonomia política, jurídica e econômica às províncias e municípios, como também, o controle da criminalidade.

Os aparatos utilizados pela Justiça na condução da regulação dos conflitos sociais tornaram o processo criminal uma fonte expressiva na tentativa de construção de uma parcela das trajetórias e dos cotidianos de homens e mulheres envolvidos no contexto. Assim, para melhor elucidar a fonte, analisaremos a estruturado processo criminal e de seus respectivos autos, indicando as partes que compõe esta peça jurídica e como as mesmas podem nos auxiliar no estudo dessas sociedades.

O processo criminal é um produto social, tornando-se um documento oficial através da manipulação dos órgãos jurídicos. De acordo com a legislação do século XIX, ele tinha o papel de normatizar e conduzir os trâmites de um conflito a partir da denúncia e interferência das instâncias judiciais.

De acordo com Cláudia Mauch:

Considerando-se que todo texto judiciário é um produto social, profissional e político, como tal deve ser analisado. Isso significa conhecer suas condições específicas de produção e não tomar os depoimentos ali contidos de forma ingênua. Para tanto, o pesquisador deve minimamente conhecer os procedimentos jurídicos do campo - crime, cível ou trabalhista - e da época específica que está estudando, por meio das leis e códigos de processo, para poder entender a lógica do andamento e das partes que compõem o processo. (MAUCH, 2013: 11)

Contudo, o processo criminal é uma fonte padronizada e seqüencial. Ela nos permite verificar características cotidianas, valores submersos nas sociedades, papéis sociais exercidos por homens e mulheres, relações de amor, ódio, vingança, solidariedade, poder e violência. São testemunhos de universos antagônicos que se completam e revelam características das sociedades do século XIX, em um Brasil recém independente e vivenciando profundas transformações.

Neste sentido, a autora aponta que:

Tratava-se, na grande maioria dos casos, de efetivamente buscar em tais documentos a “voz” – cultura, cotidiano, etc. – dos grupos populares, dos escravos, mulheres ou “excluídos”. Em suma, dos sujeitos cujas ações ainda não haviam sido abordados por nossa historiografia e sobre os quais as fontes ditas “oficiais” ou mais “tradicionais” pouco falavam. (MAUCH, 2013: 19)

As pesquisas que se utilizam dos processos criminais como fonte já possuem uma trajetória consolidada no Brasil. Com produções clássicas sobre o tema, os trabalhos mais recentes vêm priorizando as análises relacionadas ao interior e aos micro contextos.

Em trabalho clássico sobre a abordagem, Marcos Bretas afirma que:

As pesquisas recentes na área da história social inverteram esse eixo e deslocaram o crime para o centro da vida social, destacando a proximidade entre o cotidiano e o comportamento considerado criminoso. Os historiadores descobriram que os arquivos criminais podem ser uma fonte muito interessante para a investigação da vida cotidiana. Esquecidos por um longo tempo pela historiografia tradicional, os homens livres e pobres da sociedade escravista ou o trabalhador comum do final do século XIX tiveram suas atividades descritas nos arquivos policiais ou judiciários. (BRETAS, 1991: 49)

O autor destaca a possível proximidade entre a vida cotidiana e os comportamentos considerados criminosos para o período. Nesse sentido, Marcos Bretas indica a necessidade do cuidado com a análise da fonte:

De que maneira trabalhavam os escritores desses discursos, isto é, os escrivães de polícia? Quão confiáveis são os documentos por eles produzidos? Mesmo aceitando a hipótese de que o são, será que as pessoas falavam a verdade perante a Justiça? Ou ainda, se esses depoimentos podem ser levados a sério, quão representativos da cultura popular seriam eles? Podem, enfim, os arquivos criminais fornecer dados quantitativos utilizáveis? (BRETAS, 1991: 49)

O autor enfatiza as complexidades no uso dos processos criminais enquanto fontes históricas. O cuidado com a confiabilidade dos discursos se torna necessário, uma vez

que estamos lidando com um conjunto de interesses e intencionalidades na construção e na produção do documento. O autor destaca que:

Os indivíduos desenvolviam estratégias para apresentar seus casos à Justiça, usando testemunhas e depoimentos a fim de obter apoio dos administradores da mesma. Aqueles que podiam demonstrar sua honra, padrões morais mais sólidos e um comportamento público apropriado tinham maiores chances de ser bem-sucedidos em seus processos, especialmente se estivessem respaldados por iguais. (BRETAS, 1991: 53)

Bretas destaca que os trâmites dos processos em questão, foram e são espaços de lutas sociais, por meio das tentativas de reconstrução de redes de solidariedade na resolução de conflitos no âmbito jurídico. Na tentativa de compreendermos o crime enquanto conceito histórico e aplicável para o recorte estudado, Claudia Mauch afirma que:

Em primeiro lugar é necessário definir o que é crime no contexto que o pesquisador está estudando. O que define um ato como crime não é sua natureza e sim a aplicação da legislação criminal em vigor, e o fato de alguém figurar como réu ou vítima em um processo criminal significa, obviamente, que seus atos passaram por uma série de procedimentos e classificações anteriores ao teatro do tribunal propriamente dito. Tais procedimentos normalmente figuram no processo, na forma de queixa ou denúncia, autos de perguntas, autos de corpo de delito e inquérito policial. (MAUCH, 2013: 28)

A autora alerta sobre a importância da contextualização dos atos considerados criminosos. Para a pesquisadora, a ação criminosa leva em consideração a aplicação da legislação vigente, tipificando o conflito e inserindo-o na trama de um tribunal. Evidenciando uma parcela das pesquisas recentes, percebemos grandes avanços no estudo da criminalidade. Por meio de um conjunto de pesquisas mais consolidadas, a análise da criminalidade acaba por ganhar terreno em contextos interioranos, dando destaque para trajetórias do cotidiano, evidenciando continuidades e rupturas. No entanto, a interpretação do crime por meio da oficialização do conflito parece permanecer nas interpretações de especialistas sobre o tema. Sobre o assunto, Ivan Vellasco e Cristiane Viegas Andrade ressaltam que:

Crime é algo que é produzido pela ação de criminalizar. É um fenômeno que se materializa no seu processamento pelo aparato de justiça. No entanto, descartadas as concepções mais inocentes e mais simplistas a respeito, cremos ser possível controlar os dados de forma a isolar os efeitos de contaminação de um sobre o outro. (VELLASCO; ANDRADE, 2018: 142-143)

Ivan Vellasco e Cristiane Viegas indicam que a ação de criminalizar o conflito parte da interferência da Justiça, uma vez que a mesma passou a intermediar os conflitos que chegaram aos trâmites e aos caminhos oficiais de resolução das referidas contendas no Brasil, ao longo do século XIX. Em outras palavras, quem procurava a Justiça, buscava a resolução de suas demandas por meio da interferência do Estado. Nesse sentido, os pesquisadores trazem a reflexão de que estamos lidando com uma fonte de grande significado para a reconstrução de trajetórias.

De acordo com os autores:

Os Processos-Crimes encontrados nos fóruns municipais se constituem em rica fonte de dados sobre a história da criminalidade brasileira. Trata-se de documentos que apresentam todo o processo judicial pelo qual um ato criminoso registrado foi submetido, contendo informação sobre o crime e as pessoas envolvidas. (VELLASCO; ANDRADE, 2018: 145-146)

A estrutura do processo criminal é sequencial, mantendo um padrão dos autos em quase todo o seu enredo. De forma comum, a estrutura destaca a capa, contendo os dados do processo, como: ano, vítima, réus e localidade. De forma mais extensa, o processo apresenta o histórico da denúncia, dados sobre o denunciante (nome), sobre o(s) ofendido(s) (nome, sexo), origem, naturalidade, cor, condição (livre, escravo), nome do proprietário, ocupação, estado civil, idade e se sabe ler e/ou escrever. Na sequência, em casos de agressão, o auto do corpo de delito demonstrava tipo e gravidade do ferimento, se o mesmo invalidava a vítima ou não. Posteriormente, encontramos o auto de qualificação do réu e o seu auto de perguntas, que qualificava e identificava o indivíduo, contendo dados como: origem, naturalidade, nome, sexo (deduzido pelo nome), cor, condição (livre ou escravo), nome do proprietário, ocupação, estado civil, idade e se sabe ler e/ou escrever. (VELLASCO; ANDRADE, 2018) De forma padronizada, o processo se encaminhava para a intimação das testemunhas e suas respectivas declarações contendo o relato das partes arroladas. Em seguida, verificamos o encaminhamento do processo com o posicionamento do promotor público em relação à condenação ou absolvição do réu, a convocação do conselho de jurados, que tinha por objetivo aceitar ou negar a queixa oferecida pelo promotor, bem como de julgar pela procedência ou não da acusação. (WANDERLEY, 2016) Finalizando, o juiz poderia se posicionar em conformidade com a decisão do júri. Segundo Diogo César Cardoso Wanderley “o conselho de jurados foi implementado para fazer frente à figura dos demais juízes, ou seja, serviam para contrabalancear os poderes acumulados pelos magistrados”. (WANDERLEY, 2016: 24) No entanto, em caso de recurso contrário ao resultado, o processo poderia ser tramitado em segunda instância, no tribunal de apelação, com a tentativa de reconsiderar o resultado do julgamento da primeira instância.

Com a crescente procura da Justiça, incluindo sua interiorização, Ivan Vellasco e Cristiane Viegas destacam que:

A uniformidade no padrão crescente de casos de crimes registrados, somada à maior complexidade e detalhamento nos dados destes documentos nos faz acreditar que estamos em

terreno firme quando utilizamos os processos-crime para o estudo da criminalidade na longa duração. (VELLASCO; ANDRADE, 2018: 155)

Mesmo com as complexidades e intencionalidades na elaboração do processo criminal, o seu uso para a reconstrução de uma parcela das trajetórias individuais e coletivas é possível e demonstra importância ao descortinarmos os padrões de vivência e suas respectivas rupturas. Nesse sentido Regina Caleiro, Márcia da Silva e Alysson Freitas ressaltam que:

São testemunhos dos costumes e da constituição do universo físico e mental do período analisado, bem como da ação da justiça institucionalizada. As imagens que se depreendem da leitura destes documentos descortinam relações de poder, amor, ódio, violência e solidariedade. (CALEIRO; SILVA; JESUS, 2011: 313)

O processo criminal se revela como um arsenal de testemunhos férteis para descobrirmos padrões comportamentais, perfis de homens e mulheres nas relações sociais. Desde redes de solidariedade às práticas violentas. A referida fonte possui peças consistentes para as reconstruções de parcelas da vivência dessas sociedades. Dados como: idade, estado civil e profissão. Outro fator importante para a percepção de valores e representações sociais do período pesquisado é a transcrição dos debates perante o Tribunal do Júri. Portanto, se percorrermos com a cautela necessária os vários caminhos apontados pelas fontes, é possível reconstruir e interpretar, mesmo que parcialmente, alguns aspectos significativos das micro-histórias. (CALEIRO; SILVA; JESUS, 2011)

O processo criminal é uma fonte rica em dados, permitindo uma análise quantitativa e um trabalho qualitativo em seu contexto. Sob uma perspectiva quantitativa podemos analisar níveis de crime em um determinado recorte espacial, tipologia criminal, índices e oscilações de criminalidade dentro de um contexto, trabalhando com a quantidade de registro dos processos. Sob a perspectiva qualitativa, podemos reconstruir uma parcela das narrativas de cada processo, evidenciando as rotinas, as relações de poder, amor, ódio, solidariedade, interesses e vingança.

Parametrizado pela legislação de época, o Código Criminal de 1830²⁴⁷ possuía 313 artigos na definição dos tipos de crime que embasavam o roteiro dos processos. Já o Código do Processo Criminal de 1832²⁴⁸, com 355 artigos, tinha como um de seus objetivos, definir o roteiro e os trâmites processuais dentro dos caminhos da Justiça criminal. Nesse sentido, por meio dos processos é possível observar rupturas, permanências, mentalidades, solidariedade e transformações da sociedade brasileira do

²⁴⁷BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. Manda executar o Código Criminal. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l1612-1830.htm>. Acesso em 25 fev. 2022.

²⁴⁸BRASIL. Lei de 29 de novembro de 1832. Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instância com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l1611-1832.htm>. Acesso em 25 fev. 2022.

século XIX. Ivan Vellasco e Cristiane Viegas afirmam que é possível descortinar papéis sociais de homens e mulheres, nuances sobre a honra e a importância de defesa da mesma, padrões de relações de solidariedade na movimentação do cotidiano, dando sentido à vida social.

Segundo os autores:

As abordagens estatísticas das fontes permitiram, por sua vez, trazer à luz uma série de temas relacionados à cultura popular, a gênero, à honra e a padrões de relações sociais, que emergem com contornos mais nítidos do volume de processos judiciais que dão testemunho das atitudes cotidianas e de seus sentidos. (VELLASCO; ANDRADE, 2018: 139)

Ao analisarmos, em um estudo de caso de Joaquina Pisaouro, no ano de 1883, tentaremos demonstrar como o processo-crime nos permite evidenciar alguns aspectos da rotina e dos conflitos existentes na região de Santa Luzia do Carangola. Tipificada na condição de vítima, Joaquina buscou a Justiça com o intuito da reparação de suas demandas:

No dia 29 para 30 do mês de Abril do corrente anno, as 9 horas da noite mais ou menos, na dita povoação do Divino do Carangola, e rua do Jaracattiá, depois de ter o denunciado, tentado entrar a força na casa de Sebastiana de Tal onde achava-se Joaquina Pisaouro para com esta ter relações ilícitas lhe tendo sido franqueada ultimamente uma janela da referida casa por Fuão Ilheo, por via da qual conseguindo penetrar do interior; não tendo sido aceito pela dita Pisaouro a que dirigio supplicas amorosas e algumas pillacria de máogosto, despeitado pela atual recusa disfechou-lha um tiro com a garrucha com que se achava, tentando matal-a, não tendo conceguido, por motivos independentes de sua vontade²⁴⁹.

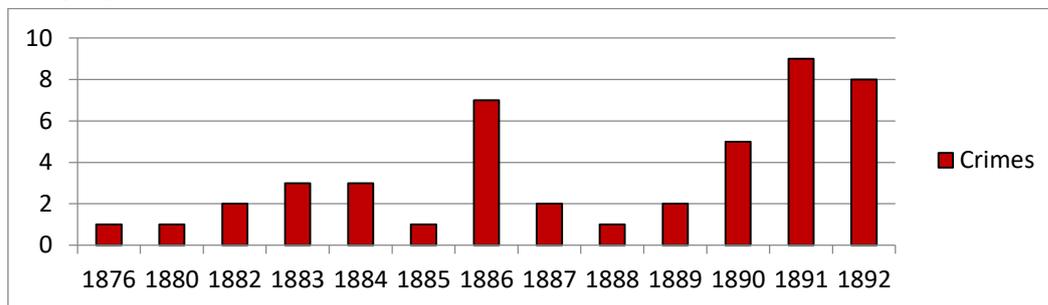
Uma simples recusa afetiva foi o suficiente para Joaquina Pisaouro sofrer uma tentativa de homicídio. A dita Joaquina recusou as súplicas amorosas de Silvestre José Rodrigues e o mesmo se sentiu no direito de invadir o domicilio de Sebastiana de Tal e disparar com sua garrucha contra a vítima. Desta forma, casos como o de Joaquina foram conduzidos em um ritual processual na referida região, que envolveu 55 mulheres em 44 processos criminais, em um universo de 307 processos no total. Sobre o caso criminal retratado, mesmo com a materialidade das provas colhidas no processo de Joaquina, o júri interpretou que as circunstâncias que levaram o réu a cometer a tentativa de estupro e homicídio eram atenuantes. Ou seja, circunstancias atenuantes são as causas de diminuição de pena por um crime. (PESSOA, 2016) Nesse sentido, o conselho de sentença absolveu Silvestre José Rodrigues por unanimidade. O referido processo ocorreu na região de Santa Luzia do Carangola, na Zona da Mata mineira.

²⁴⁹CDH, 1883, Caixa 52, Feito M-45-05; p. 7-7v

Conflitos como o de Joaquina Pisaouro, além de elucidar trajetórias, rotinas e conflitos, extraem desta parcela da sociedade, algumas das interpretações dos padrões morais e sexuais femininos do referido contexto.

A partir de uma análise quantitativa e para melhor compreendermos o problema histórico encontrado para o recorte proposto, utilizaremos esse tópico para elencar alguns dados referentes à pesquisa. Dos 307 casos tramitados entre as instâncias jurídicas até a elevação da Comarca de Carangola, entre 1876 e 1892, temos 44 casos envolvendo o gênero feminino em diversas situações. O quadro a seguir mostra a quantidade de processos envolvendo mulheres por ano, desde o primeiro registro em 1876, até o ano de 1892, com os primeiros atos da Comarca.

Gráfico 1 – Registro de Processos Criminais Envolvendo Mulheres em Carangola – 1876-1892



Fonte: Processos Criminais – Centro de Documentação Histórica – Carangola – MG

Para melhor analisar os dados, é importante destacar que o único processo que registrou a presença de mulheres antes da elevação do Termo de Carangola, foi no ano de 1876. “Termo” era a instância intermediária da presença da Justiça em uma determinada localidade. Após o surgimento do Termo em 1880, a presença da mulher nos processos em Santa Luzia do Carangola, se tornou uma realidade. No que se refere à Comarca, a legislação referente ao Código do Processo Criminal de 1832 estipulou a presença de um juiz de direito, podendo chegar a três, dependendo da quantidade de habitantes. (PESSOA, 2016) Esta instância denotava maior movimentação jurídica em uma região. Contudo, cabe a ressalva de que esses dados não traduzem que os conflitos relacionados à mulher aumentaram necessariamente. Com a presença da Justiça e com a ampliação da possibilidade de denúncia e interferência do Estado, podemos constatar um aumento da participação das mulheres nos autos criminais. (RADSACK, 2012)

Percebemos um aumento real do registro de casos entre os anos de 1880 e 1884. Posteriormente, há um salto no ano de 1886, uma oscilação nos anos seguintes e um novo aumento expressivo a partir de 1890. Em relação à tipologia dos crimes verificados nos 44 processos, encontramos 45 crimes baseados na legislação vigente. Neste caso, estamos nos referindo ao Código Criminal de 1830²⁵⁰ que tipificava os crimes e suas categorias e

²⁵⁰BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. Manda executar o Código Criminal. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso: 05 jan. 2022.

ao Código do Processo Criminal de 1832²⁵¹ que ritualizava os procedimentos jurídicos e seus respectivos roteiros. A tabela a seguir constrói uma avaliação prévia dos tipos de crime cometidos no recorte proposto desta pesquisa.

Tabela 01 – Tipologia Criminal dos Processos Envolvendo Mulheres em Carangola 1876-1892

Tipologia Criminal	
Ofensa Física	13
Tentativa de Homicídio	11
Homicídio	8
Estupro	7
Injúria	1
Uso Indevido de Propriedade	1
Ameaça	1
Ataque a Semovente	1
Cobrança de Dívida	1
Levantamento de bens	1
Total	45

Fonte: Processos Criminais – Centro de Documentação Histórica – Carangola – MG

Perfazendo o total de 45 tipos de crime, cabe a ressalva que, em um determinado processo, o mesmo indivíduo cometeu o crime de estupro e homicídio no mesmo evento. Destacam-se os casos de 13 ofensas físicas, 11 tentativas de homicídio, 8 homicídios e 7 estupros. Podemos observar, que os crimes cometidos contra ou por mulheres, são crimes considerados violentos.

Considerações Finais

Diante do exposto, ressaltamos a importância do estudo realizado juntamente com o processo criminal. Buscando contribuir com parteda historiografia da região leste da Mata mineira, a presente pesquisa analisa 44 processos criminais em um recorte de 16 anos e com uma população de aproximadamente 21.698 habitantes.²⁵² Ressaltamos que nesses casos verificamos delinquências, espancamentos, homicídios, furtos/roubos e estupros. Com a ressalva de que estamos analisando um universo de crimes praticados contra mulheres e por mulheres.

Referências Bibliográficas

²⁵¹BRASIL. Lei de 29 de novembro de 1832. Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instância com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-29-11-1832.htm>. Acesso em 19 jan. 2022.

²⁵² Recenseamento de 1890. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227299>>. Acesso em 02 de jan. de 2022.

Artigos

BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão da pesquisa recente. *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 32, pp. 55, 2º. sem. 1991.

CALEIRO, Regina Célia Lima; SILVA, Márcia Pereira da; JESUS, Alysson Luiz de Freitas de. *Os processos-crime e os arquivos do Judiciário. Dimensões. Vitória*, v. 26, pp. 302-320, 2011.

CHAVES, Edneila Rodrigues. Criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico a região Norte. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 29, n. 51, pp. 817-845, set./dez. 2013.

MAUCH, Cláudia. O processo crime para além dos crimes. In: XI Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: produzindo história a partir de fontes primárias. Porto Alegre: CORAG, 2013. v. 11. pp. 17-31, 2013.

PESSOA, Gláucia Tomaz de Aquino. *Código de Processo Criminal de Primeira Instância de 1832*. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/282-codigo-de-processo-criminal-de-primeira-instancia-de-1832>>. Acesso em 09 mar. 2022.

RADSACK, Randolpho. Criminalidade, Violência e Justiça em Santa Luzia do Carangola-MG: As transformações regionais e os impactos sociais (1873-1892). In: *Anais do 30º Simpósio Nacional de História: História e o futuro da educação no Brasil*. Recife: Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil, 2019, pp. 1-16. Disponível em:

<https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565118251_ARQUIVO_Anpuh2019Fim.pdf>. Acesso: 04 de jan. 2022.

RODRIGUES, Marinete. Visões da criminalidade em Mato Grosso no Século XIX. In: *XXIV Semana de História: Pensando o Brasil no centenário de Caio Prado Júnior. Anais do XXIV Semana de História*. Franca: 2007. Disponível em: <<http://www.assis.unesp.br/Home/Eventos/SemanadeHistoria/marinete.PDF>>. Acesso: 03 jan. 2022.

VELLASCO, Ivan de Andrade. A cultura da violência: os crimes na Comarca do Rio das Mortes - Minas Gerais Século XIX. *Tempo*, Niterói, vol.9, n.18, pp.178, jun. 2005.

_____; ANDRADE, Cristiana Viegas. Criminalidade e violência em perspectiva histórica: mapeamento de dados, reconstrução de estatísticas e dados censitários: 1830-1929. *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, n. 477, pp. 137-170, mai./ago. 2018.

WANDERLEY, Diogo César Cardoso. *O papel desempenhado pelo juiz no império e nos dias atuais: Da função de mero reprodutor da Lei para criador do Direito*. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18196&revista_caderno=24>. Acesso em: 14 fev. 2022.

Livros

HOSKEN, Jairo Motta. *Centenário da Comarca de Carangola*. Belo Horizonte: Inédita Editoria de Arte, 1992.

RODRIGUES, Marinete Aparecida Zacharias. *Mulheres, Violência e Justiça no Século XIX*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

_____. *Criminalidade e relações de poder em Mato Grosso (1870-1919)*. Jundiaí, Paco Editorial: 2012.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de: Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Ensaios de teoria e metodologia. 1.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As Seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – Século 19*. Bauru: Edusc, 2004.

Documentos Eletrônicos

Recenseamento de 1890. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227299>>. Acesso em 02 jan.2022.

Legislação

BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. Manda executar o Código Criminal. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso: 05 jan. 2022.

BRASIL. Lei de 29 de novembro de 1832. Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instância com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-29-11-1832.htm>. Acesso em 19 jan. 2022.

Teses e Dissertações

ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. *Os Sertões de São Paulo do Muriahe: Terra, Riqueza e Família na Zona da Mata Mineira 1846-1888*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade).

BOECHAT, Maria Cristina Coutinho Robert. *A ocupação da região de Carangola: um estudo sobre a expansão das fronteiras agrícolas da zona da mata mineira na segunda metade do século XIX*. Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2006. Dissertação (Mestrado em História).

Sociabilidades banguenses e as contestações nos espaços de lazer (1889-1914)

Mariana Marques de Oliveira²⁵³

Resumo:

Este artigo possui o intuito de demarcar os espaços recreativos existentes na cidade do Rio de Janeiro nas duas primeiras décadas do século XX. Em meio a uma conjuntura pós-abolição, os espaços associativos se apresentam como uma nova possibilidade de articulação e divertimento no cotidiano dos cariocas. A pesquisa se centra na observação da importância do carnaval nos vínculos de sociabilidade criados na cidade, mas principalmente nos seus arrabaldes, os subúrbios. Neste sentido, procuro em minha análise atribuir todas as possibilidades de articulação dos grupos associativos vinculados ao bairro Bangu, um bairro localizado no subúrbio carioca. Por meio da análise da vida associativa dos moradores do bairro nas primeiras décadas do século XX, é possível compreender a partir de suas experiências, as motivações e diálogos presentes na dinâmica de criação de espaços de lazer.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; Lazer; Sociabilidades; Subúrbio

Abstract:

This article aims to demarcate the existing recreational spaces in the city of Rio de Janeiro in the first two decades of the twentieth century. In the midst of a post-abolition conjuncture, associative spaces present themselves as a new possibility of articulation and entertainment in the routine of Cariocas (residente of Rio de Janeiro). The research focuses on observing the importance of carnival in the sociability bonds created in the city, but mainly in its outskirts, the suburbs. In my analysis, I try to attribute all the possibilities of articulation of the associative groups linked to the Bangu neighborhood, located in the suburb of the city of Rio de Janeiro. Through the analysis and observation of the associative life of the residents of the neighborhood in the first decades of the 20th century, it is possible to understand, based on their experiences, the motivations and dialogues present in the dynamics of creating leisure spaces.

Keywords: Rio de Janeiro; Leisure; Sociability; Suburb

1. INTRODUÇÃO

Último país da América a abolir a escravidão em seu território, em 1888 o Brasil se constitui como uma nação liberta. Engana-se quem acredita que os dilemas enfrentados pelos ex-escravizados acabaram no momento em que a lei áurea foi outorgada, muito mais do que uma simples assinatura, sabemos que o movimento abolicionista teve um papel fundamental no decorrer dessa emancipação. Logo, é difícil compreender e analisar todos os caminhos possíveis tomados ou não, pelos ex-escravizados e libertos após a

²⁵³ Mestranda em História da Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). marimarqueso1998@gmail.com

abolição, visto que o processo de inserção social da população negra não foi concebido pelos projetos políticos da época como uma prioridade por parte da elite atuante politicamente na época.

O período posterior a abolição da escravidão se destinou a um momento de intensas reflexões e articulações sob a perspectiva de uma cidadania brasileira, verifica-se um paralelo entre a construção de uma república, e a articulação das pessoas frente a queda da escravidão e monarquia sobretudo na ideia de uma cidadania negra. Ao analisar o tópico de cidadania, Wlamyra de Albuquerque observa da seguinte forma:

“Saber o seu lugar” é uma dessas expressões capazes de traduzir regras de sociabilidade hierarquizadas que, sendo referendadas ou contestadas, utilizam-se cotidianamente. É construindo e conhecendo tais “lugares” que as pessoas estabelecem relações, reconhecem formas de pertencimento e estruturam disputas próprias ao jogo social. Mas quais seriam os sentidos imprimidos a essa expressão no contexto de mudanças políticas e sociais das últimas décadas do século XIX? Em que medida a desarticulação da escravidão fundamentava as leituras que os contemporâneos faziam dos diferentes lugares daquela sociedade? (ALBUQUERQUE, 2009: 13)

Isso significa dizer que o termo “Saber o seu lugar” está relacionado a uma conjuntura específica de regras de sociabilidade hierarquizadas em ideais, na maioria das vezes escravocratas, e que mediante contestações, vão se atualizando constantemente. Sob a construção de tais “lugares”, as pessoas vão estruturando suas relações, e conhecendo suas formas de pertencimento, sendo reconstruídos, não sem disputa, os sentidos sociais e políticos da liberdade e da cidadania para a chamada “população de cor” (ALBUQUERQUE, 2009).

O debate a respeito da relação servil estava em voga na segunda metade do século XIX, ideias sobre uma provável solução ao fim do regime escravista caminhavam de forma divergente às concepções abolicionistas presentes na época (ALBUQUERQUE, 2009). No que concerne a condição social estipulada as “pessoas de cor”, como analisado por Albuquerque, “Mais que conhecer seus lugares, cabia-lhes reafirmá-los, subvertê-los ou colocá-los na berlinda a partir de códigos de distinção baseados em critérios raciais” (ALBUQUERQUE, 2009: 34). A relação entre a temática racial e o fim da escravidão no Brasil, esteve estritamente ligada a reestruturação da "população de cor" sobre os seus espaços políticos, sociais, culturais e econômicos, e conseqüentemente, dentre muita luta, a busca por sua liberdade e cidadania em território brasileiro.

2. CAMINHOS DA CIDADANIA

Conceito debatido e construído muitas vezes ao longo do tempo, a cidadania entrava mais uma vez nos holofotes e temores da população brasileira com a Proclamação da República. Ao refletirmos sobre a disputa política presente nas ruas, imprensa e nas trajetórias de cada indivíduo, a ideia de uma garantia de participação na vida política, como obtenção de direitos civis, políticos e sociais, marcaria o início do século XX. A discussão sobre os possíveis caminhos na construção de uma cidadania brasileira, sobretudo republicana, norteavam as mobilizações sociais da época, seja no meio letrado,

por meio dos periódicos que circulavam nas ruas, nas articulações políticas, e nos projetos culturais manifestados pela população em livre escala. De tal modo que, ao analisar as trajetórias de um indivíduo ou um grupo, podemos perceber como cada cidadão brasileiro, ao seu modo, traçava sua participação política no território brasileiro, e conseqüentemente conduzia suas estratégias em meio a seus limites demarcados pela sociedade.

Dentre os dilemas existentes no período pós-abolição, temos o conceito das “classes perigosas” (CHALHOUB, 2017) sendo reconstruído entre os cidadãos brasileiros. Termo associado e elaborado para distinguir quem seria um bom cidadão de fato, ou um malfeitor perigoso para a sociedade. No Brasil, esse conceito era medido diretamente pela cor do indivíduo e sua condição econômica. A respeito disso, Sidney Chalhoub afirma

Os negros se tornaram suspeitos preferenciais também devido àquilo que os ex-senhores e atuais patrões imaginavam ser o caráter os indivíduos egressos do cativo. [...] “as famigeradas ‘teorias racistas’, que se tornariam mais influentes nas décadas seguintes; e a consequência disso é que os ‘defeitos’ dos negros podem ser pensados como insuperáveis, tornando-se eles assim, membros potencialmente permanentes das classes perigosas. (CHALHOUB, 2017: 28-29)

Logo, é possível compreender como a política pública atuou no início do século XX no Rio de Janeiro, por meio de um argumento higienista, a hierarquização referente a “classe pobre”. Como é o caso da operação de guerra para desmontar o cortiço “cabeça de porco”, onde o lugar de pessoas da “classe pobre, classe perigosa”, associado ao subúrbio (e/ou favelas), uma localização proveniente de moradia de pessoas que “perderam”, configurado dessa forma, a uma época pós-abolição e todo um panorama associado aos indivíduos negros e uma generalização a respeito de suas atitudes. Dito isto, é possível averiguar uma generalização de todos os negros a uma classe suspeita, denominada de “classe perigosa” por intermédio da observação de uma generalização de suspeita presente no período pós-abolição.

3. LAZER CARIOCA

Mediante inúmeras mudanças sociais e demográficas, a cidade do Rio de Janeiro apresenta nas duas primeiras décadas do século XX, um panorama que abraça a festividade e os espaços de sociabilidade. Novas possibilidades de articulação e divertimento no cotidiano dos cariocas, o associativismo dançante e as agremiações carnavalescas evidenciam os ritmos de cidadania que caíram nas graças da sua população. De uma forma geral, essas agremiações eram, em sua maioria articuladas por parte da população mais pobre, e através desses espaços, podemos analisar as ideias de lazer presentes no imaginário carioca.

A cidade do Rio de Janeiro, capital da República, constrói e afirma ao longo do século XX, as identidades e práticas culturais que estariam atreladas ao território. Período de grandes mudanças políticas, sociais e culturais, a lógica do associativismo se consagra como uma das práticas da população em se articular entre si. Mediante o considerável aumento dos préstitos e número de foliões no carnaval carioca, nas últimas décadas do

século XIX, veremos que, em conjunto com a chegada de um novo século, novas manifestações carnavalescas também chegaram nas ruas.

Uma cidade atribuída por muitos como um espaço propício ao lazer, dança e música, o Rio de Janeiro constrói aos poucos sua identidade cultural ao longo do século XX. “A proliferação de centros recreativos [...] é assim retratada como um dos grandes pontos de identidade entre os moradores da cidade, sendo uma das amostras de uma vocação comum dos cariocas para o prazer” (PEREIRA, 2020: 78-79). Como analisado por Leonardo Pereira, o fato de no século XIX, a cidade ter sido a sede administrativa do Império, corroborava para a presença em maior quantidade de escravizados e homens livres de cor, e conseqüentemente, iriam buscar em um período pós-abolição, espaços para se articularem e firmarem a sua liberdade (PEREIRA, 2020). Somando esses e muitos outros fatores, é possível averiguar que a cidade do Rio de Janeiro se apresenta como um cenário propício de análise sobre as lógicas tomadas por homens e mulheres negros e pardos, por dentro do associativismo presente nas agremiações carnavalescas.

No decorrer do século XX e ao longo dos surgimentos das agremiações carnavalescas no Rio de Janeiro, temos nos subúrbios, a possibilidade de construção de espaços de sociabilidade entre a população negra, que ao valorizar seus espaços de lazer, traçava o caminho do protagonismo no associativismo recreativo (BARBOSA, 2018: 209-210). A organização interna das agremiações e associações se apresenta como uma necessidade em meio a tantas sociedades sendo formadas na cidade. A repressão policial frente a esses grupos, principalmente as de menor porte, era uma realidade mais do que presente nos cotidianos dos sócios. O estabelecimento da responsabilidade de organização interna por parte da direção desses grupos, foi uma das estratégias adotadas pela polícia frente a manutenção de uma ordem desejada (BRASIL, 2016: 133). Os pedidos de licença, os estatutos de cada agremiação e associação, a organização de normas e condutas, revela assim, os valores próprios de cada grupo, e conseqüentemente as suas ideias e projetos sobre o associativismo e as formas de lazer presentes na articulação dos sócios dentro dos limites demarcados pelas autoridades da época.

As articulações culturais e sociais da população carioca acontecem por todo o território, caminhando do que chamamos atualmente como “centro histórico” e a região dos arrabaldes, o subúrbio carioca. Localizado onde anteriormente se firmavam as freguesias rurais, o espaço suburbano foi essencial na construção do tecido metropolitano (MATTOSO, 2009). De tal maneira que, ao proporcionar experiências em comum entre os moradores dos bairros localizados no subúrbio, poderemos observar peculiaridades até mesmo no festejo produzido nos bairros vistos como aristocráticos, com relação aos bairros suburbanos e em outros bairros habitados por trabalhadores. Onde os espaços mais elegantes teriam maior inspiração aos bailes produzidos nos salões europeus, com danças mais solenes e com pouquíssimo barulho, enquanto os espaços associados aos trabalhadores continham bailes mais animados, com novos estilos de dança (PEREIRA, 2020).

No decorrer do século XX e ao longo dos surgimentos das agremiações carnavalescas no Rio de Janeiro, temos nos subúrbios, a possibilidade de construção de espaços de sociabilidade entre a população negra, que ao valorizar seus espaços de lazer, traçava o caminho do protagonismo no associativismo recreativo. (BARBOSA, 2018) As trajetórias e experiências negras no Rio de Janeiro possuem uma estreita relação com as

práticas sociais atreladas a um “associativismo negro com bases raciais em vários aspectos semelhante ao paulista no decorrer da Primeira República, de sorte que ali os libertos e seus descendentes erigiram agremiações, tanto de caráter recreativo e religioso quanto de cunho político e social”(BARBOSA, 2018: 209-210). Desse modo, é possível verificar nos espaços de lazer da população negra, como um dos caminhos adotados para a articulação de projetos políticos, negociação, reivindicação de espaços, e representações positivas de si mesmos. Assim, o carnaval se apresentava como um palco adequado para bailes e desfiles, mas que também carregava em grande parte das sociedades carnavalescas e dançantes, práticas ligadas a ideia de pertencimento e identidade negra no pós-abolição.

4. SOCIABILIDADES BANGUENSES

A história de Bangu se inicia com a fundação da paróquia Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, onde em 1673 o negociante Manuel de Barcelos Domingues fundou a fazenda Bangu. Com pelo menos 9 proprietários até o final do século XIX, a fazenda foi importante na articulação da exportação de açúcar, álcool e cachaça (ASSAF, 2001). Com a inauguração do ramal de Santa Cruz a malha ferroviária do Rio de Janeiro em 1878, temos a ligação entre a zona rural e o centro urbano da cidade. Por conta da sua região ter uma fartura fluvial ao seu redor, com cachoeiras e nascentes, a região de Bangu se configurava como um lugar propício para o estabelecimento de uma indústria têxtil, visto que a água era fundamental para as etapas de fabricação. Nesse contexto, em fevereiro de 1889 foi fundada a Companhia Progresso Industrial do Brasil (ASSAF, 2001), em demanda da estrutura que uma indústria têxtil necessita para o seu funcionamento, as propriedades ao redor da fábrica foram se modificando, a exemplo disso temos a inauguração da estação Bangu da estrada de ferro, um ano depois da criação da fábrica. Desse modo, o bairro iria se estendendo, e se organizando em meio às demandas dos trabalhadores da fábrica, que em sua maioria habitavam por perto do seu local de trabalho, tendo em vista a construção da vila operária e muitos outros benefícios articulados pela fábrica frente seus empregados.

Examinar a história de uma sociedade, ou a trajetória de um indivíduo sem atrelar o sistema econômico como o panorama central definidor das escolhas dos indivíduos que ali vivem, consiste na ideia de permitir que as relações sociais também se apresentem como um fator crucial nas trocas sociais, econômicas e políticas existentes no cotidiano de uma sociedade. Nesse sentido, é possível averiguar a importância de análises que negam a possibilidade de substituição da história das pessoas ditas como “comuns” pela história do movimento operário, corroborando assim, com uma investigação que apresenta os moradores do bairro como indivíduos que possuem outras relações e demandas no seu cotidiano (FREITAS, 2005). Mediante a maioria das produções historiográficas existentes, é muito comum tomarmos a história dos trabalhadores sob o viés do movimento operário, de tal maneira a associar o trabalhador comum - aquele que não era engajado no movimento e livre de convicções políticas, a um panorama fora do sistema político. Contudo, ao averiguarmos o período analisado, situado na primeira república, podemos observar a organização dos movimentos operários no Brasil, construindo assim, uma pluralidade entre as memórias divididas: a dos operários engajados no movimento, e a dos que não participavam de tais atividades (PORTELLI,

2002). Desse modo, podemos notar a construção de inúmeras identidades sendo formadas em sistemas políticos, culturais e sociais, como é o caso das agremiações carnavalescas, inseridas nos espaços de lazer, que mesmo sem recorrer a características diretamente políticas, se adequava às normas do sistema daquela época.

O bairro foi moldado sob uma lógica paternalista da Companhia, uma vez que temos a construção de escola, vila operária, teatro e muitos outros aparatos utilizados pela diretoria da fábrica para aumentar o vínculo entre patrões e empregados. Ao refletirmos sobre os diversos clubes que foram criados pelos trabalhadores, poderemos observar que “Ainda assim, muitos desses trabalhadores trataram, nos primeiros anos do século XX, de buscar formas de lazer que não estivessem atreladas a direção da Companhia” (PEREIRA, 2020: 102), com o isolamento da população de Bangu, temos uma necessidade na criação de novos vínculos de sociabilidade entre os moradores (PEREIRA, 2012). Em vista disso, teremos o surgimento de diversos clubes e agremiações vinculadas ao bairro, como o Flor da Lira de Bangu, Sociedade Recreativa Carnavalesca Flor da União, Grêmio Carnavalesco Estrela da Aurora, Flor das Neves, Flor da Mocidade, Grêmio Recreativo Banguense, Flores de Bangu, Pelintras de Bangu, Grêmio Carnavalesco Prazer das Morenas (PEREIRA, 2010).

A organização de Bangu se deu em grande medida as lógicas fabris de sua localidade, no entanto a regularidade e os sistemas implementados no subúrbio carioca, se deram em grande maioria aos modos e cotidiano dos moradores e agentes históricos daquela localidade. Como já foi exposto anteriormente, a indústria interferiu na urbanização do bairro, e atrelado ao fato da municipalidade da época pouco atuar nos subúrbios, Bangu, comparado às demais estações ferroviárias, constituía-se como um dos bairros mais urbanizados, organizados e desenvolvidos (FREITAS, 2005). Ou seja, a fábrica esteve presente em muitas relações construídas ao longo do tempo pelos moradores.

Contudo, veremos a seguir que as relações associadas ao trabalho não eram as únicas existentes, assim como não eram as únicas a serem lembradas e acionadas pelos moradores de Bangu. Uma localidade composta por moradores, em sua maioria, trabalhadores da Companhia Progresso Industrial do Brasil, Bangu se apresentava como um espaço favorável para a criação de relações sociais permeadas pelo trabalho. Ainda assim, como qualquer outra região, também se mobilizava em outras práticas, sejam elas sociais, culturais ou políticas. O bairro contava com mais de três mil trabalhadores de diferentes localidades, sejam eles imigrantes ou descendentes de escravizados, todos tinham o ponto em comum de atração pela fábrica (PEREIRA, 2020). “Diante do sucesso da proposta de urbanização da região patrocinada pela Companhia Progresso Industrial do Brasil, Bangu costumava ser saudado pela imprensa como um bairro marcado pela harmonia” (PEREIRA, 2020: 112). Embora fosse conhecido pela harmonia entre os moradores, o bairro também revelava, em meio às notícias do cotidiano, tensões escondidas nessa conformidade tão desejada pela fábrica. Sem um espaço próprio de expressão, os trabalhadores da fábrica atuaram em um processo de criação de espaços recreativos independentes da fábrica, sobre as redes de sociabilidade entre os trabalhadores, Leonardo Pereira afirma que:

Em um bairro recente, no qual as redes de sociabilidade precisavam ainda ser tecidas, esse associativismo recreativo configurou-se em meio de expressão de ter opções escondidas pelo esforço de afirmação da unidade por parte da direção da fábrica, assumindo um papel preponderante na organização dessas diferenças. É o que ficaria claro a partir da fundação, em dezembro de 1902, do Flor da Lira, o primeiro clube dançante carnavalesco fundado no bairro sem ligação com a direção da fábrica. (PEREIRA, 2020: 114)

Logo, podemos perceber as criações de diversas agremiações recreativas feitas pelos trabalhadores da fábrica como um resultado das distinções sociais entre os residentes e trabalhadores daquele bairro. Dentre as mais variadas distinções, alguns grupos possuíam maior rivalidade entre si, como é o caso do Flor da Lira e o Flor da União, respectivamente um era associado por ser composto majoritariamente por brancos, enquanto o outro por negros (PEREIRA, 2020). É interessante observarmos como a localidade teve seu crescimento exacerbado por conta da Companhia, que aparentemente buscava a caracterização de um bairro homogêneo e estreitamente ligado a fábrica e que, mesmo com esse grande vínculo empregatício entre os moradores, teremos a proliferação de diversas agremiações. Diferenças essas que afetaram as cores escolhidas para representar tal grupo, a direção, as normas presentes em cada estatuto, significavam escolhas e identidades que estavam sendo elaboradas entre as ideias permeadas no espaço do lazer. Dito isso, por meio das criações dos diferentes espaços recreativos entre trabalhadores, aparentemente harmoniosos, podemos perceber as distinções de valores e ideias sendo formadas em um mesmo bairro, repercutindo nas questões de raça, trabalho, e até mesmo gênero no subúrbio carioca.

Ao analisarmos a construção dos espaços para o festejo, percebemos que o delineamento ocorria à disposição dos seus sócios e da situação econômica imposta à associação averiguada. O perfil desses espaços de lazer era bastante parecido, porém havia especificidades que os diferenciam, de modo que alguns grupos tiveram maior destaque na região, como é o caso do primeiro clube dançante a ser criado em Bangu, o Flor da Lira, fundado em 1902; o Flor da União, criado em 1904 como um possível grupo constituído em divisão de alguns membros do Flor da Lira, e em 1909, temos a fundação do grupo Prazer das Morenas. Como já foi debatido anteriormente, a respeito dos moradores do bairro serem, em sua maioria, trabalhadores da fábrica, observamos por meio do surgimento de diversas agremiações, a criação dos vínculos de sociabilidade entre os moradores sendo construídos em ambientes culturais, fora da relação laborativa. Sem ter uma ligação direta com a Companhia, esses grupos tiveram maior autonomia (PEREIRA, 2012). “Enquanto o Flor da Lira era lembrado como um clube composto basicamente por brancos, o Flor da União seria formado em sua maior parte por negros” (PEREIRA, 2020: 114), em um contexto de pós-abolição no Brasil, Bangu se compunha como uma localidade de moradia de ex-escravizados, “homens de cor livres”, tanto da área urbana, como da área rural, e de imigrantes. Dessa forma, criam-se laços de sociabilidade nos espaços de lazer, em um bairro que não somente estaria atrelado ao trabalho existente no sistema fabril, mas também a vínculos externos, como os sociais e culturais.

O conjunto de documentação de um grupo, por si só, já se apresenta como uma estratégia social de vinculação à sociedade de maneira formal. Como já foi exposto anteriormente, muitas sociedades recreativas da época, eram compostas, em sua maioria, pela população negra. Ao refletirmos sobre um período posterior a abolição da escravidão, é primordial associarmos as práticas formais a tentativas sociais de afirmação na sociedade, assim como a perpetuação de memórias acerca da imagem de si mesmos. De acordo com o banco de dados produzido por Eric Nepomuceno em sua pesquisa de Doutorado (2012-2016), que contém um conjunto de fontes acerca dos pedidos de licença e documentação policial referentes às sociedades recreativas do Rio de Janeiro, preservadas no fundo GIFl do Arquivo Nacional, possuindo 1178 entradas das Sociedades Carnavalescas executadas no Rio de Janeiro entre o ano de 1900 a 1914.²⁵⁴ Ao pesquisar sobre as agremiações associadas de alguma forma ao bairro de Bangu, encontrei ao todo 12 registros. Entre pedidos para sair no carnaval, aprovação de estatutos, e licença anual, há 3 grupos que se categorizam como operários, e dois desses que se relacionam em específico com a fábrica Bangu. (BRASIL, 2016)

Ao analisar o conteúdo do banco de dados e comparar as informações das agremiações que tinham algum tipo de relação com o bairro de Bangu, é notória a estratégia dos grupos que não tem sua sede no bairro, se associarem de alguma forma a Bangu, e até mesmo a fábrica. Enquanto outros que tinham sua sede no bairro, já não denotaram tamanha importância em realçar esse tipo de informação. Outra documentação que também me chamou muito a atenção, foi o livro feito em comemoração aos 100 anos da fábrica. Ao separar uma parte somente para descrever o lazer, podemos perceber como o espaço de diversão era visto, e como as relações associativas ficaram na memória dos moradores. O texto nos possibilita um novo leque de compreensão a respeito da memória produzida entre os moradores do bairro, com relação a dinâmica dos grupos, seus prestígios e rivalidades eternizadas na memória dos moradores que vivenciaram os bailes existentes no bairro. Ao narrar que “a vida social dos clubes banguenses não se limitava as temporadas carnavalescas. Os bailes aconteciam um ano inteiro na ‘Lira’, na ‘União’, no ‘Casino de Bangu” (SILVA, 1989: 111). Diante da narrativa do morador exposta anteriormente, é possível averiguar que mesmo em um bairro composto em sua maioria, por trabalhadores da mesma fábrica e seus familiares, existia uma multiplicidade nas relações em um mesmo espaço. De maneira que, mesmo que essas três agremiações tenham ganhado maior notoriedade no inconsciente banguense, a existência dos demais espaços recreativos no bairro nos mostra o extenso universo de práticas, tensões e disputas em voga nas duas primeiras décadas do século XX.

²⁵⁴ Constando dessa forma: o código; o nome da sociedade, a data do pedido de licença, o endereço da associação, a indicação se aquele documento é um pedido de licença, se existe um estatuto acoplado ao pedido, a notação-GIFl, o tipo de licença, se há registro de algum presidente na associação, se há registros anteriores de pedidos de licença, os nomes dos indivíduos presentes na documentação, a afirmação se o registro é ou não um documento policial, e claro, alguns comentários do pesquisador. Disponível em: Brasil, Eric. Banco de dados de Sociedades Carnavalescas do Rio de Janeiro, 1900-1914-GIFl/AN. 2016. Disponível em: <https://ericbrasiln.github.io/Sociedades-Carnavalescas-RJ/>. DOI: <http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.2.31670.83521/1> Acesso em 04 de nov. 2022.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a dinâmica dos espaços, nesse caso, os de diversão, é possível observar como por meio do associativismo, os moradores afirmavam seu lugar frente a sociedade. A espacialidade se apresenta como uma esfera importante na análise da dinâmica social, uma vez que, o espaço é construído a todo momento de forma física e social pelas pessoas que vivenciam de certa maneira a referida territorialidade. Assim como é possível observar a construção social do bairro a partir das experiências dos moradores, também pode-se notar a construção de diversas identidades em um mesmo ambiente, de modo a existir diversos grupos associativos em um mesmo bairro, carregando a seu modo, suas peculiaridades e objetivos distintos. Analisar o espaço como um eixo importante para a dinâmica social na configuração de um grupo e até mesmo na história de uma localidade, amplia o panorama por exemplo, entre as interações entre o centro e o subúrbio, configurando maior agência política e social a cada indivíduo ali vinculado. Portanto, a partir da observação dos códigos e estruturas existentes nas relações dos moradores de Bangu, é possível observar o desenvolvimento da vida social dos habitantes do bairro, e respectivamente, compreender suas experiências e assuntos importantes para os mesmos.

FONTES:

BRASIL, Eric. Banco de dados de Sociedades Carnavalescas do Rio de Janeiro, 1900-1914-GIFI/AN. 2016. Disponível em: <https://ericbrasiln.github.io/Sociedades-Carnavalescas-RJ/>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.2.31670.83521/1> Acesso em 04 de ago. 2022.

SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. **Bangu 100 anos: a fábrica e o bairro**. Rio de Janeiro:

Sabiá Produções Artísticas, 1989.

Referências bibliográficas:

ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

ASSAF, Roberto. **Bangu: bairro operário, estação do futebol e do samba**. Relume Dumará, 2001.

BARBOSA, Alessandra T.S.P. **A escola de samba “tira o negro do local da informalidade”: agências e associativismos negros a partir da trajetória de Mano Eloy (1930-1940)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.

BRASIL, Eric. **Carnavais atlânticos: cidadania e cultura negra no pós-abolição. Rio de Janeiro e Port-of-Spain, Trinidad (1838-1920)**. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado) – UFF/ ICHF, 2016.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. Editora Companhia das Letras, 2017.

DE MIRANDA PEREIRA, Leonardo Affonso. The Flower of the Union: Leisure, Race, and Social Identity in Bangu, Rio de Janeiro (1904–1933). **Journal of Social History**, v. 46, n. 1, p. 154-169, 2012.

FREITAS, ADRIANA OLIVEIRA DE. **ABALOU BANGU! A fábrica Bangu e a República nascente (1889- 1914)**. 2005. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação (Mestre em História Social das Relações Políticas) - Concentração Sociedade e Movimentos Políticos., UFES, 2005.

MATTOSO, Rafael. **Echos de Resistência Suburbana—Uma análise comparativa das contribuições sócio-espaciais cariocas a partir das experiências dos moradores da freguesia de Inhaúma (1900-1903)**. 2009. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **A cidade que dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881–1933)**. Campinas, SP: Editora Unicamp.

PEREIRA, Leonardo A. Miranda. “O Prazer das Morenas: bailes, ritmos e identidades nos clubes dançantes da Primeira República.” In: **Vida Divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p.275- 277.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.) **Usos & abusos da História Oral**. 5a Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 103-130.

Um barão no oeste mineiro: vida e atuação política de Antônio Elói Cassimiro de Araújo, o barão de Ponte Alta (1848-1879)

Pedro Júnior Coelho da Silva Nunes²⁵⁵

Resumo: O presente trabalho apresenta um recorte da pesquisa de mestrado em andamento, onde investigo a trajetória política, econômica e social de Antônio Elói Cassimiro de Araújo (1816-1903), mais conhecido como barão de Ponte Alta, importante chefe político na região de Uberaba, antigo Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro, estado de Minas Gerais. Para tanto, além dos recursos vinculados à pesquisa biográfica da sua atuação política, buscarei trabalhar com as reflexões relacionadas ao conceito de elites em suas possibilidades para o tema, além das tramas políticas que perpassaram o Brasil do século XIX, visando a compreensão do objeto privilegiado de estudo, uma vez que o barão de Ponte Alta teve presença ativa e marcante na constituição das elites dirigentes locais e nas redes comerciais, inserindo-se no processo de construção do Estado no Brasil imperial ao longo do século XIX.

Résumé: Cet article présente une partie de la recherche de maîtrise en cours, où j'étudie la trajectoire politique, économique et sociale d'Antônio Elói Cassimiro de Araújo (1816-1903), plus connu sous le nom de baron de Ponte Alta, un important leader politique de la région d'Uberaba, ancien Sertão da Farinha Podre, actuel Triângulo Mineiro, État de Minas Gerais. Pour ce faire, en plus des ressources liées à la recherche biographique de sa performance politique, je chercherai à travailler avec les réflexions liées au concept d'élites dans ses possibilités pour le thème, en plus des intrigues politiques qui ont imprégné le Brésil au XIXe siècle, visant la compréhension de l'objet d'étude privilégié, puisque le baron de Ponte Alta a eu une présence active et remarquable dans la constitution des élites dirigeantes locales et dans les réseaux commerciaux, s'insérant dans le processus de construction de l'État dans le Brésil impérial tout au long du XIXe siècle.

Nascido em Desemboque em 16 de maio de 1816, Antônio Elói Cassimiro de Araújo foi um dos mais célebres cidadãos de Uberaba no século XIX. Filiado e chefe do Partido Liberal local, exerceu importantes cargos públicos e administrativos em Uberaba. De acordo com Antônio Borges Sampaio, foi vereador (1848-1857), juiz de paz, substituto do juiz municipal de órfãos e deputado na 12ª legislatura (1858-1859) da Assembleia Legislativa Provincial da província de Minas Gerais. Também foi agraciado com as comendas da Ordem de Cristo (1857) e da Ordem da Rosa (1868), além de ingressar na restrita lista da nobreza brasileira, em 1879, ao ter tido decretado o título de barão de Ponte Alta.²⁵⁶

Possuía diversos imóveis, rurais e urbanos, vasto rebanho de gado e era detentor de escravizados. Era, sobretudo, um homem de posses. Também era comerciante de

²⁵⁵ Licenciado em História pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro, atualmente cursa o mestrado em História pela Unesp, onde desenvolve projeto de pesquisa intitulado "Um barão no oeste mineiro: vida e atuação política de Antônio Elói Cassimiro de Araújo, o barão de Ponte Alta (1816-1903)". E-mail: pedro.c.nunes@unesp.br

²⁵⁶ SAMPAIO, Antônio Borges. **Uberaba: História, Fatos e Homens**. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1971, p. 271-273.

armazéns de sal, conhecido por todo o Sertão da Farinha Podre²⁵⁷, além das províncias de Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo. Também era, desde 1858, tenente-coronel dos municípios de Uberaba e Prata pela Guarda Nacional²⁵⁸.

O barão de Ponte Alta era filho de Ludovina Clara dos Santos²⁵⁹ e do cônego Hermógenes Cassimiro de Araújo Brunswik. Apesar de padre, o cônego teve dez filhos. Quando objeto de uma nota biográfica, escrita por Sampaio, Araújo foi apresentado como “[...] filho natural de D. Ludovina Clara dos Santos [...]”²⁶⁰. O nome do pai, por sua vez, é omitido. Sabe-se, no entanto, que em testamento o cônego deixou a maior parte de sua herança para oito indivíduos. De acordo com o historiador Estêvão de Melo Marcondes Luz,

No testamento e no inventário dos bens do cônego estão as mais plausíveis informações sobre a possível paternidade. Ele instituiu como herdeiros universais todos aqueles oito indivíduos que imaginamos serem os seus filhos. Os sobrenomes são todos iguais – Cas[s]imiro de Araújo – e as idades são seguidas. Dentre eles estão o Barão de Ponte Alta e a esposa de Antônio Borges Sampaio. Esta deve ser a comprovação oficial de que o cônego reconhecia a paternidade dos filhos e que deixava a maior parte de sua herança para eles.²⁶¹

Seu pai, o cônego Hermógenes, foi, além de clérigo, importante chefe político do Partido Conservador. Foi vereador, deputado provincial da província mineira e deputado

²⁵⁷ O termo “Sertão da Farinha podre” possui duas explicações. A primeira e mais difundida refere-se aos primeiros desbravadores da então inexplorada região. Ela confere a alcunha por conta de uma prática dos desbravadores, saídos do Desemboque, de demarcarem o caminho com bolsas de couro contendo farinha nos galhos das árvores. Após muitos meses, ao retornarem, a farinha encontrava-se apodrecida. A Segunda atribuição seria por conta da semelhança dessas terras com uma região assim denominada em Portugal. RISCHITELI, Augusto Bragança Silva Pigrucci. **Imagens e vozes do Sertão da Farinha Podre na produção historiográfica de Antônio Borges Sampaio (1880-1908)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2005, p. 51.

²⁵⁸ A respeito da Guarda Nacional, esta foi uma milícia civil criada em 1831, tendo caráter eletivo. Em 1850, no contexto do Regresso conservador, a milícia é reformada e o sistema eleitoral é abolido, passando o governo central a nomear os guardas nacionais. No entanto, como nos assevera o historiador Flávio Saldanha, a mudança não altera o prestígio e *status* social que os oficiais da milícia detinham por integrá-la. SALDANHA, Flávio Henrique Dias. Família, política, e poder no Sertão da Farinha Podre: o caso do barão de Ponte Alta. In: GOMES, Marcos Antônio Silvestre; DANTAS, Sandra Mara (org.). **Olhares Cruzados: política e dinâmicas sociais no Triângulo Mineiro**. Jundiá: Paco, 2018, p. 63.

²⁵⁹ Sabe-se que dona Ludovina era natural de Paracatu. É possível que seu relacionamento com o cônego Hermógenes tenha contribuído para a eleição deste para as Cortes de Lisboa pela comarca de Paracatu. SALDANHA, Flávio Henrique Dias. Família, política, e poder no Sertão da Farinha Podre: o caso do barão de Ponte Alta. Op.cit., In: GOMES, Marcos Antônio Silvestre; DANTAS, Sandra Mara (org.). **Olhares Cruzados: política e dinâmicas sociais no Triângulo Mineiro**. Jundiá: Paco, 2018, p. 61.

²⁶⁰ SAMPAIO, 1971, op. cit., 267.

²⁶¹ LUZ, Estêvão de Melo Marcondes. **Um legislador nas Gerais: vida e obra do cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik (1783-1861)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008, p. 142.

geral por Minas Gerais. Quando veio para o Sertão da Farinha Podre e instalou-se em Desemboque, o cônego já possuía relações de parentesco com a importante família dos Silva e Oliveira: “O parentesco se dava pelo lado materno do cônego Hermógenes. Sua mãe era irmã do sargento-mor João da Silva e Oliveira, pai do major Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira, autoridade naqueles sertões”.²⁶² Já a mãe do barão sabe-se que era natural de Paracatu.

O barão estabeleceu-se na vila de Catalão, província de Goiás, trabalhando como negociante na vila goiana. Retornando à região do Sertão da Farinha Podre, casou-se, em 1840, com Marcelina Florinda da Silva e Oliveira. Fruto deste casamento, teve dez filhos. Dona Marcelina, era filha do Tenente Joaquim da Silva e Oliveira, importante proprietário rural e concessionário de três sesmarias: Santo Inácio, Ponte Alta e Bebedouro. Ao casar-se com Marcelina, recebeu como dote de casamento parte de uma grande sesmaria, onde estabeleceu casa de morada, além de armazéns para depósitos de sal à beira do Rio Grande.

Marcos Ferreira de Andrade analisando a composição das fortunas das elites de Campanha, cidade do sul de Minas Gerais aponta que é possível identificar um membro como pertencente às elites locais constatando algumas características, quais sejam possuir um plantel com vinte ou mais escravizados, ocupar cargos públicos, o prestígio familiar, além do acesso à escolaridade.²⁶³ Embora Araújo não tenha tido formação superior, é possível identificar todas as demais características ao longo de sua trajetória.

Em trabalho de conclusão de curso²⁶⁴ investigamos o inventário de sua primeira esposa, no qual foi inventariante, e nos deparamos com uma fortuna considerável. O patrimônio era composto principalmente por objetos de metais nobres, propriedades rurais e urbanas, animais e escravizados. Possuía um plantel de 35 cativos, que equivalia a um total de 36:200\$000 (trinta e seis contos e duzentos mil réis), o que representava mais de um terço de sua fortuna (38,72%). Com relação ao plantel de escravizados, notamos que possuíam idades variadas. O mais novo tinha um ano, já o mais idoso tinha setenta. Apenas um cativo foi descrito com profissão (carpinteiro) e possuía o valor mais elevado, sendo de 2:000\$000 (dois contos de réis). Do total, vinte eram homens e quinze, mulheres. Havia dez crianças com até dez anos e um casal de escravizados, o que denota a presença de, pelo menos, uma família escrava dentro do plantel. Quase metade do cabedal do barão estava presente em forma de imóveis (46,42%), boa parte por conta da fração herdada da sesmaria já mencionada, onde ficavam localizadas as fazendas de Bebedouro e Ponte Alta, com valor de 25:479\$210 (vinte e cinco contos e quatrocentos e setenta e nove mil e duzentos e dez réis).²⁶⁵

²⁶² Ibid., p. 23.

²⁶³ ANDRADE, Marcos Ferreira de. Elite escravista em Minas Gerais: a fortuna dos sul-mineiros. In: _____. **Elites Regionais e a Formação do Estado Imperial Brasileiro**: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. p. 69.

²⁶⁴ NUNES, Pedro Júnior Coelho da Silva. **O Império e as elites regionais**: a vida e a trajetória política de Antônio Elói Cassimiro de Araújo, o barão de Ponte Alta (1848-1903). Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2019.

²⁶⁵ Arquivo Público de Uberaba, Inventário *post mortem* de Marcelina Florinda da Silva e Oliveira (1863), caixa 284.

Tabela 1 – Composição da fortuna (em mil-réis) acumulada pelo barão de Ponte Alta, a partir do inventário de sua esposa, dona Marcelina Florinda da Silva e Oliveira (1863)

Ativos	Valor	%
Escravidados	36:200\$000	38,72
Imóveis (rurais e urbanos)	43:399\$210	46,42
Animais	9:380\$000	10,03
Prataria e objetos em cobre	3:342\$600	3,58
Outros	1:172\$700	1,25
Total (monte-mor bruto)	93:494\$510	100,00

Fonte: Arquivo Público de Uberaba, Inventário *post mortem* de Marcelina Florinda da Silva e Oliveira (1863), caixa 284.

Nota-se, desde já, que Araújo estava localizado dentre os notáveis locais²⁶⁶. Portanto cumpria os requisitos exigidos pela Coroa para compor as redes de relações clientelares, que envolviam como uma teia todas as regiões do Império. Neste sentido, é importante destacarmos como as elites locais e regionalizadas tiveram um importante papel para dar sentido à centralidade do governo imperial, alcançando as regiões mais periféricas do país.

Chama-nos a atenção o curto período em que o barão atuou como vereador na Câmara Municipal de Uberaba, sendo de 1848 a 1857. Em estudo recente sobre a Câmara Municipal de Mariana, Kelly Eleutério Machado Oliveira²⁶⁷ pontua que a edilidade era um dos meios de angariar apoio e reconhecimento político em busca de cargos mais pomposos dentro da estrutura política do Império, a saber as assembleias provinciais. Segundo a autora, era prática recorrente entre os vereadores do município a ascensão da carreira política por meio da vereança. Acreditamos que Araújo beneficiou-se da mesma prerrogativa, visto que exerceu um breve período como camarista. Afinal, o cargo de vereador possibilitou ao barão exercer cargos de maior expressão social e política, como o de deputado provincial.

Salta aos olhos a motivação ideológica e partidária do barão de Ponte Alta e o de seu pai, o já citado cônego Hermógenes. Como já dito, o pai era um chefe do Partido Conservador local, já o filho também exercia chefia, mas do Partido Liberal. Acreditamos que estas posições políticas divergentes sejam frutos da conjuntura social e política em que ingressaram na carreira. É possível deduzir que o período em que cada um ingressou na vida política tenha sido fator determinante no processo de tomada de decisão. O cônego

²⁶⁶ De acordo com Martha Victor Vieira a palavra elite não é encontrada durante a primeira metade do século XIX para designar pessoas que se sobressaíam nas regiões do Império do Brasil, mas sim expressões como “[...] pessoas gradas, os principais do lugar, homens ilustres, homens probos, homens notáveis, fidalgos e homens bons do povo”. VIEIRA, Martha Victor. O perfil da elite dirigente goiana na primeira metade do século XIX. *OP SIS*, Catalão, v. 16, n. 2, 2016. p. 448.

²⁶⁷ OLIVEIRA, Kelly Eleutério Machado. *No Laboratório da Nação*: poder camarário e vereança nos anos iniciais da formação do Estado Nacional brasileiro em fins do Primeiro Reinado e nas Regências, Mariana, 1828-1836. Belo Horizonte, 2013. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, p. 90.

adentrou a vida política num contexto independentista, no qual começou a planejar sua carreira pública ainda durante o governo de d. Pedro I. Naquele momento, a principal preocupação era a de um governo mais centralizado, buscando evitar a fragmentação do Estado imperial. Araújo, por sua vez, chegou à juventude em meio ao período regencial²⁶⁸, em que os liberais tomaram a dianteira e promoveram algumas mudanças importantes, no que diz respeito à autonomia provincial. Aprovou-se o Código do Processo Penal, em 1832, o que deu maiores poderes às elites locais. Agora, os juízes de paz passaram a ter funções de judiciário e de polícia, portanto “[...] estavam habilitados a formar culpa, prender e julgar pessoas acusadas de pequenos delitos [...]”.²⁶⁹ No que diz respeito aos juízes de paz, estes “[...] eram eleitos na própria localidade e tinham papel importante no jogo político. Estar em consonância com o juiz de paz significava estar em consonância com o mesmo jogo”.²⁷⁰

Uberaba era um importante entreposto comercial no século XIX. Possuía uma localidade estratégica e privilegiada entre as províncias de Mato Grosso, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro, que transformou a localidade em “boca do sertão”.²⁷¹ A atuação de Araújo no ramo do comércio de sal certamente lhe deu condições de trilhar a carreira política. É importante mencionar que é uma época na qual se vivia “[...] **para** a edilidade e não, apenas, **da** edilidade. Em outras palavras, [os políticos] possuíam capital econômico para fazê-lo [...]”.²⁷²

A quantidade de cargos públicos ocupados pelo barão não era prática isolada, ao contrário. Como forma de ampliar as redes de relações nos lugares mais distantes da capital imperial, a Coroa utilizava, além de tais cargos, de outros mecanismos para angariar o apoio das elites locais e regionais, como comendas, títulos nobiliárquicos e cargos paramilitares. De acordo com Flávio Henrique Dias Saldanha,

[...] o acúmulo de vários cargos por uma mesma pessoa, leva-nos a inferir sobre a falta de elementos humanos qualificados e necessários para os misteres administrativo do Estado imperial em fase de construção. De fato, a relativa ausência de funcionários públicos, fez com os dirigentes imperais recorressem ao diletantismo dos notáveis locais, cujos serviços seriam prestados pela boa vontade destes, mediante uma constante troca de privilégios e favores, cujas ‘principais ‘moedas’ serão fidelidades, honras e mercês’.²⁷³

²⁶⁸ Frequentemente tratado como um período conturbado e em que nada contribuiu para a construção da Nação, o período regencial foi, ao contrário, um momento decisivo para o Império. Marcello Basile sustenta que o período serviu como um laboratório, no qual houve disputas de projetos distintos, dando origem aos dois principais partidos do Império, os partidos Conservador e o Liberal. BASILE, 2017, op. cit., 53-119.

²⁶⁹ FERREIRA, 1999, p. 27 apud LUZ, 2008, p. 90.

²⁷⁰ LUZ, 2008, op. cit., p. 90

²⁷¹ LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861)**. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 328.

²⁷² OLIVEIRA, 2013, op. cit., p. 60, grifo da autora.

²⁷³ SALDANHA, 2018, op. cit., p. 55-56.

Sobre o comércio de sal, convém destacar que a região de Uberaba começou a ganhar projeção econômica, principalmente com a abertura de estradas destinadas ao transporte deste produto. Neste ponto, Luís Augusto Bustamante Lourenço assevera:

Uberaba tornou-se o principal centro distribuidor de sal para uma imensa área de pecuária extensiva que incluía o Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso. Surgiu como consequência disso, num período de trinta e dois anos (1827-1859), uma verdadeira rede tentacular de estradas salineiras.²⁷⁴

As atividades que giravam em torno do comércio de sal levaram ao estabelecimento de comerciantes de grosso trato em Uberaba. Como consequência, a região, ao longo das décadas de 1840 e 1850, passou por um gradativo crescimento populacional que resultou no surgimento de uma classe de comerciantes de médio e grande porte. Para Lourenço:

A presença desta elite gerava novas demandas e novos serviços na economia da vila, que funcionavam como fatores de atração para uma população sedentária. Por exemplo, surgiam escolas, teatros, e a política institucional, com casa de câmara e cadeia. E é justamente nesse momento que se percebe o surgimento de uma outra elite, agora com ares de urbanidade, formada pelos professores, amanuenses, juízes, padres, que começariam a publicar jornais e a fazer saraus. Pode-se dizer que nessa fase já existia o *urbano*.²⁷⁵

É a partir dos anos 1840 que Uberaba passa a respirar o urbano, muito por conta da classe mercantil responsável pelo comércio da região central do Império. Certamente as elites locais perceberam a localização privilegiada de Uberaba, construindo, assim, um importante complexo viário, que estimulou o comércio interprovincial.

De acordo com a historiadora Sandra Mara Dantas, Uberaba foi a principal cidade da região do antigo Sertão da Farinha Podre, “[...] sendo referência político-cultural na zona triangulina.”²⁷⁶ O apogeu modernista acontece no fim do século XIX, quando em 1889, a ferrovia foi instalada no Triângulo Mineiro pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. No entanto, os louros advindos da ferrovia não duram muito. No afã da modernidade, o progresso não parou. As estradas de ferro chegaram a outras cidades da região: em 1895 em Uberabinha²⁷⁷ e em 1896 em Araguari, fazendo que parte do fluxo

²⁷⁴ LOURENÇO, 2002, op. cit., p. 329.

²⁷⁵ Ibid., p. 337.

²⁷⁶ DANTAS, Sandra Mara. Três cidades, um projeto: a modernidade no Triângulo Mineiro. In: **Revista Territórios & Fronteiras**. Cuiabá, vol. 10, n. 2, ago.-dez., 2017, p. 215.

²⁷⁷ Antiga alcunha da cidade de Uberlândia.

fosse desviado para esta última, devido a proximidade com as províncias de Goiás e Mato Grosso.²⁷⁸

No que diz respeito ao urbano não podemos perder de vista sua articulação com o meio rural. Esta consideração é deveras importante tendo em vista que, de acordo com Alexandre Mendes Cunha, a diversificação das atividades econômicas desenvolvidas em Minas Gerais colocou em questão as transformações articuladas entre o urbano e o rural. Deste modo, o meio urbano seria responsável pela irradiação ou, quando muito, por dar espaço à especialização das atividades econômicas a partir das áreas citadinas centrais criadas ao longo do século XVIII. Desta feita, o rural não seria, tão somente, o desenvolvimento do campo com relativa autonomia, mas o rearranjo de uma integração com os núcleos urbanos intermediários que, no começo dos oitocentos, estenderam-se para as regiões mais prósperas da economia de base agropecuária.²⁷⁹

Pelo exposto, podemos deduzir que a região de Uberaba tenha sido resultante deste rearranjo entre meio rural e urbano em curso em Minas Gerais no início do século XIX. A despeito destes fatores, Lourenço assevera que dada a posição geográfica de Uberaba, esta

[...] consolidou-se como *boca do sertão*, com características muito especiais: era intermediária entre duas cidades primazes – Rio de Janeiro e São Paulo –, e três regiões – Triângulo, Goiás e Mato Grosso. Daí seu excepcional crescimento, a ponto de se transformar numa das principais cidades do interior do Império do Brasil.²⁸⁰

Neste sentido, podemos deduzir que o comércio de sal, a criação de gado e a localização geográfica de Uberaba como “*boca do sertão*”, foram fatores determinantes para a atuação de comerciantes de médio e grande porte, entre eles, o barão de Ponte Alta. Neste aspecto em particular, Maria Odila Leite da Silva Dias, ao tematizar sobre a interiorização da metrópole portuguesa no Brasil, já havia alertado sobre a necessidade de se aprofundar a análise das relações comerciais locais e suas relações íntimas “entre interesses rurais, comerciais e administrativos” para melhor “compreensão do processo moderado de nossa emancipação política”.²⁸¹ Deste modo, consideramos altamente relevante a proposta de Dias de estudo da inserção das elites locais na arquitetura política da nação brasileira por meio da formação de redes internas de comércio.²⁸²

²⁷⁸ DANTAS, op. cit., p. 219.

²⁷⁹ CUNHA, Alexandre Mendes. Espaço, Paisagem e População: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das vilas do ouro em Minas Gerais no século XIX. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH, v. 27, n.º 53, jan./jun., 2007, p. 127.

²⁸⁰ LOURENÇO, op. cit., p. 339-40.

²⁸¹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2009. p. 23.

²⁸² Exemplo do que foi dito, podemos citar os trabalhos de Alcir Lenharo e Júnia Ferreira Furtado. Cf. LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993. FURTADO, Júnia Ferreira.

De fato, é interessante destacar que o desenvolvimento das atividades econômicas ligadas ao comércio de sal por Antônio Elói Cassimiro de Araújo teria permitido a entrada deste na vida política, entre outros cargos institucionais. Isto porque, foi ainda juiz de paz e substituto do juiz municipal de órfãos em Uberaba. Em 1857, foi eleito deputado para a Assembleia Legislativa Provincial. Em termos de mercês honoríficas, foi condecorado com a comenda da Ordem de Cristo, em 1857, e, em 1868, foi nomeado oficial da Ordem da Rosa. Em 1879, foi agraciado com o título de barão de Ponte Alta. Segundo nos assevera Sampaio, “jamais outro cidadão obteve posição social elevada em Uberaba e Triângulo Mineiro, como o barão de Ponte Alta”.²⁸³

Ademais, de acordo com Lília Moritz Schwarcz, a concessão de títulos de nobreza, distribuídos em grande abundância no Segundo Reinado, com destaque para o de barão – sem grandeza, convertia-se em importante instrumento de manipulação e compensação política, principalmente nos períodos de crise. Para Schwarcz, a concessão de títulos de nobreza tinha, em si, uma dupla finalidade: compensar descontentamentos e arrecadar fundos para o Estado.²⁸⁴

O clientelismo está intimamente ligado a sociedades com estratificação social aguçada e à prática recorrente na negociação de sua obediência em troca de favores. As redes clientelares no século XIX davam-se, principalmente, em torno das eleições e, por isso mesmo, entender os vínculos regionais, de acordo com o historiador Richard Graham, era essencial para interpretar o sistema político brasileiro.²⁸⁵

Para entender as redes clientelares no Império é preciso entender a constituição e o papel da família nessa sociedade. De acordo com Graham, a constituição familiar não se resumia a pai, mãe e filhos. Incluía, além disso, relacionamentos por casamento, consanguíneos e de compadrio, por vezes as famílias também consideravam “[...] todos os que viviam na ou da propriedade. Deste modo, um chefe de família expandia o círculo daqueles que, como dependentes, reconheciam sua autoridade”.²⁸⁶ Nesse sentido, as famílias incluía os escravizados e os agregados. Os agregados eram aqueles homens e mulheres pobres e livres que, muitas vezes, não possuíam moradia “[...] e, mais importante, um lugar social. [...] O agregado era um trabalhador agrícola pobre, livre, mas provavelmente preto ou mulato, a quem o dono da terra concedia o direito de cultivar colheitas de subsistência, em algum pedaço da grande propriedade”.²⁸⁷ Os proprietários rurais recebiam em troca lealdade nas eleições e apoio em eventuais lutas com proprietários vizinhos. No Brasil do século XIX, a força e a importância de um homem eram medidas pelo tamanho de sua influência sobre outros homens, ou seja, pelo tamanho de sua clientela. Ser um proprietário rural e possuir escravizados contribuía na constituição de sua clientela.

Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas Minas setecentistas. São Paulo: HUCITEC, 1999.

²⁸³ SAMPAIO, op. cit., p. 273.

²⁸⁴ SCHWARCZ, 1998, op. cit., p. 175.

²⁸⁵ GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 27-28.

²⁸⁶ Ibid., *ibid.*

²⁸⁷ Ibid., p. 38.

A sociedade imperial, de acordo com Ilmar Rohloff de Mattos, era dividida em três mundos. O mundo do governo, o mundo do trabalho e o mundo da desordem. Apesar dos mundos não se misturarem, podemos perceber que eles estavam intimamente ligados, o que denota a necessidade da estratificação social por meio de suas posses e pela obediência. Ou seja, cada um devia sentir-se diferente de outrem, pois “todos tinham um lugar dentro de uma hierarquia e encontravam-se ou acima ou abaixo dos demais”.²⁸⁸

Adentrar em uma clientela também servia para fugir do recrutamento militar. O Exército, durante boa parte do oitocentos, era visto como uma instituição sem prestígio e o eventual recrutamento era visto como um castigo para os pobres livres. Até mesmo as elites utilizavam deste artifício para angariar obediência de seus clientes, ameaçando-os com o recrutamento forçado. Então, pertencer a uma rede clientelar, garantia, além de moradia, comida e roupas, a fuga do recrutamento.²⁸⁹

O clientelismo conectava, de certa maneira, todo o Império; do imperador até as regiões mais afastadas do Estado imperial, mesmo com todas as peculiaridades e contradições. Para chegar aos representantes da Câmara Geral e ao Senado havia o Conselho de Estado. Os presidentes de província, nomeados pelo governo central, conectavam-se às elites regionais e suas clientelas. O Brasil imperial era coberto por uma ampla rede clientelar, fruto das trocas de favores de diversos agentes. Nesse sentido, mercês, comendas e títulos nobiliárquicos foram a tônica das relações entre a Corte e às elites regionais.

Verifica-se que o barão de Ponte Alta gozava de grande influência. De acordo com Antônio Borges Sampaio, sua fazenda, Correguinho,

[...] era ponto obrigatório para todos quantos procuravam, ou dele regressavam. Ali receberam **pousada** muitos presidentes de província, comandantes de armas, senadores, deputados, chefes de polícia, engenheiros, tropeiros, carreiros, caminhantes, acolhendo a todos com franca hospitalidade, como em grande hotel – gratuitamente.²⁹⁰

O trecho acima nos leva a acreditar que o barão gozava de grande prestígio em toda a região do Sertão da Farinha Podre, além das províncias com qual fazia fronteira – Goiás, São Paulo e Mato Grosso –, além de, certamente, ser conhecido nas capitais mineira e imperial. Suas relações clientelares ultrapassavam os limites regionais.

Sendo filho do cônego Hermógenes Cassimiro de Araújo Brunswik, o barão contou com privilégios em busca de sua ascensão e afirmação social. Hermógenes passou por todas as instâncias da burocracia imperial, sendo vigário geral, vereador, deputado provincial e deputado geral pela Província de Minas Gerais. Certamente a influência política do pai no Sertão da Farinha Podre e a relação com a família dos Silva e Oliveira, por meio do casamento com dona Marcelina, contribuíram para o barão de Ponte Alta adentrar numa rede de relações de clientela de muito prestígio. Apesar de notarmos uma

²⁸⁸ GRAHAM, 1997, op. cit., p. 49-50.

²⁸⁹ Ibid., p. 46-47.

²⁹⁰ SAMPAIO, 1971, op. cit., p. 268, grifo do autor.

eminente carreira política e ser considerado um exímio negociador, claro está que Antônio Araújo foi amparado por uma estrutura familiar consolidada entre as elites locais, sendo beneficiado pelo teor hereditário, constantemente, verificado entre as elites. O barão de Ponte Alta foi um homem de seu tempo, construiu grande fortuna e soube manejar os privilégios que estavam à sua disposição para percorrer uma trajetória de prestígio e de *status* social, constituindo-se como um membro das elites dirigentes do Sertão da Farinha Podre.

Fontes

Arquivo Público de Uberaba – Inventário *post mortem* de Marcelina Florinda da Silva e Oliveira (1863).

SUPERINTENDÊNCIA DO ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA (Uberaba). **Anais dos Livros de Atas - Câmara Municipal de Uberaba: Século XIX: 1857 a 1900 - Volume I.** Uberaba: APU, 2017.

Bibliografia

ANDRADE, Marcos Ferreira de. Elite escravista em Minas Gerais: a fortuna dos sul-mineiros. In: ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites Regionais e a Formação do Estado Imperial Brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p. 65-114.

CUNHA, Alexandre Mendes. Espaço, Paisagem e População: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das vilas do ouro em Minas Gerais no século XIX. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, ANPUH, v. 27, n.º 53, jan./jun., p. 123-158, 2007.

DANTAS, Sandra Mara. Três cidades, um projeto: a modernidade no Triângulo Mineiro. In: **Revista Territórios & Fronteiras.** Cuiabá, vol. 10, n. 2, ago.-dez., p. 212-232, 2017.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole. In: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos.** 2. ed. São Paulo: Alameda, 2009, p. 7-37.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993. FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas Minas setecentistas.** São Paulo: HUCITEC, 1999.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861)**. Uberlândia: EDUFU, 2005.

LUZ, Estevão de Melo Marcondes. **Um legislador nas Gerais: vida e obra do cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik (1783-1861)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Luzias e saquaremas; liberdades e hierarquias. *In: MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema: a formação do Estado imperial**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2017, p. 115-204.*

OLIVEIRA, Kelly Eleutério Machado. Viver do seu negócio e governar o bem comum: o perfil socioeconômico dos vereadores da Câmara municipal de Mariana nos primeiros anos de Regência. *In: OLIVEIRA, Kelly Eleutério Machado. **No Laboratório da Nação: poder camarário e vereança nos anos iniciais da formação do Estado Nacional Brasileiro em fins do primeiro Reinado e nas Regências, Mariana, 1828-1836**. Dissertação (Mestrado em História). Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, 2013, p. 60-97.*

RISCHITELI, Augusto Bragança Silva Pigrucci. **Imagens e vozes do Sertão da Farinha Podre na produção historiográfica de Antônio Borges Sampaio (1880-1908)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2005.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. Família, política, e poder no Sertão da Farinha Podre: o caso do barão de Ponte Alta. *In: GOMES, Marcos Antônio Silvestre; DANTAS, Sandra Mara (Org.). **Olhares Cruzados: política e dinâmicas sociais no Triângulo Mineiro**. Jundiá: Paco, 2018, p. 55-72.*

SAMPAIO, Antônio Borges Sampaio. **Uberaba: história, fatos e homens**. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1971.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Como ser um nobre no Brasil. *In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 159-205.*

VIEIRA, Martha Victor. O perfil da elite dirigente goiana na primeira metade do século XIX. **OP SIS**, Catalão, v. 16, n. 2, p. 445-460, 2016.

Simpósio Temático - Imprensa periódica: seus usos historiográficos como fonte ou objeto de pesquisa (1850-1950)

A IMPRENSA PERIÓDICA EM PROL DA NAVEGAÇÃO E SINALIZAÇÃO DO LITORAL PARAENSE EM MEADOS DO SÉCULO XIX (1850-1875)

Matheus Gomes de Lima²⁹¹

Resumo: O seguinte artigo tem como objetivo analisar a postura da imprensa em relação a iluminação na costa Norte-Atlântica paraense e como esta sinalização influenciou diretamente em setores importantes para o império. Nesta perspectiva analisamos os periódicos da época e cruzamos aos dados obtidos em outras documentações como alguns relatórios ministeriais e um mapa da província do Grão-Pará de 1850, assim, possibilitando o cruzamento dos dados obtidos. A iluminação no litoral atlântico exerceu grande atuação no combate ao tráfico negreiro e proporcionou mais segurança para as embarcações que trafegavam aquele percurso, desta maneira, a pesquisa buscará compreender como a imprensa exerceu um papel em função da segurança e do comércio na região Norte-Atlântica.

Palavras-chave: Imprensa, sinalização, segurança, comércio.

Abstract: The following article aims to analyze the position of the press in relation to lighting on the North-Atlantic coast of Pará and how this signaling directly influenced important sectors for the empire. In this perspective, we analyzed the periodicals of the time and crossed the data obtained in other documents such as some ministerial reports and a map of the province of Grão-Pará from 1850, that allowed the crossing of the data obtained. The lighting at the Atlantic coast played a major role in combating the slave trade and provided more security for the vessels that traveled that route, in this way, the research will seek to understand how the press played a role in terms of security and commerce in the North-Atlantic region.

Keywords: Press, signage, safety, commerce.

Introdução

O seguinte artigo aborda a questão da iluminação na costa norte-atlântica a partir da instalação do antigo farol de Salinas que estava situado na Ponta do Atalaia, o campo de pesquisa relacionado a farologia²⁹² é uma imensa área que deve ser mais explorada por nós historiadores. Como fonte primária utilizaremos periódicos da segunda metade do século XIX, o Treze de Maio (1845 – 1861) e o Jornal do Pará (1867 – 1878) foram essenciais para a construção da presente narrativa, pois esses jornais além de possuírem caráter noticioso também eram órgãos oficiais da província paraense.

²⁹¹ Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Pará, atualmente ocupa a vaga de Mestrando na Universidade Federal do Pará, cursando o 2º Semestre do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – PPHIST.

²⁹² Farologia é a arte ou ciência que se ocupa dos faróis e dos sinais luminosos.

Além dos periódicos alguns relatórios do Ministério da Marinha também foram pertinentes para a pesquisa, pois os cruzamentos dos dados obtidos proporcionaram um melhor discernimento cognitivo perante a sinalização e navegação no litoral paraense. A iluminação implementada em Salinas apesar de muitas limitações auxiliou diretamente a segurança navegantes e proporcionou certa estabilidade comercial em uma das principais rotas marítimas do império, as notícias referentes ao antigo farol propagou-se pelas províncias marítimas ao longo da costa imperial chegando a cruzar o atlântico em publicação de um importante periódico português.

É importante destacar o procedimento em como iremos trabalhar com a imprensa no desenvolvimento deste artigo, o intuito não é discutir o jogo político presente em periódicos de oposição entre si na segunda metade do dezenove, todavia, utilizar os dados presentes nos “expedientes do governo” que estavam presentes nos órgãos oficiais para a construção de uma narrativa com detalhes do cotidiano em torno do farol em prol da navegação. Nos primeiros anos do império a imprensa “era uma necessidade de uma minoria, satisfazendo grupos específicos de poder da sociedade” (MOURA, 2022 :35), o que foi adquirindo novos contornos no decorrer dos anos oitocentistas.

Ainda na perspectiva de Moura, ao lançarmos nosso olhar crítico sob um periódico de meados do século XIX, podemos sentir a vivacidade daquela notícia, pois, estas informações não estão “mortas”, passando por diversas áreas como economia, política e atividades comuns do dia a dia (MOURA, 2022), é com esta postura que buscamos abordar estes documentos. A partir disto, é necessário um olhar crítico diante das fontes levantadas na pesquisa, pois esses vestígios possuem propósito, sendo estes monumentos feitos para perpetuar memórias, os quais necessitam da criticidade do historiador para então, convertê-los em documentos (LE FOFF, 1990).

O Antigo farol de Salinas foi inaugurado em 1852 e foi o primeiro farol construído em solo paraense. Neste período o jornal órgão oficial do governo era o Treze de Maio que foi criado em 13 de maio de 1840, tendo este nome em homenagem as “tropas da legalidade” que atuaram diretamente contra o movimento cabano em Belém. O jornal inicialmente era bimensal com publicações nas quartas-feiras e sábados, apenas em outubro de 1855 passa a ser diário (BRÍGIDA, SEIXAS & SILVA, 2013).

A partir de 04 de novembro de 1862, o Jornal do Pará assumiu como órgão oficial, substituindo o Treze de Maio, indo até 10 de novembro de 1878. Era produzido diariamente com exceção nas segundas-feiras e dias relacionados aos santos. Além do caráter político publicava sobre diferentes assuntos na tentativa de agradar o maior número possível de público (MENDES, 2013). Tanto o Treze de Maio quanto o Jornal do Pará são essenciais para o desdobramento da pesquisa, pois o primeiro abordou os primeiros anos após a inauguração do antigo farol de Salinas e o segundo assegurou as informações a partir de 1862.

Além de ser o farol paraense mais antigo, o mesmo foi uma peça chave tanto para a segurança dos navegantes quanto para a solidez de um comércio lucrativo para os cofres imperiais. É importante ressaltar que o jogo de sinalização marítima não se restringe apenas aos faróis, ele constitui-se em um conjunto de fatores que agem simultaneamente em prol da navegação, como por exemplo: bóias de sinalização, faroletes, barca-farol, mastro de sinalização e etc. entretanto, iremos focar apenas na figura do farol neste artigo e como a operação deste fomentou o comércio e a segurança daquela região.

O Antigo Farol de Salinas na Ponta do Atalaia

O farol e o homem do mar, possuem uma ligação que perdura há milênios, exemplo disto é o “imponente” Farol de Alexandria, no Mediterrâneo Antigo, construído no Reino Ptolomaico entre 280 e 247 a.C., onde o termo farol fora cunhado “justamente pela escolha da ilha de *Pharos* como local para a construção de tal estrutura no delta do Nilo, naquele que ficaria conhecido como Farol de Alexandria” (FARIAS, VELLOSO NETO, 2018: 58). Essa conexão milenar fez com que a vida do sujeito das águas criasse um vínculo único, pois a estrutura tornou-se, além de uma importante ferramenta para a navegação, uma figura com um enorme valor simbólico, representando além de segurança, esperança para aqueles que das águas sobrevivem.

Gustavo Baez analisou a importância social dos faróis do litoral do Nordeste brasileiro. Utilizando-se da Costa Atlântica do Nordeste, o autor analisou a estratégia da Coroa Portuguesa na colonização, dividindo-a em três fatores: conhecer, defender e povoar território, onde a construção dos faróis acabava sendo uma consequência de aprimoramento de todas essas estratégias (BAEZ, 2010). Já no período imperial outro fator foi adicionado: o comércio marítimo.

A província do Grão-Pará foi um ponto de grande relevância para o comércio marítimo imperial na segunda metade do século XIX, outrossim, a imprensa foi uma importante ferramenta para as autoridades provinciais exercerem a manutenção da iluminação ao longo da costa Norte-Atlântica e manterem os navegantes informados quando se encontravam nos portos. Uma costa iluminada era sinônimo de um comércio mais lucrativo assim como uma área mais segura para as embarcações. Em 1852 o antigo farol de Salinas foi inaugurado frente ao Atlântico na Ponta do Atalaia, a obra ficou conhecida como o primeiro farol em solo paraense e continha o aparelho luminoso mais eficiente da época.

O processo de criação do farol de Salinas já vinha sendo discutido pelo governo imperial e o Ministério da Marinha desde a década de 1830, como podemos constatar no relatório de 1833, onde a presidência da província do Pará solicitava a obra da construção de um farol na Ponta do Atalaia (Salinas), cuja despesa ficou em torno de 4:000\$000²⁹³. No entanto, a conclusão da obra ocorreu somente nos anos 1850. De acordo com o jornal Treze de Maio o encarregado de ir até o local averiguar as condições do terreno para a construção do farol foi o Capitão Tenente Joaquim José d’Almeida Camara sob ordens do Arsenal de Marinha do Grão-Pará, o mesmo realizou o trajeto até seu destino a bordo do navio armado Escuna Guayba²⁹⁴.

Até 1860 toda obra relacionada a iluminação no império ficava sob responsabilidade dos Arsenais de Marinha, a partir do respectivo ano a função de monitorar as iluminações marítimas e fluviais passam a ser responsabilidade das Capitânicas do Porto (DANTAS, 2000). A obra teve grande impacto para as províncias vizinhas, o periódico Publicador Maranhense em sua coluna intitulada “Pará” anunciava que a obra do farol estava praticamente pronta em

²⁹³ BRASIL. Ministério da Marinha. *Relatório da Repartição dos Negócios da Marinha apresentado a Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1834; pelo respectivo ministro e secretário de Estado Joaquim José Rodrigues Torres*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1834, p. 23. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/142#?c=0&m=11&s=0&cv=23&r=0&xywh=454%2C1585%2C2991%2C2110>. Acesso em: 25 ago.2021.

²⁹⁴ Treze de Maio, Belém, Nº 842. p.2. 9 de agosto de 1848. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/> Acesso em: 22/04/2022.

1851 e parabenizava o Capitão de Engenheiros encarregado do importante serviço Sr. Dr. Salles²⁹⁵.

O antigo farol de Salinas foi inaugurado no dia 8 de março de 1852, contava com um aparelho dióptrico de 3ª ordem, rotativo, sistema Fresnel & Arago, com uma luz branca fixa de intensidade equivalente a 380 bicos de Carcel²⁹⁶, sua torre era constituída de alvenaria com uma forma troncônica com 12,20m de altura (DANTAS, 2000). Além da província maranhense outras províncias marítimas publicaram em periódicos a respeito da inauguração do antigo farol de Salinas, a seguir temos um quadro com estas províncias em jornais disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional:

Quadro 1: Jornais publicam a respeito da inauguração do antigo farol de Salinas

Províncias	Jornal	Ano
Maranhão	O Observador - Nº 147	1850
Ceará	Pedro II - Nº 1098	1852
Pernambuco	O Diário Novo - Nº 10	1852
Sergipe	O Correio Sergipense - Nº 16	1852
Bahia	O Commercial - Nº 11	1852
Rio de Janeiro	Jornal do Commercio - Nº 18	1852

Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional

Analisando o quadro acima notamos que a província maranhense é a única com o ano anterior a inauguração do farol, pois a mesma vinha realizando um trabalho de informação aos navegantes detalhando o percurso da obra há tempos. A mão de obra em torno do farol se constituía em faroleiros (1ª, 2ª e 3ª ordem), guardas-farol e administrador do farol, os práticos da barra também habitavam o mesmo local de trabalho chegando a habitar a mesma residência por um determinado período, entretanto estes sujeitos eram encarregados apenas em conduzir embarcações na perigosa barra paraense.

Além de uma residência próxima ao farol existia um mastro de sinalização para auxiliar a sinalização para as embarcações que passavam pelo local, o mastro existia em Salinas antes mesmo da construção do farol e foi realocado de posição após a inauguração do farol e a notícia foi repassada aos navegantes de diversas regiões. Em 1855, foi noticiado no aviso do Ministério das Obras Públicas presente na publicação realizada pelo jornal Imprensa e Lei de Portugal, com as seguintes palavras:

No officio do vice consul de Portugal no Pará, datado de 27 de Novembro ultimo, consta ter sido transferido do lugar denominado – Salinas – para junto da torre do Farol, que existe na ponta d’Atalaya, o mastro, onde deverão ser feitos, d’ora avante, os signaes para os navios,

²⁹⁵ Publicador Maranhense, São Luís, Nº 1179. P.2. 31 de outubro de 1851. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/> Acesso em: 05/11/2022.

²⁹⁶ Equivalente nos dias atuais a 3800 candelas.

que pertenderem pratico da barra. E mais se faz constar, que n'esta repartição se poderão ver as cores das bandeiras que ali se faz uso, e a expressão, que indica o emprego de cada uma d'ellas. Repartição do commercio, em 30 de Janeiro de 1855 – A. J. Coelho Louzada, chefe da repartição²⁹⁷.

O fato da notícia a respeito da sinalização de Salinas chegar do outro lado do Atlântico representa bem o quão importante era para o comércio marítimo da época, tanto internamente quanto externamente. O local onde o antigo farol e a casa dos trabalhadores encontravam-se era hostil perante as forças da natureza, de acordo com o Treze de Maio Em 1854 a residência dos empregados do farol de salinas encontrava-se defasada, pois um paredão estava com uma enorme fratura e para evitar o desmoronamento o administrador do farol enviou um ofício detalhando o orçamento para o inspetor do Arsenal de Marinha²⁹⁸.

Isto reforça a ideia de que as autoridades tinham um certo descaso com aqueles trabalhadores que realizavam a manutenção operante do antigo farol de Salinas, dado que a iluminação realizada na região de Salinas foi imprescindível para o comércio marítimo, pois era a única iluminação com um alcance de mais de 15 milhas presente na costa até a inauguração de uma barca-farol²⁹⁹ da região dos baixos de Bragança em 1866, onde esta por sua vez auxiliou diretamente o antigo farol a exercer o ofício de iluminação da costa norte-atlântica. Na imagem a seguir é possível visualizarmos o antigo farol de Salinas e a residência dos trabalhadores:

Figura 1: O Antigo Farol de Salinas & a casa dos faroleiros



Fonte: *SAUDADES DA MINHA ALDEIA*: Tributo a Salinas de ontem. RODRIGUES. Fernando Mariano. 2003

²⁹⁷ Imprensa e Lei, Lisboa, Nº439. p.3. 4 de fevereiro de 1855. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/> Acesso em: 13.Set.2022.

²⁹⁸ Treze de Maio, Belém, Nº 406. p.2. 7 de novembro de 1854. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/> Acesso em: 22.Abr.2022

²⁹⁹ Barca-farol ou farol flutuante é uma embarcação que funciona como um farol em locais onde a construção de um edifício não é possível.

Além de servir como residência para os indivíduos a casa também funcionava como uma espécie de depósito de cargas de embarcações. Os práticos chegaram a compartilhar a mesma residência dos faroleiros e dos guardas-farol até o ano de 1861, após uma tentativa de aperfeiçoar o serviço de praticagem o Capitão do Porto mudou a estadia dos mesmos para uma embarcação fundeada em frente ao antigo farol de Salinas.

A embarcação estava municiada de um iate e durante o dia teria içada no mastro traquete uma bandeira e esquartelada de branco e encarnado, e de noite um lampião com luz vermelha a informação foi publicada pelo Treze de Maio em seu expediente de governo³⁰⁰. Assim como a iluminação o trabalho do pratico será bastante destacado na segunda metade do XIX, pois essa mão de obra estava atrelada a política de iluminação em prol da navegação.

Para navegar na localidade de Salinas era necessário sempre muita cautela, pois “sem um práctico experiente, muitas embarcações se perdem tentando chegar ao Pará” (MATHEWS, 2020: 80) e sem uma boa iluminação o trabalho do pratico acabava sendo afetado. A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará possui um projeto importantíssimo de reconstrução funcional do antigo edifício, desde sua planta até o modo em que o edifício operava em meados do século XIX, o projeto intitulado “Hipótese Virtual” encontra-se disponível online no site da FAU³⁰¹ e serviu como base para entendermos como funcionava o eixo mecânico do farol.

Algumas características importantes do antigo farol são: O mesmo possuía um aparelho dióptrico de 3ª ordem do sistema de Fresnel com luz, que era visível em uma distância notável de aproximadamente 17 milhas e correspondente a 380 bicos de Carcel³⁰². Foi em 1822 que o sistema dióptrico foi elaborado pelo físico francês Augustin Jean Fresnel, assim, inovando um sistema tecnológico nas primeiras décadas do século XIX, a tecnologia era composta através da utilização de lentes que ficam posicionadas ao redor da fonte luminosa.

Essas lentes são classificadas de acordo com seu diâmetro, indo da maior para a menor: hiper-radiante, meso-radiante e de 1ª a 6ª ordem. De acordo com os dados coletados nas fontes dos Relatórios da Marinha, a lente do antigo farol de Salinas era classificada como de 3ª ordem, a seguir detalharei em um pequeno quadro as classificações das lentes de acordo com seus diâmetros:

Quadro 2: Classes de lentes dióptricas de acordo com seus diâmetros

Classe	hiper	meso	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª
Diâmetro	2,66m	2,24m	1,84m	1,40m	1,00m	0,50m	0,375m	0,300m

O mecanismo de rotação desses aparelhos lembrava fielmente a um relógio cuco, no centro da torre era possível encontrar um fio que se estendia do aparelho até próximo a base da

³⁰⁰ Treze de Maio, Belém, Nº 80, p.6. 9 de novembro de 1861. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/> Acesso em: 22.Abr.2022.

³⁰¹ Laboratório Virtual – FAU ITEC UFPA (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará). Disponível em: <https://fauufpa.org>. Acesso em: 16.mai.2022.

³⁰² BRASIL. Ministério da Marinha. *Relatorio apresentado à Assembléa Geral Legislativa na quarta sessão da oitava Legislatura pelo ministro e secretário d’Estado dos negócios da Marinha Manoel Vieira da Costa*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1852, p.21. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/142?terms=pharol%20de%20salinas&item_id=2361#?h=pharol%20de%20salinas&c=4&m=46&s=0&cv=20&r=0&xywh=-108%2C-395%2C2314%2C1632. Acesso em: 16.mai.2022.

torre e era dever o faroleiro rebobinar esse fio para reiniciar todo o processo. Enquanto ao combustível que era utilizado no farol, após o óleo de baleia ser substituído pelo óleo vegetal em diversos lugares do mundo, óleos como o azeite de oliva, óleo de colza, óleo de amendoim e até óleo mineral como querosene passaram a ganhar destaques no cenário de combustíveis do século XIX. Em meio ao garimpo das fontes foi possível encontrar dois tipos de óleo que era utilizado no farol de Salinas, são eles: óleo de colza e o azeite de oliva, eram transportados por *cutters*³⁰³ militares ou embarcações de propriedades privadas contratadas pelo Arsenal de Marinha da capital do Grão-Pará.

Nos ofícios do Expediente do Governo do dia 13 de setembro de 1875 publicado pelo Jornal do Pará na edição de Nº214 datado em 21 de setembro daquele ano, tornou público em um dos ofícios remetido ao Capitão do Porto como resposta imposta pelo mesmo do ofício Nº704. Foi autorizada a contratação de um barco particular no valor de 16\$000 para transportar o azeite que tinha como destino o farol de Salinas, esse contrato foi concedido pelo fato das avarias ocorridas o *cutter* da Capitania que estava encarregado de transportar a mercadoria³⁰⁴. Com base nisto, é possível termos uma noção de como funcionava a dinâmica de abastecimento aos sujeitos do farol, o mesmo se aplicava a alimentação, remédios e afins.

Apesar dos guardas do farol e dos faroleiros não pertencerem ao contingente militar da Armada, existia um certo poder hierárquico entre os mesmos, essa questão fica clara em como eram distinguidos os sujeitos entre si. Os faroleiros eram divididos da seguinte maneira: faroleiro de maior grau hierárquico era denominado como de 1ª classe, em seguida vem o faroleiro de 2ª classe e por fim o faroleiro de 3ª classe. Os guardas do farol seguiam parâmetros semelhantes, os quais são: o guarda do farol, o guarda ajudante e o guarda substituto. Ademais, qual o papel da sinalização realizada pelo antigo farol de Salinas frente o litoral atlântico? Focaremos em responder essa questão abordando os principais setores que a iluminação afetou positivamente.

A iluminação do Atalaia alumando a segurança e o comércio no Grão-Pará

A partir de 1850 o Império adota algumas medidas visando perfeição seu sistema de segurança, assim, na tentativa de promover um bem-estar em seu território e para continuar sustentando relação amigável com a Inglaterra. A região litorânea e o Rio Amazonas receberam bastante atenção do governo imperial, pois foram inauguradas obras cujo intuito seria exercer a manutenção da proteção da área litorânea e de rios e seus afluentes, como a inauguração do Farol de Salinas (1852) e a reconstrução da Fortaleza de Óbidos (1853), localizada no estreito do Rio Amazonas.

A ano de 1850 foi decisivo para que as autoridades tentassem de vez exterminar as investidas dos traficantes que comercializavam na costa atlântica. A Lei Nº 581, de 4 de Setembro de 1850 ficou conhecida como “Lei Eusébio de Queiros”³⁰⁵, entrou em vigor com este objetivo de reforçar a repressão contra o comércio ilegal de africanos em território do

³⁰³ Cutter ou cúter, também chamado de “chalupa” em alguns casos é um tipo de embarcação a vela de pequeno porte e veloz que possui um mastro com duas a três vela de estai.

³⁰⁴ JORNAL DO PARÁ, Belém, Nº214. p.1. 21 de setembro de 1875. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/> Acesso em: 27.Abr.2022

³⁰⁵ Em homenagem a Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso Câmara, foi um magistrado e político brasileiro, quando ocupava o cargo de Secretário d'Estado dos Negócios da Justiça foi responsável pela lei Nº 581, de 4 de setembro de 1850.

Império Brasileiro. Período que foi marcado por obras e reformas em pontos estratégicos nas águas da região amazônica. De acordo com o relatório do Ministério de Relações Exteriores de 1851, a costa atlântica do império possuía pontos estratégicos de estabelecimentos negreiros, o documento é um abaixo assinado enviado pelo Ministro do plenipotenciário britânico alegando a existência desses estabelecimentos.

A partir disto, é possível dizer que essa pressão inglesa continuou mesmo após a promulgação da Lei Eusébio de Queiros em 1850. Na documentação citada achei pertinente destaca o seguinte trecho: “[...] que ha em muitos sitios da costa do Brasil estabelecimentos regulares, dispostos pelos traficantes de escravos para o preparo de barcos negreiros, e sendo de presumir que o governo imperial tenha todos os meios para poder acabar com esses locais ilegais”³⁰⁶.

No ano seguinte, a Província do Grão-Pará anuncia a inauguração do imponente farol da Ponta do Atalaia em Salinas em uma região marcada por sinistros marítimos e uma rota extremamente pertinente aos navegadores que tinham como destino a América Central, rota bastante utilizada pelos traficantes com destino as águas do Caribe. Além das medidas de segurança o Império também estava atento para o setor econômico e a presença de um farol no salgado paraense era indubitavelmente necessário para o comércio brasileiro.

O alerta sigiloso³⁰⁷ enviado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros para a Presidência da Província do Pará em 1854, além de retratar o quadro do tráfico, em meados do século XIX. A documentação alertava as autoridades a respeito de um traficante norte-americano que tentou realizar vendas de cativos africanos em Itaipu – RJ, segundo a fonte o destino do traficante seria as águas do caribe, mas os ventos o mandaram para aquela região, após uma tentativa frustrada de negociação o mesmo fugiu em sua embarcação pelo litoral atlântico brasileiro. Após o alerta as províncias marítimas ficaram atentas a possível chegada do norte-americano.

O documento demonstrou preocupação dos agentes públicos imperiais principalmente a respeito da necessidade de manter vigilante a guarnição do farol de Salinas, ficando atenta à possível chegada do referido navio negreiro que provavelmente seguiria pela Costa Atlântica paraense para acessar o Mar do Caribe. Portanto, o farol deveria ser os olhos do Império na vigilância do tráfico nas águas quando este se tornou um problema internacional com a pressão inglesa exercida pela Lei *Bill Aberdeen* de 1850. Além da segurança o farol também esteve diretamente ligado ao comércio do império, principalmente após o ano de 1866, com o Decreto Imperial de nº 3.749, que estabeleceu a abertura do Rio Amazonas, Tocantins, Tapajós, Madeira e Negro à navegação dos navios mercantes de todas as nações.

A partir de 1867 o Jornal do Pará passa a exercer a função de periódico oficial da Província do Grão-Pará, substituindo o Treze de Maio e publicando diariamente as principais notícias relacionadas ao governo paraense. No ano citado o antigo farol de Salinas já estava trabalhando há 15 anos em prol da iluminação da costa norte-atlântica e alguns problemas já

³⁰⁶ BRASIL. Relações Exteriores. *Relatorio da Repartição dos Negócios Exteriores apresentado a Assembléa Geral Legislativa terceira sessão da oitava legislatura de 1851; pelo respectivo ministro e secretário de Estado Paulino José Soares de Souza*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemert, 1851, p. 49. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/105?terms=traficantes&item_id=1740#?h=traficantes&c=4&m=21&s=0&cv=212&r=0&xywh=-1276%2C-1%2C4615%2C3256 Acesso em: 02.jun.2022.

³⁰⁷ Arquivo Público do Estado do Pará. Secretaria da Presidência da Província. Série Ofícios. Ofícios do Ministério dos Negócios da Marinha, caixa 190, 1854-1859.

eram visíveis em sua estrutura e aparelho luminoso. No dia 19 de janeiro daquele ano, o Jornal do Pará publicava em sua parte oficial o Expediente do Governo referente ao dia 9 de janeiro, nele continha os ofícios expedidos da província paraense.

Em um dos parágrafos questão a respeito do aparelho do farol de Salinas era colocado em pauta, pois o ofício mencionava que presidência da província tinha oficializado ao governo imperial a substituição dos aparelhos do dito farol, pelo fato de estarem estragados, com isso a autorização do crédito da quantia de 61:532\$307 para tal serviço³⁰⁸. O estado do farol passou a ser alvo de muitas críticas pelo fato da importância do mesmo para o comércio e segurança marítima da costa paraense.

Tal descaso não passou despercebido pelo Sr. Vice-Almirante Conselheiro de Guerra Joaquim Raimundo Lamare o qual entregou um relatório para a administração da Província do Pará detalhando um levantamento dos números do comércio de 1848 até 1867. O relatório foi publicado pelo Jornal do Pará³⁰⁹ em 27 de agosto de 1868 e além de expor os lucros dos três principais produtos exportados (borracha, cacau e castanha) também abordava o estado das sinalizações existentes na costa paraense incluindo o de mais destaque, o antigo farol de Salinas.

A tabela presente na documentação é dividida em 4 quinquênios, o primeiro de 1848 a 1852, o segundo vai de 1853 a 1857, já o terceiro abarca de 1858 a 1862, por fim o quarto abrange de 1863 a 1867, no final de cada quinquênio é detalhado a quantidade em arrobas dos produtos exportados e o valor arrecadado pela província paraense. Os dados são surpreendentes ao relacionarmos com a data de implementação do antigo farol, pois houve um aumento significativo nas exportações após a implementação da sinalização.

Todos os produtos obtiveram uma crescente formidável, entretanto pegaremos a borracha como exemplo, o montante arrecadado no primeiro quinquênio foi de 2:959:014\$563, a partir de 1852 o antigo farol de Salinas foi inaugurado e passou a exercer sua função, o valor arrecadado de 1853 a 1857 foi de 10:943:759\$374, um salto alarmante quando comparado ao quinquênio anterior. A partir disto, podemos afirmar que uma costa iluminada significava lucros para os cofres públicos. Os próximos cinco anos o montante arrecadado foi de 13:900:379\$562, um aumento generoso, mas nada comparado quando comparamos os primeiros cinco anos com os cinco posteriores.

O quarto quinquênio também demonstrou um salto absurdo no montante arrecadado quando comparado com o terceiro, pois as somas destes respectivos cinco anos totalizaram incríveis 21:240:058\$678 em borracha exportadas para o exterior. Um fator que devemos considerar é a implementação da barca-farol neste mesmo período e a abertura do Rio Amazonas para as nações amigas, a barca tinha como objetivo auxiliar o antigo farol de Salinas aumentando a segurança dos navegantes que trafegavam aquele perímetro (DANTAS, 2000), assim garantindo mais segurança na região e a abertura do Rio Amazonas aumentou demasiadamente o número de embarcações nas águas paraenses.

É a partir dos anos de 1840 que o império vai alavancar o número de exportações de diversos de seus produtos, na região amazônica ocorre o primeiro *boom* do comércio da borracha (ABREU, LAGO: 2001). A partir disto, podemos afirmar que o antigo farol de Salinas exerceu um papel fundamental para a segurança e o comércio marítimo imperial, pois até 1866

³⁰⁸ Jornal do Pará, Belém, Nº 16. p.1. 19 de janeiro de 1867. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/>
Acesso em: 25.Abr.2022

³⁰⁹ Jornal do Pará, Belém, Nº 194. p.1. 27 de agosto de 1868. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/>
Acesso em: 25.Abr.2022

foi a única iluminação de grande proporção encarregada de monitorar o comércio e as possíveis ameaças vindas do Atlântico.

Considerações finais

Os escassos trabalhos sobre faróis na historiografia brasileira geralmente são associados apenas com o eixo comercial, o que é faz muito sentido no século XIX, uma vez que o comércio marítimo fornecia mais de 2/3 da receita do Império. A minha proposta no seguinte artigo é ir além desta proposição, conciliando a política de iluminação na costa norte-atlântica do império com o comércio e com a questão da segurança, assunto que foi pauta das autoridades imperiais em todo século XIX.

Após sua inauguração em 1852 além de gerar empregos para os indivíduos que habitavam a região, o setor econômico e o de segurança da região foram beneficiados, apesar do abandono em certos períodos pelas autoridades provinciais o farol executou sua função de maneira eficaz, mantendo-se de pé contra as avarias impiedosas da natureza. Em meio a pressão inglesa contra o tráfico de africanos a inauguração do edifício disposto com um aparelho dióptrico de 3ª ordem do sistema de Fresnel com luz, que era visível em uma incrível distancia de aproximadamente 17 milhas e correspondente a 380 bicos de Carcel vem como uma resposta por parte do império, demonstrando que está disposto a promover o bem-estar em sua região costeira e combater qualquer ameaça vinda do atlântico.

O âmbito comercial também foi afetado de maneira positiva após a efetividade do farol, os dados coletados no relatório que o Sr. Vice-Almirante e Conselheiro de Guerra nos proporciona uma crescente nos rendimentos coletados pela Alfandega da província paraense após o ano de inauguração, 1852, no segundo quinquênio o montante teve um aumento significativo para os cofres do império, chegando a somar mais que o aobro quando comparado com o primeiro. É interessante como o farol é abordado pelo Sr. Vice-Almirante e Conselheiro de Guerra na mesma documentação, alegando preocupação com o mesmo, pois a sinalização estando em boas condições era um bom sinal para as embarcações e para o comércio.

Esta é parte de uma pesquisa em andamento a qual pretendo me aprofundar cada vez mais no ramo de sinalizações náuticas em prol da sociedade, pois estudar as políticas de iluminações da costa do império no século XIX é um ramo que tem muito a ser explorado por nós historiadores. Assim como o farol ilumina a vida daqueles que tem o mar como seu meio de sobrevivência, a finalidade desta pesquisa é iluminar diversos caminhos nesta esfera epistemológica que conhecemos como historiografia.

Referências bibliográficas

BAEZ, Gustavo César Ojeda. *Faróis da Costa nordestina: olhares geográficos e históricos sobre os faróis marítimos no nordeste brasileiro*. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

BRÍGIDA, Jessé Andrade Santa, SEIXAS, Netília Silva dos Anjos, SILVA, Camille Nascimento da. O Paraense e Treze de Maio: sentidos sobre povo do Pará em momentos de transformações. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Manaus, AM – 4 a 7/9/2013.

DANTAS, Ney. *A história da sinalização náutica e breves memórias*. Rio de Janeiro: Fundação de Estudos do Mar, 2000.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MENDES, Juliana Yeska Torres. JORNAL DO PARÁ: NARRATIVAS FICCIONAIS AO RÉIS-DO-CHÃO. Anais do SILEL. Volume 3, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2013.

MOURA, Daniella de Almeida. *A IMPRENSA PERIÓDICA A SERVIÇO DA REPÚBLICA PARAENSE (1886 – 1898)*. Curitiba – Brasil. Editora CRV. 2022.

VELLOSO NETO, Gabriel Napoleão; FARIAS, William Gaia. A Política Faroleira no Alvorecer da República no Pará: O Farol de Macapá (1889-1907). *Navigator*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, 2018, pp.57-71.

- Fontes:

Arquivo Público do Estado do Pará. Secretaria da Presidência da Província. Série Ofícios. Ofícios do Ministério dos Negócios da Marinha, caixa 190, 1854-1859.

BRASIL. Ministério da Marinha. *Relatorio da Repartição dos Negócios da Marinha apresentado a Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1834; pelo respectivo ministro e secretário de Estado Joaquim José Rodrigues Torres*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1834, p. 23. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/142#c=0&m=11&s=0&cv=23&r=0&xywh=454%2C1585%2C2991%2C2110>.

BRASIL. Ministério da Marinha. *Relatorio apresentado à Assembléa Geral Legislativa na quarta sessão da oitava Legislatura pelo ministro e secretário d'Estado dos negócios da Marinha Manoel Vieira da Costa*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1852, p.21. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/142?terms=pharol%20de%20salinas&item_id=2361#?h=pharol%20de%20salinas&c=4&m=46&s=0&cv=20&r=0&xywh=-108%2C-395%2C2314%2C1632.

BRASIL. Relações Exteriores. *Relatorio da Repartição dos Negócios Exteriores apresentado a Assembléa Geral Legislativa terceira sessão da oitava legislatura de 1851; pelo respectivo ministro e secretário de Estado Paulino José Soares de Souza*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemert, 1851, p. 49. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/105?terms=traficantes&item_id=1740#?h=traficantes&c=4&m=21&s=0&cv=212&r=0&xywh=-1276%2C-1%2C4615%2C3256

Laboratório Virtual — FAU ITEC UFPA (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará). Disponível em: <https://fauufpa.org>. Acesso em: 16.mai.2022.

Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por uma história decolonial: Gênero, raça e classe na América Latina. Eduarda Guerra Tostes; Lavínia Renata de Oliveira Turqueti; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2022. 926 p.
ISSN:2317-0468

RODRIGUES. Fernando Mariano. *SAUDADES DA MINHA ALDEIA*: Tributo a Salinas de ontem. São Paulo: Faculdade Paulista de Serviço Social. 2003.

BIBLIOTECA NACIONAL – PERIÓDICOS:

Diário do Maranhão, São Luís (1855 – 1911)

Imprensa e Lei, Lisbôa (1854 – 1956)

Jornal do Pará, Belém (1867 – 1878).

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro (1821 – 1859)

Observador Maranhense, São Luís (1847 – 1861)

O Diário Novo, Pernambuco (1842 – 1852)

O Correio Sergipense, Sergipe (1840 – 1866)

O Constitucional, Bahia (1851 – 1864)

Pedro II, Ceará (1840 – 1889)

Publicador Maranhense, São Luís, 1842 – 1885)

Treze de Maio, Belém (1845 – 1861)

ARCHIVO VERMELHO: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS E POTENCIALIDADES PARA A HISTORIOGRAFIA

Alexia de Santana Rosa³¹⁰

RESUMO

Este trabalho propõe reflexões necessárias acerca da utilização de revistas ilustradas pela historiografia. Para tanto, tecemos algumas considerações metodológicas sobre o trato epistemológico de tais materiais e trouxemos como exemplo de potencialidade a revista ilustrada *Arquivo Vermelho*, noticiário de especialidade criminal publicado entre os anos de 1918 a 1921 na cidade do Rio de Janeiro. A análise de tal categoria de periódicos pode fornecer informações importantes sobre o regime de historicidade estudado. Para que se chegue em tal ponto, é necessário que se investigue não apenas os ditos de tais materiais, mas também os não ditos, as informações que advém da confrontação com outras categorias e fontes. Nesse sentido, o *Arquivo Vermelho*, material ainda pouco estudado, pode fornecer informações valiosas sobre as primeiras décadas do século XX e sobre o Rio de Janeiro.

Palavras-chave: *Arquivo Vermelho*; revistas ilustradas; metodologia.

ABSTRACT

This work proposes necessary reflections on the use of magazines illustrated by historiography. To do so, we made some methodological considerations about the epistemological treatment of such materials and brought as an example of potentiality the illustrated magazine *Arquivo Vermelho*, a criminal specialty news published between the years 1918 to 1921 in the city of Rio de Janeiro. The analysis of such a category of periodicals can provide important information about the historicity regime studied. In order to reach this point, it is necessary to investigate not only the sayings of such materials, but also the unsaid, the information that comes from the confrontation with other categories and sources. In this sense, the *Arquivo Vermelho*, material still little studied, can provide valuable information about the first decades of the 20th century and about Rio de Janeiro.

Keywords: *Arquivo Vermelho*; illustrated magazines; methodology.

1. INTRODUÇÃO

³¹⁰ Mestranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Licenciada em História pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP). Email: alexiasantana0245@gmail.com

As fontes impressas têm grande valor para a historiografia como um todo. Elas trazem informações caras sobre o cotidiano das sociedades estudadas, nos ajudando a entender melhor os meandros da historicidade em questão. Dentre as várias categorias existentes dentro desse tipo de fonte, como jornais diários, almanaques, catálogos, jornais mensais, e outros, gostaríamos, neste trabalho, de nos deter sobre a categoria das revistas ilustradas. Acreditamos que, assim como os outros tipos de periódicos, as revistas ilustradas são materiais riquíssimos, ainda pouco estudados, que nos trazem informações fundamentais sobre os diversos períodos (LAMARÃO, 2012).

Para extrair informações desse tipo de periódicos, são necessários procedimentos metodológicos adequados, já que a quantidade de informações contidas nas revistas ilustradas é grande. Essas informações advêm das perguntas que lhes são feitas, da confrontação desses tipo de material com outras fontes e com o contexto ao seu redor, sobre as investigações feitas não apenas sobre as revistas ilustradas, mas sobre seus produtores, diretores, redatores, seu público, dentre outros inúmeros fatores que precisam ser levados em consideração no processo epistemológico empreendido pelo pesquisador (LAPUENTE, 2016).

A fim de mostrar todo o potencial desse tipo de fonte, elegemos a revista ilustrada *Arquivo Vermelho* (ARCHIVO VERMELHO, 1918-1921) para ilustrarmos a riqueza de detalhes que esses periódicos trazem consigo sobre o cotidiano noticiado. Essa revista ilustrada foi publicada na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1918 e 1921 e teve como principal característica suas publicações de especialidade criminal, registrando casos marcantes ocorridos não só na sua cidade natal, como também em outros lugares do país e do exterior (MENDONÇA, 2016).

Para tanto, esse trabalho pretende trazer algumas considerações metodológicas sobre as fontes impressas e, mais especificamente, sobre as revistas ilustradas, os cuidados necessários no seu trato, algumas informações que podem ser encontradas nos mesmos, bem como sua função na sociedade. Além disso, traremos informações que dizem respeito à revista ilustrada *Arquivo Vermelho* (1918-1921), suas potencialidades, características importantes sobre sua materialidade e outros tópicos que mostram a riqueza de tal material para a utilização na historiografia.

2. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS SOBRE OS PERIÓDICOS E REVISTAS ILUSTRADAS

O trabalho do historiador demanda o uso de diversas fontes para que se compreenda de forma mais profunda uma série de mecanismos de ação social existentes. Para isso, o mesmo pode se valer de materiais como cartas, decretos, códigos de posturas, dentre outros. Uma dessas categorias de material são os periódicos, que documentam diariamente inúmeros fatos cotidianos que tem grande importância para o entendimento do dia-a-dia de um país, de uma cidade, de um bairro, e assim por diante.

A preocupação com esse tipo de material, no entanto, nem sempre foi recorrente entre os historiadores, situação que só se alterou nas últimas décadas do século XX (LUCA, 2008). Nesse período, a terceira geração da Escola dos Annales trouxe mudanças significativas para o campo da História, introduzindo fontes diversas em seus estudos, o que possibilitou o alcance de dimensões sociais antes ignoradas pelos historiadores (LUCA, 2008). Nos períodos anteriores a essas mudanças, o privilégio era dado às fontes oficiais, que traziam consigo uma visão enviesada dos objetos estudados, além de dar atenção apenas às esferas econômica e política, esquecendo de mecanismos essenciais para o funcionamento da sociedade (LUCA, 2008). Com a introdução desses novos métodos e fontes advindas com a Escola dos Annales, a História passa a ser olhada por outros prisma e através de outras classes, antes esquecidas pela História (LUCA, 2008).

Os periódicos começam então a ser utilizados para entender dimensões práticas da sociedade, que dêem indícios de seu real funcionamento. As revistas ilustradas, encontradas dentro da categoria de periódicos, são documentos riquíssimos por conterem esses indícios fundamentais para a compreensão historiográfica. Como nos mostra Sérgio Lamarão em seu artigo *As revistas como fonte para a História* (LAMARÃO, 2012), as revistas ilustradas (o autor utiliza as revistas produzidas na cidade do Rio de Janeiro para exemplificar a amplitude de informações), podem ser classificadas em diversos temas, como por exemplo: revistas de Geografia, revistas de História, revistas de Engenharia, revistas acadêmicas, revistas de futebol, revistas políticas, revistas econômicas, e assim por diante (LAMARÃO, 2012). Elas trazem ao longo de suas folhas informações detalhadas sobre temas específicos, ilustrações, fotografias, estatísticas, gráficos, dentre outras especificidades.

Para dar conta dessa multiplicidade de dados, são necessários métodos bem acertados, perguntas que captem âmbitos que podem passar despercebidos mas que dão muitos indícios importantes (LAPUENTE, 2016). Como nos mostra Rafael Lapuente em seu artigo *As revistas como fonte para a história da cidade do Rio de Janeiro* (2016), os periódicos, assim como qualquer produção humana, carregam os ditos e os não ditos. As duas dimensões dizem muito sobre a sociedade em que o periódico foi produzido, o grupo que o criou, quem o escreve, as classes sociais envolvidas, o público alvo que se deseja alcançar, as intenções do material impresso, dentre outras inúmeras características que, desde que feitas as perguntas corretas, podem ser extraídas e dar ótimos frutos para as produções historiográficas (LAPUENTE, 2016).

Adentrando nesses aspectos metodológicos, Lapuente (2016) ressalta que a produção de um periódico é influenciada por fatores internos e externos, que podem influenciar o posicionamento desses materiais diante de suas produções cotidianas de conteúdo. O autor nos indica por exemplo que os materiais impressos podem ser influenciados por fatores externos como por exemplo a pressão de diversos grupos diante de sua produção, de instituições da sociedade, bem como seu posicionamento frente à decisões públicas, dentre outras situações que impactam profundamente no conteúdo de suas notícias, ilustrações, fotografias, anúncios, diagramação, valor, etc (LAPUENTE, 2016). Além desses fatores externos, os internos também têm grande peso e podem modificar radicalmente as estruturas dos periódicos (LAPUENTE, 2016). Nesse sentido,

o perfil dos diretores, dos redatores, dos repórteres, dos fotógrafos, dos ilustradores, e outros trabalhadores pode alterar as intenções da revista, por exemplo, ou ainda trazer informações importantes sobre a classe social produtora (LAPUENTE, 2016).

Cada elemento conta como uma informação importante nesse sentido, já que um periódico tem interesses específicos na sociedade em que se insere, o que acaba anulando a sua imparcialidade (LAPUENTE, 2016; MARTINS; LUCA, 2012). Esse material altera seu posicionamento visando atrair públicos específicos e chamar sua atenção, se posiciona politicamente diante de situações específicas, age sob a pressão de governantes, grupos financeiros e importantes nas decisões da sociedade, além de participar (mesmo que não intencionalmente) de acontecimentos importantes de um país e de uma cidade³¹¹ (LAPUENTE, 2016; MARTINS; LUCA, 2012).

Nesse sentido, podemos compreender a importância de uma análise minuciosa dos ditos e não ditos de materiais impressos, já que, além de todas essas características citadas acima, eles também são responsáveis pela formação de públicos específicos, já que têm uma relação próxima da população, registra suas intimidades, os informa de fatos essenciais, os educa, os une, e acima de tudo direciona esses grupos com suas publicações (LAPUENTE, 2016; MARTINS; LUCA, 2012).

3. O ARCHIVO VERMELHO E SUAS POTENCIALIDADES PARA A HISTORIOGRAFIA

A fim de demonstrar as potencialidades dos materiais impressos, e mais especificamente, das revistas ilustradas, traremos algumas informações sobre a revista ilustrada *Arquivo Vermelho* (ARCHIVO VERMELHO, 1918-1921), material pouco estudado e com ricas informações sobre o Rio de Janeiro da Primeira República.

O *Arquivo Vermelho* foi uma revista ilustrada de especificidade criminal publicada entre os anos de 1918 e 1921. Sua periodicidade de publicação foi semanal durante os dois primeiros anos de publicação, passando a ser semanal a partir de 1920. Esse periódico se dedicava na catalogação (segundo palavras do material) de acontecimentos trágicos ocorridos não só na capital do período, a cidade do Rio de Janeiro, como também em outros estados e até outros países, o que variava de acordo com o sucesso e nível de entusiasmo que o caso retratado gerava no público em geral.

Teve como seu fundador e diretor até o ano de 1920 o jornalista Silva Paranhos, conhecido por atuar no diário *Jornal do Brasil* por mais de 20 anos, tendo grande experiência na área criminal, além de muita proximidade com o chefe da polícia do período, o que facilitava seu acesso às ocorrências da cidade do Rio de Janeiro

³¹¹ MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (Organizadoras). **História da imprensa no Brasil**. - 2.ed., 1ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2012. As autoras mostram o nível de influência que os periódicos têm sobre as decisões políticas ao longo da história do Brasil.

(MENDONÇA, 2016). A relação do diretor Silva Paranhos com o Jornal do Brasil pode ter tido influência na aceitação do *Arquivo Vermelho* com o público em geral, bem como na contratação de profissionais como ilustradores e redatores famosos no período (MENDONÇA, 2016).

A grande quantidade de anúncios e sua diversidade podem indicar que a revista ilustrada pretendia abranger uma gama ampla de leitores, já que empresas dos mais distintos setores anunciavam em suas páginas, como lojas de roupas masculinas, femininas, seguradoras, dentistas, alfaiates, sapatarias, empresas de água mineral, remédios para sífilis, calmantes, dentre outros. Seu preço também indica que, se comparado a outras revistas ilustradas do período, seu acesso era popular e atingia um público diverso, não apenas classes específicas.

Quanto ao seu perfil político, a revista tinha discursos voltados para a moralização da sociedade e principalmente da cidade do Rio de Janeiro. Sua preocupação primordial nos primeiros anos de publicação era com os problemas que envolviam a criminalidade. Em alguns momentos criticava o governo atuante, em outros discursava em defesa dos trabalhadores (MENDONÇA, 2016).

A proposta principal do *Arquivo Vermelho* era chocar a população com crimes que aconteciam no plano real, não apenas no literário, e mostrar como a criminalidade poderia estar perto da população. Para tal, a linguagem utilizada era extremamente sensacionalista, romanceada, narrando com riqueza cada detalhe das ocorrências reportadas. Além disso, algumas reportagens mais completas podiam vir acompanhadas de fotos explícitas de cadáveres, acidentes e dos envolvidos nas ocorrências. Essa riqueza de detalhes podia ser proporcional para chocar os leitores que iam em busca dessas histórias. Essa é uma característica fundamental das revistas ilustradas, que atraem um número muito maior de leitores por conterem não apenas textos corridos, mas informações visuais que permitem que o público analfabeto também tenha acesso às notícias (MENDONÇA, 2016).

Uma característica muito forte dessa revista ilustrada é a emissão de críticas e opiniões próprias, sem filtros imparciais. As reportagens são carregadas de opiniões sobre grupos sociais, comportamentos, decisões governamentais, instituições públicas, além de apelos por mudanças e ações do governo da cidade. A revista clama pelo saneamento da cidade, não apenas no sentido higiênico e sanitário, como também moral dos grupos. Em diversos momentos ela faz críticas às manifestações da cultura negra ao redor da cidade, aos cultos de matriz africana, às áreas que abrigavam grupos como chineses, por exemplo. Esses comentários podiam vir acompanhados por argumentos científicos do período, estatísticas e outras informações. Isso era facilitado pela grande afinidade de Silva Paranhos com o chefe de polícia do período (MENDONÇA, 2016).

Apesar da multiplicidade de informações contidas na revista ilustrada *Arquivo Vermelho*, o material ainda é pouquíssimo estudado. Ele possibilita a análise de inúmeras questões que envolvem o cotidiano da sociedade carioca das primeiras décadas do século XX. Para tanto, é necessário que seu conteúdo seja confrontado com acontecimentos do período, bem como outras fontes como jornais, decretos municipais, legislações,

produções acadêmicas do período, outras revistas ilustradas, dentre outros diversos componentes da realidade do período que precisam ser levados em consideração.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os autores e informações trazidas ao longo do texto, as revistas ilustradas são itens essenciais no que diz respeito ao entendimento sobre determinada historicidade. No entanto, a utilização dessas fontes só foi possível através das mudanças empreendidas pela quarta geração da Escola dos Annales, que introduziu novas fontes no trato epistemológico do campo historiográfico. A partir daí, novas dimensões da realidade passaram a ser enxergadas e ajudaram na compreensão de contextos mais gerais.

Dada a importância dessas categorias de fontes, é necessário que se desenvolva métodos adequados de análise que consigam captar os meandros que envolvem a fonte. É preciso investigar não apenas os seus discursos aparentes de forma superficial, mas também os seus não ditos, o que está por trás das linhas, a relação dos periódicos com a sociedade em que é produzido. Esses materiais trazem muitas informações implícitas e são peças participantes e ativas dos seus regimes de historicidade.

O *Archivo Vermelho*, nesse sentido, é um material com grande potencial analítico, já que contém informações e registros sobre o seu cotidiano mas também porque emite opiniões, tem relação com o chefe de polícia de seu período, faz críticas sobre ações políticas, critica grupos específicos e propõe soluções em favor da sanitização moral da sociedade. Por isso é preciso olhar os seus ditos e seus não ditos, confrontá-lo com outras produções do período, sobretudo de outras classes sociais. Dessa forma, podemos extrair informações caríssimas sobre as primeiras décadas do século XX, sobre a cidade do Rio de Janeiro, os estigmas presentes na sociedade do período, dentre outras questões. Esse é um material que, apesar de pouco estudado, merece atenção da historiografia devido às riquezas de detalhes que traz sobre diversos acontecimentos do período. Para isso, é necessário que se desenvolvam métodos adequados à sua análise, que possibilitem a obtenção de informações importantes.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCHIVO VERMELHO. Rio de Janeiro: [s. n.], 1918-1921. Quinzenal. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=347841&pagfis=201>.

MENDONÇA, Joseli M. N. “O nome define a cousa”: Crime e militância nas páginas do *Archivo Vermelho* (1918-1921). In: GALEANO, Diego; BRETAS, Marcos Luiz (coord.) **Policías escritores, delitos impresos**, Buenos Aires. 2016. Disponível em: <https://www.teseopress.com/policiasescritores>

LAMARÃO, Sergio. As revistas como fonte para a história da cidade do Rio de Janeiro. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. n.6, 2012, p.129-143.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. **Bilros**, Fortaleza, v. 4, n. 6, p. 11-29, jan.- jun. 2016.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (Organizadoras). **História da imprensa no Brasil**. - 2.ed., 1ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2012.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINKSY, Carla B. (Organizadora). **Fontes históricas**. 2ªed. 1ª reimpr. – São Paulo, SP: Contexto, 2008.

Simpósio Temático - Narrativas históricas: debates contemporâneos em teoria da história e história da historiografia

A semântica da corrupção: Análise do discurso jornalístico da Revista Manchete na eleição presidencial brasileira de 1960.

Giovanna Nascimento Alves³¹²

Resumo: O interesse em refletir sobre o conceito de corrupção tem ganhado projeção nos estudos historiográficos à medida em que se compreende o termo em sua polissemia histórica. O termo passou por várias mudanças desde o período Imperial no Brasil até os tempos de República, mas sempre compôs um léxico de lutas e disputas políticas. Deste modo, a pesquisa visa mapear e analisar o discurso construído pelo periódico Manchete acerca dos sentidos da experiência da corrupção no período da campanha para a eleição presidencial brasileira de 1960.

Palavras chave: Corrupção, Eleição Presidencial, 1960, Imprensa Brasileira, Manchete

Abstract: The interest in reflecting on the concept of corruption has gained prominence in historiographical studies as the term is understood in its historical polysemy. The term underwent several changes from the Imperial period in Brazil to the times of the Republic, but it has always composed a lexicon of political struggles and disputes. In this way, the research aims to map and analyze the discourse constructed by the periodical Manchete about the meanings of the experience of corruption in the campaign period for the Brazilian presidential election of 1960.

Keywords: Corruption, Presidential Election, 1960, Brazilian Press, Manchete.

O pleito de 1960 foi o primeiro após a proclamação da República a eleger um candidato de oposição. Para tanto foram lançadas três chapas. Jânio Quadros, inicialmente apoiado pelo Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ) e que, posteriormente, teve sua candidatura homologada pela União Democrática Nacional (UDN). Seu vice de chapa era Milton Campos da UDN. O general Henrique Teixeira Lott representava o Partido Social Democrático (PSD) e conseguiu o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tendo como vice João Belchior Goulart, também do PTB. Adhemar de Barros se candidatou pelo Partido Social Progressista (PSP) e seu vice foi Fernando Ferrari do Partido Democrata Cristão (PDC).

Dizem que nem só de política é feito um político. Para compreender melhor sua conduta no âmbito público sempre deve-se partir de suas feições na vida privada. Observando a importância que se tem na relação da vida privada com o grau de confiança

³¹²Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade de Brasília (UnB), vinculada à linha de pesquisa "Ideias, Historiografia e Teoria". Email de contato: giovanna.alves@unb.br

que o eleitor estabelece com seu candidato, é importante destacar a forma com que as características referentes à ordem privada dos candidatos eram repassados aos (e)leitores. Dessa forma, damos luz à exposição feita pela Manchete, em edição especial, que trouxe informações e peculiaridades sobre a vida dos presidencialistas.

Marechal Henrique Teixeira Lott, engraxava os próprios sapatos. Tem sessenta e cinco anos, natural da cidade de Sítio em Minas Gerais em dezesseis de novembro de mil oitocentos e noventa e quatro. Era neto de professor, filho de professora, irmão de professoras, pai de professoras, esposo de professora e se não fosse militar, seria professor. A mentira era seu maior desafeto Fala inglês, alemão e arranha no dinamrques. Pesava oitenta e cinco quilos. Acorda às quatro e meia da manhã e recolhe-se às vinte horas e trinta minutos. Gostava de vatapá, frango e pé de moleque. Diziam que na vida privada comportava-se com ternura, mas sua imagem diante do público parecia indobrável. Somente aos poucos, o interlocutor conseguiria transpor aquela fortaleza que à primeira vista seria intransponível. Sua presença, porém, exigia constante racionamento de intimidades. (MANCHETE, 1960: 26-27).³¹³

Adhemar de Barros: acreditava nas cartomantes. Nasceu em vinte e dois de abril de mil novecentos e um, se aproximava portanto dos sessenta anos. Prato preferido era peixada e em se tratando de frutas e legumes se dizia indisciplinado. Pesava quase cento e vinte quilos. Sofria de hérnia perigosa. Tem uma disposição de dar inveja em qualquer mocidade. Entrava no avião, dizia que iria dormir uma hora e sessenta minutos depois estava acordado, como se fosse um despertador. Estudou na Alemanha e na Escócia. Médico de formação, recebeu o título de doutor pela Universidade em Boston. Começou na política como Deputado, depois foi Interventor, Governador e depois foi prefeito. Começava a atender os eleitores às sete horas da manhã e dava muito valor aos cochichos. Deixou de se candidatar em mil novecentos e cinquenta, cedendo a vez ao Sr. Getúlio Vargas. Muitos acham que perdeu a sua maior chance. Mas ele continuava certo de que chegara ainda à presidência da república. "Uma cartomante me garantiu muitas coisas que tem sucedido. Entre elas, o Catete, que ainda não aconteceu, mas acontecerá. (MANCHETE, 1960: 26-27).

Jânio Quadros: é um louco que se julga Jânio. Nasceu em dezessete de janeiro de mil novecentos e dezesseis, em Campo Grande, no Mato Grosso. Lecionou Portugues e Geografia era bom professor mas exigente. Fumava bastante e gostava de conhaque. Acordava às cinco da manhã e dormia três horas por noite. Quando era governador paulista, às seis da manhã já tinha lido todos os jornais e já articulava providências para as reclamações que lera. Mandava investigar as denúncias e criara um sistema de bilhetinhos e papeletas. Gostava de qualquer comida contanto que fosse apimentada. Até aquele momento não havia terminado nenhum mandato, exceto o de Governador de São Paulo. Os demais tiveram de ser interrompidos para cumprir outros maiores. Quando o diziam ser louco, lembrava-se da frase que seu amigo lhe dissera “ Jânio é um louco que se julga Jânio”. (MANCHETE, 1960: 26-27).

³¹³ Essas informações foram colocadas na revista de modo informal e descontraído e isso já era indicado pelos redatores logo de início. Contudo, apesar do tom mais leve, era deixado claro que essas informações foram extraídas de entrevistas com o candidato.

Retomando a face formal desse pleito, como nos lembra Maria Celina D'Araujo em uma panorama geral

Nas eleições de 1960, dois candidatos à presidência da República eram nitidamente figuras anti partidárias - Jânio e Lott -, enquanto o terceiro - Adernar - era um chefe personalista que dominava um partido próprio. Um clima propício ao surgimento de lideranças apartidárias, num desafio evidente ao processo de institucionalização democrática. (D'ARAÚJO, 1996: 134).

Primeiro a ser lançado como candidato, Jânio Quadros, teve sua filiação partidária agitada até o momento de sua escolha como candidato à presidência da República apoiado por vários partidos oposicionistas a Juscelino Kubitschek (JK) . Porém, antes de almejar esse cargo, sua trajetória conta também com eleições nas esferas municipal e estadual. Quadros se elegeu em mil novecentos e cinquenta e três para prefeito da cidade de São Paulo e em mil novecentos e cinquenta em quatro foi escolhido para ser o governador do estado paulista, ambos pelo Partido Democrata Cristão (PDC).

Ao chegar à prefeitura de São Paulo, Jânio derrotou uma coligação poderosa que incluía a UDN, o PSD, PTB, PR, adhemaristas e comunistas. Nas eleições para governador, Quadros foi vitorioso sobre o seu mais poderoso opositor, Adhemar de Barros, que concorreu pela legenda do PSP. Nesse período, Jânio já estava rompido com o PDC e se aproximava de uma ala dissidente do PTB ao mesmo tempo que também recebia apoio do PTN. (BENEVIDES, 1989).

A UDN, que mantinha em sua essência um discurso antipopulista, juntamente com Carlos Lacerda, enxergou em Jânio Quadros o candidato que favoreceria a derrota eleitoral da “oligarquia pessedista e o trabalhismo em ascensão”.(BENEVIDES, 1981: 29). Em meados de mil novecentos e cinquenta e nove, apenas alguns meses depois de ser lançado como candidato pelo MPJQ, Lacerda, após uma longa conversa com Jânio, retirou seu apoio a Juracy Magalhães, governador do estado da Bahia, e passou a apoiar Quadros à presidência da República.

Apostando em Quadros para concorrer ao Catete, o Partido Trabalhista Nacional oficializou seu nome como candidato e logo em seguida outras agremiações políticas como o PDC, o Partido Libertador (PL) e o Partido Republicano (PR) também apoiaram sua candidatura. Porém, por duzentos e cinquenta e cinco votos a favor contra oitenta e três opositores, sua candidatura só foi homologada na convenção da UDN realizada em novembro de mil novecentos e cinquenta e nove. (MARKUN E HAMILTON, 2011). Ambiguidade e contradição também eram características marcantes da figura de JQ, que nunca se definiu claramente acerca de Getúlio Vargas. Ora getulista, ora antigetulista, Jânio cortejava setores da esquerda e os comunistas e depois os considerava, publicamente, como irrecuperáveis para a democracia.

Já o PSD, partido do então presidente JK, ao associar-se com o PTB pretendia unir forças e agregar bases eleitorais com propostas desenvolvimentistas, trabalhistas e reformistas. A aliança entre PSD e PTB, não teve início com JK e João Goulart (JG) em mil novecentos e cinquenta e cinco. O PTB foi instituído em mil novecentos e quarenta e cinco, apenas um mês depois da criação da UDN e do PSD e nas eleições presidenciais de mil novecentos e quarenta e cinco pessedistas e trabalhistas se articularam em torno

da candidatura de Eurico Gaspar Dutra. O apoio de Vargas foi decisivo para a vitória do general que derrotou o brigadeiro Eduardo Gomes da UDN. Para Ângela de Castro Gomes (GOMES, 2002), ambos os partidos emergiram como uma espécie de solução pragmática possível levando em consideração que a presença de partidos de oposição como a UDN, a forte organização da esquerda como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), forçou a tomada de decisões políticas de forma imediata para tentar frear a ascensão das ideias contrapostas a esses partidos.

Em 1960, embora o PTB e o PSD naquele momento não apresentassem unicidade nas negociações políticas, lançaram o nome de Marechal Henrique Teixeira Lott como candidato à presidência. A indicação do Marechal não agradou ao PTB e sua posição favorável ao trabalhismo. A maioria da bancada do PTB era de composta por nacionalista que condicionavam o apoio à Goulart se o mesmo se comprometesse com a candidatura do Marechal, que neste momento crescia contando com apoio dos nacionalista e com os correligionários da vertente esquerdistas. O Marechal representava a reunificação dos soldados e do povo, e o apoio ao PSD dependeria necessariamente da aprovação de Lei Orgânica da Previdência Social, Lei de greve, lei de remessa de lucros, nacionalização de depósitos bancários e reclassificação do funcionalismo público (D'ARAÚJO, 1996).

Além disso, o presidenciável não era capaz de entusiasmar os eleitores como seu mais forte concorrente JQ. Com os indícios apontando para a derrota do candidato pessedista, a campanha eleitoral experimentou a formação de uma chapa informal: a criação do movimento Jan-Jan. Combinando os candidatos Jânio Quadros e João Goulart, o movimento recebeu incentivo de JQ que reconhecia a força do PTB nos centros urbanos e incentivava o eleitorado a votar na dupla ao invés de apoiar seu candidato de chapa à vice-presidência, Milton Campos (GOMES E FERREIRA; 2007).

Para dar início a essa escrita na qual se apresentará os emaranhados de interpretações feitas sobre a sociedade civil e o corpo político sobre a política nacional, utilizaremos da crônica de tom bem satírica de Rubem Braga, escrita para a Revista Manchete Braga nos retira dos pensamentos idílicos e nos convoca a encarar a dura realidade que é entender, quem dirá explicar, o que foi a eleição de 1960. Para ele, era preferível estar fora do país para não ter a obrigação de envolver-se na grande empreitada. Porém, quando convocado por um jornalista francês, o escritor e jornalista teria balbuciado na tentativa de organizar o pensamento. O que conseguiu elaborar foi

O Marechal Lott era candidato do Governo, apoiado principalmente por dois partidos: um, de homens de negócios e latifundiários, outro, de trabalhadores; e ainda pelos fascistas do Sr. Plínio Salgado e pelos comunistas do Sr. Carlos Prestes. Que toda a base da campanha contra o Sr. Jânio Quadros era a acusação de "entreguista", a serviço do imperialismo norte-americano; que ele já se declarou favorável a um reatamento de relações com a Rússia, e o Marechal Lott era contra; que o Sr. Jânio Quadros era deputado federal por um dos partidos que apoiavam o Marechal Lott; que...

Nisso, interrompeu-lhe o francês, que depois de ouvir com atenção disse “ O Brasil é um país surrealista”. Restou-lhe concordar e ainda acrescentou “com tendências para abstracionismo”. (MANCHETE, 1960: 71).

Analisando essas palavras escritas por Braga é preciso lembrar que o jornalista-cronista construiu sua trajetória e atuação política através de irreverentes crônicas consideradas um marco para o jornalismo lírico que encantava os leitores pela tradução de momentos do cotidiano em verdadeiras provocações sobre a realidade social e interpretações da historicidade de sua época. Era opositor de Vargas, chegando a ser perseguido pelo regime varguista em 1938 e obrigado a refugiar-se no sítio de Carlos Lacerda. Ao longo de sua carreira, em diversos momentos Braga se posiciona geralmente contra os desmandos políticos, o cerceamento da liberdade e a injustiça social.³¹⁴

Em sua crônica a comparação ao abstracionismo e o surrealismo se refere a situação caótica em que se encontrava não só a corrida eleitoral, mas um estado de política que devido a tantos emaranhados teria se tornam algo de difícil compreensão racional em consequência de uma incompetente condução e gerenciamento da política do país.

Devido a tantas práticas que pareciam não fazerem parte de uma ordem representativa da realidade, era uma tarefa árdua explicar a alguém que não compartilhava a vivência brasileira a dinâmica da política nacional. Por meio de metáforas desses movimentos literários e artísticos, sua provocação estava em despertar no leitor a curiosidade de extrapolar os sentidos dessas correntes artísticas e as traziam para umas interpretações no campo político no qual as junções dessas duas tendências poderiam se articular com retração de nossa realidade.

Ao nos depararmos com informações sobre a situação atual do país, seja por meio da internet, da televisão, revistas e jornais, sempre parece que o Brasil está à beira de uma catástrofe. Quantas vezes já ouvimos que “O Brasil atravessa uma das mais graves crises em sua História”. A ruína está sempre iminente faltando somente o rascar de um fósforo para que a grande fogueira se incendeie. As notícias também tomam uma proporcionalidade gigantesca. Algumas temáticas aparecem com frequência, mas certamente tudo que engloba a ideia de práticas corruptivas ganha evidência. É significativo refletir sobre como o entendimento da política brasileira como um campo regido pela corrupção tem configurado uma realidade da disputa de poder político particular no Brasil.

A charge de Claudius (MANCHETE, 1960: 98) mostrava essa realidade com referências bem explícitas ao que toda aquela maratona eleitoral lhe parecia. Foram várias as charges produzidas pelo cartunista para arrancar risos ao mesmo tempo em que ilustrava suas desconfianças como eleitor.

³¹⁴ Sobre a trajetória política de Rubem Braga ver: ZANELLA, Daniel; DE OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida. O jornalista Rubem Braga: animal político, correspondente de guerra. Dito Efeito-Revista de Comunicação da UTFPR, v. 4, n. 5, 2014.



Revista Manchete. Edição 441-. 22/10/1960. P. 98. Charge de Claudius. Cláudio de volta da europa entra na campanha eleitoral. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=1> .

O valor cômico desse tipo de expressão depende da familiaridade que o observador tenha com o tema para que se possa estabelecer a cumplicidade necessária entre ele e o produtor do material. O desenho retratava o chargista que, ao retornar ao Brasil, logo se depara com um país inteiramente imerso na temática eleitoral. Só se pensava sobre isso, só se falava sobre isso. O homem que encara todos aqueles cartazes de propaganda eleitoral se espanta ao notar que alguém teria fixado um cartaz de “procura-se” ao lado do material eleitoral que continha os números registrados para votação individual. O humor está na reflexão da forma como era comumente interpretada a política brasileira, a qual era perfeitamente possível confundir ou associar um candidato a um presidiário. A isca é deixada ao leitor que será o agente responsável por refletir se aquele cartaz em busca do presidiário foi colocado ali de propósito ou por engano.

Grande parte da literatura sobre a corrupção no Brasil trata os semanários como produtores de textos que parecem simplificar a experiência da corrupção através do grande número de artigos, reportagens, entrevistas e crônicas que reúnem textos verbais ou não verbais, em seus mais diversos formatos, de forma generalizada e muitas vezes sem se preocupar com o aprofundamento em questões relevantes, como origem da fonte de dados e a percepção social sobre o fenômeno.

A Revista Manchete, apesar de possuir circulação nacional, foi um semanário produzido no Rio de Janeiro, Estado que até então era a capital do país e detinha muito da vida pública emaranhada no cotidiano social. Os discursos reverberados na revista demonstram essa marcação a partir de traços discursivos que remetem à uma perspectiva liberal sobre o espaço público oriundos de um ambiente de centralização do poder.

Na perspectiva liberal, o espaço público é articulado com o interesse público. Sob esse ponto de vista, a corrupção seria interpretada como um “mal funcionamento” do sistema. Os homens, constituídos pela natureza e não a providência divina, teriam sido criados com talentos e qualidades desiguais, porém todos seriam igualmente capazes para o trabalho e podem igualar-se pelos frutos deste. Seria de responsabilidade individual as decisões sobre o caráter e a suas ações perante a comunidade social. (CHAUÍ, 1978).

Essa definição pode ser percebida na crônica escrita por Fernando Sabino, intitulada “O deputado mata borrão”, percebemos como o corpo editorial delimita os sentidos de corrupção no legislativo brasileiro. Nesse texto, em primeiro momento, o autor descreve o que para ele seria um traço contínuo da forma como os votantes escolhiam seus candidatos, ainda que a mudança estaria ocorrendo a passos lentos.

É inegável que as coisas estão melhorando. Nas eleições de outro dia era comum ouvir alguém dizer que votava neste ou naquele candidato à Constituinte do Estado da Guanabara porque o julgava à altura de elaborar uma Constituição.

Já era mesmo tempo de se pensar na competência do candidato para exercer o cargo a que concorre, e não apenas na sua popularidade ou na sua simpatia. Para a eleição de vereadores, talvez nem isso até então contasse: a bem dizer, não se sabe o critério que prevalecia, e a mal afamada Câmara do Rio via de regra era mesmo uma vergonha merecia bem a má fama que desfrutava.

É de se esperar que as coisas melhorem também para a eleição do futuro Legislativo Federal, pois este às vezes não fica atrás pelo menos a se julgar por alguns deputados que o compõem. (MANCHETE, 1960: 49).

Essas argumentações são acompanhadas de um pequeno caso que Sabino teve conhecimento a partir de um amigo seu que trabalhava na Secretaria da Câmara. Se tratava de um grotesco e corriqueiro episódio de utilização de bens públicos por parte de um deputado e que em sua opinião marcava a conduta de grande parte dos agentes públicos até aquele momento

Ainda outro dia um deles, que integra a minoria dos realmente capazes, me deu notícia de um colega seu, cuja irresponsabilidade teve de enfrentar um grotesco episódio. Uma de suas funções, na Secretaria da Câmara, era a de zelar pelos móveis e demais pertences. Ao conferir a relação, deu por falta de uma mesa, uma cadeira e uma máquina de escrever. Fêz sindicância e apurou que o tal deputado simplesmente havia levado aquelas peças para casa, no princípio da legislatura e até então não devolvera Saiu à procura

do ilustre colega:

- Estou fazendo um levantamento - explicou, o mais diplomaticamente que lhe foi possível: Queria que você providenciasse a devolução. Uma cadeira, uma mesa e uma máquina de escrever, não é isso mesmo? Naturalmente, você tomou emprestado...

- Eu?

O deputado resmungou umas desculpas. fez-se de desentendido e tudo ficou por isso mesmo: os dias iam passando e os objetos não apareciam. O homem ficava meio ressabiado quando cruzava com êle nos corredores da Câmara:

-Mesa? Que mesa?

- Uma mesa, uma cadeira e uma máquina de escrever.

-Ah, você me falou no assunto, estou me lembrando agora.

-Então não se esqueça também de devolver.

-Isso mesmo. Louvo o seu zelo. Não tenha susto, vou providenciar.

-Quando?

-O quê?

-Quando é que você pretende devolver?

-Ah, sim! Qualquer dia desses...

Às vezes o sacripanta mudava de tática limitando-se a bater com a mão espalmada na testa:

-Que cabeça, a minha! Estava certo de já ter resolvido isso! Uma coisa à toa...

-À.toa para você. São bens públicos: pertencem à União.

-Não precisa falar nesse tom, que diabo! Está duvidando da minha palavra?

-Estou querendo os objetos de volta.

-Não vamos brigar por causa de uma bobagem.

-Bobagem não: uma cadeira, uma mesa e uma máquina de escrever.

Um dia êle acabou perdendo a paciência e chamou seu relapso colega à Secretaria:

-Você é um deputado, compenetre-se! Já imaginou o escândalo que seria se essa história transpirasse? Você, um parlamentar, envolvido num caso de desvio de bens da Câmara dos Deputados!

E, irritado, bateu na mesa com o mata -borrão:

-Se até amanhã à tarde você não tiver devolvido a cadeira, a mesa e a máquina de escrever, mando um caminhão buscar em sua casa e conto para os jornais, faço um barulho louco. (MANCHETE, 1960: 49).

Ao expor os leitores a esse debate entre um servidor público e um deputado,

Sabino mostra uma relação de dualidade de comportamento de agentes públicos frente a esse tipo de situação. Em primeiro plano temos o homem que, a partir do cumprimento do seu dever cobra um deputado alguns objetos pertencentes ao patrimônio da União que este teria levado para algum lugar. Esse servidor que cobra a devolução, em momento algum é explicado suas motivações para estar fazendo tal solicitação ao deputado de forma tão incisiva, levando-nos a acreditar que seu único interesse é preservar o bem público.

Já em segundo plano, tem-se o deputado que, em benefício próprio, teria tirado esse patrimônio da União de seu lugar para seu uso privado. Pela sequência do diálogo, nota-se que o deputado não tinha nenhuma intenção de devolver ao seu lugar aqueles objetos que retirara da instituição. Por mais incisivas que foram as cobranças feitas pelo servidor, o deputado se faz de desentendido ou apenas diz que devolverá em um futuro próximo esses itens. O deputado tenta argumentar que aqueles objetos não representavam grande coisa e que não havia necessidade de tamanha cobrança sobre a devolução deles. Entretanto, o servidor continuou a insistir.

Toda exposição desse longo diálogo é construído para que o leitor note a frivolidade com que essas condutas eram praticadas por agentes públicos. Entretanto, o escritor parece criar no leitor esse perspectiva para que ao final não se surpreenda com o desfecho da história

O outro se viu perdido:

-Está bem, eu devolvo resmungou, afinal, humildemente, depois de pensar um pouco. E acrescentou, como um menino:

-Mas só se você der para mim esse mata-borrão.³¹⁵
(MANCHETE, 1960: 49).

Ao final da crônica, Sabino utilizou seu humor ácido para encerrar o seu caso. Ao revelar que o deputado, após muita insistência do servidor, concordou em devolver os objetos somente com a condição de que ele lhe desse em troca o mata-borrão que estava sobre a mesa. Isso possibilitou ao leitor extrair 3 conclusões daquela história: Em primeiro momento, Sabino faz a distinção de que existem pessoas de boa índole e outros não e que, apesar de conviverem em um mesmo ambiente, optaram por não ter atitudes semelhantes. Segundo, o cinismo com que aquele deputado ao ser questionado sobre a falta dos itens e seu desinteresse em devolver tais objetos. E por último, e o que mais gera incômodo, é como o deputado condiciona a devolução a entrega de um novo item que também faz parte do patrimônio da União. O referido item se tratava de algo pequeno e que não possuiria utilidade fora de um ambiente formal de trabalho. A apresentação dessa condição feita pelo deputado faz-nos pensar que o mesmo pediu o objeto apenas pela satisfação de estar em posse de algo que não deveria ser seu, uma vez que o objeto não teria muita utilidade fora daquele ambiente.

A distinção entre o público e o privado é o cerne da ideia das práticas corruptivas,

³¹⁵ Mata- borrão é uma espécie de papel sem cola, próprio para absorver a tinta de escrever fresca ou outros líquidos.

a qual é definida pelo mau uso de recursos públicos por agentes públicos. Como elucidada pelo historiador José Murilo de Carvalho, a corrupção é um fenômeno histórico e sociológico, ou seja, ela muda de nome ao longo da história. O historiador destaca como no período imperial e primeira república as acusações sobre corrupção eram predominantemente referentes ao sistema e não dirigidos a um indivíduo em específico. As recriminações se dirigiam aos sistemas que eram lidos como despóticos, oligárquicos e de não estarem promovendo o bem público. (CARVALHO, 2008).

Ademais, em sua doutrina, o sentido que hoje prevalece como corrupção na sociedade brasileira é da apropriação indevida por parte de indivíduos públicos daquilo que é bancado pelo contribuinte, ou seja, do que é público. A corrupção, interpretada como o enriquecimento pessoal às custas de recursos públicos oriundo dos impostos pagos pela sociedade, seria um fenômeno do século XX e teria iniciado no primeiro governo Vargas, quando surgiu um combate a corrupção, que ganhou o nome de udenismo. Esse combate foi enviesado por uma postura fortemente moralista e intimamente ligada à pessoa, sendo seu sentido ligados a um crime pessoal. (CARVALHO, 2008).

Em 1945, no combate ao varguismo, as forças udenistas focaram em orientar o combate à corrupção em perspectiva particular, ou seja, contra a moralidade das pessoas de forma individual. Nesta lógica, que seguiu semelhante como justificativa para o golpe de 1964, a corrupção era tida como uma prática do indivíduo que roubava dinheiro público para enriquecimento próprio e de seus aliados. (CARVALHO, 2008).

Concernente aos discursos veiculados por periódicos, a primeira impressão de uma revista de variedades é enxergá-la como fútil e de rasa profundidade naquilo que está redigido e exposto em suas páginas. Sua credibilidade é reduzida ao indagarmos erroneamente em como algo que trata de tantos assuntos pode ter a autoridade e perspicácia de expressar com sensatez os acontecimentos mais importantes do país. Tudo parece de fácil interpretação, dispensa-se a necessidade de racionalidade frente àquelas páginas pois tudo parece ser escrito com simplicidade e obviedade.

Jeferson Queller chama atenção para o aprofundamento dos significados elementares do que atribuímos ao termo propaganda, o qual muitas vezes é reduzido à promoção de lideranças políticas através do meio de comunicação em massa. Os meios de comunicação que não dispõem de contato direto, face -a - face, são interpretados como desprovidos de interação social, que se tornam puramente ações de pessoas tentando persuadir seus receptores a aceitarem seu ponto de vista.(QUELER, 2010).

O problema da interpretação que se baseia em uma interação indireta entre o produtor e o receptor da mensagem é atribuímos a esse tipo de interatividade um status de obviedade, e passamos a colocá-la em lugares de desnecessária racionalização. Tomamos aquilo como verdade justamente por acharmos que se trata de coisas simples, facilmente dedutíveis e de dispensáveis questionamentos.

Entretanto, o perigo mora justamente na falta de inquisição, o que nos leva ao menosprezo das consequências reais e práticas do óbvio. É sempre preciso considerar que os discursos são emanados de algum lugar social e de uma prática política. Características como: rimas, repetições, ideias simples (mas abstratas) remetem a uma ideia sobre quem seria o público, uma ideia de massa e de uma forma de comunicação para as massas. Como pontua José Murilo de Carvalho, a mobilização do imaginário social é

particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas. (CARVALHO,1990).

Nas reflexões de José Murilo de Carvalho, os discursos que construíram as ideologias republicanas, até certo período, permaneceram enclausuradas no fechado círculo das elites educadas. Mas seja pelo próprio conteúdo do discurso, seja pelos elementos utópicos, elas encontravam formas de sair do fechado e restrito mundo das elites e acabavam propiciando o envolvimento popular na vida política. (CARVALHO,1990).

Apesar de não negarmos que a mídia é uma grande produtora de conteúdos para a formação da opinião social, é mister lembrarmos que os recursos midiáticos não criam e nem inventam a corrupção, sendo o texto jornalístico uma narrativa e não a própria experiência mas dão um sentido determinado, selecionam o que e como mostrar e como mostrar.

Fontes

Revista Manchete

Revista Manchete. Edição 406. 30/01/1960. P 26-27. Especial. Três candidatos no raio X. Mercado de favores. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&PagFis=26535>.

Revista Manchete. Edição 344-. 22/10/1960. P.71.Texto de Rubem Braga. Este inexplicável baú. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=1> .

Revista Manchete. Edição 0444.08/10/1960. P .49. O deputado mata borão. Crônica de Fernando Sabino. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120 PerFis=26535>. Acesso em: 12/09/2022.

Revista Manchete. Edição 441-. 22/10/1960. P. 98. Charge de Claudius. Cláudius de volta da europa entra na campanha eleitoral. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=1> .

Bibliografia

BENEVIDES, Maria Victória. *A UDN e o udenismo: a ambigüidade do liberalismo brasileiro 1945- 1965*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Jânio Quadros*.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: companhia das letras, v. 11, 1990.

CARVALHO, José Murilo. Passado, presente e futuro da corrupção brasileira. In: AVRITZER, Leonardo et al. (Org.). *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da ação integralista brasileira. In FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho; CHAUÍ, Marilena. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1978.

D'ARAÚJO, Maria Celina de. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

GOMES, Ângela de Castro. Uma breve história do PTB. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. São Paulo, 13.jul.2002. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1280.pdf Acessado em: 10/05/2022.

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. *1961: o Brasil entre a ditadura e a guerra civil*. São Paulo: Benvirá, 2011.

QUELER, Jefferson José. *Quando o eleitor faz propaganda política: o engajamento popular na campanha eleitoral de Jânio Quadros (1959-1960)*.

Simpósio Temático - Fontes Judiciais, Direitos e História Social

A criminalidade escrava na comarca do Rio das Mortes (1823-1888)

Laura Leles Rodrigues Dantas³¹⁶

Hiago Gonçalves Dias do Nascimento³¹⁷

Resumo: No presente trabalho, pretende-se analisar os processos criminais com réus escravizados na Comarca do Rio das Mortes ao longo do período de 1823 até 1888. Objetiva-se interpretar as motivações que permeiam a criminalidade escrava do século XIX, bem como os reflexos das medidas legislativas de erradicação gradual da escravidão, como a Lei Eusébio de Queirós (1850), sobre as tensões sociais entre escravizados e senhores, até o momento da abolição. Para tanto, propõe-se uma análise dos resumos crimes registrados pelo fórum de Oliveira, em prol de observar elementos que possam caracterizar tensões ligadas à escravidão, como fugas, agressões ou rebeliões contra proprietários de escravos.

Palavras-chave: Criminalidade; Escravidão; Justiça; Violência; Comarca do Rio das Mortes

Abstract: In the present study, we intend to analyze the criminal processes with enslaved defendants in Rio das Mortes County from 1823 to 1888. The aim is to interpret the motivations which permeated slave criminality in the course of the 19th century and the reflexes of the legislative measures for the gradual eradication of slavery, such as the Eusébio de Queirós Law (1850), on the social tensions between slaves and masters until the moment of abolition. To this end, we propose an analysis of the crime summaries registered by the Oliveira forum, in order to observe elements that may characterize tensions linked to slavery, such as escapes, aggressions or rebellions against slave owners.

Keywords: Crime, Slavery, Justice, Violence, Rio das Mortes County

Introdução

O século XIX brasileiro foi um período marcado por intensa instabilidade política, crises e frequentes disputas de poder, que impactam diretamente todos os âmbitos da vida imperial. No que tange à escravidão, o conflito entre os grandes proprietários de terras e os grupos abolicionistas compostos por libertos, pelas classes urbanas e pelos próprios escravizados pautam um contexto de incessante tensão social, que

³¹⁶ Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: laura.leles123@gmail.com

³¹⁷ Graduando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: hiagu2222@gmail.com

se intensifica na segunda metade do século e resulta na abolição em 1888. Durante todo o período, a resistência dos escravizados se mostra patente, por meio das fugas, da formação de quilombos, das revoltas e dos atos de violência, que podem ser observados pelas mais diversas documentações da época.

No presente trabalho, pretende-se analisar esse cenário sob a perspectiva dos processos criminais com réus escravizados na Comarca do Rio das Mortes de 1823 a 1888³¹⁸. Nossa delimitação temporal tem por base os marcos da proclamação da independência (1822) e da abolição da escravatura (1888), com o início em 1823 referindo-se ao primeiro processo encontrado dentro desse período. Objetiva-se interpretar as motivações que permeiam a criminalidade escrava do século XIX, bem como os reflexos das medidas legislativas de erradicação gradual da escravidão, como a Lei Eusébio de Queirós (1850), sobre as tensões sociais entre escravizados e senhores, até o momento da abolição.

A escolha dessa localidade como foco do estudo justifica-se por suas singularidades em relação ao contexto mineiro do século XIX. Ao contrário da crise econômica que se aponta em Minas Gerais no período de decadência da produção aurífera, estudos demonstram que a Comarca do Rio das Mortes oitocentista prosperava economicamente, principalmente através da agricultura e do comércio (GRAÇA FILHO, 2002). Com a população em constante crescimento e São João del-Rei como importante entreposto comercial para o Rio de Janeiro, a comarca manteve-se em pleno desenvolvimento econômico, o que nos permite pensar em um ainda alto emprego de mão-de-obra escrava na localidade. De fato, segundo os estudos de Ailton Alexandre de Assis para São João del-Rei, os escravizados encontravam-se em uma amplitude de setores de produção na segunda metade do século, trabalhando na agricultura, no comércio e no serviço doméstico (ASSIS, 1994).

Apesar dos processos que mobilizamos limitarem-se aos anos imperiais do Brasil, cremos ser possível elaborar um levantamento dos delitos, desde anos de 1820 até o fim dos anos de 1880, para assim obter respostas diante da hipótese de que: com avanço da urbanização no século XIX tem-se, também na comarca do Rio das Mortes,

³¹⁸ Os processos criminais utilizados serão retirados da base de dados do acervo do Fórum de Oliveira, arquivados digitalmente pela Universidade Federal de São João Del-Rei. Disponível em: <<https://documenta.direito.ufmg.br/modules/wfdownloads/singlefile.php?cid=7&lid=40>>

uma ascensão dos crimes cometidos por escravizados. Outro ponto fulcral de nosso trabalho diz respeito a angariar respostas quanto aos tipos de crimes mais frequentemente cometidos por cativos no século XIX.

Ainda almejamos, através de nossos levantamentos, saber se a crise do pensamento escravista, sinalizada inicialmente com a Lei Eusébio de Queirós (1850), e posteriormente, de forma mais incisiva, com a abolição da escravidão em 1888, impacta de alguma maneira a ordem social na comarca do Rio das Mortes aumentando, portanto, o índice de crimes cometidos por escravizados a medida que o fim da escravização ia se aproximando. Dito de outra forma, pretendemos especular quais ligações podem ser estabelecidas entre mudanças mais gerais que ocorreram no pensamento social do século XIX na sociedade brasileira e, mais especificamente, a incidência de crimes cometidos por escravizados na comarca de Rio das Mortes. Ademais, ancorados nos escritos de Bretas, somos incentivados a identificar se, bem como ocorreu no final do século em São Paulo, há um aumento dos crimes contra a pessoa, sobretudo contra donos de escravos, cometidos por cativos na comarca mineira, uma vez que essa questão é indispensável para a compreensão da agência de escravizados no desenrolar do processo de abolição (BRETAS, 1991).

Por fim, também pretende-se aqui identificar os crimes que se relacionam mais diretamente com o enfrentamento ao sistema escravista, levando em consideração debates como os trazidos por Vellasco (2005) e Wissenbach (1998).

O pesquisador Ivan Vellasco defende, em seus estudos sobre a comarca do Rio das Mortes no século XIX, a existência de uma cultura da violência na sociedade, relacionada com a defesa da moral, dos valores e da honra, principalmente nos crimes entre escravizados. Ele aponta, entretanto, para a prevalência dos crimes de resistência quando se trata de crimes praticados por escravizados e com ofendidos senhores e feitores.

Já a Maria Cristina Wissenbach, através de seus estudos referentes aos escravizados de São Paulo, entende que a criminalidade escrava tem sentidos múltiplos e complexos, que combinam resistência, arranjos de sobrevivência e a busca por espaços de autonomia.

"Com isso, não se pretende afirmar que aos escravos não interessava a conquista da liberdade, destituindo da análise dos crimes o sentido libertário, nítido em muitas deles. Mas simplesmente enfatizar que, nas dimensões do dia-a-dia, configuram-se aos grupos escravos, outras direções. Sobreviver, em seus significados e dimensões multivariadas, era, por vezes, exigência maior a eles imposta pelo regime da escravidão" (WISSENBACH, 1998, p. 32).

Assim, a perspectiva defendida em nossa pesquisa é a de uma criminalidade

escrava marcada por uma multiplicidade de sentidos, ainda que admita uma predominância da resistência como motivação nos crimes cometidos contra senhores e feitores.

Sob esse viés, propõe-se uma análise dos resumos crimes registrados pelo fórum de Oliveira, em prol de observar elementos que podem caracterizar tensões ligadas à escravidão, como fugas, agressões ou rebeliões contra proprietários de escravos.

Algumas categorias de enquadramento...

Em pesquisa aos processos criminais registrados pelo Fórum de Oliveira entre o período de 1823 a 1888, foram levantados 76 crimes que apontam escravizados como primeiros ou segundos réus. Para fins analíticos, considerando a Lei Eusébio de Queirós de 1850 como marco, optou-se por estudar a criminalidade escrava na Comarca do Rio das Mortes a partir de dois momentos: de 1823 a 1850 e de 1851 a 1888. Dessa forma, torna-se possível investigar as tensões sociais presentes no sistema escravista da região e relacioná-las às legislações abolicionistas, verificando possíveis aumentos ou diminuições e contextualizando-os.

A observância dos casos nos levou a construir algumas categorias de enquadramento desses processos, sendo elas: crimes a mando, conflitos pessoais, crimes de resistência e crimes contra outros escravizados. Estas, a nosso ver, foram as principais tipificações de delitos registrados. Também convém mencionar os episódios de absolvição por falta de provas, por improcedência ou por perdão e, ainda, casos com informações insuficientes ou com motivações muito específicas.

Para fazer a análise dos processos criminais, além dos dados numéricos levantados, optamos por fazer um exercício de imaginação histórica, para discutir também as motivações e possíveis relações reveladas pelas descrições dos crimes analisados. Pretende-se, dessa forma, trazer à tona em nosso estudo as subjetividades dos sujeitos históricos escravizados, compreendendo suas ações enquanto indivíduos e suas questões e interesses para além da condição que lhes foi imposta.

Levantamento dos processos criminais (1823 a 1850)

Entre os 142 processos criminais encontrados no primeiro período estudado, de 1823 a 1850, foram identificados 21 crimes que registraram réus escravizados, o equivalente a 16,9%. Entre esses, as principais tipologias observadas foram os assassinatos e as agressões físicas, também classificadas como espancamentos, ferimentos e ofensas físicas (Gráfico 01).

Nota-se, em primeira análise, o alto grau de violência presente na criminalidade escrava, com um total de doze assassinatos e uma tentativa. Entre as agressões registradas, encontram-se porretadas e facadas. Os registros encontrados se mostram de acordo com o que Ivan de Andrade Vellasco define como uma cultura da violência, que permeia as relações entre os habitantes da Comarca do Rio das Mortes no século XIX (VELLASCO, 2005). A ausência de crimes como furtos e danos a propriedade no período verificado, em contraste com a totalidade de crimes violentos como assassinatos e espancamentos, revela, especialmente nos casos em que os crimes têm outros escravizados e mulheres como ofendidos, questões que Ivan associa à honra, à moral e aos valores desses réus.

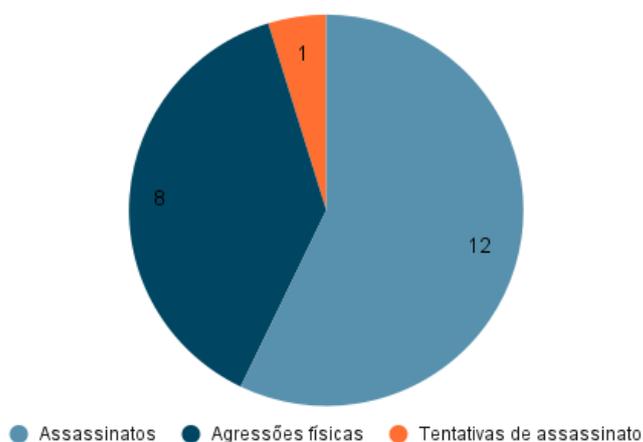


Gráfico 01: Crimes identificados entre réus escravos (1823-1850)

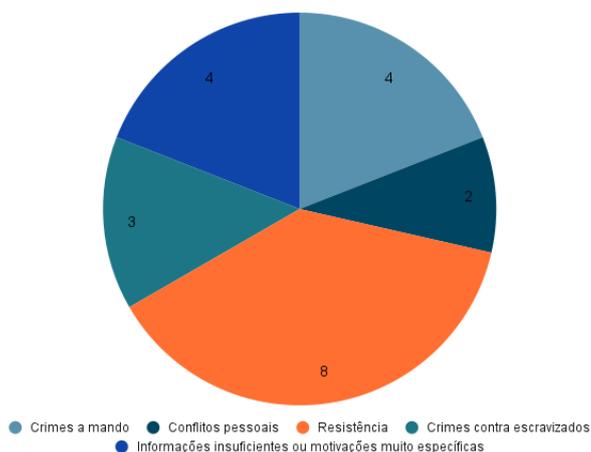


Gráfico 02: Crimes com réus escravizados por categoria (1823-1850)

Em uma análise qualitativa, realizada a partir do resumo dos processos, torna-se possível identificar algumas das principais motivações por trás dos crimes, conforme nossas categorias pré-estabelecidas. Três entre os processos analisados evidenciaram a

ação dos senhores dos escravos no mando dos crimes, em geral por rivalidades particulares com outros fazendeiros. Esses crimes nos permitem confirmar o aspecto de sobrevivência que Wissenbach entende como fortemente ligado à criminalidade escrava (WISSENBACH, 1998). Destaca-se aqui o caso de Fortunato Preto da Costa e Antônio Benguela, sobre os quais temos poucas informações além de sua condição de escravizados e a naturalidade africana de Fortunato. Ambos foram julgados, juntamente com José Gomes Pereira, pelo assassinato de Narcizo Antônio no dia 2 de novembro de 1823, na Fazenda da Senhorinha. O resumo do crime registrado pelo Fórum de Oliveira descreve o ocorrido:

Narcizo Antônio foi assassinado com dois tiros na tarde do dia 2 de novembro de 1823 na Fazenda da Senhorinha. José Gomes Pereira, homem branco e senhor dos escravos Fortunato Preto da Costa e Antônio Benguela contou com a ajuda desses para cometer o crime. A motivação, segundo as testemunhas, foi uma rixa existente entre Narcizo e José Gomes. Os três réus foram condenados³¹⁹.

A partir da análise desse processo, é possível identificar claramente a ação do mando senhorial por trás da ação desses dois escravizados. Algumas outras questões, entretanto, podem ser levantadas a partir de nossa limitada informação. Em primeiro lugar, pode-se pensar sobre as motivações que levaram Fortunato e Antônio a auxiliar José Gomes Pereira nesse crime. Existe, certamente, uma coação por parte do senhor pelo desequilíbrio de poderes e a ameaça de castigos físicos, estivesse ela explícita ou não, mas também é possível refletir a respeito da ação desses escravizados na medida em que a ajuda a José no assassinato de seu rival poderia oferecer uma maior estabilidade na sua condição de sobrevivência dentro da fazenda. Nesse sentido, entendemos este como um crime ligado à manutenção da existência de Antônio e de Fortunato, ainda que possam haver motivações próprias para sua participação no homicídio.

Os crimes entre escravizados encontrados nesse período temporal foram 3. Em dois deles, não fica evidente a motivação por trás da ofensa física e do assassinato, mas sabe-se que ambos foram encontrados na fazenda em que trabalhavam. É plausível imaginar que se tratam de crimes ligados a conflitos pessoais, visto que não possuem a participação de outros réus nem testemunhas que apontem para uma motivação distinta. O último caso, entretanto, chama a atenção para a nossa análise.

Os envolvidos foram mandados ao arraial para entregar produtos do

³¹⁹ Arquivo do Fórum de Oliveira, cx. PC 1, 1824.

engenho, mas receberam ordens de seus senhores (Manoel Fernandes Ayrão e João José Freire) para retornarem logo , assim que fizessem a entrega. O ofendido joaquim, cumpriu a ordem enquanto o réu Florentino ficou na arraial se divertindo . Ao chegar em casa Florentino foi tirar satisfação com o ofendido a fim de saber porque ele não havia esperado para retornarem juntos, e na ocasião deu-lhe várias pancadas e depois o matou com uma facada na barriga. O réu foi pronunciado depois do crime fugiu e foi expedido mandado para sua captura dada pelo Juiz de Paz Manoel Luiz Cardoso, réu incurso no artigo 192 do Código Criminal³²⁰.

Esse caso, que tem como réu o escravizado Florentino pelo assassinato de Joaquim no arraial de Perdões, nos permite refletir um pouco sobre as vivências dos escravizados e seus espaços de integração e resistência dentro do sistema escravista. Florentino desloca-se a Perdões para cumprir as ordens de entrega recebidas por seus senhores, mas deixa a tarefa de lado em prol do próprio lazer ao chegar no arraial. Percebe-se, nesse sentido, a busca pelos próprios desejos e entretenimento como um uma dimensão da sobrevivência de Florentino no contexto analisado, através dessas ações individuais que compõem a subjetividade desse sujeito para além de suas vivências como escravizado. O assassinato de Joaquim por sua volta antecipada possivelmente demonstra a reação de Florentino a uma situação que representaria a descoberta de seus atos e a punição pelos senhores.

O que mais se destacou no presente estudo, entretanto, foi a presença de oito crimes com um claro viés de resistência entre os 21 analisados, todos datados entre 1841 e 1850. A partir desses casos, tornou-se notável para essa análise um aumento significativo das tensões sociais entre escravizados e senhores na década que antecede à Lei Eusébio de Queirós. Nesse sentido, entendemos que esses números mostram em que medida a legislação surge como resposta a um cenário de crescentes tensões, marcado por uma criminalidade cada vez mais voltada para o confronto à condição escrava. Um caso interessante a ser pensado, dentro dessa perspectiva, é o de Joaquim Africano, natural de Maforte, escravizado por Januário José Ferreira, que foi acusado pelo assassinato de seu senhor em 1842.

Joaquim Africano foi acusado de matar seu senhor Januário José Ferreira quando ele tentou castigá-lo durante o trabalho. Em seu depoimento o réu disse ter sido o diabo que lhe influenciara a dar as facadas em Januário. O escravo foi condenado a morte por

³²⁰ Arquivo do Fórum de Oliveira, cx. PC 2, 1839.

enforcamento³²¹.

A morte de Januário José nesse contexto revela o enfrentamento de Joaquim aos castigos severos que possivelmente sofria com frequência na fazenda desse senhor. Entretanto, o que mais chama atenção nesse caso em específico é a tentativa de justificativa do réu através da influência do diabo. É difícil apontar se de fato Joaquim acredita na afirmação feita em julgamento. Considerando a motivação clara do crime cometido por ele, entretanto, pode-se entender que o apelo a uma influência do diabo tenha sido uma medida de sensibilização do juiz através da própria crença religiosa, em prol de assegurar sua inocência. Nessa medida, surge desse caso uma interessante discussão a respeito de como o uso da religião para a defesa de seus interesses era comum aos escravizados e em que medida eram bem sucedidos, ao contrário de Joaquim, nestes convencimentos.

O crescimento da tensão entre senhores e escravizados é, portanto, patente especialmente nessa década, o que se faz de suma importância para os fins desta pesquisa. Ademais, também pode-se destacar a ausência de crimes em que os escravizados são absolvidos entre 1823 e 1850 como um ponto relevante, se compararmos aos dados levantados para o período de 1851 a 1888, analisados a seguir.

Levantamento dos processos criminais (1851 a 1888)

Partindo, então, para a segunda parte desta pesquisa, falaremos agora das informações obtidas nos processos criminais na Comarca do Rio das Mortes entre os anos de 1851 e 1888, contendo escravizados como réus.

A análise permitiu observar que entre os 508 processos registrados no período, 55 envolvem escravizados na condição de réu. Ou seja, um pouco mais de 10% dos casos flertaram com nossas ambições. Nesse sentido, mais uma vez aguçamos nossos instrumentos analíticos e cotejamos estes processos, a fim de relacioná-los com as hipóteses levantadas no início deste escrito. Segue nos próximos parágrafos o que pudemos observar.

Assim como declaramos na segunda seção deste trabalho, o estudo da fonte nos provocou a elaborar algumas categorias analíticas para os crimes cometidos pelos escravizados. No que tange aos processos pertencentes ao recorte temporal priorizado nesta parte do escrito, observamos que dos 55 processos registrados Fórum de Oliveira

³²¹ Arquivo do Fórum de Oliveira, cx. PC 2, 1842.

na época: 4 eram de crimes realizados a mando, 8 eram em decorrência de conflitos pessoais, 9 eram delitos praticados por resistência, 11 foram crimes cometidos contra outros escravizados, 12 foram processos que resultaram em absolvição por falta de provas, por improcedência ou por perdão e 11 ações continham informações insuficientes ou eram em função de motivações muito específicas.

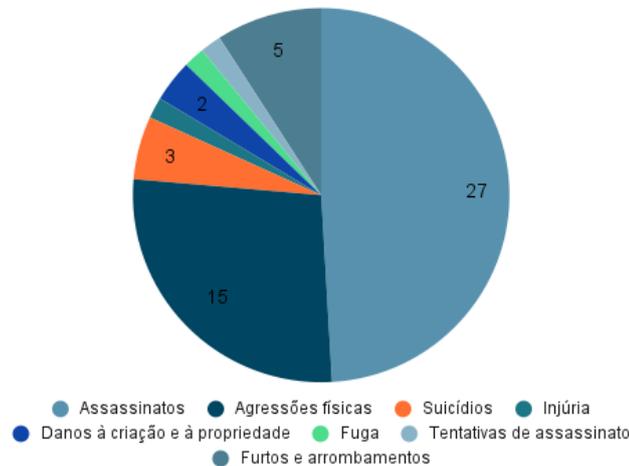


Gráfico 03: Crimes identificados entre réus escravos (1851-1888)

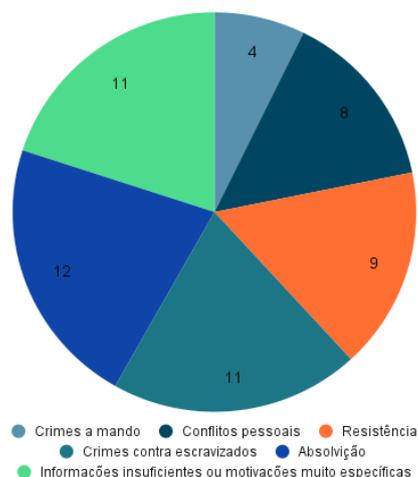


Gráfico 04: Crimes com réus escravizados por categoria (1851-1888)

Além disso, bem como indica o gráfico 4, constatamos que entre os 55 crimes computados, 27 deles são casos de assassinato. A este respeito, chama atenção o episódio envolvendo três escravizados: Rufino, analfabeto, crioulo, de mais ou menos 30 anos; Jerônimo, analfabeto, roceiro, natural de Oliveira, solteiro, também identificado como crioulo, cuja idade não se sabe; e João, cujas informações sobre não aparecem no processo. Segundo o resumo do crime, no dia 17/01/1851, próximo à Fazenda do Ribeirão, na vila de Oliveira:

Foi encontrado morto dentro de um córrego José Ribeiro de Castro. Sua esposa, Romualda Maria de Jesus fez a denúncia acusando por tal crime os escravos de seu marido; João, Rufino, Marcelino (morto dias depois) e João³²². Ouvidos em 1º interrogatório, confessaram o crime e acusaram como mandante Vicente Batista sendo que a causa seria a disputa por uma herança. No 2º interrogatório negaram o crime e continuaram a acusar como mandante Vicente Batista e como assassinos Joaquim Grande e Clemente Rique. Foram levados à Júri e condenados à morte, sendo que Vicente Batista foi absolvido³²³.

Nessa situação, temos um exemplo direto de crime realizado a mando. Entretanto, outras questões saltam a nossos olhos quando nos deparamos com o caso. A primeira seria ainda em torno das motivações do crime. Dificilmente o acontecimento não foi resultado de uma ordem de Vicente Batista, todavia, devemos nos perguntar até que ponto não seria do interesse dos escravizados darem cabo de seu senhor. Infelizmente, não temos respostas para isso, mas se este for o caso, então temos uma intersecção de motivações, sobrepondo um crime de resistência a um crime ordenado. Outro ponto bastante chamativo, relaciona-se ao veredito do processo. Mesmo o nome de Vicente Batista sendo evocado nos dois interrogatórios, a atenção dada a este sujeito parece ser quase nula. Os escravizados mudam as versões, mas em momento algum abandonam a ideia de que o crime foi arquitetado por Vicente Batista, e ainda acrescentam que o motivo seria uma disputa por herança entre ele e José Ribeiro. Lamentavelmente não sabemos de que forma a investigação em torno de Vicente Batista foi conduzida, mas não podemos deixar de apontar para a parcialidade do sistema jurídico da época, que sem pestanejar condenou Rufino, Jerônimo e João e absolveu Vicente Batista de qualquer relação com o delito.

Prosseguindo com nossa investigação, verifica-se que 15 dos 55 crimes registrados envolvem casos de ofensas físicas, ferimentos e agressões. Entre estes, gostaríamos de destacar o evento sucedido no ano de 1887 e protagonizado pelo escravizado Ricardo, brasileiro, analfabeto, lavrador, solteiro, com 30 anos de idade; contra Severino José de Oliveira, sobre quem não foi possível obter nenhuma informação a não ser que este era um senhor de escravo(s). O processo indica que, “Ricardo, escravo de Severino José de Oliveira, tentou contra a vida de seu senhor armado de uma faca e

³²² Neste ponto, vemos a repetição do nome "João". Parece ter ocorrido algum engano na transcrição do processo, pois tratando-se da descrição dos réus, vemos o nome "João" aparecer uma única vez e, no lugar de um segundo personagem com esse nome, fala-se de Jerônimo.

³²³ Arquivo do Fórum de Oliveira, cx. PC 5, 1851.

não conseguindo seu intento cravou-lhe em sua própria pessoa vindo a falecer 3 dias depois”³²⁴.

Dispomos aí de um caso notório de resistência escrava contra seu senhor, que inicialmente consiste em uma tentativa de ofensa física/ferimento/agressão, em concordância com a descrição contida no processo, e que acaba sucedendo em suicídio. Claro que as motivações poderiam ir muito além do que a inconformação para com as condições que a vida de escravizado impunha à Ricardo, mas isso nunca saberemos. Não há material acusatório. O réu suicidou-se no decorrer do evento.

Outro exemplo de crime relacionado à ofensas físicas, ferimentos e agressões, diz respeito ao episódio que ocorreu no ano de 1859 envolvendo o escravizado Valentim, analfabeto, de origem crioula, natural de São João Batista, solteiro, de 36 anos, e o forro Manoel Antônio, também analfabeto e sem mais informações. O processo relata que:

Testemunhas afirmam que o réu escravo Valentim, propriedade de José da Costa Saraiva agrediu o ofendido Manoel Antônio, forro, com porretadas por ciúmes, já que havia rumores de que Manoel Antônio estava mantendo relações com uma crioula escrava de Dona Rosária Francisca da Silva. O crime aconteceu na Fazenda do senhor do réu, onde o ofendido havia ido para prestar um serviço. O réu foi incurso no grau médio do artigo 201 do código criminal, condenado a 50 açoites e a trabalhar com um gancho no pescoço por 3 meses³²⁵.

Nessa cena, vislumbramos um crime motivado por conflitos pessoais. Dilata a nossa visão, a forte presença das subjetividades no caso em destaque. Vemos que ao contrário do que se pensou por muitos anos, escravizados e ex-escravizados não constituíram uma massa homogênea e unívoca. A partir desta situação, contemplamos a existência de conflitos internos entre escravizados, tendo até mesmo relações amorosas como pano de fundo.

Ainda cotejando as informações que foram dispostas no gráfico 04, contemplamos cinco crimes tipificados como arrombamentos e furtos. Destes casos, vale a pena sublinhar o que teve como réu o escravizado Jacó, analfabeto, brasileiro, e sem mais informações. Consta nos materiais do processo que

No distrito de Passatempo, termo de Oliveira, no dia 06/01/1886, Ladislau Gomes Pinheiro, deu queixa contra seu escravo Jacó e contra Jerônimo Rodrigues Teixeira por ser cúmplice do crime de roubo de

³²⁴ Arquivo do Fórum de Oliveira, cx. PC 27, 1887.

³²⁵ Arquivo do Fórum de Oliveira, cx. PC 9, 1859.

café e milho de sua propriedade. Ladislau desistiu de processar seu escravo dando a ele apenas castigos domésticos moderados, porém não desistiu da ação contra Jerônimo por ter comprado, com conhecimento, os produtos do crime. No fim do processo, o ofendido dá também o perdão à Jerônimo Rodrigues Teixeira e o processo chega ao fim³²⁶.

Esse intrigante episódio nos fornece uma narrativa muito fascinante sobre as relações sociais do período. De antemão, podemos afirmar que este processo encaixa-se na categoria de ‘crimes que resultaram em absolvição por falta de provas, por improcedência ou por perdão’, nesse evento em específico, prevalece a última opção. No entanto, o ponto que talvez mais tenha nos cativado, tem a ver com a decisão tomada por Ladislau G. Pinheiro, que podendo prosseguir com a acusação, decide perdoar o escravizado Jacó e, mais adiante, o comerciante Jerônimo. Desperta nossa curiosidade, o fato de Ladislau ter optado por lidar domesticamente com Jacó, mas não abrir mão, a princípio, da acusação contra Jerônimo. A nosso ver, compensa questionar se esta conduta em vez de representar uma escolha particular do denunciante, não se trata de uma conduta entrelaçada ao contexto geral da época.

Nessa mesma linha, convém ainda mencionar que além dos casos já evocados, os processos analisados registram mais 3 crimes de suicídio, 2 crimes de danos a criação e à propriedade, 1 crime de injúria, 1 fuga e 1 tentativa de assassinato.

O que identificou-se através dos levantamentos...

Ao realizar a presente pesquisa, pretendia-se, em primeiro lugar, verificar se havia um aumento da criminalidade escrava correspondente ao processo de urbanização e expansão da produção agrícola que ocorriam na Comarca do Rio das Mortes durante o período estudado. O que identificamos através dos levantamentos foi a existência de um aumento na criminalidade geral da comarca, a partir de 1850, e nesse sentido também um crescimento no número de crimes com réus escravizados. Entretanto, a partir da nossa documentação, o que se percebeu foi uma diminuição na porcentagem de processos com réus escravizados em relação ao número total de registros. No nosso primeiro período trabalhado, de 1823 a 1850, obtivemos uma taxa de 16,9% de crimes cometidos por escravizados, enquanto entre 1851 e 1888 a taxa observada foi de 10%.

Nesse sentido, algumas questões podem ser debatidas a respeito das motivações para essa diminuição. Já identificamos em nosso estudo uma forte tendência à absolvição

³²⁶ Arquivo do Fórum de Oliveira, cx. PC 24, 1866.

dos escravizados nos processos criminais do segundo período, principalmente pela interferência dos senhores, o que contrasta fortemente com o que observamos entre 1823 e 1888. Considerando a promulgação da Lei Eusébio de Queirós em 1850, que proibia o tráfico de escravos no país, entendemos que é possível que haja uma preferência por lidar com a criminalidade escrava de forma doméstica pelos senhores da comarca a partir desse período, de modo a preservar seu contingente de escravos.

Além disso, destacamos que a diminuição na porcentagem da criminalidade escrava no próximo período não necessariamente significa a diminuição da agência dos escravizados da comarca pelo fim da escravidão. Sabemos que a luta pela abolição se revela através de distintos espaços de mobilização, como os movimentos coletivos, a inserção na política e na advocacia, a compra de alforrias e a criminalidade escrava. Nesse sentido, pode-se considerar que outras formas de tensionamento do sistema escravista estavam se manifestando na comarca, apesar dessa diminuição de casos criminais.

Outra questão que procuramos responder neste trabalho concerne aos principais tipos de crimes cometidos por escravizados na região e no período analisado. A este respeito, notamos que as principais tipologias de crimes foram os assassinatos e as agressões físicas. De 1823 a 1850, tivemos um total de 12 assassinatos e 8 espancamentos, ferimentos e ofensas físicas. Já do ano de 1851 até o ano de 1888, contabilizamos 27 assassinatos e 15 casos de ofensa física. Com esse extrato, a tese de Ivan de Andrade Vellasco (2005) sobre uma cultura de violência que permeia as relações interpessoais na Comarca do Rio das Mortes durante todo o século XIX se confirma.

Ademais, também pretendíamos estudar os processos criminais levantados contextualizando-os em relação às legislações abolicionistas de 1850 e 1888. Já discutimos no resumo dos crimes o aumento da resistência escrava através da criminalidade na década anterior à promulgação da Lei Eusébio de Queirós. Entende-se, nessa medida, que a legislação responde a uma tensão crescente na sociedade escravista nesta comarca, onde crimes de fuga e de assassinato de senhores e feitores encontram-se em pleno crescimento.

Pensando sobre a lei da abolição de 1888, a informação que temos através de nossa documentação certamente revela uma tensão social patente nessa sociedade, apesar de reduzida quando comparada à da década de 1840. O aparecimento de crimes como o suicídio se faz notável nesse período, o que demonstra uma desesperança e uma revolta extremas desses sujeitos para com a sociedade em que viviam. Além disso, a

criminalidade de resistência também se expressa através da fuga e do atentado contra os senhores, marcando relações de oposição intensa entre escravizadores e escravizados, que resultaram na conquista da Lei Áurea, em 1888.

Por fim, outro objetivo que estabelecemos foi o de identificar se, bem como ocorreu no final do século XIX em São Paulo, houve um aumento dos crimes contra a pessoa, sobretudo contra senhores de escravos, cometidos por cativos na comarca mineira do Rio das Mortes. No que diz respeito a isso, os processos apontam para uma queda no número de crimes contra os senhores de escravos. Não se sabe ao certo o motivo dessa redução, mas de forma alguma podemos responsabilizar somente a Lei Eusébio de Queiroz por essa queda. Tal responsabilização consistiria em um protagonismo exacerbado atribuído ao Estado. Hipóteses para esse evento podem ser levantadas, uma delas seria a escolha da comunidade anti-escravista por optar pela via legal nesta época, em detrimento da criminalidade como forma de resistência. O crescimento do número de alforrias conquistadas no período, conseqüentemente, também pode ter influenciado na redução dos crimes cometidos contra senhores de escravos e na esperança de liberdade pelos meios formais.

Considerações finais

Neste escrito, objetivamos inserir uma interpretação sobre o conjunto de crimes envolvendo escravizados como réus. Apesar dos sistemas de tipificação e categorização dos processos terem nos ajudado, não estive entre as ambições deste trabalho promover um juízo axiológico retrospecto sobre os delitos cometidos por cativos. Temos em mente que o dualismo resistência/conformação não é suficiente para compreender as ações empreendidas pelos sujeitos da época. Muitos dos crimes só fazem sentido dentro da lógica histórica na qual estas pessoas estavam inseridas e, mais ou uma vez, embora as categorizações tenham nos auxiliado, são ferramentas hermeneuticamente precárias e contingentes. Assim como Chalhoub, estamos cientes de que

Os cativos agiram de acordo com lógicas ou racionalidades próprias, e seus movimentos estiveram sempre firmemente vinculados a experiências e tradições históricas particulares e originais. E isso ocorria mesmo quando escolhiam buscar a liberdade dentro do campo de possibilidades existente na própria instituição da escravidão - e lutavam então para alargar, quiçá transformar, esse campo de possibilidades (CHALHOUB, 1990, p. 318).

É importante destacar, ademais, que a documentação analisada nos impõe limitações para uma compreensão mais ampla da criminalidade escrava nesse contexto.

Muitos dos processos que estudamos não possuíam descrições detalhadas, que nos permitissem identificar com clareza os cenários que resultaram nos crimes registrados. Além disso, mesmo nos processos em que tivemos informações suficientes para a realização da presente análise, não se pode concluir que as transcrições que pesquisamos representam completamente as motivações, os interesses pessoais e a subjetividade dos escravizados acusados, especialmente se considerarmos a multiplicidade de sentidos que carrega a criminalidade escrava, defendida por Wissenbach e Chalhoub.

Nesse sentido, essa análise nos possibilitou fomentar discussões a respeito da agência escrava por meio da criminalidade. Essa agência não se destaca apenas nos momentos de resistência explícita ao regime escravista, dilata-se também quando observamos dilemas pessoais (tais como relações amorosas, discussões em prol da honra e brigas circunstanciais) como motivações de delitos. São nestas situações cotidianas que fica perceptível a capacidade de resignificação, por parte dos escravizados, de suas condições sócio-culturais.

FONTES DIGITALIZADAS

Processos Criminais do acervo judiciário de Oliveira, 1823 – 1888 (apenas os que envolvem escravos como réus). Disponível em: <<https://documenta.direito.ufmg.br/modules/wfdownloads/singlefile.php?cid=7&lid=40>>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, Ailton Alexandre de. *A criminalidade escrava em São João Del-Rei (1850-1860)*. 1994. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/portalderepositorio/File/pghis/monografias/criminalidade.pdf>>
- BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente. In: *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 32, 1991.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. A Comarca do Rio das Mortes e a Princesa do Oeste: O Ouro da Lavoura das Vertentes. In: GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002. Cap. 1. p. 30-51.
- VELLASCO, Ivan de Andrade. *A cultura da violência: os crimes na Comarca do Rio das Mortes – Minas Gerais, século XIX*. Tempo, v.9, n.18, 2005. p.171-195.
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas. Escravos e forros em São Paulo (1850 – 1880)*. São Paulo, Hucitec, 1998.

Feminicídios em processos judiciais: um estudo sobre vítimas na cidade de Pelotas (2014-2022)

Elisiane Medeiros Chaves³²⁷

RESUMO: O presente trabalho se refere a uma pesquisa que está sendo realizada no doutorado do Programa de Pós-Graduação em História, junto à Universidade Federal de Pelotas e trata sobre crimes de feminicídio ocorridos na cidade de Pelotas-RS, entre os anos de 2014 e 2022. As fontes para o estudo são processos judiciais que tramitam na 1ª vara criminal de Pelotas. Agredir mulheres costumava ser uma prática admitida na maioria das sociedades, ao longo dos períodos históricos. Atualmente, não se aceita mais esses tipos de condutas. Entretanto, são contínuas as notícias de atos violentos e de mortes de mulheres, na maioria das vezes, cometidos por homens. O estudo tem como objetivo observar como era a atuação do Estado na solução desses crimes antes da vigência da Lei nº 13.104/2015 (Lei do feminicídio), e verificar como eles passaram a ser solucionados depois da sua promulgação.

Palavras-chave: Feminicídios, Gênero, Estado.

ABSTRACT: Treating women in a violent manner used to be an accepted practice in most societies throughout historical periods. For men, the exterior and the most important decisions were established, while women had to stay inside the houses, taking care of the family, and they could often be victims of male aggressions so that they could remain in the place that society had established for them. they. However, social changes have taken place and these types of behavior against women are no longer accepted. However, reports of violent acts and deaths of women, most often by men, are continuous. This work concerns a study on femicides that occurred in the city of Pelotas-RS, between the years 2014 and 2019, in order to observe how the State acted in solving these crimes before Law No. 13,104 / 2015 (Law no. femicide), and to see how they came to be solved after their promulgation.

Keywords: Femicides, Genre, State.

O artigo se refere a uma reflexão sobre o tema da violência contra as mulheres e a ocorrência dos crimes mais letais que são cometidos contra as suas vidas, os feminicídios. A discussão sobre esse assunto ocorre por meio de uma pesquisa que está sendo realizada no Doutorado em História, junto à Universidade Federal de Pelotas, a qual discute esses tipos de crimes, nas formas consumadas e tentadas, que foram praticados pelos companheiros ou ex companheiros das vítimas.

³²⁷Graduada em Direito e em História pela Universidade Federal de Pelotas, Mestra em História pela Universidade Federal de Pelotas. Doutoranda em História pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: elisianemchaves@hotmail.com.

O estudo tem como objetivo investigar os crimes violentos cometidos contra as vidas das mulheres pelotenses e analisar o impacto da lei do feminicídio nas situações de violência contra as mulheres, observando a maneira como o Estado se posiciona na solução destes crimes. As fontes da pesquisa consistem em processos judiciais que tramitam na 1ª Vara criminal de Pelotas, órgão responsável pelo julgamento dos crimes dolosos cometidos contra a vida.

O recorte temporal é compreendido entre os anos de 2014 e 2022, ou seja, se inicia um ano antes da criação da lei do feminicídio e se estende aos dias atuais, sendo, portanto, a pesquisa relacionada à História do Tempo Presente, tendo em vista a análise de processos judiciais que estão tramitando na Justiça. A História do Tempo Presente é uma área de construção de conhecimento histórico que se baseia no estudo de fatos recentes ou que ainda estão se atualizando, como é o caso dos processos analisados.

De acordo com FICO (2012), sujeito e objeto de pesquisa compartilham a mesma temporalidade, ou seja, estão inseridos em um tempo e cotidiano próximos. Conforme MOTTA (2012), a História do Tempo Presente é o lugar autorizado para que seja construída uma narrativa científica acerca do que é vivido e do que se consagra como memória, e, em vista da sua cientificidade, erudição e criticidade, ela se firmou como um campo de conhecimento dos mais vigorosos.

Em vista da coleta de dados nos processos judiciais, a metodologia utilizada no estudo é a análise documental, a qual pressupõe uma ampla e complexa análise de informações em documentos que servem para nortear um estudo categorizado, o qual permite a produção de novos conhecimentos a respeito de um determinado tema.

Para SILVA e DAMACENO (2009, p. 4557):

[...] a pesquisa documental permite a investigação de determinada problemática não em sua interação imediata, mas de forma indireta, por meio do estudo dos documentos que são produzidos pelo homem e por isso revelam o seu modo de ser, viver e compreender um fato social. Estudar documentos implica fazê-lo a partir do ponto de vista de quem os produziu, isso requer cuidado e perícia por parte do pesquisador para não comprometer a validade do seu estudo.

As fontes judiciais propiciam a análise de diversos discursos que contêm representações sociais da realidade vivida pelas partes, os quais são mediados pelos juízes, e, a partir do seu uso em pesquisas, transcendem o Judiciário. Mesmo que tais discursos sejam construídos com base em versões individuais, neles é possível observar, segundo CHALHOUB (2001, p. 41-42):

[...] as coisas que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência, cada história recuperada através dos jornais e, principalmente, dos processos criminais é uma encruzilhada de muitas lutas. Resta ao historiador a tarefa árdua e detalhista de desbravar o seu caminho

em direção aos atos e às representações que expressam, ao mesmo tempo que produzem, estas diversas lutas e contradições sociais.

Com relação ao estudo realizado, o mesmo parte da hipótese de que, durante o perpassar dos períodos históricos, muitos homens aprenderam que podiam dominar as mulheres, cabendo a elas obedecê-los sob pena de sofrerem violências masculinas. Essa forma de encarar as relações de gênero faz parte de uma construção social que foi naturalizada por diversas sociedades e, embora já não tenha mais a mesma força, ela persiste nos dias de hoje, razão pela qual muitos homens ainda matam mulheres, pois continuam valorando-as como seus objetos de dominação, não admitindo perder o controle que, historicamente, aprenderam que podem ter sobre elas.

Para LERNER (2019), os homens não saiam para caçar todos os dias, mas as mulheres exerciam as tarefas de coleta e de cuidados com os filhos todos os dias. Durante o tempo em que ficavam livres, eles construíram interpretações da realidade no sentido de que as mulheres eram inferiores e passaram a dominá-las, inclusive, por meio da violência. Em vista disso, muitas foram mortas.

Já, conforme PESSIS e MARTIN (2005), quando as mulheres tinham filhos, como as crianças precisavam de cuidados para sobreviver, isto as foi distanciando de outras tarefas, fazendo com que deixassem de acessar as novas tecnologias que iam sendo criadas para a manutenção dos grupos e os homens foram tomando conta dos campos políticos, de poder e da própria vida feminina. Essa condição fez com que elas tivessem suas vidas pautadas pela desigualdade de gênero.

Segundo RUBIN (2018), toda sociedade tem alguma forma sistemática e própria de lidar com os sexos biológicos e com os comportamentos de gênero e ela cria o seu mundo sexual de acordo com as suas necessidades, podendo ser igualitário ou estratificado em gênero, como é a maioria delas. Essa criação social das formas de lidar com sexo e gênero, a autora chama de sistema sexo-gênero.

Já conforme BOURDIEU (2005, p.18): “A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la”. A determinação cultural de papéis a serem exercidos por ambas as categorias sociais, demonstra o estabelecimento de identidades de gênero que determinam estereótipos norteadores da vida em sociedade.

Refletindo sobre a construção dos papéis de cada categoria social, para PERROT (1988), houve a constituição do espaço público para os homens e do privado para as mulheres, discurso esse que foi bastante forte nos séculos XIX e XX, no Ocidente, cabendo aos homens a economia política e o poder do Estado e às mulheres a economia doméstica e o poder privado, familiar e materno. Ainda assim, os homens também interferiam no espaço privado, pois as mulheres não eram totalmente livres para tomar as decisões da casa. Essa forma de vida opressiva que foi estabelecida para o feminino, foi reproduzida entre gerações e gerações.

Na maioria das sociedades, homens aprenderam comportamentos sobre serem superiores às mulheres e que elas deviam ser submissas às vontades deles. A identificação masculina com essas normas, entre outras, faz parte da construção das masculinidades. A esse respeito, de acordo com BAUBERÓT (2013, p. 189):

[...] deveríamos considerar que o processo de maturação que naturalmente leva o menino ao estado de homem adulto desempenha um papel ínfimo diante do lento e profundo trabalho de inculcação pelo qual a sociedade o conduz a se conformar às características físicas e morais específicas do estado viril.

Todavia, é importante refletir que desenvolver os atributos que identificam os sujeitos femininos e masculinos não é suficiente, pois, especialmente em relação aos homens, eles terão que estar sempre reafirmando-os para que possam continuar sendo vistos como machos até o fim de suas vidas. Para BUTLER (2003) os sexos são produzidos pelas reiterações constantes das normas gênero a partir de uma matriz cultural construída por discursos, a qual gera uma identidade para o sexo, e uma “verdade” do sexo dirigida para o heterossexualismo, muito embora nem todos os indivíduos se identifiquem com as matrizes binárias masculino/feminino. Geralmente, pessoas pertencentes ao grupo LGBTI+³²⁸ sofrem preconceitos e são excluídas socialmente, pois não se encaixam na heterossexualidade compulsória³²⁹.

Segundo BOURDIEU (1989), existe um poder simbólico atuante nas estruturas sociais que constrói a realidade e tende a estabelecer uma ordem estruturada, na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica, ainda que ela seja ignorada como tal. Nesse sentido, na maioria das sociedades, muitos homens e mulheres assimilaram, ao longo dos períodos históricos, a ideia de que eles são superiores, razão pela qual por muito tempo houve a convivência da sociedade com os crimes contra o feminino. O que não se pode dizer que deixou de acontecer na contemporaneidade.

Segundo SAFFIOTI (2004), no exercício do patriarcado, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais e recebem a autorização ou, no mínimo, a tolerância da sociedade para punir o que consideram como desvio. E, muito embora a vida das mulheres na atualidade tenha sofrido transformações, a violência contra ainda persiste.

Conforme LAGARDE (2005) muitas mulheres se identificaram com o que foi estabelecido para elas. Para a autora, o termo cativo é uma categoria de análise antropológica na qual, num mundo patriarcal, as mulheres são privadas de sua liberdade, autonomia e poder de decisão. Elas aprendem que são incapazes de se governar sozinhas e que precisam da força masculina para sobreviver. Assim, o ideal feminino é o de que devem doar-se para os homens em troca da proteção que pensam que necessitam. Muitas mulheres ainda alimentam essa cultura porque acreditam nesse estereótipo, sem refletir que ele foi construído para que suas vidas pudessem ser controladas pelos homens. Para LAGARDE (2005), é necessário desconstruir essa identidade feminina subalterna.

³²⁸ LGBTI+ é a sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros e Intersexuais. O “+” é utilizado pelo movimento gay para fazer alusão à visibilidade de casos de assassinatos de heterossexuais sob motivações homofóbicas, tendo sido a vítima confundida com gays ou lésbicas.

³²⁹ A expressão compreende a heterossexualidade como uma instituição política, concebida como natural, universal, normal e majoritária. Para Rich (2010) o “compulsório” é no sentido da pressão que a sociedade exerce sobre as pessoas para garantir que a heterossexualidade predomine.

No nosso país, os costumes portugueses tiveram uma forte influência não só na formação dos modelos de família dos brasileiros, mas também no estabelecimento dos papéis de cada membro dessa instituição, ou seja, o que cabia ao marido ou pai fazer (uso da violência) e o que cabia à esposa ou mãe fazer. E assim também eram estabelecidos os papéis das filhas e dos filhos. Nesse sentido, por exemplo, as legislações portuguesas, denominadas Ordenações Filipinas³³⁰, mantinham normas legais repressivas e punitivas voltadas para as mulheres, pois permitiam a violência contra elas e até mesmo seus assassinatos.

A lei previa que o marido ficava isento de pena quando castigasse sua mulher com pau ou pedra, conforme o Livro V, título XXXVI, parágrafo 1º da referida legislação:

E estas penas não haverão lugar no que tirar arma, ou ferir em defesa do seu corpo e vida, nem nos escravos cativos, que com pau ou pedra ferirem, nem na pessoa que for de menos idade de quinze anos [...] nem nas mulheres, que com pau ou pedra ferirem [...] nem em quem castigar criado, ou discípulo, ou sua mulher, ou seu filho, ou seu escravo [...] enquanto estiverem sob seu mandado.

Em vista disso, é possível afirmar que hábitos discriminatórios em relação às mulheres se tornaram muito fortes na sociedade brasileira, encontrando ampla identificação entre os homens, e também nas mulheres, afinal, elas aprenderam, desde a infância, que tinham que viver conforme os costumes que foram estabelecidos culturalmente para elas.

Foram os movimentos feministas que tentaram modificar os cotidianos de violências masculinas que atingiram muitas mulheres. A partir dos anos 1970, a segunda onda do movimento feminista, em diferentes partes do mundo, impulsionou a criação de políticas públicas para combater as desigualdades entre mulheres e homens. Grupos feministas exigiram e até tiveram participação na elaboração de reformas legais e na gestão das novas políticas direcionadas às mulheres.

Porém, no Brasil, as mudanças foram ocorrendo lentamente, pois, somente no ano de 2006 foi promulgada a Lei 11.340³³¹ (Lei Maria da Penha), a qual passou a tipificar como crimes as agressões contra as mulheres. E os seus assassinatos só foram tratados com mais rigor a partir da Lei 13.104³³², de março de 2015 (Lei do Feminicídio), quando passaram a fazer parte do rol dos crimes hediondos os homicídios contra mulheres, praticados em razão do seu gênero, nos casos de violência doméstica e de menosprezo ou discriminação à condição feminina, aumentando a pena em 1/3, prescrevendo a mínima de 12 anos e máxima de 30, dependendo dos agravantes.

³³⁰ Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>>. Acesso em outubro de 2021.

³³¹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em outubro de 2021.

³³² Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm>. Acesso em outubro de 2021.

O feminicídio é o ato mais extremo da violência estrutural contra a mulher. O conceito surgiu do movimento feminista nos anos 70, como uma forma de denominar as mortes levando em consideração a condição social de ser mulher, em oposição à neutralidade do termo homicídio, que não observava os assassinatos observando as diferenças entre sexo e gênero.

Segundo LAGARDE (2008, p. 216), o feminicídio representa a desigualdade estrutural existente entre homens e mulheres e se configura como sendo: “o genocídio contra as mulheres e acontece quando as condições históricas geram práticas sociais que permitem atentados violentos contra a integridade, a saúde, a liberdade e a vida de meninas e mulheres”.

A Lei nº 13.104/2015 passou a nomear as mortes de mulheres sendo esse um ato político que faz aparecer e existir esse crime que ficava escondido na generalidade do termo “homicídio”. Nomear corretamente é uma forma de escancarar para a sociedade a matança de mulheres como uma violência de gênero.

No feminicídio é imprescindível que a conduta do agente esteja motivada pelo menosprezo ou discriminação à condição da vítima ser mulher, segundo LOUREIRO (2017).

Entre os resultados obtidos na pesquisa, é possível apontar que foram encontrados 33 processos. Destes, 2 foram desclassificados, ou seja, pela natureza do crime houve o entendimento de que não se tratavam de tentativas de feminicídios e sim de lesões corporais, passando a competência para os seus julgamentos a ser do Juizado da Violência Doméstica. Outros 4 processos tratavam de crimes como, um filho que matou a mãe, um genro que matou a sogra, dois irmãos (filho e filha) que mataram a mãe e um irmão que tentou matar a irmã com golpes de faca na cabeça, por tais razões, esses 6 processos não fazem parte do estudo, ou porque não são julgados pela 1ª Vara Criminal ou porque não havia uma relação íntima entre os autores dos crimes e as vítimas (feminicídio íntimo). Por ser assim, o estudo se debruça sobre 27 processos, sendo 11 feminicídios consumados e 16 tentados.

A maioria dos crimes estudados ocorreu pelo fato dos réus não aceitarem o fim dos relacionamentos ou por ciúme das vítimas, o que resulta em um perfil de homens nos quais é recorrente o machismo ainda tão presente na nossa sociedade, a qual, desde a época da colonização, foi construída segundo os moldes europeus, que admitiam a violência masculina como forma de subjugar e explorar os corpos das mulheres, de acordo com FEDERICI (2017).

Os instrumentos mais utilizados nos crimes foram facas e armas de fogo. Também foram empregadas esganaduras, queimaduras, além das agressões físicas como socos, chutes e uso de martelos e barras de ferro. Diante de crimes tão brutais, nas análises realizadas até o momento, se pode apontar que um réu tentou suicídio após pretender matar a vítima asfixiando-a com gás e golpeando-a com um martelo, mas, os dois, que são idosos, sobreviveram. Além disso, outro homem afirmou que se arrependeu após, por ciúme, ter tentado matar a companheira a facadas e a levou para o hospital. Mas, depois fugiu e foi assistir um culto e pedir orientação a um pastor, que o guiou a se apresentar à polícia. Entre os demais não foi verificado, claramente, se existiu arrependimento ou temor pelas consequências de seus atos, como se fosse corriqueiro matar mulheres, numa espécie de representação social de que isso é algo natural porque sempre aconteceu. Para

BOURDIEU (2005) existem relações de forças assimétricas entre os gêneros que caracterizam uma visão falocêntrica do mundo que procura justificar atos de dominação masculina.

Foram encontrados processos cujas mortes de mulheres aconteceram depois da nova lei, mas que tramitavam como homicídio simples ou qualificado, tendo sido encontrados 4 processos nessa situação. Por ser desta forma, no tempo presente, se percebe que ainda recaem sobre as mulheres o descaso e a omissão que, historicamente, sempre acometeram o gênero feminino, inclusive nos órgãos que deveriam aplicar devidamente a justiça para todos os cidadãos.

Uma consequência prejudicial às mulheres, decorrente dessas classificações erradas, é que os reais números de feminicídios não aparecem, ficam aquém da realidade e isso impacta diretamente na instituição de políticas públicas, pois, se, aparentemente, ocorrem menos crimes, a preocupação em tomar medidas para evitá-los também pode diminuir.

Para FOUCAULT (2002), as práticas jurídicas são importantes objetos de estudo, pois produzem verdades, saberes e subjetividades, uma vez que, sem cessar no decorrer da história, julgam as ações dos indivíduos em função dos seus erros e da necessidade de reparação ou de punição pelas suas ações. Com isso, a observação das práticas utilizadas nos julgamentos dos autores das mortes de mulheres é um instrumento capaz de revelar quais são as verdades e as subjetividades do Estado que estão em jogo no que diz respeito às relações de gênero, as quais, por sua vez, contribuem para a produção dos saberes que circulam no meio social.

Conforme BOURDIEU (2008), as ações do Estado moderno estruturam as populações, constroem as relações sociais, então, com essa perspectiva, pela sua forma de atuar, ele também produz o que a sociedade pratica e pensa sobre gênero.

De acordo com SOUZA et al (2009), historicamente, no Brasil, a ação estatal, até por meio da legislação, deixa implícito o uso da violência, devido à discrepância do conteúdo das normas, das políticas públicas e é isto que se vê concretamente na dinâmica da vida social, quando muitas mulheres ainda são vítimas da violência masculina. Tal situação demonstra que esse fenômeno não é combatido de forma efetiva e eficaz. Como o Estado, por sua vez, sempre foi discriminatório em relação às mulheres, pode resultar dessa circunstância o seu pouco interesse em auxiliar as mulheres a terem uma vida livre de violências.

VIANNA e LOWENKRON (2017) também afirmam que o Estado contemporâneo não difere muito da atuação machista que sempre teve em relação às mulheres, inclusive fazem uma crítica sobre as políticas voltadas para essa categoria social reiterarem e não transformarem, de fato, as condições simbólicas que garantem a subordinação feminina. Ou seja, o próprio Estado teria uma identidade masculina ao ter elementos que correspondem, conforme as autoras, à (2017, p. 11): “convenções de poder e de privilégio constitutivas do gênero dentro de uma ordem de dominação masculina”.

As autoras também fazem uma relação com um processo no qual as mulheres teriam saído das mãos de um homem “protetor” e teriam passado para as mãos do Estado, ainda machista. Conforme VIANNA e LOWENKRON (2017, p. 13) ele pode ser entendido como um:

[...] veículo importante da dominação masculina na modernidade tardia, na medida em que substituiu muitas das formas de dominação antes desempenhadas por homens individuais, sem abrir mão do caráter socialmente masculino – e branco, devemos acrescentar – das formas de poder exercidas pelos agentes e instituições estatais sobre a vida de mulheres por meio das políticas da proteção ou de regulação.

Diante de tais constatações, o que se observa é a permanência de condutas sociais e culturais que ainda beneficiam os homens, como historicamente sempre aconteceu. Conforme LANG (2001, p. 465): “O paradigma naturalista da dominação masculina divide homens e mulheres em grupos hierárquicos, dá privilégios aos homens à custa das mulheres”.

Com isso, também se observa que crimes violentos cometidos contra as mulheres não param de acontecer, demonstrando que as hierarquias de gênero prevalecem na esfera social, e o crime de feminicídio pode ser apontado como um instrumento de subjugação das mulheres aos homens que atravessou todos os períodos históricos e que permanece acontecendo na atualidade porque o interesse em evitar as suas mortes é menor do que a vontade de que elas continuem sendo subjugadas.

Considerações finais

O estudo empreendido tem demonstrado a falta de medidas contundentes para erradicar a violência masculina, e, essa situação não acontece por acaso, pois é confortável para muitos homens que as mulheres continuem sendo submissas, tendo em vista que, na maior parte do tempo, eles tiveram o poder em suas mãos, e a vida delas também.

O Estado brasileiro, por sua vez, ainda possui fortes características da cultura da dominação masculina em suas estruturas, o que explica a existência de ações penais relativas às mortes de mulheres não serem devidamente enquadradas como feminicídios, pois o aparelho estatal não age de forma bem estruturada e eficaz para evitar que isso aconteça. Informações equivocadas a respeito do real número desses crimes impactam negativamente na instituição de políticas públicas para as mulheres

Esses fatos acabam contribuindo para mantê-las sob o jugo masculino, como sempre foi. No entanto, é urgente uma mudança social e política, pois o Estado tem o dever de agir de forma mais contundente para auxiliar as mulheres a viverem livres de violência e a sociedade precisa parar de banalizar essas mortes, devendo qualquer tipo de agressão contra as mulheres ser combatida e erradicada, já que esse não é um fenômeno aceitável, e muito menos normal ou natural, para que se possa continuar convivendo com ele.

Referências bibliográficas

BAUBERÓT, Arnaud. Não se nasce viril, torna-se viril. In CORBIN, Alain. *História da virilidade*. 3. A virilidade em crise? Séculos XX - XXI. Petrópolis: Vozes, 2013.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papyrus, 2008.

- _____, Pierre. *A dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2.ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.
- FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n 47, p.43-59, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. São Paulo: Nau, 2002.
- LAGARDE, Marcela. *Antropología, feminismo y política: Violencia feminicida y derechos humanos de las mujeres*. In BULLEN. M y DÍEZ. C. (coords.) *Retos Teóricos Y Nuevas Prácticas*. Elkartea, p. 209-239, 2008.
- _____, Marcela. *Cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. 4. ed. Ciudad del México: UNAM, 2005.
- LANG, Daniel Welzer. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos feministas*. Ano 9, v. 2, p. 460-482, 2001.
- LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens* / Gerda Lerner; tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LOUREIRO, Ythalo. Frota. Conceito e natureza jurídica do feminicídio. *Revista Acadêmica Superior do Ministério Público do Ceará*. Ano IX, n. 1, p.185-210, 2017.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- PESSIS, Anne-Marie; MARTÍN, Gabriela. Das origens da desigualdade de gênero. In: CASTILLO-MARTÍN, Marcia; Oliveira, Sueli de. *Marcadas a ferro. Violência contra a Mulher. Uma Visão Multidisciplinar*. Brasília. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, p. 17-22, 2005.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo; DAMACENO, Ana Daniella. *Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente*. 2009, p.4554-4566. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3124_1712.pdf>. Acesso em agosto de 2019.
- SOUZA, Jaime Luiz Cunha de; BRITO, Daniel Chaves de; BARP, Wilson José. Violência doméstica: reflexos das Ordenações Filipinas na cultura das relações conjugais no Brasil. *Teoria e Pesquisa*, p.61-82, 2009.
- VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. *Cadernos Pagu*, (51), p.1-61, 2017.

O Fundo Chefia de Polícia: perspectivas e possibilidades.

Aila Kathleen Sais da Silva³³³

Luís Felipe Duarte e Silva³³⁴

Resumo:

O trabalho tem como objetivo fazer uma análise do Fundo Chefia de Polícia, presente no Arquivo Público Mineiro. Esse fundo arquivístico detém uma vasta documentação da polícia que se estende desde o ano de 1842 até o ano de 1956, unindo as documentações provindas da Secretaria de Polícia e da Chefia de Polícia em Minas Gerais. O corpo documental desta fonte se divide nos mais diversos aspectos da polícia e, portanto, abre espaço para uma grande diversidade de abordagens que podem tanto partir da fonte como base, como usá-la de sustentação e apoio para análises já existentes. Logo, o presente trabalho busca discorrer sobre a extensão dessa fonte e dissertar sobre outros textos e pesquisas que fizeram o uso desse fundo, além de explorar as possibilidades que essa documentação abre para o surgimento de outras investigações a partir dela.

Palavras-Chave: Fundo Chefia de Polícia. Minas Gerais. Arquivo Público Mineiro.

Abstract:

This paper aims to analyze the “Fundo Chefia de Polícia”, which belongs to the Arquivo Público Mineiro. This archive has an enormous amount of documents about the police, ranging from 1842 to 1956, uniting documents from both the Secretaria de Polícia and the Chefia de Polícia from Minas Gerais. The documental corpus from this source is divided between the most diverse aspects of the police and, therefore, widens itself for a vast diversity of approaches having its documents as a basis for developing further research or as a support in discussion of other theories and analyzes. So, this work seeks to introduce the extension of the source and explore its possibilities opened by it.

Key-Words: Fundo Chefia de Polícia. Minas Gerais. Arquivo Público Mineiro.

O Fundo Chefia de Polícia

O Fundo Chefia de Polícia é um fundo arquivístico organizado pelo Arquivo Público Mineiro em um esforço, que teve início em 2000, de unir toda a documentação proveniente da Secretaria de Polícia, de 1842 até 1926, e da Chefia de Polícia, de 1930 até 1956. A junção dessas duas documentações foi posta em único conjunto chamado de

³³³ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Licenciada em História (2021) pela mesma instituição.

E-mail: aila.kathleen@estudante.ufjf.br

³³⁴ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Licenciado em História (2022) pela mesma instituição.

E-mail: luis.duartesilva@gmail.com

Chefia de Polícia, que passou por várias fases de trabalho até estar completamente mapeado.³³⁵

Inicialmente, nas primeiras fases de trabalho, haviam 10 séries, porém com a conclusão da terceira etapa do projeto memória do estado (2010 - 2013) foram adicionadas 5 novas séries, o que traz o conjunto a um número total de 15 séries documentais.³³⁶

As séries, com as subséries incluídas, são as seguintes: Série 1: correspondência recebida, contando com as subséries, 1: presidência da província, 2: corpo policial, 3: delegacia de polícia, 4: magistratura, 5: diversos, sendo estes, a tesouraria da fazenda provincial, administração dos correios, diretoria geral de obras públicas, entre outros; Série 2: Correspondência expedida; Série 3: Gabinete de Identificação e Estatística Criminal; Série 4: Matrícula e Autoridades, Funcionários, Policiais e Réus; Série 5: Pessoal; Série 6: Finanças; Série 7: Contratos; Série 8: Ocorrências Policiais; Série 9: Operações Policiais; Série 10: Diversas Séries; Série 11: Expediente; Série 12: Construção e Manutenção de Cadeias e Quartéis; Série 13: Assistência a Alienados; Série 14: Guarda Civil da Capital e Inspetoria de Veículos; Série 15: Serviço Médico Legal e Pronto Socorro Policial.³³⁷

Essa documentação, portanto, corresponde a um grande número de aspectos da instituição policial e de sua organização, passando por documentos que são especificamente logísticos, estoquistas, de recursos humanos, indo até coleções sobre infraestrutura, correspondência e estatísticas da rotina policial. Logo, o fundo abrange um extenso panorama sobre a polícia e seu funcionamento, desde seus aspectos mais básicos até os resultados de seu trabalho no exercício do policiamento da Província ou Estado.

Os Relatórios Anuais de Chefes de Polícia

Após a apresentação sobre o Fundo Chefia de Polícia, vamos nos aprofundar um pouco em algumas das fontes com as quais já trabalhamos que compõem esse vasto acervo documental. Adentrando um dos objetivos propostos pelo presente trabalho, neste bloco discutiremos as características dos relatórios anuais de chefes de polícia do estado de Minas Gerais, com o objetivo de apresentar ao leitor de forma mais profunda uma das fontes que compõem o Fundo Chefia de Polícia encontrado no Arquivo Público Mineiro e que fazem parte do Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais.

Os Relatórios Anuais de Chefes de Polícia consistem em registros elaborados com o intuito de se apresentar uma espécie de anuário estatístico onde se operaria uma espécie de balanço sobre o enfrentamento da criminalidade e de todas as questões que

³³⁵ SIIAPM. Histórico do Arquivo Público Mineiro. Acesso em: 16 Jan. 2022. Encontrado em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/wfchannel/index.php?pagenum=4>.

³³⁶ SIIAPM. Fundo – Chefia de Polícia. Acesso em: 16 Jan. 2022. Encontrado em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=13

³³⁷ SIIAPM. Inventário do Fundo Chefia de Polícia. Acesso em: 16 Jan. 2022. Encontrado em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/fundos_colecoes/POL/INVENTARIO_DO_FUNDO_CHEFIA_DE_POLICIA.pdf

envolvessem crimes, prisões e o fazer policial diante desses conflitos. A produção desses relatórios tinham como função impulsionar o melhoramento do serviço policial, onde a escrita do Chefe de Polícia apresentava não somente um levantamento sobre como a instituição estava agindo no momento, mas também conseguimos encontrar nos relatórios demandas percebidas pela instituição policial.

Como evidenciado por Camila Similhana (2022, p. 09), pesquisadora que como já mencionado, também utiliza dos relatórios de chefes de polícia de minas gerais em suas pesquisas, os chefes de polícia tinham dentre seus interesses a produção de uma escrita nesses registros que listasse os crimes reprimidos e que evidenciasse a atuação da polícia diante dessa suposta criminalidade, para demonstrar a capacidade de atuação e liderança, visto a oportunidade de obtenção de maiores cargos com maior prestígio.

É interessante observar como a partir dos relatórios podemos identificar o discurso presente nos documentos através da perspectiva policial, conseguindo detectar quais códigos de conduta configuram a identidade das instituições diretamente ligadas com o processo de criminalização e encarceramento de diferentes grupos sociais.

Toda organização institucional se estrutura a partir de uma espécie de espinha dorsal que opera a sustentabilidade de toda a identidade de determinado órgão (CHIAVENATO, 2010: 286), essa estrutura é responsável por legitimar ações, posicionamentos, métodos e ideários da instituição, toda essa organização e estruturação produz uma espécie de memória institucional (RUEDA, 2011: 17).

Os relatórios anuais de chefes de polícia conseguem nos colocar em contato diretamente com essa espécie de espinha dorsal que sustenta a instituição policial, nos apresentando qual discurso a polícia assume diante do combate à criminalidade durante o período republicano. É interessante observar também como a criminalização de diferentes grupos é construída dentro dos relatórios de chefes de polícia, como a violência é abordada dentro desses registros.

Para que cada vez mais o questionamento entre o que é crime e o que é ser criminoso se popularize entre os mais diversos setores sociais, entender como a criminalização é construída e o quanto o discurso civilizatório impacta na produção de um perfil de criminoso é passo importante para observarmos como o controle social é operados através de uma perspectiva seletiva.

Observamos dentro dos relatórios principalmente a ideia de prevenção geral, onde o crime seria evitado através da contingência daqueles que apresentavam um perfil já propenso à criminalidade, que no contexto da república, recai sobre aqueles que fogem do modelo ideal de nação que foi construído através do discurso civilizatório.

Outro aspecto bastante evidenciado nos relatórios é a ideia da criminalidade como um mal contagioso, onde a delinquência só se desenvolveria em lugares propensos. Essa concepção naturalista da criminalidade, como se o indivíduo já nascesse propenso ao crime, é totalmente fortalecida pelo movimento médico higienista da Primeira República. Os dispositivos de periculosidade e delinquência como observatório político são acionados nesses relatórios, e as camadas empobrecidas são seu principal alvo. Podemos notar a ideia de prevenção geral no seguinte trecho do relatório de chefe de polícia no trecho “Assistência a Menores”:

“Mas, para aquele que uma vez haja demonstrado perversão de costumes, para o que delinuiu, cerram-se todas as portas e sua companhia é evitada com as cautelas de quem foge de um mal contagioso e incurável; é um réprobo em cuja reabilitação ninguém quer colaborar. E quantos desses infelizes há por ahi, assim marcados com o ferrete da ignominia, ao quaes o repudio universal sugere ou impulsos de revolta ou a contingencia de prosseguirem na senda de desvarios encetados!” (APM. Sessão Chefia de Polícia. Secretaria de Polícia. Relatório anual apresentado à Assembleia legislativa do Estado de Minas Gerais, 1918)

Vemos nesse trecho do relatório anual de chefe de polícia do ano de 1918 como no discurso policial a criminalidade é entendida como um mal contagioso e incurável, como se fosse uma doença terminal que se transmitisse de pessoa para pessoa e algo natural, dado já no nascimento. Vemos também como a pessoa que comete o crime é punida socialmente, apresentando o comportamento de que para aquele que cometeu alguma infração ou aquele que tenha condutas que desviam dos bons costumes, para este nada além da completa exclusão da sociedade.

No que se refere a criação desse perfil de delinquente propenso ao crime, Francisco Linhares Neto ressalta que:

“Uma série de fatores, ocorridos nesse recorte temporal, no Brasil, permite aos historiadores refletirem sobre questões que gravitam em torno do poder de polícia e sua ação na tentativa de traçar o perfil para identificar o possível criminoso. Assim, o fim da escravidão, a Proclamação da República, a imigração de mão de obra europeia para substituir a escrava, a industrialização e a urbanização apresentam temas ligados à exclusão e à cidadania que, por sua vez, põem em xeque toda a estrutura da hierarquia social construída no Brasil, desde o processo de colonização.” (NETO, 2016; p.9)

A criminologia de escola italiana já vinha com essa concepção de que os pobres eram propensos ao crime, como se o ser criminoso já estivesse pré-determinado antes mesmo do ato, antes mesmo do delito, onde se tinha essa concepção de que a criminalidade tinha características biológicas e psíquicas, como se houvesse um biotipo para esse indivíduo, que na maioria das vezes se encaixava ao negro, ao mestiço e aos imigrantes pobres. Esse ideário lombrosiano da psicopatologia do criminoso esteve muito presente na construção da sociedade brasileira durante o final do século XIX e início do XX. As ideias eugenistas e lombrosianas intensificaram o processo de criminalização de diferentes grupos, identificando majoritariamente as camadas mais populares como delinquentes.

Portanto, os relatórios anuais de chefes de polícia previamente apresentados ao longo desse texto, são fontes documentais que não foram muito investigados pela historiografia e que apresentam grande número de informações sobre como a polícia do estado de Minas Gerais, como instituição, lida com a questão da criminalidade e da sua posição diante da contenção desses conflitos.

Os Pols

Os POLs são, dentro desse universo arquivístico, um grupo de documentos da Série 3 do Fundo, sendo documentos produzidos pelo Gabinete de Identificação e Estatística Criminal. Responsável pela produção de relatórios e escritos que corroborem com o aumento da compreensão policial do estado em que o crime se encontra, partindo de ideais da criminologia para tentar estabelecer uma base estatística que permita o combate à criminalidade, antes que ela de fato aconteça.

Há um grande número de papéis produzidos nesse universo dos POLs e eles são diferentes entre si. Porém, majoritariamente essa fonte traz os indivíduos presos nesse momento, seja em forma de listas, como nos POLs 168³³⁸, 169³³⁹, 170³⁴⁰ e 171³⁴¹ ou em forma de fichas detalhadas de cada prisioneiro, como no POL 130³⁴².

Assim, partindo desses arquivos é possível entender como o aparato institucional da polícia na época via a criminalidade de fato. Podemos, portanto, enxergar como o órgão responsável pela identificação e estatística dos prisioneiros se organizava e de quais informações ele dispunha. Consideremos, também, que o Gabinete de Identificação e Estatística Criminal foi criado em meio a um esforço nacional que institucionalizou esses gabinetes por todo o país.³⁴³ Ou seja, houve um esforço das forças de segurança nacionais no intuito de se integrar ao movimento crescente de estudos do crime: a criminologia, como vemos em Alvarez (2002), e não só produzir conhecimento sobre a criminalidade no Brasil, como agir sobre ela.

Enfim, de uma forma geral, podemos ver com a produção dessa documentação encontrada no Fundo Chefia de Polícia, o que pode-se considerar como a rotinização do trabalho policial. A criação de hábitos e trabalhos rotineiros que devem ser realizados gradualmente pelo oficial, que passa a registrar de forma semelhante as prisões e crimes

³³⁸ Arquivo Público Mineiro. Diretoria de Arquivos Permanentes. Projeto Memória do Estado (1889-1945). Fundo Chefia de Polícia. Gabinete de Identificação e Estatística Criminal, Relações de crimes cometidos no Estado, POL 168.

³³⁹ Arquivo Público Mineiro. Diretoria de Arquivos Permanentes. Projeto Memória do Estado (1889-1945). Fundo Chefia de Polícia. Gabinete de Identificação e Estatística Criminal, Captura de criminosos pronunciados, POL 169.

³⁴⁰ Arquivo Público Mineiro. Diretoria de Arquivos Permanentes. Projeto Memória do Estado (1889-1945). Fundo Chefia de Polícia. Gabinete de Identificação e Estatística Criminal, Mapa de prisão em flagrante e preventiva, POL 170.

³⁴¹ Arquivo Público Mineiro. Diretoria de Arquivos Permanentes. Projeto Memória do Estado (1889-1945). Fundo Chefia de Polícia. Gabinete de Identificação e Estatística Criminal, Relação de crimes cometidos no Estado, POL 171.

³⁴² Arquivo Público Mineiro. Diretoria de Arquivos Permanentes. Projeto Memória do Estado (1889-1945). Fundo Chefia de Polícia. Gabinete de Identificação e Estatística Criminal, Registro dos réus recolhidos às cadeias do Estado – Livro nº 13, Notação POL-130, (1917-1919).

³⁴³ MINAS GERAIS. Decreto nº 2473, de 20 de março de 1909. Cria um Gabinete de Identificação e Estatística Criminal. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn:urn:lex:br:minas.gerais:estadual:decreto:1909-03-20;2473>. Acesso em: 19 de out. 2022.

encontrados no seu dia a dia. E, logo, esses registros têm um papel a desempenhar nos esforços de combate ao crime exercidos pelo mesmo policial, que através do gabinete de identificação e estatística, buscará padrões e reincidentes, para atuar sobre.

Balanco de Pesquisas

Alguns trabalhos já se aprofundaram nesses arquivos, apesar de não muitos. Autores como Camila Similhana (2014, 2020), abordando cadeias, encarceramento e ciganos, Josemeire Pereira (2015), tratando de questões de raça e liberdade, Ivan Vellasco e Cristina Andrade (2018), se aprofundando na violência na região da Comarca do Rio das Velhas, Lucas Pereira (2017), olhando mais a fundo os Relatórios dos Chefes de Polícia.

Nos trabalhos de Camila (2014, 2020), ela explora tanto as correspondências expedidas e recebidas, quanto os Relatórios dos Chefes de Polícia, investigando, principalmente, o discurso produzido e através desse discurso as intencionalidades e compreensões perpetuadas pela instituição, que se tornam visíveis na leitura dos documentos.

Enquanto isso, Pereira (2015) faz uso da Série 8, das ocorrências policiais para buscar um maior entendimento de como a população negra e a cidade interagem. Unindo as ocorrências à história oral, o trabalho consegue tecer uma perspectiva de como era a vida da população negra em Minas no momento de sua análise, partindo de múltiplas óticas.

Vellasco e Andrade (2018), abordam as correspondências expedidas para se aprofundar nas relações entre os comandantes das forças policiais e os presidentes de Província, o que permite uma análise das relações institucionais entre política e policiamento. Nesse amplo trabalho, essa relação é relevante no intuito de compreender melhor a evolução da violência na Comarca do Rio das Velhas, o local que foi o foco de análise.

Por fim, Lucas Aguiar (2017), adentra nos Relatórios dos Chefes de Polícia, observando como se dá o trabalho policial e como os responsáveis por esta instituição estão pensando em solucionar os problemas que enfrentam. As relações entre polícia e sociedade e os problemas disciplinares dos soldados e os discursos dos Chefes de Polícia, estão entre as principais questões vistas aqui. Principalmente, ao pensar na relação ambígua visível no pensamento desses indivíduos. Pois, a Chefia de Polícia via a população mineira como ordeira e eficiente, enquanto o Estado necessitava de um policiamento cada vez mais eficiente para a manutenção da paz.

Enfim, podemos concluir que esse acervo já foi brevemente explorado por alguns pesquisadores, que começaram a trazer à luz a vasta extensão e as inumeráveis possibilidades de análise que a documentação aqui apresentada tem. Essa breve explanação, busca exatamente isso, mostrar que essa fonte ainda detém muitos caminhos a serem explorados e percorridos, tendo muitos documentos ainda sequer utilizados para fins de pesquisa.

Possibilidades

Colher dados dentro do fundo Chefia de Polícia pode nos revelar muito diante do contexto republicano, analisando sobre a questão do combate a criminalidade, conseguimos identificar quais são os crimes que mais aparecem nesses registros, como o discurso policial estimula a criação de novas medidas quanto a prisão de determinados grupos e a partir de qual momento essa necessidade é percebida entre eles, como o combate a criminalidade aparece dentro desses relatórios e quais casos são evidenciados com mais detalhes nesses registros, é uma escrita violenta? Quais são as palavras que mais aparecem? Podemos retirar todas essas informações dos documentos que compõem o Fundo Chefia de Polícia.

Com o censo agrícola conseguimos compreender especificidades das localidades citadas nos outros documentos policiais, compreendendo melhor as localidades mineiras, tendo informações sobre aspectos geográficos, sociais e econômicos dessas regiões, como por exemplo informações sobre educação, alimentação da população, número de habitantes em cada região, etc. Somado a outras fontes do fundo chefia de polícia, o Censo Agrícola pode ser importante fonte para produzir pesquisas acerca de variados temas.

Dentro dos documentos que compõem o Fundo Chefia de Polícia, seja em qualquer categoria, como chefe de polícia, como vítima, como infrator, temos todo o tipo de representação social nesses registros como mulheres, imigrantes, crianças, e como nos relatórios anuais de chefes de polícia podemos encontrar seções exclusivas para tratar sobre diversos temas, como o tema da loucura, a preocupação acerca dos anarquistas, e outros tantos temas que segundo os registros, estavam no radar da instituição policial. Ou seja, os documentos do fundo aqui abordado possibilitam uma variedade enorme de recorte temático para pensar diversas questões.

Conclusão

Portanto, compreender o contexto republicano, a construção da criminalidade, a organização da polícia e do Estado quanto ao prender e punir, os processos de criminalização que emergem com a implementação da república, como as instituições se organizam para estabelecer o controle social das camadas mais populares, são reflexões extremamente relevantes diante do fazer histórico e análises completamente necessárias para se obter uma compreensão da História Política Brasileira.

Visto a baixa quantidade de pesquisas voltadas a analisar as fontes que compõem o Fundo Chefia de Polícia do Arquivo Público Mineiro, o presente trabalho apresenta um pouco das fontes do fundo e as possibilidades de pesquisas que as fontes nos oferecem, visto que poucos pesquisadores utilizam no momento o Fundo Chefia de Polícia como documento de análise. Este trabalho convida o leitor com interesse na temática a conhecer esses documentos, que possibilitam o preenchimento dessa lacuna na historiografia brasileira no que tange pesquisas que se utilizam dessas fontes, já que os documentos permitem uma produção científica e historiográfica sobre crime e violência em todo o estado de Minas Gerais.

Referências

ALVAREZ, Marcos César. A Criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p.677-704, 2002.

ANDRADE, Cristina Viegas; VELLASCO, Ivan. Criminalidade, violência e justiça na Vila de Tamanduá: A reconstrução de estatísticas criminais do Império a República. *Varia hist.* 34(64), Jan-Abr, 2018.

CHIAVENATO, Idalberto. Fundamentos da organização In: _____. *Administração nos novos tempos*. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 281-313, 2010.

PEREIRA, Josemeire Alves.. Histórias familiares, trajetórias e experiências de liberdade de afrodescendentes em Belo Horizonte, MG. In: XXVIII Simpósio Nacional de História - Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios, 2015, Florianópolis. *Anais Eletrônicos-XXVIII Simpósio Nacional de História - Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios*, 2015.

PEREIRA, Lucas C. S. A. . A força pública e o policiamento do estado republicano em Minas Gerais. *AEDOS: REVISTA DO CORPO DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UFRGS (ONLINE)* , v. 9, p. 34-54, 2017.

RUEDA, Valéria Matias da Silva; FREITAS, Aline de; VALLS, Valéria Martin. *Memória Institucional: uma revisão de literatura*. CRB-8 Digital, v. 4, n. 1, 2011.

NETO, Francisco Linhares Fonteles. A Criminologia e a polícia no Brasil na transição do século XIX para o XX. *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, p. 543-559, 2016.

SOUSA, C. S. O.. A polícia se arma, as caravanas passam: lei, poder e repressão aos ciganos (1898-1908). *TEMPORALIDADES*, v. 6, p. 159-170, 2014.

SOUSA, C.S.O.. Novos olhares sobre o cárcere: cadeias locais mineiras na Primeira República (1890-1914). *SINAIS (UFES)*, v. 1, p. 1-19, 2020.

SOUZA, Camila Similhana Oliveira de. Da desordem e do caos: o conturbado universo das cadeias locais mineiras na Primeira República (1890-1914). *Sequência (Florianópolis)*, v. 42, 2022.

FONTES

Arquivo Público Mineiro. Diretoria de Arquivos Permanentes. Projeto Memória do Estado (1889-1945). Fundo Chefia de Polícia. Gabinete de Identificação e Estatística Criminal, Relações de crimes cometidos no Estado, POL 168.

Arquivo Público Mineiro. Diretoria de Arquivos Permanentes. Projeto Memória do Estado (1889-1945). Fundo Chefia de Polícia. Gabinete de Identificação e Estatística Criminal, Captura de criminosos pronunciados, POL 169.

Arquivo Público Mineiro. Diretoria de Arquivos Permanentes. Projeto Memória do Estado (1889-1945). Fundo Chefia de Polícia. Gabinete de Identificação e Estatística Criminal, Mapa de prisão em flagrante e preventiva, POL 170.

Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por uma história decolonial: Gênero, raça e classe na América Latina. Eduarda Guerra Tostes; Lavínia Renata de Oliveira Turqueti; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2022. 926 p.

Arquivo Público Mineiro. Diretoria de Arquivos Permanentes. Projeto Memória do Estado (1889-1945). Fundo Chefia de Polícia. Gabinete de Identificação e Estatística Criminal, Relação de crimes cometidos no Estado, POL 171.

Arquivo Público Mineiro. Diretoria de Arquivos Permanentes. Projeto Memória do Estado (1889-1945). Fundo Chefia de Polícia. Gabinete de Identificação e Estatística Criminal, Registro dos réus recolhidos às cadeias do Estado – Livro nº 13, Notação POL-130, (1917-1919).

MINAS GERAIS. Secretaria de Polícia - Sessão Chefia de Polícia. Relatório anual apresentado à Assembleia legislativa do Estado de Minas Gerais (1894-1922).

SIIAPM. Fundo – Chefia de Polícia. Acesso em: 16 Jan. 2022. Encontrado em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=13

SIIAPM. Histórico do Arquivo Público Mineiro. Acesso em: 16 Jan. 2022. Encontrado em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/wfchannel/index.php?pagenum=4>.

SIIAPM. Inventário do Fundo Chefia de Polícia. Acesso em: 16 Jan. 2022. Encontrado em:

http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/fundos_colecoes/POL/INVENTARIO_D_O_FUNDO_CHEFIA_DE_POLICIA.pdf

Simpósios Temáticos: Ensino de História e Inclusão

O capital social de professores de história em formação e a inclusão escolar de alunos neurodivergentes

Renata Medeiros³⁴⁴

Pedro Arreguy³⁴⁵

RESUMO

Debate recorrente entre professores de história do ensino básico e superior é a ausência, durante o período de formação na licenciatura, da preparação para a inclusão de alunos neurodivergentes ou com deficiência. O tema da inclusão é tangenciado mas não recebe a devida atenção, acarretando em diversos prejuízos futuros para a comunidade escolar, principalmente para os alunos. Desta maneira é possível afirmar que professores de história em formação carecem de capital social - conceito de Bourdieu- para implementar ao longo de suas carreiras uma educação efetivamente inclusiva.

Tal hipótese confirma-se pela análise das matrizes curriculares das universidades públicas presentes no Estado do Rio de Janeiro. A partir da análise quantitativa dos dados recolhidos realizamos uma projeção do que se estabelece a nível nacional nas universidades públicas. Quais as consequências disso?

Palavras-chave: inclusão, neurodiversidade, ensino de história, capital social.

ABSTRACT

Recurrent debate between teachers of the history of primary and higher education is the absence, during the period of training in the degree, of the preparation for the inclusion of neurodivergent or disabled students. The theme of inclusion is tanged but

³⁴⁴ Mestre em História pela UNIRIO, pós-graduada em Psicopedagogia Institucional pela Universidade Cândido Mendes. E-mail para contato: renatamedeirosprofa@gmail.com

³⁴⁵ Graduando em História/Licenciatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail para contato: pedroarreguy1604@gmail.com

does not receive due attention, resulting in several future losses for the school community, especially for students. In this way it is possible to affirm that history teachers in training lack social capital - Bourdieu's concept - to implement throughout their careers an effectively inclusive education.

This hypothesis is confirmed by the analysis of the curricular matrices of the public universities present in the State of Rio de Janeiro. From the quantitative analysis of the collected data we carried out a projection of what is established at national level in public universities. What are the consequences of that?

Key words: inclusion, neurodiversity, history teaching, social capital.

O paradigma da Neurodiversidade

Antes de nos debruçarmos sobre o debate relativo à formação de professores, cabe analisarmos aqui um conceito central para esta discussão: a neurodiversidade. Embora este conceito não seja recente em termos de análise sociológica, ele parece ainda distante e estranho aos cursos de licenciatura em História.

Pensado pela socióloga australiana Judy Singuer no início dos anos 90³⁴⁶, o conceito de neurodiversidade traz uma nova forma de compreender comportamentos e características humanas, anteriormente marcados de maneira quase que exclusiva pelo olhar médico-hospitalar.³⁴⁷ Ou seja: autismo, TDAH, dislexia, altas habilidades, etc, não são “doenças”, nem um “problema” de ordem médica. De acordo com a proposição de Singer, estas seriam manifestações da *diversidade humana*. A partir disso, a neurodiversidade passou a ser não apenas um conceito sociológico, como também um movimento, engajado e liderado por inúmeras pessoas neurodivergentes, atípicas³⁴⁸. Esse movimento coloca tais pessoas em um papel de protagonismo político e social, papel até

³⁴⁶ SINGUER, Judy. “NeuroDiversity: The Birth of an Idea”, 1998 (disponível para kindle).

³⁴⁷ FOUCAULT, Michel . História da loucura na idade clássica. São Paulo: Perspectiva, 1978.

³⁴⁸ Neurodivergente ou atípico são pessoas cujo desenvolvimento e/ou características neurológicas divergem do que é socialmente esperado ou tido como padrão. Pessoas com o desenvolvimento dentro do padrão social são típicas.

recentemente lhes negado, uma vez que estas mesmas pessoas eram vistas como incapazes dentro da perspectiva médico-hospitalar.

Desta forma, tanto o conceito como o movimento da neurodiversidade deveriam ser parte basilar da formação dos futuros profissionais da educação, o que inclui professores de história. Isso contribuiria para que educadores também mudassem sua cosmovisão, uma vez ser ainda frequente a visão médico-hospitalar-excludente no cotidiano escolar. Adicionalmente, a formação efetivamente inclusiva dá aos futuros professores instrumentos de ação e planejamento para que consigam trabalhar os conteúdos históricos de maneira inclusiva e democrática, respeitando a diversidade presente em sala de aula. Como trabalhar conceitos históricos abstratos com alunos neurodivergentes? Como pensar a historicidade? Como pensar a história de maneira crítica com esses alunos? Quais recursos didático-pedagógicos estão disponíveis para tal? Essas perguntas só podem ser respondidas a partir de um processo de formação que contemple a neurodiversidade.

A formação que contempla a neurodiversidade contribui para o combate às diferentes expressões do preconceito, como o capacitismo. O capacitismo é a percepção de que pessoas neurodivergentes são menos capazes, e impossibilitados de assumir o protagonismo de suas próprias vidas. No âmbito escolar o capacitismo se apresenta na ideia de que alunos neurodivergentes não aprendem, e devem por isso ser afastados de classes regulares. A falta de formação dos professores caminha de mãos dadas com o capacitismo.³⁴⁹ O professor que não acumular capital social inclusivo caminhará de forma capacitista em suas práticas de ensino, o que torna a educação antidemocrática e excludente. Para isso ações durante a formação são o antídoto para a visão capacitista sobre a neurodiversidade.

A formação do capital social no processo de formação docente

Para Pierre Bourdieu (1998), capital social pode ser definido como:

³⁴⁹ Para mais informações sobre os conceitos elaborados aqui ver: artigo (capa verde)

conjunto de recursos (atuais ou potenciais) que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas, em que os agentes se reconhecem como pares ou como vinculados a determinados grupos. Tais agentes são dotados de propriedades comuns e também encontram-se unidos através de ligações permanentes e úteis. (BORDIEU, 1998)³⁵⁰

O ambiente universitário seria, de acordo com a definição acima exposta, um ambiente por excelência de formação de acumulação de capital social. No entanto, quando nos referimos ao curso de história, este capital permanece concentrado em determinadas ilhas do saber, e a neurodiversidade não é uma delas. Desta maneira, o professor recém-formado detém uma série de recursos e rede de relações que não contempla de maneira inclusiva e democrática a diversidade humana.

A consequência imediata desta lacuna observa-se no processo de aprendizagem de alunos neurodivergentes, que por sua vez tem seu capital social reduzido uma vez que:

O volume do capital social que um agente individual possui depende da rede de relações que pode ou consegue mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada uma daqueles a quem está ligado (BOURDIEU, 1998, p.10)

Logo, o capital social do agente individual em questão (aluno neurodivergente), relaciona-se com as redes que ele mobiliza (professores). Consequentemente, é possível afirmar que o capital social do professor no que diz respeito à inclusão escolar é diretamente proporcional ao sucesso do processo de inclusão dos alunos. Nesta dança dialética, como cada um dos agentes consegue se movimentar em termos de conhecimento? O ponto inicial deve ser a formação dos professores, ainda na universidade.

Isso vai ao encontro do que foi defendido por Vieira e Omote (2021)³⁵¹, no artigo “Atitudes Sociais de Professores em relação à Inclusão: Formação e Mudança”. A partir

³⁵⁰Bourdieu, Pierre. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 10

³⁵¹ VIEIRA, Camila Mugnai & OMOTE, Sadao. Atitudes Sociais de Professores em Relação à Inclusão: Formação e Mudança. Rev. Brasil. Ed. Esp., Bauru, v. 27, e0254, p. 743-758, 2021.

de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, os autores demonstram que quando professores são preparados e recebem capacitação para trabalhar com pessoas neurodivergentes ou com deficiência, a *atitude docente muda para melhor*.

Ainda de acordo com o que foi defendido pelos autores, a resistência de muitos professores no que diz respeito à inclusão reside na falta de conhecimento sobre esse tema, ou de acordo com o que defendemos neste artigo, ausência de capital social. Se não há formação, não há recursos. Embora muitos professores busquem formação adicional depois de formados e/ou quando já atuam no mercado de trabalho, quanto mais cedo houver contato com a temática da inclusão e diversidade, mais capital cultural acumulado.

Desta feita, urge que os cursos de licenciatura em história (e também de outras áreas do conhecimento) passem a dar espaço para os debates ligados à neurodiversidade e neuro- divergência.

CURSOS DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA: UMA FORMAÇÃO INSUFICIENTE PARA A ATUAÇÃO INCLUSIVA

Notoriamente, para que um docente tenha uma prática de ensino inclusiva dentro de sala de aula, ele deve estar preparado e capacitado para tal função. Todavia, constata-se hodiernamente que, em grande maioria dos cursos de licenciatura de história ofertados, tanto em universidades públicas como particulares, as temáticas da inclusão de neurodivergentes e práticas de ensino que de fato são encaminhadas a um olhar inclusivo são omitidas dos currículos. Dessa forma, é possível notar a produção de um problema estrutural na academia e que se repercute na prática docente: professores que não são capacitados para lidarem com discentes neurodivergentes e, conseqüentemente, não possuem práticas de ensino inclusivas.

Antes de termos um olhar mais específico no currículo ofertado de algumas das principais universidades federais do Rio de Janeiro, é necessário que debatemos sobre como a inclusão de neurodivergentes ainda é pouco abraçada no mundo acadêmico, de forma geral. Constata-se que, atualmente, há pouquíssimas disciplinas e docentes que estão verdadeiramente engajadas com uma perspectiva de ensino inclusivo e plenamente democrático, o que é nítido pela omissão completa do debate sobre a neurodiversidade

nos espaços acadêmicos. Nota-se o caráter extremamente contraditório das universidades nesse sentido: ao mesmo tempo em que se colocam como espaços do debate e da reflexão crítica, discussões sobre um tema latente e necessário como a neurodiversidade ainda não são plenamente incluídas.

Somada à realidade de poucas disciplinas ofertadas e direcionadas a uma prática de ensino inclusiva, uma outra mazela estrutural que se apossa dos cursos de licenciatura em história é a distância do departamento responsável por ofertar as disciplinas de educação e as necessidades dos graduandos no curso de licenciatura em história. Observando o cenário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), uma das maiores da América Latina, podemos notar de maneira empírica como esse cenário se apresenta na prática. Isto é, na UFRJ, o departamento responsável por ofertar as disciplinas para os cursos de licenciatura é a Faculdade de Educação (FE), a qual, de maneira quase que padronizada, oferta as mesmas disciplinas para todos os cursos de licenciatura.³⁵²

Depreende-se desse contexto que a forma homogênea pela qual as disciplinas de educação são ofertadas a todos os graduandos da universidade é um fator que elimina a possibilidade de serem trabalhadas especificidades de cada curso. Ou seja, temáticas mais específicas e necessárias para graduandos de licenciatura em história, como a adaptação de materiais e planejamentos didáticos para alunos neurodivergentes, acabam não sendo trabalhadas, o que compromete a plena formação do futuro docente para uma prática de ensino verdadeiramente inclusiva e democrática.

Outra problemática que se observa nos espaços acadêmicos de nosso país é a quase ausência, na licenciatura de História, de debates, projetos de pesquisa e extensão e rodas de conversa acerca da neurodiversidade. Observa-se, assim, como essa temática ainda, infelizmente, não foi verdadeiramente abraçada pela academia na medida que poucos são os projetos que se debruçam sobre esse tema. Dessa maneira, é possível perceber como de fato há uma defasagem estrutural na formação dos futuros docentes de forma a não capacitá-los minimamente para lidarem com alunos neurodiversos.

³⁵² Sobre a Faculdade de Educação (FE) da UFRJ, ver mais em: <http://www.educacao.ufrj.br/>

Buscando aprofundar as discussões em torno da problemática crônica em torno da insuficiência dos cursos universitários na capacitação de seus licenciandos a uma prática docente plenamente inclusiva e democrática, nos deteremos nesse artigo na análise dos currículos de quatro das principais universidades federais do Rio de Janeiro. Comprendemos que a análise realizada aqui, lança uma projeção do que ocorre em nível nacional.

Nossa busca contemplou de forma específica as licenciaturas em História. São objeto de nossa investigação, a já citada Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Dessa forma, buscaremos expor, de forma empírica, como os currículos dos principais polos acadêmicos do estado do Rio de Janeiro -situação que provavelmente é vivida também nos outros estados- não são inclusivos, as consequências disso, e propostas para a reversão deste cenário.

Abaixo, podemos analisar os currículos das universidades citadas:

UFRJ: ³⁵³

EDD 111	História do Ensino de História
EDA234	Educação Brasileira
EDF120	Filosofia da Educação no Mundo Ocidental
EDD 231	Relações étnicoraciais e direitos humanos
EDD241	Didática
EDD541	Didática de História I
EDDU14	Prática de Ensino de História

³⁵³ Dados extraídos do site: <https://xn--histrria-o0a.ufrj.br/index.php/ensino-pesquisa-e-extensao/cursos-de-graduacao-em-historia/licenciatura> Acesso em 08/11/2022

EDD629	Didática de História II
EDF245	Psicologia da Educação
EDD636	Educação e Comunicação II – LIBRAS

A partir da análise do currículo da UFRJ, é bem nítida a completa ausência de qualquer menção ao termo neurodiversidade ou qualquer um relacionado a ele. Nota-se como o currículo montado pela universidade tem um enfoque muito mais teórico e metodológico do que voltado a uma atuação docente inclusiva e democrática. Como destaques, podemos citar a disciplina de comunicação em libras - a qual nada mais é do que o cumprimento da lei 2040/11³⁵⁴- e a disciplina que se dedica aos estudos sobre as relações étnico raciais do nosso país³⁵⁵ e de que forma o racismo impacta a educação como um todo.

A partir das ponderações realizadas, percebe-se que a temática da inclusão não é plenamente trabalhada no currículo das licenciaturas do curso de história da UFRJ. Infelizmente, essa situação é transportada também para os cursos de licenciatura ofertados tanto pela UFF, pela UFRRJ como pela UNIRIO:

UFF:³⁵⁶

³⁵⁴ Ver mais sobre o encaminhamento da lei 2040/11 em: [Comissão de Educação aprova proposta do ensino de Libras obrigatório nas escolas públicas brasileiras.](#)

³⁵⁵ Lei 10.639/2003 impõe a obrigatoriedade do ensino da história da África e afro-brasileira nas escolas. Ver mais em: <https://www.cmfor.ce.gov.br/2022/08/29/audiencia-publica-discute-obrigatoriedade-do-ensino-de-historia-da-africa-e-afro-brasileira-nas-escolas/> Acesso em 20/22/2022

³⁵⁶ Dados extraídos do site: <https://www.uff.br/?q=curso/historia/12705/licenciatura/niteroi> Acesso em 08/11/2022

Organ. Educação no Brasil ou Didática
Psicologia da Educação
Disciplina instrumental
Libras Optativa pedagógica (30h) Pesq. Prat. Ensino I
Libras
Pesq. Prat. Ensino II
Pesq. Prat. Ensino III
Pesq. Prat. Ensino IV

UNIRIO: ³⁵⁷

³⁵⁷ Dados extraídos do site: <http://www.unirio.br/professor/cch/escoladehistoria/graduacao/licenciatura-1>
Acesso em 08/11/2022

Psicologia e Educação
Didática
DINO
METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA
ESTÁGIO CURRICULAR I
ESTÁGIO CURRICULAR II
ESTÁGIO CURRICULAR III
LIBRAS

UFRRJ:³⁵⁸

AA013	Seminário de Educação e Sociedade
IE328	Sociologia da Educação
IE383	Filosofia da Educação
IE622	Educação e Relações Etnicorraciais na Escola
IH902	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)
IE281	Psicologia e Educação: Conexões e Diálogos
AA311, AA312, AA313 e AA314	Estágio Supervisionado I, II, III e IV
IE302	Didática I
IE384	Política e Organização da Educação
IE386 e IE387	Ensino de História I e II

Analisando os currículos acima, é notório como os quatro currículos das quatro universidades federais do Rio de Janeiro acabam sendo muito semelhantes em excluírem temáticas relacionadas à inclusão. Com a exceção da disciplina de libras -que também não deixa de ser um cumprimento da legislação em vigor-, sequer são mencionadas disciplinas direcionadas à neurodiversidade e à inclusão. Portanto, é nítido como podemos notar que há uma defasagem crônica e estrutural que não qualifica os futuros docentes a uma prática de ensino que se proponha a ser inclusiva e democrática. Como

³⁵⁸ Dados extraídos do site: <https://cursos.ufrrj.br/grad/historia/files/2013/03/Grade-Curricular-Licenciatura.pdf> Acesso em: 15/11/2022

produzirmos profissionais capacitados a uma prática inclusiva se nossos currículos são excludentes?

Propostas de intervenção

Depreende-se da análise dos gráficos acima que as poucas iniciativas que existem em cursos de licenciatura no que diz respeito à inclusão são fruto da obrigatoriedade vinda da legislação vigente. Logo, entendemos que a mudança deste cenário inclui não apenas a administração e gestão universitária, como também medidas vindas do legislativo. Leis que versem sobre a neurodiversidade em ambiente acadêmico, teoria e prática, educadores e educandos é de urgência máxima em nosso cenário educacional.

A partir de um processo legal em curso, pode-se pensar na reestruturação das licenciaturas e capacitação e/ou recrutamento de profissionais especializados na área da neurodiversidade e educação, dispostos em atuar na formação de professores.

Outra medida cabível é o momento de grupos de pesquisa, congressos, eventos e publicações acadêmicas dispostos a debater a interseção entre ensino de história e universidade. A partir de uma robusta produção neste sentido, o tema passaria cada vez mais a ganhar a merecida atenção.

Vale lembrar que ações afirmativas no campo da neurodiversidade e história são necessárias em todos os níveis de ensino: da educação infantil à pós-graduação. Com legislação e fomento, o passo seguinte é pensar estrategicamente o processo de elaboração dos materiais didáticos de história adaptados às realidades de alunos neurodivergentes. Neste sentido entraria uma análise e reestruturação de materiais usados no ensino de história, como os livros didáticos.

Toda essa reformulação proposta nos parágrafos anteriores deveria ser um processo constante, uma vez que as descobertas científicas sobre neurodiversidade e educação tem tomado vulto com o passar do tempo.

Conclusões

Estabelecendo a relação entre o conceito de capital social do filósofo francês Bourdieu, com o processo de formação de professores de história, constatamos existir uma lacuna no que diz respeito à neurodiversidade. Isto significa que formandos na licenciatura de história terminam seus cursos com baixo capital social sobre o tema, o que implica em suas práticas docentes cotidianas, levando, em muitos casos, ao capacitismo recorrente.

Usamos como base para nossa argumentação um levantamento quantitativo da organização das grades de conteúdos e disciplinas das licenciaturas em história de universidades federais do estado do Rio de Janeiro. Observamos dois fenômenos, a ausência da temática da universidade e a ausência de esforços por parte das graduações em reverter esse tema, uma vez que as disciplinas ligadas à formação docente são derivadas das faculdades de educação, não de história.

A permanência dessa tradição representa a impossibilidade de avanços no campo do ensino da história, uma vez que, tal qual efeito dominó, professores seguem desconhecendo de forma aprofundada a inclusão e os alunos permanecem em exclusão educacional. Para a reversão de tal quadro sugerimos medidas de ordem legal e estrutural.

Sem tais mudanças o ensino de história não alcançará um de seus principais objetivos que é formar uma sociedade mais crítica, democrática, justa e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. Os herdeiros: os estudantes e a cultura. Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

FERREIRA, Eliana Lucia & ORLANDI, Eni, P. (Orgs). Discursos sobre a Inclusão. Niterói: Intertexto, 2014

FOUCAULT, Michel . História da loucura na idade clássica. São Paulo: Perspectiva, 1978

LOPES, Maura Corcini & FABRIS, Eli Henn Fabris. Inclusão & Educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? — São Paulo: Moderna , 2003, p. 5-26.

PEREIRA, João Márcio Mendes & PLETSCHE, Márcia Denise. A Agenda Educacional do Banco Mundial para Pessoas com Deficiência e o Caso Brasileiro. Revista Brasileira de Educação v. 26 e260057 2021, p. 1-23.

SCHABBACH, Letícia Maria & Rosa Júlia Gabriele Lima da. Segregar ou incluir? Coalizões de defesa, ideias e mudanças na educação especial do Brasil. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 55 (6) 1312-1332, nov. - dez. 2021.

TUNES, Elizabeth & BARTHOLO. Nos Limites da Ação: Preconceito, Inclusão e Deficiência. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

VIEIRA, Camila Mugnai & OMOTE, Sadao. Atitudes Sociais de Professores em Relação à Inclusão: Formação e Mudança. Rev. Brasil. Ed. Esp., Bauru, v. 27, e0254, p. 743-758, 2021.

.

Simpósios Temáticos: História Pública, Mídias digitais e o Ensino Posicionado de História

REVISIONISMO HISTÓRICO E VISÕES SOBRE O PASSADO: O MOVIMENTO PRÓ-MONARQUISTA BRASILEIRO EM PÁGINAS DO FACEBOOK

Iris Castro Moreira³⁵⁹

Olivia Sales Flegler³⁶⁰

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar revisionismos históricos e diferentes visões sobre a monarquia brasileira no âmbito das redes sociais. A rede *Facebook*, lançada em 4 de Fevereiro de 2004 pela atual Meta, Inc., foi escolhida como meio de pesquisa devido sua aceitação e facilidade de acesso por pessoas de faixas etárias e condição social variadas, e também pela diversidade de usuários e de temas. Por conseguinte, a escolha do tema priorizou debates vivos nessa rede social, procuramos um tema cujo público fugisse da idade escolar, a fim de estudar diferentes visões sobre o passado e compará-las com o saber histórico escolar.

Palavras chave: Pró-monarquia, Revisionismo Histórico, Redes Sociais, História Pública, Saber Histórico Escolar.

ABSTRACT

This work analyzes historical revisionism and different visions about Brazilian monarchy on social media. The Facebook network, launched on February 4, 2004 by the current Meta, Inc, was chosen for our research field due to its acceptance and easiness of access by people of different age and social conditions, and also due to the diversity of users and themes. Therefore, the choice of theme prioritized lively debates in this social

³⁵⁹ Graduanda em História pela UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora). Email: iris.moreira@estudante.ufjf.br

³⁶⁰ Graduanda em História pela UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora). Email: olivia.sales@estudante.ufjf.br

media, we looked for a subject whose audience was beyond school age, in order to study different views about the past and compare them with school historical knowledge.

Keywords: Pro-monarchy, Historical Revisionism, Social Networks, Public History, School Historical Knowledge.

INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos, as redes sociais têm crescido e expandido seu alcance pela internet para além da recreação e comunicação com amigos e familiares, atingindo públicos cada vez mais diversos. Este fenômeno tem corroborado para o surgimento e divulgação de diversos movimentos políticos que mobilizam o passado enquanto validação de suas argumentações em busca de um projeto de sociedade, é o caso do Movimento Monarquista Brasileiro. De forma geral, a principal característica do Movimento Pró-Monarquia é uma construção idílica do período imperial, contudo sem profundidade histórica, transformando-o num momento exemplar de grande prosperidade e expectativas, sendo a figura de Dom Pedro II o maior “cartaz” dessa perspectiva. Assim, todo esse esplendor chega ao fim com a República, que é reduzida a constantes crises, golpes e ditaduras, numa visão totalmente a-histórica. Para a análise, foram escolhidas seis páginas pró-monarquistas, sendo elas: Pedro II do Brasil, Pró-Monarquia, Monarquia Brasil, TV Imperial e Ave, Império. Outrossim, foram examinadas as publicações no período de Fevereiro/2020 a Fevereiro/2021, priorizando aquelas que se referiam ao período imperial, já que nessas páginas muitos outros conteúdos podem ser encontrados, como críticas ao regime atual, atualizações sobre a família Orleans e Bragança, planos para a restauração da monarquia, entre outros. Ao nos depararmos com comentários nas páginas acusando a História ensinada nos currículos escolares de ser “falsa” e “mentirosa”, partimos, já ao final do trabalho, para uma análise com material didático do ensino público, sendo este o livro “História.doc” destinado ao 8º ano do ensino fundamental³⁶¹, a fim de compreender se há ou não relação entre o conteúdo ensinado aos alunos e as postagens e comentários presentes nas páginas do *Facebook*.

³⁶¹ VAINFAS, Ronaldo; FERREIRA, Jorge FARIAS, Sheila de Castro; CALAINHO, Daniela Buono. História.doc 8. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2018.

1. PÁGINAS PRÓ-MONARQUISTAS: PANORAMA GERAL DE SEUS RESPECTIVOS CONTEÚDOS.

Nas páginas monarquistas, de maneira geral, podemos observar um comportamento semelhante aos demais grupos atuais de extrema-direita, apesar de algumas delas estarem se afastando do bolsonarismo e até da própria família imperial devido ao apoio de alguns de seus membros ao atual governo. Sua particularidade se encontra no fato aparente de serem favoráveis a restauração da monarquia no Brasil, justificando tal postura de três maneiras diferentes, a primeira é uma visão idealizada do Brasil Império, visto como uma potência em ascensão, principalmente no reinado de D. Pedro II; a segunda, como consequência da primeira, é uma visão extremamente negativa da República, entendida como fruto de um golpe militar que levou o Brasil a uma contínua instabilidade que dura até hoje, sendo ela a principal causa do subdesenvolvimento nacional; e a terceira é uma constante propaganda do regime monárquico, exemplificada com ótimos dados e índices de monarquias europeias servindo para mostrar como o regime monárquico traz benesses e desenvolvimento à sociedade, ignorando que o principal motivo de tais dados apontarem para uma boa condição de vida nesses países tem muito mais a ver com o fato de serem europeus, antigos impérios coloniais, do que monarquias. Além desses três elementos, outra constante nessas páginas é a divulgação de eventos monarquistas ou que envolvam a família imperial, desde protestos, que muitas vezes estão envolvidos com os de extrema-direita em geral, a jantares e palestras realizados pelos “príncipes” brasileiros.

Quanto à visão das páginas sobre o período imperial brasileiro, e nesse sentido há inúmeros elementos sobre a monarquia e seus símbolos que estão presentes nessas páginas, mas um deles nos chamou especial atenção devido sua constância: a exaltação e saudosismo constante de Dom Pedro II. Por essa razão, escolhemos uma página focada na figura do imperador, cujo próprio nome é “Pedro II do Brasil”, ela engloba elementos gerais relacionados a ele, desde suas posições políticas até histórias de sua vida pessoal, além de eventualmente trazer publicações relacionadas ao período monárquico em geral.

Em seguida, a página Pró Monarquia, dentre as publicações observa-se o interesse sobre a vida da família real atual, sua agenda, eventos comemorativos, palestras,

simpósios e encontros monárquicos, por exemplo a publicação “agenda dos príncipes”. No entanto, é também muito comum a presença de postagens de cunho saudosista, como fotos e pinturas de membros da família real do século XIX, dos palácios, objetos e curiosidades. Com efeito, é importante ressaltar que a imagem da família imperial exilada no pós golpe republicano, lamentando deixar seu país é bastante frequente, enaltecendo principalmente as figuras de D. Pedro II e da Princesa Isabel. Muitas outras seguem essa linha, exaltando a moral dos membros da família imperial ou se referindo a boa gestão econômica do Império, a exemplo sobre o governo de D. Pedro I, que, “apesar de seus erros, fez muito progresso”, comentários do tipo “Qualquer monarquia é melhor e sai mais barata [...] não importa o tipo da república” são constantes nesse tipo de publicação. Nota-se assim a presença do sentimento de superioridade, usando de argumento a inexistência de corrupção no Império.

Da mesma maneira, a página Monarquia Brasil, notou-se que as postagens mais engajadas são as que possuem conteúdos e informações “históricas”, mais especificamente em fotos que retratam os membros da família real e outras figuras importantes do Império, não somente do Brasil, mas também de realezas estrangeiras. É importante destacar que, a maioria dos textos presentes nas postagens possui citações de suas fontes de origem, o que denota certo “comprometimento” em transpassar veracidade para seu público, o que lhes garante credibilidade enquanto divulgadoras de conteúdo; a mesma atitude não é percebida nos comentários, ou seja, o claro debate público de opiniões com base em ideias, “achismos” e experiências próprias.

Por outro lado, a página TV Imperial, o caráter das publicações gira entre um forte saudosismo e enaltecimento da família imperial, curiosidades sobre a família Orleans e Bragança, humor, reações a críticas, planos para a restauração da monarquia e produtos para venda. Nesse universo, as memórias mais discutidas nesse *locus* foram a respeito de Dom Pedro II, com sua infância roubada, inteligência e interesses científicos, uma guerra ganha e, para coroar, um exílio no fim da sua vida, esta personagem é pintada como o Herói, que apesar de todas as adversidades foi “o melhor governante que o país já teve”.

Similarmente, a página Ave, Império, as publicações são divididas em 3 assuntos principais: A Princesa Isabel e a questão da escravidão, a demonização de todo e qualquer movimento de revolta à monarquia, e o enaltecimento da família real. Primeiramente, a

questão da Escravidão é abordada apenas como mérito à Princesa, como se com a assinatura da Lei Áurea, Isabel tivesse eliminado da sociedade toda escravidão do futuro e do passado e extinguido a discriminação do país, porque segundo o público, a monarquia tinha planos para a inserção dos libertos na sociedade. Isabel é tida como a redentora de toda uma raça, mulher pura e engajada nas causas humanitárias, para os monarquistas, ela assinou a lei por questões puramente éticas e morais, não políticas. Em seguida, no segundo assunto, notamos que figuras como Tiradentes e Zumbi são vistas como inimigos, por incitarem revolta ao Império e a Coroa, assim como há um repúdio ao positivismo e quaisquer valores republicanos, um movimento perigoso e racista foi observado, em um comentário, um participante da página se referiu à figura heróica de Zumbi como “africanização da História brasileira”. Por fim, há o enaltecimento a Dom Pedro I, Leopoldina, Dom Pedro II e da Princesa Isabel como heróis e exemplos a serem seguidos, esse mesmo movimento de enaltecimento de certas “figurinhas marcadas” é percebido também nas outras páginas.

2. FIGURAS IMPERIAIS E MEMÓRIA COLETIVA

Ao observar o conteúdo das páginas e a sua movimentação do passado, as principais temporalidades evocadas são a respeito do 1º e 2º Reinado, majoritariamente centradas em alguns personagens: Dom Pedro I, Imperatriz Leopoldina, Dom Pedro II e Princesa Isabel. Além disso alguns temas são recorrentes, sendo eles: a escravidão, a Independência e a Proclamação da República. Ao analisadas as 6 páginas, de uma forma geral percebeu-se que a imagem de Dom Pedro II é a mais recorrente, com algumas divergências a respeito de seu comportamento quanto à Proclamação da República. A princípio, notamos que as narrativas encontradas sempre dão protagonismo aos personagens da família imperial e, se considerarmos que se trata da análise de um período temporal extenso, de 1808 a 1889, recorte esse vivido pelos mais diferentes indivíduos, mesmo assim as memórias são direcionadas apenas a esse pequeno grupo tratado, na maioria das vezes, como heróis e vítimas.

2.1 Dom Pedro II: “O homem sábio que amava o povo”

Nesse sentido, comecemos com Pedro de Alcântara II, são feitas constantes exaltações da figura do imperador, mostrando-o como um líder sábio, austero, e extremamente patriota, por vezes referenciado como o maior estadista e maior brasileiro da história do país. Essas bajulações são realizadas ora através da pura descrição de suas habilidades e posições, tais como a capacidade de falar muitas línguas, seu conhecimento de ciências e literatura e sua defesa da liberdade de imprensa. Sendo assim, é através de histórias pessoais, as quais envolvem basicamente alguns “causos” do imperador, que buscam ressaltar suas qualidades – além de haver uma descrição de sua vida como sendo muito difícil, já que desde cedo teve que lidar com grandes responsabilidades e sacrifícios sozinho –, dentre essas histórias algumas destacam sua humildade, por exemplo o fato de muitas vezes usar trajes simples em seu cotidiano, as doações que fazia para instituições de ensino e caridade e o custeio com seu próprio salário de suas viagens.

Outras publicações também visam ressaltar o caráter intelectual do imperador, com supostos encontros com filósofos, escritores e cientistas europeus, que ficaram admirados com suas habilidades. Há ainda aquelas que destacam sua postura patriótica, que em geral mostram que ele teria sacrificado muito de seus anseios e desejos pessoais em nome da nação, essas também costumam abordar seu exílio após o golpe de 1889, mostrando como ele continuou a amar o Brasil. Nesse âmbito, uma história constante, e que se tem diferentes versões, é que o imperador possuía um saco de tecido cheio de terra do Brasil, às vezes descrito como areia da praia de Ipanema ou ainda um pouco da terra de todas as províncias, e teria pedido para ser enterrado com ele; além de serem as suas últimas palavras em seu leito de morte: “Paz e Prosperidade para o Brasil”.

2.2 Isabel: “A Santa libertadora”

Por conseguinte, a Princesa Isabel, que teria sacrificado com prazer sua coroa para pôr fim a escravidão, tida como inteligente, culta, preparada, incorruptível, a versão feminina de D. Pedro II, e que seria uma grande líder. Ela é tratada como uma mulher à frente de seu tempo, tão bondosa e caridosa, envolvida em diversas obras sociais e religiosas, tinha a “sabedoria” de D. João VI, ousadia de Pedro I, magnificência de Pedro II e a fé de Teresa Cristina”, a monarca perfeita para sucessão do trono. Nas páginas é

articulado que sua principal motivação para a assinatura da Lei Áurea fora a questão humanitária, e não política. A princesa foi discriminada de várias formas e por grupos diferentes, “[...] por se casar com um francês, por ser herdeira e mulher, por ter assinado a Lei Áurea. O golpe foi puro machismo e revanche pela abolição, ela podia subir ao trono mas eles não queriam por ela ser mulher”, esse trecho extraído de um dos comentários observados revela bem o teor do imaginário formado.

2.3 Dom Pedro I e Maria Leopoldina da Áustria

Outrossim, tratamos agora da figura de Dom Pedro I, esta é motivo de forte disputa de memórias, já que uma parte o considera uma má pessoa e a outra um herói. Alguns, entendem Dom Pedro I como o herói da independência, aquele cuja bravura e ousadia libertaram o Brasil das garras de Portugal, certos comentários se referem a ele como “D. Pedro I, o homem! O príncipe que foi contra Portugal e seu pai.”. Entretanto, existe a face oculta deste, um incapaz, um vulgar, libertino, e que apesar de ser um homem do povo gastava fortunas para sustentar suas amantes, e segundo um comentário ele também seria o “porco da pior espécie”. Essa forma de enxergar o antigo imperador, vem da maneira como ele tratou sua esposa, a Imperatriz Leopoldina, além de traí-la, Pedro ficou conhecido por agredi-la fisicamente. Ou seja, os aspectos morais e da conduta particular dos indivíduos em muito são refletidos quanto ao posicionamento do público, e o fato de Pedro I, por exemplo, ter sido o “herói da independência”, não apaga suas ações enquanto marido infiel e carrasco. D. Pedro I, curiosamente, é o único dentre essas figuras que aparece mais “humanizado”, muitos defendem que apesar de seus erros, era um homem como qualquer outro e graças a ele o Império se consolidou e pode crescer futuramente com Dom Pedro II. Quanto a Leopoldina, uma memória recorrente nas páginas monarquistas, é sempre vista como uma grande mulher da nossa história, ela quem teria sido uma verdadeira chefe de Estado, diferente de demais membros da corte, “a primeira mulher a governar o Brasil”, segundo um comentário. Ademais, ela amava o país como se fosse brasileira, amava tanto que participou vivamente do processo de independência, sendo para alguns “A mãe da Pátria”, foi traída e maltratada das mais diversas formas pelo imperador Pedro I, sendo vista como vítima e heroína ao mesmo

tempo.

2.4 O Golpe Republicano e o fim de uma “Era de ouro”

Em relação a Proclamação da República há uma clara disputa de sentidos, já que ela é encarada como um golpe de uma minoria militar, alheio às vontades populares e intimamente ligada aos ressentimentos da elite nacional com a abolição do regime escravista, havendo pontualmente uma crítica a essas elites que apoiaram a República, mas nunca a associação delas com o Império e sua participação e influência nesse período. Além disso, a proclamação é entendida como um movimento liderado por Marechal Deodoro da Fonseca, “o traidor”, e sem participação popular, para os grupos pró-monarquistas aqui observados se o povo soubesse do golpe ele não teria ocorrido e o terceiro reinado com Isabel vigoraria em seu esplendor e brilho. No entanto, se estabelece um paradoxo: por que Dom Pedro II não reagiu ao golpe? Para uma parcela do público das páginas, Pedro II estava velho e cansado, para outro queria evitar uma guerra civil pois amava demais o seu povo.

2.5 Lacunas e silenciamentos percebidos nas páginas

Em relação à postura do imperador e sua família frente ao trabalho escravo no Brasil, no geral o entendimento que as páginas trazem é que eles sempre foram favoráveis à abolição, isso é demonstrado por inúmeros relatos de ocorridos que descrevem essa postura, como a suposta ajuda a alforria ou fuga de escravos e tentativas por parte do monarca de passar projetos abolicionistas no Parlamento, além dessas histórias o tema escravidão não é tocado em mais nenhum momento, a não ser para falar da Lei Áurea e exaltar a Princesa Isabel como a Redentora; no entanto, as páginas tratam Zumbi, por exemplo, como um vilão, e em alguns casos como personagem folclórico. Além disso, cobram a república por não ter dado assistência aos libertos depois da abolição, alegando que o império teria feito isso caso o golpe não se efetivasse.

É interessante notar também as temáticas que as páginas não abordam, e obviamente, por focarem em Dom Pedro II, não são tratados em nenhum momento, ou raramente são tratados, temas como os anos de escravidão, a Guerra do Paraguai, a

questão do voto censitário, a regencia e as revoltas. Obviamente, a omissão do primeiro é bem compreensível, já que é um tema extremamente sensível, e que pode abalar a imagem da família real abolicionista e da Isabel como Redentora, principalmente se levarmos em conta que o Brasil foi um dos últimos países do mundo a abolir a escravidão. O segundo é algo bem curioso, talvez sua omissão se relacione com as atrocidades cometidas pelo Império durante a Guerra ou por envolver um dos pilares que levaram a queda da monarquia, no caso a insatisfação dos militares. A omissão do terceiro pode ser mais fácil de entender, já que se tenta constantemente passar a ideia de um Império democrático, no entanto o voto censitário seria um grande problema nessa narrativa, logo ele é totalmente ignorado. Em seguida, temos o período regencial, talvez este não seja abordado pois entende-se que seja porque foi um período não monárquico segundo as páginas. Já a omissão das revoltas, por sua vez, pode ser pois se vise justamente a legitimação da regência, que mesmo não sendo um período monárquico, foram executadas sob o nome da coroa, e a existência de revoltas signifique a fragilização do governo naquele período, ou simplesmente pois não se relaciona as figuras centrais da família imperial destacadas nas páginas. De qualquer forma, é importante ressaltar essas questões, pois o que se é omitido sobre um tema pode dizer muito sobre ele e quem o está abordando.

3. O USO DO REVISIONISMO HISTÓRICO PARA A DESVALORIZAÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA

Ao se tratar aqui de um ambiente digital, o das redes sociais, é necessário perceber que este tem a incrível capacidade de conectar pessoas e espalhar ideias de uma maneira tão rápida e ampla que proporciona o surgimento de fenômenos numa escala nunca vista antes, o que queremos dizer, e utilizando o exemplo do nosso próprio tema, é que provavelmente antes da internet e das redes sociais seria muito difícil e demoraria muito mais tempo para se organizar um movimento de um nicho tão específico como o dos monarquistas em uma escala do tamanho que este possui hoje online. Importa destacar que por mais que este movimento, assim como outros de seu tipo, se organize virtualmente, eles têm expressão e ação prática direta, isso é demonstrado por inúmeros protestos ou atos e encontros políticos que são organizados através da web. Porém há uma face negativa nesse processo, o ambiente virtual, pelo fato das interações não se darem

de maneira plenamente direta, possibilita um maior conforto para aqueles que buscam distorcer fatos, inventar mentiras, ou hostilizar outros indivíduos, pois não lidarão com uma situação de confronto direto com as consequências de suas ações, inclusive ao acusar a escola de ensinar mentiras e inverdades. É possível então estabelecer uma relação entre o Saber Histórico Escolar em um Estado democrático de direito e a disciplina Histórica em contraposição ao que foi percebido nessas páginas, enquanto um compreende a existência da ideia de que nem tudo pode ser dito sobre o passado, aquele outro cria narrativas manipulando seu tom, consciente da disseminação destas (PEREIRA, 2015. p.876-878). Ambos, de fato, possuem interesses políticos, porém o primeiro teoricamente deve ter o intuito de gerar um cidadão crítico ciente da não linearidade e homogeneidade de processos – é o que se espera ao menos –, enquanto o segundo busca a disseminação de valores e ideias de cunho pessoal ou ideológico, ou seja, disseminando negacionismos.

Nessa ótica, o negacionismo “[...] é então, um elemento central deste ódio à democracia e das necropolíticas que lhe são inerentes.” (ÁVILA, 2021, p.175), e como se trata de um ambiente onde a disseminação de informações falsas é hiper acelerada, a necessidade do compartilhamento não deixa brechas para a checagem de informações, e assim falas como: “Os indígenas não foram dizimados, só se misturaram com a população”, nega todo um processo de violência e inclusive nega as resistências dessas comunidades em manter suas culturas e modos de viver. Posto isto, por vezes esses portais de produção de conteúdo histórico, ou que o compartilham por motivos políticos, como nas páginas observadas, fazem uso dessas informações, textos, fotografias, pinturas e etc, de forma a validar o seu posicionamento, ou seja, é uma leitura do passado com um direcionamento específico, por mais que não assumidamente. Ao não corrigir seu público quando estes apontam que a história escolar não é a “verdadeira” tomam para si esse papel de revisitar o passado sob um suposto jugo revisionista, o qual não nega necessariamente todos fatos, mas que os instrumentaliza para justificar os combates políticos do presente a fim de construir uma narrativa “alternativa” que, de algum modo, legitima certas dominações e violências. E a possibilidade de revisar as produções históricas e o próprio passado por novas abordagens é em si mesmo algo legítimo da prática historiográfica

Dito isso, algo notório que percebemos em nossas análises foi esse exato comportamento, o de pessoas mobilizando acontecimentos do período imperial sem o devido rigor histórico ou compromisso com a verdade, tão caro ao saber histórico escolar,

para justificar posturas ou discursos, o que nos incomodou muito, pois devido ao alcance dessas páginas, percebemos que tais informações são entendidas como verdadeiras e absorvidas por milhares de pessoas, isso é plenamente visível nos comentários das postagens, onde é recorrente a frase “essa é a verdadeira história” ou “essas verdades a escola e os livros não mostram”, isso nos deixou seriamente preocupados, pois é visível que tanto o saber escolar quanto o próprio acadêmico estão sendo confrontados e desacreditados em favor de grossos revisionismos e negacionismos, que estão ganhando cada vez mais espaço, e já a algum tempo tem saído da internet e assumido o primeiro plano da política e das discussões nacionais.

Dessa forma, é evidente nossos sentimentos negativos para com esse processo, analisando as postagens e comentários, e percebendo esse fenômeno de legitimação por parte do público dessa suposta história “verdadeira e oculta”, que está sendo revelada por essas páginas, nos deixou bem incomodados e com um grande ranço das figuras que mobilizam esse discurso histórico de aparência confiável para benefício próprio enganando as pessoas, e obviamente sentimos uma certa impotência em relação ao próprio conhecimento escolar, que está sendo rebaixado a um saber inferior que busca esconder a “verdadeira história”, mas percebemos que tal tipo de comportamento é bem anterior às próprias redes sociais, apesar de, como já falado, ter ganhado novas proporções com elas, mas que em outros momentos históricos o saber escolar também foi desvalorizado e por vezes até perseguido, o que nos permitiu a compreensão de que esse problema é um velho desafio numa nova roupagem, e que assim como no passado, devemos defender o ensino de história, assim como suas potências emancipadoras e seu valor de verdade.

4. PERSPECTIVAS COMPARADAS: MATERIAIS DIDÁTICOS FRENTE OS PRÓ-MONARQUISTAS ARGUMENTOS

No livro didático escolhido “História.doc 8º ano”, várias coisas nos chamaram a atenção, como os questionamentos propostos, as atividades que exigiam grande habilidade crítica e interpretação. Porém, a constante reclamação nas páginas monarquistas e nos comentários a respeito de uma educação falha sobre a família imperial brasileira nos motivou a analisar a obra sob outros olhos, aqui destacamos a presença de alguns assuntos populares nas discussões.

Percebe-se a preocupação do livro em apresentar contextos para construir o período e a dinamização dos feitos, das revoltas e dos embates, além de demonstrar a existência de um cenário político com diferentes perspectivas sobre o governo. Além da existência de um processo institucional de construção do país surgente. Aspecto esse não percebido nas páginas monarquistas visitadas de uma forma geral, ao passo que estas focam em uma história dos indivíduos exaltados, centralizando neles os acontecimentos, como por exemplo relacionar a abolição da escravatura à princesa Isabel, o que se denota é um profundo apelo à memória e a criação de afetos com suas figuras.

A princípio, a construção da personagem de Dom Pedro I é vista a partir da página 106 do livro, no trecho intitulado “Dom Pedro ficou” se dá atenção à função política da personagem. Como a maioria dos livros didáticos, se fala do papel heróico de Dom Pedro contra os cortes e o regresso a Portugal, porém com pouca intensidade, o que de fato marca esse trecho –e capítulo– é a frase final: “O Brasil se tornava um país independente governado por um imperador: Dom Pedro I. Foram mantidas as províncias unidas –e a escravidão.”³⁶².

Essa sentença é fundamental para entendermos a dimensão da Independência, apesar de ser um país desprendido das exigências portuguesas ainda se manteve a escravidão, chave interpretativa para se olhar a formação social brasileira. A partir da página 110, os autores abordam conceitos fundamentais para o combate do negacionismo e reducionismo, como a necessidade do Brasil ter reconhecimento externo, ensinando que a Independência não foi fácil, muito menos rápida, como imaginam. Ainda na página 110, um novo Pedro é abordado, para além do luxo e esplendor da monarquia, explora-se o Dom Pedro I autoritário e ditador, reforçado nos trechos destinados à Constituição de 1824 e à Guerra da Cisplatina.

O livro se ocupa de abordar o período regencial, espaço de tempo esquecido pelos pró-monarquistas, no capítulo destinado às regências, um dos primeiros pontos é a figura de Dom Pedro II como o “órfão da nação”, algumas páginas depois Dom Pedro II volta com o início do Segundo Reinado. Logo na página 130, os autores falam do início de seu reinado e suas medidas políticas de conciliação, como negociar com os líderes das

³⁶² p. 107

revoltas, porém o livro trás uma nota na lateral explicando o caso de Cosme Bento das Chagas:

Uma das formas de assegurar a continuidade da escravidão foi não conceder anistia ao líder Cosme Bento das Chagas, chefe do quilombo da Balaiada, no Maranhão. Como outros ex-escravos ou descendentes de escravos que ousaram saber ler e escrever e a se rebelar, ele não alcançou a graça concedida pelo jovem imperador a outros rebeldes: o perdão. Foi preso e enforcado, em 20 de setembro de 1842. Era um castigo exemplar. (p.130)

Este trecho é fundamental para uma leitura crítica do Segundo Reinado, inclusive seria mais produtivo se fosse inserido no texto corrido, já que toda a perspectiva do livro é baseada na manutenção da escravidão. Com a consolidação do governo de Dom Pedro II, sua imagem muda de um governante jovem, manipulável, sem experiência, para um “[...] monarca culto, ligado às ciências e às viagens” (p.133).

Um tema sensível que perpassa a história da monarquia é a questão da escravidão e sua abolição, contudo as páginas não tocam nesse tema com frequência, a não ser para exaltar a figura da princesa Isabel como a Redentora. Nesse sentido há um entendimento por parte delas de que a abolição veio por um projeto de longo prazo, que visava aos poucos ir substituído a mão de obra escrava pela livre, e foi concretizada apenas através da luta abolicionista e da bondade da princesa, o que se afasta dos entendimentos da historiografia, por, dentre outros motivos, nunca abordar outros elementos que contribuíram para esse processo, como as pressões externas que o Brasil sofria a décadas em relação a essa questão, deixando a coisa como um ato heroico da princesa que arriscou sua própria coroa para pôr fim à escravidão.

Por conseguinte, este é um livro que dá muita atenção à questão da escravidão, seja pelo conteúdo programado para o 8º ano, seja por opção metodológica, é uma obra que tem uma unidade inteira voltada para o assunto, e desde o início do período analisado (1808-1889) os autores destacam essa presença, foram ao todo 7 capítulos analisados, cada um tratando de uma esfera diferente da escravidão nas Américas. O Capítulo 8: A Cafeicultura no Brasil Escravista, dá ênfase no papel dos escravos nos cafezais, na intensificação do tráfico negreiro e na expansão da escravidão no Brasil. Ademais, os autores dedicam um trecho à análise crítica do surto cafeeiro do Segundo Reinado, de

perspectiva político-ecológica, além disso retratam a atuação indígena, o processo do café, leis da abolição e seu papel na cafeicultura, tráfico interno, expansão das ferrovias e por fim faz uma transição para a necessidade de mão de obra.

Já no Capítulo 10: Crise da Escravidão e da Monarquia no Brasil, os autores brincam com nuances escravagistas de D. Pedro II, pelo simples ato de não intervir com a abolição por causa da economia, além disso, existem trechos destinados a heróis abolicionistas pretos. No mesmo capítulo há grande atenção às leis da abolição e à abolição, com ênfase na Lei Áurea e explicando o papel da princesa Isabel na promulgação da lei:

Quem governava o Brasil era a filha de dom Pedro II, a princesa Isabel, pois o imperador estava viajando. No dia 13 de maio de 1888, ela foi avisada da aprovação do projeto em Petrópolis, onde se encontrava, e desceu a serra. No Paço Imperial, ela assinou a lei que ficou conhecida como Lei Áurea. (p.185).

Em continuidade, a trajetória de Dom Pedro II se declina na página 187 com o trecho “Final do Império”, no qual se aborda a crise da monarquia, porém dá pouca atenção à figura do Imperador, que não tem fim definido, como teve José do Patrocínio, herói preto da abolição. Por fim, a ideia de república e o golpe são abordados a partir de “A ideia de república não era desconhecida.” (p.188), no parágrafo que contextualiza a situação republicana no país, quebrando a ideia de ruptura na transição de regimes, tema preferido das páginas negacionistas.

Assim como coube falar das figuras, presenças e permanências cabe também falar das ausências, um grande argumento destes grupos pró-monarquia é que a escola não lhes mostrou o “lado humano” das figuras históricas e no livro em questão, de fato, há uma falta significativa de aproximação do aluno com as personagens reais. Por outro lado, a obra traz visibilidade a pessoas e grupos que tiveram grande protagonismo no processo, mas que foram apagados na narrativa. Nomes como José do Patrocínio, Maria Quitéria e André Rebouças são estudados, e isso tem grande valor para representatividade.

Como é comum em muitos livros didáticos, este segue uma ordem cronológica na apresentação da formação do Brasil Imperial partindo desde a vinda da família portuguesa para o Brasil, contextualizando a invasão de Portugal pelos franceses. Já as páginas de

Facebook por sua vez não carecem de seguir um sentido na apresentação de seus conteúdos, geralmente se movendo por datas comemorativas, por exemplo o dia da abolição ou aniversário de morte de algum membro da família real. Poucos nas páginas se vê sobre a participação popular, afinal, seu intuito é defender a monarquia e as ações da família Bragança e de outros monarcas pelo mundo. Enquanto que o livro contextualiza eventos como o dia do Fico, a situação de D. Pedro I não como glamourizada, mas com tensões políticas e protagonismo de outras personagens, como Maria Quitéria.

CONCLUSÃO

Observamos então que um elemento geral dos grupos *online* Pró-monarquistas é a visão idealizada que se tem do Brasil Império como uma potência em ascensão a partir de inúmeras afirmações sobre como a economia, a política e o desenvolvimento iam bem no período, obviamente sem mencionar que toda essa riqueza provinha da mão de obra escrava e beneficiava apenas uma elite nacional. Nesse sentido, sob a ótica da romantização do passado, estabelece-se uma relação entre o fim da monarquia brasileira com a crise político-econômica atual, construindo idilicamente o período imperial, sem profundidade histórica, um momento perfeito no qual o país tinha grandes expectativas para o futuro. Para o raciocínio pró-monarquista, a solução das crises do presente brasileiro e o retorno aos seus tempos áureos necessita de uma volta ao regime monárquico, e assim a face política desse movimento aparece, tudo isso é bem demonstrado pelos muitos comentários que dão respaldo a essa visão, mostrando que o caráter de mobilização política de afetos e verdades está tendo efeito em muitos dos seguidores dessas páginas, e também é bem visível nos movimentos de certos grupos reacionários e de extrema direita hoje.

Por fim, cabe elucidar que essas visões sobre o período monárquico estão muito mais associadas aos interesses políticos atuais dessa maneira, promovendo afetos e ódios com base nesse passado, buscando mobilizá-lo para questões e projetos de presente e futuro. Dos comentários observados, os que mais chamaram a atenção, tanto pela considerável quantidade, quanto pelo conteúdo, são aqueles que seus usuários afirmam não terem aprendido isso nas escolas e nos livros, mas sim na nova história que as páginas

estariam mostrando a eles, e graças a elas passariam a saber a “verdadeira história do Brasil”. Tal situação é algo preocupante, estando intrinsecamente ligada com a mobilização de afetos e verdades do passado, mas também com a propagação de informações falsas, por meio do negacionismo. Este caminho, como já abordado por dezenas de historiadores contemporâneos como Mateus Pereira, Arthur Ávila e Rodrigo Turin, é a peça fundamental da ascensão do neofacismo, e da perspectiva de um ensino de história que trabalhe em função de uma visão de mundo neoliberal que escanteia a própria possibilidade interpretações múltiplas e honestas sob o delineamento de informações estáticas e homogeneizadoras. É dever de todos nós historiadores, professores e pesquisadores combater este escrutínio e sucateamento para com a ciência e a História por meio de ações conjuntas com a sociedade contra a normalização desse ataque à educação e à Disciplina histórica, além da necessidade das ações no aporte jurídico sobre a nova ordem de funcionamento das relações e comunicações pelos meios digitais que abracem esses dilemas e limites entre expressão, opinião e mentiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

AVILA, ARTHUR LIMA DE. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. *REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA (ONLINE)*, v. 42, p. 161-184, 2021.

FACEBOOK. Ave, Império. Disponível em: <https://www.facebook.com/AveImperio>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

FACEBOOK. Monarquia Brasil. Disponível em: <https://www.facebook.com/MonarquiadoBrasil>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

FACEBOOK. Pedro II do Brasil. Disponível em: <https://www.facebook.com/PedroIIBrasil>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

FACEBOOK. Pró-Monarquia. Disponível em:
<https://www.facebook.com/promonarquia>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

FACEBOOK. TV Imperial. Disponível em:
<https://www.facebook.com/OficialTvImperial>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

PEREIRA, Mateus. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Vária História*, v. 31, n. 57, p. 863-902, set./dez., 2015.

VAINFAS, Ronaldo; FERREIRA, Jorge FARIAS, Sheila de Castro; CALAINHO, Daniela Buono. *História.doc* 8. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2018.

Simpósios Temáticos: A crítica decolonial: diálogos emergentes para o campo das Ciências Humanas

Resistências, tensões e assimilações: as influências e contribuições da História Social e da Cultura às epistemologias decoloniais

Felipe Cromack de Barros Correia³⁶³

RESUMO

As epistemologias decoloniais se propõem, a priori, a denunciar e reexistir às estruturas do projeto de mundo que se construiu desde a colonização das Américas, ou seja, a modernidade. Por meio de uma ação antirracista e pluriépistêmica, a decolonialidade questiona o padrão eurocentrado, desigual e opressor das dinâmicas de poder, saber, e da constituição do ser que repercutem nas instituições e orquestram a sociedade capitalista. Contudo, como demonstra Luciana Ballestrin, a procura por este rompimento, característico do “giro decolonial”, por vezes acarretou a negligência das contribuições provindas do Norte Global (BALLESTRIN, 2013). Desse modo, torna-se fulcral nos apropriarmos das contribuições da História Social e da Cultura, a fim de aprimorarmos nossas lentes analíticas na percepção da complexidade das experiências cotidianas.

Palavras-chave: Decolonialidade; História Social; História Cultural;

ABSTRACT

The decolonial epistemologies propose, a priori, to denounce and re-exist the structures of the world project that was built since the colonization of the Americas, that is, modernity. Through an anti-racist and pluri-epistemic action, decoloniality questions the Eurocentric, unequal and oppressive pattern of power, knowledge, and the constitution of being that reverberates in the institutions and orchestrate the capitalism society. However, as Luciana Ballestrin demonstrates, the search for this rupture, characteristic of the “decolonial turn”, sometimes resulted in the neglect of the contributions coming from the Global North (BALLESTRIN, 2013). Thus, it is crucial to appropriate the contributions

³⁶³ Mestrando em História Social e da Cultura (PUC-RIO). Graduado em História Licenciatura (UNIRIO). Bolsista Capes.

of Social and Cultural History, by virtue of improving our analytical lens to understand the complexity of daily experiences.

Key-Words: Decoloniality; Social History; Cultural History;

1. INTRODUÇÃO

A decolonialidade, como debate teórico desenvolvido dentro da academia, surge a partir do final da década de 90 e se intensifica com a virada do milênio com a criação do grupo Modernidade/Colonialidade. A partir dos anos 2000 e também na última década adquire grande popularidade no meio acadêmico pelas tensões que reverbera na metodologia, corpo docente e nas bibliografias utilizadas nas universidades. Assim, o lócus enunciativo próprio da América Latina e as premissas anti racistas e contra-hegemônicas, provenientes dos movimentos sociais que estão na origem da decolonialidade, adentram o meio acadêmico afrontando seu *status quo* voltados ao eixo EUA-Europa. Desse modo, as contribuições da decolonialidade à academia e, principalmente, à História são impactantes, não apenas pela centralidade concedida ao processo de colonização, no qual o racismo está na sua base. Como também por potencializar a escuta e o aprendizado com outras epistemologias apagadas, negadas e relegadas ao ostracismo por uma geopolítica do conhecimento (LUGONES, 2014) monoteísta e linear (BISPO, 2015).

Por outro lado, a procura por uma “superação da colonialidade” (BALLESTRIN, 2013) acarretou a ausência de diálogos com as epistemologias do Norte Global. Mesmo que produzidas na Europa ou nos Estados Unidos por corpos brancos que não focaram suas análises na realidade latinoamericana, estes autores e autoras em seus achados desenvolveram reflexões indispensáveis para a denúncia e enfrentamento às opressões de raça, gênero e classe e suas intersecções que ainda perduram no nosso dia-a-dia. Sandra Graham, Natalie Davis e Maria Odila Oliveira são algumas das inúmeras autoras que nos proporcionam análises fulcrais sobre gênero; negociações; resistências; subversões e ofício do historiador.

Debruçarmo-nos sobre esses relatos e textos sobre mulheres e costumes que não estão na condição feminina ou na literatura hegemônica, caracteriza uma prática que contraria padrões socioculturais fixos e imutáveis que está em diálogo com a

decolonialidade. Diante disso, faz-se fundamental nos apropriarmos das contribuições da História Social e da Cultura, a fim de estabelecermos um diálogo com a decolonialidade que contribua com as premissas antirracistas e pluri epistêmicas, por meio das análises de experiências que não romperam inteiramente com as opressões vigentes, porém disputaram espaços, benefícios, voz e direitos na luta por sobrevivência.

2. A LEITURA PARA GLIKL

Natalie Zemon Davis assim como no título de seu livro que aborda a história de Glikl, denominado *Nas Margens*, assim como em suas outras produções, procura viabilizar as histórias e agências subalternas. Por influências marxistas, a autora se voltou para a história das mulheres apenas após seu doutorado que se concentrava nas relações de classe. Por outro lado, neste livro, as mulheres ocupam o papel central, e a história de Glikl bas Judah Leib, uma judia negociante de Hamburgo, modifica a noção essencializada de vítima ao abordar a história das mulheres e sua agência.

De fato, a fim de compreendermos a ousadia de Glikl devemos pontuar seu contexto espacial e temporal. A comunidade judaica alemã, na cristã Hamburgo do século XVII, estava relegada aos guetos, perseguição e expulsão. Todavia, a história de Glikl demonstra como esta mulher judia consegue, tensionando os limites, beneficiar-se da melhor forma dentro das dinâmicas de poder em que vivia.

Mesmo que nas margens da sociedade, Glikl tem seu matrimônio consolidado cedo e assume uma posição de importância nos negócios de sua família. Esta responsável e central posição no trabalho familiar causa estranheza na percepção arbitrária de uma sociedade patriarcal em que a mulher apenas poderia ajudar nos negócios familiares. Contudo, foi sua aptidão para as transições financeiras que a permite não só ampliar suas atividades, mas também sustentar sua família após a morte de seu marido, o que impacta os leitores de sua história. Somado a isso, Glikl não teve a mesma oportunidade de estudar como de outras mulheres de sua época, porém a partir dos saberes de comerciantes foi possível acessar leituras em outros idiomas, mesmo que predominantemente masculinos, como o hebraico, e de outras religiões, não cristãs.

Nessa luta pela paciência e pela compreensão – luta que *nunca se vence inteiramente* – a arte de contar histórias foi sua arma mais eficaz. Permitiu-lhe “discutir com Deus”, segundo uma tradição judaica que por meio dos rabinos remonta a Jacó (Gênesis, 28). Proporcionou-lhe o diálogo no centro da espiritualidade e os golpes e reviravoltas surpreendentes que constituem a força narrativa. (DAVIS, 1997: 56)

Natalie Zemon Davis nos mostra que a leitura e o domínio da escrita de Glikl, ao produzir sete livros, permitiram a discussão de Glikl com Deus, demonstrando suas angústias e sofrimentos, algo impensável para seu contexto local e temporal, expondo “mais uma vez seus agravos, ao mesmo tempo em que investiga o significado do sofrimento e procura encontrar um modo de aceitar os desígnos divinos” (DAVIS, 1997: 56). Nesse sentido, a partir da busca histórica nas entrelinhas e nos fragmentos documentais, o historiador pode alcançar a agência de indivíduos que não tiveram suas experiências devidamente registradas, visto a distância que seus papéis sociais estavam das camadas mais elevadas do poder. Assim como na experiência de Glikl analisada por Davis, a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias aponta que:

passo importante para a catarsis do conteúdo ideológico é mostrar às mulheres como seres sociais, que integram sistemas de poder, redes de dominação e laços de vizinhança. O processo propriamente histórico de suas vidas em sociedade tem bem mais a ver com um contínuo improvisar de papéis informais, mudança, vir a ser, do que com mitos e normas culturais. É preciso estudar os espaços femininos conquistados e não os prescritos, por isso em grande parte calados ou omitidos nos documentos escritos. Os papéis propriamente históricos das mulheres podem ser captados de preferência nas tensões sociais, mediações, intermediações: nas relações propriamente sociais, que integram mulheres, história, processo social e que os historiadores podem resgatar das entrelinhas, das fissuras e do implícito nos documentos escritos (DIAS, 1983:41)

Ademais, é nesta contínua história a contrapelo que se faz possível identificar não apenas os corpos subalternizados que ousaram a contrariar os padrões culturais e sociais, mas também, ainda que sob estas normas, os corpos que as disputaram e tencionaram na luta por sobrevivência. Logo, as epistemologias decoloniais, ao se voltarem para a subversão das estruturas de opressão, devem contar também, em seu arcabouço teórico, de histórias, análises e teorias que se preocuparam em registrar e problematizar os indivíduos e os significados de suas ações que tensionaram os limites de seus espaços e comunidades, algo que se aproxima das práticas de re-existência decoloniais.

3. O “NÃO” DE CAETANA

Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por uma história decolonial: Gênero, raça e classe na América Latina. Eduarda Guerra Tostes; Lavínia Renata de Oliveira Turqueti; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2022. 926 p.

Do mesmo modo que Davis, Sandra Graham Lauderdale em seu livro *Caetana diz não: Histórias de Mulheres da Sociedade Escravista Brasileira* (2005), aborda a relação da escravizada Caetana e seu senhor, Luís Mariano de Tolosa, na segunda metade do século XIX no Vale do Paraíba. Uma experiência que também habita as margens da História por se localizar distante “dos centros de poder político, real, cívico e senatorial” (DAVIS, 1996:195) e do que representava o saber e a humanidade do local e época que habitavam. Diferentemente de Glikl, a experiência de vida de Caetana se constitui dentro de uma sociedade em que a desumanização de corpos pretos e sua expropriação eram normalizadas. Assim, por meio da micro-história, Graham aprofunda sua análise em questões latentes como: as relações sociais entre escravizadas e senhores, a intimidade doméstica e a agência da escravizada Caetana. De forma contrária a uma historiografia que não enxerga as possibilidades de negociação e resistência ainda que sob dominação de um regime escravocrata.

No vale em que Caetana vivia mais da metade dos escravizados eram casados, já que o matrimônio era uma dos modos que se buscava controlar, impor autoridades masculinas, impedir rebeliões e, por vezes, diminuir tensões o usando como uma concessão. Contudo, Caetana ao ter seu casamento imposto por seu senhor em 1835, nega seus votos e recorre à processos judiciais de anulação eclesiásticos com ajuda de Tolosa, persuadido após Caetana demonstrar que não aceitaria de forma alguma seu casamento. Nesta trama polêmica e atípica para a historiografia anterior à publicação de seu livro, Graham levanta diferentes fontes e hipóteses a fim de explorar “os sentidos e os significados das ações e escolhos dos sujeitos que nelas aparecem” (AZEVEDO; FRANÇOSO, 2006: 457). Faz-se necessário pontuar que os pedidos de anulação eram demasiadamente raros no início do século XIX, não apenas na província de São Paulo, mas em todos os domínios do império. Soma-se a isto, a inexistência de registros analisados que constam anulações de casamentos de escravizados.

Certamente, os motivos que levaram Tolosa a obrigar Caetana a se casar que perpassam as camadas mais íntimas da sexualidade e domesticidade, em consonância com as razões que posteriormente o levaram a ajudar no processo judicial de anulação, suscitam questões que desestabilizam a normatividade da dominação masculina e da posição inerte da escravizada. Por isso, a potência do livro de Graham está na capacidade

de reavaliar as formas como se desenvolveram a hierarquia masculina, e também o conceito de liberdade, visto que Caetana foge de seu casamento para a casa-grande, buscando abrigo com seu senhor. Todavia, como mais uma marca da subalternidade que expropria a condição de ser e saber dessas mulheres que habitaram as margens da história, as hipóteses que Sandra Graham desenvolve sobre Caetana são menos palpáveis que as de Natalie Davis sobre Glikl. Visto que a história da escravizada Caetana não possui autobiografias, mas apenas alcança os historiadores por meio dos registros formais, como os eclesiásticos, feitos por terceiros. Os quais falaram, assinaram e transcreveram no lugar de Caetana. Por isso, como mostra Dias, o ofício do historiador sobre essas histórias nas margens “requer uma leitura paciente, um desvendar criterioso de informações omissas ou muito esparsas, casuais, esquecidas do contexto ou da intencionalidade formal do documento”(DIAS, 1983:41).

Logo, ao tensionar o público e o privado, a dominação masculina, o espaço doméstico da escravizada e sua relação com o senhor, Graham nos permite perceber na história interseccional de classe, raça e gênero de Caetana sua agência. Algo que nos traz novas questões, como por exemplo “Quais motivos e experiências ouvidas e vividos fizeram Caetana achar que poderia recorrer à justiça?” e “Quais razões levaram Caetana a considerar Tolosa alguém de confiança para a ajudar no processo judicial?” “Outra escravizada já havia feito isto antes?”. Estas perguntas exemplificam a força motriz que a História Social e da Cultura e a Micro-História possuem, ao permitir que as histórias singulares informais e cotidianas se conectem às estruturas de poder, questionando suas arbitrariedades a fim de compreender os significados de suas ações. Por esse motivo, Dias aponta que “A tensão entre cotidiano e poder merece trabalho e reflexão por parte de historiadores dependentes das fontes escritas, pois a esfera do informal e do dia a dia não está integrada nos domínios do conhecimento e da erudição”(DIAS,1983:44).

Impossibilitando-nos de generalizar as relações coloniais como essencialmente patriarcais, desiguais e opressoras, a História Social e da Cultura aponta para a complexidade das ações e as diferentes possibilidades de escolhas. A experiência de Caetana nos alerta sobre os dissemelhantes significados de liberdade, os quais dependem do contexto temporal, social, cultural e espacial em que se vive. Esta escravizada em nenhum momento, até o que podemos supor pelos registros, buscou romper com a

dinâmica de poder da escravidão, pois para ela a liberdade estava ligada a negar a autoridade masculina sob seu matrimônio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em outras palavras, não se faz necessário a procura pelo desmantelamento total da matriz de dominação³⁶⁴ exposto por ativistas e teóricos decoloniais para que encontremos resistências e tensionamentos à dominação vigente. Mas, por vezes, dentro do sistema de opressão existem negociações e resistências que não nos permite generalizar e simplificar a posição social da subalternidade. A História Social e da Cultura, ao pensarmos nas opressões de raça, gênero e classe, estimula nosso olhar crítico, a fim de historicizar conceitos como liberdade, casamento e domesticidade. Além disso, ao se voltar para os papéis informais e as experiências cotidianas, restitui a memória social e aborda a realidade complexa das relações sociais, trabalhistas e culturais, a qual uma percepção macroestrutural não alcança. Impedindo-nos de enxergar estes indivíduos como vítimas inativas, Davis, Graham e Dias demonstram a agência de indivíduos nas margens da História hegemônica que mesmo sob opressões, estruturam suas realidades, tencionando-as, resistindo-as e as reinventando. A decolonialidade ao se nutrir da capacidade de reconstruir essas histórias marginais, reintegrando-as à História, possivelmente potencializará sua ação política contra-hegemônica, ao perceber subversões não totalizantes, as quais, como nas experiências de Glikl e Caetana, questionam a rigidez dos padrões hierárquicos, como de escravizado-senhor, homem-mulher e público-privado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Azevedo, Elciene e Françoço, Mariana Caetana e Inácia: duas histórias de mulheres na sociedade escravocrata. *Cadernos Pagu* [online]. 2006, n. 26 [Acessado 21 Novembro 2022] , pp. 455-461. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000100019>>. Epub 09 Ago 2006. ISSN 1809-4449. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000100019>.

³⁶⁴ Matriz de dominação é um conceito desenvolvido por Patricia Hill Collins que se refere ao surgimento e desenvolvimento dos sistemas interseccionais de opressão, como por exemplo de raça, classe e gênero.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. *Colonização, quilombos: modos e significados*. Brasília, DF: INCTI, 2015.

Collins, Patricia H. 2019. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento* São Paulo: Boitempo Editorial.

DAVIS Natalie Zemon. *Nas Margens: três mulheres do século XVII* São Paulo. Companhia das Letras , 1997.

Dias, Maria Odila Leite da Silva. *Mulheres sem história*. IN: *Revista de História*, São Paulo, n. 114, p. 31-45, jan/jun., 1983.

Graham, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não. Histórias de Mulheres da Sociedade Escravista Brasileira*. São Paulo, Cia. das Letras, 2005.

LUGONES, María. *Toward a Decolonial Feminism*. *Hypatia*, v. 25, n. 4, p. 742-759, 2010.

Ancestralidade e decolonialidade no século XXI: o uso do *buen vivir* como resgate da cosmovisão indígena na Constituição Equatoriana de 2008

Vinícius Valadão Gonçalves³⁶⁵

Resumo

O presente artigo possui como finalidade promover uma breve investigação da contribuição que o conceito de *buen vivir* ou *sumak kawsay* proporciona para a Constituição Equatoriana de 2008, que graças a ele, mantém fortes influências do pensamento indigenista e ecológico. A pesquisa possui o intuito de analisar, mas não de forma exaustiva, a disputa de significações que o conceito adquiriu e ainda adquire, o que mostra sua complexidade e heterogeneidade. É examinada, a partir disso, a representação que o *buen vivir* oferece frente à emergência de novos movimentos sociais em um mundo carregado por crises sociais, políticas e climáticas.

Palavras chave: *buen vivir*, Constituição Equatoriana, decolonialidade, ancestralidade.

Abstract

This article aims to promote a brief investigation of the contribution that the concept of *buen vivir* or *sumak kawsay* provides to the Ecuadorian Constitution of 2008, which, thanks to it, maintains strong influences of indigenous and ecological thought. The research intends to analyze, but not exhaustively, the dispute of meanings that the concept acquired and still acquires, which shows its complexity and heterogeneity. Based on this, the representation that *buen vivir* offers in the face of the emergence of new social movements in a world burdened by social, political and climate crises is examined.

Key-words: *buen vivir*, Ecuadorian Constitution, decoloniality, ancestry.

³⁶⁵ Graduando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: vinicius.valadao@estudante.ufjf.br

Em termos gerais, o *buen vivir* é uma herança das comunidades indígenas que foi resgatado principalmente a partir dos movimentos indígenas por melhores condições de vida e necessidade de mudança política, social, econômica e ecológica. Seu ápice de discussão foi durante a elaboração das Constituições de 2008 e 2009 no Equador e na Bolívia, respectivamente, proporcionando para o cenário latino-americano novas formulações e fazendo com que os governos, principalmente dos países em questão, refletissem sobre problemas até então deixados de lado. Desse modo, o início do século XXI é marcado com o aparecimento do *buen vivir* no cenário político institucional, apesar dele já ter estado presente dentro das comunidades indígenas desde antes mesmo da Conquista, resistindo à tentativa de ocidentalização por mais de 500 anos. Esse avivamento do conceito fez com que sua discussão fosse levada ao âmbito acadêmico, onde este artigo pretende mostrar que há tanto divergências quanto convergências em torno dele, o que mostra sua complexidade de análise.

O *buen vivir* possui várias camadas interpretativas, mas basicamente ele pode ser caracterizado como uma “*forma de vida en armonía con la naturaleza y con otros seres humanos*” (HIDALGO-CAPITÁN, CUBILLO-GUEVARA, 2014: 26), visando um equilíbrio entre o homem e mundo natural, a Pachamama, dentro do imaginário dos povos andinos. Ele carrega fortes ideais de solidariedade, equidade, diversidade e respeito à vida tanto humana quanto de todos os outros seres que compõem o planeta. Dessa maneira, o homem passa a ser apenas uma das diversas peças que formam o mosaico do mundo, não podendo sobrepor suas vontades contra a natureza quando isso a destrói.

Apesar do conceito só aparecer na Constituição Equatoriana de 2008, ele já havia começado a ser discutido nas contestações indígenas desde a década de 90, quando o movimento indígena do Equador foi um grande ator social frente às políticas neoliberais no país. Durante o governo de León Febres Cordero, nos anos 80, por exemplo, ocorre o desenvolvimento de mecanismos repressivos contra forças insurgentes, além do Estado se voltar para os interesses da burguesia e das oligarquias e estreitar as relações de dependência econômica com grandes empresas. Logo em seguida, apesar do presidente ter sido Rodrigo Borja, do Partido *Izquierda Democrática*, o Equador ainda se encontrava dominado por elites interessadas pelos ajustes neoliberais, o que causou uma drástica diminuição das políticas sociais, inclusive para a população indígena (MALDONADO,

2015). Em virtude dessas questões, o ano de 1990 é marcado pelo Levantamento Indígena do *Inti-Raymi*, liderado pela Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), grupo este que representava a principal força de projeto alternativo para o futuro do país e era composto por organizações de quase 80% das populações indígenas.

O episódio do Levantamento Indígena de *Inti-Raymi* carregava como lema *Tierra, Cultura y Libertad* e foi essencial para uma maior visibilidade para as questões indígenas e ecológicas, que se encontravam marginalizadas perante um governo que prezava pelo capital estrangeiro. O movimento também representou o descontentamento que a população possuía frente às falsas promessas de Rodrigo Borja, como no Acordo de Sarayacu, assinado pela CONAIE e o governo federal, que previa resolver boa parte das demandas indígenas, porém não foi posto em prática. Na realidade, fora do discurso oficial, o governo não estava interessado em resolver os problemas dessas comunidades, mas sim buscava “dividir e cooptar as lideranças, sem, contudo, analisar o problema na sua totalidade e efetivar políticas públicas que realmente transformassem a realidade posta” (MALDONADO, 2015: 215).

O movimento de 1990 é reprimido fortemente e logo em seguida, com o governo de Durán Ballén, que segue a agenda neoliberal, o Equador continua sofrendo com reduções de suas políticas sociais e com a privatização da água e da previdência social. Tais fatores influenciaram para que ao longo da década as organizações indígenas cada vez mais passassem a contestar seus direitos e promover movimentações nas ruas, apesar de geralmente acabarem em violência política por parte do Estado. Sob pressão popular e em meio a vários escândalos, uma nova Constituição é promulgada em 1998, que apesar de conter alguns avanços, ainda assim continuava com a fórmula clássica de sociedade e constitucionalizava o sistema de “economia social de mercados”, que fortalecia ainda mais o Poder Executivo e os grandes banqueiros. Uma das maiores conquistas dos movimentos indígenas, nesse contexto, foi o reconhecimento do Equador como Estado pluricultural e multiétnico, que foi um primeiro passo para que em 2008 a Constituição reconhecesse o caráter plurinacional e intercultural do mesmo.

Diante dessa situação, os primeiros anos do novo século são marcados por mais movimentações indígenas que, mesmo com aliados no poder, ainda assim se encontravam distante de seus plenos direitos. Organizações como a CONAIE, por exemplo,

conseguiram um reconhecimento político mas, dentro dessa nova esfera, perde parte de sua essência anti-sistêmica. As crises políticas continuaram a assolar o Equador e em 2005 o até então presidente Lucio Gutiérrez é deposto frente a pressão popular e a sua incapacidade de governar em diálogo com os diferentes setores da sociedade. Seu vice Alfredo Palacios, que segue as políticas neoliberais, acaba nomeando para *Ministro de Economía y Finanzas* o economista Rafael Correa, que virá a ser o presidente que convocará a nova Assembléia Constituinte. Grande parte da popularidade de Correa na época, que o possibilitou para chegar ao poder, veio do fato dele e de seu partido, juntos com outros militantes e intelectuais de esquerda, levantarem a bandeira de uma Assembleia Constituinte. Em abril de 2007, depois de Correa chegar à presidência, uma consulta popular aprovou por 82% dos votos a realização de um novo processo constituinte (CADEMARTORI; COSTA, 2013).

Desse modo, durante os anos de 2007 e 2008 houveram, no Equador, muitas discussões sobre como a nova Constituição iria caminhar, e o movimento indígena apareceu como uma força central nesse contexto que, apesar de não ser a maioria entre os assembleístas, ainda assim conseguiu que sua voz fosse ouvida de uma maneira que antes não era. Uma das maiores conquistas foi um texto que valorizasse a autodeterminação dos povos e a natureza como sujeito de direitos, que representam um avanço nas políticas de valorização dos saberes dos povos originários. A Constituição (2008) já em seu preâmbulo ressalta

NOSOTRAS Y NOSOTROS, el pueblo soberano del Ecuador, RECONOCIENDO nuestras raíces milenarias, forjadas por mujeres y hombres de distintos pueblos, CELEBRANDO a la naturaleza, la Pacha Mama, de la que somos parte y que es vital para nuestra existencia (...) Decidimos construir una nueva forma de convivencia ciudadana, en diversidad y armonía con la naturaleza, para alcanzar el buen vivir, el sumak kawsay.

Além disso, os Arts. 71 a 74 representam, nesse contexto, o ponto chave para os direitos da natureza, defendendo a ideia de que todos podem usufruir dela, mas com seus devidos cuidados. O Art. 74 ainda diz que “*las personas, comunidades, pueblos y nacionalidades tendrán derecho a beneficiarse del ambiente y de las riquezas naturales que les permitan el buen vivir*”. Logo em seguida, ele continua: “*los servicios ambientales*

no serán susceptibles de apropiación; su producción, prestación, uso y aprovechamiento serán regulados por el Estado”.

Dentro desse contexto, o *buen vivir* aparece como peça central para o entendimento da Constituição, onde é responsável por levar questões que respaldam o respeito pela natureza e o direito principalmente dos povos indígenas. É através do *buen vivir* que muitas das nacionalidades dentro do Equador conseguem uma maior representação no espaço político que, durante séculos, lhes foi negado. Um exemplo direto da influência dessa cosmovisão indígena no texto constitucional é no Art. 12, artigo esse que garante o direito à água a todos e impede a sua privatização, visto que ela passa a ser entendida como patrimônio nacional estratégico de uso público e essencial para a vida. Porém, o fato é que, apesar de parecer um termo homogêneo na Constituição, o *buen vivir* pode ser enxergado de formas diferentes tanto para cada comunidade indígena quanto para cada um de seus teóricos, o que significa que mesmo os assembleístas adotando o conceito no texto, eles precisaram optar por seguir determinada posição dentro do espectro de significados. Assim, é plausível dizer que o processo constituinte em torno do *buen vivir* não foi unânime, nem mesmo para aqueles que defendiam a causa.

O *buen vivir* “se trata de um conceito complexo, não linear, historicamente construído e em constante mutação” (RAMÍREZ, 2010: 139), e isso já é perceptível com as diversas terminologias que o conceito apresenta. É uma ideia baseada principalmente nos modos quechuas e *aymaras* de viver, que o definem como *sumak kawsay* e *suma qamaña* respectivamente. Além disso, o *buen vivir* se aproxima com o *ñandareko* guaraní, o *shin pujut* awajún e o *kyme mogen* mapuche, entre outros (HIDALGO-CAPITÁN, CUBILLO-GUEVARA, 2014). Para cada uma dessas comunidades, diferentes percepções se manifestam, apesar de seguirem uma linha em comum, que preza pela cosmologia indígena de equidade entre homem e natureza. Assim, seguindo uma visão ancestral andina, a epistemologia do *buen vivir* faz uma referência para a “necessidade de reconstrução do paradigma antropocêntrico que tradicionalmente dominou as relações travadas entre o ser humano e a Mãe Natureza” (MARQUES JÚNIOR, 2018: 53). A partir desse ponto, já é perceptível a quebra com a lógica eurocêntrica de ver o mundo e atuar sócio-politicamente, mas que possui especificidades de acordo com cada comunidade.

Uma das referências para o *buen vivir* é a lógica ancestral de organização social própria do altiplano andino denominada *ayllus*. Os *ayllus* são comunidades constituídas por relações de parentesco e afinidade, se organizando através da reciprocidade e da solidariedade (HUERTAS FUSCALDO; URQUIDI, 2011). Segundo Simón Yampara (2011: 241), eles são a “casa cósmica andina”, uma casa assumida como “*medio, hábitat y cósmico entendido como la interacción com el mundo de las deidades y la espiritualidad*”. Já neste momento é perceptível a ideia de que a natureza e/ou o meio, como sujeitos, necessitam de estarem em harmonia para com os humanos, sendo uma relação mútua. É a partir dessa integração de partes que o *buen vivir* é desenvolvido pelas comunidades indígenas como forma de vida e de pensamento, a fins de construir qualidade de vida para todos os seres do planeta, pensantes ou não, visíveis ou não.

O *buen vivir* traz consigo fundamentos da cosmovisão andina que, segundo Walsh (2009), consistem nos princípios de relacionalidade, correspondência, complementaridade e reciprocidade. São valores baseados em uma visão holística de mundo, que integra todos os seres existentes tanto no mundo físico quanto no mundo espiritual, valorizando a harmonia entre eles. A relacionalidade é o princípio que dá sentido a todos os demais, se constituindo na conexão entre todos os seres, que se complementam, relacionam e autorregulam entre si. Já a correspondência se manifesta nos distintos aspectos ou componentes da realidade, que se correspondem de forma harmônica, em uma rede de relações (WALSH, 2009).

O terceiro princípio dessa cosmovisão indígena andina é o de complementaridade, que remete à lógica de que nenhum ser, ação ou acontecimento é isolado, sem depender do seu entorno. Assim, nada dentro do cosmos é completo por conta própria, tudo depende do outro, de opostos, que podem ser ao mesmo tempo complementares e não necessariamente irreconciliáveis (WALSH, 2009). O último princípio, o da reciprocidade, corresponde às práticas de apoio mútuo e de solidariedade que estão presentes, por exemplo, nos *ayllus*, mas também permeiam as relações humano/natureza. Dessa forma, Estermann (1998: 131-132) revela que “*la relacionalidad andina no presupone necesariamente una relación de interacción libre y voluntaria; más bien se trata de un ‘deber cósmico’ que refleja un orden universal del que el ser humano forma parte*”.

Através da presença desses quatro princípios, Walsh (2009: 219-220), levanta uma discussão do significado do *buen vivir*:

Se constituye entonces en categoría central siempre en construcción de la filosofía, práctica y dinámica andinas de vida en todos sus aspectos y actividades sociales, culturales, espirituales, económicos, ambientales, etc. Se enraíza en las relaciones equilibradas, armónicas, equitativas y solidarias entre humanos y con la naturaleza, en la dignidad de cada ser humano y en la necesaria interrelación entre seres, saberes, culturas, racionalidades y lógicas de pensar, actuar y vivir.

A partir desse ponto, Huertas Fuscaldo e Urquidi (2015), citando Choquehuanca (2010) propõem que o *buen vivir*, a partir do momento que levanta questões de relacionalidade e complementaridade, se contrapõe ao individualismo e ao antropocentrismo da modernidade ocidental. Assim, dentro da perspectiva da Pachamama, é contraditória pensar na terra como propriedade privada.

Assim como séculos atrás, hoje o *buen vivir* ainda possui diversas derivações, trazendo consigo disputas. Os estudiosos caracterizam ele de acordo com três ramos interpretativos, cada um com singularidades próprias. Sendo assim, surge uma corrente socialista, uma ecologista e outra indigenista, cada qual com pensamentos que se divergem e convergem entre si. De maneira geral, o *buen vivir* de caráter socialista ou estatista, é mais voltada para uma política estatal e pela justiça social, e deixa em segundo plano questões ambientais e identitárias indígenas. Geralmente, seus teóricos o nomeiam de “*socialismo del sumak kawsay*” e através dele, procuram construir um “bio-socialismo republicano” ou um “bio-igualitarismo cidadão” (RAMÍREZ, 2010), superando assim o sistema capitalista atual. Diante desta lógica, o conceito não se restringe apenas às cosmovisões indígenas, mas também com o pensamento neo-marxista e o socialismo comunitário. Essa visão é mais presente na política do próprio presidente equatoriano Rafael Correa, mas não deixa de sofrer críticas, principalmente pelo seu afastamento dos povos indígenas e das políticas de preservação ambiental (ACOSTA, 2011).

Já a segunda corrente interpretativa é a considerada ecologista e pós-desenvolvimentista, e dá mais importância para o caráter da preservação da natureza e da incorporação do comunitarismo. Ela é mais voltada para o pensamento construtivista pós-

moderno, e possui críticas ao governo de Correa. Nessa perspectiva, o projeto do *buen vivir* é enxergado como “*más allá del desarrollo*” (ACOSTA, 2011), e recebe contribuições de diversas concepções atuais, como indígenas, campesinas, sindicalistas, cooperativistas, solidárias, feministas, pacifistas, ecologistas, socialistas, teólogo-liberalistas, descolonialistas, etc (HIDALGO-CAPITÁN, CUBILLO-GUEVARA, 2014). Alberto Acosta, que foi presidente da Assembleia Constituinte de 2007-2008, é um dos teóricos mais voltados para essa corrente de pensamento. Acosta renunciou do cargo em junho de 2008, quando suas ideias entraram no ápice do conflito direto com Rafael Correa, que apesar de aliado, se afastava das questões ambientais e dos movimentos indígenas.

Por um lado, as críticas que a corrente ecologista e pós-desenvolvimentista sofre podem ser relacionando-a como, segundo Correa, um “ecologismo infantil”. Além disso, algumas lideranças indígenas também a questionam pela tentativa de seus teóricos de combiná-la com outros movimentos sociais ocidentalizados, deixando com que a cosmovisão propriamente indígena perca seu protagonismo (HIDALGO-CAPITÁN, CUBILLO-GUEVARA, 2014).

Enquanto isso, a terceira perspectiva é denominada indigenista e panchamamista, dando assim um espaço maior para as questões indígenas na construção do *buen vivir*. Aqui, os elementos espirituais da cosmovisão indígena são postos como prioridade, pretendendo construir uma economia auto suficiente com a autodeterminação dos povos, por exemplo. Na realidade, utilizam mais o termo *sumak kawsay* do que *buen vivir*, pois acreditam que esse último não carrega a dimensão espiritual comparado ao primeiro (MALDONADO, 2011). Dessa forma, essa visão carrega muito mais o conceito de ancestralidade e de organização comunitária, sem necessariamente se relacionar com temas ocidentais, como o marxismo. Choquehuanca (2010), dessa maneira, afirma que o *buen vivir* “*é buscar la vivencia en comunidad, donde todos los integrantes se preocupan por todos. Los más importante no es el humano (como plantea el socialismo) ni el dinero (como postula el capitalismo), sino la vida*” Os movimentos que prezam pelos povos originários no Equador são mais próximos desse terceiro grupo, mas sofrem críticas por serem mais localistas e rejeitarem uma interferência externa (HIDALGO-CAPITÁN, CUBILLO-GUEVARA, 2014).

Ao analisar o conceito do *buen vivir*, é necessário ter em mente que, apesar dele se diferenciar de acordo com cada grupo, nenhuma divisão é tão rígida assim, e que as diferentes visões se conversam entre si. Seus teóricos e adeptos não são totalmente fechados em apenas uma única linha, e não são isolados das influências. Desse modo, é claro de que o conceito possui suas variações que estão em disputa, mas também possui uma complexidade que não o deixa ser encaixado em uma nomenclatura única. Na realidade, tais divisões ainda são permeadas, de certo modo, com a herança eurocêntrica de análise cartográfica, mas que precisam ser apresentadas para a compreensão do *buen vivir*, e se apresentadas de maneira crítica, podem ser ainda mais frutíferas.

Em vista disso, o *buen vivir* contribui para trazer ao texto constitucional equatoriano um viés decolonial, diferente daquele proposto pela Constituição anterior. Ele é o resultado de novos questionamentos do século XXI, mas que prezam por influências ancestrais, a fins de remoldar as relações de dominação entre homem/homem e homem/natureza. Apesar de contido, o *buen vivir* presente nas instituições governamentais representa, assim, a “urgência de um contrato social radicalmente diferente, que propõe alternativas ao capitalismo e à cultura da morte que tem sido seu projeto neoliberal” (WALSH, 2009: 214). Aqui, o uso da decolonialidade serve de auxílio para entender, com seu esforço inexorável analítico, a superação da colonialidade presente na retórica da modernidade (MIGNOLO, 2017). A decolonialidade, nesse aspecto, é capaz de tornar audível aquilo que a colonialidade silencia, inviabiliza como conhecimento (MIGNOLO, 2017).

Nesse contexto, é de extrema importância a investigação do *buen vivir*, e de tudo que ele carrega consigo: diversidade, respeito, harmonia, equilíbrio, etc. O principal argumento para isso é que ele se coloca de maneira oposta a uma grande parte do que a academia eurocêntrica, fruto do colonialismo, ainda hoje consagra como conhecimento verdadeiro. Assumir o pensamento dos povos originários como poderoso o suficiente para promover a Constituição de um país majoritariamente indígena, indo contra ao modelo de subjugação Ocidental é algo que pode ser considerado revolucionário. É claro que, como todo processo político, a construção da nova Constituição possui seu lado mais conservador que inclusive auxilia na sua consolidação entre as camadas mais altas, porém, é inegável o avanço proporcionado pelo *buen vivir*. Assim, vale lembrar da

necessidade que a sociedade atual possui de “desmarginalizar os saberes ditos como tradicionais, em desencravar, em os recuperar de maneira crítica e responsável, integrando-os no movimento da investigação viva” (HOUNTONDI, 2012), e a Constituição de 2008 é um passo importante para que isso ocorra, no mínimo, no Equador.

Está cada vez mais visível que o século XXI está sendo marcado por uma grave crise civilizatória, que está colocando em risco não só a vida humana, mas também todo a de todo o planeta, com o aquecimento global, escassez de água, precarização do trabalho, exploração da terra e de pessoas, etc (GROSFUGUEL, 2019). Nesse contexto, o modelo capitalista de exploração já não se sustenta por muito tempo, e urge a necessidade da sociedade se debruçar sobre outras formas de pensar a vida. O *buen vivir*, apesar de ser ancestral, surge agora como um elemento interessante para pensar a particularidade latino-americana em meio a crise global. A partir de sua presença na Constituição, Marques Júnior (2018: 56) levanta a questão dos direitos da natureza, que

Representa a definitiva passagem do paradigma antropocêntrico (cartesiano e mitigado) para um viés sociobiocêntrico, bem como um prisma consoante o qual a natureza passa de objeto a sujeito, ampliando o rol de sujeitos de direito (...) Os direitos da natureza são classificados como ecológicos, além dos direitos ambientais (ou de terceira dimensão na lógica do Neoconstitucionalismo), incorporando definitivamente a ideia de bens comuns e proibindo sua privatização para a preservação da vida.

Esse conceito não é o único pensado como alternativa, mas proporciona, pelo menos para os inseridos em determinadas realidades, o que Mignolo (2017) chama de “desobediência epistemológica”, necessária para a decolonialidade e, conseqüentemente, a superação de um passado de violência e um possível futuro de perdas.

Mesmo assim, hoje o Equador ainda sofre com governos que não constroem o *buen vivir* em suas práticas políticas. A realidade se tornou muito mais cruel do que o texto constitucional previa, devida a falta de competência do Estado perante às suas leis de prevenção aos povos indígenas e a natureza. Apesar do avanço no texto — o que é muito importante —, ainda há uma grande necessidade de mudanças, dessa vez no campo prático, onde o pensamento de perspectiva estatal ainda defende uma visão utilitarista sobre a natureza. Mesmo em 2009, Rafeal Correa defendia a Lei da Mineração, criticada

por indígenas e ambientalistas, em função de um desenvolvimento que apesar dos lucros, o que era oposto ao texto constitucional e que favorecia economicamente as transnacionais “através da exploração em grande escala, é depredatória e afeta as comunidades indígenas” (HUERTAS FUSCALDO; URQUIDI, 2015: 13). O fim da iniciativa Yasuní ITT em 2013, que tinha como objetivo manter intocável os campos de petróleo existentes no subsolo amazônico, também contribuiu para o distanciamento do governo com a ideia de *buen vivir* defendida na Constituição, representando uma ruptura entre governos e movimentos, que vem sendo comum desde a Assembléia (HUERTAS FUSCALDO; URQUIDI, 2015).

Pode ser observada, assim, a complexidade que o *buen vivir* carrega tanto em questões epistemológicas como também práticas. O conceito ainda está, mesmo depois de mais de uma década desde a Assembléia Constituinte, sendo discutido e assimilado por comunidades, movimentos e mandatos governamentais, cada qual com suas especificidades. Apesar das imensas dificuldades, essa cosmovisão indígena ainda consegue se firmar como um elemento poderoso no texto constitucional, onde representa a retomada da ancestralidade dos povos tradicionais equatorianos. Assim, a partir do apresentado, a lógica do *buen vivir* na Constituição pode ser relacionada com o que Santos (1995: 508) escreve quando afirma que “uma epistemologia do sul assenta em três orientações: aprender que existe o sul; aprender a ir para o sul; aprender a partir do sul e com o sul”. Desse modo, se aprofundar no modelo do *buen vivir* levanta a possibilidade de “aprender a partir do sul e com o sul”, a fim de quebrar padrões eurocêntricos, como o desenvolvimento econômico que faz grandes empresas lucrarem ao mesmo tempo que exploram os indivíduos e a natureza. Assumir o *buen vivir* e outras formas de pensar não colonizadas, é uma maneira para que, dentro do possível, a sociedade se oponha à modernidade, se oponha ao que Dussel (2005) chamou de “mito” que esconde a colonialidade, dando poder e voz para aqueles que foram subjugados ao longo do tempo. Subjugados esses que, por sua vez, possuem maneiras verdadeiras e próprias de desenvolvimento humano e ecológico.

Referências bibliográficas

ACOSTA, Alberto. Extractivismo y neoextractivismo. Dos caras de la misma maldición. In: LANG, Miriam; MONKRANI, Dunia (orgs.). **Más allá del desarrollo**. Quito: Abya

Yala, 2011. p. 83-118. Disponível em: http://www.rosalux.org.mx/docs/Mas_alla_del_desarrollo.pdf. Acesso em: 07 nov. 2022.

ECUADOR [Constituição (2008)]. Constitución de la República del Ecuador, 2008. Disponível em: <https://siteal.iiep.unesco.org/pt/bdnp/290/constitucion-republica-ecuador>. Acesso em: 07 nov. 2022.

CADEMARTORI, Daniela Mesquita Leutchuk de; COSTA, Bernardo Leandro Carvalho. O novo constitucionalismo latino-americano: uma discussão tipográfica. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v. 8, n.1, 2013. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica. Acesso em 07 nov. 2022.

CHOQUEHUANCA, David. 25 postulados para entender el “Vivir Bien”. **La Razón**, 31 jan. 2010.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clasco, 2005. p. 24-32. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidad_e_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 07 nov. 2022.

ESTERMANN, Josef. **Filosofía andina**. Estudio intercultural de la sabiduría autóctona andina. Quito: ABYA-YALA, 1998, p. 131-132.

HUERTAS FUSCALDO, Bruna Muriel; URQUIDI, Vivian. O Buen Vivir e os saberes ancestrais frente ao neo-extrativismo do século XXI. **Polis: Revista Latinoamericana**,

Santiago, v. 14, n. 40, p. 81-99, mar. 2015. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-65682015000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 07 nov. 2022.

GROSGOUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 139-170.

HIDALGO-CAPITÁN, Antonio Luis; CUBILLO-GUEVARA, Ana Patricia. Seis debates abiertos sobre el sumak kawsay. **Íconos: Revista de Ciencias Sociales**, Quito, n. 48, p. 25-40, jan. 2014. Disponível em: <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/iconos/article/view/1204/1103>. Acesso em: 07 nov. 2022.

HOUNTONDJI, Paulin (org.). Apresentação. *In*: **O antigo e o moderno: a produção do saber na África contemporânea**. Luanda: Mulemba, 2012. p. 13-30.

MALDONADO, E. Emiliano. **Histórias da insurgência indígena e campesina: o processo constituinte equatoriano desde o pensamento crítico latino-americano**. Orientador: Antonio Carlos Wolkmer. 2015. 303 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/135107/334310.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 07 nov. 2022.

MARQUES JÚNIOR, William Paiva. Elementos do novo constitucionalismo latino-americano na Constituição Equatoriana de Montecristi (2008). *In*: IX ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI QUITO - EQUADOR, 2018, Quito. **Novo**

Constitucionalismo Latino-Americano I. Quito: Organização CONPEDI/ UASB, 2018, p. 43-58. Disponível em: <http://site.conpedi.org.br/publicacoes/5d6x83my/86bwk4w9/ZPSBA656VC9bdEuK.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2022.

MIGNOLO, Walter D.. Colonialidade: o lado mais escuro da Modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, jun. 2017. DOI: <https://doi.org/10.17666/329402/2017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt>. Acesso em: 07 nov. 2022.

MENESES, Gerson Galo Ledezma. Novos olhares sobre a história de Abya-Yala (América Latina): a construção dos “outros”, a colonialidade do ser e a relação com a natureza. In: MORTARI, Claudia; WITTMANN, Luisa Tombimi (orgs.). **Narrativas Insurgentes: decolonizando conhecimentos e entrelaçando mundos**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020. (Coleção AYA). v. 1, p. 47-70. Disponível em: <https://ayalaboratorio.files.wordpress.com/2020/12/narrativas-insurgentes.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2022.

RAMÍREZ, René. La transición ecuatoriana hacia el Buen Vivir. In: LEÓN, Irene (org.). **Sumak Kawsay / Buen Vivir y cambios civilizatorios**. Quito, FEDAEPS, 2010. v. 2, p. 125-141.

SANTOS, Boaventura Souza. **Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition**. Nova Iorque: Routledge, 1995, p. 479-519.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época**. Quito: Abya-Yala, 2009.

YAMPARA, Simón. ¿Empresa Ayllu ó Ayllu Qamaña?. *In*: MEDINA, Javier (org.). **Suma Qamaña**: la comprensión Indígena de la vida buena. La Paz: GPI, 2008. n. 8, p. 137-147. Disponível em: <https://www.bivica.org/files/vida-buena.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2022.

Simpósios Temáticos: História do Crime e da Justiça Criminal: entre ficções, narrativas, representações e imaginários sociais

O Pulo da Mulher-Gato: De Vilã a Anti-heroína na Interseccionalidade e no Imaginário Social do Crime pela Ficção de Entretenimento

Sávio Queiroz Lima³⁶⁶

Resumo: O trabalho aborda a rede interseccional de marcadores sociais que sustentam a personagem ficcional Mulher-Gato nas histórias em quadrinhos do Batman. Surgida vilã, ela sofre modificações ao longo das décadas que flexionam sua moral criminal em sintonia com críticas sociais. A Mulher-Gato é personagem constante na mitologia do super-herói e sustenta em si valores diversos sobre sua representação de gênero, sua condição social de classe e de criminalidade e seu apreço popular e apelo sexual enquanto produto da indústria de entretenimento estadunidense. A flexibilização da moral criminal da Mulher-Gato tem sua própria historicidade, que envolve o contexto histórico e a narrativa ficcional de causalidade durante o século XX. A ficção, em geral, popularizou o debate moral sobre a criminalidade, sustentando em suas narrativas os valores discursivos positivos ou negativos dos cenários sociais estadunidenses, aqui recortados na figura da personagem Mulher-Gato a partir de seu nascedouro em 1940. A investigação parte de análise histórica da personagem ficcional em sintonia com representações e imaginários que transpassam gênero, raça, sexualidade e classe na definição moral criminal. A personagem-produto migrou de criminosa-ladra para anti-heroína-

³⁶⁶ Doutorando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), sob orientação da prof. Dr. Mary Del Priore. Membro do *Grupo de Trabalho de Estudos de Gênero – ANPUH-BA* (GT-Gênero-ANPUH-BA). Membro do *Laboratório de Estudos sobre a Transmissão e História Textual na Antiguidade e no Medievo* (LETHAM). Membro da *Red Internacional Multidisciplinar en Estudios de Género* (RIMEG) das Universidad Nacional de Cuyo (Argentina), Universidade Federal de Bahia (UFBA) e Universidad de Sevilla (Sevilla, España). Membro do *Grupo de Pesquisa em Mídias, Tecnologias e História* (MITECHIS). Autor do livro *Mulher Maravilha para Presidente! – História, Feminismos e Mitologia nas Histórias em Quadrinhos*, lançado em 2019. savio_roz@yahoo.com.br.

cleptomaníaca, principalmente entre as décadas de 1940 e 1990, junto às transformações discursivas no campo dos debates sobre o crime e seu processo de construção plurilateral.

Palavras-Chave: Mulher-Gato, Interseccionalidade, História do Crime, Histórias em Quadrinhos, Imaginário Social.

Abstract: The work addresses the intersectional network of social markers that support the fictional character Catwoman in Batman comics. Having emerged as a villain, she undergoes modifications over the decades that flex her criminal morality in line with social criticism. Catwoman is a constant character in the superhero mythology and sustains diverse values about her gender representation, her social status of class and criminality and her popular appreciation and sexual appeal as a product of the American entertainment industry. Catwoman's easing of criminal morality has its own historicity, which involves both the historical context and the fictional narrative of causality during the 20th century. Fiction, in general, popularized the moral debate on criminality, sustaining in its narratives the positive or negative discursive values of American social scenarios, here highlighted in the figure of the character Catwoman from her birth in 1940. The investigation starts from historical analysis of the fictional character in tune with representations and imaginaries that cross gender, race, sexuality and class in the criminal moral definition. The product-character migrated from criminal-thief to anti-heroine-kleptomaniac, mainly between the 1940s and 1990s, along with the discursive transformations in the field of debates about crime and its plurilateral construction process.

Keywords: Catwoman, Intersectionality, History of Crime, Comics, Social Imaginary.

Introdução

De tantas personagens do universo ficcional do Batman, talvez a Mulher-Gato seja a que está mais bem garantida no imaginário social. Moralmente destoante do

protagonista lacônico, a gatuna poderia simplesmente existir como parte do hall de criminosos inimigos a quem Batman deve garantir a punibilidade. Mas elementos de contexto, como a própria passagem do tempo e as transformações dos imaginários e discursos da sociedade produtora e das predileções consumidoras destas narrativas deram à Mulher-Gato um lugar diferenciado: anti-heroína.

Se entrelaçam dois contextos, histórico e narrativo, para a melhor compreensão da passagem do tempo e dos valores em transição. A construção da personagem-produto dentro da mitologia própria da franquia Batman está em intenso diálogo com o contexto histórico da realidade por onde existem seus produtores e seus leitores. As análises dessas camadas sócio-históricas da elaboração da personagem ficcional nos permitem compreender o desvio da sua trajetória em questões sobre moralidade criminal, sanção, indulgência, dentre outros, e como os marcadores sociais, especialmente gênero e classe social, singularizam as decisões narrativas sobre a *Femme Fatal*.

A investigação centraliza seu interesse nas histórias em quadrinhos enquanto fonte de pesquisa, ainda que não limite-se à exclusividade destas. As histórias em quadrinhos são pertinentes objetos-fontes regulares para a extração de sintomas de realidade social e política (LIMA, 2014), e dentro da indústria cultural de entretenimento, dialogam com outros suportes narrativos e produtos. A Mulher-Gato conquistou o imaginário social principalmente nestes processos migratórios, havendo, para cada um deles, estruturas próprias que acusam seus interesses e os lugares éticos e morais de sua atuação. Para melhor construção de análise crítica, convém ponderar sobre imaginários sociais, representações e discursos que orbitam e condicionam a Mulher-Gato na narrativa ficcional. Ladra de joias, criminosa cleptomaniaca, prostituta gótica, Robin Wood felina, são apenas algumas das seções que compõem a natureza arquetípica de *Femme Fatal* de Selina Kyle, a Mulher-Gato.

Também é fortuito fazer uso de instrumentos analíticos úteis para trabalhar os elementos elegidos. A Mulher-Gato tem marcadores diversos que adentram aos estudos sobre interseccionalidade, principalmente no que diz respeito à classe, gênero e sexualidades, propondo visitas aos campos dos Estudos de Gênero e as interpretações gramscianas de subalternidades. Outra seara pertinente às questões que envolvem valores e signos de ordem/desordem, certo/errado, prejudicial/não prejudicial, dentro da visão

predominante (HUERTAS; LUCERO; SWEDBERG, 2016, p. 4), é o campo de História do Crime e da Criminalidade. São os discursos legitimadores e os logradouros de afetividade e sexualidade heteronormativos que regem seu percurso de vilã para anti-heroína, de antagonista a aliada, e foram elaborados ao passar dos anos em que a personagem-produto foi roteirizada por diversos profissionais aqui identificados.

Entre suportes narrativos, de quadrinhos e cinema, para o alto do imaginário social, a Mulher-Gato pulou para escapar do ostracismo da indústria. Mudou seu traje diversas vezes, como veremos, trocando o disfarce pela camuflagem, acompanhando as transformações na moda e as veredas do erotismo. Centralizando em seu corpo desejos e expectativas que confrontam-se com pontos comportamentais polêmicos, entre o furto e a prostituição. Sua independência perigosa, felina, inicialmente negativizada pelo valor de vilania, nos anos de 1940, ganhou positividade com a rebeldia contra os valores morais em decadência. Sua representação corpórea é um campo de disputa entre a lasciva objetificação masculina e a libertária conquista da sexualidade. Conheçamos as diversas vidas da Mulher-Gato.

Mulher-Gato cai de Pé

A Mulher-Gato é uma personagem que sofreu transformações em questões que envolvem estética e ética. Sua transição produz os sintomas da sociedade em seu entorno, em tão duradoura existência enquanto personagem-produto. À medida que o estilo narrativo da ficção sofreu modificações editoriais para atender mudanças no seu público consumidor, a Mulher-Gato ganhou contornos mais precisos nas suas características de personalidade, em suas representações estéticas e nos valores morais de suas condições de gênero, classe e em relação ao crime.

A personagem faz parte de uma leva de antagonistas que foram inseridos nas narrativas policiais do Batman, portanto, uma criminosa. Surgiu na edição de estreia do título solo do super-herói, em *Batman* número 1, datada em janeiro de 1940. A edição tem periodicidade trimestral³⁶⁷, trazendo cinco narrativas fechadas com roteiro assinado

³⁶⁷ O número 1 é da primavera de 1940.

por Bill Finger e arte trabalhada na parceria de Bob Kane e Jerry Robinson³⁶⁸, com as origens tanto da Mulher-Gato quanto do Coringa, ambos personagens emblemáticos da franquia do Batman (SIMONSON, 2007, p. 115). São 13 páginas que narram a ação da criminosa para roubar joias de uma socialite durante um cruzeiro, especificamente um colar (COWSILL, 2010, p. 31). Seguem, assim, os padrões da literatura detetivesca de romancistas como Agatha Christie e outros tantos inseridos na literatura *Pulp* com romances policiais estilo *noir*, que encontraram ressonância nas histórias em quadrinhos (LIMA, 2018, p. 143).

Atentando ainda às edições de surgimento e constituição da personagem-produto, é possível ver elementos componentes que se mantiveram e outros que foram modificados. Marcada apenas de um codinome, “The Cat”³⁶⁹, a ladrão de joias não surge com o uniforme característico que manifesta sua representação, mas disfarçada de idosa. Somente na edição de número 3 da revista *Batman*, datada em setembro de 1940, a vilã aparece com uma capa alaranjada e uma máscara de gato pretensiosamente realista, que vai ganhar o preto azulado na edição de número 10, datada de abril de 1942, na história *The Princess of Plunder!*³⁷⁰. Veremos que os contextos históricos de estética e moda vão remodelar seu uniforme até que encontre a representação basilar para a memória social.

Mais do que mudanças estéticas, é possível monitorar as transformações morais sobre a criminosa. Capturada e presa, ao tentar seduzir o super-herói com os espólios dos crimes na sua primeira aparição, Batman responde: “Lamento, sua proposta é tentadora, mas nós trabalhamos em lados opostos da lei!”³⁷¹. Porém, nesta mesma narrativa o Batman promove uma performance que favorece a ladra de escapar (COWSILL, 2010, p. 31), sugerindo que por se tratar de uma “mulher bonita”³⁷², os trâmites legais não

³⁶⁸ Apenas a primeira das histórias, *A Lenda de Batman: Quem é Ele e como Surgiu*, tem a parceria de Bob Kane com Sheldon Moldoff. A edição brasileira conferida é a *Batman: Crônicas – Volume 1*, da editora Panini, datada em agosto de 2007.

³⁶⁹ Traduzido no gênero masculino na edição *Batman: Crônicas – Volume 1*, buscando inserir a ideia de genérico, mas que assume o padrão. Será chamada assim até 1946, na edição de número 35 da revista *Batman*, onde é nomeada Catwoman.

³⁷⁰ Edição inédita no Brasil.

³⁷¹ Página número 179 de *Batman: Crônicas – Volume 1*.

³⁷² A própria “Gata” se rotula desta maneira na página 178 da supracitada edição.

funcionam da mesma maneira. Mas a felina ladra também apresenta condição moral para que seja distanciada dos adversários masculinos padrões do Batman. Na edição de número 2 da revista *Batman*, o Coringa captura Robin, a criminosa abdica de seu rico roubo pela vida do jovem parceiro do Batman³⁷³, demonstrando certos limites morais (SIMONSON, 2007, p. 116).

Perversão, crime e moralidade altruísta marcaram as representações da Mulher-Gato na década seguinte. A capa da edição de número 62 da revista *Batman*, de dezembro de 1950, referendando à história *The Secret Life of the Catwoman!*, com uma máscara estilizada, vestido e capa (COWSILL, 2010, p. 65), e sua cleptomania sendo descrita como um efeito direto de um acidente, o que depois se mostrou farsa para limpar o passado criminoso. Chegou a ser inserida como apoio ao Batman no começo dos anos de 1950, mas logo em seguida voltou ao crime trazendo felinos de grande porte ameaçando a dupla dinâmica, Batman e Robin, como ocorre na edição número 203³⁷⁴ da revista *Detective Comics*, de janeiro de 1954. A Mulher-Gato volta a aparecer na edição de número 211 de *Detective Comics*, em 1954, na história *A Rainha Felina da Selva!*³⁷⁵, e depois só nos anos de 1960.

Esse hiato fez com que teorizassem que, por conta da crítica do psiquiatra Fredric WERTHAM (1954, p. 191) às posturas criminosas da Mulher-Gato e tolerante do Batman enquanto péssimos exemplos morais, tal afastamento da personagem se desse como uma espécie de censura. Teoria imprecisa, mesmo com Tim HANLEY (2017) destacando a interrupção, pois, a editora, que tinha controle sobre a autocensura (WELDON, 2017, p. 49), já vinha acionando os pares românticos “civis” do Batman, como Vick Vale³⁷⁶, e “não civis”, como Kathy Kane, a Batwoman (LIMA, 2016). E mesmo com menos aparições, a Mulher-Gato não ficou exatamente inexistente, aparecendo na revista 80-

³⁷³ Página 58 de *Batman: Crônicas – Volume 2*, publicada pela editora Panini em abril de 2009.

³⁷⁴ Edição inédita no Brasil.

³⁷⁵ Publicada no Brasil em *Batman versus Mulher-Gato – Coleção Invictus número 1*, pela editora Nova Sampa em outubro de 1992. Roteiro de Edmond Hamilton e arte de Dick Sprang.

³⁷⁶ Inserida na revista *Batman* de número 49, de outubro/novembro, publicada no Brasil em *Batman: Antologia*, pela editora Panini, em agosto de 2020.

Page Giant Batman número 176 de dezembro de 1965³⁷⁷, como faz a antítese do escritor e crítico, Brian Cronin³⁷⁸.

Mas foi por conta da série televisiva de 1966, *Batman*, que a Mulher-Gato sofreu transformações e voltou à rotina de aparições. A série ao estilo *camp* apresentou para um público não consumidor de quadrinhos a vilã, sob interpretações das atrizes: Julie Newmar, na primeira e segunda temporada entre 1966 e 1967; Lee Meriwether, no longa metragem da série, de 1966; e Eartha Kitt na terceira temporada, entre 1967 e 1968 (SIMONSON, 2007, p. 116). O *colant* preto luminoso no *live action* inspirou a inserção de uniformes mais sensuais nos quadrinhos, como na versão verde que aparece na edição de número 197 da revista *Batman* de dezembro de 1967³⁷⁹. Reforça-se o arquétipo de *Femme Fatal* à personagem-produto, sinalizando o *camp* e seu teor sexual, “um gosto pelo exagero de características sexuais e maneirismos de personalidade”³⁸⁰, em seguida aderindo ao apelo gótico que a personagem assumiu junto com a estética do *Batman*.

Neste íterim, temos alguns alicerces úteis para nossa análise sobre a singularidade da Mulher-Gato em sua licenciosidade. Seus roteiristas e desenhistas optaram em construir uma antagonista sensual, que seduz o *Batman* moralmente pelo carnal, modelo de vilã com *sex appeal* em busca do desvio do herói (OLIVEIRA, 2007, p. 69). A Mulher-Gato assume o arquétipo de *Femme Fatal* fortalecido desde o século XIX (DOTTIN-ORSINI, 1996), imaginário de uma criminalidade conduzida essencialmente pelo seu gênero, e que por conta disso merece a piedade masculina, quando não ameaça essa mesma masculinidade. Debate oriundo da Sociologia do século XIX (BRETAS, 1991, p. 49) à historiografia contemporânea. Fetichismo e cleptomania

³⁷⁷ Em roteiro de William Woolfolk e arte dividida entre Bob Kane, Lew Sayre Schwartz e Charles Paris. Edição inédita no Brasil.

³⁷⁸ Esse debate está presente em seu texto para a coluna *Comic Book Legends Revealed*, ao site *Comic Book Resources* (CBR), em fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.cbr.com/catwoman-banned-comics-code-authority/>.

³⁷⁹ Publicada no Brasil na revista *Batman Bi* número 25, de abril e maio de 1969, pela editora Ebal com a história *Her Claws for Batman* (*Mulher-Gato lança suas garras para Batman*).

³⁸⁰ Tradução do trecho: “a relish for the exaggeration of sexual characteristics and personality mannerisms” (SONTAG, 1964, p. 4).

sustentam a imagem popularizada da Mulher-Gato na série televisiva de 1966, num jogo tenso entre a proibição e a permissão.

Essa configuração modelar, arquetípica e de personalidade ganha contornos mais manifestos a partir dos anos 1980, com a nova Mulher-Gato. A editora *DC Comics*, no cenário mercadológico de 1985 e a imensa confusão narrativa, optou em atualizar suas franquias e produtos, reformulando o universo ficcional³⁸¹ e fundamentando uma linha temporal narrativa mais coesa (WELDON, 2017, p. 127). Essa mudança de paradigma alcançou a ladra felina. As características visuais da estética da Mulher-Gato sintonizavam com uma erotização da feminilidade licenciosa do meretrício, o que estimulou a representação do roteirista e desenhista Frank Miller em associação à prostituição e ao fetichismo sadomasoquista tanto na narrativa de *Batman: The Dark Knight*³⁸², de junho de 1986 quanto em *Batman: Year One*³⁸³, de fevereiro de 1987.

A força dessa representação foi tamanha que ela é a base sólida das atualizações feitas nas narrativas, superadas suas versões anteriores, sendo seu mito fundamental. Trágico passado familiar, a órfã Selina Kyle cresce em reformatório e torna-se uma adulta envolvida com prostituição e crimes audaciosos, treinando mente e corpo para ampliar suas habilidades tanto de invasão, prestidigitação, ao furto, assalto ou confronto, até que decide assumir a identidade de Mulher-Gato ao ter contato com o Batman. Essa biografia vem sendo construída desde a minissérie *Catwoman*³⁸⁴, de 1989, e em suas

³⁸¹ Com a maxissérie *Crisis on Infinite Earths*, de 1985, publicada no Brasil como *Crise nas Infinitas Terras* pela editora Abril em 3 volumes, entre maio e julho de 1989, e republicada pela mesma editora entre maio e julho de 1996; pela editora Panini em dois volumes em novembro e dezembro de 2003, depois em volume único como *Crise nas Infinitas Terras - Edição Definitiva* em 2016.

³⁸² Publicada no Brasil como *Batman: O Cavaleiro das Trevas* entre março e junho de 1987 pela editora Abril, posteriormente publicada em encadernado em 1989. A editora Panini lançou como *Batman - O Cavaleiro das Trevas - Edição Definitiva* em dezembro de 2006.

³⁸³ Publicada em 4 partes na segunda série da revista *Batman*, da editora Abril, entre setembro e dezembro de 1987, respectivamente as edições de 1 a 4. Depois foi publicada pela mesma editora em volume único encadernado em dezembro de 1989. A editora Panini lançou edição especial desde 2011, com reedições e republicações.

³⁸⁴ Originalmente em 4 edições, entre fevereiro e maio de 1989, publicada pela editora Abril em *Mulher-Gato*, edição especial de dezembro de 1989, com a história completa. Escrita pela roteirista Mindy Newell e arte de J. J. Birch, ela canoniza a origem da Mulher-Gato à contemporaneidade de *Batman: Ano Um* (COWSILL, 2010, p. 239).

séries próprias de revistas mensais, a primeira iniciada em agosto de 1993³⁸⁵ e a segunda em janeiro de 2002³⁸⁶, além da participação em *Gotham City Sirens* em agosto de 2009, e nas seguintes, sendo a encontrada no verbete biográfico das enciclopédias oficiais da editora (DOUGALL, 2008, p. 74-75.), sofrendo poucas alterações.

Dentre as alterações mais significativas desse modelo base da biografia da personagem-produto, a prostituição é a que mais envolve a moral. A sensível questão na origem da Mulher-Gato, inserida por Frank Miller e reiterada pela roteirista Mindy Newell, e que o roteirista Doug Moench retirou em *Catwoman* (segunda série mensal) número 0, em outubro de 1994, durante a saga *Zero Hora*³⁸⁷. Essa origem com prostituição voltou na edição *Catwoman Annual* de número 2, em julho de 1995³⁸⁸, com roteiro de Jordan B. Gorfinkel e Jim Balent e arte de James Hodgkins. Com a série mensal de 2002, o escritor Ed Brubaker retomou o passado de Selina, desconsiderando a relação com a prostituição. Crimes diversos contra o patrimônio, contra indivíduos, são aceitáveis, mas a prostituição envolve questões mais espinhosas.

No epicentro desta análise, temos a personagem-produto Mulher-Gato e toda a malha que a envolve com o crime. Surgida antagonista, oscilou sempre entre uma vilã padrão, *Femme Fatal*, e suas possibilidades de anti-heroína, apresentando seus vestígios de moralidade e de altruísmo. Ela nos apresenta a sensibilidade exequível em compreender os vestígios históricos extraídos da ficção, condicionados aos questionamentos que lhes são direcionados (PESAVENTO, 2003, p. 39). Tal transição reconhecível nas características da Mulher-Gato são efeitos diretos de seus contextos históricos, já que suas narrativas ao longo dos anos são frutos de imaginários sociais dialógicos entre seus produtores e seus leitores, além das expectativas empresariais envolvidas neste comércio de entretenimento.

³⁸⁵ Publicada no Brasil a partir de seu primeiro número na revista *Liga da Justiça e Batman* de número 12 em julho de 1995 pela editora Abril.

³⁸⁶ Publicada no Brasil a partir da edição especial *Mulher-Gato: Um Crime Perfeito*, pela editora Panini em janeiro de 2008.

³⁸⁷ Publicada no Brasil na revista *Batman* de número 0 pela editora Abril em outubro de 1996.

³⁸⁸ Edição inédita no Brasil.

Um certo simplismo envolve a construção do caráter criminal dos vilões do Batman, havendo mais complexidade à medida que camadas sociais são inseridas. Quando não é a doença mental que atua sobre tais antagonistas, outros critérios são levados em conta. Especificamente no caso da Mulher-Gato, visões e valores sobre o crime, a criminosa e a condição moral de sua existência (HUERTAS; LUCERO; SWEDBERG, 2016, p. 4) atuam para guiar os imaginários sociais. Os marcadores sociais, a condição material de pobreza e o histórico de violência e seu sexo biológico, interferem nesta leitura moral sobre o crime e a criminosa (LUCERO, 2016, p. 212), reafirmando o senso comum fortalecido pelo sexismo científico do século XIX da “reconhecível (...) inferioridade da mulher” (DOTTIN-ORSINI, 1996, p. 263). Se ela o faz por vício ou por ganância materialista, justificam-se na fragilidade de sua condição social de pobreza e seu marcador social de feminilidade.

Mas se a representação social de sua criminalidade envolve a questão moral de controle institucional do corpo, sua aceitabilidade sofre hesitação. Se nas hierarquias sobre crimes e criminosos através da separação por gênero, a prostituição surge como a criminalidade feminina por essência, conotando uma natureza sexual às categorias que atingem mais as mulheres (SOIHET, 2017, p. 363), por ocasião; por paixão (DOTTIN-ORSINI, 1996, p. 263), em sintonia com as teorias sexistas de Cesare Lombroso de tendência inata³⁸⁹. Pois “ênfaticamente a criminalização das mulheres como desviantes sexuais e mães pobres reforça estereótipos perigosos de que os únicos valores das mulheres estão entre suas pernas”³⁹⁰. Se a Mulher-Gato é prestigiada como anti-heroína de seu público leitor, seus roubos são aceitáveis quando prejudicam ricos gananciosos ou outros criminosos, mas vestígios de meretrício no seu passado é inadmissível. Isso se dá por conta da construção da subalternidade que envolve a condição moral da prostituição aos marcadores sociais (AGUIRRE; SALVATORE, 2001, p. 13) da sociedade disciplinada.

³⁸⁹ Não à toa o título de sua obra escrita junto com Guglielmo Ferrero especificamente sobre as mulheres, de 1893, ter por título *La donna delinquente: la prostituta e la donna normale*, em italiano, e *La Femme Criminelle et la Prostituée*, em francês, destacando o termo “prostituta”.

³⁹⁰ Tradução própria do trecho: “Continually emphasizing women’s criminalization as sexual deviants and poor mothers reinforces dangerous stereotypes that women’s only values lies between their legs” (LUCERO, 2016, p. 219).

Gênero é o construto, tão ficcional quanto os contornos em tinta que simulam o corpo da Mulher-Gato como um corpo feminino, referente ao uso da personagem. Selina Kyle é lida através de detalhes visuais que definem seu gênero através de signos de seu corpo de simulacro do biológico, mas também é lida através da condição de arquétipo de *Femme Fatal* atrelado às condições fetichistas da cultura de performance sexual BDSM³⁹¹. Essa cartografia do mal da tipologia de mulher perigosa (BIRMAN, 2016, p. 75) é bastante latente na personificação da Mulher-Gato nos cinemas em 19 de junho de 1992, no filme *Batman Returns*³⁹², dirigido por Tim Burton, com a atuação erótica de Michelle Pfeiffer em *bondage suit* fetichista de látex que provocou o descontentamento de pais moralistas (WELDON, 2017, p. 175). A popularidade dessa nova imagem, de “fetichista vestida em PVC, um sonho molhado que se torna realidade” (BADDELEY, 2005, p. 151), faz o trânsito reversivo aos quadrinhos, animações³⁹³ e jogos de videogame³⁹⁴.

Todos esses elementos condicionantes da construção da personagem-produto Mulher-Gato são distribuídos na balança de forma arbitrária a se burlar um equilíbrio. A criminosa tem a complacência do justiceiro Batman por tipificações discursivas morais do senso comum sobre o crime, como o roubo ou furto, tendo o crime organizado como alvo, como o exemplo da família Falcone, em quadrinhos como *Batman: The Long*

³⁹¹ Bondage, Domination, Sadism, Masoquism, mantendo o acrossílabo na tradução Bondage, Dominação, Sadismo, Masoquismo.

³⁹² No Brasil, *Batman, O Retorno*.

³⁹³ Tanto na animação *Batman: The Animated Series*, de 1992, onde a tensão entre Batman e Mulher-Gato fortalece credenciais de heteronormatividade (WELDON, 2017, p. 183), quanto na animação *DC Showcase: Catwoman*, de 2011, onde a ladra felina hipnotiza audiência num show de acrobacias no pole dance, podemos ver as características de *Femme Fatal* pós-1980 da personagem.

³⁹⁴ Ela é introduzida como personagem jogável no segundo jogo da franquia, *Batman: Arkham City*, de 2011, com performance de sinuosidade erótica feminina, reforçando a “atração mútua e os incontáveis flertes” (MANNING, 2015, p. 160-161). No trailer oficial de apresentação da personagem no jogo, é possível escutar a música *Get Some* da cantora sueca Lykke Li, do álbum *Wounded Rhymes*, lançado em 2011, que fala sobre performance de poder sexual e fantasia.

*Halloween*³⁹⁵, de 1996, e *Batman: Dark Victory*³⁹⁶, de 1999, e *Catwoman: When in Rome*³⁹⁷, de 2004, todas com roteiro de Jeph Loeb e arte de Tim Sale, e o lugar de desejo e afeto do homem-morcego. Se os marcadores sociais de orfandade e pobreza lhes concedem legitimidade robinwoodiana, os marcadores de gênero e sexualidade diferenciam suas tipologias criminais diante de outros antagonistas para o Batman. Interseccionalidade que codifica a sua condição migrante de vilã para anti-heroína. A criminalidade é relativa e sua moralidade flexível, mutáveis em comunhão com a passagem do tempo, cúmplices das readequações dos valores morais e dos discursos.

A narrativa histórica desse trajeto ficcional nos somatiza como os discursos sobre o imaginário social da moral criminal sofre variabilidade com o tempo e com os marcadores em interseccionalidade. Sem as variantes que envolvem na narrativa a personagem-produto Mulher-Gato, suas condições morais sustentariam sua definição maniqueísta de vilã. Sua transição acontece justamente com as nuances que vão muito além de seus uniformes, mas pelas justificativas de classe, da vulnerabilidade, e sua condição de gênero demarcada pelo jogo simbólico e comportamental de sedução e atração com o Batman, assumindo o *status* de anti-heroína.

Conclusão

As muitas vidas de uma gata criminoso na ficção de super-herói da indústria de entretenimento nos revelam camadas de valores dos contextos históricos. A Mulher-Gato é personagem-produto de um mercado que se transformou e se estruturou, a partir do consumo de um espaço social em expansão a partir da indústria de entretenimento estadunidense, atendendo características próprias e servido para a investigação historiográfica (LIMA, 2015, p. 250-251). Suas inúmeras encarnações narrativas tecem

³⁹⁵ No Brasil, *Batman: O Longo Dia das Bruxas*, publicado em 8 partes entre outubro de 1998 e fevereiro de 1999 pela editora Abril. Posteriormente publicada em encadernado especial pela Editora Panini a partir de 2008.

³⁹⁶ Publicada no Brasil pela editora Panini em 7 partes, entre janeiro e julho de 2003, com o título *Batman: Vitória Sombria*.

³⁹⁷ Originalmente em 6 partes, foi publicada no Brasil em edição única e encadernada pela editora Panini em julho de 2005 e posteriormente em junho de 2012, ambas com o título *Mulher-Gato: Cidade Eterna*.

os elementos que sofreram adequações, transformações, e outros que foram reafirmados, oriundos do imaginário social.

Parte de uma representação ficcional, a Mulher-Gato reflete expectativas diversas, temporalmente transitórias, sobre crime, gênero e moral. Os estudos de História do Crime nos fornecem compreensões sobre sua natureza cotidiana e como a mídia (no caso, de entretenimento e ficcional) produz e reproduz discursos para a sintonia com as representações sociais do crime e dos criminosos. A ficção da Mulher-Gato é fonte sobre tais produções institucionais. A expectativa pública sobre a punição é interferida por valores reordenados pelos humores dos discursos. Ela é uma criminosa, mas que tem progressiva transigência dos provedores de discursos que atuam nas falas e performances do Batman, desde sua origem em 1941, por conta do elemento de gênero da feminilidade sedutora e do elemento de sexualidade da heteronormatividade.

Crime e gênero se entrelaçam, nas tramas da ficção, para produzir um tecido coeso de impunidade sobre a silhueta da Mulher-Gato. Mais que simples “piedade com o sexo frágil”, persiste a interpretação de naturezas biológicas e psíquicas diferenciadas entre homens e mulheres, patologias disfuncionais específicas da essência feminina (RINALDI, 2004, p. 71-72) a ponto de separar moralmente suas existências no campo da criminalidade. Mulher-Gato é ladra e é sensual, enfermidades que ganham contornos próprios se habitam um corpo de mulher. Tem a moralidade flexível pela sexualidade e conexão crime-sexo-gênero-classe, atendendo alguns critérios: Ela não mata propositalmente; ela rouba apenas ricos – de preferências que tenham histórico criminal; ela é altruísta em suas escolhas e para com pessoas vítimas – de preferência de classes subalternas ou em condições de precariedade.

Deste modo, a moral criminal é uma ficcionalização interpretada através dos humores dos discursos. A Mulher-Gato é criminosa, mas não é criminal, tendo sua conduta moral justificada pela herança dramática e condições de carências econômicas e sociais, em contraste com tantas mulheres da realidade prisional que sequer são escutadas. Não há um debate moral sobre sua impunidade, já que prevalece a visão romântica de sua existência, como numa Robin Hood moderna, de erotização aceitável como autônoma de Femme Fatal. Salvaguardada pelo afeto heterossexual masculino – e subversivo – de seu consorte das trevas, o Batman, “é como se a lei ao preservar e prescrever determinadas

condutas como certas ou erradas o faça separando aquelas tipicamente masculinas e femininas, mas é uma separação realizada através de um olhar masculino” (BUGLIONE, 2011, p. 32), por isso que a prostituição foi tema tão espinhoso para alguns dos roteiristas da franquia.

Podemos quase que ouvir, nas linhas narrativas da ficção, seu ronronar zombeteiro diante da impunidade, para deleite do seu leitorado. É possível diagnosticar nessas dinâmicas a historicidade do público consumidor e do próprio consumo, no que diz respeito ao cenário do mercado, e, também, na contínua reconstrução de imaginários sociais múltiplos, em alguns momentos mais progressistas e noutros mais conservador. Selina atravessa as cercanias dos campos do lícito e ilícito com a destreza de uma gatuna transeunte, escorregadia em suas curvas felinas. Não há uma cela para ela em Blackgate³⁹⁸, sequer um quarto no Asilo Arkham³⁹⁹, mas a liberdade de suas aventuras e uma cama na mansão Wayne.

Bibliografia

AGUIRRE, Carlos, SALVATORE, Ricardo D. **Introduction. Writing the History of Law, Crime, and Punishment in Latin America.** In: SALVATORE, Ricardo D., AGUIRRE, Carlos, JOSEPH, Gilbert M. (eds.). *Crime and Punishment in Latin America: Law and Society Since Late Colonial Times*. Duke University Press, Durham; London, 2001. p. 1-32.

BADDELEY, Gavin. **Goth Chic: Um Guia para a Cultura Dark.** Editora Rocco, Rio de Janeiro, 2005.

³⁹⁸ Complexo prisional da cidade de Gotham, inserido na mitologia do Batman na edição de número 629 da revista *Detective Comics*, publicada pela editora Abril no Brasil na terceira série da revista *Batman*, número 28, em maio de 1992.

³⁹⁹ Instituição carcerária hospitalar para criminosos com transtornos psiquiátricos, inserida na franquia do super-herói na edição de número 258 da primeira série da revista *Batman*, em outubro de 1974, publicada no Brasil na *Edição Extra de Batman em Cores – Coringa, Duas-Caras e Espantalho*, pela editora Ebal, em outubro de 1975.

BIRMAN, Joel. **Gramáticas do Erotismo – A Feminilidade e suas Formas de Subjetivação em Psicanálise**. Coleção Sujeito & História. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2016.

BRETAS, Marcos Luiz. **O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente**. In: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, n. 32 – Segundo Semestre, Rio de Janeiro, 1991.

BUGLIONE, Samantha. **A Mulher Enquanto Metáfora do Direito Penal**. In: *Jus Navigandi*, Teresina, ano 5, n. 38, 1 de janeiro de 2000. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/946/a-mulher-enquanto-metafora-do-direito-penal>. Acesso em: 10 nov. 2022.

COWSILL, Alan (et al). **DC Comics: Year by Year – A Visual Chronicle**. Editora DK – Londres, 2010.

DOTTIN-ORSINI, Mireille. **A Mulher que Eles Chamavam Fatal – Textos e Imagens da Misoginia fin-de-siècle**. Editora Rocco, Rio de Janeiro, 1996.

DOUGALL, Alastair (ed). **The DC Comics Encyclopedia – The Definitive Guide to the Characters of the DC Universe**. Textos de Scott Beatty, Robert Greenberg, Phil Jimenez e Dan Wallace. Editora DK – Londres, 2008, p. 74-75.

HANLEY, Tim. **Many Lives of Catwoman: The Felonious History of a Feline Fatale**. Editora Chicago Review Press, Chicago, 2017.

HUERTAS, Luz, LUCERO, Bonnie, SWEDBERG, Gregory J. **Introduction. Studying The Construction, Negotiation, and Repression of Crime.** In: HUERTAS, Luz E., LUCERO, Bonnie, SWEDBERG, Gregory J. (eds). *Voices of Crime: Constructing and Contesting Social Control in Modern Latin America*. The University of Arizona Press, Tucson, 2016. p. 3-13.

LIMA, Savio Queiroz. **A Abordagem Epistemológica das Histórias em Quadrinhos Enquanto Objeto-Fonte.** In: Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST - volume 2. São Leopoldo, Edição da EST, 2014. Disponível em: <http://anais.est.edu.br/index.php/congresso/article/view/328/314>. Acesso em: 10 nov. 2022.

LIMA, Savio Queiroz. **Batwoman e a Questão das Representações da Homoafetividade nas Histórias em Quadrinhos de Super-heróis.** In: *Anais do XVII Encontro de História da ANPUH-RJ*. UFRRJ, Nova Iguaçu, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1466984258_ARQUIVO_BatwomanEhomoafetividade2016.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.

LIMA, Savio Queiroz. **O Batman Tinha Uma Arma: Influências Sócio-Políticas da Construção da Moral do Arquétipo na Década de 1930.** In: *Revista Crítica Histórica*, [S. l.], v. 9, n. 17, p. 136–153, 2018. DOI: 10.28998/rchv19n17.2018.0008. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/4479>. Acesso em: 10 nov. 2022.

LIMA, Sávio Queiroz. **Pesquisando História nos Quadrinhos: a Pesquisa de Quadrinhos na História e de História nos Quadrinhos.** In: REBLIN, Iuri Andréas; RODRIGUES, Márcio dos Santos (Org.). *Arte Sequencial em Perspectiva Multidisciplinar*. 1ed. Leopoldina: ASPAS, 2015, v. 1, p. 5-20.

MANNING, Matthew K. **Arkham Universe: The Ultimate Visual Guide**. Editora DK – Londres, 2015.

OLIVEIRA, Selma Regina Nunes. **Mulher ao Quadrado: As Representações Femininas nos Quadrinhos Norte-Americanos: Permanências e Ressonâncias (1895-1990)**. Editora da Universidade de Brasília, Finatec, Brasília, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Mundo Como Texto: leituras da História e da Literatura**. História da Educação, Pelotas, p. 31 - 45, 01 set. 2003.

RINALDI, Alessandra de Andrade. **A Mulher Criminosa e a Natureza Feminina**. In: RINALDI, Alessandra de Andrade. *A sexualização do crime no Brasil: um estudo sobre criminalidade feminina no contexto de relações amorosas (1890-1940)*. 2004. 206 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Saúde; Epidemiologia; Política, Planejamento e Administração em Saúde; Administra) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SIMONSON, Louise. **DC Comics Covergirls**. Universe Publications, Nova York, 2007, p. 115-116.

SOIHET, Raquel. **Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano**. In: DEL PRIORE, Mary (org). *História das Mulheres no Brasil*. Editora Contexto, São Paulo, 2017.

SONTAG, Susan. **Notes on 'Camp'**. In: Revista *Partisan Review*, número 31, volume 4, outono de 1964, pp. 515–530 (original digitalizado). Disponível em: https://monoskop.org/images/5/59/Sontag_Susan_1964_Notes_on_Camp.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.

WERTHAM, Fredric. **Seduction of the Innocent**. Editora Rinehart & Company. Nova York, 1954.

Polícia, seletividade penal e criminalização: uma análise sobre o filme Straight Outta Compton – A história do N.W.A.

Aila Kathleen Sais da Silva⁴⁰⁰

Resumo: O presente trabalho é uma espécie de etapa inicial de movimento de pesquisa que pretende compreender, através de obras cinematográficas, como o RAP e essas produções de cinema expressam narrativas que envolvem o debate de temas como o encarceramento, a violência policial e a criminalização. Através da análise qualitativa da narrativa do filme e em diálogo com a bibliografia selecionada acerca do tema, o objetivo da pesquisa aqui apresentada é estabelecer uma análise da obra cinematográfica a fim de compreender o que ela pode nos revelar acerca do contexto dos anos 80 e 90 nos Estados Unidos vivido pelo grupo de gangsta rap, produzindo uma reflexão sobre temas indispensáveis para pensarmos questões que envolvem o sistema penal e sua seletividade.

Palavras-Chave: Rap. NWA. Seletividade Penal. Violência Policial.

Abstract: The present work is a kind of initial stage of a research movement that intends to understand, through cinematographic works, how tRAP and these film productions express narratives that involve the debate of themes such as incarceration, police violence and criminalization. Through the qualitative analysis of the film narrative and in dialogue with the selected bibliography on the theme, the objective of the research presented here is to establish an analysis of the cinematographic work in order to understand what it can reveal to us about the context of the 80s and 90s in the United States experienced by the

⁴⁰⁰ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Licenciada em História (2021) pela mesma instituição.

E-mail: aila.kathleen@estudante.ufjf.br

gangsta rap group, producing a reflection on indispensable themes for us to think about issues involving the penal system and your selectivity.

Key-Words: RAP. NWA. Penal system. Police Violence.

Introdução

Obra cinematográfica feita sobre o grupo estadunidense de rap N.W.A e dirigido por Felix Gary Gay, a produção estreada em 2015 traz muito além do que um teor apenas biográfico para as telas do cinema, mas também apresenta uma obra que permite a reflexão sobre a violência policial, a seletividade penal e a criminalização que o rap enfrentava nos anos 80 e 90 nos Estados Unidos.

Além de contar como se solidificou um dos grupos mais importantes para a história do Hip Hop como um todo, Straight Outta Compton traz questionamentos atemporais. O filme que retrata o contexto norte americano, se assemelha muito com o contexto brasileiro em diversos aspectos, principalmente no que tange à criminalização que o rap enfrenta como segmento musical que comunica o cotidiano e a vivência diária de diferentes periferias mundo afora, logo as composições abordam temas como a brutalidade policial e a desenfreada crescente do encarceramento em massa, tendo como resposta na maioria das vezes, a censura e a criminalização de seus corpos como as primeiras estratégias acionadas contra esse tipo de expressão artística, na tentativa de se operar uma forma de controle social, orquestrado por instituições do Estado, como por exemplo a polícia.

É pensando todas essas questões, que o presente trabalho tem como objeto o filme Straight Outta Compton – A história do NWA a fim de compreender o que ele pode nos revelar acerca do contexto da época, possibilitando a análise da narrativa do filme e a reflexão acerca de temas atuais e indispensáveis para pensarmos a justiça penal, como a necessidade de um desmantelamento da polícia, a denúncia de um sistema penal punitivo e seletivo, o genocídio e o encarceramento em massa, temas que anos atrás, o gangsta rap já abordava em suas composições.

O trabalho é construído com base na análise de fontes em diálogo com a bibliografia selecionada. Como fonte primária serão analisadas de maneira qualitativa e quantitativa as cenas do filme que apresentam a relação da instituição policial com os membros do NWA antes e depois de “Fuck the Police”, buscando compreender o impacto da música no contexto norte americano na época e o motivo da música ter sido censurada no período mencionado. Quanto à reflexão acerca da bibliografia selecionada, o trabalho dialoga com obras do abolicionismo penal, como Angela Davis e Loïc Wacquant, que apresentam produções voltadas ao tema das prisões e da polícia.

O trabalho traça breve reflexão acerca das temáticas que a obra apresenta ao telespectador, entendendo o filme como importante fonte histórica na compreensão das representações sociais ali presentes. Sendo assim, a principal problematização do trabalho é: como o filme aborda a ótica policial diante do grupo?

Colocando as fontes primárias em diálogo com a bibliografia, conseguimos analisar como se deu a criminalização do grupo, analisando quais representações sociais a narrativa do filme nos apresenta, nos permitindo compreender a ótica policial diante do NWA e como a brutalidade policial, a seletividade penal e a criminalização são fatores extremamente presentes durante todo o filme.

Análise do Filme

O filme traz três narrativas principais, sendo elas em torno dos integrantes Eazy-E, Ice Cube e Dr. Dre. Assistindo o filme, nos primeiros 21 minutos de execução, conseguimos contar três cenas com presença policial, a primeira antes mesmo dos primeiros cinco minutos da produção, onde Eazy-E, um dos componentes do grupo aparece em uma fuga devido ao seu envolvimento com o tráfico. A segunda cena, aos quatorze minutos de filme, Ice Cube aparece sendo enquadrado de maneira arbitrária e violenta por estar apenas andando na rua de sua casa, sendo chamado por insultos raciais pelo policial branco, sendo algemado e depois liberado na frente de seus pais. A terceira cena, e longe de ser a última do filme com abuso de autoridade policial, mostra outro integrante do grupo, Dr. Dre, sendo preso por não sair de um espaço público que o policial

ordena, enfrentando o mesmo que abusava de sua autoridade, tendo que pagar fiança para ser liberado.

É no mínimo revelador, em tão pouco tempo de duração do filme, conter uma sequência de cenas com aparição policial tão significativa assim. O que esse fator nos revela? Bom, em 1980 durante o mandato do presidente Ronald Reagan, houve a movimentação de construção de novas prisões, projeto esse que dobrou o número de presídios no estado da Califórnia em menos de uma década. Esse projeto por mais prisões marcou a estrondosa crescente do encarceramento em massa no país, encarceramento esse marcado pela perseguição racial a alguns grupos, como negros, latinos e asiáticos (DAVIS, 2018). Podemos notar essa desigual configuração racial carcerária através dos dados da Sentencing Project, que em 1990 publicou um estudo que entre as pessoas marcadas pelo sistema penal, um a cada quatro homens negros entre 20 e 29 anos estava na prisão. Porcentagem essa, que perpassou as vivências de Dre, Ice Cube e Eazy-E.

Com a maior população carcerária do mundo, os Estados Unidos escancara como sua seletividade penal sempre atuou e ainda atua sobre os corpos racializados em seu território. Em 2002, o país continha cerca de 702 presos por 100 mil habitantes contando a situação total do país, porém quando analisado especificamente a situação de afro-americanos, os números sobem para 4.800 presos a cada 100 mil habitantes (PASSETI, 2012). Diante de uma extrema desigualdade social gerada pelo sistema capitalista vigente, argumento ingênuo e preconceituoso é pensar que esses dados gritantes de diferença entre pessoas brancas e não brancas encarceradas se dá pelo fato de pessoas não brancas cometerem mais crimes do que a branquitude. Na verdade, alguns dos fatores que estão por trás desses dados são a violenta criminalização da pobreza e a seletividade do sistema penal.

Com um sistema escorado nas relações de propriedade, o alvo de infrator criado pelo conceito de prevenção geral atua sempre de forma seletiva, recaindo assim sobre a população pobre e não branca. Como efeito social do Neoliberalismo, diante do conflito, não se busca o desenvolvimento de propostas que exerçam de fato mudanças sociais que acabem com a desigualdade, mas sim formas de punir aqueles que não se encaixam na forma tradicional de trabalho ou até mesmo aqueles que são insubmissos a ordem

econômica, optando então pelo controle social dos pobres estabelecendo uma aliança histórica entre ações assistenciais e ações penais (WACQUANT, 2001).

O filme ilustra perfeitamente essa criminalização e essa ação seletiva que a penalização e punição oferece em uma de suas principais cenas, onde o grupo de rap esta na porta do estúdio de gravação, em um bairro fora da periferia, apenas conversando, e uma viatura policial imediatamente para perguntando se eles estão perdidos, como se aquele lugar não fosse feito para eles, jovens negros. Ao questionar o porquê deles estarem ali, Eazy E responde que estão trabalhando, de forma irônica o policial não aceita sua resposta, logo parando uma segunda viatura mandando todos deitarem no chão. De forma truculenta, os policiais fizeram com que eles se deitassem no chão com as mãos entrelaçadas atrás das costas, é nesse momento que o empresário do grupo, um homem branco, sai do estúdio e questiona que situação era aquela, um dos policiais responde que estava verificando o que aqueles marginais estavam fazendo em frente a sua propriedade. Ao responder que eles não eram marginais, e sim artistas, o policial solta uma risada perguntando que tipo de artistas eles poderiam ser, e o empresário responde que eram rappers, e a primeira resposta que ele ganha, é que rap não é arte, afirmando que eles pareciam mais com membros de gangues.

A cena acaba com o empresário gritando para os policiais que aquele momento vivido pelo grupo se configurava em um ato de abuso policial, que eles, os oficiais, não podiam tratar as pessoas pelo o que elas aparentam ser, que pessoas têm direitos e isso deveria ser respeitado. Nesta cena, é nítida a diferença com que a polícia trata brancos e negros, os mc's que estavam apenas conversando foram abordados de forma truculenta, e mesmo após sofrerem com o abuso policial durante todo o enquadro continuaram mantendo um tom de voz baixo e obedecendo o que os policiais ordenam, e mesmo assim continuaram sendo abordados com hostilidade, já o empresário branco grita com os policias, dirige inúmeros insultos aos oficiais e ele não é contido, muito menos desrespeitado em qualquer momento.

Por que essa diferença de tratamento? Porque diante de um Estado que se tem a ideia de prevenção geral quanto a criminalidade, o estigma de criminoso recai apenas sobre determinados grupos, é por esse motivo que os mc's são vistos na cena como não pertencentes àquele bairro, como pessoas que pareciam membros de gangues, como

corpos que apresentavam constante perigo, é a criminalização da pobreza e seu processo histórico de construção um dos fatores que norteiam essas condutas policiais.

Quando o policial responde que rap não é arte, diz muito sobre como aqueles jovens não atendiam suas expectativas sobre o que é de fato um trabalho digno, eles não se encaixavam no modelo de trabalho tradicional imposto pelo sistema capitalista, porque o grupo trabalha com música e a música com que eles trabalham só é vista com bons olhos quando apropriada culturalmente por brancos, e além disso, o hip hop nasce dos guetos americanos, é cultura periférica e negra, ou seja, alvo constante de criminalização.

Essa cena do filme é importante, porque de acordo com a narrativa do filme, é nesse momento que nasce “Fuck The Police”, umas das músicas mais marcantes do N.W.A e música que marca a história do movimento hip hop como um todo. O impacto da composição do grupo foi enorme, fazendo um enorme sucesso nas rádios, chamando a atenção até do indesejável, do FBI. Por seu teor subversivo e crítico, a música da verdadeira aula sobre discriminação, violência policial, encarceramento em massa e seletividade penal, como no primeiro trecho da música, que trata sobre como os negros são alvos da polícia, e apenas por ter determinada cor, oficiais sentem que tem a autoridade de matar, prender, e estigmatizar como traficantes qualquer pessoa não branca.

Nesse momento, o filme mostra como o FBI entra com um aviso para o grupo, os acusando de encorajar a violência e incitar a criminalidade, realidade essa que não é tão distante do que vivemos atualmente aqui no Brasil com as prisões arbitrárias de mc’s e dj’s de funk, como o mais recente caso do Mc Cabelinho e Mc Maneirinho⁴⁰¹, ambos artistas do Rio de Janeiro intimados para depor por apologia ao crime apenas pelo teor de suas músicas, que retratam sobre o cotidiano das periferias cariocas, denunciando evidentemente a desigualdade social e racial e o abuso de poder da polícia.

Nas cenas seguintes do filme, ao receber esse prévio aviso, Eazy E mostra sua vontade de levar para a imprensa como aquele aviso descabido do FBI na verdade não passa de pura discriminação e censura. Novamente, vemos como o rap sofreu e ainda

⁴⁰¹ MC Cabelinho e MC Maneirinho são intimados por apologia ao crime. TERRA. 29, Outubro, 2020. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/diversao/musica/mc-cabelinho-e-mc-maneirinho-sao-intimados-por-apologia-ao-crime,8c7449ba1d6b9b6153043c1b23419c931edp7zsh.html>>. Acesso em: 06/12/2022.

sofre com o fator da criminalização de seu segmento musical em detrimento de outros gêneros, quando subversivo e rimado por pessoas racializadas ou empobrecidas, o gênero é automaticamente criminalizado, já que o alvo da criminalização recai sob a cultura periférica e os corpos que edificam a mesma.

Mais adiante da obra cinematográfica, não contente com só um aviso, o FBI vai até um show do N.W.A proibir presencialmente que eles cantem a música “Fuck The Police” minutos antes do show começar, proibição esta que se não fosse atendida, poderia desencadear na prisão instantânea do grupo. Como a personalidade do grupo já antecipa, eles demonstram na cena nenhuma intimidação na frente do FBI, iniciando assim o show mais decididos do que nunca. No meio do show, Ice Cube distribui olhares para todos os membros do grupo como quem diz um “Eai? Vamos cantar ou não?” e sem nem abrir diálogo verbal entre eles sobre, os olhares já respondiam a pergunta. Dialogando com o público sobre a tentativa de serem censurados para não cantarem a música, Ice Cube pede para que todos levantem o dedo do meio, e mesmo sabendo da presença policial no backstage do show, Dr. Dre solta os primeiros scratches da música censurada do álbum “Straight Outta Compton”.

Com o público totalmente envolvido pelo teor da música, já que ela vai muito além de letra e batida, a composição carrega discurso que estava preso na garganta de qualquer jovem negro ou imigrante naquele contexto, o fervor da cena do show é extasiante. No meio da música, os policiais disparam tiros pro alto, causando tumulto generalizado, e invadem o palco tentando capturar os membros do grupo, que fogem e logo se veem cercados por uma quantidade enorme de oficiais, sendo agredidos, algemados e presos.

Novamente, o filme não relata algo muito distante da realidade brasileira. Em 2012 o mc de rap Emicida⁴⁰², foi preso após seu show num festival em Belo Horizonte, por desacato a autoridade ao cantar uma de suas músicas, “Dedo na ferida” e pedir para que todos levantassem o dedo do meio no momento da composição em questão, que aborda também sobre violência policial, abuso de autoridade, e que especificamente

⁴⁰² Emicida é preso após show em Belo Horizonte neste domingo. G1, São Paulo, 13, Maio, 2012. Música. Disponível em: <<http://g1.globo.com/musica/noticia/2012/05/emicida-diz-no-twitter-que-foi-preso-em-belo-horizonte-neste-domingo.html>>. Acesso em: 06/12/2022.

denúncia sobre as violentas operações de reintegração de posse em bairros irregulares, como o que aconteceu no Pinheirinho, na cidade de São José dos Campos.

Vivemos em uma democracia que aprisiona todos aqueles que tensionam a segurança pública, segurança essa da propriedade e de quem a tem, voltando então todo o violento sistema de controle sob aqueles que são explorados pelo sistema capitalista ou que vivem à margem dele. A polícia ser identificada como órgão de segurança, mesmo operando o desenfreado genocídio da juventude negra e indígena, mesmo orquestrando chacinas em diferentes periferias e presídios do mundo todo e nunca responder por isso, e um mc ou um grupo de rap, ao cantar uma música que denuncia essas violências virar instantaneamente alvo do sistema penal diz muito sobre para que e para quem esse sistema serve.

No que tange a criminalização dos jovens, a juventude negra e pobre é inserida na sociedade pela face de seu extermínio sistêmico, através de seu genocídio ou do encarceramento. O discurso de segurança pública torna determinados corpos matáveis, é o jovem negro de periferia que morre todos os dias para que o resto da sociedade permaneça se sentindo segura (JOURDAN, 2018).

Conclusão

Observar as representações categóricas que o filme nos apresenta é apenas um parte dessa reflexão inicial acerca dos temas aqui debatidos e da análise do filme, esse trabalho é fruto de inquietações que seguem sendo respondidas ainda num movimento de pesquisa que não se encerra aqui, mas esse movimento inicial capta muita coisa trabalhada até o momento.

Straitgh Outta Compton não é a única produção de cinema que através de grandes nomes do RAP, a partir das vivências pessoais desses artistas, apresenta uma narrativa que envolve o debate sobre encarceramento e violência policial. Em 2019 foi ao ar “Free Meek”, um documentário produzido em parceria com a Amazon que retrata a luta de Meek Mill pela plena liberdade, a série documental retrata como o sistema penal sempre ditou o ritmo de vida do artista, entre prisões e sentenças indevidas por pequenas infrações

cometidas durante seu tempo de liberdade condicional, o artista desde 2007 luta para se livrar do alvo que o sistema de justiça criminal de seu país cravou contra ele.

É mais do que pauta emergente, é necessidade humana, que comecemos a pensar a construção de uma sociedade sem polícia e sem prisões, “Fuck The Police” lá em 1988 apontava para uma direção de debate que os abolicionistas penais hoje vem evidenciando em suas produções e práticas diárias, precisamos nos levantar contra todo esse aparato securitário que nos vigia, pune e encarcera. Precisamos caminhar para uma vida sem polícia.

Referências Bibliográficas

DAVIS, Angela. Estarão as prisões obsoletas? Rio de Janeiro: Difel, 2018.

JOURDAN, Camila. 2013: Memórias e resistências. Hedra, 2019.

PASSETTI, Edson (Ed.). Curso livre de abolicionismo penal. Editora Revan, 2012.

WACQUANT, Loïc. As prisões da miséria. Zahar, 2001.

FONTES

STRAIGHT outta Compton – A história do NWA. Direção: Félix Gary Gray. Produção de Cube Vision. Estados Unidos: Universal Studios, 2015. Netflix.

Simpósios Temáticos: Histórias de Cinemas: Estudos sobre salas de cinema, exibição e audiências

‘IDA AO CINEMA’ DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA EM UBERLÂNDIA: 1909-1959⁴⁰³

Rodrigo Fagundes Bouillet⁴⁰⁴

Resumo: Informado pelos estudos do pós-emancipação, pela crítica à historiografia clássica do cinema brasileiro e pela perspectiva do *New Cinema History*, o artigo tem como objetivo fazer alguns apontamentos sobre as relações raciais no capitalismo dependente brasileiro através de experiências de “ida ao cinema” da população negra de Uberlândia/MG, entre 1909 e 1959.

Palavras-chave: Cinema brasileiro; cinema negro; historiografia; salas de cinema; exibição

CINEMA-GOING OF THE BLACK BRAZILIAN POPULATION IN UBERLÂNDIA:
1909-1959

Abstract: Informed by the post-emancipation studies, by the critique of the classic historiography of Brazilian cinema and by the perspective of New Cinema History, the article aims to make some notes on race relations in Brazilian dependent capitalism

⁴⁰³ Comunicação que reapresenta parcialmente e procura adicionar novas contribuições ao artigo BOUILLET, Rodrigo Fagundes. ‘IDA AO CINEMA’ DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 12, n. 33, p. 383-401, ago. 2020. ISSN 2177-2770.

Disponível em: <<https://www.abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/972>>.

⁴⁰⁴ Bacharel em Comunicação Social (UFF, 2004) e Mestre em Relações Étnico Raciais (PPRER/CEFET-RJ, 2021). E-mail: bouillet@gmail.com

through experiences of cinema-going of the black population of Uberlândia/MG between 1909 to 1959.

Keywords: Brazilian cinema; black cinema; historiography; movie theaters; exhibition

INTRODUÇÃO

O Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA) do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) dedica-se ao estudo da ação afirmativa e, para tanto, investiga os efeitos da concentração de forças sócio-produtivas racialmente estruturadas. A linha de pesquisa *A Cara do Cinema Nacional: gênero e cor dos atores, diretores e roteiristas dos filmes brasileiros* “analisa a distribuição de raça e gênero nas principais funções (direção, roteiro e elenco) da produção cinematográfica brasileira de maior público”.⁴⁰⁵ A publicação *Textos para discussão n.6* (CANDIDO, MORATELLI, DAFLON, FERES JÚNIOR, 2014) apresentou a análise dos 20 filmes de maior bilheteria do cinema brasileiro de cada ano lançados entre 2002 e 2012, excluindo documentários e filmes infantis, totalizando 218 longas-metragens. Quanto à direção, obteve-se o resultado de: homens brancos, 84%; mulheres brancas, 13%; homens negros, 2%; mulheres negras, 0%; homens amarelos, 0%; mulheres amarelas, 1%.

Acreditamos que, antes de algo ocasional (de 2002 a 2014) ou pontual (circunscrita aos filmes de maior público), a representatividade de pessoas negras na função de direção em colossal assimetria com pessoas brancas deve ser compreendida como própria ao cinema brasileiro – como elemento que lhe é constituinte, que lhe dá sentido, ou melhor, que tem o racismo estrutural (ALMEIDA, 2018) como política e a branquitude (ARAÚJO, 2006; CARONE, BENTO, 2002) como perspectiva. Conforme os principais estudos sobre cineastas negras e negros brasileiros (CARVALHO, 2005;

⁴⁰⁵ Projetos de pesquisa do GEMAA, em <http://gemma.iesp.uerj.br/projetos-de-pesquisa/> Acesso em 24 mar. 2018.

RODRIGUES, 2001; SENNA, 1979; STAM, 2008), dos 3.415 filmes de longa-metragem realizados no país entre 1908 e 2002 (SILVA NETO, 2002), um total de 27 foram dirigidos por 10 cineastas negros e 1 cineasta negra, sendo a primeira obra datada de 1949.⁴⁰⁶

Conforme os estudos sobre o período de escravização, os processos pela abolição formal e o pós-emancipação vêm demonstrando em suas mais diversas frentes, a agência de negras e negros é múltipla, fez-se individual ou coletivamente, no improvisado ou em ações de planejamento de maiores escalas, na urgência cotidiana ou no longo prazo, em embates ou negociações com pessoas e instituições produtoras ou reprodutoras do racismo. Assim sendo, diante do quadro de produção de exclusão de cineastas negras e negros do cinema brasileiro, entendemos que é preciso detectar e decodificar processos e procedimentos tanto de lutas para a realização de longas-metragens quanto de enfrentamentos a capturas e cooptações esterilizantes (SANTOS, 2013).

Contudo, acreditamos que se configura em grave risco para os estudos do pós-emancipação quanto para os de história do cinema brasileiro (e do cinema negro, em especial) centrar a agência negra exclusivamente na realização de longas-metragens. Ignorá-lo significa considerar que, se até 1949 não há registros de produções, a agência negra passa a ser caracterizada por sua inexistência. Voltamos ao axioma dos estudos sobre cinema brasileiro: se filmes não foram produzidos, não há o que ser pesquisado. Jean-Claude Bernardet atentou-se para esta “filosofia que entende o cinema como sendo essencialmente a realização de filmes” (BERNARDET, 1995: 27) que forja o cinema brasileiro desde a atribuição de sua data de nascimento até a elaboração de políticas

⁴⁰⁶ A saber: Cajado Filho: *Estou Ai?* (1949), *...Todos por Um!* (1950), *O Falso Detetive* (1950), *E O Espetáculo Continua* (1958) e *Ai Vem a Alegria* (1959); Haroldo Costa: *Pista de Grama* (1958); Paulo Veríssimo: *Como Vai, Vai Bem?* (episódio *Os Meninos do Padre Bentinho*, 1969); *O Homem de um Braço Só* (1975); *Exu-Piá, Coração de Macunaíma* (1984); Odilon Lopez: *Um é Pouco, Dois é Bom* (1970); Waldir Onofre: *As Aventuras de um Pandeiro* (1977); Antonio Pitanga: *Na Boca do Mundo* (1979); Agenor Alves: *Tráfico de Fêmeas* (1979), *Noite de Orgia* (1980), *As Prisioneiras da Ilha do Diabo* (1980), *A Volta de Jerônimo* (1981), *Cafetina de Mulheres Virgens* (1981), *Lídia e seu Primeiro Amante* (1984), *Eu Matei o Rei da Boca* (1987); *Na Trilha dos Assassinos* (com Mário Latini, 1989); Afrânio Vital: *Os Noivos* (1979); *A Longa Noite do Prazer* (1983); *Estranho Jogo do Sexo* (1983); Adélia Sampaio: *Amor Maldito* (1984); *Fugindo do Passado* (1987); Zózimo Bulbul: *Abolição* (1988); Joel Zito Araújo: *A Negação do Brasil* (2000).

públicas. Quando a produção nacional perdeu a subvenção estatal no governo Collor ficou escancarada a crise dos estudos sobre a história do cinema brasileiro.

O discurso histórico está calcado nesta filosofia, que parece esgotada. Por estar grandemente dependente dela, se vê na impossibilidade de analisá-la e de compreender por que se esgotou. A situação atual da produção brasileira deve gerar um novo discurso histórico. A crise da produção leva de roldão o discurso histórico (BERNARDET, 1995: 9).

Acreditamos que o mesmo acontece com pessoas exploradas e oprimidas. O atual recrudescimento de produções destes grupos sociais enseja um olhar para a História, para as histórias de cada um deles. Mas, quando suas representatividades na função de direção na cinematografia brasileira são procuradas, o discurso histórico hegemônico não dá conta. Assim, a atual revisão da historiografia do cinema brasileiro deve estar alicerçada nos agenciamentos destes grupos nesta e em outras funções artísticas e técnicas (fotografia, direção de arte, montagem, etc) bem como nos demais segmentos do cinema (cineclubismo, preservação, crítica, etc). Mas não só.

Nossas análises procuram se vincular à perspectiva da *New Cinema History*,

(...) eixo de pesquisa transdisciplinar que lança um olhar especial sobre os equipamentos sala de cinema e **as práticas das audiências**, estudando-os em vista de variados **contextos** socioculturais, urbanos, geográficos, históricos, econômicos, políticos, mercadológicos e **ideológicos** [neste caso, o racismo no capitalismo dependente], locais e globais.

A *New Cinema History*, em linhas gerais, entende que a triangulação formada pelos (1) equipamentos cinematográficos de exibição, (2) filmes exibidos/programações dos cinemas e (3) **experiências pessoais e coletivas e formas de consumo das audiências** foram elipsadas pela *Grande História do Cinema*, que, amiúde, se volta para as análises do texto fílmico, da linguagem cinematográfica e dos realizadores de filmes. Assim, por meio de metodologias que priorizam a história oral, as etnografias e a extensa produção de bases de dados e mapas de geolocalização de cinemas e **dinâmicas dos públicos**, as pesquisas realizadas no eixo da *New Cinema History* examinam **histórias e memórias das práticas de “ida ao cinema” (cinema-going practices and cinema-going memories)** e os **agenciamentos existentes entre produção, exibição, distribuição e estruturas das fruções e consumos cinematográficos** (FERRAZ, 2017: 115-116 – grifo nosso).

Originalmente, a pesquisa foi instigada pela leitura de um capítulo do livro *Estilo avatar: Nestor Macedo e o populismo no meio afro-brasileiro*, de Petrônio José Domingues (DOMINGUES, 2018), durante o curso da disciplina *Cor, Raça e Cidadania no Pós-Abolição* (PPRER/CEFET-RJ), em 2018, ministrada pela Prof^a. Dr^a. Maria Renilda e pelo Prof^o. Dr. Samuel Oliveira quando do achado de uma referência à uma sessão de cinema ao ar livre promovida pela Ala Negra Progressista. Daí despertou-se a questão de como foi e o que poderia revelar o tratamento dispensado à audiência cinematográfica negra no Brasil em salas de exibição comercial.

No intuito de colaborar para maiores e mais profundos estudos sobre o tema, este artigo compila e procura articular alguns pequenos achados ocorridos em busca de repostas. Os (poucos) resultados obtidos determinaram seu escopo e, assim, apresentamos apontamentos sobre os agenciamentos da raça através de experiências de “ida ao cinema” da população negra uberlandense entre 1909 e 1959. A pesquisa bibliográfica indicou apenas quatro trabalhos de conclusão do curso de graduação em História, todos da Universidade Federal de Uberlândia, defendidos entre 1990 e 2006. Os estudos estão encadeados em ordem cronológica, de acordo com o período histórico de que cada um tenta dar conta, conformando um panorama quase ininterrupto da primeira metade do século XX. Importante mencionar que nestes estudos as análises sobre ida ao cinema e sociabilidade tangenciaram a questão das relações étnico-raciais bem como as investigações sobre algum dos aspectos destas relações reservaram poucas linhas à frequência das salas de cinema. Encontramos parágrafos solitários, quando muito uma lauda sobre o assunto em cada uma delas. Também vale destacar o fato de que uma pesquisa não faz menção a outra.

‘IDA AO CINEMA’ DA POPULAÇÃO NEGRA EM UBERLÂNDIA

Daniela Honorato Couto (COUTO, 2006) analisou a questão da sociabilidade e lazer das classes populares em Uberlândia no período de 1909, quando inaugurado o primeiro cinema da cidade, até 1937, com a abertura do Cine Theatro Uberlândia. O cinema tinha capacidade para 2.200 pessoas, a maior sala já construída até aquele momento. Tal como em outras cidades brasileiras, são tempos em que a classe dominante

local procurava se afastar ou apagar os aspectos sociais e culturais interioranos e afro-brasileiros. O município, acreditava-se, estava (ou deveria estar) a caminho da modernidade, da urbanidade, do progresso. Através de fotografias, a autora constatou que nos anos de 1910 e 1920:

não havia bem uma definição quanto aos frequentadores, já que pelas fotos, observamos a presença da estrutura familiar nos cinemas (pai, mãe e filhos) e também a presença de alguns negros sentados nas poltronas. Nos anos 30 é que começa a existir uma separação maior (...) (COUTO, 2006: 48).

Sem precisar datas, ficamos sabendo que os cinemas dispunham de duas bilheterias: uma para a plateia, de ingressos mais caros; e outra para o balcão, conhecido como *poleiro*, local mais ao fundo do cinema, destinado a pessoas de baixa renda, onde os ingressos eram mais baratos – mais acessíveis à população negra em condições precarizadas de vida. O estabelecimento, através da segregação externa (duas bilheterias) para a segregação interna (plateia e balcão), reproduzia, a sua forma, a dinâmica racista que também se dava em seu entorno:

nas praças que também serviam de passeio antes e após as sessões de cinema e onde os negros não podiam andar ao lado dos brancos, aparecendo aí outro traço de exclusão que utilizava como pano de fundo os cinemas que já eram construídos próximos às praças numa forma de garantir os passeios e a sua divulgação nos jornais locais (COUTO, 2006: 32).

Com o suntuoso Cine Theatro Uberlândia estabeleceu-se a segregação de um cinema para outro. Sua inauguração em fins da década de 1930 apresentou à cidade a edificação cinema como elemento de distinção. Os “palácios” – como eram chamadas as salas de grande porte, de arquitetura imponente – visavam um consumo elitizado, exigindo um alto poder aquisitivo a quem quisesse frequentá-los.

Luziano Macedo Pinto (PINTO, 1997) avaliou as transformações culturais da sociedade uberlandense através da frequência das salas de cinema no período imediatamente seguinte ao abordado por Couto: de 1937, com a mesma marcação da abertura do Cine Theatro Uberlândia, até 1952, com a inauguração do Cine Regente, que disponibilizava 1.100 poltronas. Encontramos relatos semelhantes sobre o impedimento

de pessoas negras se integrarem aos passeios nas praças na década de 1940 assim como a existência dos *poleiros* nos anos de 1950. O estudo é mais assertivo sobre a prática de segregação espacial pelo racismo:

Com ingressos mais baratos, estes locais [os *poleiros*] eram destinados não só àqueles que não tinham condições de pagar um pouco mais para apreciar o *celulóide*, mas também aos negros que não podiam sentar-se junto aos outros *habitués* (...). Conforme os entrevistados, este hábito prevalece até os anos 50. Segundo a Dn^a. Tina, porteira do C.T.U. [Cine Theatro Uberlândia], mesmo na década de 50 este era o “esquema”. Ela conta que a primeira pessoa negra a freqüentar “*O nosso Cinema*” foi Dn^a. Dalva contabilista, que *era muito elegante* (PINTO, 1997: 48).

Futuras pesquisas poderão elucidar esse episódio de Dona Dalva, que não deve ser reduzido a uma mera tolerância por uma aparente distinção de classe. Na virada para a década de 1950 os movimentos negros brasileiros obtiveram importantes conquistas institucionais, como a aprovação da emenda nº 3.218, de Liberdade de Culto Religioso, à Constituição de 1946, de autoria individual do deputado comunista Jorge Amado, e a Lei Afonso Arinos, de 1951, que criminalizava o estabelecimento comercial que se recusasse em hospedar, servir, atender ou receber uma pessoa por preconceito de raça ou de cor. Fica a questão se estas leis tinham efetividade política no cotidiano uberlandense. De outra forma, há de se reparar na falência do projeto original do Cine Theatro Uberlândia. Nos anos de 1930, conforme Couto, um espaço exclusivo à classe dominante local, chegou à década de 1950, segundo Pinto, permitindo o acesso a pessoas de menor poder aquisitivo. O estudo de Eliene Dias de Oliveira (OLIVEIRA, 2002), mais adiante, ao abordar o quadro de degradação econômica da classe trabalhadora à época, pode abrir perspectivas de investigação.

Voltando ao mesmo trecho, afinal, como se garantia que pessoas negras não se sentassem “junto aos outros *habitués*”? Fernanda Santos (SANTOS, 2011) acompanhou processos recentes de resistência e valorização de identidade da população negra de Uberlândia e citou o hábito de ir ao cinema quando historicizou as práticas racistas da cidade. Abrindo espaço para outro estudo sobre o trabalho e a cultura de trabalhadores negros e negras do município entre 1945 a 1960, Santos pinçou trecho de um depoimento.

A entrevistada narrou, sem precisar com exatidão a data, a existência de duas bilheterias no Cine Theatro Uberlândia, uma para pessoas brancas terem acesso à plateia e outra que destinava o *poleiro* para pessoas negras. Caso estas tentassem sentar em filas reservadas àquelas, cabia ao lanterninha restabelecer a hierarquia sócio-racial da sala de projeção.

O trabalho de Carlos Cezar Moreira (MOREIRA, 1990) versou sobre a discriminação racial em Uberlândia. Acerca da frequência às salas de cinema, infelizmente, o autor não especificou o período histórico a que se refere, apenas indicando o racismo como uma prática antiga nestes locais. Seja como for, as informações sobre esse passado impreciso ratificam os estudos até aqui apresentados e acrescentam novas nuances, como a segregação por horário das sessões.

Os cinemas, exemplo do antigo Cine Teatro Uberlândia tinham lugares diferentes para negros e brancos. Na platéia do piso ficavam os brancos e no andar superior, denominado “poleiro” ficavam os negros. Contou-se que o chique para ir ao cinema era frequentar a sessão das seis horas. Neste horário frequentavam em maioria as pessoas mais abastadas e na porta do cinema, os mais pobres e negros esperavam a sessão seguinte (OLIVEIRA apud MOREIRA, 1990: 31).

Em fins da década de 1940, o Cine Para Todos recuperou o higienismo classista e racista dos primórdios do Cine Theatro Uberlândia, talvez pela falência de seu projeto original, conforme assinalamos mais acima. Uma entrevista em Moreira ofereceu a descrição de como o Cine Para Todos operava.

Aqui em Uberlândia, no local onde hoje é o Banco de Crédito Nacional - BCN, funcionava o Cine Para Todos. Para entrar nele, só branco, e branco bem vestido. O porteiro regulava a entrada, a roupa devia ser a rigor, incluindo até gravata (MOREIRA, 1990: 64).

Por fim, Eliene Dias de Oliveira (OLIVEIRA, 2002) abordou o movimento espontâneo denominado “quebra-quebra” que eclodiu em Uberlândia em 1959, interpretando-o como “uma outra versão possível da política desenvolvimentista e seus desdobramentos no cotidiano da população” (OLIVEIRA, 2002: 2) que estava “sufocada pela carestia, pelos congelamentos, o alto custo de vida, ou, em outras palavras, pelo preço do progresso” (OLIVEIRA, 2002: 13). A pesquisa documental realizada em periódicos

da época apresentou divergências sobre as evoluções do quebra-quebra, porém, todas concordaram em apontar o aumento dos ingressos dos cinemas como estopim para o início da revolta popular, que depois tomou conta da cidade por três dias. Oliveira é outra estudiosa que volta a citar a segregação racial do espaço no *footing* nas praças bem como a existência de dois guichês e a divisão entre balcão e *poleiro* do Cine Theatro Uberlândia. Principal forma de lazer da cidade, quatro cinemas foram destruídos logo no primeiro dia do levante, dois mais elitizados e outros dois mais destinados a classes populares.

A violência dessa destruição revela o grau de revolta dos manifestantes. Revolta contra o aumento do ingresso, contra a carestia, contra a fome, contra o preconceito, contra a diferença. Ali, não há nada para saquear. Mas a materialidade das casas de cinema alude a sentidos outros que se extravasam através da violência incontida (OLIVEIRA, 2002: 72-73).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo procurou apresentar os impasses trazidos pela “filosofia que entende o cinema como sendo essencialmente a realização de filmes” que determina o cinema brasileiro e, portanto, a construção de sua historiografia clássica. Fato que, diante do atual recrudescimento de produções de pessoas exploradas e oprimidas, invisibiliza agenciamentos destes grupos sociais em funções artísticas e técnicas que não a direção de longas-metragens bem como nas demais áreas do cinema.

A hegemonia da ideologia do longa-metragismo significa considerar que, se até 1949 não há registros de produções, a agência negra passa a ser caracterizada por sua inexistência. Assim, a atual revisão da historiografia do cinema brasileiro deve estar alicerçada nos agenciamentos dos grupos subalternizados nesta e em outras funções artísticas e técnicas (fotografia, direção de arte, montagem, etc), nos demais segmentos do cinema (cineclubismo, preservação, crítica, etc) bem como nas práticas das audiências.

Informado pelos estudos do pós-emancipação e pela perspectiva do *New Cinema History*, procuramos tecer alguns apontamentos sobre os agenciamentos da raça através de experiências de “ida ao cinema” da população negra uberlandense dos primórdios até fins da década de 1950. Verificamos que esta prática se configurava como preconceito de

classe de orientação racista impetrado pela audiência branca assim como pelos proprietários dos estabelecimentos – uma cisão da classe trabalhadora através do racismo estudada por Caio Prado Jr. (PRADO JR., 2011), Florestan Fernandes (FERNANDES, 2006), Clóvis Moura (2021). Conforme as pesquisas que tivemos acesso, as práticas racistas do público branco revelaram-se tanto no *footing* quanto na ausência de qualquer mobilização mais consistente para a reversão da segregação sócio-racial nas salas de cinema. Da mesma forma, a discriminação imposta pelos proprietários dos cinemas à população negra, seja impedindo a frequência em determinados horários ou cinemas seja garantindo a existência de duas bilheterias ou reservando os piores lugares das salas de exibição. Assim como o Estado, que não garantiu os direitos das cidadãs e dos cidadãos negros de assistir ao filme que desejavam com tratamento e em condições dignas.

Apesar de tudo isso, em um período de meio século, a população negra de Uberlândia permaneceu indo ao cinema. Em um contexto histórico onde a promessa de modernidade europeia ecoava sobre a elite local a agência negra através da frequência a sessões de cinema da cidade detonou na parcela branca abastada da população a demanda por um entretenimento cada vez mais elitizado; e nos proprietários dos cinemas a utilização de diferentes práticas de discriminação.

Fazendo uma ponte para o presente, se a discriminação pública para acesso da população negra às salas de cinema na forma e na escala como se dava em Uberlândia não é mais verificada, é porque, conforme Rodrigo Bouillet (BOUILLET, 2021), parte da resposta se encontra na forte reconfiguração do parque exibidor brasileiro nos últimos quarenta anos, concentrando-se em poucas cidades, em seus bairros mais abastados, com salas concentradas em *shoppings*, praticando preços de ingresso proibitivos a maior parte da população. Sendo o contingente negro o mais recorrente nos diversos índices de vulnerabilidade social, a ida ao cinema não é, para muitos, sequer uma possibilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento: 2018.

Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por uma história decolonial: Gênero, raça e classe na América Latina. Eduarda Guerra Tostes; Lavínia Renata de Oliveira Turqueti; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2022. 926 p.
ISSN:2317-0468

ARAÚJO, Joel Zito. A força de um desejo - a persistência da branquitude como padrão estético audiovisual. Revista USP, [S. l.], n. 69, p. 72-79, 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13514>>. Acesso em 09 jun. 2021.

BERNARDET, Jean-Claude. Historiografia clássica do cinema brasileiro. São Paulo: Annablume: 1995.

BOUILLET, Rodrigo Fagundes. Cinema, Estado e relações étnicoraciais: assimetrias, tensões e lutas. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico Raciais), CEFET-RJ, Rio de Janeiro, RJ, 2021. Disponível em: <https://dippg.cefet-rj.br/pprer/attachments/article/81/165_Rodrigo%20Fagundes%20Bouillet.pdf>. Acesso em 06 dez. 2021.

CANDIDO, Marcia Rangel; MORATELLI, Gabriella.; DAFLON, Verônica Toste; FERES JÚNIOR, João. “A Cara do Cinema Nacional”: gênero e cor dos atores, diretores e roteiristas dos filmes brasileiros (2002-2012). Textos para discussão GEMAA (IESP-UERJ), n. 6, 2014, p. 1-25. Disponível em: <<http://gema.iesp.uerj.br/textos-para-discussao/tpd6/>>. Acesso em 09 jun. 2021.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes: 2002.

CARVALHO, Noel dos Santos. Esboço para uma história do negro no cinema brasileiro. In: DE, Jeferson. Dogma feijoada – o cinema negro brasileiro. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.

COUTO, Daniela Honorato. Cinema: sociabilidade e lazer das classes populares em Uberlândia - 1909/1937. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/19155>>. Acesso em 10 set. 2018.

DOMINGUES, Petrônio José. Estilo avatar: Nestor Macedo e o populismo no meio afro-brasileiro. São Paulo: Alameda: 2018.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil. São Paulo: Globo, 2006.

FERRAZ, Talitha. As potências da “nostalgia ativa” na luta pela salvaguarda do Cine Vaz Lobo. Revista ECO-PÓs, [S.l.], v. 20, n. 3, dez. 2017, p. 111-133. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/14476>. Acesso em 10 set. 2018.

MOREIRA, Carlos Cezar. A discriminação racial do negro em Uberlândia. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 1990. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/18526>>. Acesso em 10 set. 2018.

MOURA, Clóvis. O negro: de bom escravo a mau cidadão? São Paulo: Dandara, 2021.

OLIVEIRA, Eliene Dias de. O quebra-quebra de 1959: Uberlândia - olhares e perspectivas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/20042>>. Acesso em 10 set. 2018.

PINTO, Luziano Macedo. Sociabilidade de 'matinée': cinema em tempos de modernidade - Uberlândia (1937-1952). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 1997. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/20455>>. Acesso em 10 set. 2018.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RODRIGUES, João Carlos. O negro brasileiro e o cinema. Rio de Janeiro: Pallas: 2001.

SANTOS, Júlio César dos. A quem interessa um "cinema negro"? Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 5, n. 9, p. 98-106, fev. 2013. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/238>>. Acesso em 06 dez. 2022.

SANTOS, Fernanda. Negros em movimento: sentidos entrecruzados de práticas políticas e culturais (Uberlândia / 1984-2000). Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16399>>. Acesso em 10 set. 2018.

SENNA, Orlando. Preto-e-branco ou colorido: o negro e o cinema brasileiro. Revista de Cultura Vozes, vol. LXXXIII, nº 3, 1979, p. 211- 226.

SILVA NETO, Antônio Leão da. Dicionário de filmes brasileiros: Longa-metragem. São Paulo: Ed. do Autor: 2002.

STAM, Robert. Multiculturalismo tropical: uma história comparativa da raça na cultura e no cinema brasileiros. São Paulo: Edusp: 2008.

CINE GLOBO DE TRÊS PASSOS: TECNOLOGIA COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA

Christian Jordino Antonio Ferreira Alves da Silva⁴⁰⁷

RESUMO: Este trabalho pretende discutir a relação entre a tecnologia e a permanência do Cine Globo, um cinema de rua, construído na década de 1950, em Três Passos, cidade com pouco mais de 23 mil habitantes, no interior do Rio Grande do Sul, próximo à fronteira com a Argentina, e que segue em funcionamento até os dias atuais, com projeção Digital e 3D, atuando exclusivamente como casa de exibição cinematográfica. Partindo da perspectiva dos estudos de histórias de cinemas, da *New Cinema History* e dos conceitos da Arqueologia das Mídias, iremos questionar a importância da projeção Digital e do 3D para a persistência e manutenção da sala de cinema, constantemente ameaçada de fechamento, inclusive no contexto atual de pós-pandemia Covid-19.

Palavras-chave: Cinema; cinema de rua; cinema de calçada; sala de exibição; histórias de cinemas; Três Passos.

ABSTRACT: This paper intends to present the relationship between technology and the permanence of Cine Globo, a sidewalk cinema, built in the 1950s, in Três Passos, a city with just over 23 thousand inhabitants, in the interior of Rio Grande do Sul, close to the bordering Argentina, and which continues to operate to this day, with Digital and 3D projection, acting exclusively as a film exhibition house. Starting from the perspective of *histórias de cinemas* studies, New Cinema History and the Media Archeology concept, we will question the importance of Digital and 3D projection for the persistence and

⁴⁰⁷ Mestre em Cinema e Audiovisual pelo Programa de Pós-Graduação em Cinema e Audiovisual (PPGCine) da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: christianjafas@gmail.com

maintenance of the cinema, constantly threatened with closure , including in the current context of the Covid-19 post-pandemic.

Keywords: Cinemas; cinema memory; sidewalk cinemas; cinemas stories; Três Passos.

INTRODUÇÃO

Diversos setores da economia sofreram com os impactos negativos dos efeitos atrelados à pandemia Covid-19, mas poucos tiveram as atividades suspensas por tanto tempo quanto o mercado de exibição cinematográfica. No Brasil, salvo raríssimas exceções, as salas de exibição permaneceram fechadas entre março de 2020 e abril de 2021. A própria característica do cinema foi responsável por inviabilizar seu uso: concentração de pessoas em espaço fechado, por períodos de duas horas ou mais e com circulação restrita de ar. Um ambiente perfeito para a proliferação do vírus naquele momento de incertezas.

Apesar de estar aparentemente controlada, a Covid-19 segue impactando o setor de exibição. Reportagem do jornal *O Globo*⁴⁰⁸, de 21 de agosto de 2022, elenca as dificuldades que as grandes redes de cinema do país estão enfrentando desde o retorno gradual das atividades em abril de 2021. Gigantes como a *Cinemark*, *Kinoplex* e Itau Cinemas buscam alternativas para recuperar o interesse do público que ficou acostumado a assistir séries e filmes em casa, durante os meses de isolamento social. Mesmo com a flexibilização das medidas sanitárias, como a não obrigatoriedade do uso das máscaras e a ampla cobertura vacinal, as salas seguem com poltronas vazias em 2022.

De acordo com dados da Agência Nacional do Cinema (Ancine), o público vem aumentando de 2020 para cá. No entanto, não chega nem perto da frequência do ano imediatamente anterior à crise sanitária. No

⁴⁰⁸ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/negocios/noticia/2022/08/cinemas-criam-planos-de-assinatura-com-descontos-para-trazer-publico-de-volta-ao-escurinho-das-salas.ghtml>>. Acesso em 14/11/2022.

primeiro semestre de 2022, 44,8 milhões de ingressos foram vendidos. Em 2019, no mesmo período, o total foi de 88,3 milhões. A renda nominal também está abaixo das expectativas. Este ano, foram arrecadados R\$ 873 bilhões, contra R\$ 1,44 trilhão no primeiro semestre de 2019 (Jornal *O Globo*, 21/08/2022).

Se as grandes redes do setor encontram percalços para atrair o público de volta e recuperar os ganhos de bilheteria para valores próximos aos que conseguiam antes do surto do coronavírus, qual a expectativa de sobrevivência para os empresários com salas de exibição instaladas pelo interior do Brasil? Neste contexto, o Cine Globo de Três Passos se destaca.

A palavra resistência pode ser usada para definir a trajetória da família Levy na manutenção do cinema localizado no interior do Rio Grande do Sul e que segue em funcionamento, apesar das diversas crises econômicas, tecnológicas e culturais que se abateram na indústria de exibição cinematográfica no Brasil, desde a inauguração do Cine Globo, em meados da década de 1950 (GONZAGA, 1996).

Erguido por Alberto Abraão Levy, em terreno próprio e adquirido para essa finalidade, o edifício de dois andares foi planejado para funcionar como casa de projeção cinematográfica. Com seus 340 lugares, o cinema está situado na principal avenida da cidade de Três Passos, podendo assim ser enquadrado como “cinema de rua”, como falado no Rio de Janeiro, ou “cinema de calçada”, como preferem os gaúchos (ZANELLA, 2006). Essa denominação passa a ser usada para diferenciar esses das salas instaladas dentro de galerias comerciais e que não possuem entrada e fachada diretamente ligadas à calçada. Atualmente, o Cine Globo, de Três Passos, faz parte da rede Cine Globo Cinemas⁴⁰⁹ que opera outras quatro salas no interior gaúcho.

Próximo da fronteira com a Argentina, no noroeste do estado, Três Passos⁴¹⁰ está distante 472 quilômetros da capital Porto Alegre e tem a economia predominante voltada

⁴⁰⁹ Site da Rede Cine Globo Cinemas: <<https://www.cineglobocinemas.com.br>>. Acesso em 14/11/2022.

⁴¹⁰ Três Passos tem população estimada de 23.799 habitantes, no ano de 2021, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/tres-passos/panorama>>. Acesso em 14/11/2022.

para a atividade agropecuária, compondo a chamada Região Celeiro⁴¹¹. Uma cidade do interior do Brasil onde a vida tem ritmo próprio, dez carros formam um engarrafamento e as pessoas ainda se reconhecem através de apelidos e parentescos. Nesse cenário, a longevidade do Cine Globo, mantido por uma administração familiar, sem patrocínio estatal ou privado, atuando exclusivamente como casa de exibição cinematográfica, reformado e com projeção 3D, se mostra um ponto fora da curva quando comparado ao panorama nacional.

Dados de 2019, do *Informe de Mercado do Segmento de Salas de Exibição*⁴¹², publicado pela Ancine revelam que Três Passos é um dos 170 municípios brasileiros, na faixa de análise de 20.001 a 100 mil habitantes, de um total de 1.450, que possuem ao menos um cinema. A faixa de análise que vai até 20 mil habitantes, realidade populacional mais próxima a de Três Passos, compreende 3.796 municípios e somente seis deles possuem ao menos uma sala de exibição, ou seja, 0,2% do total.

A agência publicou o mesmo informe com dados referentes a 2020 e a 2021, mas, devido ao impacto que a pandemia teve no parque exibidor, esses números não foram considerados neste texto. Segundo a Ancine, “a bilheteria ficou concentrada nos primeiros meses do ano, quando as salas de cinema ainda funcionavam normalmente. À medida que os indicadores da pandemia pioravam, a bilheteria diminuiu, até que a atividade das salas foi totalmente interrompida na semana cinematográfica de número 12, no final de março de 2020”.

Observando apenas o recorte do número de municípios que possuem salas de exibição, apresentados anualmente pela Ancine, a permanência do Cine Globo, resistindo desde a década de 1950, provoca questionamentos. Com o fechamento obrigatório das

⁴¹¹ Região administrativa do Rio Grande do Sul, que compreende 21 municípios, sendo que apenas Três Passos possui sala de cinema. <<http://www.amuceleiro.com.br/?pg=lista-municipios>>. Acesso em 14/11/2022.

⁴¹² Disponível em: <https://www.gov.br/ancine/pt-br/oca/publicacoes/arquivos.pdf/informe_exibicao_2019.pdf>.

Acesso em 30/06/2022.

salas em virtude da pandemia do Covid-19, de março de 2020 até abril de 2021, é interessante constatar que o empreendimento da família Levy tenha conseguido superar mais essa adversidade e que siga operando com sessões regulares até a presente data.

Diversos fatores precisam ser considerados ao analisar a longa resistência do Cine Globo como, por exemplo, a experiência acumulada pelos gestores nessas sete décadas; as relações com os entes do poder público municipal; o impacto das políticas públicas federais de incentivo à cultura; a tradição familiar na gestão do negócio; as diversas ações realizadas por associações civis do município; a contínua formação de plateia através de cursos de audiovisual; a realização de festivais de cinema na cidade e, por fim, a relação entre tecnologia e a exibição cinematográfica – fator escolhido para ser analisado neste texto.

REFERENCIAL TEÓRICO

Compondo a área de pesquisa do campo que envolve o Cinema e Audiovisual, este trabalho está alinhado aos estudos sobre as histórias de cinemas, desenvolvidos no Brasil, e com os conceitos da *New Cinema History*, nos Estados Unidos e na Europa, e que ganham visibilidade como desdobramento dos questionamentos acerca da revisão de conceitos estabelecidos e cristalizados, pela Grande História do Cinema, ao longo das primeiras décadas do século XX e que eram baseados, em sua maioria, na análise fílmica e no evolucionismo tecnológico.

Questionamentos como os provocados pelos professores Robert C. Allen e Douglas Gomery (1985) que sugerem um olhar mais crítico e desconfiado para livros e textos que conformaram bases e marcos dessa História do Cinema. Em suas disciplinas, instigam alunas e alunos a escreverem uma história do cinema em nível local. “Na verdade, fazer a história do cinema é a melhor maneira de descobrir que os historiadores do cinema não são divindades infalíveis, mas apenas mortais curiosos⁴¹³” (ALLEN, GOMERY, 1985: 04).

⁴¹³ Actually doing film history is the best way we know to discover that film historians are not infallible deities, but merely inquisitive mortals (Do original - ALLEN, GOMERY, 1985: 04).

Não percebendo esses trabalhos como meros exercícios de sala de aula, Allen (1990) entende que analisar e refletir sobre a história local da exibição e da recepção é fundamental para evitar outra vez uma visão totalizante e evolutiva da narrativa, o que poderia acontecer se os alunos e alunas se interessassem somente em desenvolver estudos em grandes cidades, como Nova Iorque.

Para os pesquisadores da *New Cinema History*⁴¹⁴, o ato de ir ao cinema deve ser estudado para além da atração que os filmes têm sobre as audiências, ampliando essa visão para acrescentar fatores econômicos, sociais, políticos, culturais e que irão influenciar uma variada tomada de decisões que são tão importantes quanto a escolha do filme como, por exemplo, em qual cinema ir ou qual o melhor dia e horário (FERRAZ, 2017).

Richard Maltby (2011) ressalta a importância de pesquisas que busquem compreender o cinema como um espaço social e cultural, dentro de um contexto amplo, observando, por exemplo, o desenvolvimento urbano onde as salas estão inseridas, o preço dos ingressos, a taxa de desemprego e até mesmo o sistema de transporte público necessário para se chegar à sala de exibição.

Considerado por seus pares um pioneiro no estudo de salas de cinema no país⁴¹⁵, o professor João Luiz Vieira, em aulas ministradas na UFF, tanto na graduação quanto na pós-graduação, segue instigando gerações de pesquisadoras e pesquisadores a se aventurarem nos estudos das histórias de cinemas, no minúsculo e no plural, como ele costuma nomear – tal qual Robert C. Allen fez com suas turmas nos Estados Unidos.

O que tenho chamado, de forma modesta, de *histórias de cinemas* pode ser configurado como uma estratégia metodológica onde o circuito fílmico não exclui e nem poderia excluir os filmes, mas vai além para incorporar suas complexas e variadas condições de recepção. Estas, por sua vez, caracterizadas por diferenças regionais, incluindo a

⁴¹⁴ A nomenclatura *New Cinema History* surgiu, em dezembro de 2007, durante as discussões da *The Glow in their Eyes: Global Perspective on Film Cultures, Film Exhibition and Cinema-going Conference*, que aconteceu no *Centre for Cinema and Media Studies* da Ghent University, Bélgica (GONÇALVES CABRERA; BRANDÃO; EBERT, 2021: 199).

⁴¹⁵ Estudo encomendado pela Embrafilme resultou na escrita de “Espaços do sonho: cinema e arquitetura no Rio de Janeiro”, de 1983, em conjunto com Margareth Campos Pereira, e referência para quase todos os trabalhos posteriores sobre salas de cinema realizados no Rio de Janeiro.

conformação de seu público, com hierarquias de classe social, gênero, etnia, idade ou educação, entre outras marcas identitárias. Sem dúvida, trata-se de uma empreitada teórico-prática de natureza transdisciplinar que joga luz sobre a trajetória paralela da formação de públicos e das transformações culturais, tecnológicas e mercadológicas do cinema (VIEIRA in: BRUM; BRANDÃO, 2021: 07).

Essa empreitada transdisciplinar permite aproximações com os questionamentos formulados por Thomas Elsaesser, em quase trinta anos de pesquisas e revisões bibliográficas, que buscam estabelecer bases para uma perspectiva arqueológica e, assim, compreender o cinema dentro de um contexto mais amplo. Desafiando a lógica do processo evolutivo, o autor nos convida a refletir para além da ideia de uma linha reta temporal que transcorra uniformemente dos primórdios do 35 mm até a era digital.

Nenhuma mídia substitui outra, ou simplesmente suplanta a anterior. No momento atual, o cinema, a TV, as mídias digitais existem lado a lado, alimentando-se e sendo cada vez mais interdependentes, sem dúvida, mas também sendo ainda claramente distintas e até hierarquicamente posicionadas, em termos de prestígio cultural, função econômica e prazeres espectatoriais (ELSAESSER, 2018: 95).

Dessa forma, analisar a longevidade do Cine Globo considerando essa interdependência entre as inúmeras mídias, como proposto por Elsaesser, é um caminho para compreender a permanência deste objeto anacrônico, mas sem fixar o olhar de forma reducionista e que considere somente a evolução da tecnologia. Como aceitar a existência do cinema em Três Passos em plena era do *streaming*?

O ANACRÔNICO CINE GLOBO EM 3D

Funcionando desde 1945 num casarão alugado e adaptado à projeção cinematográfica, o Cine Globo só ganharia endereço definitivo em 1955, com a construção da edificação projetada pelos Levy para abrigar o principal empreendimento da família. No início, o negócio viveu os anos dourados das filas que dobravam a esquina para depois se deparar com o anúncio do inevitável fim a cada nova tecnologia que surgia. As ameaças foram se sucedendo: televisão, videocassete, DVD, TV à cabo e com a internet chegaram os sites de compartilhamento de vídeo e as plataformas de filmes, dentro da chamada “Revolução Digital” que traria o fim do cinema como conhecemos (GAUDREAULT; MARION, 2016).

Por outro lado, a mesma tecnologia que é usada para justificar a falta de interesse por parte do público também foi uma das responsáveis pela sua manutenção ao longo do século XX. Se a televisão surge pequena e com imagens em preto e branco, o cinema explode em cores e expande a tela. Se o VHS, o DVD e depois a TV à cabo nos prendem em casa, uma revolução de efeitos digitais criam mundos apenas imaginados nos obrigando a ver e a sentir essa experiência na sala escura.

Até mesmo a internet entra nesse jogo quando empresas como a *Netflix* produzem e lançam filmes no cinema que depois serão incorporados à plataforma dando ao público a escolha de ver em casa ou na tela grande. Para aqueles que fogem das grandes produções hollywoodianas, a tecnologia digital permitiu que novas cinematografias emergissem tanto pelo barateamento da produção quanto por uma maior visibilidade via internet, TV fechada e mesmo com a exibição em festivais de curta-metragem – como o que ocorre em Três Passos desde 2014.

Um exemplo das mudanças hierárquicas e de prestígio cultural que perpassam a relação entre as mídias (ELSAESSER, 2018) pode ser observado após a entrada do *home video* no Brasil. Na década de 1980, a febre das videolocadoras chega com força na cidade impactando negativamente a bilheteria do Cine Globo, mas com o passar dos anos, apenas uma, entre as dezenas de lojas, segue aberta. Datando de 1986 e localizada quase ao lado do cinema, a Game Mania Multimarcas⁴¹⁶ começa as atividades como locadora de vídeo, a seguir passa a incorporar o aluguel de videogames e agora se define como cafeteria que tem “presentes originais, decoração, livros, filmes, ciclismo, cyber café. Lazer e cultura num ambiente especialmente pensado para você”. O acervo restante, de DVD e Blu-ray, está à venda e não é mais alugado.

Sem a mudança no perfil e a oferta de outros produtos para atrair mais clientes, o empreendimento não teria sobrevivido nesta última década, quando o ato de alugar filmes físicos perdeu espaço para os sites de compartilhamento e para os serviços de *streaming*. O Cine Globo não precisou alterar sua função econômica, mas a gestão se tornou mais

⁴¹⁶ A Game Mania Multimarcas: <<https://game-mania-multimarcas.negocio.site/>>. Acesso em 14/11/2022.

eficiente em decorrência da incorporação de novas tecnologias e, principalmente, com a entrada dos projetores digitais em 2015.

O parque exibidor nacional enfrentava um dilema, no início da década de 2010, com o anunciado fim da comercialização dos filmes em película, capitaneado pelas grandes empresas norte-americanas que apostavam na digitalização da produção, distribuição e exibição da indústria cinematográfica mundial (FREIRE; TORRES, 2011). Em 2014, quando os Levy realizaram o pedido de importação de três projetores DLP-Barco DP2K, que seriam instalados nos cinemas geridos pela família, a Ancine calculava que apenas 57% das salas no Brasil estavam operando com o sistema digital e demonstrava preocupação com o atraso do país em relação ao resto do mundo.

Mesmo que a entrada do sistema digital não tenha configurado a esperada revolução apontada no fim do século XX, com a percepção de que o cinema mudou para permanecer igual (GAUDREAU; MARION, 2016), em *Três Passos*, Roberto Levy⁴¹⁷, da segunda geração de administradores, via com bons olhos a passagem da película para o digital. Após mais de quatro décadas atuando como programador, ele entendia bem as dificuldades de gerir uma sala no interior do Brasil.

Antes do sistema digital, os exibidores precisavam esperar pela boa vontade das empresas distribuidoras para terem acesso a um limitado número de cópias em 35 mm. Os aguardados lançamentos eram exibidos nas capitais, passando das principais salas aos cinemas de bairro, para depois percorrerem o circuito no restante do país. A cópia em película de um filme normalmente levava meses para chegar às cidades do interior, como *Três Passos*. Em alguns casos, as locadoras recebiam o filme até mesmo antes da estreia no Cine Globo. Com a introdução do DVD, o arquivo tinha a opção do áudio original com legendas ou dublado, já a cópia em película que chegava ao cinema era ou dublada ou legendada, reduzindo a opção de escolha por parte do público.

Para além de esperar a liberação dos filmes nas capitais, outra constante preocupação para Roberto eram os atrasos no transporte do material. Partindo de Porto Alegre, as latas enviadas pelas distribuidoras, pesando até trinta quilos, seguiam viagem

⁴¹⁷ Entrevista com Roberto Levy realizada em novembro de 2015, pela equipe do documentário *Cine Globo: uma vida de cinema*, em fase de finalização e de produção deste autor.

nos bagageiros dos ônibus intermunicipais com destino ao interior do estado. Seja por erro de despacho ou descuido dos motoristas, por diversas vezes a encomenda era deixada em rodoviárias de outras cidades, obrigando os Levy a irem procurar o filme perdido, o que poderia acarretar em prejuízo com a suspensão da sessão do dia. Qualquer atraso já colocava o cronograma em risco porque não bastava simplesmente pegar e exibir o filme.

A película era enviada cortada em partes, em rolos menores, a depender da duração do filme, que em geral variava entre setenta e noventa minutos, o que dava entre sete a oito latas. Naquela época, um profissional experiente levava duas horas para montar, emendar e revisar um longa-metragem para exibição. Como o material iria seguir viagem, era preciso fazer o procedimento inverso, desmontando tudo para recolocar nas latas, gastando mais duas horas de trabalho. Esse processo era feito em todas as sessões quando havia a troca no título exibido.

A qualidade física das películas também tirava o sono de Roberto, já que nem sempre os projetionistas das outras praças tinham o cuidado de fazer boas emendas ou de cuidar da manutenção para que o projetor não “mastigasse” e estragasse a película durante a exibição. Muitas cenas foram prejudicadas pelos cortes excessivos na película entre a montagem e desmontagem entre um cinema e outro. No escurinho da sala, a audiência reclamava.

Com um público cada vez mais exigente, acostumado a assistir televisão no conforto de casa e com acesso à internet, as poltronas vazias do Cine Globo ditaram o ritmo dos últimos dias da exibição em película em Três Passos. A primeira sessão em 3D na cidade aconteceu em 1º de dezembro de 2015, com casa lotada. Muitos moradores jamais haviam visto uma projeção em 3D e as filas se seguiram nas semanas seguintes, mas não foi só pela novidade que o projetor digital se tornou um grande aliado dos Levy.

Se antes a película demandava tempo e paciência do projetionista, no sistema digital escolhido para operar na rede Cine Globo Cinemas esse trabalho foi consideravelmente reduzido. Os filmes ainda são enviados por transporte rodoviário, com um menor custo de frete, sendo que um HD não pesa mais do que dois quilos, mas dispensa o processo de montagem. O HD é inserido no computador que controla o projetor digital e o funcionário seleciona o que pretende copiar. O arquivo contendo um longa-

metragem varia entre 700 e 800 Gb e demora mais ou menos uma hora para estar disponível para exibição. A diferença é que uma vez iniciada a cópia, o funcionário só precisa verificar ao fim se não houve algum erro e pode realizar outras tarefas nesse intervalo. O sistema não é à prova de falhas e arquivos corrompidos podem travar a cópia, mas uma vez feito o processo, os erros são quase insignificantes se comparados à época do 35 mm.

A vantagem do sistema digital ainda se estende para outras áreas da gestão. Os atrasos e problemas de logística por parte das empresas transportadoras podem acontecer nos dias atuais, mas não é preciso esperar que o filme percorra todo o circuito exibidor nacional para depois aparecer em Três Passos. Atualmente, o Cine Globo pode exibir no mesmo dia de estreia qualquer lançamento que esteja em cartaz no Rio de Janeiro ou em Nova Iorque. Isso permite que a gestão aproveite a publicidade do estúdio e o material gerado pela imprensa especializada para a divulgação junto ao público nas redes sociais.

A depender da negociação com as exibidoras um mesmo HD pode conter dois ou mais filmes, agilizando todo o processo, diminuindo custos com frete e dando tranquilidade ao programador na hora de preparar as sessões. Os arquivos ainda possuem a opção com áudio original, legenda, áudio dublado e áudio-descrição para acessibilidade. Os trailers e cartazes que antes demoravam a chegar tanto quanto os rolos de película, agora são enviados com antecedência via internet ou já inseridos nos HDs.

Levy Filho⁴¹⁸, atual gestor e filho de Roberto, participou da transição do 35 mm para o Digital e não acredita que o cinema da família teria sobrevivido mais um ano com a exibição em película. Responsável pela programação das cinco salas da rede, incluindo a matriz em Três Passos, ele recorda que no passado não eram poucas as sessões que terminavam em prejuízo. Como a oferta de filmes não era grande, a mesma fita era exibida por duas ou três semanas até a chegada de um novo título, diluindo o público e levando a sessões com poucos ingressos vendidos. Os gastos para abrir a sala e projetar o filme eram

⁴¹⁸ Entrevista com Levy Filho realizada entre janeiro e fevereiro de 2020, durante trabalho de campo para a pesquisa da dissertação *Cine Globo de Três Passos: uma história de resistência*, defendida em setembro de 2022, dentro do mestrado acadêmico em Cinema e Audiovisual, no PPGCine/UFF, por este autor.

maiores do que o arrecadado em bilheteria, ocasionando um desequilíbrio no balanço financeiro mensal.

Por mais que os Levy não tivessem que arcar com o pagamento do aluguel, problema recorrente para muitos exibidores tanto na capital quanto no interior, a divisão da receita de bilheteria com as distribuidoras abocanhava 50% do valor do ingresso. O restante deveria cobrir todas as despesas de operação e ainda gerar lucro. O segundo maior gasto da gestão é com energia elétrica, já que tudo no cinema funciona dessa forma, desde o sistema de projeção, as pipoqueiras, geladeiras até uma infinidade de aparelhos de ar condicionado.

Na ponta do lápis, uma sessão com quatro ou cinco ingressos vendidos era prejuízo na certa. Entre as décadas de 2000 e de 2010, essa era a realidade de Três Passos nos anos finais do 35 mm. Mesmo diante do balanço negativo nas contas, Levy Filho diz que o pai projetava a fita para não desestimular o público que muitas vezes vinha de longe para assistir ao filme, mas algumas das sessões eram adiadas e o ingresso devolvido quando a plateia era formada por frequentadores conhecidos.

O Cine Globo ainda é a única opção para quem reside num raio de até oitenta quilômetros e que compreende 21 municípios. Se antes a preocupação era com salas vazias, agora a gestão usa a tecnologia para facilitar o acesso do público. Para evitar que as pessoas se desloquem de suas cidades e não consigam comprar ingresso, algo comum nos fins de semana em estreia de megaproduções, Levy Filho desenvolveu um aplicativo para celular onde é possível garantir o lugar na sala e também comprar pipoca, refrigerante ou qualquer item disponível no bar e na *bombonière*. Ter uma noção prévia de quantas pessoas estarão presentes em cada sessão permite um melhor aproveitamento das pipoqueiras evitando desperdício de matéria-prima e ofertando pipoca feita na hora para o público.

Outra mudança significativa possibilitada pelo sistema digital foi o aumento das sessões regulares e diárias. Desde os anos 2000, Roberto só abria a sala de quinta a domingo e com uma sessão apenas. Quando ele recebia alguma animação ou filme com perfil infantil, o que acontecia geralmente no período das férias escolares, era feita a matinê, no horário da tarde. Assim, a possibilidade de conseguir lucrar com o bar e com a

bilheteria era limitada aos fins de semana. Esse expediente não permitia a contratação de funcionários e a família se revezava para ajudar Roberto no dia a dia. Era um ciclo de crise: sem sessões não tinha como o cinema gerar lucro.

Desde 2015, com a implementação do Digital, Levy Filho programa quatro sessões de domingo a quinta-feira, às 14h, 16h, 18h e 21h e abre também uma sessão às 23h, na sexta e no sábado. Atualmente, o Cine Globo funciona todos os dias, desde o período da manhã até de noite e conta com um gerente e mais quatro funcionários que são responsáveis por toda a operação e manutenção da sala. O local abriga ainda o setor administrativo, instalado no segundo andar, onde estão a contabilidade, o marketing e de onde Levy Filho cuida da programação da rede.

Na reforma geral realizada em 2019, outra mudança tecnológica foi incorporada para diminuir os custos e otimizar os usos do edifício: a instalação de painéis de energia solar no telhado. Uma medida que praticamente zerou os gastos com energia elétrica e que hoje permite ao Cine Globo de Três Passos operar sem depender de aportes financeiros das outras unidades da rede para fechar o balanço anual no positivo – algo incomum em anos anteriores.

O uso da energia solar combinada com uma maior oferta de filmes, com a entrada do sistema digital, mantém o cinema aberto o dia inteiro, aumentando a possibilidade de lucro tanto na bilheteria quanto na venda de produtos da *bombonière*. Moradores e lojistas da região se acostumaram com o horário da pipoqueira, que começa a trabalhar de tarde antes das sessões, e mesmo que não entrem para ver o filme naquele instante, estão frequentemente no saguão olhando os cartazes enquanto esperam pela pipoca. Com essa estratégia, Levy Filho consegue atrair um público que nem sempre entrava no cinema.

É preciso destacar que a gestão de sete décadas dos Levy utilizou inúmeras estratégias ao longo dos anos para manter o negócio da família ativo e uma das principais é a formação continuada de plateia. Resgatando uma ideia do pai, Roberto, que vem desde a década de 1970, Levy Filho organiza sessões especiais para estudantes de escolas públicas e privadas, não só de Três Passos, como de toda a Região Ceileiro. Esse estratagema já estava em uso na época do 35 mm, mas com a entrada do Digital e a

instalação da energia solar, as sessões para escolas conseguiram se tornar também lucrativas.

Realizadas na parte da manhã, para não coincidir com a programação regular, as sessões especiais que antes aconteciam apenas nas semanas de datas festivas, como o Dia da Criança, agora ocupam praticamente o ano inteiro e com as escolas reservando datas com meses de antecedência. Se no passado o Cine Globo passava a maior parte do tempo com as portas fechadas, esperando pelo fim de semana, nos dias de hoje é raro ver o entorno do cinema sem movimentação. O bom resultado das sessões na parte da manhã, algumas começam às 9h, fizeram a gestão contratar um funcionário extra que não estava no planejamento inicial.

Para atrair os colégios da rede pública municipal e estadual, principal alvo neste caso, Levy Filho oferece ingressos acessíveis e pacotes com direito a pipoca, suco ou refrigerante – tudo previamente combinado com a direção ou coordenação responsável por levar os alunos. Em fevereiro de 2020, quando a pesquisa foi realizada, o valor do ingresso cheio era de R\$20,00, e o empresário cobrava R\$12,00 por um combo com a entrada, pipoca e refrigerante, ou seja, quase o preço da meia-entrada assegurada por lei. Os filmes que serão exibidos são escolhidos pelos estudantes em sintonia com as escolas.

Uma estratégia que aproxima crianças e jovens do ato de ver filme na tela grande e propicia a troca de saberes através das discussões propostas em sala de aula pelos professores. Para além do ganho cultural e educacional, a ação ainda consegue ser lucrativa devido à diminuição dos custos para manter as portas do cinema abertas. Uma mudança que só foi possível com o acesso a novas tecnologias.

Ações e estratégias voltadas para a formação de plateia e a consequente manutenção do histórico cinema não partem somente dos Levy. Criado em 1995, pela iniciativa de moradores insatisfeitos com a cena cultural na cidade, o Movimento Pró-Arte foi responsável pela reforma e expansão do palco do Cine Globo, onde foram realizadas diversas atividades culturais como peças de teatro, apresentações musicais e a criação de um cineclube. Depois de certa inatividade, o Pró-Arte foi rearticulado e seus integrantes são responsáveis pela gestão do Festival de Cinema de Três Passos (FCTP) que acontece desde 2014, sempre no mês de novembro, tendo como casa o Cine Globo.

Passado o período da pandemia Covid-19 que inviabilizou os eventos desde 2020, os organizadores confirmaram para 2023 a realização da sexta edição. Com entrada gratuita, o festival exhibe uma seleção de curtas-metragens nacionais e internacionais, além de abrigar a produção local que normalmente é feita pelas escolas da região. O FCTP ocupa o cinema por quase uma semana e a programação regular de filmes é interrompida. A curadoria do festival inclui sessões especiais para as escolas, na parte da manhã e de tarde, sempre com casa lotada, e a mostra competitiva é realizada à noite.

Mesmo sem a cobrança de ingresso, o festival consegue render ao Cine Globo quase o mesmo valor dos dias com a programação regular de filmes. O bar e a *bombonière* funcionam das 8h da manhã até quase meia-noite, vendendo todo tipo de produtos para além da tradicional pipoca como a camisa do festival, canecas de personagens da cultura pop e cerveja ou café – a depender do gosto do cliente.

Com o sucesso da primeira edição, em 2014, outras ações foram planejadas para intensificar o trabalho de formação de plateia e ocupar o cinema durante o restante do ano. O *#Cidade Cinematográfica* e a *Oficina Mãos à obra* são desdobramentos dessas ideias e contam com a participação de cineastas de outras regiões do Rio Grande do Sul, e até mesmo de outros estados, que se encantaram com as possibilidades que a cidade oferece por manter um cinema tradicional de calçada ainda vivo após tantos anos.

Os Levy são entusiastas dessas iniciativas, mas sem um equilíbrio financeiro essas ações dificilmente sairiam do papel, já que todo negócio visa o lucro para conseguir manter as contas no azul e em funcionamento. Com o bom retorno por parte do público naquele ano e com a queda nos custos de operação, o Cine Globo abriu suas portas para o projeto idealizado pela professora Deca Maria Krugel. Em 13 de novembro de 2019, com entrada gratuita, o *Dia da Família no Cinema* uniu pais e filhos para assistirem as produções realizadas pelas crianças da escola municipal onde Deca dá aulas na disciplina de Língua Portuguesa enquanto inspira seus alunos a sonharem com a Sétima Arte. É o futuro do cinema em Três Passos sendo escrito através da tecnologia que um dia será a responsável por seu inevitável fim. Ou não?

O CINE GLOBO E O FUTURO

Apesar da grave crise financeira acarretada pelo fechamento das salas da rede durante o período pandêmico, os Levy seguem o processo de expansão da marca. Em 2021, o quinto cinema do grupo foi aberto em Cruz Alta⁴¹⁹ e desde 2018 existe o projeto para a construção de uma nova filial. Levy Filho pretende erguer um cinema partindo da fundação da mesma forma que o avô fez em 1955.

O Cine Globo de Ijuí⁴²⁰, cidade distante 122 quilômetros de Três Passos, está sendo construído em terreno adquirido pela família, e terá duas salas de exibição, bar, restaurante, um espaço para crianças e estacionamento próprio. Mesmo com os atrasos no cronograma inicial, as obras foram retomadas esse ano e a inauguração está prevista para acontecer em agosto de 2023.

Enquanto os poucos cinemas de rua do Rio de Janeiro estão correndo o risco de extinção, casos do Grupo Estação e do Cine Roxy, no interior do Rio Grande do Sul os Levy não só irão abrir uma nova filial como planejam manter o Cine Globo de Três Passos aberto por pelo menos mais duas gerações. Uma aposta arriscada que já dura setenta e sete anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEN, Robert C.; GOMERY, Douglas. *Film History: Theory and Practice*. New York: Knopf, 1985.

ALLEN, Robert C. "From Exhibition to Reception: Reflections on the Audience in Film History." *Screen* (London) 31.4 (1990): 347–356.

⁴¹⁹ Cruz Alta possui 59.561 habitantes segundo dados do IBGE de 2021. <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/cruz-alta.html>>. Acesso em 14/11/2022.

⁴²⁰ Ijuí possui 84.401 habitantes segundo dados do IBGE de 2021. <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/ijui.html>>. Acesso em 14/11/2022.

ELSAESSER, Thomas. Cinema como arqueologia das mídias. São Paulo: Sesc, 2018.

FERRAZ, Talitha. A memória da ida ao cinema e a mobilização das audiências no caso do Cine Belas Artes. In: 26° Encontro Nacional da Compós, 2017, São Paulo. *Anais...*

FREIRE, Rafael de Luna; TORRES, Rodrigo Rodrigues. A conversão para a projeção cinematográfica digital: Estudo de caso de três cinemas do Rio de Janeiro. *Cambiassú (UFMA)*, v. 19, p. 166-183, 2011.

GAUDREAULT, André; MARION, Philippe. O fim do cinema? Uma mídia em crise na era digital / André Gaudreault, Philippe Marion; tradução Christian Pierre Kasper. - Campinas, SP Papirus. 2016.

GONÇALVES CABRERA, L. M.; BRANDÃO, R.; EBERT, S. Mapeamento das pesquisas sobre salas de cinema nos cursos de pós-graduação stricto sensu do Estado do Rio de Janeiro. *Faces da História*, v. 9, n. 1, p. 196-219, 27 jun. 2022.

GONZAGA, Alice. Palácios e poeiras: 100 anos de cinemas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Funarte; Record, 1996.

MALTBY, Richard. New Cinema Histories. In: MALTBY, Richard; BILTEREYST, Daniël; MEERS, Philippe (orgs.). *Explorations in New Cinema History: approaches and case studies*. Oxford: Blackwell Publishing, 2011.

VIEIRA, João Luiz. Prefácio. In: BRUM, Alessandra; BRANDÃO, Ryan (orgs.). Histórias de cinemas de rua em Minas Gerais. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021.

ZANELLA, Cristiano. The end: cinemas de calçada em Porto Alegre (1990-2005). Porto Alegre: Ideias a Granel, 2006.

Simpósios Temáticos: Golpes na América Latina: revisitando as ditaduras da segunda metade do século XX

O Terror de Estado e seus desdobramentos na literatura de autoficção: as abordagens de *Em câmara lenta* e *Tejas Verdes* em sala de aula

Marcos Vinicius Ferreira Trindade⁴²¹

RESUMO: A partir da afirmação de Paul Ricoeur (2010), que aponta para a reconstrução da realidade conforme a experiência humana no tempo, utilizamos como base para este trabalho os relatos autoficcionais *Em câmara lenta*, do brasileiro Renato Tapajós e *Tejas Verdes*, do chileno Hernán Valdés para analisar o Terror de Estado promovido pelas ditaduras brasileira e chilena. Com o uso da escrita que narra acontecimentos vivenciados e reconstruídos a partir das experiências, inclusive as posteriores a determinado evento, do ponto de vista teórico-metodológico, nosso trabalho explora a relação entre história e literatura, suas contribuições para a abordagem das memórias das ditaduras brasileira e chilena em sala de aula por meio de seu tema mais controverso, no caso, o uso indiscriminado e sistemático da violência e formas de estruturação sistemática do *terror* enquanto violência política.

PALAVRAS-CHAVE: Terror de Estado. História e Literatura de Autoficção. Ensino de História. Resistência Cultural.

ABSTRACT: Based on the statement by Paul Ricoeur (2010), which points to the reconstruction of reality according to the human experience in time, we used as a basis for this work the self-fictional reports *Em Câmara Slow*, by the Brazilian Renato Tapajós and *Tejas Verdes*, by the Chilean Hernán Valdés to analyze the State Terror promoted by

⁴²¹ Aluno de Doutorado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST/UEMA). Mestre em História pela mesma instituição. Especialista em Metodologia do Ensino Superior (CEMES/UFMA). Licenciado em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

E-mail: marcostrinde@gmail.com.

the Brazilian and Chilean dictatorships. With the use of writing that narrates events experienced and reconstructed from experiences, including those after a certain event, from a theoretical-methodological point of view, our work explores the relationship between history and literature, their contributions to the approach of memories of dictatorships Brazilian and Chilean in the classroom through its most controversial theme, in this case, the indiscriminate and systematic use of violence and forms of systematic structuring of terror as political violence.

KEYWORDS: State Terror. History and Literature of Autofiction. History Teaching. Cultural Resistance.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

É recorrente relação entre literatura e violência observada pelas análise de textos que se alicerçam no testemunho (DE MARCO, 2004), tais como as obras *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós e *Tejas Verdes*, de Hernán Valdés que destaca-se o uso indiscriminado da violência pelo regime como parte da estratégia de manutenção do poder imposta por militares. Além dessa característica, esse tipo de narrativa literária configura-se da seguinte maneira:

Ela supõe o encontro de dois narradores e estrutura-se sobre um processo explícito de mediação que comporta os seguintes elementos: o editor/organizador elabora o discurso de um outro; este outro é um excluído das esferas de poder e saber na sociedade; este outro é representativo de um amplo segmento social ou de uma comunidade e, portanto, por sua história ser comum a muitos, ela é exemplar. Por serem estes seus pilares de estruturação, são considerados “pré-textos” os testemunhos imediatos – depoimentos, cartas, diários, memórias, autobiografias – bem como outros discursos não ficcionais – biografias, testemunhos etnográficos e historiográficos. Do convívio, no livro, de dois discursos – o do editor e o da testemunha – brotariam as tensões que configurariam o perfil literário do texto (DE MARCO, 2004: 47).

Entendemos que o resgate de textos autoficcionais analisados nesse estudo, também constituem uma forma de problematizar tais testemunhos por meio da explicação

dos interesses dos narradores em estruturar suas percepções através da memória de eventos violentos que desencadearam o Terror de Estado⁴²².

Assim, os historiadores que se debruçam sobre esse gênero literário tornam-se:

[...] agentes do luto social, aqueles que expõem o sangue derramado e o cheiro de carne calcinada para que se clame novamente contra a injustiça e o crime produzidos. A história deve ser o trabalho com o trauma para que ele deixe de alimentar a paralisia [...] e possa levar à ação, à criação, à invenção, à afirmação da vida naquilo que ela tem de beleza (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012: 65-66).

Com o intuito de compreender o lugar da memória na elaboração do texto literário e este como fonte da história, observamos certas diferenças:

O perfil do texto literário seria a constituição do objeto livro como resultado do encontro entre um narrador “de ofício” e um narrador que não integra os espaços de produção de conhecimento considerados legítimos, mas cuja experiência, ao ser contada e registrada, constitui um novo saber que modifica o conhecimento sobre a sociedade até então produzido. Desenha-se o testemunho com traços fortes de compromisso político: o letrado teria a função de recolher a voz do subalterno, do marginalizado, para viabilizar uma crítica e um contraponto à “história oficial”, isto é, à versão hegemônica da História. O letrado – editor/organizador do texto – é solidário e deve reproduzir fielmente o discurso do outro; este se legitima por ser representativo de uma classe, uma comunidade ou um segmento social amplo e oprimido (DE MARCO, 2004: 46).

Assim, a memória traz a possibilidade de compreensão de eventos traumáticos que reverberam nesse tipo de literatura, entendendo sua relevância para analisar determinados grupos, pois os textos literários se revelam “diferentes para cada pessoa, e diferente para a mesma pessoa em vários momentos de sua vida” (BETTELHEIM, 1980: 21).

⁴²² Para Padrós (2008) o Terror de Estado é uma estrutura que domina e disciplina de acordo com as necessidades dos golpistas. Para tanto, utiliza, sem controle, uma lógica de disseminação de terror a qualquer movimento contrário à ditadura instaurada, ultrapassando os limites democráticos com o intuito de eliminar as ameaças subversivas e padronizar o comportamento político das pessoas em face a obediência necessária para manter os militares no poder.

É importante ressaltar que a cada leitura o texto pode ter um significado diferente. Destarte, a autoficção recria, remodela por meio da experiência memorialística, a questão do trauma vivenciado. Todavia, há que ter cuidado para não tomar o testemunho como realidade, mas sim percebê-lo como meio que abre margem para se entender a representação, conforme sugere Márcio Seligmann-Silva:

Nesse gênero, a obra é vista tradicionalmente como a representação de uma “cena”. Mas qual é a modalidade dessa representação? Certamente não podemos mais aceitar o seu modelo positivista. O testemunho escrito ou falado, sobretudo quando se trata do testemunho de uma cena violenta, de um acidente ou de uma guerra, nunca deve ser compreendido como uma descrição “realista” do ocorrido (SELIGMANN-SILVA, 1998: 10).

Fronteiras são quebradas quando tomamos a literatura como fonte para o estudo histórico, visto que o registro ficcional é observado a verossimilhança entre texto e contexto, resgatando na memória as particularidades de determinado momento histórico e social e que cria condições de desenvolvimento do homem. O testemunho, portanto, resulta do processo social regido pela especificidade do gênero.

O historiador precisa, dessa maneira, perceber as dimensões construídas pela representação deste tipo de gênero, observando a elaboração do texto e suas questões a fim de problematizá-las e dar sentido à produção do conhecimento histórico e da historiografia com esse tipo de fonte, visto que “o testemunho, por excelência, é feito/dado/produzido/elaborado pelo sobrevivente. Há, igualmente, os testemunhos de terceiros e de solidários” (SALGUEIRO, 2012: 285).

Por ser elemento integrante ao campo da memória e esta percebida como “uma faculdade humana essencial” (MICELI; MYERS, 2019: 10), podemos analisar um evento traumático por meio de características comuns ao gênero:

- (1) o registro em primeira pessoa;
- (2) um compromisso com a sinceridade do relato;
- (3) um desejo de justiça;
- (4) a vontade de resistência;

- (5) abalo da hegemonia do valor estético sobre o valor ético;
- (6) a apresentação de um evento coletivo;
- (7) presença do trauma;
- (8) rancor e ressentimento;
- (9) vínculo estreito com a história;
- (10) sentimento de vergonha pelas humilhações e pela animalização sofridas;
- (11) sentimento de culpa por ter sobrevivido;
- (12) esta impossibilidade radical de re-apresentação do vivido/sofrido é tema contínuo dos testemunhos (SALGUEIRO, 2012: 292-293).

Percebemos que as características elencadas anteriormente são vistas nas obras de análise desse estudo, principalmente o item (3) que se refere à obra *Em câmera lenta* e o item (7) presente em *Tejas Verdes*. Nesta relação entre memória, testemunho e autoficção vemos a construção de certa imagem que o narrador propõe, pois a significação e compreensão das ideias se configura na intencionalidade do autor ao produzir um texto.

Além disso, alguns procedimentos são necessários, visto que, como vimos anteriormente existem características do gênero. Esses procedimentos correspondem à compreensão de que a autoficção não deve ser vista de forma única, mas que precisa ser coerente e compreensível para os leitores. Os procedimentos são:

[...] a fragmentação, a exposição da prevalência da forma, a pluralidade de vozes, a justaposição de imagens ou pontos de vista, a ruptura com a ilusão realista, os ensaios de representação dos movimentos psíquicos, o amálgama de diferentes linguagens etc. Nestes vários procedimentos pulsam uma aversão à linearidade ou à referencialidade e uma tendência a representar a crise da noção de sujeito no mundo da automação, da técnica e dos meios de comunicação de massas (DE MARCO, 2004: 61).

Desse modo, colocar os relatos de Tapajós e Valdés em discussão nas salas de aula da Educação Básica segue não só o compromisso do professor em oportunizar a autoficção como documento, mas também faz com que os alunos entendam o terror, aqui percebido como característica dos períodos ditatoriais do continente americano, traduzido na escrita o vivido que não podia ser dito.

AS REPRESENTAÇÕES DO TERROR DE ESTADO NAS OBRAS

Publicada em 1977, *Em câmara lenta*¹² é a primeira obra lançada a ser escrita por alguém que participou da luta armada no Brasil (REIMÃO, 2009). O paraense Renato Tapajós aos 34 anos de idade em parceria com a Alfa-Omega, editora de oposição aos militares, apresentou ao público suas reflexões sobre seus dias na prisão.

Em câmara lenta está dividido em 63 partes que enfatizam, simultaneamente, a repressão e a violência do Estado e detalham o funcionamento das ações das “organizações de esquerda contra as forças militares e de extrema-direita” (MACHADO, 1981: 74). O enredo da obra parte do narrador (um guerrilheiro preso às suas memórias) que revela o aprisionamento, tortura e morte de sua companheira, apresentada pelo (pro)nome *Ela*.

A obra não é tomada pela linearidade, sugerindo que o texto se organiza através das memórias e dos lapsos de memória do autor, observado, por exemplo, pela repetição do episódio do aprisionamento de *Ela*. Desse modo, a narrativa demonstra como os efeitos da tortura advindos da repressão militar podem se comportar na psique do indivíduo, como pode ser notado pela fala do narrador:

Me recuso a desertar, me recuso a recuar, me recuso a parar, a trair por um momento que seja essa confiança, essa herança que ela e os outros deixaram. Eu sei que o meu gesto não levará a nada porque o que levará a alguma coisa está sendo feito por outros e eu lamento muito, mas não posso acompanhar esses outros porque estou marcado pelo sangue, marcado pelo compromisso de ser fiel aos que acreditaram como eu e talvez eu seja o último daqueles que começaram isso e por isso irei até o fim, qualquer fim (TAPAJÓS, 1979: 174).

Baseado na ideia de absorção do terror, Tapajós configura a incredulidade como mecanismo em sua obra, marcando a impossibilidade de compreender todas as atrocidades cometidas e permeado pela autocrítica acerca dos posicionamentos e estratégias dos grupos de esquerda armada. O autor empenha-se para que a obra constitua um testemunho do período através da incorporação dos lapsos de memória do narrador

É tarde. Essa expressão por muitas vezes é repetida ao longo do texto de Tapajós, enaltecendo a melancolia e a descrença do narrador em algo positivo no futuro, sem nada que se possa fazer, uma vez que “acabou o passado e acabou o futuro e existe apenas uma esquina a ser transposta. O ódio se transformou numa decisão fria e o cérebro é apenas uma máquina para registrar imagens e ordenar movimentos” (TAPAJÓS, 1979: 175), como se a culpa pela perda da companheira fosse durar ainda por um longo período.

A culpa aqui não se dá somente pela morte de Ela, como também pelo sentimento de fracasso do narrador no momento em que os participantes do movimento não conseguem estabelecer a guerrilha rural na Amazônia. O narrador carrega um sentimento de responsabilidade pela derrota e morte de alguns militantes.

Como é que eu vou recuar com todos os olhos, com todos os rostos, com todas as lembranças dos mortos olhando para mim e os meus companheiros, os que vão morrer continuando? Como é que eu posso desertar da luta inútil quando por ela morreram tantos e ela também morreu? Porque isso ou sair do país é desertar, é largar os outros no fogo e procurar um caminho certo quando os outros estão morrendo. Porque o meu compromisso é com os mortos e com os que vão morrer. E mesmo errado esse é o único compromisso que existe e se eu parar, recuar ou sair do país eu vou ficar o tempo todo vendo os rostos como acusações daqueles que acreditaram e não poderei aprender nada nem fazer nada certo porque cada gesto será um abandono daqueles que são meus, um abandono dela, da lembrança dela, da herança dela, essa única herança de sangue, sacrifício e desespero (TAPAJÓS, 1979: 160).

Quando o narrador sugere a ideia de “luta inútil”, observamos que há na expressão uma percepção da derrota e, ao mesmo tempo, da insistência de parte dos guerrilheiros em continuarem mobilizados, resistindo. Essa dualidade se configura na certeza que mesmo com tensões sofridas pelos grupos de guerrilha e o temor, a única saída é não se manter inerte, pois a lembrança daqueles que tiveram um fim trágico em meio à luta fortalece o andamento das ações.

Percebemos aqui a preocupação do narrador com a insistência em se manter no grupo guerrilheiro mesmo desacreditado, pois esse é o ideal ético do guerrilheiro. Mesmo com sua desorientação em relação a sua permanência na luta armada, declara continuar porque havia firmado um compromisso com seus companheiros que morreram lutando e,

nesse quesito, o sentido coletivo ultrapassou a individualidade e a subjetividade do sujeito.

As mortes dos companheiros serviram para que o narrador sobrevivesse e, contar as histórias de cada um daqueles que se foram era entendido como uma forma de valorizar a luta, a resistência política. Deste modo, o itinerário vivenciado pelo narrador, ora presente, ora onipresente, narrando as mortes com detalhes, faz com que se perceba as nuances da construção dos personagens.

Portanto, os personagens de Renato Tapajós trazem, em essência, um jogo de mistério, levando o leitor a se indagar com qual parte da narrativa a ficção aparece ou se a realidade se sobressai no texto. As representações da violência do terror de Estado e seus efeitos sobre as organizações de resistência, conforme foram construídas na narrativa de *Em câmara lenta*, permitem assim, como demonstraremos, uma abordagem complexificada da repressão imposta pela Ditadura Empresarial-Militar brasileira⁴²³ sobre seus opositores.

Em paralelo, *Tejas Verdes*, de Hernán Valdés, publicado em 1978, traz a necessidade do testemunho e da denúncia da experiência do Terror de Estado ao relatar a tortura vivenciada e as incertezas sobre si que surgiram após ser confundido com o líder do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR)* e passar 30 dias no campo de concentração que nomeia o livro. Em seu contexto, percebemos a segunda metade do século XX, marcada pela implantação de ditaduras na América Latina com o Terror de Estado exercendo um mecanismo de controle social, político e cultural.

⁴²³ Ante o confronto historiográfico existente sobre a nomenclatura utilizada para referenciar o Golpe de 1964, adotamos a vertente que apresenta, no caso brasileiro, o golpe e o regime como Empresarial-Militar, formulada por René Dreifuss. Para o historiador, no momento em que o governo de João Goulart foi destituído, a articulação de grupos civis como representantes da elite orgânica (termo cunhado por René Dreifuss com base no conceito gramsciano) foi determinante, uma vez que estavam organizados no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), de tal forma que conduziam tanto os interesses conservadores dos civis envolvidos quanto dos militares. Entendemos assim que essa parcela de classe (tecnocratas, empresários e intelectuais) trabalhava em prol da hegemonia e do controle de seu projeto político, desestabilizando o Presidente eleito democraticamente, estando aliados ao capital multinacional/associado e recebendo a relevante ajuda dos Estados Unidos como financiador do IPES, além da ocupação da classe empresarial e também por militares em cargos relevantes do complexo IPES/IBAD.

Assim sendo, por meio de textos de autoficção, podemos trabalhar em sala de aula as características do ambiente de medo, resultante das recorrentes práticas de sequestros, torturas, desaparecimentos, aprisionamentos em campos de concentração, prisões, exílios e assassinatos planejados e realizados por órgãos estatais. Esse tipo de literatura é pautada na liberdade da escrita de cada autor, colocam em evidência o eu como alicerce. Por autoficção entendemos:

(...) uma prática literária pós-moderna de **ficcionalização de si** e de mergulho introspectivo no eu, em que o autor estabelece um **pacto ambíguo** com o leitor, ao eliminar a linha divisória entre fato/ficção, verdade/mentira, real/imaginário, vida/obra, etc. O modo composicional da autoficção é caracterizado pela **fragmentação**, ou seja, o autor não quer dar conta da história linear e total da sua vida (e nem acredita mais nessa possibilidade). O movimento da autoficção é da obra para a vida (e não da vida para a obra, como na autobiografia), o que valoriza e potencializa o texto enquanto linguagem criadora. Também é importante considerar o **tempo presente** da narrativa, que, assim como o estilo lírico, é marcado pela recordação, isto é, o autor rememora fatos passados, mas que marcam, no presente, alguma emoção que precisa ser compartilhada através da escritura (FAEDRICH, 2014, p. 181. Grifos da autora).

Dessa maneira, temos acesso às perspectivas desenhadas pelo autor, que é o protagonista da história, por conseguinte atrelando a memória à sua experiência revisitada, tornando-a assim, como a ponte entre a caneta e o papel, entre o passado e o presente. No caso do uso de *Em câmara lenta* e *Tejas Verdes* em sala de aula, mais do que representar o terror, busca-se a propagação da experiência vivenciada, de modo que possa reinventar a dor em testemunho.

Hernán Valdés sinaliza que os acontecimentos vivenciados são reconstruídos a partir das experiências posteriores, tal como nos ensina Paul Ricoeur, ao afirmar que a realidade será reconstruída conforme a experiência humana no tempo (RICOEUR, 2010). Vejamos um exemplo de desespero na fala do autor-personagem com as arbitrariedades promovidas pelos militares:

Eu me pergunto novamente se alguém notou minha prisão. Nesse caso, para que serviria? Nenhum vizinho sabe nada sobre minha vida privada. Quem eles poderiam notificar? Minha única esperança é que Eva, por qualquer motivo, volte ao apartamento. Ainda procurando alguma

coisa, ela tem quase todas as suas roupas, seus objetos, seus livros, as louças que trouxe há dois anos. Ou por curiosidade, para ver como vai minha vida sem ela. Mas não sei em que estado saíram da casa, que sinais visíveis ficaram da minha prisão. Talvez um pouco mais bagunçado do que o normal, depois do desaparecimento de Elsa. Sim, todos eles desapareceram (VALDÉS, 1978: 24).

Somado à violência organizada, o Terror de Estado também estruturou-se por meio da censura que impediu a circulação de informações específicas e justificou condutas violentas dos militares. Com a alienação, o status quo manteve-se e a repressão foi reforçada e institucionalizada. Por esta razão é imprescindível trabalhar nas aulas de história da Educação Básica a Comissão Nacional de Reparação e Conciliação do Chile em paralelo com a obra de Hernán Valdés.

Ao trabalhar com a memória e com o testemunho, fabrica-se possibilidades de fuga ao Terror, na tentativa de escolher o que deve ser lembrado dentro desse território em disputa e com a narrativa delimitando espaços de memória:

Falar daqui de tudo isso como uma realidade desaparecida, como de uma situação histórica única dilapidada pelo medo, soa como um pesadelo; mas ainda mais reconhecemos a nós, na medida em que falamos como sobreviventes dessa realidade. Porque se alguma vez conseguirmos sair daqui, o que seremos se não? Na melhor das hipóteses, indivíduos isolados, ocupando-nos obscuramente para manter nossas vidas. Melancólico do que não sabíamos fazer com a história (VALDÉS, 1978: 84-85).

A literatura de autoficção intermediando a elaboração do saber histórico faz com que o processo de ensino-aprendizagem induza à reflexão sobre como as linguagens estão diretamente ligadas à história, pois fornece um conjunto variado e multifacetado de elementos políticos e culturais que, quando bem articulado à prática do ensino de história, contribuem para o conhecimento e problematização qualificada de determinados temas. No entanto, o manuseio dos textos literários pelos professores de história representa o enfrentamento de desafios que envolvem desde a formação docente até as condições para sua atuação profissional nas escolas.

Ao levar em consideração que a discussão tem que ser contextualizada para promover a construção tanto do conhecimento histórico quanto dos espaços de memória e, percebendo que a literatura de autoficção também reverbera em seus escritos as experiências individuais e coletivas da ação humana, os registros passam a ter dimensões que propiciam condições para o desenvolvimento da consciência, desde que se tenha a visão da literatura como algo que transcende e se converte em interação mútua com o aspecto histórico abordado.

De qualquer maneira, a contextualização traz a interação provocativa entre narrativa histórica e o teor testemunhal do texto literário e organiza um espaço de interpretação que possibilita ampliar a discussão sobre eventos traumáticos, constituindo a memória coletiva e redimensionando e reestruturando o conceito de testemunhar, não mais visto como algo indizível, mas como uma experiência vital para o homem.

Com o atual debate acerca do lugar da escola, principalmente na função das disciplinas de Ciências Humanas para a construção social dos indivíduos, necessário se faz repensar o ensino de história de forma que considere os conteúdos, aqueles que geralmente são expostos de forma fixa e sem preponderar as vivências e tradições dos alunos.

Se ainda no ensino de história é predominante a linearidade da história tradicional e aspectos eurocêntricos, reforçados pelos livros didáticos e estrutura curriculares dos estabelecimentos de ensino, muito há que ser feito para problematizar e fazer com que os discentes relacionem seu cotidiano com os assuntos abordados nas aulas de história. Assim, a relação entre história e literatura de autoficção permite que o aluno se perceba como participante, agente e produtor do conhecimento histórico.

Para que ocorra essa ruptura é necessário que o professor de história também se posicione ante ao cenário de desprestígio social da disciplina e desempenhe sua função social de mediar a relação entre a disciplina e os alunos, uma vez que “a História tem como papel central a formação da consciência histórica dos homens, possibilitando a construção de identidades, a elucidação do vivido, a intervenção social e a praxes individual e coletiva” (FONSECA, 2003: 89). A escolha e seleção dos conteúdos constitui

uma tarefa complexa para os docentes, pois se torna uma tomada de posicionamento, que visa atender diferentes demandas.

Corroboramos, assim, com o pensamento de Bittencourt ao entender que “a escolha dos materiais depende, portanto, de nossas concepções sobre o conhecimento, de como o aluno vai apreendê-lo e do tipo de formação que estamos oferecendo” (BITTENCOURT, 2008: 299). Dessa forma eleger qualquer material didático por parte do professor de história parte da premissa deste se posicionar politicamente a fim de construir o senso de criticidade dos alunos.

Sendo assim, é perceptível a necessidade de propiciar ao estudante da Educação Básica diversos instrumentos para a discussão de um tema tão essencial quanto as ditaduras no continente americano e por esta razão partilhamos da compreensão de que a literatura assume também a possibilidade de ser um ferramenta pedagógica. É importante ressaltar que ao se intensificar a interdisciplinaridade durante o processo de ensino-aprendizagem, resulta, segundo Heloísa Lück (1994: 20) numa “forma de superar tal fragmentação” dos conteúdos.

O conhecimento histórico é construído também pelas experiências e o uso da literatura ao ser incorporado nas aulas de história da Educação Básica tem por objetivo constituir uma perspectiva de análise para entender a dimensão humana, não só como instrumento de utilização de novas metodologias, mas também como difusor de reflexões para o fortalecimento da criticidade do processo de ensino-aprendizagem.

Assim, a narrativa literária é um caminho proposto para que o aluno, diante de uma metodologia que não é tão usual, esteja apto para a construção de saberes históricos, oportunizando o entendimento da categoria literacia histórica desenvolvida por Peter Lee. A aproximação entre história e literatura, utilizando a categoria representação para se analisar a realidade por meio das narrativas literárias, entende que vivências e experiências são retratadas através do testemunho de quem escreve, sem deixar de lado o entendimento sobre lugar social, ou seja, o escrito está permeado pelo contexto de determinada época.

Ao analisar os relatos autoficcionais de Renato Tapajós e Hernán Valdés percebemos que esse passado tão recente da história do continente americano ainda

sobrevive como memória disputada em nossa sociedade. Nesse sentido, ponderamos que a relação entre história e literatura configura-se como uma ferramenta exponencial para se pensar a construção do conhecimento histórico em sala de aula da Educação Básica, pois a literatura também é um importante instrumento de desconstrução e difusor de ideias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? In: GONÇALVES, Márcia de Almeida et al. **Qual o valor da História hoje?** Rio de Janeiro: FGV, 2012. p. 21-39.

BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. Trad.: Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

DE MARCO, Valeria. A literatura de testemunho e a violência de Estado. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 62. p. 45-68. CEDEC, São Paulo, 2004.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. A ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FAEDRICH, Anna Martins. **Autoficções: do conceito teórico à prática na literatura brasileira contemporânea**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, PUCRS. Porto Alegre, 2014.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História:** experiências, reflexões e aprendizados. 7. ed. São Paulo: Papyrus, 2003.

MACHADO, Janete Gaspar. **Os romances brasileiros dos anos 70.** Florianópolis: UFSC, 1981.

MICELI, Sérgio; MYERS, Jorge. PRÓLOGO: "LE DUR DÉsir DE DURER" In: MICELI, Sérgio; MYERS, Jorge (orgs.). **Retratos latino-americanos:** a recordação letrada de intelectuais e artistas do século XX. Tradução de Zepa Ferrer; Silvana Cobucci. – São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latinoamericanas. IN: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO,

Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz. **Ditadura e democracia na América Latina:** balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008

REIMÃO, Sandra. **Livro e prisão:** o caso Em câmara lenta, de Renato Tapajós. Em Questão. Porto Alegre, v. 15, n. 1, p 99-108, jan/jun. 2009.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa.** vol. 1. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

SALGUEIRO, Wilberth. O que é literatura de testemunho (E considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André DuRap). **Matraga.** Revista do Programa de Pós-

Graduação em Letras da UERJ. Rio de Janeiro, UERJ, v. 19, n. 31, jul./dez. 2012, p. 284-303.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura de testemunho: os limites entre a construção e a ficção. **Letras, Revista do mestrado em Letras da UFSM**. Santa Maria, RS, UFSM; CAL, n. 16, jan./jul. 1998, p. 9-37.

TAPAJÓS, Renato. **Em câmara lenta**. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega. 1979.

VALDÉS, Hernán. **Tejas Verdes. Diario de un campo de concentración en Chile**. Segunda edición. Barcelona: Editorial Laia, 1978.

Muito além do Menino Maluquinho - As charges de Ziraldo e o Ensino de História

Harian Pires Braga⁴²⁴

O ensino de história não pode se restringir a uma mera mnemônico, sem diálogo com a realidade. Temas consagrados podem ser debatidos de modos diversos, com utilização de questões geradoras e de fontes que permitem visualizar outras demandas sociais. A Ditadura Civil Militar brasileira (1964-1985) é um desses temas que permite um trabalho pautado em diferentes tipos de fontes. Nesse sentido, a utilização de charges tem grande potencial, seja pela compreensão de diferentes referências, seja pelo humor e ironia contida. Para este relato de experiência, apresento o uso de charges numa oficina de leitura de fontes, do 6º aos 9º anos do Ensino Fundamental e que teve como eixo norteador a produção do cartunista Ziraldo, na revista *O Pasquim*, focando o período de maior repressão do regime nos anos de 1970 e de 1980.

Palavras-chaves: ditadura militar; ensino de história; Ziraldo; charge

Far beyond the Menino Maluquinho - Ziraldo's cartoons and the Teaching of History

The teaching of history cannot be restricted to a mere mnemonic, without dialogue with reality. Enshrined themes can be debated in different ways, using generative questions and sources that allow viewing other social demands. The Brazilian Civil Military Dictatorship (1964-1985) is one of these themes that allows a work based on different types of sources. In this sense, the use of cartoons has great potential, either for the understanding of different references, or for the humor and irony contained. For this experience report, I present the use of cartoons in a font reading workshop, from the 6th to the 9th years of Elementary School, which had as its guiding axis the production of the cartoonist Ziraldo, in the magazine *O Pasquim*, focusing on the period of greatest repression of the regime in the 1970s and 1980s.

⁴²⁴ Licenciado em História pelo IFCH/UNICAM e Mestre em Educação Física e Sociedade pela FEF/UNICAMP. e-mail: harian.braga@gmail.com

Keywords: military dictatorship; history teaching; Ziraldo; cartoon

Introdução

A pandemia de Covid-19 afetou as relações pedagógicas em todo o Brasil. Essa máxima está longe de ser novidade, mas ela possui complexidade que ainda está em curso. Num país de tamanho continental e de tantas diversidades, como o Brasil, pensar em formas de interação não presenciais significou posturas distintas, observando as comunidades escolares, mas também limitadas pelas condições materiais e instrumentais impostas. A falta de acesso à conexão de qualidade, a exclusão digital e a situação de empobrecimento geraram resultados distintos no direito à educação e nas consequentes formas de acesso ao aprendizado. As respostas de educadoras e de educadores a essa situação foi – e ainda é – múltipla, pois não há receita pronta e uniforme para recuperar perdas pedagógicas, sociais e afetivas dos dois anos letivos excepcionais (2020 e 2021).

Propostas de atividades, reflexões sobre a prática docente e vivências sobre diferentes metodologias de ensino e aprendizagem são frutos das especificidades materiais e simbólicas que cada unidade escolar e cada educador ou educadora possui. Assim, um relato de experiência docente, como este trabalho, não significa um modelo a ser reproduzido sistematicamente, mas sim um processo mais complexo que envolve um esforço de sistematização das vivências experimentadas, seguido de um processo de reflexão sobre a prática – ponto também de contato com a teoria – e, por fim, um vislumbre de ações futuras que possam ser tomadas num movimento contínuo e propositivo de avaliação e reavaliação.

Minha proposta de trabalho, com já apontado, um relato de experiência, passa por esses três momentos: descrever sistematicamente o que foi trabalho em sala de aula, buscar a reflexão sobre o trabalho desempenhado e apontar possibilidades futuras. Para isso, trago uma proposta de trabalho com o cartunista Ziraldo, autor conhecido pela personagem *O Menino Maluquinho*, mas que também teve papel de destaque nas páginas do periódico, *O Pasquim* (1969-1991). A atividade abordada é parte de uma oficina de História e Quadrinhos, que compôs o FLISELLO (Festival Literário da EMEF/EJA Prof. André Tosello). Respeitando as autorias das propostas, apresento as fontes e discussões elaboradas por mim, como docente de História da escola, localizada na região Sudoeste de Campinas. Outras atividades compuseram o projeto, incluindo outras abordagens

dentro da proposta da oficina, mas por terem sido desenvolvidas por outros educadores e educadoras, não fazem parte do escopo do relato.

Descrição da atividade

A EMEF/ EJA Prof. André Tosello é uma escola municipal de Campinas, São Paulo, com cerca de 750 estudantes matriculados nos três períodos, atendendo de 1º ao 5º ano (manhã), 6º a 9º ano (tarde) e Educação de Jovens e Adultos (noite). Durante a pandemia, seguindo as normativas municipais, as relações pedagógicas foram remotas, pautadas pelo uso do pacote de serviços da *Google*, especialmente a plataforma *Google Sala de Aula* e pelo aplicativo de vídeo conferência *Google Meet*. A partir de abril de 2021 começou um retorno parcial das atividades presenciais, com tempos reduzidos de permanência na escola e rodízio de estudantes. Essa condição foi gradativamente evoluindo para aumento do período presencial e do número de estudantes atendidos diariamente, sem, contudo, retomar o pleno atendimento e se abrir mão do uso das ferramentas digitais.

Na semana do Dia das Crianças, em 12 de outubro, a escola organiza um Festival Literário (FLISELLO) que envolve todos os períodos e é baseado na homenagem a um/uma autor/autora, sempre adequado às idades das turmas. Em 2021, o autor escolhido para os Anos Finais do Ensino Fundamental (6º a 9º ano) foi o cartunista Ziraldo. A ideia do festival é incentivar a leitura, trabalhando em sala textos de quem é homenageado no ano. Evidente, com a situação de afastamento e aulas remotas, esses trabalhos foram muito mais complexo, pois a intermediação docente para a leitura é limitada, ficando a cargo apenas das/dos estudantes o acesso aos textos no meio digital ou, quando possível, nos pequenos momentos de interação presencial. A tarefa do incentivo à leitura é coletiva, não ficando apenas a cargo do componente Língua Portuguesa.

Além desse trabalho cotidiano de leitura, existe a culminância, justamente como uma comemoração especial para o Dia das Crianças. Na culminância, as educadoras e os educadores da escola desenvolvem atividades diferenciadas, como oficinas e vivências de leitura. As atividades são ofertadas para todas e todos os estudantes do período, em trabalhos que possam ter contatos interdisciplinares e com trânsito entre professores/as

das diferentes salas. É de fato um momento extraordinário, em que a escola se concentra no processo de criar novas experiências para esse grupo de estudantes, tendo como fio norteador a/o homenageado do ano. Vale lembrar que a escolha de quem será homenageado é feita por indicação coletiva do corpo docente, o que demanda uma possibilidade de contato entre o componente curricular ensinado e o/a autor/a que será trabalhado em sala de aula durante o ano.

Para o Ensino de História, trabalhar um cartunista tão significativo como Ziraldo é uma possibilidade de trazer para a sala de aula a banda desenha, ou história em quadrinhos, como uma fonte histórica de grande potencialidade. A oficina proposta por mim e pelo colega Prof. Henrique Zaniboni Lopes teve como intuito essa possibilidade de compreender o universo das histórias em quadrinho como leitura histórica, destacando principalmente as charges feitas por Ziraldo ao longo dos anos de 1960, 1970 e 1980. Como já especificado, o trabalho que trago é uma parte de uma ação maior, tanto no que tange à interdisciplinaridade do FLISELLO, quanto à própria estruturação da oficina, portanto, a autoria coletiva é citada e respeitada e parto para a análise do que foi a minha contribuição individual, especialmente pensando a Ditadura Civil Militar no Brasil (1964-1985) tema que compõe o currículo dos nonos anos, turmas nas quais atuo.

O primeiro ponto que desenvolvi foi mostrar diferentes expressões em que a banda desenhada aparece. Há um conhecimento sobre essa arte a partir das histórias de super-heróis, sobretudo popularizadas pelo cinema. Minha intenção foi mostrar que além do rico universo de super-heróis de maior popularidade como Vingadores e Liga da Justiça, há um universo de personagens que passam por representações sociais mais densas, que ajudam a compreender momentos históricos específicos (imigração, nazismo, escravidão) e questões cotidianas (violência, sentimentos, racismos). Mais ainda há formas distintas dessa arte se apresentar e elementos que a caracterizam e a diferenciam de outros tipos textuais, sempre observando a potencialidade como fonte histórica.

A questão de apresentar elementos formais que caracterizam esse tipo de produção é uma forma de chamar atenção de como a leitura deve ser pensada, não apenas observando o que está escrito e o que está desenhando, mas como essas duas dimensões se relacionam, como há uma escolha pode determinadas letras, determinados enquadramentos e determinadas perspectivas de desenho. A síntese apresentada para

as/os estudantes está centrada em alguns dos apontamentos apresentados por CHINEN (2011). Foram apresentados, portanto, como elementos formais, os seguintes itens:

- **Balão** – onde está o texto; representa falas, pensamentos, sons e a ordem da leitura.
- **Timing** – ritmo que uma história possui.
- **Letreiramento** – tipo de letras, ajudando a contextualizar a imagem
- **Personagens** – seres que interagem na história.
- **Texto** – parte verbal das falas e pensamentos; onomatopeias e descrições.
- **Enquadramento** – como os quadros são organizados e dimensionados (cena).

Ainda no aspecto formal, entendo ser importante conceituar o que chamo de banda desenhada e as suas diferentes possibilidades de apresentação. Tendo em vista se tratar de estudantes de diferentes idades, o desafio de conceituar passa por um esforço de conseguir apontar elementos que são fundamentais, mas sem deixar inteligível. Assim, a partir desses elementos formais apresentados anteriormente, foi possível apresentar e debater uma ideia de narrativa gráfica, ou seja, em que elementos textuais e elementos imagéticos se relacionam e produzem sentido ao contar uma determinada história. Essa narrativa pode se dar com um único quadro retratando um acontecimento contemporâneo e imediato, como é o caso das charges – estilo que foi central para abordar a obra de Ziraldo – passando por sequência um pouco maiores com as tiras, até obras de maior volume, como as Novelas Gráficas (*Graphic Novels*) e os Mangás. Para cada um desses tipos tentou-se trazer título com alguma possibilidade de serem reconhecidos pelas/pelos estudantes, além é claro de mostrar obras outras que possuem importância dentro do cenário das histórias em quadrinho.

Tratar história em quadrinhos como fonte históricas é consequência de uma visão de história em que o uso de diferentes tipos de fonte é fundamental. Isso significa tratar produções humanas como jornais, obras de arte, canções, filmes, cartas, livros e objetos como possibilidade de compreensão do passado, sem contudo, assumi-los como verdades absolutas, mas sim como chaves interpretativas que, quando questionadas e comparadas, nos permitem conhecer tempos históricos outros (BLOCH, 2001). O rigor metodológico com fontes, colocando suas origens referenciadas, descrevendo seu momento de produção e quem a produz são base dos estudos históricos e também deve estar presente em sala de

aula, no Ensino de História, justamente para que possamos desenvolver uma aprendizagem e uma consciência histórica (SCHMIDT; URBAN, 2016).

O trabalho com fontes, portanto, é uma forma de ampliar o horizonte críticos desses estudantes e também de possibilitar uma proximidade com o fazer histórico. Evidente, na escola básica não formamos historiadores/historiadoras, mas formamos estudantes que podem ter um olhar de mundo que possa compreender transformações e permanências. Mais do que uma apresentação ilustrativa, o trabalho com as fontes, especialmente aqui as charges, deve ser pensado como uma forma de compreender o momento histórico, no caso aqui os processos de repressão feitos pela Ditadura Civil Militar no auge de sua repressão, mas também o processo de reabertura. Esse enfoque recai mais sobre o nono ano, mas não podemos perder de vista que a discussão de democracia e autoritarismo deve perpassar todos as turmas do Ensino Fundamental.

Ainda na questão de como a atividade foi pensada e apresentada, cabe citar que houve uma contextualização do que foi o período ditatorial no Brasil, a partir do Golpe de 1964. Elementos como a quebra da legalidade, a supressão de direitos individuais, o estabelecimento de um aparato de repressão – censura, perseguição e tortura – foram trabalhados. A profundidade da discussão variou de acordo com a idade e foi mais intensa quando o tema foi retomado para o nono ano. A pertinência e a atualidade do tema é significativa, ainda mais num momento em que temos sensíveis processos de revisão negacionistas, que vão na contramão do que é pesquisado nas Humanidades (História, Sociologia, Ciências Políticas). Esse momento da aula também teve a apresentação de fontes que contribuem para discussão, mas que também dão materialidade ao que é o cerne da aula expositiva. Duas dessas fontes estão apresentadas a seguir.

Imagem 1 - Formatura de 84 indígenas, em 1970, simulando o
“Pau de Arara” - Arquivo Com. da Verdade MG.



Fonte: DOTTA, Rafaella. Ditadura militar: a terrível violência contra os índios em MG. Brasil de Fato, 16 jan. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefatmg.com.br/2018/01/16/ditadura-militar-a-terrivel-violencia-contra-os-indios-em-mg>. Acesso em 8 de out. de 2022.

Na Imagem 1, a ideia é mostrar como a violência estava posta no cotidiano da Ditadura, incluindo aí momento de celebração pública, como o demonstrado na foto. Ainda que o contexto da manifestação seja de uma encenação – se é que de fato há encenação num instrumento de tortura e de humilhação como “pau de arara” – a questão é que a violência física sobre os corpos estava posta e na ordem do dia. Na Imagem 2, a questão é a censura, com um jornal de grande circulação, *O Estado de São Paulo*, tendo que suprimir uma reportagem por ela não ser aceita pelos censores da época. É vital que essa outra dimensão, de cunho simbólico, mas com desdobramentos materiais, também seja apresentada e debatida.

Imagem 2 - Reportagem do Jornal Estadão censurada, em 26/7/1973



Fonte: Acervo Estadão (destaque do autor)

As fontes trabalhadas

Para este trabalho, respeitando, como já citado, a autoria, trouxe dois exemplos de situações que foram trabalhadas a partir das charges de Ziraldo. Na medida do possível, as charges apresentadas foram retiradas diretamente do original digitalizado, disponível para consulta na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. A escolha por esse caminho é justamente para que a fonte seja a mais fiel possível e tenha as devidas referências. Iniciar um processo de referenciar as informações obtidas em pesquisas na internet tem sido um esforço da minha abordagem em sala de aula e, portanto, pressupõe que haja o reforço positivo no material didático elaborado. Também foi levado em conta a ideia de ter uma visão total do periódico para que se pudesse elaborar uma explicação mais precisa na contextualização dos materiais. Quando não foi possível o acesso direto ao jornal digitalizado, fez-se uso de coletâneas com a obra de Ziraldo. A qualidade da imagem ou mesmo a dinâmica de tempo para a elaboração da atividade foram decisivas para esse segundo caminho, evidente, menos interessante.

No primeiro grupo de fontes temos a uma página dupla digitalizada (Imagem 3) do *O Pasquim*, na qual o slogan utilizado pelo Governo Médici (1969-1974) é ironizado. A ideia da propaganda A ideia central da campanha “Ame-o ou deixe-o” foi de usar de ufanismo binário, na qual o amor ao Brasil – tido como patriotismo – estava em oposição a um não amor, que geraria, por consequência o imperativo da expatriação. Esse sistema binário é encarado com ironia, nas diversas charges. A primeira charge no canto superior direito é talvez a mais célebre e foi apresentada em destaque. Nela, uma representação do poder político constituído – personagem de terno – impõe o amor como submissão e o deixar como expulsão, diante de uma figura mais simples, representando o povo.

Na Imagem 4 temos a personagem *Jeremias, o Bom*, e a censura. Essa personagem de Ziraldo é retratada como uma pessoa que tenta sempre fazer algo positivo para outras pessoas, gerando cenas que tem humor pelo absurdo. Diante da nova lei de imprensa, a personagem recorta o jornal para tentar fazer outro uso que não o da leitura – guarda chuva, roupa. A ideia aqui é justamente demonstrar como as leis de restrição da imprensa, por meio da censura prévia, esvaziaram a potencialidade dos jornais como locais para obter informações sobre o Brasil. Portanto, chama-se à discussão qual a função da imprensa como publicização de informações e como ela é tratada num regime ditatorial.

No segundo grupo de imagens, temos a questão da conquista do título mundial masculino de futebol, em 1970, no México. Mais uma vez o ufanismo foi evocado como parte do aparato de propaganda do regime, dessa vez utilizando o futebol como mote. Para além da relevância da conquista do terceiro título mundial da modalidade e de nomes de grande relevância para o esporte brasileiro, a propaganda oficial deu mais atenção ao campeonato do que a questões sociais pertinentes. O uso de diferentes esportes como parte do aparato de promoção positiva de regimes autoritários não é novidade, tão pouco foi ou é exclusividade do contexto brasileiro. Mesmo no Cone Sul, as ditadura chilena e argentina utilizaram sistematicamente competições esportivas como forma de promover positivamente o regime e eventuais conquistas nacionais.

Quando na Imagem 5 Ziraldo propõe a sua leitura sobre o “Tri” é um confronto de discursos, mais uma vez por uma ironia contundente. A felicidade da personagem visivelmente esquelética, contrasta com suas condições materiais. O primeiro olhar pode ser de tratar o futebol como ópio do povo, mas também pode-se avançar na análise,

pensando como o uso político de um patrimônio imaterial – e aqui trato o futebol como uma representação imaterial de uma série de corporeidades e de identidades brasileiras – é parte de uma contenção de corpos e de símbolos populares. No lugar de uma apropriação livre, cabe ao debate um uso regrado do esporte, como instrumento de domínio e de exclusão. Essa exclusão é ainda mais chocante quando se observa a Imagem 6, em que a carestia e a fome de uma família deixa de ter relevância diante da Taça Jules Rimet, símbolo da conquista de 1970.

Nesse conjunto de fontes proponho que pensemos o autoritarismo presente e silenciado não apenas em espaços já conhecidos, como a política, as artes ou a imprensa, mas também em locais outros, como as práticas de divertimento e os esportes. Não se pode perder de vista que a Ditadura Civil Militar também teve um forte componente conservador, de impor restrições morais e comportamentais para a população. Isso esteve presente no futebol para além de uma ideia de alienação, tão comum e que acaba aparecendo no ambiente escolar por diversas vozes difusas.

Imagem 3 -Página dupla do O Pasquim, n. 55, semana de 15 a 21 de julho de 1969, ironizando o lema do governo: “Ame-o ou deixe-o”



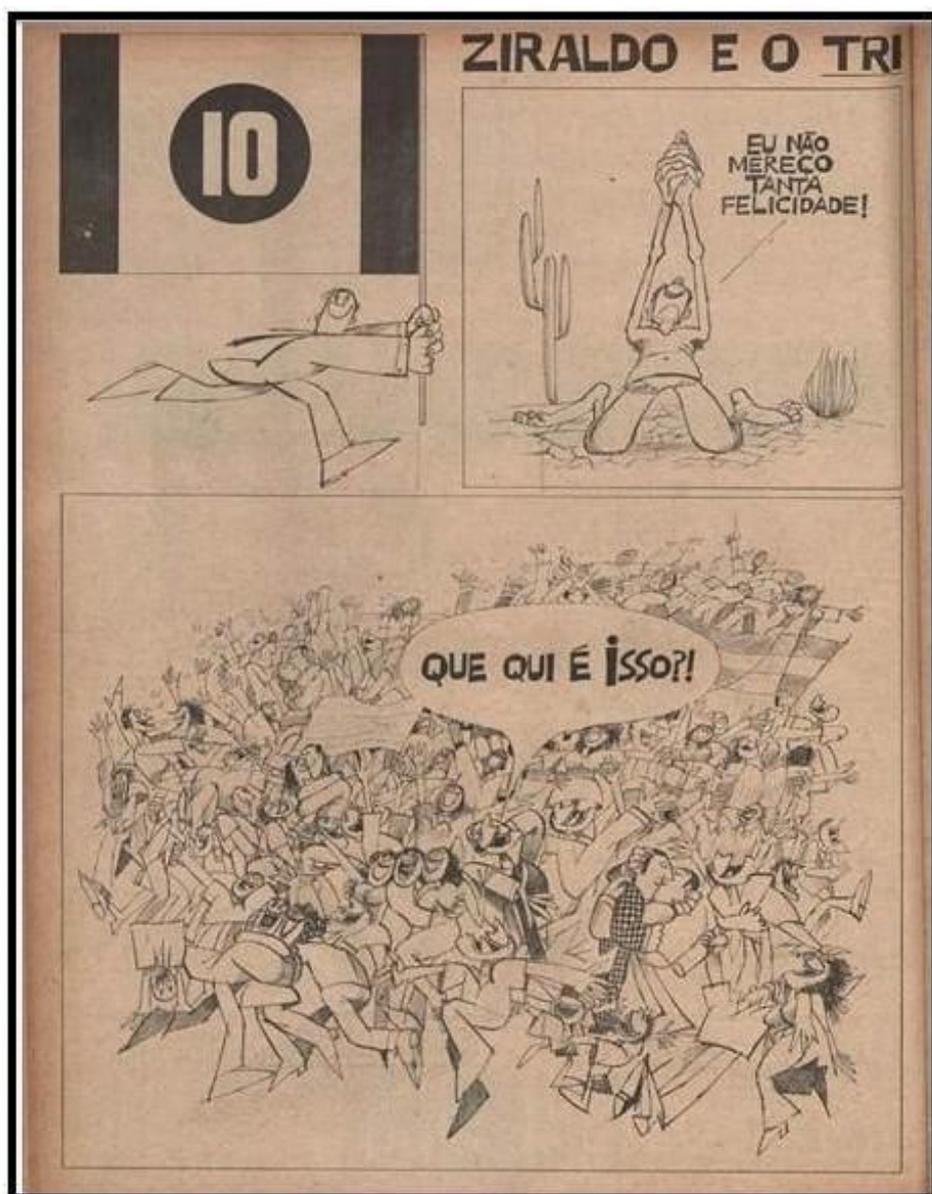
Fonte: ZIRALDO, O Pasquim. Rio de Janeiro n.55, 15-21 jul. 1970, p.24-25. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=124745&pagfis=1317>. Acesso em: 9 de out de 2022.

Imagem 4 – Charge do personagem Jeremias, o Bom falando sobre censura



Fonte: ZIRALDO. *Jeremias, o Bom*. São Paulo: Melhoramentos, 2007. p.119

Imagem 5 – Charge de Ziraldo criticando o uso político do título mundial do futebol masculino



Fonte: ZIRALDO, **O Pasquim**. Rio de Janeiro n.53, 25-31 jun. 1970, p.6. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=124745&pagfis=1218>. Acesso em: 9 de out de 2021.

Imagem 6 – Charge de Ziraldo ironizando a conquista da Taça Jules Rimet



ZIRALDO. 1964-1984 **20 Anos de Prontidão**. Rio de Janeiro: Record, 1984. p.51.

Considerações finais

Longe de ser um trabalho pronto, este relato de experiência buscou pensar o uso de fontes variadas para o estudo da Ditadura Civil Militar, fazendo uso de charges de Ziraldo. Não significa uma receita a ser seguida, mas uma possibilidade a ser desenvolvida dentro de cada contexto escolar.

Referências Bibliográficas

BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 2001.

CAMPINAS. Diretrizes Curriculares da Educação Básica para o Ensino Fundamental – Anos Finais: um processo contínuo de reflexão e ação. Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas, Campinas, 2014.

CAMPINAS. Secretaria Municipal de Educação. *Diretrizes Curriculares de EJA*. Campinas: SME, 2013.

CARR, E. H. *O que é História?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

CHINEN, Nobu. **Linguagem HQ. Conceitos Básicos**. São Paulo. São Paulo: Criativo, 2011.

FRANCISCO, Luciano Vieira. **Ziraldo: análise de sua produção gráfica n'O Pasquim e no Jornal do Brasil (1969-1977)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 152. 2010,

MENDO, Anselmo Gimenez. **História em Quadrinhos Impresso vs. WEB**. São Paulo: Editora da UNESP, 2008

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do Regime Militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos: Revista da Fundação Getúlio Vargas**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

RAMA, Angela; VERGUEIRO, Waldomiro; VILELA, Túlio; RAMOS, Paulo; BARBOSA, Alexandre. **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; URBAN, Ana Claudia Urban. Aprendizagem e formação da consciência histórica: possibilidades de pesquisa em Educação Hist. **Educar em Revista**, [S.l.], v. 32, n. 60, p. p. 17-42, jun. 2016. ISSN 1984-0411. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/46052/28507>>. Acesso em: 8 set. 2022.

ZIRALDO. **1964-1984 20 Anos de Prontidão**. Rio de Janeiro: Record, 1984.

Simpósios Temáticos: Pensando as direitas: intelectuais, poder e política

MGTOWs e o movimentos das PILLS no Brasil contemporâneo: uma análise teórica-histórica

Danilo Augusto da Silva Horta⁴²⁵

Resumo: No século XXI, grupos e movimentos de extrema-direita têm ganhado crescente poder e influência no Brasil e no Mundo. Por conta disto, os estudos acerca das direitas se expandiram na academia brasileira e pelo mundo. Apesar do aumento significativo de estudos que visam compreender e analisar a extrema-direita, dois movimentos que a compõem têm sido marginalizados pela área acadêmica, muito embora apresentem crescente influência no tecido social brasileiro. O presente artigo tem por objetivo discorrer acerca da base teórica e da expansão de dois movimentos no Brasil: o movimento dos MGTOWs e o movimento das Pills, buscando demonstrar seus principais defensores na atualidade e expor seus principais argumentos. Para a realização deste trabalho adotou-se o método de abordagem hipotético dedutivo e análise exploratória como método procedimental.

Palavras-Chave: MGTOW; Extrema-Direita; Red Pill; Don Sandro; Bruno Giglio;

Abstract: In the 21st century, extreme right-wing groups and movements have gained increasing power and influence in Brazil and in the world. Because of this, studies on the

⁴²⁵ Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia. Email: danilosilvahorta@gmail.com

rights have expanded in the Brazilian academy and around the world. Despite the significant increase in studies that aim to understand and analyze the extreme right, two movements that comprise it have been marginalized by the academic area, even though they have a growing influence on the Brazilian social fabric. This article aims to discuss the theoretical basis and expansion of two movements in Brazil: the MGTOWs movement and the Pills movement, seeking to demonstrate their main defenders today and expose their main arguments. To carry out this work, the hypothetical deductive approach method and exploratory analysis were adopted as a procedural method.

Keywords: MGTOW; Far Right; Red Pill; Don Sandro; Bruno Giglio;

Introdução

Os estudos das direitas permaneceram marginalizados das diversas ciências humanas e sociais por muito tempo. Vários fatores podem ser considerados para explicarmos esta marginalização acadêmica, mas tal como apontado por Gentile (2018), esta marginalização foi fruto ou de uma incompreensão das direitas ou de uma subestimação, por parte de muitos acadêmicos e políticos, das ideologias e dos/movimentos que a compõe.

Na contemporaneidade, os estudos acerca das direitas passaram a ganhar crescente relevância e importância nas ciências humanas e sociais. Isto ocorre, em grande medida, como reação à ascensão de grupos e governos de extrema-direita em todo o mundo e como consequência da proliferação das ideias e ideais defendidos pelos grupos de extrema-direita. No Brasil, os estudos sobre as direitas ganharam força no século XXI, quando diversos grupos passaram a apresentar crescente importância e poder na política brasileira - tendo suas ideias e ideais crescente influência no tecido social brasileiro.

Apesar de ser reconhecido o fato das direitas e da extrema-direita ganharem, na contemporaneidade, crescente poder e relevância no Brasil e no mundo, definir o que constitui a direita e a extrema-direita não é uma tarefa fácil. Existem diversas discussões

acerca do que caracteriza a direita e, em sua oposição, a esquerda, mas, neste trabalho, concordamos com o descrito por Silva et al. (2014), que compreende que

A direita permanece como campo político vinculado aos interesses de dominação, opressão, apropriação privada da riqueza social e, portanto, à reprodução da ordem do capital. Assim como a esquerda se mantém como campo político vinculado aos interesses da classe que vive do trabalho e à necessidade imperiosa de ultrapassagem da sociabilidade do capital. (SILVA et al., 2014: 413)

Se a direita é compreendida como o campo político que busca manter o *status quo* de uma sociedade capitalista (buscando assegurar a apropriação privada da riqueza social e a consequente reprodução de sua ordem) e que reproduz os interesses da classe dominante, a extrema-direita busca, por meio da opressão e/ou de diversas violências, assegurar o papel privilegiado de certos grupos sociais em detrimento dos direitos de outros. Como ressaltado por Silva et al (2014: 413-414):

A extrema-direita, marcadamente associada às trágicas experiências do nazifascismo, continua apresentando muitos traços originais do contexto de sua emergência: irracionalismo, nacionalismo, defesa de valores e instituições tradicionais, intolerância à diversidade — cultural, étnica, sexual — anticomunismo, machismo, violência em nome da defesa de uma comunidade/raça considerada superior. Compartilhando do ideário político vinculado aos interesses de dominação, opressão e apropriação privada da riqueza social, distancia-se da direita tradicional pela intolerância e pela violência de suas ações, embora, quando organizada em partidos ou associações públicas, recuse tais práticas por parte de seus membros.

O trabalho de Silva et al. (2014) nos assegura alguns pontos importantes para pensarmos a extrema-direita na contemporaneidade. Em primeiro lugar, entende-se que os grupos de extrema-direita compartilham ideias e ideais com a direita, que busca defender o *status quo* e o privilégio de alguns grupos; em segundo lugar ela se distancia da direita pela utilização de métodos violentos; pela existência de discursos nacionalistas, machistas, xenófobos, racistas e pela intolerância contra diversos setores e grupos existentes em determinado tecido social. Os grupos de extrema-direita entendem que há indivíduos cujos valores/ações são inaceitáveis e constituem-se enquanto problemas sociais a serem combatidos e mitigados (e em última instância exterminados) e/ou

possuem ideais e ideias que caracterizam outros grupos ou indivíduos como inimigos a serem combatidos (SILVA et al., 2014).

Neste trabalho buscaremos versar sobre dois movimentos que podem ser enquadrados dentro do campo político-ideológico da extrema-direita, isto é o movimento dos MGTOWs (*Men Going Their Own Way*) e aquilo que denominamos de movimentos das Pills (ou pílulas). Ambos estes movimentos têm como seu principal teórico um autor desconhecido que utiliza o pseudônimo de Nessahan Alita. Devido a importância basilar de seu trabalho para ambos os movimentos, parece-nos fundamental expor algumas de suas ideias e ideais.

Nessahan Alita e sua influência para os MGTOWs e o movimento das Pills

Para compreendermos os movimentos MGTOWs e das Pills no Brasil, é fundamental analisarmos as ideias defendidas pelo seu principal teórico: Nessahan Alita, autor este que influenciou, moldou e estruturou os principais argumentos de ambos os movimentos no âmbito nacional. Apesar das ideias defendidas por Alita serem fundamentais para compreendermos os movimentos, não se tem nenhuma informação sólida e concreta sobre quem é Nessahan Alita, nome este que é um pseudônimo.

A falta de informação sobre Alita nos coloca grandes desafios teóricos e analíticos para o estudo destes movimentos no Brasil, visto que não se sabe se este autor realmente criou os argumentos defendidos em suas obras ou se ele apenas os introduziu na sociedade brasileira. O descrito aqui é uma tentativa de compreender não somente o defendido por Nessahan Alita mas também as influências que este autor teve para expor suas ideias em seus livros.

Em primeiro lugar, é válido ressaltar que Nessahan Alita somente possui livros em português. Não sabemos se este autor é brasileiro ou se este pseudônimo foi utilizado para a publicação de seus livros no Brasil. O que vale notar é que artigos sobre estes movimentos produzidos no estrangeiro não citam ou não fazem referência a Alita (LIN, 2017; JONES; TROTT; WRIGHT, 2019). Levando em consideração a enorme influência

de Alita no Brasil e o fato de não haver reconhecimento deste no estrangeiro, devemos considerar fortemente a possibilidade deste autor ser brasileiro. Isso nos leva ao segundo ponto a ser tratado aqui: a existência da possibilidade das ideias desenvolvidas pelo autor terem sido assimiladas do estrangeiro e introduzidas por no Brasil. Há muitas décadas existem e persistem fortes movimentos antifeministas ou que defendem os denominados “direitos dos homens” nos Estados Unidos e em muitos países estrangeiros; muitas das ideias defendidas por estes movimentos estão presentes nos escritos de Alita, fator este que nos leva a defender que suas concepções teóricas foram influenciadas pelas teorias/discursos realizados por grupos antifeministas existentes no estrangeiro. Tal como salientado por Lin (2017: 77):

Reactionary politics encompass various ideological strands within the online antifeminist community. In the mass media, events such as the 2014 Isla Vista killings or #gamergate, have brought more visibility to the phenomenon. Although antifeminism online is most commonly associated with middle class white males, the community extends as far as female students and professionals. It is associated with terms such as: “Men’s Rights Movement” (MRM), “Meninism,” the “Red Pill,” the “Pick-Up Artist” (PUA), #gamergate, and “Men Going Their Own Way” (MGTOW)—the group on which I focused my study.

Feitas estas duas considerações - a de que consideramos forte a probabilidade de Nessahan Alita ser brasileiro e a de que consideramos fortes as possibilidades de que seus livros não conterem apenas ideias originais, mas sim a tradução de ideias e argumentos originados no estrangeiro -, podemos nos aprofundar aos argumentos levantados pelo principal teórico dos movimentos MGTOWs e das Pills no Brasil.

Nessahan Alita publica sua primeira obra, denominada “O Magnetismo nas Relações Sociais: a submissão do ser humano através de suas fraquezas” em 2002. Neste livro o autor busca desvendar e explicar como as relações sociais podem ser descritas como relações de força, caracterizadas pela atração e pela repulsão tal como ocorre com objetivos de metais frente a imãs.

As relações sociais obedecem a princípios magnéticos como o fazem os corpos inanimados. Os seres humanos instalam entre si e com o mundo relações de atração e repulsão: são atraídos pelo que gostam e repelidos pelo que detestam. Quando são irresistivelmente atraídos ou repelidos, atua o magnetismo universal. Por trás das influências magnéticas estão as fascinações. A qualidade das mesmas determinam o que será atraente

ou repelente. Quanto mais expostos à fascinação estivermos, mais vitimados pelas circunstâncias seremos. Os fluxos magnéticos formam estruturas sociais que vão dos pares de casais, famílias ou parcerias de amigos até a humanidade inteira (ALITA, 2002: 4)

A partir da análise de como se dá a atração e a repulsão nas relações sociais, Alita (2002) se volta a debater como a manipulação e a submissão dos indivíduos ocorrem. É válido apontar que neste trabalho a base argumentativa de Alita é extremamente simplista e reducionista da complexidade da realidade social: toda a argumentação do autor é realizada a partir do pressuposto da homogeneização de comportamentos (como se sempre determinada ação A gerasse determinada reação B). Essa homogeneização é basilar para o autor, visto que ele defende a ideia de que o reconhecimento das “relações magnéticas” assegura capacidade de prever o comportamento da outra parte. Isso pode ser auferido do exemplo abaixo:

O desconhecimento é a causa das tentativas de enfeitiçamento e encantamento que surtem efeitos contrários aos almejados. Explica, por exemplo, porque um homem que entrega flores de joelhos a uma mulher não conquista seu coração ao passo que outro que a ignora ou rejeita por considerá-la feia torna-se objeto de sua obsessão. O que ocorre aqui é um desconhecimento da mecânica do magnetismo: aquele que entrega flores não compreende que seu ato surte um efeito oposto ao esperado. (ALITA, 2002: 14)

Este trabalho, apesar de inicial, é importante para a compreensão das ideias de Alita pois, neste escrito, observamos o desenvolvimento de argumentos que serão fundamentais para os escritos posteriores do autor. Vale destacar que nesta obra já observamos, facilmente, as ideias sexistas e machistas de Nessahan Alita. Após a publicação de “O Magnetismo nas Relações Sociais”, Alita passa a ter crescente influência em grupos na internet e passa a espalhar suas ideias em comunidades online, especialmente no Orkut.

Devido a sua crescente influência em grupos “masculinistas” ou da “machosfera” (termos utilizados por indivíduos de ambos os movimentos), em 2005 Alita lança o seus trabalhos mais reconhecidos e influentes: o livro denominado “O Sofrimento Amoroso do Homem vol. 1 - Como lidar com as Mulheres: Apontamentos sobre um perfil

comportamental feminino nas relações amorosas com o Homem” e “O Sofrimento Amoroso do Homem vol. 2 - O Profano Feminino: Considerações sobre uma face da mulher que ninguém quer encarar”.

Em conjunto, estes dois trabalhos possuem cerca de 341 páginas, e podem ser compreendidos como um só trabalho separado em duas partes distintas. Descrever todos os argumentos contidos nestes dois trabalhos se constitui enquanto uma tarefa árdua, mas é válido ressaltar que ambos os trabalhos são baseados em premissas homogeneizadoras (que atribuem características únicas ao feminino e ao masculino, ignorando a existência de heterogeneidade) e baseadas em ideias que podem facilmente ser descritas como machistas, sexistas e homofóbicas. Parece haver, na realidade, um resgate de teorias de cunho darwinista social e a utilização de teorias psicológicas sem base científica com o objetivo de comprovar (ou pelo menos basear) argumentos débeis e preconceituosos. Apesar de existirem diversos argumentos em seus livros, acreditamos ser possível resumí-los da seguinte maneira: as mulheres não são o sexo frágil tal como comumente defendido; na realidade, as mulheres têm grandes poderes frente aos homens visto que elas possuem, em suas mãos, capacidades de controle do magnetismo das relações sociais. Muito do poder das mulheres nas relações sociais adviria do controle do sexo, entendido como sendo o principal instrumento utilizado pelas mulheres para dominar os homens. Alita (2005a; 2005b) descreve as mulheres como falsas, manipuladoras, mentirosas, ardilosas, imaturas, sádicas, traidoras, vis, entre diversos outros adjetivos negativos para com o feminino; seus argumentos sexistas e machistas são explícitos em todo o texto. A título de exemplo, trazemos algumas passagens presentes em seus livros:

O desejo feminino é algo muito controverso e desconcertante. Muita confusão reina a respeito. Estas se devem, principalmente, à oposição entre o que é consciente e inconsciente. Tal oposição leva as mulheres a dizerem o oposto do que sentem e do que são. Não se pode descobrir os fatores que as enfeitiçam e submetem por meio de perguntas, entrevistas etc. porque sempre seremos enganados. Saiba que quase tudo o que as ouvirmos dizer a respeito do que buscam em uma relação é mentira e, além disso, costuma ser exatamente o contrário do que realmente desejam. Vou agora expor sem pudor justamente o que todas tentam esconder e jamais admitem. (ALITA, 2005a: 31).

Aquelas que se mostram fêmeas fatais na verdade estão fingindo. Mesmo as ninfomaníacas, prostitutas e atrizes pornô não são movidas pelo simples desejo genitalizado como supõem os desconhecedores.

São impelidas ao ato por outros motivos: dinheiro, aceitação, auto-estima comprometida, competição, curiosidade etc. Se acostumam com a hiperatividade sexual e a aceitam, incorporando-a como em uma peça de teatro. Saiba que as mulheres não gostam muito do sexo em si e te enganam. Há mulheres inorgâsmicas extremamente promíscuas. (ALITA, 2005b: 14).

As ideias deturpadas de Alita são baseadas, em última instância, na concepção de que as mulheres se utilizam do sexo, de seus “charmes” e de manipulações emocionais para dominar e submeter os homens a seus desígnios. E para o autor, conhecer e reconhecer as ferramentas utilizadas pelas mulheres para dominar os homens é fundamental para que se observe uma “emancipação” do masculino.

Apesar dos argumentos e ideias defendidas por Alita não possuem fundamento na realidade; serem simplistas; homogeneizadoras; preconceituosas, machistas, sexistas; elitistas e homofóbicas; elas foram fundamentais para a expansão de dois movimentos que podem ser descritos como movimentos de extrema-direita no Brasil: o movimento dos MGTOWs e o movimento das Pills.

Antes de versarmos sobre ambos os movimentos, há de se fazer uma observação importante. Como apontado por LIN (2017) e Jones, Trott e Wright (2019), tanto o movimento dos MGTOWs quanto os movimentos das Pills existem em outros países. A peculiaridade de ambos os movimentos no Brasil surge do fato de que estes têm Alita como seu referencial teórico, diferentemente do que ocorre em outras nações.

A influência e importância das ideias de Alita, que se dedicou a escrever e promover diversos trabalhos sobre as relações sociais e amorosas e sobre as mulheres, parece encontrar no Brasil grande permeabilidade na sociedade brasileira, fato este que torna ambos os movimentos fortes e com grande capacidade de expansão. Essa permeabilidade pode ser observada com facilidade, visto o crescimento exponencial destes movimentos nas mídias digitais e a crescente importância das ideias e ideais promovidos por ambos no tecido social brasileiro.

Se Alita escreve seus trabalhos em meados da primeira década do século XXI, promovendo suas ideias por meio das redes sociais, tanto os MGTOWs quanto o movimento das Pills ganham força no Brasil a partir de meados da segunda década do

século XXI, momento em que parece haver um fortalecimento das ideias de direita no país. Dito isto, buscaremos analisar o que são estes dois movimentos e quais são seus principais defensores no Brasil contemporâneo.

Men Going Their Own Way (MGTOW) e Don Sandro

Como ressaltamos, o movimento MGTOW é um movimento com raízes em todo o mundo, podendo ser considerado também um movimento internacional. A peculiaridade deste no Brasil advém do fato de seu principal teórico ser Nessahan Alita, autor desconhecido e cujos conteúdos apresentam muitas semelhanças com discursos e ideias defendidas por grupos de extrema-direita presentes no mundo.

O movimento MGTOW defende que a emancipação e a liberdade masculina só podem ser obtidas a partir de um distanciamento das mulheres e de uma diminuição do contato com o feminino. Este distanciamento abordaria, na medida do possível, todas as relações sociais e pessoais com o sexo feminino - desde relações familiares, até relacionamentos pessoais com colegas de trabalho e relacionamentos amorosos.

MGTOW are a group of men who vow to stop pursuing romantic relationships with women to focus on self-development and preservation; they are separatists who want to abandon the gynocentric order (Lin, 2017) and focus on more individualistic, self empowering actions. While MGTOW borrow terminology associated with the red pill universe and are sometimes described as MRAs, this article argues that MGTOW have developed their own ideology that makes them distinct from other groups within the Manosphere (JONES; TROTT; WRIGHT, 2019: 1904).

A ideia de que os homens estão submetidos a uma ordem ginocêntrica que beneficia o sexo feminino de diversas maneiras é encontrada fortemente nos escritos de Alita (2005a; 2005b). Em suas concepções as mulheres, seres capazes de manipular homens por conta dos instrumentos em suas posses, tendem a submeter os homens a uma condição de insuficiência e falta de autonomia. Para o movimento MGTOW, na sociedade ginocêntrica contemporânea, os homens são colocados em posições sociais que os forçam

a atuar como simples provedores, cujas responsabilidades seriam a de sustentar e manter o sexo feminino; por conta disto, a autonomia masculina seria alcançada a partir de um distanciamento das mulheres e da busca por não desenvolver relacionamentos com elas.

MGTOW believe that they are victims of “gynocentrism,” that the male gender role entraps men as silent breadwinners. Through technological advancement, men as a “race,” have essentially dug their own graves by creating technological advances leading to public spheres and digital phenomena such as “selfie-culture,” wherein females are privileged and rewarded for their “narcissistic tendencies,” while rendering “the average guy” inconsequential. Convinced that feminism will ultimately bring about societal demise, MGTOW vow to expunge themselves of gynocentric influences, and to nurse their besieged masculinities with the support of other men online. At the core of their philosophy is a neo-individualistic dogma to live on one’s own terms at all costs (LIN, 2017: 78)

Levando em consideração o descrito por Lin (2017) e Jones, Trott e Wright (2019), podemos caracterizar este movimento como sendo antifeminista e antifeminino. Apesar de tudo, como ressaltamos, este movimento no Brasil parece ter alguns elementos que não aparecem em outros países, muito por conta dos escritos de Alita. De maneira geral, enquanto o movimento MGTOW no mundo prega um distanciamento das mulheres por parte dos homens, que buscam manter o mínimo contato social, pessoal e sexual possível com o sexo feminino, no Brasil este movimento apresenta outros aspectos que devem ser levados em consideração.

O primeiro destes aspectos advém do fato de que ele deixa de ser um movimento individualizante e de apoio aos indivíduos que o compõem (LIN, 2017), e passa a ser um movimento que busca questionar políticas estatais a favor das mulheres, no sentido de haver uma crescente contestação de todos os benefícios e proteções asseguradas ao sexo feminino pelo Estado Brasileiro. Em segundo lugar, devido a um entendimento de que o Estado brasileiro consolida a ordem ginocêntrica e privilegia as mulheres, os indivíduos deste grupo adotam uma perspectiva anti-Estado. Há, portanto, dois aspectos importantes deste grupo no Brasil: o fato de este ascender enquanto força política e social e em segundo lugar a adoção de uma perspectiva crescentemente individualista e anti-Estado (duas tendências que são contrapostas e incongruentes, mas que ocorrem paralelamente).

Este quadro torna este movimento distinto do observado em outras localidades. A influência dos escritos de Alita (2005a; 2005b) - que atribuem às mulheres uma série de características maléficas/indesejáveis - tornam o combate às mulheres e aos seus "privilégios" muito mais intenso no Brasil e constituem um elemento importante para a radicalização desse movimento no país. Isso se dá pois, no Brasil, este movimento, que considera as mulheres maléficas e contrárias aos homens, entende que todo progresso em favor do feminino constitui-se enquanto um retrocesso em relação ao masculino, de maneira que a individualidade e a liberdade dos homens são afetadas na medida em que as pautas pró-mulheres avançam.

No Brasil, o principal defensor dos MGTOWs é Don Sandro, senhor de meia-idade que possui um canal no Youtube com este nome. Don Sandro é um claro seguidor dos escritos de Nessahan Alita e é um defensor de atitudes anti-feministas e anti-estatais, visto que considera que o Estado protege e privilegia as mulheres. Ele é publicamente contrário à Lei Maria da Penha; a decisões judiciais que privilegiam mulheres em casos que envolvem crianças (filhos) em divórcios; defende que as mulheres têm a capacidade de incriminar um homem a qualquer momento etc. Atualmente seu canal conta com aproximadamente 100 mil inscritos e sua influência na "machosfera" é extrema. Vale ressaltar que Don Sandro não se diz um participante dos MGTOWs, mas é reconhecido por indivíduos deste movimento como seu porta-voz. Podemos perceber facilmente os objetivos de Don Sandro avaliando um vídeo, de 2020, denominado "O objetivo do meu canal e a formação da massa crítica", onde ele diz:

Era preciso ir além, então resolvi que minha crítica seria mais contundente, direta, trazendo exemplos práticos de como o establishment feminista atua e como ele nos atinge diretamente. Isso envolveria uma série de desconstruções, desde as leis pró-mulheres até o comportamento das modernetes, porque não existe apenas feministas militantes que saem na rua com seios de fora; existem as intoxicadas de feminismo, que mesmo se dizendo não feministas apoiam tudo que o establishment traz em seus benefícios. Eu reparava que os vídeos antifeministas antigos, em sua maioria absoluta, não abordavam as leis; era como se o feminismo fosse uma ideologia que não produzisse danos reais. Era preciso desencravar toda lama pútrida que estava sobre nossos pés, e parecia que o pessoal não tinha ciência, ou não tinha coragem, e o que fiz foi trazer à tona exemplos reais de como o establishment feminista atua, tanto no âmbito legislativo, executivo, judiciário e midiático. (DON SANDRO, 2020: 1:13- 2:41)

Resumidamente, no Brasil, os MGTOWs, que tem em Nessahan Alita seu principal teórico, buscam se distanciar e/ou extinguir todas as relações possíveis com o sexo feminino - independentemente de serem amorosas, pessoais ou profissionais -, adotando uma postura antifeminista e anti-Estado, tal como podemos perceber na fala de Don Sandro (2020). O movimento das Pills apresenta, por também terem em Alita seu principal teórico, diversas semelhanças com o movimento MGTOW, mas se distanciam deles em grande medida por terem entendimentos diversos sobre as mulheres.

O Movimento das Pills e a importância de Bruno Giglio

O movimento das Pills aqui descrito é na realidade uma junção de movimentos que compartilham a mesma matriz teórica-ideológica e que, em nossa concepção, podem ser aglutinados. Falamos aqui dos movimentos da Purple Pill, da Red Pill e da Black Pill. Em geral, estes movimentos são tratados em conjunto como compoendo a ideologia/teoria da Red Pill, que é descrita como tendo “the purpose of the Red Pill forum is to expose the “true nature” of feminism as oppressive to men and to help men reclaim their “rightful place” in society” (DIGNAM; ROHLINGER, 2019, p. 595).

Apesar destes movimentos serem tratados como um só ou sendo tratados como categorias de um mesmo movimento, entendemos que estes se distinguem pelo grau de radicalismo em relação às mulheres. Como dissemos, no Brasil, os movimentos das Pills tem Nessahan Alita como seu principal teórico, fator este que se constitui enquanto uma particularidade em relação ao observado em outras localidades.

Diferente dos MGTOWs que pregam e propagam a ideia que a emancipação e a liberdade dos homens dependem de um distanciamento das mulheres, caracterizando todas as mulheres como maléficas - seguindo os descritos homogeneizadores de Alita -, os movimentos das Pills entendem que os descritos de Alita não possuem validade universal, isto é, não abrangem todas as mulheres. Esta é uma diferença importante, pois nos assegura uma compreensão do grau de radicalismo apresentado por ambos os grupos que seguem Alita.

Os movimentos das Pills, ao compreenderem que há mulheres que não se enquadram no arquétipo maléfico descrito por Alita, passam a entender seus escritos como um guia para se evitar mulheres “ruins” ou “prejudiciais” e, em contraposição, achar mulheres “boas” ou “aceitáveis” para se estabelecer relacionamentos. Nesse quesito aparecem diversas concepções teóricas que relacionam os movimentos das Pills a valores conservadores-cristão e a ideias anti-progressistas. A ideia de que existem mulheres “prejudiciais” e mulheres “aceitáveis” é um ponto importante para diferenciarmos os agrupamentos que compõem aquilo que denominamos de movimentos das Pills.

Aqueles que compõem o movimento da Purple Pill são considerados otimistas: partindo das ideias de Alita, eles entendem que possuem conhecimentos para evitar “más” mulheres, mas assumem que a grande maioria delas são mulheres “boas” ou “aceitáveis”. Este conjunto, por ser “otimista” apresenta um comportamento anti-Estado menos intenso que os demais, mas ainda assim pode ser caracterizado como antifeminista e antifeminino.

Diferente daqueles que se consideram parte da Purple Pill, os Red Pill compreendem que há mais mulheres “prejudiciais” aos homens do que mulheres “boas” ou “aceitáveis”; isto é, a redpill, apesar de considerar a possibilidade de haver mulheres que auxiliem os homens em sua emancipação e liberdade, considera baixa a probabilidade dos homens encontrá-las. Esse grupo, o mais relevante dos agrupamentos que compõem o movimento das Pills, apresenta comportamentos presentes também nos MGTOWs, isto é, são antifeministas, antifemininos, e se opõe fortemente a políticas consideradas pró-mulheres nos âmbitos estatais. Diferente dos MGTOWs e semelhante aos Purple Pills, tem grande ligação com valores conservadores-cristão.

A Black Pill, por sua vez, apesar de entender que existem mulheres “prejudiciais” e “aceitáveis” entendem que os escritos de Alita são praticamente universais, isto é, as mulheres “aceitáveis” constituem uma rara “exceção”. Estão muito próximos aos MGTOWs e compartilham diversas visões com os indivíduos deste movimento, mas, ao contrário destes últimos, ainda querem ter relações amorosas ou buscam manter relações sociais com o sexo feminino. São antifeministas, antifemininos; anti-progressistas e adotam posturas anti-Estado. É válido ressaltar que um mesmo indivíduo pode se considerar participante dos dois movimentos (apesar das ideias divergentes existentes entre eles).

No Brasil, os movimentos das Pills vêm ganhando crescente destaque nos meios digitais, e seus participantes se organizam cada vez mais a fim de se contrapor a políticas “feministas” e progressistas existentes na sociedade brasileira. Entre os principais expoentes digitais e defensores dos movimentos das Pills temos Ricardo Thomé, dono do canal Projeto Conselho que conta com quase 100 mil inscritos; o canal RedCast, que busca promover a Red Pill no Brasil e aquele que consideramos o principal difusor da Red Pill no país, Bruno Giglio, dono do canal Social Arts.

Social Arts de Bruno Giglio é um canal disponível no Youtube criado em 2017 e que, atualmente conta com mais de 550 mil inscritos. Nele Bruno Giglio defende abertamente a Red Pill e tem como objetivo principal auxiliar homens no seu “desenvolvimento pessoal e profissional”. Ocorre, entretanto, que a ideia de desenvolvimento defendida pela Social Arts tem relação direta com a concepção de que homens de “alto valor”, ou seja, que se desenvolveram, têm maiores capacidades de encontrar mulheres “boas” ou “aceitáveis” ou pelo menos, dispor de mais mulheres para se relacionar. Nele há a defesa, clara, das ideias expressas por Alita (2005b) e de concepções antifeministas, antiprogressistas e anti-Estado, tal como podem ser percebidos na grande maioria de seus vídeos. A título de exemplo, estas ideias podem ser observadas nos títulos de seus vídeos: “As mulheres nunca quiseram tanto, oferecendo tão pouco” (GIGLIO, 2019); “Nessahan Alita estava Certo” (GIGLIO, 2021); “O narcisismo doentio da mulher moderna” (GIGLIO, 2021), etc.

Chama a atenção o fato de que Giglio utiliza-se do humor para propagar suas ideias (características do movimento da Red Pill) de forma sutil, mas com grande impacto para aqueles que entram em contato com elas pela primeira vez. O grande número de seguidores deste canal e de outros que compõem o movimento das Pills revela o grande impacto que estes movimentos possuem no tecido social brasileiro, impacto este em expansão (visto a existência de crescentes números de influenciadores, fóruns digitais e comunidades em redes sociais para se debater assuntos referentes a estes movimentos). Neste trabalho focamos em explicitar os principais nomes destes movimentos no Youtube Brasileiro, mas é fato que existem inúmeros outros em redes sociais como o Facebook, o Instagram e o TikTok.

Considerações Finais: Extrema-direita, MGTOWs e o Movimento das Pills

Os estudos das direitas ganharam força no século XXI, sendo a ascensão de grupos e governos de extrema-direita uma das principais razões deste fato. Apesar de comumente abordados, os conceitos de direita e extrema-direita possuem diversos significados, fator que dificulta sua conceituação e a realização de pesquisas acadêmicas. Tendo isto em mente, partimos da conceituação defendida por Silva et al. (2014), que compreende a direita como sendo o campo política que busca manter o *status quo* e reproduzir as dinâmicas basilares para as elites de determinada sociedade e a extrema-direita como o campo político que busca manter o *status quo* e o privilégio de alguns grupos a partir da utilização de meios violentos e de discursos preconceituosos, violentos e opressores.

Dentro dos movimentos de extrema-direita existem dois que são pouco estudados na academia brasileira; são estes o movimento MGTOW e o movimento que denominamos movimento das Pills. Apesar de pouco estudados na academia brasileira, estes movimentos têm ganhado crescente poder e influência no tecido social brasileiro, sendo crescentemente organizados e buscando impor pautas políticas antifeministas e antifemininas no campo político nacional.

Apesar destes movimentos existirem em diversas localidades do mundo, tendo maior ou menor importância a despeito do tecido social analisado, no Brasil, Nessahan Alita é o principal autor e referência para ambos os movimentos. Alita é um pseudônimo e sua identidade nunca fora revelada; apesar disto, seus escritos apresentam crescente influência e são propagados por diversos meios, sendo seus argumentos basilares para as ideias e ideais defendidos pelos MGTOWs e pelos movimentos das Pills. Estes movimentos, apesar de compartilharem a mesma matriz teórica, isto é, apesar de serem baseados nos escritos de Nessahan Alita, divergem em algumas questões centrais, como buscamos demonstrar.

Os MGTOWs compreendem que a liberdade e a emancipação masculina só podem ser alcançadas a partir de um distanciamento em relação às mulheres. Em essência, há o entendimento de que os homens, submetidos aos poderes dados às mulheres nas relações sociais, só conseguem ser livres eliminando ou diminuindo ao máximo seus

relacionamentos com mulheres - não somente os amorosos, mas também familiares e profissionais. Em suma entende-se que toda relação com as mulheres é potencialmente prejudicial aos homens. No Brasil, além deste movimento se basear nas ideias escritas por Alita, existe uma postura individualizante e anti-Estado ao mesmo tempo em que há uma busca por mitigar/eliminar qualquer avanço social ou político que dê espaço para as mulheres (ou na definição deste grupo “privilégios”). O principal porta voz deste movimento no Brasil é Don Sandro, autor que entende que o Estado Brasileiro é feminista, e busca lutar contra todos os avanços sociais “feministas” presentes na sociedade - luta esta que inclui leis como a Maria da Penha, por exemplo.

O movimento das Pills, por sua vez, é composto por diversos agrupamentos que também seguem os escritos de Nessahan Alita. Os grupos deste movimento se distinguem dos MGTOWs pois entendem que os escritos de Alita não são universais, isto é, para eles existem “boas” e “más” mulheres e os escritos de Alita serviriam como um guia para se livrar das “más” mulheres e reconhecer as “boas”. Neste movimento há indivíduos que são mais “otimistas”, isto é, entendem que existem mais mulheres “boas” que mulheres “ruins”, a indivíduos que entendem que os escritos de Alita são quase universais, exceto raras exceções (apesar de quererem manter relacionamentos com mulheres). O movimento das Pills tem crescido enormemente no Brasil, existindo centenas de influenciadores digitais e canais voltados para o assunto, canais dos quais destacamos o Projeto Conselho, de Ricardo Thomé; o Social Arts de Bruno Giglio e o canal denominado “RedCast”. Os grupos que compõem este movimento compartilham diversas características com os MGTOWs brasileiros, tal como a postura anti-Estado e a luta contra os denominados “privilégios” assegurados às mulheres pelo Estado Brasileiro; são antifeministas e antifeminos. Além disso, o movimento das Pills se aproxima enormemente de valores conservadores-cristãos, fato este que não é observado nos MGTOWs.

O estudo destes grupos se constitui enquanto uma importante tarefa a ser realizada pela academia brasileira, visto que ambos apresentam crescente importância no tecido social brasileiro e apresentam também crescente poder de mobilização, apresentando também crescente poder político e capacidade de exercer influência nas decisões tomadas pela sociedade brasileira.

Referências Bibliográficas

ALITA, Nessahan. O Magnetismo nas Relações Sociais: **A Submissão do Ser Humano através de suas Fraquezas**. Edição virtual independente 2002.

ALITA, Nessahan. **O Sofrimento Amoroso do Homem: Como Lidar com Mulheres (Apontamentos sobre um perfil comportamental feminino nas relações amorosas com o homem)**. Edição virtual independente, 2005a.

ALITA, Nessahan. **O Profano Feminino: Considerações sobre uma Face da Mulher que Ninguém Quer Encarar. In: O Sofrimento Amoroso do Homem - Vol. II**. Edição virtual independente de, 2005b.

DIGNAM, Pierce Alexander; ROHLINGER, Deana A. Misogynistic Men Online: How the Red Pill Helped Elect Trump. Sings: **Journal of Women in Culture and Society**, v. 44, p. 589-612, 2019. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/full/10.1086/701155?mobileUi=0>. Acesso em: 6 de nov. de 2022.

DON SANDRO. **O objetivo do meu canal e a formação da massa crítica!**. Youtube, 6 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ukkFNGZVAvg&t=132s>. Acesso em: 6 de nov. de 2022.

GENTILE, Fabio. A direita brasileira em perspectiva histórica. **Plural**, v. 25, n. 1, p. 92-110, 2018. Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/149017>>. Acesso em: 6 de nov. de 2022.

GIGLIO, Bruno. **As mulheres nunca quiseram tanto, oferecendo tão pouco**. YouTube, 5 de abril de 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4ybY6aFaIiY>>. Acesso em: 6 de nov. de 2022.

GIGLIO, Bruno. **Nessahan Alita estava Certo**. Youtube, 21 de maio de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hisAa-4rS90&t=1s>>. Acesso em: 6 de nov. de 2022.

GIGLIO, Bruno. **O narcisismo doentio da mulher moderna**. YouTube, 4 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VoIghZD-tIE&t=82s>>. Acesso em: 6 de nov. de 2022.

JONES, Callum; TROTT, Verity; WRIGHT, Scott. Sluts and soyboys: MGTOW and the production of misogynistic online harassment. **New Media & Society**, v. 22, n. 10, p. 1903-1921, 2019. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1461444819887141>>. Acesso em: 06 de nov. de 2022.

LIN, Jie Liang. Antifeminism Online: MGTOW (Men Going Their Own Way). In: FRÖMMING, Urte Undine; KÖNH, Steffen; FOX, Samantha; TERRY, Mike (orgs.). **Digital Environments: Ethnographic Perspectives Across Global Online and Offline Spaces**. 2017, p. 77-96. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctv1xxrxw.9#metadata_info_tab_contents>. Acesso em: 06 de nov. de 2022.

SILVA, Adriana Brito; BRITES, Cristina Maria; OLIVEIRA, Eliane da Cássia; BORRI, Giovanna Teixeira. A extrema-direita na atualidade. **Serviço Social e Sociedade**, n. 119, p. 407-445, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/nTkhttps://www.scielo.br/j/sssoc/a/nTk6JtjrXGqcpGVcr8Rj4Wx/?lang=pt#6JtjrXGqcpGVcr8Rj4Wx/?lang=pt#>>. Acesso em: 06 de nov. de 2022.

Simpósios Temáticos: História e audiovisual: diálogos e disputas pela memória

Vítima ou algoz? Representações cinematográficas dos múltiplos papéis do Japão na Segunda Guerra Mundial

Raquel Damasceno Martins dos Santos⁴²⁶

Mikayla Grace Werneck⁴²⁷

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir as disputas de memória que cercam a participação do Japão na Segunda Guerra Mundial usando como fonte dois filmes: *Gen Pés Descalços* (1983) e *The Battleship Island* (2017). Para isso, partiremos das categorias de algoz e vítima no sentido de entender o papel múltiplo que o Japão teve durante a guerra, ora como perpetuador de violações, ora como alvo delas. Também conversaremos com o debate a respeito do negacionismo dentro da historiografia japonesa a respeito dos crimes cometidos durante a Segunda Guerra Mundial e do ideal nacionalista que motiva tais práticas. O objetivo é mobilizar essas ideias e a disputa de memória que permanece entre os dois países até o presente para refletir sobre a lugar de onde partem as duas obras e a narrativa que promovem, contrastando-as como representações dos dois lados do Japão na guerra.

Palavras-chave: Cinema, Japão, Narrativas, Negacionismo, Memória

ABSTRACT

⁴²⁶ Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação, Currículo e Ensino de História (GEPACEH) coordenado pelo prof. Dr. Marcus Leonardo Bomfim Martins.

⁴²⁷ Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, voluntária de Iniciação Científica sob a orientação do professor Dr. Marcus Leonardo Bomfim Martins e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação, Currículo e Ensino de História (GEPACEH) coordenado pelo prof. Dr. Marcus Leonardo Bomfim Martins.

This paper aims to discuss the memory disputes surrounding Japan's participation in World War II using two films as sources: *Barefoot Gen* (1983) and *The Battleship Island* (2017). To do so, we will emanate from the categories of executioner and victim in order to understand the multiple roles that Japan played during the war, sometimes as a perpetrator of violations, sometimes as a target of them. We will also discuss the debate about the denialism within Japanese historiography regarding the crimes committed during the Second World War and the nationalist ideal that motivates such practices. The goal is to mobilize these ideas and memory disputes between the two countries that remain up to the present to reflect on the place where the two works and the narrative they promote depart from, contrasting them as representations of the two sides of Japan in the war.

Keywords: Cinema, Japan, Narratives, Denialism, Memory

1. Introdução

A memória a respeito da Segunda Guerra Mundial é exaustivamente utilizada pela indústria cinematográfica desde o período em que o conflito ainda estava em desenvolvimento, tornando-se uma área de estudo bastante rica e diversificada. No presente trabalho, essa potencialidade será explorada a partir das representações cinematográficas produzidas a respeito da atuação do Japão no período da guerra e do conflito de memória na sociedade que elas refletem. Por um lado, existe a ideia de um país vítima da bomba atômica e da crueldade extrema por parte dos Estados Unidos; por outro, vemos um Japão algoz que, em sua posição de colonizador e imperialista, oprimia e explorava populações ao redor da Ásia.

Nosso objetivo é analisar o filme japonês *Gen Pés Descalços* (1983) do diretor Mori Masaki e o sul-coreano *The Battleship Island* (2017) do diretor Ryoo Seung-wan, ambos explorando a experiência da guerra dentro do Japão, mas a partir de pontos de vistas diferentes. O primeiro acompanha um menino japonês de seis anos e sua família enquanto eles tentam sobreviver aos efeitos da guerra em Hiroshima, antes e depois da destruição causada pela bomba atômica. O segundo narra a história de cerca de 400 coreanos que foram forçados a ir para a ilha de Hashima para extrair carvão em nome do Império Japonês e sua tentativa de fuga nos últimos dias do conflito.

A análise partirá do pressuposto de que estas obras são parte de um complexo cenário de disputa de memória envolvendo o Japão e suas ex-colônias, nesse caso a Coreia do Sul, que permeia a historiografia, as relações internacionais e a vida em sociedade nos dois países até o tempo presente. Além disso, entendemos que qualquer produção cinematográfica tem um poder de alcance maior e uma sensibilidade mais penetrante quando comparada a historiografia para o grande público, o que confere um caráter importante de perpetuar de determinada memória para cada um dos filmes analisados. Como colocado por Miriam de Souza Rossini,

Na medida em que um filme tem o poder de produzir um efeito de real tão forte no espectador que o faz tomar a representação pela coisa real (a cena representada), confusão esta que por vezes chega a atingir até o pesquisador, parece-me que se abre uma possibilidade muito grande de instrumentalização do filme histórico, pois ele não está sujeito às normas da produção histórica de cunho científico. (ROSSINI, 1999: 119)

Dessa maneira, o objetivo será analisar quais as memórias mobilizadas pelos dois filmes selecionados a respeito do papel desempenhado pelo Japão durante a Segunda Guerra Mundial. Procuraremos trabalhar com a dicotomia de vítima ou algoz de maneira a entendê-la e complexificá-la, partindo das obras cinematográficas como fontes de como o país esteve em mais de uma posição ao mesmo tempo. O autor Mario Marcelo Netto faz uso dessas duas categorias em seu artigo “Entre a bomba atômica e os crimes de guerra: o negacionismo e a historiografia japonesa em perspectiva” onde busca entender como a historiografia no Japão lida com a memória da Segunda Guerra Mundial e das posições ocupadas pelo império nesse contexto. Segundo ele, “questões que envolvem o processo de invasão estadunidense no Japão no século XIX, passando pela Segunda Guerra Mundial e chegando a eventos ainda mais recentes, ocupam pequenos espaços nos departamentos de história do Japão” (NETTO, 2021: 55).

Além disso, o autor identifica uma forte presença de historiadores negacionistas na universidade no que diz respeito aos crimes de guerra cometidos, além de uma necessidade de esquecimento dos traumas por parte da sociedade. Ou seja, o cenário na academia e no espaço público japonês parece ser um de apagamento, ou, como colocado por Netto, sepultamento desse passado em nome de uma narrativa única. Porém, assim como ele, acreditamos que “necessita-se de uma compreensão não maniqueísta deste

passado e de uma produção analítica crítica que demande justiça aos mortos, e, na mesma medida, demande punição aos culpados.” (NETTO, 2021: 55). Sendo assim, buscaremos analisar as duas obras escolhidas a partir de um prisma multifacetado que nos permita perceber as facetas não apenas dicotômicas que o Japão e sua população tiveram no contexto da Segunda Guerra Mundial.

2. *Battleship Island* e o Japão como algóz: o caso das mulheres de conforto

Para trabalhar o aspecto de algóz do Japão durante a Segunda Guerra Mundial, escolhemos o filme sul-coreano *The Battleship Island* lançado em 2017 e que teve uma boa recepção de público e crítica. A trama é baseada na história real de um grupo de coreanos mantidos em diversos sistemas de escravidão por parte do Império japonês na ilha de mineração Hashima, pertencente ao território de Nagasaki. Durante o filme, o espectador acompanha uma série de protagonistas que enfrentam diferentes faces da exploração sofrida nesse cenário de opressão e destruição extrema, indo dos perigos da extração de minério até a escravidão sexual.

Ao longo do filme acompanhamos como esses diversos personagens utilizam dos recursos disponíveis para negociar sua sobrevivência e melhorar suas condições. Em alguns casos, a melhor maneira de garantir isso era colaborar com os japoneses que coabitavam a ilha, criando uma espécie de comunidade fechada com suas hierarquias internas, e o tom do filme é explicitamente crítico ao que aderem a essa prática. O modo mais glorificado de sobrevivência é a resistência coletiva, sendo presente ao longo de toda a obra uma narrativa que glorifica a união de todos os coreanos da ilha como sendo a única solução para a situação.

Para delimitar melhor a análise da obra optamos por focar na narrativa presente a respeito das “mulheres de conforto”, nome considerado pejorativo para descrever as mulheres que viveram sob um sistema de escravidão sexual durante o período do imperialismo japonês, mais especificamente dentro da Segunda Guerra. Na realidade, o termo mais adequado para se referir a estas vítimas talvez seja meninas porque a maioria eram adolescentes ou pré-adolescentes. O filme aborda essa faceta ainda mais cruel da máquina japonesa com uma das personagens que, sendo apenas uma criança, conta com

sua esperteza, seus talentos artísticos e com os contatos de seu pai para evitar a situação da escravidão sexual.

Essas meninas e mulheres eram sequestradas à força ou atraídas por propostas de trabalho falsas feitas por soldados japoneses e levadas para regiões onde tropas estavam estabelecidas. No caso de *Battleship Island* vemos uma variação dessa tendência já que a ilha não era uma base militar, mas, ao mesmo tempo, era parte central para o esforço de guerra japonês visto que fornecia minério. Viviam em condições precárias e tinham que atender a dezenas de homens diariamente num sistema estatal organizado que obrigava os soldados a usarem preservativos para impedir que doenças se espalhassem. Como colocado por Sun Young Nam, apesar de ser uma prática bem conhecida

A questão das ‘Mulheres de Conforto’, durante cerca de 50 anos, não foi vista como um facto histórico ‘verdadeiro’, muito devido ao silêncio por parte das vítimas do crime sexual, no entanto, quando na década de 90 estas vítimas trouxeram a história ao de cima, foi revelada uma outra ‘realidade’, emergindo assim um novo facto histórico e o início dos movimentos feministas. (NAM, 2018: 8)

A autora faz uma análise do cenário que as mulheres coreanas sobreviventes encontraram quando retornaram a suas casas e o que imperou foi o medo do julgamento por parte de uma sociedade extremamente patriarcal e que já tinha problemas considerados muito maiores para se preocupar. Outra questão importante que propiciou o apagamento dessas experiências é apontado por Bruce Cumings: “to open up inquiry on this sexual slavery would be to find that many women were mobilized by Korean men” (CUMINGS, 1997: 179). Dessa maneira, não apenas o patriarcado silenciou essas vítimas, mas também seus próprios compatriotas que temiam tocar num tema que traria a tona feridas do período colonial a respeito do colaboracionismo.

O primeiro testemunho só surgiu na década de 90 com a ascensão de movimentos feministas na Coreia do Sul e o fim dos governos ditatoriais e, desde então, muitos esforços vêm sendo feitos para conseguir justiça. Essa disputa por memória se dá em muitos âmbitos, tanto dentro da Coreia e do Japão como entre os dois países em um problema de relações internacionais que se arrasta há décadas. Por muito tempo o governo coreano não deu a devida atenção ao problema e, por sua vez, o governo japonês sempre se recusou a assumir responsabilidade por estes crimes. Além disso, a sociedade patriarcal

encontrada nos dois países faz uma leitura que entende a escravidão sexual mais como uma invasão da propriedade dos homens responsáveis por essas mulheres do que um crime contra elas. No filme, vemos um reflexo do passar do tempo e da inscrição cada vez maior dessa memória dentro da sociedade sul-coreana pois vemos essas mulheres exploradas também como heroínas e peças centrais para a fuga da ilha.

O grande debate que se dá no âmbito das relações internacionais dos dois países é a respeito da indenização reivindicada pelas vítimas que não se sentem contempladas pelas duas feitas em dinheiro ao longo dos anos. De acordo com Nam, essas mulheres “desejam não uma indenização em dinheiro, mas sim um pedido sincero de sinceras desculpas, ou seja, uma indenização moral” (NAM, 2018: 14). O próprio uso do termo “mulheres de conforto” é criticado pelas vítimas e por especialistas pois perpetua uma lógica de culpabilização das vítimas como se estivessem ali de maneira voluntária como parte do esforço de guerra, discurso muito usado pelo governo japonês.

A recusa do Japão ao longo dessas décadas em emitir um pedido de desculpas formal se dá a partir de uma série de justificativas, como a mencionada acima do suposto caráter voluntário e não escravista da prática. Também se recusam a aceitar que houve participação de seu exército em atos de sequestro, afirmando que eram prostitutas que faziam tais trabalhos sem atos de coerção. Para defender tais noções usam a falta de provas materiais, comum em casos de guerra quando registros são queimados, e a demora de pronunciamento das vítimas, causada pela já debatida pressão patriarcal e vergonha.

A própria população japonesa, enraizada em seu nacionalismo, tende a concordar com a atitude estatal de ignorar os problemas do passado pois vê a questão da escravidão sexual no período da guerra como uma mancha na reputação de seu Estado e não como uma violação dos direitos humanos que precisa ser reparada. Já na Coreia do Sul, uma significativa parte da população ainda enxerga a violência sofrida por essas mulheres como uma desonra ao povo coreano cometida pelas próprias vítimas. Apesar dessas visões patriarcais nos dois países, existe também luta por reparação de ambos os lados a muitas décadas e nesse âmbito uma reivindicação central é a da consulta da população e das vítimas nas negociações de indenização, algo negligenciado em todos os acordos traçados até então.

3. *Gen Pés Descalços* e o Japão como vítima: o caso das bombas atômicas

O segundo filme a ser trabalhado também é baseado em uma história real, adaptado de um mangá de caráter anti-guerra com o mesmo nome publicado entre 1973 e 1987. A história foi vagamente baseada nas próprias experiências de Keiji Nakazawa, o autor do mangá, como sobrevivente de Hiroshima. No filme, somos apresentados ao Gen Nakaoka e a sua família que estão passando por dificuldades nos dias finais da Segunda Guerra Mundial, entre os problemas a escassez de comida — levando à má-nutrição da mãe grávida — e os avisos constantes de ataque aéreo. Durante esse início do filme, antes da bomba cair, o pai de Gen é visto criticando a permanência do governo japonês na guerra.

Sendo assim, após a bomba cair — e com várias imagens extremamente gráficas da queda e das mortes subsequentes —, os irmãos e o pai do garoto morrem, deixando vivos somente a mãe grávida e Gen. Os dois enfrentam uma série de dificuldades nos dias subsequentes, como o parto da mãe, a fome e os efeitos da radiação. Ao longo da obra, há críticas contínuas ao Império japonês, apontadas pela mãe do menino como culpado pela vitimização de quase toda sua família.

Este filme se mostra particularmente interessante para nossa pesquisa por causa da obra original e os problemáticas que envolvem ela. O mangá mostra certos eventos como tropas japonesas decapitando e esfaqueando cidadãos em outros países asiáticos, o Massacre de Nanquim (ou Estupro de Nanquim), um relato publicizado de dois soldados com o objetivo de matar 100 cidadãos chineses primeiro em um concurso, entre outros crimes cometidos. Essas representações “mal-vistas” das ações das tropas japonesas têm deixado uma certa aflição nos grandes nacionalistas do Japão, que por sua vez têm afirmado que o mangá espalha falsidades sobre o Império durante a Segunda Guerra Mundial.

Como resultado dessa inconformidade, vemos que em 2013, o conselho escolar da cidade de Matsue retirou o mangá das bibliotecas de escolas primárias e ginasiais. Essa decisão foi tomada após uma reclamação anônima de que as crianças teriam uma percepção errada da história porque a obra descreve atrocidades cometidas por tropas japonesas que não ocorreram. Um outro caso ocorreu em 2014, dessa vez na cidade de

Izumisano, na qual o prefeito Hiroyasu Chiyomatsu declarou que a linguagem utilizada na obra impactava os direitos humanos, fazendo referências a algumas expressões utilizadas para se referir aos pobres.

Ainda que seja destacado regularmente a falta de consciência da responsabilidade pela violência, Fukuma Yoshiaki (2021) aponta para um conflito geracional no Japão. De acordo com o sociólogo, a “geração de meados da guerra” iniciou na década de 1960, década na qual iniciou também a chamada *genbaku bungaku*, ou “literatura da bomba atômica”, movimentos de narrar suas experiências da guerra tendo como base uma ideologia anti-guerra. Fukuma aponta que a geração mais jovem que criticava o confinamento da “mentalidade de vítima” não teve uma experiência de guerra, portanto, não teve memórias traumáticas da guerra nem memórias dos crimes cometidos pelo Japão. Assim, a questão de como cada nova geração se relaciona com a memória da guerra, a partir das várias narrativas que descrevem o evento da Bomba Atômica, aponta a existência de um *gap* entre gerações sobre a apropriação ou não de certas representações” (GONÇALVES, 2011: 18).

Nesse sentido, Gonçalves (2011) destaca a subjetividade e a narratividade das experiências das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, expondo como certos discursos associados às bombas alimentam o nacionalismo e a identidade nacional, pois “as bombas são indicativas da derrota do Japão e, portanto, de um nacionalismo do pós-guerra, fundamentado na derrota e no trauma, ao invés de em feitos heróicos” (GONÇALVES, 2011: 24). Assim, podemos relacionar “mentalidade de vítima” e a tradição do *bushido*, destacado por Neto (2021). Tendo como base as colocações de Fukuma, se por um lado, temos uma mentalidade de vítima que denuncia a guerra e suas atrocidades, por outro, vemos uma forte ideologia nacionalista que honra o exército do Império Japonês que iniciaram na e após a décadas de 1980. Porém, como Neto destaca,

Para um país com a tradição do bushido, pautada, sobretudo na lealdade e na honra, o exército imperial é acusado (algo fartamente comprovado) de crimes em temáticas condenadas socialmente e recalçadas como tabus sociais públicos; o que não significa que não sejam praticados no ambiente privado. Todas as práticas de crimes cometidos pelo exército imperial derivam de estupro coletivo, mutilação e massacre, canibalismo e animalização dos prisioneiros de guerra. Nenhuma das características do bushido pode ser percebida aqui. (NETO, 2021: 47)

Assim, podemos perceber que os vários movimentos japoneses pretendem não somente negar os crimes cometidos por Japão, mas silenciar as experiências traumáticas da população japonesa. Nesse sentido, Neto destaca como as narrativas oficiais sobre a bomba atômica tentam realizar um silenciamento do passado, tendo como objetivo uma certa superação do evento: “para a história oficial japonesa, quando se trata de apontar culpados, a bomba atômica já passou, não faz parte do presente” (NETO, 2021: 55-56).

4. Conclusão

Sendo assim, levando em consideração que nenhuma das obras analisadas neste trabalho são trabalhos historiográficos propriamente dita, elas não pretendem representar eventos históricos enquanto *factos* históricos. Elas derivam de iniciativas de representar um passado por meio de uma memória, seja ela individual ou coletiva. Logo, a referencial hegemônica de olhar para o Japão como uma vítima não deveria ser desconsiderada. Ao contrário, ela deveria ser levada em consideração tanto quanto a violência cometida pelo Japão, pois

O conceito de verdade na historiografia dominante do segundo pós-guerra é definido como uma verdade referencial, uma perspectiva, um "ponto de fuga" identificável em fontes e evidências geradas pelo passado. Além disso, a busca pela verdade histórica, ainda que no limite essa verdade seja inalcançável — posto que o conhecimento histórico é sempre passível de interpretações —, deve ser um compromisso ético e ontológico do historiador. (NAPOLITANO, 2021: 110)

Trabalhar com uma dicotomia entre “vítima” ou “algoz”, no sentido de que a nação poderia ter sido ou um ou o outro, não se apresenta como potente para nosso discurso. Como temos visto até agora, há vários fatores a serem considerados. A narrativização das experiências traumáticas de ambos os sobreviventes das bombas atômicas e das “mulheres de conforto” não deveriam ser consideradas meramente como “vitimismo” ou “falsas”, respectivamente. Percebemos, portanto, dois papéis simultâneos de Japão na Segunda Guerra Mundial: um papel de vítima da população japonesa — particularmente de Hiroshima e Nagasaki —, como demonstrado no filme *Gen Pés Descalços*, e um papel de algoz do exército japonês, como demonstrado no filme *The Battleship Island*. Consideramos importante fazer essa separação entre a população japonesa e o aparato imperial para que a categorização não seja tão dicotômica.

5. Referências bibliográficas

CUMINGS, Bruce. **Korea's Place in the Sun: A Modern History**. New York: W. W. Norton, 1997.

FUKUMA, Yoshiaki. <Research Notes>The Arguments on War Experience in Postwar Japan and "Criticism of Victim Mentality". **京都メディア史研究年報**, v. 7, p. 217-212, 2021.

GONÇALVES, Ana Cristina. **Representações de Hiroshima: a problemática da representação a partir de Gen Pés Descalços**. 2011. Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Cultura Japonesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

NAM, Sun Young. **As relações diplomáticas entre a Coreia do Sul e o Japão: o caso das 'Mulheres de Conforto' da Coreia**. 2018. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa. Lisboa, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Novos combates pela História: desafios — ensino**. São Paulo: Contexto, 2021. p. 85-115.

NETO, Mario Marcello. Entre a bomba atômica e os crimes de guerra: o negacionismo e a historiografia japonesa em perspectiva. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 87, 2021.

ROSSINI, Miriam de Souza. As marcas da História no cinema, as marcas do cinema na História. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 12, dez. 1999.

Simpósios Temáticos: Patrimônio, História e Memória: práticas educativas, políticas, sociais e os desafios da interdisciplinaridade

Riscos e desafios à preservação de Ouro Preto

*Giovana Martins Brito*⁴²⁸

Resumo: Este artigo traz como objeto de estudo o sítio histórico de Ouro Preto e busca compreender os desafios colocados à sua preservação entre a década de 1980 e o início dos anos 2000, isto é, tem como ponto de partida o seu reconhecimento como Patrimônio Mundial. Diante de um acelerado processo de descaracterização e degradação ao patrimônio, diversas dificuldades são colocadas à preservação do conjunto. Neste contexto, ressaltamos o incêndio no Hotel Pilão (2003) e suas repercussões a partir do “Movimento Chama – Consciência e Prevenção contra o fogo”, considerando as discussões levantadas em torno do risco de incêndio.

Palavras-chave: Ouro Preto; Preservação; Patrimônio; Incêndio.

Abstract: This article presents the historical site of Ouro Preto as its object of study and seeks to understand the challenges posed to its preservation between the 1980s and the beginning of the 2000s, that is, its starting point is its recognition as a World Heritage Site. Faced with an accelerated process of de-characterization and degradation of the heritage, several difficulties are posed to the preservation of the set. In this context, we emphasize the fire at the Hotel Pilão (2003) and its repercussions from the “Flame

⁴²⁸ Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Membro do Laboratório de Patrimônios Culturais (LAPA/UFJF)

Membro do Grupo de Pesquisa em Patrimônio e Relações Internacionais (CNPq)

giovana.brito@ich.ufjf.br / giovana_mb@outlook.com / giovana.brito@estudante.ufjf.br

Movement – Awareness and Prevention against fire”, considering the discussions raised around the risk of fire.

Keywords: Ouro Preto; Preservation; Heritage; Fire.

Ouro Preto Monumento Mundial

Ouro Preto foi declarada Monumento Nacional em 1933, antes mesmo da criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Posteriormente, em 1938, teve seu conjunto urbano e arquitetônico devidamente tombado. Consolidando sua trajetória enquanto espaço propulsor para o movimento preservacionista no Brasil, foi também o primeiro bem cultural brasileiro a ser reconhecido como Monumento Mundial pela Unesco no ano de 1980. Assim, são elencados os critérios para sua inscrição à Lista do Patrimônio Mundial, os quais: “(I) representar uma obra-prima do gênio criativo humano; (III) aportar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva ou que tenha desaparecido”⁴²⁹.

Localizada 513 km ao norte do Rio de Janeiro, Ouro Preto foi o principal ponto focal de todo o período denominado "a idade de ouro do Brasil". Originalmente chamada de Vila Rica, esta cidade desempenhou um papel importante na história do Brasil no século 18. Foi criado por milhares de soldados ansiosos por fortunas e por enriquecer explorando os depósitos de ouro; foram seguidos por um grande número de artistas que vieram para se estabelecer e realizar

⁴²⁹ UNESCO, Centro do Patrimônio Mundial da. **Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial**, 2012.

obras de uma notável qualidade como a igreja de São Francisco de Assis do Aleijadinho. Ouro Preto é considerada um patrimônio ímpar por suas igrejas, sua arquitetura urbana simples mas original, suas pontes, suas fontes e sua localização. É principalmente sua homogeneidade geral e caráter global que o tornam uma propriedade cultural única. Como primeira capital do estado de Minas, Ouro Preto é de interesse local; como centro mineiro da Idade de Ouro do Brasil, é de interesse nacional, e como centro único da arquitetura barroca, tem um valor universal excepcional. Ouro Preto é uma obra-prima artística e urbanística ímpar e indicada para inclusão na Lista do Patrimônio Mundial pelos critérios 1 e 3 da Convenção. (ICOMOS, 1980, tradução nossa)

Na cerimônia de inscrição de Ouro Preto na Lista do Patrimônio Mundial, em 21 de abril de 1981, o Diretor Geral da Unesco, Sr. Amadou-Mahtar M'Bow, ressalta diversos pontos da história de Ouro Preto e afirma a importância de sua preservação no contexto mundial⁴³⁰. Assim, dá destaque aos artesãos negros e mulatos cuja mão de obra e inteligência resultou na riqueza sobre a qual repousa a antiga Vila Rica. Desse modo, a produção artística e cultural deste momento representa a fusão de estilos, sensibilidades, épocas, modos de vida e de expressão, os quais se cruzam e se mesclam formando as diversas conexões entre Europa, América e África. Não é possível pensar aqui em uma história que se constrói separada ou isoladamente. Outra questão fundamental trazida neste discurso é a visão ampliada e abrangente da noção de preservação, que compreende agora todo o conjunto da paisagem. Isto é, a relação de harmonia e equilíbrio entre o traçado das construções e o encadeado de montanhas é ressaltada como aspecto fundamental deste patrimônio. Por fim, enfatiza-se o valor da participação ativa da comunidade local e o apoio de toda a população em prol da salvaguarda de Ouro Preto (M'BOW, 1981).

La fe de los descendientes de africanos, así como la fe de los demás niños oprimidos del Brasil colonial, arrancó apasionadamente de la piedra y la madera expresiones de un imaginario eminentemente brasileño. (...)

Me complace subrayar que la ejecución del plan de conservación y de revalorización de Ouro Preto comprende no sólo los trabajos de restauración y de habilitación necesarios para mantener la coherencia,

⁴³⁰ M'BOW, Amadou Mahtar. **Discurso Del Sr Amadou Mahtar M'Bow con ocasión de La ceremonia de inscripción de Ouro Preto en La Lista del Patrimônio mundial cultural y natural**, 1981. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000044421_spa>. Acesso em: 20 nov. 2022.

el equilibrio y las características de esta ciudad monumento, sino también la protección de su marco natural que es uno de sus elementos capitales. La armonía y la variedad del paisaje, el perfil de las montañas coronadas por cumbres de singular belleza, forman parte del valor universal que es necesario proteger a toda costa del deterioro. (M^BOW, 1981)

Ouro Preto foi então inscrita na Lista do Patrimônio Mundial em setembro de 1980 e para celebrar este momento Afonso Arinos de Melo Franco pronunciou um discurso durante a cerimônia comemorativa que foi publicado no *Jornal do Brasil*, sendo intitulado “Saudação a Ouro Preto”⁴³¹. Seu texto evoca o processo histórico de formação da cidade desde o período colonial até a República, destacando a vitória sobre as limitações geográficas e sociais. Valoriza a criatividade do seu povo, capaz de elaborar originais manifestações culturais e formar ideias políticas avançadas para a época, trazendo à luz a figura de importantes artistas e mártires. Constituída de escultores, pintores, poetas, parlamentares, mestres e sábios, foi construída pelo trabalho dos negros escravos que carregaram as pedras que sustentam as edificações. Por tudo isso, sua obra coletiva consagrou-se patrimônio da humanidade, pois “a todos absorve, ilumina e inspira”. Assim, Arinos compreende a cidade atravessando sua dimensão temporal: “Relíquia e exemplo, saudade do passado, esperança do futuro, Ouro Preto é o que foi e o que será” (FRANCO, 1980).

O cenário local: Expectativas *versus* Realidade

Apesar de ser agraciado com o título de Monumento Mundial, o conjunto histórico de Ouro Preto encarava diversos problemas na realidade. Atento a essas questões, Carlos Drummond de Andrade⁴³², colaborador do *Jornal do Brasil* na época, refletiu sobre o preocupante estado de conservação da cidade. Assim, ao evidenciar o impacto dos

⁴³¹ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Saudação a Ouro Preto. *Jornal do Brasil*. 29 jul. 1980. Opinião, p. 11.

⁴³² ANDRADE, Carlos Drummond de. O título e a realidade. *Jornal do Brasil*, 4 set. 1980. Caderno B, p.7.

processos de deterioração e degradação dos bens culturais indaga o que de fato representaria essa congratulação:

Ouro Preto, monumento nacional sacrificado pela poluição de uma fábrica de alumínio, torna-se monumento mundial, por iniciativa da UNESCO. A continuar o atual estado de coisas, quando a cidade for memória de uma ruína, será declarada monumento interplanetário. (ANDRADE, 1980)

Por outro lado, esse momento também trouxe uma série de expectativas quanto às novas possibilidades que poderiam surgir para ajudar a impulsionar ações de preservação, haja vista o papel de destaque em que foi colocada a cidade. Desse modo, a notícia foi recebida com entusiasmo e esperança na perspectiva de que a partir de agora obras de infraestrutura que exigiam maiores recursos poderiam enfim ser executadas com outros investimentos e parcerias. Sob esse aspecto espera-se que a Unesco passe a atuar de forma mais presente, fazendo pressão nas autoridades brasileiras e compartilhando sua capacidade técnica (TORRES, 1980). Logo, gestores locais e regionais trataram de expressar algumas das dificuldades vivenciadas e as medidas que precisavam ser tomadas:

Desde que um país aceite que um dos seus bens culturais seja declarado de interesse universal, ele implicitamente estará se comprometendo, perante a comunidade mundial, a **zelar por todos os meios por esse bem**”, explica o Diretor Regional do Sphan, Sr. Roberto Lacerda. De acordo com ele, tendo declarado Ouro Preto Cidade Monumento Mundial, a **UNESCO poderá cobrar e pressionar as autoridades brasileiras** para que os complexos problemas que ameaçam Ouro Preto - **das ameaças dos fenômenos geológicos à desfiguração paisagística e arquitetônica, passando por ameaças, como incêndios e depredações de toda ordem** - sejam atacados e resolvidos. (...)

Problemas de infraestrutura são também invocados pelo Secretário Municipal de Obras Sr. Sérgio Queirós, que vê a próxima elevação da Cidade a Monumento Mundial como a possibilidade de evitar uma das maiores causas da **desfiguração arquitetônica** da ex-Vila Rica: a **falta de recursos**. A **restauração de um casarão em Ouro Preto sai caríssima**, pois são construções sofisticadas, com estruturas de madeira. O resultado é que a maior parte dos proprietários prefere demolir as casas e refazê-las em concreto armado, do que decorre a verdadeira **falsificação do barroco** por que o conjunto da cidade vem passando.

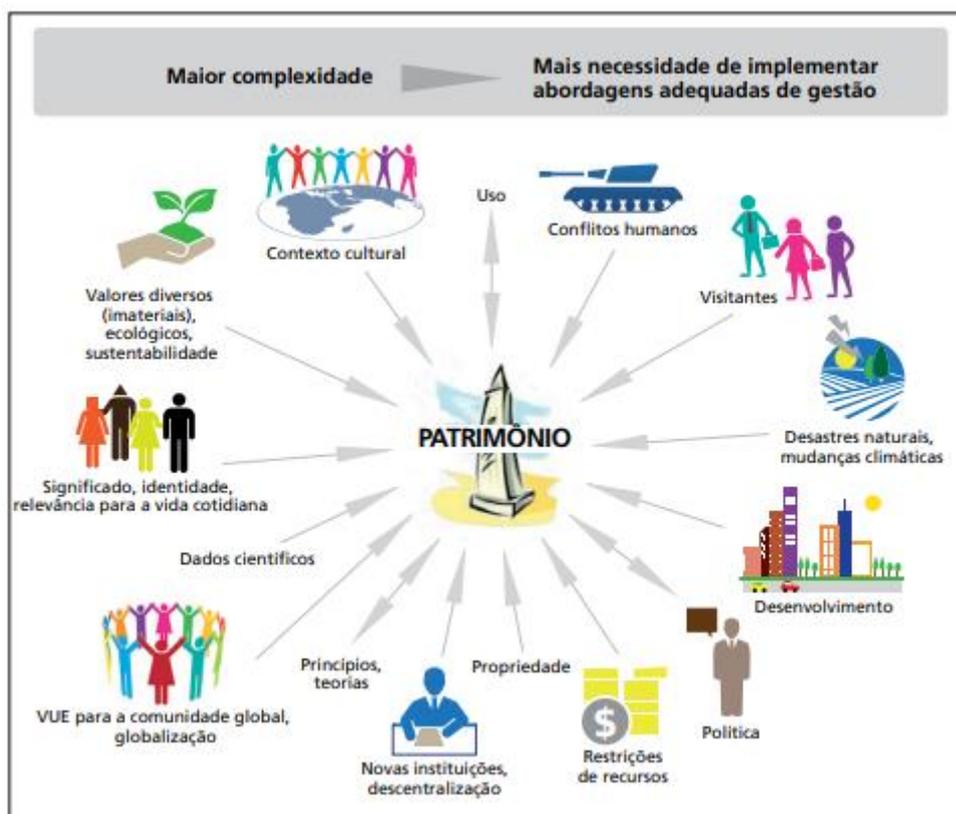
De acordo com o Secretário de Obras, agora que a cidade iniciará obras de **restauração de sua rede de esgotos**, o recebimento desse título - que ocorre pela primeira vez na história do país - facilitará a ele os

meios de **conseguir recursos federais** para outras **obras urgentes de infraestrutura urbana**, como a construção de um **novo sistema de captação e de distribuição de água**.

E quem sabe que isso incentivará o Governo a construir também a **estrada perimetral**, que resultará, por sua vez, na construção de uma **nova rodoviária** e na definitiva **retirada do trânsito pesado da zona do núcleo histórico**, cujo conjunto arquitetônico e monumentos têm sofrido tantos danos por causa dele?”, pergunta o Secretário. (...) (TORRES, 1980, grifos nossos)

Portanto, o crescimento acelerado da cidade de Ouro Preto e sua elevação a Monumento Mundial fizeram surgir novas nuances na dinâmica deste espaço. Isto é, as complexidades na gestão do território são amplificadas com o adensamento de outras tensões políticas e econômicas. Nesse sentido, a proteção dos bens culturais se depara com as demandas da contemporaneidade, suscitando embates entre passado, presente e futuro. A ilustração a seguir, exemplifica os diversos tópicos que atravessam a abordagem do patrimônio:

Imagem 1: Problemáticas colocadas à salvaguarda do patrimônio



Fonte: UNESCO; IPHAN. **Gestão do Patrimônio Mundial cultural**: Manual de referência do patrimônio mundial. Brasília, 2016. p. 18

Desafios à preservação de Ouro Preto

Para identificar as ameaças à preservação do conjunto histórico de Ouro Preto foi realizada uma consulta aos relatórios disponibilizados pela Unesco, referentes às missões de monitoramento realizadas pelos técnicos do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos). Além disso, foi feita uma pesquisa em torno das reportagens publicadas entre 1980 e início dos anos 2000 nos seguintes periódicos: Jornal de Ouro Preto; Jornal do Brasil; Folha de São Paulo; Estadão. A partir disso, podemos listar então os principais riscos encontrados:

Imagem 2: Tabela sobre as principais ameaças ao Patrimônio Cultural de Ouro Preto

1. Ocupação desordenada dos morros	8. Impactos do trânsito pesado na zona do
------------------------------------	---

<p>circundantes;</p> <p>2. Descaracterização paisagística e arquitetônica;</p> <p>3. Ameaça à proteção do sítio arqueológico do Morro da Queimada;</p> <p>4. Ameaça de ocorrências de fenômenos geológicos/Áreas de instabilidade geológica;</p> <p>5. Infraestrutura urbana insuficiente;</p> <p>6. Obras irregulares, acúmulo de processos judiciais, ausência/não aplicação das normas legais, fiscalização insuficiente;</p> <p>7. Falso histórico/Falsificação do barroco;</p>	<p>núcleo histórico;</p> <p>9. Urgência de implementação do Plano Diretor e delimitação da Zona Central e Zona de Amortecimento;</p> <p>10. Risco de incêndios;</p> <p>11. Poluição atmosférica e corrosão dos monumentos;</p> <p>12. Turismo predatório;</p> <p>13. Depredações ao patrimônio;</p> <p>14. Desaparelhamento das autoridades responsáveis pela preservação e gestão da cidade</p> <p>15. Pouca participação/envolvimento da comunidade local</p>
---	--

Fonte: Autoria própria

Os relatórios do estado de conservação (State of Conservation Reports) analisados se referem aos anos de 1990, 1993, 2003 e 2004⁴³³. Neles podemos perceber que alguns problemas se repetem, especialmente em relação a definição das zonas de proteção e necessidade de um plano de gestão. Outros pontos trazidos se relacionam também aos impactos do aumento populacional, que vem gerando a expansão das zonas periféricas e a consequente urgência de obras de ampliação das redes de infraestrutura urbana (escoamento, captação e distribuição de água, destinação de resíduos sólidos, sistema elétrico, rede de esgoto, áreas verdes). Além disso, a ocupação desordenada exige atenção aos sistemas de uso e ocupação do solo e reforço das encostas, uma vez que se tornam recorrentes deslizamentos de terra devido à instabilidade geológica. A construção irregular nos morros circundantes tem levado ainda à descaracterização da paisagem histórica e à destruição das ruínas do sítio arqueológico do Morro da Queimada. Trecho

⁴³³ UNESCO. State of conservation reports (SOC) - Ouro Preto. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/124/documents>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

de destaque aparece no documento de 2003⁴³⁴, ao expressar preocupação quanto ao incêndio do Hotel Pilão e solicitar plano de emergência - o qual é relembrado no relatório de 2004⁴³⁵ ao enfatizar que não houve comunicação por parte das autoridades responsáveis a respeito de medidas de preparação para riscos.

Imagem 3: Recortes de manchetes *Jornal do Brasil* e *Jornal de Ouro Preto*



Fonte: Autoria própria

Um momento importante desse contexto foi a parceria do Brasil com a Unesco na realização do “Seminário Estatuto da Cidade e Patrimônio Cultural Urbano” ocorrido entre julho e agosto de 2002, em Olinda. Durante o Seminário foram feitas referências ao mau estado de conservação de Ouro Preto e a escassez de recursos administrativos e institucionais. A partir dessa discussão foi elaborado o documento “Moção por

⁴³⁴ UNESCO. State of conservation report of Ouro Preto (2003). Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/soc/2779>>. Acesso em: 20 nov. de 2022.

⁴³⁵ UNESCO. State of conservation report of Ouro Preto (2004). Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/soc/1504/>>. Acesso em: 20 nov. 2022

providências urgentes para a preservação de Ouro Preto"⁴³⁶, pedindo pela proposição de uma linha de atividades coordenadas para preservação integral da cidade, como observamos na citação a seguir:

Ouro Preto tem atingido **níveis inaceitáveis**, não apenas para uma cidade de excepcional valor cultural, mas se considerados os requisitos de qualidade de vida urbana a que toda cidade tem direito. Dentre esses problemas se destacam:

a **ocupação desordenada das encostas**, áreas de instabilidade geológica, áreas verdes, sítios arqueológicos e espaços públicos, ameaçando comprometer irreversivelmente a imagem urbana e oferecendo riscos à população;

a **infraestrutura de serviços urbanos precária**, destacando as condições saneamento e de circulação de tráfego, ambos causadores de sérios danos ao sítio tombado, à conservação das edificações e à qualidade de vida da população;

o grande número de **obras irregulares** e mais de uma centena de processos judiciais sem resultado efetivo.

Este quadro reflete, primordialmente, a incapacidade do poder público de garantir a preservação da cidade, de buscar soluções, adesão de parceiros e da própria comunidade para reverter uma situação tão complexa e continuamente agravada. De um lado, pela **inexistência de aparelhamento municipal** para o controle urbano e a preservação, pela ausência e até mesmo pela **falta de aplicação das poucas normas legais disponíveis** no âmbito municipal, pelo **retrocesso das iniciativas** de uma ação compartilhada com o IPHAN e pela **falta de participação da comunidade** local na gestão urbana. De outro, é preocupante a **precariedade das condições de trabalho do IPHAN**, incompatíveis com a dimensão das suas atribuições em Ouro Preto. (MOÇÃO, 2002, grifos nossos)

Benedito Tadeu de Oliveira, na época diretor da II Sub-Regional da 13ª Superintendência do Iphan, publicou no Jornal do Brasil “Ouro Preto, a destruição pelas bordas”⁴³⁷. Foi assim que ele chamou este processo sistemático e constante de descaracterização e deterioração do patrimônio da cidade. Desse modo, afirma a

⁴³⁶ MOÇÃO por providências urgentes para a preservação de Ouro Preto. Olinda, 02 de agosto de 2002. Anexo disponível em: SILVA, Patrícia Reis da. A Postura da Municipalidade na Preservação do Patrimônio Cultural Urbano. 201 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo - Área de Concentração em Teoria e História) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

⁴³⁷ OLIVEIRA, Benedito Tadeu de. Ouro Preto, a destruição pelas bordas. **Jornal do Brasil**, 29 abr. 2003. Outras opiniões, p. A14.

importância da articulação entre os diversos setores responsáveis pela preservação, para que as ações consigam abranger de forma efetiva e ampla as necessidades, superando uma atuação isolada em intervenções físicas e pontuais. Para tanto, é fundamental a capacitação da estrutura administrativa pública municipal e o reforço institucional do IPHAN, inclusive com a contratação de mais profissionais para que se possa realizar a fiscalização adequada do espaço (OLIVEIRA, 2003).

Ouro Preto encontra-se, portanto, em um processo acelerado e progressivo de deterioração de natureza quase irreversível. Um Plano para a Recuperação Ambiental, Paisagística e Arquitetônica de Ouro Preto envolve iniciativas amplas e diversificadas, contemplando ainda ações nas áreas de pesquisa histórica e arqueológica, manutenção preventiva do patrimônio edificado e educação patrimonial e ambiental.

A tarefa de conservação do patrimônio cultural e ambiental da cidade é gigantesca e pode gerar postos de trabalho permanentes no município, contribuindo também para o aumento do turismo e para a dinamização da economia regional. Só uma ação conjunta entre os governos municipal, estadual e federal pode retirar Ouro Preto da rota de expansão desordenada e autodestrutiva, e colocá-la no caminho do desenvolvimento e da preservação auto-sustentável. (OLIVEIRA, 2003)

Diante do exposto foram elencados alguns dos obstáculos enfrentados pelo conjunto histórico de Ouro. A partir de agora nos deteremos ao risco de incêndio trazido à tona por meio da tragédia do Hotel Pilão. Este caso tornou-se simbólico pelo o que representou no contexto em que estava inserido e também pelas repercussões que causou em âmbito nacional e internacional.

O Incêndio no Hotel Pilão

Em 14 de abril de 2003, ocorreu um incêndio no Hotel Pilão, um tradicional casarão localizado em ponto central do núcleo histórico de Ouro Preto, a Praça Tiradentes⁴³⁸. Segundo as notícias o fogo teria começado no segundo andar do casarão e

⁴³⁸ INCÊNDIO atinge construções dos séculos 17 e 18 em Ouro Preto. **Folha de São Paulo**, 14 abr. 2003.

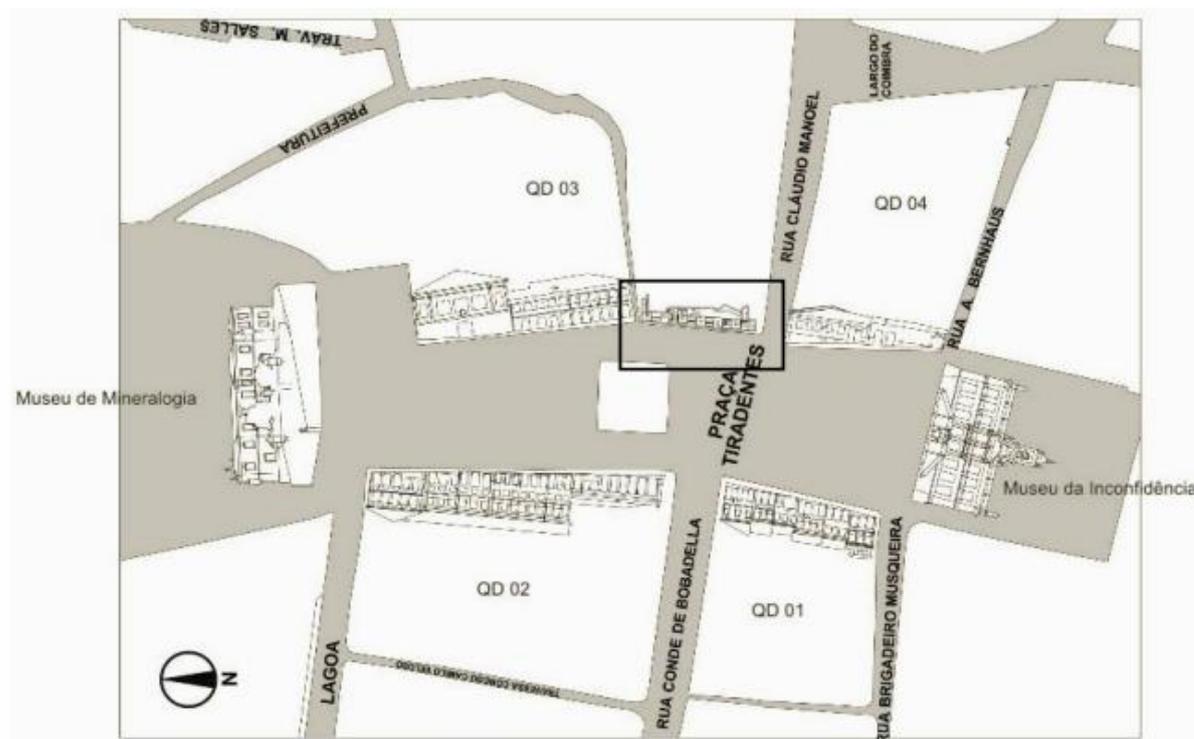
FOGO destrói prédio secular: Casarão de 300 anos desaba em Ouro Preto. **Jornal do Brasil**, 15 abr. 2003. O país/política, p. A4.

se propagou facilmente devido às estruturas em pau-a-pique e assoalhos de madeira - materiais muito inflamáveis. Os hidrantes não possuíam vazão e pressão satisfatórias, isto é, saía uma menor quantidade de água; e ainda foi necessário fazer uma baldeação até a rodoviária para buscar água, tal deslocamento levava cerca de 20 minutos. Na época o batalhão localizava-se no bairro do Pilar, distante da Praça Tiradentes, e a condição dos veículos não era adequada - viaturas lentas e muito grandes para ruas tão estreitas. Por isso foi essencial a ajuda de carros-pipa de outras empresas e o reforço da guarnição de bombeiros de Belo Horizonte no combate. Alguns edifícios localizados próximos também teriam sido afetados pelo calor das chamas, apresentando pequenos focos de fogo. O Corpo de Bombeiros buscou controlar o incêndio para que não se alastrasse para as edificações ao redor, tentando evitar uma tragédia maior. Assim, foi usada a técnica conhecida como “proteção”, aplicada quando se identifica que já não é mais possível salvar o local. (NEVES, 2021)

Apesar de ser conhecido como Hotel Pilão, a edificação já não funcionava mais como hospedaria, mas sim abrigava uma farmácia, joalheria, loja de móveis e cyber-café. Conforme reportagem de Leandro Mazzini⁴³⁹, o Ministério Público em Minas Gerais (MPMG) solicitou abertura de inquérito para averiguar as causas do incêndio. A princípio acreditou-se que o sinistro estaria relacionado a um curto-circuito, porém surgiram fortes indícios de que o incêndio poderia ter sido criminoso. Por isso, foram iniciadas investigações sobre a compra do casarão com um seguro de R\$ 1 milhão de reais por um empresário no ano anterior, e também foram apuradas as responsabilidades dos governos estadual e municipal nesse acontecimento (MAZZINI, 2003).

Imagem 4: Localização das ruínas do Hotel Pilão na Praça Tiradentes

⁴³⁹ MAZZINI, Leandro. Ministério Público investiga incêndio em Ouro Preto: Polícia Federal vai apurar se fogo que destruiu casarão secular foi criminoso. **Jornal do Brasil**, 16 abr. 2003. O país/política, p. A4.



Fonte: MARTIN, Marcela Menezes Silva. Hotel Pilão, Ouro Preto - Entre o falso histórico e a contemporaneidade. *Anais do III Seminário Projetar*, Porto Alegre, p. 5, 2007.

O casarão foi restaurado por meio de investimentos da Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), cerca de 4,5 milhões de reais. O novo prédio foi inaugurado em 21 de abril de 2006 durante comemoração da Inconfidência Mineira⁴⁴⁰. A edificação foi transformada em um centro cultural e de atendimento ao turista, respondendo às novas demandas da cidade. A restauração se baseou nas concepções de Cesare Brandi e buscou aliviar a lacuna que se abriu no espaço gerando grandes desconfortos (MADUREIRA, 2010).

No caso de Ouro Preto optou-se pela forma, em detrimento da matéria. Em oposição a um preservacionismo estritamente ruskiano, prevaleceram os sutis princípios brandianos de reprodução sem falsos artísticos (indução ao erro) e preenchimento de lacunas – que é, afinal, o que representa um casarão quando a obra de arte em si é o conjunto paisagístico.

A polêmica decisão não restituiu a Ouro Preto o casarão perdido, nem

⁴⁴⁰ GAGLIARDI, Ignacio. FIEMG, Ouro Preto (MG) – Parte II: Reconstrução do antigo Hotel Pilão no conjunto arquitetônico da Praça Tiradentes. *Ilumine o Projeto*, 11 de março de 2021. Disponível em: <<http://ilumineoprojeto.com/fiemg-ouro-preto-mg-parte-ii-reconstrucao-do-antigo-hotel-pilao-no-conjunto-arquitetonico-da-praca-tiradentes/>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

tampouco aliviou a situação de descrédito junto à UNESCO, mas amenizou o sentimento de perda e satisfaz os olhares que buscam na referida paisagem uma identificação com o lugar e suas origens (pessoais ou coletivas), ou simplesmente uma fugaz – e nem por isso desmerecida – satisfação estética.” (MADUREIRA, 2010: 36-37)

Imagem 5: Incêndio e ruínas do Hotel Pilão



Fonte: Ronald Peret

Desse modo, a tragédia no Hotel Pilão trouxe diversas incertezas quanto à segurança da cidade e de seu patrimônio. Ao mesmo tempo significou uma espécie de choque de realidade, levantando a necessidade de se repensar a forma de atuação e abordagem em relação ao conjunto histórico. Refletindo sobre esse contexto, Myriam Lopes afirma: “A memória do trauma é condição para a mudança para pensarmos a urgência de uma cultura da prevenção como condição digna de existência coletiva.”⁴⁴¹ É,

⁴⁴¹ LOPES, Myriam Bahia. Incêndio em Ouro Preto: O presente se consome como a chama. *Vitruvius*, 3 de maio de 2003. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/03.034/2042>>. Acesso em: 20 nov. 2022

então, nesse cenário que é lançado o Movimento Chama, o qual tinha como objetivo o desenvolvimento de diversas ações de conscientização e prevenção contra incêndios.

Movimento CHAMA: Consciência e Prevenção contra o fogo

O incêndio no Hotel Pilão aconteceu dois dias após a visita do técnico do Icomos, Esteban Prieto à cidade, gerando assim certa apreensão quanto à análise do estado de conservação que seria enviado à Unesco. Por outro lado, esse momento traumático para o patrimônio de Ouro Preto também serviu como uma espécie de choque de realidade, levando a repensar a gestão e a salvaguarda do conjunto histórico. Partindo deste cenário, então foi colocada a necessidade de construção de um movimento de prevenção a incêndios e também de diversas outras ações em prol da preservação dos bens culturais. Tais questões podem ser percebidas através da fala do Prof. Octávio Elísio Alves de Brito durante a audiência pública da Câmara Municipal de Ouro Preto, que ocorreu um mês após o sinistro do Hotel Pilão⁴⁴²:

Este é o momento de assumirmos tudo isso e pensarmos para frente, o que significa que não é possível entender que esse incêndio na Praça Tiradentes de Ouro Preto, num casarão emblemático, não **nos sirva de lição**. Não é possível que não pensemos, a partir desse fato, **nossa política de patrimônio, de desenvolvimento urbano, nossa gestão urbana, nossas leis, nossas normas, nossas diretrizes e, acima de tudo, nossos compromissos políticos**. Tirar lição do incêndio do casarão da Praça Tiradentes de Ouro Preto é fundamental para o **esforço de conscientização e prevenção contra o fogo em sítios históricos**. Mais do que um Corpo de Bombeiros equipado, mais do que hidrante funcionando, é fundamental prevenir o fogo. O Corpo de Bombeiros e o hidrante apagam o fogo, **política de prevenção de incêndio em sítio histórico previne contra o fogo**. Estamos diante de um problema, e quero trazer os avanços que temos a partir do incêndio que houve na Praça Tiradentes. Qual é o objetivo? **Buscar soluções técnicas, implementar medidas políticas, legislativas e administrativas que evitem sua repetição**. Há necessidade de ação preventiva. Em segundo lugar, é absolutamente necessária a conscientização da população. É fundamental que haja **esforço de solidariedade** e, acima de tudo, que façamos da lição de Ouro Preto, do reflexo sobre ela e das políticas públicas delas surgidas atividade de prevenção, que vá além da cidade

⁴⁴² AUDIÊNCIA PÚBLICA n°: 523/2003 Data: 15/5/2003. Câmara Municipal de Ouro Preto: Audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior destinada discutir a preservação do patrimônio histórico do País a partir da preservação do patrimônio histórico da cidade de Ouro Preto.

de Ouro Preto, **que vá a todos os sítios históricos de Minas Gerais e do Brasil.**

Tivemos na semana anterior ao incêndio, entre **9 e 12 de abril**, a **visita de técnico do ICOMOS**, que foi a Ouro Preto, numa missão da UNESCO, com o objetivo de analisar os impactos sobre o patrimônio tombado naquela cidade. Esse técnico, a que fez referência a Prefeita, evidentemente, teve da cidade a melhor impressão. Ninguém chega a Ouro Preto e não fica deslumbrado com o patrimônio edificado. Mas nenhum técnico responsável chega a Ouro Preto e não vê que **esse patrimônio está ameaçado**. Isso certamente o **Dr. Esteban Prieto**, que esteve em Ouro Preto, viu, sentiu e colocará no seu relatório.” (AUDIÊNCIA PÚBLICA, 2003, grifos nossos)

Assim, foi lançado o “Movimento Chama: Consciência e Prevenção contra o fogo”, o qual contava com a parceria e articulação de diversas instituições, principalmente IPHAN, Unesco, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Corpo de Bombeiros (CBMMG), além de uma série de outras organizações governamentais e locais. O projeto tinha como objetivo central a realização de um esforço integrado de prevenção e combate à incêndios, a partir das seguintes propostas: elaboração de diagnósticos de risco; aquisição e adequação dos equipamentos do Corpo de Bombeiros, articulação entre bombeiros e voluntários para formação de brigadas; revisão e atualização de legislação e normas técnicas, desenvolvimentos de cartilhas e seminários educativos. Estas ações teriam como foco as instalações de comércio e residências, de modo que a fase inicial do projeto foi dedicada à elaboração de um diagnóstico de risco para verificação da carga de incêndio internalizada nas edificações devido ao material e elementos que a compõem (GRAMMONT, 2005; MAZZINI, 2003).

A UNESCO esteve presente especialmente após o incêndio do Hotel Pilão, com o intuito, menos de contribuir com a solução do ocorrido, mas principalmente de estimular um conjunto de ações voltadas para a prevenção. Sua associação com as entidades locais, o Corpo de Bombeiros, o governo estadual e a Universidade Federal de Ouro Preto deu origem ao Movimento Chama, cujas iniciativas incluíram o diagnóstico preliminar das instalações comerciais e de serviços da cidade, treinamento e formação de brigadas, melhor aparelhamento e infraestrutura do Corpo de Bombeiros, campanhas de sensibilização e propostas normativas. Um elo essencial que, naquela ocasião, faltava a esse movimento era justamente uma base científica que oferecesse dados mais seguros para uma política de prevenção e combate ao incêndio compatível com as características físicas e morfológicas de Ouro Preto e, por analogia, dos sítios coloniais brasileiros. (GOUVEIA, 2006: 7)

O Movimento Chama tinha como base as metodologias e estudos propostos pelo Prof. Dr. A. M. Claret de Gouveia, que era também um dos coordenadores do projeto. Segundo suas reflexões, os sítios coloniais mineiros podem ser considerados como “cidades-inflamáveis”. Tal conceito é usado para se referir a cidades que podem ser atingidas por incêndios de grandes proporções, causando uma sensação generalizada de insegurança à população. Nesse sentido, a noção de propagação do fogo é atrelada à ideia de que os incêndios “viajam” de uma construção à outra quando não existem barreiras adequadas ou no caso de haver material capaz de sustentar a combustão. Sob tal perspectiva considera-se, então, o incêndio como um acontecimento resultante da interação entre fogo, edificação e usuários, sendo desenvolvida a partir de múltiplos fenômenos influenciáveis entre si (GOUVEIA, 2017). Desse modo, podem ser identificados algumas das particularidades que trazem especial vulnerabilidade ao conjunto histórico de Ouro Preto e às demais cidades coloniais:

- a) os materiais empregados e os processos construtivos - o uso da madeira como principal material de construção e o emprego de ligações de baixa rigidez tornam as construções coloniais particularmente vulneráveis à ação do fogo;
- b) a organização do espaço edificado de acordo com os costumes de uma época em que os conhecimentos de segurança contra incêndio eram rudimentares;
- c) o uso atual dos espaços, com as conseqüentes modificações introduzidas - a contínua adaptação das edificações coloniais ao uso das sociedades modernas frequentemente se faz com sérios prejuízos à segurança contra incêndio;
- d) o espaço urbano em que se inserem, que frequentemente, impõem muitas restrições à atividade de combate ao incêndio, seja pela reduzida largura das vias de acesso, seja pela geminação das construções e, em alguns casos, pela acentuada declividade das ruas. (GOUVEIA, 2006: 11)

Em abril de 2006, durante celebração de inauguração do novo prédio que abrigava o antigo Hotel Pilão, foram novamente debatidas medidas de prevenção e combate a incêndios. Nesta ocasião foi lembrado a importância do Movimento Chama, como uma iniciativa fundamental que buscava soluções a fim de evitar tragédias similares ou maiores que a do Pilão. Assim, foi destacado que o projeto realizou a vistoria de

aproximadamente 1700 imóveis situados no centro histórico, realizando a medição da respectiva carga de incêndio desta área. Além disso, foram mobilizadas ações de conscientização através da orientação dada aos trabalhadores locais sobre como agir no caso de início de um incêndio. Contudo e infelizmente, o projeto enfrentou dificuldades para continuar devido ao pouco envolvimento do poder executivo, de forma que o programa não pode ser concluído diante da falta de apoio da Prefeitura⁴⁴³.

Referências

ANDRADE, Carlos Drummond de. O título e a realidade. **Jornal do Brasil**, 4 set. 1980. Caderno B, p.7.

AUDIÊNCIA PÚBLICA n°: 523/2003 Data: 15/5/2003. Câmara Municipal de Ouro Preto: Audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior destinada discutir a preservação do patrimônio histórico do País a partir da preservação do patrimônio histórico da cidade de Ouro Preto.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Saudação a Ouro Preto. **Jornal do Brasil**. 29 jul. 1980. Opinião, p. 11.

GAGLIARDI, Ignacio. FIEMG, Ouro Preto (MG) – Parte II: Reconstrução do antigo Hotel Pilão no conjunto arquitetônico da Praça Tiradentes. Ilumine o Projeto, 11 de março de 2021. Disponível em; <<http://ilumineoprojeto.com/fiemg-ouro-preto-mg-parte-ii-reconstrucao-do-antigo-hotel-pilao-no-conjunto-arquitetonico-da-praca-tiradentes/>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

⁴⁴³ ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO. Audiência discute medidas de prevenção e combate a incêndio. Câmara Municipal de Ouro Preto, 20. abr. 2006. Disponível em: <<http://www.cmop.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290:audiencia-discute-medidas-de-prevencao-e-combate-a-incendio&catid=61:reunioes>. Acesso em 2 set. 2021

GRAMMONT, Anna Maria de. **Os significados do Patrimônio Histórico**: uma reflexão em torno do Hotel Pilão de Ouro Preto. 2005. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) - Universidade Federal da Bahia, Ilhéus, 2005

GOUVEIA, A. M. Claret. **Introdução à engenharia de incêndio**: para estudantes, arquitetos, engenheiros, administradores e bombeiros. Belo Horizonte: 3i Editora, 2017. 230 p. 42.

GOUVEIA, A. M. Claret. **Análise de risco de incêndio em sítios históricos**: Cadernos técnicos 5. Brasília: IPHAN / Monumenta, 2006. p. 11.

ICOMOS. Avaliação para inscrição do sítio histórico de Ouro Preto à Lista do Patrimônio Mundial (1980). Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Ouro%20Preto_Avalia%C3%A7%C3%A3o%20ICOMOS.pdf> . Acesso em 20 de agosto de 2021.

OLIVEIRA, Benedito Tadeu de. **Ouro Preto, a destruição pelas bordas**. Jornal do Brasil, 29 abr. 2003. Outras opiniões, p. A14.

MARTIN, Marcela Menezes Silva. Hotel Pilão, Ouro Preto - Entre o falso histórico e a contemporaneidade. **Anais do III Seminário Projetar**, Porto Alegre, p. 1-33, 2007.

MAZZINI, Leandro. Ministério Público investiga incêndio em Ouro Preto: Polícia Federal vai apurar se fogo que destruiu casarão secular foi criminoso. **Jornal do Brasil**, 16 abr. 2003. O país/política, p. A4.

MAZZINI, Leandro. Unesco iniciará trabalho de prevenção em Ouro Preto. **Jornal do Brasil**, 17 abr. 2003. O país/política, p. A4.

M`BOW, Amadou Mahtar. **Discurso Del Sr Amadou Mahtar M`Bow con ocasión de La cerimonia de inscripción de Ouro Preto en La Lista del Patrimônio mundial cultural y natural**, 1981. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000044421_spa> . Acesso em: 20 nov. 2022.

MOÇÃO por providências urgentes para a preservação de Ouro Preto. Olinda, 02 de agosto de 2002. Anexo disponível em: SILVA, Patrícia Reis da. **A Postura da Municipalidade na Preservação do Patrimônio Cultural Urbano**. 201 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo - Área de Concentração em Teoria e História) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

NEVES, William. Um incêndio que manchou a história de Ouro Preto. **Lamparina: O portal de notícias dos alunos da UFOP**, 23 ago. 2021. Disponível em: <https://lamparinaufop.wordpress.com/2021/08/23/__trashed-3__trashed/> Acesso em 20 nov. 2022

TORRES, Maurílio. Como monumento mundial Ouro Preto pode ser salva das ruínas. **Jornal do Brasil**, 19 mar. 1980 Caderno B, p.10

Patrimônio e comunidade em conflito: o caso de Ouro Preto como laboratório patrimonial brasileiro

Isadora Parreira Ribeiro⁴⁴⁴

Resumo

Neste trabalho investiga-se através de periódicos publicados em Ouro Preto as relações de pertencimento e reconhecimento da comunidade ouro-pretana com a cidade-patrimônio. Foi dado especial enfoque às décadas de 70 e 80 do século XX, períodos que são respectivamente anteriores e coetâneos à inscrição de Ouro Preto à Lista do Patrimônio Mundial, com o propósito de demonstrar as permanências e novas urgências que se apresentaram desde a classificação à Monumento Nacional. produzindo alterações de ordem material e simbólica que reverberam até a atualidade.

Palavras-chave: Ouro Preto, Patrimônio Mundial, Comunidade, IPHAN, UNESCO.

Abstract

In this work, we investigate, through periodicals published in Ouro Preto, the relations of belonging and recognition of the Ouro Preto community with the heritage city. Special focus was given to the 70s and 80s of the 20th century, periods that are respectively previous and contemporaneous with the inscription of Ouro Preto on the World Heritage List, with the aim of demonstrating the continuities and new urgencies that have arisen since classification as a Monument National. producing material and symbolic changes that reverberate to the present day.

Key words: Ouro Preto, World Heritage, Community, IPHAN, UNESCO

Apesar de diretamente atingidas pelas classificações, e levando em conta as profundas mudanças na legislação patrimonial no que tange à participação popular, às comunidades é relegado um papel de observador. Considerando a quantidade de estudos sobre o patrimônio brasileiro, e sobre Ouro Preto, pretendemos contribuir aqui com a perspectiva de diversos atores em relação ao patrimônio e este lugar de pertença e

⁴⁴⁴ Doutoranda em História (Universidade Federal de Juiz de Fora), Mestra em História da Arte, Patrimônio e Cultura Visual (Universidade do Porto). isadoraribeiro909@gmail.com

representatividade na cidade, que durante séculos é manipulada atendendo às narrativas institucionais.

Através da hemeroteca do Arquivo Público Municipal de Ouro Preto (APMOP), acessamos de forma virtual 23 periódicos e analisamos 102 edições, reunindo materiais de diferentes atores sociais como empresários, estudantes, turistas, religiosos, integrantes dos órgãos de preservação e a própria comunidade. A pesquisa nos jornais revelou-se uma rica fonte em informações sobre o tratamento dado ao patrimônio em Ouro Preto e como era sua aceção nas diferentes esferas urbanas onde impactava, lembrando que a imprensa periódica não é apenas um receptáculo de informação, mas uma espécie de documento, que reúne diferentes elementos socioculturais do contexto em que é produzida (LUCA,2008). Os periódicos utilizados nesta investigação estão, em sua maioria, cronologicamente inscritos nas décadas de 1970 e 1980, períodos que são, respectivamente, anteriores e coetâneos à inscrição de Ouro Preto à Lista do Patrimônio Mundial.

Levando em conta que, como afirma Pierre Nora, o patrimônio “é também uma ideia imersa dentro da história. Um projeto datado que tem sua própria história.” (NORA, 1997: 143) percorremos alguns episódios que contribuíram para uma concepção republicana durante o século XX plasmando as noções de identidade brasileira e por consequência, os tombamentos. Neste sentido, as partes que formaram este trabalho devem ser entendidas como uma cronologia de investigação do espaço físico, das relações de memória, pertencimento e reconhecimento da comunidade ouro pretana com o patrimônio que, em tese, deveria emergir do povo.

Na primeira parte estão levantadas as hipóteses relacionadas à pergunta central da investigação, a partir da revisão crítica de passagens da história brasileira, assim como o entendimento da formação *sui generis* da antiga Vila Rica em relação aos demais territórios de Minas Gerais causada pela intensa atividade exploratória de mineração e a sua fundamental importância econômica no período colonial.

Na segunda parte serão tratadas as primeiras gestões do IPHAN a fim de compreender os passos iniciais da institucionalização do patrimônio brasileiro. As gestões foram problematizadas a partir dos seus “batismos” e das políticas empreendidas em suas administrações.

Importante salientar que partimos do entendimento que a escolha de qualquer periódico como objeto de pesquisa histórica requer atenção do pesquisador no que tange ao contexto, a produção, a materialidade, chegando até a distribuição e recepção do público. Tânia de Luca atenta para os perigos do uso fragmentário dos periódicos, “realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões” (2008:111), fornecendo “imagens parciais, distorcidas e subjetivas” (idem). Assim, os periódicos disponibilizados e escolhidos para este trabalho foram analisados levando em conta as suas narrativas, o contexto político em que estavam inseridos, a periodicidade e, na medida do possível, procurando “ouvir” todas as vozes presentes nas edições estudadas.

Dentre as edições analisadas, o *Jornal de Ouro Preto (JOP)*⁴⁴⁵ foi o periódico com a maior quantidade de menções ao tratamento do patrimônio e a outras questões inerentes à organização municipal, saúde, educação, infraestrutura, destacando a preocupação em consultar a população nos mais variados assuntos. Não foram encontrados registros do JOP anteriores ao ano de 1982⁴⁴⁶, período em que o jornal voltou a ser distribuído gratuitamente nos primeiros domingos de cada mês⁴⁴⁷. Fundamental ressaltar que a análise se inscreve no período em que o Brasil estivera sob a ditadura militar, e Ouro Preto apresentava-se como centro de resistência e organização estudantil⁴⁴⁸, mantendo

⁴⁴⁵ O JOP foi criado como órgão do Grêmio Literário Tristão de Ataíde (GLTA), fundado em 18 de outubro de 1938 no Colégio Arquidiocesano pelo Padre José Pedro Mendes Barros (1913-1999). A partir de 1957, o Padre José Pedro amplia e “universaliza” o GLTA levando-o para a convivência urbana e não apenas estudantil, oferecendo atividades gratuitas no teatro e acesso à biblioteca. Segundo Silveira, Maia, Pereira e Silva (2017), Hécio Fortes consta como fundador do *Jornal de Ouro Preto* e do *Cine Clube de Ouro Preto*. Foi redator do “*A Voz do G.L.T.A.*”. E integrante da Corrente Revolucionária (CR) quando manteve ligações com a Aliança Libertadora Nacional (ALN), foi tragicamente assassinado no DOI-CODI no ano de 1972 aos 22 anos.

⁴⁴⁶ A partir do ano de 1982 até 1985, consta como Editor Político do JOP, Antônio de Pádua Rodrigues, o Tônico, colega de Hécio Fortes na equipe de direção do “*A Voz do G.L.T.A.*”, reconhecido secundarista militante em Ouro Preto.

⁴⁴⁷ Informação presente na edição do dia 14 de março de 1982, número 1 ano 1: “O JORNAL DE OURO PRETO volta a circular distribuído gratuitamente para 5 mil residências da cidade, levando mais de 20 mil pessoas a lerem as mensagens divulgadas neste número de retorno. [...] Nesta primeira fase, o JOP circulará nos primeiros domingos de cada mês”

⁴⁴⁸ Ver mais em: *Histórias de repressão e lutas na UFOP, Ouro Preto e região/ Organizadores, Marco Antônio Silveira ... [et al.] – 1. Ed. – Ouro Preto: Editora UFOP, 2018 344 p.*

alguns núcleos organizados e conhecidamente influentes na região⁴⁴⁹ fazendo circular informações em boletins, panfletos e periódicos.

1- “A terra parece que evapora tumultos; a água exala motins; o ouro toca desaforos; desfilam liberdade os ares.”: A Vila Rica da mineração

Localizada no Estado de Minas Gerais, a origem de Ouro Preto vem de um “processo de agregação de diversos arraiais de garimpo de ouro, ali estabelecidos no final do século XVII e início do XVIII”⁴⁵⁰, reunindo características singulares na paisagem, na arquitetura e no barroco mineiro.

A população das Minas era estimada em “50 mil almas, sendo trinta mil livres” (SALES, 1965 apud SALGADO, 2010: 48) e contava com infraestrutura urbana considerável para a época, levando em conta as dificuldades de acesso ao interior do Brasil. A capitania torna-se, portanto, um novo centro de produção e consumo sustentada por um forte aparato burocrático através da cobrança de impostos, controle de importação e exportação, criação de juntas de julgamento e estabelecimentos de limites à entrada na região das minas (FAUSTO, 2012).

A sociedade complexa, surgida a partir da mineração, composta por atores diversos, e permeada por disputas teve, como afirma Sérgio Buarque de Holanda, papel decisivo na configuração do território brasileiro. A interação destes diferentes indivíduos somados a aspereza do trabalho, os surtos de fome e a visão sobre as regiões mineradoras, produziram conflitos que foram considerados pela historiografia como elementos alteradores da paisagem e desta nova sociedade que se formara. Adriana Romeiro pergunta “em que medida as fomes influenciaram os modos de ver a nova paisagem, estabelecendo afinidades com o vasto e tradicional acervo de representações geográficas?” (2008:176), Laura de Mello e Souza (2008) reflete sobre a composição heterogênea das sociedades mineradoras e esta foi, segundo a autora, mais intensa nas Minas onde o caráter imediatista, instável e provisório assumido pelos empreendimentos refletia diretamente na sociedade que se desenhava, tornando-a da mesma forma

⁴⁴⁹ Diretório Acadêmico da Escola de Minas (DAEM), Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Ouro Preto (DCE/UFOP), entre outros.

⁴⁵⁰ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/30>. Consultado em: 18/01/2022

imediatista, instável e provisória, adicionando-se aos relatos de viajantes e oficiais do governo metropolitano. Considerando a definição de espaço geográfico de Suertergaray formado pela interrelação de componentes “sejam eles região, paisagem, território, rede, lugar, geossistema e ambiente” (HIRAO, GOMES & PEREIRA 2005: 109), é possível compreender que a mineração do século XVIII teve um grande impacto na relação da sociedade com a natureza e conseqüentemente na sua própria formação. Ao refletir sobre este trabalho foi levantada a hipótese de que a formação dessa sociedade mineradora e heterogênea construída “sob o signo da pobreza e da conturbação social” (SOUSA, 2015: 80) e que vivia “provavelmente no limite da subsistência” (MARTINS, 2009: 3) tiveram impacto na relação da sociedade – e no tratamento institucional - ao patrimônio que viria a ser a marca de Ouro Preto (e parte da identidade nacional brasileira) a partir do século XX.

No processo de formação do Estado brasileiro, é possível observar a forte presença estrangeira procurando “manter o país numa posição de total dependência” (ROMPATTO, 2001: 195) justificando a sua formação singular forjada de cima para baixo: “o Estado, depois a nação e tudo que a condicionou como tal” (ROMPATTO, 200: 198). Carlos Lessa afirma que “o Brasil plasmou uma economia nacional muito antes de ser uma nação. Prescindiu de um discurso nacionalista e pôde manter à sombra a ideia de povo” (LESSA, 2008:241). O povo brasileiro, alienado da sua própria construção cultural, assistiu ao processo de transição para o Estado Nacional ser realizado sem grandes rupturas desde 1808 e, sobretudo, sem a participação popular. Ressalta-se aqui que não obstante a ausência de rupturas houve lutas e embates, combatidos e abatidos em favor dos donos do poder, a elite escravagista e proprietária. A afirmação de Pedro I “tudo farei para o povo, mas nada pelo povo”⁴⁵¹ reforça este traço da formação do Estado Nacional brasileiro, que é não tratar do povo e mantê-lo “distante da cidadania e da participação política” (FAUSTO, 2012: 127). Após a proclamação da Independência, a primeira constituição do Brasil, outorgada pelo Imperador Pedro I, reflete o enfeitamento da massa maior, composta por uma minoria de brancos e mestiços votantes, cerca de 20%

⁴⁵¹ Durante a festa de aniversário da princesa Maria Glória, Dom Pedro I pressionado por grupos populares no Campo de Sant’Anna profere esta frase, e no dia seguinte abdica de seu cargo em favor do filho Pedro II. Mary del Priore (CBN. Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/77423/tudo-farei-para-o-povo-mas-nada-pelo-povo.htm>)

da população no Rio de Janeiro, e dentre esses, nem todos exerciam o voto (FAUSTO, 2012). A visão de passividade relacionada ao brasileiro, na verdade, se configurava como uma estratégia das elites em manter o povo “bestializado” para a manutenção satisfatória do sistema, dificultando sobremaneira a adoção de signos para definir uma identidade nacional.

Essa prática seguiu-se ao longo do século XIX e, sobretudo entre os intelectuais, os questionamentos sobre o que é “ser brasileiro”, perduraram. Maria Isaura Pereira de Queiroz cita que a busca pela brasilidade, segundo os pesquisadores da época, se comporiam de duas vertentes:

um patrimônio cultural formado de elementos harmoniosos entre si, que se conservaria semelhante através do espaço e do tempo; e a partilha do patrimônio cultural pela grande maioria dos habitantes do país em todas as camadas sociais (QUEIROZ, 1989: 30).

Mas, longe de ser ingênua, essa noção sugeria o embranquecimento e o isolamento da cultura brasileira. A impossibilidade de existir uma identidade nacional sem a completa homogeneidade de traços culturais era um ponto que suscitava o pessimismo entre os intelectuais e impossibilitava a construção de uma nação “branca, educada e refinada” (QUEIROZ 1989: 33). Com a Proclamação da República em 1889 e a necessidade de abandono do Brasil rural, era conveniente a adoção de símbolos que inaugurassem a nova política.

1.1 “Uma cultura nacional é um modo de construir sentidos – um discurso”⁴⁵²: A identidade nacional na República

A afirmação de “um sentido patriótico que direcionava a construção da nação” (LOPES, 2004:42) já era pauta em instituições como o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil desde a sua criação em 1838. A publicação da *História Geral do Brasil* em 1854, de autoria de Francisco Adolpho Varnhagen, intelectual ligado ao Instituto, forneceu bases para a história brasileira contada à época. Já nos primórdios da República

⁴⁵² (HALL, 2003:50)

estavam autores como Câmara Cascudo (1898 - 1968)⁴⁵³ e Sylvio Romero (1851-1914)⁴⁵⁴, que detinham uma visão romantizada do “ser brasileiro”, atrelando as manifestações populares à tradição, buscando uma autenticidade e a verdadeira raiz da cultura nacional. Em 1933, Gilberto Freyre (1900-1987) publica *Casa Grande e Senzala* e volta-se à perspectiva racial na formação do povo brasileiro. A “mistura de raças” protagonizadas pelo negro, o europeu e o índio, que se misturavam ora na casa grande e ora na senzala tornaram-se um ponto para a construção desta pretendida identidade.

Essas visões contribuíram para a fabricação do mito da “democracia racial” no Brasil, bastante difundido, principalmente, na Europa e nos Estados Unidos. A ideia de que os negros podiam ascender socialmente sem maiores dificuldades contribuiu para o auxílio de criação mítica que o Brasil moderno era “uma sociedade sem preconceitos e discriminações raciais” junto a ideia de que a escravidão aqui era mais branda do que em outros lugares do mundo. O Brasil transvestido de paraíso racial era apenas transfronteiriço.

Ao considerar a afirmação de Hall que “uma cultura nacional é um modo de construir sentidos – um discurso” (HALL, 2003:50) as reflexões sobre a identidade nacional são trazidas à tona, tendo em conta que a cultura nacional tomada como uma “fonte de significações culturais” (SILVA, 2019:4) proporciona um sentimento de “identidade e lealdade para com aquela nação de que fazemos parte” (idem). Portanto, a identidade nacional tomada como construção histórica e forjada em episódios da história brasileira faz com que destaquemos o papel do Estado Novo utilizando o patrimônio como propaganda e Ouro Preto como laboratório de práticas patrimoniais, apoiado sobre os ombros da intelectualidade brasileira que davam legitimidade ao seu projeto.

⁴⁵³ Antologia do Folclore Brasileiro (1944), Os melhores contos populares de Portugal (1944), Dicionário do Folclore Brasileiro (1952)

⁴⁵⁴ A filosofia no Brasil: ensaio crítico. (1878); Interpretação filosófica na evolução dos fatos históricos. (1880)

2 – “Vir a Minas é vir ao coração do Brasil. Ouro Preto amantelada nas suas montanhas verdes, é como o reduto da nossa nacionalidade”⁴⁵⁵: Ouro Preto no centro da patrimonialização

A redescoberta de Ouro Preto na segunda metade da Primeira República (1889-1930) começou a ganhar palco entre os modernistas. O escritor Mário de Andrade, em 1919 defende, enfaticamente, que a arte barroca mineira é detentora de originalidade ímpar. A procura pela arte pura ou, como ele mesmo dizia, “inocente” levou Andrade a incessantes pesquisas sobre Minas Gerais, e em especial, Ouro Preto. Torna-se fundamental destacar o papel da Caravana Modernista⁴⁵⁶ nesta nova idealização de Ouro Preto, no entanto, há de se pensar nas consequências que o uso do discurso moderno empreendeu sobre o patrimônio ouro-pretano.

Apenas a partir da década de 1930 as ações preservacionistas começam a ganhar destaque, e, aliadas ao discurso de identidade e preservação da memória nacional, Ouro Preto é alçada a Monumento Nacional em 1933⁴⁵⁷, pelo então presidente, Getúlio Vargas. Entre os anos de 1930 e 1945, Vargas instituiu um modelo de gestão inspirado nos regimes autoritários, seguindo o modelo europeu de alguns países. A difusão do nacionalismo durante o Estado Novo carecia de elementos que promovessem a convergência imediata do sentimento de coesão, garantindo “o aporte que firmasse uma ideologia para assegurar ao Estado o apoio político que proporcionasse maior poder de persuasão, principalmente em relação às classes populares” (VIANNA, 2015: 4). Uniformização do ensino, aproximação de intelectuais e acadêmicos, e intensa valorização e incentivo aos centros universitários foram amplamente desenvolvidas no período. Vargas, que ancorou suas ações nacionalistas sob o tripé Patrimônio, Turismo e Propaganda tornou Ouro Preto um dos mais expressivos casos de usos do patrimônio como “ferramenta política” (VIANNA, 2018: 26). Com o suporte físico e intelectual de diferentes personagens influentes, Getúlio Vargas pôde construir a imagem que tanto

⁴⁵⁵ Trecho de crônica do poeta Olavo Bilac escrita em 03 de novembro de 1893 em Ouro Preto. Percebe-se a importância de Ouro Preto gestada desde o fim do século XIX e consagrada no Estado Novo.

⁴⁵⁶ Integavam a caravana a pintora Tarsila do Amaral, os escritores Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Blaise Cendrars e Olívia Penteadó, o jornalista René Thiollier e o advogado Goffredo Telles.

⁴⁵⁷ E classificada pelo IPHAN em 1938

almejava: um país afeito às tradições e à ordem congregando a imagem da diversidade. Somado a isso, salvaguardando a miríade barroca presente em Ouro Preto, mostrava-se cuidadoso com a sua história e uma figura que valorizava a religião católica. Em 12 de julho de 1933, sob Decreto Federal⁴⁵⁸ nº 22.928 Ouro Preto consolidou-se como Monumento Nacional, e não por acaso a primeira cidade brasileira a receber a classificação. O caráter conservador do Decreto é alinhado ao pensamento de uma época que prezava antes de tudo pela monumentalidade que justificasse a História Pátria. A escolha em proteger o “produto” nacional estava calcado abertamente na exclusão da diversidade cultural, chamada por Pires de “artificialização segregadora”, inscritas em um regime oficial, hegemônico, elitista, “quase nada do povo” (PIRES, s/d: 82). Neste cenário foram gestados, portanto, os órgãos responsáveis pela salvaguarda do patrimônio histórico e artístico brasileiro que, apesar de divididos em “fases” por grande parte da historiografia, contemplam discursos bastante semelhantes.

O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN criado no Estado Novo tinha o objetivo de salvaguardar o patrimônio histórico e artístico brasileiro, e em Ouro Preto, o Instituto manteve desde o início um histórico de relações conturbadas com a população autóctone. A comunidade constantemente alienada dos processos de salvaguarda destinava duras críticas ao órgão que, por sua vez, se encontrava construído sob forte aparato burocrático institucional. Esta alienação empreendida faz com que exista certa confusão ou desconhecimento sobre a esfera de atuação ocupada pelo IPHAN. Da mesma forma conflituosa se dá a relação da municipalidade com a União, uma vez que a carga burocrática é constantemente atribuída a um e a outro, e na maioria das vezes os resultados são fracos ou inexistentes, ficando prejudicada a população. Essa relação distante, confusa e complexa entre União, municipalidade e população não é recente, ela se faz presente em todas as “fases” do IPHAN. Essa divisão se refere às administrações em diferentes momentos ao longo do século XX.

A primeira gestão, chamada de “pedra e cal”, teve como diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937-1967) e engendrou ações que em conjunto deveriam apresentar-se genuínas e autênticas, capazes de dar visibilidade à nação. Aos bens,

⁴⁵⁸ Para saber mais: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22928-12-julho-1933-558869-publicacaooriginal-80541-pe.html>

especificamente os materiais, era logrado o título de definidores da identidade brasileira, “vinculados a personagens e fatos memoráveis da história do país”⁴⁵⁹ e cujo conhecimento seria fundamental para a “constituição de uma consciência nacional, a despeito das diferenças regionais”⁴⁶⁰. Assim se dá o retorno ao imaginário colonial e triunfante através da valorização do Barroco principalmente na arquitetura, reforçando o seu papel de “matriz da arquitetura brasileira”⁴⁶¹ e direcionando as primeiras ações do órgão, voltadas à seleção de bens dessa natureza. Os monumentos eram encarados neste contexto como “os testemunhos das virtudes e da identidade dos povos” (OLIVEIRA, 2016:196) e por isso eram definidos como nacionais. A cidade tratada como obra de arte e responsável por resguardar o sentimento de nacionalismo desconsiderava a população, não sendo sequer motivo de referência (MOTTA, 1987).

Os fundadores do IPHAN sintetizavam na “cidade-monumento” a qual Sant’anna se refere “os valores estéticos, cognitivos e históricos” (2015:141), e apesar dos esforços empreendidos nas décadas seguintes para o esmaecimento da “cidade-monumento” ela nunca deixou de existir. A administração de Rodrigo M. F. Andrade precisava, segundo Márcia Chuva, ordenar “um sentimento de pertencimento ao grupo-nação, no qual todos se identificariam a partir de referências, ícones ou marcas aos quais eram atribuídos valores” (2012:87).

A administração de Renato Soeiro (1967-1979), sucessor de Andrade, acontecia sob o “milagre econômico” do regime militar e o plano para o patrimônio deveria se adequar a este projeto de desenvolvimento, nacionalidade e responsabilidade partilhada. Da mesma forma era necessário aumentar o prestígio do IPHAN que até então se distanciava como órgão a serviço do patrimônio e em tese, da comunidade, e era mais conhecido, segundo Azevedo (2017), como o “IPHAN de Rodrigo”, que se tornara quase um personagem mítico há trinta anos à frente do órgão. O plano de Soeiro propunha “uma ampla campanha de conscientização cidadã do que representava o patrimônio como valor cultural, de identidade e como gerador de riqueza” (AZEVEDO, 2017:47). A

⁴⁵⁹ Sítios Históricos e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais. Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Programa Monumenta. Caderno Técnico 3. 2005: 25

⁴⁶⁰ Idem

⁴⁶¹ Idem

criação e o incentivo aos cursos de restauração e a institucionalização de seu plano de ação através dos Compromissos de Brasília⁴⁶² e de Salvador⁴⁶³, em 1971 (Brasil, 1973) também faziam parte de seu plano, chamado “silencioso” por Azevedo, pois apesar de nunca divulgado foi em grande parte colocado em prática. A instrumentalização na gestão do patrimônio empreendida, entre o fim dos anos 1960 e durante a década de 1970, foi marcada pela criação de dois importantes marcos para a política preservacionista brasileira, ambos em 1973: o Programa de Cidades Históricas (PCH) e a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC).

O terceiro diretor do IPHAN, Aloísio Magalhães (1979 -1981) propunha a reaproximação às ideias de Mário de Andrade do início da década de 1930, pois “possuía uma base antropológica e etnológica” (FREITAS, 1994:79) empreendida através de suas várias viagens de caráter etnográfico pelo Brasil.

A postura verticalizada e não aglutinadora do IPHAN desde a sua criação funciona como um dos fatores de distanciamento. “Cristalizada para além do justificável” (Pinheiro, 2006: 10) a nomeação de heroicos aos primeiros gestores do patrimônio e a manutenção das posturas adotadas nos anos iniciais ressoou na apreensão do patrimônio principalmente da população, o que acaba refletindo na atividade turística e na apreensão dos funcionários do IPHAN sobre as atribuições do órgão, como mostra os trechos apresentados.

“Eu sempre via o Patrimônio, na época em que vivia em Ouro Preto, com a dimensão da restrição. Isto é, o Patrimônio, era sempre aquele que restringia; isto pode ou não pode.” (O Cruzado de 30 mai. 1986. Entrevista a Octávio Elísio. p.6)

Rinaldo e Gabriel Trópia, proprietários da Casa do Ouvidor tiveram problemas com o Patrimônio na restauração da casa onde funcionará em breve (se o Patrimônio deixar) o novo restaurante Casa do Ouvidor. “O Patrimônio é assim. Quando a casa está em ruínas, eles adoram. Mas basta ver alguém arrumando para começar a implicar. O Patrimônio diz

⁴⁶² 1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais para estudo da complementação das medidas necessárias à defesa do patrimônio histórico e artístico nacional (Compromisso de Brasília, IPHAN, 1970).

⁴⁶³ 2º Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil. Reunião promovida pelo Ministério da Educação e Cultura para ratificar, “em todos os seus itens, o Compromisso de Brasília” (Carta de Salvador, IPHAN, 1971:1)

que vê tudo, mas ficou cego diante da abertura de uma loja modernosa na Rua São José e da construção de uma casa na Rua Paracatu, que deveria estar no Bairro São Bento⁴⁶⁴, em Belo Horizonte” (Jornal de Ouro Preto, 29 ago. 1982, p. 7)

Destacando os altos preços da mão de obra e apontando a postura dos “órgãos superiores” que “custaram a entender que esse tipo de serviço é necessário”, referindo-se às obras de conservação e restauração, o engenheiro do IPHAN José Geraldo Brito completa a sua entrevista ao Jornal de Ouro Preto dizendo: “é um trabalho muito desgastante, mas se a população não percebe o valor disso nós ficamos muito descalçados”⁴⁶⁵. José Geraldo Brito exemplifica em outro trecho a sua insatisfação após perceber que o morador de uma antiga casa restaurada havia construído um cômodo adjacente descaracterizando o imóvel: “Na maioria dos casos não recebemos nem um muito obrigado”⁴⁶⁶

Ou na entrevista do arquiteto José Eduardo Guimarães Beggiato, do 7º DER-SPHAN:

“A responsabilidade maior pela preservação e conservação de Ouro Preto, é das pessoas que moram na cidade, não é da SPHAN”

“O arquiteto defende a ideia de que as modificações nas construções da cidade, realmente, têm que acontecer, pelo fato de “Ouro Preto ser uma cidade viva e a população ter direito a certo conforto. Entretanto essas alterações não devem ser feitas de maneira aleatória. Pode mudar pode, mas vamos discutir como. Esse é o papel da SPHAN.”” (Jornal de Ouro Preto - Arquiteto acha que morador deve ser o maior responsável. 07 abr. 1985, p. 06. Sublinhado nosso).

Vê-se no trecho sublinhado a relativização do papel da comunidade e a supervalorização do IPHAN que se dá o poder de dar à população o “direito a certo conforto” a partir da chancela do órgão. O Delegado Municipal José Amir de Almeida afirma em outra publicação: “O povo de Ouro Preto é muito apático”⁴⁶⁷.

⁴⁶⁴ Bairro localizado na zona sul de Belo Horizonte, considerada área nobre, predominância de construções novas.

⁴⁶⁵ Jornal de Ouro Preto, 07 abr. 1985 - SPHAN em 4 anos ajudou 150 proprietários a restaurar casas, p. 6

⁴⁶⁶ Jornal de Ouro Preto, 07 abr. 1985 - SPHAN em 4 anos ajudou 150 proprietários a restaurar casas, p. 6

⁴⁶⁷ Jornal de Ouro Preto - Arquiteto quer criar sinal de transito só para Ouro Preto. 19 dez. 1982, p. 2)

A postura classicista, excludente e arbitrária da PMOP, também fruto da verticalidade de sua atuação, é expressa na fala do Prefeito José Leandro Filho ao ser questionado pelos comerciantes sobre a possibilidade de construção de banheiros públicos e a referência aos turistas como “farofeiros” ou “classe A”:

“O comerciante tem a mania de achar que o poder público pode resolver tudo. Acho que a construção dos banheiros públicos não vai resolver problema algum da cidade, pois tenho certeza de que, depois que eles estiverem prontos, os turistas farofeiros que lotam a cidade nos feriados prolongados vão continuar urinando em plena rua e não vai ser nunca possível evitar que esse tipo de turista continue frequentando Ouro Preto”

“Mas por acreditar que os banheiros não vão resolver o problema do turista, do comerciante e da cidade, eu não os coloquei como prioridade. E fica mais uma questão em aberto: deve-se construir banheiros de luxo destinados a atender meia dúzia de turistas classe A ou banheiros públicos destinados ao povão, aos farofeiros? (Jornal de Ouro Preto - Leandro considera banheiro público inútil ao turismo. 08 jul.1985, p. 05. Sublinhado nosso).

Villaschi afirma que o IPHAN não demoveu “de sua postura de autoridade máxima inquestionável e sem diálogo” (204:293), apesar de passar por várias alterações na legislação e na sua própria constituição institucional não promoveram a gestão compartilhada desde a criação do órgão até a “fase moderna”.

Considerações finais

A exploração da formação do Estado nacional brasileiro foi permeada por eventos que reforçavam a dependência da cultura europeizada e por imagens que serviam a propósitos não conectados à efetiva independência cultural do Brasil, ou o que Maria Lúcia Pinheiro (2017) chama de distanciamento e paternalismo, colocando a população em posição subordinada e necessitada de tutela cultural. Assim, percebemos que o problema levantado em Ouro Preto na verdade se mostrava como o detalhe de um retrato que estava colocado em moldura de grandes proporções, afetando a apreensão da cultura e do patrimônio no Brasil. Ouro Preto se apresentava como um dos sítios em que esta percepção se mostrava exacerbada quando examinada de perto, além de carregar a responsabilidade em ser a cidade-modelo e pioneira nos processos de classificação.

A desconexão da identidade territorial e das dinâmicas socioculturais (VILLASCHI, 2014) de Ouro Preto alimentada desde a sua eleição como Monumento Nacional na década de 1930, e continuada cinquenta anos mais tarde na inscrição à Lista de Patrimônio Mundial, provocou uma complexa imagem da cidade para quem a habita. A intensa produção de imagens e propagandas desde o século XIX formataram o símbolo de uma cidade quase irreal, colocando peso na percepção, assimilação e criação das próprias imagens sobre a cidade. Nesta apreensão “fantasiosa” da cidade intensamente circulada percebe-se o caráter excludente na relação com a comunidade e ultrapassa as fronteiras da imagem/monumento, ingressando nas relações socioculturais. Na realidade, as imagens da cidade, que deveriam ser condicionadas à memória coletiva, não se apresentam desta forma, fomentando a falta de reconhecimento e conexão com o espaço patrimonializado.

O ato de habitar a cidade-patrimônio em âmbito nacional torna-se tarefa árdua, uma vez que as práticas, os significados sociais e até mesmo os vetores materiais alienados da participação popular tornam-se um problema grave, como afirma Meneses quando diz que “sem as práticas sociais, não há significados sociais. Mas também não há significados sociais sem vetores materiais” (2016:36). A cidade impalpável a que se referia Milton Santos (2012) repleta de signos que dificultam a ação dos indivíduos, é uma cidade que aparta a comunidade.

Esta perspectiva no mínimo preocupante dilata os conflitos e coloca as comunidades em posição fragilizada, como explica Villaschi em perspectiva que pode ser transposta à Ouro Preto:

O Estado, ao institucionalizar o cenário barroco, faz com que seu morador se distancie do próprio patrimônio, do sentido de sua experiência, porque essa só é possível pela relação estética com o lugar. Assiste-se a uma inversão de papéis onde o Estado assume a condição de “guardião local” e o morador passa a ser visto como um virtual transgressor, encontrando-se nele o sentido da barbárie. (LEMOS, 1994, assim como citado em VILLASCHI 2014: 100. Sublinhados do autor).

Referências bibliográficas

Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por uma história decolonial: Gênero, raça e classe na América Latina. Eduarda Guerra Tostes; Lavínia Renata de Oliveira Turqueti; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2022. 926 p.
ISSN:2317-0468

AZEVEDO, Patrícia. Identidade nacional e história: a diversidade como “patrimônio sócio-cultural”. In: M. Abreu, & R. S. (org.), **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003

CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

CHUVA, Márcia. **Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012, 147-165.

FAUSTO, Bóris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2012.

FREITAS, Marcelo d. **Mário de Andrade e Aloísio Magalhães: dois personagens e a questão do patrimônio cultural brasileiro**. 46ª Reunião Anual SBPC, Vitória, 17 a 22 de junho, pp. 71-93, 1994.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. (T. T. Silva, & G. L. Louro, Trads.) Rio de Janeiro: DP&A, 2006

HIRAO, Hélio, GOMES, Marquiana. d., & PEREIRA, Martha. (2006). **Paisagem: Diferentes olhares sobre o espaço geográfico**. São Paulo: FCT/ Unesp, 2006.

LESSA, Carlos. **Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira**. Estudos av. Dossiê Nação / Nacionalismo, volume 22(62), 2008.

LOPES, Tânia. **Ouro Preto: O Drama Social do Patrimônio**. Campinas: Universidade Federal de Campinas, 2004.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi(org.). **Fontes Históricas**. 2.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008

MARTINS, Roberto B. **Vila Rica, vila pobre: dilemas de uma historiografia de aluvião**. Belo Horizonte : Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

MENESES, Ulpiano. **A CIDADE COMO BEM CULTURAL - Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano**. Patrimônio: atualizando o debate, São Paulo 34-76. (s.d)

MOTTA, Lia. **A SPHAN em Ouro Preto**: uma história de conceitos e critérios. Revista do IPHAN, Rio de Janeiro, p. 108-122, 1987.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1997.

OLIVEIRA, Elza A. **Igreja e rua, dois espaços a mesma fé. Sacralização do espaço na festa de Corpus Christi**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressani. **Trajatória das ideias preservacionistas no Brasil: as décadas de 1920 e 1930**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, volume 35, p 13-32, 2017

PIRES, Maria C. **Proteção do patrimônio cultural: da monumentalidade aos bens imateriais**. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. (s/d).

QUEIROZ, Maria Isaura. **Identidade cultural, identidade nacional no Brasil**. Tempo Social - Revista de Sociologia da USP, São Paulo, volume 1, 29-46, 1989.

ROMEIRO, Adriana. **Os sertões da fome**: A história trágica das Minas de ouro em fins do século XVII. *sÆculum* – Revista de História, Belo Horizonte, 165-181, julho/ dezembro 2008.

ROMPATTO, Maurílio. **A formação do estado nacional brasileiro**. Revista Akrópolis, Curitiba, volume 9, p. 185-196, 2001.

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento**: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990. Salvador: IPHAN, Ministério da Cultura, Governo Federal Brasil: Oiti. 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SILVA, Glauber. P. **Noções de identidade de Stuart Hall e o diálogo com o patrimônio cultural imaterial**. Recife, ANPUH- Brasil. 30º Simpósio Nacional de História, pp. 1-13. 2019.

SOUZA, Laura de Mello. **Desclassificados do ouro**. São Paulo: Paz e Terra, 2008

SALGADO, Marina. **Ouro Preto paisagem em transformação**. Curitiba: CRV, 2020

SILVEIRA, Marco Antonio et al (Orgs.). **Histórias de repressão e luta na UFOP, Ouro Preto e região**. Ouro Preto: Editora UFOP, 2018. 344 p.

VIANNA, Andrea. **Patrimônio e turismo no Brasil**: desenhando a identidade nacional na Era Vargas. SNH 2015 - XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis pp. 1-13, 2015.

VILLASCHI, João N. **Hermenêutica do Patrimônio e apropriação do território em Ouro Preto-MG**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Identidades e memórias dos descendentes de italianos da Colônia Rodrigo Silva em Barbacena/MG⁴⁶⁸

Alexandre Augusto da Costa⁴⁶⁹

Resumo: O trabalho debate as relações de identidade, identificação, memória e esquecimento dos descendentes de imigrantes italianos da Colônia Rodrigo Silva, inaugurada em 1888 no município de Barbacena (MG). O assentamento consiste na primeira experiência de alocação de imigrantes do Continente Europeu durante o reinado do Imperador D. Pedro II. A hipótese central é que os descendentes teriam herdado certas tradições, processos ou velhos hábitos culturais que os conectariam à Itália e que se manifestariam em práticas e saberes que estariam presentes até os dias atuais. Para testar esta hipótese foram interrogadas, em um recorte definido no curso da pesquisa (outubro de 2018 a outubro de 2019), alguns representantes das famílias Viol, Discacciatti, Bertola tendo como amparo da metodologia da história oral, na busca de problematizar estes prováveis vínculos.

Palavras-chave: Identidade. Imigração. Memória. Tradição.

Abstract: The work discusses the relationships of identity, identification, memory and forgetfulness of the descendants of Italian immigrants of Colony Rodrigo Silva, inaugurated in 1888 in the municipality of Barbacena (MG). The settlement consists of the first experience of allocation of immigrants from the European continent during the reign of imperian D. Pedro II. The central hypothesis is that the descendants would have inherited certain traditions, processes, or old cultural habits that would connect them to Italy and that would manifest themselves in practices and knowledge that would be present to the present day. To test this hypothesis, in a cutout defined in the research course (October 2018 to October 2019), some representatives of Viol, Discacciatti, and Bertola families, with as support of the methodology of oral history, seeking to problematize these likely bonds, were questioned.

⁴⁶⁸ Trabalho apresentado na XXXVIII Semana de História da UFJF no ST 025 - Patrimônio, História e Memória: práticas educativas, políticas, sociais e os desafios da interdisciplinaridade. A pesquisa foi financiada pela Fundação Presidente Antônio Carlos vinculada à Unipac Barbacena-MG.

⁴⁶⁹ Docente do curso de Publicidade e Propaganda (Unipac-Barbacena-MG); Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História pela UFJF e bolsista CAPES.

Key-words: Identity. Immigration. Memory. Tradition.

Introdução

A historiografia revela que as grandes imigrações em fins do Século XIX e início do Século XX foram motivadas pelas transformações socioeconômicas na Europa, como a formação dos estados nacionais e guerras, associadas, dentre outros fatores, pela necessidade de mão de obra dos países da América. Nosso continente recebeu o maior contingente de imigrantes, especialmente Estados Unidos, Argentina, Brasil e Canadá. As inovações tecnológicas das navegações, somadas ao barateamento das passagens, reduziram, consideravelmente, o tempo de percurso das viagens. No Brasil, como bem relata Ilana Peliciari Rocha (2007), a imigração em massa, se deve, à opção de se criar colônias produtoras de gêneros alimentícios e de se substituir a mão de obra do trabalhador negro escravizado, em declínio, desde a abolição da escravatura em 1888. A necessidade da mão de obra imigrante, decorria, sobretudo, do crescimento das economias, especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo, já que, uma vez que o trabalhador se tornava livre e algumas cidades do Brasil passavam por um período de crescimento e industrialização, ocorria o deslocamento da força de trabalho para as cidades, exigindo-se assim, uma maior demanda pela imigração.

Com as constantes crises no Velho Continente, se criava uma massa de desempregados e sem esperança de perspectivas de vida. Esse processo socioeconômico, porém, ao menos até a I Guerra Mundial, como salientou Rocha (2007), atendia às demandas, tanto da Europa, quanto da América. No entanto, cabe observarmos a importância da Lei de Terras em 1850, que antecipou o debate das discussões que seguiriam da abolição da escravatura e da imigração:

Essa lei regulamentava as propriedades de terras, definindo e regularizando a utilização das terras devolutas, ou seja, terras públicas que não se encontravam em uso nos âmbitos nacional, provincial ou municipal, que não apresentavam títulos legítimos ou que estavam apossadas, mas não eram devidamente utilizadas. Parte dessas terras devolutas seria destinada ao estabelecimento de aldeias indígenas, fundação de colônias de povoamento e o fomento da

infraestrutura, como por exemplo, a construção de caminhos e edifícios públicos. No entanto, a lei teve variações regionais, quanto à sua aplicação e seu impacto, que, de certa forma, influenciou também no tipo de imigração adotada. A aplicação dessa lei é que diferenciou a imigração regionalmente (ROCHA, 2007: 12).

Em Minas Gerais, assim como em São Paulo, Rio de Janeiro e boa parte do Sul do país, a instalação de núcleos coloniais parece ter sido uma estratégia para suprimir a carência de mão de obra decorrente da crise da Lei do Ventre Livre em 1871 e da Abolição da Escravatura em 1888. A política de subsídios buscava atrair trabalhadores para o mercado do café, com ênfase maior nos grupos familiares que, em tese, reduziriam os problemas relacionados ao controle do trabalho. De forma alternada, os imigrantes que desembarcavam no Brasil, notadamente no porto de Santos, dirigiam-se para as colônias de pequenos produtores agrícolas – o que tornava essa dinâmica viável. Em Minas Gerais o ápice do ciclo imigratório ocorreu, entre a década de 1880, até meados de 1900. Cerca de 52.582 imigrantes vieram ao estado, tendo como destinos centrais, Juiz de Fora (grande produtora de café), Belo Horizonte, Ouro Preto e Mariana. Dentre os fatores que contribuíram para a permanência dos imigrantes nesta primeira cidade, destacam-se a construção da Rodovia União e Indústria em meados de 1850, que ligava Juiz de Fora à Petrópolis-RJ, em que transitavam, especialmente, alemães (ROSA; NICOLI; SIQUEIRA; SANTOS, 2016).

Vale destacarmos ainda, que, diferentemente de São Paulo, como observa Rocha (2007: 32), que criou a principal política pública de subsídios para a atração de imigrantes, Minas Gerais não possuía tantos atributos para atrair os (Ibid.: 120). Em grande parte, os imigrantes italianos que chegavam a Minas Gerais tinham como origem outros estados brasileiros, ou seja, já possuíam experiência imigratória⁴⁷⁰.

Como reafirma Dayanne Busato Romano (2019), a Colônia Rodrigo Silva, instalada em Barbacena em 14 de abril de 1888 pelo Governo Imperial, foi um dos projetos principais da empreitada de núcleos coloniais em Minas⁴⁷¹. Esta experiência nas

⁴⁷⁰ Cf. Rosa; Nicoli; Siqueira; Santos (2016: 120).

⁴⁷¹ Cedida ao Estado de Minas Gerais em 1890, com uma área inicial de 37.802.670,20 m², a colônia foi habitada essencialmente por imigrantes italianos. Cf. Romano (2019: 13).

terras da Mantiqueira pode ser dividida em duas fases. A primeira, em fins do século XIX, com foco na agricultura local, calcada em uma grande variedade de produtos orgânicos e pequena pecuária. A segunda etapa foi inaugurada com a implantação da Estação Sericícola de Barbacena, a partir de 1907, e em plena atividade em 1912. A execução desta última só foi possível, graças à interlocução de diversos atores políticos, na grande maioria, proprietários de terras, ou dos eleitos pelas Câmaras Municipais em cargos estratégicos do Império como: ministérios ou mesmo particulares, que percebiam na formação das colônias de imigração, uma oportunidade de continuidade do sistema de produção agrícola.

A busca, por parte do Império de D. Pedro II, da cunhagem de uma identidade sustentada em valores e características europeias se mostra, evidente, na publicação do *Jornal do Agricultor* sobre a inauguração da Colônia Rodrigo Silva. O patriotismo aqui, é evocado, para além dos valores do Velho Continente – interessa-o a origem genética.

Falou em seguida, em nome da população, o Dr. Francisco de Paula Prestes Pimentel que, demonstrando as vantagens e influencias da colonisação, o progresso que d'ella ha de provir para o paiz, sendo bem dirigida e havendo cuidado e critério na escolha das nações a chamar para o nosso solo, como se deu em relação a colônia que se inaugurava, citou o muito que tem ganho diversas províncias do Brazil com a colonisação allemã e italiana [...] Resolvendo crear este núcleo colonial só attendeu a considerações de interesse publico na esperança que do exemplo de Barbacena advenham para a provincia os maiores benefícios. Tinha confiança que a transformação do trabalho que em outros paizes tem trazido perturbações, se ha de fazer no Brazil sem abalo da ordem política e material. A época que atravessava o paiz (disse o Sr. ministro) não é de incitações nem de paixões politicas, é de patriotismo, e todos devem concorrer para a prompta e pacifica solução do problema social, que a todos directamente interessa. Concluiu, declarando que Barbacena nada lhe deve, mas sim ao conselheiro Lima Duarte, de quem partio a idea do estabelecimento da colônia inaugurada, confirmando o appello que fazia ao patriotismo de todos o facto de ser o melhoramento que tanto satisfaz á população, trabalho de dous homens políticos de credos oppostos, que se ligaram, tendo unicamente em vista o engrandecimento pátrio⁴⁷².

Parece claro que a premissa de melhoramento da “raça” com a imigração europeia, é destacada como evidência dos benefícios da imigração. O temor das paixões políticas que abalariam o fim do governo monárquico também é notório na notícia acima,

⁴⁷² Grafias transcritas do original. Grifos nossos. Cf. *Jornal do Agricultor*. ANO IX – TOMO XVIII – N.459. 15 de abril de 1888, p.235. Grifos nossos.

especialmente quando o relato destaca a suspensão de diferenças entre os atores políticos visando uma união e desenvolvimento pátrios.

Na segunda fase da Colônia Rodrigo Silva, marcada pela produção industrial da seda nos anos finais da primeira década do século XX, foi preeminente o papel de Amílcar Savassi. Nomeado diretor da localidade em 1898, com bom trânsito entre os oligarcas locais e autoridades políticas, foi o responsável pela implementação da Estação Sericícola de Barbacena. Inicialmente, nos primeiros anos do século XX, incentivou a plantação de amoreira e a criação do bicho-da-seda, além de outras iniciativas agropecuárias⁴⁷³. Nos anos seguintes, dedicou-se à conquista de subsídios para compras de maquinário e transporte dos produtos da produção da seda.

Esta articulação de Amílcar Savassi no incentivo da produção de variadas culturas agrícolas (em especial, mudas de amoreira e o cultivo dos óvulos do bicho da seda) teria contribuído, de forma decisiva, para a instalação da Estação Sericícola de Barbacena⁴⁷⁴ –promulgada através do Decreto Nº 9.662, de 10 de julho de 1912.

Estas dimensões diversas que atravessaram fins do século XIX (com a queda do regime escravocrata e a instalação da República) e início do século XX (através dos investimentos na produção industrial) constituem um complexo mosaico, onde se encontram fragmentos disformes de laços identitários, multiculturas, relações de memória, lugar e esquecimento, que refletem diferentes matizes a serem mais bem esclarecidos pela historiografia. É mirando nestes pontos, de forma a interpretá-los, que esse artigo se propõe.

Antes de nos determos, mais detalhadamente, nestes aspectos, convém-nos fazer o percurso histórico destas discussões.

1. A identidade como processo

⁴⁷³ Cf. Savassi (1991: 208).

⁴⁷⁴ A fábrica foi construída na Fazenda Registro Velho, antiga residência do Inconfidente Padre Manoel Rodrigues e importante ponto de parada. Como o próprio nome sugere, era local de “registro” do ouro que seguia na Estrada Real com destino ao Rio de Janeiro.

Quando a chamada Pós-Modernidade revelou que a força motriz da identidade tinha como elementos vitais a palavra e a ação, a ideia de um sujeito uno foi desmistificada. Como muito bem argumenta Hall (2015: 12), se no Iluminismo a concepção de identidade era calcada no sujeito centrado, dotado de uma capacidade racional, e, posteriormente com a Estrutura, descobriu-se o homem sociológico – ainda imanente e inalterável, mas formado “na interação entre o eu e a sociedade” – na Pós-Modernidade, há um deslocamento, ou imprecisão destas qualidades. O sujeito passa a não ter uma, mas várias identidades, muitas vezes contraditórias e mal-resolvidas. “O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático” (Ibid.: 2015: 12). Com a identidade sendo definida, historicamente, e não mais biologicamente, o sentimento de pertença destes indivíduos também é abalado. Esta percepção afetou, diretamente, a conformação simbólica dos Estados modernos. Se outrora as culturas nacionais tinham a função de organizar, “tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (Ibid.: 51), criando e dando sentidos (territorial e linguístico) às identidades, com a globalização, esta unidade se quebra, pois o que se impõe é a superação das fronteiras do tempo e do espaço.

Com a Pós-Modernidade, povos em todo o globo se tornaram mais integrados, interconectados na criação de novas e complexas experiências de sociabilidade entre os sujeitos. De fato, a globalização “não é um simples processo de homogeneização, mas de reordenamento das diferenças e desigualdades, sem suprimi-las: por isso, a multiculturalidade é um tema indissociável dos movimentos globalizadores”, salienta Canclini (2006: 11). O mesmo fenômeno é observado por Benedict Anderson, em “Comunidades Imaginadas”. Para o cientista político, a ideia de nação não seria mais do que uma formulação simbólica coletiva,

[...] porque mesmo os membros das menores nações nunca irão conhecer a maioria dos seus companheiros, encontrá-los, ou mesmo ouvi-los, ainda que nas mentes de cada um exista a imagem da comunhão deles [...]. De fato, todas as comunidades maiores que as vilas de contato cara-a-cara (talvez mesmo nestas) são imaginadas. Comunidades devem ser distinguidas, não por sua falsidade/autenticidade, mas pela forma como foram imaginadas (ANDERSON, 1983: 6).

O arquétipo de nação que surgiu na Modernidade através de certas tecnologias administrativas guiadas pela racionalidade, que demarcava fronteiras e promovia

determinadas práticas culturais, entra em crise na globalização. Neste mesmo fio, Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1997) argumentam que estas práticas conformadoras de identidades nacionais são, na verdade, tradições inventadas, que se definem como um conjunto de práticas, geralmente reguladas por regras ou convenções sociais, ou conformações simbólicas como o culto aos heróis ou ritos cívicos que visam “inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (HOBSBAWM; RANGER, 1997: 9).

Essa ligação, em princípio, unificadora das nações, entra em um certo tipo de colapso com o advento da globalização, já que o contato com outras culturas amplia as possibilidades de construção de identidades abertas, multiétnicas, políglotas, mescladas, sem demarcações muito definidas. Em outras palavras, isso implica que as nações deixaram de ser os principais referenciais dos sujeitos na elaboração dos processos identitários. Pensada sob o signo da provisoriedade, a identidade não é mais estática, está sempre em construção, em um “[...] processo de aproximação e distanciamento”, nas palavras de Hall (2015: 110). Nesta acepção, já não é mais possível pensá-la como consolidada ou definida. Este mesmo sentido é apreendido por Jöel Candau (2012: 9) em “Memória e identidade”. No ensaio antropológico, a identidade se aproxima, muito mais, de uma construção social, moldada pela diferença, “[...] de certa maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dialógica com o outro”. De forma mais enfática, Hall (2015: 21) amplia essa crise, ao argumentar que,

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de ‘diferença’.

Com esse pressuposto, o teórico jamaicano prefere usar o termo “identificação”, no lugar de identidade, já que a primeira se articula no âmbito do discurso – construindo fronteiras simbólicas – através da diferença. Desta forma as identidades seriam posições temporárias que o sujeito assumiria, mesmo tendo em mente que seriam apenas representações simbólicas (HALL, 2015). Esse sistema de interação aventaria a

necessidade da elaboração discursiva das identidades na chamada Pós-Modernidade, em que os discursos culturais serviriam de âncoras no processo de identificação.

A memória seria neste sentido, antes se mais nada, “a identidade em ação”, nas palavras de Candau (2011: 18) ou um “[...] conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”, no preciso dizer de Le Goff (2003: 419).

2. A memória como chave de acesso à história:

Maurice Halbwachs em sua obra, “A memória coletiva” (2013) insere-a como a principal chave de compreensão do presente. Para estruturar o seu pensamento, o teórico distingue memória coletiva, de memória individual. Nesta última, o passado é organizado em torno de uma determinada pessoa ou fato, em uma espécie de “enquadramento” do indivíduo, para usarmos emprestado um termo de Candau (2011). Quanto à primeira, as lembranças seriam, também parciais, porém, limitadas às experiências e vivências partilhadas de um determinado grupo ou sociedade (HALBWACHS, 2013). Estas duas dimensões da memória não se encontrariam separadas, antes, se articulariam para evocar o próprio passado, já que, para acessar às próprias lembranças as pessoas precisariam recorrer às memórias de outras. Este movimento deslocaria, assim, pontos de referência, de forma que as pessoas tomariam emprestado, ideias e palavras de seu ambiente. “A memória se enriquece com as contribuições de fora que depois de tomarem raízes e depois de terem encontrado seu lugar, não se distinguem mais de outras lembranças”, esclarece Halbwachs (2013: 98). Neste sentido, a memória não corresponderia à história, antes à representação ou reconstrução atualizada do passado (BERGSON, 2006; CANDAU, 2011).

Sob esta ótica, a “verdadeira” memória seria a individual, enquanto que, a coletiva, mais se aproximaria de uma representação, ou metamemória, “[...] um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo” (CANDAU, 2011: 24). Aí, talvez, estaria a força da memória familiar, no fato de superar, muitas vezes, os laços folgados, corrigindo-os pela criação de nós de solidariedade, vinculando os sujeitos aos seus descendentes.

A questão fundamental que se coloca, a partir de então, é o caráter de utilidade da memória neste processo de enquadramento, em que o indivíduo seleciona determinadas imagens segundo a própria ótica, destacando algumas e ignorando outras, evidenciando fatos e significados, silenciando tantos outros. É a memória que permite a atuação do passado no presente, por meio das lembranças. Fonte de referentes identitários, reconfiguração das identidades, autoriza o sujeito a se apossar de imagens do passado para consolidar uma nova posição identitária no presente (CANDAUI, 2011).

Uma vez que a memória atua na construção dialética entre lembrança e esquecimento, o caráter seletivo implica uma negociação e organização dos fatos pelos indivíduos, que escolhem, em certa medida, o que deverá ressurgir do passado (POLLACK, 1992). Rememorar, neste sentido, seria ir além da aparente transposição do passado para o presente, constituiria antes, um instrumento de inúmeras revisões, reavaliações, autoanálise – caminho ao encontro da identidade (CANDAUI, 2006). Como argumenta Pollack, as histórias de vida,

[...] devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais. Por definição reconstrução a posteriori, a história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência. Além disso, ao contarmos nossa vida, em geral tentamos estabelecer uma certa coerência por meio de laços lógicos entre os acontecimentos-chaves (que aparecem então de uma forma cada vez mais solidificada e estereotipada), e de uma continuidade, resultante da ordenação cronológica. Através desse trabalho de reconstrução de si o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros (POLLACK, 1989: 13).

Não seria ousado demais dizermos que, neste processo, o próprio sujeito se modificaria com o tempo e seu ponto de vista se transformaria em relação ao passado, uma vez que, no decorrer dos anos, as imagens-lembranças já não se traduziriam as mesmas. Isso decorre do fato de que, ao reconstruir o passado, os indivíduos utilizam-se de dados emprestados do presente, e por meio dele, buscam esclarecer imagens, já bem alteradas, de outrora (HALBWACHS, 2013).

Apesar de reconhecer que a faculdade humana de lembrar pode ser influenciada por fatores externos, isso não a tornaria uma memória coletiva. No lugar desta expressão, Candau (2011) considera mais adequado utilizar o conceito, “marcos sociais da memória” – termo cunhado pelo próprio de Halbwachs (2013) – já que, na visão do crítico, não existiria uma memória, estritamente, coletiva ou individual. Memória e identidade

estariam assim, imbricadas, reforçando-se, mutuamente, em laços indissociáveis, até, quiçá, uma dessas amarras se dissocie. Destarte, não existe “[...] busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente” (CANDAU, 2011: 19).

Talvez, pensando em perpetuar estes elementos simbólicos, deixando-os, ao mesmo tempo, encerrados, e a ponto de serem despertados, a qualquer instante, os homens elegeram os lugares de memória. Nestes locais, passado e presente se encontram: as lembranças são então alocadas, depositadas como “restos” – qualifica Pierre Nora (1993: 12). Esta característica seria própria da memória moderna, que é registradora e delega “[...] ao arquivo o cuidado de se lembrar por ela e desacelera os sinais onde ela se deposita, como a serpente sua pele morta” (NORA, 1993: 15). Nesta perspectiva, salienta o historiador francês, os lugares de memória já não são memória, mas história:

[...] a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (NORA, 1993: 22).

A captura da memória, assim, seria impossível, já que as distorções, ou mesmo o esquecimento, são parte da natureza do homem. Por esse motivo a memória se encontraria sempre aberta a uma espécie de “dialética da lembrança e do esquecimento” (NORA, 1993: 9), em posição, constantemente, vulnerável a usos e manipulações, constituindo-se, assim, em afetiva e mágica, não se apegando a detalhes que a mitigam, buscando antes, nutrir-se de “[...] lembranças vagas, telescópicas, cenas, censura ou projeções” (NORA, 1993: 9).

O percurso conceitual de identidades e identificação na chamada Pós-Modernidade proposto neste artigo visou nutrir o debate, contextualizar e problematizar as relações entre passado e presente, memória e esquecimento, tradição e ressignificação de um possível legado cultural que teria sido herdado pelos descendentes de italianos na Colônia Rodrigo Silva em Barbacena, Minas Gerais. Teriam eles herdado práticas culturais ou tradições dos seus antepassados? Como essas memórias se revelariam neste

acesso do passado, no presente? De que forma se conformam, atualmente, as identidades? Como ocorre o processo de identificação? De que forma se estrutura a multiculturalidade?

3. Metodologia:

Para enfrentarmos estas questões, fizemos a opção metodológica da história oral, que, como argumenta Alberti (2005) se tornou uma importante abordagem de pesquisa para o historiador em meados do século XX. O método consiste na realização de entrevistas gravadas com sujeitos que participaram ou testemunharam fatos ou conjunturas, tanto do passado, quanto do presente. Neste sentido, a escolha metodológica nos permitiu selecionar e ordenar os procedimentos deste trabalho (ALBERTI, 2005) de forma que pudéssemos estabelecer um diálogo com a literatura pertinente ao tema – elencada nos tópicos anteriores – com os conceitos de identidade e identificação, memória e esquecimento, lugares de memória e invenção da tradição.

A escolha deste objeto de pesquisa se deve ao fato de Barbacena ser a primeira experiência de imigração italiana em Minas Gerais: a Colônia Rodrigo Silva, inaugurada em 15 de abril de 1888, pelo então ministro da Agricultura de D. Pedro II, que emprestou seu nome à localidade. A hipótese central é que a imigração italiana em fins do Séc. XIX e início do Séc. XX teria deixado um legado ou herança de práticas culturais (de origem europeia) aos seus descendentes.

Neste percurso, através da pesquisa exploratória, entramos em contato, no mês de março de 2019, com alguns moradores que indicaram, ao todo, dez possíveis fontes orais. Contactamos por telefone e tentamos encontrá-las nos endereços repassados, mas não obtivemos sucesso. A Secretaria Municipal de Cultura de Barbacena-MG⁴⁷⁵ e a Casa D'Itália também nos sugeriram algumas fontes que estariam presentes na X Feira Italiana de Barbacena, de 11 a 14 de abril, daquele mesmo ano. Na festividade, conseguimos abordar cinco pessoas que, inicialmente, se mostraram abertas e interessadas em contribuir no trabalho – o que não se confirmou nos contatos subsequentes das semanas

⁴⁷⁵ O historiador Jorge Ferreira, diretor do Museu Municipal de Barbacena, foi um importante colaborador desta pesquisa. No museu, há um vasto arquivo de documentos, fotos e objetos que remontam à colonização italiana na cidade, o qual tivemos acesso para as investigações iniciais deste trabalho.

seguintes. Procuramos ainda três descendentes de italianos, tradicionais e renomados comerciantes na cidade, mas não conseguimos fechar as entrevistas após diversas marcações e remarcações de encontros ao longo de 2019.

Estas dificuldades, características da dinâmica das fontes orais, talvez confirmem também, em alguma medida, a observação de Pollak (1992: 13) quando alerta que “[...] uma pessoa a quem nunca ninguém perguntou quem ela é, de repente ser solicitada a relatar como foi a sua vida, tem muita dificuldade para entender esse súbito interesse”.

Após uma certa insistência nos meses seguintes e nova consulta aos integrantes da Casa D'Itália⁴⁷⁶, chegamos à indicação de seis fontes orais que aceitaram gravar as entrevistas em outubro e novembro de 2019, sendo: 4 (quatro) integrantes da família Viol (depoimentos registrados durante o 2º encontro anual familiar); um da família Discacciatti; e um da família Bertola. Segue abaixo a discussão destes relatos, à luz da literatura discutida neste trabalho.

4. Corpus de análise: as histórias dentro das memórias

Hall (2015) argumenta que a nacionalidade é uma das principais formadoras de identidades, influenciando, tanto nosso agir, como a percepção que temos de nós mesmos. É o que podemos verificar na entrevista com Tairini Bertola, professora universitária. Neta de italianos, elege algumas características atribuídas àquele país, que estariam presentes em sua família.

O jeito de falar alto, de sangue quente. Acho que isso é uma característica de italiano, de ser sangue quente, falar alto, discutir e já conversar de novo. A minha família tem isso de discutir bastante. Mas todo mundo se ama, se ajuda, mas sempre rola uma discussão. Minha mãe, meus tios, são brancos [...]. Minha mãe é loira do olho verde e eu não, porque meu pai é moreno. Você encosta o dedo na minha mãe e ela até marca e isso acho que é da origem dela, bem italiana mesmo⁴⁷⁷.

⁴⁷⁶ É importante destacarmos a relevante colaboração de Eliane Savassi, filha de Altair Savassi e neta de Amílcar Savassi – italiano que empreendeu a estação sericícola de Barbacena. Ela contribuiu nesta pesquisa fornecendo documentos e informações importantes. Iríamos realizar entrevistas com seus familiares – o que não foi possível em virtude do adoecimento e falecimento de sua mãe no final de 2019.

⁴⁷⁷ Entrevista concedida por Tairini Bertola em 12 de agosto de 2019.

Estes sentidos, ou supostos atributos dos italianos, elencados pela entrevistada, como a cor da pele branca, olhos claros e o jeito de falar alto, compõem as características construtoras de uma identidade – no caso a italiana, que seria distinta da brasileira. A comprovação de uma origem no Velho Continente estaria expressa, não apenas, no sobrenome “Bertola”, mas nos traços físicos de distinção, ou mesmo na linguagem eloquente, no “falar alto” dos italianos. Quanto a esta perspectiva, é importante ressaltarmos que a política imigratória do estado de Minas em fins do século XIX com a instalação de colônias, como a de Rodrigo Silva, em Barbacena, endossa a tese de que houve um processo de “embranquecimento” da população.

A característica multiétnica, migrante, oriunda da mesclagem de várias culturas, de acordo com Canclini (2006) abalou qualquer possibilidade de se pensar em identidades estáveis, consolidadas. Essa “mistura” é bem evidente no relato de Mary Discacciatti, historiadora, entrevistada neste trabalho. Perguntada se havia uma maior identificação com o Brasil ou com a Itália, respondeu:

Eu me sinto mais brasileira, lógico, porque eu nasci no Brasil, eu amo meu país. Mas o meu coração tem um carinho, um amor pela Itália. Por quê? Porque eu sou descendente de duas pessoas, o vovô Celeste e a esposa dele, vovó Batistina, que foram os pais do meu pai, Luis Discacciatti. Eu fico emocionada porque onde é hoje a sede da Casa de Itália era do meu avô, a casa dele ainda está lá até hoje. Então sinto carinho e tenho o sonho de conhecer a Itália. O sangue é brasileiro, porque nasci em Barbacena, Minas Gerais, Brasil. Mas aquele amor e carinho pela Itália, é a minha origem. E eu sinto muito orgulho da minha origem⁴⁷⁸.

A identificação também é evidente nas palavras das irmãs Vera e Velir Viol. A primeira, ao ser indagada sobre o que a fazia sentir esta ligação, respondeu, de forma franca: “A gente sente, é impressionante, a gente sente que é o povo da gente, a gente não pode ver nada da Itália, que fale da Itália, você sente que é sua família, e olha que nós somos a terceira descendência... Bisa, vô... Não! Quarta!”⁴⁷⁹. Este reconhecimento de certas qualidades italianas, também é demonstrado por Velir:

⁴⁷⁸ Entrevista concedida por Mary Discacciatti em 15 de agosto de 2019.

⁴⁷⁹ Entrevista concedida por Vera Viol em 8 de outubro de 2019.

Eu senti isso na pele eu estive na Itália durante um tempo e eu me senti em casa, totalmente em casa, eu não sei a língua italiana como eu disse, meus pais não ensinaram a gente. Mas eu conseguia entender com as pessoas, assim na compra (sic), nos passeios. Assim... Eu conseguia entender, e neles eu me via em família, é a coisa mais impressionante! E eu procurei passar o pouco que a gente tem disso para os meus filhos. Aí meu filho, quando foi pra Itália, também se identificou, tanto é que ele ficou lá uns anos e depois foi para a Alemanha, mas [...]. Minha filha também que tá lá, ela (sic) quer morar na Itália porque eles se identificam com os italianos, entendeu? Parece que é gente nossa, nossos hábitos, parece que é aquele jeito nosso!⁴⁸⁰

A evocação à origem italiana marca um aspecto importante destacado por Hall (2015) que diz respeito à provisoriedade, que advém, não tanto, da plenitude das identidades, mas à sua falta de inteireza. Isso pôde ser observado na fala do senhor João Viol, que nos recebeu durante o II Encontro Anual da família Viol. Ao abordar sobre a “Feira Italiana de Barbacena”, que acontece há dez anos na Colônia Rodrigo Silva, desabafou:

A marca que mais ou menos ficou, (sic) de vez em quando eles fazem aí é a festa italiana, reunião como essa que você tá vendo hoje aí no campinho aqui na colônia. De vez em quando tem uma festinha italiana aí mas eu gostaria que por exemplo, nessa festa italiana que eles promovem aí, viessem algumas pessoas da Itália. Mas não vem ninguém, então fica uma coisa que eu nem participo muito, porque não tem ninguém de lá pra gente saber como que é (sic) e nem eles sabem como é aqui!⁴⁸¹

Os depoimentos reforçam a perspectiva de Hall (2015) quando argumenta que, as identidades, são pontos de apego temporário, posições que os indivíduos têm que assumir, mesmo sabendo que, muitas vezes, correspondem a representações. É o que podemos observar na memória familiar de Tairini Bertola, manifestada pela lembrança de uma receita de família:

De lembrança de tradições da família, eu me recordo [...] do pãozinho italiano, que fazemos todo o Natal. A receita é da mãe da Ida, minha bisavó, que passou

⁴⁸⁰ Entrevista concedida por Velir Viol em 8 de outubro de 2019.

⁴⁸¹ Entrevista concedida por João Viol em 8 de outubro de 2019.

para a Ida, que passou para a minha vó e para minha mãe. [...]. Quando a gente era criança, a gente ficava louca para chegar o Natal para poder comer o pãozinho. O especial é ter ele, só naquela data, ele não tem nada demais, é simples. Mas era tão legal esperar chegar o Natal para a avó fazer o pãozinho [...]. A gente adorava! Ele é tipo uma baguete: ela fazia a mais e cada filho levava um pouco pra casa e (sic) minha mãe costumava dividir, senão dava briga lá em casa⁴⁸².

Como salienta Candau (2011), a recordação familiar é um laço forte, elo, para além das ligações, aparentemente, distendidas, que conecta o indivíduo às solidariedades invisíveis e imaginárias dos seus ascendentes.

Isso nos faz refletir sobre as lembranças individuais e compartilhadas. Para Halbwacs (2013), estaria no passado – que é guardado em torno de uma pessoa – a memória individual. Se, por outro lado, as recordações se distribuem e são compartilhadas dentro de um grupo ou comunidade, têm-se então a memória coletiva ou social. Como se segue neste diálogo registrado das irmãs Viol, ao falar de seus avós:

Velir Viol: E te digo viu. Trabalharam! E acho que a gente tem um pouco disso porque a nossa vida é só trabalho, a gente tem o hábito de trabalhar e esquecer de tudo.

Vera Viol: E essa agricultura veio deles. Veio deles [...]. Porque o brasileiro não sabia como plantar.

Entrevistador: E o que eles plantavam?

Vera Viol: Tudo, todo tipo de verdura, todos os tipos de legume, muito milho, feijão, frutas.

Velir Viol: E plantávamos alho, muito [...]. Nossa infância praticamente plantando alho, cebola e verduras (sic). Tudo! Tudo o que é de feira⁴⁸³.

Novamente, observamos, uma certa tentativa de distinção, entre o que seriam as qualidades do povo italiano e do brasileiro. As características mais positivas parecem, neste diálogo, mais próprias do europeu (dado ao trabalho, conhecedor da agricultura), enquanto que, aos nativos daqui, caberiam o papel de serem ensinados, treinados a

⁴⁸² Entrevista concedida por Tairini Bertola em 12 de agosto de 2019.

⁴⁸³ Entrevista concedida pelas irmãs Velir e Vera Viol em 8 de outubro de 2019.

produzir. Ainda é possível verificarmos como a memória coletiva, na perspectiva de Halbwachs (2013), se mantém nos limites da família e retém, de certa forma, do passado, somente aquilo que ainda “está vivo” ou que é capaz de sobreviver na consciência desse grupo – neste caso, as recordações ligadas ao trabalho aprendido na infância das irmãs Viol.

Se a memória é, “acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, [e nada] mais do que uma reconstituição fiel do mesmo”, como nos ensina Candau (2011: 9), ela está diretamente ligada à seleção ou ao enquadramento de fragmentos. Esta predileção a fatos específicos, encontra-se presente no relato de Isaura Viol Puiati, ao se referir à vida que levava na antiga fazenda, atualmente dividida em diversos terrenos, sendo um deles, o sítio onde ocorreu em 2019, o segundo Encontro Anual da Família Viol.

Isaura Viol: Aqui era uma fazenda antiga, e a gente trabalhava muito na roça, não tinha empregado, nós éramos escravos da fazenda (sic), então nós tivemos uma vida bem difícil.

Entrevistador: E no que vocês trabalhavam?

Isaura Viol: Em uma roça mesmo, fazendo de tudo: cuidava de criação, puxava lenha da lenheira, cuidava da horta, (sic) tinha muita criação (sic), então a gente cuidava de tudo, eram (sic) nós mesmos. A gente levantava mais ou menos 3h30, 4h da manhã pra poder fazer um café, uma alimentação pros outros irmãos (sic) que iam tirar leite, porque 7h, no máximo, o leite tinha que estar aqui pra gente entregar na cidade. Então a gente ia num cavalo, (sic) depois veio uma carrocinha, aí da carrocinha passou pra uma charrete. A gente ia entregar leite todo dia, e duas vezes por semana a gente colhia verdura, as coisas (sic) e ia vendendo nas casas. A gente andava nas casas gritando "leiteiro" "verdureiro" – era assim. Mas nossa vida foi assim, e a gente casou muito novo (sic), saiu pra casar assim as moças, entre 16 e 17 anos, a gente casou muito novo (sic), mas era uma vida de amor, carinho⁴⁸⁴.

A infância apresenta-se, novamente, como um lugar onde as recordações estão mais arraigadas: o trabalho duro na roça, o despertar cedo da cama, a evolução do transporte (do cavalo para a charrete), os costumes que impunham um casamento precoce... Todos estes marcos da memória “puxados” pela entrevistada revelam, certas frestas, que

⁴⁸⁴ Entrevista concedida por Isaura Viol em 8 de outubro de 2019.

indicam os limites ou enquadramentos das lembranças alimentadas por vagas e censuradas projeções, como indica Nora (1993).

Uma característica ampliada na Modernidade, e especialmente na chamada Pós-Modernidade, é a eleição dos lugares de memória, que consistem em locais onde são depositados valores simbólicos atribuídos a certos indivíduos, instituições ou costumes e feitos de uma determinada época. A preocupação central destes espaços é evitar o esquecimento ou apagamento dessas memórias. Inaugurada em 2003, a Casa D'Itália de Barbacena, tenta, em alguma medida, preservar o passado. A sede inaugurada reúne descendentes de italianos e possui um arquivo de fotos e documentos (jornais, diários, anotações e lavraturas) que buscam registrar as memórias da colonização italiana. Como explica Mary Discacciatti, que é também secretária da instituição:

O objetivo principal é manter a tradição italiana em Barbacena. Todo ano, dia 15 de abril, dia da inauguração da Colônia Rodrigo Silva em 1888, a gente faz a festa do imigrante italiano. Gostamos de fazer na colônia porque foi ali que tudo começou. E hoje nós temos nossa sede própria na Rodrigo Silva⁴⁸⁵. O objetivo principal é não perder esse contato cultural, lúdico, a gente não pode perder esse contato. Então a Casa D'Itália existe pra isso: para manter o intercâmbio com o Consulado de Belo Horizonte e até mesmo com a Itália. É o caso da cidadania italiana. Lá na Casa D'Itália nós orientamos e encaminhamos para o Consulado. Tudo é feito lá⁴⁸⁶.

Como podemos observar, a Casa D'Itália busca, não apenas, ser um local onde se depositam memórias, mas também um elo da articulação do passado com o presente, que ultrapassa a intenção do simples registro. Como esclarece Mary Discacciatti:

[...] estamos fazendo uma campanha para podermos ter sócios. A gente quer oferecer mais, não só a festa de 15 de abril. Mas para isso (sic) denota dinheiro, finanças [...]. Então estamos convidando descendentes de italianos, barbacenenses e região para que possam ser sócios. O objetivo da Casa da Itália (sic) é esse. Não perder o elo com a Itália⁴⁸⁷.

⁴⁸⁵ A sede própria da Casa D'Itália foi inaugurada durante a X Feira Italiana de Barbacena em abril de 2019 e está situada à Rua Pedro Bergamaschi, número 51 – Colônia Rodrigo Silva.

⁴⁸⁶ Entrevista concedida por Mary Discacciatti em 15 de agosto de 2019.

⁴⁸⁷ Entrevista concedida por Mary Discacciatti em 15 de agosto de 2019.

Nora (1993: 9) é um duro crítico dos lugares de memória. Para o teórico, não é possível capturar a memória, pois ela está sempre “aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”, e por ser inconsciente, está sujeita a todo tipo de usos e manipulações. De forma mais acintosa, alerta que, “desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história” (NORA, 1993: 7).

A tentativa de manter o elo com a Itália, como demonstrado acima, pode, por outro lado, apontar um aspecto negativo: o da tradição inventada, que, no dizer de Hobsbawn e Ranger, compreende-se por:

[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras, tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWN; RANGER, 1997: 10).

Na décima edição da Feira Italiana de Barbacena, realizada de 11 a 14 de abril de 2019, observamos, presencialmente, o que pode ser, uma certa incongruência na tradição calcada na Itália. No domingo, dia 14, a festa contou com a apresentação do grupo de dança italiana, *Tarantolato*, da cidade de Juiz de Fora-MG. Na exibição, músicas e vestimentas remetiam à cultura italiana. Ocorre, porém, que estas danças não fazem parte da prática cotidiana da Colônia Rodrigo Silva. A performance parecia mais querer despertar um interesse dos moradores ou confirmar certas qualidades atribuídas à cultura italiana⁴⁸⁸. O mesmo pôde ser observado na culinária. O “Almoço Italianíssimo” descrito no cartaz de divulgação da festa, oferecia uma certa variedade de massas típicas da Itália, porém, ofertou outros cardápios, que nada tem a ver, com cozinha italiana como: porções de fritas, carne na chapa, espetinho – isso sem falar do vinho que era chileno.

⁴⁸⁸ Outro ponto que converge ao conceito de “invenção da tradição” é a concessão do título de “Italiano Vero” que ocorre anualmente durante a Feira Italiana. A premiação consiste na entrega de um certificado com o nome da pessoa escolhida para receber a titulação como forma de agradecimento aos serviços prestados à comunidade.

Como salienta Hobsbawn e Ranger (1997), na medida em que se faz referência a um passado através da repetição (quase obrigatória) – estas “inovações” tendem a se artificializar: “[...] inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas, tanto do lado da demanda, quanto da oferta” (HOBSBAWN; RANGER, 1997: 13).

Se rememorar é representar, “mais do que simplesmente conservar o passado, essa memória [também] o encena, prolonga seu efeito útil até o momento presente”, como destaca Bergson (2006: 89). Essa imbricação, muitas vezes, ocorre por meio de uma entrada, forçada, de certos elementos simbólicos, apropriados do passado pelo presente. Como podemos observar no diálogo abaixo:

Entrevistador: Agora uma curiosidade. Estou tô (sic) vendo que vocês estão com uma camisa da família Viol e tem um brasão. Vocês saberiam me dizer o significado?

Vera Viol: Isso foi pesquisado na internet que lá da Itália na nossa família tem esse brasão.

Entrevistador: Agora, não sabia (sic) por quê?

Velir Viol: Eles pesquisaram bastante e encontraram este brasão, com este símbolo.

Vera Viol: Mas não sabe o significado... Porque (sic) isso.

Velir Viol: A gente ainda não sabe⁴⁸⁹.

O brasão é utilizado nas camisetas e adesivos distribuídos durante o encontro anual da família Viol⁴⁹⁰ e traz a armadura de um cavaleiro em meio a duas águias dispostas acima e abaixo. Diante do exposto, inclinamos a supor que, o referido emblema, corresponde a uma certa invenção da tradição, como apontam Hobsbawn e Ranger (1997). A memória, quando posta em ação, busca criar elos entre o passado e o presente, fazendo releituras e revisões que buscam dar um novo sentido a estes signos. O trabalho de organização da memória, sujeito a atualizações, mostra ainda que, não somente, o

⁴⁸⁹ Entrevista concedida pelas irmãs Velir e Vera Viol em 8 de outubro de 2019.

⁴⁹⁰ O Brasão é utilizado, desde 2018, ano do Primeiro Encontro da Família Viol em Barbacena-MG.

próprio sujeito muda com o tempo, mas a sua percepção diante dos fatos também se altera. O passado não é mais referenciado como um uno, intocável. O presente impõe a construção de novos laços com este passado. Pela rememoração, os sujeitos – no preciso dizer Pollak (1989), organizam a própria história.

Considerações finais

Este artigo buscou discutir, pela abordagem da história oral, as relações da memória com as prováveis características identitárias de alguns dos descendentes das famílias de imigrantes italianos da Colônia Rodrigo Silva em Barbacena-MG, inaugurada em 1888. Como relatamos anteriormente, a experiência, pioneira em Minas Gerais, no reinado de D. Pedro II, teve um ciclo imigratório, que durou até, as primeiras décadas do Século XX, alternando, em um primeiro momento, de uma economia, essencialmente agrária e de subsistência, para a produção industrial da seda com a inauguração da Estação Sericícola de Barbacena em 1912 pelo italiano Amílcar Savassi. A hipótese central que guiou a pesquisa (de que os descendentes haveriam herdado tradições, processos e hábitos culturais que remetiam à Itália, desencadeando em práticas e saberes que estariam presentes até os dias atuais) não se confirmou totalmente.

Tendemos a reconhecer estes resultados nas evidências que apontaram o pouco interesse das várias das fontes orais consultadas para revelar essas possíveis práticas de um legado da imigração italiana, nas memórias coletivas muito ligadas aos núcleos familiares – sem uma conexão mais clara e compartilhada com os demais moradores da Colônia Rodrigo Silva, e na própria Feira Italiana, que declina a uma perspectiva muito mais próxima do que seria uma invenção da tradição do que a continuidade ou manutenção de práticas culturais herdadas pelos ascendentes europeus.

O estudo também revelou que o nacionalismo é uma dimensão, a todo tempo, tensionado entre os descendentes. No limite, a identidade brasileira, se enfraquece à medida que a trajetória dos antepassados italianos é percorrida. Tendemos a acreditar, ainda, que há, muito mais, um processo de identificação, do que de identidade, propriamente dito. Estes elementos vão ao encontro dos pressupostos de Hall (2015) de que estas fronteiras já não são mais demarcadas na chamada Pós-Modernidade. As

qualidades ligadas ao trabalho e à gastronomia, revelaram os entrevistados, têm origem na ligação italiana, enquanto o Brasil, o lamento pela pouca disposição ou despreparo para o labor. As memórias se apresentam, neste sentido, muito mais, como uma reconstrução atualizada do passado, do que uma reconstituição fiel do mesmo (CANDAU, 2011). A referência à infância dura, de trabalho pesado, ou mesmo, na culinária aprendida pelos imigrantes, se apresentam como os principais elos de conexão do passado que justificam o presente.

A iniciativa da Casa D'Itália em preservar este passado como um lugar de memória pode ser um caminho importante para conservar as lembranças e vestígios da colonização italiana e promover o encontro das memórias dos descendentes de italianos em Barbacena-MG. No entanto, seria preciso, talvez, uma certa cautela, para não acabar incentivando certas práticas (manifestadamente, na culinária, na dança e adornos) que não possuem descendência ou que não compõem a tradição dos herdeiros dos imigrantes na cidade mineira.

As identidades podem ser comparadas às fronteiras: demarcam os limites da cultura ou práticas de um povo. Por outro lado, são nestes limites que ocorrem as interações entre passado e presente, memória e esquecimento, tradição e invenção, palavra e ação. É ao direcionamento da tensão das fronteiras que este trabalho se dirigiu, na busca de compreender, em alguma medida, pelos relatos orais dos descendentes de italianos da Colônia Rodrigo Silva em Barbacena-MG, estas dimensões. Este é apenas um dos enquadramentos possíveis. Outros tantos olhares seriam necessários para uma compreensão da qualidade destas fronteiras: estariam mais próximas dos limites imaginários ou mais visíveis nos marcos sociais das memórias que as compõem?

Referências

ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

ANDERSON, Benedict. **Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism**. New York: Verso, 1983.

Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por uma história decolonial: Gênero, raça e classe na América Latina. Eduarda Guerra Tostes; Lavínia Renata de Oliveira Turqueti; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2022. 926 p.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos** – *Conflitos multiculturais da globalização*. Trad. Mauricio Santana Dias. Rio de Janeiro. Ed. Uerj, 2006.

CANDAU, Joël. **Antropología de la memória**. Trad. Paula Mahler. Buenos Aires: Nueva Visión, 2006.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória** – *Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro (trad.). 12ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina. 2015.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **Memória e História**. 5.ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

ROCHA, Ilana Peliciari. **Imigração Internacional em São Paulo: Retorno e Reemigração, 1890 – 1920**. *Dissertação (Mestrado em História)* – Departamento de História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ROSA, Lucas Brandão Pereira; NICOLI, Sandra; SIQUEIRA, Sueli; SANTOS, Mauro Augusto dos. **A Presença Italiana em Minas Gerais a Partir do Século XIX**. *Revista Brasileira de Educação e Cultura* – Centro de Ensino Superior de São Gotardo, Número XIV, Jul-dez, p. 114-130, 2016.

SAVASSI, Altair José. **Barbacena 200 anos**. V.1, Ed. Lemi S.A, BH, p. 267-268, 1991.

Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por uma história decolonial: Gênero, raça e classe na América Latina. Eduarda Guerra Tostes; Lavínia Renata de Oliveira Turqueti; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2022. 926 p.

Memórias, identidades e patrimônio - reflexões a partir de desterritorialização de sujeitos

DANIELLE A. ARRUDA^{491*}

Resumo

O trabalho pretende analisar as percepções, memórias e relações das populações das comunidades do entorno do Parque Estadual do Ibitipoca, em Minas Gerais. O processo de estatização e cercamento do território influenciou a relação que as comunidades desses municípios possuem com o Parque Estadual e entre si. O conceito de território será essencial para este estudo, para tanto analisamos sua dimensão no sentido material e no sentido simbólico. Através de entrevistas com membros das comunidades temos como objetivo captar possíveis percepções sobre a alienação das raízes culturais; distanciamentos nas relações de parentesco e amizade entre os habitantes do entorno; usos e apropriações do território; valorização da história e memória das comunidades; reconhecimento de seu patrimônio e criação de políticas de incorporação das comunidades no projeto de conservação do Parque Estadual.

Palavras-chave: território; memória; identidades.

Abstract

The work intends to analyze the perceptions, memories and relationships of the populations of the communities surrounding the Ibitipoca State Park, in Minas Gerais. The process of nationalization and enclosure of the territory influenced the relationship that the communities of these municipalities have with the State Park and among themselves. The concept of territory will be essential for this study, for which we will analyze its dimension in both a material and a symbolic sense. Through interviews with members of the communities we aim to capture possible perceptions about the alienation

^{491*} Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: daniellehistjf@gmail.com

of cultural roots; distancing in the relationships of kinship and friendship among the surrounding inhabitants; uses and appropriations of the territory; valuation of the history and memory of the communities; recognition of their heritage and creation of policies to incorporate the communities in the conservation project of the State Park.

Key words: territory; memory; identities.

INTRODUÇÃO

No ano de 2022 o Parque Estadual do Ibitipoca completou 49 anos de existência tendo sido criado em 1973, durante o governo Médici, dentro do “projeto de reanimação” que implicava a reativação da economia através do turismo. Unindo as duas características mais fundamentais do Brasil: a natureza e a cultura, a política desenvolvimentista associava a preservação ao turismo: “a memória nacional, portanto, passaria por representações geográficas – parques, florestas, rios, cachoeiras, vales e montanhas – e culturais – obras de arquitetura e escultura, vitrais e decorações de interiores, locais históricos, casas, ruas, bairros e cidades” (SANTOS, 2005: 80).

Antes de se tornar uma unidade de conservação⁴⁹² e ser renomeado, o local era conhecido pela população do entorno como “Serra Grande”, uma extensão territorial que faz limite com três municípios: Lima Duarte, Santa Rita do Ibitipoca e Bias Fortes. Destes municípios, apenas um manteve o direito a acessar o território e a portaria do Parque Estadual foi estabelecida em Lima Duarte⁴⁹³ na vila de Conceição de Ibitipoca. Esta se

⁴⁹² A Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC define Unidade de Conservação (UC) como espaço territorial e seus recursos ambientais com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias de proteção. Já a definição de Parque Natural Municipal, Parque Estadual ou Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

⁴⁹³ Há uma política de gratuidade para acesso dos moradores do entorno que se estende às comunidades de Conceição de Ibitipoca, Rancharia e Mogol (Lima Duarte), Moreiras e Bom Jesus do Vermelho (Santa Rita do Ibitipoca) e Várzea de Santo Antonio (Bias Fortes). As comunidades de São José dos Lopes e Laranjeiras (Lima Duarte) não possuem a gratuidade de acesso que se dá somente para os moradores previamente cadastrados, durante dias de semana, utilizando a portaria de Conceição de Ibitipoca, mesmo para as comunidades que se localizam na face norte da unidade de Conservação e consequentemente no extremo

tornou um polo turístico, recebendo visitantes de todo o país, e estrangeiros. Aos poucos a população foi se voltando para as atividades de hospedagem, alimentação, lojas de lembranças e fornecimento de passeios, hoje em dia vive-se nesta comunidade majoritariamente dessas atividades ou derivadas, direcionadas ao turismo.

O recente projeto de concessão de parques estaduais à iniciativa privada em Minas Gerais⁴⁹⁴ tem movimentado as discussões sobre o crescimento desenfreado da vila de Conceição de Ibitipoca, escassez de recursos e exploração de áreas naturais. O debate sobre a valorização da cultura das populações locais tem ganhado importância e a preservação das memórias e tradições das localidades se tornou uma das maiores necessidades de seus habitantes. Neste trabalho, que está em início de desenvolvimento como tese de doutorado, buscaremos analisar a relação entre território e memória, procurando compreender como a criação do Parque Estadual impactou nas comunidades do seu entorno em especial no distrito de Conceição de Ibitipoca.

O PARQUE ESTADUAL E A SERRA GRANDE

O cercamento de terras e impedimento do acesso ao território por parte das populações do entorno tem sido uma política de Estado no Brasil, em relação aos parques naturais. Apesar da definição das Unidades de Conservação considerar a importância do patrimônio cultural, a separação entre o ambiente e as pessoas desconsidera a importância destas para a própria conservação, além da relação preexistente com o lugar.

oposto da entrada. O Parque Estadual do Ibitipoca é o único de Minas Gerais a não permitir acesso gratuito dos moradores em finais de semana e feriados. Fonte: PORTARIA IEF Nº 22 DE 17 DE MAIO DE 2018.

⁴⁹⁴ O PARC – Programa de Concessão de Parques Estaduais foi criado no ano de 2019. O objetivo do Programa é desenvolver e implantar modelos de parcerias e concessões ambientais voltados para o aprimoramento e diversificação dos serviços turísticos ofertados nas unidades de conservação estaduais. Desta forma é aberto um edital de licitação para empresas interessadas em explorar economicamente a oferta turística das unidades de conservação, no Caso do Parque Estadual de Ibitipoca e licitação prevê uma concessão dos serviços durante 30 anos. Disponível em <[http://www.ief.mg.gov.br/component/content/article/3306-nova-categoria/2697-parc-programa-de-concessao-de-parques-estaduais->](http://www.ief.mg.gov.br/component/content/article/3306-nova-categoria/2697-parc-programa-de-concessao-de-parques-estaduais-). Acesso em 01 de outubro de 2021.

Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por uma história decolonial: Gênero, raça e classe na América Latina. Eduarda Guerra Tostes; Lavínia Renata de Oliveira Turqueti; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2022. 926 p.

ISSN:2317-0468

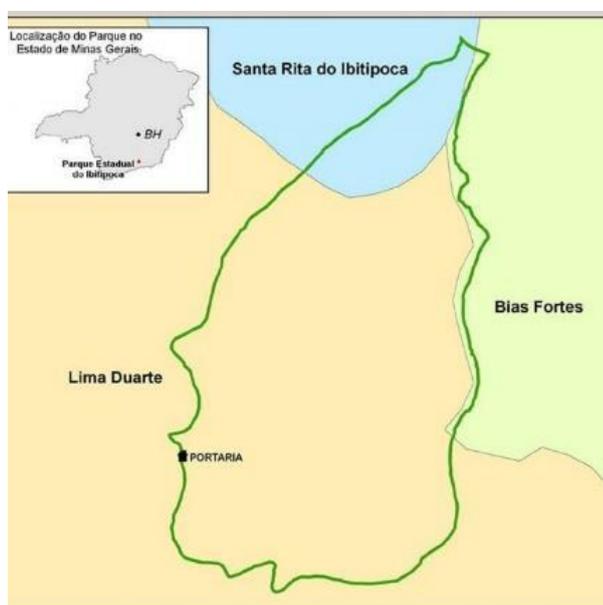
A concepção dessas áreas protegidas provém do século passado, tendo sido criadas primeiramente nos Estados Unidos, a fim de proteger a **vida selvagem (wildness)** ameaçada, segundo seus criadores, pela civilização urbano-industrial, destruidora da natureza. A ideia subjacente é que, mesmo que a biosfera fosse totalmente transformada, domesticada pelo homem, poderiam existir pedaços do **mundo natural** em seu estado primitivo, anterior à intervenção humana. [...]Para o naturalismo da proteção da natureza do século passado, a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem, por meio de ilhas onde este pudesse admirá-la e reverenciá-la. Esses lugares paradisíacos serviriam também como locais selvagens, onde o homem pudesse refazer as energias gastas na vida estressante das cidades e do trabalho monótono. Parece realizar-se a reprodução do mito do paraíso perdido, lugar desejado e procurado pelo homem depois de sua expulsão do Éden. Esse neomito, ou mito moderno, vem impregnado, no entanto, do pensamento racional representado por conceitos como ecossistema, diversidade biológica etc. [...]A existência de um mundo natural selvagem, intocado e intocável faz parte, portanto, desses neomitos. [...] Esse neomito, no entanto, foi transposto dos Estados Unidos para países do Terceiro Mundo, como o Brasil, onde a situação é ecológica, social e culturalmente distinta. Nesses países, mesmo nas florestas tropicais aparentemente vazias, vivem populações indígenas, ribeirinhas, extrativistas, de pescadores artesanais, portadores de uma outra cultura (chamada neste trabalho de **tradicional**), de seus mitos próprios e de relações com o mundo natural distintas das existentes nas sociedades urbano-industriais (grifo do autor) (DIEGUES, 2001: 10)

O processo de criação do Parque Estadual do Ibitipoca, percorreu o mesmo caminho, cercando uma área que era utilizada ancestralmente por várias comunidades e, a partir da criação da Unidade de Conservação, cessando esse uso do território. A ideia de que a natureza somente pode ser protegida se for proibido ou controlado o acesso dos seres humanos deriva da perspectiva surgida na modernidade, e que foi estendida às Américas pelos colonizadores europeus, de que o ser humano é exterior à natureza, não faz parte do meio ambiente e sim o domina. A partir deste momento podemos observar a degradação da paisagem natural do entorno, que se dá na medida em que as comunidades vão se distanciando do território e de todo um passado intrinsecamente ligado a ele.

Um outro aspecto a ser considerado no caso em questão é o pouco contato entre o poder público e as comunidades. Em estudo realizado por Jeannot no ano de 2016 sobre a efetividade do Parque Estadual do Ibitipoca, alguns pontos de fragilidade na administração da Unidade de Conservação foram identificados como: planejamento de gestão que não utiliza dados ecológicos e socioeconômicos das pesquisas realizadas na unidade de conservação, pouco conhecimento dos funcionários sobre a biodiversidade e os objetivos do parque, ausência de consulta à comunidade nos processos de tomada de decisões da gestão, carência de informações culturais da comunidade, as necessidades do

parque não são orientadas pelo aspecto socioeconômico local, os resultados das pesquisas do parque não são divulgados para a comunidade local, não há capacitação para desenvolvimento da comunidade e conselho consultivo (JEANNOT, 2016).

A gestão do território passa a ser competência do estado e os moradores do entorno desenvolvem alternativas econômicas para seu desenvolvimento baseadas em sua relação, ou não, com o território. Na comunidade de Conceição de Ibitipoca, a função turística tem sobreposto interesses de preservação tanto das áreas naturais quando de sua cultura e história, questões observadas nos discursos das comunidades através da fala de seus habitantes nativos⁴⁹⁵.



Localização do Parque Estadual do Ibitipoca, Minas Gerais, Brasil. (JEANNOT, 2016:13)

A situação de gentrificação é ainda mais observada na comunidade do Mogol, povoado no qual um grande empreendimento hoteleiro adquiriu a maior parte das casas e comercializa estadias de luxo sob o selo de sustentabilidade ambiental e social. As

⁴⁹⁵ No distrito de Conceição de Ibitipoca existem definições para cada categoria de pessoas. Aqueles nascidos na vila, descendentes das famílias da região, são chamados de “nativos”, as pessoas que se mudaram para a localidade, vindos de outros locais são conhecidos como “forasteiros”. Já aqueles que frequentam a vila esporadicamente, apenas para visitas turísticas a lazer são chamados de “turistas”.

comunidades de Várzea de Santo Antônio, Moreira e Bom Jesus do Vermelho lutam pela abertura de uma portaria na face norte do Parque Estadual, que possa facilitar o acesso ao local. Também há o desejo de que outras comunidades possam usufruir do turismo, como aquelas que ficam mais próximas da portaria atual. Há atualmente uma disputa que foi originada no cercamento das terras e no impedimento de acessos destes sujeitos, que historicamente realizavam um uso compartilhado do território. Disputa essa que foi alimentada pelo impedimento de acesso, retirada de território e negação das tradições das comunidades locais.

TERRITÓRIO E REPRESENTAÇÕES

O conceito de território será essencial para este estudo, para tanto analisaremos sua dimensão no sentido material e no sentido simbólico. Em sua primeira concepção, território significa terra, controle, delimitação no sentido jurídico-político-econômico. Esta noção nos fala sobre a criação do Parque Estadual e como esta considerou a questão material da terra, os limites estabelecidos geograficamente. A outra concepção de território tem a característica de apropriação simbólica, cultural, de pertença e tradição. Essa segunda concepção será essencial para compreender a luta pela manutenção do direito ao acesso à terra, ao seu usufruto, ao exercício de suas tradições ancestrais e à conservação de questões abstratas e não somente materiais.

A análise do território deve considerar suas diferentes dimensões, sua construção social e histórica numa abordagem ampla. A relação entre território e identidade será importante para compreendermos como comunidades que possuíam e possuem tradições em comum, laços afetivos e familiares, começaram a se distanciar com base no uso e exploração exclusiva da terra por uma parte da população, tendo como ponto de partida a estatização da região da Serra Grande, atual parque Estadual do Ibitipoca.

O conceito de Santos em seu trabalho “O Dinheiro e o Território” é essencial para esse estudo.

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência. (...)O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como território usado,

não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. (SANTOS, 2002: 13).

O território é, ao mesmo tempo, um instrumento do poder político e um espaço de identidade cultural. Desta forma buscamos apreender como o processo de criação do Parque Estadual se preocupou em considerar, ou não, o pertencimento das populações do entorno, suas tradições e uso ancestral da terra, durante o processo de constituição da unidade de conservação. Os moradores das comunidades do entorno possuem memórias coletivas sobre o uso comum da terra para criação de gado, de trilhas para ligação e contato entre as comunidades e para a realização de cerimônias religiosas. Uma forma de estar no território que foi descontinuada a partir da criação da unidade de conservação, não considerando as tradições prévias das populações que o ocupavam.

VOZES DA SERRA GRANDE

A principal fonte para este trabalho são as memórias dos habitantes locais documentadas através de entrevistas com os moradores das oito comunidades do entorno do Parque Estadual do Ibitipoca. Com a análise das informações coletadas pretendemos entender a relação entre a criação da UC e a memória das comunidades como um objeto de poder, um elemento essencial na construção das identidades locais e luta pela dominação da recordação e da tradição. As entrevistas são realizadas com moradores acima de 60 anos, nativos da região, através do registro de histórias de vida.

Utilizamos a metodologia da história oral por pensar que não se trata de uma fonte complementar ao material escrito, mas sim de uma outra forma de se fazer história, escutando aqueles sujeitos que vivenciaram os acontecimentos e tem em suas recordações memórias das vivências locais. Os sujeitos deste trabalho são anciãos de três destas comunidades do entorno da unidade de conservação, aqueles que conservam memórias do local antes de ser constituído o Parque Estadual. O recorte foi realizado considerando uma comunidade que está em estado avançado de gentrificação, povoado do Mogol; a vila que abriga a portaria do Parque Estadual, Conceição de Ibitipoca; e uma das comunidades da face norte, que não possui acesso ao território após o cercamento e que não teve desenvolvimento turístico em consequência disto. A relação de entrevistados é

aberta e considera as *redes de referência* como possibilidade para alcançar pessoas que podem não ter sido levantadas como possíveis entrevistadas em um primeiro momento.

Realizaremos a análise articulada dos discursos obtidos através das entrevistas de *histórias de vida*. A opção por esta categoria se dá pela pesquisa versar sobre uma categoria social, sua estrutura e transformações na história. Procuramos abarcar diversas faces do tema, ou seja, a relação com o território do Parque Estadual do Ibitipoca, através da trajetória de vida mais ampla dos membros das comunidades. Utilizamos, para isso, um questionário semi-estruturado que possui abertura para inserção de novas questões no decorrer da conversa, assim como a inclusão de novas perspectivas a partir dos dados coletados. Além das entrevistas documentadas em vídeo, realizaremos também registro em áudio considerando que as entrevistas em vídeo podem causar mais inibição e que alguns entrevistados podem não querer ter suas falas registradas nesse suporte.

Para fundamentar o trabalho com as memórias dos habitantes da serra, nos baseamos no trabalho de Halbwachs sobre memória coletiva. Para o autor a memória passa pela questão social e seria criada através dos laços sociais existentes entre indivíduos no presente (SANTOS, 2003: 21). Desta forma a análise do discurso dos moradores da região deverão considerar as memórias individuais, mas também as memórias coletivas, de eventos em comum que fundamentam uma história local, baseada em fatos não passíveis de estudo e verificação, mas em acontecimentos fundadores de laços afetivos familiares, grupais e de pertença. Essa memória ligada a um comportamento narrativo, com função social representa para além dos interesses constituídos e dos monopólios estabelecidos na região uma luta pela conservação das tradições, dos costumes e das identidades.

O autor afirma que ao lembrar não estamos sozinhos, pois nosso pensamento sempre está “neste ou naquele grupo” (HALBWACHS, 2006: 31). As comunidades nativas da região possuem identidades definidas e marcadas especialmente pela pertença e uso do território, além das tradições culturais.

Através das informações ouvidas nos discursos dos moradores temos observado a diminuição progressiva de tradições locais nas comunidades mais ligadas ao turismo. Notamos ainda diferentes percepções sobre os impactos que o turismo tem na região,

percepções essas ligadas à diferentes localidades, ao acesso ao Parque Estadual e ao estado de desenvolvimento do turismo. É perceptível ainda a alienação das raízes culturais especialmente na vila de Conceição da Ibitipoca e um afastamento em relação às demais comunidades.

CONCLUSÃO

A discussão sobre os impactos que o Parque Estadual produziu nas comunidades do entorno proporciona uma reflexão sobre a participação cidadã nas unidades de conservação ambiental. Esse envolvimento da comunidade na gestão somente pode ser possível através do conhecimento e percepção dos serviços ecossistêmicos que as áreas conservadas podem gerar. Para isso, não podem ser ilhas vedadas e impostas pelo governo, mas sim espaços de contribuição para a gestão de territórios sustentáveis e com atenção para o bem-estar das comunidades locais⁴⁹⁶. As comunidades se beneficiam da gestão dos ecossistemas, assim como da preservação de sua cultura e história, em uma simbiose que não descarta a importância de todos os envolvidos, bem como o desenvolvimento consciente e responsabilizado do território do entorno das unidades de conservação.

Assim devemos estar alertas para a “importância da gestão, do planejamento e da proteção à paisagem a partir de seus diferentes significados culturais, ou seja, de como ela é vivida e percebida pelos grupos sociais e produzida no universo da cultura, da sensibilidade, das práticas e tradições locais” (SCIFONI, 2016). Sendo o território o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais é essencial que se considere – por parte tanto de iniciativas públicas, quanto das iniciativas privadas - aquilo que já existe dentro de cada comunidade, como seus costumes, histórias, tradições em um movimento não predatório, mas produtor de desenvolvimento local. O objetivo principal de uma unidade de conservação não seria produzir dinheiro, mas gerar apropriação social de forma a se tornar mais eficaz na sua conservação. Desta forma, um turismo que envolva a comunidade é essencial para articular a conservação com os

⁴⁹⁶ Alguns países da América Latina como Colômbia, Costa Rica e Peru possuem unidades de conservação nas quais experiências de gestão compartilhada com as comunidades tem apresentados resultados positivos em diversos aspectos.

processos locais, promovendo além da preservação do ecossistema, a valorização das comunidades e o reconhecimento de sua importância.

Pretendemos contribuir para o estudo da relação entre memória e território, em especial em relação às Unidades de Conservação, atentando para a relevância e importância essencial da escuta atenta dos sujeitos das comunidades nos processos de criação de Unidades de Conservação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural . **Economia Aplicada**. v. 4, n° 2, abril/junho. São Paulo: USP, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

JEANNOT, Vinícius do Couto Carvalho; KAVUYA, Katya; FONTES, Marco Aurélio Leite Fontes. Efetividade de Gestão do Parque Estadual do Ibitipoca, Minas Gerais. **Floresta e Ambiente**, 2016, v. 23, n. 1, pp. 11-20.

LEUZINGER , Márcia Dieguez. A gestão compartilhada de áreas protegidas como instrumento de compatibilização de direitos. **RIL Brasília**, 2016, n. 211, pp. 253-271

PORTARIA IEF Nº 22 DE 17 DE MAIO DE 2018. Dispõe sobre Regulamento Interno da visitação no Parque Estadual do Ibitipoca e revoga o disposto Portaria IEF nº32 de 25 de fevereiro de 2015.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **O poder da cultura e a cultura no poder: a disputa no Brasil da herança cultural negra**. Salvador: EDUFBA, 2005.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et al. **Território Territórios**, ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 133-21.

SOUSA, Adriano Amaro de. Território e Identidade: elementos para a identidade territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 30, 2008. p.119-132.

NARRA(DORES) DO PARAIBUNA: MEMÓRIA E HISTÓRIA ORAL DE UM LUGAR DO PASSADO

Gabriela Dolores da Silva Moreira⁴⁹⁷

Sérgio Gualberto Martins⁴⁹⁸

José Rodrigues de Alvarenga Filho⁴⁹⁹

Resumo

Esta comunicação é uma síntese da pesquisa desenvolvida na dissertação de mestrado que trata o caso do distrito de Dores do Paraibuna (Santos Dumont - MG), inundado no início dos anos 90 para dar lugar a ampliação da represa de Chapéu D'Uvas. O trabalho debate a relação estabelecida entre a população e a memória que ela possui do local que foi deixado para trás compulsoriamente, e até a atualidade retorna às ruínas da Igreja Matriz do lugar. A partir dessa problemática, a pesquisa levanta a hipótese inicial da existência de uma lacuna na memória coletiva desse grupo e, como uma forma possível de preencher esse hiato, propõe-se recolher e valorizar narrativas orais dos moradores remanescentes do antigo povoamento, para compreender as perdas do campo simbólico e atuar como um registro documental e histórico de uma comunidade que ainda não o possui.

Palavras chave: Lugar de memória; Identidade; Dores do Paraibuna; Narrativas; Oralidade.

Abstract

This communication is a synthesis of the research developed in the master's dissertation that deals with the case of the district of Dores do Paraibuna (Santos Dumont - MG), which was flooded in the early 90's to make way for the expansion of the Chapéu D'Uvas dam. The work discusses the relationship established between the population and

⁴⁹⁷ Mestranda do Programa Interdisciplinar Em Artes, Urbanidade E Sustentabilidade (PIPAUS) pela Universidade Federal de São João del Rei. Contato: gdsmoreira@gmail.com.

⁴⁹⁸ Professor Doutor em Conservação do Solo e da Água. Departamento de Zootecnia (DEZOO) pela Universidade Federal de São João del Rei. Contato: sergiogualberto@ufsj.edu.br.

⁴⁹⁹ Professor Doutor em Psicologia. Departamento de Psicologia (DPSIC) pela Universidade Federal de São João del Rei. Contato: joserodrigues@ufsj.edu.br.

the memory it has of the place that was compulsorily left behind, and this day still returns to the ruins of the place's Main Church. From this problem, the research raises the initial hypothesis of the existence of a gap in the collective memory of this group and, as a possible way to fill this gap, it is proposed to collect and value oral narratives of the remaining residents of the old settlement, to understand the losses of the symbolic field and act as a documental and historical record of a community that still does not have it.

Keywords: Memory place; Identity; Dores do Paraibuna; Narratives; Orality.

1. Introdução

Esta comunicação é uma síntese da pesquisa em andamento pelo Programa Interdepartamental em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS) da Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ). Será tratada a relação entre a memória e a identidade em populações que passam pelo processo de transposição de suas comunidades para outras localidades motivado pela construção de barragens, hidrelétricas, etc. Para tanto, será abordado o caso do distrito de Dores do Paraibuna, pertencente ao município de Santos Dumont (MG), inundado no início dos anos 90 para dar lugar a ampliação da represa de Chapéu D'Uvas.

Dentro do universo de problemáticas despertado no caso de Dores do Paraibuna, destacam-se aquelas que são referentes aos vínculos de pertencimento dos indivíduos com aquele espaço, às memórias coletivas e individuais que possuem do local, especialmente no que diz respeito a como foram estabelecidas novas relações com a Nova Dores do Paraibuna, uma vez que os moradores foram retirados de seu distrito tendo como lembranças dessa localidade somente suas próprias memórias, que não estão registradas documentalmente em parte alguma. Desta forma, o problema central apresentado nesta proposta de trabalho é: “Quais as memórias e narrativas que a população transposta de Dores do Paraibuna carrega do lugar deixado para trás?”.

2. Objeto

Esta pesquisa possui uma particularidade no que diz respeito ao local que aborda, seu objeto é Dores do Paraibuna, um distrito que não existe mais e cuja população foi direcionada a outro lugar. Será portanto, a partir dessa nova localização, da “Nova Dores

do Paraibuna”, que será concebido o trabalho. Em ambos os casos, da Velha e da Nova Dores do Paraibuna, trata-se de distritos rurais do município de Santos Dumont (MG).

A Nova Dores do Paraibuna está localizada a cerca de 12 km do centro de Santos Dumont (FIGURA 1), e as ruínas da Matriz de Nossa Senhora das Dores distam 15 km do centro do município e 3 km de Nova Dores do Paraibuna (FIGURA 2). Apontar essas localidades neste artigo é de suma importância, porque a questão central da pesquisa gira em torno do retorno constante da população às ruínas da Igreja Matriz, que na antiga localidade era como um centro de socialização da comunidade dorense.

Figura 1 - Distância entre Santos Dumont e Nova Dores do Paraibuna



Fonte: Google Earth – Edição do autor, 2022

Figura 2 - Distância entre Nova Dores do Paraibuna e Velha Dores do Paraibuna



Fonte: Google Earth – Edição do autor, 2022

Sobre a distância entre o local em que a população estava e o que foi levada, é um trajeto curto, tanto em grandeza quanto o tempo de caminhada, possível de ser feito em cerca de dez minutos, mas a carga simbólica deste distanciamento é muito maior.

O distrito de Dores do Paraibuna, teve sua transferência realizada no início dos anos de 1990 para uma região próxima, devido à inundação da área para a ampliação da represa de Chapéu D'Uvas. Segundo Machado (2012), a ideia pela construção da barragem Chapéu D'Uvas foi cogitada inicialmente no fim dos anos de 1940, devido ao crescimento econômico da cidade de Juiz de Fora e do seu déficit de energia elétrica. Em 1951, foi feito um estudo para definir o local para a construção, aproveitando um estreitamento de vale, e, no mesmo ano, o DNOS (Departamento Nacional de Obras de Saneamento) publicou o projeto que controlaria as cheias e perenizaria o Rio Paraibuna. O edital para a construção foi publicado em 1958, mesmo ano em que se deu início à construção da barragem. As obras foram paralisadas em 1963, devido à pouca disponibilidade financeira do DNOS, e permaneceram nessa situação até meados dos anos de 1970, quando surgiu na cidade a necessidade de maior abastecimento de água devido à implantação de novas indústrias (MACHADO, 2012).

Ao longo dos anos as obras foram paralisadas diversas vezes por falta e/ou irregularidades com as verbas federais. Um dos últimos acontecimentos relativos à barragem foi em 1991, quando o então presidente Itamar Franco sinalizou o interesse em finalizar as obras e a modificação da função principal da barragem, que agora serviria para garantir o futuro abastecimento de água da cidade de Juiz de Fora, mas, para tanto, seria necessária a desapropriação dos povoados de Dores do Paraibuna e Paraibuna, nos municípios de Santos Dumont, Ewbank da Câmara e Antônio Carlos. Foi então baixado um decreto de utilidade pública para a desapropriação da área. Em 1994, a barragem de Chapéu D'Uvas foi inaugurada.

Os únicos registros acerca deste caso são notícias em jornais, documentando que parte da população inicialmente considerou benéfica a mudança, já que o novo local possuía condições de infra-estrutura melhores e que dificilmente chegariam no local em que antes estavam instaladas, porém, após a mudança, houve insatisfação dos moradores com as condições de suas novas casas e com profundas mudanças no cotidiano, especialmente por conta das distâncias a serem vencidas para chegar ao local de trabalho.

A respeito da história do distrito de Dores do Paraibuna é possível encontrar bem pouco, sabe-se que sua criação data de 03 de janeiro de 1880, além da existência da Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores do Paraibuna, datada de 1884 (FIGURA 3), onde a população local participava da missa dominical e obtinha a formação catequética, além das festas ocorridas no entorno da Igreja que traziam pessoas das cidades próximas. É possível ainda encontrar algumas fotografias da época, das festas e procissões da antiga igreja.

Figura 3 - Festa na Matriz de Nossa Senhora das Dores do Paraibuna



Fonte: Acervo Cleidiana Ferreira, sem data

Apesar da escassez de informações, somente com a observação de algumas imagens é possível traçar algumas constatações sobre a localidade. Observamos a grande quantidade de pessoas que se direcionavam até a Igreja, seja em suas festas (FIGURA 4), ou nas procissões (FIGURA 5), eram festas com uma movimentação muito grande de fiéis vindos de diversas regiões próximas a Dores.

Figura 4 - Festa em Dores do Paraibuna



Fonte: Acervo Newton Hermógenes, sem data

Figura 5 - Procissão em Dolores do Paraibuna



Fonte: Acervo Newton Hermógenes, sem data

Dolores do Paraibuna antes da inundação era uma localidade formada em torno da Igreja Matriz, com suas edificações em geral de um a dois pavimentos semelhantes umas às outras e cercado por vegetação (FIGURA 6).

Figura 6 - Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores do Paraibuna antes da inundação



Fonte: Acervo Newton Hermógenes, fotografia provavelmente da década de 1980

Depois de concluídas as obras e inaugurada a represa, o que restou foram somente as ruínas da Igreja (FIGURA 7). Dependendo do período de cheias parte da construção fica submersa, na maior parte do ano as ruínas ficam para fora da lâmina d'água e em períodos de seca as águas da represa não atingem a escadaria frontal da Matriz, o que facilita o acesso ao local e visita de diversas pessoas.

Essa visita ao local adquire enorme importância, no contexto desta pesquisa, sendo para o qual a população retorna até a atualidade, estabelecendo através dele uma ligação com o passado. Os transpostos possuem um elo com o local tão grande, muito influenciado pela religiosidade, faz com que eles retornem àquelas ruínas, para se sentirem próximos do que não existe mais.

Figura 7 - Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores do Paraibuna após a inundação



Fonte: Fotografia de Edson Oliveira, julho de 2022

Em 02 de abril de 2017 foi celebrada uma missa nas ruínas da antiga Matriz Nossa Senhora das Dores, em Dores do Paraibuna, a celebração ocorreu 23 anos após a saída, os fiéis se dirigiram ao local em procissão de barco, cavalgada e em carreata. A dificuldade de acesso é grande, mas não impediu a população de estar presente na missa e nem de continuar a ir ao local para passeios em família e se sentir próxima de sua religião e espiritualidade.

Por ocasião da celebração, o Arcebispo de Juiz de Fora anunciou o desejo de que a antiga Matriz de Dores do Paraibuna seja reconstruída, o que só será possível com o apoio do Poder Público, agora dono do terreno, “Há 22 anos esta igreja foi desativada por ordem do governo, contra a vontade do povo. Com muito entusiasmo, as pessoas voltam e esperam o apoio das autoridades para reconstruir esse templo. A reconstrução dessa igreja será um símbolo do respeito, da defesa da vida e da natureza, a casa comum que Deus preparou para todos nós”, afirmou Dom Gil em entrevista para a Arquidiocese de Juiz de Fora.

Cabe, neste momento, pensar sobre a possibilidade de reconstrução, as ruínas da antiga Matriz são um lugar simbólico em sua própria presença como edificação religiosa, mas adquire outros significados ao permanecer como o que restou de Dores do Paraibuna:

Os lugares simbólicos resultam de complexo processo de criação, interno ou externo, para o qual há várias tensões que envolvem diferentes agentes sociais, criadores e usuários de significados. Desse processo, resulta a preservação ou a transformação, parcial ou não, dos lugares simbólicos e a ressignificação de seu *status* político, religioso, étnico ou histórico, que pode ou não incluir sua mercantilização. (CORRÊA, 2012, p. 140)

A fala de Dom Gil demonstra e representa a intenção por parte da Arquidiocese, agentes sociais neste contexto. Porém outras questões devem ser colocadas em análise, já existe na Nova Dores uma Igreja, que foi feita sem nenhuma referência à anterior, cabe questionar se houve a participação da população e se ela se reconhece neste novo lugar. O fato de se direcionarem até as ruínas já aponta que a resposta é negativa.

As ruínas representam mais do que a edificação, é o lugar e os significados ali presentes que importam aos transpostos, ali já foi o palco de uma ressignificação. A reconstrução então seria um desejo da população? Seria uma opção viável, tem termos técnicos?

A partir dessas informações, é notável como o que restou do antigo distrito de Dores do Paraibuna ainda tem reflexos na vida dessas pessoas. Cabe lembrar que se tratando das ruínas de uma Igreja, uma edificação que por si só já possui uma carga simbólica muito grande, envolve as crenças, mas além disso, é um lugar dotado de grande memória e lembranças para esses indivíduos.

Com a realocação da comunidade, foi montada uma estrutura física para suprir aquela que deixaram para trás, foi oferecida para a população casas, a infraestrutura de água, luz e esgoto. O novo distrito conta com uma praça e uma igreja, que recebeu o mesmo nome daquela que hoje está em ruínas, Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores.

A igreja, templo, enquanto lugar, constitui um dos elementos significativos da paisagem. Por vezes com certo destaque e centralidade espacial, sendo também um elemento de coesão social. Esta centralidade parece estar presente também no imaginário dos moradores, visto que na aplicação da metodologia dos mapas mentais em algumas dessas comunidades, a igreja aparece como elemento que se repete nas representações de moradores de distintas faixas etárias,

algumas vezes, inclusive, a representação se resume na imagem da igreja. (DANTAS, 2016, p. 14)

Este elemento de tamanha importância foi replicado no novo território, mas este edifício não supre as necessidades espirituais e memorialísticas desta população, eles necessitam de mais do que isso, e retornam sempre que possível às ruínas de Dores.

3. Pesquisa

A partir do retorno da população ao local e com a sua retirada abrupta de Dores, levanta-se a hipótese da existência de uma lacuna na memória desta população removida. Como uma possível forma de preencher esse hiato, propõe-se recolher e valorizar narrativas orais dos moradores remanescentes do antigo povoamento, buscando compreender as perdas do campo simbólico. Esta lacuna existente é dupla, sendo uma da memória e outra do reconhecimento, por não haver estudos que abordem esta população sob este aspecto.

A implantação da barragem de Chapéu D’Uvas levantou inicialmente uma discussão apenas a respeito das questões ambientais por ela causadas (MACHADO, 2012), um equipamento de tal dimensão, que gera uma modificação tão grande na paisagem e pode gerar um impacto ambiental muito amplo na localidade (OLIVEIRA, 2018). Algumas das pesquisas e estudos existentes sobre o tema tratam sobre tal impacto, tanto na época de sua instalação como nos dias atuais, e da gestão e contribuição dela para a cidade de Juiz de Fora, à qual ela pertence, e municípios do entorno.

O fato de não existir nenhum estudo que trate do processo de retirada da população de Dores do Paraibuna e seu deslocamento para a Nova Dores do Paraibuna, abordando as questões voltadas para as relações estabelecidas entre a população, o local e as memórias que ela possui acerca de seu antigo distrito, pode ser, ainda que indiretamente, um indício dessa ruptura com a memória, que somente os moradores detêm.

A memória é um elemento fundamental para as relações identitárias dos indivíduos, ela é, na definição de Halbwachs (1990), um conjunto de lembranças guardadas que ainda permanecem vivas. No caso dos grupos sociais e das memórias coletivas, estas estão ancoradas aos lugares de memória, espaços em que ocorrem as vivências dos indivíduos, onde são construídas suas memórias e relações sociais, “Não

há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial” (HALBWACHS, 1990, p.133).

A memória coletiva está em constante transformação, ela tem por suporte o grupo que a constitui, a partir da modificação do grupo, modifica-se também a memória, o que ocorre de maneira natural, sem que se possa escolher aquelas que permanecem, isso não significa, todavia, que o grupo se esqueça daquelas memórias do passado, o que ocorre é a mudança do pensamento dos componentes deste grupo.

Ainda mencionando Halbwachs, admitir que memórias se desenvolvem em quadros espaciais não é admitir que a cidade possui vivências homogêneas, muito pelo contrário. O que faz com que existam lugares de memória, termo usado por Pierre Nora (1993) e aponta a capacidade que o indivíduo tem de lembrar depende da relação que ele possui com o meio - o lugar - podendo ser em maior ou menor escala. Utiliza-se a ideia de que lugar é dimensão cultural-simbólica, envolve identidades, intersubjetividades e as trocas simbólicas (SOUZA, 2013, p.115).

Ainda assim, nem todas as memórias são registradas, muitas se perdem e se tornam apenas fragmentos, mostra-se então um impasse no resgate da memória das cidades, pois não é possível fazê-lo na totalidade de memórias coletivas. Porém não é uma ação impossível de ser realizada, ela é bem mais do que isso, é urgente e necessária, executando a materialização do espaço documentalmente, como o próprio Halbwachs ressalta, em seu livro *Memória Coletiva*, são nos documentos que a memória faz a transição entre coletiva e histórica e promove a preservação da memória das cidades.

Sendo assim, existe um lugar de memória para esta população, a antiga Dores do Paraibuna, e existe uma memória coletiva associada a esse local, que pode variar entre os indivíduos, mas somente o registro dessa memória em suas múltiplas versões e nuances é capaz de fazer com que ela transite da memória para a história, podendo ser preservada e passada às gerações futuras.

Esta pesquisa busca trazer à luz as narrativas e memórias dessa população que foi levada à nova localidade, desconsiderando suas ligações afetivas e simbólicas com Dores do Paraibuna. Além disso, esta pesquisa se propõe a funcionar como um registro da história e da vivência dessas populações, que correm o risco de acabar sendo esquecidas

no futuro.

A metodologia de trabalho mostrou-se com as perspectivas teóricas voltadas para uma abordagem que ofereça uma resposta ao problema apresentado no caso de Dores do Paraibuna. Para atingir este fim, utilizou-se a história oral, sendo ela uma metodologia de pesquisa, feita com base no Manual de História Oral de Verena Alberti, uma das principais publicações na área. Os relatos fornecidos pela população remanescente da transposição de Dores do Paraibuna são uma importante fonte para a pesquisa, tais entrevistas tem por objetivo traçar um panorama do que havia no antigo distrito e quais as memórias essa população carrega do local que foi deixado para trás.

Desta maneira, optou-se pela utilização das fontes orais, admitindo-as como um procedimento na construção de fontes e documentos, ela configura-se como registros da história vivida (DELGADO, 2017). A decisão pela escolha de tal fonte e metodologia se faz pelo próprio problema apresentado, que tem características próprias, como não existirem registros a respeito desta população, os indivíduos remanescentes dessa transposição ainda se encontrarem presentes no local e poderem fornecer entrevistas, que ao recorrer à memória alimenta as narrativas que constituirão a fonte histórica produzida. A história oral apresenta-se como uma forma de recolhimento de testemunhos individuais que proporcionam uma visão do coletivo, estes testemunhos acabam apresentando ao longo do trabalho novas possibilidades de hipóteses, novos aspectos sobre um mesmo tema já tratado por outro entrevistado ou a abordagem de outros temas para pesquisa.

[...] o trabalho da história oral junto aos segmentos populares resgata um nível de historicidade que comumente era conhecida através da versão produzida pelos meios oficiais. À medida que os depoimentos populares são gravados, transcritos e publicados, torna-se possível conhecer a própria visão que os segmentos populares têm das suas vidas e do mundo ao redor. (MONTENEGRO, p. 16)

A população remanescente fornece uma visão muito particular da situação, esses indivíduos participaram dos eventos que culminaram na mudança sendo aqueles que arcaram com as consequências dos acontecimentos. Não existir nenhum registro da história desta população levou diretamente à opção de coletar aquilo que as pessoas tinham a dizer sobre o que deixaram para trás.

4. Expectativas

O público alvo destas entrevistas são aquelas pessoas que estavam presentes na transposição para a Nova Dores e atualmente residem no local. A contribuição com suas memórias é feita de maneira voluntária, prezando por aqueles indivíduos que tenham condições físicas e mentais de contribuir com o estudo.

Para além dos participantes da remoção, optou-se por utilizar as lembranças daqueles mais jovens, filhos e netos, e que naquele momento ainda não compreendiam muito bem os impactos da mudança. Esses indivíduos se colocam na posição que Michel Pollack (1992), chama de acontecimentos “vividos por tabela”, em que os eventos tomam tamanha dimensão que todos aqueles no entorno sentem-se participantes do mesmo:

Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. (POLLACK, 1992, p.201)

A maior parte dos descendentes dos participantes da transposição estavam presentes no acontecimento, se recordam de parte do que ocorreu, muitas das suas lembranças também são fruto daquilo que ouviram ao longo da vida. Esta escolha das pessoas a compartilharem suas lembranças não foi feita de maneira quantitativa, e sim qualitativa, visando entrevistados que possam fornecer depoimentos significativos. As entrevistas semi estruturadas, buscam relatos de vida, com intuito de conhecer estas pessoas, como chegaram a Dores, o que fazem de suas vidas e a relação que possuem com o local deixado para trás e o que estão atualmente:

Lidar com a oralidade das entrevistas, como um tipo de discurso cujos elementos constitutivos (interrupções, digressões, correções) tornam evidente o trabalho da palavra em manifestar o processo de transformação e o trabalho da consciência, ainda representa um caminho a ser percorrido com maior desenvoltura, no sentido de melhor compreendermos os modos como aquele que narra constrói sua interpretação e se situa na realidade social, e no sentido de tirar proveito desse trabalho explicando, igualmente, por esse procedimento, dimensões e mecanismos de uma determinada experiência social. (KHOURY, 2001, p.92)

A oralidade possui grande relevância, ela permite que o indivíduo constitua seu discurso, demonstre sua realidade, aquilo que ele acredita, permitir que os entrevistados

se sintam confortáveis para falar é um elemento essencial para colher bons relatos. O local onde serão realizadas as conversas será definido em comum acordo entre o pesquisador e o participante, com tempo de duração a ser definido de acordo com o andamento dos relatos e enquanto o participante se sentir confortável em falar. Ao longo da conversa, os contribuintes serão estimulados a compartilhar suas lembranças, com o mínimo de interferências externas, buscando se assemelhar ao máximo a uma conversa informal.

Esta pesquisa tem a inspiração no filme *Narradores de Javé* (2003), dirigido por Eliane Caffé, e se passa na localidade fictícia de Javé, no sertão nordestino. A cidade está prestes a ser inundada para a construção de uma hidrelétrica. A população inconformada e na tentativa de alterar a decisão, resolve escrever a história da cidade, com o objetivo de transformá-la em patrimônio histórico e preservá-la.

Ao longo de todo o filme, a diretora aborda a questão da fala e de uma disputa entre a história oficial e aqueles excluídos dessa história, estabelecendo uma relação entre a oralidade e a escrita. O filme também é marcado pelas relações de poder entre aqueles que detêm os meios para a realização de obras dessa magnitude, e aqueles que são atingidos por elas de maneira prejudicial.

A pesquisa ainda está em andamento e as perspectivas são da realização das entrevistas com a população para traçar um cenário do que existia em Dores e quais as memórias a população guarda do lugar. Este processo se constitui em diferentes momentos, um em que serão realizadas as entrevistas e suas transcrições, outro com a escrita da dissertação em que as entrevistas estarão presentes e um último momento de composição de um livro com essas entrevistas. Este livro configura um importante registro das memórias, saberes e identidade da população de Dores do Paraibuna. É uma maneira de proporcionar a este grupo o reconhecimento pelo local que fez parte de suas vidas e não existe mais, e que muitos que vieram depois não chegaram a conhecer. Existe a intenção de que este livro possa ser publicado posteriormente, mesmo que de maneira digital, um registro a história da Velha Dores do Paraibuna.

5. Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. - 3. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

Arquidiocese JF. **Igreja em ruínas, em Dores do Paraibuna, recebe missa depois de 20 anos.** Disponível em: <<http://arquidiocesejuizdefora.org.br/igreja-em-ruinas-em-dores-do-paraibuna-recebe-missa-depois-de-20-anos/>>. Acesso em 25 ago. 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço e Simbolismo. *In*: ROSENDAHL, Zeny. **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço.** 2ª edição. São Paulo: Bertrand Brasil, 2012. p. 132-153.

DANTAS, Thaís da Silva. **Uma igreja quilombola: a caminhada da comunidade São Sebastião da Boa Vista.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, p. 142. 2016.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral - Memória, tempo, identidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Editora Centauro, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. *In*: Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História.** São Paulo: PUC-SP, vol. 10. dez. 1993, p 7-28

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. *In*: Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História.** São Paulo: PUC-SP, vol. 22. jun. 2001, p 79-103.

MACHADO, Pedro José de Oliveira. **Diagnóstico ambiental e ordenamento territorial: instrumentos para a gestão da bacia de contribuição da represa de Chapéu D'Uvas, MG / Pedro José de Oliveira Machado.** - Niterói: [s.n.], 2012. 243 f.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada.** 5. ed. - São Paulo: Contexto, 2003.

OLIVEIRA, Marcelo Accioly Teixeira de. Processos erosivos e preservação de áreas de risco de erosão por voçorocas. *In*: GUERRA, Antônio José Teixeira; SILVA, Antônio Soares da; BOTELHO, Rosângela Garrido Machado (Orgs). **Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018. p. 57-99.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *In: Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA UNIVERSITÁRIOS: UM LEVANTAMENTO INICIAL

Julia de Souza

Bermond⁵⁰⁰

Resumo: O presente artigo busca exemplificar a atuação de alguns Centros de Documentação e Memória (CDM) universitários nacionais, abordando seu cotidiano, projetos, características de acervo, entre outros. Por se tratar de uma temática ainda pouco explorada, acredita-se que este pequeno levantamento possa vir a auxiliar pesquisadores que buscam adentrar um pouco mais no assunto, abordando mais atentamente as características e funcionamento de alguns deles.

Palavras-Chave: Centro de Documentação, Centro de Memória, Centro de Documentação e Memória Universitário.

Summary: This article seeks to exemplify the performance of some national university documentation and memory centers, addressing their daily activities, projects, collection characteristics, among others things. As it is a subject that has not yet been explored, it is believed that this small survey may help researchers who seek to delve a little deeper into the subject, approaching more closely the characteristics and functioning of some of them.

Keywords: Documentation Center, Memory Center, University Documentation and Memory Center.

⁵⁰⁰ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGHIS-UFJF). Bolsista FAPEMIG. E-mail para contato: juliabermond@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Neste artigo pretendemos apresentar uma breve exemplificação da atuação de alguns Centros de Documentação e Memória (CDM) universitários. Tal processo servirá como uma espécie de esquematização da atuação de alguns centros de documentação nacionais que atuam em universidades, discutindo e apresentando ações realizadas pelos mesmos enquanto instituições centrais na preservação documental de sua universidade e região. Dessa forma, não se trata de um *hall* taxativo mas sim exemplificativo, com a citação de alguns deles e discussões sobre sua atuação.

Centro de Documentação e Memória (CDM) ou Centro de Documentação, é entendido aqui enquanto uma categoria de espaço relacionado à proteção patrimonial. Para Camargo (1999), o que prioritariamente viria a caracterizar esses centros é sua tarefa de reunir, preservar e organizar coleções e arquivos, em sua grande maioria composta por fontes primárias em formato de papel, originais ou cópias, além também de tratar documentos de cunho bibliográfico e tridimensionais. Tal documentação é reunida “(...)

sob o critério do valor histórico e informativo, em torno de temas ou de períodos da história (...)” (SANTOS, 2018, p.81). Em um ambiente universitário, se constituem enquanto espaços que preservam e disponibilizam informação especializada para construção de pesquisas.

Além da proteção documental e sua disponibilização para pesquisas acadêmicas e científicas, principalmente levando em conta seu contexto de atuação universitário, podemos apontar ainda como características básicas desses espaços o oferecimento de formação básica em preceitos de proteção documental (por meio de palestras, seminários, projetos de iniciação científica, aulas temáticas, etc), tanto para o público acadêmico quanto para o da comunidade que o cerca, projetos de história oral, visando conhecer mais a história de sua universidade e região, assessoria relacionada a questões de preservação patrimonial, auxiliando outras instituições que realizam tarefas semelhantes, produção e divulgação científica sobre seu acervo, uso interdisciplinar de diversas ciências no cuidado com a documentação (História, Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, etc.) devido a guarda de uma documentação heterogênea em suporte e assunto, o que é uma característica desses espaços, entre outros tantos mais (SANTOS, 2018).

As origens dos arquivos que compõem os acervos nesses espaços é diverso: podem advir de lugares públicos, como escolas, repartições públicas e universidades, por exemplo, quanto privados como empresas e arquivos pessoais, de movimentos sociais e políticos. Por isso, é importante frisar que Centros de Documentação não são arquivos institucionais. Abordam e preservam documentações diversas, em origem, forma e suporte, que expressam parte considerável da história da região na qual aquele centro se encontra, e não somente de uma instituição em específico. São espaços que contribuem para a educação e extensão universitária, realizando projetos diversos de difusão do saber e formação acadêmica.

Por serem espaços bastante heterogêneos, atuando e respondendo características próprias de seus contextos de ação e trabalho, cada centro acaba por exercer atividades distintas, dependendo das necessidades de pesquisa e conhecimento de cada universidade. Contudo, ainda assim é possível abordar algumas de suas características mais visíveis. Dessa forma, além de procurarmos fazer um pequeno levantamento da atuação desses centros em território nacional, buscamos também apresentar seus atributos e traços

particulares, construindo assim o perfil mais comum de como um Centro de Documentação e Memória se configura e aparece em uma universidade.

É importante frisar que algumas das características desses centros, apesar de um dia já terem feito parte de seu cotidiano, podem já não se constituir enquanto atribuições centrais da atuação de alguns deles. Por serem instâncias heterogêneas, dependendo do contexto, seja por mudanças de perspectiva de atuação, falta de verbas, fim de projetos, ou outros tantos motivos, o que foi divulgado e escrito sobre esses centros um dia pode não ser mais a realidade deles atualmente. Colocaremos aqui o que nos foi disponibilizado e que, pelo menos uma vez, fez parte do cotidiano de atuação desses lugares.

Por fim, é importante lembrar que apesar de os caracterizarmos enquanto centros de documentação, os mesmos nem sempre decidem pôr se autonear assim, apresentando nomes diversos como núcleo de documentação, de estudos ou de memória, arquivo e centro de memória. Optamos dessa forma, sempre que nos referimos a eles, por chamá-los de acordo com a nomenclatura escolhida. Apesar da heterogeneidade dos nomes, todos esses lugares apresentam características distintas que os identificam ou pelo menos aproximam de atributos identificados pela bibliografia sobre a temática enquanto Centros de Documentação.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA HONÓRIO ANTÔNIO CARNEIRO (NDH) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL (UFMS)

No início da década de 1980, temos a criação do Setor de Documentação Histórica no campus de Três Lagoas da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, que fica no estado de mesmo nome. O objetivo dos professores que o criaram era de dar suporte à disciplina de História Regional e incentivar a pesquisa entre os graduandos do curso de História (OLIVEIRA, 2013). Posteriormente, tal iniciativa daria origem ao Núcleo de Documentação Histórica Honório Antônio Carneiro. Sobre o início desse processo, levado a cabo principalmente por professores do departamento de História da universidade, Oliveira (2013) aponta:

O objetivo dos professores era fortalecer um Núcleo de Estudos de Três Lagoas e Região visando a formação de um acervo que desse suporte à disciplina de História Regional, bem como incentivasse a pesquisa entre os graduandos do curso de História criado em 1970. O ponto de partida foi trabalhar com relatos orais e recolher o maior número de fontes possíveis. Um dos primeiros projetos desenvolvidos pelo grupo de professores foi a coleta de entrevistas com personagens “importantes” para a História da cidade, homens e mulheres membros das “famílias tradicionais” de Três Lagoas. Outra preocupação foi formar uma coleção de jornais regionais. (OLIVEIRA, 2013, p. 02)

Seu acervo é bem heterogêneo, se constituindo por uma grande diversidade de coleções e documentação que foram doados para o núcleo, contando também com um acervo bibliográfico que possui “(...) 2 mil volumes que serve aos alunos e às alunas do Curso de História e consulentes diversos” (UFMS-NDH). O mesmo apresenta como modulador de seu acervo a história da cidade de Três Lagoas e região. Em seu site temos a relação completa do seu acervo, que por sua vez apresenta documentos ligados à História local e regional, Movimentos sociais e Memória universitária. Ao longo de sua trajetória, também se utilizou de bolsistas, voluntários e estagiários no funcionamento do centro, contribuindo para a formação profissional dos mesmos.

CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA (CMA) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)

O Centro de Memória da Amazônia (CMA) nasceu em 2007 através de um convênio firmado entre a Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Tribunal de Justiça do mesmo estado. Seu intuito foi o de “(...) guardar, melhor acondicionar e tornar mais acessível a rica documentação “inativa” formada por processos cíveis e criminais pertencentes à justiça do Pará em seu acervo histórico (...)” visando com isso possibilitar “(...) a construção da história das relações sociais e culturais da Amazônia” (UFPA-CMA). Com o tempo, o centro foi recebendo outros tipos de documentação e atualmente conta com documentos provenientes do século XVIII até 1970. O centro também preserva

alguns acervos pessoais, como de Lauro Sodré, primeiro governador constitucional republicano do Pará, recebido através de doação realizada por sua bisneta (UFPA-CMA).

Em seu site oficial, o CMA confirma o compromisso com a preservação documental de cunho jurídico, buscando auxiliar na compreensão da história da região amazônica, com ênfase no Pará. Os mesmos apontam a amplitude do público que procuram atender: tanto o acadêmico quanto o escolar, seja fundamental, médio ou superior, assim como um público mais amplo que venha a procurar o centro, visando “(...) construir mecanismos de acesso a uma cidadania mais plena e justa.” (UFPA-CMA). O centro em questão, assim como outros que vamos apresentar, exibe uma preocupação com a divulgação de seu patrimônio, buscando a interação do público com seu acervo e com seu espaço. O CMA também realiza eventos, palestras, visitas monitoradas e workshops, além de possuir bolsistas discentes da universidade em seu quadro funcional. Dessa forma também se preocupa com a formação acadêmica e profissional de seus alunos.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA E UNIVERSITÁRIA DE MARÍLIA (CEDHUM) - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP)

O Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília (CEDHUM) foi fundado em 1999 e é um órgão da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, Campus de Marília, no estado de São Paulo, e vincula-se administrativamente ao Departamento de Ciência da Informação (NEVES, 2005). Seu acervo é permeado por uma diversidade de gêneros e suportes documentais. Sua temática gira em torno da história de Marília e região, tendo fundos documentais, como a documentação de cunho administrativo oriunda de secretarias municipais de Marília (1929-1970), da delegacia regional do município e coleções de jornais da cidade, como é o caso do Correio de Marília. Também busca preservar parte do arquivo acadêmico, condicionando documentação referente à Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP de Marília e teses e dissertações desenvolvidas pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Unesp (UNESP-CEDHUM).

Alguns dos serviços realizados pelo CEDHUM são a disponibilização para a consulta de documentos, treinamento em aspectos técnicos de conservação documental, oferecendo estágios de alunos dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia. Ademais, também realiza o acompanhamento de visitas guiadas ao centro de escolas de ensino fundamental e médio. Abriga grupos de pesquisa, relacionados à área de ciências da informação (UNESP-CEDHUM).

Observamos aqui novamente o comprometimento que um centro de documentação e memória universitário busca assumir com a pesquisa, o ensino e a extensão, já que segundo o regulamento interno do centro, o CEDHUM tem como finalidades:

I. No âmbito do ensino de graduação e de pós-graduação, o apoio à formação acadêmica em nível teórico e prático, bem como a realização de atividades didáticas; II. No âmbito da pesquisa, oferecer subsídios para o desenvolvimento de conhecimentos, metodologias, produtos e serviços informativos, bem como motivar as atividades formais de pesquisa (grupos de pesquisa, iniciação científica, etc.); III. No âmbito da extensão: a) Atender a demandas institucionais de arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus, de pesquisadores e da comunidade em geral; b) Oferecer acesso às informações relativas à história administrativa de Marília e à história acadêmico-administrativa da FFC – Unesp; c) Promover eventos de divulgação de resultados de pesquisas relativas ao acervo do CEDHUM bem como de discussão e aperfeiçoamento de questões relativas à área de Documentação. (UNESP-CEDHUM)

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA REGIONAL (CEDOC) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ (UESC)

O Centro de Documentação e Memória Regional (CEDOC), ligado à Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), na Bahia, foi criado em 1993, “(...) com o objetivo de desenvolver ações que operacionalize a preservação da memória regional.” (UESC-CEDOC). O acervo é composto por uma mescla de documentos como jornais, fotografias, vídeos, dissertações e teses. O CEDOC é um centro com uma característica peculiar em comparação com a maioria dos centros de documentação e memória

nacionais: possui documentos da época colonial, o que não é comum de se encontrar em muitos desses centros, que em sua maioria concentram sua documentação do século XIX em diante.

Intimamente ligado ao desenvolvimento do curso de História, se formou com o objetivo de “(...) resgatar, preservar, organizar e recuperar a documentação regional, para registrar a história, o caminho percorrido pelo Centro levou à promoção de palestras, cursos, exposições e, pontuadamente, à geração de pesquisas, proporcionando o acúmulo de um rico acervo (...)” (UESC-CEDOC). Um dos seus objetivos é de se tornar num centro de referência sobre a história da região. Busca também “Pesquisar e recuperar os aspectos históricos, sociais e culturais da região do cacau, divulgando o resultado das suas pesquisas, contribuindo para a preservação da Memória Regional”. (UESC-CEDOC).

Entre sua documentação, que se concentra na história da região e da sua universidade, têm-se processos inquisitoriais do século XVI, Índices dos Livros Proibidos em Portugal nos séculos XVI e XVII, Literatura de Cordel, Processos Trabalhistas do Fórum João Mangabeira, de Ilhéus, anais do Arquivo Público da Bahia e Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, acervo documental (Editais, Livros de Atas, Portarias, Correspondências diversas, Projetos e Relatórios) da Faculdade de Filosofia de Itabuna, Faculdade de Economia de Itabuna e Faculdade de Direito de Ilhéus, Recortes de Jornais diversos das cidades da área de inserção da UESC, Coleção SINOPSE / Notícias da UESC, Fitas magnéticas contendo entrevistas temáticas, histórias de vida e depoimentos de personalidades da comunidade de Ilhéus, Itabuna, Santa Cruz da Vitória, Camacan, Santa Luzia e Salvador, entre tantos outros. Dessa forma, apresenta um acervo extremamente heterogêneo.

O CEDOC tem como linhas de ação: preservar, devolver e fazer. A primeira linha consiste nos serviços de acolhimento (formação de acervo arquivístico), gestão (administração de espaços museológicos e centro de memória) e assessoria (fornece suporte técnico para que as instituições preservem seus acervos documentais). A segunda linha tem como objetivo disponibilizar a (sic) comunidade o conhecimento acumulado na academia ao tempo que valoriza os seus artefatos culturais. Já a última, dedica-se ao planejamento e realização de pesquisas que busquem inventariar, reconhecer e proteger o patrimônio cultural. (UESC-CEDOC)

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA HISTÓRICA (NUDOPH) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN)

O Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (UERN-NUDOPH), vinculado à Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, foi criado em 1993 com o intuito de manter sob sua tutela “(...) o acervo documental digitalizado, fontes orais, e sua produção, originário dos diversos órgãos e instituições da região e da área de abrangência da UERN, com vistas a constituir um centro de documentação histórica dedicado a produzir, gerar pesquisas e ações de extensão.” (UERN - NUDOPH), tendo como um de seus princípios “(...) contribuir para a consolidação da pesquisa acadêmica em torno de temáticas referentes à história da região Nordeste tomando como foco a história local e regional, além de estimular atividades de ensino e extensão.” (UERN-FAFIC). Assim, “(...) o NUDOPH conserva em suas dependências fontes provenientes de diferentes instâncias da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) e com o tempo foi entrando em parceria com outras instituições e aumentando o seu acervo.” (UERN-FAFIC)

O Núcleo realiza projetos de extensão, utilizando-se de alunos bolsistas para cuidar de seu acervo que conta com fundos e coleções de instituições regionais, além de documentação ligada também à sua própria universidade: “(...) Fotografias, filmes, atas de reuniões, correspondências, documentos, roupas, acessórios, itens de uso pessoal, jornais, revistas, livros, entre outros materiais que preservam a memória da Universidade, personalidades e de instituições norte-rio-grandenses” (SOARES, 2021). Busca também capacitar o público externo, por meio de “(...) oficinas diversas trabalhando com fontes inquisitoriais, biográficas, com jornais, inquéritos policiais etc.” (SOARES, 2021).

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL (NDIHR) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO (UFMT)

O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (UFMT-NDIHR), criado em 1976, vinculado ao Instituto de Geografia, História e Documentação

Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por uma história decolonial: Gênero, raça e classe na América Latina. Eduarda Guerra Tostes; Lavínia Renata de Oliveira Turqueti; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2022. 926 p.

da Universidade Federal de Mato Grosso. O NDIHR se constitui enquanto “(...) um espaço de pesquisa, ensino e extensão voltado para revitalização e preservação da memória histórica regional, através das prospecções de fontes documentais e pesquisas nas diversas áreas do conhecimento” (DOURADO, 2012, p. 220). A sua documentação também é bastante heterogênea, composto por reproduções em microformas e digitais, referências virtuais, imagéticas e orais, coleções de cunho público ou privado, assim como acervo bibliográfico com obras consideradas raras, além de uma coleção significativa de periódicos (DOURADO, 2012). Se coloca como um importante alicerce para os cursos de graduação, assim como grupos de pesquisa, estudantes e professores da rede pública e privada, além de programas de pós-graduação (DOURADO, 2012).

Compreende-se, portanto, o NDIHR, enquanto *guardião da memória*, entidade que opera como elo entre o passado e o presente, alicerçando os fundamentos da produção histórica, garantindo, com isso, a preservação de legados para as gerações futuras, em especial para o ensino, pois o conceito de patrimônio cultural está ligado ao conhecimento, respeito, preservação, valorização da cultura e ao exercício da cidadania. (DOURADO, 2012, p. 222 - grifo do autor)

Aqui a Memória é elencada como essencial no entendimento dos motivos primordiais do funcionamento do núcleo: o NDIHR se coloca enquanto “guardião da memória”, essencial na proteção documental, garantindo “(...) a preservação de legados para as gerações futuras (...)” e, conseqüentemente, é uma entidade “(...) que opera como elo entre o passado e o presente (...)” como aponta Dourado (2012, p. 222). Assim como na atuação do NDIHR, a proteção da memória, se constitui enquanto um dos principais discursos legitimadores dos CDM universitários brasileiros.

Os conjuntos documentais custodiados pelo centro são compostos por exemplo, pela coleção da Capitania de Mato Grosso (1680-1823), com documentos diversos, coleção de periódicos (1847-1985), revistas científicas, documentos de cunho oral e fotográfico de habitantes da região mato-grossense e de Cuiabá, entre outros tantos mais (DOURADO, 2012). Tais conjuntos documentais passam por movimentos de descrição e elaboração de ferramentas de pesquisa e organização da informação, como inventários, catálogos, índices e repertórios, sendo também posteriormente digitalizados, “(...) para

que a qualquer tempo os documentos ou as informações possam ser localizados e acessados pelos pesquisadores nas suas leituras e pesquisas” (DOURADO, 2012, p. 223).

O núcleo possui uma revista científica digital, de nome “Documento Monumento”, que é um “(...) periódico eletrônico idealizado como um periódico científico *on-line*, destinado à divulgação de textos documentais e resultados de pesquisa, organizados e produzidos por professores, alunos, técnicos da área das Humanidades e afins.” (DOURADO, 2012, p. 236). Realiza ainda serviços de microfilmagem, duplicação, reprodução e digitalização de documentos, por meio de convênios e projetos com instituições públicas e privadas, realizando também trabalhos de assessoria sobre preservação documental (UFMT-NDIHR). Sobre sua atuação, o núcleo descreve:

O NDIHR ao longo de seus 40 anos vem desenvolvendo projetos e pesquisas cujos temas possibilitam o respaldo científico às políticas sócio-econômicas e culturais regionais que resultaram em diversas publicações. Além das linhas de pesquisas já desenvolvidas o NDIHR através do seu acervo possibilita também a expansão de sua atuação à atualização de temas históricos, a novas perspectivas de investigação aos mais variados objetos de pesquisa e as mais diferentes formas de abordagem da realidade social. Aberto a perspectiva de um trabalho interdisciplinar com áreas afins, por meio de projeto de pesquisa avança para novas linhas de investigações tais como: Demografia, História Oral, História da Cultura material e imaterial, Geo História, História do Discurso, História das Religiões, História da Mineração. Exerce uma importante função como laboratório do binômio ensino-pesquisa, possibilitando uma sólida fundamentação ao curso de história e outras áreas do conhecimento, corroborando para uma arrojada formação acadêmica. (UFMT-NDIHR)

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA (CDPH) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG)

Em seguida temos o Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH), da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), localizado no estado do Paraná. Ele é um órgão vinculado ao Departamento de História do Centro de Letras e Ciências

Humanas da universidade, “(...) e têm por objetivos a guarda e a preservação da documentação histórica regional, bem como servir de laboratório de apoio à pesquisa, ao ensino, à extensão, à capacitação e à prestação de serviços.” (LIMA; MAESIMA, 2013, s/p). Como o CDPH, muitos dos centros de documentação universitários realizam serviços de microfilmagem, duplicação, reprodução e digitalização de documentos, para sua universidade ou para outras instituições fora dela, assim como realizam trabalhos de assessoria sobre preservação documental, auxiliando também na criação de outros centros de documentação.

O centro foi criado em 1995 a partir da doação de um acervo de cunho documental e bibliográfico do Centro Cultural Euclides da Cunha, tendo nos próximos anos recebido outras doações de acervos pessoais e institucionais ligados à história local, regional e da sua própria universidade (UEPG-CDPH). Os documentos preservados também são heterogêneos, onde notamos a presença de documentos textuais, iconográficos, bibliográficos e fonográficos, estando disponíveis para pesquisa e consulta para o público interno e externo da universidade (UEPG-CDPH). Utiliza-se de bolsistas na manutenção do centro. Sobre seus objetivos, o CDPH propõe:

Preservar e conservar os acervos documentais e bibliográficos doados e/ou adquiridos pelo Departamento de História; Preservar parte da memória/história intelectual e documental paranaense; Possibilitar um espaço de pesquisa para os acadêmicos, estagiários e profissionais das mais diversas áreas do saber; Proporcionar instrumentos de pesquisa a projetos de graduação, pós-graduação de instituições de ensino superior; Oportunizar campo de estágio para acadêmicos do curso de história e áreas afins; (UEPG-CDPH)

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E LABORATÓRIO DE PESQUISA HISTÓRICA (NUDOC) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

O Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica (NUDOC) foi criado em 1983, e atualmente é um órgão vinculado ao Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. Tem como objetivo geral “(...) preservar, divulgar e

dialogar com os distintos acervos documentais (impressos, orais, digitais, iconográficos, entre outros) (...)” (UFC - NUDOC), além de “(...) funcionar como espaço laboratorial de ensino, pesquisa e extensão desenvolvido por pesquisadores em História em articulação entre a Universidade Federal do Ceará e a sociedade cearense.” (UFC - NUDOC). Sobre seus objetivos específicos, o núcleo coloca:

Desenvolver pesquisas científicas e atividades acadêmicas e culturais, através da constituição e diálogos com acervos documentais, produções historiográficas, ações político-pedagógicas e de produção e divulgação do conhecimento histórico; Auxiliar a pesquisa histórica realizada por estudantes, pesquisadores, professores das Instituições de Ensino Superior e da rede básica de ensino, no Departamento de História da Universidade Federal do Ceará em interlocução com as demandas da comunidade; Reunir, tratar, conservar, restaurar, difundir e organizar os acervos sob sua custódia, ao estabelecer e fortalecer uma política de preservação da memória e da história do Ceará; Funcionar como espaço laboratorial em auxílio às atividades realizadas na graduação e pós-graduação ao proporcionar a aprendizagem, a experimentação e o ensino acerca das técnicas e métodos da pesquisa histórica; Proporcionar diálogos e parcerias com instituições públicas e/ou privadas como forma de aproximação política e acadêmica com a comunidade cearense. (UFC - NUDOC)

A Documentação do NUDOC é formada por documentos históricos diversos (escritos, fotografias, entrevistas, etc.) por jornais e revistas nacionais e internacionais, além de um acervo bibliográfico formado também por periódicos. O núcleo ainda oferece oficinas sobre patrimônio para o seu público interno. Em seu acervo temos por exemplo, documentos relacionados aos povos indígenas do Ceará, fundos de ocupação estudantil na universidade, acervo de história oral, entre outros mais. (UFC - NUDOC). Realiza também projetos de cunho extensionista, usando para tal bolsistas da sua universidade. Sobre seu programa de extensão:

O Programa de Extensão do Núcleo de Documentação – NUDOC/UFC visa promover e ampliar atividades de ensino, pesquisa e extensão, através da realização das seguintes ações: 1. Catalogação e conservação de seus acervos hemerográficos, bibliográficos, documentais escritos e orais; 2. Promoção de oficinas para a comunidade acadêmica e à sociedade acerca das noções de acervos, arquivos e fontes documentais;

3. Realização de eventos, na forma de palestras no MUSEU DO CEARÁ, como forma de ampliar o acesso maior de parcela da população, sobretudo do público (sic) de estudantes da Educação Básica aos vários acervos do NUDOC; 4. Publicação de revista e/ou livro sobre o acervo e as pesquisas realizadas pelos grupos de estudo e pesquisa do Departamento de História da UFC. (UFC - NUDOC)

ARQUIVO MEMÓRIA OPERÁRIA DO RIO DE JANEIRO (AMORJ)- UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO (UERJ)

Por fim, citamos um pouco da atuação do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ). Tendo surgido em 1987, “(...) da preocupação de um grupo de sociólogos, antropólogos e historiadores do IFCS⁵⁰¹ em reunir a farta produção de pesquisas acadêmicas do instituto sobre o assunto mas que poucos tinham acesso, porque ficavam centralizadas nas mãos dos professores.” (Jornal do SINTUFRJ, 1996 apud RODRIGUES, 2012, p. 91). O AMORJ é um dos centros de documentação mais pesquisados dos aqui anteriormente citados. Com documentos que se iniciam na década de 1880 e datam até os dias de hoje, o AMORJ não deixa de receber doações (RODRIGUES, 2012). Em seus quadros já associaram-se bolsistas do PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/UFRJ) e da FAPERJ (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro) (RODRIGUES, 2012). O AMORJ está intimamente ligado aos programas de pós-graduação da UFRJ, mais especificamente ligado ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da universidade. Sobre sua criação, Marcos Aurélio Santana Rodrigues (2012) aponta que

O AMORJ, um centro de documentação e pesquisa, foi formado na década de 1980 a partir de pesquisas desenvolvidas no âmbito do Laboratório de Pesquisa Social (LPS)/PPGSA/UFRJ, que reunia pesquisadores ocupados tanto com o que chamavam à época de “formação da classe operária no Rio de Janeiro”, quanto com a preservação e a transmissão da memória desta. Apontavam, desta maneira, os mais diversos problemas pelos quais passaram os trabalhadores na sua constituição social e política, visitando temas que perpassavam várias instituições e experiências históricas no nosso

⁵⁰¹ Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

estado. Assim, reunindo vasto material produzido por estas pesquisas, foi formado o AMORJ no ano de 1987. (RODRIGUES, p. 90)

Grande parte do arquivo foi adquirida por meio de doações de líderes sindicais aposentados ou de centrais sindicais. O arquivo produziu e publicou catálogos de documentos, cronologias, dossiês, resenhas, bibliografias, além de realizar seminários, congressos e encontros temáticos com temas relacionados à memória e documentação operária. (RODRIGUES, 2012) A documentação que compõe o acervo é caracterizada por documentação de cunho arquivístico, iconográfico (em originais, reproduções e microfilmes) e também bibliográfico, assim como material sonoro e audiovisual (RODRIGUES, 2012). Tais documentos “(...) formam fundos e coleções ligados à classe trabalhadora e setores populares, bem como coleções particulares de lideranças sindicais e políticas.” (CAVALCANTI, 2014, p. 138), assim como é composto por “(...) documentos produzidos pelo movimento e seus dirigentes, como também por organizações e partidos representantes da classe trabalhadora.” (CAVALCANTI, 2014, p. 138)

O acervo do AMORJ conta hoje com 2 Fundos e mais de 70 Coleções organizadas conforme os arranjos produzidos por profissionais/estudantes que lá trabalham. Grande parte dos documentos foram doados por particulares vinculados a organizações partidárias e/ou ao movimento sindical, ou ainda, resultados de pesquisas acadêmicas. Também possui uma coleção de periódicos com mais de 2.600 títulos, além de livros, fotos, cartazes e depoimentos orais. Além de ser um centro que apoia pesquisas sobre o movimento operário, o AMORJ definiu as suas próprias linhas de pesquisa: Lideranças Sindicais e Políticas do Rio de Janeiro; Memória do PCB; Redefinição das Relações Industriais no Brasil; Política e Poder no Rio de Janeiro. (CAVALCANTI (outro), 2014, p. 139)

OUTROS EXEMPLOS

Carreira (2014) cita ainda outros centros de documentação e achamos que vale a pena mencioná-los aqui, com o intuito de alargar ainda mais o escopo de exemplos presentes neste artigo:

São exemplos de centros de documentação universitários: o Instituto de Estudos Universitários - IEB da Universidade de São Paulo (exemplo pioneiro criado em 1962 sob a liderança de Sergio Buarque de Holanda); o Arquivo Edgar Leuenroth, da Universidade de Campinas- Unicamp; o Centro de Documentação Histórica da Universidade Severino Sombra- USS; O Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa- CEDAP, da faculdade de Ciências e Letras de Assis- UNESP; o Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade de Londrina- UEL; o Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual do Centro-Oeste- UNTCENTRO; o Centro de Documentação e Informação Científica- CEDIP/PUC-SP; entre outros. (CARREIRA, 2014, p. 27)

Ao longo de nossa pesquisa, também encontramos outros centros que acreditamos ser proveitoso mencionar aqui: Centro de Documentação (CEDOC), vinculado à Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC); Centro de Documentação e Memória Feevale “Luci Therezinha Bridi”, ligado a Federação de Estabelecimento de Ensino Superior em Novo Hamburgo (Feevale); Centro de Documentação Histórica “Prof. Hugo Alberto Pereira Neves” (CDH) da Universidade Federal do Rio Grande (CDH-FURG); Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH) da UNITAU; Centro de Documentação e Memória do Campus de Irati (CEDOC/I), da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO); Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas (CDHBA) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); Acervo de Memória e Documentação Clemente Mariani (AMEDOC) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Centro de Documentação e Pesquisa (CEOM), vinculado a UNOCHAPECÓ; Instituto Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e o Centro de Documentação e Memória (CDM) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A maioria desses centros não possuem pesquisas sobre sua atuação, cabendo com isso ao futuro pesquisador, caso queira, investigá-los em profundidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por uma história decolonial: Gênero, raça e classe na América Latina. Eduarda Guerra Tostes; Lavínia Renata de Oliveira Turqueti; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2022. 926 p.

Como já mencionado anteriormente, este artigo buscou explicitar e apresentar alguns Centros de Documentação e Memória universitários nacionais e como se dá a sua atuação, principalmente como se configuram seus acervos, seus projetos e relacionamento com sua universidade e seus acadêmicos. Buscou-se com isso apresentar como se dá o seu cotidiano, buscando discutir sobre como tais centros se articulam e funcionam em suas respectivas universidades, apresentando, por meio de alguns casos, um panorama geral de como um Centro de Documentação e Memória geralmente se comporta e atua. Acreditamos que esse pequeno panorama ajude pesquisadores futuros, possibilitando que adentrem ainda mais na temática, pesquisem e divulguem esses e outros centros, que por sua vez ainda são pouco publicizados e estudados no meio patrimonial, apesar da sua considerável capilaridade no meio acadêmico universitário brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da. Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Unesp, 1999

CARREIRA, Annelise Simari. História, memória, arquivos, documentos: uma reflexão sobre os centros de documentação e pesquisa universitários e o CDHIS/UFU (Uberlândia/MG, 1985-2013). 2014. 113 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/18032>>. Acesso em: 02 abr. 2020

CAVALCANTI, Márcia Teixeira. OS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO UNIVERSITÁRIOS COMO ESPAÇOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE “NOVAS” MEMÓRIAS. 2014. 190 f. Tese (UFRJ - Escola de Comunicação) - PROGRAMA DE

PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, Rio de Janeiro. Disponível em:

<<https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/842/1/TESE%20VERS%C3%83O%20FINAL.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

DOURADO, N. S. . NDIHR. Patrimônio Cultural da Memória Histórica de Mato Grosso. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso , v. 70, p. 219-238, 2012. Disponível em: <<https://www.ufmt.br/ndihr/publicacoes/pub-1.pdf>> . Acesso em: 08 jan. 2022

LIMA, Enezila de; MAESIMA, Cacilda. Integrando os moradores do bairro por meio da preservação da memória e da história da escola: uma experiência do CDPH na comunidade. Simpósio Nacional de História (ANPUH), (XXVI) São Paulo (SP), 2011. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anpuhpr/anais/ixencontro/comunicacao-individual/CacildaMaesima.htm>> . Acesso em: 02 out. 2020

NEVES, Rogério Xavier. As possibilidades educacionais em centros de documentação e memória. 2005. 206 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <<http://www.referenciasarquivisticas.fci.unb.br:8080/jspui/handle/123456789/12322?mode=full>>. Acesso em: 05 jan. 2020

OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. ENTRE A HISTÓRIA E A ARQUIVOLOGIA: DIÁLOGOS A PARTIR DE UM CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO. Simpósio Nacional de História (ANPUH), (XXVII) Natal (RN), 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364523361_ARQUIVO_ANPUH_2013_VITOR_OLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 02 out. 2020

RODRIGUES, Marcos Aurélio Santana. Documentação, histórias e memórias dos trabalhadores no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro. Cadernos Cedem (Cessada), [S.L.], v. 3, n. 1, p. 90-99, 1 jun. 2012. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/cedem/article/view/2342>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

SANTOS, A. C. Perspectivas arquivísticas em centros de memória. Archeion Online, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 80–95, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/archeion/article/view/39736>>. Acesso em: 07 mar. 2020

SOARES, Bruno. “Núcleo da Uern trabalha pela preservação da história”. Portal UERN, 2021. Disponível em: <<https://portal.uern.br/blog/nucleo-da-uern-trabalha-pela-preservacao-da-historia/>>. Acesso em: 07 Abr. 2022

UEPG-CDPH. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA. Disponível em: <<https://www2.uepg.br/cdph/>> Acesso em: 07 Abr. 2022

UERN-FAFIC - FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Disponível em: <<https://fafic.uern.br/?item=depto-historia-nudoph>> . Acesso em: 07 Abr. 2022

UERN-NUDOPH - NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA HISTÓRICA. Disponível em: <<https://nudophdhi.wixsite.com/nudoph/sobre>>. Acesso em: 04 Abr. 2022

UESC-CEDOC. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA REGIONAL. Disponível em: <<http://www.uesc.br/centros/cedoc/>>. Acesso em: 04 Abr. 2022

UFMS-NDH. NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA UFMS CAMPUS DE TRÊS LAGOAS. Disponível em: <https://ndh-cptl.ufms.br/>. Acesso em: 04 Abr 2022.

UFMT-NDHIR. NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL. Disponível em: <<https://www.ufmt.br/ndihr/>> . Acesso em: 07 Abr. 2022

UNESP-CEDHUM. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA E UNIVERSITÁRIA DE MARÍLIA. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/#!/extensao/cedhum>>. Acesso em: 04 Abr 2022.

UFPA-CMA. CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA. Disponível em: <<https://www.cma.ufpa.br/index.php>>. Acesso em: 04 Abr 2022.

UFC-NUDOC. NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E LABORATÓRIO DE PESQUISA HISTÓRICA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UFC. Disponível em: <<https://nudochistoria.ufc.br/pt/>>. Acesso em: 07 Abr. 2022.

Identidades e memórias dos descendentes de italianos da Colônia Rodrigo Silva em Barbacena/MG⁵⁰²

Alexandre Augusto da Costa⁵⁰³

Resumo: O trabalho debate as relações de identidade, identificação, memória e esquecimento dos descendentes de imigrantes italianos da Colônia Rodrigo Silva, inaugurada em 1888 no município de Barbacena (MG). O assentamento consiste na primeira experiência de alocação de imigrantes do Continente Europeu durante o reinado do Imperador D. Pedro II. A hipótese central é que os descendentes teriam herdado certas tradições, processos ou velhos hábitos culturais que os conectariam à Itália e que se manifestariam em práticas e saberes que estariam presentes até os dias atuais. Para testar esta hipótese foram interrogadas, em um recorte definido no curso da pesquisa (outubro de 2018 a outubro de 2019), alguns representantes das famílias Viol, Discacciatti, Bertola tendo como amparo da metodologia da história oral, na busca de problematizar estes prováveis vínculos.

Palavras-chave: Identidade. Imigração. Memória. Tradição.

Abstract: The work discusses the relationships of identity, identification, memory and forgetfulness of the descendants of Italian immigrants of Colony Rodrigo Silva, inaugurated in 1888 in the municipality of Barbacena (MG). The settlement consists of the first experience of allocation of immigrants from the European continent during the

⁵⁰² Trabalho apresentado na XXXVIII Semana de História da UFJF no ST 025 - Patrimônio, História e Memória: práticas educativas, políticas, sociais e os desafios da interdisciplinaridade. A pesquisa foi financiada pela Fundação Presidente Antônio Carlos vinculada à Unipac Barbacena-MG.

⁵⁰³ Docente do curso de Publicidade e Propaganda (Unipac-Barbacena-MG); Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História pela UFJF e bolsista CAPES.

reign of imperian D. Pedro II. The central hypothesis is that the descendants would have inherited certain traditions, processes, or old cultural habits that would connect them to Italy and that would manifest themselves in practices and knowledge that would be present to the present day. To test this hypothesis, in a cutout defined in the research course (October 2018 to October 2019), some representatives of Viol, Discacciatti, and Bertola families, with as support of the methodology of oral history, seeking to problematize these likely bonds, were questioned.

Key-words: Identity. Immigration. Memory. Tradition.

Introdução

A historiografia revela que as grandes imigrações em fins do Século XIX e início do Século XX foram motivadas pelas transformações socioeconômicas na Europa, como a formação dos estados nacionais e guerras, associadas, dentre outros fatores, pela necessidade de mão de obra dos países da América. Nosso continente recebeu o maior contingente de imigrantes, especialmente Estados Unidos, Argentina, Brasil e Canadá. As inovações tecnológicas das navegações, somadas ao barateamento das passagens, reduziram, consideravelmente, o tempo de percurso das viagens. No Brasil, como bem relata Ilana Peliciari Rocha (2007), a imigração em massa, se deve, à opção de se criar colônias produtoras de gêneros alimentícios e de se substituir a mão de obra do trabalhador negro escravizado, em declínio, desde a abolição da escravatura em 1888. A necessidade da mão de obra imigrante, decorria, sobretudo, do crescimento das economias, especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo, já que, uma vez que o trabalhador se tornava livre e algumas cidades do Brasil passavam por um período de crescimento e industrialização, ocorria o deslocamento da força de trabalho para as cidades, exigindo-se assim, uma maior demanda pela imigração.

Com as constantes crises no Velho Continente, se criava uma massa de desempregados e sem esperança de perspectivas de vida. Esse processo socioeconômico, porém, ao menos até a I Guerra Mundial, como salientou Rocha (2007), atendia às demandas, tanto da Europa, quanto da América. No entanto, cabe observarmos a

importância da Lei de Terras em 1850, que antecipou o debate das discussões que seguiram da abolição da escravatura e da imigração:

Essa lei regulamentava as propriedades de terras, definindo e regularizando a utilização das terras devolutas, ou seja, terras públicas que não se encontravam em uso nos âmbitos nacional, provincial ou municipal, que não apresentavam títulos legítimos ou que estavam apossadas, mas não eram devidamente utilizadas. Parte dessas terras devolutas seria destinada ao estabelecimento de aldeias indígenas, fundação de colônias de povoamento e o fomento da infraestrutura, como por exemplo, a construção de caminhos e edifícios públicos. No entanto, a lei teve variações regionais, quanto à sua aplicação e seu impacto, que, de certa forma, influenciou também no tipo de imigração adotada. A aplicação dessa lei é que diferenciou a imigração regionalmente (ROCHA, 2007: 12).

Em Minas Gerais, assim como em São Paulo, Rio de Janeiro e boa parte do Sul do país, a instalação de núcleos coloniais parece ter sido uma estratégia para suprimir a carência de mão de obra decorrente da crise da Lei do Ventre Livre em 1871 e da Abolição da Escravatura em 1888. A política de subsídios buscava atrair trabalhadores para o mercado do café, com ênfase maior nos grupos familiares que, em tese, reduziriam os problemas relacionados ao controle do trabalho. De forma alternada, os imigrantes que desembarcavam no Brasil, notadamente no porto de Santos, dirigiam-se para as colônias de pequenos produtores agrícolas – o que tornava essa dinâmica viável. Em Minas Gerais o ápice do ciclo imigratório ocorreu, entre a década de 1880, até meados de 1900. Cerca de 52.582 imigrantes vieram ao estado, tendo como destinos centrais, Juiz de Fora (grande produtora de café), Belo Horizonte, Ouro Preto e Mariana. Dentre os fatores que contribuíram para a permanência dos imigrantes nesta primeira cidade, destacam-se a construção da Rodovia União e Indústria em meados de 1850, que ligava Juiz de Fora à Petrópolis-RJ, em que transitavam, especialmente, alemães (ROSA; NICOLI; SIQUEIRA; SANTOS, 2016).

Vale destacarmos ainda, que, diferentemente de São Paulo, como observa Rocha (2007: 32), que criou a principal política pública de subsídios para a atração de imigrantes, Minas Gerais não possuía tantos atributos para atrair os (Ibid.: 120). Em grande parte, os imigrantes italianos que chegavam a Minas Gerais tinham como origem outros estados brasileiros, ou seja, já possuíam experiência imigratória⁵⁰⁴.

⁵⁰⁴ Cf. Rosa; Nicoli; Siqueira; Santos (2016: 120).

Como reafirma Dayanne Busato Romano (2019), a Colônia Rodrigo Silva, instalada em Barbacena em 14 de abril de 1888 pelo Governo Imperial, foi um dos projetos principais da empreitada de núcleos coloniais em Minas⁵⁰⁵. Esta experiência nas terras da Mantiqueira pode ser dividida em duas fases. A primeira, em fins do século XIX, com foco na agricultura local, calcada em uma grande variedade de produtos orgânicos e pequena pecuária. A segunda etapa foi inaugurada com a implantação da Estação Sericícola de Barbacena, a partir de 1907, e em plena atividade em 1912. A execução desta última só foi possível, graças à interlocução de diversos atores políticos, na grande maioria, proprietários de terras, ou dos eleitos pelas Câmaras Municipais em cargos estratégicos do Império como: ministérios ou mesmo particulares, que percebiam na formação das colônias de imigração, uma oportunidade de continuidade do sistema de produção agrícola.

A busca, por parte do Império de D. Pedro II, da cunhagem de uma identidade sustentada em valores e características europeias se mostra, evidente, na publicação do *Jornal do Agricultor* sobre a inauguração da Colônia Rodrigo Silva. O patriotismo aqui, é evocado, para além dos valores do Velho Continente – interessa-o a origem genética.

Falou em seguida, em nome da população, o Dr. Francisco de Paula Prestes Pimentel que, demonstrando as vantagens e influencias da colonisação, o progresso que d'ella ha de provir para o paiz, sendo bem dirigida e havendo cuidado e critério na escolha das nações a chamar para o nosso solo, como se deu em relação a colônia que se inaugurava, citou o muito que tem ganho diversas províncias do Brazil com a colonisação allemã e italiana [...] Resolvendo crear este núcleo colonial só attendeu a considerações de interesse publico na esperança que do exemplo de Barbacena advenham para a provincia os maiores benefícios. Tinha confiança que a transformação do trabalho que em outros paizes tem trazido perturbações, se ha de fazer no Brazil sem abalo da ordem política e material. A época que atravessava o paiz (disse o Sr. ministro) não é de incitações nem de paixões politicas, é de patriotismo, e todos devem concorrer para a prompta e pacifica solução do problema social, que a todos directamente interessa. Concluiu, declarando que Barbacena nada lhe deve, mas sim ao conselheiro Lima Duarte, de quem partio a idea do estabelecimento da colônia inaugurada, confirmando o appello que fazia ao patriotismo de todos o facto de ser o melhoramento que tanto satisfaz á

⁵⁰⁵ Cedida ao Estado de Minas Gerais em 1890, com uma área inicial de 37.802.670,20 m², a colônia foi habitada essencialmente por imigrantes italianos. Cf. Romano (2019: 13).

população, trabalho de dous homens políticos de credos opostos, que se ligaram, tendo unicamente em vista o engrandecimento pátrio⁵⁰⁶.

Parece claro que a premissa de melhoramento da “raça” com a imigração europeia, é destacada como evidência dos benefícios da imigração. O temor das paixões políticas que abalariam o fim do governo monárquico também é notório na notícia acima, especialmente quando o relato destaca a suspensão de diferenças entre os atores políticos visando uma união e desenvolvimento pátrios.

Na segunda fase da Colônia Rodrigo Silva, marcada pela produção industrial da seda nos anos finais da primeira década do século XX, foi preeminente o papel de Amílcar Savassi. Nomeado diretor da localidade em 1898, com bom trânsito entre os oligarcas locais e autoridades políticas, foi o responsável pela implementação da Estação Sericícola de Barbacena. Inicialmente, nos primeiros anos do século XX, incentivou a plantação de amoreira e a criação do bicho-da-seda, além de outras iniciativas agropecuárias⁵⁰⁷. Nos anos seguintes, dedicou-se à conquista de subsídios para compras de maquinário e transporte dos produtos da produção da seda.

Esta articulação de Amílcar Savassi no incentivo da produção de variadas culturas agrícolas (em especial, mudas de amoreira e o cultivo dos óvulos do bicho da seda) teria contribuído, de forma decisiva, para a instalação da Estação Sericícola de Barbacena⁵⁰⁸ –promulgada através do Decreto Nº 9.662, de 10 de julho de 1912.

Estas dimensões diversas que atravessaram fins do século XIX (com a queda do regime escravocrata e a instalação da República) e início do século XX (através dos investimentos na produção industrial) constituem um complexo mosaico, onde se encontram fragmentos disformes de laços identitários, multiculturas, relações de memória, lugar e esquecimento, que refletem diferentes matizes a serem mais bem

⁵⁰⁶ Grafias transcritas do original. Grifos nossos. Cf. *Jornal do Agricultor*. ANO IX – TOMO XVIII – N.459. 15 de abril de 1888, p.235. Grifos nossos.

⁵⁰⁷ Cf. Savassi (1991: 208).

⁵⁰⁸ A fábrica foi construída na Fazenda Registro Velho, antiga residência do Inconfidente Padre Manoel Rodrigues e importante ponto de parada. Como o próprio nome sugere, era local de “registro” do ouro que seguia na Estrada Real com destino ao Rio de Janeiro.

esclarecidos pela historiografia. É mirando nestes pontos, de forma a interpretá-los, que esse artigo se propõe.

Antes de nos determos, mais detalhadamente, nestes aspectos, convém-nos fazer o percurso histórico destas discussões.

1. A identidade como processo

Quando a chamada Pós-Modernidade revelou que a força motriz da identidade tinha como elementos vitais a palavra e a ação, a ideia de um sujeito uno foi desmistificada. Como muito bem argumenta Hall (2015: 12), se no Iluminismo a concepção de identidade era calcada no sujeito centrado, dotado de uma capacidade racional, e, posteriormente com a Estrutura, descobriu-se o homem sociológico – ainda imanente e inalterável, mas formado “na interação entre o eu e a sociedade” – na Pós-Modernidade, há um deslocamento, ou imprecisão destas qualidades. O sujeito passa a não ter uma, mas várias identidades, muitas vezes contraditórias e mal-resolvidas. “O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático” (Ibid.: 2015: 12). Com a identidade sendo definida, historicamente, e não mais biologicamente, o sentimento de pertença destes indivíduos também é abalado. Esta percepção afetou, diretamente, a conformação simbólica dos Estados modernos. Se outrora as culturas nacionais tinham a função de organizar, “tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (Ibid.: 51), criando e dando sentidos (territorial e linguístico) às identidades, com a globalização, esta unidade se quebra, pois o que se impõe é a superação das fronteiras do tempo e do espaço.

Com a Pós-Modernidade, povos em todo o globo se tornaram mais integrados, interconectados na criação de novas e complexas experiências de sociabilidade entre os sujeitos. De fato, a globalização “não é um simples processo de homogeneização, mas de reordenamento das diferenças e desigualdades, sem suprimi-las: por isso, a multiculturalidade é um tema indissociável dos movimentos globalizadores”, salienta Canclini (2006: 11). O mesmo fenômeno é observado por Benedict Anderson, em “Comunidades Imaginadas”. Para o cientista político, a ideia de nação não seria mais do que uma formulação simbólica coletiva,

[...] porque mesmo os membros das menores nações nunca irão conhecer a maioria dos seus companheiros, encontrá-los, ou mesmo ouvi-los, ainda que nas mentes de cada um exista a imagem da comunhão deles [...]. De fato, todas as comunidades maiores que as vilas de contato cara-a-cara (talvez mesmo nestas) são imaginadas. Comunidades devem ser distinguidas, não por sua falsidade/autenticidade, mas pela forma como foram imaginadas (ANDERSON, 1983: 6).

O arquétipo de nação que surgiu na Modernidade através de certas tecnologias administrativas guiadas pela racionalidade, que demarcavam fronteiras e promovia determinadas práticas culturais, entra em crise na globalização. Neste mesmo fio, Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1997) argumentam que estas práticas conformadoras de identidades nacionais são, na verdade, tradições inventadas, que se definem como um conjunto de práticas, geralmente reguladas por regras ou convenções sociais, ou conformações simbólicas como o culto aos heróis ou ritos cívicos que visam “inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (HOBSBAWM; RANGER, 1997: 9).

Essa ligação, em princípio, unificadora das nações, entra em um certo tipo de colapso com o advento da globalização, já que o contato com outras culturas amplia as possibilidades de construção de identidades abertas, multiétnicas, políglotas, mescladas, sem demarcações muito definidas. Em outras palavras, isso implica que as nações deixaram de ser os principais referenciais dos sujeitos na elaboração dos processos identitários. Pensada sob o signo da provisoriedade, a identidade não é mais estática, está sempre em construção, em um “[...] processo de aproximação e distanciamento”, nas palavras de Hall (2015: 110). Nesta acepção, já não é mais possível pensá-la como consolidada ou definida. Este mesmo sentido é apreendido por Jöel Candau (2012: 9) em “Memória e identidade”. No ensaio antropológico, a identidade se aproxima, muito mais, de uma construção social, moldada pela diferença, “[...] de certa maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dialógica com o outro”. De forma mais enfática, Hall (2015: 21) amplia essa crise, ao argumentar que,

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de ‘diferença’.

Com esse pressuposto, o teórico jamaicano prefere usar o termo “identificação”, no lugar de identidade, já que a primeira se articula no âmbito do discurso – construindo fronteiras simbólicas – através da diferença. Desta forma as identidades seriam posições temporárias que o sujeito assumiria, mesmo tendo em mente que seriam apenas representações simbólicas (HALL, 2015). Esse sistema de interação aventaria a necessidade da elaboração discursiva das identidades na chamada Pós-Modernidade, em que os discursos culturais serviriam de âncoras no processo de identificação.

A memória seria neste sentido, antes se mais nada, “a identidade em ação”, nas palavras de Candau (2011: 18) ou um “[...] conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”, no preciso dizer de Le Goff (2003: 419).

2. A memória como chave de acesso à história:

Maurice Halbwachs em sua obra, “A memória coletiva” (2013) insere-a como a principal chave de compreensão do presente. Para estruturar o seu pensamento, o teórico distingue memória coletiva, de memória individual. Nesta última, o passado é organizado em torno de uma determinada pessoa ou fato, em uma espécie de “enquadramento” do indivíduo, para usarmos emprestado um termo de Candau (2011). Quanto à primeira, as lembranças seriam, também parciais, porém, limitadas às experiências e vivências partilhadas de um determinado grupo ou sociedade (HALBWACHS, 2013). Estas duas dimensões da memória não se encontrariam separadas, antes, se articulariam para evocar o próprio passado, já que, para acessar às próprias lembranças as pessoas precisariam recorrer às memórias de outras. Este movimento deslocaria, assim, pontos de referência, de forma que as pessoas tomariam emprestado, ideias e palavras de seu ambiente. “A memória se enriquece com as contribuições de fora que depois de tomarem raízes e depois de terem encontrado seu lugar, não se distinguem mais de outras lembranças”, esclarece Halbwachs (2013: 98). Neste sentido, a memória não corresponderia à história, antes à representação ou reconstrução atualizada do passado (BERGSON, 2006; CANDAU, 2011).

Sob esta ótica, a “verdadeira” memória seria a individual, enquanto que, a coletiva, mais se aproxima de uma representação, ou metamemória, “[...] um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo” (CANDAUI, 2011: 24). Aí, talvez, estaria a força da memória familiar, no fato de superar, muitas vezes, os laços folgados, corrigindo-os pela criação de nós de solidariedade, vinculando os sujeitos aos seus descendentes.

A questão fundamental que se coloca, a partir de então, é o caráter de utilidade da memória neste processo de enquadramento, em que o indivíduo seleciona determinadas imagens segundo a própria ótica, destacando algumas e ignorando outras, evidenciando fatos e significados, silenciando tantos outros. É a memória que permite a atuação do passado no presente, por meio das lembranças. Fonte de referentes identitários, reconfiguração das identidades, autoriza o sujeito a se apossar de imagens do passado para consolidar uma nova posição identitária no presente (CANDAUI, 2011).

Uma vez que a memória atua na construção dialética entre lembrança e esquecimento, o caráter seletivo implica uma negociação e organização dos fatos pelos indivíduos, que escolhem, em certa medida, o que deverá ressurgir do passado (POLLACK, 1992). Rememorar, neste sentido, seria ir além da aparente transposição do passado para o presente, constituiria antes, um instrumento de inúmeras revisões, reavaliações, autoanálise – caminho ao encontro da identidade (CANDAUI, 2006). Como argumenta Pollack, as histórias de vida,

[...] devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais. Por definição reconstrução a posteriori, a história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência. Além disso, ao contarmos nossa vida, em geral tentamos estabelecer uma certa coerência por meio de laços lógicos entre os acontecimentos-chaves (que aparecem então de uma forma cada vez mais solidificada e estereotipada), e de uma continuidade, resultante da ordenação cronológica. Através desse trabalho de reconstrução de si o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros (POLLACK, 1989: 13).

Não seria ousado demais dizermos que, neste processo, o próprio sujeito se modificaria com o tempo e seu ponto de vista se transformaria em relação ao passado, uma vez que, no decorrer dos anos, as imagens-lembranças já não se traduziriam as mesmas. Isso decorre do fato de que, ao reconstruir o passado, os indivíduos utilizam-se

de dados emprestados do presente, e por meio dele, buscam esclarecer imagens, já bem alteradas, de outrora (HALBWACHS, 2013).

Apesar de reconhecer que a faculdade humana de lembrar pode ser influenciada por fatores externos, isso não a tornaria uma memória coletiva. No lugar desta expressão, Candau (2011) considera mais adequado utilizar o conceito, “marcos sociais da memória” – termo cunhado pelo próprio de Halbwachs (2013) – já que, na visão do crítico, não existiria uma memória estritamente coletiva ou individual. Memória e identidade estariam assim, imbricadas, reforçando-se, mutuamente, em laços indissociáveis, até, quiçá, uma dessas amarras se dissocie. Destarte, não existe “[...] busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente” (CANDAU, 2011: 19).

Talvez, pensando em perpetuar estes elementos simbólicos, deixando-os, ao mesmo tempo, encerrados, e a ponto de serem despertados, a qualquer instante, os homens elegeram os lugares de memória. Nestes locais, passado e presente se encontram: as lembranças são então alocadas, depositadas como “restos” – qualifica Pierre Nora (1993: 12). Esta característica seria própria da memória moderna, que é registradora e delega “[...] ao arquivo o cuidado de se lembrar por ela e desacelera os sinais onde ela se deposita, como a serpente sua pele morta” (NORA, 1993: 15). Nesta perspectiva, salienta o historiador francês, os lugares de memória já não são memória, mas história:

[...] a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (NORA, 1993: 22).

A captura da memória, assim, seria impossível, já que as distorções, ou mesmo o esquecimento, são parte da natureza do homem. Por esse motivo a memória se encontraria sempre aberta a uma espécie de “dialética da lembrança e do esquecimento” (NORA, 1993: 9), em posição, constantemente, vulnerável a usos e manipulações, constituindo-se, assim, em afetiva e mágica, não se apegando a detalhes que a mitigam, buscando antes, nutrir-se de “[...] lembranças vagas, telescópicas, cenas, censura ou projeções” (NORA, 1993: 9).

O percurso conceitual de identidades e identificação na chamada Pós-Modernidade proposto neste artigo visou nutrir o debate, contextualizar e problematizar as relações entre passado e presente, memória e esquecimento, tradição e ressignificação de um possível legado cultural que teria sido herdado pelos descendentes de italianos na Colônia Rodrigo Silva em Barbacena, Minas Gerais. Teriam eles herdado práticas culturais ou tradições dos seus antepassados? Como essas memórias se revelariam neste acesso do passado, no presente? De que forma se conformam, atualmente, as identidades? Como ocorre o processo de identificação? De que forma se estrutura a multiculturalidade?

3. Metodologia:

Para enfrentarmos estas questões, fizemos a opção metodológica da história oral, que, como argumenta Alberti (2005) se tornou uma importante abordagem de pesquisa para o historiador em meados do século XX. O método consiste na realização de entrevistas gravadas com sujeitos que participaram ou testemunharam fatos ou conjunturas, tanto do passado, quanto do presente. Neste sentido, a escolha metodológica nos permitiu selecionar e ordenar os procedimentos deste trabalho (ALBERTI, 2005) de forma que pudéssemos estabelecer um diálogo com a literatura pertinente ao tema – elencada nos tópicos anteriores – com os conceitos de identidade e identificação, memória e esquecimento, lugares de memória e invenção da tradição.

A escolha deste objeto de pesquisa se deve ao fato de Barbacena ser a primeira experiência de imigração italiana em Minas Gerais: a Colônia Rodrigo Silva, inaugurada em 15 de abril de 1888, pelo então ministro da Agricultura de D. Pedro II, que emprestou seu nome à localidade. A hipótese central é que a imigração italiana em fins do Séc. XIX e início do Séc. XX teria deixado um legado ou herança de práticas culturais (de origem europeia) aos seus descendentes.

Neste percurso, através da pesquisa exploratória, entramos em contato, no mês de março de 2019, com alguns moradores que indicaram, ao todo, dez possíveis fontes orais. Contactamos por telefone e tentamos encontrá-las nos endereços repassados, mas não

obtivemos sucesso. A Secretaria Municipal de Cultura de Barbacena-MG⁵⁰⁹ e a Casa D'Itália também nos sugeriram algumas fontes que estariam presentes na X Feira Italiana de Barbacena, de 11 a 14 de abril, daquele mesmo ano. Na festividade, conseguimos abordar cinco pessoas que, inicialmente, se mostraram abertas e interessadas em contribuir no trabalho – o que não se confirmou nos contatos subsequentes das semanas seguintes. Procuramos ainda três descendentes de italianos, tradicionais e renomados comerciantes na cidade, mas não conseguimos fechar as entrevistas após diversas marcações e remarcações de encontros ao longo de 2019.

Estas dificuldades, características da dinâmica das fontes orais, talvez confirmem também, em alguma medida, a observação de Pollak (1992: 13) quando alerta que “[...] uma pessoa a quem nunca ninguém perguntou quem ela é, de repente ser solicitada a relatar como foi a sua vida, tem muita dificuldade para entender esse súbito interesse”.

Após uma certa insistência nos meses seguintes e nova consulta aos integrantes da Casa D'Itália⁵¹⁰, chegamos à indicação de seis fontes orais que aceitaram gravar as entrevistas em outubro e novembro de 2019, sendo: 4 (quatro) integrantes da família Viol (depoimentos registrados durante o 2º encontro anual familiar); um da família Discacciatti; e um da família Bertola. Segue abaixo a discussão destes relatos, à luz da literatura discutida neste trabalho.

4. Corpus de análise: as histórias dentro das memórias

Hall (2015) argumenta que a nacionalidade é uma das principais formadoras de identidades, influenciando, tanto nosso agir, como a percepção que temos de nós mesmos. É o que podemos verificar na entrevista com Tairini Bertola, professora universitária.

⁵⁰⁹ O historiador Jorge Ferreira, diretor do Museu Municipal de Barbacena, foi um importante colaborador desta pesquisa. No museu, há um vasto arquivo de documentos, fotos e objetos que remontam à colonização italiana na cidade, o qual tivemos acesso para as investigações iniciais deste trabalho.

⁵¹⁰ É importante destacarmos a relevante colaboração de Eliane Savassi, filha de Altair Savassi e neta de Amílcar Savassi – italiano que empreendeu a estação sericícola de Barbacena. Ela contribuiu nesta pesquisa fornecendo documentos e informações importantes. Iríamos realizar entrevistas com seus familiares – o que não foi possível em virtude do adoecimento e falecimento de sua mãe no final de 2019.

Neta de italianos, elege algumas características atribuídas àquele país, que estariam presentes em sua família.

O jeito de falar alto, de sangue quente. Acho que isso é uma característica de italiano, de ser sangue quente, falar alto, discutir e já conversar de novo. A minha família tem isso de discutir bastante. Mas todo mundo se ama, se ajuda, mas sempre rola uma discussão. Minha mãe, meus tios, são brancos [...]. Minha mãe é loira do olho verde e eu não, porque meu pai é moreno. Você encosta o dedo na minha mãe e ela até marca e isso acho que é da origem dela, bem italiana mesmo⁵¹¹.

Estes sentidos, ou supostos atributos dos italianos, elencados pela entrevistada, como a cor da pele branca, olhos claros e o jeito de falar alto, compõem as características construtoras de uma identidade – no caso a italiana, que seria distinta da brasileira. A comprovação de uma origem no Velho Continente estaria expressa, não apenas, no sobrenome “Bertola”, mas nos traços físicos de distinção, ou mesmo na linguagem eloquente, no “falar alto” dos italianos. Quanto a esta perspectiva, é importante ressaltarmos que a política imigratória do estado de Minas em fins do século XIX com a instalação de colônias, como a de Rodrigo Silva, em Barbacena, endossa a tese de que houve um processo de “embranquecimento” da população.

A característica multiétnica, migrante, oriunda da mesclagem de várias culturas, de acordo com Canclini (2006) abalou qualquer possibilidade de se pensar em identidades estáveis, consolidadas. Essa “mistura” é bem evidente no relato de Mary Discacciatti, historiadora, entrevistada neste trabalho. Perguntada se havia uma maior identificação com o Brasil ou com a Itália, respondeu:

Eu me sinto mais brasileira, lógico, porque eu nasci no Brasil, eu amo meu país. Mas o meu coração tem um carinho, um amor pela Itália. Por quê? Porque eu sou descendente de duas pessoas, o vovô Celeste e a esposa dele, vovó Batistina, que foram os pais do meu pai, Luis Discacciati. Eu fico emocionada porque onde é hoje a sede da Casa de Itália era do meu avô, a casa dele ainda está lá até hoje. Então sinto carinho e tenho o sonho de conhecer a Itália. O sangue é brasileiro, porque nasci em Barbacena, Minas Gerais, Brasil. Mas aquele amor e carinho pela Itália, é a minha origem. E eu sinto muito orgulho da minha origem⁵¹².

⁵¹¹ Entrevista concedida por Tairini Bertola em 12 de agosto de 2019.

⁵¹² Entrevista concedida por Mary Discacciatti em 15 de agosto de 2019.

A identificação também é evidente nas palavras das irmãs Vera e Velir Viol. A primeira, ao ser indagada sobre o que a fazia sentir esta ligação, respondeu, de forma franca: “A gente sente, é impressionante, a gente sente que é o povo da gente, a gente não pode ver nada da Itália, que fale da Itália, você sente que é sua família, e olha que nós somos a terceira descendência... Bisa, vô... Não! Quarta!”⁵¹³. Este reconhecimento de certas qualidades italianas, também é demonstrado por Velir:

Eu senti isso na pele eu estive na Itália durante um tempo e eu me senti em casa, totalmente em casa, eu não sei a língua italiana como eu disse, meus pais não ensinaram a gente. Mas eu conseguia entender com as pessoas, assim na compra (sic), nos passeios. Assim... Eu conseguia entender, e neles eu me via em família, é a coisa mais impressionante! E eu procurei passar o pouco que a gente tem disso para os meus filhos. Aí meu filho, quando foi pra Itália, também se identificou, tanto é que ele ficou lá uns anos e depois foi para a Alemanha, mas [...]. Minha filha também que tá lá, ela (sic) quer morar na Itália porque eles se identificam com os italianos, entendeu? Parece que é gente nossa, nossos hábitos, parece que é aquele jeito nosso!⁵¹⁴

A evocação à origem italiana marca um aspecto importante destacado por Hall (2015) que diz respeito à provisoriedade, que advém, não tanto, da plenitude das identidades, mas à sua falta de inteireza. Isso pôde ser observado na fala do senhor João Viol, que nos recebeu durante o II Encontro Anual da família Viol. Ao abordar sobre a “Feira Italiana de Barbacena”, que acontece há dez anos na Colônia Rodrigo Silva, desabafou:

A marca que mais ou menos ficou, (sic) de vez em quando eles fazem aí é a festa italiana, reunião como essa que você tá vendo hoje aí no campinho aqui na colônia. De vez em quando tem uma festinha italiana aí mas eu gostaria que por exemplo, nessa festa italiana que eles promovem aí, viessem algumas pessoas da Itália. Mas não vem ninguém, então fica uma coisa que eu nem

⁵¹³ Entrevista concedida por Vera Viol em 8 de outubro de 2019.

⁵¹⁴ Entrevista concedida por Velir Viol em 8 de outubro de 2019.

participo muito, porque não tem ninguém de lá pra gente saber como que é (sic) e nem eles sabem como é aqui!⁵¹⁵

Os depoimentos reforçam a perspectiva de Hall (2015) quando argumenta que, as identidades, são pontos de apego temporário, posições que os indivíduos têm que assumir, mesmo sabendo que, muitas vezes, correspondem a representações. É o que podemos observar na memória familiar de Tairini Bertola, manifestada pela lembrança de uma receita de família:

De lembrança de tradições da família, eu me recordo [...] do pãozinho italiano, que fazemos todo o Natal. A receita é da mãe da Ida, minha bisavó, que passou para a Ida, que passou para a minha vó e para minha mãe. [...]. Quando a gente era criança, a gente ficava louca para chegar o Natal para poder comer o pãozinho. O especial é ter ele, só naquela data, ele não tem nada demais, é simples. Mas era tão legal esperar chegar o Natal para a avó fazer o pãozinho [...]. A gente adorava! Ele é tipo uma baguete: ela fazia a mais e cada filho levava um pouco pra casa e (sic) minha mãe costumava dividir, senão dava briga lá em casa⁵¹⁶.

Como salienta Candau (2011), a recordação familiar é um laço forte, elo, para além das ligações, aparentemente, distendidas, que conecta o indivíduo às solidariedades invisíveis e imaginárias dos seus ascendentes.

Isso nos faz refletir sobre as lembranças individuais e compartilhadas. Para Halbwachs (2013), estaria no passado – que é guardado em torno de uma pessoa – a memória individual. Se, por outro lado, as recordações se distribuem e são compartilhadas dentro de um grupo ou comunidade, têm-se então a memória coletiva ou social. Como se segue neste diálogo registrado das irmãs Viol, ao falar de seus avós:

Velir Viol: E te digo viu. Trabalharam! E acho que a gente tem um pouco disso porque a nossa vida é só trabalho, a gente tem o hábito de trabalhar e esquecer de tudo.

⁵¹⁵ Entrevista concedida por João Viol em 8 de outubro de 2019.

⁵¹⁶ Entrevista concedida por Tairini Bertola em 12 de agosto de 2019.

Vera Viol: E essa agricultura veio deles. Veio deles [...]. Porque o brasileiro não sabia como plantar.

Entrevistador: E o que eles plantavam?

Vera Viol: Tudo, todo tipo de verdura, todos os tipos de legume, muito milho, feijão, frutas.

Velir Viol: E plantávamos alho, muito [...]. Nossa infância praticamente plantando alho, cebola e verduras (sic). Tudo! Tudo o que é de feira⁵¹⁷.

Novamente, observamos, uma certa tentativa de distinção, entre o que seriam as qualidades do povo italiano e do brasileiro. As características mais positivas parecem, neste diálogo, mais próprias do europeu (dado ao trabalho, conhecedor da agricultura), enquanto que, aos nativos daqui, caberiam o papel de serem ensinados, treinados a produzir. Ainda é possível verificarmos como a memória coletiva, na perspectiva de Halbwachs (2013), se mantém nos limites da família e retém, de certa forma, do passado, somente aquilo que ainda “está vivo” ou que é capaz de sobreviver na consciência desse grupo – neste caso, as recordações ligadas ao trabalho aprendido na infância das irmãs Viol.

Se a memória é, “acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, [e nada] mais do que uma reconstituição fiel do mesmo”, como nos ensina Candau (2011: 9), ela está diretamente ligada à seleção ou ao enquadramento de fragmentos. Esta predileção a fatos específicos, encontra-se presente no relato de Isaura Viol Puiati, ao se referir à vida que levava na antiga fazenda, atualmente dividida em diversos terrenos, sendo um deles, o sítio onde ocorreu em 2019, o segundo Encontro Anual da Família Viol.

Isaura Viol: Aqui era uma fazenda antiga, e a gente trabalhava muito na roça, não tinha empregado, nós éramos escravos da fazenda (sic), então nós tivemos uma vida bem difícil.

Entrevistador: E no que vocês trabalhavam?

Isaura Viol: Em uma roça mesmo, fazendo de tudo: cuidava de criação, puxava lenha da lenheira, cuidava da horta, (sic) tinha muita criação (sic), então a gente cuidava de tudo, eram (sic) nós mesmos. A gente levantava mais ou menos 3h30, 4h da manhã pra poder fazer um café, uma alimentação pros outros irmãos (sic) que iam tirar leite, porque 7h, no máximo, o leite tinha que estar

⁵¹⁷ Entrevista concedida pelas irmãs Velir e Vera Viol em 8 de outubro de 2019.

aqui pra gente entregar na cidade. Então a gente ia num cavalo, (sic) depois veio uma carrocinha, aí da carrocinha passou pra uma charrete. A gente ia entregar leite todo dia, e duas vezes por semana a gente colhia verdura, as coisas (sic) e ia vendendo nas casas. A gente andava nas casas gritando "leiteiro" "verdureiro" – era assim. Mas nossa vida foi assim, e a gente casou muito novo (sic), saiu pra casar assim as moças, entre 16 e 17 anos, a gente casou muito novo (sic), mas era uma vida de amor, carinho⁵¹⁸.

A infância apresenta-se, novamente, como um lugar onde as recordações estão mais arraigadas: o trabalho duro na roça, o despertar cedo da cama, a evolução do transporte (do cavalo para a charrete), os costumes que impunham um casamento precoce... Todos estes marcos da memória “puxados” pela entrevistada revelam, certas frestas, que indicam os limites ou enquadramentos das lembranças alimentadas por vagas e censuradas projeções, como indica Nora (1993).

Uma característica ampliada na Modernidade, e especialmente na chamada Pós-Modernidade, é a eleição dos lugares de memória, que consistem em locais onde são depositados valores simbólicos atribuídos a certos indivíduos, instituições ou costumes e feitos de uma determinada época. A preocupação central destes espaços é evitar o esquecimento ou apagamento dessas memórias. Inaugurada em 2003, a Casa D'Itália de Barbacena, tenta, em alguma medida, preservar o passado. A sede inaugurada reúne descendentes de italianos e possui um arquivo de fotos e documentos (jornais, diários, anotações e lavraturas) que buscam registrar as memórias da colonização italiana. Como explica Mary Discacciatti, que é também secretária da instituição:

O objetivo principal é manter a tradição italiana em Barbacena. Todo ano, dia 15 de abril, dia da inauguração da Colônia Rodrigo Silva em 1888, a gente faz a festa do imigrante italiano. Gostamos de fazer na colônia porque foi ali que tudo começou. E hoje nós temos nossa sede própria na Rodrigo Silva⁵¹⁹. O objetivo principal é não perder esse contato cultural, lúdico, a gente não pode perder esse contato. Então a Casa D'Itália existe pra isso: para manter o intercâmbio com o Consulado de Belo Horizonte e até mesmo com a Itália. É

⁵¹⁸ Entrevista concedida por Isaura Viol em 8 de outubro de 2019.

⁵¹⁹ A sede própria da Casa D'Itália foi inaugurada durante a X Feira Italiana de Barbacena em abril de 2019 e está situada à Rua Pedro Bergamaschi, número 51 – Colônia Rodrigo Silva.

o caso da cidadania italiana. Lá na Casa D'Itália nós orientamos e encaminhamos para o Consulado. Tudo é feito lá⁵²⁰.

Como podemos observar, a Casa D'Itália busca, não apenas, ser um local onde se depositam memórias, mas também um elo da articulação do passado com o presente, que ultrapassa a intenção do simples registro. Como esclarece Mary Discacciatti:

[...] estamos fazendo uma campanha para podermos ter sócios. A gente quer oferecer mais, não só a festa de 15 de abril. Mas para isso (sic) denota dinheiro, finanças [...]. Então estamos convidando descendentes de italianos, barbacenenses e região para que possam ser sócios. O objetivo da Casa da Itália (sic) é esse. Não perder o elo com a Itália⁵²¹.

Nora (1993: 9) é um duro crítico dos lugares de memória. Para o teórico, não é possível capturar a memória, pois ela está sempre “aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”, e por ser inconsciente, está sujeita a todo tipo de usos e manipulações. De forma mais acintosa, alerta que, “desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história” (NORA, 1993: 7).

A tentativa de manter o elo com a Itália, como demonstrado acima, pode, por outro lado, apontar um aspecto negativo: o da tradição inventada, que, no dizer de Hobsbawn e Ranger, compreende-se por:

[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras, tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWN; RANGER, 1997: 10).

Na décima edição da Feira Italiana de Barbacena, realizada de 11 a 14 de abril de 2019, observamos, presencialmente, o que pode ser, uma certa incongruência na tradição

⁵²⁰ Entrevista concedida por Mary Discacciatti em 15 de agosto de 2019.

⁵²¹ Entrevista concedida por Mary Discacciatti em 15 de agosto de 2019.

calcada na Itália. No domingo, dia 14, a festa contou com a apresentação do grupo de dança italiana, *Tarantolato*, da cidade de Juiz de Fora-MG. Na exibição, músicas e vestimentas remetiam à cultura italiana. Ocorre, porém, que estas danças não fazem parte da prática cotidiana da Colônia Rodrigo Silva. A performance parecia mais querer despertar um interesse dos moradores ou confirmar certas qualidades atribuídas à cultura italiana⁵²². O mesmo pôde ser observado na culinária. O “Almoço Italianíssimo” descrito no cartaz de divulgação da festa, oferecia uma certa variedade de massas típicas da Itália, porém, ofertou outros cardápios, que nada tem a ver, com cozinha italiana como: porções de fritas, carne na chapa, espetinho – isso sem falar do vinho que era chileno.

Como salienta Hobsbawn e Ranger (1997), na medida em que se faz referência a um passado através da repetição (quase obrigatória) – estas “inovações” tendem a se artificializar: “[...] inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas, tanto do lado da demanda, quanto da oferta” (HOBSBAWN; RANGER, 1997: 13).

Se rememorar é representar, “mais do que simplesmente conservar o passado, essa memória [também] o encena, prolonga seu efeito útil até o momento presente”, como destaca Bergson (2006: 89). Essa imbricação, muitas vezes, ocorre por meio de uma entrada, forçada, de certos elementos simbólicos, apropriados do passado pelo presente. Como podemos observar no diálogo abaixo:

Entrevistador: Agora uma curiosidade. Estou tô (sic) vendo que vocês estão com uma camisa da família Viol e tem um brasão. Vocês saberiam me dizer o significado?

Vera Viol: Isso foi pesquisado na internet que lá da Itália na nossa família tem esse brasão.

Entrevistador: Agora, não sabia (sic) por quê?

Velir Viol: Eles pesquisaram bastante e encontraram este brasão, com este símbolo.

Vera Viol: Mas não sabe o significado... Porque (sic) isso.

⁵²² Outro ponto que converge ao conceito de “invenção da tradição” é a concessão do título de “Italiano Vero” que ocorre anualmente durante a Feira Italiana. A premiação consiste na entrega de um certificado com o nome da pessoa escolhida para receber a titulação como forma de agradecimento aos serviços prestados à comunidade.

Velir Viol: A gente ainda não sabe⁵²³.

O brasão é utilizado nas camisetas e adesivos distribuídos durante o encontro anual da família Viol⁵²⁴ e traz a armadura de um cavaleiro em meio a duas águias dispostas acima e abaixo. Diante do exposto, inclinamos a supor que, o referido emblema, corresponde a uma certa invenção da tradição, como aponta Hobsbawm e Ranger (1997). A memória, quando posta em ação, busca criar elos entre o passado e o presente, fazendo releituras e revisões que buscam dar um novo sentido a estes signos. O trabalho de organização da memória, sujeito a atualizações, mostra ainda que, não somente, o próprio sujeito muda com o tempo, mas a sua percepção diante dos fatos também se altera. O passado não é mais referenciado como um uno, intocável. O presente impõe a construção de novos laços com este passado. Pela rememoração, os sujeitos – no preciso dizer Pollak (1989), organizam a própria história.

Considerações finais

Este artigo buscou discutir, pela abordagem da história oral, as relações da memória com as prováveis características identitárias de alguns dos descendentes das famílias de imigrantes italianos da Colônia Rodrigo Silva em Barbacena-MG, inaugurada em 1888. Como relatamos anteriormente, a experiência, pioneira em Minas Gerais, no reinado de D. Pedro II, teve um ciclo imigratório, que durou até, as primeiras décadas do Século XX, alternando, em um primeiro momento, de uma economia, essencialmente agrária e de subsistência, para a produção industrial da seda com a inauguração da Estação Sericícola de Barbacena em 1912 pelo italiano Amílcar Savassi. A hipótese central que guiou a pesquisa (de que os descendentes haviam herdado tradições, processos e hábitos culturais

⁵²³ Entrevista concedida pelas irmãs Velir e Vera Viol em 8 de outubro de 2019.

⁵²⁴ O Brasão é utilizado, desde 2018, ano do Primeiro Encontro da Família Viol em Barbacena-MG.

que remetiam à Itália, desencadeando em práticas e saberes que estariam presentes até os dias atuais) não se confirmou totalmente.

Tendemos a reconhecer estes resultados nas evidências que apontaram o pouco interesse das várias das fontes orais consultadas para revelar essas possíveis práticas de um legado da imigração italiana, nas memórias coletivas muito ligadas aos núcleos familiares – sem uma conexão mais clara e compartilhada com os demais moradores da Colônia Rodrigo Silva, e na própria Feira Italiana, que declina a uma perspectiva muito mais próxima do que seria uma invenção da tradição do que a continuidade ou manutenção de práticas culturais herdadas pelos ascendentes europeus.

O estudo também revelou que o nacionalismo é uma dimensão, a todo tempo, tensionado entre os descendentes. No limite, a identidade brasileira, se enfraquece à medida que a trajetória dos antepassados italianos é percorrida. Tendemos a acreditar, ainda, que há, muito mais, um processo de identificação, do que de identidade, propriamente dito. Estes elementos vão ao encontro dos pressupostos de Hall (2015) de que estas fronteiras já não são mais demarcadas na chamada Pós-Modernidade. As qualidades ligadas ao trabalho e à gastronomia, revelaram os entrevistados, têm origem na ligação italiana, enquanto o Brasil, o lamento pela pouca disposição ou despreparo para o labor. As memórias se apresentam, neste sentido, muito mais, como uma reconstrução atualizada do passado, do que uma reconstituição fiel do mesmo (CANDAU, 2011). A referência à infância dura, de trabalho pesado, ou mesmo, na culinária aprendida pelos imigrantes, se apresentam como os principais elos de conexão do passado que justificam o presente.

A iniciativa da Casa D'Itália em preservar este passado como um lugar de memória pode ser um caminho importante para conservar as lembranças e vestígios da colonização italiana e promover o encontro das memórias dos descendentes de italianos em Barbacena-MG. No entanto, seria preciso, talvez, uma certa cautela, para não acabar incentivando certas práticas (manifestamente, na culinária, na dança e adornos) que não possuem descendência ou que não compõem a tradição dos herdeiros dos imigrantes na cidade mineira.

As identidades podem ser comparadas às fronteiras: demarcam os limites da cultura ou práticas de um povo. Por outro lado, são nestes limites que ocorrem as interações entre passado e presente, memória e esquecimento, tradição e invenção, palavra e ação. É ao direcionamento da tensão das fronteiras que este trabalho se dirigiu, na busca de compreender, em alguma medida, pelos relatos orais dos descendentes de italianos da Colônia Rodrigo Silva em Barbacena-MG, estas dimensões. Este é apenas um dos enquadramentos possíveis. Outros tantos olhares seriam necessários para uma compreensão da qualidade destas fronteiras: estariam mais próximas dos limites imaginários ou mais visíveis nos marcos sociais das memórias que as compõem?

Referências

ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

ANDERSON, Benedict. **Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism**. New York: Verso, 1983.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos – Conflitos multiculturais da globalização**. Trad. Mauricio Santana Dias. Rio de Janeiro. Ed. Uerj, 2006.

CANDAU, Joël. **Antropología de la memoria**. Trad. Paula Mahler. Buenos Aires: Nueva Visión, 2006.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória – Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro (trad.). 12ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina. 2015.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **Memória e História**. 5.ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

ROCHA, Ilana Peliciari. **Imigração Internacional em São Paulo: Retorno e Reemigração, 1890 – 1920**. *Dissertação (Mestrado em História)* – Departamento de História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ROSA, Lucas Brandão Pereira; NICOLI, Sandra; SIQUEIRA, Sueli; SANTOS, Mauro Augusto dos. **A Presença Italiana em Minas Gerais a Partir do Século XIX**. *Revista Brasileira de Educação e Cultura* – Centro de Ensino Superior de São Gotardo, Número XIV, Jul-dez, p. 114-130, 2016.

SAVASSI, Altair José. **Barbacena 200 anos**. V.1, Ed. Lemi S.A, BH, p. 267-268, 1991.

Secção de Simpósios Presenciais

Comunicações Livres

NEGACIONISMO DA ESCRAVIDÃO: APROPRIAÇÃO E DETURPAÇÃO DAS NARRATIVAS HISTÓRICAS NOS ARTIGOS DO BRASIL PARALELO

Bianca de Sá⁵²⁵

RESUMO: Este trabalho se propõe a realizar uma análise das deturpações históricas pela “Brasil Paralelo”, em especial o negacionismo da escravidão praticado pela empresa, que são proferidos a fim de deslegitimar a luta antirracista. O principal objetivo foi identificar e desmentir as farsas do artigo “Escravidão no Brasil, entenda o regime escravocrata desde sua origem até a abolição”, através dos estudos mais recentes da historiografia comprometidos com os métodos científicos e fontes. Além disso, o trabalho destacou que a desmistificação dessas narrativas negacionistas se faz necessária, já que esses conteúdos tem um grande acesso entre o público comum, que não é comumente atingido pelos trabalhos de historiadores.

Palavras-Chave: Brasil-Paralelo, Negacionismo da Escravidão, Deturpação Histórica.

ABSTRACT: This work proposes to carry out an analysis of the historical misrepresentations by “Brasil Paralelo”, in particular the denial of slavery practiced by the company, which are uttered in order to delegitimize the anti-racist struggle. The main objective was to identify and deny the farces of the article “Escravidão no Brasil, entenda o regime escravocrata desde sua origem até a abolição”, through the most recent studies of historiography committed to scientific methods and sources. In addition, the work highlighted that the demystification of these denialist narratives is necessary, since these

⁵²⁵ Graduanda em História na Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: biancaribeirodesa@gmail.com

contents have great access among the common public, which is not commonly reached by the works of historians.

Key words: Parallel Brazil, Negation of Slavery, Historical Misrepresentation.

INTRODUÇÃO

A Brasil Paralelo é uma grande empresa, fundada em 2016 por figuras auto-intituladas da “nova direita”, no contexto do golpe contra a ex-presidenta Dilma Rousseff. Segundo Mayara Santos, essa empresa nasce com o intuito de resgatar valores conservadores e se opor aos partidos e movimentos de esquerda e da mídia tradicional, defendendo a história considerada “verdadeira”, que, segundo os mesmos, é ocultada pela esquerda (SANTOS, 2021). Para isso, produzem documentários direcionados ao público jovem de direita, através do *YouTube*.

Diversos documentários a respeito de momentos históricos foram produzidos com a finalidade de apresentar a considerada História “verdadeira”. Sobre a escravidão foi produzido um documentário, que se transformou em texto publicado no *site*. A Brasil Paralelo apresenta o tráfico dos povos africanos e sua escravização no Brasil, os processos de alforria e a Lei Aurea utilizando da historiografia para deturpar os sentidos simbólicos da escravidão, tendo como única finalidade a normalização e disseminação de discursos racistas (CARVALHO; MARTINI, 2018). Discursos negacionistas, não só da escravidão, mas também da ciência, são uma realidade no Brasil, e devem ser combatidos através da ciência. Proponho-me a apontar onde estão os erros e as deturpações desses discursos e por que devemos nos preocupar com o crescimento e popularização deles.

Com a internet, alguns “assuntos polêmicos”⁵²⁶ estão cada dia mais sendo discutidos, na História do mundo sempre houve uma disputa política das narrativas históricas. A ampla discussão desses temas ao primeiro olhar pode parecer construtiva, mas existem perigos uma vez que qualquer pessoa, independente de sua formação ou intenção, tem a oportunidade de disseminar conteúdo falacioso e atingir milhares de

⁵²⁶ Assuntos que movimentam discursos políticos e causam discussão fora dos espaços acadêmicos, sem compromisso com o saber científico. Sendo exemplos: Ditadura Militar no Brasil, escravidão e racismo, machismo e feminismo, entre outros.

peças através das redes. Narrativas falsas se espalham e afirmações equivocadas acabam entrando no senso comum, geralmente com objetivos políticos e ideológicos. Todos os campos científicos são vítimas do negacionismo, mas a História, muitas vezes não encarada enquanto ciência, é uma das principais vítimas.

Não é comum que publicações de historiadores cheguem ao grande público, o que pode ser explicado pela inacessibilidade da linguagem e formato acadêmico, ou pela falta de apoio financeiro, mas será que a falta de interesse em História é uma questão? Certamente, nem todos os assuntos e publicações interessam ao grande público, porém as pessoas cultivam interesse em História e geralmente consomem conteúdos rápidos e de fácil compreensão. Essa atração do grande público pelos conhecimentos históricos movimentou um mercado literário e cinematográfico milionário. Filmes, livros, séries e vídeos são produtos desse mercado, alguns deles assumem compromisso com o conhecimento científico, outros fogem completamente da realidade, deixando isso claro ao público, ou não.

Títulos como “A História não contada”, “A História que não te ensinaram na escola” ou “A História que não querem que você saiba” provocam a curiosidade do leitor. Esses autores apresentam-se como pesquisadores dedicados a questionar a “História oficial”, porém seu caráter é totalmente negacionista (MILMAN, 2000). Um dos exemplos de produções negacionistas acessíveis e populares é a Brasil Paralelo, grupo que se autodenomina como de direita cristã. Aqui analisarei um dos textos publicados em seu *web site*, “Escravidão no Brasil, entenda o regime escravocrata desde sua origem até a abolição”.

A ESCRAVIDÃO PELOS OLHOS DA BRASIL PARALELO

Uma das principais características do negacionismo é a omissão: estudos e fatos históricos são selecionados e deturpados, aquilo que se encaixa na narrativa partidária é ressaltado e o que não convém é totalmente ignorado. As explicações apresentadas são simplistas, e o intuito é justificar ideologias políticas pré-existentes, como o racismo, antissemitismo, islamofobia, xenofobia, entre outros. Nesses discursos, os métodos científicos são completamente desprezados. No caso da História, as fontes são negadas e

teorias já superadas pela historiografia são utilizadas, o que observamos logo no início do artigo em questão:

A maior composição do Brasil foi feita pela presença de indivíduos de outros continentes. Eles foram essenciais para a formação da primeira camada de nacionais brasileiros, os caboclos, mestiços de europeus e indígenas. (BRASIL PARALELO, 2021)

Nesse trecho do artigo percebe-se uma influência clara de Gilberto Freyre. É impossível negar a importância de seu trabalho em sua época, no contexto de discussão da identidade nacional, porém a ideia de harmonia entre os três povos e a beleza da miscigenação é um mito já superado pela historiografia. O mito da hegemonia racial exclui as lutas e resistências dos escravizados, sejam indígenas, africanos ou descendentes de africanos, além de apagar a violência sexual sofrida pelas mulheres escravizadas, que pode ser facilmente provada pela mestiçagem, já que em grande parte das vezes os mestiços eram provenientes de estupro. A sociedade patriarcal fez com que o estupro — prática considerada parte da cultura brasileira ainda hoje — fosse visto como uma simples demonstração do excesso de desejo masculino, entretanto essa violência foi, durante o período escravista, mais uma forma de punição e humilhação destinada às mulheres escravizadas (DAVIS, 2016).

No início do artigo é dito que “historiadores detêm-se exclusivamente nos aspectos mais cruéis da escravidão, sem ressaltar toda a riqueza que o povo negro trouxe” (BRASIL PARALELO, 2021). Ataques aos historiadores é uma característica basilar do negacionismo histórico. A verdade é exatamente o contrário, a própria escravização suprimiu a cultura do povo africano. Aqueles que vinham nos navios negreiros, ao serem comprados já no Brasil, mesmo possuindo nomes de origem africana eram batizados e recebiam nomes cristãos, os não batizados eram registrados como pagãos, o mesmo destino tinham seus filhos, que não podiam ser registrados com nomes de origem africana. Além disso, eram obrigados a abandonar sua fé para se tornarem cristãos. Dessa forma, apontar os pontos cruéis da escravidão é essencial para compreender como e porque as raízes africanas foram tão suprimidas pelos colonizadores, e ainda são pela sociedade contemporânea. Cada dia mais as pesquisas históricas evidenciam a ação das minorias na construção da nacionalidade brasileira, explorando sua resistência e autonomia, sendo

exemplo os trabalhos de Hebe Mattos, João Fragoso, Sidney Chalhoub, Maria de Fátima Gouveia e tantos outros.

Agora ultrapassemos os discursos historiográficos. Parece-me irônico que um grupo autodeclarado de direita cristã aponte que historiadores têm suprimido a riqueza dos povos negros. Certamente o preconceito para com as religiões de matrizes africanas não nasceu na historiografia, nem tampouco é, atualmente, perpetuado por ela. A direita radical cristã tem em seu histórico tendências preconceituosas, uma vez que apoia e orchestra políticas que prejudicam grupos minoritários, atacando os quilombolas e indígenas e se colocando contra as políticas de cotas, instrumentos necessários na democratização dos espaços públicos, principalmente as universidades.

Estudos historiográficos comprovam que a ameaça à ordem colonial provocada pela resistência quilombola era comparada à ameaça holandesa (MARQUESE, 2006). Porém, a escolha da Brasil Paralelo foi reforçar aquilo que consideram como “parcela de culpa” dos negros pela escravidão, sem falar sobre as grandes organizações e lutas de resistência ao sistema escravista. No artigo os quilombos foram citados apenas duas vezes, a primeira no tópico “Características da escravidão Brasileira”, e depois quando falam sobre as preocupações da Princesa Isabel com o povo negro. Não é explicado no texto o que eram os quilombos, qual sua importância ou como funcionavam. Essa escolha de temas e abordagens feita pela Brasil Paralelo contrastam com o início do artigo, onde é dito que historiadores não dão a devida importância à influência cultural negra.

Pode-se observar que, no texto, existe uma tendência em fazer com que a escravidão pareça ser melhor. Em determinada parte é dito que “os escravos recebiam, na maior parte dos senhorios, um tratamento desumano” e que “Curiosamente, a dieta alimentar do escravo brasileiro do século XVIII era superior à dos pobres do século XX.” (BRASIL PARALELO, 2021). O contraste entre as duas frases, uma abaixo da outra, é proposital. Ou seja, existe uma estratégia na construção do texto, os elementos são posicionados e elaborados para que a mensagem pretendida seja passada. Observando o artigo vemos essa tendência mais nítida, quando citam as práticas de alforria, a aquisição de escravos pelos libertos recebe ênfase maior, se comparada a resistência dos quilombos. Outro aspecto bastante destacado é escravidão na África, proveniente das Guerras Justas, dando evidência ao fato de os negros terem escravizado outros negros.

Em uma entrevista no programa Roda Viva, em 2018, o atual presidente Jair Bolsonaro (que tem apoiadores na Brasil Paralelo) disse que os portugueses jamais pisaram na África, os próprios negros escravizavam e entregavam os seus para o tráfico.⁵²⁷ Existe uma tendência dos negacionistas da escravidão em jogar a culpa do sistema escravista nos próprios escravizados, diminuindo a parcela de culpa do colonizador. A frase de Bolsonaro foi proferida com o intuito de deslegitimar as cotas raciais, que são justificadas como sendo forma de reparação histórica. O artigo da Brasil Paralelo tem essa mesma tendência, para eles não existe reparação histórica uma vez que a escravidão tinha caráter econômico, e não racista.

A escravidão era uma instituição totalmente reconhecida no mundo antigo. Por esta razão, falar de reparação histórica baseadas em raça e etnia é uma falácia, porque o fundamento não foi a cor. O racismo nasceu da escravidão, não a escravidão do racismo. A escravidão colonial brasileira e americana não é racial, mas se torna racial no século XIX, quando surgem as teses eugenistas. Afinal, os escravos eram associados com os africanos e seus descendentes. (BRASIL PARALELO, 2021)

Estudos historiográficos apontam que a escravidão era um pilar no sustento da sociedade hierárquica do antigo regime, que naturalizava e legitimava as desigualdades e injustiças sociais. Hebe Mattos considera a legitimidade e a existência previa da instituição da escravidão no império português como condição básica para o processo de constituição de uma sociedade católica escravista no Brasil Colonial (MATTOS, 2001).

“A escolha dos africanos para serem escravizados não foi motivada pela cor da pele, mas pela oportunidade. Chefes e reis passaram a trabalhar com negociação de escravos, fazendo guerras e vendendo escravos a

⁵²⁷ RODA VIVA, Jair Bolsonaro 30/07/2018. [S.l.: s.n], 2018. 1 vídeo (1 hr e 20 min). Publicado pelo canal Roda Viva. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IDL59dkeTi0>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

outros senhores. O que a escravidão colonial fez na história do mundo foi inaugurar o comércio ultramar. O interesse pela escravidão era financeiro, não racial. Não se considerava que o escravo fosse menos humano, ou que não tivesse alma. Esta noção não existia na escravidão no Brasil ou na África.” (BRASIL PARALELO, 2021)

É verdade que questões raciais não fizeram parte das bases do mercado escravista, porém isso não significa que não existiam preconceitos na sociedade de Antigo Regime, que se pautava pelo estatuto da pureza de sangue, que limitava os cargos públicos, eclesiásticos e títulos honoríficos aos cristãos velhos, aqueles que tinham raízes católicas a pelo menos quatro gerações. (MATTOS, 2001). Apesar de ser historicamente comprovado que a Igreja Católica apoiou e participou da escravização de Africanos e Ameríndios, o artigo da Brasil Paralelo omite a influência da instituição no regime escravocrata. As guerras no continente Africano existiam, mas é errado dizer que o mercado europeu não influenciou em nada as relações de dentro do continente. Em 1455 a bula *Romanus Pontifex* justificou o comércio de escravizados Africanos com a Europa. Para os católicos o “resgate” desses pagãos e a introdução da fé católica a eles era uma forma de salvação de suas almas. Antes de atingir uma dimensão comercial, a escravização de africanos e ameríndios foi uma construção dos quadros políticos e mentais, de fundo corporativo e religioso, não sendo no seu início um comércio lucrativo (MATTOS, 2001).

Apresentar as Guerras Justas, colocando a escravização islâmica como pior que a cristã é mais uma tentativa de reforçar discursos preconceituosos. Essa tendência se repete na página sobre escravidão do Metapédia⁵²⁸, outro site que se identifica como revisionista, onde as visões da extrema direita antissemita são publicadas sem filtros. A página do Metapédia sobre escravidão possui apenas cinco tópicos e dois deles são “Papel dos Judeus na escravidão” e “Comércio Judeu de escravos no Brasil”, onde os judeus recebem uma parcela de culpa pela escravidão, na tentativa de reforçar o antissemitismo e retirar a responsabilidade dos colonizadores brancos cristãos. Ao contrário do grupo responsável

⁵²⁸ Ver METAPEDIA, **Escravidão**. [S. l.] 2018.

pelo Metapedia, que possui como característica o ódio aos judeus, a extrema direita brasileira se mostra totalmente preconceituosa com os mulçumanos.

Outra tentativa de responsabilizar os negros pela escravização e tirar a culpa do colonizador é na discussão sobre alforria. Assim como em outros momentos o Brasil Paralelo não explica as formas de alforria, mas diz:

Na escravidão no Brasil, a alforria era uma concessão do senhor, ainda que o escravo tivesse dinheiro. Alguns negros não podiam comprar a alforria, então compravam escravos. Alguns pagavam sua alforria com seus próprios escravos. Outros começaram a produzir a própria riqueza com eles. Havia diferença entre os escravos urbanos e os rurais. Nem sempre o negro lutou por sua alforria. Eles também lutavam para se tornarem senhores. (BRASIL PARALELO, 2021)

Sidney Chalhoub diz que muitas eram as alforrias conseguidas com precariedade no século XVIII, sendo exemplos a prestação de serviço por período determinado ou não, ou endividamento. Entretanto, mesmo que livres os negros sofriam com as ameaças de reescravização que eram imensas, já que existia uma suspeição preconceituosa da polícia (que tinha importante papel na preservação da escravidão), que considerava todo negro escravo, até que se provasse o contrário, mesmo após o recenseamento de 1872, que mostrava que três em cada quatro negros habitantes do país eram livres (CHALHOUB, 2010). Além da perseguição, os negros tinham pouquíssimos direitos políticos e públicos.

Podiam eleger e ser eleitos vereadores, mas não podiam ser eleitores, logo sequer votavam nos escrutínios para deputados provinciais, deputados gerais e senadores. Como as qualificações de eleitor constituíam requisito para o exercício de diversos cargos públicos, aos libertos estavam vedadas as funções de juiz de paz, subdelegado, delegado de polícia, promotor público, magistrado, membro do corpo diplomático, bispo, sequer podiam ser jurados. (CHALHOUB, 2010: 40)

A alforria não era um presente e nem um instrumento de revolta ou revolução, era, na verdade, uma forma de manutenção da instituição. A concessão de recompensas aos cativos pelos senhores, na verdade assegurava a prática escravista. A condição de escravo não era fixa, existia a possibilidade de mudança de *status*, dessa maneira o tráfico, a escravização e a alforria não eram eventos relacionados, mas sim partes de um único processo (SOARES, 2011). Dessa forma, considerar a aquisição de escravos por libertos um absurdo, e utilizar de tais fatos para diminuir a culpa dos brancos pela escravidão é anacrônico, já que para a sociedade escravista ser senhor era elevar seu *status* social, assim como um operário, que ao ganhar uma grande quantia de dinheiro, decide abrir uma empresa e contratar empregados, se tornando patrão.

Como já foi dito anteriormente, poucas foram as referências da Brasil Paralelo aos movimentos dos próprios negros pela abolição. Ao falar sobre o fim da escravidão, destacam a participação dos brancos salvadores, colocando a família real como grande agente abolicionista, e fazendo com que o fim da escravidão parecesse somente uma grande causa humanitária, ignorando o fato de ter existido luta negra pela abolição, e do Brasil ter sido o último país ocidental a abolir a escravidão. É evidente a tentativa de diminuir a culpa da família real pela abolição tardia, sendo dito que Dom Pedro II se sentiu feliz com a assinatura da Lei, mesmo estando doente fora do Brasil.

Observar, debater e questionar grupos de extrema direita, como a Brasil Paralelo, é crucial para o combate à desinformação e ao negacionismo. Os textos e vídeos produzidos por essa empresa chegam a muitas pessoas que não possuem conhecimento para questionar o que é dito, e acabam acatando o discurso como verdade absoluta. É certo que existem dois tipos de consumidores desse conteúdo: aqueles que já têm uma ideologia formada e buscam alimentá-la, e aqueles que não possuem informação e acabam acatando essa ideologia.

No texto é dito que “Atualmente, o movimento negro tem uma visão de si mesmo como rejeitado pela sociedade brasileira e, portanto, aborda o tema da dívida histórica por causa da escravidão e do menosprezo” (BRASIL PARALELO, 2021). É evidente que o principal objetivo do artigo é justificar o preconceito e desmoralizar a luta do povo negro pelo fim do racismo e pela conquista de todos os espaços. Entender que o sistema de cotas

é uma forma de reparação histórica, não só por conta da escravização, mas pelas marcas deixadas por ela, é complexo. Para isso é necessário refletir sobre como a escravidão se consolidou nas Américas, como ela terminou, e principalmente como os descendentes de escravizados foram tratados no seu pós.

Percebe-se que a Brasil Paralelo, além de buscar legitimar seu discurso racista, tenta diminuir o trabalho dos historiadores, que constroem narrativas baseadas em evidências e fontes concretas. Grupos como esse tentam retirar da história o caráter científico, e reduzi-la a mera opinião. As necessidades do presente vem cada dia mais mobilizando os estudos históricos. Antes os agentes das narrativas eram os vencedores, hoje a vítima ganha mais espaço. Por muito tempo no Brasil, a escravidão indígena e Africana foi relativizada, desde o manual do IHGB sobre como escrever a história do Brasil em 1846, até os dias atuais, como vemos na Brasil Paralelo. Esse movimento tem o intuito de encobrir violências e contradições no processo formativo das nações (NAPOLITANO, 2020).

Muitas são as lacunas deixadas pela Brasil Paralelo, não existe periodização no texto, o que faz com que pareça que escravidão no Brasil não durou quase quatro séculos, de diferentes maneiras em cada tempo e cada região. Além da falha na periodização é importante ressaltar a falta de fontes e referências, o que é percebido por aqueles que conhecem o método científico, mas passa despercebido por outros. É importante que os historiadores passem a dominar a esfera pública, parando de falar apenas com a academia e passando a falar com o público, reforçando o caráter científico da área, dominando espaços e tomando o lugar que os pertence. Combater o negacionismo histórico é um trabalho do historiador e por essa razão se faz necessário desmentir essas narrativas, como aqui foi feito.

O que se observa é que nem sempre o negacionismo se apresenta como uma negação integral das fontes históricas, muitas vezes — como no caso da escravidão — o negacionismo é pontual e estratégico. Ou seja, há uma negação daquilo que convém e uma evidenciação daquilo que mais interessa, com o objetivo de construir um discurso que converse com as ideologias já existentes, no caso da Brasil Paralelo, a ideologia conservadora da direita de caráter extremista. A partir do discurso construído se faz possível a contestação das políticas de cotas e a negação de que existe racismo no Brasil,

desmoralizando a luta antirracista no país, que é pauta da esquerda, principal alvo da empresa.

Fonte

BRASIL Paralelo, Escravidão no Brasil Entenda o regime escravocrata desde sua origem até a abolição, 2021. Disponível em: <<https://conteudo.brasilparalelo.com.br/historia/escravidao-no-brasil/>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, Roldão Pires; MARTINI, Mara Rovida. Escravidão e racismo: Análise sobre uma das abordagens dos grupos conservadores-liberais. *Revistas de Estudos de Gestão, Informação e Tecnologia*, v. 10, n. 2, p. 39–57, 2018.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). In: *História Social*. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, nº 19, pp. 19-32, 2010.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos Estudos - CEBRAP*, n. 74, p. 107–123, 2006.

MATTOS, Hebe Mattos. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o antigo regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F.; GOUVEIA, M. DE F. (Eds.). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MATTOS, Hebe Mattos. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. segunda ed. [s.l.] Zahar, 1999.

MILMAN, Luis. Negacionismo: gêneses e desenvolvimento do genocídio conceitual. In: *Neonazismo, Negacionismo e extremismo político*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. Desafios para a História nas encruzilhadas da memória: entre traumas e tabus. *História: Questões & Debates*, v. 68, n. 01, p. 18–56, 2020.

SANTOS, Mayara. *Agenda Conservadora, ultraliberalismo e “guerra cultural”: “Brasil Paralelo” e a Hegemonia das Direitas no Brasil Contemporâneo (2016-2020)*. 2021. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, [S. l.], 2021. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5774>. Acesso em: 25 out. 2022.

SOARES, Márcio de Sousa. *A Promessa da alforria e os alicerces da escravidão na América portuguesa*. In: *Dinâmica Imperial no Antigo Regime Português*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

Zonas de contato em tempos de conflitos: uma análise comparativa entre os governos Bolsonaro e Collor

Olímpio Campos Silva⁵²⁹

Resumo

O presente artigo busca apresentar uma breve análise comparativa acerca das semelhanças entre os governos dos presidentes Fernando Collor de Mello (1990 – 1992) e Jair Bolsonaro (2018 – 2022). Analisando fontes de jornais durante os dois períodos, pretende-se investigar a conduta política no espectro da direita, avaliando a mudança dessa compreensão ao longo das décadas. Ainda, interessa referenciar o comportamento das duas gestões em relação aos problemas sociais enfrentados no Brasil. Dessa forma, utilizando-se do noticiário publicado pelos jornais impressos Folha de S. Paulo e O Globo, bem como de alguns dos índices que medem os cenários econômico e social do país, espera-se delimitar zonas de contato entre os dois governos.

Palavras-Chaves: Jair Bolsonaro; Fernando Collor de Mello; Presidência; Outsider; Folha de São Paulo; O Globo.

Abstract

This paper seeks to present a brief comparative analysis about the similarities between the governments of presidents Fernando Collor de Mello (1990 - 1992) and Jair Bolsonaro (2018 - 2022). By analyzing newspaper sources during both periods, it intends to investigate the political conduct in the right-wing spectrum, evaluating the change in this

⁵²⁹ Graduando em Licenciatura em História na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Artística – PIBIART no Memorial da Republica Presidente Itamar Franco (MRPIF). Email: olimpio.campos@estudante.ufjf.br

understanding over the decades. Also, it is of interest to reference the behavior of the two administrations in relation to the social problems faced in Brazil. In this way, using the news published by the printed newspapers Folha de S. Paulo and O Globo, as well as indices of poverty, inflation, Gross Domestic Product (GDP), human development, among other rates that conform the quality of life, we hope to delimit zones of contact between the two governments.

Keywords: Jair Bolsonaro; Fernando Collor de Mello; Presidency; Outsider; Folha de São Paulo; O Globo.

Introdução

Collor foi eleito em 1989 por voto popular, após 25 anos de regime de exceção. Considerado outsider no contexto da política, fez uma campanha marcada pela luta contra a corrupção e pela estabilização da inflação. Entretanto, seu governo age na direção oposta, com escândalos variados e um aumento exponencial da inflação no país.

No mesmo ano, Jair Bolsonaro é eleito vereador do Rio de Janeiro, apoiando as causas corporativistas militares. Dois anos depois, passa a deputado federal do Rio de Janeiro, cargo exercido por 28 anos. Também considerado outsider quando decide concorrer à Presidência, ele tem como principais pautas a luta contra o petismo, contra a corrupção e pelo controle da inflação.

No cenário deixado pelo governo de Collor, tanto o jornal Folha de S. Paulo, quanto O Globo noticia a retomada do índice de 33 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza identificado em 1993, ano de criação da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, fundada pelo sociólogo Betinho.

Para Marcos Nobre, em seu livro “Ponto final” (2020), tal paisagem se reproduz no país durante o governo de Bolsonaro. Segundo o estudioso, a recente gestão atua na convergência “do sistema de saúde, de crise econômica aguda e de crise política desorganizadora. A fome é e será ainda mais uma realidade para milhões de famílias sem recursos para enfrentar a situação” (NOBRE, 2020, p. 58). Para tanto, o comportamento

da classe política o afasta da realidade vivida por Collor em relação à experiência do impeachment.

Momento Collor

No dia 28 de setembro de 1991, segundo o jornal O Globo, a principal notícia do dia era a seguinte: “Collor: uma minoria não admite a privatização”. A reportagem a qual se refere a manchete da edição retrata essas minorias como “girolas” (doidivas). Nas palavras do próprio Collor: “Estamos verificando que alguns girolas desejam conturbar o ambiente pacífico, sobretudo nesse momento de gravidade nacional”. De acordo com o presidente era melhor ser incompreendido agora e aplaudido mais tarde pelas suas medidas tomadas.

No dia 18 de maio de 1991, o jornal Folha de S. Paulo noticiava como o controle de gastos do governo agia para tentar frear a inflação. “Macedo diz que governo mantém a austeridade fiscal e monetária”, informava a reportagem na qual o então secretário especial de políticas econômicas chamava a atenção para o descongelamento dos preços e também apontava para a necessidade de não deixar o salário mínimo ser negociado entre patrão e empregado de forma livre.

Em 11 de fevereiro de 1992, dois anos após o início do governo Collor, a manchete do Jornal Folha de S. Paulo apontava: “Inflação de 25,89% é a maior do atual governo”. Na mesma edição, na seção Dinheiro, a principal reportagem dava a saber que “Demissões na indústria somam 27 mil em janeiro”. Essas notícias evidenciam uma inflação gradual durante o governo, que surpreendia até mesmo os técnicos da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas), na época calculando os índices e afirmando que, de sete grupos, quatro reajustavam seus preços de dezembro a janeiro, acima do percentual.

Ainda segundo a pesquisa da Fipe àquele momento, a inflação na alimentação era da ordem de 27,76%, na habitação de 21,23%, no vestuário de 11,71%, na educação de 40,52%, nas despesas pessoais de 28,11%, no transporte de 30,82% e na saúde de 31,63%. Outra reportagem posicionava algumas das grandes indústrias, tanto nacionais quanto internacionais, com seus números de demissão em janeiro daquele mesmo ano,

informando que o Ministério do Trabalho e Previdência calculava cerca de 4 milhões de trabalhadores recorrendo ao Seguro Desemprego, devido a recessão. Apenas em janeiro o aumento passava de 30% para 40% na requisição do benefício.

No dia 05 de agosto de 1992, também o jornal Folha de S. Paulo noticiava que a “CPI diz que Collor gastou US\$ 5 mi”. A matéria expunha que Collor havia gastado esse valor somente em despesas pessoais, sendo que US\$ 1 milhão havia sido utilizado somente em reformas da residência da família Collor de Mello, a Casa da Dinda.

Já em O Globo, a manchete era: “Crise política começa a pressionar a inflação”, que retratava o posicionamento político do presidente Collor diante da CPI e dos esquemas de lavagem de dinheiro dentro do seu governo, afetando, assim, os preços na economia brasileira da época. Collor ainda se posicionava contra o processo da CPI e dizia não ter ligação com tais esquemas de sonegação e lavagem de dinheiro.

Momento Bolsonaro

Em 11 maio de 2020 uma reportagem da Folha de S. Paulo informava que “Bolsonaro bate Dilma e Temer em gastos com cartão corporativo”. Segundo os dados coletados em órgãos oficiais, até aquele momento, o presidente havia uma média de R\$ 709,6 mil por mês, o que representava 3% a mais dos gastos do governo Temer. Ainda, o texto afirmava que, no começo do governo, Bolsonaro e sua equipe avaliavam acabar com o cartão corporativo, por entenderem que seria um dos motivos para o escândalo político do Mensalão, envolvendo o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.

A edição noticiava, ainda, que em fevereiro daquele ano, o presidente Bolsonaro havia viajado para São Paulo, Rio de Janeiro e Pará, descolando-se para o litoral paulista, para Guarujá, durante o feriado do carnaval. Os gastos do cartão corporativo são utilizados para compras de materiais referentes ao governo, pagamento de prestação de serviços e abastecimento de veículos oficiais, além do custeio da equipe de segurança presidencial e manutenção de eventos na residência oficial. De acordo com a reportagem, alguns dos valores eram tratados em sigilo, mas o presidente já havia se comprometido a divulgar os gastos no ano anterior, em 2019, o que não foi realizado.

“Até os gastos com cartão... estão batendo em mim. Gasto com cartão corporativo. Só que teve quatro viagens para a china para buscar gente lá. Aí gastou mesmo. E Botaram na minha conta”, dizia Bolsonaro em texto da Folha de S. Paulo, que apresentava, ainda, que o pico de gastos de 2020 havia sido de R\$ 1,9 milhões em um único mês. Para a ONG Transparência Internacional, as normas de sigilo podem ser utilizadas quando abrangem informações verdadeiramente sensíveis, o que não é o caso de todos os gastos do cartão do atual presidente.

Em 2021, no jornal Folha de S. Paulo do dia 17 de setembro, uma das principais informações em destaque era: “46 milhões vivem em lares sem renda do trabalho no Brasil, diz IPEA”. Segundo a notícia, com base em dados do IPEA (Instituto de Pesquisas Aplicadas), em 2021 a proporção de pessoas que viviam sem renda era de 28,5%, o que significava 46 milhões de brasileiros sobrevivendo em residências sem dinheiro obtido através de atividades profissionais, e sim de aposentadorias, pensões e programas de auxílio.

Assim, também em 2021, outra reportagem da Folha de S. Paulo trazia como título “Novas Restrições devem aumentar o desemprego e falência, dizem setores”. Mais abaixo, em menor destaque: ““Se fizermos muita besteira o dólar vai a R\$ 5”, disse Guedes há um ano; hoje moeda vale R\$ 5,68”. A primeira notícia dá conta de que as micro e pequenas empresas com baixo acesso ao crédito e com volume grande de contas a pagar entravam em processo de falência, o que permitia prever um aumento de demissões durante o período de 2021. Em julho daquele ano, o presidente Jair Bolsonaro sancionava uma proposta de prorrogação do programa de suspensão de contratos trabalhistas e de corte de jornada de trabalho, o que já vinha acontecendo desde abril. Tais medidas representavam um panorama de perda de R\$ 11 bilhões em março.

Já a segunda notícia informava que o ministro da Economia Paulo Guedes, ao fazer sua afirmação causava um impacto econômico no preço do dólar. No mesmo dia, a moeda norte-americana subia 1,6%, batendo um valor de R\$ 4,65. Em sua frase, Guedes afirmava poder “chegar a R\$ 5? Ué, se o presidente sair, se todo mundo pedir para sair. É um câmbio que flutua, se fizer muita besteira ele pode ir para este nível”. Segundo a notícia, naquele mesmo ano o dólar esbarrava em R\$ 6, apontando que investidores temiam o aumento dos gastos do governo durante a pandemia. A alta dos casos de Covid-

19, inclusive, e as interferências do presidente Jair Bolsonaro nas estatais também se tornavam um fator responsável pela alta do dólar naquele momento. Com a queda de 2% da Selic no ano, a maior parte dos investimentos tornavam o real a terceira moeda que mais se desvalorizava no mundo, perdendo apenas para o peso cubano e o dinar líbio.

No dia 17 de setembro de 2021, o jornal Folha de S. Paulo noticiava que o “Brasil não aumentou o investimento em educação na pandemia”. Segundo a reportagem, o Brasil era um dos que não destinava investimento em educação no ano de 2021 para nenhuma parte do segmento do ensino. Em comparação, de 65% a 78% das nações elevavam seus investimentos, de acordo com relatório da OCDE (Organização para cooperação dos Desenvolvidos Econômicos) avaliando os 35 países que faziam parte do grupo. Até aquele momento o Brasil destinava 4% do seu PIB para a educação infantil até o ensino técnico. Os relatórios do MEC mostravam que de 2020 até 2021 o valor de repasse foi 10,2% menor que o de 2019.

O mesmo veículo informava, em 8 de junho de 2022 que "33 milhões passam fome no Brasil, mais que há 30 anos". A edição do mesmo dia do jornal O Globo destacava: "Pesquisa revela que 33 milhões passam fome no Brasil". Ambas as reportagens a que se referiam as manchetes asseguravam que durante o governo Bolsonaro a insegurança alimentar no Brasil havia atingido cerca de 58,7% da população, em quadros de grau leve, moderado ou grave. O crescimento do índice de pobreza, segundo as publicações, advinha de políticas isoladas e insuficientes, num cenário de inflação, desemprego e queda da renda da população.

Os outsiders

Entre os preceitos de outsider, Norbert Elias mostra que o termo demonstra das perspectivas sociais e equilíbrios de poder, nos quais as pessoas se enxergam com falta de representatividade dentro do sistema.

Estabelecidos e outsiders não são grupos de pessoas pólos em uma relação. São grupos de pessoas interdependentes. A palavra estabelecida vem do inglês e *Stablishment* e *Established*. Elas indicam um grupo que se enxerga e é enxergado pelos outros como a "boa sociedade", trazendo consigo a idéia de melhor, de mais prestígio e poder. A "boa sociedade" indica a autoimagem de um grupo,

estabelecida principalmente em relação a outro. Essa é uma das considerações norteadoras de uma relação estabelecidos-outsiders: a de que um establishment só se verifica quando em relação aos outsiders. Estes, de certa forma, são aqueles que estão fora da "boa sociedade". A heterogeneidade é maior e os laços pelos quais se unem são mais frouxos. (Elias. 2000, p. 7)

Nas eleições de Collor, o político alagoano se apresentava como uma figura nova na política brasileira, o que justificava o uso do termo outsider. Collor reunia um viés liberal, retomava a redemocratização do Brasil e atacava o Estado e a corrupção. Na sua eleição, o país também já vinha de uma crise institucional e com um alto grau de inflação. Porém, diferentemente de Bolsonaro, Collor apresentava um projeto econômico para estabilização econômica e para o extermínio da corrupção. A esse projeto dava o nome de “Caça dos Marajás”, pessoas que de dentro do sistema político se apropriavam e se aproveitavam do estado. Entretanto, seu governo é marcado pela corrupção e pelo autoritarismo, numa tentativa de impor suas vontades em detrimento da democracia.

No conceito de outsider, Bolsonaro surge nas eleições de 2018 com o preceito de um “homem de bem”, provocando as instituições e desafiando o governo. Bolsonaro ganha relevância pública para além de seu estado e de seu grupo político com os impactos dos esquemas de corrupção do Mensalão, em 2005, e da Lava Jato, em 2014. Ele aparece como uma figura heterogênea que consegue capturar rapidamente uma parte da sociedade que vinha sofrendo com as crises apresentadas pelos governos anteriores. Essa população aderiu, segundo Marcos Nobre (2020), a um candidato mais motivada pelo temor da crise do que pela agenda apresentada.

Poucas pessoas pensavam que o sofrimento causado por uma crise tão prolongada estivesse chegando ao fim. É verdade que, para o eleitorado mais pobre, as eleições de 2018 representaram o medo de perder o pouco que tinha restado dos ganhos do período de 2004 a 2013, o que ajuda a explicar a opção majoritária desse extrato pela candidatura de Fernando Haddad, substituto de Lula na eleição, então preso e proibido de concorrer (Nobre, 2020, p. 26).

Na perspectiva de Bolsonaro, governar seria o mesmo que se render ao sistema, que havia colocado o Brasil em crise desde 2008. Suas práticas para se enquadrar nessa categoria se assemelham às políticas antissistema, cuja tônica é identificar o sistema como

um projeto falho, reafirmando que o único sistema funcional que existiu foi o da ditadura militar. Dessa forma, tanto Collor quanto Bolsonaro se apresentam como candidatos assemelhados a figuras externas e acabam ganhando protagonismo político através das crises que os antepassavam.

O impeachment de Collor e a permanência de Bolsonaro

Tanto o presidente Fernando Collor de Mello quanto o presidente Jair Bolsonaro são alvos de pedidos de impeachment durante seus governos. O único a prosperar, no entanto, é o de Collor, que sofria problemas administrativos diversos, grande parte provocada pelo fracasso do Plano Collor para estabilizar a inflação, além das denúncias de corrupção que ligam ele e seu governo a esquemas de desvio de dinheiro público. Logo no primeiro ano de sua gestão, Collor diminuiu drasticamente o número de ministérios, que passa de 23 para 12, provocando uma série de demissões. Sua tentativa, no entanto, era alcançar a estabilidade prometida na campanha, reduzindo os gastos com o setor público.

Depois que as medidas tomadas por ele foram vistas como não suficientes para o controle inflacionário, tornou-se evidente que ele não conseguiria ser capaz de resolver os problemas da economia brasileira. Assim, Collor perde força parlamentar. Além disso, os esquemas de corrupção se avolumavam, ao passo que o presidente negava qualquer relação.

Durante os anos de 1992, a CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) investigava Paulo Cesar Farias, tesoureiro da campanha de Collor, aproximando-os cada vez mais, mostrando a presença direta de PC Farias nos ministérios e no governo. Collor era acusado por crime de responsabilidade e tráfico de influência.

O presidente acabou abandonado pelo seu partido e se encontrou enfraquecido. Não conseguia se desvincular dos esquemas e não tinha mais poder partidário para se manter. Em setembro de 1992, a Câmara dos Deputados aprovava a abertura do processo de impeachment, o que resultou em seu afastamento da Presidência em outubro do mesmo ano. Em dezembro, o Senado concluiu o seu julgamento e Collor foi condenado a inabilitação por oito anos.

No âmbito de Bolsonaro, devido à crise da Covid-19, uma forte pressão social se forma. O presidente tenta reestabelecer seu poder político aquecendo as bases eleitorais na tentativa de não sofrer o processo de impeachment. Nessa perspectiva, ele contraria todos os países que também passavam pelo problema do vírus. Bolsonaro confia em estabelecer uma ligação com os ministérios e com seus apoiadores a fim de incentivar a abertura do comércio. Em seu discurso, defendia que o recrudescimento do isolamento social só agravaria a crise iniciada em 2013 em escala global. Para ele, os órgãos públicos e privados deveriam funcionar plenamente.

O presidente, como indica Nobre (2020), ignorava o colapso do setor de saúde e jogava com o desmonte das instituições, baseando-se no frágil argumento de que a economia precisava girar para abrandar a crise econômica. Marcos Nobre afirma, ainda, que “a manutenção dessa base de apoio nessa dimensão foi um objetivo conscientemente buscado por ele. O apoio de cerca de um terço do eleitorado foi pensado como sendo suficiente para evitar a ameaça de um impeachment por parte do ‘sistema’” (NOBRE, 2020, p. 13).

A partir disso, pode-se observar as diferenças na forma como os dois governos lidaram com suas crises e o porquê dos processos de impeachment ocorrerem e não ocorrerem. Collor vinha sendo enfraquecido ao longo do seu mandato por diversos motivos, principalmente pelas políticas fiscais que não funcionaram durante sua gestão e pelos escândalos de corrupção que estimulavam um apoio popular ao impeachment. As situações em que o governo de Collor foram se adentrando se agravaram com a perda de apoio popular, na Câmara e no Senado. Em certo momento ele já não tinha mais como se defender.

Diferentemente, Bolsonaro apresenta um projeto de estabilização das suas bases para “camuflar” seu processo de impeachment com seus apoiadores, fomentando o chamado bolsonarismo e o antipetismo. Enquanto estimulava o funcionamento do país para sanar a crise fiscal, deixando com que a crise sanitária se agravasse, assegurava que os microempreendedores, o comércio e o sistema funcionassem, mesmo que num quadro colapsado.

O conceito de populismo muda durante os séculos XX e XXI. O termo em questão começa a ser vinculado à ascensão de governos de extrema direita e ao autoritarismo. Bolsonaro pratica, então, o conceito de neopopulismo descrito por Angela de Castro Gomes, que explica:

Ele faz isso quando articula um discurso de ódio, cuja retórica está povoada de palavras e ações de baixo calão – palavrões e gestos obscenos – tudo para mobilizar apoios a uma plataforma governamental, definida, por ele mesmo, pelo objetivo político da destruição. Destruir, com violência física e simbólica, todos e tudo que for definido como inimigo ou obstáculo: os diferentes, o meio ambiente, a cultura, os intelectuais, as mulheres, os negros, os povos originários etc. (Gomes, 2022)

Concluindo

Depois de mostrar essas reportagens dos dois governos e como eles foram lidando com as crises que apareceram e seus momentos políticos. É importante ressaltar que esse artigo está focado em mostrar os pontos de contato e como eles se aproximam de certa forma e deixar essa reflexão. Também vão haver outras questões para serem abordadas, porém o intuito aqui é mostrar as semelhanças que esses governos antissísmicos apresentam e como eles se desenvolvem trazendo o desmonte do sistema para que trabalhem a favor da “minoría” em que se enquadra na classe média alta para cima.

Podemos enxergar como esses governos criaram políticas para privatizações de estatais, descontrole da inflação, autoritarismo, desmonte das instituições públicas e do sistema político. Através de suas campanhas, pregam como forma de se promover politicamente, ideias para mudanças radicais na forma que o sistema funciona, tentando utilizar os aparatos das instituições para silenciar seus esquemas, ludibriar o sistema e convencer a população que os governos anteriores que criaram os problemas de seus governos.

Referências Bibliográficas:

Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por uma história decolonial: Gênero, raça e classe na América Latina. Eduarda Guerra Tostes; Lavínia Renata de Oliveira Turqueti; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2022. 926 p.
ISSN:2317-0468

BOLSONARO bate Dilma e Temer em gastos com cartão corporativo: Gestão atual gastou R\$ 709,6 mil por mês, 60% mais que o governo passado. Folha de São Paulo, [S. l.], 11 maio 2020. Política, p. 1. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/bolsonaro-gasta-mais-que-dilma-e-temer-no-cartao-corporativo-da-presidencia.shtml>. Acesso em: 19 out. 2022.

BOLZANI, Isabela. Novas Restrições devem aumentar o desemprego e falência, dizem setores. Folha de São Paulo, [s. l.], p. A16, 6 mar. 2021.

CPI diz que Collor gastou US\$ 5 mi. Folha de São Paulo, [S. l.], p. 1-14, 5 ago. 1992.

Gomes, A. de C. 2022. O populismo no Brasil: Desafios de um debate historiográfico. Estudos Ibero-Americanos. 48, 1(ago. 2022), e42806. DOI:<https://doi.org/10.15448/1980-864X.2022.1.42806>.

ELIAS, N; SCOTSON, J. Os estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

INFLAÇÃO bate recorde do governo Collor. O Globo, [S. l.], p. 1-19, 11 fev. 1992.

INFLAÇÃO de 25,89% é a maior do atual governo. Folha de São Paulo, [S. l.], ano 71, n. 22.959, p. 3-3, 11 fev. 1992.

KULAITIS, Fernando. A relação estabelecidos-outsiders na teoria de Norbert Elias: considerações acerca do caráter processual das sociedades, da formação da auto-imagem e do equilíbrio de poder. Revista Vernáculo, [S.l.], n. 4, apr. 2001. ISSN 2317-4021. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/18152>>. Acesso em: 17 nov. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/rv.v1i4.18152>.

LIMA, Maria. Collor repudia protestos de minorias. O Globo, O Globo, n. 21.129, 28 set. 1991. O País, p. 3.

MACEDO diz que governo mantém a austeridade fiscal e monetária. Folha de São Paulo, [S. l.], p. 1-5, 18 maio 1991.

MENA, Fernanda. 33 milhões de pessoas passam fome no Brasil, mais que há 30 anos, aponta pesquisa: Situação no país retrocedeu, e 6 em cada 10 convivem com insegurança alimentar hoje. Folha de São Paulo, [s. l.], p. 1-2, 8 jun. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/06/33-milhoes-de-pessoas-passam-fome-no-brasil-atualmente-aponta-pesquisa.shtml>. Acesso em: 20 out. 2022.

MOURA, Júlia. Se fizermos muita besteira o dólar vai a R\$ 5', disse Guedes há um ano; hoje moeda vale R\$ 5,68". Folha de São Paulo, [s. l.], p. A16, 6 mar. 2021.

PALHARES, Isabela. Brasil não aumentou o investimento em educação na pandemia: País está entre as poucas nações que não elevaram o orçamento na área. Folha de São Paulo, [S. l.], 17 set. 2021. Cotidiano, p. B3.

Ponto-final: A guerra de Bolsonaro contra a democracia: Marcos Nobre, São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2020

VIECELI, Leonardo. 46 milhões vivem em lares sem renda do trabalho no Brasil, diz Ipea: Foram 9,5 milhões a mais de pessoas em relação ao pré-pandemia, atingindo 28,5% dos domicílios. Folha de São Paulo, [s. l.], p. 1, 17 set. 2021.

Os discursos da imprensa sobre “ideologia de gênero” a partir de um estudo de caso em Juiz de Fora (MG)

Júlia de Castro Martins Ferreira Nogueira⁵³⁰

Ana Cecília Pereira⁵³¹

Resumo:

O intuito desse trabalho é compartilhar reflexões provenientes de uma pesquisa mais ampla que busca analisar a repercussão de um episódio do programa “Na Hora do Lanche”, promovido pela Universidade Federal de Juiz de Fora, no qual o Colégio de Aplicação João XXIII recebe a visita de uma drag queen. Buscamos compreender esse episódio como parte de um processo histórico no qual a noção de “ideologia de gênero” foi criada e mobilizada por determinados grupos para censurar discussões e impedir a elaboração de iniciativas voltadas ao reconhecimento de direitos das pessoas LGBT. O objetivo é identificar os discursos produzidos acerca desse episódio, os atores envolvidos e suas possíveis filiações a organizações que se vinculam às novas direitas. Para isso, tivemos a imprensa como principal fonte.

Palavras-chave: Drag Queen; Gênero; Juiz de Fora; Ideologia de gênero.

Abstract:

The purpose of this work is to share reflections from a broader research that intends to analyze the repercussions of an episode of the series “Lunchtime”, promoted by the Federal University of Juiz de Fora, in which the school João XXIII was visited by a Drag Queen. This episode is understood as a part of a historic process in which the notion of “gender ideology” was created and weaponized by certain groups to censor initiatives regarding LGBT’s people rights. The objective is to identify some of the narratives

⁵³⁰ Graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, juliacmfogueira@hotmail.com;

⁵³¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, ceciliapbt@gmail.com;

produced about the episode, the actors involved and their affiliations to organizations from the new right. For this, the press was our main source.

Keywords: Drag Queen; Gender; Juiz de Fora; Gender Ideology.

1. O episódio de “Na hora do lanche” e como ele veio a viralizar nacionalmente

No dia 11 de outubro de 2017, o perfil oficial da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) na plataforma Youtube publicou um episódio de Dia das Crianças⁵³² do projeto “Na Hora do Lanche”, iniciado em 2012, no qual diversas atividades desenvolvidas pela universidade eram abordados em vídeos de curta duração publicados mensalmente. Dos 32 episódios disponíveis no canal da série⁵³³, nenhum obteve mais atenção do que o previamente mencionado, que conta com mais de 37 mil visualizações.

O projeto era apresentado pela *drag queen* Femmenino, interpretada pelo estudante Nino de Barros. No episódio em questão, Femmenino visita o Colégio de Aplicação João XXIII, uma unidade acadêmica vinculada a UFJF. Ao longo do vídeo a drag queen percorre as dependências da escola e interage com os alunos. De forma irreverente, Femmenino faz algumas perguntas para os estudantes, conversa com as alunas e alunos sobre a proximidade do Dia do Professor e divulga informações sobre como ingressar no Colégio João XXIII.

Três dias depois da postagem, o então deputado federal Jair Bolsonaro divulgou em suas redes um trecho de 34 segundos, descontextualizado, com a legenda “prestem atenção na canalhice que estão fazendo com as nossas crianças”⁵³⁴. Nesse excerto do vídeo, Femmenino diz aos alunos “Vocês vão ficar aí pensando sobre essas coisas de menino e de menina, isso não existe, tá?” e é então interrompida por uma criança que,

⁵³² O vídeo pode ser encontrado em: < https://youtu.be/NubKm_FFZic>. Acesso em 26 jul. 2022.

⁵³³ Todos os vídeos foram organizados em uma lista de reprodução chamada “Na Hora do Lanche”, que pode ser encontrada em: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PLS7Q2j47LNUeO7pleIBSTJbPqOIiVS8Dj>>. Acesso em 26 jul. 2022.

⁵³⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=933228986826088>. Acesso em 26 jul. 2022.

espontaneamente, diz que isso é preconceito. A apresentadora então pede ao estudante que repita o que disse, dessa vez para câmera. Ela pergunta: “Essa coisa de menino e de menina é o que?” e o aluno, acompanhado por um coro de outros estudantes, diz novamente “preconceito”. Femmenino então diz “Viu? Toma, família brasileira”.

Esse trecho, que teve repercussão nacional, foi mobilizado para inflamar setores conservadores. Na cidade de Juiz de Fora, isso resultou em ataque aos envolvidos no projeto, questionamentos sobre a proposta pedagógica tanto da escola quanto da própria UFJF⁵³⁵ e mesmo uma nota de repúdio aprovada pela Câmara de Vereadores da cidade ao Colégio⁵³⁶. Tudo isso a partir de uma retórica contra o que os conservadores chamam de “ideologia de gênero”.

Diante desse cenário, identificamos dois aspectos relevantes a serem considerados na nossa proposta de pesquisa, que esse episódio nos permite pensar. O primeiro deles envolve o contraste que tal ofensiva apresenta em relação a imagem da cidade de Juiz de Fora como um lugar *LGBT-friendly*⁵³⁷, percepção que foi construída pela imprensa e que se ancora também em alguns referenciais históricos e culturais da cidade. O segundo é o fato de que esse episódio é apenas um em meio a outros eventos que ocorreram nacionalmente e que parecem compor uma ofensiva conservadora que tem como uma de suas principais pautas o ataque à educação para relações de gênero e sexualidade.

2. A cidade de Juiz de Fora e a população LGBT

Esse trabalho teve como ponto de partida as conclusões compartilhadas por Nogueira (2022) de que, durante o fim da década de 1990 e início dos anos 2000, o jornal Tribuna de Minas colaborou para a elaboração de uma visão da cidade de Juiz de Fora

⁵³⁵ Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/10/19/interna_gerais.909783/apos-
polemica-com-drag-queen-em-escola-vereador-visita-reitor-da-ufjf.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/10/19/interna_gerais.909783/apos-polemica-com-drag-queen-em-escola-vereador-visita-reitor-da-ufjf.shtml). Acesso em 28/07/2022.

⁵³⁶ Disponível em: [https://tribunademinas.com.br/noticias/politica/24-10-2017/mocao-de-repudio-contr-a-
ufjf-e-o-joao-xxiii-passa-na-camara.html](https://tribunademinas.com.br/noticias/politica/24-10-2017/mocao-de-repudio-contr-a-ufjf-e-o-joao-xxiii-passa-na-camara.html). Acesso em 28/07/2022.

⁵³⁷ *LGBT-friendly* é um termo que se refere à locais, espaços ou mesmo eventos que sejam “amigáveis” à pessoas LGBT, oferecendo portanto segurança para que essas pessoas sejam elas mesmas sem violência.

como um lugar LGBT-*friendly*. A autora observa o modo como a relação que a imprensa local estabelece com temáticas relacionadas às homossexualidades e travestilidades se modifica a partir de dois “acontecimentos”: a promulgação da “Lei Rosa”⁵³⁸ e a institucionalização do Movimento Gay de Minas (MGM) em 2000.

Assim, embora já tenha sido considerada a “Capital do Orgulho Gay”, conforme nos informa a autora, se sobressaiu para nós o fato de que a construção de tal imagem não está de acordo com os eventos mais recentes, incluindo o episódio referido. Nesse caso em particular, chama a atenção que a mesma Câmara que um dia aprovou a chamada “Lei Rosa” agora aprovava uma moção de repúdio a um colégio da cidade pela presença de uma Drag Queen em suas dependências. Dessa forma, a cidade de Juiz de Fora parece se tornar palco das ofensivas antigênero que ganharam o país nas últimas décadas. Tal afirmação pode ser verificada em outras pesquisas, como a de Castro (2016), que trata da discussão do Plano Municipal de Educação em Juiz de Fora.

3. Ideologia de Gênero: origem do termo e sua utilização conservadora

Em nossa pesquisa estamos partindo do entendimento de que tais eventos estão relacionados a um contexto mais amplo no qual a retórica e combate de uma noção de “ideologia de gênero” é fundamental. O termo “ideologia de gênero” é especialmente importante para nossa pesquisa, na medida que sua formulação e definição foram feitas no seio do conservadorismo, através da Igreja Católica e outros pensadores desse âmbito, e portanto sua utilização em notícias já funciona como indício de um certo viés naquilo que é afirmado. Segundo os autores Miskolci e Campana (2017):

Esses setores começaram a definir a ‘ideologia de gênero’ como ‘um sistema de pensamento fechado’ a defender que as diferenças entre o homem e a mulher não correspondem a uma natureza fixa, senão que são construções culturais e convencionais, feitas segundo os papéis e estereótipos que cada sociedade designa aos sexos (Scala, 2010). E como ideologia, as equipara aos diversos totalitarismos, incluindo o nazismo e o comunismo. (MISKOLCI, CAMPANA, 2017: 727).

⁵³⁸ Apelido da Lei nº. 9.719 de 12 de maio de 2000, que entre outras coisas criminalizou a lgbtfobia no âmbito municipal.

A associação entre o episódio em questão e a escalada conservadora no país foi discutida de forma relevante por Castro, Sena e Queiroz (2018). Os autores enfocam a potencialidade das próprias reações conservadoras ocasionadas pelo vídeo para que as escolas repensem as relações de gênero e sua naturalização. Dessa forma há um destaque no modo como a presença de uma drag queen na escola possibilita problematizações e reflexões acerca de questões de gênero.

É possível perceber, portanto, esse episódio como parte de um processo nacional de ataques conservadores, com o discurso articulado em torno de “ideologia de gênero” sendo um dos fios condutores e organizadores da repercussão negativa do episódio estudado, como veremos a seguir.

4. A articulação da retórica da ideologia de gênero na imprensa e nas notas de repúdio

Em um primeiro momento buscamos analisar a repercussão do caso a partir da imprensa. Selecionamos os jornais Tribuna de Minas e Estado de Minas para iniciar nossas pesquisas por se tratarem de dois veículos relevantes no âmbito local e regional. Ao longo da pesquisa, encontramos fontes em outros jornais, como o Gazeta de Minas e O Globo, além de utilizarmos também as notícias divulgadas pela UFJF e Câmara dos Vereadores de Juiz de Fora.

Entendemos, ao trabalhar com a imprensa, que esta tem grande importância na história não apenas como testemunha e registro dos acontecimentos, mas como parte ativa deles (LEITE, 2015). Enquanto uma força social ativa, estudá-la é compreender a ação dos diversos agentes históricos que a organizaram, entendendo que é não apenas memória de um passado, mas forma de ação das pessoas daquele tempo. Não existe apenas uma opinião da imprensa: ela delimita espaços, mobiliza opiniões e articula projetos sociais (VIEIRA, 2013). Partindo dessa premissa, buscamos identificar os atores envolvidos, os discursos produzidos em torno do caso e o modo como eles se articulam a uma retórica conservadora que ganhou fôlego em todo o país ao longo dos últimos anos.

Apesar do vídeo “Na Hora do Lanche | Dia das Crianças” ter ganhado dimensão nacional apenas a partir de uma publicação de Jair Bolsonaro, na época deputado federal,

em 14 de outubro de 2017, a visita da drag queen Femmenino já havia entrado no radar de uma mídia conservadora dois dias depois de sua postagem no Youtube.

No dia 12 de outubro, um conselheiro tutelar da cidade de Juiz de Fora, Abraão Fernandes, publicou nas redes sociais um documento que seria um “pedido de providências” que seria apresentado ao Ministério Público Federal (MPF) acerca do vídeo. A reportagem do G1 da Zona da Mata⁵³⁹ feita no dia 16 de outubro, data em que a denúncia foi efetivamente protocolada, apresenta as justificativas para a denúncia ao MPF. Dentre elas está o entendimento de que a fala da drag queen teria violado a “legislação municipal e nacional que determina as normas de proteção aos direitos de crianças e adolescentes” (G1, 2017: s/p). Segundo o conselheiro tutelar:

Em determinado momento, a drag deixa transparecer a questão da ideologia de gênero, ao dizer que não existe questão de brinquedo de menino e de menina. E ao dizer 'Toma família brasileira' se torna um desrespeito, porque todas aquelas crianças são parte de uma família. A gente não está sendo homofóbico, nem discutindo diferentes formas de famílias. O artigo 22 do ECA destacou o direito de guarda dos pais e o Estado não pode ir na contramão do direito fundamental do pai e da mãe sobre como educar o filho. (G1, 2017: s/p).

Cabe notar que a ideia de ideologia de gênero se apresenta de forma central já nessa primeira reação ao vídeo, sendo apresentada como algo que estaria presente na fala de Femmenino e violaria o direito dos pais de educar seus filhos. Além disso, a outra justificativa apresentada pelo autor é que a iniciativa iria contra o Plano Municipal de Educação que, apesar de ser válido para escolas municipais, estaduais e privadas da cidade, não tem poder sobre o Colégio de Aplicação João XXIII enquanto instituição federal associada a Universidade Federal de Juiz de Fora.

No dia 13 de outubro, o jornal Gazeta do Povo (2017) foi o primeiro a fazer uma matéria acerca do caso, que foi intitulada “Drag queen dá “aula” sobre papéis de gênero para comemorar Dia das Crianças em escola”. No artigo, que consiste na descrição de alguns eventos do vídeo, chama atenção a ênfase dada nas roupas da personagem e o uso da expressão “ideologia de gênero”, como podemos observar no trecho: “Vestido com

⁵³⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/conselheiro-tutelar-aciona-ministerio-publico-apos-fala-de-drag-queen-em-video-institucional-da-ufjf.ghtml>. Acesso em 27 de out. De 2022.

uma peruca loira, saia rosa e mini-blusa colorida, o personagem Femmenino conversou com alunos e fez brincadeiras na aula da terça-feira. Mas foi além disso e tentou dar uma “aula” sobre ideologia de gênero.”⁵⁴⁰. O termo, usado sem problematização, sinaliza um posicionamento conservador do jornal em questão, por ser essencialmente vinculado à grupos conservadores, como já foi discutido. A notícia em si não demonstra um posicionamento explícito, limitando-se a descrever algumas cenas do vídeo.

Posteriormente, no dia 16 de outubro, o jornal Tribuna de Minas também reporta o evento ⁵⁴¹, mas dessa vez dando ênfase na repercussão do vídeo, já nacionalizado, e os desdobramentos do caso. Somos informados por Sandra Zanella (2017) que a Universidade Federal de Juiz de Fora se posicionou em sua página oficial no Facebook utilizando a *hashtag* “VaiTerDragSim”. A matéria também repercutiu a resposta de Nino de Barros e descreve sua personagem, Femmenino, como “Uma das ícones da luta pelas causas LGBTTI no meio acadêmico e na cidade”.

Mais tarde na mesma data, pelo Tribuna de Minas, Renato Salles (2017) reporta⁵⁴² que a repercussão do vídeo alcançou o debate legislativo na câmara dos vereadores de Juiz de Fora. Na ocasião, os vereadores André Mariano (PSC) e José Fiorilo (PTC) apresentaram moções de repúdio dirigidas ao C.A. João XXIII. O autor nos informa que, apesar das diferenças, ambas as moções fazem referência à “ideologia de gênero”.

No mesmo dia, 16 de outubro, Tiago Chagas escreve para o site Gospel a matéria intitulada “Escola infantil usa drag queen para fazer apologia à ideologia de gênero e atacar a ‘família brasileira’”⁵⁴³. A notícia, que faz referência à matéria publicada pelo Gazeta do Povo no dia 13, se posiciona fortemente contra a “ideologia de gênero” que

⁵⁴⁰ Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/drag-queen-da-aula-sobre-papeis-de-genero-para-comemorar-dia-das-criancas-em-escola-2mbckp4pqarcq327zyi2ywkmx/>>. Acesso em 26 de jul. 2022.

⁵⁴¹ Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/16-10-2017/video-da-ufjf-que-toca-em-questao-de-genero-gera-repercussao-nacional.html>>. Acesso em 26 de jul. 2022.

⁵⁴² Disponível em : <<https://tribunademinas.com.br/noticias/politica/16-10-2017/camara-discute-mocoes-de-repudio-em-caso-de-drag-queen-nesta-terca-feira.html>>. Acesso em 26 de jul. 2022.

⁵⁴³ Disponível em: <https://noticias.gospelmais.com.br/escola-drag-queen-ideologia-de-genero-familia-brasileira-93252.html>. Acesso em 27 de out. 2022.

teria sido pregada pela Drag Queen na escola. O seguinte trecho pretende descrever a cena causadora de maior comoção dentro da mídia conservadora:

“Vocês vão ficar aí pensando sobre essas diferenças de menino e menina. Isso não existe!”, pregou o drag queen para as crianças, em sua maioria, de oito anos de idade. Doutrinados, os alunos concordaram, e quando um aluno se referiu à ideia de diferença como “preconceito”, Femmenino aproveitou: “Viu? Toma, família brasileira”. (CHAGAS, 2017: s/p).

Chama a atenção o uso de vocabulários como “pregou o drag queen”, “doutrinados, os alunos concordaram”, além da alegação de que os alunos teriam oito anos de idade, informação nunca apresentada no vídeo e utilizada com possíveis intenções de estabelecer as crianças como “manipuláveis”. É possível perceber que nesse dia, 16 de outubro, há matérias diversas sendo postadas sobre o caso pela primeira vez após ele realmente “viralizar” nas redes sociais, todas sinalizando algum posicionamento na discussão, seja reforçando a ideia conservadora de que as crianças estariam sendo doutrinadas pela ideologia de gênero, seja qualificando a drag queen como uma importância ativista da cidade.

No dia 17 de outubro foi publicado no site da UFJF uma “Nota de Esclarecimento”⁵⁴⁴ por parte do Colégio de Aplicação João XXIII. Nela há uma defesa do projeto de extensão feita através da citação da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, do Projeto Político Pedagógico do próprio colégio e também da ideia de educar para a diversidade. Embora não cite o termo “ideologia de gênero”, a nota responde às alegações envolvendo “doutrinação” que foram feitas, em muitos casos, em associação a essa ideia:

Desconsiderar aspectos da realidade e considerar determinados assuntos interditados ao trabalho pedagógico, aí sim é permitir a formação de conceitos e práticas baseados na intolerância, nos costumes que têm cristalizado situações de injustiça e desrespeito e na falta de comprometimento com o desenvolvimento da sociedade como um todo. Destacamos que em nossa ação pedagógica não há qualquer elemento de doutrinação, mas de construção de uma autonomia, de um respeito às capacidades de entendimento dos estudantes, que, ainda que

⁵⁴⁴ Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2017/10/17/nota-de-esclarecimento-5/>. Acesso em 27 de out. De 2022.

com pouca idade, vivem e formam seu pensamento a partir de tudo que os rodeia. (UFJF, 2017: s/p).

Percebe-se um posicionamento claro do colégio e da UFJF em defesa de uma prática pedagógica que se coloca contrária ao medo e repúdio que cercam e se constroem a partir do termo “ideologia de gênero”. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também se manifestou em favor do vídeo e se posicionou contra as denúncias ao MPF feitas pelo conselheiro tutelar e as notas de repúdio que foram apresentadas na Câmara Municipal⁵⁴⁵.

Na matéria onde informam acerca da declaração da OAB, feita também do dia 17 de outubro para o Estado de Minas, Simon Nascimento e Junia Oliveira (2017) informam sobre um outro grupo que se posicionou contra o vídeo. Segundo eles: “A declaração [da drag queen], porém, gerou efeitos contrários e reclamações por parte de alguns pais de alunos, pelo grupo ‘Direita Minas’ - conhecido pelo apoio ao deputado federal Jair Bolsonaro (PSC/RJ) –, e pelo Conselho Tutelar de Juiz de Fora.” (NASCIMENTO, OLIVEIRA, 2017: s/p). O grupo, que possui redes sociais ativas desde 2017 se coloca como ativo em cerca de 60 cidades em Minas Gerais, incluindo Belo Horizonte em suas redes.

Também no dia 17 de outubro houve a primeira sessão para discutir as moções de repúdio que foram apresentadas na Câmara Municipal. Em notícia publicada pelo G1⁵⁴⁶, Fellype Alberto (2017) relata que a Câmara estava ocupada por manifestantes contrários às moções, que acabaram por serem ambas retiradas por seus autores sob justificativa de que seria melhor que “antes de uma possível votação, a direção do colégio e da UFJF se reunissem com os representantes do Legislativo para explicar o caso” (ALBERTO, 2017: s/p).

A sessão acabou sendo suspensa depois de duas horas de duração devido à diversas interrupções e emoções inflamadas, tanto por parte do público quanto também como resultado da presença do Conselheiro Tutelar Abraão Fernandes que gritou em alguns

⁵⁴⁵ Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/10/17/interna_gerais,909249/conselho-tutelar-critica-video-de-drag-queen-em-colegio-da-ufjf.shtml. Acesso em 27 de out. 2022.

⁵⁴⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/camara-de-juiz-de-fora-e-ocupada-por-manifestantes-em-apoio-a-video-de-colegio-com-drag-queen.ghtml>. Acesso em 27 de out. 2022.

momentos o nome de Bolsonaro, ao que foi respondido por gritos de “racista e fascista” dos manifestantes. O vereador Mariano, autor de uma das propostas, discursou, justificando-se que apresentou-a contra a direção do Colégio:

[...] por promover um evento, na semana das crianças, com a atuação de uma drag queen, que utilizando-se da ideologia de gênero, escarneceu e desrespeitou a família tradicional, ensinando e desconstruindo os valores éticos e morais das crianças da instituição. (ALBERTO, 2017: s/p).

Pains (2017) afirma que o vereador Mariano foi o responsável pelo projeto "Escola sem partido" em Juiz de Fora e também era autor da lei que estabeleceu o dia 31 de outubro como o Dia Municipal da Proclamação do Evangelho, estabelecendo assim mais de suas conexões a um movimento conservador nacional, que tem com um de seus objetivos interferir nos debates sobre Educação tendo como premissa valores religiosos.

No dia 19 de outubro, em reportagem para O Globo⁵⁴⁷, Clarissa Pains (2017) retoma os acontecimentos que marcaram até então essa polêmica, dando foco principalmente nas reações de Femmenino, da UFJF e dos responsáveis por organizar a manifestação ocorrida na Câmara. Matheus Brum, ex-aluno da UFJF é identificado como um dos organizadores. Em entrevista, ele afirma que 300 pessoas participaram dessa manifestação e que havia ocorrido uma tentativa de aprovação do projeto no dia 16 de noite, mas que:

(...) outro vereador conseguiu adiar, e, em menos de 24 horas organizamos uma manifestação, porque a comunidade LGBTTI [sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Intersexos] de Juiz de Fora é muito unida e consciente de seus direitos. (PAINS, 2017: s/p).

Deixa-se entreaver nessa afirmação de Matheus Brum a ideia de Juiz de Fora como detentora de uma comunidade organizada de pessoas LGBTTI capaz de reagir à ofensiva conservadora da Câmara de Vereadores. A partir dessa manifestação, assim como das notas e respostas publicadas pela UFJF, pelo Colégio e por outros órgãos públicos,

⁵⁴⁷ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/video-com-drag-discutindo-genero-em-escola-desperta-ira-de-politicos-21963445>. Acesso em 27 de out. 2022.

percebe-se que, apesar dessa mobilização conservadora na cidade (ligada à uma mobilização nacional como percebemos pela associação com Jair Bolsonaro) há outros públicos e grupos, também organizados, marcando posição oposta. Estabelece-se na outrora “Vitrine Gay do Brasil”⁵⁴⁸ uma disputa de narrativas e direcionamentos.

Pouco mais de uma semana depois, em 24 de outubro, Renato Salles (2017) assina outra matéria⁵⁴⁹ relatando a aprovação de uma moção de repúdio, mas não sem alguma resistência. Segundo ele, “A sessão foi acompanhada por um grupo de estudantes, que se manifestou aos gritos logo após a aprovação. No plenário, também estava um grupo de pastores, que havia ido até o Legislativo para encaminhar uma carta de repúdio ao vídeo da UFJF.” (SALLES, 2017: s/p). Dessa forma havia dentro da Câmara pessoas envolvidas com ambos os grupos, manifestando-se contra e a favor da moção. Chama atenção que, em resposta à aprovação, o vereador Betão (PT), que havia se colocado contra, anunciou que iria apresentar um pedido de cidadão honorífico à MC Xuxú (cantora travesti de Juiz de Fora), algo que veio a ocorrer posteriormente.

No dia seguinte, 25 de outubro, a UFJF reiterou sua posição em favor de debates que combatam práticas discriminatórias e digam de diversidade. Além disso, convidou os vereadores a participarem de um seminário sobre a política de educação e a questão da diversidade que seria realizado em novembro daquele ano. Salles, em uma notícia publicada nesse dia, “UFJF defende enfrentamento de desigualdades”⁵⁵⁰, pelo Tribuna de Minas, escreve:

A aprovação da moção de repúdio à direção do Colégio João XXIII pela Câmara repercutiu além das fronteiras do Poder Legislativo Municipal. Após a aprovação do dispositivo, dois deputados eleitos em 2014 com domicílio eleitoral em Juiz de Fora correram às redes sociais para defender e criticar o repúdio. (SALLES, 2017: s/p).

⁵⁴⁸ Termo que Nogueira (2022) identifica como sendo utilizado para dizer da cidade por parte da imprensa na época da aprovação da “Lei Rosa”.

⁵⁴⁹ Disponível em: < <https://tribunademinas.com.br/noticias/politica/24-10-2017/mocao-de-repudio-contr-a-ufjf-e-o-joao-xxiii-passa-na-camara.html>>. Acesso em 26 de jul. 2022.

⁵⁵⁰ Disponível em: < <https://www.notion.so/UFJF-defende-enfrentamento-de-desigualdades-34fecc08d9d34f0e93bb747350e78e5b>>. Acesso em 08 de nov. 2022.

Na mesma notícia o jornalista também chama atenção para o resultado acirrado da votação (10 votos favoráveis e 7 contrários) e apresenta a posição de lideranças locais e nacionais sobre a questão. A partir do texto, é possível interpretar que a disputa em torno do tema segue em aberto a despeito da aprovação da moção de repúdio.

É importante considerar o modo como cada veículo – seja em razão do seu público-alvo ou sua linha editorial – busca construir uma narrativa sobre o evento por meio de certos enquadramentos. Na primeira notícia que citamos, do jornal *Gazeta do Povo*, é perceptível que o autor adere a uma posição que corrobora a narrativa em torno da existência de uma “ideologia de gênero”, tendo em vista que o termo é citado sem qualquer menção crítica, somado à um título que enfatiza que a drag queen teria “ensinado sobre papéis de gênero”, algo que não era o objetivo do vídeo. Ainda assim, é uma notícia que se apresenta de forma menos “agressiva” do que a posteriormente postada no site “Gospel”, feita depois de o vídeo ter sido publicado por Jair Bolsonaro, que se posiciona de maneira mais explícita contra a iniciativa do vídeo e a chamada “ideologia de gênero”.

Em contrapartida, o fato de que Nino de Barros é qualificado como uma referência LGBT em uma das matérias citadas diz de uma tentativa de enquadrar esse sujeito em uma determinada perspectiva. Ainda que, nesse caso, possivelmente de forma positiva, trata-se de um enquadramento que não necessariamente reflete a visão do sujeito sobre si. Ao ressaltarem respostas institucionais que foram contrárias à repercussão negativa do caso e, por vezes, qualificarem a figura de Nino de forma positiva, veículos como o *Tribuna de Minas*, *Estado de Minas*, *O Globo*, entre outros, estabelecem outras formas de enquadramento da situação em pauta.

Além disso, é possível identificar a presença de alguns atores e os argumentos que eles mobilizam em relação ao caso. Nas diversas notícias que analisamos, observamos que a repercussão negativa do episódio, assim como a moção de repúdio, está ancorada à noção de “ideologia de gênero”, utilizada por políticos conservadores e líderes de associações religiosas. Em contrapartida, tal movimento não ocorre sem provocar a resistência de outros atores, normalmente vinculados ao campo da educação, como estudantes e professores. Como resultado não parece haver a vitória de um campo sobre

o outro, mas o estabelecimento de um impasse, de uma disputa que parece prometer continuar por outros caminhos na medida em que a Câmara aprova o repúdio, a UFJF reafirma seu compromisso com o combate às discriminações e o tema segue sendo objeto de conflitos.

5. Conclusão

Diante do que foi exposto, é possível perceber a repercussão do episódio de Dia das Crianças do programa Na Hora do Lanche, produzido pela UFJF, como parte de uma investida conservadora que também ocorre nacionalmente. Tendo suas primeiras reações logo que o vídeo é postado, o caso toma proporções nacionais a partir da interferência de Jair Bolsonaro, a partir do qual se aceleram os ataques e reações de indignação contra o vídeo vindos de diversos atores conservadores, de pastores à políticos. Vereadores locais envolvidos com outros movimentos como o Escola Sem Partido, grupos como Direita Minas e mesmo o Conselho Tutelar agem em torno de censurar e tentar interferir no Colégio de Aplicação João XXIII e na Universidade Federal de Juiz de Fora.

No âmbito local temos a contradição de uma cidade que possui uma narrativa de ser *LGBT-friendly* e, ao mesmo tempo, é palco de diversos conflitos e disputas envolvendo questões de gênero e sexualidade. De uma Câmara de Vereadores que aprovou a “Lei Rosa” temos a aprovação de uma Moção de Repúdio contra importantes instituições da cidade em razão da presença de uma drag queen em um ambiente escolar. Ao mesmo tempo, vê-se uma organização contrária à essa repercussão negativa, ancorada, entre outras coisas, na afirmação da comunidade LGBT de Juiz de Fora como uma “consciente de seus direitos”.

É digno de nota o fato de que um dos desdobramentos pretendidos do episódio, por parte dos vereadores conservadores, era que o reitor da UFJF fosse à Câmara discutir conjuntamente as propostas educacionais do C. A. João XXIII e da UFJF, algo que não ocorreu. Em vez disso, o Reitor oficializou um convite aos vereadores para que comparecessem ao já citado Seminário que seria realizado posteriormente na universidade. Tal movimento é sintomático do modo como grupos fundamentalistas e

conservadores passaram a buscar caminhos para intervir no campo da educação a fim de interditar debates progressistas sobre gênero e sexualidade.

6. Referências

Fontes

ALBERTO, Fellype. Câmara de Juiz de Fora é ocupada por manifestantes em apoio a vídeo de colégio com drag queen. **G1 Zona da Mata**, [s/p], 17 de out. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/camara-de-juiz-de-fora-e-ocupada-por-manifestantes-em-apoio-a-video-de-colegio-com-drag-queen.ghtml>. Acesso em 27 de out. 2022.

CASTRO, Gabriel de Arruda. Drag Queen dá “aula” sobre papéis de Gênero para comemorar Dia das Crianças em escola. **Gazeta do Povo**, [s/p], 13 de out. 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/drag-queen-da-aula-sobre-papeis-de-genero-para-comemorar-dia-das-criancas-em-escola-2mbckp4pqarcq327zyi2ywkmx/>. Acesso em 26 de jul. 2022.

CHAGAS, Tiago. Escola infantil usa drag queen para fazer apologia à ideologia de gênero e atacar a “família brasileira”. **Gospel**, [s/p], 16 de out. 2017. Disponível em: <https://noticias.gospelmais.com.br/escola-drag-queen-ideologia-de-genero-familia-brasileira-93252.html>. Acesso em 27 de out. 2022.

CONSELHEIRO TUTELAR ACIONA MINISTÉRIO PÚBLICO APÓS FALA DE DRAG QUEEN EM VÍDEO INSTITUCIONAL DA UFJF. **G1 Zona da Mata**, [s/p], 16 de out. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/conselheiro-tutelar-aciona-ministerio-publico-apos-fala-de-drag-queen-em-video-institucional-da-ufjf.ghtml>. Acesso em 27 de out. 2022.

NA HORA DO LANCHE | Dia das Crianças. Produção: Juliana Araújo, Nino de Barros, Vinícius Martins. Youtube, 12 de out. 2017, 4min17s. Disponível em: https://youtu.be/NubKm_FFZic. Acesso em 26 de jul. 2022.

NASCIMENTO, Simon. OLIVEIRA, Junia. Conselho Tutelar de Juiz de Fora critica vídeo de drag queen em colégio infantil da UFJF. **Estado de Minas**, [s/p], 17 de out. 2017. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/10/17/interna_gerais,909249/conselho-tutelar-critica-video-de-drag-queen-em-colegio-da-ufjf.shtml. Acesso em 27 de out. 2022.

NOTA DE ESCLARECIMENTO. **UFJF Notícias**, [s/p], 17 de out. 2017. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2017/10/17/nota-de-esclarecimento-5/>. Acesso em 27 de out. 2022.

PAINS, Clarissa. Vídeo com 'drag' discutindo gênero em escola desperta ira de políticos. **O Globo**, [s/p], 19 de out. de 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/video-com-drag-discutindo-genero-em-escola-desperta-ira-de-politicos-21963445>. Acesso em 27 de out. 2022.

SALLES, Renato. Câmara discute moções de repúdio em caso de Drag Queen nesta terça-feira. **Tribuna de Minas**, [s/p], 16 de out. 2017. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/politica/16-10-2017/camara-discute-mocoos-de-repudio-em-caso-de-drag-queen-nesta-terca-feira.html>. Acesso em 26 de jul. 2022.

SALLES, Renato. Moção de repúdio contra a UFJF e o João XXIII passa na câmara. **Tribuna de Minas**, [s/p], 24 de out. 2017. Disponível em:

<https://tribunademinas.com.br/noticias/politica/24-10-2017/mocao-de-repudio-contr-a-ufjf-e-o-joao-xxiii-passa-na-camara.html>. Acesso em 28/07/2022. Acesso em 27 de out. 2022.

SALLES, Renato. UFJF defende enfrentamento de desigualdades. **Tribuna de Minas**, [s/p], 25 de out. 2017. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/25-10-2017/ufjf-defende-enfrentamento-de-desigualdades.html>. Acesso em 27 de out. 2022.

ZANELLA, Sandra. Vídeo da UFJF que toca em questão de gênero gera repercussão nacional. **Tribuna de Minas**, [s/p], 16 de out. 2017. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/16-10-2017/video-da-ufjf-que-toca-em-questao-de-genero-gera-repercussao-nacional.html>. Acesso em 26 de jul. 2022.

Bibliografia

CASTRO, Roney Polato de. Diversidades sexuais e de gêneros no plano municipal de educação de juiz de fora: breves apontamentos. **Pesquisa e Debate em Educação**, v. 6, n. 2, p. 175-180, 2016.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, Metodologia E Possibilidades: Os Jornais Como Fonte E Objeto De Pesquisa Histórica. **Escritas: Revista Do Curso De História De Araguaína**, V. 7, N. 1, P. 03-17, 2015. Disponível Em: <https://Sistemas.Uft.Edu.Br/Periodicos/Index.Php/Escritas/Article/View/1629>. Acesso em: 23 ago. 2022.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, [S.L.], v. 32, n. 3, p. 725-748, dez. 2017.

NOGUEIRA, Júlia de Castro Martins Ferreira. **“Vitrine gay do Brasil”?: Juiz de Fora e suas relações com o MGM nas páginas da Tribuna de Minas (1998 – 2001)**. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2022.

VIEIRA, Lucas Schuab. A Imprensa como Fonte para a Pesquisa em História: Teoria e Método. **Biblioteca On-line de ciências da comunicação**, [s. l.], 2013. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/vieira-lucas-2013-imprensa-fonte-pesquisa.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

Os circuitos da Dança Cênica Brasileira - Uma proposição de estudo

Franciara Sharon Silva do Carmo⁵⁵¹

Resumo: A Dança Cênica no Brasil durante o século XX, tem um rápido desenvolvimento, tanto em formação de profissionais, quanto em público. Uma das formas de entender esse crescimento é através das publicações feitas durante o momento. Livros e matérias em jornais, são publicações de fácil acesso que mostram este período. Com a crescente demanda do mercado de dança, intelectuais brasileiros, críticos e bailarinos buscam registrar suas perspectivas de História da Dança. O intuito é entender nestes registros questões como: o que se prezava registrar, quais perspectivas se levava em consideração, quais eram suas similaridades e suas singularidades. Neste trabalho buscaremos demonstrar os parâmetros que estes estudos possam seguir.

Palavras-chave: História da Dança; História da Arte; Brasil; Século XX.

Abstract: Scenic dance in Brazil during the 20th century, it has a rapid development, both in professional training and in public. One of the ways to hear this growth is through the publications made during the moment. Books and as published in newspapers, are easily accessible publications that show this period. With the growing demand of the dance market, Brazilian intellectuals, critics and dancers seek to register their perspectives on the History of Dance. The intention is to listen to questions in these records such as: what is worth recording, which perspectives they take into account, what were their similarities and their singularities. This work seeks to demonstrate the parameters that these studies can follow.

Keywords: History of Dance; Art History; Brazil; 20th century.

⁵⁵¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Membro do Laboratório de História da Arte da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista FAPEMIG. franciarasharon@hotmail.com

Atualmente uma das formas mais acessíveis de entender o contexto cultural que envolve a Dança é através do olhar do crítico. Nestes textos temos acesso a uma perspectiva do que se pretendia ser mostrado pelos bailarinos e como isso era lido pelo público presente. A recepção de uma obra envolve expectativas e leituras de dois lados por vezes opostos. Para além da recepção da obra, a crítica nos mostra os mecanismos de funcionamento das apresentações, porém devemos nos atentar que os jornais de uma forma geral trazem informações sobre um contexto de dança e podemos encontrar matérias sobre: crítica de apresentação, crítica de filme de dança, crítica internacional, matérias, entrevistas, resenhas de livro e matérias relacionadas a publicações de livros.

No Brasil as apresentações de dança têm grande desenvolvimento após a vinda da família Real portuguesa. Assim como sabemos a imprensa também teve seu desenvolvimento atrelado com esse fato. Logo a recepção das apresentações de dança vão ser um tópico bem absorvido pelos jornais, aos moldes do que era feito principalmente em Paris. Neste momento do século XIX ser civilizado está ligado a seguir padrões e códigos de etiqueta da elite urbana europeia. E os principais países a serem observados e copiados são Inglaterra e França. Porém apenas após a segunda metade do século XIX podemos observar uma criação de um padrão de vida noturna, onde as apresentações em Teatros (ópera, concertos e ballets) eram frequentes.

Ao pensarmos no contexto cultural das apresentações francesas, o ballet tinha acabado de voltar às boas graças aos olhos do público e da crítica graças as criaturas aladas apresentadas pelo período romântico. As bailarinas tornaram-se estrelas a serem copiadas e desejadas. Assim, tournées pelas Américas começaram a se tornar frequentes. Assim, tanto a circulação dos jornais quanto as tournées auxiliaram a divulgar o ballet enquanto dança cênica independente e esses dois impulsos foram relevantes para História da Dança tanto no século XIX, quanto no século XX.

Para entender bem como funcionavam essas questões, podemos levantar como mostra o espaço cênico brasileiro na segunda metade do século XX. É correto afirmar que neste momento a dança cênica no Brasil tem suas bases estabelecidas e um espaço

conquistado tanto no fator de profissionais da dança quanto ao público. Os seguintes fatores sociais e econômicos foram determinantes para esta conquista de espaço.

O primeiro foi a vinda de profissionais super qualificados que imigraram em três momentos distintos: Primeira Guerra, Revolução Russa e Segunda Guerra Mundial; O Brasil recebeu inúmeros bailarinos russos que estabeleceram aqui escolas particulares de dança, se associaram a clubes (inclusive clubes de futebol, um bom exemplo disto é que o próprio clube de regatas do Flamengo tinha seu próprio corpo de baile) e fundaram corpos de baile e escolas oficiais vinculados aos Theatros brasileiros.

O segundo fator está associado a crescente importância e divulgação que a atividade física associada a saúde e bem estar passa a ter sobretudo durante os anos 70 e 80. A dança que até o início do século era mal vista enquanto profissão, mas neste período passa a atrair os olhares não apenas daqueles que aspiravam aos palcos, mas também de interessados em vivenciar de forma amadora aquilo que eles admiravam nas apresentações, também haviam mães que queriam inculcar em suas filhas disciplina e postura; além de adultos que queriam sair do óbvio no que tange atividade física e encontram na dança uma forma de se exercitar com liberdade.

Encontramos então um ambiente favorável ao crescimento da dança cênica e uma sociedade que se estabelecia enquanto público de apresentações cada vez mais variadas e vindas de locais diferentes do globo. Podemos mapear este desenvolvimento e essa transformação social através das matérias publicadas em jornais do período. Um ótimo conjunto de fontes que demonstram de forma bem clara esse Boom da dança são as reportagens do jornal O Globo. Ao delimitarmos a consulta durante o período dos anos 70 e 80 conseguimos levantar trezentos e oitenta e uma matérias sobre dança. Nos anos 70 temos cento e oitenta e seis matérias publicadas, e nos anos 80 cento e noventa e cinco matérias. Todas escritas por Maribel Portinari.

Maribel Berruezo Portinari nasceu em 1939 na cidade do Rio de Janeiro. Ela tem seu primeiro contato com a dança através de aulas de balé durante sua infância e adolescência. Neste meio ela teve a oportunidade de estudar a técnica com dois expoentes do estilo no Brasil, Tatiana Leskova e Johnny Franklin, durante o período de 1949 – 1956. Maribel adota o nome Portinari após se casar com João Cândido Portinari, filho único do

pintor Cândido Portinari. Com João Cândido ela tem dois filhos, Denise Berruezo Portinari e João Carlos Portinari.

Durante o final da década de 1950 ela trabalha no departamento de Relações Públicas do jornal O Globo, onde demonstra inclinação para a área. Em 1960, parte para Paris com o marido para estudar jornalismo na École Supérieure de Journalisme, e em 1963, novamente na capital francesa, certifica-se em estudos políticos pelo Institut D'Etudes Politiques. Ela assistiu seminários de História nas universidades de Harvard, Cambridge, Massachusetts e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde diploma-se em História. Pela Universidade Federal Fluminense consegue completar os créditos e se tornar mestra em História do Brasil.

Em 1968 ela volta a trabalhar no O Globo, e em 1969 envia para o jornal três matérias especiais de Paris falando de exposições e pontos turísticos. Pouco depois publica sua primeira crítica de cinema sobre o que ela chama de Filme-Ballet da companhia Royal Ballet, rodado no Pinewood Studios em Londres.

Apesar de ter críticas publicadas a partir deste período, entra oficialmente para o Segundo Caderno no ano de 1971, participando constantemente da coluna de crítica de cinema. Fora duas críticas de Filme-Ballet, sua primeira matéria sobre dança é uma entrevista com Klaus Viana, que foi responsável por desenvolver seu próprio método de expressão e corporalidade, as aulas de Klaus tiveram um grande bum e chamaram atenção não apenas de bailarinos que queriam refinar sua expressão corporal, mas também de grandes atores e de pessoas sem experiência com arte que queriam conectar-se consigo. Nesta entrevista é abordado um pouco sobre o diferencial em suas aulas, e a matéria é publicada em cinco de outubro de 1971.

Desde então, o material de Maribel Portinari passa a ser predominantemente sobre cinema e sobre dança, vez ou outra fazendo resenhas de livros, matérias sobre história ou sobre o cotidiano. No jornal O Globo exerce várias funções: redatora da Editoria de Pesquisa, repórter para assuntos de arte e cultura, crítica e coordenadora de cinema e crítica de dança.

Maribel Portinari é responsável de forma contínua sobre assuntos de dança no jornal durante as décadas de 70 e 80, porém envia matérias especiais esporádicas durante

o ano de 1969 e a durante a década de 90, sua produção escrita sobre dança totaliza trezentas e noventa e três matérias. Ao dividirmos esse material por tipo encontramos: cento e setenta e duas críticas de apresentações, doze críticas de filmes de dança, dezessete críticas de dança internacional, cento e oito matérias especiais, sessenta e três entrevistas, nove resenhas de livros e doze matérias relacionadas aos livros de dança que ela escreveu.

Todos os cinco livros que Maribel publicou foram sobre dança. O primeiro foi *Nos Passos da Dança* de 1985 publicado pela editora Nova Fronteira, obra em que traz uma versão ampla do que ela considera as melhores entrevistas de dança de sua carreira, constando perguntas e comentários extras do que foi publicado no jornal originalmente. Ao todo este livro conta com 27 entrevistas. Nele vemos os grandes nomes do cenário nacional e internacional falando de suas vidas e de suas carreiras.

Em 1989 publica também pela Editora Nova Fronteira *História da Dança*, o qual ela faz um apanhado da História da Dança pela via do desenvolvimento do Balé Clássico e da Dança Contemporânea. A estes tópicos ela dedica boa parte do livro detalhando todo o trabalho dos artistas de sua contemporaneidade, nos dando um vislumbre do funcionamento das grandes companhias e corpos de balé de diversos lugares, ela traz esses detalhes das maiores companhias de dança de 40 países, separados por continentes, e conta as trajetórias destes países nas danças cênicas levantando suas maiores criações, melhores bailarinos e importância social e cultura.

Nesta parte do livro, em que Maribel busca falar da dança da década de 1930 até a atualidade, ela destaca não apenas companhias de ballet, mas aborda as companhias de dança cênica relevantes daquele país, podemos levantar que sobretudo se destacam companhias que se dedicam a: dança contemporânea, dança folclórica, sapateado, danças tradicionais além do ballet. Aprendemos um pouco das trajetórias dessas companhias e destes países junto a dança cênica. Parte deste material foi produzido devido ao contato que foi possibilitado pela sua carreira jornalística, isso fica bem claro ao compararmos essa parte do livro com as críticas de dança escrita para o jornal.

Os outros três livros que Maribel escreve faz parte de um projeto de memória do Theatro Municipal do Rio de Janeiro. A então diretora Dalal Achcar buscou apoio de

entidades (Ministério da Cultura, Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro) e colocou em prática com Maribel o dito projeto, que é composto por uma série de cinquenta livros biográficos de pessoas relevantes para a história do Teatro, com a utilização do próprio material documental presente no acervo do Municipal como fonte de pesquisa. Maribel Portinari escreve três destes livros: o primeiro da série, Dennis Gray: Eterno em Cena de 2001, o quarto volume, Eugenia Feodorova: a Dança de Alma Russa de 2001 e o oitavo volume, Bertha Rosanova: nossa Primeira Odete-Odille de 2002.

Com o jornal podemos entender os ambientes brasileiros da dança. Quais eram as motivações dos mestres, as inspirações, o influxo do ambiente interno e externo e as recepções, não apenas das apresentações, mas dos ideais, afinal vemos como os projetos eram desenvolvidos e como eram recebidos. Podemos perceber os circuitos profissionais de dança e como eles influenciavam nas demais práticas de dança (hobby, cultura e lazer). Ainda podemos levantar quais eram os tipos de apresentação e peças mais solicitados e bem quistos do público e da crítica. Tudo isso, neste momento, sob as palavras e perspectivas de um jornalista que neste caso é Maribel Portinari.

Além disto, conseguimos entender as construções de História da dança que estavam sendo elaboradas em 1970 e 1980, e como isto se reflete em uma História da dança atualmente. Um bom exemplo disso é que boa parte do que estava sendo publicado nos jornais neste período retornam nas narrativas da série Memórias do Theatro Municipal do Rio de Janeiro. Com a crescente demanda do mercado de dança, intelectuais brasileiros, críticos e bailarinos buscam registrar suas perspectivas de História da Dança. Logo podemos contar com um material amplo, para entender as práticas dos sujeitos e das instituições que perpetuaram a dança no cenário nacional.

Assim os arquivos de Jornais são uma fonte muito bem quista para aqueles historiadores que buscam entender as narrativas sobre dança produzidas e como os contemporâneos a elas liam as narrativas presentes nessa inúmeras perspectivas de História da Dança.

Referências Bibliográficas:

Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por uma história decolonial: Gênero, raça e classe na América Latina. Eduarda Guerra Tostes; Lavínia Renata de Oliveira Turqueti; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2022. 926 p.
ISSN:2317-0468

ACHCAR, Dalal. *Ballet - Arte, Técnica e Interpretação*. Rio de Janeiro: Cia brasileira de artes gráficas, 1985.

BALANCHINE, George. *101 stories of the great ballets*. New York: Anchor Books, 1989.

PEREIRA, Roberto. *A formação do balé brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

PORTINARI, Maribel. *História da dança*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989.

PORTINARI, Maribel. *Nos passos da dança*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

PORTINARI, Maribel. *Eugenia Feodorova: a Dança de Alma Russa*. Rio de Janeiro: Funarte, 2001.

PORTINARI, Maribel. *Dennis Gray: Eterno em Cena*. Rio de Janeiro: Funarte, 2001.

PORTINARI, Maribel. *Bertha Rosanova: nossa Primeira Odete-Odille*. Rio de Janeiro: Funarte, 2002.

O sindicalismo rural brasileiro na Ditadura Militar: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul (1966-1985)

Patrícia Schneid Altenburg⁵⁵²

RESUMO

O presente trabalho é parte integrante da pesquisa de mestrado desenvolvida por esta pesquisadora e propõem-se a analisar a organização e atuação de uma entidade oriunda de uma fração singular do sindicalismo rural brasileiro, em um período de tensões e autoritarismos no país: O Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul durante a Ditadura Militar brasileira (1966-1985). Nesta comunicação são destacadas produções bibliográficas pertinentes ao estudo do objeto, bem como a utilização das modalidades História Social e Política; dos conceitos Classe, Grupos Sociais, Memória e Ditadura Militar; da análise micro-histórica de fontes orais e documentais e dos primeiros resultados da pesquisa, os quais embora ainda muito incipientes, retratam a complexidade do grupo focado.

PALAVRAS-CHAVE: Sindicalismo Rural brasileiro, Sindicato de Trabalhadores Rurais, Ditadura Militar, História Oral.

ABSTRACT

The present work is an integral part of the master's research developed by this researcher and proposes to analyze the organization and performance of an entity originating from a singular fraction of Brazilian rural unionism, in a period of tensions and authoritarianism in the country: The Union of Rural Workers in São Lourenço do Sul during the Brazilian Military Dictatorship (1966-1985). In this communication, bibliographical productions relevant to the study of the object are highlighted, as well as the use of Social and Political History modalities; the concepts of Class, Social Groups, Memory and Military Dictatorship; from the micro-historical analysis of oral and documentary sources and

⁵⁵² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Licenciada em História pela mesma instituição. E-mail: patricialtenburg@gmail.com

from the first results of the research, which, although still very incipient, portray the complexity of the focused group.

KEY WORD: Brazilian Rural Unionism, Union of Rural Workers, Military Dictatorship, Oral History.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, muitos estudiosos, sobretudo das áreas oriundas das Ciências Humanas, têm construído suas pesquisas a partir de objetos recortados dentro da temática do sindicalismo rural brasileiro, originando, por conseguinte uma frutífera produção acadêmica, sobretudo pautada na análise da reivindicação de direitos pelo trabalhador rural; na luta do campesinato pela garantia de permanência, bem como acesso à terra; e na defesa dos interesses dos grupos presentes no campo. Todavia, devido a sua amplitude e complexidade, o referido tema, constituído por diversas e antagônicas faces, vertentes e trajetórias, de sujeitos e grupos de distintas origens sociais, econômicas, políticas e culturais, ainda carece de olhares atentos que se debrucem em analisar tamanha heterogeneidade.

Posto isso, a presente proposição busca agregar algumas contribuições, se detendo em pesquisar um grupo, ainda muito pouco explorado, durante um período de forte controle e vigilância sobre os sindicatos, trata-se do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de São Lourenço do Sul e os sindicalistas, em sua maioria pequenos produtores rurais dedicados à agricultura familiar, integrantes desta entidade, sendo delimitado a seguinte problemática de pesquisa e análise: “Quais os aspectos e motivações responsáveis por nortear a organização, criação e manutenção de um Sindicato de Trabalhadores Rurais no município de São Lourenço do Sul durante a Ditadura Militar Brasileira (1966-1985) e de que modo os trabalhadores membros da entidade, aprendem e se relacionam com o regime ditatorial em vigor, bem como, com seus diversos atores?”, também objeto da dissertação de mestrado atualmente desenvolvida por esta pesquisadora.

Considerando o objeto apresentado, o trabalho desenvolvido tem como objetivo central: analisar a organização e as formas de ação e atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul durante o período da Ditadura Militar

brasileira (1966-1985). Cujo qual, se desdobra em quatro objetivos específicos, delimitados visando obter respostas pertinentes ao problema proposto: compreender o contexto de criação e manutenção da entidade, as razões de sua emergência naquela comunidade, bem como suas estratégias de mobilização e principais reivindicações durante o período em análise; verificar o posicionamento adotado pelo STR de São Lourenço do Sul, durante o governo ditatorial, buscando compreender a imagem apresentada pela entidade acerca da conjuntura vigente, através de suas atas e registros oficiais entre os anos de 1966 e 1985; entender, por meio de suas memórias, como os membros do sindicato aprendiam o contexto político no qual estavam inseridos; explorar as redes de relações estabelecidas interna e externamente, aproximações e divergências entre os membros da entidade, ligações com forças políticas exteriores, e o caráter das relações mantidas com outras organizações voltadas ao homem do campo.

Frente ao exposto, a presente proposição tem o intuito de expor algumas reflexões bibliográficas e teórico-metodológicas responsáveis por sustentar a pesquisa, bem como, breves considerações acerca dos resultados preliminares até então obtidos a partir da análise de distintas fontes históricas, resultados estes ainda muito insípidos dado que a pesquisa ainda se encontra em fase inicial.

O SINDICALISMO DE TRABALHADORES RURAIS NA DITADURA: CONSIDERAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

Embora atualmente as produções acadêmicas a respeito das organizações sindicais no campo estejam em ascensão, foram localizados pouquíssimos trabalhos voltados aos STRs no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul durante o período aqui enfocado, bem como aos grupos neles atuantes, dificuldade que se acentua ainda mais em relação à área da História. Cenário não justificado pela baixa incidência dessas entidades no estado gaúcho, uma vez que entre os anos de 1963 e 1977, foram organizados 224 sindicatos no Rio Grande do Sul, assemelhados ao de São Lourenço do Sul. (BASSANI, 2009, p. 117). No entanto, durante o processo de composição da bibliografia, deparou-se com algumas produções de grande relevância para esta pesquisa, produções estas oriundas de distintas áreas das Ciências Humanas, destacando a interdisciplinaridade que perpassa o estudo do sindicalismo rural no Brasil.

Escrevendo acerca da conjuntura federal, a historiadora Carolina Ramos (2011), apresenta a ampla participação e disputa entre diferentes organizações da sociedade civil pela hegemonia na organização dos trabalhadores do campo e na direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)⁵⁵³, “de modo a averiguar distintos atores presentes no âmbito do sindicalismo rural” (RAMOS, 2011, p. 69), notando-se embates acirrados dentre a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, (ULTAB), a Ação Popular (AP) e setores da Igreja Católica ligados aos Círculos Operários Cristãos.

Conforme a autora, do recebimento de sua investidura sindical, em 31 de janeiro de 1964, até a derrubada do governo de João Goulart, a CONTAG atuou primordialmente no debate acirrado acerca da reestruturação fundiária, manifestando apoio às mobilizações dos trabalhadores no campo em prol da reforma agrária e da sindicalização, bem como em repúdio a atuação dos latifundiários. Apoiadora do decreto da Superintendência Para a Reforma Agrária (SUPRA), no que tange às desapropriações nas margens das vias federais, a CONTAG empreendeu esforços em reivindicar junto as organizações de trabalhadores urbanos, a efetiva realização das reformas de base, notadamente da reforma agrária a partir de uma emenda constitucional. Enquanto, pôr na época ser conduzida por setores ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e à AP, imediatamente após o golpe militar, a confederação sofreu intervenção em sua diretoria, a qual foi assumida por uma junta interventora, tal como permitia a legislação sindical a que estava submetida.

Também analisando a atuação da CONTAG, com enfoque na relação estabelecida entre a confederação e o Estado, o sociólogo Marco Antônio dos Santos Teixeira (2018), destaca que após o golpe militar, o rumo da luta dos trabalhadores do campo e do sindicalismo rural sentiu significativa transformação. Tomados como canal prioritário para controle da classe trabalhadora, as organizações sindicais sofreram interferência em suas diretorias, através da nomeação de juntas governativas e interventores, e a cassação

⁵⁵³ Atualmente a CONTAG, agora denominada Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, coordena um sistema composto por 27 Federações estaduais e mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, representando a luta pela garantia, manutenção e ampliação dos direitos de mais de 15 milhões de trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares por todo o país. (A CONTAG, 2017)

de sujeitos considerados subversivos pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social. No geral, a grande maioria dos novos interventores estava intimamente vinculada à Igreja Católica e aos militares, que acordaram manter a organização sindical dos trabalhadores rurais, sob o controle da Igreja e em consonância com as propostas do novo governo. Nesse cenário, a junta governativa que assumiu a direção da CONTAG era majoritariamente composta por sindicalistas vinculados aos Círculos Operários Católicos e a ela incumbiu trabalhar na reorganização da entidade em conformidade ao regime militar, limitando o seu papel à prestação de serviços assistenciais aos trabalhadores e restringindo o campo de mobilização e luta política da categoria, especialmente no que se refere à questão da reforma agrária.

Corroborando com a discussão Rodrigo David (2021), Mestre em Desenvolvimento Regional, salienta que após a regulamentação da institucionalização do sindicalismo rural em 1962, as forças políticas de luta dos trabalhadores do campo tiveram um crescimento rápido, por meio do grande número de sindicatos que surgiram, havendo em torno de 1.200 sindicatos no país em 1964. Com as mudanças decorrentes do golpe militar, foi inaugurada uma política de ação inteiramente nova no tocante sindicalismo rural, sendo unificadas a partir de 1965 todas as categorias de trabalhadores rurais em uma única, criando

Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) de base municipal e, em nível estadual, a Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (FETAG), agrupados nacionalmente sob a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (CONTAG). (DAVID, 2021 pp. 44-45)

No que tange ao Rio Grande do Sul, a historiadora Alessandra Gasparotto (2016), enfatiza que o início da década de 60 no estado, foi marcado por um movimento de aproximação do patronato rural da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL) à outras entidades, como os setores conservadores da Igreja Católica, apesar disso se modificar um pouco ao longo dos anos, ambas compartilhavam algumas posições relativas à questão agrária e ao processo de sindicalização. Uma das figuras responsáveis por essa aproximação foi o arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, que enxergava o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MASTER) com desconfiança, atribuindo sua condução ao controle de elementos comunistas. Foi ele

quem se empenhou na criação da Frente Agrária Gaúcha (FAG), entidade fundada em 1961 por clérigos e leigos católicos, que originaria a posterior criação do Sindicato dos Pequenos Proprietários Rurais e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Nesse sentido, a autora destaca que as proposições da FAG quanto à reforma agrária, sob a orientação da cúpula da Igreja Católica nacional, estavam muito próximas do discurso produzido pelas entidades patronais, recebendo apoio de alguns grandes proprietários, inclusive da própria FARSUL. Conforme a autora toda essa aproximação se apresenta ainda mais orgânica ao se deparar com nomes de membros em ambas as entidades, bem como participações de membros da FAG em atividades promovidas pela FARSUL.

Em convergência com Gasparotto (2016), o cientista social Everton Lazzaretti Picolotto (2011), pontua que a criação da FAG “foi motivada pelo desejo de “promover o homem do campo”, através do trabalho de educação baseada na “doutrina social cristã”, defender os direitos dos agricultores e combater a “ameaça” do avanço das organizações “comunistas” (MASTER) no campo” (2011, p. 83). Sendo a entidade criada pelos bispos católicos para funcionar como um instrumento de disputa com os comunistas no campo, visando “organizar os “assalariados e pequenos proprietários rurais” para que viessem a ter voz ativa na sociedade através de organizações cristãs. Os “humildes e indefesos lavradores” estavam se tornando alvo da “demagogia dos novos profetas”, das suas “promessas e convites.”” (PICOLOTTO, 2011, p. 84). O autor sublinha que, a partir da rapidez de articulação das assembleias de lançamento, da fundação de sindicatos e dos encontros estaduais, fica perceptível o amparo da Igreja Católica às comunidades rurais e da Igreja Luterana aos alemães luteranos, o que foi fundamental na estruturação e legitimação da FAG.

Picolotto (2011) ressalta ainda que, embora a década de 60 apontasse o desacordo da FAG tanto em relação ao comunismo estatista, quanto ao liberalismo econômico, sua concepção acabou

Se aproximando mais das concepções que propunham a “modernização técnica da agricultura sem reforma agrária” (defendidas por organizações patronais, como a FARSUL) como forma de superar a baixa produtividade e as imperfeições da estrutura agrária. Essa posição da FAG se assemelha ao que era propugnado pela hierarquia católica

nacional, que afirmava ser favorável à reforma agrária, mas tinha dificuldade para conciliar os interesses contraditórios que se apresentavam no campo, e propunha medidas gerais de apoio ao homem do campo (PICOLOTTO, 2011, p. 86).

Em complemento a discussão sobre a FAG, o sociólogo Paulo Bassani (2009) apresenta a Frente como um movimento da Igreja Católica de caráter conservador, criado no intuito de tutelar o movimento camponês. Concordando com Picolotto (2011), o autor ressalta que os primeiros sindicatos integrantes foram criados nas regiões de agropecuária colonial, onde a Igreja encontrava maior facilidade em exercer sua influência sobre o campesinato, cenário de atuação que se ampliou após o golpe civil-militar, quando esta então passou a atuar de forma hegemônica, condicionando a criação dos sindicatos sob sua tutela.

Dentre os princípios defendidos pela FAG, Bassani (2009) destaca a postura de que o sindicato deveria privilegiar a linha assistencial em detrimento da política e reunir força máxima para conter o comunismo no meio rural. Em vista disso, com a gerência da FAG, “o sindicato não pretendia ser um órgão de atuação política transformadora da sociedade, com a consequência tomada de consciência de seus agentes”. (BASSANI, 2009, p.121) Fator que resultou em um sindicalismo menos questionador no Rio Grande do Sul, quando comparado a outros estados brasileiros, como o Nordeste, o que conforme o autor diz determinar que a organização sindical sob a liderança da FAG, nasceu e constituiu-se dentro de quadros conservadores, em razão da própria estrutura sindical e orientação conservadora da Frente. A qual se acentua com o golpe civil-militar de 1964, quando o Estado só permite a existência da organização sindical ao seu controle.

Nesse cenário de atuação da FAG, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul obteve sua carta sindical no ano de 1966, elegendo no ano seguinte sua primeira junta governativa, marcando assim o início de suas atividades de organização dos trabalhadores rurais do município, caracterizado desde a sua fundação, pela colonização alemã e pomerana e pela preponderância de atividades agrícolas ao longo dos anos, relativamente bem sucedidas, apesar do baixo interesse da administração pública em realizar investimentos na região, cenário expressivamente referenciado pela bibliografia do município, o que deixava ao encargo da administração do núcleo e dos

próprios colonos o suprimento de necessidades primárias, como educação, infraestrutura, saúde e segurança, viabilizadas por diversas reuniões entre o diretor e os colonos. (HAMMES, 2014; MALTZAHN, 2011)

O que torna plausível pontuar que o desamparo público para com São Lourenço do Sul foi um dos fatores favoráveis ao fortalecimento da unidade e ao surgimento de um associativismo, ao pressionar os colonos a se unirem em prol de serviços cruciais à sobrevivência do núcleo colonial. Muitas destas demandas foram atendidas pelas diversas associações que foram sendo criadas na colônia, as quais tinham como objetivo inicial a manutenção da herança cultural, mas que logo se estenderam para outras esferas (SALAMONI, 2001, p. 09). Ensejando aspectos do sindicalismo a ser visualizado no município décadas depois.

ASPECTOS TEÓRICOS: MODALIDADES E CONCEITOS HISTORIOGRÁFICOS NO ESTUDO DO SINDICALISMO RURAL

Considerando que o estudo de uma entidade sindicalista, da sua organização, atuação e membros integrantes, comumente é atribuído à História Social, trata-se ela, a modalidade historiográfica privilegiada aqui, na qual destacam-se como objetos de estudo os modos e mecanismos de organização social, as classes sociais e demais agrupamentos, as relações e processos de transformação social, os movimentos sociais em sua dinamicidade, em suma os recortes humanos, das relações humanas. Podendo a análise destes objetos “se voltar tanto para a elaboração de um retrato sintetizado destes grupos sociais e de suas relações, como para a incidência de questões transversais nestes grupos. Como uma certa classe ou grupo se comporta diante de determinada conjuntura política ou econômica?” (BARROS, 2005, p. 13-14)

A História Social é interdisciplinarmente abrangente as demais Ciências Sociais, seu desenvolvimento ao longo dos anos assinala a importância da aliança de boa parte das atividades dos cientistas sociais com o estudo da estrutura social e suas transformações, visto que o trabalho com seus objetos tem solidificado na historiografia, uma tendência que examina a sociedade em sua complexidade, se abstraindo de categorias sociais preconcebidas e generalizantes, e da rigidez das fronteiras dos campos da história. Os movimentos sociais, por exemplo, dificilmente são trabalhados sem conexão com o

Social, o Político e possivelmente o Econômico. Demonstrando que questões referentes a outras dimensões da História, também incumbem aos historiadores sociais, como é o caso da análise da repercussão social de fatos políticos e econômicos em grupos específicos, os membros do STR de São Lourenço do Sul ou em conjuntos mais amplos como a comunidade rural. (BARROS, 2005; HOBSBAWM, 1998)

Tendo em vista a impossibilidade da completa separação das temáticas da História Social em relação aos demais campos historiográficos, aliada ao fato de o objeto desta análise cobrir um período político singular do Brasil, a Ditadura Militar (1964-1985), o estudo da referida entidade e do grupo que a compõem ocorre através da conexão entre História Social e História Política, cuja parceria segundo BARROS (2000), registra-se “nos estudos que se referem às ‘Relações Políticas entre Grupos Sociais’”. No que tange à segunda modalidade historiográfica, o autor destaca o Poder como constituinte do território do historiador político,

Com as suas apropriações e as relações por ele geradas, com os seus mecanismos de imposição e transmissão, com a sua perpetuação através da Ideologia, com a sua organização através das redes de atores sociais e com as suas possibilidades de confrontação através de fenômenos coletivos como as Revoluções ou de resistências individuais no âmbito dos micro-poderes. (2015, n.p.)

A partir disso, são utilizados na pesquisa, quatro referenciais teóricos principais: Classe, Grupos Sociais, Memória e Ditadura Militar. Para conceituar Classe, utiliza-se Edward Palmer Thompson (1987), o qual, estudando a classe operária inglesa, apresenta sua formação como uma consequência da identificação de experiências comuns herdadas ou partilhadas, por alguns indivíduos que passaram a articular a identidade de seus interesses entre si, se opondo a outros indivíduos cujos interesses diferem. O autor entende o processo como algo ativo, fluído e dinâmico, que resiste a imobilização, um fenômeno histórico, que congrega uma série de acontecimentos díspares e desconectados na matéria prima da experiência e consciência. Sua percepção de classe não a visualiza como estrutura ou categoria, “mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas”. (THOMPSON, 1987 p. 9)

Em relação ao entendimento do conceito de Grupos Sociais, recorre-se a Mancur Olson (1999), o qual salienta que quando grupos sociais praticam suas ações através de uma organização, comumente esta possui como propósito comum a promoção dos

interesses de seus membros, que por sua vez são também interesses comuns: “dos sindicatos se espera que lutem por salários mais altos e melhores condições de trabalho para seus afiliados; das organizações rurais espera-se que lutem por preços mais altos para as empresas integrantes” (OLSON, 1999, p. 18-19). Entretanto, grupos sociais que não se constituem em uma organização são também apontados como “um número de indivíduos com um interesse comum”. (OLSON, 1999, p. 20)

Ambos os conceitos possibilitam pensar os trabalhadores rurais de São Lourenço do Sul enquanto sujeitos que se identificam econômica, política e culturalmente, os quais estão reunidos sob uma mesma organização que possui a premissa básica de atender aos seus interesses comuns, mas que comporta também propósitos, concepções e pensamentos destoantes e dinâmicos, que se reformulam de acordo com o período histórico vivido e com as experiências compartilhadas.

Tal como os conceitos supracitados, a Memória também se mostra fundamental na compreensão da organização dos sindicalistas rurais de São Lourenço do Sul, do modo com que aprendiam a conjuntura a sua volta e conversavam com o regime ditatorial em vigor, no que tange aos seus interesses e demandas. Descrevendo a sumariamente, Jacques Le Goff (1990, p. 423) define “a memória, como propriedade de conservar certas informações (...) conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.”

Ampliando a conceitualização, Márcia Menendes Motta (2012) caracteriza-a como uma vinculação direta ao passado, que se alimenta de lembranças vagas, contraditórias e acrílicas, por sua vez explicadas por intermédio do presente. Do qual recebe incentivos que a legitimam como o conjunto de lembranças de um determinado grupo, constituídas somente por alguns elementos selecionados do passado, encarregados de conferir-lhe coerência e ordenamento. Dessa forma, a memória possui forte atuação na construção das identidades de grupo, “consagrando elementos pelos quais os indivíduos se veem pertencentes a determinado coletivo, muitas vezes em detrimento de outrem”. (MOTTA, 2012, p. 25)

Possibilitando que sejam aprendidos elementos indicativos da identificação presente entre os trabalhadores rurais em relação à criação e manutenção do sindicato por

meio de suas memórias do período, as quais atualmente são visualizadas por intermédio do presente, justificando que assumam tanto semelhanças entre si, quanto algumas divergências.

Por fim, faz-se uso do aporte Ditadura Militar, dada a necessidade de compreensão das características do período analisado, cujo estudo difere daquele realizado de uma conjuntura representativa e democrática. De acordo com Mario Stoppino (1998), de maneira simples o termo ditadura refere-se à classe de regimes não democráticos instituídos nos países modernos ou em via de modernização, comportando as seguintes características fundamentais: “a concentração e o caráter ilimitado do poder; as condições políticas ambientais, constituídas pela entrada de largos estratos da população na política e pelo princípio da soberania popular; a precariedade das regras de sucessão no poder”. (STOPPINO, 1998, p. 373) Características que, apesar de gerais e em alguns pontos destoantes, permitem pensar e entender a atmosfera que perdurava no cenário político brasileiro entre os anos de 1964-1985 e influenciava em maior ou menor grau todas as esferas e grupos sociais ali presentes, como é o caso do STR de São Lourenço do Sul, entidade cuja organização e inserção se planeja entender em diversos níveis contextuais.

OPÇÕES METODOLÓGICAS: COMO ESTUDAR UM SINDICATO?

Dada a relevância da contribuição das memórias dos membros do STR de São Lourenço do Sul durante o período focado, a utilização da História Oral é central neste trabalho, sendo também complementada por fontes documentais. A exploração das referidas fontes prioriza uma análise qualitativa do seu conteúdo e características, visando obter a melhor compreensão factível da organização e das relações construídas pelos trabalhadores do sindicato durante o governo militar vigente. Resultando na aproximação da pesquisa com alguns aspectos da abordagem micro-histórica, a qual, por estudar um grupo circunscrito ou inclusive um indivíduo, declara-se mais esclarecedora “porque é a mais complexa e porque se inscreve no maior número de contextos diferentes”. (REVEL, 1998, p. 32)

Característica sumária da abordagem micro-histórica, o encolhimento do campo de observação é imprescindível para perceber a complexidade do grupo estudado, através da retomada da linguagem dos seus atores e da análise dos aspectos mais diversificados

da sua experiência social, o reconhecimento de identidades sociais plurais e plásticas construídas, que operam em meio a uma rede de relações, (concorrência, solidariedade, aliança, etc.). (REVEL, 1998) Todavia, mais do que a escolha e a delimitação, a alternância de escalas lhe é ponto fulcral, cuja operação é capaz de colocar em relevo e explorar em detalhe aspectos fundamentais de um problema de pesquisa de qualquer dimensão. (LIMA, 2012) Indicando a sua adequabilidade ao objeto de estudo focado, permitindo a apresentação de perguntas amplas sobre um grupo circunscrito de sujeitos analisados de perto, através de uma lupa, mas passíveis de inscrição num contexto mais abrangente.

Apresentando a História Oral, Verena Alberti (2005, n.p.) a descreve como um método de pesquisa multidisciplinar “que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo”. Tratando-se em suma, do estudo “de acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas, etc.”

Segundo Luisa Passerini (2011), a sua utilização como objeto de pesquisa e análise, pode revelar informações que fontes escritas não contemplam.

A oralidade apresenta um quadro distinto. O papel é muito mais fortemente, e imediatamente, emotivo – isso porque o interlocutor está presente, faz perguntas ou pelo menos acena positivamente ou faz expressões de desaprovação. (...) Este aspecto, longe de ser um atentado contra a objetividade, é um modo de recuperá-la. A emotividade faz emergir, na relação intersubjetiva, indícios preciosos que, de outro modo, seriam perdidos (PASSERINI, 2011, p. 40).

Em complemento, Daniel James (2004) pontua que ao se trabalhar com a oralidade, lida-se inevitavelmente com contradições que, no entanto, podem trazer grande auxílio na tentativa de remontar o cotidiano dos trabalhadores pesquisados. “O testemunho oral é mais desorganizado, mais paradoxal, mais carregado de contradições e, talvez, por causa disso, mais fiel à complexidade das vidas da classe trabalhadora e da memória desta” (JAMES, 2004, p. 311).

Por conseguinte, embora até o momento poucas entrevistas tenham sido efetivamente realizadas devido ao estágio inicial da pesquisa, a seleção dos depoentes tem privilegiado pessoas com distintas atuações dentro do sindicato no período:

trabalhadores atuantes que ocuparam cargos junto à diretoria, bem como membros que nunca foram lideranças. No que concerne ao tipo e formato das perguntas, trabalha-se com a história temática, focando na organização trabalhista rural no município, durante toda a ditadura.

No que concerne as fontes físicas, até o presente momento a pesquisa se debruçou na análise de atas e registros de atividades do sindicato, desde a emissão da Carta Sindical em 1966, até o ano de 1985, marco do fim da ditadura militar no Brasil e a eleição do primeiro governo civil, objetivando a realização de um paralelo para com os depoimentos orais, de modo a verificar as semelhanças e distinções entre a memória dos sindicalistas e as informações repassadas aos registros oficiais.

RESULTADOS INICIAIS: O QUE DIZEM AS FONTES?

Embora a pesquisa ainda se encontre em fase inicial, abrangendo a constituição do referencial bibliográfico e a de coleta fontes, especialmente dos relatos orais, a partir dos materiais colhidos e analisados até aqui, é possível arrolar alguns resultados preliminares quanto ao objeto.

Levando em conta que a organização dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Rio Grande do Sul, se deu através da Frente Agrária Gaúcha, a qual, conforme Bassani (2009) e Picotto (2011), após o Golpe Militar de 1964 ampliou significativamente sua área de atuação no estado, condicionando a criação e a manutenção dos sindicatos sob sua tutela, privilegiando o assistencialismo ao invés da mobilização política e social, se anunciando em desacordo tanto em relação ao liberalismo econômico do patronato rural, quanto ao comunismo estatista das organizações camponesas de esquerda, apesar de partilhar visões semelhantes ao primeiro grupo.

As entrevistas feitas até aqui, com três depoentes significativamente atuantes na organização e direção da entidade, corroboram a referida afirmativa, apontando que durante os primeiros anos após a sua fundação, o STR de São Lourenço do Sul esteve direcionado a cumprir papel assistencial, oferecendo principalmente atendimento médico e odontológico, consultas jurídicas e auxílio em demandas burocráticas, como o encaminhamento do pedido de aposentadoria de seus membros, os quais, em sua maioria,

optavam pela filiação buscando suprir a carência de acesso a estabelecimentos de saúde e driblar o elevado custo de escritórios especializados nos serviços mencionados.

Em seus depoimentos, os entrevistados mostraram-se restritos em falar acerca da conjuntura política e de possíveis aproximações ou desacordos com o regime ditatorial vigente, no entanto, deixaram escapar a existência de estreitas relações com deputados e o então ministro do trabalho e da previdência social, conforme o exemplo que segue:

Nossos principais (deputados) eram o Oscar Westendorff estadual e o Chiarelli federal. O ministro Arnaldo da Costa Prieto teve aqui em casa uma vez e me levou na festa da Coxilha do Barão, uma coisa que quase não acontece. Então de autoridades, não tenho queixa.⁵⁵⁴

As poucas atas e registros analisados até aqui denotam igualmente cautela na abordagem de conteúdos políticos, sinalizando a possibilidade de haver seleção nas informações repassadas aos registros oficiais, porém também reforçam a presença e o apoio de determinadas autoridades e figuras políticas nas assembleias realizadas.

O deputado Oscar Westendorff, também presente na assembleia, destacou o trabalho da Diretoria do Sindicato que tudo procurou para bem desempenhar a missão de dirigir a entidade que representa os trabalhadores rurais de São Lourenço do Sul.⁵⁵⁵

Desse modo, explicitando a existência de relações entre os membros do sindicato e figuras políticas não só regionais, como nacionais, vinculadas ao partido da ARENA⁵⁵⁶, relações estas que se configuraram em um espaço de negociação por demandas e interesses da classe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado, a bibliografia referente ao objeto desta pesquisa comporta somente poucas e esparsas produções, sobretudo no campo historiográfico, dificultando

⁵⁵⁴ Entrevista realizada em 24/05/2022 com o senhor Balbino Schneid, membro fundador do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul e diretor da entidade de 1972 a 1984.

⁵⁵⁵ Ata da Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 16 de junho de 1973. Origem: Acervo do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul.

⁵⁵⁶ Aliança Renovadora Nacional: partido político de âmbito nacional, de apoio ao governo militar (1964-1984), fundado em 4 de abril de 1966 dentro do sistema de bipartidarismo.

também o processo de sistematização das fontes e sinalizando a importância de novas pesquisas que contemplem a lacuna que se estabelece.

Nesse sentido, as informações reunidas e exploradas até o presente momento, permitem elencar como conclusões iniciais, o fato de o trabalho inovar ao tomar como temática o sindicalismo rural no referido município e no Sul do estado do Rio Grande do Sul, utilizando documentações ainda não trabalhadas por outros historiadores.

Por fim, as discussões apresentadas indicam que a análise do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul e do grupo atuante no processo de organização e manutenção da entidade durante a Ditadura Militar exige a adoção do jogo de escalas para a compreensão do lugar político e social ocupado pela mesma, uma vez que, apesar do grupo se anunciar em desacordo tanto com o patronato rural quanto com as organizações camponesas de esquerda, ele emerge de uma tessitura social conservadora, contudo, não se abstém de interagir, construir relações e pleitear direitos dentro do contexto político tencionado da época.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CONTAG. In: CONTAG. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/a-contag>. Acesso em: 2 nov. 2022.

BARROS, José D'Assunção. História Política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. **Revista Escritas**, Tocantins, 2015.

BARROS, José D'Assunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. **LPH - Revista de História da UFOP**, Ouro Preto, n. 15, p. 02-23, 2005.

BASSANI, Paulo. **Frente Agrária Gaúcha e sindicalismo de trabalhadores rurais**. Londrina: EDUEL, 2009. 166 p.

DAVID, Rodrigo. **Sindicalismo no Meio Rural: A representatividade da FETAG e da FARSUL na região de Santa Cruz do Sul/RS**. 2021. 108 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2021.

GASPAROTTO, Alessandra. "**Companheiros Ruralistas!**": Mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964). 2016. 330 p. Tese de Doutorado (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

HAMMES, Edilberto Luiz. **A imigração alemã para São Lourenço do Sul**: Da formação de sua Colônia aos primeiros anos após seu Sesquicentenário. 1^a. ed. São Leopoldo: Studio Zeus, 2014.

HOBSBAWM, Eric. História social a história da sociedade. *In*: HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. cap. 6

JAMES, Daniel. Contos narrados nas fronteiras. A história de Doña María; história oral e questões de gênero. *In*: LIMA, Henrique Espada. Micro-história. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. cap. 11, p. 207-223.

MALTZAHN, Paulo César. **A construção da identidade étnica teuto-brasileira em São Lourenço do Sul (década de 1980 até os dias atuais)**. 2011. 335 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. cap. 1, p. 21-36.

OLSON, Mancur. Uma Teoria dos Grupos Sociais e das Organizações. *In*: OLSON, Mancur. **A Lógica da Ação Coletiva**: Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. cap. 1, p. 17-64.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PICOLOTTO, Everton Lazzareti. **As Mãos que Alimentam a Nação**: agricultura familiar, sindicalismo e política. 2011. 289 p. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

RAMOS, Carolina. **Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro**: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985). 2011. 266 p. Tese de Mestrado (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. *In*: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. cap.1, p. 15-38.

SALAMONI, Giancarla. A imigração alemã no Rio Grande do Sul - O caso da comunidade pomerana de Pelotas. **História em Revista**, Pelotas, v. 7, p. 25-42, dez 2001.

STOPPINO, Mario. Ditadura. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola Matteuci; PASQUINO, Gianfranco (org.). **Dicionário de Política**. 1ª. ed. Brasília: Editora UNB, 1998.

TEIXEIRA, Marco Antônio dos Santos. **Movimentos sociais, ações coletivas e reprodução social**: a experiência da Contag (1963-2015). 2018. Tese de Doutorado (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa I**: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.